SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 13 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4338

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ACISPES - AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DE SERRA

AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DA SERRA - ACISPES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

A Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, torna pública a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço global, pelo modo de disputa aberto, objetivando registro de preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA INTELIGENTE, COMPREENDENDO A CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES, A REALIZAÇÃO DE MENTORIA PEDAGÓGICA CONTÍNUA E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS FÍSICOS E DIGITAIS DESTINADOS AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), VISANDO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme especificação deste Edital. Envio das propostas poderá ser feito da publicação do edital até às 09h00min do dia 31/08/2026. Início da sessão pública virtual será às 09h30min do dia 31/08/2026 (Horário de Brasília), através do endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/. Maiores informações na sede do consórcio no setor de Licitações, Rua Ataliba de Barros, nº 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.025-275, ou através do e-mail licitacoes@acispes.com.br e do telefone (32) 3313-4054.Juiz de Fora

Publicado por:
Geisiane Rocha Barbosa
Código Identificador:78CDFC31

AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DA SERRA - ACISPES
NOMEIA EQUIPE DE APOIO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

PORTARIA Nº 28, DE 31 DE JULHO DE 2026

Nomeia Equipe de Apoio nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PRESIDENTE DO ACISPES**, Jucélio Fernandes de Oliveira, no uso das atribuições conferidas pelo Contrato de Consórcio e pelo Estatuto do Órgão,
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133/2021 determina a segregação de funções;
RESOLVE

Art. 1º Ficam os empregados públicos Yuri da Silva Riani, Lucas Fracetti Paulino e Mirelle Monteiro da Costa nomeados como membros da Equipe de Apoio do art. 8º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 2° Fica a senhora Geisiane Rocha Barbosa nomeada para a função de Agente de Contratação para a condução da fase externa dos processos licitatórios.
Art. 3º. Fica o Sr. Wagner Guardiano Abreu nomeado para a função de Agente de Contratação para a condução da fase interna dos processos licitatórios.
Art. 4°. A presente nomeação tão somente estabelece as funções de agente de contratação e membros da equipe de apoio aos indicados acima, sem prejuízo do cargo que efetivamente ocupam no ACISPES,

não atribuindo nenhum efeito remuneratório adicional, posto que os servidores já estão lotados no Departamento de Licitações.

Parágrafo Único. Ressalta-se a existência dos cargos de agente de contratação, exclusivo de servidores efetivos, preenchidos pelas pessoas acima mencionadas na mesma função, que aqui se repetem tão somente para fins de praticidade na necessária juntada da portaria nos processos licitatórios por eles conduzidos.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2026.

Juiz de Fora, em 12 deAgostode 2026.

JUCÉLIO FERNANDES DE OLIVEIRA
Presidente do ACISPES

Publicado por:
Gerlaine Maia Azevedo
Código Identificador:CD31ED14

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliário de escritório, compreendendo mesas, cadeiras e armários, destinados a atender às necessidades da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais – ARISMIG, conforme descrição abaixo:

ITEM	MÓVEL	QUANTIDADE
01	Mesa de escritório com gavetas. **Referência:** Medidas: 120x60x75 – Cor: Cinza	2 (dois)
02	Cadeira diretor giratória. **Referência:** Cor: Preta	2 (dois)
03	Cadeira de escritório modelo pés palito. **Referência:** Cor: Preta	4 (quatro)
04	Armário 2 portas. **Referência:** Medidas: 1,60x80x40 – Cor: Nogueira Modena (Marrom/Madeira)	1 (um)
05	Armário 2 portas. **Referência:** Medidas: 1,60x80x40 – Cor: Cinza	1 (um)

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da contratação será efetuado pela CONTRATANTE, em parcela única, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, após a entrega dos produtos e ateste da conformidade do serviço prestado com o objeto contratado.
As propostas deverão ser apresentadas contendo, no mínimo: data de emissão, razão social, número do CNPJ, endereço, cidade, telefone para contato, prazo de validade da proposta, prazo para entrega e assinatura do responsável.
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: A empresa deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, os documentos comprobatórios de sua regularidade, incluindo:
Inscrição CNPJ;
Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo a regularidade previdenciária;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Certificado de Regularidade do FGTS;
Consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), conforme art. 91, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 14/08/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Boa Esperança/MG, 03 de agosto de 2026.

PEDRO HENRIQUE CHAGAS MAIA VILELA
Técnico Administrativo

Publicado por:
Pedro Henrique Chagas Maia Vilela
Código Identificador:68C1207B

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO BAIXO SAPUCAÍ AMBASP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO BAIXO SAPUCAI
EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2026

CONTRATANTE: Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí – AMBASP.
CONTRATADA: Camargo Assessoria e Serviços Contábeis Ltda.
OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de contabilidade, assessoria fiscal, departamento pessoal, elaboração e transmissão de obrigações acessórias, responsabilidade técnica contábil e consultoria administrativa para a AMBASP.
FUNDAMENTO: Regulamento Próprio da AMBASP e normas de Direito Civil, sem prejuízo da observância dos princípios gerais que informam as contratações públicas.
VALOR: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026.

Publicado por:
Ana Carla Caldeira
Código Identificador:4AD1FD9C

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 627/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 043/2024

O MUNICÍPIO DE JESUÂNIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.227/0001-78, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **VAGALUME ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.258.577/0001-36, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato Nº 627/2026, para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva no sistema de iluminação pública, para o município de **JESUÂNIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 055/2024 e Pregão Eletrônico de nº 043/2024. O valor total do contrato é R$ 30.309,50 (trinta mil trezentos e nove reais e cinquenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu, 11 de agosto de 2026..

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:EF92C312

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 489/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 045/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 009/2025

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,**neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **UNIR PEÇAS DIESEL LTDA,** portadora do CNPJ nº 11.383.895/0001-07, neste ato representada pelo Senhor(a) ILDEU MESSIAS ANDREATA, doravante denominada CONTRATADA, **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** OFICINAS MECÂNICAS ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 29.493,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa e três reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 04 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:21A10D80

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 496/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 036/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 007/2026

O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.904/0001-29, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **JOAQUIM JOSÉ PARANAÍBA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **ERIVELTON DE SOUZA ROCHA LTDA**, portadora do CNPJ 65.057.746/0001-87, neste ato representada pelo Senhor(a) ERIVELTON DE SOUZA ROCHA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** DE SERRALHERIA EM GERAL, COMPREENDENDO A FABRICAÇÃO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 5.152,10 (cinco mil cento e cinquenta e dois reais e dez centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 10 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:CFD65D38

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 497/2026

Processo de Licitação nº 056/2025
Credenciamento Público de nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE SERITINGA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.008.854/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **EDUARDO ARANTES CARVALHO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **JOSÉ DONIZETE DA SILVA**, portadora do CNPJ nº 08 223 036/0001-46, neste ato representada pelo Senhor(a) JOSÉ DONIZETE DA SILVA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** MÁQUINAS E CAMINHÕES de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 1.224,00 (mil duzentos e vinte e quatro reais). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 11 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:593F8155

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 498/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE OLÍMPIO NORONHA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.276/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **CARLOS ALBERTO DE CASTRO PEREIRA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **CARMO BLOCO CONSTRUÇÕES LTDA**, portadora do CNPJ nº 44.190.038/0001-40, neste ato representada pelo Senhor(a) JOSE ISIDRO PEREIRA NETO, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ENGENHARIA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 42.051,75 (quarenta e dois mil e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 11 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:08447372

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 501/2026

Processo de Licitação nº 056/2025
Credenciamento Público de nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.906.314/0001-50, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE DE SOUZA PINTO** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **PIT STOP LANTERNAGEM E PINTURA,** portadora do CNPJ 17.883.363/0001-15, neste ato representada pelo Senhor(a) CRISTIANE DA COSTA SOUSA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** MÁQUINAS E CAMINHÕES de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 12 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:96E4F6A2

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 605/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2026
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 021/2026
O MUNICÍPIO DE POUSO ALTO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.667.212/0001-92, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **RAULYSSON MAGELA MANCILHA JÚNIOR,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **WTRADE INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 21.856.981/0001-43, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 605/2026, para aquisições de produtos de higiene pessoal e limpeza, para o municipio de **POUSO ALTO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 034/2026 e Pregão Eletrônico de nº 021/2026, O valor total deste instrumento contratual, será de R$ 135,10 (cento e trinta e cinco reais e dez centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.

Caxambu, 03 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:7F48B0E3

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 610/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 027/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.219/0001-21, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **WALTER JOSÉ LESSA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS,** denominado órgão gerenciador e a Empresa **RIO DOCE COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n° 13.426.763/0001-40, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 610/2026, para a aquisição de 08 veículos marca: RENAULT MASTER L2H2 VEÍCULO TIPO VAN PASSAGEIRO COM ACESSIBILIDADE 16 PESSOAS, para o município de **SÃO LOURENÇO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 040/2025 e Pregão Eletrônico de nº 027/2025. O valor Total do contrato é de R$ 2.528.000,00 (dois milhões e quinhentos e vinte e oito mil de reais). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do municipio.

Caxambu, 03 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:8200B60D

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 622/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025

O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.904/0001-29, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **JOAQUIM JOSÉ PARANAÍBA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **ODETE MARIA FREITAS,** inscrita no CNPJ sob o nº 45.897.289/0001-21, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 622/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **CRUZILIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 900,00 (novecentos reais). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 06 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:5F4DEB54

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 623/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 022/2025

O MUNICÍPIO DE POUSO ALTO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.667.212/0001-92, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor

RAULYSSON MAGELA MANCILHA JÚNIOR, doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **MAXIMO PEÇAS E PRODUTOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ nº 04.335.223/0001-60, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 623/2026, para o FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, HIDRÁULICOS, ÓLEOS DE TRANSMISSÃO, GRAXA, ADITIVOS, FLUÍDOS, REAGENTES E QUEROSENE PARA OS VEÍCULOS LEVES, PESADOS , MAQUINÁRIOS E MOTOCICLETAS, para o município de **POUSO ALTO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 035/2025 e Pregão Eletrônico de nº 022/2025. O valor total do contrato é R$ 7.230,00 (sete mil duzentos e trinta reais). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu,06 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:E8D7A5DD

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 625/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 017/2025

O MUNICÍPIO DE PASSA VINTE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.338.210/0001-50, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **EDSON DO NASCIMENTO,**, doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **EXTREMA COMERCIO DE PECAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n° 56.050.703/0001-89, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 625/2026, para a aquisição de 01 veículo Marca: FIAT, para o município de **PASSA VINTE** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 029/2025 e Pregão Eletrônico de nº 017/2025. O valor Total do contrato é de R$ 251.210,00 (duzentos e cinquenta e um mil duzentos e dez reais). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do municipio.

Caxambu, 11 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:E1055145

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 626/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025

O MUNICÍPIO DE LAMBARI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.877.200/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **CREATIVE LICITACOES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 54.362.519/0001-49, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 626/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **LAMBARI** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 1.874,50 (mil oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 11 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:03503ED7

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 515/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 515/2026. Contratada: CARE BY SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ nº 52.102.929/0001-25, para a contratação de Sessão para tratamento Lesões P, lesões com dimensões até 3 cm de maior diâmetro, incluso laserterapia (infravermelho, vermelho). Valor total do contrato: R$ 1.319,28 (mil, trezentos e dezenove reais e vinte e oito centavos). Valor unitário: R$109,94. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 10/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:F8907FE5

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 516/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 516/2026. Contratada: CARE BY SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ nº 52.102.929/0001-25, para a contratação de Sessão para tratamento Lesões M, lesões com dimensões até 3,1 até 6 cm de maior diâmetro, incluso laserterapia (infravermelho, vermelho). Valor total do contrato: R$ 1.446,96 (mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos). Valor unitário: R$120,58. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 10/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:F360BF7C

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 517/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 517/2026. Contratada: CARE BY SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ nº 52.102.929/0001-25, para a contratação de Sessão para tratamento Lesões G, lesões com dimensões até 6,1 até 10 cm de maior diâmetro, incluso laserterapia (infravermelho, vermelho). Valor total do contrato: R$ 1.598,16 (mil, quinhentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos). Valor unitário: R$133,18. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 10/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:1E0DB97C

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 518/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 518/2026. Contratada: CARE BY SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ nº 52.102.929/0001-25, para a contratação de Sessão para tratamento Lesões GG, lesões com dimensões acima de 10 cm de maior diâmetro, incluso laserterapia (infravermelho, vermelho). Valor total do contrato: R$1.740,36 (mil, setecentos e quarenta reais e trinta e seis centavos). Valor unitário: R$145,03. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 10/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:F4515E7B

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 519/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 519/2026. Contratada: CARE BY SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ nº 52.102.929/0001-25, para a contratação de Sessão para tratamento Ozonioterapia (limpeza com jato de água ozonizada, bag de ozônio e ozônio infiltrado). Valor total do contrato: R$ 2.088,60 (dois mil e oitenta e oito reais e sessenta centavos). Valor unitário: R$174,05. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 10/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:B400CBA8

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 521/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 521/2026. Contratada: CARE BY SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ nº 52.102.929/0001-25, para a contratação de Sessão de PDT – Terapia de feridas tamanho P, M, G e GG. Valor total do contrato: R$ 1.269,96 (mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos). Valor unitário: R$105,83. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 10/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:29F7FA0E

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 522/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 522/2026. Contratada: CARE BY SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, CNPJ nº 52.102.929/0001-25, para a contratação de Sessão de ILIB – sistêmico. Valor total do contrato: R$ 762,00 (setecentos e sessenta e dois reais). Valor unitário: R$63,50. Processo Licitatório nº 41/2026 – Inexigibilidade nº 20/2026, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 10/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:CFB63D14

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 547/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 547/2026. Contratada: Hospital Nasr Faiad Ltda, CNPJ nº 01.321.256/0001-63, para a contratação de CÓD. 470 - CONSULTAS, ATÉ 300KM DE UBERLÂNDIA/MG. Valor total do contrato: R$ 470,49 (quatrocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos). Valor unitário: R$ 156,83. Processo Licitatório nº 60/2025 – Inexigibilidade Nº 19/2025, Credenciamento nº 17/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 13/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 10 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:55F84AB3

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 549/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 549/2026. Contratada: Nunes & Reis Fonoaudiologia LTDA, CNPJ nº 26.334.253/0001- 95, para a contratação de Exame de Impedanciometria, o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$4.163,84 (quatro mil, cento e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos). Valor unitário: R$65,06. Processo Licitatório nº 40/2025 – inexigibilidade nº 14/2025,Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 13/07/2026 a 30/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 13 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:EE96E1F2

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 551/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 551/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda., CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a contratação de Procedimento de vitrectomia via pars plana + endolaser + óleo de silicone + facectomia + lio, incluindo a consulta de avaliação pré-operatória e, pelo menos, duas consultas pós-cirúrgicas, o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$5.175,00 (cinco mil, cento e setenta e cinco reais). Valor unitário: R$5.175,00. Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 13/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 13 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:2BA9BF22

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 564/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 564/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda., CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a contratação de Procedimento de vitrectomia via pars plana + endolaser, incluindo a consulta de avaliação pré-operatória e, pelo menos, duas consultas pós-cirúrgicas, até a alta do paciente, o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$ 4.828,23 (quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos). Valor unitário: R$4.828,23. Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 20/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:B61D04FB

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 565/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 565/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda., CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a contratação de Procedimento de vitrectomia via pars plana + endolaser, incluindo a consulta de avaliação pré-operatória e, pelo menos, duas consultas pós-cirúrgicas, até a alta do paciente, o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$ 4.828,23 (quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos). Valor unitário: R$4.828,23. Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 20/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:1EE2B08B

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 566/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 566/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda., CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a contratação de Procedimento de vitrectomia via pars plana + endolaser + óleo de silicone + facectomia + lio, incluindo a consulta de avaliação pré-operatória e, pelo menos, duas consultas pós-cirúrgicas, o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$5.175,00 (cinco mil, cento e setenta e cinco reais). Valor unitário: R$5.175,00. Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 20/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:019ADA71

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 567/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 567/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda., CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a contratação de Procedimento de vitrectomia (via pars plana + endolaser + facectomia + lio), incluindo a consulta de avaliação pré-operatória e, pelo menos, duas consultas pós-cirúrgicas, até a alta do paciente, o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$ 5.485,00 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais). Valor unitário: R$ 5.485,00. Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 20/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:C2E3D9C4

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 586/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 586/2026. Contratada: MANANCIAL MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.603.766/0001-29, para a Aquisição de materiais hospitalares de consumo destinados ao atendimento das demandas do Centro de Especialidades Médicas do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE. Valor total do contrato: R$ 4.971,65 (quatro mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos). Processo Licitatório nº 57/2026 – Dispensa Eletrônica nº 20/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 30/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:E1B2678D

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 587/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 587/2026. Contratada: INOVALI PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.506.563/0001-20, para a Aquisição de materiais hospitalares de consumo destinados ao atendimento das demandas do Centro de Especialidades Médicas do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE. Valor total do contrato: R$ 2.238,00 (dois mil, duzentos e trinta e oito reais. Processo Licitatório nº 57/2026 – Dispensa Eletrônica nº 20/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 30/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:F6299E2C

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 588/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 588/2026. Contratada: MED SUPPLY PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.524.742/0001-30, para a Aquisição de materiais hospitalares de consumo destinados ao atendimento das demandas do Centro de Especialidades Médicas do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE. Valor total do contrato: R$ 1.568,43 (mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos). Processo Licitatório nº 57/2026 – Dispensa Eletrônica nº 20/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 30/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:BFDC469A

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 593/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 593/2026. Contratada: CSO HOSPITAL DE OLHOS LTDA, CNPJ nº 31.046.959/0001-91, para a contratação de Consulta com Corneólogo, abrangendo todos os aspectos clínicos da avaliação médica, o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$6.272,32 (seis mil duzentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos). Valor unitário: R$196,01. Processo Licitatório nº 52/2025 – Inexigibilidade nº 15/2025, Credenciamento nº 13, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 30/07/2026 a 30/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:8902566D

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 594/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 594/2026. Contratada: CSO HOSPITAL DE OLHOS LTDA, CNPJ nº 31.046.959/0001-91, para a contratação de Procedimento de aplicação de injeção intra-vítrea (eylia), o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$26.000,00 (vinte e seis mil reais). Valor unitário: R$1.625,00. Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 30/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:1E2DAB43

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 595/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 595/2026. Contratada: LUIZ FERNANDO ZOLA, CNPJ nº 45.573.741/0001-08, para a contratação de Exame de Teste Neuropsicológico – Serviço de Avaliação Neuropsicológica Cognitiva e Comportamental. Valor total do contrato: R$32.903,20 (trinta e dois mil, novecentos e três reais e vinte centavos). Valor unitário: R$2.056,45. Processo Licitatório nº 48/2026 – Inexigibilidade nº 23/2026, Procedimento Auxiliar de Credenciamento nº 15, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 30/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:0271410C

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 597/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 597/2026. Contratada: ALFALAGOS LTDA, CNPJ nº 05.194.502/0001-14, para a Aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas do Centro de Especialidades Médicas do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE. Valor total do contrato: R$ 3.992,18 (três mil novecentos e noventa e dois reais e dezoito centavos). Processo Licitatório nº 60/2026 – Dispensa Eletrônica nº 21/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 12(doze) meses, contado da data de sua assinatura, 30/07/2026, podendo ser prorrogado nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:4D41F746

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 598/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 598/2026. Contratada: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 56.081.482/0001-06, para a Aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas do Centro de Especialidades Médicas do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE. Valor total do contrato: R$ 11.188,00 (onze mil, cento e oitenta e oito reais). Processo Licitatório nº 60/2026 – Dispensa Eletrônica nº 21/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 12(doze) meses, contado da data de sua assinatura, 30/07/2026, podendo ser prorrogado nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:B146645A

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 599/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 599/2026. Contratada: LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 57.111.717/0001-28, para a Aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas do Centro de Especialidades Médicas do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE. Valor total do contrato: R$ 11.352,00 (onze mil, trezentos e cinquenta e dois reais). Processo Licitatório nº 60/2026 – Dispensa Eletrônica nº 21/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 12(doze) meses, contado da data de sua assinatura, 30/07/2026, podendo ser prorrogado nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:76EBA79F

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 600/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 600/2026. Contratada: Policlinica Fratari Ltda, CNPJ nº 54.933.653/0001-52, para a contratação de Consulta com cardiologista. Valor total do contrato: R$7.431,32 (sete mil, quatrocentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos). Valor unitário: R$142,91. Processo Licitatório nº 46/2026 – Inexigibilidade nº 22/2026, Credenciamento nº 14, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 29/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 29 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:9308A50D

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 601/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 601/2026. Contratada: CRL Saúde Ltda -ME, CNPJ nº 11.959.158/0001-00, para a contratação de Consulta de Nefrologia, abrangendo todos os aspectos clínicos da avaliação médica, para ser realizado em até 350 km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$16.792,00 (dezesseis mil setecentos e noventa e dois reais). Valor unitário: R$167,92. Processo Licitatório nº 31/2026 – Inexigibilidade nº 18/2026, Credenciamento nº 10, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 30/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 29 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:0D8588B0

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 602/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 602/2026. Contratada: CENTRO DE DIAGNÓSTICO DO CORAÇÃO LTDA, CNPJ nº 23.100.118/0003-59, para a contratação de Exame de Teste Ergométrico. Valor total do contrato: R$14.491,40 (quatorze mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta centavos). Valor unitário: R$103,51. Processo Licitatório nº 26/2026 – Inexigibilidade nº 16/2026, Credenciamento nº 08, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O presente contrato terá vigência: 30/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 29 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:1DEC8719

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 357/2025

AMVAP SAÚDE – Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 357/2025. Contratada: Half Benefícios Ltda, inscrita no CNPJ nº 43.091.320/0001- 07, visando a prestação de serviços continuados, sob demanda, para implementação e operacionalização de Serviço de Gestão De Frotas - Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva. Valor total do aditivo: R$ 995,40 (novecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos). Fundamento: Tese de caráter normativo TCEMG, Consulta nº 1188209, Sessão de 06/08/2025, Rel. Cons. em Exercício Telmo Passareli, e na justificativa anexa, parte integrante e complementar do presente instrumento, como se transcrito na íntegra estivesse. Vigência: até 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 08 de junho de 2026.

LAURENTINA PEREIRA DE ARAUJO
Secretária Executiva do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:76B3DBF3

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2026, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 34/2026.

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE torna público que irá realizar no **dia 18/08/2026, às 09h as 15h** via plataforma licitanet.com.br, a **Aquisição de materiais**

hospitalares de consumo destinados ao atendimento das demandas do CEM – AMVAP SAÚDE, referente aos itens remanescentes do Processo Licitatório nº 57/2026, Dispensa Eletrônica 20/2026.

O edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site www.amvapsaude.com.br. Mais informações pelo e-mail licitacao@amvapsaude.com.br.

Informamos, ainda, que a publicação do documento acima referido ficará disponível por, no mínimo, 90 dias após a sua data de publicação, podendo esse prazo ser estendido caso haja disponibilidade de espaço de armazenagem em nosso portal.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Uberlândia-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde

Publicado por:
Ana Caroline Mota de Freitas
Código Identificador:5ABE85ED

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRONTO PAGAMENTO N. 27/2026

EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRONTO PAGAMENTO N. 27/2026

Torna-se público que a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (AMVAP), por meio da Presidente da Comissão de Contratação, Sra. Darciane Medeiros de Oliveira Gentil, realizou a Contratação Direta Despesa de Pequeno Valor, com base no critério de menor preço global. A contratação foi destinada aquisição HD externo 1Tb USB 3.0, PROCESSADOR INTEL 1151 CORE I3 8100 3.6 GHZ OEM 8ª GERAÇÃO, COOLER 1150/1151/1155/1156 ARKTEK D85 BOX, PLACA MAE H110 LGA1151 6ª/7ª/8ª/9ª M.2 DDR4 DUEX BOX, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência, na hipótese do art. 52, Parágrafo único, do Anexo I da Resolução 02/2025 da Amvap, e demais normas aplicáveis, conforme discriminado a seguir:

Fornecedor proponente vencedor: Klaudcomp Informatica Ltda, CNPJ n. 00.981.512/0001-86
Valor unitário: R$ 1.710,00
Valor total: R$ 1.710,00
Critério de Julgamento: Menor Preço Global
Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Compras, situada à Av. Antônio Thomas Ferreira Resende, n. 3.180, Bairro Setor Industrial, Cidade de Uberlândia – MG. CEP: 38.402-349, no horário das 8h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira, em dias úteis.

Uberlândia-MG, 12 de agosto de 2026

DARCIANE MEDEIROS DE OLIVEIRA GENTIL
Presidente da Comissão de Contratação da AMVAP

Publicado por:
Darciane Medeiros Oliveira
Código Identificador:CE6BB698

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO

ASSOCIAÇÃO PUBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE/AMEG. torna público que firmou contrato, oriundo da Dispensa Eletrônica nº 020/2026, Processo Administrativo nº 030/2026, cujo objeto é a prestação de serviço telefônico fixo comutado, com a empresa: **CUNHA INSTALAÇÕES TELEFONICAS LTDA** – CNPJ nº 82.863.291/0001-06 no valor total de: R$2.997,00 (dois mil, novecentos e noventa e sete reais) – Contrato nº 022/2026. Vigência será de 12/08/2026 à 12/08/2027.

Passos/MG, 12/08/2026.

SILENE CAIRES ENES –
Chefe do Departamento de Licitação da AMEG.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:B5BB75E9

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE SUSPENSÃO

EXTRATO AVISO DE SUSPENSÃO – PROCESSO Nº 033/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 021/2026 A Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – AMEG torna público que fica **SUSPENSA** a Dispensa Eletrônica em epígrafe, cuja sessão pública estava prevista para ocorrer no dia 14/08/2026 às 09h00. A suspensão decorre da necessidade de revisão e complementação das especificações técnicas constantes do Termo de Referência, em razão de pedido de esclarecimento apresentado por interessado. Após a conclusão das alterações será publicada **nova data** para realização do procedimento. Este aviso pode ser encontrado na integra nos links https://ammlicita.org.br, edital no link http://ameg-mg.portaltp.com.br/.

Passos/MG, 12/08/2026.

SILENE CAIRES ENES.
Agente de Contratação

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:E6A04889

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
(EXCLUSIVA PARA ME E EPP)

A**Câmara Municipal de Barão de Cocais-MG**, inscrita no CNPJ 23.946.262/0001-49, representada pelo seu Presidente, o Sr. Tiago Antônio dos Santos, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em realizar a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais de fotografia em alta resolução, incluindo a disponibilização de um profissional para realizar a captura, produção, tratamento, edição, armazenamento, gerenciamento e disponibilização de registros fotográficos para as Solenidades da Câmara Municipal de Barão de Cocais (entregas de Moção de Congratulações e Títulos de Cidadania Honorária).**
Conforme dados abaixo:

Nº do Processo: 23/2026
Nº da Dispensa: 11/2026
Início do envio de Propostas: 13/08/2026 - 08hs
Fim do envio das Propostas / Início da Disputa: 18/08/2026 - 13hs
Duração da Disputa: 01h
Critério de Julgamento: Menor Valor por Item
Local: Plataforma de Licitações Online - www.licitardigital.com.br

Barão de Cocais, 12 de agosto de 2026

Publicado por:
Fernanda Dornelas Soares
Código Identificador:E9291A82

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026

OBJETO: Contratação do Instituto de Gestão Municipalista Brasileiro, para participação do vereador Harley Fabiano Prisco no II Seminário Municipalista Brasileiro, a ser realizado no período de 18/08/2026 a 21/08/2026.
CONTRATADA: Instituto de Gestão Municipalista Brasileiro Ltda
CNPJ nº: 65.553.138/0001-63
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Buritis/MG CNPJ nº: 20.637.732/0001-02
VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS CONTRATATOS: R$ 1.450,00 (mil e quatrocentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2001.3.3.90.39.19 – Outros serviços de pessoa jurídica – Ficha 00013.

Buritis/MG, 13 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Andressa Alves Brandão
Código Identificador:5DA89836

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2026 / 30/2026

Dispensa nº 08/2026 / Contrato n° 30/2026.
Contratante: Câmara Municipal de Campos Altos
Contratado: Contratação de empresa para aquisição de material de limpeza, para atender às demandas da Câmara Municipal de Campos Altos/MG.
Contratado: MINIMERCADO E SACOLÃO R & J, CNPJ: 57.333.752/0001-91, Avenida José Bueno de Paula, 450 B, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campos Altos/MG.
Dotação: 01.01.01.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. Material de Consumo - FICHA: 8
Valor: R$ 4.270,35
Prazo de vigência: 12 meses

JONNAS FERREIRA LEMOS
Presidente da Câmara Municipal de Campos Altos

Publicado por:
Geraldo Luis de Deus
Código Identificador:1FBA2B09

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS
EXTRATO DE DISPENSA 08/2026

Dispensa nº 08/2026.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material de limpeza, para atender às demandas da Câmara Municipal de Campos Altos/MG.
Contratado: MINIMERCADO E SACOLÃO R & J, CNPJ: 57.333.752/0001-91, Avenida José Bueno de Paula, 450 B, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campos Altos/MG.
Dotação: 01.01.01.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. Material de Consumo - FICHA: 8
Valor: R$ 4.270,35

JONNAS FERREIRA LEMOS
Presidente da Câmara Municipal de Campos Altos

Publicado por:
Geraldo Luis de Deus
Código Identificador:E1D28058

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 600, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 600, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA DANIELLE ALVES DE CARVALHO MOTA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Danielle Alves de Carvalho Mota, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:DD1FA879

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 601, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 601, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA MARIANA CUNHA DE LIRA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Mariana Cunha de Lira, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:D37973CC

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 602, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 602, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA ANNA CAROLINA GOMES LOPES LEITE.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Anna Carolina Gomes Lopes Leite, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:DE4A8AC3

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 603, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 603, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' AO DR. GUSTAVO NASCIMENTO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" ao Dr. Gustavo Nascimento, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:805EC740

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 604, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 604, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' AO SENHOR VICTOR MARTINS ROCHA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" ao Senhor Victor Martins Rocha, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:1EC9160A

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 605, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 605, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA FABÍOLA GRAZIELLE FERRAZ DE CARVALHO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Fabíola Grazielle Ferraz de Carvalho, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:1D62DCD7

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 606, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 606, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' AO SENHOR HERIBERTO BICALHO MARTINS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" ao Senhor Heriberto Bicalho Martins, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:96A463C1

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 607, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 607, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' AO SENHOR DR. FREDERICO DE SOUZA FERREIRA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" ao Senhor Dr. Frederico de Souza Ferreira, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:20AB76B5

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 608, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 608, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA MÁRCIA TAMYRES APARECIDA GONÇALVES.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Márcia Tamyres Aparecida Gonçalves, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:C9404576

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 609, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 609, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA NEILA NAIANA PEREIRA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Neila Naiana Pereira, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:1519EB26

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 610, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 610, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA ANA PAULA HERMÓGENES SILVA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Ana Paula Hermógenes Silva, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:2EE397EE

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 611, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 611, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' AO DR. JULIO CESAR DURÃES DORNAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" ao médico Dr. Júlio César Durães Dornas, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e expressiva contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:00225481

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 612, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 612, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA KÉRCIA LIMA DE AGUIAR SANTOS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Kércia Lima de Aguiar Santos, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:9063CACA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 613, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 613, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O MÉRITO DA SAÚDE 'DR. MÁRCIO CARVALHO LOPES' À SENHORA MARILDA CONCEIÇÃO MENDES FERREIRA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Mérito da Saúde "Dr. Márcio Carvalho Lopes" à Senhora Marilda Conceição Mendes Ferreira, em reconhecimento à sua relevante atuação profissional, compromisso social e contribuição para a promoção da saúde e do bem-estar da população curvelana.

Art. 2º A honraria de que trata este Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser definida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:2858E86D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO

PROCESSSO LICITATÓRIO Nº 008/2026, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026, CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de transporte de passageiros por meio de **TÁXI**, visando atender às demandas da Câmara Municipal de Guaraciaba.

CREDENCIANTE: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA, inscrito no CNPJ sob o nº 26.151.795/0001-22.
CREDENCIADOS: TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº **001/2026** LINDOMAR LIMA PINTO COELHO; TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº **002/2026** OLIVEIRO DE JESUS OLIVEIRA; TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº **003/2026** ANTÔNIO DE SOUZA SANTANA e TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº **004/2026** ADRIANO JOSÉ DA SILVA.
VALOR: O pagamento pelos serviços efetivamente prestados observará os valores fixados no instrumento convocatório.
VIGÊNCIA: O Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 03 de agosto de 2026.

Guaraciaba/MG, 12 de agosto de 2026.

Publicado no Quadro Oficial de Avisos da Câmara Municipal de Guaraciaba

LILIAM APARECIDA LAURIANO DE LANNA
Agente de Contratação

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:355FD19E

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
PAUTA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO

PAUTA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGESIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA/MG

O Presidente da Câmara Municipal de Guaraciaba no uso das atribuições que lhes são conferidas de acordo com o Art. 29 do Regimento Interno faz saber que a pauta da reunião ordinária que se realizará no dia 13/08/2026, é a seguinte:
1ª PARTE
Leitura do Expediente
Distribuição Da Prestação de contas do Exercício de 2022**.**
2ª PARTE
Discussão e votação do Projeto de Lei n° 038/2026, que i**nstitui a política pública para Garantia, Proteção e Ampliação dos Direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares, no município de Guaraciaba-MG, e dá outras providências.**
Discussão e votação do Projeto de Lei n° 039/2026, que proíbe, o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no município de Guaraciaba-MG, e dá outras providências.
Discussão e votação do Projeto de Lei n° 041/2026 que institui o Programa Municipal de Mecanização da Agricultura Familiar – PROMECAF no município de Guaraciaba-MG, e dá outras providencias.
Indicações
Moção de Pesar
Moção de aplausos
Moção de repúdio
3ª PARTE

Palavra livre aos Vereadores.

Guaraciaba/MG, 12 de agosto de 2026

SILVÉRIO CÂNDIDO GAUDÊNCIO
Presidente

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:FF04B523

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
SORTEIO DE CREDENCIADOS

PROCESSO 008/2026, CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, INEXIGIBILIDADE 002/2026

SORTEIO - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR TÁXI

CREDENCIADO DE **TAXI ATÉ 120KM**

Antônio de Souza Santana

Adriano José da Silva

Lindomar Lima Pinto Coelho

Oliveiro de Jesus Oliveira

CREDENCIADO DE **TAXI A PARTIR DE 121KM**

Adriano José da Silva

Antônio de Souza Santana

Oliveiro de Jesus Oliveira

Lindomar Lima Pinto Coelho

SORTEIO - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS FRETAMENTO DE VAN

CREDENCIADO DE **VAN ATÉ 120KM**

CREDENCIADO DE **VAN A PARTIR DE 121KM**

Guaraciaba/MG, 14 de julho de 2026.

LILIAM APARECIDA LAURIANO DE LANNA
Agente de Contratação

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:3BC8C648

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017-2026- ALTERA O ART. 12 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 320, DE 31 DE JULHO DE 2026

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº17 , DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

> "Altera o art. 12 da Lei Complementar nº 320, de 31 de julho de 2026, que dispõe sobre o enquadramento de ocupantes do Cargo de Monitor em Cargo de Professor da Educação Infantil na Modalidade Creche, para dispor sobre a retroatividade de seus efeitos financeiros"

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º O art. 12 da Lei Complementar nº 320, de 31 de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2026." (NR)
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, 07 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 07 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antonio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal de
LAGOA DA PRATA - MG

Senhor Presidente,
Submeto à apreciação desta Augusta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei Complementar, que visa alterar o art. 12 da Lei Complementar nº 320, de 31 de julho de 2026.
A medida ora proposta tem caráter eminentemente administrativo e operacional. A referida Lei Complementar trata do enquadramento dos atuais ocupantes do Cargo de Monitor para o Cargo de Professor da Educação Infantil na Modalidade Creche, medida de extrema relevância para a estruturação do magistério municipal.
Entretanto, após a publicação da norma, verificou-se a impossibilidade operacional de processar o fechamento da folha de pagamento do mês de agosto de forma fracionada para os servidores abrangidos pela alteração. O processamento da folha requer uma unidade de regime jurídico durante todo o mês de referência para garantir a correta aplicação dos vencimentos e demais vantagens vinculadas ao novo cargo.
Dessa forma, a alteração proposta, fixando os efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2026, visa assegurar a organização do Departamento de Pessoal e a regularidade administrativa da folha de pagamento, evitando prejuízos ou incorreções nos cálculos remuneratórios dos servidores beneficiados.
Ante o exposto, considerando a relevância da matéria e a necessidade de adequação operacional do Executivo, conto com o apoio desta Casa para a célere aprovação deste Projeto de Lei Complementar.
Solicitamos que o mencionado projeto de lei seja tramitado em **regime de urgência**, nos termos do art. 32 da LOM.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de nosso elevado apreço.

Atenciosamente,

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:7CCE3D82

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 137-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR R$ 106.000,00 (PEDIDO Nº 078-2026)

PROJETO DE LEI Nº 137, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 106.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:
006.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
04.122.0603.4142 – Apoio à Regularização Fundiária
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 16.000,00
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
04.122.0301.4090 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 60.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 30.000,00
Total.....R$ 106.000,00
Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
11.333.0603.4140 – Fomento à Inovação e à Tecnologia
335043 – Subvenções Sociais.....R$ 16.000,00
06.002 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4029 – Apoio às Atividades Agropecuárias, à Agricultura e às Feiras Municipais
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 90.000,00
Total….....R$ 106.000,00
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 07 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 07 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
LAGOA DA PRATA- MG

Senhor Presidente,
Venho, pelo presente, enviar a V.Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais).
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a presente suplementação orçamentária tem por finalidade à adequação das dotações orçamentárias para atendimento de despesas de relevante interesse público, indispensáveis à continuidade e ao aprimoramento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
O Setor esclareceu que parte dos recursos destina-se ao reforço da dotação orçamentária para aditamento do contrato de prestação de serviços de regularização fundiária do Distrito Industrial Juscelino Kubitschek. Segundo informado, durante a execução contratual, verificou-se a necessidade de ampliação dos serviços inicialmente previstos, em decorrência do aumento do número de imóveis ocupados irregularmente identificados na área objeto da regularização.
Informou ainda que, o crédito adicional contempla, ainda, a disponibilização de recursos para a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de divisórias destinadas à adequação dos espaços físicos do Centro Municipal de Formação Profissional. Conforme esclarecido, a intervenção permitirá a estruturação de duas salas de aula e de um laboratório de informática, proporcionando ambientes apropriados para a realização de cursos de qualificação profissional, capacitação e desenvolvimento de competências voltadas à inserção e permanência da população no mercado de trabalho.
Acrescentou por fim que, os recursos também viabilizarão a aquisição de mobiliário necessário ao pleno funcionamento desses espaços, incluindo mesas, cadeiras, estações de trabalho e demais

equipamentos indispensáveis à adequada instalação das salas de aula e do laboratório de informática. A medida, conforme destacado pelo Setor, proporcionará melhores condições de ensino e aprendizagem, garantindo ambientes organizados, funcionais, confortáveis e compatíveis com as atividades desenvolvidas, em benefício dos alunos, instrutores, servidores e demais usuários.
Dessa forma, em atendimento à solicitação do Setor de Planejamento, solicito que o mencionado Projeto de Lei tramite em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos do art. 32 da LOM.
Segue, ainda, anexo, o detalhamento das dotações.

Cordiais Saudações.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:3BBCE13B

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 138-2026 - CRÉDITO ESPECIAL R$ 20.000,00 (PEDIDO Nº 079-2026)

PROJETO DE LEI Nº 138, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 20.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender à seguinte dotação orçamentária:
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
22.661.0603.4141 – Empreenda +
339035 – Serviços de Consultoria.....R$ 20.000,00
Total.....R$ 20.000,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado será anulada a seguinte dotação orçamentária:
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria de desenvolvimento Econômico
22.661.0603.4141 – Empreenda +
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 20.000,00
Total.....R$ 20.000,00
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 07 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 07 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
LAGOA DA PRATA- MG

Senhor Presidente,
Venho, pelo presente, enviar a V. Exa., para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
De acordo com o Setor de Planejamento, o crédito tem por finalidade viabilizar a contratação de consultoria especializada em atração de investimentos, com o objetivo de fortalecer a política municipal de desenvolvimento econômico e ampliar a capacidade do Município na prospecção e captação de novos empreendimentos.
Segundo informado, a consultoria prestará apoio técnico na realização de diagnóstico das potencialidades econômicas locais, identificação de oportunidades de negócios, prospecção de investidores, promoção institucional de Lagoa da Prata e assessoramento nas negociações voltadas à instalação, expansão e consolidação de empreendimentos no Município.
Acrescentou por fim que, a iniciativa contribuirá para o aumento da competitividade de Lagoa da Prata favorecendo a geração de emprego e renda, e fomentar a ampliação da arrecadação municipal, por meio da atração de investimentos privados.
Segue, ainda, anexo, o detalhamento das dotações.

Cordiais Saudações.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:7613DB72

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROJETO DE LEI Nº 139-2026- AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE LAGOA DA PRATA A INCLUIR CAMPO PARA CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA - ACOM

PROJETO DE LEI Nº 139, DE 07 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Lagoa da Prata a incluir campo para contribuição voluntária em favor da ACOM – Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste de Minas em suas faturas de serviços.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º Fica o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Lagoa da Prata autorizado a implementar, em suas faturas mensais de água e esgoto, a opção de contribuição voluntária em favor da Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste de Minas – ACOM.
Art. 2º A inclusão da contribuição voluntária de que trata esta Lei observará os seguintes princípios e diretrizes:
I – caráter estritamente facultativo, não possuindo natureza tributária e estando desvinculada da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
II – exigência de autorização prévia, expressa e identificada do titular da unidade consumidora;
III – possibilidade de alteração ou cancelamento da contribuição a qualquer momento, mediante procedimento simples e acessível ao usuário;
IV – identificação clara e separada do valor da doação na fatura, distinguindo-o das tarifas relativas aos serviços prestados pelo SAAE;
V – garantia de que a ausência de pagamento da doação voluntária não resultará em multa, juros, restrição de crédito, suspensão ou interrupção dos serviços de água e esgoto.
Art. 3º A implementação do mecanismo de contribuição será objeto de convênio, termo de cooperação ou instrumento congênere a ser celebrado entre o Município, o SAAE e a ACOM, o qual deverá dispor sobre:
I – os procedimentos técnicos e operacionais para a arrecadação e o repasse dos valores à ACOM;
II – a definição da periodicidade dos repasses;
III – os mecanismos de controle, transparência e prestação de contas, garantindo-se a publicidade dos valores arrecadados e aplicados;
IV – o tratamento de dados pessoais em estrita observância à legislação vigente (Lei nº 13.709/2018 – LGPD);
V – a responsabilidade pela definição dos limites técnicos e faixas de valores para a contribuição.
Art. 4º Caso indicado nos estudos técnicos e expressamente previsto no instrumento de parceria, poderão ser retidos, do montante arrecadado, custos operacionais comprovadamente necessários à implementação do mecanismo.

Art. 5º A ACOM deverá apresentar, periodicamente, relatórios de prestação de contas ao SAAE e ao Conselho Municipal de Saúde, demonstrando a aplicação dos recursos arrecadados e os resultados sociais alcançados em prol dos pacientes oncológicos de Lagoa da Prata.
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo os prazos e condições para sua operacionalização.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 07 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Lagoa da Prata, 07 de agosto de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador Antonio Justino Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal de
LAGOA DA PRATA - MG

Senhor Presidente,

A presente proposta legislativa visa autorizar o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE a incluir campo para contribuição voluntária em favor da ACOM – Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste de Minas, em suas faturas mensais.
A proposta surge a partir da necessidade de fortalecer a rede de apoio aos pacientes oncológicos residentes em nosso Município. Conforme dados levantados pela própria ACOM, entidade de reconhecida atuação beneficente, nos últimos doze meses foram atendidos 812 pacientes de Lagoa da Prata, evidenciando o impacto direto e indispensável que a instituição exerce sobre a saúde pública local.
O objetivo deste projeto é simples, mas transformador: oferecer ao cidadão lagopratense um meio seguro, transparente e prático de exercer a solidariedade, integrando a doação voluntária à rotina já existente de pagamento da conta de água. É fundamental ressaltar que a iniciativa não impõe qualquer encargo financeiro ou risco de interrupção dos serviços públicos ao consumidor, sendo a adesão estritamente facultativa, reversível e identificada de forma clara e separada na fatura.
A medida alinha-se a modelos de sucesso já implementados em outros municípios mineiros e no sistema de saneamento estadual, primando pelo rigor técnico, pela conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelo estabelecimento de mecanismos robustos de transparência e prestação de contas dos valores repassados.
Certo de que esta proposição receberá o acolhimento e a atenção necessária por parte dos Nobres Vereadores, dada sua indiscutível relevância social, coloco-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos complementares.
Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de nosso elevado apreço.

Atenciosamente,

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:90715EB7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2025. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2025. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2025. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de passagem expressa em pedágio mediante tecnologia de identificação composto por transpoder de identificação veicular (TIV), com fornecimento de TAG'S para ser instalada no veículo da frota da Câmara Municipal de Morro da Garça. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA (CNPJ: 38.522.827/0001-38). CONTRATADA: GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA. (CNPJ: 05.989.476/0001-10). APOSTILAMENTO: Atualização do valor unitário da tarifa de pedágio, passando de R$10,20 (dez reais e vinte centavos) para R$10,60 (dez reais e sessenta centavos), em razão do reajuste da tarifa praticada pela concessionária Ecovias Norte Minas. FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula Sétima, itens "7.1" e "7.6", do Contrato Administrativo nº 19/2025 e Art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Erica Cristina Gomes da Silva.

Morro da Garça/MG, 10 de agosto de 2026.

CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
João Pedro Fernandes do Nascimento
Código Identificador:D2A1C261

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERA

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº48-2026 TERMO DE REFERÊNCIA

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para contratação de empresa especializada conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.
Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.
1. Objeto:
Prestação de serviços de confecção, acabamento e fornecimento de estrutura metálica em Metalon, com as seguintes especificações mínimas:
Material: Tubo de aço carbono (Metalon) 50 mm x 30 mm, na chapa 16 (espessura aproximada de 1,50 mm);
Dimensões: 2,80 m (comprimento/altura) x 1,00 m (largura/comprimento);
Acabamento e Pintura: Tratamento anticorrosivo (fundo/primer) e pintura final de acabamento na cor preto fosco;
Execução e Qualidade: Soldagem contínua e alinhada, sem rebarbas ou imperfeições, garantindo estabilidade estrutural e acabamento estético adequado.
2. Justificativa:
A presente solicitação justifica-se em razão da necessidade urgente de substituição da estrutura do pé da mesa de reuniões desta Casa Legislativa, a qual se encontra com a sua estrutura comprometida e abalada pelo uso. A medida visa sanar o risco iminente de acidentes e eventuais lesões aos parlamentares, servidores e visitantes que utilizam a sala de reuniões, garantindo a segurança dos usuários, a estabilidade do mobiliário e a perfeita adequação do espaço para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais.
3. Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter: identificação do proponente (CPF ou CNPJ); descrição detalhada do objeto; valor unitário e total; prazo de entrega; condições de pagamento; validade da proposta; indicação de inclusão ou não do frete.
As propostas poderão ser encaminhadas:
Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **18/08/2026**;
Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.
4. Prazo de entrega:

O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento.

5. Condições de pagamento:

O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6. Disposições gerais:

Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas. O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis nos termos do artigo 75, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era e no mural também da Câmara Municipal de Nova Era.

A contratação será precedida de pesquisa de preço de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 12 de agosto de 2026.

Geovane Gomes Batista

Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 48/2026

1. Objeto:

Prestação de serviços de confecção, acabamento e fornecimento de estrutura metálica em Metalon para a Câmara Municipal de Nova Era/MG.

2. Justificativa da contratação:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de estrutura metálica sob medida para atendimento às demandas operacionais e organizacionais das dependências da Câmara Municipal de Nova Era/MG, garantindo durabilidade, resistência e a adequada adequação dos espaços físicos da Casa Legislativa.

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, sendo precedida de planejamento e pesquisa de preço, conforme artigo 23 e artigo 72.

3. Especificações técnicas mínimas:

3.1. Quantitativo: 01 (uma) unidade.

3.2. Características mínimas:

Material: Tubo de aço carbono (Metalon) 50 mm x 30 mm, na chapa 16 (espessura aproximada de 1,50 mm);

Dimensões: 2,80 m x 1,00 m;

Acabamento e Pintura: Tratamento anticorrosivo (fundo/primer) e pintura final na cor preto fosco;

Padrão de execução: Solda contínua e alinhada, sem rebarbas ou imperfeições estruturais.

3.3. Personalização: Conforme especificações de dimensões, cor e acabamento indicados acima.

4. Prazo e local de entrega:

Entregue em até 10(dez) dias corridos na sede da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

5. Critério de julgamento:

Menor preço global. Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6. Condições de pagamento:

Em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7. Obrigações da contratada:

Executar conforme especificações, garantir qualidade, cumprir prazos, substituir itens defeituosos quando necessário.

8. Fundamentação legal:

Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Dotação orçamentária:

As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.

10. Participação dos proponentes:

10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).

10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11. Apresentação das propostas:

Devem conter: identificação do proponente (CPF/CNPJ), descrição do objeto, valores unitário e total, prazo de entrega, condições de pagamento, validade da proposta, frete incluso ou não.

12. Pesquisa de preços:

A estimativa será realizada previamente pela administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 12 de agosto de 2026.

Elaborado Por:

ÂNGELA BARONY LAGE –
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado Por:

GEOVANE GOMES BATISTA –
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:F7DA2BC4

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
DESIGNA SESSÃO SOLENE PARA ENTREGA DE TÍTULOS DE CIDADÃO HONORÁRIO E DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO

PORTARIA Nº. 026/2026

Designa Sessão Solene para entrega de Títulos de Cidadão Honorário e Diploma de Honra ao Mérito.

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, **RESOLVE:**

Art. 1º Fica designada a realização de Sessão Solene para o dia 20 de agosto de 2026, com início às 19h00, no Plenário da Câmara Municipal.

Art. 2º A Sessão Solene de que trata o artigo anterior tem por finalidade a entrega das seguintes honrarias:

I - Título de Cidadão Honorário Ourofinense ao Ilustríssimo Senhor André Pereira Evangelista, em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 043/2025;

II - Título de Cidadã Honorária Ourofinense a Ilustríssima Irmã Teresinha Evangelista da Rocha, em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 07/2026;

III - Diploma de Honra ao Mérito a Ilustríssima Maria Clara Pereira, em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 020/2025;

Art. 3º A Secretaria desta Casa Legislativa deverá proceder com a confecção dos convites e realizar todos os atos necessários à preparação e execução do evento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 12 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente 2025/2026
Câmara Municipal de Ouro Fino (MG)

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:0102E949

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

PORTARIA Nº. 025/2026

Nomeação do Agente de Contratação e dos membros da Comissão Permanente de Contratação da Câmara Municipal de Ouro Fino.

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sarah Garcia Guimarães, servidora do quadro efetivo, para exercer a função de Agente de Contratação da Câmara Municipal de Ouro Fino, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º Nomear os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Contratação da Câmara Municipal de Ouro Fino:

I - Fábio Henrique de Oliveira;

II - Gabriel Francisco Salgueiro de Melo;

III - Bruna Nunes de Sousa.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão Permanente de Contratação serão presididos pelo Sr. Fábio Henrique de Oliveira.

Art. 4º As licitações somente poderão ser abertas e julgadas na presença de, no mínimo, 2 (dois) membros da comissão.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 11 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente 2025/2026
Câmara Municipal de Ouro Fino (MG)

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:CCC54DAD

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA Nº 46, DE 07.08.2026

Concede progressão salarial à servidora efetiva, Maria Juliana de Freitas Gomes, aprovada em avaliação de desempenho.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ponte Nova - MG, no exercício de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar Municipal nº 4.637, de 08.12.2022, e atendido o disposto dos artigos 29-A da Constituição e art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

CONSIDERANDO o conteúdo da "Ficha de Avaliação de Desempenho" subscrita pela Comissão de Avaliação instituída pela Portaria nº 54, de 10.12.2021.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam ratificadas as conclusões da Comissão de Avaliação de Desempenho instituída pela Portaria nº 54, de 10.12.2021.

Art. 2º Fica concedida progressão de nível salarial à servidora efetiva **Maria Juliana de Freitas Gomes**, do nível 31 (trinta e um) para o nível 32 (trinta e dois) da tabela salarial, referente ao período de avaliação de desempenho de 11.01.2025 a 11.07.2026.

Parágrafo único. A presente progressão de níveis é concedida tomando-se por base a tabela salarial vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Art. 4º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova – MG, 7 de agosto de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:C12BD69A

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA Nº 47, DE 12.08.2026

Exonera, a pedido, a servidora Mariana Moreira dos Santos ocupante de cargo em comissão de Coordenadora-Geral da Escola do Legislativo.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a servidora **MARIANA MOREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 01, de 02.01.2025, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenadora-Geral da Escola do Legislativo, requereu sua exoneração a partir da data de 28.08.2026 (Protocolo nº 1078/2026)

CONSIDERANDO o disposto no art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 1.522, de 1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que a exoneração de cargo em Comissão dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **Mariana Moreira dos Santos**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenadora-Geral da Escola do Legislativo, com desligamento do quadro de servidores a partir de **28.08.2026**.

Art. 2º Determinar à Divisão Administrativa que adote as providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria, promovendo os registros funcionais, a comunicação aos setores competentes e as demais medidas decorrentes da exoneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova – MG, 12 de agosto de 2026

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:EBD76F35

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
REPETIÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

REPETIÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica para:

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de fornecimento, fabricação, instalação de cercamento com extensão de 100 (cem) metros lineares, incluindo 01 (um) portão de acesso para pedestres e 02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos, destinados ao fechamento e proteção do estacionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, com o objetivo de aprimorar a segurança das instalações, promover maior controle de entrada e saída de pessoas e veículos, bem como preservar o patrimônio público no local.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

REGIDO PELA LEI N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de fornecimento, fabricação, instalação de cercamento com extensão de 100 (cem) metros lineares, incluindo 01 (um) portão de acesso para pedestres e

02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos, destinados ao fechamento e proteção do estacionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, com o objetivo de aprimorar a segurança das instalações, promover maior controle de entrada e saída de pessoas e veículos, bem como preservar o patrimônio público no local, conforme especificações e condições estabelecidas no instrumento convocatório, conforme abaixo:

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES**.**

DATA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 18:00 HORAS DE **26 DE AGOSTO DE 2026**.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 14:00 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES BLL COMPRAS
– https://bll.org.br/

PORTARIA Nº 243/2026

PREGOEIRO OFICIAL: RODRIGO WALACE CORRÊA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:
Telefones: (31) 3631-1550
E-mail: diretoriaadm@cmrn.mg.gov.br
Horário de funcionamento: 08h00min. às 12h00min e de 13h00min às 17h00.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, realizará na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações BLL COMPRAS – (https://bll.org.br/), conforme especificado no ANEXO I deste edital.
1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo **Sr. RODRIGO WALACE CORRÊA**, Pregoeiro oficial, designado pela **Portaria n° 243/2026** e pela Equipe de Apoio, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21, Lei Complementar n° 123/06**, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.
1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através do endereço eletrônico BLL COMPRAS - https://bll.org.br/ e também no prédio sede da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.
1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico BLL COMPRAS - https://bll.org.br/
1.5 - A Câmara Municipal não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2- OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de fornecimento, fabricação, instalação de cercamento com extensão de 100 (cem) metros lineares, incluindo 01 (um) portão de acesso para pedestres e 02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos, destinados ao fechamento e proteção do estacionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, com o objetivo de aprimorar a segurança das instalações, promover maior controle de entrada e saída de pessoas e veículos, bem como preservar o patrimônio público no local, conforme especificações do projeto e das condições estabelecidas no instrumento convocatório e demais condições expressas no Anexo I do presente edital e seus anexos.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.
3.2 – Não poderá participar do presente certame a empresa:
3.2.1 – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Câmara Municipal, durante o prazo da sanção aplicada;
3.2.2 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
3.2.3 – Empresa impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal, durante o prazo da sanção aplicada;
3.2.4 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998;
3.2.5 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021;
3.2.6 – Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
3.2.6.1 – Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
3.2.7 – Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.
3.2.8 – Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, compreendendo o fornecimento, fabricação e instalação de cercamentos metálicos, gradis, alambrados, portões metálicos, estruturas metálicas ou atividades compatíveis com o objeto contratado.
3.2.9 – Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
3.3 – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o que poderá ser realizado na BLL COMPRAS (https://bll.org.br/).
3.4 – A observância das vedações acima é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo seu descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

3.5 – A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, fabricação e instalação de cercamento com extensão de 100 (cem) metros lineares, incluindo 01 (um) portão de acesso para pedestres e 02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos, destinados ao fechamento e proteção do estacionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, visando aprimorar a segurança das instalações, promover maior controle de entrada e saída de pessoas e veículos, bem como preservar o patrimônio público, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site BLL COMPRAS – (https://bll.org.br/) no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o 3º (**terceiro) dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da BLL COMPRAS – (https://bll.org.br/)
5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá cumprir os seguintes requisitos:

I – Não incorrer nas condições impeditivas do art. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
II - Atender aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
III - Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
IV – Quando pretender usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declarar seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte e que não incorre nas hipóteses impeditivas previstas na referida legislação.
5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
6.5 – Após a abertura da sessão pública, não será admitida a desistência da proposta, salvo por motivo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
6.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
6.8 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
6.9 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
6.9.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro através do sistema, via correios ou ainda protocolar pessoalmente no setor de licitações.
6.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
6.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.
6.12 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "***chat***" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
6.13 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7.1. O licitante deverá apresentar sua proposta contendo:
7.1.1. Valor unitário e valor total dos serviços, em conformidade com a planilha orçamentária, considerando todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais documentos que integram o Edital.
7.1.2. Especificação dos materiais a serem empregados na execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, marca, fabricante, modelo e características técnicas do cercamento metálico, dos postes, portões, trilhos, ferragens, sistemas de fixação, acessórios e demais componentes, observadas as especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência.
7.1.3. Descrição detalhada do objeto ofertado, contemplando o fornecimento, fabricação, transporte, instalação e demais serviços necessários à completa execução do cercamento do estacionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, com extensão de 100 (cem) metros lineares, incluindo 01 (um) portão de acesso para pedestres e 02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Edital.
7.2. Todas as especificações técnicas, características dos materiais, métodos executivos e demais condições constantes da proposta vinculam a adjudicatária, obrigando-a ao seu integral cumprimento durante toda a execução contratual.

7.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como fornecimento de materiais, fabricação, transporte, carga e descarga, mão de obra, equipamentos, ferramentas, montagem, instalação, fixação, soldagem, concretagem das bases, acabamento, testes de funcionamento dos portões, limpeza da área de trabalho, seguros, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas administrativas, lucro, bem como quaisquer outros custos e despesas que incidam direta ou indiretamente sobre a perfeita execução do objeto, de modo que nenhuma remuneração adicional seja devida pela Câmara Municipal.
7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na fase de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
7.4.1. A omissão de qualquer custo ou despesa indispensável à perfeita execução dos serviços será interpretada como já incluída no preço proposto, não sendo admitido pedido de acréscimo após a abertura da sessão pública.
7.4.2. É de inteira responsabilidade do licitante obter, junto aos órgãos competentes, todas as informações relativas à incidência de tributos, taxas, contribuições e demais encargos aplicáveis ao objeto da contratação, não sendo aceita alegação de desconhecimento da legislação vigente.
7.5. O prazo de validade da proposta será de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua apresentação.
7.6. Os licitantes deverão observar os preços máximos eventualmente fixados na legislação aplicável e aqueles constantes do orçamento estimado da contratação, quando houver, respeitando as normas pertinentes às contratações públicas.
7.7. Em caso de divergência ou inconsistência entre a descrição do objeto constante do Edital e aquela apresentada na plataforma eletrônica do Pregão, prevalecerá o descritivo constante do Edital e de seus anexos.
7.8. Os documentos exigidos para a fase de habilitação deverão ser anexados ao sistema eletrônico juntamente com a proposta, antes da abertura da sessão pública, quando assim exigido pelo instrumento convocatório, sendo que sua ausência ou apresentação em desconformidade poderá acarretar a inabilitação ou desclassificação do licitante, conforme disposto no Edital e na legislação aplicável.

8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA
8.1.1 - Registro comercial no caso de firma individual;
8.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
8.1.3. Em caso de representação por pessoa que não integre o quadro societário da empresa, deverá ser apresentada procuração ou outro instrumento válido que comprove os poderes do representante, dispensado o reconhecimento de firma, salvo dúvida fundamentada quanto à autenticidade.
8.1.4 - Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
8.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
8.1.6. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos estabelecidos no art. 3º da referida Lei Complementar e que não se enquadra em nenhuma das situações impeditivas previstas em seu § 4º.
8.1.6.1. A Administração poderá solicitar documento comprobatório do enquadramento, expedido pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza jurídica da licitante, ou realizar a verificação por meio de consulta aos cadastros oficiais disponíveis.
8.1.6.2. A ausência da declaração prevista no item 8.1.6 implicará apenas a não concessão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, não constituindo motivo para impedir a participação da licitante no certame.
8.1.6.3. A declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável, sem prejuízo das demais consequências legais.

8.2 – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
b) prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS,** através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
c) prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual**;
d) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, **Cartão de Inscrição Estadual**, (se houver);
e) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
f) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(CRF - FGTS),** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT;**

8.3 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior, de forma satisfatória, de serviços de fornecimento, fabricação e instalação de cercamento metálico, incluindo portões de acesso para pedestres e veículos, compatíveis em características, quantidades, complexidade tecnológica e operacional com o objeto da presente contratação.
a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado que o(s) expediu, ou conter identificação eletrônica ou carimbo com o respectivo CNPJ, bem como a identificação e assinatura do responsável por sua emissão.

a.2) O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou de qualquer filial da licitante, desde que esta comprove sua vinculação à empresa participante do certame.

a.3) Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.

a.4) Poderão ser aceitos atestados referentes a serviços executados no exterior, desde que acompanhados de tradução para a língua portuguesa realizada por tradutor público juramentado, quando exigido pela legislação brasileira.
a.5) Será admitida a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica para comprovação da aptidão da licitante, desde que, em conjunto, demonstrem experiência compatível com o objeto da contratação.

8.3.1. O Pregoeiro poderá promover diligência para verificar a autenticidade e a veracidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, podendo exigir documentos complementares que comprovem sua efetiva execução, tais como contratos, termos de recebimento, medições, notas fiscais, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), quando cabíveis, certidões de acervo técnico (CAT), ou outros

documentos idôneos que corroborem as informações constantes dos atestados.

8.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou documento equivalente, observado o prazo de validade nela indicado, ou liquidação extrajudicial ou de execução patrimonial, expedida pelo(s) distribuidor (es) judicial (is) da sede da empresa, em data não superior a 06 (seis) meses da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
b) Na Hipótese de Certidão de recuperação Judicial positiva, a licitante interessada deverá, acompanhado da certidão, apresentar comprovação de homologação judicial do Plano de Recuperação, sob pena de Inabilitação.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:
"Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro".

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
9.1.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico, não sendo aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.
9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.
9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
9.11 – Não haverá intervalo mínimo de diferença entre os lances de menor preço global.
9.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
9.13 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
9.14 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
9.15 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
9.16 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
9.17 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
9.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
9.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
9.20 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
9.22 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
9.23 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
9.25 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
9.26 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
9.28 - A ordem de apresentação das propostas somente será utilizada quando aplicável, observados os critérios legais de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no item I do art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
9.29.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato continuo à classificação
9.29.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.29.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
9.29.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
9.29.5 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade do Município, no território do Estado em que este se localize;
9.29.6 - Empresas brasileiras;
9.29.7 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
9.29.8 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
9.33 – Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
9.34 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital.
10.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
10.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
10.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
10.5 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
10.6 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
10.7 - Poderão ser solicitados documentos complementares destinados à comprovação da conformidade dos materiais ofertados com as especificações técnicas constantes do Projeto, do Termo de Referência e das normas técnicas aplicáveis, incluindo catálogos, fichas técnicas, memoriais descritivos, certificados de qualidade ou outros documentos equivalentes.
10.8 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
10.8.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.
10.9 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "***chat***" a nova data e horário para a sua continuidade.
10.10 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
10.11 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
10.12 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo "***chat***".

11 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - O julgamento será pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observada a compatibilidade com os preços de mercado, a qualidade dos serviços e dos materiais empregados, o atendimento às especificações técnicas e a vantajosidade para a Administração.
11.2 - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.
11.3 - Se a proposta de menor valor/maior vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
11.3.1 - Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexequível, caberá ao pregoeiro realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração.
11.3.2 – Será considerada inexequível a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos da contratação são coerentes com os de mercado.
11.3.3 – Nas contratações de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, assegurada, quando juridicamente cabível, a realização de diligência para demonstração da exequibilidade.
11.3.4 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
11.6 - Serão desclassificadas as propostas que:
11.6.1. - Contiverem vícios insanáveis;
11.6.2. - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
11.6.3 - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
11.6.4. - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
11.6.4.1 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
11.6.5. - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
11.6.6. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.
12.1.2. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.
12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por meio da plataforma de licitação ou ainda pelo e-mail diretoriaadm@cmrn.mg.gov.br a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas).

13 - DO RECURSO

13.1. Após as etapas de classificação e habilitação, os licitantes receberão notificação pelo sistema, para, querendo, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, obrigatoriamente via sistema eletrônico no prazo de **15 (quinze) minutos,** com registro em ata da síntese das suas razões, sendo que o recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando concedido pela autoridade competente, de forma motivada.
13.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.
13.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
13.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
13.2.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.
13.3 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
13.4 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.5. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informados, quando mantiver a sua decisão
13.5.1- A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento dos autos.
13.5.2- O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se tiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender às demais condições para sua admissibilidade.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade competente, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.
15.2 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.
15.3 - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o **ADJUDICANTE**, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.
15.4 - Alternativamente à assinatura via Portal, a Administração poderá encaminhar o contrato, mediante correspondência eletrônica, para assinatura eletrônica avançada, devendo ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando -se às penalidades previstas.
15.5 - O prazo previsto no subitem 15.1. poderá ser prorrogado por discricionariedade da Administração ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
15.6 – Previamente à assinatura do contrato pela Administração , será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual e extraída a Certidão negativa conjunta TCU (Licitante inidôneos), CNJ (CNIA Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) , Portal da Transparência CEIS Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), Portal da Transparência (CNEP Cadastro Nacional de Pessoas Punidas , obtida através do link: Certidões Administração Pública Federal (tcu.gov.br) , para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor , cujo comprovante será anexado ao processo.
15.7. Se o adjudicatário, quando da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação ou, injustificadamente, recusar-se a assiná-lo, poderá ser convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, após a verificação da aceitabilidade da proposta e dos requisitos de habilitação, para celebrar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16 – DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE

17.1 Fiscalizar a execução do contrato;
17.2 Comunicar formalmente à Contratada, quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços ou no fornecimento e instalação dos materiais, determinando as providências necessárias à sua correção.
17.3 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e condições estabelecidos no contrato;
17.4 Designar fiscal(is) do contrato;
17.5 Arcar com as despesas de publicação do contrato e de seus aditivos.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

18.1. Executar os serviços de fornecimento, fabricação e instalação de cercamento com extensão de 100 (cem) metros lineares, incluindo 01 (um) portão de acesso para pedestres e 02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos, destinados ao fechamento e proteção do estacionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, em conformidade com as especificações constantes do Projeto, do Termo de Referência, do Edital, de seus anexos e das demais normas técnicas aplicáveis, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas e insumos necessários, bem como a execução de todos os serviços complementares indispensáveis ao perfeito funcionamento e à conclusão do objeto contratado.
18.2. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e insumos necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos materiais empregados e pela correta execução dos serviços.

18.3. Executar os serviços dentro dos prazos estabelecidos no cronograma aprovado pela Administração, observando as condições de segurança, qualidade e desempenho previstas nas normas técnicas e na legislação vigente.
18.4. Refazer, reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas e no prazo determinado pela fiscalização, quaisquer serviços ou materiais que apresentem defeitos, vícios, imperfeições ou que estejam em desacordo com as especificações contratuais, sem prejuízo da garantia legal e contratual.
18.5. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
18.6. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive aquelas relativas ao fornecimento de materiais, transporte, equipamentos, ferramentas e mão de obra.
18.7. Responder integralmente pelos danos causados à Administração, ao patrimônio público ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão, dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, durante a execução dos serviços.
18.8. Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, franqueando acesso aos locais de execução dos serviços e prestando todas as informações, esclarecimentos e documentos solicitados pela Administração.
18.9. Não ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, a execução do objeto, salvo nas hipóteses expressamente admitidas no Edital e previamente autorizadas pela Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução contratual.
18.10. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental, de saúde e segurança do trabalho, bem como todas as normas técnicas aplicáveis, responsabilizando-se por seus empregados, prepostos e demais pessoas envolvidas na execução dos serviços, não recaindo sobre a CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária decorrente dessas obrigações.
18.11. Manter o local dos serviços organizado e em condições adequadas de limpeza durante toda a execução contratual, promovendo, ao final dos trabalhos, a remoção de entulhos, resíduos, materiais inservíveis e demais sobras provenientes da execução dos serviços, dando-lhes destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente.
18.12. Observar todas as normas de segurança do trabalho, fornecendo aos seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das normas regulamentadoras aplicáveis.

19. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

19.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, por intermédio de fiscal(is) e/ou gestor(es) do contrato formalmente designado(s), nos termos da Lei nº 14.133/2021.
19.2. Compete ao fiscal do contrato:
a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando sua conformidade com o Projeto, o Termo de Referência, o Edital, o Contrato e as normas técnicas aplicáveis;
b) verificar a qualidade dos materiais empregados e dos serviços executados, rejeitando aqueles que não atendam às especificações contratuais;
c) registrar em documento próprio todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, determinando as providências necessárias para a correção de falhas, defeitos ou irregularidades;
d) solicitar à Contratada a correção, reparação, reconstrução ou substituição, às suas expensas, dos serviços ou materiais executados em desacordo com as especificações contratuais;
e) atestar as medições e as notas fiscais, após a verificação da efetiva execução dos serviços, para fins de pagamento;
f) comunicar à autoridade competente quaisquer irregularidades que possam ensejar aplicação de penalidades ou outras medidas administrativas.
19.3. O objeto será recebido provisoriamente, mediante termo circunstanciado, pelo fiscal do contrato, após a conclusão dos serviços, para efeito de verificação da conformidade com as especificações contratuais.

19.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade, da conformidade e do pleno cumprimento das obrigações contratuais, mediante emissão de termo de recebimento definitivo, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

19.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos serviços executados, pelos materiais empregados, nem pela garantia legal e contratual do objeto.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado em parcela única, até o 10.º dia útil contado do recebimento definitivo dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
20.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá corresponder aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pelo fiscal do contrato.
20.3. Para fins de pagamento, a ADJUDICATÁRIA deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura sem rasuras, em nome da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, contendo, de forma clara e legível, o número da conta corrente, a agência bancária e o número da Ordem de Serviço, da Ordem de Compra ou do Contrato.
20.4. Constatado erro na Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento fiscal será devolvido à ADJUDICATÁRIA, ficando o pagamento suspenso até a devida regularização. Nessa hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a reapresentação do documento fiscal corrigido, sem que isso acarrete qualquer ônus adicional à Câmara Municipal de Ribeirão das Neves.
20.5. A critério da Administração, poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores correspondentes a multas, indenizações, glosas ou outras obrigações de responsabilidade da Contratada decorrentes da execução dos serviços contratados.
20.6. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, aplicar-se-á atualização monetária, nos termos da legislação vigente.

21 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: F: 012-33903900 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

22 – SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **ADJUDICATÁRIA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções/infrações previstas na lei 14.133/21:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.1.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.1.3 A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.1.4 A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

22.1.5 A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.1.6 A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.1.7 A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

b) quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

c). As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
d). Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
e) A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
22.1.8. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
22.1.9 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei 14.133/21 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
22.1.10. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

22.1.11. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.1.12. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.1.13 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

b) suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

c) suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

22.1.14. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente, definidos na referida Lei.

23 – DO REAJUSTAMENTO

23.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante toda a execução do contrato, considerando o prazo previsto para a conclusão do objeto.

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Homologada a licitação e formalizada a contratação, o adjudicatário receberá a Ordem de Serviço ou outro instrumento equivalente para início da execução contratual.
24.2 A inexecução total ou parcial dos serviços, ou sua execução em desacordo com a proposta, o Termo de Referência, o Projeto e o Contrato, implicará a aplicação das penalidades previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

24.3 - É facultado ao **PREGOEIRO** ou à **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

24.4 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrente desta licitação, somente será analisada se

apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

24.5 – Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

24.6 – Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

24.7 – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

24.8 – A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá na mesma condição contratual, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.

24.9 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

24.10 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo se previamente autorizada pela Administração, nos termos do contrato.

24.11 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

24.12 - O **PREGOEIRO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.13 – É vedado ao **licitante** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

24.14 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo **PREGOEIRO** de forma exclusiva pela plataforma de licitações BLL COMPRAS (https://bll.org.br/).

24.15 - Integram o Presente Edital:

a) Anexo I – Termo de Referência;
b) Anexo II – Minuta do Contrato;

24.16- Interessados poderão adquirir cópia do Edital via download do arquivo através do Portal Eletrônico BLL COMPRAS (https://bll.org.br/) ou pessoalmente na sede da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, junto ao Setor responsável.

24.17 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

24.18 - Em caso de divergência entre os documentos da contratação, prevalecerão, nesta ordem: o Edital, o Termo de Referência, o Projeto e seus memoriais, a planilha orçamentária, a minuta contratual e a proposta da Contratada, ressalvadas as especificações técnicas mais detalhadas e as condições mais favoráveis à Administração, quando compatíveis.

24.19 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.20 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

24.21 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

24.22 - A Administração poderá revogar ou anular a licitação nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como inabilitar licitante ou desclassificar proposta quando constatada situação legalmente prevista, mediante decisão motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

24.23 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.24 – O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

24.25. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Central de Contratações, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou pelo telefone (31)3631-1550 e e-mail: diretoriaadm@cmrn.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico BLL COMPRAS (https://bll.org.br/).

Ribeirão das Neves, 12 de agosto de 2026.

De Acordo:

RODRIGO WALACE CORRÊA
Pregoeiro

ANEXO I
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 004/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de fornecimento, fabricação e instalação de cercamento com extensão de 100 (cem) metros lineares, incluindo 01 (um) portão de acesso para pedestres e 02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos, destinados ao fechamento e proteção do estacionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, compreendendo:
Fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e insumos necessários;
Fabricação dos elementos que compõem o sistema de cercamento e dos portões;
Transporte dos materiais até o local de execução;
Instalação completa do cercamento, incluindo fundações, fixações, nivelamento, alinhamento e acabamentos;
Instalação de 01 (um) portão de acesso para pedestres;
Instalação de 02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos;
Execução de todos os serviços complementares necessários ao perfeito funcionamento e conclusão do objeto, conforme especificações técnicas e demais disposições deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover maior segurança às instalações da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, mediante o fechamento e proteção do estacionamento da instituição.
A implantação do cercamento permitirá:
Aprimorar a segurança patrimonial das instalações;
Controlar o acesso de pessoas e veículos ao estacionamento;
Reduzir riscos de invasões, furtos, vandalismo e danos ao patrimônio público;
Organizar o fluxo de entrada e saída de veículos e pedestres;
Garantir melhores condições de proteção aos bens públicos e aos usuários das dependências da Câmara Municipal.

A contratação de empresa especializada constitui a solução mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando que a Administração não dispõe de equipe técnica, equipamentos e materiais necessários para execução dos serviços com a qualidade, segurança e eficiência exigidas.

2.1 Classificação do objeto

O objeto caracteriza-se como serviço comum de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo adequada a utilização da modalidade Pregão Eletrônico.

3. ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados em conformidade com o projeto executivo, especificações técnicas, normas da ABNT e demais normas aplicáveis, compreendendo:

3.1 Etapas de execução
Levantamento e locação da área destinada ao cercamento;
Preparação do terreno e execução das fundações necessárias para fixação dos postes e estruturas;
Fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços;
Fabricação do cercamento metálico e dos portões, conforme especificações do projeto;
Instalação do cercamento metálico com extensão de 100 (cem) metros lineares;
Instalação de 01 (um) portão de acesso para pedestres;
Instalação de 02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos, incluindo trilhos, roldanas, guias, batentes, fechaduras e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento;
Execução dos acabamentos, ajustes, alinhamentos e testes de funcionamento;
Limpeza geral da área, remoção de entulhos e destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da execução dos serviços;
Entrega da obra em perfeitas condições de funcionamento.

3.2 Quantitativos
Cercamento metálico: 100 (cem) metros lineares;
Portão para pedestres: 01 (uma) unidade;
Portões deslizantes para veículos: 02 (duas) unidades;
Demais quantitativos e especificações conforme projeto executivo integrante do processo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de habilitação técnica:
Comprovação de capacidade técnica mediante apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução anterior de serviços de fornecimento, fabricação e instalação de cercamento metálico, incluindo portões de acesso para pedestres e veículos, compatíveis em características, quantidades, complexidade tecnológica e operacional com o objeto deste Termo de Referência;
Disponibilidade de equipe técnica qualificada para execução dos serviços;
Atendimento às normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e legislação vigente.

4.2 Obrigações da contratada

Executar os serviços em conformidade com o projeto executivo, especificações técnicas e normas aplicáveis;
Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários;
Arcar com todos os custos de transporte, instalação, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
Garantir a qualidade dos materiais empregados e dos serviços executados;
Responder pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros durante a execução contratual;
Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
Prestar garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os materiais fornecidos e serviços executados, contados do recebimento definitivo;
Comunicar previamente à fiscalização qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do cronograma.

4.3 Obrigações da contratante

Disponibilizar a área destinada à execução dos serviços;
Fornecer o projeto executivo e demais informações técnicas necessárias;
Designar servidor responsável pela fiscalização do contrato;
Efetuar os pagamentos na forma prevista no contrato;
Acompanhar, fiscalizar e receber os serviços executados.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

Prazo de execução: até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço;
Recebimento Provisório: após a conclusão dos serviços, mediante vistoria da fiscalização;
Recebimento Definitivo: até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, desde que verificada a conformidade dos serviços com as especificações contratuais.

6. VALOR ESTIMADO

6.1 O valor estimado para a contratação é de **R$ 26.450,62 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos)**, apurado por meio de pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa de mercado.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 Os recursos financeiros destinados à execução desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária específica prevista no orçamento vigente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves.

8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Câmara Municipal, competindo-lhe:

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
Verificar a conformidade dos materiais empregados;
Rejeitar materiais ou serviços executados em desacordo com as especificações;
Determinar a correção de falhas eventualmente constatadas;
Emitir os termos de recebimento provisório e definitivo.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

Não haverá parcelamento do objeto, em razão da necessidade de integração entre todas as etapas da execução e da responsabilidade técnica da contratada pela entrega completa do sistema de cercamento;

Os serviços deverão ser executados de forma a minimizar interferências nas atividades administrativas da Câmara Municipal, observando cronograma previamente aprovado pela fiscalização;
Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e atender às normas técnicas vigentes;
Aplicam-se a este Termo de Referência a Lei nº 14.133/2021 e as demais normas pertinentes à contratação pública.

Ribeirão das Neves, 22 de agosto de 2026.

RODRIGO WALACE CORRÊA
Pregoeiro

ANEXO II
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 004/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MINUTA DE CONTRATO N° ___/2026
PARTES
ADJUDICANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, com sede na [Rua/Avenida], nº _____ – Bairro _____, na cidade de Ribeirão das Neves, CEP _____ – MG, inscrita no CNPJ/MF Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor WEBERSON EDUARDO DA SILVA, portador do CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATANTE.
ADJUDICATÁRIA: _____, com sede na _____, nº _____ – Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____ – UF, inscrita no CNPJ/MF Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo seu _____, senhor _____, portador do CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, E-MAIL INSTITUCIONAL: _____,
doravante denominada CONTRATADA.
Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, decorrente do Processo Licitatório nº 004/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2026 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de fornecimento, fabricação e instalação de cercamento com extensão total de 100 (cem) metros lineares, incluindo:
01 (um) portão de acesso para pedestres;
02 (dois) portões deslizantes para acesso de veículos;
destinados ao fechamento e proteção do estacionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, bem como todos os serviços complementares, ajustes e adequações necessários à perfeita execução do objeto, conforme especificações do projeto técnico, do Termo de Referência (Anexo I) e das condições estabelecidas no instrumento convocatório.
Parágrafo Único – Integram e complementam este contrato, para todos os fins de direito, o Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026, seus anexos, a proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo licitatório, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO
2.1 - O valor total deste contrato é de R$ _____ (_____)**, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA, com base no valor médio apurado em pesquisa de mercado no montante de **R$ 26.450,62 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos).
2.2 - A CONTRATANTE poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
2.3 - As alterações contratuais serão formalizadas por termo aditivo ou, quando cabível, por apostilamento, nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
3.1 - O prazo para a execução integral dos serviços é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da respectiva Ordem de Serviço.
3.2 - O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data de sua assinatura, compreendendo o prazo de execução, os recebimentos provisório e definitivo, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, conforme disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO
4.1 - O pagamento será efetuado em parcela única, até o 10º (décimo) dia útil contado da data do recebimento definitivo dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
4.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura correspondente deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, sem rasuras, com indicação do número do contrato, do processo licitatório e da conta bancária para crédito.
4.1.2 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou quaisquer circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA, ficando o pagamento suspenso até a regularização. O prazo para pagamento reiniciar-se-á após a reapresentação válida do documento, sem acréscimos ou ônus para a CONTRATANTE.
4.2 - Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores necessários à cobertura de multas, indenizações ou outras obrigações de responsabilidade da CONTRATADA.
4.3 - O pagamento poderá ser sustado, sem direito a reajuste ou acréscimos, enquanto perdurarem as seguintes hipóteses:
a) descumprimento de determinações da fiscalização;
b) inadimplemento de obrigações contratuais;
c) a irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária será comunicada à Contratada para regularização e poderá ensejar as medidas administrativas e contratuais cabíveis, sem prejuízo do pagamento pelos serviços efetivamente executados e recebidos;
d) existência de débitos da CONTRATADA para com a Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE
5.1 - Os preços contratados são fixos e irreajustáveis durante todo o prazo de vigência inicial do contrato.
5.2 - Na hipótese de prorrogação contratual e respeitado o interregno mínimo de 1 ano, será admitido reajuste mediante solicitação formal, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: F: 012-33903900 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1 - Fornecer o projeto técnico, desenhos, especificações e todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços;
7.2 - Disponibilizar a área do estacionamento e os acessos em condições adequadas para a realização dos trabalhos;
7.3 - Designar servidor para atuar como fiscal do contrato;
7.4 - Fiscalizar a execução do objeto, comunicando formalmente as irregularidades e determinando as correções necessárias;
7.5 - Efetuar os pagamentos na forma e prazos pactuados;
7.6 - Arcar com as despesas de publicação do contrato e aditivos;
7.7 - Receber os serviços provisória e definitivamente, conforme disposto neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
8.1 - Executar os serviços rigorosamente conforme projeto, Termo de Referência, normas técnicas da ABNT e legislação aplicável;
8.2 - Arcar com todos os custos de fabricação, materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, instalação, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e ambientais;

8.3 - Responsabilizar-se pela entrega, montagem, instalação, ajuste e funcionamento adequado de todo o cercamento e portões, bem como pela remoção e destinação correta de eventuais resíduos;
8.4 - Responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros durante a execução dos trabalhos;
8.5 - Cumprir as normas de segurança do trabalho, adotando medidas de proteção coletiva e individual para os profissionais e para o ambiente;
8.6 - Manter, durante toda a vigência contratual, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
8.7 - Conceder garantia de 12 (doze) meses para materiais, fabricação e instalação, contados do recebimento definitivo, realizando reparos gratuitos em caso de defeitos ou irregularidades;
8.8 - Comunicar previamente à fiscalização eventuais dificuldades ou alterações no cronograma de execução;
8.9 - Não transferir ou ceder o contrato, no todo ou em parte, sem autorização expressa da CONTRATANTE;
8.10 - Executar limpeza final da área e adjacências após a conclusão dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO
9.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, permitida a contratação de terceiros para apoio técnico.
9.2 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou vícios na execução, nos materiais ou na fabricação.
9.3 - O recebimento dos serviços dar-se-á em duas etapas:
a) Recebimento Provisório: Realizado imediatamente após a conclusão dos trabalhos, mediante vistoria preliminar do cercamento e portões;
b) Recebimento Definitivo: Até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, quando verificada a conformidade total com o objeto, projeto e perfeito funcionamento, com emissão de termo de aceite.
9.4 - A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços, materiais ou peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, instalação ou execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO
10.1 - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
10.2 - Em caso de extinção do contrato, os serviços efetivamente realizados e aceitos serão pagos, descontados eventuais débitos ou multas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES
11.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA poderá acarretar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantida a defesa prévia:
a) Advertência;
b) multa moratória de 0,5% do valor da parcela em atraso por dia de atraso, limitada a 10%;
b.1 multa compensatória de 10% do valor contratual pela inexecução parcial relevante;
b.2 multa compensatória de 20% do valor contratual pela inexecução total;
c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.
11.2 - A aplicação das sanções levará em conta a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
11.3 - As multas não eximem a CONTRATADA da obrigação de reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO
12.1 - É vedada a cessão, transferência ou subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato sem autorização expressa e prévia da CONTRATANTE, salvo hipóteses legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
13.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/2021, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026 e do Processo Licitatório nº 004/2026.
13.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação vigente, dos princípios gerais de direito e da analogia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Ribeirão das Neves, Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ribeirão das Neves, ____ de _____ de 2026.

WEBERSON EDUARDO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

Publicado por:
Rodrigo Walace Corrêa
Código Identificador:AB102E22

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE
EXTRATO DE CONTRATO N° 003/2026

A Câmara Municipal de São Bento Abade/MG, por meio de seu Presidente, Renon Rezende Souza, torna público a formalização do Contrato nº 003/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 011/2026 – Pregão Eletrônico nº 001/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação institucional para a Câmara Municipal de São Bento Abade, compreendendo a cobertura, registro, produção e divulgação das ações e atividades legislativas, incluindo elaboração de conteúdos jornalísticos, produção fotográfica, captação e edição de vídeos das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, gerenciamento e atualização das redes sociais oficiais, bem como a transmissão ao vivo e disponibilização das reuniões por meio da internet, visando ampliar a transparência, a publicidade e o acesso da população às atividades do Poder Legislativo Municipal.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São Bento Abade/MG.

CONTRATADA: Catavento Treinamentos e Assessoria LTDA, CNPJ nº 31.759.801/0001-69, com sede à Rua Sabino José de Lima, n° 83, Centro, São Bento Abade/MG, CEP: 37.407-000.
VIGÊNCIA: 03/08/2026 a 02/08/2027.

VALOR GLOBAL: R$ 54.789,00 (cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

São Bento Abade/MG, 03 de agosto de 2026.

RENON REZENDE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de São Bento Abade

Publicado por:
Michele Shigihara de Souza
Código Identificador:FF904B65

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CÂMARA DE SÃO LOURENÇO
PORTARIA N. 52/2026

Exonera servidora comissionada na Câmara Municipal de São Lourenço - MG.

O Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sr.ª Thaís Ofélia Firmino Taveira, portadora do CPF: XXX.939.556-XX, do cargo de Assessor Parlamentar, a partir de 11/08/2026, por indicação do vereador Jayson Matheus Rodrigues, cargo este de provimento em comissão do quadro de pessoal do Legislativo Municipal de São Lourenço, nos termos da Lei Complementar nº. 04/2014, de 27 de maio de 2014.

Art. 2º. As despesas decorrentes dessa exoneração correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALDINEI ALVES FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Rommel Junqueira Fernandes
Código Identificador:C169B58B

CÂMARA DE SÃO LOURENÇO
PORTARIA N. 53/2026

Exonera servidora comissionada na Câmara Municipal de São Lourenço - MG.

O Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sra. Natalia Aparecida da Silva Costa, portadora do CPF n.º 065.XXX.XXX-14, do cargo de Assessora Parlamentar, a partir de 11/08/2026, por indicação do Vereador Waldinei Alves Ferreira, cargo este de provimento em comissão do quadro de pessoal do Legislativo Municipal de São Lourenço, nos termos da Lei Complementar n.º 006, de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes dessa nomeação correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço, em 11 de agosto de 2026.

WALDINEI ALVES FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Rommel Junqueira Fernandes
Código Identificador:7C4FDCFE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO DE ABERTURA DE EDITAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO CARGO PÚBLICO DE TÉCNICO LEGISLATIVO CAC/UAA PARA ATUAÇÃO NA UNIDADE AVANÇADA DE ATENDIMENTO (UAA) DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO/MG - EDITAL Nº 01/2026

EXTRATO DE ABERTURA DO EDITAL

O Exmo. Sr. João Paulo Brandão Simões, DD. Presidente da Câmara Municipal de Serro/MG, torna público a realização do Processo Seletivo Simplificado da Câmara Municipal de Serro/MG, de Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, para contratação temporária de cargos públicos para o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Serro/MG, observados os termos das leis e demais normas contidas no Edital nº 01/2026. As inscrições para o Processo Seletivo Público serão realizadas pela *internet*, no endereço eletrônico do IBGP: (www.ibgpconcursos.com.br), no período entre **09h do dia 12 de agosto de 2026 a 16h do dia 26 de agosto de 2026**, observado o horário de Brasília/DF e critérios do Edital. O Edital nº 01/2026 será publicado, em sua íntegra no endereço eletrônico: **www.ibgpconcursos.com.br**.

Serro/MG, 11 de agosto de 2026.

VEREADOR JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES
Presidente da Câmara Municipal de Serro/MG

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:04F68D69

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA torna público o contrato nº 013/2026, processo nº 043/2026, inexigibilidade nº 022/2026. **Objeto contratado**: Contratação de sociedade de advogados para prestação de serviços advocatícios e consultoria técnica especializada, visando à revisão, atualização e adequação jurídico – institucional da Lei Orgânica do Município de Viçosa/MG e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Viçosa/MG. **Contratada**: SOCIEDADE DE ADVOGADOS ARTHUR GUERRA E ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrita no CNPJ n°14.352.422/0001-30. **Valor global deste contrato**:R$78.000,00. **Dotação orçamentária**: 01001.0103101014.003 – Manutenção das Atividades do Corpo Legislativo, Elemento de Despesa:33903500000 – Serviços de Consultoria, Subelemento:33903502000 – Consultoria Jurídica. **Vigência**: 03/08/2026 a 03/02/2027. **Assinado por:** Arthur Magno e Silva Guerra, pela Contratada e, Robson Alencar de Souza, pela Câmara Municipal de Viçosa.

ROBSON ALENCAR DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Viçosa

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:903AB510

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
PORTARIA Nº 012/2026

Dispõe sobre convocação de candidatos aprovados em Concurso Público da Câmara Municipal de Viçosa-MG, Edital nº 001/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Viçosa, no uso de suas atribuições legais, obedecida a ordem classificatória do Concurso Público 001/2025, aberto por meio do Edital nº. 001/2025 e homologado pela Portaria 001/2026, de 16 de janeiro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, para fins de comprovação dos requisitos para investidura no cargo, os candidatos abaixo identificados:

Cargo	Situação	Nome	Classificação no Concurso
Agente legislativo	Reserva - Pessoa Preta ou Parda (PP)	Joao Batista Medeiros Filho	2º
Agente legislativo	Ampla Concorrência	Maria Laura Tolentino Marques Gontijo Couto	4º
Agente legislativo	Reserva - Pessoa Preta ou Parda (PP)	Felipe Silva Matos	3º
Agente legislativo	Ampla Concorrência	Igor Alvarenga Araujo	5º
Agente legislativo	Ampla Concorrência	Érika Duarte Zorzo	6º

Art. 2º Como condição para o ato de posse, o candidato deverá providenciar e entregar todos os documentos mencionados nos itens 2.1, 2.2 e seguintes do Edital de Concurso Público 01/2025, observando-se as formas de apresentação nele previstas.

Parágrafo Único: A convocação para a posse será realizada em ato posterior, destinada aos candidatos que atenderem aos requisitos previstos nesta convocação, bem como às disposições constantes do item 15.2 do Edital do Concurso Público nº 01/2025.

Art. 3º O candidato convocado deverá apresentar a documentação exigida no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria na AMM (Associação Mineira de Municípios); Jornal Folha da Mata (local), no Diário Oficial Eletrônico do município de Viçosa, no mural da Câmara Municipal de Viçosa, no endereço eletrônico da Fundação CEFETMINAS: concurso.fundacaocefetminas.org.br e no site: https://www.vicosa.mg.leg.br/, sob pena de se tornar sem efeito o ato de convocação.

Parágrafo Primeiro: No prazo estipulado, a documentação deverá ser entregue à Seção de Pessoal da Câmara Municipal de Viçosa, situado na Praça Silviano Brandão, nº 5, Centro, Viçosa/MG, CEP 36570-000, no horário das 8h00 às 12h00.

Parágrafo Segundo: A Seção de Pessoal da Câmara Municipal de Viçosa poderá solicitar documentos adicionais e o preenchimento dos formulários necessários no ato em que o aprovado se apresentar, conforme previsto no item 2.3. do Edital de Concurso Público 01/2025.

Art. 4º. A não apresentação ou a apresentação incorreta de quaisquer dos documentos referidos no art. 2º, *retro*, tornará sem efeito o ato de nomeação do respectivo candidato.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Viçosa, 12 de agosto de 2026.

VEREADOR ROBSON ALENCAR DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Viçosa

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:47E4D04F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDASSP - CONSORCIO INT. PARA O DESENV. SUSTENTAVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO

CIDASSP
EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 001/2026

ETO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 001/2026XTRA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG – CIDASSP torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de **Processo Seletivo para formação de cadastro reserva de estagiários**, destinado a estudantes regularmente matriculados nos cursos de **Ciências Biológicas, Engenharia, Administração, Direito, Publicidade e Propaganda e Marketing**, conforme áreas de atuação, requisitos e demais condições estabelecidas no Edital.

O processo seletivo será realizado mediante **análise curricular e entrevista**, observados os critérios de avaliação e pontuação previstos no Edital.

As inscrições serão realizadas no período de **14/08/2026 a 20/08/2026**, na forma e condições estabelecidas no Edital.

O **Edital completo e seus anexos** estarão disponíveis para consulta no site oficial do CIDASSP https://cidassp.mg.gov.br/.

São Sebastião do Paraíso/MG, **12 de agosto de 2026**.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Presidente do CIDASSP

Publicado por:
Thaís Ferreira Júlio
Código Identificador:0603CF4B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
1º EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 066/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO 032/2025

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – avisa aos interessados a ocorrência do 1º Aditivo de acréscimo de valor, da Empresa RK IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 05.043.720/0001-58, no CONTRATO/EMPENHO Nº 108/2026, da Dispensa de Licitação 032/2025, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, MÁQUINAS PESADAS E SEUS IMPLEMENTOS, ZERO KM E ZERO HORA, ANO 2025 OU SUPERIOR, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS. O acréscimo corresponde a 22,58% sobre o valor inicial do contrato/empenho. Informações pelo fone: (38) 3221-0841, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES -
Secretário Executivo do CIMAMS.

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:A99FD5DD

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE CREDENCIADOS

AVISO DE CREDENCIADOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 002/2026
CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna pública – o CRENDENCIAMENTO das seguintes pessoas jurídicas:

FRAN SOUSA - ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA
CNPJ: 65.786.173/0001-22

Cujo Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS NAS ÁREAS DE ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E ARQUITETURA, PARA INTEGRAR O CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, QUE PODERÃO SER CHAMADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS QUANDO HOUVER DEMANDA, para atendimento das necessidades paralelas e não excludentes dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS e deste**
Informações pelo telefone: (38) 9 3300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

MARIANA RODRIGUES FAGUNDES -
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:E1D2AC2D

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE CREDENCIADOS

AVISO DE CREDENCIADOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 009/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 003/2026
CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna pública – o CRENDENCIAMENTO das seguintes pessoas jurídicas:

APLICK ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
CNPJ: 09.000.693/0001-97
2- PECONICK - CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
CNPJ: 08.113.494/0001-22
3- GABRIELLA DE FREITAS MATOS 10820770620
CNPJ: 48.410.222/0001-09

Cujo Objeto é o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NAS ÁREAS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, CONVÊNIOS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRIBUTÁRIA E FISCAL, TURISMO, LGPD, RECURSOS HUMANOS E GESTÃO, CONTABILIDADE PARA APURAÇÃO DO VAF/ICMS E INTERLOCUÇÃO GOVERNAMENTAL, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CIMAMS E DESTE.**
Informações pelo telefone: (38) 9 3300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

MARIANA RODRIGUES FAGUNDES -
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:916D3332

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033/2026 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – CIMAMS torna pública a Ata de Registro de Preços N.º **041/2026**, referente ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BOMBAS SUBMERSAS PARA ATENDER À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS. Empresa vencedora do item 01: BOMBAS E CIA LTDA; Valor Global: R$ 455.000,00, vigência de 12 (doze) meses.** Quaisquer informações pelo fone: (38) 93300-4419 ou (38) 93300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:271B2008

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS

CIMAMS torna público a adjudicação e homologação do P.A. Nº 043/2026 - P.E. SRP 020/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE PICKUP/CAMINHONETE 0 KM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS. Empresa Vencedora do lote 01: VIA MONDO AUTOMOVEIS E PECAS LTDA - Valor Global: R$ 1.875.000,00.

Montes Claros/MG, 12/08/2026.

ADAILDO ROCHA MOREIRA –
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:00ABD627

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMINAS - CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS - pregão eletrônico nº 037/2026, processo nº 072/2026, para aquisição de larvicida e pupicida à base de polímeros de silicone em atendimento aos municípios demandantes. Abertura dia 26/08/2026 às 08:30hs na sala de disputas no portal www.licitanet.com.br acesso ao edital: https://licitanet.com.br/processos e https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:1E5A43C7

CIMINAS
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS - pregão eletrônico nº 013/2026, processo nº 026/2026 - Republicação - contratação de empresa especializada em gerir a aquisição parcelada de materiais e insumos de construção civil em geral, bem como utensílios, artefatos, epi's e ferramentas, através de software dedicado, em atendimento aos municípios demandante. Abertura dia 28/08/2026 às 08:30hs na sala de disputas no portal www.licitanet.com.br acesso ao edital: https://licitanet.com.br/processos e https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:C56792C6

CIMINAS
AVISO DE PRORROGAÇÃO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação credenciamento 045/2025 processos 083/2025, torna público a prorrogação ao credenciamento até 04/08/2027.

AMANDA PRISCILA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:F4F621E1

CIMINAS
AVISO DE PRORROGAÇÃO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação credenciamento nº 046/2025 processo nº 085/2025, torna público a prorrogação ao credenciamento até 12/08/2027.

VANESSA RABELO
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:799CA214

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIM JEQUITINHONHA - CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA

CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA - CIM JEQUITINHONHA
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

O CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA - CIM JEQUITINHONHA, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2026, objetivando Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de recursos tecnológicos, incluindo equipamentos interativos, dispositivos e plataformas educacionais, aliado à implementação completa das soluções, com acompanhamento técnico especializado. Estão incluídos serviços de customização, preparação do ambiente, formação e capacitação dos usuários, além de suporte técnico contínuo, em formato presencial e remoto, assegurando a efetiva operacionalização em atendimento às demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha – CIM Jequitinhonha, está **SUSPENSA** em virtude do expressivo número de pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentados em face do instrumento convocatório, cuja análise demanda manifestação técnica e administrativa circunstanciada, de modo a assegurar respostas completas, uniformes e devidamente fundamentadas a todos os interessados, em observância aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do interesse público. Informa-se que a continuidade do certame e a definição de nova data para a sessão pública serão oportunamente divulgadas, pelos mesmos meios utilizados para a publicação original. Maiores informações pelo Tel: (38) 99990-1120; e-mail: licitacimjequi@gmail.com ou pelo site www.cimjequitinhonha.mg.gov.br

Diamantina-MG, 12 de agosto de 2026.

MÁRIO LÚCIO GUEDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Thamiris Aparecida de Paula Silva
Código Identificador:57F6541E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMMVI - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DO VALE ITAPECERICA

CIMMVI
RESOLUÇÃO N° 023/2026 DE 12 DE AGOSTO DE 2026 NOMEIA EMPREGO PÚBLICO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE PROGRAMA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMMVI, com fundamento no art. 37, incisos II e V, da Constituição da República.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Débora Alves Silveira, CPF 099.***.***-70 e RG nº MG163***** SSP/MG, para o emprego público de confiança de Coordenadora de Programa do Consórcio Público, a contar de 12 de agosto de 2026.

Parágrafo único – A nomeada deverá assinar o respectivo contrato de trabalho e entrar em exercício na data indicada no caput, nos termos do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º - A nomeada ficará submetido(a) ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

Art. 3º - A nomeada estará submetido à dedicação integral ao Consórcio Público, com jornada semanal de 40 (quarenta) horas e salário mensal correspondente a R$5.101,39 (cinco mil cento e um reais e trinta e nove centavos), conforme Anexo 1 da 2ª modificação de contrato do Consórcio Público.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Divinópolis/MG, 12 de agosto de 2026.

FABIO ALVES COSTA FONSECA
Presidente do CIMMVI - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Dos Municípios do Vale do Itapecerica

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:3CCB376E

CIMMVI
RESOLUÇÃO N° 22, DE AGOSTO DE 2026 REGULAMENTA A DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA E INSTITUI O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO CIMMVI, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021.

O Presidente do CIMMVI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica, no exercício de suas atribuições legais que lhe conferem o contrato de consórcio, de acordo com a necessidade de regulamentação no disposto na Lei Federal n° 14.133/2021 e seus artigos,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Art. 1º - Esta Resolução dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica, visando a obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados, para fins de seleção da proposta mais vantajosa.

Art. 2º - Preferencialmente será adotada a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;
III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando cabível; e
IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º - Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e
II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º - O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contratações de até R$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do Consórcio, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 3º - Os valores referidos nos incisos I e II do caput serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§ 4º - Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO II
Do procedimento Seção

Seção I - Da instrução procedimento de dispensa de licitação

Art. 3º - O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal 14.133/2021;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - razão de escolha do contratado;
VII - justificativa de preço, se for o caso; e
VIII - autorização da autoridade competente.

§ 1º - Nas compras e contratações de serviços de pequeno valor, assim considerados aqueles nos limites previstos nos incisos I e II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser dispensado o parecer da assessoria jurídica, de que dispõe o inciso III deste artigo, quando for considerado a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico;

§ 2º - Nas compras e contratações de serviços de pequeno valor, assim considerados aqueles nos limites previstos nos incisos I e II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá ser dispensado o estudo técnico preliminar, quando a contratação for considerada de baixa complexidade ou quando a entrega do bem for imediata.

§3° - Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o inciso IV do art. 2º, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

§ 4º - O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do CIMMVI.

§ 5º - A instrução do procedimento poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

Seção II - Das informações a serem inseridas no sistema

Art. 4º - Deverão ser inseridas no sistema as seguintes informações para a realização do procedimento de contratação:

I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;
II - as quantidades e o preço estimado de cada item, observada a respectiva unidade de fornecimento;
III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;
IV - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
V - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
VI - as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
VII - a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses estabelecidas no art. 2º, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.
Seção III - Da divulgação

Art. 5º - O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Seção IV- Fornecedor

Art. 6º - O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 7º - Quando do cadastramento da proposta o fornecedor poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

§ 1º - O valor final mínimo de que trata o caput poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

§ 2º - O valor mínimo parametrizado na forma do caput possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Art. 8° - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

CAPÍTULO III
Da abertura do procedimento e do envio de lances

Seção I - Da abertura

Art. 8° - A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a 6 (seis) horas ou superior a 10 (dez) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Parágrafo único. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação. Seção II- Do envio de lances

Art. 9° - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 1º - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

§ 2º - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Art. 10 - Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

Art. 11 - O fornecedor será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

CAPÍTULO IV
Do julgamento e da habilitação

Seção I - Do Julgamento

Art. 12 - Encerrado o procedimento de envio de lances, nos termos do art. 9°, o CIMMVI realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
Art. 13 - Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.

§ 1º - Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

§ 2º - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 14 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 13.

Art. 15 - Definida a proposta vencedora, o CIMMVI solicitará, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor.

Parágrafo único. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

Seção II - Da habilitação

Art. 16 - Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º - A verificação dos documentos de que trata o caput será realizada através do Sistema, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 2º - O disposto no § 1º deve constar expressamente do aviso de contratação direta.

§ 3º - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no § 1º, o CIMMVI deverá solicitar ao vencedor, no prazo definido no edital, o envio desses por meio do sistema.

Art. 17 - No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea “c” do inciso IV do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, 6 somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

Art. 18 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no art. 16, o fornecedor será habilitado. Parágrafo único. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Seção III - Procedimento fracassado ou deserto

Art. 19 - No caso do procedimento restar fracassado, o CIMMVI poderá:

I - republicar o procedimento;
II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou
III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

CAPÍTULO V
Da adjudicação e da homologação

Art. 20 - Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO VI
Das sanções administrativas

Art. 21 - O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

CAPÍTULO VII
Do afastamento da Forma Eletrônica da Dispensa

Art. 22 - A forma eletrônica da dispensa poderá ser afastada mediante justificativa de que a disputa por meio do sistema eletrônico importa em imediato risco de prejuízo ao interesse público.

Parágrafo único. A dispensa também poderá ser afastada de sua forma eletrônica quando a potencial economia obtida na disputa não compensar os custos com o procedimento em sua forma eletrônica ou, ainda, em casos que envolvam emergências, inovação tecnológica, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e outras situações em que o fator determinante ou relevante para a Administração escolher o futuro contratado seja o qualitativo.

Art. 23 - O afastamento da forma eletrônica da dispensa de que trata o art. 22 não desobriga às demais regras impostas nesta resolução, quando cabíveis.

CAPÍTULO VIII
Disposições finais

Seção I- Orientações gerais

Art. 24 - Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

Art. 25 - O CIMMVI, seus dirigentes e servidores que utilizem o Sistema de Dispensa Eletrônica responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. O Consórcio deverá assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da ferramenta informatizada de que trata esta resolução, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

Art. 26 - O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao CIMMVI a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Art. 27 - Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Resolução serão dirimidos pela Assembleia Geral do Consórcio.

Seção II- Da vigência

Art. 28 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:AF746CCF

CIMMVI
RESOLUÇÃO Nº 18, DE 27 DE JULHO DE 2026 ESTABELECE AS DIRETRIZES E OS CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO, RATEIO E CUSTEIO DAS DESPESAS DOS PROGRAMAS DO CIMMVI.

A ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA — CIMMVI, no exercício das competências que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto, e com fundamento no art. 241 da Constituição da República, na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007,
Considerando à deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de julho de 2026;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Resolução disciplina as diretrizes, os critérios e os procedimentos aplicáveis à apuração, à alocação, ao rateio, ao financiamento e à revisão dos custos específicos dos programas instituídos pelo CIMMVI.
Parágrafo único. As disposições desta Resolução aplicam-se aos programas executados diretamente pelo CIMMVI, desenvolvidos em regime de gestão associada de serviços públicos, observados o Contrato de Consórcio Público, os instrumentos de adesão e a legislação de direito financeiro.
Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:
I — programa consorciado: o conjunto organizado de ações, serviços, estruturas e recursos instituído pelo CIMMVI para atender finalidade pública específica de interesse dos Municípios aderentes;

II — custo específico do programa: o custo direto ou indireto, fixo ou variável, necessária e objetivamente atribuível ao planejamento, à implantação, à manutenção, à expansão ou à operação do programa;
III — critério de rateio: o parâmetro técnico utilizado para distribuir os custos específicos entre os Municípios aderentes, segundo a utilização, a disponibilidade, o benefício, a demanda ou outro fator objetivo relacionado ao programa;
IV — estudo de impacto econômico: o documento técnico destinado a identificar, mensurar, projetar e distribuir os custos do programa sobre a estrutura administrativa, operacional, patrimonial e financeira do CIMMVI;
V — memória de cálculo: o demonstrativo dos dados, premissas, fórmulas, critérios, bases de incidência e operações utilizados na apuração do custo e na definição das obrigações de cada Município.
CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES DO CUSTEIO
Art. 3º O custeio dos programas observará as seguintes diretrizes:
I — continuidade, regularidade e adequada prestação dos serviços públicos;
II — planejamento regional, integrado e plurianual;
III — tratamento equânime dos Municípios aderentes, consideradas as diferenças objetivas de utilização, demanda, benefício, capacidade instalada e impacto sobre a estrutura consorcial;
IV — sustentabilidade econômica, financeira, administrativa e operacional do programa;
V — eficiência, economicidade e adequada alocação dos recursos públicos;
VI — proporcionalidade entre os custos suportados e os serviços disponibilizados ou efetivamente prestados;
VII — transparência, rastreabilidade e segregação contábil das receitas e despesas;

VIII — prevenção de subsídios cruzados indevidos entre Municípios ou entre programas; e
IX — revisão periódica das premissas e dos critérios de rateio.
Parágrafo único. O tratamento equânime não exige a adoção de contribuições idênticas, admitindo-se diferenciação fundada em critérios objetivos, verificáveis e diretamente relacionados aos custos, à utilização ou aos benefícios do programa.

CAPÍTULO III
DA APURAÇÃO DOS CUSTOS

Art. 4º A metodologia de rateio das despesas específicas de cada programa será estabelecida em estudo técnico próprio elaborado pela Diretoria Executiva, mediante método idôneo que preserve:
I — o tratamento equânime dos Municípios aderentes;
II — a sustentabilidade e a continuidade dos serviços;
III — a eficiência na aplicação dos recursos;
IV — a relação de causalidade entre o custo apurado e o programa beneficiado; e
V — a possibilidade de verificação e reprodução dos cálculos.
§ 1º O estudo técnico deverá conter, no mínimo:
I — a descrição do programa e dos serviços abrangidos;
II — a identificação dos Municípios aderentes e dos beneficiários;
III — o levantamento dos custos diretos e indiretos;
IV — a distinção entre custos fixos e variáveis;
V — a projeção de demanda e de utilização dos serviços;
VI — os critérios, indicadores, fórmulas e bases de rateio;
VII — a estimativa do impacto econômico sobre a estrutura do CIMMVI;
VIII — os cenários de sustentabilidade e os mecanismos de revisão; e
IX — a memória de cálculo.
§ 2º A metodologia poderá combinar parcelas fixas e variáveis, conforme as características do programa.
§ 3º A Diretoria Executiva aprovará a metodologia por ato próprio e promoverá sua revisão sempre que houver alteração relevante nas condições de prestação, na demanda, na estrutura operacional ou nos custos do programa.
Art. 5º A composição do impacto econômico dos custos específicos do programa considerará, conforme sua pertinência:
I — a folha de pagamento do pessoal destinado diretamente ao programa, incluídos os encargos legais e demais parcelas incidentes;
II — a alocação de pessoal administrativo, técnico ou operacional no desempenho de funções específicas do programa, ainda que não haja remuneração adicional pela designação;
III — o impacto material do programa sobre a carga de trabalho, a disponibilidade e a capacidade produtiva do capital humano do CIMMVI;
IV — a depreciação, a amortização, a manutenção e o custo de utilização do patrimônio mobiliário e imobiliário destinado, total ou parcialmente, às atividades do programa;
V — as contratações de terceiros, equipamentos, sistemas, materiais, insumos e demais recursos específicos;
VI — os custos de logística, deslocamento, transporte, comunicação e apoio necessários ao planejamento, à implantação e à operação;
VII — os custos relacionados ao planejamento das contratações, à realização de pesquisas, à elaboração de estudos técnicos, projetos, termos de referência e demais documentos específicos;
VIII — as despesas de administração, coordenação, controle, contabilidade, assessoramento jurídico, tecnologia da informação e apoio institucional, na proporção objetivamente atribuível ao programa; e
IX — outros custos comprovadamente relacionados à adequada e contínua operação dos serviços.
§ 1º A alocação dos custos indiretos observará direcionadores objetivos, tais como horas de trabalho, número de demandas, volume de procedimentos, área ocupada, utilização de equipamentos ou outro parâmetro tecnicamente justificado.
§ 2º É vedada a dupla apropriação do mesmo custo ou sua imputação simultânea a mais de um programa sem a correspondente distribuição proporcional.
§ 3º Os custos sem desembolso financeiro autônomo, inclusive os relativos à alocação interna de pessoal e à utilização de bens compartilhados, serão mensurados pela parcela efetivamente absorvida pelo programa e não poderão gerar duplicidade de cobrança.

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS DE CUSTEIO

Art. 6º Nos programas executados em regime de gestão associada de serviços públicos, o contrato de programa definirá o regime econômico-financeiro da prestação, incluindo:
I — a metodologia de apuração e distribuição dos custos;
II — as obrigações financeiras dos Municípios aderentes;

III — os critérios de reajuste, revisão e recomposição do custeio;
IV — a periodicidade da prestação de contas;
V — as consequências do inadimplemento; e
VI — as condições necessárias à continuidade, à expansão e ao aperfeiçoamento dos serviços.
§ 1º O contrato de programa poderá prever parcelas proporcionais ao consumo, à demanda, à quantidade de serviços, ao número de usuários, de estabelecimentos, de procedimentos ou a outra unidade objetiva de utilização.
§ 2º A adoção de repasses proporcionais ao consumo será precedida de estudo de impacto econômico sobre a estrutura consorcial elaborado pela Diretoria Executiva.
Art. 7º A entrega de recursos financeiros pelos Municípios consorciados ao CIMMVI será formalizada exclusivamente por contrato, observado o seguinte:
I — prestação de contas em cada exercício financeiro;
II — compatibilidade com o orçamento do CIMMVI e com a legislação orçamentária e financeira do Município;
III — existência de prévia e suficiente dotação orçamentária;
IV — identificação do programa, das despesas e das atividades ou projetos custeados; e
V — correspondência com a metodologia e a memória de cálculo aplicáveis.

CAPÍTULO V
DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL E DA REVISÃO

Art. 8º O Município aderente responsabilizar-se-á pelo planejamento e pela manutenção plurianual do programa, mediante a previsão dos recursos necessários em seu plano plurianual, em suas diretrizes orçamentárias, em seu orçamento anual e nos créditos adicionais cabíveis.
§ 1º A obrigação prevista no caput compreenderá a adoção tempestiva das providências administrativas, legislativas, orçamentárias e financeiras necessárias à continuidade do programa.
§ 2º A manutenção plurianual do programa não impede o reequilíbrio do custeio diante da materialidade e da concretude das despesas inerentes à adequada e contínua operação dos serviços públicos.
Art. 9º O custeio será submetido:

I — à revisão ordinária, preferencialmente por ocasião da elaboração do orçamento anual e dos contratos de rateio; e
II — à revisão extraordinária, quando ocorrer alteração relevante ou imprevisível ou de consequências incalculáveis na demanda, nos encargos, na estrutura operacional ou nos custos do programa.
§ 1º A revisão terá por finalidade adequar as contribuições aos custos efetivamente incorridos ou fundamentadamente projetados, preservados a continuidade e o equilíbrio econômico do programa.
§ 2º A revisão extraordinária dependerá de justificativa técnica, memória de cálculo e adequação dos instrumentos contratuais e orçamentários pertinentes.

CAPÍTULO VI
DA APURAÇÃO POSTERIOR E DA COMPENSAÇÃO

Art. 10. Os custos específicos poderão ser demonstrados como percentual incidente sobre o custo total da prestação dos serviços rateados entre os Municípios aderentes, desde que preservados:
I — a metodologia previamente estabelecida;
II — a memória de cálculo;
III — a identificação dos custos considerados;
IV — a individualização da participação de cada Município; e
V — a rastreabilidade das receitas e despesas.
§ 1º Apuração posterior poderá resultar na compensação de diferenças entre os valores estimados e os efetivamente apurados.
§ 2º Os créditos ou débitos apurados poderão ser compensados nos períodos subsequentes ou liquidados mediante ajuste próprio, observado o contrato de rateio e a existência de dotação orçamentária.
§ 3º A apuração posterior não poderá criar obrigação financeira retroativa sem suporte orçamentário nem alterar, sem formalização adequada, a metodologia anteriormente adotada.
Art. 11. Quando houver integral coincidência dos Municípios aderentes a dois ou mais programas, os respectivos recursos poderão ser objeto de realocação, compensação ou utilização financeira coordenada, desde que:

I — haja demonstração, por cada Município envolvido, da existência e da compatibilidade das correspondentes previsões orçamentárias;
II — inexistam vinculações legais, contratuais ou decorrentes da origem dos recursos que impeçam a medida;
III — sejam preservadas a finalidade pública, a continuidade e a sustentabilidade de todos os programas envolvidos;
IV — sejam mantidas a segregação contábil, a identificação da origem e da destinação dos recursos e a memória de cálculo;
V — não haja transferência de encargos entre Municípios nem subsídio cruzado incompatível com os critérios de rateio; e
VI — a medida seja precedida de estudo técnico e formalmente autorizada pela Diretoria Executiva
§ 1º A realocação ou a compensação não descaracterizará a vinculação dos recursos aos programas nem autorizará sua aplicação em despesas genéricas.
§ 2º A contribuição individual de cada Município permanecerá vinculada às obrigações que lhe forem atribuídas pelas metodologias dos programas envolvidos.

CAPÍTULO VII
DO CUSTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE GESTÃO DE PROGRAMAS – CAEGP

Art. 12. Os custos decorrentes da gestão contratual e do apoio técnico, administrativo e operacional à fiscalização de serviços, obras, soluções ou fornecimentos de materiais vinculados à execução de contrato de programa poderão integrar o custeio específico do respectivo programa.
§ 1º Para fins do caput, poderão ser considerados, conforme a efetiva repercussão sobre a estrutura do CIMMVI:
I — o planejamento, a licitação e o acompanhamento da execução contratual;
II — a emissão, o processamento e o controle de ordens de serviço ou de fornecimento;
III — a verificação de documentos, medições, relatórios, entregas e resultados;
IV — o apoio técnico e administrativo aos gestores e fiscais do contrato;
V — o acompanhamento de prazos, obrigações, níveis de serviço e indicadores de desempenho;
VI — a instrução de procedimentos de pagamento, glosa, aplicação de sanções, revisão, reajuste ou alteração contratual;
VII — os deslocamentos, inspeções, sistemas, equipamentos e demais recursos utilizados na gestão e na fiscalização; e
VIII — outros custos direta ou indiretamente atribuíveis ao acompanhamento da contratação.
Art. 13. A mensuração dos custos previstos neste Capítulo observará a metodologia de cálculo adotada para o custeio do respectivo programa, mediante critérios objetivos, proporcionais e tecnicamente justificáveis.
§ 1º A metodologia deverá considerar, conforme aplicável:
I — o grau de complexidade da contratação;
II — o volume, a frequência e a dispersão territorial das demandas;
III — o número de contratos, ordens de serviço, entregas, medições ou unidades fiscalizadas;
IV — a carga de trabalho estimada ou efetivamente empregada;
V — a necessidade de apoio técnico especializado;
VI — os riscos inerentes à execução contratual; e
VII — os demais fatores que produzam impacto material sobre a estrutura administrativa e operacional do CIMMVI.
§ 2º A apuração deverá preservar a relação de causalidade entre os custos considerados e as atividades de gestão ou apoio à fiscalização efetivamente desempenhadas.
§ 3º É vedada a inclusão de custos já remunerados por outra fonte ou apropriados em outro programa, bem como qualquer forma de duplicidade de cobrança.
Art. 14. O custo administrativo final da gestão contratual e do apoio à fiscalização poderá ser apresentado como percentual incidente sobre o valor da contratação, da ordem de serviço, do fornecimento ou da parcela efetivamente executada, conforme definido no estudo técnico e nos instrumentos aplicáveis.
§ 1º O percentual previsto no caput constitui forma de expressão e operacionalização do custo apurado, não podendo ser estabelecido como acréscimo arbitrário, remuneração presumida ou margem desvinculada das despesas efetivamente estimadas ou realizadas pelo CIMMVI.
§ 2º A utilização de percentual dependerá da existência de:
I — metodologia previamente estabelecida;

II — estudo de impacto econômico sobre a estrutura consorcial;
III — memória de cálculo demonstrativa da formação do percentual;
IV — definição da respectiva base de incidência;
V — previsão no contrato de programa e, quando houver transferência de recursos, no correspondente contrato de rateio; e
VI — mecanismos de revisão e de ajuste entre os valores estimados e os custos efetivamente apurados.
§ 3º A memória de cálculo deverá demonstrar a correspondência entre o percentual adotado, a natureza das atividades desempenhadas, os recursos mobilizados e os custos atribuíveis à gestão e ao apoio à fiscalização.
§ 4º O percentual poderá ser diferenciado segundo a natureza, a complexidade, o risco, a dimensão ou o modelo de execução da contratação, desde que a diferenciação seja objetiva, motivada e compatível com o tratamento equânime dos Municípios consorciados.
§ 5º Os valores arrecadados serão contabilmente vinculados ao programa e destinados ao custeio das atividades que fundamentaram sua apuração, asseguradas a transparência, a rastreabilidade e a prestação de contas.

CAPÍTULO VIII
DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 15. O CIMMVI manterá registros contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais que permitam identificar, por programa:
I — as receitas arrecadadas;
II — as despesas realizadas;
III — os critérios de apropriação dos custos;
IV — os valores atribuídos a cada Município;
V — os créditos, débitos e compensações; e
VI — os resultados da prestação dos serviços.
Art. 16. A Diretoria Executiva disponibilizará aos Municípios aderentes, na periodicidade definida nos instrumentos aplicáveis:
I — demonstrativo da execução financeira do programa;

II — relatório dos custos diretos e indiretos;
III — memória de cálculo atualizada;
IV — comparação entre os valores estimados e realizados; e
V — informação sobre fatos capazes de afetar a sustentabilidade ou a continuidade dos serviços.
Parágrafo único. As informações serão apresentadas em nível suficiente para permitir o controle interno, o controle externo, a

consolidação das contas públicas e a fiscalização pelos Municípios aderentes.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os estudos, contratos e instrumentos relativos aos programas existentes serão progressivamente adequados a esta Resolução, preferencialmente por ocasião de sua revisão ou renovação.
Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá expedir os atos complementares necessários à execução desta Resolução, vedada a alteração de suas diretrizes e garantias.
Art. 18. O eventual excedente operacional resultante do rateio dos custos de cada programa será objeto de prestação de contas e, mediante aprovação da Assembleia Geral, poderá ser compensado em exercícios subsequentes ou constituir fonte de recursos do CIMMVI destinada à continuidade, à expansão ou ao aperfeiçoamento do respectivo programa, preservadas sua vinculação, rastreabilidade e memória de cálculo.
Parágrafo único. É vedada a utilização do excedente para despesas genéricas ou estranhas às finalidades que fundamentaram o respectivo rateio.
Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis-MG, data da assinatura.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:B8B9CBAA

CIMMVI
RESOLUÇÃO Nº 19, DE 27 DE JULHO DE 2026 INSTITUI O PROGRAMA CONSORCIADO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SIM-CIMMVI) E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLANTAÇÃO.

A ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA — CIMMVI, no uso das atribuições que lhe conferem o Contrato de Consórcio Público e o Estatuto,
CONSIDERANDO os arts. 23, II, 30, I e II, 37 e 241 da Constituição da República;
CONSIDERANDO as Leis Federais nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022;
CONSIDERANDO os Decretos Federais nº 5.741, de 30 de março de 2006, nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, nº 9.013, de 29 de março de 2017, nº 10.032, de 1º de outubro de 2019, e nº 12.126, de 31 de julho de 2024;
CONSIDERANDO a Portaria MAPA nº 672, de 8 de abril de 2024, com suas alterações posteriores;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 11.812, de 23 de janeiro de 1995, e o Decreto Estadual nº 49.030, de 9 de maio de 2025, que dispõem sobre a inspeção e a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal no Estado de Minas Gerais;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 23.955, de 24 de setembro de 2021, que institui o Sistema Estadual de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal de Minas Gerais — Sisei-MG e reconhece, para seus fins, os Serviços de Inspeção Municipal implantados, estruturados e geridos por município ou por consórcio de municípios;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 24.464, de 26 de setembro de 2023, que estabelece a política estadual de incentivo à criação de consórcios intermunicipais agropecuários, inclusive para a oferta de serviços de inspeção sanitária, o fortalecimento do Sisei-MG, a integração ao SISBI-POA e a cooperação técnica destinada à organização e à implantação dos Serviços de Inspeção Municipal;
CONSIDERANDO que os itens 42 e 43 da Cláusula Quinta do Contrato de Consórcio Público preveem a criação, a implantação e a execução de serviço regional de inspeção, bem como a coordenação e a execução das ações dos Serviços de Inspeção Municipal;
CONSIDERANDO que o início efetivo da prestação do serviço dependerá da conclusão dos estudos, da regulamentação, da adesão formal dos municípios, da estrutura técnica e administrativa adequada e dos demais requisitos legais;
CONSIDERANDO que a integração ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal — SISBI-POA dependerá de procedimento próprio e de reconhecimento pelo Ministério da Agricultura e Pecuária;
CONSIDERANDO à deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica — CIMMVI, o Programa Consorciado de Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal — SIM-CIMMVI, com a finalidade de planejar, estruturar e viabilizar a prestação, em regime de gestão associada, dos serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal nos municípios consorciados que formalmente a ele aderirem.
§ 1º A adesão do município ao Programa dependerá da celebração do contrato de programa e da adoção das providências legislativas, administrativas, técnicas, orçamentárias e operacionais indispensáveis à prestação dos serviços.
§ 2º A celebração do contrato de programa não produz, por si só, efeitos autorizativos para o início das atividades de registro, inspeção, fiscalização ou certificação, sendo indispensável a implantação da operação do programa em regime de gestão associada no âmbito do Município aderente, conforme plano de implantação, esta resolução, os regulamentos técnicos e a legislação aplicável.

Art. 2º São objetivos gerais do Programa:
I – contribuir para a proteção da saúde pública e para a garantia da inocuidade, identidade, qualidade e rastreabilidade dos produtos de origem animal;
II – promover a organização regional e uniformização dos procedimentos de inspeção;
III – apoiar a regularização e o desenvolvimento das agroindústrias, especialmente aquelas vinculadas à agricultura familiar, aos pequenos produtores, às associações e às cooperativas;
IV – estimular a agregação de valor, o desenvolvimento econômico regional e a ampliação regular e responsável dos mercados; e
V – estruturar o serviço com vistas à futura integração ao SISBI-POA, observados os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Art. 3º Constituem diretrizes do Programa:
I – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
II – proteção da saúde pública e segurança sanitária;
III – cooperação interfederativa e gestão associada;
IV – planejamento e implantação gradual;
V – atuação técnica, oficial e baseada em risco;
VI – economicidade e sustentabilidade administrativa, operacional e financeira; e

VII – observância das normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.
VIII – o equilíbrio econômico contratual, o ganho de escala e o rateio proporcional das despesas
IX - O serviço público adequado, contínuo, plurianual, regular, seguro, atual, transparente, eficiente, cortez e módico.

Art. 4º Ficam instituídas a denominação e a identidade institucional "SIM-CIMMVI", destinadas à identificação administrativa e institucional do Programa.
§ 1º A instituição da identidade institucional não autoriza sua utilização como marca oficial de inspeção em produtos, rótulos, embalagens, estabelecimentos ou materiais de natureza comercial.
§ 2º O modelo da marca oficial de inspeção, sua numeração, dimensões, formas de aplicação e condições de uso, suspensão e

cancelamento serão definidos em regulamento técnico específico, somente podendo ser utilizados após o início regular da operação do serviço.
§ 3º A marca oficial do SIM-CIMMVI não se confunde com a identificação do SISBI-POA nem importa reconhecimento de equivalência ou ampliação automática do âmbito de comercialização dos produtos.

Art. 5º A participação de cada município consorciado será voluntária e dispensada de licitação, dependendo necessariamente da celebração de contrato de programa, precedida de processo administrativo próprio nos termos e condições da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005.
§ 1º O contrato de programa estabelecerá, no mínimo, as competências transferidas, o objeto, a área, o prazo da gestão associada, o modo e as condições de prestação, as responsabilidades das partes, os parâmetros de qualidade, a estrutura de custeio, as condições e regras de continuidade e adequabilidade dos serviços públicos, a manutenção anual do equilíbrio econômico-financeiro do programa e da proporcionalidade do rateio, os ritos de prorrogação, a prestação de contas, a fiscalização da execução contratual e as condições para o início e a extinção do serviço.
§ 2º Convênios, termos de cooperação e outros instrumentos congêneres poderão ser celebrados para atividades acessórias de cooperação técnica, capacitação, cessão de bens, apoio institucional ou transferência voluntária de recursos, mas não substituirão o contrato de programa quando houver transferência da prestação do serviço ou do exercício de competências administrativas.
§ 3º A inspeção e a fiscalização sanitárias dos estabelecimentos e produtos não se confundem com a fiscalização da execução do contrato de programa, a qual será exercida pelo órgão ou instância expressamente indicado no instrumento.

Art. 6º A implantação e operação do Programa ocorrerá por etapas, conforme necessidades identificadas pelo diagnóstico que considerará:
I - A contratação de equipe técnica temporária destinada ao atendimento até a realização de concurso público;
II - A aquisição ou locação dos equipamentos indispensáveis à adequada prestação dos serviços;
III - O planejamento orçamentário e financeiro;
IV - Os requisitos de legalidade indispensáveis à implantação e continuidade dos serviços
V - A matriz de riscos;
VI - As fases identificadas em plano de trabalho.
§ 1º O início da prestação do serviço dependerá:

I – da aprovação da regulamentação aplicável;
II – da adesão formal do município;
III – da existência de equipe oficial legalmente habilitada;
IV – da disponibilidade de estrutura administrativa, material, tecnológica e orçamentária suficiente; e
V – do cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis ao funcionamento do serviço no âmbito territorial inicialmente autorizado, sem prejuízo dos requisitos adicionais necessários à futura integração ao SISBI-POA.
§ 1º Enquanto não atendidas as condições previstas neste artigo, o Programa permanecerá em fase de planejamento e estruturação, vedada a realização, em seu nome, de inspeções, fiscalizações, registros, certificações ou aplicação de sanções.
§ 2º A estrutura técnica contará com função exercida por médico-veterinário legalmente habilitado, sem prejuízo da coordenação administrativa do Programa.
§ 3º Os atos que envolvam julgamento técnico-sanitário, inspeção oficial, registro, certificação e imposição de medidas administrativas serão praticados por agentes competentes, observadas as atribuições profissionais e as hipóteses legalmente admitidas de apoio e cooperação técnica.
§ 4º O regulamento estabelecerá regras de independência técnica, impedimento, suspeição, conflito de interesses, rastreabilidade das decisões e substituição dos agentes oficiais.

Art. 7º A definição de infrações, penalidades, multas, medidas restritivas de direitos, hipóteses de interdição, suspensão ou cancelamento de registros e garantias do processo administrativo dependerá de prévia base legal, cabendo ao regulamento apenas estabelecer os procedimentos técnicos e administrativos necessários à sua execução.
Parágrafo único. A Diretoria Executiva elaborará mapa de homogeneização da legislação regional, contendo o levantamento comparativo das normas vigentes nos municípios participantes, a identificação de lacunas, incompatibilidades e divergências e a indicação das adequações legislativas necessárias à uniformização mínima das infrações, penalidades, competências, medidas cautelares, procedimentos, prazos, recursos e garantias processuais, podendo propor minutas-padrão aos entes aderentes, sem prejuízo da autonomia legislativa municipal e da obrigatória aprovação das normas pelos respectivos órgãos competentes.

Art. 8º Fica a Diretoria-Executiva responsável por realizar os estudos, levantamentos, consultas, articulações institucionais e atos preparatórios necessários à implantação do Programa, incluindo a elaboração de:
I – diagnóstico da demanda regional;
II – plano de trabalho e cronograma de implantação;
III – modelo de adesão dos municípios;
IV – proposta de estrutura administrativa e técnica;
V – estimativa de custos e proposta de instrumentos de custeio;
VI – minutas de contratos, regulamentos e demais atos necessários; e
VII – estratégia para cadastro no e-SISBI e futura integração ao SISBI-POA.

Art. 9º O custeio do Programa observará o rateio das despesas operacionais pelos municípios aderentes, disciplinado pelos instrumentos orçamentários, contratos de programa e, quando cabível, contratos de rateio.

§ 1º Convênios, termos de cooperação, transferências voluntárias e outras fontes legalmente admitidas poderão financiar projetos, investimentos, capacitações ou atividades específicas do Programa.

§ 2º Os custos diretamente atribuíveis ao SIM-CIMMVI serão suportados pelos municípios participantes, pelas receitas legalmente vinculadas ao serviço ou por outras fontes específicas, vedada sua imputação indistinta aos municípios não aderentes.
§ 3º O plano de custeio identificará separadamente despesas fixas, variáveis, administrativas, laboratoriais, de pessoal, deslocamento, tecnologia, capacitação e investimentos, bem como os critérios objetivos de rateio ou remuneração.
§ 4º Anualmente, os Municípios aderentes ao programa deverão reequilibrar os custos operacionais mediante aplicação da metodologia de rateio adotada nos custos operacionais totais específicos do programa.

Art. 10º O Programa será estruturado de modo compatível com os requisitos de futura integração ao SISBI-POA, observados o cadastramento e a manifestação de interesse no e-SISBI, a apresentação da documentação e do programa de trabalho, a realização de autoavaliação, a avaliação técnico-administrativa pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e a publicação do correspondente ato de integração.
Parágrafo único. A instituição ou o funcionamento do SIM-CIMMVI não importam, por si sós, reconhecimento de equivalência, integração ao SISBI-POA, autorização para uso de sua identificação ou ampliação do âmbito territorial de comercialização dos produtos.

Art. 11º O início da prestação dos serviços dependerá de resolução específica da Assembleia Geral que declare a conclusão da fase preparatória e aprove a implantação da operação do SIM-CIMMVI.
§ 1º A resolução de implantação da operação deverá indicar, no mínimo:
I – os municípios participantes e os respectivos compromissos de contratos de programa que serão celebrados;
II – a data de início da operação em cada município;
III – a área territorial e o escopo material do serviço;
IV – a autoridade administrativa e o responsável pela coordenação técnica;
V – a composição e o dimensionamento da equipe oficial;

VI – o regulamento técnico e os procedimentos administrativos aplicáveis;
VII – a estrutura material, laboratorial, tecnológica e documental disponível;
VIII – a aprovação e o compromisso com o envio formal às câmaras municipais do conjunto de adequações legislativas exigidas dos municípios participantes.
§ 2º A aprovação de planos, regulamentos ou instrumentos preparatórios não se confunde com o ato de implantação operacional previsto no caput.

Art. 12º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis-MG, data da assinatura.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:DA4498F8

CIMMVI
RESOLUÇÃO Nº 21 DE 12 DE AGOSTO DE 2026 EXONERA FELIPE HENRIQUE CAMARGOS DO CARGO PARA O QUAL FOI DESIGNADO.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o senhor Felipe Hneiruqe Camargos, CPF nº 099.***.***-71 e RG n° MG13****64 SSP/MG, do cargo de Coordenador de Programa do Consórcio Intermunicipal e Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI, para o qual foi nomeado pela Resolução n.º 024/2025, de 09 de dezembro de 2025, a qual fica revogada.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis-MG, data da assinatura.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:BE97D3A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
CINF - AMNOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICIPIOS DO NOROESTE DE MG

CINF AMNOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICIPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS – CINF-AMNOR EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS – CINF-AMNOR
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026
Processo Administrativo Licitatório nº 010/2026 – Pregão Eletrônico nº 004/2026 – SRP. Órgão Gerenciador: CINF-AMNOR, inscrito no CNPJ nº 58.896.792/0001-04. Detentora da Ata: CKS VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.330.883/0001-69. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de ambulâncias zero quilômetro, destinadas ao atendimento das necessidades assistenciais, operacionais e de transporte sanitário dos municípios integrantes do consórcio intermunicipal de infraestrutura dos municípios do noroeste de minas – CINF-AMNOR. Item e preço registrado: Item: 04, Quant: 22/Und, Valor Unit.: R$ 419.000,00. Data da Ata: 04/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses.

Paracatu/MG, 10 de agosto de 2026.

NEIZON REZENDE DA SILVA –
Presidente do CINF-AMNOR.

Publicado por:
Marília Nicole Batista Oliveira
Código Identificador:B2FA8ACA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISAB ZM - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DAMATA
HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA ARP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DO PREGÃO Nº 000017/2026 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000034/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E MOTOCLICLETAS, SEM MOTORISTA, E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, SEGURO TOTAL SEM FRANQUIA PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM. Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data de publicação. EMPRESA: MASTER LOCADORA DE VEICULOS LTDA. VALOR: 218.016,00. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DO PREGÃO Nº 000017/2026 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000034/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E MOTOCLICLETAS, SEM MOTORISTA, E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, SEGURO TOTAL SEM FRANQUIA PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM. Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data de publicação. EMPRESA: PONTUAL LOCACAO E SERVICOS LTDA. VALOR: 1.463.267,16. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DO PREGÃO Nº 000017/2026 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000034/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS E MOTOCLICLETAS, SEM MOTORISTA, E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, SEGURO TOTAL SEM FRANQUIA PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM. Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data de

publicação. EMPRESA: STAR LOCACAO DE SERVICOS GERAIS LTDA. VALOR: 780.000,00. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:CF78F6F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO** sine die (por prazo indeterminado) da licitação na modalidade Credenciamento n° 03/2026 (Processo Licitatório n° 09/2026).
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a realização de Procedimentos Ambulatoriais (Exames e Laudos em Geral) constantes em tabela, bem como a Emissão de Laudos Específicos (Laudos Clínicos).
Motivo: Readequação do Edital e seus anexos, especificamente quanto à reavaliação da Tabela de Procedimentos Ambulatoriais, conforme Despacho Decisório constante nos autos. Oportunamente será designada e divulgada nova data para a realização do certame, nos mesmos meios de publicidade. Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (34) 3171-1670 ou e-mail licitacaociscem@gmail.com.

Patos de Minas - MG, 12 de agosto de 2026.

GABRIEL MELO AMARAL DA SILVEIRA
Agente de Contratação - CISCEM

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:1EB11B13

CISCEM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CERRADO MINEIRO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 04/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 04/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cerrado Mineiro – CISCEM, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO** sine die (por prazo indeterminado) da licitação na modalidade Credenciamento n° 04/2026 (Processo Licitatório n° 10/2026).
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a realização de Exames de Laboratório Clínico, Anatomia Patológica e Citopatologia, destinados ao atendimento dos municípios consorciados ao CISCEM, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, com execução in loco nas instalações dos prestadores credenciados. **Motivo:** Readequação do Edital e seus anexos, especificamente quanto à reavaliação da Tabela de Procedimentos e Valores (Exames de Laboratório Clínico, Anatomia Patológica e Citopatologia), conforme Despacho Decisório constante nos autos. Oportunamente será designada e divulgada nova data para a realização do certame, nos mesmos meios de publicidade. Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (34) 3171-1670 ou e-mail licitacaociscem@gmail.com.

Patos de Minas - MG, 12 de agosto de 2026.

GABRIEL MELO AMARAL DA SILVEIRA
Agente de Contratação - CISCEM

Publicado por:
Viviane Beatriz Porto Silveira
Código Identificador:8D3FA8DF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMARG - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO ALTO RIO GRANDE

CISMARG
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026

CONTRATANTE: CISMARG – Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Alto Rio Grande, consórcio público de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 00079634/0001-81, com sede na Avenida Belmira Avelar Silva, 122, Bairro Quintiliano José da Silva - Santo Antônio do Amparo, MG, por seu presidente Carlos Henrique Avelar, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santo Antônio do Amparo, MG 37.262-000.
CONTRATADA: PONTES E GUEDES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA , com sede rua Abílio Barrteto, 374 , cidade Universitária , São Gonçalo do Rio Baixo-MG . CNPJ : 37.920.081/0001-58, representada por Sr. Márcio Junior de Oliveira Pontes .
As partes acima qualificadas têm entre si certo e ajustado a contratação nos termos do Pregão nº 09/2025, Processo nº 32/2026, regendo-se pelo disposto na Lei nº. 14.133/21 e resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO a Ata de Registro de Preços Nº 01/2026 e na legislação aplicável, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do referencial de preços para fins de faturamento e medição do contrato supracitado, visando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro e a continuidade do fornecimento de medicamentos à rede municipal de saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA — DA MOTIVAÇÃO
2.1. A alteração fundamenta-se no art. 23, 8 1º, inciso Ill, da Lei nº 14.133/2021 e no comunicado oficial do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais — TCEMG, de 15/04/2026, que suspendeu temporariamente o seu Banco de Preços. A medida é ratificada pelo Relatório da Secretaria Executiva do CISMARG, que demonstra a necessidade de substituição do referencial para evitar o desabastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA SUBSTITUIÇÃO DO REFERENCIAL
3.1. Fica estabelecido que, enquanto perdurar a indisponibilidade do Banco de Preços do TCEMG, o referencial de preços para os medicamentos contratados passa a ser a Tabela CMED/ANVISA PF (Preço Fábrica). E para os medicamentos de ordem judicial a Tabela CMED/ANVISA PMVG (Preço Máximo de Venda ao Governo), referência durante o período de suspensão do TCE.
Parágrafo Único: Mantêm-se inalterados os percentuais de desconto contratados, que deverão incidir sobre a nova base de cálculo oficial
CLÁUSULA QUARTA — DA NATUREZA TEMPORÁRIA

4.1. Esta alteração possui caráter excepcional e temporário. Assim que o sistema do TCEMG for restabelecido, o CISMARG avaliará o retorno ao referencial original, mediante comunicação formal à Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICIDADE

5.1. A Administração providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

6.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não colidirem com o presente instrumento.

CLÁSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
7.1. O presente Termo Aditivo observa as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as normas gerais de direito público.

7.2. As partes elegem o foro da Comarca de Bom Sucesso - MG para dirimir eventuais dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santo Antônio do Amparo, 11 de agosto de 2026.

Contratante
CISMARG - Consórcio Intermunicipal de Saude Dos Municipios da Microrregião do Alto Rio Grande
CARLOS HENRIQUE AVELAR -
Presidente

Contratada
PONTES E GUEDES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA

Publicado por:
Artur Ferreira Júnior
Código Identificador:ED08B664

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026 - MELO BARBOSA E ALVES LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ** torna público extrato do contrato nº 122/2026. **CONTRATADO MELO E BARBOSA E ALVES LTDA OBJETO - CREDENCIAMENTO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICÍPIOS, destinados aos municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará-Cispará,** dar-se-á na forma da Lei nº 14.133/2021, e obedece aos termos do Edital de Chamamento Público nº 04/2025, Processo Administrativo N° 25/2025 **VIGÊNCIA CONTRATUAL** - O prazo de vigência da contratação é de 12 doze meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de **(11/08/2026 a 11/08/2027**) **DOS VALORES** - O valor total do presente contrato é R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) Pará de Minas, 11 de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:A656A09A

ESTADO DE MINAS GERAIS
COMGRANBEL - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE MINAS GERAIS

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nª 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE MINAS GERAIS-COMGRANBEL – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. O consórcio COMGRANBEL torna público o extrato de Ata de Registro de Preços. **Objeto:** objeto é registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de e soluções integradas de tecnologia educacional, para atendimentos aos municípios do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Minas Gerais (COMGRANBEL).
Detentor da Ata: UNIVERSO EDUCATION LTDA - CPF/CNPJ: 56.171.656/0001-21
Valor da ata: R$ 116.099.981,93.
Data de assinatura da ata: 12/08/2026
Data de vigência da ata: 12/08/2027

Vespasiano-MG, 12 de agosto de 2026.

WELLINGTON RODRIGUES DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Wellington Rodrigues de Lima
Código Identificador:C60A98ED

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026

ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público o Aditivo ao Contrato Administrativo nº 024/2026, celebrado com a empresa**HOSPITAL DIA ESPECIALLE LTDA**, referente ao Processo Licitatório nº 022/2025, tendo por objeto o acréscimo de 25% nos itens ULTRASSONOFRAGIA DE ABDOMEM SUPERIOR, ULTRASSOM DE ABDOMEM TOTAL, ULTRASSOM DE OMBRO E ULTRASSOM DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
Em razão do aditivo, o valor contratual passa de R$ 842.825,05 para R$ 847.570,84, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 12 de agosto de 2026.

THAIZ ROSA
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:384120E4

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 155/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 155/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n° 155/2026 com a empresa AME SAÚDE 24 HORAS

LTDA, referente ao processo licitatório n°022/2025, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a para a realização de exames médicos, com o valor global de R$ 87.973,32 (Oitenta e sete mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos) com vigência até 04 de agosto de 2027.

Coronel Fabriciano, dia 12 de agosto de 2026

THAIZ ROSA -
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:24CA2F26

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - Despacho de Autorização da Contratação - Processo Administrativo nº 030/2025 - Inexigibilidade nº 004/2025. Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares (cardioversor, desfibrilador externo automático e aspirador de secreções portátil) e respectivos insumos e acessórios, destinados ao parque tecnológico do SAMU Macro Centro (192). Torna pública a autorização da contratação dos Lote 1: INDUMED COM IMP E EXP DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA e Lote 2:MABEF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. BH/MG, 11/08/2026.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO -
Secretário Executivo.

Publicado por:
Paula Lavarini Matoso
Código Identificador:BCA52894

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇO LTDA

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2024

Objeto: A prorrogação de vigência do contrato firmado com a empresa SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇO LTDA, para a prestação de serviço de locação mensal de microcomputadores do tipo Intermediário, com suporte técnico on-site. **Partes:** CIAS X SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇO LTDA - **Vigência:** 09/08/2026 até 09/08/2027 - **Valor:** de R$165.135,00 (cento e sessenta e cinco mil, cento e trinta e cinco reais) - BH/MG.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo

Publicado por:
Lara Rúbia Vaz Diniz Fráguas
Código Identificador:8AFCA15C

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2025 - BLACK HAWK COMERCIO DE BOTAS

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2025

Objeto: A prorrogação da vigência da ata de registro de preços firmado com a empresa BLACK HAWK COMÉRCIO DE BOTAS ESPECIAIS LTDA, para aquisição de EPIs e uniformes personalizados para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e a sede administrativa do CIAS e o reajuste anual previsto no item 7.2.3., da Cláusula Sétima da ARP, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). **Partes:** CIAS X BLACK HAWK COMÉRCIO DE BOTAS ESPECIAIS LTDA - **Vigência:** 13/08/2026 até 13/08/2027 - **Valor:** R$161.414,83 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e quatorze reais e oitenta e três centavos) - BH/MG.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo

Publicado por:
Lara Rúbia Vaz Diniz Fráguas
Código Identificador:688953B3

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2025 - FORTE SINAL EQUIPAMENTOS LTDA

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2025

Objeto: A prorrogação da vigência da ata de registro de preços firmado com a empresa FORTE SINAL EQUIPAMENTOS LTDA, para aquisição de EPIs e uniformes personalizados para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e a sede administrativa do CIAS e o reajuste anual previsto no item 7.2.3., da Cláusula Sétima da ARP, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). **Partes:** CIAS X FORTE SINAL EQUIPAMENTOS LTDA - **Vigência:** 13/08/2026 até 13/08/2027 - **Valor:** R$5.022,00 (cinco mil e vinte e dois reais) - BH/MG.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo

Publicado por:
Lara Rúbia Vaz Diniz Fráguas
Código Identificador:135A1AA3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO - CONTRATO: CONTRATO Nº 018/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATO: CONTRATO Nº 018/2026
CONTRATANTE: CIGEDAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2026
CONTRATADA: PRIME PONTO SOLUÇÕES EM PONTO E ACESSO LTDA CNPJ: 40.143.346/0001-63
OBJETO: Locação de relógio de ponto eletrônico biométrico, acompanhado de bobinas, licença de softwares e instalação física, configuração e treinamento para o controle diário da frequência conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.
VALOR: R$ 4.692,00 (quatro mil e seiscentos e noventa e dois reais).
VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2027.

São João del-Rei, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Presidente – CIGEDAS

Publicado por:
Vitor Magno Borges Nunes Couto
Código Identificador:30C58483

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE

PRESIDENTE
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - RATEIO

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO

Nº: 060/2026; Contratante: Município de COIMBRA; Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE; Objeto: Rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio do CISLESTE, englobando as despesas de pessoal civil, obrigações patronais, materiais de consumo, materiais permanentes e outros serviços de terceiros - pessoas física e jurídica, assim como outras despesas de manutenção da estrutura administrativa do Consórcio. **Valor: R$ 11.406,00 mensais**; Assinatura: 22/04/2026; Vigência: 01/05/2026 a 31/12/2026; Fundamentação legal: Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Federal nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos. Signatários: MAURÍLIO DIAS MASSENSINI - Prefeito Municipal de COIMBRA; RICARDO CELLES MAIA – Presidente do CISLESTE.

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO

Nº: 064/2026; Contratante: Município de TOMBOS; Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE; Objeto: Rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio do CISLESTE, englobando as despesas de pessoal civil, obrigações patronais, materiais de consumo, materiais permanentes e outros serviços de terceiros - pessoas física e jurídica, assim como outras despesas de manutenção da estrutura administrativa do Consórcio. **Valor: R$ 11.406,00 mensais**; Assinatura: 29/07/2026; Vigência: 03/08/2026 a 31/12/2026; Fundamentação legal: Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Federal nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos. Signatários: TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPÉRIO - Prefeito Municipal de TOMBOS; RICARDO CELLES MAIA – Presidente do CISLESTE.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:8D1269D2

PRESIDENTE
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - TRANSPORTA SUS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (TRANSPORTA SUS)

Nº: 062/2026(TRANSPORTA SUS); Contratante: Município de SANTANA DE CATAGUASES; Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE; Objeto: A execução, pelo contratado, dos serviços de transporte sanitário eletivo, nos moldes definidos pela SES/MG e conforme planilha anexa ao presente contrato. Valor: R$ 5.317,27 no primeiro mês (proporcional aos dias utilizados) e os demais R$ 7.975,90 mensais; Assinatura: 10/07/2026; Vigência: 10/07/2026 a 31/12/2026; Fundamentação legal: Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Federal nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos. Signatários: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA – Prefeito de SANTANA DE CATAGUASES; RICARDO CELLES MAIA – Presidente do CISLESTE.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:51926B5C

PRESIDENTE
EXTRATO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - PROGRAMA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº: 061/2026; Contratante: Município de COIMBRA; Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE; Objeto: Execução de serviços ambulatoriais na área de saúde, incluídos serviços especializados na área médica, enfermagem, técnico em enfermagem, farmacêutico, técnico em radiologia e odontologia; exames especializados; consultas especializadas que não estejam contempladas em eventuais repasses de convênios firmados com o Estado e/ou outros entes da federação; plantões médicos no atendimento à urgência e emergência; realização de procedimentos cirúrgicos; realização de perícias médicas; realização de serviços de saúde pública para castração de cães e gatos, através de unidade castra-móvel; e outros serviços na área de saúde, que venham a ser oferecidos pelo CISLESTE. **Valor anual: R$ 300.000,00**; Assinatura: 22/04/2026; Vigência: 01/05/2026 a 31/12/2026; Fundamentação legal: Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Federal nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos. Signatários: MAURÍLIO DIAS MASSENSINI – Prefeito Municipal de COIMBRA; RICARDO CELLES MAIA – PRESIDENTE DO CISLESTE.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº: 065/2026; Contratante: Município de TOMBOS; Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE; Objeto: Execução de serviços ambulatoriais na área de saúde, incluídos serviços especializados na área médica, enfermagem, técnico em enfermagem, farmacêutico, técnico em radiologia e odontologia; exames especializados; consultas especializadas que não estejam contempladas em eventuais repasses de convênios firmados com o Estado e/ou outros entes da federação; plantões médicos no atendimento à urgência e emergência; realização de procedimentos cirúrgicos; realização de perícias médicas; realização de serviços de saúde pública para castração de cães e gatos, através de unidade castra-móvel; e outros serviços na área de saúde, que venham a ser oferecidos pelo CISLESTE. **Valor anual: R$ 200.000,00**; Assinatura: 29/07/2026; Vigência: 03/07/2026 a 31/12/2026; Fundamentação legal: Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Federal nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos. Signatários: TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPÉRIO – Prefeito Municipal de TOMBOS; RICARDO CELLES MAIA – PRESIDENTE DO CISLESTE.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:7C152CBD

PRESIDENTE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO ADMINISTRATIVO - PROGRAMA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº: 026/2026; Contratante: Município de FARIA LEMOS; Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE; Objeto: Alteração da Cláusula Sexta – Do Preço, do instrumento original, com acréscimo do valor de R$ 180.000,00, passando ao valor total anual de R$ 300.000,00; Assinatura: 30/07/2026; Fundamentação legal: Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Federal nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos. Signatários: GILBERTO DAMAS DE SOUZA – Prefeito de FARIA LEMOS; RICARDO CELLES MAIA – Presidente do CISLESTE.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:4091847F

PRESIDENTE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO ADMINISTRATIVO - TRANSPORTA SUS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO (TRANSPORTA SUS)

050/2026(TRANSPORTA SUS); Contratante: Município de BARÃO DO MONTE ALTO; Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE; Objeto: Diminuição do número de rotas de 02 para 01 rota diária, passando ao valor total anual a ser de R$ 145.785,48; Assinatura: 31/07/2026; Fundamentação legal: Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Federal nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos.

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito de Barão do Monte Alto;

RICARDO CELLES MAIA –
Presidente do CISLESTE.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:364452D2

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO 03/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 16/2024

- **Objeto:** Prestação de serviços de saúde, para realização de Plantões de 12 horas para atendimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - **CISLESTE**, nele englobando os Municípios Consorciados, nos quantitativos, especificações, especializações e valores estabelecidos na Tabela de Profissionais do CISLESTE constante do Anexo VII.

- **Dotação Orçamentária nº.** 01.001.000.10.302.0002.2.005 MANUTENÇÃO PROG. ESPECIALIDADES – EXAMES/CONSULTAS - 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

- Condição de pagamento: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, referente aos serviços realizados no período, a contar da entrega da respectiva Nota Fiscal, na Secretaria do CISLESTE.

- Empresa credenciada:

BRUNO DUARTE DE OLIVEIRA SILVA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
CNPJ: 55.893.818/0001-72

Muriaé, MG, 31 de julho de 2026

RICARDO CELLES MAIA
Presidente do CISLESTE

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:9F48F333

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO 01/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 14/2024

- **Objeto:** Prestação de serviços de saúde, para realização de consultas e serviços nas áreas médica e afins para atendimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - **CISLESTE**, nele englobando os Municípios Consorciados, nos quantitativos, especificações, especializações e valores estabelecidos na Tabela de Profissionais do CISLESTE constante do Anexo VII.

- **Dotação Orçamentária nº.** 01.001.000.10.122.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS RAT - 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; 01.001.000.10.302.0002.2.005 MANUTENÇÃO PROG. ESPECIALIDADES – EXAMES/CONSULTAS - 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

- Condição de pagamento: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, referente aos serviços realizados no período, a contar da entrega da respectiva Nota Fiscal, na Secretaria do CISLESTE.

- Empresa credenciada:

MILENA RODRIGUES TOLEDO PSICOLOGIA LTDA
CNPJ: 68.042.003/0001-21

Muriaé, MG, 06 de agosto de 2026

RICARDO CELLES MAIA
Presidente do CISLESTE

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:B79F901B

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO 01/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 14/2024

- **Objeto:** Prestação de serviços de saúde, para realização de consultas e serviços nas áreas médica e afins para atendimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - **CISLESTE**, nele englobando os Municípios Consorciados, nos quantitativos, especificações, especializações e valores estabelecidos na Tabela de Profissionais do CISLESTE constante do Anexo VII.

- **Dotação Orçamentária nº.** 01.001.000.10.122.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS RAT - 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; 01.001.000.10.302.0002.2.005 MANUTENÇÃO PROG. ESPECIALIDADES – EXAMES/CONSULTAS - 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

- Condição de pagamento: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, referente aos serviços realizados no período, a contar da entrega da respectiva Nota Fiscal, na Secretaria do CISLESTE.

- Empresa credenciada:

CLÍNICA NAZÁRIO LTDA
CNPJ: 44.591.7339/0001-90

Muriaé, MG, 05 de agosto de 2026

RICARDO CELLES MAIA
Presidente do CISLESTE

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:74D6672E

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2025

EXTRATO
Pregão Eletrônico 07/2025

Nº: 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 01/2025
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE
Contratada: MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses.
Assinatura: 29/07/2026
Vigência: 30/07/2026 a 29/07/2027
Fundamentação legal: Processo Licitatório: 33/2025 – Pregão Eletrônico: nº 07/2025, art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Signatários: Ricardo Celles Maia– Presidente do CISLESTE
Evandro Nader - MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:10671CDA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O CISAMAPI, através do Agente de Contratação, faz tornar pública a retificação do edital do Pregão 17/2026, tendo por objeto a Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, relógio de ponto eletrônico, materiais de consumo, bem como contratação de serviços de instalação e desinstalação de cortina de ar e aparelhos de ar-condicionado. Motivo da retificação: A retificação visa à alteração do prazo de entrega do Item 05 do Termo de Referência/Edital para 60 (sessenta) dias, bem como ao cancelamento da exigência de licença perpétua/vitalícia de software para o Item 09. Nova data da sessão pública: 28/08/2026 às 08h30m (oito horas e trinta minutos), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br ou www.cisamapi.mg,gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da CISAMAPI, na Av. Ernesto Trivellato, Nº. 120 – Triângulo – Ponte Nova/MG - CEP: 35.430-141, ou através do e-mail: licitacao@cisamapi.mg,gov.br.

Ponte Nova, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gabriel Gustavo Ferraz
Código Identificador:7A7C2B0F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO - CIS VERDE

CISVERDE
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 122/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 051/2024
CREDENCIAMENTO Nº. 010/2024 INEXIGIBILIDADE N°. 012/2024

OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de assistência à saúde, em **atendimento complementar aos usuários do SUS, com objetivo de realizar Exames Laboratoriais.**

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no **CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02**, com sede à **rua Antônio Thomé, nº 165, bairro Triângulo, Carangola/MG** - CEP: 36.803-020, representado por seu Presidente, prefeito **Gilberto Damas de Sousa**, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo Conselho diretor do Consórcio.

CONTRATATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FUMIAN LTDA, inscrita no **CNPJ/MF n.º 07.810.204/0001-37**

VIGÊNCIA: 11/08/2025 À 03/05/2028

Carangola – MG, 12 de agosto de 2026

MARCO ANTONIO DA SILVA-
Agente de Contratação
Portaria n.º 004, de 14/08/2024

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:70EC0E03

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - CIMMESF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
ERRATA DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTOS

O **CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – CIMMESF,** inscrito no CNPJ sob o nº 01.275.576/0001-24, com sede administrativa na Rua Montes Claros, nº 1124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, torna público a **ERRATA DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO 003/2025, CREDENCIAMENTO 001/2025:**

Nº 10/2025
Nº 11/2025
Nº 20/2025
Nº 21/2025
Nº 22/2025

Cujo objeto é o Credenciamento de pessoa jurídica para realização de atividades de orientação em atividades lúdicas e físicas para participantes do Programa de Hábito de Vidas Saudáveis.

Art. 1º Fica alterado o seguinte dispositivo do instrumento convocatório:

· ONDE **SE LÊ:** "tem entre si justo e acordado o presente ajuste de prestação de serviços de assessoria jurídica para acompanhamento dos processos licitatórios."

· LEIA-**SE:** "tem entre si justo e acordado o presente ajuste de prestação de serviços de orientação em atividades lúdicas e físicas para participantes do Programa de Hábito de Vidas Saudáveis."

Art. 2º Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições constantes no **[Edital/Termo de Credenciamento]** original.

Publicado por:
Aryelle Duarte Alves
Código Identificador:7FDD40F5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PROCESSO LICITATÓRIO 067/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 011/2025

PC 067/25 Pregão. 011/25 – Aquisição de brindes do Programa de Ed. Ambiental "Outro Norte"– REVOGADO-Inc. II, Art. 71, L. 14.133/2021- www.codanorte.mg.gov.br www.portaldecompraspublicas.com.br

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:7B28D7EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL

CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2024
O **CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL DE MINAS, UNIÃO DA SERRA GERAL**, inscrito no CNPJ sob o nº **12.333.051/0001-14**, torna público o **2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 025/2024**, celebrado com a empresa **GR EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **45.787.543/0001-39**.
Objeto: prorrogação, por mais **12 meses**, do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 025/2024, referente à locação do imóvel com área de **309,54 m²**, situado na **Rua Manaus, nº 257, Bairro Esplanada, Janaúba/MG**, destinado ao funcionamento da sede administrativa do Consórcio União da Serra Geral.
Vigência: de **18 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2027**.
Valor mensal: R$ 5.256,52.
Valor global estimado: R$ 63.078,24.
Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.245/1991 e disposições constantes do Contrato Administrativo nº 025/2024.
Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.
Início dos efeitos da prorrogação: 18 de setembro de 2026.
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário que não tenham sido expressamente alteradas pelo Termo Aditivo.

Janaúba/MG, 12 de agosto de 2026.

RICARDO DA SILVA PAZ
Presidente do Consórcio União da Serra Geral

Publicado por:
Dayane Cristina Souza Rocha
Código Identificador:1DA197C7

CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2024
CONTRATANTE: Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas, União da Serra Geral, CNPJ nº 12.333.051/0001-14.
CONTRATADA: GR Empreendimentos e Logística Ltda., CNPJ nº 45.787.543/0001-39.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 025/2024, por mais 12 meses, referente à locação do imóvel com área de 309,54 m², situado na Rua Manaus, nº 257, Bairro Esplanada, Janaúba, MG, destinado ao funcionamento da sede administrativa do Consórcio União da Serra Geral, bem como atualização do valor da locação.
VIGÊNCIA: 18/09/2025 a 17/09/2026.
VALOR MENSAL: R$ 5.256,52.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 63.078,24.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.245/1991 e demais disposições aplicáveis.
DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.

Janaúba, MG, 16 de setembro de 2025.

RICARDO DA SILVA PAZ
Presidente do Consórcio União da Serra Geral

Publicado por:
Dayane Cristina Souza Rocha
Código Identificador:45D37482

CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: nº 024/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO: nº 015/2025.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas, União da Serra Geral, inscrito no CNPJ nº 12.333.051/0001-14.
DETENTORA DA ATA: OFFICIUM Comércio e Representação Ltda., inscrita no CNPJ nº 41.469.950/0002-28.
OBJETO DO ADITIVO: prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 035/2025 pelo prazo adicional de 12 (doze) meses, com renovação integral dos quantitativos originalmente registrados e reajustamento dos preços unitários pelo percentual de 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento), correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados imediatamente após o encerramento do período de vigência originariamente estabelecido, sem solução de continuidade.
RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS: ficam renovados integralmente os quantitativos inicialmente registrados na Ata, para utilização durante o novo período de vigência, nos termos da Cláusula Quinta, item 5.1, da Ata originária.
REAJUSTE: 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento), mediante aplicação do INPC aos preços unitários registrados, observadas a anualidade e a data-base aplicáveis.
VALOR GLOBAL ESTIMADO APÓS O REAJUSTE: R$ 125.051.961,40 (cento e vinte e cinco milhões, cinquenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos), de caráter meramente estimativo, sem obrigação de aquisição integral.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, Cláusula Quinta, item 5.1, da Ata de Registro de Preços nº 035/2025, e demais disposições aplicáveis constantes do processo administrativo.
RATIFICAÇÃO: permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 035/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo Primeiro Termo Aditivo.
DATA DE ASSINATURA: 12 de agosto de 2026.

Janaúba/MG, 12 de agosto de 2026.

RICARDO DA SILVA PAZ
Presidente do Consórcio União da Serra Geral

Publicado por:
Dayane Cristina Souza Rocha
Código Identificador:F84E754E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI
AVISO DE DISPENSA N° 007/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA, CNPJ nº 19.031.366/0001-56, torna público que dispensamos a licitação,

RATIFICO e HOMOLOGO com fundamento no inciso II do Artigo 75 da Lei n° 14.133/2021, a favor da empresa ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS, inscrito no CNPJ sob o n° 20.513.859/0001-01, com sede na Avenida Raja Gabaglia, n° 385, bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, CEP 30.380-103. Constitui objeto do presente contrato a disponibilização de uso do software on-line que permite ao CPGI operar e gerenciar as publicações de seus atos em meio eletrônico intitulado Diário Oficial dos Municípios Mineiros de atos oficiais e demais matérias de interesse do CPGI". Base Legal: inciso II do Artigo 75 da Lei n° 14.133/2021. Valor contratado: R$ 5.794,44 (cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Vigência 10/08/2026 a 10/08/2027. Dotação Orçamentária nº: 03.001.004.04.122.2001.0.001.3.3.90.39.

Andradas/MG, 12 de agosto de 2026.

FELIPE TEODORO SANCHES
Presidente CPGI

Publicado por:
Tatiane Raposo Miranda
Código Identificador:110CF722

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº069/2026

PORTARIA Nº069/2026

Walter Luiz Pereira, Diretor do Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 103, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares ao servidor Matheus Ribeiro Fulan, cargo de Operador de ETA, MASP 100434, de 12/08/2026 a 31/08/2026 referente ao período aquisitivo de 01/09/2024 a 31/08/2025.
Art. 2 º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ouro Fino, 12 de agosto de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA
Diretor do DMAAE

Publicado por:
Silvia Cristina Guedes
Código Identificador:8734CF5F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº070/2026

PORTARIA Nº070/2026

Walter Luiz Pereira, Diretor do Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 103, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares à servidora Rosimara Alves Pimenta, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, MASP 100440, de 12/08/2026 a 31/08/2026 referente ao período aquisitivo de 01/09/2024 a 31/08/2025.
Art. 2 º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ouro Fino, 12 de agosto de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA
Diretor do DMAAE

Publicado por:
Silvia Cristina Guedes
Código Identificador:29E5EC72

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE - FHAP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
PAL 020 PREGÃO ELETRÔNICO 011/2026

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE
PREGÃO ELETRÔNICO 011/2026

A Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie de Itamarandiba -MG torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 011/2026, Processo Licitatório nº 020/2026, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ANALISADOR DE GASOMETRIA E FORNECIMENTO DE REAGENTES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.** Data de início de recebimento de propostas 13/08/2026. Data de encerramento de recebimento de propostas 25/08/2026 às 08:59h. Mais informações pelo e-mail: licitacao@fhap.mg.gov.br, editais pelo site: https://fhap.mg.gov.br/transferencia/licitacoes. Telefone: (38) 3521-1257 ou (38) 9 2000-2106.

VIVIANE FIGUEIREDO
Agente de Contratação.

Publicado por:
Viviane Silva Figueiredo
Código Identificador:4552A494

ESTADO DE MINAS GERAIS
HOSPITAL MUNICIPAL GIL ALVES

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAIS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
O HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIUVA/MG torna público o P.L. 072/2026 – P.E. 052/2026. Obj.: **AQUISIÇÃO DE LARINGOSCÓPIO E FOCO CIRURGICO. Sessão dia 31/08/2026 as 09h00min**. Edital nos Portais: bocaiuva.mg.gov.br, portaldecompraspublicas.com.br e no pncp.gov.br.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
O HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIUVA/MG torna público o P.L. 073/2026 – P.E. 053/2026. Obj.: **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES. Sessão dia 21/09/2026 as 09h00min**. Edital nos Portais: bocaiuva.mg.gov.br, portaldecompraspublicas.com.br e no pncp.gov.br.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
O HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIUVA/MG torna público o P.L. 074/2026 – P.E. 054/2026. Obj.: **AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIENE BUCAL. Sessão dia 03/09/2026 as 09h00min**. Edital nos Portais: bocaiuva.mg.gov.br, portaldecompraspublicas.com.br e no pncp.gov.br.

BIANCA CLAUDINA FERNANDES PEIXOTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Bianca Claudina Fernandes Peixoto
Código Identificador:966DC283

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE BURITIS - IPREB
ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE BURITIS - IPREB
ESTADO DE MINAS GERAIS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

O Presidente do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE BURITIS - IPREB, no uso de suas atribuições, em conformidade com o 74, inciso III, alíneas "a" e "c" da Lei 14.133/2021, vem através do presente AUTORIZAR a contratação da empresa DVALONI CONSULTORIA LTDA, situada na Praça Doutor Nilo Peçanha, nº 45, Sala 509, Centro, Mage/RJ, Cep: 25.900-088, CNPJ: 23.540.416/0001-06, cujo objeto é a contratação de consultoria previdenciária especializada e contínua para o Instituto de Previdência de Buritis/MG — IPREB, compreendendo assessoramento técnico-jurídico, atuarial, administrativo e contábil, acompanhamento de processos de benefícios, defesas administrativas perante o TCE/MG, cálculo atuarial anual e suporte ao CRP/DIPR, no valor global de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), com prazo de Vigência de por 12 (doze) meses, Dotação Orçamentária: 03.01.01.04.122.0002.2232 3.3.90.35.00 Ficha 23 Fonte 1.802.000.0000; conforme Processo Administrativo nº 011/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026 nas conformidades do Inciso VIII, do artigo 72, da Lei nº 14.133/21 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente.

Buritis/MG, 12 de agosto de 2026.

(A) MOACIR PITANGUY DO PRADO JUNIOR,
Presidente do Instituto de Previdência de Buritis - IPREB.

Publicado por:
Marlene Alves da Silva
Código Identificador:D679B4DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
IPESC - INSTITUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARANGOLA

IPESC
PROCESSO LICITATÓRIO 014/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Carangola - IPESC torna pública a realização de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por item. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de acesso à Internet em banda larga, por meio de tecnologia FTTH (Fiber To The Home), com velocidade nominal mínima de 800 Mbps para download e 400 Mbps para upload, incluindo instalação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, bem como de Acordo de Nível de Serviço (SLA) para atendimento e restabelecimento do serviço em até 04 (quatro) horas corridas. Data e Horário da abertura do Pregão **26/08/2026** às **14h30min**, pelo sítio eletrônico: https://licitar.digital/. Interessados manter contato pelo endereço eletrônico: licitacoes@ipesccarangola mg.gov.br.

Carangola/MG, 13 de agosto de 2026.

SIDNÉIA SILVÉRIO ALONSO
Pregoeira

Publicado por:
Sara de Oliveira Alves
Código Identificador:C774D8FB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 009-2026

AVISO DE LICITAÇÃO PMAP CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA. AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA N.º 009/2026, PROCESSO Nº 247/2026. Torna público início do julgamento no dia 24/09/2026, 9hs, pelo Portal Licitanet. Objeto: prestação de serviços de transporte coletivo urbano e distrital de passageiros no Município de Além Paraíba/MG, em caráter regular, contínuo e definitivo, estruturado sob o regime de remuneração mista (tarifa pública acrescida de subsídio tarifário institucional), em estrita conformidade com os parâmetros matemáticos do Estudo Tarifário e condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O edital e seus anexos, posteriores avisos e resultados estarão disponíveis no PNCP e no site www.alemparaiba.mg.gov.br.

Além Paraíba,12 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roberta Filgueiras Barroca Faria
Código Identificador:B54E9BED

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2026. Contratado(a): **DIONATA MELLO MALAQUIAS,** inscrito(a)no CPF/CNPJ29.595.235/0001-55, que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviço de locação de veículos destinados ao transporte de alunos da zona rural, matriculados na rede municipal de ensino do Município **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato por 06(seis) meses, dentro do seguinte novo período**: 05 DE AGOSTO DE 2026 A 31 DE JANEIRO DE 2027. VALOR** : A CONTRATANTE remunerará a CONTRATADA o valor global estimado de R$ 946.800,00 (Novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos reais), referente ao item 01**. Dotação:** 02.04.00.12.361.0007.2.0032.3.3.90.39.00-Gestão do ensino fundamental. Data da Ass.: 03 de Agosto de 2026. Ass. por Paulo Henrique Marinho Goldstein - Prefeito.

Publicado por:
Cristiane Lima de Andrade
Código Identificador:8A8FA1BE

DEPARTAMENTO COMPRAS
AVISO COLETA DE PREÇOS – COTAÇÃO 271/2026

A Prefeitura Municipal de Além Paraíba vem através deste, informar que está realizando pesquisa de preços para aquisição de uniformes.
Para maiores informações, os interessados poderão solicitar os arquivos no e-mail cotacao@alemparaiba.mg.gov.br para elaborarem seus orçamentos até quarta-feira, 19/08/2026, 18h00.
Maiores esclarecimentos (32) 3466-5150,

BEATRIZ MARINHO –
Divisão de Compras.

Publicado por:
Beatriz Marinho Barbosa Azevedo
Código Identificador:0BBA1059

DEPARTAMENTO COMPRAS
AVISO DE COLETA DE PREÇOS - COTAÇÃO N°270/2026

AVISO COLETA DE PREÇOS – COTAÇÃO 270/2026
A Prefeitura Municipal de Além Paraíba vem através deste, informar que está realizando pesquisa de preços para aquisição Gêneros de Alimentação.
Para maiores informações, os interessados poderão solicitar os arquivos no e-mail cotacao@alemparaiba.mg.gov.br para elaborarem seus orçamentos até segunda-feira, 17/08/2026, 18h00.
Maiores esclarecimentos (32) 3466-5150,

REGINA MONTEIRO –
Divisão de Compras.

Publicado por:
Regina Dias Monteiro
Código Identificador:EE97431F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 006/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 006/2026

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

A PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2024, conforme relação constante no ANEXO I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

Os candidatos relacionados no ANEXO I deste edital, após a presente convocação, deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, situada à Rua Dr Antônio Augusto Junqueira, nº 63, Porto Velho, Além Paraíba - MG, **entre os dias 13 a 19 de agosto de 2026, no horário compreendido das 12h às 17h, munidos da documentação, relacionados no ANEXO II deste edital.**
Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do ANEXO II acarretará o não cumprimento da exigência do item **1**.
1.3 Os convocados que não atenderem ao presente chamado ou mesmo renuncie ao seu direito seja qual razão for, serão substituídos pelos concorrentes, obedecida a ordem de classificação, em conformidade com o EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO.

DOS EXAMES MÉDICOS

Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
2.1.1 O exame será realizado por médico designado pela prefeitura municipal.

Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado **(prazo máximo de 30 dias).**

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

A publicação dos atos de nomeação se dará por decreto e/ou portaria, obedecendo a legislação vigente.

DA POSSE

Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em até 3(três) dias úteis na Prefeitura de Além Paraíba para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.
Da data da posse, o candidato terá 01 dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo secretário à qual ficará subordinado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA, 12 DE AGOSTO DE 2026.

RITA DE CÁSSIA FONSECA ROCHA
Secretária Municipal De Educação

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal De Além Paraíba

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 006/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2024

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

NUTRICIONISTA

Classificação	Nº Inscrição	Nome
4º	200250003103	Gustavo Moreira Esteves

PROFESSOR MUNICIPAL IV

Classificação	Nº Inscrição	Nome
111º	200250001827	Isabela Oliveira Tempera Ferreira

SUPERVISOR PEDAGÓGICO

Classificação	Nº Inscrição	Nome
3º	200250002127	Paulo Rogério de Souza Miguel

SECRETÁRIO ESCOLAR

Classificação	Nº Inscrição	Nome
11º	200250002198	Alexandre Faria Gomide
12º	200250000117	Nayara Felício Alves De Souza

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 006/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2024

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

( ) – Certidão de Nascimento ou Casamento;
( ) – Certidão de Nascimento dos filhos, se os tiver;
( ) _ CPF dos dependentes ;
( ) – Cartão de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
( ) – Carteira de Identidade;
( ) – Título de Eleitor;
( ) – Cartão do PIS/PASEP;
( ) – Cartão do CPF;
( ) – Certificado de reservista, se do sexo masculino;
( ) – Duas fotos 3X4;
( ) – Atestado médico de sanidade física e mental, que comprove real capacidade para o exercício do cargo a que se candidata expedido pelos médicos e psicólogos responsáveis pelo atendimento aos funcionários da PMAP (Marcar a avaliação de sanidade física no RH);
( ) – Cópia e original dos documentos que comprovem a escolaridade e experiência exigidas para o cargo, conforme discriminado no Edital;
( ) – Atestado de bons antecedentes;
( ) – Atestado de que está em dia com as obrigações eleitorais, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias;
( ) – Exames de Hemograma completo, Glicemia de jejum, Colesterol total e frações, Triglicerídeos, Ácido úrico, Creatinina, TSH e ITL, Anti HVA IgG e IgM, Parasitológico de Fezes e Urina rotina, Tipo sanguíneo e Fator RH;
( ) – Comprovante de Residência, constando todos os dados (rua, nº, bairro, cidade, estado, telefone);
( ) _ Cópia da Carteira de Trabalho (folha com foto e folha com os dados);
( ) _ CNIS (tempo de contribuição junto ao INSS);

Publicado por:
Gleydmar Percegoni Thurler Mendonça
Código Identificador:458C2104

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 135/2026- AUTORIZA, EM CARÁTER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO, O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA CIRCULAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ÔNIBUS RECREATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 135/2026, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza, em caráter precário e temporário, o uso de espaços públicos municipais para circulação e exploração de ônibus recreativo e dá outras providências."

DANILIO CLESSIO FERREIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis, **RESOLVE**:

Art. 1º – Fica autorizada, em caráter precário, temporário e oneroso, a utilização da Rua do Serro, Rua Tiradentes, Praça Castro Pires e Rua Princesa Isabel, no Município de Alvorada de Minas/MG, exclusivamente para a circulação e exploração de ônibus recreativo destinado à realização de atividade de lazer para as crianças da localidade, em favor de Laura Ferreira Ruzafa Martins, doravante denominada AUTORIZADA, no dia 13 de agosto de 2026.

§ 1º – A presente autorização não implica transferência de posse, concessão de direito real ou constituição de qualquer direito adquirido sobre os espaços públicos, podendo ser revogada pelo Município, a qualquer tempo, por razões de interesse público ou pelo descumprimento das condições estabelecidas nesta Portaria, observada a legislação aplicável.

§ 2º – A autorização de que trata esta Portaria terá vigência exclusivamente no dia 13 de agosto de 2026, abrangendo, quando necessário, o período destinado à preparação, realização e desmontagem da estrutura utilizada para a atividade.

§ 3º – Fica designada a servidora Cleide Simões da Silva, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Arrecadação, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas nesta Portaria, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos municipais competentes.

§ 4º – Integra a presente Portaria, para todos os fins, o Laudo de Inspeção Técnica do Veículo apresentado pela AUTORIZADA, elaborado pelo responsável técnico Décio Pereira Lima Júnior, em 05 de setembro de 2025, com validade indicada no próprio documento até 08 de setembro de 2026.

Art. 2º – A AUTORIZADA fica obrigada, previamente ao início da atividade, a apresentar e manter disponíveis para fiscalização os documentos e comprovações necessários à realização do evento, especialmente:

Apresentar a quitação do IPVA do veículo;
Apresentar Comprovação de inscrição no CNPJ e na Junta Comercial do Estado;
Apresentar documentos de identificação pessoal;
Apresentar o certificado de registro e licenciamento do veículo;
Apresentar documento de seguro do veículo, se houver;
Apresentar o comprovante de pagamento da taxa de licença para comércio eventual ou ambulante;
Custear todas as despesas de aprovação, divulgação e administração do evento;
Cuidar de todo o esquema de segurança durante o evento;
Proteger o bem, contra atos de terceiros;
Sujeitar-se às normas legais de fiscalização do Município;
Restituir o bem como recebeu, na data correta, sob pena de responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
Responsabilizar-se pela reparação de dano ao patrimônio público ocasionado por seus funcionários, por empresas ou profissionais contratados para fazer cumprir as disposições constantes desta Portaria;
Cumprir todos os demais encargos impostos unilateralmente pelo Município;
Apresentar as informações constantes no Anexo Único deste termo.

Art. 3º- É expressamente vedado à AUTORIZADA:

a) Utilizar os espaços públicos autorizados para finalidade diversa daquela expressamente prevista nesta Portaria;
b) Exercer atividade comercial ou realizar qualquer exploração econômica diversa da autorizada, sem a prévia e expressa autorização do Município e o cumprimento das exigências legais aplicáveis;
c) Realizar atividades de cunho político-partidário e difusão religiosa.
d) Alterar a destinação prevista;
e) Outras proibições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Transporte;

Art. 4º – A assinatura do Termo de Recebimento e do Termo de Responsabilidade pela AUTORIZADA implicará ciência e aceitação integral das condições estabelecidas nesta Portaria, bem como assunção das responsabilidades decorrentes da utilização dos espaços públicos autorizados.

Art. 5º – A presente autorização não transfere ao Município qualquer responsabilidade pela organização, operação, segurança ou execução da atividade, cabendo à AUTORIZADA adotar todas as providências necessárias ao seu regular funcionamento e responder pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, na forma da legislação aplicável.

Art. 6º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alvorada de Minas/MG, 12 de agosto de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO E RESPONSABILIDADE DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

O MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.303.164/0001-53, com sede administrativa na Avenida José Madureira Horta, nº 190, Centro, Alvorada de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Danilio Clessio Ferreira, doravante denominado **AUTORIZANTE**, autoriza, em caráter precário, temporário e oneroso, a utilização da Rua do Serro, Rua Tiradentes, Praça Castro Pires e Rua Princesa Isabel, exclusivamente para a circulação e exploração de ônibus recreativo destinado à realização de atividade de lazer para as crianças da localidade, em favor de Laura Ferreira Ruzafa Martins, doravante denominada **AUTORIZADA**, no dia 13 de agosto de 2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente autorização terá vigência exclusivamente no dia 13 de agosto de 2026, abrangendo, quando necessário, o período destinado à preparação, realização e desmontagem da estrutura utilizada para a atividade.

§ 1º – A presente autorização não implica transferência de posse, concessão de direito real ou constituição de qualquer direito adquirido sobre os espaços públicos, podendo ser revogada pelo AUTORIZANTE, a qualquer tempo, por razões de interesse público ou pelo descumprimento das condições estabelecidas neste Termo e na Portaria que o fundamenta, observada a legislação aplicável.

§ 2º – Fica designada a servidora Cleide Simões da Silva, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Arrecadação, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos municipais competentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – A AUTORIZADA fica obrigada, previamente ao início da atividade, a apresentar e manter disponíveis para fiscalização os documentos e comprovações necessários à realização do evento, especialmente:

Apresentar o Laudo de Inspeção Técnica do Veículo;
Apresentar a quitação do IPVA do veículo;
Apresentar Comprovação de inscrição no CNPJ e na Junta Comercial do Estado;
Apresentar documentos de identificação pessoal;
Apresentar o certificado de registro e licenciamento do veículo;
Apresentar documento de seguro do veículo, se houver;
Apresentar o comprovante de pagamento da taxa de licença para comércio eventual ou ambulante;

Custear todas as despesas de aprovação, divulgação e administração do evento;
Cuidar de todo o esquema de segurança durante o evento;
Proteger o bem, contra atos de terceiros;
Sujeitar-se às normas legais de fiscalização do Município;
Restituir o bem como recebeu, na data correta, sob pena de responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
Responsabilizar-se pela reparação de dano ao patrimônio público ocasionado por seus funcionários, por empresas ou profissionais contratados para fazer cumprir as disposições constantes desta Portaria;
Cumprir todos os demais encargos impostos unilateralmente pelo Município;
Apresentar as informações constantes no Anexo Único deste termo.
CLÁUSULA TERCEIRA- O Autorizado fica ciente de que é expressamente proibido:
a) Utilizar o bem público para finalidades complementares ao evento sem a devida autorização.
b) Explorar qualquer tipo de comércio paralelo ao evento, nas dependências do espaço cedido, sem a expressa autorização (se for o caso);
c) Realizar atividades de cunho político-partidário e difusão religiosa.
d) Alterar a destinação prevista;
e) Outras proibições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Transporte.
CLÁUSULA QUARTA – A assinatura deste Termo implica ciência e aceitação integral, pela AUTORIZADA, de todas as condições nele estabelecidas, bem como da Portaria que autorizou a utilização dos espaços públicos.

Alvorada de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

_____
Autorizada

ANEXO ÚNICO – IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM O CONJUNTO RECREATIVO

TRA/C. TRACTOR
Placa: GSH3E31 RENAVAM: 00684185296
Chassi: 9DNA2002VV2000467
Marca/modelo: REB/ENGERAUTO TRANSCAR T
Ano/modelo: 1997/1997
Espécie/tipo: PASSAGEIRO SEMI-REBOQUE/ RECREATIVO
Cor/Combustível: Fantasia/Sem identificação
Restrição: Nenhuma
Situação do veículo: vigente/em circulação: bom estado

PASS/SEMIREB TR RECREATIVO
Placa: JVK2114 RENAVAM: 00975271164
Chassi: 9BM9584618B606798
Marca/modelo: M. BENZ/AXOX 2540 S
Ano/modelo: 2008/2008
Espécie/tipo: TRAÇÃO CAMINHÃO TRATOR
Cor/Combustível: Vermelha/Diesel
Restrição: Nenhuma

Av. José Madureira Horta, 190, Centro – CEP: 39140-000 Alvorada de Minas

CNPJ nº. 18.303.164/0001-53

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:F515F9B4

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 84/2025, Pregão Eletrônico nº 24/2025, Contrato Administrativo nº 75/2025. Partes Município de Alvorada de Minas e PROJECON PROJETOS E CONVENIOS LTDA. Tal contrato fica renovado/prorrogado até 12 de agosto de 2027. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO DE CONVÊNIOS, COM O OBJETIVO DE APRIMORAR A EFICIÊNCIA E A TRANSPARÊNCIA DAS PARCERIAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS REFERENTES AOS CONVÊNIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS.

Alvorada de Minas, 11 de agosto de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:1A82424A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório 148/2025, Pregão Eletrônico 53/2025, Contrato Administrativo 14/2026. Partes Município de Alvorada de Minas e WOLFF AMBIENTAL LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE MEDIDA COMPENSATÓRIA DECORRENTE DE EXIGÊNCIA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, RELACIONADA À INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), DESENVOLVIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS. Fica acrescido ao valor original do contrato a importância de R$117.380,25 (cento e dezessete mil, trezentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos).

Alvorada de Minas, 12 de agosto de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:DA3EB9F0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2024

N.º Processo: 80/2024 – Inexigibilidade 25/2024. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: **TIAGO VICENTE AMARAL - ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 13.375.727/0001-03. OBJETO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 47/2024, para prorrogação da vigência, cujo objeto é a Prestação de serviços elétricos em veículos leves e pesados, conforme exposto no Edital de Credenciamento 07/2024, Processo Licitatório nº 80/2024, Inexigibilidade nº 25/2024. Data de assinatura: 12 de agosto de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:C21BB37C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 90/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 32/2026
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Materiais Diversos, para atender as demandas das diversas Secretarias da Administração Municipal.

Confirmado pela Comissão de Pregão instituída pelas Portarias 20/2026 e considerando a regularidade deste processo, conforme a análise jurídica do processo HOMOLOGA a presente Licitação nos termos da Lei Federal Nº *14.133*, de 1º de abril de 2021.

Araújos- MG, 12 de agosto de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:CFA2A6CB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PL 559-2023

TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO Nº050/2024

Termo Aditivo ao Contrato nº050/2024, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ARCOS/MG, como CONTRATANTE, e a MR CIVIL E. METALICA LTDA, como CONTRATADA, referente à acréscimo de valores.

Aos 11 de agosto do ano de 2026, na Prefeitura Municipal de Arcos, CNPJ 18.306.662/0001-50, situada na rua Getúlio Vargas, 228, centro, Arcos/MG, cep: 35588-00, representado por Welington Roque, brasileiro a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa MR CIVIL E. METALICA LTDA ,inscrita no CNPJ(MF)sob o n.º 18.522.068/0001-04, estabelecida à Rua b, 91 Nucleo Industrial II, Arcos/MG, cep: 35.588-000, representado por Márcio José Ribeiro Junior portador(a) da. Carteira Profissional n.º 254471/D e CPF 108.xxx.xxx.xx perante as testemunhas abaixo nomeadas e firmadas, pactuam o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº050/2024,** cuja celebração foi justificada e autorizada no processonº559/2023 e que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas gerais contidas na Lei Federal n.º 14.133/21, e atos municpais e suas respectivas alterações, observando ainda as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato n.º 050/2024, o acréscimo do objeto contratual com respectivo acréscimo de seu valor, com fundamento no art. 124, inciso I, alínea "b" da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, cujo objeto do contrato original é Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção da infraestrutura e supraestrutura da Unidade de Pronto Atendimento - UPA, no município de Arcos/MG, conforme justificativa lançada no processo licitatórionº 559/2023, com fulcro no artigo 107 da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor do presente acréscimo é de R$130.742,39 (cento e trinta mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos.), cuja composição se encontra especificada na **planilha que constitui o Anexo do presente instrumento, que dele é parte integrante**.

O referido acréscimo corresponde à atualização do saldo contratual mediante a aplicação do percentual acumulado de **4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento) do IPCA**, referente ao período de **novembro de 2023 a outubro de 2024**, aplicado sobre o saldo contratual vigente, no valor de **R$ 1.353.053,22 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, cinquenta e três reais e vinte e dois centavos)**.

Em decorrência da aplicação do referido índice, o valor do reajuste corresponde a **R$ 64.405,33 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinco reais e trinta e três centavos)**, passando o saldo contratual para **R$ 1.417.458,55 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)**.

Na sequência, foi aplicado novo reajuste referente ao período de **novembro de 2024 a outubro de 2025**, mediante a aplicação do percentual acumulado de **4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) do IPCA**. O referido percentual foi aplicado sobre o saldo contratual já atualizado pelo reajuste anterior, no valor de **R$ 1.417.458,55**, resultando no novo saldo contratual de **R$ 1.483.795,61 (um milhão, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e um centavos)**.

Desse modo, o valor global do **Contrato nº 050/2024**, que era de **R$ 2.885.570,22 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta reais e vinte e dois centavos)**, passa a ser de **R$ 3.016.312,61 (três milhões, dezesseis mil, trezentos e doze reais e sessenta e um centavos)**.

Parágrafo Único: As despesas correspondentes ao presente instrumento correrão por conta da(s) Despesa descrita abaixo:
Obras e Instalações (1710/3210) 02.13.10.302.9016.1.230.000.4.4.90.51.01 (3305/3306), no valor de R$130.742,39

CLÁUSULA TERCEIRA -RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato nº 050/2024, que não colidirem com o disposto no presente termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido na lei 14.133/21, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas.

Pelo Município:

Pela Contratada:

TESTEMUNHAS

1 -

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:7BEB6E87

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PL 242/2026

RATIFICAÇÃO

PL 242/2026
Dispensa 065/2026
RATIFICO, com fulcro na legislação que rege a matéria, o processo em epígrafe cujo objeto se refere a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de porta de vidro destinada à Unidade Avançada de Atendimento (UAA) de Arcos, compreendendo o fornecimento do material e sua instalação, fundamentado na lei 14.133/2021 de acordo com quantidades e especificações constantes no termo de referência.
Empresa: CENTRAL VIDROS ARCOENSE LTDA
CNPJ: 23.296.281/0001-77
VALOR: R$1.290,00

Arcos/MG, 12 de agosto de 2026.

WELLINGTON ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:C4A1A1C4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 080/2026 PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO(A) EDITAL SEMED Nº 002/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 080/2026

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO(A) EDITAL SEMED Nº 002/2026

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, vem através deste Edital, convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo para Estagiários Acadêmicos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Educação Especial, para Cadastro Reserva, podendo ser convocadas de acordo com a classificação e necessidade da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Arcos).

DA CONVOCAÇÃO

•
As convocações referentes a este edital se darão mediante a necessidade da Prefeitura Municipal de Arcos, observando-se a classificação neste processo seletivo.

•
O número de vagas da convocação poderá sofrer alterações mediante demandas que surjam entre a data da publicação do edital de convocação e a data e hora da mesma.

•
A escolha das vagas respeitará a ordem de classificação final dos candidatos;

•
Não havendo, no momento da convocação, candidato inscrito no processo seletivo, poderá ser contratado candidatos presentes que não tenham se inscrito mas que atendam a todos os dispositivos do edital da referida convocação.

•
Após convocação, o(a) candidato(a) terá o prazo de 01 (um) dia útil para se manifestar, podendo:

a) Aceitar a vaga ofertada;
b) Desistir do Processo Seletivo e ser automaticamente excluído do Cadastro Reserva.

•
A desistência tratada no item 5, alínea "b" é irretratável.

•
Será considerado desistente o(a) candidato(a) que não responder à convocação no prazo estipulado no item 5.

•
Após o aceite da vaga ofertada, o(a) candidato(a) deverá:

•
Se apresentar à Universidade para a solicitação do Termo de Compromisso;

•
De posse do mesmo, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos, situado no 1º andar da Prefeitura Municipal de Arcos/MG, na Rua Getúlio Vargas, nº 228, centro de Arcos, onde receberá a lista de documentos necessários para formalização do Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Estágio, a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo próprio acadêmico.

CRONOGRAMA DE CONVOCAÇÕES

Local: Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Avenida Yolando Sebastião Logli, 255 - Distrito Industrial II
Prédio I da PUC Minas em Arcos

Dia: 14/08/2026
Horário da convocação : 10h
Cargo: Estagiários (as)
Número de vagas: 2 (duas)

Creche	Turno	Horário de trabalho
Creche Municipal Ana Lúcia Franco	Matutino/Vespertino	10h às 16h

Arcos, 12 de agosto de 2026.

LÍLIAN TEIXEIRA GARCIA GOMES
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:0894EA62

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 264/2025

ORDEM DE SERVIÇO

Processo Licitatório nº 264/2025

Modalidade: Concorrência 04/2025

Contratada: TECBULA CONSTRUCOES E REFORMAS SLU LTDA

Valor do Contrato: R$ 669.000,00 (seiscentos e sessenta e nove mil reais)

Prazo de execução: 02 meses, conforme cronograma físico financeiro.

Pela presente Ordem de Serviço, autorizamos a empresa **TECBULA CONSTRUCOES E REFORMAS SLU LTDA**, a iniciar na data de **23 de fevereiro de 2026**, a execução dos serviços que menciona o contrato acima epigrafado, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de **ampliação e reforma de quadra poliesportiva localizada no Distrito da Ilha, no município de Arcos/MG**, referente ao Convenio de Repasse 961610, Siconv 10426/2024, incluindo a instalação de cobertura metálica, execução de pavimentação em concreto no entorno da quadra, construção de arquibancadas, bem como a pintura e recuperação das muretas existentes, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Memorial Descritivo, Projeto Básico, Planilha de Resumo de custos e projetos.

Arcos/MG, 20 de fevereiro de 2026.

RODOLFO GERALDO DALARIVA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ADILSON ARAÚJO DA SILVA
Representante Legal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:B7734A53

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS TERMO DE PARALISAÇÃO/SUSPENSÃO DE OBRA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2025

TERMO DE PARALISAÇÃO/SUSPENSÃO DE OBRA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 264/2025
CONCORRÊNCIA Nº 004/2025

O MUNICÍPIO DE ARCOS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 18.306.662/0001-50, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, nº 228, Centro, Arcos/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no exercício das atribuições de gestão e fiscalização contratual, resolve formalizar o presente **TERMO DE PARALISAÇÃO/SUSPENSÃO**, referente ao Contrato Administrativo nº 176/2025, celebrado com a empresa TECBULA CONSTRUÇÕES E REFORMAS SLU LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.888.489/0001-10, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

•
DO OBJETO DO CONTRATO

O Contrato Administrativo nº 176/2025, decorrente do Processo Licitatório nº 264/2025 – Concorrência nº 004/2025, tem por objeto a execução de serviços de ampliação e reforma da Quadra Poliesportiva localizada no Distrito da Ilha, no Município de Arcos/MG, vinculados ao Convênio de Repasse nº 961610 – Siconv nº 10426/2024, conforme especificações, condições e demais documentos integrantes da contratação.

•
DA SITUAÇÃO FÁTICA

Considerando que foi emitida Ordem de Serviço em 27 de março de 2026, autorizando o início da execução do objeto contratual;
Considerando que, após a emissão da Ordem de Serviço, não foi constatada a efetiva mobilização da contratada para execução do objeto, inexistindo instalação de canteiro de obras, disponibilização de equipamentos, deslocamento de equipes ou execução de serviços preliminares;
Considerando que foi expedida Notificação Extrajudicial em 23 de abril de 2026, concedendo prazo para regularização da situação e advertindo a empresa quanto às medidas administrativas cabíveis;
Considerando que a contratada apresentou manifestação alegando, entre outros fatores, reestruturação administrativa interna, dificuldades na contratação de empresa para perfuração de estacas, problemas de logística operacional e dificuldades de mobilização de equipes e recursos;
Considerando que, em caráter excepcional, a Administração concedeu prazo adicional para que a empresa promovesse o efetivo início dos serviços, sem que, contudo, tenha ocorrido mobilização material capaz de demonstrar o início da execução contratual;
Considerando que, mesmo diante das sucessivas tratativas administrativas, contatos telefônicos, comunicações por aplicativo de mensagens, notificações e oportunidades de regularização, a contratada permaneceu sem promover o efetivo início da obra;
Considerando que não houve instalação de canteiro de obras, mobilização de equipe técnica, disponibilização de equipamentos, execução de serviços preliminares ou qualquer etapa física do objeto contratado;
Considerando que a situação caracteriza, conforme registrado pela Administração, inexecução contratual, diante da ausência de atos concretos destinados à execução do objeto após a emissão da Ordem de Serviço e o transcurso de prazo significativo;
Considerando a necessidade de preservar o interesse público, a adequada aplicação dos recursos vinculados ao Convênio de Repasse nº 961610 – Siconv nº 10426/2024, bem como evitar novos atrasos que possam comprometer a execução da política pública e a entrega do equipamento à população do Distrito da Ilha;
Considerando, ainda, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à fiscalização da execução contratual, às hipóteses de extinção contratual e às infrações administrativas decorrentes da inexecução e do retardamento injustificado da execução do objeto;
FICA FORMALMENTE REGISTRADA E DETERMINADA A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL, permanecendo a contratação sem execução física até ulterior deliberação administrativa, em razão da situação de inexecução contratual constatada e da necessidade de adoção das providências administrativas pertinentes.

•
DA FINALIDADE DA SUSPENSÃO

A presente formalização possui natureza administrativa e tem por finalidade:
I – registrar formalmente a situação de ausência de execução física do objeto contratual;
II – preservar o interesse público e os recursos públicos vinculados ao Convênio de Repasse nº 961610 – Siconv nº 10426/2024;
III – documentar a situação contratual existente após a emissão da Ordem de Serviço;
IV – subsidiar as providências administrativas necessárias à continuidade da execução do objeto;
V – possibilitar a adequada instrução do processo administrativo relativo ao inadimplemento contratual;
VI – resguardar o Município quanto à apuração de responsabilidades, eventuais prejuízos e demais consequências decorrentes da inexecução contratual.

•
DAS DETERMINAÇÕES À CONTRATADA

A empresa contratada deverá:
I – abster-se de promover qualquer intervenção ou execução no objeto contratual sem prévia autorização da Administração;
II – preservar eventuais materiais, estruturas ou elementos vinculados ao objeto que se encontrem sob sua responsabilidade;
III – disponibilizar à fiscalização municipal as informações e documentos necessários à adequada instrução do processo administrativo;
IV – manter atualizados os canais de comunicação com a Administração;
V – atender às determinações formalmente expedidas pela fiscalização e pela gestão contratual;
VI – adotar, caso existam materiais ou elementos sob sua responsabilidade no local da obra, as medidas necessárias para evitar sua deterioração, extravio ou dano.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo não implica quitação contratual, recebimento do objeto, reconhecimento de adimplemento ou renúncia da Administração ao exercício das medidas administrativas, contratuais, sancionatórias, indenizatórias ou judiciais eventualmente cabíveis.
A formalização da suspensão não afasta a responsabilidade da contratada pelos atos ou omissões decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas, tampouco impede a apuração de eventuais prejuízos causados à Administração ou a adoção das medidas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.
Registra-se que a Administração Municipal, diante da situação constatada, já adotou medidas destinadas à preservação do interesse público e à solução administrativa da situação contratual, inclusive mediante tentativas de composição consensual.
A Administração manifestou-se pela possibilidade de extinção consensual e amigável do Contrato Administrativo nº 176/2025, mediante formalização do instrumento próprio e observância das obrigações eventualmente remanescentes, sem reconhecimento de responsabilidade do Município pelo inadimplemento contratual.
O presente Termo deverá ser juntado aos autos do Processo Licitatório nº 264/2025, para fins de registro e instrução processual, com ciência da fiscalização contratual, da gestão do contrato e dos demais setores competentes.
O presente documento não prejudica a continuidade das providências administrativas destinadas à extinção consensual do contrato ou, caso não haja concordância da contratada, à adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a instauração de procedimento administrativo para apuração de infrações e aplicação das penalidades previstas na legislação e no contrato.

Arcos/MG, 11 de agosto de 2026.

RODOLFO GERALDO DALARIVA SILVA
MASP 9344-0
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:9FBD8C68

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATOS DE CONTRATOS

Extrato do contrato de prestação de serviços nº 209/2026- Credenciamento nº 10/2026. Objeto: a prestação de serviços de mão de obra de Condutor de Trator. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratado: Marcelo Pereira da Silva, valor global R$ 35.999,04, vigência: 12 meses.

Arinos 12 de agosto de 2026.

MRCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do contrato de prestação de serviços nº 210/2026- Credenciamento nº 10/2026. Objeto: a prestação de serviços de mão de obra na coleta de lixo doméstico. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratado: Josimar Alves Nogueira, valor global R$ 33.599,28, vigência: 12 meses.

Arinos 12 de agosto de 2026.

MRCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:150AB83C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
HOMOLOGAÇÃO

tendo em vista o cumprimento das exigências editalícias por parte do credenciado que abaixo subscrevem, homologo o presente procedimento nos termos do edital de credenciamento nº 010/2026. com base nas informações constantes no processo administrativo epigrafado e em cumprimento aos termos da lei n° 14.133/2021, acolho o relatório da agente de contratação, ajudico e homologo o credenciamento acima identificado, em favor das pessoa física**:** antônio ferreira da assunção, para credenciamento no item 4.

arinos, 12 de agosto de 2026.

MRCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:36100A7D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Arinos, através da Pregoeira Retifica a publicação do extrato do Pregão Eletrônico nº 007/2026, publicado no dia 28/07/2026, Edição 4326. Onde se Lê: Aquisição de um Veículo automotor utilitário, novo (zero quilômetro), assim considerado aquele sem uso anterior, ano/modelo igual ou superior a 2026/2027. Leia-se: Aquisição de um Veículo automotor utilitário, novo (zero quilômetro), assim considerado aquele sem uso anterior, ano/modelo igual ou superior a 2026/2027, de acordo com o Plano de Trabalho nº.003781/2026, Convênio/Instrumento nº 1231001089/2026, indicação nº 197728 – Transferência Especial - SEAPA/MG.

Arinos, 12 de agosto de 2026.

LUANA DA SILVA FERREIRA-
Pregoeira.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:2E5FDD94

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BANDEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA
PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

Aviso de licitação — a Prefeitura Municipal de Bandeira torna pública a realização da seguinte licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2026** — menor preço por item — objetivando à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA EM GERAL PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRA. **Data da abertura: 25 de agosto de 2026 às 09:00 horas.** O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações do Município de Bandeira–MG, situado à Rua Antônio Bandeira, 18 – Centro, no site oficial do município e da plataforma licitar digital nos seguintes endereços: www.bandeira.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br. Mais informações pelo telefone (33) 3728-1224.

TELMYR RICARDO DA SILVA,
Pregoeiro.

Publicado por:
Telmyr Ricardo da Silva
Código Identificador:41F80EDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

Aviso de licitação — a Prefeitura Municipal de Bandeira torna pública a realização da seguinte licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026** — menor preço por item — objetivando à **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E LICENÇAS DE SOFTWARE DE INFORMÁTICA EM GERAL PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**. data da abertura: 28 de agosto de 2026 às 09:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações do Município de Bandeira–MG, situado à Rua Antônio Bandeira, 18 – Centro, no site oficial do município e da plataforma licitar digital nos seguintes endereços: www.bandeira.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br. mais informações pelo telefone (33)3728-1224.

TELMYR RICARDO DA SILVA,
Pregoeiro

Publicado por:
Telmyr Ricardo da Silva
Código Identificador:52882DAD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO PUBLICAÇÃO - PROCESSO 53/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 53/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 28/2026

A Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, CNPJ: 18.316.182/0001-70, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão eletrônico, Nº 28/2026, Processo Administrativo nº 53/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 110246
Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULO DEVIDAMENTE CARACTERIZADO COMO TRENZINHO DA ALEGRIA TEMÁTICO, PARA ENTRETENIMENTO INFANTIL EM FESTAS/EVENTOS, COM PASSEIO ACOMPANHADO DE DECORAÇÃO, ANIMADORES PARA O MUNICÍPIO DE BARRA LONGA/MG, CONFORME DEMANDA DAS SECRETARIAS SOLICITANTE. COM TODAS AS DESPESAS DO CONTRATO.
Data de Publicação: 12/08/2026 15:23:42

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 25/08/2026 09:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto - Fechado
Valor total do processo: R$ 330.564,00
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/110246

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, 12 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:988D3D32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

DIVERSAS SECRETARIAS
EXTRTAO AO CONTRATO 183/2023 PORCESSO 223/2025

DIVERSAS SECRETARIAS EXTRATO AO CONTRATO PROCESSO 223/2025 INEXIGIGBILIDADE 41/2025 CREDENCIAMENTO 011/2025

Município de Barroso torna público extrato ao contrato 183/2026 Processo 223/2025 Inexigibilidade 041/2025,Credenciamento de Bandas e Artistas em diferentes estilos musicais e artísticos para atender aos eventos culturais, esportivos e turísticos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Barroso, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

ITALO REINALDO CEOLIN
CPF: 019.861.376-86
Vigencia: 12/08/2026 a 01/12/2026

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:3E331828

DIVERSAS SECRETARIAS
EXTRTAO AO CONTRATO 184/2026 PROCESSO 078/2026

DIVERSAS SECRETARIAS EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 078/2026 INEXIGIGBILIDADE 009/2026 CREDENCIAMENTO 006/2026

Município de Barroso torna público extrato ao contrato 184/2026, Processo 078/2026 Inexigibilidade 009/2026,Credenciamento de pessoa física ou jurídica, para atuarem como oficineiros, desenvolvendo oficinas nas áreas pedagógicas, terapêuticas, culturais, socioassistenciais e na preparação para o mercado de trabalho, para atender a demanda das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

HENRIQUE ELIAS DAMASCENO VIEIRA CPF: 114.469.076-51

Vigencia : 12/08/2026 a 31/12/2026

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:34481DFD

DIVERSAS SECRETARIAS
RESULTADO CREDENCIAMENTO 002/2026 PROCESSO 078/2026

CREDENCIAMENTO 006/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026
O município de Barroso, torna público o resultado do Credenciamento Público nº 002/2026, objetivando o Chamamento público para Credenciamento de pessoa física ou jurídica, para atuarem como oficineiros, desenvolvendo oficinas nas áreas pedagógicas, terapêuticas, culturais, socioassistenciais e na preparação para o mercado de trabalho, para atender a demanda das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

CREDENCIADO	CNPJ/CPF	ITEM
Henrique Elias Damasceno Vieira	114.469.076-51	**41**

Barroso, 12 de Agosto de 2026.

RAQUEL FERREIRA DINIZ

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:0DE17C8A

DIVERSAS SECRETARIAS
RESULTADO CREDENCIAMENTO 011/2025 PROCESSO 223/2025

CREDENCIAMENTO 011/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 041/2025
O município de Barroso, torna público o resultado do Credenciamento Público nº 011/2025, objetivando o Chamamento público para Credenciamento de Bandas e Artistas em diferentes estilos musicais para atender aos eventos culturais, esportivos e turísticos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Barroso. Atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

CREDENCIADO	CNPJ/CPF	ITEM
Italo Reinaldo Ceolin	019.861.3786-86	04

Barroso, 12 de Agosto de 2026

RAQUEL FERREIRA DINIZ

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:5E458E10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO AO CONTRATO 0181/2026 PROCESSO 0163/2026 PREGÃO 057/2026

O Município de Barroso torna público extrato ao Contrato Pregão 057/2026 para **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total de veículo, para atender a frota da Prefeitura Municipal de Barroso.**

Contrato nº 0181/2026: GENTE SEGURADORA CNPJ: 90.180.605/0001-02
Valor Total: 16.996,53 (Dezesseis mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e três centavos).
Vigência: 12/08/2026 à 12/08/2027

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:27F79E19

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EXTRATO AO CONTRATO 182/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO EXTRATO AO CONTRATO 182/2026 PROCESSO 178/2026 INEXIGIBILIDADE 028/2026

O Município de Barroso torna público extrato ao Contrato 182/2026 Inexigibilidade 028/2026 para a contratação da empresa contratação da empresa H&A Soluções Ltda para apresentação de **show com a Dupla Hugo e Alex**, durante o 4º Encontro de Caminhoneiros que será realizado no dia 05 de setembro de 2026, em atendimento a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Barroso.

H & A Produções LTDA - CNPJ: 43.772.485/0001-44
Valor total: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:5397E085

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 28/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em vistas das razões alinhadas no Processo nº 0178/2026 – Inexigibilidade nº 028/2026 e Parecer Jurídico, **RATIFICO** a dispensa de licitação visando à contratação da empresa contratação da empresa H&A Soluções LTDA para apresentação de show com a Dupla Hugo e Alex, durante o 4º Encontro de Caminhoneiros que será realizado no dia 05 de setembro de 2026, em atendimento a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Barroso, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com fulcro no inciso II, do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Dê-se ciência desta decisão ao interessado, providencie-se a celebração dos necessários contratos, e os empenhos das despesas nas dotações do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, para fins de eficácia da **RATIFICAÇÃO** aqui proferida.

Barroso/MG, 12 de agosto de 2026.

ANDERSON GERALDO DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:92E5743B

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 012/2026 PROCESSO 216/2025

O município de Barroso torna publico o 3 aditivo de valor ao contrato 012/2026 Processo 216/2025 Concorrência 007/2025, Contratação de empresa especializada para execução de serviços de "Construção de Praça de Lazer - bairro Jardim Bandeirante (Cohab), conforme especificações contidos nos Projetos elaborados pela Engenheira Civil Rúbia Márcia de Oliveira Rodrigues CREA 191202/D, tendo como referência os preços praticados nas planilhas SINAPI, SEMINFRA e Composições.

C&C ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ: 40.675.880/0001-10
Vigência: 07/08/2026 a 31/12/2026

_____

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:589C0CAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 170/2026

A Prefeitura Municipal de Barroso, torna público a todos os interessados o resultado do seguinte processo licitatório:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026

Objeto: Futura, eventual e parcelada aquisição de testes rápidos para detecção de Influenza A, Influenza B, SARS-CoV-2 (Covid-19) e Vírus Sincicial Respiratório (VSR) em atendimento às necessidades da Vigilância Epidemiológica do Município.

Ata de Registro de Preços: Nº 170/2026
Detentora: MEGA MED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
Valor da ARP: R$ 89.600,00 (oitenta e nove mil e seiscentos)
Vigência: De 12/08/2026 à 12/08/2027

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:1B42351B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2026. PARTES: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA e a empresa ANDRE LUIZ DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº. 38.649.700/0001-84. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUTURO E PARCELADO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL OBJETIVANDO A CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO VISUAL EM GERAL, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE. Valor: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais). DATA DA ASSINATURA DA ATA: 07/08/2026. VIGÊNCIA: 12 meses. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 42/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2026. PARTES: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA e a empresa GHB GESTAO DE NEGOCIOS E INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.075.697/0001-35. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUTURO E PARCELADO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL OBJETIVANDO A CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO VISUAL EM GERAL, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE. Valor: R$ 386.946,60 (trezentos e oitenta e seis mil e novecentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos). DATA DA ASSINATURA DA ATA: 07/08/2026. VIGÊNCIA: 12 meses. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 42/2026.

Publicado por:
Mario Luis Coelho
Código Identificador:3A781FFB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°076/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 021/2026

Objeto: Contratação da CANTORA LARA DRUMMOND E BANDA com repertório sertanejo para apresentação musical no dia 15/08/2026, sábado, durante as festividades da Festa do Milho - 2026, na Comunidade Quilombola de Felipe, município de Bom Jesus do Amparo/MG. Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021. Ratificação: 11/08/2026. **Contratada: 54.683.422 LARA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.683.422/0001-38. Valor global: R$ 6.000,00 (seis mil reais). Período: 12/08/2026 até 11/09/2026.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:F56FAD28

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 076/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 021/2026

Objeto: Contratação da CANTORA LARA DRUMMOND E BANDA com repertório sertanejo para apresentação musical no dia 15/08/2026, sábado, durante as festividades da Festa do Milho - 2026, na Comunidade Quilombola de Felipe, município de Bom Jesus do Amparo/MG. Fundamentação: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021. Ratificação: 11/08/2026. **Contratada: 54.683.422 LARA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.683.422/0001-38. Valor global: R$ 6.000,00 (seis mil reais). Data de assinatura: 12/08/2026. Período: 12/08/2026 até 11/09/2026. Fiscal do Contrato: Eduardo Henrique Vieira Menezes.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:6A492700

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM REPOUSO

DECRETOS
DECRETO Nº 1667/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
AL. JOSE BRANDAO, N. 348
CNPJ:18.675.892/0001-96 Exercício: 2026
DECRETO Nº 1667 , DE 14 DE JULHO DE 2026 - LEI N.1156

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de BOM REPOUSO, no uso de suas atribuições legais;
Decreta:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$71.457,19 distribuídos as seguintes dotações:

Origem: Excesso	
02 04 02 DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.451.0002.1039.0000 QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	0,69
4.4.90.30.00 Material de Consumo	
1 706 000 Transferência Especial da União	
706 000 TRANSF.ESPECIAL UNIAO	FICHA: 565
15.451.0002.1039.0000 QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	456,50
4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1 706 000 Transferência Especial da União	
706 000 TRANSF.ESPECIAL UNIAO	FICHA: 566
Origem: Superávit Financeiro	
02 06 01 DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2037.0000 SAUDE DE QUALIDADE	35.000,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
2 710 000 Transferência Especial dos Estados	
710 000 TRANSF. ESPECIAL ESTADO	FICHA: 550
10.301.0009.2037.0000 SAUDE DE QUALIDADE	16.000,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	
2 621 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
621 000 SUS ESTADUAL	FICHA: 582
10.301.0009.2037.0000 SAUDE DE QUALIDADE	20.000,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	
2 621 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
621 000 SUS ESTADUAL	FICHA: 582

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:	457,19
Fontes de Recurso	
706 000 Transferência Especial da União	457,19
Superávit Financeiro:	71.000,00
Fontes de Recurso	
710 000 Transferência Especial dos Estados	35.000,00
621 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	36.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BOM REPOUSO, 14 de julho de 2026

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Honoria de Freitas
Código Identificador:EF0012EC

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADITIVO A ARP 23/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO - PRC 000010/26- 00003/26 Termo Aditivo ao Contrato nº ARP 0023/26. Pregão Presencial nº 10/2025. *NEW LIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.* Valor: 233,70. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA. Dotação Orçamentária:
0058 02.03.01.04.122.0001.2.004.339030
0253 02.05.03.12.361.0004.2.017.339030
0295 02.05.03.12.365.0005.2.023.339030
0395 02.06.01.10.301.0009.1.034.339030
0433 02.06.01.10.301.0011.2.051.339030
0497 02.07.01.08.244.0010.20.49.339030

– Assinatura: 05/08/2026 - Vigência: 24/03/2027 –

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:7206DCCC

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADITIVO A ARP Nº 21/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO - PRC 000010/26- 00002/26 Termo Aditivo ao Contrato nº ARP 0021/2026. Pregão Presencial nº 10/2025. *RVN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA* Valor: 168,00. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA. Dotação Orçamentária:
0058 02.03.01.04.122.0001.2.004.339030
0253 02.05.03.12.361.0004.2.017.339030
0295 02.05.03.12.365.0005.2.023.339030
0395 02.06.01.10.301.0009.1.034.339030
0433 02.06.01.10.301.0011.2.051.339030
0497 02.07.01.08.244.0010.20.49.339030
– Assinatura: 05/08/2026 - Vigência: 23/03/2027 –

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:827D23D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO AUTORIZAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 061/2026

AUTORIZAÇÃO
AUTORIZO a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de cobertura jornalística, produção audiovisual e difusão em mídias digitais para a Expoagro Bonfinópolis, que acontecerá nos dias 12 a 16 de agosto de 2026 no Parque de Exposições de Bonfinópolis de Minas/MG da empresa **ILUMINAR COMÉRCIO E PUBLICIDADE LTDA**, CNPJ 16.888.159/0001-24 com sede na Avenida Governador Valadares, 1016, Sala 10, Centro, Unaí/MG-CEP: 38610-014, pelo preço de **R$4.500,00(quatro mil e quinhentos reais).**

Bonfinópolis de Minas, 03 de agosto de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:87F5550C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO CONTRATO 314/2026

EXTRATO CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contrato **nº 314/2026** Objeto: –Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de cobertura jornalística, produção audiovisual e difusão em mídias digitais para a Expoagro Bonfinópolis, que acontecerá nos dias 12 a 16 de agosto de 2026 no Parque de Exposições de Bonfinópolis de Minas/MG, Empresa: **ILUMINAR COMÉRCIO E PUBLICIDADE LTDA**, CNPJ 16.888.159/0001-24, pelo preço de **R$4.500,00(quatro mil e quinhentos reais).**
Início: 03.08.2026 Vigência: 60(sessenta) dias.

Bonfinópolis de Minas - MG, 03.08.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:29C72A22

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO CONTRATO 328/2026

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contrato **nº 328/2026** Objeto: – Chamamento público na forma de credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de segurança/vigilância desarmada e brigadista, durante eventos e festividades oficiais e atividades do Município de Bonfinópolis de Minas, da empresa **TNP SEGURANÇA PRIVADA LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF: 59.573.161/0001-17**, pelo preço de **R$31.160,00(trinta e um mil cento e sessenta reais).** Início: 12.08.2026 - Vigência: 12 meses.

Bonfinópolis de Minas – MG-12.08.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:224FCF9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 060/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026

AUTORIZAÇÃO
AUTORIZO a contratação direta de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DOS ARTISTAS QUE SE APRESENTARÃO NA FESTIVIDADE DA EXPOAGRO 2026 ATENDENDO NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA, TRABALHO, CULTURA E TURISMO, conforme especificações contidas neste procedimento, da empresa **VAVA TURISMO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob nº **06.089.389/0001-70**, com sede a Rua Natal Justino da Costa, 586, Bairro Centro, Cep 38.610-044, Unaí/MG, pelo valor de **R$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).**

Bonfinópolis de Minas, 11 de agosto de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:BCF13D2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contrato **nº 329/2026** Objeto: – Chamamento público na forma de credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de segurança/vigilância desarmada e brigadista, durante eventos e festividades oficiais e atividades do Município de Bonfinópolis de Minas, da empresa **SERVICOS D & A LTDA** inscrita no **CNPJ 61.571.153/0001-83**, pelo preço de **R$11.700,00 (onze mil, e setecentos reais).** Início: 12.08.2026 - Vigência: 12 meses.

Bonfinópolis de Minas – MG-12.08.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:F851F521

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026 PRC 142/2026
LOCAÇÃO DE TENDAS

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Cabo Verde- Aviso de Licitação. **Processo n° 142/2026, Pregão Eletrônico n° 025/2026**. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUTURO E PARCELADO DE LOCAÇÃO DE TENDAS, ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇO, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia28/08/2026 às 09:30 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **SIGMIX** no endereço eletrônico **https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/**. O Edital estará disponível atravésdos Sites: https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/, https://www.caboverde.mg.gov.br/ eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3736-1220ou E-mail:licitacao1@caboverde.mg.gov.br.

Cabo Verde,11/08/2026.

JOYCE HELENA PAULA
Membro da Comissão de Contratação

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:DE70B4BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 045/2026 –
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 149/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***Aviso de Dispensa de Licitação n.º 045/2026***. **Tipo:** Menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

Objeto: Contratação de prestador de serviços para recarga de extintores disponibilizados nos prédios públicos do Poder Executivo Municipal e em eventos realizados pelo mesmo.
Limite para apresentação da proposta de preços: Dia 17 de agosto de 2026 às 23h59.
Métodos de envio das propostas: https://cachoeirademinas.mg.gov.br/filter/3431.
A íntegra do aviso de dispensa está disponível aos interessados no endereço eletrônico a seguir: https://cachoeirademinas.mg.gov.br/filter/3431.
Mais informações pelo telefone (35) 99893-1422 – Setor de Licitações.

Cachoeira de Minas, 12 de agosto de 2026.

DAYANE STHEFANE SILVA BARBOSA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Dayane Sthefane Silva Barbosa
Código Identificador:2AE434F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***9º Termo de Alteração ao Contrato n.º 128/2022****:*
Partes: *Município de Cachoeira de Minas X* ***MED-CLIN MARIENSE LTDA***
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente a *contratação de empresa para prestação de serviços médicos especializados para atender a Estratégia Saúde da Família.*
Processo Licitatório n.º 167/2022 – Pregão Presencial n.º 034/2022.
Vigência: 25/07/2026 a 24/07/2027.

Cachoeira de Minas, 24 de Julho de 2026.

MARILENI PEREIRA DE OLIVEIRA –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Dayane Sthefane Silva Barbosa
Código Identificador:8CE922CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 148/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n.º 148/2026 – Licitação Compartilhada.*** O Processo de Licitação em epígrafe objetivou a *aquisição dede equipamentos para academia ao ar livre destinados à instalação no Bairro Alto das Cruzes, através da Ata de Registro de Preços nº 21/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 19/2024, realizado pela Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP*. Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o procedimento de que se cogita a pessoa jurídica ***VALE COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA EDUCACAO LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 14.733.870/0001-84, no valor total de R$ 34.748,28 (trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Cachoeira de Minas, 12 de agosto de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Dayane Sthefane Silva Barbosa
Código Identificador:6E36DFAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 150/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n. º 150/2026*** **– Registro de Preços Externo** O Processo de Licitação em epígrafe objetivou a *aquisição de Retroescavadeira para Atendimento aos Serviços Públicos Municipais.* Foi em toda a sua tramitação atendida a legislação pertinente e estando presente o interesse na presente contratação, através da adesão a Ata de Registro de Preços n.º 011/2025 do Pregão Eletrônico por Registro de Preços n.º 90010/2025 - Programa INOVA, promovido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o presente procedimento de que se cogita a pessoa jurídica ***XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA,*** inscrita no CNPJ sob o n.º 14.707.364/0001-10, no valor total de R$ 295.800,00 (duzentos e noventa e cinco mil e oitocentos reais).

Cachoeira de Minas, 12 de agosto de 2026.

EUGÊNIA FERNANDA COSTA –
Secretária Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Publicado por:
Dayane Sthefane Silva Barbosa
Código Identificador:982B6325

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026.

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026.

O Município de Cachoeira Dourada-MG, através da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica n° 002/2026, do tipo Menor Preço, pelo Regime de Empreitada Global, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO/BARRACÃO ESTRUTURADO COM MURO DE ARRIMO, DESTINADO A SERVIR COMO ABRIGO FÍSICO (GUARDA) E INFRAESTRUTURA DE SUPORTE OPERACIONAL (MANUTENÇÃO) PARA A FROTA DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MAQUINÁRIOS ESPECIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA – MG, com os Projetos Básicos, Planilhas Orçamentárias, Cronogramas Físico-Financeiro e demais documentos constantes nos autos. Regem a presente Licitação, a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais legislações aplicáveis. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:00h do dia 27/08/2026, no endereço eletrônico: Plataforma LICITANET - Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br)., horário de Brasília. Poderão participar da Licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital. O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados no site: www.cachoeiradourada.mg.gov.br, via e-mail: licitacao@cachoeiradourada.mg.gov.br.

LÍSSIA GONÇALVES DE AQUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:EC20E424

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Licitatório nº: 00108/2026
Inexigibilidade nº: 0038/2026

Favorecido: **SILVIA TROVA URIAS** – CNPJ sob o nº 13.944.192/0001-36, com sede na Rua Junípero, nº 03, bairro Monte Verde – Camanducaia – CEP: 37.653-000.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e execução da 41ª Corrida da Independência.

Fundamento Legal: art. 74, I, Lei 14.133/2021.

Valor: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Após a finalização do procedimento de inexigibilidade de licitação sob referência, bem como o interesse público envolvido, AUTORIZO a contratação direta da empresa acima referenciada pelo valor constante da proposta de preços, devendo a presente autorização e o extrato serem publicados conforme determina a Lei 14.133/2021.

Campanha -MG, 12 de Agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município da Campanha

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:04FBC8B8

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Licitatório nº: 00112/2026
Inexigibilidade nº: 0041/2026

Favorecido: Soluções em Tecnologias da Informação Ltda – CPNJ: 23674.714/0001-80, com sede na Avenida Jose Américo, nº 326 - Bairro Parque Iracema – Fortaleza/CE – CEP: 60.824-245.

Objeto: Aquisição de licença de uso do software SEOBRA por 12 meses.
Fundamento Legal: art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021.

Valor: R$ 1.799,90 (Mil setecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Após a finalização do procedimento de inexigibilidade de licitação sob referência, bem como o interesse público envolvido, AUTORIZO a contratação direta da empresa acima referenciada pelo valor constante da proposta de preços, devendo a presente autorização e o extrato serem publicados conforme determina a Lei 14.133/2021.

Campanha -MG, 12 de Agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município da Campanha

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:EC2E0F50

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

ASSUNTO: Autorização de formalização de Termo de Fomento com a Associação Olímpica Campanhense

O Prefeito do Município da Campanha / MG, no exercício das suas atribuições legais, torna público o extrato da justificativa de Inexigibilidade de chamamento público, com fundamentos no artigo 31, da Lei 13.019/2014, com vistas à formalização de parceria, a ser executado em regime de mútua cooperação, por meio da celebração de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Organização da Sociedade Civil Associação Olímpica Campanhense, inscrita no CNPJ sob o nº 19.110.071/0001-75, com valor previsto anual de R$ 220.100,00 (duzentos e vinte mil e cem reais), visando fomentar a Realização da 66ª Olimpíada Campanhense, de modo que ratifico a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Na forma do §2º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal da Campanha.

Campanha, 13 de agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Castro Arantes
Código Identificador:B8C91375

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, Torna Público o Extrato do Termo de Convênio Nº 005/2026
Entidade Conveniada: Lar Vicentino Santo Antônio
Objeto: Repasse de recursos financeiros ao Lar Vicentino Santo Antônio, com a finalidade de incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, para os serviços de Urgência/Emergência da Unidade de Pronto Atendimento Municipal, conforme Portaria GM/MS nº 10.915 de 17 de abril de 2026.
Valor: R$ 269.485,00 (duzentos e sessenta e nove mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)
Dotação Orçamentária: 02.06.03.10.302.0016.4.054 3350.43.00
Fonte de Recursos: 1.600.81 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Manutenção - União - Emendas parlamentares de bancada
Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do termo.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

RAFAELA PEREIRA MAGALHÃES
Secretária Municipal de Saúde

JORGE AUGUSTO LEMES
Lar Vicentino Santo Antônio

Publicado por:
Juliana de Castro Arantes
Código Identificador:C91F65B9

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, Torna Público o Extrato do Termo de Convênio Nº 006/2026
Entidade Conveniada: Lar Vicentino Santo Antônio
Objeto: Repasse de recursos financeiros ao Lar Vicentino Santo Antônio, com a finalidade de incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, para os serviços de Urgência/Emergência da Unidade de Pronto Atendimento Municipal, conforme Portaria GM/MS nº 10.915 de 17 de abril de 2026.
Valor: R$ 38.693,00 (trinta e oito mil seiscentos e noventa e três reais)
Dotação Orçamentária: 02.06.03.10.302.0016.4.054 3350.43.00
Fonte de Recursos: 1.600.81 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Manutenção - União - Emendas parlamentares de bancada
Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do termo.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

RAFAELA PEREIRA MAGALHÃES
Secretária Municipal de Saúde

JORGE AUGUSTO LEMES
Lar Vicentino Santo Antônio

Publicado por:
Juliana de Castro Arantes
Código Identificador:76744B50

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO 005/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – M.G – Torna público o Processo Administrativo nº 153/2026 – Inexigibilidade nº 020/2026 Credenciamento nº 005/2026, que tem por finalidade o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de medicamentos constantes da nomenclatura oficial da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED/ANVISA, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campestre/MG, mediante utilização do procedimento auxiliar previsto no art. 79, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, com operacionalização das aquisições por meio do Sistema de Compras Expressas – SICX, disponibilizado através da plataforma eletrônica e-Compras CNM. O edital e seus anexos estarão disponíveis a partir de 12/08/2026, permanecendo abertos para credenciamento por prazo indeterminado, enquanto vigente o procedimento, observadas as condições estabelecidas no edital. As contratações decorrentes deste credenciamento serão realizadas de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, mediante a realização de Compras Expressas entre os fornecedores credenciados, por meio do SICX. Plataforma eletrônica: Licitar Digital – https://licitar.digital/ . Disponibilidade do Edital: www.campestre.mg.gov.br e www.pncp.gov.br . Telefone de informação: Departamento de licitação: (35) 98423 5170.

RAFAELA MENDES –
Agente de Contratação

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:19DE43E3

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 141/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato de Contrato – Processo Licitatório 141/2026 – Pregão Eletrônico nº 051/2026. Objeto: Constitui o objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para confecção, locação, montagem e desmontagem de cenografia para realização do evento em comemoração aos 115 anos de Campestre-MG, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº. 051/2026. Contrato 104/2026/DL_– **MULTIPROMOCOES - PROMOCAO DE EVENTOS ARTISTICOS LTDA - ME**, CNPJ n° 22.609.812/0001-71, com valor total de R$ 51.950,00 (cinquenta e um mil e novecentos e cinquenta reais). O presente instrumento terá vigência da assinatura até completar 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme art. 105 e segs., da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas sucessivas alterações.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:3EFCCCFA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO– PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA 027/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato de Termo Aditivo– Processo Administrativo 062/2026 – Dispensa Eletrônica 027/2026. Objeto: "O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 053/2026, firmado com a empresa META Consultoria em Gestão de Recursos e Projetos Ltda., pelo período de 02 (dois) meses, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais". Terceiro Termo Aditivo do Contrato 053/2026/DL_– **META CONSULTORIA EM GESTAO DE RECURSOS E PROJETOS LTDA**, CNPJ n° 59 081 516/0001-50. O presente instrumento terá vigência de 02 (dois) meses, contados da assinatura até o dia podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:34EF2081

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO 092/2025 – INEXIGIBILIDADE 031/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG – Extrato do primeiro termo aditivo - Processo Licitatório 092/2025 – Inexigibilidade 031/2025. Torna público o extrato do primeiro termo aditivo dos contratos 108/2025 DL. Objeto: "O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 108/2025/DL, firmado com a empresa AGÊNCIA MINEIRA DE ENTRETENIMENTO LTDA, por mais 12 (doze) meses, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais." Contrato 010/2026/DL **AGÊNCIA MINEIRA DE ENTRETENIMENTO LTDA**, CNPJ N. 28.970.233/0001-36, com valor total de R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais). O prazo do presente Termo Aditivo, a vigência do Contrato Administrativo nº 108/2025/DL fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, iniciando-se imediatamente após o término da vigência atual, permanecendo de forma contínua e ininterrupta. -

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:35087B04

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2025 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 64/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 64/2025
Pregão Eletrônico nº 34/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

SEGUROS SURA S.A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 33.065.699/0001-27, com sede na cidade de São Paulo- SP, na Av Pde Antonio Jose dos Santos, nº 1530, Bairro Cidade Monções, Cep 04.563-004, neste ato representada pela procuradora, Sra. Ana Paula Araujo Santana, CPF nº xx5.3xx.1xx-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Prestação de serviço, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 50/2025 tem por objeto a inclusão de dois novos veículos pertencente a Secretaria de Educação Município de Campos Altos MG: 01 VEÍCULO MICROONIBUS 417 SPRINTER K42B - UP5J CHASSI: 8AC907843VE283234 NRO MOTOR:654920W0203427 ANO FAB./MOD.: 2026/2027 VEICULO NOVO - MARCA MERCEDES-BENZ RENAVAM: 400354 COR: 729147-BRANCO, 01 VEÍCULO MICROONIBUS 417 SPRINTER K42B UP5J CHASSI: 8AC907843VE283150 NRO MOTOR: 654920W0203416 ANO FAB./MOD.: 2026/2027 VEICULO NOVO - MARCA MERCEDES-BENZ RENAVAM: 400354
COR: 729147-BRANCO. Valor do seguro R$ 7.625,78 (sete mil e seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos.).

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 50/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo nº 50/2025.
2.3. O presente 9º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal Campos Altos MG

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:24913552

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ANDRADE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Face à Ata de Abertura e Julgamento das Propostas e ao Mapa de Apuração das Propostas junto aos presentes autos, ADJUDICO como vencedora da presente licitação a seguinte empresa: BEL-TOUR TURISMO E TRANSPORTES LTDA, vencedora do item de nº 01, perfazendo um valor final total de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), visando a Contratação de empresa visando a aquisição de 01 (um) veículo automotor usado, tipo ônibus, modelo rodoviário, com ano de fabricação 2013 ou superior, em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, destinado a atender às necessidades de transporte escolar e atividades extracurriculares da Secretaria de Educação do Município de Capitão Andrade/MG.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 12 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:CE55F503

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, ADJUDICO como vencedora da presente licitação a seguinte empresa: ANIMAÊ E EVENTOS E EMOÇÕES LTDA, perfazendo um valor global de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), visando à Contratação de Show Artístico Infantil exclusivo "Animaê" incluindo vários personagens, durante a realização de eventos culturais em 2026 no Município de Capitão Andrade/MG.

Município de Capitão Andrade /MG, 12 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:E9F068EB

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 050/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 050/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 045/2026, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE e a empresa BEL-TOUR TURISMO E TRANSPORTES LTDA. Objeto: Contratação de empresa visando a aquisição de 01 (um) veículo automotor usado, tipo ônibus, modelo rodoviário, com ano de fabricação 2013 ou superior, em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, destinado a atender às necessidades de transporte escolar e atividades extracurriculares da Secretaria de Educação do Município de Capitão Andrade/MG. Valor do Contrato: R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais). Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 12 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:0B1C584B

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, HOMOLOGO como vencedora da presente licitação a seguinte empresa: BEL-TOUR TURISMO E TRANSPORTES LTDA, visando a "Contratação de empresa visando a aquisição de 01 (um) veículo automotor usado, tipo ônibus, modelo rodoviário, com ano de fabricação 2013 ou superior, em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, destinado a atender às necessidades de transporte escolar e atividades extracurriculares da Secretaria de Educação do Município de Capitão Andrade/MG", e autorizo a publicação do instrumento de contrato no Quadro de Avisos da Prefeitura para que surtam os jurídicos efeitos esperados.

Ciência aos interessados observados as prescrições legais pertinentes.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 12 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:AEEBCEF4

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, HOMOLOGO o presente Processo Licitatório Nº 049/2026, modalidade Inexigibilidade Nº 009/2026, com objeto da Contratação de Show Artístico Infantil exclusivo "Animaê" incluindo vários personagens, durante a realização de eventos culturais em 2026 no Município de Capitão Andrade/MG, e autorizo a publicação do instrumento de contrato no Quadro de Avisos da Prefeitura para que surtam os jurídicos efeitos esperados.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Município de Capitão Andrade /MG, 12 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:F54760F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
AVISO DE RETIFICAÇÃO 001/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 1027/2026
DISPENSA Nº. 071/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO 001/2026

O **MUNICÍPIO DE CARANGOLA,** Estado de Minas Gerais, com endereço na Praça Coronel Maximiano, n°. 88, bairro Centro, em Carangola/MG, CEP. 36.800-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 19.279.827/0001-04, isento de inscrição estadual, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do **aviso de dispensa eletrônica, referente ao processo 1027/2026**, pelas razões que se seguem:

Considerando a necessidade de adequação do aviso de dispensa de licitação, a fim de estabelecer que a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, destinado à cobertura compreensiva para 08 (oito) veículos oficiais vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Carangola/MG, será realizada sem restrição quanto ao porte das empresas participantes, considerando que se trata de um item essencial para a Administração Pública e que, nesse segmento, a concorrência ocorre predominantemente entre grandes empresas. Dessa forma, aplica-se a excepcionalidade prevista no artigo 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, que permite a não concessão dos benefícios às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) quando demonstrado que tal medida é mais vantajosa para a Administração. A decisão fundamenta-se na necessidade de assegurar melhores condições de preço, logística e continuidade do fornecimento, aspectos cruciais para a regularidade da aquisição de **cobertura veicular** pela Administração Pública.

Dessa forma, informa-se que a referida dispensa de licitação será realizada sem qualquer restrição quanto ao porte das empresas participantes, tendo em vista tratar-se de item essencial para a Administração Pública e que, no referido segmento, a concorrência ocorre predominantemente entre grandes empresas.

Ressalta-se, por fim, que, até o momento da suspensão da referida dispensa de licitação, não havia nenhuma proposta cadastrada.

Por oportuno retifica-se as datas da referida dispensa conforme alterações abaixo descritas:

Onde se lê:
PERÍODO DE PROPOSTAS: de 07/08/2026 até 13/08/2026 às 09h29min
PERÍODO DE LANCES: De 13/08/2026 das 09h30min até 13/08/2026 às 15h30min

Leia-se:
PERÍODO DE PROPOSTAS: de 13/08/2026 até 20/08/2026 às 09h29min
PERÍODO DE LANCES: De 20/08/2026 das 09h30min até 20/08/2026 às 15h30min

Publique-se o presente, em atenção aos princípios da publicidade e da economicidade, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº. 14133/21.

Carangola/MG, 12 de agosto de 2026.

CLÁUDIA ELIZA GOLFETE BEZERRA
Coordenador Pedagógico

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:217BAF58

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO FINAL PROCESSO 877/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 877/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 877/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 041/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 877/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026.

OBJETO: . Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos constantes da Relação de Medicamentos da Farmácia de Minas, conforme quantitativos e especificações constantes deste Termo de Referência.
CONTRATADA: DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.417.684/0001-20.
VALOR DA ATA: R$ 5.070,00 (Cinco mil e setenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026.

CONTRATADA: UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 23.864.942/0001-13.
VALOR DA ATA: R$ 9.710,00 (nove mil setecentos e dez reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2026.

CONTRATADA: KADFAR MEDICAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 32.116.161/0001-31.
VALOR DA ATA: R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2026.

CONTRATADA: OESTE SUL CIRURGICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 61.828.536/0001-94.
VALOR DA ATA: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026.

CONTRATADA: DROGAFONTE LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 08.778.201/0001-26.
VALOR DA ATA: R$ 26.318,00 (vinte e seis mil trezentos e dezoito reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.

CONTRATADA: CANNAR DISTRIBUIDOTA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 36.148.696/0001-45.
VALOR DA ATA: R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2026.

CONTRATADA: W. ARAUJO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 37.844.754/0001-38.
VALOR DA ATA: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2026.

Pelo presente, promova a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 12 de Agostode 2026.

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:9395AFE3

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO FINAL PROCESSO 978/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 978/2026
ADESÃO Nº 013/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 978/2026, modalidade Concorrência nº 013/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, CONTRATO E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 978/2026 - ADESÃO Nº 013/2026.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de um veículo, tipo van, mediante adesão à Ata de Registro de Preços n.º 029/2025, realizada pelo Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS, nos termos do Processo Administrativo n.º 024/2025, referente ao Pregão Eletrônico n.º 014/2025.

CONTRATADA: PRODOESTE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 20.195.149/0001-20.

VALOR DO CONTRATO: R$ 688.000,00 (seiscentos e oitenta e oito mil reais)

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA:10/08/2026.

Pelo presente, promova a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 12 de agosto de 2026.

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:F2BD1CD9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARBONITA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.010 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O POVO DO MUNICÍPIO DE CARBONITA, Estado de Minas Gerais, por intermédio de seus representantes legais na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a seguinte rubrica do orçamento conforme a seguinte especificação:

Manutenção convênio Associação de Amigos do Rio Araçuaí de Carbonita.

Dotação Orçamentária	Código Fonte	Valor
13001001.1854200342.148.33504300000	1500	12.000,00

Órgão: 13001 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Unidade Orçamentaria: 001 - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub função: 542 – Controle Ambiental
Programa: 0034 – Gestão da Politica de Meio Ambiente
Projeto/Atividade: 2.148 - Manutenção convênio Associação de Amigos do Rio Araçuaí de Carbonita
Elemento de Despesas: 33504300000 – Subvenções Sociais

Art. 2º O Crédito de inclusão da Atividade/Projeto aberto na forma do Artigo anterior será coberto pela redução ocorrida na rubrica abaixo relacionada:

Dotação Orçamentária	Código Fonte	Valor
04001008.0412300053.021.44905200000	1500	12.000,00

Art. 3° Ficam alterados os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual vigente conforme planilhas explicativas para a presente despesa.

Art. 4° Fica autorizado a suplementação/redução das seguintes dotações podendo para isto utilizar as fontes determinadas na Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 5° A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carbonita – MG, aos 12 de agosto de 2026

JOSE MARCELINO SANTOS
Prefeito do Município de Carbonita

Publicado por:
Marlúcia Dos Rosário Machado Morais
Código Identificador:AB0475CD

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1011 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO RIO ARAÇUAÍ DE CARBONITA – AARAC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O POVO DO MUNICÍPIO DE CARBONITA, Estado de Minas Gerais, por intermédio de seus representantes legais na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder **subvenção social**, no exercício financeiro de 2026, à **Associação de Amigos do Rio Araçuaí de Carbonita – AARAC**, pessoa jurídica de direito privado, **sem fins lucrativos ou econômicos**, inscrita no **CNPJ nº 23.297.297/0001-02**, com sede na **Rua José Maria Carvalho, nº 20, Centro, Carbonita/MG**, no valor de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**.

Parágrafo único. A subvenção de que trata o caput destina-se **exclusivamente à aquisição de alevinos**, visando o fortalecimento das ações de preservação ambiental, recomposição da fauna aquática e incentivo à sustentabilidade do Rio Araçuaí no âmbito do Município de Carbonita.

Art. 2º. A concessão e o repasse da subvenção ficam condicionados:

I – à apresentação de **plano de trabalho**, previamente aprovado pelo órgão municipal competente, contendo a descrição da aplicação dos recursos;
II – à **prestação de contas**, na forma e prazo definidos pela Administração Municipal, demonstrando a correta aplicação dos recursos públicos;

III – ao cumprimento das finalidades estatutárias da entidade beneficiária;

Art. 3º. O valor da subvenção social de que trata esta Lei poderá ser repassado em parcela única ou de forma parcelada, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município, observadas as normas da legislação vigente e o respectivo plano de trabalho aprovado.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de **dotação orçamentária própria**, consignada no orçamento vigente, podendo ser suplementada, se necessário, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carbonita (MG), 12 de agosto de 2026.

JOSÉ MARCELINO SANTOS
Prefeito do Município de Carbonita

Publicado por:
Marlúcia Dos Rosário Machado Morais
Código Identificador:147EFE32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARLOS CHAGAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PRC 36.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG, Pregão Eletrônico nº. 13/2026 – Processo Licitatório nº. 36/2026 – Extrato da Homologação. Referente ao Registro de preço para eventual e futura aquisição de mobiliários, eletrodomésticos, eletrônicos, incluindo a montagem e instalação (exceto ar condicionado), para atender as demandas das secretarias municipais. Contratante: Município de Carlos Chagas. Favorecidos:JWR MOVEIS LTDA, PEROLA MOVEIS FABRICACAO DE MOVEIS LTDA, MARCELO MOHALLEM, DISTRIBUIDORA & COMERCIAL ARACUAI LTDA, FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA, MOURA E MOURA INFORMATICA E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, INVERTER CLIMATIZACAO LTDA, FRIOVIX COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA, VAMBEL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, FERNANDES PROFETA ATACADISTA LTDA, FSP COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA, DMGR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, F.COMM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, JLHG COMERCIO ELETRONICO LTDA, VMLX ELETRONICOS LTDA, 53.419.369 VANESCA SILVA BATISTA, 52.360.213 IGOR LUIZ BARBOSA DE JESUS, 18.878.698 ARISTOTELES GOMES ROCHA, AZUL TEC LICITACOES EM INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA, DI PRATA PRODUTOS LTDA, ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS LTDA, DM SERVICO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, 58.779.537 MARIA EDUARDA BENEVIDES FREITAS, COMERCIAL BELEM LTDA, 30.687.873 RONEI MARINHO RAMALHO, I C SERAFINI REFRIGERACAO, RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA, REOBOTE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, VB INFORMATICA E ELETRO LTDA. Data da Homologação: 20 de julho de 2026. William Vitor Wan Der Maas Silva - Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2026 - Extrato de Atas de Registro de Preços de Processo. **Contratante:** Município de Carlos Chagas. **Processo N°.** 36/2026 – referente ao Registro de preço para eventual e futura aquisição de mobiliários, eletrodomésticos, eletrônicos, incluindo a montagem e instalação (exceto ar condicionado), para atender as demandas das secretarias municipais – Ata De Registro De Preços **Nº. 145/2026** – JWR MOVEIS LTDA, Ata De Registro De Preços **Nº. 146/2026** – PEROLA MOVEIS FABRICACAO DE MOVEIS LTDA, Ata De Registro De Preços **Nº. 147/2026** – MARCELO MOHALLEM, Ata De Registro De Preços **Nº. 148/2026** – DISTRIBUIDORA & COMERCIAL ARACUAI LTDA, Ata De Registro De Preços **Nº. 149/2026** – FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA, Ata De Registro De Preços **Nº. 150/2026** – MOURA E MOURA INFORMATICA E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, Ata De Registro De Preços **Nº. 151/2026** – INVERTER CLIMATIZACAO LTDA, Ata De Registro De Preços **Nº. 152/2026** – FRIOVIX COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA, Ata De Registro De Preços **Nº. 153/2026** – VAMBEL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, Ata De Registro De Preços **Nº. 154/2026** – FERNANDES PROFETA ATACADISTA LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 155/2026** – FSP COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 156/2026** – DMGR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 157/2026** – F.COMM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 158/2026** – JLHG COMERCIO ELETRONICO LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 159/2026** – VMLX ELETRONICOS LTDA; Ata De Registro De

Preços **Nº. 160/2026** – 53.419.369 VANESCA SILVA BATISTA; Ata De Registro De Preços **Nº. 161/2026** – 52.360.213 IGOR LUIZ BARBOSA DE JESUS; Ata De Registro De Preços **Nº. 162/2026** – 18.878.698 ARISTOTELES GOMES ROCHA; Ata De Registro De Preços **Nº. 163/2026** – AZUL TEC LICITACOES EM INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 164/2026** – DI PRATA PRODUTOS LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 165/2026** – ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 166/2026** – CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 167/2026** – DM SERVICO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 168/2026** – 58.779.537 MARIA EDUARDA BENEVIDES FREITAS; Ata De Registro De Preços **Nº. 169/2026** – COMERCIAL BELEM LTDA; Ata De Registro De Preços **Nº. 170/2026** – 30.687.873 RONEI MARINHO RAMALHO; Ata De Registro De Preços **Nº. 171/2026** – I C SERAFINI REFRIGERACAO; Ata De Registro De Preços **Nº. 172/2026** – RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA;Ata De Registro De Preços **Nº. 173/2026** – REOBOTE PRODUTOS E SERVICOS LTDA e Ata De Registro De Preços **Nº. 174/2026** – VB INFORMATICA E ELETRO LTDA. Data da Assinatura: 12/08/2026. Vigência: 12(doze) meses a contar do dia subsequente a data da publicação – Data da Homologação: 20 de julho de 2026.

WILLIAM VITOR WAN DER MAAS SILVA -
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:7E86FB6D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PRC 74.2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS/MG – CONCORRÊNCIA n°. 5/2025 – Extrato de Homologação referente ao Processo Licitatório n°. 74/2025 – Objeto: "Contratação de empresa especializada para ampliação do Centro Educacional Infantil Elir de Castro Pinto, no Município de Carlos Chagas em atendimento ao Convênio de saída nº 1261001160.2024.SEE, entre a Secretaria de Estado de Educação e o Município de Carlos Chagas-MG". **Contratante**: Município de Carlos Chagas. **Favorecido**: PILARES ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 38.293.522/0001-00. **Valor**: R$ 720.745,84 (setecentos e vinte mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos). Data da Homologação: 12 de agosto de 2026.

DEODATO GOMES COSTA.
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:12FF3080

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
CONCORRENCIA ELETRONICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Concorrência Eletrônica n.º 010/2026 – Processo Licitatório n.º 114/2026. o município de Carmo da Mata - MG, torna público o edital da Concorrência Eletrônica nº 010/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE **REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) DA COMUNIDADE DE CAMPOS, EM CARMO DA MATA/MG**, INCLUINDO REFORMAS, ADEQUAÇÕES, INSTALAÇÕES, REVESTIMENTOS, COBERTURA, PINTURA, ACESSIBILIDADE E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS, MEMORIAIS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS. Data e horário de início da sessão: 27/08/2026 às 9h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br. Mônica Borges de Sousa – Prefeita Municipal.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raíssa Karolyna Alves Santos
Código Identificador:CAA1DC36

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 40/2025-COMPLEMENTAR.

MUNICIPIO DE CARNEIRINHO/MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2025. Processo Licitatório nº 68/2025. 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 40/2025-COMPLEMENTAR. Contratante: Município de Carneirinho/MG; Fornecedor: ROGERIO FERREIRA BINDELA ME, inscrita no CNPJ n° 15.683.207/0001-85; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 40/2025-COMPLEMENTAR por mais 01 (um) ano, a contar a partir de 25/07/2026 até 25/07/2027, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, em conformidade com a Cláusula Quinta: DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS da Ata de Registro de Preços originária. Data de Assinatura: 25/07/2026. Carneirinho/MG.

LINDOMAR GONÇALVES DE SOUZA –
Secretário Municipal de Administração – Órgão Gerenciador.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:2E85CE16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 41/2025.

MUNICIPIO DE CARNEIRINHO/MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2025. Processo Licitatório nº 82/2025. 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 41/2025. Contratante: Município de Carneirinho/MG; Fornecedor: PRINTH TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 13.777.435/0001-99; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 41/2025 por mais 01 (um) ano, a contar a partir de 07/08/2026 até 07/08/2027, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, em conformidade com a Cláusula Quinta: DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS da Ata de Registro de Preços originária. Data de Assinatura: 07/08/2026. Carneirinho/MG,

LINDOMAR GONÇALVES DE SOUZA –
Secretário Municipal de Administração – Órgão Gerenciador.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:7F20621A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2025.

MUNICIPIO DE CARNEIRINHO/MG.EXTRATO DE TERMO ADITIVO.PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2025. Processo Licitatório nº 73/2025. 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 42/2025. Contratante: Município de Carneirinho/MG; Fornecedor: VT COMERCIAL LTDA, inscrita no

CNPJ sob nº 38.056.547/0001-81; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 42/2025 por mais 01 (um) ano, a contar a partir de 07/08/2026 até 07/08/2027, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, em conformidade com a Cláusula Quinta: DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS da Ata de Registro de Preços originária. Data de Assinatura: 07/08/2026. Carneirinho/MG.

LINDOMAR GONÇALVES DE SOUZA –
Secretário Municipal de Administração – Órgão Gerenciador.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:17F538C6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 81/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO-MG. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2026. Extrato do Termo de Contrato. Contrato nº. 81/2026. Contratante/Comprador: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Contratado/Vendedor: CARLINHO SOUZA DE CARVALHO, inscrito no CPF/MF sob o nº. 827.017.176-04, no valor global de R$ 1.175.000,00 (um milhão, cento e setenta e cinco mil reais). Objeto: AQUISIÇÃO DE IMÓVEL, COM A FINALIDADE DE VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS, COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO AO DÉFICIT DE MORADIAS EXISTENTES NA LOCALIDADE, na forma descrita no Termo de Referência. Do Prazo de Vigência: Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá eficaz até o integral cumprimento de todas as obrigações pactuadas, não se aplicando os institutos de prazo de vigência e prorrogação temporal previstos na Lei nº 14.133/2021 para contratos de natureza contínua. Data da Assinatura: 11/08/2026. Carneirinho-MG.

WILLIAN MARTINS MAIA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:4D38E126

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO–MG,** por meio de seu Prefeito Municipal, **WILLIAN MARTINS MAIA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Carneirinho e considerando a homologação final do resultado do Concurso Público nº 001/2024, para atender as necessidades da Administração, **CONVOCA** os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas asseguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS
1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após a publicação da convocação, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Carneirinho-MG, situado na Rua Otávio Francisco Vilela, 1565 – Jardim Primavera – Carneirinho – MG, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da publicação deste Edital de Convocação, no horário compreendido entre às 7h00min às 13h, para entregar a documentação relacionada no ANEXO II deste edital.
1.1. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do ANEXO II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.
1.2. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
1.3. Além dos documentos descritos no Anexo II, deste Edital, o candidato aprovado deverá também apresentar os comprovantes de escolaridade e outras exigências específicas do emprego público, para o qual fora aprovado, conforme previsto no Edital nº 001/2024 e Anexo II desta convocação.
1.4. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento do Departamento de Recursos Humanos.
1.5. A responsabilidade pelo comparecimento na data e horário descritos, é exclusivamente do candidato.
1.6. Não haverá retorno na lista caso o candidato não compareça.
1.7. A documentação será rigorosamente conferida pela Divisão de RH, e a contratação somente será concretizada se todos os documentos foram apresentados na forma exigida. Caso haja inconsistência, o candidato poderá ter a sua classificação alterada ou ser desclassificado.

DOS EXAMES MÉDICOS
2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do Anexo II, do presente Edital, bem como os exames clínicos constantes do referido anexo, lugar de sua escolha, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Carneirinho irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso em sua substituição, obedecendo à ordem legal.
2.1. Após a conferência dos documentos descritos no Anexo II deste Edital, o Município agendará a Inspeção Médica do candidato com Médico indicado pelo Município para verificação da aptidão física e mental do candidato para exercício do emprego público, inspeção esta que será realizada mediante prévio agendamento a ser realizado pelo Departamento de Recursos Humanos.
2.2. Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
2.3. Eventuais candidatos pessoas com deficiência convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias)

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO E POSSE
3 .1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo a legislação vigente.
3.2. Cumpridas as exigências constantes deste Edital, o candidato deverá apresentar-se, no prazo de 1 (um) dia útil, na Prefeitura Municipal de Carneirinho/MG, para ser empossado e receber as instruções relativas ao local de trabalho para o qual será designado.
3.3. A partir da data da posse, o candidato terá o prazo de 1 (um) dia útil para apresentar-se ao local de trabalho indicado, devendo iniciar suas atividades funcionais imediatamente após sua apresentação, que será atestada pelo Diretor do departamento ao qual ficará subordinado.
3.4. As funções serão exercidas na **sede do Município de Carneirinho/MG**, em órgão ou unidade administrativa municipal definidos pela Administração, considerando a necessidade atual do serviço público e a lotação compatível com as atribuições do cargo.
3.5. A definição do local de exercício deverá observar as atribuições legais do cargo, o Edital nº 001/2024, a legislação municipal aplicável e os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Carneirinho/MG, 12 de agosto de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

PROFESSOR P1

Nível Médio - Magistério

CLASSIFICAÇÃO	N. DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO
64	2653	VALDENITI BATISTA RODRIGUES FERREIRA
65	1661	JULIANA CRISTINA ALVES

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

O candidato, além de atender aos pré-requisitos exigidos para o emprego público, os documentos previsto no item 9.11 do Edital nº 01/2024, deverá apresentar, obrigatoriamente, o original e xerox (legível e sem rasuras) os seguintes documentos:
Cópia autenticada do documento de certificação exigido como requisito para o cargo, se for o caso;
Carteira de Identidade;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, com comprovante da situação cadastral do CPF emitido no site da Receita Federal;
Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho,de que não é inscrito;
Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do emprego público, devidamente registrado no órgão competente;
Habilitação legal para exercício de profissão regulamentada, conforme o emprego público pretendido, inclusive com registro no respectivo Conselho, se for o caso;
Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais (Formulário disponível no Departamento de Recursos Humanos);
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio(formulada pelo próprio candidato, podendo ser substituída pela última Declaração de Imposto de Renda);
2 fotos 3x4, recentes;
Carteira de Trabalho (original);
Comprovante de residência atualizado;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos ou inválidos, quando houver;
Declaração informando se já é aposentado, por qual motivo e em qual regime de Previdência Social, ou declaração de ausência de aposentadoria pública, se for o caso (O formulário da declaração de ausência de aposentadoria pública estará disponível no Departamento de Recursos Humanos);
Certidão de antecedentes criminais que não conste condenação com trânsito em julgado, fornecida pelo Poder Judiciário da Comarca do candidato ou pelo respectivo site oficial do Tribunal de Justiça do Estado que se situa a comarca do candidato; (O candidato com residência no estado de Minas Gerais a certidão estará disponível no site:
http://rupe.tjmg.jus.br/rupe/justica/publico/certidoes/criarSolicitacaoCertidao.rupe?solicitacaoPublica=true)
Carteira de habilitação (Se o candidato possuir);
Carteira de vacinação atualizada;
Exame de sangue Hemograma+glicemia+creatina (após o resultado dos exames apresentar ao médico para emissão do atestado médico do trabalho);
Cartão do SUS;
Tipo sanguíneo;
CNH categoria exigida.

Publicado por:
Kátia Severino Martins Reis
Código Identificador:CBA91E3E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO–MG**, por meio de seu Prefeito Municipal, **WILLIAN MARTINS MAIA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Carneirinho, e considerando a homologação final do resultado do **Processo Seletivo nº 01/2026**, para preenchimento de vagas vinculadas à diversas secretarias , **CONVOCA** os candidatos conforme relação constante no Anexo I deste Edital, com vistas à contratação.

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após a publicação da convocação, deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Carneirinho-MG, situado na Rua Otavio Francisco Vilela, nº 1565, Carneirinho-MG, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da publicação deste Edital de Convocação, no horário compreendido entre às 7h00min às 13h, para entregar a documentação relacionada no ANEXO II deste edital.
1.1. Além dos documentos descritos no Anexo II deste Edital, o candidato aprovado deverá apresentar os comprovantes de escolaridade e demais exigências específicas do emprego público para o qual foi aprovado, conforme previsto no Edital nº 01/2026.
1.2. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento do Departamento de Recursos Humanos.
1.3. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento acarretará o não cumprimento da exigência prevista no item 1.
1.4. O não comparecimento, nos termos do item 1, implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à contratação para o emprego público para o qual foi aprovado.
1.5. A responsabilidade pelo comparecimento na data e horário descritos é exclusivamente do candidato.
1.6. Não haverá retorno à lista de classificação caso o candidato não compareça.
1.7. A documentação será rigorosamente conferida pela Divisão de Recursos Humanos, e a contratação somente será efetivada se todos os documentos forem apresentados na forma exigida. Caso haja inconsistência, o candidato poderá ter sua classificação alterada ou ser desclassificado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do Anexo II, do presente Edital, bem como os exames clínicos constantes do referido anexo, lugar de sua escolha, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Carneirinho irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso em sua substituição, obedecendo à ordem legal.
2.1. Após a conferência dos documentos descritos no Anexo II deste Edital, o Município agendará a Inspeção Médica do candidato com Médico indicado pelo Município para verificação da aptidão física e mental do candidato para exercício do emprego público, inspeção esta que será realizada mediante prévio agendamento a ser realizado pelo Departamento de Recursos Humanos.
2.2. Somente poderá ser contratado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
2.3. Eventuais candidatos pessoas com deficiência convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias)

DO CONTRATO

3.1. Cumpridas as exigências constantes do item 2 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 1 (um) dia útil, no Departamento de Recursos Humanos para assinatura do contrato e recebimento das instruções sobre o local de trabalho.

Carneirinho, 12 de agosto de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 01/2026

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

LOCALIDADE/DISTRITO: SÃO SEBASTIÃO DO PONTAL
CARGO: ATENDENTE/RECEPCIONISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
1º	MAIARA CRISTINA FELICIANO DE SOUZA

LOCALIDADE/DISTRITO: SÃO SEBASTIÃO DO PONTAL
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ESF

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
1º	ROSELY QUIRINO DE ALMEIDA

LOCALIDADE/DISTRITO: CARNEIRINHO
CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA – ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL IOLETE DA GRAÇA VILELA SOARES E UNIDADE DE VILA GRACILÂNDIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
1º	ANDRÉIA CRISTINA DA COSTA

LOCALIDADE/DISTRITO: CARNEIRINHO
CARGO: MOTORISTA – CONSELHO TUTELAR

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
1º	NICOLAS DANIEL MESSIAS DOS SANTOS MIZIARA

CARGO: MOTORISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
1º	MAILON SANTOS DOS REIS
2º	GUSTAVO PEREIRA DOS SANTOS
3º	MARCOS ANTONIO RIBEIRO TOLEDO
4º	ADÃO MIGUEL DA SILVA

LOCALIDADE/DISTRITO: CARNEIRINHO
CARGO: MOTORISTA – COLETA DE LIXO

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
1º	GILMAR VICENTE DE LIMA

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 03/2023
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

O candidato, além de atender aos pré-requisitos exigidos para o emprego público, os documentos previsto no edital n. 04/2025, deverá apresentar, obrigatoriamente, o original e xerox (legível e sem rasuras) os seguintes documentos:

Carteirade Identidade;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, com comprovante da situação cadastral do CPF emitido no site da Receita Federal;
Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho,de que não é inscrito;
Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do emprego público, devidamente registrado no órgão competente;
Habilitação legal para exercício de profissão regulamentada, conforme o emprego público pretendido, inclusive com registro no respectivo Conselho, se for o caso;
Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais (Formulário disponível no Departamento de Recursos Humanos);
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio(formulada pelo próprio candidato, podendo ser substituída pela última Declaração de Imposto de Renda);
2 fotos 3x4, recentes;
Carteira de Trabalho (original);
Comprovante de residência atualizado;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos ou inválidos, quando houver;
Declaração informando se já é aposentado, por qual motivo e em qual regime de Previdência Social, ou declaração de ausência de aposentadoria pública, se for o caso (O formulário da declaração deausência de aposentadoria pública estará disponível no Departamento de Recursos Humanos);
Certidão de antecedentes criminais que não conste condenação com trânsito em julgado, fornecida pelo Poder Judiciário da Comarca do candidato ou pelo respectivo site oficial do Tribunal de Justiça do Estado que se situa a comarca do candidato; (O candidato com residência no estado de Minas Gerais a certidão estará disponível no site:
http://rupe.tjmg.jus.br/rupe/justica/publico/certidoes/criarSolicitacaoCertidao.rupe?solicitacaoPublica=true)
Carteira de habilitação (Se o candidato possuir);
Carteira de vacinação atualizada;
Exame de sangue Hemograma+glicemia+creatina (após o resultado dos exames apresentar ao médico para emissão do atestado médico descrito no item“s”);
Atestado médico de sanidade física e mental necessária ao desempenho das funções inerentes ao emprego público, emitido por um médico do trabalho, sob escolha do candidato;
Cartão do SUS;
Tipo sanguíneo.

Publicado por:
Kátia Severino Martins Reis
Código Identificador:A934877B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
1ª LISTA DE CREDENCIADOS (AS) CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 PROCESSO Nº 002/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas residentes ou estabelecidas no Município de Catas Altas/MG, interessadas na utilização gratuita de espaço público e de barracas disponibilizadas pela Administração Municipal para a comercialização de alimentos, bebidas e demais produtos permitidos durante a realização da **VI Festa do Produtor Rural**, evento promovido pela **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e pelo Gabinete do Prefeito** e Assessorias**, em parceria com a EMATER-MG**, desde que atendam às condições estabelecidas neste Edital e comprovem o exercício de atividade relacionada à produção rural, agropecuária, artesanal ou à comercialização de produtos compatíveis com a finalidade do evento.

Credenciados (as):

1	**Barraca nº 01** – Comercialização de alimentos, bebidas e demais produtos autorizados.	**Credenciados (As):** **1º Aparecida Júlia C. F. Pedro** **2º Noel A. Pedro** **3º Aarca – Assoc. Artesões Reunidos de Catas Altas** **4º Maria da Conceição C. Viegas** **5º Maria A. Arantes** **6º Geralda H. M. Viegas** **7º Antônio M. Lopes** **8º Célia M. L. De Souza**

		9º Ailton A. da Paixão **10º Ítalo D. do Amaral** **11º Vanirdes G. Francisco** **12º Sandra M. R. Dias** **13º Luzia M. Batista** **14º Maria Aparecida L. Muniz** **15º Assoc. Prod. Vinhos, Agric. Familiares E Prod. Artesanais – Catas Altas/Mg** **16º Patricia D. A. Ribeiro** **17º Elcon de Paula** **18º Josieni C. de Aguilar** **19º Sílvio F. Pedro** **20º Assoc. Apicultores e Meliponicultores de Catas Altas** **21º Assoc. Prod. Queijo Minas Artesanal Entre Serras – Piedade/Caraça**
2	**Barraca nº 02** – Comercialização de chopp artesanal.	**Credenciados (As):** 1ª **Cervejaria Floresta Élfica LTDA**

Catas Altas/MG, 12 de agosto 2026

Agente De Contratação E Equipe De Apoio:

TARCILIO MARTINS DA COSTA JÚNIOR	*LUDIMILI APARECIDA GUERRA*
Agente de Contratação	Equipe de Apoio

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:82F558EC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 022/2026

No uso das atribuições legais, especialmente pelas normas que regem a Lei Federal nº 14.133/2021, em vista do Parecer Jurídico, acompanhado da ata de julgamento, ADJUDICO E HOMOLOGO O PRESENTE PROCESSO.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº 022/2026
PROCESSO LICITATÓRIO nº 065/2026

OBJETO: Aquisição de materiais e insumos de endodontia, visando atender demanda futura e incerta da Secretaria Municipal de Saúde, condições previstas no edital e demais anexos., conforme condições previstas no edital e demais anexos.

VENCEDORES DO PROCESSO

VENCEDORES	VALOR TOTAL
A2XRCOMERCIALLTDA	R$ 4.620,48
ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	R$ 8.821,18
DL DENTAL LTDA	R$ 1.023,55
E.C.S. TECN. EM SAÚDE, COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R$ 15.471,00
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	R$ 4.045,08
YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	R$ 361,00

Valor Total: R$ 34.342,29

Catas Altas/MG, 12 de agosto de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:2511886D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
ATO DE AUTORIZAÇÃO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

ASSUNTO: ADESÃO VEÍCULOS ICISMEP

A Secretaria Municipal de Saúde de Catas Altas solicita a abertura de processo administrativo visando à adesão à Ata de Registro de Preços nº 867/2025, oriunda do Processo Licitatório nº 104/2025 – Pregão Eletrônico nº 72/2025, promovido pelo Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, do qual o Município de Catas Altas é ente consorciado, para a aquisição de 2 (dois) veículos automotores novos, zero quilômetro, conforme especificações constantes do Edital, Termo de Referência e demais documentos que compõem o procedimento licitatório.

A contratação tem por objetivo fortalecer a estrutura logística e operacional da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo maior disponibilidade de veículos para atendimento das demandas assistenciais, administrativas e de apoio às ações desenvolvidas no âmbito da rede municipal de saúde.

Sendo assim, fica autorizado adesão nos moldes da Lei 14.133/2021.

Catas Altas, 29 de julho de 2026.

Atenciosamente,

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Dândara Cristina Barbosa
Código Identificador:C46BB2CB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
HOMOLOGAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE BARRAQUEIROS PARA PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO Nº 002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

Pelo presente instrumento, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o Chamamento Público para Credenciamento, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026, Processo nº 002/2026**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas residentes ou estabelecidas no Município de Catas Altas/MG, interessadas na utilização gratuita de espaços públicos e de barracas disponibilizadas pela Administração Municipal para a comercialização de alimentos, bebidas e demais produtos permitidos durante a realização da **VI Festa do Produtor Rural**.

O evento é promovido pela **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo Gabinete do Prefeito e Assessorias**, em parceria com a **EMATER-MG**, observadas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, especialmente quanto à comprovação do exercício de atividade relacionada à produção rural, agropecuária, artesanal ou à comercialização de produtos compatíveis com a finalidade do evento.

Os credenciados ficam obrigados a cumprir integralmente as condições estabelecidas no **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO**, a ser celebrado entre as partes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como observar todas as normas, condições e prazos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.

Por fim, **AUTORIZO a publicação deste Termo de Homologação no Diário Oficial do Município**, para fins de publicidade, transparência e produção dos efeitos legais.

Catas Altas/MG, 12 de agosto de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:4626ADEA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
PORTARIA 774/2026

PORTARIA Nº 774/2026

Dispõe sobre os procedimentos administrativos, documentos obrigatórios e checklists para instrução de processos de prorrogação, renovação, alteração de vigência e continuidade dos contratos administrativos no âmbito da Prefeitura Municipal de Catas Altas/MG, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATAS ALTAS, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos relativos à gestão e fiscalização dos contratos administrativos;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, transparência e controle previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 14.133/2021;
RESOLVE:
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os documentos mínimos obrigatórios e os procedimentos administrativos para instrução de processos de:
I – Prorrogação de vigência ou renovação de contratos de serviços contínuos;
II – Prorrogação de prazo de execução e vigência de obras e serviços de engenharia;
III – Alteração contratual decorrente de reequilíbrio econômico-financeiro;
IV – Formalização de termos aditivos.
Art. 2º Nenhum termo aditivo poderá ser formalizado sem a instrução processual mínima prevista nesta Instrução Normativa.
CAPÍTULO II - DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS
Art. 3º Consideram-se serviços contínuos aqueles cuja interrupção comprometa a continuidade das atividades administrativas ou a prestação de serviços públicos.
Art. 4º O processo de renovação ou prorrogação deverá ser iniciado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência contratual.
CHECKLIST – PRORROGAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS
□ Solicitação formal do fiscal ou gestor do contrato;
□ Relatório de execução contratual;
□ Avaliação de desempenho da contratada;
□ Comprovação da necessidade de continuidade do serviço;
□ Comprovação de previsão de prorrogação no contrato;
□ Pesquisa de mercado ou estudo de vantajosidade;
□ Manifestação formal da contratada concordando com a prorrogação;
□ Certidão Federal válida;
□ Certidão Estadual válida;
□ Certidão Municipal válida;
□ Certificado de Regularidade do FGTS;
□ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
□ Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas; **(Quando necessário)**
□ Reserva orçamentária ou declaração de disponibilidade orçamentária;
□ Manifestação sobre reajuste, repactuação ou reequilíbrio, quando cabível;
□ Parecer jurídico;
□ Autorização da autoridade competente;
□ Minuta do termo aditivo;
□ Publicação do extrato.
CAPÍTULO III - DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Art. 5º A prorrogação de prazo de execução ou vigência de contratos de obras e serviços de engenharia deverá ser devidamente motivada e fundamentada tecnicamente, dentro do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de encerramento do prazo de vigência do contrato.
CHECKLIST – PRORROGAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
□ Solicitação formal do fiscal da obra;
□ Relatório técnico circunstanciado;
□ Medição atualizada dos serviços executados;
□ Cronograma físico-financeiro atualizado;
□ Justificativa técnica para prorrogação;
□ Registro fotográfico atualizado;
□ Manifestação do engenheiro responsável;
□ Manifestação da empresa contratada;
□ Certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas;
□ Reserva orçamentária;
□ Parecer técnico de engenharia;
□ Parecer jurídico;
□ Autorização da autoridade competente;
□ Minuta do termo aditivo;
□ Publicação do extrato.
CAPÍTULO IV - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Art. 6º Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser formalizados pela contratada mediante comprovação documental dos fatos supervenientes.
CHECKLIST – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
□ Requerimento formal da contratada;
□ Planilha demonstrativa dos custos;
□ Memória de cálculo;
□ Documentos comprobatórios da elevação dos custos;
□ Notas fiscais;
□ Pesquisa de preços;
□ Parecer técnico da secretaria requisitante;
□ Parecer do fiscal do contrato;
□ Análise financeira;
□ Parecer jurídico;
□ Autorização da autoridade competente;
□ Termo aditivo;
□ Publicação do extrato.
CAPÍTULO V - DO REAJUSTE CONTRATUAL
Art. 7º O reajuste será concedido conforme índice previsto contratualmente e após o transcurso do período mínimo de 12 (doze) meses.
CHECKLIST – REAJUSTE CONTRATUAL
□ Solicitação da contratada ou provocação de ofício;
□ Verificação da cláusula contratual de reajuste;
□ Verificação do interregno mínimo de 12 meses;
□ Cálculo do índice aplicável;
□ Demonstrativo do novo valor;
□ Parecer técnico;
□ Parecer jurídico, quando exigido;
□ Apostilamento;
□ Publicação, quando necessária.
CAPÍTULO VI - DAS RESPONSABILIDADES
Art. 8º Compete ao fiscal do contrato acompanhar os prazos contratuais e comunicar formalmente a necessidade de renovação, prorrogação ou encerramento.
Art. 9º Compete ao gestor do contrato verificar a vantajosidade da prorrogação e a manutenção do interesse público.
Art. 10. Compete à Procuradoria Jurídica emitir parecer quanto à legalidade dos atos.
Art. 11. Compete à autoridade competente autorizar a formalização dos aditivos contratuais.
CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. Os processos que não atenderem aos requisitos desta Instrução Normativa deverão ser devolvidos para complementação da instrução processual.
Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Catas Altas/MG, 22 de julho de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

ADRIANO FERNANDES JARDIM
Procurador Geral

EVLEN SILVA GOMES
Assessor de Licitações

Publicado por:
Evlen Silva Gomes
Código Identificador:F3175BF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CENTRALINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026 INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026 FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

O Município de Centralina, em conformidade com Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados Dispensa de Licitação para: CHAMAMENTO MANIFESTA O INTERESSE EM RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTO DO CAMINHÃO BASCULANTE IVECO PLACA OWS 2J23, FROTA 4019 PERTENCENTES À FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II), QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, até o dia 18/08/2026 às 16:00 horas.
A proposta de Preços deverá ser enviada no E-mail juntamente com os documentos de habilitação: licitacao.centralina@gmail.com. (não será aceito documento de forma presencial)
O Edital de Intenção completo está disponível no site: https://centralina.mg.gov.br/licitanew.html .
Centralina, 12 de agosto de 2026
Maiores informações pelos telefones (34) 3267-0102/99643-2900, e-mail: licitacao.centralina@gmail.com.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:3E960A23

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CIPOTÂNEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 032/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2026-AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 032/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2026

DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: 25/08/2026 às 09:00 HORAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPOTÂNEA torna público que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ULTRASSOM DIAGNÓSTICO DIGITAL DE ALTO DESEMPENHO EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. Esta licitação reger-se-á pelas disposições legais pertinentes, Decreto Municipal nº. 02-A/24, Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/2006. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados para aquisição no Setor de Licitações do Município, situado na Rua Francisca Pedrosa, nº. 13, Centro, Cipotânea/MG, CEP 36.265-000, onde serão prestadas as informações e esclarecimentos que se fizerem necessários aos licitantes, no site do Município: www.cipotanea.mg.gov.br, site www.ammlicita.org.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Cipotânea, 10 de julho de 2026.

ALEXANDRE SEBASTIÃO RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:48B87DF8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLARAVAL

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE LICITAÇÃO- PROCESSO Nº 103/2026- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026- IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, TIPO P13, DESTINADAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETA

O MUNICÍPO DE CLARAVAL/MG TORNA PÚBLICA o Edital de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** como critério de julgamento o menor lance Por Item, para a **IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, TIPO P13, DESTINADAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLARAVAL/MG**. Data de abertura: **31/08/2.026 –** Horário: **09h00min**, quando a pregoeira designada e sua equipe de apoio darão início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 006/2023, Decreto nº 71/2024 e demais legislações aplicáveis à espécie e às respectivas cláusulas do edital do processo acima especificado. **CÓPIA DO EDITAL** encontra-se a disposição de quaisquer interessados no **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO** da Prefeitura desta Municipalidade e poderá ser retirado por todos os interessados por meio do sítio **www.claraval.mg.gov.br ou www.ammlicita.org.br** . E, para conhecimento de todos, será este publicado/afixado no saguão da Prefeitura Municipal desta cidade. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade aos 13 (treze) dias do mês de agosto do ano de 2.026 (dois mil e vinte e seis), eu, Ana Luisa Freitas Ferreira, Pregoeira, o digitei e subscrevi.

ANA LUISA FREITAS FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Flavia Peixoto Cintra
Código Identificador:99C61ADF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PRC 130 2026 - PE 038 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026. Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de bombas d'água submersas, tubos, conexões, peças hidráulicas e materiais complementares destinados à instalação, manutenção corretiva e preventiva de poços artesianos, sistemas de abastecimento de água e redes hidráulicas das comunidades rurais e demais unidades atendidas pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município. A

licitação será dividida em lotes, devendo o licitante apresentar proposta contemplando a totalidade dos itens que compõem cada lote para o qual optar por concorrer, conforme tabela constante do Termo de Referência, sendo-lhe facultada a participação em um ou mais lotes. ADJUDICO E HOMOLOGO o objeto do certame às empresas: C & X DISTRIBUICAO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 38.349.410/0001-15, no valor total de R$128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais); HIDRO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 47.735.745/0001-62, no valor total de R$62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais); RUMO ELETROTECNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 49.173.485/0001-04, no valor total de R$61.900,00 (sessenta e um mil e novecentos reais).

Cláudio, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:7FE40F11

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ARP 213 2026 - PRC 162 2025 - PE 040 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2025.** Objeto: registro de preço para futura e eventual aquisição de lanches diversos para todos os setores da Prefeitura Municipal de Cláudio. **ARP N° 213/2026**, **AG SG COMERCIO E TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **31 761 939/0001-00**. Objeto do aditivo: fica prorrogado até 05 de agosto de 2027.

Cláudio, **12** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:17B6D4D9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO 157 2026 - PRC 100 2025 - PE 023 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2025.** Objeto: registro de preços para futura e eventual prestação de serviço de locação de máquinas com combustível e operador, bem como, fornecimento de equipamentos. **CONTRATO N° 157/2026**, **JN LOCACOES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **14.848.658/0001-62**. Objeto do aditivo: Por força do presente termo, fica acrescido o valor de R$ 66.300,00 (sessemta e seis mil e trezentos reais) referente à solicitação do setor requisitante, conforme discriminado abaixo: **ITEM DESCRIÇÃO UNIDADE VALORUNIT. VALORTOTAL ACRESCIDO QUANTITATIVO ACRESCIDO 50 ROÇADEIRA52POLEGADAS DIÁRIA R$ 75,00 R$ 66.300,00 884 DIÁRIAS** Considerando o acréscimo descrito no presente termo aditivo, o Contrato passa a vigorar com o valor global de **R$ 508.300,00 (quinhentos e oito mil e trezentos reais)**.

Cláudio, **12** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:57B9A710

DEPARTAMENTO JURÍDICO
ERRATA NO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 020/2026

Na publicação do **Extrato do Termo de Fomento nº 020/2026**, onde se lê:
"EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 020/2026. PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE CLÁUDIO E CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CLÁUDIO."
Leia-se:
"EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIO, ESTADO DE MINAS GERAIS, E A CORPORAÇÃO MUSICAL HARMONIA CELESTE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA."
Permanecem inalteradas as demais disposições da publicação.

Publicado por:
Mariana Rodrigues da Silva
Código Identificador:E45FD8CF

DEPARTAMENTO JURÍDICO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 031/2026. PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE CLÁUDIO E IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.

Objeto: valorizar a festa histórica e tradicional do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, advinda das raízes da cultura popular brasileira, por meio do restauro das imagens religiosas que fazem parte das Festividades. Valor: R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Dotação do Orçamento Municipal: Os valores de que trata esta cláusula devem ser aplicados rigorosamente na conformidade do Plano de Trabalho elaborado e serão creditados na conta bancária da OSC, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 13.391.0040.4.039 Gestão de Política de Proteção ao Patrimônio Cultural, 3.350.41 Contribuições, Ficha 1340, Fonte: 1.500.000.0000, com base na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 32/2017. Assinatura: 03/08/2026. Vigência: 03 (três) meses.

Publicado por:
Mariana Rodrigues da Silva
Código Identificador:804F235F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
DECISÃO RECURSO - AUTORIDADE SUPERIOR - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00092-2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008-2026

DA ANÁLISE DO RECURSO
Em análise, a decisão da Ilma. Pregoeira e dos Membros da Equipe de Apoio foi pelo conhecimento e improcedência do Recurso apresentado, mantendo a habilitação da Recorrida CONSTRUFORT ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA, nos termos da Lei de Licitações e jurisprudência aplicável.

Ao caso, decido:

Acolho os fundamentos e as conclusões expostas pela Pregoeira e pelos Membros da Equipe de Apoio, como razões de decidir. Portanto, conheço da interposição do recurso apresentado pela empresa CONSTRUTORA CARVALHO E MACHADO LTDA para, no mérito, julgá-lo improcedente.

Pelo exposto, determino a continuidade do processo licitatório, com a devida atenção às normas estabelecidas, preservada a legalidade e a regularidade do certame, garantindo que a Administração Pública celebre contratos vantajosos e em estrita observância aos princípios

administrativos, pelos seus próprios fundamentos, em cumprimento ao art. 5º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

Comunique-se a presente decisão às partes interessadas e providencie-se a continuidade do processo licitatório nos termos legais.
Intime-se, publique-se.

Conceição do Rio Verde-MG, 12 de agosto de 2026.

CRISTIANO HENRIQUE CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:AC9DC70F

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
DECISÃO RECURSO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00069-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00027-2026

DA DECISÃO
Por todo o exposto, concluímos pelo CONHECIMENTO do recurso interposto pela Empresa K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, para no mérito DAR PROVIMENTO AO RECURSO, julgando-o PROCEDENTE, nos termos supramencionados.

Sendo assim, retificamos a decisão de habilitação da Empresa ROSA CAFE IMPORTS LTDA, modificando o *status* para "inabilitada".

Por fim, em razão dos fatos aqui expostos, em virtude da decisão reconsiderada, deixo de remeter o presente recurso à autoridade superior, no seu efeito devolutivo, nos termos do art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Intime-se, publique-se.

Conceição do Rio Verde-MG, 11 de agosto de 2026.

VIVIANA DE ALMEIDA PEREIRA
Agente de Contratação/Pregoeira

CRISTIANE LUIZ DELMINDO
Membro da Equipe de Apoio

GRAUCILENE APARECIDA DE CARVALHO SILVA
Membro da Equipe de Apoio

IGOR LIMA REZECK
Membro da Equipe de Apoio

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:99593C87

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
DECISÃO RECURSO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00092-2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008-2026

DA DECISÃO
Por todo o exposto, concluímos pelo CONHECIMENTO do recurso interposto pela Empresa CONSTRUTORA CARVALHO E MACHADO LTDA, para no mérito NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, julgando-o IMPROCEDENTE, nos termos supramencionados.

Ademais, ratifico a decisão de habilitação da Empresa CONSTRUFORT ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA.

Por fim, em razão dos fatos aqui expostos, remeto o presente recurso à autoridade superior, no seu efeito devolutivo, nos termos do art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Intime-se, publique-se.

Conceição do Rio Verde-MG, 11 de agosto de 2026.

VIVIANA DE ALMEIDA PEREIRA
Agente de Contratação/Pregoeira

CRISTIANE LUIZ DELMINDO
Membro da Equipe de Apoio

GRAUCILENE APARECIDA DE CARVALHO SILVA
Membro da Equipe de Apoio

IGOR LIMA REZECK
Membro da Equipe de Apoio

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:415CAE69

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO 033/2026

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo de Compra nº. 033/2026

Dispensa de Licitação nº. 017/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PRATICADO PELO SECRETÁRIO E ORDENADOR DE DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔNEGO MARINHO - MG, PARA C CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASA DE APOIO PARA FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO PARA PACIENTES E RESPECTIVOS ACOMPANHANTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE-MG, CONFORME O PRESENTE TERMO.

AUTORIZO a contratação de JESSE ESTEVÃO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 60.945.629/0001-36 nos termos do artigo 75, II, da Lei 14.133/2021, no valor estimado total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), que será executada sob a rubrica orçamentária Projeto/Atividade: 05.01.01.10.122.0013.2028 - Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde - Elemento/Item: 3.3.9.0.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Fonte: 1500001002 - Recursos Não Vinculados de Impostos - Ficha: 226

Cônego Marinho – MG,30 de junho de 2026.

MÁRCIO PEREIRA DE OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:43A093B5

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 115-A/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 115-A/2025

Objeto: Prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir do dia 15/07/2026 com término em 14/07/2027.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE - CNPJ: 19.193.527/0001-08

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 08.01.01. 18.122.0002.2049 Manutenção das Ações da Secretaria de Meio Ambiente – **Elemento/Item:** 33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica – **Fonte:** 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos – **Ficha:** 0495

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:F83BE68B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0083/2026 - DISPENSA Nº 0034/2026 - CHAMADA PUBLICA Nº 0002/2026.

O **Município de Congonhal/ MG**, entidade de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.675.967/0001-39 com sede administrativa na Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29, Centro em Congonhal/MG, representado por seu Prefeito Municipal, Rubens Vilela dos Santos Junor, nos termos da Lei n.º 14.133/21, firmou a CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, CONFOMRE §1° DO ART.14 DA LEI N°11.947/2009 E RESOLUÇÕES DO FNDE RELATIVAS AO PNAE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE CONGONHAL/MG., tendo como contratada ANTONIO PEREIRA DA SILVA com o valor total de R$ 6.576,66 (Seis mil quinhentos e setena e seis reais e sessenta e seis centavos), DANIEL ALEXANDRE MARTINS com o valor total de R$ 20.451,07 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e um reais e sete centavos), DOUGLAS CHARLES MARTINS com o valor total de R$ 24.493,03 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e três centavos), EDMAR MARIANO DE REZENDE com o valor total de R$ 21.785,18 (vinte e um mil setecentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos), GERALDO APARECIDO COUTINHO com o valor total de R$ 10.503,75 (dez mil quinhentos e três reais e setenta e cinco centavos), JOSE CARLOS MARTINS com o valor total de R$ 16.489,95 (dezesseis mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos), JOSE ROBERTO MOREIRA FILHO com o valor total de R$ 35.479,80 (trinta e cinco mil quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), JOSINEL RIBEIRO DE REZENDE com o valor total de R$ 9.124,13 (nove mil cento e vinte e quatro reais e treze centavos), LEONILDO PEREIRA LOPES com o valor total de R$ 18.705,83 (dezoito mil setecentos e cinco reais e oitenta e três centavos), SARAH JENNIFER GONÇALVES DA COSTA com o valor total de R$ 4.635,00 (quatro mil seiscentos e trinta e cinco reais). Valor total do Processo R$ 169.757,12 (cento e sessenta e nove mil e setecentos e cinquenta e sete reais e doze centavos).

Congonhal/MG, 10 de Agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:78AB993D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0083/2026 - DISPENSA Nº 0034/2026 - CHAMADA PUBLICA Nº 0002/2026.

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, CONFOMRE §1° DO ART.14 DA LEI N°11.947/2009 E RESOLUÇÕES DO FNDE RELATIVAS AO PNAE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE CONGONHAL/MG. Afigurando-me que a licitação epigrafada encontra-se regularmente desenvolvida e, estando ainda o presente interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, **HOMOLOGO** o procedimento de que se cogita para que se atinjam os mais altos interesses públicos.Sigam-se os ulteriores termos.

Congonhal-MG, 10 de Agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:2139EA47

GABINETE
DECRETO 3589, DE 12 DE AGOSTO DE 2026. DISPÕE SOBRE O COMITÊ MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO 3589, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre o Comitê Municipal de Promoção da Equidade da Saúde e dá outras providências.

O prefeito Municipal de Congonhal /MG, Rubens Vilela dos Santos Junior, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
DECRETA:
Art.1º Define o Comitê Municipal de Promoção da Equidade da Saúde, que tem por finalidade promover respeito às diversidades de todas as classes, acolher, avaliar, monitoramento de propostas à saúde, indicadores de acompanhamentos e avaliações.
Art.2º O conselho será composto pelos seguintes membros:
Coordenadora executiva, Nilda Maria Santos Franco;
Diretor administrativo, Edmilson César dos Santos;
Representante da Epidemiologia; Joice Lemos de Oliveira Zétula;
Conselho Tutelar, Flavia Silva Lima;
Assistente Social, Ângelo Tadeu Pedroso Bertolo;
Representante da população Autista, Tatiane Fernanda Silva
Representante da população Rural, Celso Coutinho;
Representante da população LGBTQIA+; Felipa dos Santos de Paula;
Representante da população negra, Diogo de Souza Silva;
Representante da Saúde, Elis Maria Brito Franco Souza
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:0392BA93

GABINETE
DECRETO Nº 03587 DE 12 DE AGOSTO DE 2026. "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1 .120. 427 ,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSTANTES DO VIGENTE ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO Nº 03587 de 12 de AGOSTO de 2026.

"Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 1 .120. 427 ,00 para reforço de dotações constantes do vigente orçamento e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL de(a)(o) CONGONHAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei/Resolução 1768 de 12 de AGOSTO de 2026,

D E C R E T A:

Art.: 1º Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 1.120.427,00 (Um Milhão Cento e Vinte Mil Quatrocentos e Vinte e Sete Reais) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0006 - 4490.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1.023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - SAUDE
2.621.83 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Estado - Emendas parlamentares individuais Valor: 756.047,00 (Setecentos e Cinquenta e Seis Mil Quarenta e Sete Reais)
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0006 - 4490.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1.023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - SAUDE
2.621.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual Valor: 364.380,00 (Trezentos e Sessenta e Quatro Mil Trezentos e Oitenta Reais)
Adiciona: 1.120.427,00

Art.: 2º Para abertura do presente Decreto foram utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, conforme previsto no art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art.: 3º O(A) DECRETO entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/08/2026.

A suplementação se faz necessária devido a necessidade da ampliação da frota, com a qual será possível otimizar a logística dos atendimentos, garantir mais conforto e segurança nos deslocamentos. Essa iniciativa reforça o compromisso com uma atenção à saúde mais acessível, humanizada e eficiente.

CONGONHAL - MG, 12 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:34D413E9

GABINETE
DECRETO Nº 03588 DE 12 DE AGOSTO DE 2026. "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 400.265, 99 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSTANTES DO VIGENTE ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO Nº 03588
de 12 de AGOSTO de 2026.

> "Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 400.265, 99 para reforço de dotações constantes do vigente orçamento e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL de(a)(o) CONGONHAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei/Resolução 1769 de 12 de AGOSTO de 2026,

D E C R E T A:

Art.: 1º Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 400.265,99 (Quatrocentos Mil Duzentos e Sessenta e Cinco Reais e Noventa e Nove Centavos) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0006 - 4490.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1.023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - SAUDE
2.601.80 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Estruturação - União - Emendas parlamen Valor: 315.953,63 (Trezentos e Quinze Mil Novecentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Três Centavos)
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0006 - 4490.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1.023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - SAUDE
2.621.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual Valor: 84.312,36 (Oitenta e Quatro Mil Trezentos e Doze Reais e Trinta e Seis Centavos)
Adiciona: 400.265,99

Art.: 2º Para abertura do presente Decreto foram utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, conforme previsto no art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art.: 3º O(A) DECRETO entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/08/2026.

A abertura se faz necessaria pois a medida contribuirá para a melhoria da assistência à população, ampliando a capacidade de atendimento da rede municipal de saúde e proporcionando maior eficiência na prestação dos serviços.

CONGONHAL - MG, 12 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:5285FFC6

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº. 1768, DE 12 DE AGOSTO DE 2026. "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

LEI ORDINÁRIA Nº. 1768, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

> "Autoriza a abertura de crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município de Congonhal para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providencias."

O Povo do Município de Congonhal, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente, no valor de até **R$ 1.120.427,00 (Hum Milhão, Cento e Vinte Mil, Quatrocentos e Vinte e Sete Reais)** destinado ao reforço de dotações orçamentárias, utilizando recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, relativo à seguinte fonte de recurso: Recursos de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Sus provenientes do Governo Estadual.

(215)
02.00.00 – PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 – SAUDE
301 – ATENÇÃO BÁSICA
0006 – ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
1.023 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANTE – SAUDE
4490.52.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
2621.99 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Sus provenientes do Governo Estadual
Valor: R$ 364.380,00 (Trezentos e Sessenta e Quatro Mil, Trezentos e Oitenta Reais)

(215)

02.00.00 – PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 – SAUDE
301 – ATENÇÃO BÁSICA
0006 – ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
1.023 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANTE – SAUDE
4490.52.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
2621.83 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Sus - Estado -Emendas Parlamentares Individuais
Valor: R$ 756.047,00 (Setecentos e Cinquenta e Seis Mil, e Quarenta e Sete Reais)

Adiciona: R$ 1.120.427,00
Art.: 2º Os recursos destinados à cobertura do Crédito Adicional Suplementar autorizado por esta Lei, são os previstos no art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

2621.99 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Sus provenientes do Governo Estadual
Valor: R$ 364.380,00 (Trezentos e Sessenta e Quatro Mil, Trezentos e Oitenta Reais)

2621.83 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Sus - Estado -Emendas Parlamentares Individuais
Valor: R$ 756.047,00 (Setecentos e Cinquenta e Seis Mil, e Quarenta e Sete Reais)

Valor: R$ 1.120.427,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG,12 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:8DDE0328

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1769, DE 12 DE AGOSTO DE 2026. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº 1769, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município de Congonhal para o Exercício Financeiro de 2026, e dá outras providencias.

O Povo do Município de Congonhal, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento vigente no valor de até R$ 400.265.99 (Quatrocentos Mil, Duzentos e Sessenta e Cinco Reais e Noventa e Nove Centavos), destinado ao reforço de dotações orçamentárias, utilizando recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, relativos às seguintes fontes de recursos: Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Estruturação – União - Emendas Parlamentares Individuais, Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual.

(215)
02.00.00-PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10-SAUDE
301-ATENÇÃO BÁSICA
0006-ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
1.023-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANTE - SAUDE
4490.52.00-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
2601.80-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS- Bloco de Estruturação - União -
Emendas Parlamentares Individuais
Valor: R$ 315.953,63 (Trezentos e Quinze Mil, Novecentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Três Centavos)

(215)
02.00.00-PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10-SAUDE
301-ATENÇÃO BÁSICA
0006-ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
1.023-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANTE - SAUDE
4490.52.00-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
2.621.99 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS proveniente do Governo Estadual
Valor: R$ 84.312,36 (Oitenta e Quatro Mil, Trezentos e Doze Reais e Trinta e Seis Centavos)
Adiciona: R$ 400.265,99
Art 2º Os recursos destinados à cobertura do Crédito Adicional Suplementar autorizado por esta Lei, são aqueles previstos no art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, provenientes do Superavit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

2601. 80-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Estruturação - União -Emendas Parlamentares Individuais
Valor: R$ 315.953,63 (Trezentos e Quinze Mil, Novecentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Três Centavos).

2.621.99-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor: R$ 84.312,36 (Oitenta e Quatro Mil, Trezentos e Doze Reais e Trinta e Seis Centavos).

Valor: R$ 400.265,99
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 12 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:A33E6F7B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria Municipal de Cultura de Conquista, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos permissivos termos do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** a **INEXIGIBILIDADE Nº 032/2026** Processo de Licitação Nº **114/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR THACIO CANDIDO SILVA, PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA/MG, A SER A REALIZADA NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES JOÃO ARAÚJO SOUZA, NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2026, COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 01H 20MIN (UMA HORA E VINTE MINUTOS), dotação**

orçamentária 02.12.01.13.392.0029.2019-33.90.39, Ficha 476, Fonte 1500.

CONTRATADO:

THACIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

- CNPJ: 62.604.718/0001-44

VALOR TOTAL R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 12 (doze) do mês de agosto de 2026

REGINALDO VIEIRA BORGES JÚNIOR
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:70C65259

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA ESCLARECIMENTO PE 034

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 105/2026
Pregão Eletrônico nº034/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, MAGNÉTICO OU DE SIMILAR TECNOLOGIA, EQUIPADO COM MICROPROCESSADOR COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, COM A FINALIDADE DE SER UTILIZADO PELOS COLABORADORES DA PREFEITURA DE CONQUISTA NUMA ESTIMATIVA DE 570 SERVIDORES.

Trata-se de solicitação de esclarecimento relativo ao Edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, formulado por empresa interessada em participar do referido certame.

DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO

A Lei nº 14.133/21, estabelece em seu art.164, que *"qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".*

Considerando que a abertura do certame está marcada para o dia 20/08/26 e que a impugnação foi protocolada no dia 11/12/08/2026, a mesma se encontra tempestiva, razão pela qual partiremos à análise do mérito.

O Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, estabelece em seu art. 17, inciso II, o seguinte:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

Preliminarmente há que se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa à autoridade superior, tendo o Pregoeiro nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

DOS ESCLARECIMENTOS

Vimos mui respeitosamente solicitar esclarecimentos em referência ao Pregão/Processo citado pois no mesmo serão aceitas taxas negativas/descontos - • ANÁLISE / MATRIZ DE RISCOS (Financeiros/Econômicos). Tendo em vista que a Lei nº 14.133/2021 determina através de seu art. 11, inciso II, que a fase de planejamento da contratação deve incluir, obrigatoriamente, a identificação e o tratamento de riscos,

solicito esclarecimentos sobre os fundamentos técnicos adotados para a alocação dos riscos econômico-financeiros, visto que a adoção de taxa negativa compromete a economicidade e a eficiência da contratação pública, comprometendo o sucesso da licitação e a boa execução contratual. • Considerando que o Decreto nº 12.272/2025 em seu Art. 182-F estabelece expressamente a vedação à aplicação de descontos nas contratações públicas, venho por meio deste solicitar elucidações acerca do referido edital, que prevê a exigência/possibilidade de concessão de desconto na proposta. Diante do teor do decreto, solicito que o órgão informe: 1. Qual o fundamento jurídico utilizado para permitir desconto no referido edital, apesar da proibição estabelecida pelo Decreto nº 12.272/2025? 2. Houve análise jurídica interna autorizando a manutenção dessa cláusula? Caso positivo, solicito a indicação do parecer ou justificativa adotada. 3. Há previsão de retificação do edital, a fim de assegurar a conformidade com a norma vigente? Agradeço antecipadamente pelos esclarecimentos e pela atenção dispensada.

ESCLARECIMENTO 1. Da Aceitação de Cartão de Arranjo Fechado (Rede Própria) O edital menciona na página 27 o termo "Arranjo Aberto". Contudo, o próprio documento exige, detalhadamente, a existência e a comprovação de uma "Rede de Estabelecimentos Credenciados". Entendemos que as soluções de Arranjo Fechado (cartão de rede própria, com estabelecimentos diretamente credenciados pela operadora no município) serão plenamente aceitas no certame. Este modelo atende com absoluta perfeição ao objeto e às necessidades do órgão, pois garante que o benefício seja gasto exclusivamente na rede de alimentação local (açougues, mercados e padarias), cumprindo rigorosamente as regras do PAT e fomentando o comércio de Conquista-MG. Neste sentido, está correto o entendimento de que as empresas que operam no modelo de Arranjo Fechado (rede credenciada própria) atendem à necessidade do órgão e terão suas propostas aceitas? 2. Do Vício de Escrita sobre a Amostra / Prova de Conceito (PoC) O item 6.9 (página 14) cita genericamente a entrega de "amostra do sistema". Entretanto, o edital não descreve nenhum roteiro de testes, nenhuma especificação técnica do sistema e nenhum critério objetivo para uma Prova de Conceito (PoC). Compreendemos que a menção à entrega de amostra trata-se de um mero vício de escrita (cláusula reproduzida de outros editais), uma vez que o instrumento convocatório não fixou regras nem especificações técnicas para realizar uma Prova de Conceito (PoC). Sendo assim, entendemos que não ocorrerá a realização de prova de conceito. Caso este entendimento esteja incorreto, gostaríamos de confirmar: a referida apresentação/PoC será dispensada ou, caso realizada, compreendemos que a avaliação será baseada estritamente no que mencionam as páginas 27 e 28 (que apenas solicitam um sistema informatizado, sem exigir detalhes operacionais complexos ou critérios de reprovação)? Está correto este entendimento?

DA APRECIAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS

Conforme consta no Decreto n°. 10.024/2019, o Pregoeiro poderá requisitar subsídios dos responsáveis pela elaboração dos anexos que acompanham o instrumento convocatório, se não vejamos:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

Neste sendo, esta Pregoeira encaminhou a solicitação anexo aos autos, para a Procuradoria Jurídica do Município com intuito de analisar e responder aos esclarecimentos apresentados.

RESPOSTA

1- Em atenção ao pedido de esclarecimentos apresentado, referente à possibilidade de apresentação de propostas contendo taxa de administração negativa/desconto, bem como aos questionamentos

relacionados à matriz de riscos e ao Decreto Federal nº 12.712/2025, esta Administração apresenta os seguintes esclarecimentos.

1. DA MATRIZ DE RISCOS E DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NEGATIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a previsão de possibilidade de apresentação de taxa de administração igual a zero ou negativa não constitui, por si só, transferência indevida de risco econômico-financeiro à Administração, tampouco representa afronta aos princípios da economicidade, eficiência ou seleção da proposta mais vantajosa.

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 11, como objetivo fundamental da licitação, a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, considerando, inclusive, o ciclo de vida do objeto. Da mesma forma, a gestão e a alocação de riscos devem ser realizadas de forma compatível com a natureza da contratação, observando-se a capacidade das partes para prevenção, gerenciamento e absorção dos respectivos riscos.

A matriz de riscos não possui a finalidade de impedir a apresentação de propostas economicamente mais vantajosas, mas de identificar, avaliar e distribuir adequadamente os eventos futuros e incertos capazes de afetar a execução contratual e o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

Nesse sentido, a existência de taxa de administração negativa não se confunde com a ocorrência de risco contratual. A taxa ofertada pela licitante constitui elemento econômico de sua própria proposta comercial e integra sua estratégia empresarial para obtenção e execução do contrato.

A jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, inclusive, reconhece que, em contratações destinadas ao fornecimento e gerenciamento de vale-alimentação/refeição, a apresentação de taxa de administração zero ou negativa pode ser admitida, desde que observadas as circunstâncias concretas da contratação e as normas específicas incidentes sobre o objeto.

Em decisão relativa ao Processo nº 1.121.133, o TCEMG reconheceu a regularidade da taxa de administração zero ou negativa em certames para fornecimento de vale-refeição ou alimentação, destacando que a disciplina da Lei nº 14.442/2022 não impedia, naquele contexto, a adoção de taxa negativa.

Portanto, não procede a afirmação de que a mera possibilidade de taxa negativa comprometeria necessariamente a economicidade ou a boa execução contratual. Ao contrário, quando juridicamente admissível, a possibilidade de apresentação de taxa negativa amplia o universo competitivo e pode resultar em proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalte-se, contudo, que a Administração deverá sempre proceder à análise da exequibilidade da proposta, especialmente quando a taxa apresentada se afastar significativamente dos parâmetros de mercado, podendo exigir os esclarecimentos e documentos necessários para demonstrar a viabilidade econômica da proposta apresentada.

2. DA APLICAÇÃO DO DECRETO FEDERAL Nº 12.712/2025

Quanto à referência feita ao Decreto nº 12.272/2025, cabe inicialmente corrigir a numeração indicada no pedido de esclarecimento.

A norma federal que introduziu o art. 182-F no Decreto nº 10.854/2021 é o**Decreto Federal nº 12.712, de11 de novembrode 2025**.

O referido Decreto alterou a regulamentação do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e estabeleceu, no art. 182-F, inciso I, que as facilitadoras de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios,**no âmbito de contrato firmado com pessoas jurídicas beneficiárias do PAT**, não poderão prever qualquer tipo de deságio ou desconto sobre o valor contratado.

Dessa forma, a norma não estabelece uma vedação genérica a toda e qualquer taxa negativa ou desconto em todas as licitações realizadas pela Administração Pública.

A incidência do art. 182-F está vinculada ao âmbito material definido pela própria norma, qual seja, às relações abrangidas pelo Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e aos contratos firmados com pessoas jurídicas beneficiárias do referido programa.

O próprio Decreto nº 12.712/2025 dispõe que suas regras são aplicáveis às modalidades de auxílio-refeição e auxílio-alimentação previstas na Lei nº 14.442/2022 e operacionalizadas por meio de arranjos de pagamento instituídos no âmbito do PAT.

Assim, a simples existência do art. 182-F não permite concluir, de maneira automática, que toda contratação pública de auxílio-alimentação ou vale-alimentação esteja submetida à vedação de taxa negativa.

3. DO ENTENDIMENTO DO TCEMG

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais deve ser analisado considerando-se o regime jurídico efetivamente aplicável à contratação.

O próprio TCEMG possui precedentes reconhecendo a possibilidade de apresentação de taxas de administração zero ou negativas em determinadas contratações de vale-alimentação/refeição.

Por outro lado, o Tribunal também já reconheceu a irregularidade da taxa negativa quando presentes circunstâncias que atraem a incidência da legislação específica do PAT.

Em decisão divulgada pelo próprio TCEMG em 2024, referente a licitação promovida pela ECOS/Betim, a Corte determinou a suspensão do certame porque o edital permitia taxas negativas e havia elementos indicando a incidência do PAT, hipótese em que o Tribunal considerou aplicável a vedação de deságio prevista na Lei nº 14.442/2022.

Portanto, o entendimento da Corte de Contas não pode ser interpretado como uma proibição absoluta ou como uma autorização irrestrita. A análise deve considerar a natureza do objeto, a condição jurídica dos beneficiários, a eventual inscrição da entidade no PAT e a legislação específica incidente sobre a contratação.

4. DA ECONOMICIDADE E DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

A possibilidade de apresentação de taxa negativa não significa que a Administração esteja obrigada a aceitar qualquer proposta, independentemente de sua viabilidade econômica.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece como objetivo da licitação a obtenção da proposta apta a produzir o resultado mais vantajoso para a Administração, cabendo à Administração avaliar a compatibilidade da proposta com as condições de mercado e sua exequibilidade.

Nesse contexto, eventual taxa negativa deverá ser suportada pela própria estrutura econômico-financeira da licitante, não podendo resultar em redução da qualidade dos serviços, diminuição da rede credenciada, cobrança indevida dos beneficiários, descumprimento das obrigações contratuais ou qualquer outra forma de transferência indevida de custos ao Poder Público ou aos usuários.

A Administração poderá, quando necessário, solicitar esclarecimentos quanto à composição econômica da proposta e adotar os mecanismos previstos na legislação para aferição de sua exequibilidade.

5. QUANTO À EXISTÊNCIA DE ANÁLISE JURÍDICA

A previsão constante do edital decorre da análise das características do objeto, da legislação aplicável e do entendimento jurisprudencial existente acerca da possibilidade de apresentação de taxa de administração zero ou negativa, não se tratando de disposição destinada a afastar norma legal ou regulamentar eventualmente aplicável.

Registra-se, contudo, que eventual incidência específica das disposições do PAT deverá prevalecer sobre a regra editalícia, em observância ao princípio da legalidade e à hierarquia normativa.

Desse modo, caso se constate que a contratação está efetivamente inserida no âmbito de incidência do art. 182-F do Decreto nº 10.854/2021, com a redação conferida pelo Decreto nº 12.712/2025, deverá ser observada a vedação nele estabelecida, não podendo o edital admitir deságio ou desconto em desconformidade com a legislação vigente.

6. QUANTO À NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

No presente momento, não se identifica fundamento jurídico para afirmar, de forma genérica, que a mera previsão de taxa de administração negativa seja incompatível com a Lei nº 14.133/2021.

A eventual necessidade de retificação do edital deve ser aferida à luz da incidência concreta das normas do PAT sobre a contratação.

Caso o objeto e a condição jurídica dos beneficiários enquadrem a contratação no âmbito de aplicação do art. 182-F do Decreto nº 10.854/2021, com a redação dada pelo Decreto nº 12.712/2025, a Administração adotará as providências necessárias para adequação do instrumento convocatório, inclusive mediante eventual retificação e republicação, se juridicamente necessária.

Por outro lado, não estando a contratação abrangida pela hipótese específica prevista no referido dispositivo, permanece juridicamente

possível a avaliação de propostas contendo taxa zero ou negativa, desde que respeitados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, bem como as regras de exequibilidade estabelecidas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esclarece-se que:

a) a matriz de riscos não constitui fundamento para vedação automática à apresentação de taxa de administração negativa, devendo os riscos econômico-financeiros ser identificados, avaliados e alocados de acordo com as características concretas da contratação;

b) a possibilidade de taxa negativa, quando juridicamente admissível, não implica necessariamente prejuízo à economicidade, podendo representar mecanismo de ampliação da competitividade e obtenção de proposta mais vantajosa;

c) a norma mencionada no questionamento é o**Decreto Federal nº 12.712/2025**, e não o Decreto nº 12.272/2025;

d) o art. 182-F do Decreto nº 10.854/2021, introduzido pelo Decreto nº 12.712/2025, estabelece vedação a deságio ou desconto**no âmbito de contratos firmados com pessoas jurídicas beneficiárias do PAT**, não constituindo proibição geral e irrestrita para todas as contratações públicas;

e) o entendimento do TCEMG demonstra que a análise da taxa negativa deve considerar o regime jurídico concreto da contratação, havendo precedentes admitindo taxa zero ou negativa e, em situações submetidas à disciplina específica do PAT, precedentes reconhecendo a irregularidade dessa previsão; e

f) caso seja constatada a incidência do art. 182-F sobre a contratação em questão, a Administração promoverá a adequação do edital aos comandos legais e regulamentares aplicáveis.

Dessa forma, ficam prestados os esclarecimentos solicitados, permanecendo integralmente observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da legislação específica aplicável ao objeto e da jurisprudência pertinente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

2- Em atenção ao pedido de esclarecimento apresentado, referente ao Pregão/Processo em epígrafe, esta Administração esclarece o seguinte:

1. DA NÃO ACEITAÇÃO DE ARRANJO FECHADO – REDE PRÓPRIA

Não está correto o entendimento apresentado pela empresa.

O edital estabelece a necessidade de disponibilização de**rede de estabelecimentos credenciados**, observadas as condições e características definidas no instrumento convocatório. A referência constante do edital ao**arranjo aberto**não deve ser interpretada como mera faculdade de adoção de rede própria pela contratada.

Dessa forma,**não serão aceitas soluções baseadas exclusivamente em arranjo fechado ou rede própria da operadora**, ainda que a empresa possua estabelecimentos diretamente credenciados no Município de Conquista/MG.

A exigência tem por finalidade assegurar a efetiva aceitação do benefício em rede de estabelecimentos compatível com as necessidades dos usuários, garantindo maior abrangência, liberdade de escolha, competitividade entre os estabelecimentos credenciados e efetividade na utilização do benefício.

Assim, para fins de participação e atendimento ao objeto, a solução ofertada deverá observar integralmente as condições estabelecidas no edital, inclusive quanto ao modelo de arranjo e à rede de estabelecimentos credenciados exigida.

Portanto,**não está correto o entendimento de que empresas que operam exclusivamente mediante arranjo fechado (rede própria)terão suas propostas automaticamente aceitas**.

2. DA AMOSTRA E DA PROVA DE CONCEITO (PoC)

Quanto ao item 6.9 do edital, que faz referência à apresentação de "amostra do sistema", esclarece-se que a expressão deve ser interpretada em conjunto com as demais disposições do instrumento convocatório.

A previsão de apresentação de amostra, demonstração, apresentação do sistema ou realização de**Prova de Conceito – PoC**será exigida**quando couber**, de acordo com a necessidade de verificação do atendimento às especificações e funcionalidades previstas no edital e no Termo de Referência.

A eventual realização de demonstração ou Prova de Conceito não poderá ocorrer de forma discricionária ou mediante critérios não previstos no instrumento convocatório, devendo, caso seja necessária, observar os requisitos, funcionalidades e condições estabelecidos no edital e em seus anexos, bem como os princípios da isonomia, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma,**não se confirma a interpretação de que a previsão de amostra/PoC seja simplesmente desconsiderada por constituir erro material de redação**. A cláusula permanece válida nos termos em que foi estabelecida, sendo sua aplicação condicionada à necessidade e pertinência da verificação da solução ofertada.

Por outro lado, eventual apresentação do sistema não poderá ser utilizada para criar exigências, funcionalidades ou critérios de avaliação que não estejam previstos no edital e seus anexos.

CONCLUSÃO

Diante dos esclarecimentos apresentados:

a)não serão aceitas soluções baseadas exclusivamente em**arranjo fechado/rede própria**, devendo a solução observar o modelo e as condições de rede estabelecidos no edital;

b)a exigência de amostra, demonstração ou**Prova de Conceito – PoC será aplicada quando couber**, conforme a necessidade de verificação do atendimento ao objeto e às especificações previstas no edital;

c)caso realizada, a avaliação deverá observar estritamente as disposições do edital e do Termo de Referência, não podendo ser utilizados critérios ou requisitos novos não previstos no instrumento convocatório.

Consideram-se, assim, prestados os esclarecimentos solicitados.

Isto posto e considerando ter saneadas as dúvidas, o conteúdo deste expediente será publicado no Diário oficial do Município e na Plataforma Licitanet, de acordo com os termos do parágrafo único, do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/21,

Conquista, 12 de agosto de 2026

IARA MARIA RIBEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:68B4C0A2

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**

OBJETO: O presente apostilamento tem por objeto atender ao Reequilíbrio Econômico Financeiro, nos termos do disposto no contrato, na justificativa e documentação anexada e no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/91, ficando os valores alterados para os seguintes:

Item	Descrição Mercadoria / Serviço	Qtde	Valor Unitário	Total
1	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE APARELHO CONCENTRADOR DE OXIGÊNIOConcentrador de Oxigênio de 5 litros/min, portátil com as seguintes características mínimas: Aparelho Concentrador de Oxigênio, com voltagem 110/127 V, 60 HZ, com variação de fluxo de 0,5 a 5 l/m (litros por minuto), nível de ruído máximo de 50 dB, potencia de 400 a 450 W, níveis de concentração de oxigênio: variável de 87% a 96% de pureza de oxigênio. Acessórios Obrigatórios: 01cilindro de reserva com capacidade minima de 4 m³ (cilindro de backup), com válvula reguladora, fluxômetro, extensão para cateter nasal, cateter nasal tipo óculos ou mascara nasal, umidificador e base fixa para o cilindro backup incluso no valor mensal. Proteção contra choques elétricos. Registro Anvisa para todos os equipamentos e acessórios. Equipamentos montados sobre rodízios.	120,00	R$ 274,00	R$286,07

2	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE APARELHO CONCENTRADOR DE OXIGÊNIOConcentrador de Oxigênio de 5 litros/min, portátil com as seguintes características mínimas: Aparelho Concentrador de Oxigênio, com voltagem 110/127 V, 60 HZ, com variação de fluxo de 0,5 a 5 l/m (litros por minuto), nível de ruído máximo de 50 dB, potencia de 400 a 450 W, níveis de concentração de oxigênio: variável de 87% a 96% de pureza de oxigênio. Acessórios Obrigatórios: 01cilindro de reserva com capacidade de 6 a 10 m³ (cilindro de backup), com válvula reguladora, fluxômetro, extensão para cateter nasal, cateter nasal tipo óculos ou mascara nasal, umidificador e base fixa para o cilindro backup incluso no valor mensal. Proteção contra choques elétricos. Registro Anvisa para todos os equipamentos e acessórios.	40,00	R$612,70	R$639,21

CONQUISTA/MG, 29 (vinte e nove) dias do mês de julho de 2026.

FERNANDA NATÁLIA DE SOUZA SOARES
Procuradora Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Natalia de Souza Soares
Código Identificador:0447D122

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 162/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **CNC TREINAMENTOS E GESTÃO OCUPACIONAL**

OBJETO:O presente Termo Aditivo tem por objeto a sexta prorrogação da vigência do contrato.

VALOR: O valor estimado para cobrir as despesas relativas ao presente aditamento é de **R$ 40.475,01 (quarenta mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e um centavo)**.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é prorrogado por mais 04 (quatro) meses, **contados a partir de 01/08/2026 e com vencimento em 31/10/2026**, nos termos do contrato e no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/91.

CONQUISTA/MG, 31 de julho de 2026.

FERNANDA NATÁLIA DE SOUZA SOARES
Procuradora Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Natalia de Souza Soares
Código Identificador:94A25B7D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 0011/2026
PROCESSO Nº 0022/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 0011/2026
PROCESSO Nº 0022/2026
Compra Direta nº 0011/2026 – COTAÇÃO ELETRÔNICA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES disponível em **https://www.hmsvp.mg.gov.br/licitacoes/compras-diretas/in,compras-diretas .**

Data de início de envio/recebimento de propostas: **12/08/2026, 14h01** (horário de Brasília).
Data fim de envio/recebimento de propostas: **14/08/2026 – 08h** (horário de Brasília).
Valor total estimado: **R$ 11.787,00.**
Termo de Referência: **Clique em Detalhes e Arquivos do Processo** em - **https://www.hmsvp.mg.gov.br/licitacoes/compras-diretas/in,compras-diretas .**
Planilha para proposta (arquivo em formato .xls): **Clique em Detalhes e Arquivos do Processo em - https://www.hmsvp.mg.gov.br/licitacoes/compras-diretas/in,compras-diretas .**
Propostas Comerciais: **devem ser encaminhadas juntamente com a documentação de habilitação EXCLUSIVAMENTE para e através do link**: **https://www.hmsvp.mg.gov.br/processos-licitatorios/296-compra-direta-no- ... è DETALHES E ARQUIVOS DO PROCESSO è ENVIAR DOCUMENTAÇÃO.** .

Coração de Jesus, 12 de agosto de 2026.

CAROLINA MARTINS DOS SANTOS
Diretora Geral

Publicado por:
Max César Lafetá Vasconcelos Sobrinho
Código Identificador:073DC6C0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
LEI Nº 1650, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio e a promover o repasse de recursos financeiros à Fundação São Carlos, para fins de participação complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências"

A Câmara Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio e a promover o repasse financeiro no valor total de R$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) à Fundação São Carlos, entidade privada sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o nº 02.877.511/0001-11.

Art. 2º Os recursos de que trata o art. 1º são oriundos de emendas parlamentares impositivas e destinam-se exclusivamente à aquisição de serviços complementares de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), para o custeio de procedimentos cirúrgicos eletivos de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral, ginecologia, oftalmologia, vascular, otorrinolaringologia, urologia e ortopedia.

Art. 3º O repasse financeiro autorizado por esta Lei será efetivado de forma fracionada, em 07 (sete) parcelas mensais de R$ 11.000,00 (onze mil reais). Parágrafo único. A liberação das parcelas fica estritamente condicionada à aprovação do Plano de Trabalho pela Secretaria Municipal de Saúde, à assinatura do respectivo Termo de Convênio e à comprovação da execução das metas e dos procedimentos médicos.

Art. 4º A fiscalização da execução física e financeira do Convênio caberá à Secretaria Municipal de Saúde. Parágrafo único. A Fundação São Carlos deverá apresentar prestação de contas dos recursos recebidos, em conformidade com as regras estabelecidas no instrumento de Convênio e na legislação de direito financeiro e administrativo vigente.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento

vigente, estando o Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta, 12 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:BC8CF7E9

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 452, DE 12 DE AGOSTO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORA EFETIVA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL À JUSTIÇA ELEITORAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO À 163ª ZONA ELEITORAL DE LUZ/MG"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente o disposto no artigo 87, inciso I, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.624, de 24 de junho de 2025, que dispõe sobre a cessão de servidores da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica formalizada a cessão da servidora efetiva **DÉBORA ZUCCO BERNARDES DE CARVALHO**, ocupante do cargo de Secretária Atendente, matrícula funcional nº 1273-4, inscrita no CPF nº: ***.***.656-79, para exercer atividades administrativas junto ao Cartório da 163ª Zona Eleitoral de Luz/MG.
Parágrafo único. A servidora desenvolverá exclusivamente atividades administrativas compatíveis com o cargo de origem, sendo vedado o desempenho de atribuições alheias à sua função original.

Art. 2º A presente cessão não importará em alteração do vínculo funcional da servidora com o Município de Córrego Danta/MG, que permanecerá responsável por todas as obrigações legais decorrentes da relação estatutária, inclusive de natureza remuneratória, previdenciária, trabalhista e securitária, salvo ajuste diverso constante de convênio ou instrumento congênere.
Parágrafo único. A cessão da servidora ora formalizada atende ao interesse público, uma vez que possibilita a cooperação institucional entre o Município de Córrego Danta/MG e a Justiça Eleitoral, considerando que a 163ª Zona Eleitoral, sediada no Município de Luz, integra a Comarca de Córrego Danta, não havendo prejuízo ao regular funcionamento da Administração Municipal, diante da compatibilidade entre as atribuições do cargo de origem e as funções a serem desempenhadas no Cartório Eleitoral.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada mediante solicitação do órgão cessionário e anuência da Administração Municipal, nos termos do art. 7º da Lei nº 1.624/2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 12 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:EBFC2B9A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO REEQUILIBRIO COMBUSTIVEL

EXTRATO DO5º TERMO ADITIVO
(REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO)
CONTRATO Nº: 095/2024
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 037/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 103/2023
Objeto: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de combustíveis e lubrificantes para manutenção dos veículos e máquinas da frota da prefeitura municipal, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

Contratante: Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas
Contratada:POSTO DE COMBUSTIVEL RIO MANSO LTDA.
Reajuste solicitado pela Contratada e deferido pela Contratante:

Diesel BS10: Preço contratado: R$ 8,07; Preço Reajustado: R$7,42

Diesel S500: Preço contratado: R$ 7,51; Preço Reajustado: R$6,82

Assinatura: 12 de agosto de 2026
Vigência: a partir de 13 de agosto de 2026

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:C0C1C366

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTÁLIA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG torna público o extrato do Contrato nº 043/2026, Processo Licitatório nº 040/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 015/2026. Objeto: **contratação de empresa para prestação de serviços de veiculação de 36 inserções publicitárias institucionais, com duração de 30 segundos cada, na programação regional da Inter TV Grande Minas, destinadas à divulgação da Tradicional Festa de Setembro, a ser realizada nos dias 04, 05, 06 e 07 de setembro de 2026, no Município de Cristália/MG**. Contratada: **INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. – TV GRANDE MINAS,** CNPJ nº 16.924.581/0001-98. **Valor global: R$ 35.356,00**. Vigência: da data de assinatura até 31/10/2026. Fundamento: art. 74, caput e inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cristália/MG, 12 de agosto de 2026.

JAIRO DE MATOS BORGES JUNIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Letícia Daiany de Oliveira
Código Identificador:BD8F1817

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2026.

APREF.MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG —Torna-se público extrato do contrato nº **044/2026**, Processo Licitatório nº **041/2026**, Inexigibilidade nº **016/2026**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SHOW MUSICAL COM O CANTOR TOM VAQUEIRO, NA "TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO" EM CRISTÁLIA/MG.** Empresa Contratada: **LB PROPAGANDA E PRODUÇÃO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 55.588.300/0001-25. **Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais),** Vigência :11/08/2026 a 30/09/2026.

TAMIRES RIBEIRO.
Agente de Contratação

Publicado por:
Lara Zélia Narciso Conceição
Código Identificador:980B81C6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2026.

APREF.MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG —Torna-se público extrato do contrato nº **045/2026**, Processo Licitatório nº **042/2026**, Inexigibilidade nº **017/2026**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SHOW MUSICAL COM O CANTOR ARNALDINHO NETO, NA "TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO" EM CRISTÁLIA/MG.** Empresa Contratada: **ARNALDO LOPES PERREIRA NETO-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 30.542.199/0001-40. **Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais),** Vigência :14/08/2026 a 30/09/2026.

TAMIRES RIBEIRO.
Agente de Contratação

Publicado por:
Lara Zélia Narciso Conceição
Código Identificador:63979062

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 033/2025.

APREF.MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG —Torna-se público extrato do primeiro termo aditivo do contrato nº **033/2025**, Processo Licitatório nº **031/2025**, Dispensa nº **007/2025**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, LICITAÇÃO E CONTRATOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONVÊNIOS, TRIBUTÁRIA E FISCAL.** Empresa Contratada: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE**, inscrita no CNPJ sob nº 21.505.692/0001-08. **Valor: R$ 140.352,00 (cento e quarenta mil, trezentos e cinquenta e dois reais),** Vigência :13/08/2026 a 13/08/2027. Agente de Contratação: Tamires Ribeiro.

Publicado por:
Lara Zélia Narciso Conceição
Código Identificador:DE26368D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO VEICULADA EM 12/08/2026

AUTORIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026 - ART. 74, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 - Objeto: contratação de órgão para prestação de serviços de publicação de atos oficiais no Diário Oficial Eletrônico "Minas Gerais" – DOMG-e, de atos de expediente administrativo de pessoal, editais, avisos, adjudicações de processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade de licitações e outros atos cuja publicidade é exigida em lei, nos termos do §1º do art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 e da Lei Estadual nº 19.429, de 11/01/2011, para atender às necessidades da Procuradoria-Geral do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais**. Dotação Orçamentária: 02.04.01.04.131.0202.2018.3.3.90.39.00.1.500.000.0000-105. Valor Total: R$12.402,60. Data: 10/08/2026. CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO – SEGOV,** inscrita no CNPJ sob nº 05.475.103/0001-21. **Gustavo Joseph Ribeiro Soares - Secretário Municipal de Fazenda**. Onde se lê, **Valor:** R$12.402,60**,** leia-se **Valor:** R$22.147,50.

Publicado por:
Luciana Boaventura Mendes
Código Identificador:06E27561

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 151/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026

Objeto: **Registro de Preços para aquisição de ferramentas, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais – Valor: R$ 4.256,00 – Data: 05/08/2026 – COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO INTEGRAÇÃO LTDA – ME – CNPJ: 06.327.664/0001-46.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:C166FD3A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 152/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026

Objeto: **Registro de Preços para aquisição de ferramentas, a fim de atender às necessidades da Assessoria de Assuntos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Agronegócio, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais – Valor: R$ 18.002,30 – Data: 05/08/2026 – DINIZ & DINIZ COMPRAS GOVERNAMENTAIS LTDA – ME – CNPJ: 25.319.229/0001-14.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:35C7DB60

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 153/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026

Objeto: **Registro de Preços para aquisição de ferramentas, a fim de atender às necessidades da Assessoria de Assuntos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Agronegócio, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais – Valor: R$ 32.172,91 – Data: 05/08/2026 – GGV COMERCIAL LTDA – ME – CNPJ: 35.236.131/0001-57.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:CA188CC1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 154/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026

Objeto: **Registro de Preços para aquisição de ferramentas, a fim de atender às necessidades da Assessoria de Assuntos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Agronegócio, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais – Valor: R$ 25.066,61 – Data: 05/08/2026 – LICITARE PRODUTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA – EPP – CNPJ: 18.641.075/0001-17.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:9D6FF9A6

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 155/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026

Objeto: **Registro de Preços para aquisição de ferramentas, a fim de atender às necessidades da Assessoria de Assuntos Estratégicos,da Secretaria Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais – Valor: R$ 100.641,31 – Data: 05/08/2026 – NOVA ERA EQUIPAMENTOS E IRRIGAÇÕES LTDA – ME – CNPJ: 61.939.614/0001-28.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:A2C56CDA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO N° 058/2026 – CHAMADA PÚBLICA N° 001/2026

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural, para atender a demanda da Rede Municipal de Ensino (Escolas, Pré-escolas, Creches, Educação Especial, EJA – Educação para Jovens e Adultos) da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. Dotação Orçamentária: 02.10.02.12.306.0801.2130.3.3.90.30.00.1.552.000.0000-489. Prazo de vigência: a partir da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas até 31/12/2026. Valor: R$634.901,14. Data: 12/8/2026. **PARTE: COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CERRADO MINEIRO LTDA – CNPJ: 24.999.618/0001-75.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:01533237

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.821, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0430 Gestão Administrativa e Controle Fiscal
04.122.0430.2037 Gestão da Secretaria Municipal Fazenda
3.1.90.94.00 194 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$3.320,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$3.320,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
12.122 Administração Geral
12.122.0405 Gestão Política/Intercâmbio do Conhecimento
12.122.0405.2133 Gestão Política Educacional no Município
3.3.90.39.00 482 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.000,00
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.3.90.39.00 506 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$129.500,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$129.500,00
12.361.1203 Transporte Escolar/Segurança e Eficiência
12.361.1203.2139 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.30.00 515 Material de Consumo R$15.900,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação R$15.900,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2255 Manutenção de Creches Municipais
3.3.90.39.00 542 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$60.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$60.000,00
TOTAL: R$210.720,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
04 Administração
04.125 Normatização e Fiscalização
04.125.0435 Gestão da Receita Pública
04.125.0435.2370 Fiscalização e Auditoria Fiscal
3.3.90.40.00 215 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica R$3.320,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$3.320,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
12.122 Administração Geral
12.122.0405 Gestão Política/Intercâmbio do Conhecimento
12.122.0405.1150 Construção de Prédios Públicos
4.4.90.51.00 471 Obras e Instalações R$15.900,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação R$15.900,00
12.122.0405.2133 Gestão Política Educacional no Município
3.3.90.33.00 479 Passagens e Despesas com Locomoção R$35.500,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$35.500,00
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.1101 Construção de Prédios para Escola
4.4.90.51.00 492 Obras e Instalações R$5.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$5.000,00
12.361.1201.2136 Conservação de Prédios Escolares
3.3.90.30.00 495 Material de Consumo R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
4.4.90.39.00 497 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$5.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$5.000,00
12.361.1201.2379 Manutenção, Reforma e Ampliação de Prédios
4.4.90.51.00 509 Obras e Instalações R$3.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$3.000,00
12.361.1203 Transporte Escolar – Segurança e Eficiência
12.361.1203.2139 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.33.00 516 Passagens e Despesas com Locomoção R$95.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$95.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.1103 Construção de Prédios para Creches
4.4.90.51.00 521 Obras e Instalações R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
12.365.1202.2136 Conservação de Prédios Escolares
3.3.90.30.00 522 Material de Consumo R$13.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$13.000,00
12.365.1202.2143 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
4.4.90.52.00 532 Equipamento e Material Permanente R$15.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$15.000,00
TOTAL: R$210.720,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 11 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:75A609EE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.822, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

PRORROGA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGIDO PELO EDITAL Nº 9/2025, HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 6.346, DE 25 DE AGOSTO DE 2025.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 6.346, de 25 de agosto de 2025, que homologou o resultado da classificação final do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 9/2025;

Considerando que o prazo de validade do referido Processo Seletivo Simplificado se encerra em 26 de agosto de 2026;

Considerando que, de acordo com o item 1.5 do Edital nº 9/2025, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado é de um ano, contado da data da homologação do seu resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a necessidade, uma única vez, a critério do Município;

Considerando o Memorando nº 860/2026/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, a partir de 27 de agosto de 2026, pelo período de um ano, o Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 9/2025, homologado pelo Decreto nº 6.346, de 25 de agosto de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 12 de agosto de 2026

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:BE2CAF07

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2016 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA HORTA COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA RITA

Partes: Município de Curvelo e Associação dos Produtores da Horta Comunitária do Bairro Santa Rita. Objeto: Prorrogação da vigência do Termo de Permissão de Uso nº 001/2016, até 9 de fevereiro de 2036, referente à continuidade da utilização da área pública municipal pela Associação dos Produtores da Horta Comunitária do Bairro Santa Rita, exclusivamente para fins de plantio, cultivo, manutenção e desenvolvimento da horta comunitária, situada Rua Matutina, nº 59, bairro Santa Rita, Curvelo–MG, CEP 35790-635. Data da assinatura: 7 de julho de 2026.

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:97421369

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E O NÚCLEO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE CURVELO (NUPAC).

Partes: Município de Curvelo e Núcleo de Proteção Animal de Curvelo (NUPAC). Objeto: Permissão de uso, a título precário e gratuito, da sala nº 31, localizada no Terminal Rodoviário de Curvelo, situado na Praça Tancredo de Almeida Neves, s/nº, Bairro Tibira, Curvelo-MG, CEP 35792-080, destinada ao funcionamento da sede administrativa do NUPAC para a realização de suas atividades institucionais. Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo. Data da assinatura: 7 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:4292156B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 238, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 11 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Altera o nível de vencimento do cargo público efetivo de Mecânico, do Grupo Ocupacional de Manutenção e Operação de Máquinas e Veículos, do Quadro "C – Cargos Efetivos do Grupo Ordinário" do Anexo III da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO III				
(...)				
C – CARGOS EFETIVOS DO GRUPO ORDINÁRIO				
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	(...)	DENOMINAÇÃO	NÍVEL DE VENCIMENTO	(...)
	(...)	(...)	(...)	(...)
	(...)	Mecânico	X	(...)"

Art. 2º Altera a lotação numérica do cargo público efetivo de Procurador Municipal, do Grupo Ocupacional Profissionais de Nível Superior, do Quadro "C – Cargos Efetivos do Grupo Ordinário" do Anexo III da Lei Complementar nº 177, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO III				
(...)				
C – CARGOS EFETIVOS DO GRUPO ORDINÁRIO				
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	(...)	DENOMINAÇÃO	(...)	LOTAÇÃO NUMÉRICA
	(...)	(...)	(...)	(...)
	(...)	Procurador Municipal	(...)	8"

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 12 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:2DE8320F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 4.040, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2027, em conformidade com o § 2º do art. 165, da Constituição Federal, o art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e as disposições da Lei Orgânica do Município, compreendendo:
I – as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;
II – a estrutura e organização do orçamento e orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;
III – as disposições relativas à dívida pública municipal;
IV – as disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;
V – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
VI – o equilíbrio entre receitas e despesas;
VII – os critérios e formas de limitação de empenho;
VIII – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
IX – o estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
X – a normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
XI – os parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XII – os critérios para início de novos projetos;
XIII – os critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;
XIV – as regras para promoção de alterações orçamentárias;
XV – as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em conformidade com o § 2º do art. 165 da Constituição Federal, esta Lei dispõe sobre as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2027, conforme definidas no § 3º deste artigo, às quais será dada precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual e durante sua execução, especialmente no atendimento das despesas de caráter obrigatório e das relativas ao funcionamento dos órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal.
§ 1º O orçamento fiscal será elaborado em conformidade com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.
§ 2º Na ordem de execução dos investimentos, deverá ser dada preferência aos programas/projetos plurianuais em andamento.
§ 3º As metas e prioridades da Administração Pública, para o Orçamento do exercício financeiro de 2027 observarão as seguintes diretrizes:
I – redução das desigualdades sociais locais, com desenvolvimento de programas e ações voltadas para o combate à fome e a pobreza;
II – acesso universal à educação básica pública, inclusiva e de qualidade, com diminuição da evasão escolar, buscando a ampliação do atendimento da educação em tempo integral;
III – medidas de desenvolvimento de políticas de proteção ambiental sustentável, incluindo ações para enfrentar as mudanças climáticas e promover a resiliência ambiental e territorial, bem como desenvolvimento de ações de proteção aos animais;
IV – alocação transparente dos recursos;
V – modernização da gestão pública, buscando de forma permanente melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, através da valorização e capacitação dos servidores municipais;
VI – integridade, transparência e publicidade dos atos públicos;
VII – melhoria do ambiente de negócios, para atração de investimentos buscando o crescimento, com diversificação da economia do Município, de forma sustentável;
VIII – universalização do acesso e garantia à integralidade das ações e serviços de saúde, através de parcerias com entidades privadas e públicas, inclusive de outros municípios;
IX – proteção à pessoa com deficiência, dando-lhes o direito à cidadania e condições para sua autonomia e independência;
X – estímulo aos negócios agrícolas, em todos os segmentos, desde a agricultura familiar até as grandes produções;
XI – promoção de programas e ações de proteção social, atendendo as pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, e de risco pessoal e social, através de serviços socioassistenciais, tipificados pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas);
XII – promoção e incentivo ao desenvolvimento de ações voltadas para a cultura, esporte e turismo, incluindo a preservação da memória histórica local;
XIII – desenvolvimento de ações voltadas para habitação, com ênfase na execução do Programa Habitacional "Nosso Lar", garantindo moradia digna e regularização fundiária, bem como através de construção de habitação social por meio de programas de outras esferas de governo, e para construção e recuperação de residências através de programa municipal, principalmente para famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade;
XIV – desenvolvimento de ações voltadas para melhoria da infraestrutura de transporte urbano e rural, visando a promoção do crescimento da oferta dos serviços de transporte de cargas e passageiros, buscando o conforto dos cidadãos e o crescimento sustentável da produção do Município;
XV – ampliação dos serviços de saneamento básico e preservação dos recursos ambientais, conforme o Plano Municipal de Saneamento.
§ 4º As diretrizes e ações desta Lei buscarão, sempre que aplicável, alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, conforme referência adotada no Plano Plurianual.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO E ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA SUA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária Anual, entende-se por:
I – órgão orçamentário: o que representa os Poderes Executivo e Legislativo, sendo o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
II – unidade orçamentária: nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;
III – subunidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional;
IV – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
V – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VII – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
VIII – produto: o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
IX – concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
X – convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta do governo federal, estadual ou municipal e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.
§ 1º Cada programa conterá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais,

especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial, devem identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
§ 3º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora.
§ 4º Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.
§ 5º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria nº 42, de 1999, da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, e da Lei do Plano Plurianual.
§ 6º A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial nº 163, de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;
II – indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas;
III – indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.
§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 6º deste artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I – transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);
II – transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);
III – transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);
IV – transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);
V – transferências a Instituições Multigovernamentais (Modalidade 70);
VI – transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);
VII – execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (Modalidade 72);
VIII – aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90);
IX – aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93);
X – aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa até nível de elementos de despesa, conforme art. 15 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de natureza de despesa a seguir discriminadas:
I – pessoal e encargos sociais;
II – juros e encargos da dívida;
III – outras despesas correntes;
IV – investimentos;
V – inversões financeiras;
VI – amortização da dívida.
Parágrafo único. O orçamento discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertence.

Art. 5º O orçamento fiscal e da seguridade social, compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município e os fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:
I – texto da lei;
II – anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais;
III – quadros orçamentários consolidados;
IV – anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V – demonstrativo e documentos previstos nos incisos I e II do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.
Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput* deste artigo os seguintes demonstrativos:
I – demonstrativo da receita corrente líquida, definida no inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
II – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);
III – demonstrativo dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), nos termos da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;
IV – demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
V – demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
VI – mensagem, que conterá:
a) exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis;
b) exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo;
c) justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão elaboradas em valores correntes do exercício financeiro de 2026, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente Lei.
Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua respectiva proposta orçamentária, os estudos e as previsões de receitas, realizadas na forma do *caput* do art. 12, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no prazo estabelecido no § 3º do mesmo artigo.

Art. 9º O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 20 de agosto de 2026, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

Art. 11. Para cumprimento dos percentuais estabelecidos nos §§ 9º e 10 do art. 148 da Lei Orgânica Municipal, o Projeto da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 conterá dotação para Reserva de Recursos específicos para atender a:
I – emendas individuais, no montante correspondente a 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente

líquida arrecadada no exercício de 2025, sendo que 50% (cinquenta por cento) desse percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde, que será computado para fins do cumprimento do disposto no inciso III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais;
II – emendas de bloco ou bancada, no montante correspondente a 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício de 2025, constituída de recursos livres, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas de bloco ou de bancadas.
§ 1º As emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 observarão os seguintes limites mínimos por objeto de destinação:
I – R$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de emendas individuais;
II – R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), no caso de emendas de bancada.
§ 2º É vedada a apresentação de emendas com valores inferiores aos estabelecidos nos incisos I e II, ainda que destinadas ao mesmo projeto ou programa por meio da soma de diferentes autores.
§ 3º Para fins do disposto neste artigo, considera-se objeto de destinação a unidade mínima de execução, seja para aquisição de equipamento, realização de obra ou custeio de serviço específico, de modo a evitar a fragmentação do objeto que prejudique a eficiência da execução administrativa.
§ 4º As indicações relativas às emendas individuais e de bancada deverão ser compatíveis com a LOM, o PPA, a legislação aplicável à política pública a ser atendida e a legislação eleitoral vigente.
§ 5º Para garantir o disposto no § 4º deste artigo o Poder Executivo, por meio de seus órgãos técnicos, realizará análise prévia da compatibilidade de cada emenda com o PPA, e, em caso de desconformidade, emitirá parecer técnico conclusivo.
§ 6º A ausência de compatibilidade, nos moldes do § 5º deste artigo será considerada impedimento de ordem técnica insuperável, nos termos do § 10 deste artigo, sujeitando a emenda ao processo de remanejamento ou cancelamento.
§ 7º Para fins do disposto no § 15 do art. 148 da Lei Orgânica do Município, o Poder Legislativo deverá encaminhar ao Poder Executivo, no prazo de até 90 (noventa) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, de forma consolidada, as indicações referentes às programações incluídas por emendas individuais e coletivas, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
I – identificação do autor ou da bancada;
II – classificação quanto ao tipo de emenda (individual ou de bancada);
III – forma de execução da emenda (direta ou indireta);
IV – natureza da despesa (custeio ou investimento);
V – tipo de indicação (livre ou vinculada à saúde);
VI – número da emenda;
VII – o nome do beneficiário e o respectivo valor, com observância do percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde;
VIII – a indicação da ordem de prioridade de cada emenda.
§ 8º Para fins de atendimento aos dispositivos relacionados às emendas individuais e de bancada ao orçamento público municipal, os órgãos de execução observarão, nos termos desta Lei, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos de ordem técnica para a constituição de empenho da despesa que integre a programação prevista nos §§ 12 e 13 do art. 148 da Lei Orgânica Municipal, observados os seguintes prazos:
I – até 150 (cento e cinquenta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas dos impedimentos, correlacionando número da emenda, fato irregular e fundamento observado o disposto no § 4º deste artigo e demais orientações pertinentes;
II – até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da previsão cujo impedimento seja insuperável e as eventuais propostas saneadoras para os demais impedimentos apresentados;
III – até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II deste parágrafo, o Poder Executivo encaminhará Projeto de Lei para dispor sobre o remanejamento da previsão cujo impedimento seja insuperável;
IV – se, em até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III deste parágrafo, o Poder Legislativo não deliberar sobre o Projeto referido, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária.
§ 9º Na hipótese de descumprimento do percentual mínimo de aplicação dos recursos para ações e serviços de saúde ou daquele destinado a pessoas jurídicas de direito privado, todas as emendas individuais ou de bancada do parlamentar serão devolvidas para ajuste no prazo previsto no inciso I do § 8º deste artigo.
§ 10 Não sendo sanado o descumprimento dos percentuais no prazo estabelecido no § 8º deste artigo todas as emendas individuais ou de bancada serão desconsideradas para fins de apuração do cumprimento das regras estabelecidas na LOM referentes à obrigatoriedade de execução das emendas individuais.
§ 11 O projeto de lei a que se refere o inciso III do § 8º deste artigo tratará exclusivamente dos ajustes das programações classificadas como inexequíveis, sendo vedada a alteração do beneficiário de emenda, objeto ou valor respectivo.
§ 12 Sendo insuperáveis os impedimentos de ordem técnica, os recursos inicialmente destinados às emendas poderão ser utilizados pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.
§ 13 As programações orçamentárias originadas de emendas individuais ou de bancada não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica insuperáveis.
§ 14 Consideram-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis:
I – violação dos preceitos constitucionais previstos no art. 37 da Constituição Federal;
II – violação dos preceitos previstos na Lei Orgânica Municipal;
III – emendas que apresentarem a adoção de ações e serviços públicos para a realização de objeto de forma insustentável ou incompleta;
IV – emendas que apresentarem a alocação de recursos insuficientes para a execução do seu objeto, salvo em atividade dividida por etapas, desde que tecnicamente viável;
V – não observância das metas previstas no PPA;
VI – incompatibilidade do objeto com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;
VII – incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico-financeiro de execução do projeto, no caso de emendas relativas à execução de obras;
VIII – indicação de dotação para a instalação ou o funcionamento de serviço público ainda não criado em observância ao disposto na alínea "c" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
IX – ausência de projeto de engenharia, nos casos em que for necessário;
X – emenda individual que conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, em observância ao disposto na alínea "b" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
XI – destinação de dotação a entidade que não atenda os critérios de utilidade pública;
XII – destinação de dotação a entidade em situação irregular, em desacordo com o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
XIII – criação de despesa de caráter continuado para o Município, direta ou indiretamente;
XIV – impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho ou o pagamento dentro do exercício financeiro.
§ 15 Os impedimentos de ordem técnica de que trata o § 14 deste artigo serão apurados pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações orçamentárias e integrarão relatório a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Governo, sendo o mesmo encaminhado ao Poder Legislativo e publicado nos meios próprios.
§ 16 A parcela da Reserva de Recursos a que se refere os incisos I e II do *caput* deste artigo que não for utilizada pelos parlamentares para indicação de emendas individuais, de blocos ou bancadas durante o processo de tramitação da LOA de 2027 poderá ser utilizada pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.
§ 17 As entidades privadas eventualmente indicadas como beneficiadas deverão, para fins de operacionalização das emendas individuais de execução obrigatória a elas destinadas, apresentar plano de trabalho e demais documentos, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e ao Decreto Municipal nº 2.966, de 5 de janeiro de 2017, sujeito à avaliação técnica do Poder Executivo.
§ 18 Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 12 e 13 do art. 148 da Lei Orgânica do Município

poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada ou bloco parlamentar.
§ 19 Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida nesta Lei, os montantes previstos nos §§ 12 e 13 do art. 148 da Lei Orgânica do Município poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.
§ 20 É vedada a destinação de emenda impositiva individual, de bloco ou bancada a organização da sociedade civil que esteja impedida de celebrar parcerias com o Poder Público, nos termos do inciso III do art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo ainda ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais preceitos que regem a Administração Pública.
§ 21 Excepcionalmente, será admitida a apresentação de emenda que reúna múltiplas indicações parlamentares respeitada a cota individual de cada parlamentar, para atender o mesmo objeto, cuja viabilidade técnica, no que diz respeito à suficiência orçamentária não possa ser cumprida por uma única indicação.
§ 22 O pagamento das emendas parlamentares individuais ou de bancada, quando envolver repasse a entidades públicas ou privadas, poderá ocorrer mediante plano de trabalho previamente apresentado e aprovado, observando-se a cronologia de gastos nele estabelecida, na seguinte ordem:
I – nos casos em que o plano de trabalho previr a execução das despesas de forma contínua ao longo do exercício financeiro (de janeiro a dezembro), o repasse dos recursos deverá ser efetuado de forma mensal e proporcional;
II – caso o plano de trabalho ultrapasse o exercício financeiro, a emenda deverá ser empenhada integralmente até o encerramento do exercício correspondente e poderá ser inscrita em restos a pagar, para assegurar a continuidade da execução do objeto no exercício seguinte.

Art. 12. Em observância à Lei Municipal nº 3.967, de 19 de janeiro de 2026, a execução das emendas parlamentares impositivas deverá assegurar, concomitantemente pelos dois poderes, a plena transparência e rastreabilidade, mediante a divulgação em meio digital de acesso público de:
I – identificação precisa do proponente, do beneficiário final e do objeto detalhado da despesa;
II – indicação dos instrumentos jurídicos vinculados (convênios, termos de fomento, etc.) e dos respectivos processos administrativos;
III – acompanhamento do cronograma físico-financeiro e da data de disponibilização dos recursos.
Parágrafo único. Aplica-se às programações decorrentes de emendas parlamentares a lógica da readequação orçamentária interna prevista nesta Lei, permitindo-se ajustes em elementos de despesa e fontes de recursos por ato do Poder Executivo, desde que estritamente necessários para a viabilização técnica do objeto, desde que não alterem a finalidade ou o valor total da emenda aprovada.

CAPÍTULO IV

DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Art. 13. A Lei Orçamentária Anual discriminará, na Procuradoria-Geral do Município, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.
§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Município.
§ 2º Os recursos alocados para fins previstos no *caput* deste artigo só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se comprovado que estes não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art. 14. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.
Parágrafo único. Serão garantidos, na Lei Orçamentária Anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 15. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo Projeto de Lei à Câmara Municipal.

Art. 16. Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal.

Art. 17. A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto nos incisos I e II, do § 1º, do art. 169, da Constituição Federal, fica autorizada, no âmbito da Administração Pública Municipal, a concessão de vantagens, o aumento de vencimentos, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, desde que observadas as exigências constantes nos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.
§ 1º Além de observar as normas do *caput* deste artigo, no exercício financeiro de 2027, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos arts. 18, 19 e 20, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.
§ 2º Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.
§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo têm como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2026.
§ 4º Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.
§ 5º Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o inciso X do art. 37, da Constituição Federal.
Art. 19. No exercício de 2027, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 18 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em *quantum* suficiente para o atendimento da despesa.
§ 1º A admissão para os cargos e empregos públicos dependerá, ainda, da existência de vagas a serem preenchidas.
§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente, as quais igualmente dependerão de prévia dotação orçamentária.
§ 3º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a realizar concurso público e procedimentos similares, podendo, para tanto, contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 20. Se durante o exercício de 2027 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.
Parágrafo único. As situações previstas no *caput* deste artigo, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas à autorização, no âmbito do

Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 21. A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 22. A estimativa da receita de que trata o art. 21 desta Lei levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – procedimento do recadastramento imobiliário;

III – instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;

IV – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

V – revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

VI – revisão, atualização e adequação da legislação sobre posturas municipais;

VII – revisão, atualização e adequação da legislação sobre meio ambiente, especialmente no que se refere às normas de fiscalização, licenciamento e controle ambiental;

VIII – revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

IX – revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que incide sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis;

X – revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia;

XI – revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

XII – revisão, atualização e adequação das demais disposições da legislação tributária municipal, com vistas à modernização do sistema tributário local, inclusive para cumprimento das normas gerais decorrentes da reforma tributária, previstas em Lei Complementar específica ou em outras legislações supervenientes.

Art. 23. As diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2027 observarão os impactos decorrentes da Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, especialmente quanto:

I – à projeção das receitas de transferências decorrentes do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), considerando os regimes de transição e compensação;

II – à manutenção e fiscalização do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) durante o período de transição, garantindo a máxima eficiência na arrecadação própria;

III – ao apoio e implementação das recomendações do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária (GTRT), instituído pela Portaria Municipal nº 14.016, de 17 de setembro de 2025, e de outros órgãos técnicos competentes;

IV – à adequação da estrutura administrativa e tecnológica da Secretaria de Fazenda para a integração ao Comitê Gestor do IBS e aos novos processos fiscais, incluindo a revisão de sistemas e procedimentos;

V – à capacitação dos servidores municipais e à comunicação institucional aos contribuintes sobre o novo modelo tributário, visando à transparência e à conformidade fiscal.

Parágrafo único. As projeções e estratégias mencionadas nos incisos deste artigo deverão ser objeto de acompanhamento contínuo e revisão periódica pelo Poder Executivo, com a devida publicidade, a fim de mitigar riscos fiscais e assegurar a adaptação eficiente do Município ao novo regime tributário.

Art. 24. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput* deste artigo.

Art. 25. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 26. A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual serão orientadas no sentido de alcançar *superávit* primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo “Metas Fiscais”, constantes desta Lei.

Art. 27. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2027 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2027 a 2029, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 28. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a) a implementação das medidas previstas nos arts. 21 e 22 desta Lei;

b) atualização e aperfeiçoamento do Cadastro Imobiliário e Econômico;

c) promoção de cobranças administrativas para contribuintes em geral, inscritos na Dívida Ativa;

d) recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), devidamente autorizado em lei;

e) implantação de estratégias de inteligência financeira;

f) implantação do Grupo de Trabalho “Frentes para o aumento da receita";

II – para redução das despesas:

a) normatização de rotinas e procedimentos de compras;

b) implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, com o objetivo de reduzir os custos das aquisições e coibir a formação de cartel entre fornecedores;

c) implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados;

d) racionalização dos diversos serviços da administração;

e) ênfase na gestão e fiscalização dos contratos;

f) avaliação da qualidade do gasto público;

g) instituição da Central de Custos.

Art. 29. Na programação da despesa não poderão:

I – ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;
II – ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 30. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida ajustada, prevista na proposta orçamentária para 2027 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
Parágrafo único. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de outubro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VIII

DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 31. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º e no inciso II, do § 1º, do art. 31, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária Anual, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.
§ 1º Excluem-se do *caput* deste artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas a:
I – programa de alimentação escolar, inclusive as mantidas com recursos próprios;
II – despesas com a manutenção dos serviços de saúde, inclusive as mantidas com recursos próprios, relativas à:
a) manutenção da atenção básica;
b) manutenção de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) manutenção da vigilância em saúde;
e) manutenção da segurança alimentar e nutricional na saúde.
III – pessoal e encargos sociais, inclusive as suportadas com recursos próprios;
IV – despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive as mantidas com recursos próprios, relativas à:
a) manutenção das atividades curriculares;
b) transporte escolar;
V – sentenças judiciais;
VI – serviço da dívida.
§ 2º A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.
§ 3º Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO IX

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 32. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 33. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.
§ 1º A Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.
§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.
§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.
§ 4º O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO X

DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 34. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.
§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.
§ 3º Na Lei Orçamentária Anual deverá estar prevista autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no valor correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos previstos nos incisos I, II e III do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
§ 4º Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3º deste artigo, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária Anual, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 35. Não serão computadas no limite de autorização para abertura de créditos suplementares previsto no § 3º do art. 34 desta Lei, as movimentações de dotações orçamentárias entre elementos de despesa e entre fontes de recursos, desde que realizadas dentro de uma mesma categoria de programação e não impliquem em alteração do valor total da ação orçamentária.
§ 1º Para fins do disposto no *caput*, entende-se por categoria de programação a estrutura composta pelo órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa e ação (projeto, atividade ou operação especial).
§ 2º As movimentações de que trata o *caput* deste artigo caracterizam-se como readequações orçamentárias internas, não se confundindo com a abertura de créditos suplementares, uma vez que visam otimizar a execução de uma mesma finalidade pública já autorizada, sem implicar em aumento do montante total da dotação da ação orçamentária.
§ 3º Tais readequações fundamentam-se na impossibilidade de o Poder Executivo antever, no ato de elaboração da Lei Orçamentária Anual, o detalhamento exato de todos os elementos de despesa necessários à execução de uma ação, conforme preconiza o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que reconhece a ação como o nível mínimo de programação para alocação de recursos.
§ 4º As readequações orçamentárias internas deverão ser formalizadas por ato próprio do Poder Executivo, devidamente justificadas quanto à sua necessidade e à manutenção da finalidade original da ação orçamentária, e registradas nos sistemas de execução orçamentária e financeira, para fins de controle e transparência.
§ 5º A aplicação do disposto neste artigo não exime o Poder Executivo da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como das demais normas de

finanças públicas, especialmente aquelas relativas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, será realizada por meio de decreto do Poder Executivo e incorporada no exercício financeiro subsequente, com a utilização dos recursos previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 37. O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, transferência, incorporação, criação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações em suas competências ou atribuições, desde que mantida a estrutura programática, bem como as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidas nesta Lei.

CAPÍTULO XI

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS

Art. 38. Na execução de ações de competência do Município, poderá ser adotada a estratégia de transferência de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes modalidades:
I – subvenções sociais, conforme disposto no art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população, revelem-se mais econômicos para o Município;
II – contribuições, destinadas à manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadrem nas áreas mencionadas no inciso I deste artigo, desde que não impliquem contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pela entidade recebedora, sendo que as contribuições poderão ocorrer sob a forma de transferências corrente ou de capital;
III – auxílios, destinados às despesas de investimentos ou inversões financeiras realizadas por entidades privadas sem fins lucrativos, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.
Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, formalizados por termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, observadas, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 39. As transferências de recursos previstas no art. 38 desta Lei, somente poderão ser realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:
I – de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) educação especial;
b) educação básica.
II – de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;
III – de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:
a) idosos, crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica;
c) acolhimento às vítimas de crimes violentos e seus familiares.
IV – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;
V – destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;
VI – de atuação na área de segurança pública;
VII – de atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;
VIII – de atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;
IX – de atuação na área representativa comunitária;
X – de atuação nas áreas culturais e desportivas;
XI – de atuação nas áreas de apoio ao Município.

Art. 40. Sem prejuízo das disposições do art. 36, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320, de 1964, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa ou substitui de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:
I – aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
II – aquisição de material permanente;
III – construção, ampliação, adequação ou conclusão de obras.

Art. 41. Para recebimento de recursos, deverá a entidade privada comprovar:
I – a regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2026;
II – certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;
III – a capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal;
IV – que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 42. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 43. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.
§ 1º Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.
§ 2º É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 44. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de recursos para cobrir diretamente necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e sejam observadas as condições definidas na lei específica.
Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), com a finalidade de tratamento fora do domicílio (TFD).

Art. 45. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.
Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo o limite máximo é o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XII

DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 46. A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos arts. 25 e 62 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

CAPÍTULO XIII

DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 47. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.
§ 1º A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.
§ 2º Do cumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.
§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO XIV

DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Art. 48. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, somente serão incluídos projetos novos se:
I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV – estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.
Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2027, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2026.

CAPÍTULO XV

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 49. O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento público municipal, nos seguintes termos:
I – o controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração pública municipal;
II – a transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento público.

Art. 50. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:
I – elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2027, mediante regular processo de consulta;
II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no § 4º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51. Não poderão ser apresentadas emendas ao PLOA que aumentem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:
I – recursos vinculados;
II – recursos destinados a pagamento de precatórios e de sentenças judiciais;
III – recursos destinados ao serviço da dívida, compreendendo amortização e encargos, aos desembolsos dos recursos relativos aos projetos executados mediante parcerias público-privadas, ao pagamento do Pasep e às despesas com pessoal e com encargos sociais e às despesas com auxílios;
IV – recursos destinados aos fundos municipais.
Parágrafo único. As emendas ao PLOA não poderão ser aprovadas se atingido o percentual de 30% (trinta por cento) da dedução orçamentária, excetuando-se a dotação orçamentária referente à Reserva de Recursos para Emendas Impositivas Individuais.

Art. 52. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 53. Não poderão ser apresentadas ao PLOA emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.

Art. 54. Para os efeitos do cumprimento do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, devem ser considerados:
I – as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;
II – para fins do disposto no § 3º do art. 182 da Constituição Federal, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente, observada a atualização anual por decreto federal;
III – no que se refere ao disposto no inciso I, do § 1º, do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei;
IV – os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 55. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
Parágrafo único. O Setor de Contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 56. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no Projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 57. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 58. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 51 desta Lei.

Art. 59. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 60. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.
Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 61. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção a proposição da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2026, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:
I – pessoal e encargos sociais;
II – pagamento do serviço da dívida;
III – de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo;
IV – outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária Anual, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva lei.

Art. 62. Compõem a presente Lei os seguintes anexos:
I – Metodologia e Premissas Utilizadas;
II – Metas e Prioridades;
III – Resultado de Índices Oficiais;
IV – Demonstrativos de Cenários de Adequação da Receita;
V – Demonstrativos de Cenários de Adequação da Despesa;
VI – Memória de Cálculo da Receita Exercícios de 2023 a 2029;
VII – Memória de Cálculo da Despesa Exercícios de 2023 a 2029;
VIII – Projeção da Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal;
IX – Metas Fiscais e Metas Anuais;
X – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
XI – Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
XII – Evolução do Patrimônio Líquido;
XIII – Origem e Aplicação de Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
XIV – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
XV – Margem de Expansão das despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
XVI – Demonstrativo VIII – DOCC;
XVII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 12 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Obs.: Os anexos a que se refere a Lei nº 4.040, de 12 de agosto de 2026, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://pmagil.curvelo.mg.gov.br/pmAgilNET/PGN/pgnLaiLegD.aspx

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:12A000E2

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 4.041, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026, DESTINADOS À ADEQUAÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS DE BANCADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento vigente, no valor total de R$ 304.366,93 (trezentos e quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos), destinados à adequação das programações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares impositivas de bancada.

Art. 2º Os ajustes e adequações das emendas para corrigir impedimentos técnicos, serão realizados através da abertura de créditos adicionais, com suplementações e anulações da seguinte forma:
§ 1º Emenda nº 130, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.07.01 27.812.2701.2061, ficha 249, elemento 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$50.000,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.07.01 27.812.2701.2061, ficha 937, elemento de despesa 4.4.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$50.000,00.
§ 2º Emendas nº 135/1 e 135/2, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 803, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$12.500,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 944, elemento de despesa 4.4.50.42.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$12.500,00.
§ 3º Emenda nº 148, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 803, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$12.500,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 944, elemento de despesa 4.4.50.42.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$12.500,00.
§ 4º Emenda nº 149, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.07.01.13.392.2719.2054, ficha 239, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 803, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00.
§ 5º Emenda nº 154, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.07.01.13.392.2719.2054, ficha 239, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.17.01.18.541.1803.2398, ficha 907, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00.

§ 6º Emenda nº 170, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.07.01 27.812.2701.2061, ficha 249, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$37.366,93;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 803, elemento de despesas 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$37.366,93.
§ 7º Emenda nº 173, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 803, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 944, elemento de despesa 4.4.50.42.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00.
§ 8º Emenda nº 174, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.07.01. 13.392.2719.2054, ficha 240, elemento de despesa 3.3.90.39.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$27.000,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 944, elemento de despesa 4.4.50.42.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$27.000,00.
§ 9º Emenda nº 178, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária:
a) 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 803, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$10.000,00;
b) 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 944, elemento de despesa 4.4.50.42.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$30.000,00.
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.17.01 18.541.1803.2398, ficha 945, elemento de despesa 4.4.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$40.000,00.
§ 10. Emenda nº 181, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.07.01 27.812.2701.2061, ficha 249, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.17.01.18.541.1803.2398, ficha 239, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00.
§ 11. Emenda nº 188, a sua readequação será realizada da seguinte forma:
I – suplementação da seguinte classificação orçamentária: 02.07.01 27.812.2701.2061, ficha 249, elemento de despesa 3.3.50.41.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00;
II – anulação da seguinte classificação orçamentária: 02.16.02.08.244.0803.2334, ficha 944, elemento de despesa 4.4.50.42.00, fonte de recursos 1.500.000.0000, no valor de R$25.000,00.
§ 12. A nova indicação, sob o nº 190, utiliza parcialmente o valor da Emenda nº 123, cadastrada no sistema contábil do Poder Executivo, ficando dispensada a readequação orçamentária, uma vez que o novo objeto onera a mesma dotação previamente reservada.

Art. 3º Para cumprimento dos princípios de transparência e rastreabilidade, exigidas no acompanhamento da execução das emendas parlamentares impositivas, as alterações e readequações para correção de impedimentos técnicos, verificadas nos termos desta Lei, serão objeto de registro de novas emendas no sistema contábil utilizado pelo Executivo, com obediência da ordem cronológica de numeração que as mesmas exigem para identificação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 12 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:C90CD3A2

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 4.042, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÃO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação total ou parcial de dotação, no montante de R$3.410.000,00 (três milhões, quatrocentos e dez mil reais), para atender as dotações das estruturas administrativas abaixo discriminadas, observadas as respectivas fontes de Destinações de Recursos, na forma do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.11.00 500 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$1.825.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.825.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2143 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
3.1.90.11.00 525 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$680.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$680.000,00
12.365.1202.2255 Manutenção de Creches Municipais
3.1.90.11.00 537 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$130.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$130.000,00
12.367 Educação Especial
12.367.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.367.1201.2144 Manutenção do Atendimento da Educação Especial
3.1.90.04.00 552 Contratação por Tempo Determinado R$575.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$575.000,00
13 Cultura
13.392 Difusão Cultural
13.392.1301 Busca do Saber
13.392.1301.2145 Manutenção da Biblioteca Pública Municipal
3.1.90.04.00 571 Contratação por Tempo Determinado R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$20.000,00
02.10.03 FUNDEB
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.04.00 586 Contratação por Tempo Determinado R$100.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de Impostos R$100.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2143 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
3.1.90.04.00 599 Contratação por Tempo Determinado R$10.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de Impostos R$10.000,00
12.365.1202.2255 Manutenção de Creches Municipais
3.1.90.04.00 608 Contratação por Tempo Determinado R$70.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de Impostos R$70.000,00 TOTAL: R$3.410.000,00

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo 1º desta Lei, utilizar-se-á como recurso os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
12.122 Administração Geral
12.122.0405 Gestão Política/Intercâmbio do Conhecimento
12.122.0405.2133 Gestão da Política Educacional no Município
3.1.90.11.00 472 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$530.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$530.000,00
3.3.90.30.00 478 Material de Consumo R$100.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$100.000,00
3.3.90.39.00 482 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$50.000,00
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.1101 Construção de Prédios para Escola
4.4.90.51.00 492 Obras e Instalações R$300.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$300.000,00
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.04.00 499 Contratação por Tempo Determinado R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$20.000,00
3.3.90.39.00 506 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$500.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$500.000,00
12.361.1203 Transporte Escolar – Segurança e Eficiência
12.361.1203.2139 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00 511 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$1.630.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.630.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2255 Manutenção de Creches Municipais
3.1.90.04.00 536 Contratação por Tempo Determinado R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
12.366 Educação de Jovens e Adultos
12.366.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.366.1201.2146 Erradicação do Analfabetismo
3.1.90.04.00 545 Contratação por Tempo Determinado R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
3.1.90.11.00 546 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$20.000,00
12.367 Educação Especial
12.367.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.367.1201.2144 Manutenção do Atendimento da Educação Especial
3.1.90.11.00 553 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
12.367.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.367.1202.2144 Manutenção do Atendimento da Educação Especial
3.1.90.11.00 563 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
02.10.03 FUNDEB
12 Educação
12.367 Educação Especial
12.367.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.367.1201.2144 Manutenção do Atendimento da Educação Especial
3.1.90.11.00 632 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$180.000,00
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB – Impostos e transferências de Impostos R$180.000,00 TOTAL: R$3.410.000,00

Art. 3º A abertura de crédito adicional suplementar, utilizando recursos de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, autorizado por esta Lei, se dará através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º Na abertura dos créditos adicionais suplementares, autorizados por esta Lei, poderá o Poder Executivo incluir elementos de despesas e fontes de recursos, nas ações constantes na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 12 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:74C7BB1E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
11/08/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 890.018,89
12/08/26	77.659-9 – FMS Custeio SUS	R$ 322.184,00

Curvelo, 12 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:5CEBA54F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 404, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia, em substituição, membros para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Diamantina/MG, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº 662, de 14 de dezembro de 2023, que "Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Diamantina, e dá outras providências";

Considerando o Decreto nº 559, de 01º de outubro de 2025, que "Nomeia, em substituição, membros para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Diamantina, e dá outras providências";

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 4.213, de 28 de dezembro de 2022, que "Institui a Política Municipal de Saneamento Básico de Diamantina/MG, e dá outras providências";

E considerando o Memorando nº 67/2026, de lavra da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que justifica as substituições e a inclusão de novos nomes para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Diamantina-MG no mandato 2024-2027:

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam nomeados, em substituição, os membros abaixo descritos para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Diamantina-MG:

I - REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS RELACIONADOS AO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO.

a) Representantes da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente:
Titular - Dayane Dias Fonseca.
Suplente - Yasmin França Mota

b) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
Titular - Tamara Marques Verissimo.
Suplente - Roberta Faria de Azevedo e Aguilar.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular - Jaqueline Gomes de Souza Thomaz.
Suplente - Thobias Santos Soares.

d) Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços:
Titular - Daniel Martins da Silva.
Suplente - Guilherme Dayrell Botelho.

II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

a) Representantes dos prestadores de serviços relacionados ao saneamento (COPASA):
Titular - Guilherme Henrique Polastri Mendonça.
Suplente - José Aparecido Ribeiro.

b) Representantes dos prestadores de serviços relacionados ao saneamento (COPANOR):
Titular - Carlos Lopes Durães Neto.
Suplente - Manoel Ediclan dos Santos Freitas.

c) Representantes da empresa privada prestadora dos serviços de coleta de lixo (Rio Novo):
Titular - Ricardo da Conceição Carvalho.
Suplente - Doriedson Antonio de Oliveira.

d) Representantes da Associação dos Catadores de Recicláveis de Diamantina (ACORD):
Titular - Maraline Campos Farnezi.
Suplente - Simone Maria Batista Araújo.

III - REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DOS USUÁRIOS DE SANEAMENTO BÁSICO:

a) União Associativa dos Quatro Vinténs:
Titular - Dener Augusto dos Santos.
Suplente - Fagner de Pádua Pereira.

b) Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG):
Titular - Sérgio Leandro Sousa Neves.
Suplente - Paulo Marinho de Oliveira.

c) Associação de Jovens Otonenses:
Titular - Júlio Cesar Silva.
Suplente - Kassia Letícia Silva.

d) Associação Cidade Nova:
Titular - Tarciane Daniele Costa.
Suplente - José Danilo da Luz Brandão.

IV - REPRESENTANTES DE ENTIDADES TÉCNICAS DE SANEAMENTO BÁSICO

a) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG):
Titular - Leonardo Humberto Fonseca Souza.
Suplente - Madalena de Almeida Campos.

b) Ordem dos Advogados do Brasil – 12º Subseção (OAB/MG):
Titular - Jennifer Antunes Coutinho Campos.
Suplente - Rafaela Cunha Sena.

V - REPRESENTANTES DE ENTIDADE DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

a) Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON):
Titular - Nilza de Fátima Alves.
Suplente - Vinicius Fernandes de Souza.

Art. 2º. As demais disposições Decreto nº 662, de 14 de dezembro de 2023, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina (MG), 05 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:F88904EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO:**256/2026INEXIGIBILIDADE:070/2026PROCESSO SEI: 26.1.000025881-0** Objeto: Contratação de artistas locais para programação cultural com a Orquestra Sinfônica Jovem e na Feira do Mercado Velho, no mês de agosto de 2026.Fundamentação legal no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental, RATIFICO o presente processo a favor de:

Item	Descrição do Produto	Quantidade	Unidade	Preço Médio
00001	CONTRATAÇÃO DE ARTISTA Contratação da banda US3 para apresentação musical na feira do Mercado Velho, em agosto de 2026. Representante: Alexsander Vanzela CPF:081.315.178-37	1	SV	1.034,4800
00002	CONTRATAÇÃO DE ARTISTA Contratação do artista Pablo Aquiles para apresentação musical com a Orquestra Sinfónica Jovem, em agosto de 2026. Representante: Pablo Aquiles Miquelino CNPJ: 31.059.019/0001-37	1	SV	344,8300
00003	CONTRATAÇÃO DE ARTISTA Contratação do grupo Samba e Harmonia apresentação musical na feira do Mercado Velho, em agosto de 2026. Representante: Adilson da Conceição Fonseca CPF: 037.108.056-86	1	SV	1.034,4800

Valor global estimado:R$2.413,79 (dois mil quatrocentos e treze reais e setenta e nove centavos)

Diamantina, 12 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mariana Nominato da Silva
Código Identificador:2465D0EF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 018/2026

– PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 008/2026 – CONTRATAÇÃO Nº: 09/2026 - Plataforma de Compras: COMPRASNET. Código UASG 929630. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM Objeto: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de fornecimento de Internet Dedicada, infraestrutura de transporte de dados entre sede e anexo da Câmara Municipal de Divinópolis(MG) e conectividade sem fio (wi-fi), de acordo com as quantidades, especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos, nos termos da Lei 14.133/2021. Data e horário do recebimento das propostas: até o dia 31/08/2026 às 14(quatorze) horas. Data e horário do início da disputa: dia 31/08/2026, às 14(quatorze) horas. Disponibilização do edital e informações no endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.divinopolis.mg.leg.br (Processos Licitatórios). Contato: (37)2102-8269.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

ISRAEL MENDONÇA –
Presidente da Câmara.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9A881CD7

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº CM-116 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Exonera Gabriella Ferreira de Andrade do cargo de Assessora Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias da Câmara Municipal de Divinópolis do gabinete do Vereador Walmir Ribeiro.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel Mendonça, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE baixar a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica exonerada Gabriella Ferreira de Andrade do cargo de Assessora Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias da Câmara Municipal de Divinópolis do gabinete do Vereador Walmir Ribeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir do dia 17 de agosto do corrente ano.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:95AA904C

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº CM-117 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Gabriela de Oliveira Alves no cargo de Assessora Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias na Câmara Municipal de Divinópolis no gabinete do Vereador Walmir Ribeiro.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel Mendonça, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE baixar a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica nomeada Gabriela de Oliveira Alves no cargo de Assessora Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias na Câmara Municipal de Divinópolis no gabinete do Vereador Walmir Ribeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir do dia 17 de agosto do corrente ano.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:74957367

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
ATA DA COMISSÃO AVALIADORA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO /INEXIGIBILIDADE N° 030/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 227/2025 PARA CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS.

Aos doze dias de agosto de dois mil e vinte e seis, às 14h42, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura, situada na Praça Pedro X. Gontijo, nº 21, foi iniciada a conferência dos documentos referente ao edital de credenciamento para apresentação artística em eventos do município de Divinópolis, sob a coordenação da comissão de contratação da Secretaria Municipal de Cultura.
Estiveram presentes os seguintes servidores: Thais Emília de Souza – Gerente Administrativa; Leonardo dos Santos –Auxilair de Serviços I e Júnio Antonio Santos – Coordenador de Cultura Popular e Integração Cultural.

Procedeu-se à conferência dos documentos apresentados, momento em que foram analisados os conteúdos à luz dos critérios estabelecidos no referido edital. Foram analisados os seguintes documentos:

• Formulário de Inscrição

• Portfólio e currículo artístico
• Proposta de Trabalho
• Declarações
• Cópia de documentos de identidade e CPF/CNPJ
• Termo de Uso de Imagem
• Comprovante de Endereço
• CND's

Estando toda a documentação devidamente avaliada, a comissão designada pela Portaria nº 07/2025 – SEMC, tendo como sua última alteração a Portaria nº 14/2025 – SEMC, analisou 05 respostas enviadas por meio do formulário online de credenciamento. Destas, 05 **inscrições foram consideradas válidas** e 4 **documentações foram deferidas**, conforme relação a seguir.

DANIEL DE SOUSA FARIA – (DJ) Falta declaração de impedimento– Indeferida
DANIEL PARDINI CRISTOVAM– (Grupo musical) - Documentação completa– **Deferida**
TATIANE RIBEIRO DUARTE– (Convesra com autor)- **Documentação completa - Deferida**
GRUPO DE SERESTA TROVADORES DE DIVINOPOLIS – (Grupo musical) Documentação completa – **Deferida**
JOIR NICODEMOS ALVES JÚNIOR– (Grupo de Teatro) Documentação completa - **Deferida**

Dessa forma, **fica homologado o credenciamento dos seguintes participantes**, que poderão ser selecionados para se apresentarem conforme a melhor adequação às características do evento.

DANIEL PARDINI CRISTOVAM– (Grupo musical) - Documentação completa– **Deferida**
TATIANE RIBEIRO DUARTE– (Convesra com autor)- **Documentação completa - Deferida**
GRUPO DE SERESTA TROVADORES DE DIVINOPOLIS – (Grupo musical) Documentação completa – **Deferida**
JOIR NICODEMOS ALVES JÚNIOR– (Grupo de Teatro) Documentação completa - Deferida

Encerrada a sessão, eu, Leonardo dos Santos, lavrei a presente ata, que após lida, se aprovada, será assinada por todos os presentes na reunião.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Secretaria Municipal de Cultura

THAIS EMILIA DE SOUZA
Gerente Administrativa

JÚNIO ANTONIO SANTOS
Coordenador de Cultural Popular e Integração Cultural

LEONARDO DOS SANTOS
Auxiliar de Serviços I

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5500E457

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
ATO ADMINISTRATIVO N° 905/2026

NULIDADE DE ENQUADRAMENTO E PROMOÇÃO HORIZONTAL POR MERECIMENTO

Considerando a Tarefa **DPRV-1567-2026**, que solicita a análise do enquadramento para fins de Promoção Horizontal por Merecimento obtidos na carreira pelo(a) servidor(a) **ROSELENE APARECIDA DA SILVA**, matrícula **99017321**, detentor(a) do cargo efetivo de **Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, ficam nulos os enquadramentos ocorridos com base na Lei Complementar nº 024/95, discriminado na tabela nº 01, sendo nulos em função de Licenças por motivo de doença em pessoa da família, o que alterou o período aquisitivo para estes enquadramentos "promoção horizontal por merecimento":
Tabela nº 01

Nível para o qual foi promovido:	Vigência da promoção:
6	01/07/2011
9	01/01/2015
12	01/01/2018
15	01/01/2021
18	01/07/2023

Por causa do fato citado anteriormente, terá as promoções horizontais por merecimento discriminadas na tabela nº 02:

Tabela nº 02

Nível para o qual foi promovido:	Vigência da promoção:
6	01/01/2012
9	01/01/2015
12	01/01/2018
15	01/01/2021
18	01/01/2024

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2457E1E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2026

– Contratação nº 984445 - 73/2026 – UASG: 984445. Objeto: registro de preços, com possibilidade de contrato, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores, bem como na realização de testes hidrostáticos em mangueiras de incêndio, com fornecimento de materiais, peças, componentes, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos indicados no Termo de Referência do Edital. Comunicamos aos interessados a abertura do processo licitatório acima identificado. A data e horário do início da disputa da fase de lances ocorrerá às 09h00 do dia 01/09/2026, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br). O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.divinopolis.mg.gov.br, no menu Licitações. Informações: (37) 3229-8127 (ligações e WhatsApp).

Divinópolis/MG, 12 de agosto de 2026.

LETÍCIA FLÔR DE ANDRADE DUTRA.
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4D53501C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 80

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
195º	JOÃO VICTOR GONÇALVES DE ARAÚJO	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:91E62523

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICADO DE SUSPENSÃO

– Processo Licitatório nº 155/2026 – Pregão Eletrônico nº 90.071/2026 – Contratação nº 984445-46/2026 – UASG: 984445. Objeto: aquisição de 01 (uma) ambulância Tipo B, veículo zero-quilômetro, destinada ao transporte inter-hospitalar de pacientes e ao atendimento pré-hospitalar, equipada conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Divinópolis/MG, conforme Anexo I e Termo de Referência do Edital. Comunicamos a quem possa interessar que as empresas CMD CAR LTDA, CNPJ nº 59.637.578/0001-04, e SOCIETE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 29.987.662/0001-89, através do e-mail: preletronico@gmail.com, impetraram pedidos de IMPUGNAÇÃO ao edital do certame em tela. A fim de evitar lesões que possam decorrer da eficácia dos atos impugnatórios, fica suspenso o processo licitatório para análise das impugnações apresentadas.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

AMAURI DOS REIS JUNIOR.
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CD848430

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICADO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026-SEMDS

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Federal nº 8.726/2016 e do Decreto Municipal nº 15.365/2022;
CONSIDERANDO a necessidade de promover ajustes no cronograma de prazos do Edital de Chamamento Público nº 05/2026 – SEMDS,

visando a ampla competitividade e a garantia de participação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs);
CONSIDERANDO o princípio da publicidade e da transparência que norteia os procedimentos de parcerias da Administração Pública;
RESOLVE:
Art. 1º Retificar o cronograma de prazos estabelecido no termo anteriormente publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (DOMM) no dia 07/08/2026, para prorrogar por mais 5 (cinco) dias o prazo final para apresentação de propostas, passando a nova data limite para o dia 19/08/2026.
Art. 2º O item 24.1 – Cronograma de Ações do Edital de Chamamento Público nº 05/2026 – SEMDS passa a vigorar com a seguinte redação atualizada:

AÇÃO	PRAZO ATUALIZADO
Prazo para apresentação de propostas	De 01/07/2026 até **19/08/2026** Das 08h00min às 16h30min, horário de Brasília
Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção – abertura de envelopes	20/08/2026 e 21/08/2026
Divulgação do resultado preliminar	25/08/2026
Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	De 26/08/2026 a 30/08/2026 De 08h00min às 16h30min, horário de Brasília
Apresentação de Contrarrazões	De 31/08/2026 a 02/09/2026 De08h00min às 16h30min, horário de Brasília
Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	De 03/09/2026 a 09/09/2026
Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	11/09/2026

Art. 3º Este Termo de Retificação entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser amplamente divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Divinópolis (https://www.divinopolis.mg.gov.br/) e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (DOMM), em atendimento ao art. 4º do Decreto Municipal nº 15.365/2022.

JULIANA COELHO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:961F5426

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1082-2026 – SEMED

- Contratado(a) **ISADORA APARECIDA DOS SANTOS** – Lotação: **E.M. JOÃO GONTIJO DE AZEVEDO** /SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DURANTE O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E REDEFINIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DO SERVIÇO, INEXISTINDO NO QUADRO PESSOAL DO MUNICÍPIO SERVIDOR DISPONÍVEL PARA SUPRIR TAL NECESSIDADE. **Período: 13/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.115,05 (dois mil e cem e quinze reais e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:077F53C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1083-2026 – SEMED

- Contratado(a) **THUANY VALESKA DOS SANTOS DIOGO** – Lotação: **E.M. ORIBES BATISTA LEITE** /SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: VAGA DE CARATER TEMPORÁRIO PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS CONSIDERADOS ESSENCIAIS E INADIÁVEIS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO **Período: 13/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.115,05 (dois mil e cem e quinze reais e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:55D63A19

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1084-2026 – SEMED

- Contratado(a) **VANILDA MENDES** – Lotação: **E.M. PADRE JOÃO BRUNO**/SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: EM SUBSTIUIÇÃO A MARCIA MAGELA FERREIRA – MATRICULA 99016910 EM LICENÇA PREMIO **Período: 13/08/2026 a 28/08/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:68A69D83

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1085-2026 – SEMED

- Contratado(a) **LUCIMAR FERNANDES PEREIRA** – Lotação: **E.M. JOÃO SEVERINO DE AZEVEDO** /SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: VAGA DE CARATER TEMPORÁRIO PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS CONSIDERADOS ESSENCIAIS E INADIÁVEIS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO **Período: 13/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F2719558

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1086-2026 – SEMED

- Contratado(a) **ESMERALDA SEVERINO** – Lotação: **E.M. DIONISIO JOAQUIM RODRIGUES** /SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: SUBSTITUIÇÃO A NATHALIA DE OLIVEIRA PINTO, MATRÍCULA 99042104/2 EM LICENÇA MATERNIDADE **Período: 13/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:27B7C62A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1087-2026 – SEMED

- Contratado(a) **ELIANA FÁTIMA FARIA VILELA** – Lotação: **E. M. PADRE GUARITÁ**/SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A SINALHA GERALDA SANTOS – MATRICULA 99035222 – EM LICENÇA PREMIO **Período: 13/08/2026 a 02/09/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0F51D7FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1088-2026 – SEMED

- Contratado(a) **POLYANNE CLEMENTE MARIANO** – Lotação: **CEAE – CENTRO DE APOIO E ATENDIMENTO ESPECIAL PROFESSORA MARIA FERNANDA AZEVEDO**/SEMED - Cargo: **PSICÓLOGO DA EDUCAÇÃO** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A RAQUEL NOGUEIRA DINIZ LOPES –

MATRICULA 99038823 EM LIP - LICENÇA POR INTERESSES PARTICULARES **Período: 13/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.822,51 (dois mil e oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:797E37C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 94

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **01/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 19/08/2026 – Término: 11/02/2027
Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência médica, durante a ausência do período de férias de médicos efetivos e do Programa Mais Médicos, atuando como feristas, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
Interesse público, excepcional: Sim	
Contratação indispensável: Sim	

MÉDICO GENERALISTA PSF - 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
196º	BRUNA CRISTINA SILVA MARTINS

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **01/2025**.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C9B20783

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.509/26

Autoriza o pagamento de gratificação para desempenho de encargos especiais, em caráter precário.

A Prefeita Municipal de Divinópolis, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, nos termos dos §§ 1º e 4º do art. 11 da Lei nº. 6.655/07 e considerando:

- o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao gestor público o dever de realizar a boa gestão, primando pela qualidade do serviço e regular aplicação dos recursos disponíveis, sob o crivo da legalidade e finalidade de interesse comum; - que o servidor designado conhece em minúcias as atividades a serem desenvolvidas, tendo amplo conhecimento e perfil adequado, constituindo-se como reconhecida liderança e referência da equipe de trabalho; - a necessidade de atribuir em caráter precário e temporário servidor(a) apto para assessoramento no sentido de promover de forma centralizada todas as publicações oficiais da Administração Municipal, a fim de evitar comprometimento à finalidade do serviço público e danos ao erário, sem prejuízo das atribuições regulares do seu cargo;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de gratificação de função em caráter precário e temporário, à servidora Jéssica Teodoro Xavier (matrícula 99035668), no montante de trinta por cento do vencimento inicial do GH 2 do Anexo I da Lei nº 6.655/07, em decorrência da atribuição especial de coordenadora das publicações oficiais do Município, no âmbito da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo único: A gratificação a que menciona o caput não integra o vencimento para qualquer efeito e seu pagamento far-se-á em caráter precário e temporário, enquanto durarem as condições que a justifiquem, pelo período de 27.07.2026 a 11.08.2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 27.07.2026.

Divinópolis, 29 de julho de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9F9FC48B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.514/26

Altera o Decreto nº 16.200, de 06 de junho de 2024, que nomeia membros para a Comissão Municipal de Uso e Ocupação do Solo - CMUOS.

A Prefeita Municipal de Divinópolis, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O inciso XVI do art. 1º do Decreto nº 16.200/24 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º … XVI - Diretoria de Políticas de Mobilidade Urbana:
a) efetivo: Raul José da Costa;
b) suplente: Wellington da Silva de Oliveira."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 04 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
MARCO TÚLIO SILVA SANTOS
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Fiscalização

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:00A7E5A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMMMIS Nº 01/2026

SELEÇÃO DE MÚSICOS VOLUNTÁRIOS PARA A BANDA MUNICIPAL TEODOSINO CAMPOS

A Prefeitura Municipal de Divinópolis, por meio de sua Secretaria Municipal de Cultura e Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva, torna público o presente Edital de Chamamento Público para o credenciamento e seleção de músicos voluntários para integrarem a Banda Municipal Teodosino Campos.

Do Objeto

O presente edital visa selecionar músicos instrumentistas voluntários para compor o corpo musical da Banda Municipal Teodosino Campos, visando a apresentações oficiais, ensaios, retretas e eventos culturais.

Das Vagas e Instrumentos

O chamamento busca preencher vagas para os seguintes naipes de instrumentos:

Naipe das Madeiras: Flauta Transversal, Clarinete, Saxofone Alto, Saxofone Tenor, Saxofone Barítono, entre outros.

Naipes dos Metais: Trompete, Trombone, Trompa, Bombardino (Eufônio), Tuba, entre outros.

Naipe de Percussão: Bateria, Caixa Clara, Bombo, Pratos, Percussão Geral, entre outros.

Dos Requisitos para Participação

Poderão se inscrever candidatos que preencham os seguintes requisitos:

Idade mínima de 10 anos de idade – candidatos menores de 18 anos deverão apresentar autorização assinada pelos pais ou responsáveis legais (Anexo I).

Possuir instrumento próprio e em bom estado de conservação, caso os instrumentos do município não estejam disponíveis.

Ter conhecimento teórico musical e técnica do instrumento escolhido, ainda que em nível básico – entendido pela razoável leitura de partitura e noções elementares de produção de som no instrumento escolhido.

Os ensaios regulares ocorrerão às quintas-feiras, das 19h às 21h, na sede da Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva, situada na Vereda Dr. Valdemar Rausch, número 200, Bairro Santa Clara. As apresentações serão agendadas previamente. Os ensaios e apresentações poderão ocorrer também em dias e horários definidos pelo Maestro e pela Coordenação da Escola, visando sempre o melhor aproveitamento e à assiduidade dos integrantes da Banda Municipal.

Da Natureza do Serviço Voluntário

A atividade a ser desempenhada possui caráter estritamente voluntário, nos termos da Lei Federal nº 9.608/1998 (Lei do Voluntariado).

O serviço voluntário não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Divinópolis, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Não haverá nenhuma espécie de remuneração financeira, ajuda de custo ou concessão de passagens/alimentação.

Das Inscrições

As inscrições são gratuitas e estarão abertas a partir de 12 de agosto de 2026.

A inscrição deverá ser realizada de forma:

Presencial: Na secretaria da Escola de Música Municipal Maestro Ivan Silva, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

Online: Através do preenchimento do formulário eletrônico disponível no link:
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSedFzfs6w5z_SoukVylsOkS5akeogUhHppjhZq3IUMX8sTRBA/viewform?usp=header

No ato da inscrição, o candidato deverá anexar, se presencial apresentar, os seguintes documentos:

Documento de identidade com foto (RG, CNH ou equivalente);

CPF;

Comprovante de residência atualizado;

Breve currículo musical ou histórico de atuação com o instrumento.

Autorização de participação para menor (Anexo I)

Termo de declaração de ciência do Regimento Interno da Escola de Música Maestro Ivan Silva (Decreto nº 13.175/2019) (Anexo II);
Link para acesso ao Regimento Interno:
https://drive.google.com/file/d/1jPKDnlutfCyA6VXvCGa7YqdkWcQy-3Dd/view?usp=drive_link

Termo de cessão de uso de imagem e voz (Anexo III);

Termo de Adesão ao Serviço Voluntário (Anexo IV);

Do Processo de Seleção/Avaliação

A seleção dos candidatos será realizada por uma Comissão de Avaliação Artística composta pelo Maestro, Coordenação e Professores de Instrumentos – Flauta, Saxofone e Percussão – da Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva.

O processo seletivo consistirá em:

Entrega adequada da documentação exigida: Caráter eliminatório;

Ficha de Inscrição e Análise de Currículo: Caráter eliminatório (verificação dos requisitos mínimos);

Audição Prática Presencial (se solicitado pela Banca): O candidato deverá executar:

1 (uma) peça de livre escolha que demonstre sua técnica e sonoridade.

1 (uma) leitura à primeira vista de trecho musical fornecido pela banca no momento do teste.

As audições serão agendadas e realizadas em local, dia e horários informados ao candidato por e-mail e telefone disponibilizados pelo mesmo na ficha de inscrição. Sendo possível, a banca considerará os dias e horários conforme ficha de estimativa de disponibilidade informada pelo candidato.

Dos Direitos do Músico Voluntário

São direitos do voluntário selecionado:

Receber Certificado de Participação e Serviços Prestados emitido pela Prefeitura, de forma a compor currículo acadêmico, profissional entre outros.
Acesso ao material de estudo e partituras da Banda.

Participar ativamente da agenda cultural do município.

Das Disposições Finais

Este edital terá a vigência de 1 (um) ano após a sua publicação, ou até a publicação de novo edital.

Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Coordenação da Escola, Maestro da Banda Municipal e representante da Secretaria Municipal de Cultura de Divinópolis.

Divinópolis/MG, 11 de agosto de 2026.

LEONARDO BITTENCOURT SILVA
Maestro

MARIA TEREZA DA CRUZ MIMOSO
Coordenadora de Educação Musical

EDUARDO ARAÚJO DE MELO
Gerente de Projetos e Ação Cultural

MARDEY SOUSA RUSSO
Secretário Municipal de Cultura

ANEXO I

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO PARA MENOR
BANDA MUNICIPAL TEODOSINO CAMPOS

1. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL:
Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado(a) na rua/av _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado _____, telefones de contato _____, na condição de pai/mãe ou responsável legal pelo menor abaixo qualificado:
2. DADOS DO MENOR:
Nome completo: _____
Data de Nascimento: ____/____/_____ Idade: _____ anos
RG/Certidão de Nascimento: _____
CPF: _____
Instrumento (se aplicável): _____

3. DECLARAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:
AUTORIZO expressamente o menor acima referenciado a se inscrever, frequentar e participar ativamente das aulas, ensaios regulares (inclusive no horário na quinta-feira das 19h às 21h), ensaios extras e apresentações públicas da Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva e da Banda Municipal Teodosino Campos. do município de Divinópolis.

Estou ciente de que as atividades da Banda Municipal exigem assiduidade, comprometimento com os horários e cumprimento das normas disciplinares contidas no Regimento Interno (Decreto nº 13.175/2019), com o qual manifesto plena concordância neste ato.

Responsabilizo-me pelo deslocamento do menor até o local dos ensaios e apresentações, bem como pelo seu retorno, isentando a instituição de responsabilidade fora dos horários oficiais das atividades.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente autorização.

Divinópolis, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Responsável Legal

ANEXO II

TERMO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA MUNICIPAL DE MÚSICA MAESTRO IVAN SILVA (Decreto nº 13.175/2019)

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil: _____, profissão: _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado(a) na rus/av _____ _____, nº _____, bairro: _____, na cidade de _____, Estado _____,

( ) DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que tomei pleno conhecimento e ciência do teor do Regimento Interno da Escola de Música Maestro Ivan Silva, instituído pelo Decreto Municipal nº 13.175/2019.

( ) DECLARO, ainda, estar ciente de todos os meus direitos, deveres, proibições e penalidades estipuladas no referido documento, comprometendo-me a cumprir e respeitar integralmente as normas, horários, diretrizes pedagógicas e disciplinares estabelecidas pelo Maestro e pela Coordenação da instituição.

[Caso o integrante seja MENOR de idade, preencher os dados do responsável abaixo:]

Nome do Responsável Legal: _____
CPF do Responsável: _____
RG: _____
Grau de parentesco: _____

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Divinópolis, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Integrante / Candidato

_____
Assinatura do Responsável Legal (se menor de idade)

ANEXO III

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ
ESCOLA DE MÚSICA MAESTRO IVAN SILVA
BANDA MUNICIPAL TEODOSINO CAMPOS

Por meio deste instrumento, eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado(a) na rua/av _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado _____,
( ) EM NOME PRÓPRIO (caso o integrante seja maior de 18 anos)
( ) NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL do(a) menor _____
_____, instrumento _____

AUTORIZO, de forma gratuita, definitiva, irrevogável e irretratável, a Prefeitura Municipal de Divinópolis, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva e utilizarem a minha imagem e voz (ou a imagem e voz do menor acima nominado), captadas em fotos, vídeos, áudios e

gravações gerais durante os ensaios, aulas, apresentações, viagens e demais atividades oficiais da Banda Municipal.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso do material em todo o território nacional e no exterior, para fins exclusivamente institucionais, culturais, informativos, educativos e de divulgação das atividades da escola, podendo ser veiculada em:

1. Redes sociais oficiais (Instagram, Facebook, YouTube, TikTok, etc.);
2. Sites oficiais, portais de notícias e jornais eletrônicos;
3. Materiais impressos (folhetos, cartazes, editais, relatórios e jornais);
4. Televisão, rádio e veículos de imprensa em geral.

Fica a instituição autorizada a executar a edição, compactação ou cortes nos materiais captados, desde que não haja desvirtuamento de sua finalidade cultural e artística. Por se tratar de uma cessão gratuita, declaro estar ciente de que não caberá qualquer tipo de indenização, remuneração ou compensação financeira a qualquer tempo.

Por ser esta a expressão da minha vontade, firmo o presente termo.

Divinópolis, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Integrante (se maior de idade)

_____
Assinatura do Responsável Legal (se o integrante for menor)

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO À ATIVIDADE VOLUNTÁRIA
ESCOLA MUNICIPAL DE MÚSICA MAESTRO IVAN SILVA
BANDA MUNICIPAL TEODOSINO CAMPOS
(Em conformidade com a Lei Federal nº 9.608, de 18/02/1998)

De um lado, a ESCOLA MUNICIPAL DE MÚSICA MAESTRO IVAN SILVA, representada neste ato por sua Coordenação, e de outro lado:

Nome do voluntário _____, nacionalidade _____, estado civil: _____, profissão: _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado(a) na rus/av _____, nº _____, bairro: _____, na cidade de _____, Estado _____,
[Se o voluntário for MENOR de idade, preencher os dados do responsável:]
Nome do Responsável Legal: _____
CPF do Responsável: _____
RG: _____

Resolvem celebrar o presente TERMO DE ADESÃO, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
O(A) Voluntário(a) prestará serviços de natureza artística e musical junto à Banda Municipal Teodosino Campos, da Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva, participando dos ensaios regulares, ensaios extras, estudos de repertório e apresentações públicas previamente agendadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Natureza do Serviço (Lei nº 9.608/98)
O exercício da atividade voluntária será de forma espontânea, gratuita e benevolente. Conforme o art.1º da Lei Federal nº 9.608/1998, a atividade não gera vínculo empregatício, tampouco obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fretamento ou afins entre o(a) Voluntário(a) e a Administração Pública do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Carga Horária e Disponibilidade
As atividades voluntárias serão desempenhadas respeitando-se a estimativa de disponibilidade apresentada pelo(a) integrante, compreendendo os ensaios regulares das quintas-feiras, das 19h às 21h, e eventos oficiais acordados com o Maestro e a Coordenação da escola.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Deveres do Voluntário
O(A) Voluntário(a) compromete-se a exercer suas funções com assiduidade, responsabilidade e zelo, utilizando adequadamente os instrumentos (se cedidos) e respeitando o Regimento Interno da instituição (Decreto nº 13.175/2019).

CLÁUSULA QUINTA – Da Vigência e Rescisão
O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura. Qualquer uma das partes poderá rescindi-lo a qualquer momento, bastando comunicar à outra parte, sem necessidade de justificativa prévia e sem que caiba qualquer direito a indenização.

Divinópolis, _____ de _____ de 2026.

Por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento.

_____
Assinatura do Voluntário Integrante

_____
Assinatura do Responsável Legal (se menor de idade)

_____
Coordenação da Escola Municipal de Música Maestro Ivan Silva
(A via do voluntário, com a assinatura da coordenação, será entregue no início das atividades na banda)

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BF179167

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DO 1º TA - CT 38/2026 – PL 002/2026.

Contratada: Terrakaçamba Terraplenagem Ltda. Objeto: readequação da planilha orçamentária, em razão do acréscimo de quantitativos e da inclusão de novos itens de serviços, fica acrescido ao valor contratual o montante de R$ 212.447,17 correspondente a aproximadamente 9,93%. Prorrogação até 24/12/2026.

Divinópolis, 11 de agosto de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5A5B3764

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO Nº 907/2026

RETORNO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e considerando o Protocolo nº 000041129/2026, solicitado em 07/08/2026, referente ao pedido de retorno antecipado de Licença sem Vencimento – LIP, da servidora **MARIA HELENA DE CASTRO,** detentora do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, matriculada sob o nº 99035084, comunica o deferimento do seu retorno ao trabalho, **a partir de 01/09/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:37B05017

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG - PORTARIA N° 163/2026, AGOSTO DE 2026.

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos, e a Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 162, inciso lll, da Lei Complementar nº 009, de dezembro de 1992 e;

CONSIDERANDO a convocação da servidora para representar a Seleção Brasileira da Confederação Brasileira da CBDS - Confederação Brasileira de Desportos de Surdos, na modalidade Natação;

CONSIDERANDO que o evento será realizado no período de 24/08/2026 a 27/082026, na cidade de Guayaquil - Equador, tratando-se de evento esportivo internacional de alto nível, organizado pela Organização Desportiva Panamericana de Surdos (Organización Deportiva Panamericana de Sordos - PANAMDES);

CONSIDERANDO o OFÍCIO SEMUSA-DAIJ/GRH Nº 287/2026 e a solicitação da CBDS para liberação da servidora, por sua inestimável importância para defender a Seleção Brasileira rumo à conquista do Ouro.

CONSIDERANDO o Decreto nº 15.305/2022, que dispõe sobre delegação de competência ao Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, para autorizar o afastamento do servidor público de seu cargo ou função nas hipóteses previstas nos artigos 161 e 162 da Lei Complementar nº 09/1992.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a liberação com remuneração, da servidora **VITORIA DE OLIVEIRA RAMALHO,** matrícula 99035936, detentora do cargo efetivo de Agente de Administração, lotada na Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

Art. 2º. Fica concedida a liberação da servidora **no período de 21/08/2026 a 27/08/2026,** sendo que nos dias anteriores da competição haverá treinos preparatórios, ambientação, credenciamento e congresso técnico.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir de 21/08/2026**
Art. 4º. A servidora deverá apresentar, ao final do evento esportivo, o certificado que comprove sua participação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:976E3CE0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1080/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Luanna Batista Ferreira**. Cargo:** Médico Generalista PSF 04h**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Médico Generalista PSF 04h, nos termos do **Edital nº 003/2025**, classificado na 158º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** EAP Ferrador**. Período:** 18/08/2026 a 13/02/2027**. Total:** R$ 10.483,60 (Dez mil quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2814 – Implementação das Políticas de Atenção Básica. **Ass.: 12/08/2026**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9A72980C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1081/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Júlio César Figueiredo Júnior**. Cargo:** Enfermeiro 200h**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Enfermeiro 200h, nos termos do **Edital nº 001/2026**, classificado na 91º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** Transportes**. Período:** 13/08/2026 a 08/02/2027**. Total:** R$ 6.418,91 (Seis mil quatrocentos e dezoito reais e noventa e um centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2810 – Gestão da Secretaria Municipal de Saúde. **Ass.: 12/08/2026**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7CEC3A59

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1089/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Erica Leda de Andrade**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem, nos termos do **Edital nº 013/2024**, classificado na 466º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** EAP Candides**. Período:** 13/08/2026 a 08/02/2027**. Total:** R$ 2.115,05 (Dois mil cento e quinze reais e cinco centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2814 – Implementação das Políticas de Atenção Básica. **Ass.: 12/08/2026**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EBEB673E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 038/2026

Contratado (a): Gabriel Gomes de Azevedo**. Cargo:** Agente Comunitário de Saúde**. Término de contrato em 07/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A793BB8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1368/2025

Contratado (a): Rafaela Ariadni dos Santos**. Cargo:** Médico Psiquiatra**. Término de contrato em 08/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A390750C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2022/2025

Contratado (a): Patricia Soares Mesquita**. Cargo:** Médico Generalista – PSF 04hs**. Término de contrato em 04/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CF0B38F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2052/2025

Contratado (a): Carla Carolina Alves Lopes**. Cargo:** Médico Generalista – PSF 04hs**. Término de contrato em 06/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6D66530E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMDS – EXTRATO DO TA 01/2026 – TERMO DE FOMENTO 147/2025

– Centro Espírita Jesus de Nazaré. Objeto: Prorrogação até 10/02/2027 e a utilização do saldo remanescente. Ass: 10/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:66573170

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMDS – EXTRATO DO TA 01/2026 – TERMO DE FOMENTO 177/2025

– Núcleo Apoio Institucional ao Atendimento Social. Objeto: Adequação do Plano de trabalho, e utilização do saldo remanescente. Ass: 07/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2D59BA6B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMED – EXTRATO DO TA 02/2026 – CV 50/2026

– Caixa Escolar Sidney José de Oliveira. Objeto: Acréscimo de R$ 3.720,34 do item 4.1. Ass: 11/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EE944757

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMEJ – EXTRATO DO TERMO DE ACORDO 08/2026

- CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL. PROGRAMAS APOIO AO ESPORTE AMADOR – APOIO AO ESPORTE - LEI Nº 9.110/2022, AELM. Beneficiário: Associação Esportiva Lucas e Manguinha, CNPJ 65.107.382/0001-00. Objeto: apoio ao atleta amador, para transporte e locomoção para participação em campeonato, com data de viagem. Primeira viagem prevista para o dia 13/08/2026, referente ao Campeonato Metropolitano de Futsal, na cidade de Belo Horizonte/MG. Segunda viagem prevista para o dia 30/08/2026, referente ao Campeonato Metropolitano de Futsal, na cidade de Itabirito/MG. Elemento de Despesa 3.3.90.39.00. Valor: R$ 7.254,00. Ass: 17/07/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:43824005

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMSUR – EXTRATO DO CONTRATO 138/2026 – PL 107/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 52/2026.

Contratado: Luz Forte Iluminação e Serviços Ltda, CNPJ 19.280.448/0001-34. Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia elétrica, para prestação de serviços de cadastro (operação do software de gestão), manutenção preventiva incluso o material, corretiva, integrais, contínuas e destinação final dos materiais retirados do sistema de iluminação pública do município de Divinópolis/MG; e locação/manutenção de software de gestão, fiscalização, medição, cadastramento de ponto de iluminação pública, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública. Valor: R$ 1.511.503,20. Prazo: 12 meses. Dot. Orçamentária: 02.013.004.15.452.2130.2.726.3.3.90.39.00 Ficha 811. Ass: 31/07/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A37098C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMSUR – EXTRATO DO CONTRATO 139/2026 – PL 107/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 52/2026.

Contratado: Exati Tecnologia e Desenvolvimento de Sistemas Ltda, CNPJ 18.434.112/0001-16. Objeto: contratação de empresa especializada na área de engenharia elétrica, para prestação de serviços de cadastro (operação do software de gestão), manutenção preventiva incluso o material, corretiva, integrais, contínuas e destinação final dos materiais retirados do sistema de iluminação pública do município de Divinópolis/MG; e locação/manutenção de software de gestão, fiscalização, medição, cadastramento de ponto de iluminação pública, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública. Valor: R$ 39.852,00. Prazo: 12 meses. Dot. Orçamentária: 02.013.004.15.452.2130.2.726.3.3.90.39.00 Ficha 811. Ass: 05/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:ED03C81C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE REVISÃO Nº 049/2026 – PL Nº 220/2025 – PE Nº 90117/2025 – ARP Nº 579/2025 – CONTRATADA: VANESSA GOMES RIBEIRO , CNPJ Nº 46.211.714/0001-40.

O presente **Termo Decisório** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa** referente à Solicitação de Fornecimento nº 8352/2025, no montante de R$ 347,61 (trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos) e **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (um) anos e 7 (sete) meses**, em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 049/2026**. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo ou

Pedido de Reconsideração (inidoneidade), em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:20A1D257

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 077/2026 – PL Nº 048/2025 – PE Nº 024/2025

– ARP Nº 226/2025 – **Contratada: PONTO COM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 23.957.055/0001-90**

O presente **Termo Decisório** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa** referente à Solicitação de Fornecimento nº 3129/2026, no valor de **R$299,21 (duzentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos)**, em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 077/2026**. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo ou Pedido de Reconsideração (inidoneidade), em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F43DB11E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TA 001/2026 – TCE 215/2026.

Ana Karyn Coelho Costa. Objeto: Quanto a carga horária diária do estágio, a partir de 10/08/2026 fica alterada de 6 para 4 horas, alterando também o valor da bolsa de estágio de R$ 663,88 para R$ 497,91. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B6F3ABFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 855/2026 – LORENY MELO FERREIRA, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AF5D9B47

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 856/2026 – GABRIELA FREIRE DA MATA, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7ABE6555

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 860/2026 – ALÉXIA LAUREN ROCHA LAMOUNIER, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:74FB8AF9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 864/2026 – ANA FLÁVIA SOARES, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 12/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:33468890

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 865/2026

– Michael Vitor Oliveira Santos, UNA, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A258EC76

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 866/2026 – DANIELLY JULIA RODRIGUES, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9C326654

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 867/2026 – ISABELLA CAROLLINE SILVA, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 12/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C1CDD425

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 868/2026/2026 – AMANDA VIANA DE OLIVEIRA, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 12/08/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9CB82F8B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 869/2026 – LETÍCIA PORTO MARQUES DA SILVA, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:33A387C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 870/2026 – RAFAELLA TELES DE OLIVEIRA FERNANDES, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 20/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7BD70CF9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 872/2026 – HENRIQUE AVELAR DI SABATINO GUIMARÃES, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 21/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6B8A0F5C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 873/2026 – HENRIQUE CHAVES RODRIGUES, UNA, ODONTOLOGIA

– Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 20/08/2026 até o dia 04/12/2026. Ass: 11/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9319B467

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TR DE ESTÁGIO – ESTAGIÁRIO (A): GABRIELA VIANA FERREIRA, TCE 195/2026.

Conforme cláusula 6ª – Letra D, fica rescindido o referido termo de compromisso de estágio a partir de 25/07/2026. Ass.: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C31230C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TR DE ESTÁGIO – ESTAGIÁRIO (A): MARIA PAULA FERREIRA FELICIANO, TCE 005/2026.

Conforme cláusula 6ª – Letra D, fica rescindido o referido termo de compromisso de estágio a partir de 04/08/2026. Ass.: 12/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C7764D27

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE POSSE-ANTONIONI ALVES DOS REIS

Em 11/08/2026, por ato da Prefeita Municipal, Janete Aparecida Silva, conforme nomeação por meio do Decreto nº. 17.421/26, publicado aos 16/06/2026, **ANTONIONI ALVES DOS REIS,** CPF **094.XXX.XXX-88,** toma POSSE para fins de investidura no cargo público de **Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito**, do quadro efetivo da Administração Direta, com carga horária de 150 horas mensais.
A data de admissão, para fins de efetivo exercício de suas atividades oficiais e início do estágio probatório será **18/08/2026**, conforme encaminhamento a ser expedido e assinado pela autoridade competente do órgão para onde for designado.
A posse efetivar-se-á sob o regime estatutário, estabelecido na Lei Complementar nº 09/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, decorrente de êxito no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, publicado na Edição 3776 – Ano XVI, de 28/05/2024, com homologação do resultado final na forma do Decreto nº 16.670, de 05/05/2025, publicado aos 06/05/2025, no Diário Oficial do Município.
Ao assinar este Termo de Posse presto compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, com ética e probidade, bem como declaro estar ciente das proibições previstas na LC 009/92 e demais normas de obrigatória observância por todo e qualquer agente público, no exercício de suas funções.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
ANTONIONI ALVES DOS REIS
Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito

Observações:
1 - O candidato nomeado apresentou os documentos exigidos na forma do Edital, nos termos da lei.

(Assinado Digitalmente)
Gerência de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D51680B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE POSSE-EVERTON NUNES RIBEIRO

Em 11/08/2026, por ato da Prefeita Municipal, Janete Aparecida Silva, conforme nomeação por meio do Decreto nº. 17.420/26 publicado aos 16/06/2026, **EVERTON NUNES RIBEIRO, CPF 079.XXX.XXX-83**, tomou POSSE para fins de investidura no cargo público de **Agente de Administração**, do quadro efetivo da Administração Direta, com carga horária de 200 horas mensais.
A data de admissão, para fins de efetivo exercício de suas atividades oficiais e início do estágio probatório será **18/08/2026**, conforme encaminhamento a ser expedido e assinado pela autoridade competente do órgão para onde for designado.
A posse efetivar-se-á sob o regime estatutário, estabelecido na Lei Complementar nº 09/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, decorrente de êxito no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, publicado na Edição 3776 – Ano XVI, de 28/05/2024, com homologação do resultado final na forma do Decreto nº 16.670, de 05/05/2025, publicado aos 06/05/2025, no Diário Oficial do Município.
Ao assinar este Termo de Posse presto compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, com ética e probidade, bem como declaro estar ciente das proibições previstas na LC 009/92 e demais normas de obrigatória observância por todo e qualquer agente público, no exercício de suas funções.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
EVERTON NUNES RIBEIRO
Agente de Administração

Observações:
1 - O candidato nomeado apresentou os documentos exigidos na forma do Edital, nos termos da lei.

(Assinado Digitalmente)
Gerência De Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FB1B3C49

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE POSSE-PAULO DE OLIVEIRA SANTOS

Em 11/08/2026, por ato da Prefeita Municipal, Janete Aparecida Silva, conforme nomeação por meio do Decreto nº. 17.421/26, publicado aos 16/06/2026, **PAULO DE OLIVEIRA SANTOS,** CPF **023.XXX.XXX-01,** toma POSSE para fins de investidura no cargo público de **Agente de Administração**, do quadro efetivo da Administração Direta, com carga horária de 200 horas mensais.
A data de admissão, para fins de efetivo exercício de suas atividades oficiais e início do estágio probatório será **18/08/2026**, conforme encaminhamento a ser expedido e assinado pela autoridade competente do órgão para onde for designado.
A posse efetivar-se-á sob o regime estatutário, estabelecido na Lei Complementar nº 09/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, decorrente de êxito no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, publicado na Edição 3776 – Ano XVI, de 28/05/2024, com homologação do resultado final na forma do Decreto nº 16.670, de 05/05/2025, publicado aos 06/05/2025, no Diário Oficial do Município.
Ao assinar este Termo de Posse presto compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, com ética e probidade, bem como declaro estar ciente das proibições previstas na LC 009/92 e demais normas de obrigatória observância por todo e qualquer agente público, no exercício de suas funções.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
PAULO DE OLIVEIRA SANTOS
Agente de Administração

Observações:
1 - O candidato nomeado apresentou os documentos exigidos na forma do Edital, nos termos da lei.

(Assinado Digitalmente)
Gerência de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2C73DF28

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE POSSE-WELLINGTON OLIVEIRA ROCHA

Em 11/08/2026, por ato da Prefeita Municipal, Janete Aparecida Silva, conforme nomeação por meio do Decreto nº. 17.421/26 publicado aos 16/06/2026, **WELLINGTON OLIVEIRA ROCHA**, **CPF 009.XXX.XXX-07**, tomou POSSE para fins de investidura no cargo público de **Agente de Administração**, do quadro efetivo da Administração Direta, com carga horária de 200 horas mensais.
A data de admissão, para fins de efetivo exercício de suas atividades oficiais e início do estágio probatório será **18/08/2026**, conforme encaminhamento a ser expedido e assinado pela autoridade competente do órgão para onde for designado.
A posse efetivar-se-á sob o regime estatutário, estabelecido na Lei Complementar nº 09/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, decorrente de êxito no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, publicado na Edição 3776 – Ano XVI, de 28/05/2024, com homologação do resultado final na forma do Decreto nº 16.670, de 05/05/2025, publicado aos 06/05/2025, no Diário Oficial do Município.
Ao assinar este Termo de Posse presto compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, com ética e probidade, bem como declaro estar ciente das proibições previstas na LC 009/92 e demais normas de obrigatória observância por todo e qualquer agente público, no exercício de suas funções.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
WELLINGTON OLIVEIRA ROCHA
Agente de Administração

Observações:
1 - O candidato nomeado apresentou os documentos exigidos na forma do Edital, nos termos da lei.

(Assinado Digitalmente)
Gerência De Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F3B9B1FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2026

A Secretaria Municipal de Cultura de Divinópolis, por meio da Escola Municipal de Música "Maestro Ivan Silva", torna público o presente **TERMO DE RERRATIFICAÇÃO** para corrigir erro material constante no Edital de Processo Seletivo nº 002/2026, publicado em 11 de agosto de 2026.
Onde se lê, no Capítulo V, item 1:
"1- A Primeira Etapa de provas do Curso Básico de Música será realizada no dia 23 de agosto de 2025..."
Leia-se:
"1- A Primeira Etapa de provas do Curso Básico de Música será realizada no dia 23 de agosto de 2026..."
Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes no Edital supracitado.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

MARIA TEREZA DA CRUZ MIMOSO
Coordenadora de Educação Musical

EDUARDO ARAÚJO MELO
Gerente de Projetos e Ação Cultural

MARDEY SOUSA RUSSO
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B278DAF5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
CONVACAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 040/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 085/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 040/2026

A Prefeitura Municipal de Dom Bosco/MG, Por Intermédio da Secretaria Municipal de Esportes, Torna Público Que Até as 16:00 Horas do Dia 17/08/2026 Estará Recebendo Propostas Para a Contratação Direta no âmbito da Lei Federal N°. 14.133/2021, Para Participarem da "dispensa Nº 040/2026". Cujo Objeto é acontratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra técnica especializada destinada à execução dos serviços de modernização, ampliação e melhoria do sistema de iluminação do

Estádio Municipal Nazilão, localizado no Município de Dom Bosco/MG. A Convocação Para Apresentação Das Propostas Poderá Ser Obtido Gratuitamente no Site Www.dombosco.mg.gov.br, Maiores Informações Telefone: (038) 99746-0028 e E-mail Licitacoesdombosco@gmail.com.

Dom Bosco/MG, 12 de agosto de 2026.

BRUNA REGINA DE OLIVEIRA FERREIRA NETA
Secretaria Municipal de Esportes

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:E11BFA75

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
CONVOCAÇÃO -DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 041/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 086/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 041/2026

A Prefeitura Municipal de Dom Bosco/MG, Por Intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Torna Público Que Até as 16:00 Horas do Dia 17/08/2026 Estará Recebendo Propostas Para a Contratação Direta no âmbito da Lei Federal N°. 14.133/2021, Para Participarem da "dispensa Nº 041/2026". Cujo Objeto é acontratação de empresa especializada para a execução de serviços de pintura externa da sede da Prefeitura Municipal, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, insumos, mão de obra, equipamentos, ferramentas, acessórios e demais recursos necessários à completa e adequada execução dos serviços, incluindo todas as etapas preparatórias, aplicação, acabamento, limpeza e demais serviços correlatos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência e na respectiva Planilha Orçamentária. A Convocação Para Apresentação Das Propostas Poderá Ser Obtido Gratuitamente no Site Www.dombosco.mg.gov.br, Maiores Informações Telefone: (038) 99746-0028 e E-mail Licitacoesdombosco@gmail.com.

Dom Bosco/MG, 12 de agosto de 2026.

LETÍCIA COSTA CRUVINEL
Secretaria Municipal de Administração.

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:BAA1557C

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 133/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS
N° 133/2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000. DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, o senhor **JOSÉ REINALDO FERREIRA LEITE**, BRASILEIRO, UNIÃO ESTÁVEL, INSCRITO NO CPF 868.486.826-91 E CI 7.936.112 PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADO Á RUA ESTRADA MUNICIPAL, Nº 211, DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO; DOM BOSCO/MG, DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATADO, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1 Constitui fundamento para a celebração do presente **CONTRATO** a necessidade temporária da Prefeitura Municipal de Dom Bosco/MG. Decorrente da falta de servidores efetivos no seu quadro de pessoal em número suficiente para a função de **Jardineiro**, na conformidade do que dispõe o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 164, de 29 de junho de 2007 e **Processo seletivo simplificado 001/2026** da Prefeitura Municipal de Dom Bosco.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **CONTRATO**, a prestação de serviços em caráter temporário pelo **CONTRATADO**, na função de **Jardineiro**, perfazendo 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Este **CONTRATO** será executado diretamente pelo **CONTRATADO** na Escola Municipal de Santo Antônio; município de Dom Bosco-MG, no local necessário e designado, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, observada a jornada de trabalho fixada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 Este contrato tem início em 12/08/2026 e encerrando-se 11/02/2027, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução deste **CONTRATO**, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de R$ 1.884,25 (mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) mensais.

5.2 O **CONTRATADO** submete-se ao regime geral de previdência social, previsto na Lei 8.212, de 1991.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da execução deste **CONTRATO** correrão à conta da dotação orçamentária 02.05.01.12.361.1220.20.23 - 3.1.90.04.00 - Ficha 164 - Administração Escolas Municipais - fonte 1.500 do orçamento vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1 Constitui responsabilidade do **CONTRATANTE**:

I – garantir ao **CONTRATADO** as condições materiais e humanas indispensáveis à execução deste **CONTRATO**;

II – responsabilizar-se pelo pagamento das parcelas devidas ao **CONTRATADO**, nas datas fixadas neste instrumento;

III – zelar pela fiscalização dos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

7.2 Constitui responsabilidade do **CONTRATADO**:

I – cumprir fiel e expressamente as condições da prestação de serviço avençada neste **CONTRATO**;

II – prestar, nos prazos estabelecidos pelo **CONTRATANTE**, os serviços necessários à plena execução deste **CONTRATO**;

III – responsabilizar-se, civil e administrativamente, pela inexecução total ou parcial deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS IMPEDIMENTOS

8.1 O **CONTRATADO** não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos neste **CONTRATO**;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

8.2 As infrações disciplinares atribuídas ao **CONTRATADO** serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 O presente **CONTRATO** extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa do contratado.
III – por iniciativa do contratante

9.2 A extinção do **CONTRATO,** nos casos dos incisos II e III, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

9.3 A extinção do **CONTRATO** far-se-á nos termos do art. 9º da Lei Municipal 164/2007.

9.4. A inobservância do disposto na Cláusula Oitava importará na rescisão do **CONTRATO** nos casos dos incisos I e II.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 Elegem as partes o foro da comarca de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, para dirimir as dúvidas decorrentes da execução deste **CONTRATO,** com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente **CONTRATO**, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, em três vias de igual teor e forma, para que supra todos os seus efeitos legais.

DOM BOSCO (MG), 12 DE AGOSTO DE 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

JOSÉ REINALDO FERREIRA LEITE
Contratado

TESTEMUNHAS:

1._____
CPF_____

2._____
CPF_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:AF8F1A58

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº 134/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS
N° 134/2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE DOM BOSCO-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 01.602.782/0001-00, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25, NA CIDADE DE DOM BOSCO - MG. CEP 38654-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, NELSON PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº 8.061.279, EXPEDIDO PELA SSP/MG, E DO CPF Nº 041.967.566-38, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSÉ MENDES, Nº 792, CENTRO, DOM BOSCO (MG), CEP 38654-000. DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATANTE e de outro, o senhor **MATIAS AUGUSTO TEIXEIRA SILVA**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, INSCRITO NO CPF 132.741.796-04 E CI 19.572.729 EXPEDIDO PELA PC/MG, RESIDENTE E DOMICILIADO A RUA JOSÉ FRANCISCO DE BARCELOS, Nº 291, CENTRO DE DOM BOSCO-MG, DORAVANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATADO, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2007, E, SUPLETIVAMENTE, DA LEI 8.666, DE 21.06.1993, E SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1 Constitui fundamento para a celebração do presente **CONTRATO** a necessidade temporária da Prefeitura Municipal de Dom Bosco/MG. Decorrente da falta de servidores efetivos no seu quadro de pessoal em número suficiente para a função de **Médico Veterinário**, na conformidade do que dispõe o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 164, de 29 de junho de 2007 e **Processo seletivo simplificado 001/2026** da Prefeitura Municipal de Dom Bosco.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **CONTRATO**, a prestação de serviços em caráter temporário pelo **CONTRATADO**, na função de **Médico Veterinário**, perfazendo 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Este **CONTRATO** será executado diretamente pelo **CONTRATADO** no município de Dom Bosco-MG, no local necessário e designado, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, observada a jornada de trabalho fixada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 Este contrato tem início em 12/08/2026 e encerrando-se 11/02/2027, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução deste **CONTRATO,** a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de R$ 4.544,39 (quatro mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos) mensais.

5.2 Ao **CONTRATADO** submete-se ao regime geral de previdência social, previsto na Lei 8.212, de 1991.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da execução deste **CONTRATO** correrão à conta da dotação orçamentária 02.06.01.10.305.1004.2051 - 3.1.90.04.00 - Ficha 413 - Vigilância Epidemiológica - Fonte 1.500 e 02.06.02.10.305.1004.2051 - 3.1.90.04.00 - Ficha 499 - Vigilância Epidemiológica - Fonte 1.600, do Orçamento vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1 Constitui responsabilidade do **CONTRATANTE**:

I – garantir ao **CONTRATADO** as condições materiais e humanas indispensáveis à execução deste **CONTRATO**;

II – responsabilizar-se pelo pagamento das parcelas devidas ao **CONTRATADO**, nas datas fixadas neste instrumento;

III – zelar pela fiscalização dos serviços prestados pelo **CONTRATADO**.

7.2 Constitui responsabilidade do **CONTRATADO**:

I – cumprir fiel e expressamente as condições da prestação de serviço avençada neste **CONTRATO**;

II – prestar, nos prazos estabelecidos pelo **CONTRATANTE**, os serviços necessários à plena execução deste **CONTRATO**;

III – responsabilizar-se, civil e administrativamente, pela inexecução total ou parcial deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS IMPEDIMENTOS

8.1 O **CONTRATADO** não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos neste **CONTRATO**;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

8.2 As infrações disciplinares atribuídas ao **CONTRATADO** serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 O presente **CONTRATO** extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa do contratado.
III – por iniciativa do contratante

9.2 A extinção do **CONTRATO**, nos casos dos incisos II e III, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

9.3 A extinção do **CONTRATO** far-se-á nos termos do art. 9º da Lei Municipal 164/2007.

9.4. A inobservância do disposto na Cláusula Oitava importará na rescisão do **CONTRATO** nos casos dos incisos I e II.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 Elegem as partes o foro da comarca de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, para dirimir as dúvidas decorrentes da execução deste **CONTRATO**, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente **CONTRATO**, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, em três vias de igual teor e forma, para que supra todos os seus efeitos legais.

DOM BOSCO (MG), 12 DE AGOSTO DE 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
Contratante

MATIAS AUGUSTO TEIXEIRA SILVA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1._____
CPF_____

2._____
CPF_____

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:2D14FFD2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 110/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Processo Licitatório n° 110/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 048/2026, Registro de Preço nº 043/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – Objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE OS PREÇOS VIGENTES CONSTANTES NO BANCO DE PREÇOS EM SAÚDE (BPS), DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ABRANGENDO MEDICAMENTOS DE "A" A "Z", PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS E ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ/MG"**. Recebimento das propostas até as 08h do dia 26/08/2026. Sessão: 08h10min, no portal AMM LICITA. Informações: (37) 3553-1171 ou por e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br. 12/08/2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:E07ED6B3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 111/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Processo Licitatório n° 111/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 049/2026, Registro de Preço nº 044/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – Objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CAMISETAS PERSONALIZADAS PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PARA AS CAMPANHAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA A FORMATURA DO PROERD E PARA A CORRIDA CULTURAL, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ/MG"**. Recebimento das propostas até as 08h do dia 01/09/2026. Sessão: 08h10min, no portal AMM LICITA. Informações: (37) 3553-1171 ou por e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br. 12/08/2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:02B29440

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: Nº 43/2022
TERMO ADITIVO: Nº 06/2026
CONTRATADO: LABORMONTE MEDICINA LABORATORIAL LTDA

OBJETO: REFERE-SE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, NA FORMA DE CREDENCIAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FUNDAMENTO: ADITIVO PARA ALTERAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO PARA MAIS 06 MESES, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2026

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:ED81CE03

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO D0 CONTRATO Nº 78/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLÓGICOS E CONFECÇÃO DE PRÓTESES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL/MG, decorrente do Processo de Inexigibilidade Nº 54/2026, Contrato Nº 78/2026. Empresa Contratada: MAXILAB PROTESES ODONTOLOGICAS LTDA. A vigência do Contrato será de 03/08/2026 a 03/08/2027.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:D0B30FC9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO D0 CONTRATO Nº 77/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO NÚCLEO EDUCACIONAL OVÍDIO DE ABREU, SITUADO NA RUA PEDRO ANTÔNIO, N 730, DISTRITO DE SÃO FÉLIX, MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL/MG., decorrente do Processo de Concorrência Nº 55/2026, Contrato Nº 77/2026. Empresa Contratada: HL ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA. A vigência do Contrato será de 10/08/2026 a 10/11/2026.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:83B7D41B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO D0 CONTRATO Nº 79/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E TENDAS, DESTINADOS AOS EVENTOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL/MG, decorrente do Processo de Inexigibilidade Nº 59/2026, Contrato Nº 79/2026. Empresa Contratada: ADILSON DA SILVA ROSA. A vigência do Contrato será de 12/08/2026 a 12/08/2027.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:D2DA9018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO D0 CONTRATO Nº 80/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato deA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E TENDAS, DESTINADOS AOS EVENTOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL/MG, decorrente do Processo de Inexigibilidade Nº 59/2026, contrato Nº 80/2026. Empresa Contratada: MC TENDAS LTDA. A vigência do Contrato será de 12/08/2027 a 12/08/2027..

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:5202AD58

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 122/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 231/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2025

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação do Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços - Nº. 122/2025, Processo Licitatório nº. 231/2025 Pregão eletrônico nº. 042/2025 – Contratada: **NAVE DO SOM PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA,** o objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo de vigência da Ata de Registro Preços, por 01(um) ano, contados a partir de 29/07/2026 a 29/07/2027, aplicando o reajuste aos preços homologados com base no índice IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo, cujo acumulado em 20/07/2026 corresponde a 4,64%, nos itens 29, 34, 40, 42, 43, 44 e 63.

***LAERCIO DOS REIS GOMES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:D9FD37BB

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 125/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 231/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2025

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação do Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços - Nº. 125/2025, Processo Licitatório nº. 231/2025 Pregão eletrônico nº. 042/2025 – Contratada: **JOADELIVIO SILVA,** o objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo de vigência da Ata de Registro Preços, por 01(um) ano, contados a partir de 29/07/2026 a 29/07/2027, aplicando o reajuste aos preços homologados com base no índice IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo, cujo acumulado em 20/07/2026 corresponde a 4,64%, nos itens 53, 76 e 83.

***LAERCIO DOS REIS GOMES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:069BFB4D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 126/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 231/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2025

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação do Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços - Nº. 126/2025, Processo Licitatório nº. 231/2025 Pregão eletrônico nº. 042/2025 – Contratada: **LAGOA TENDAS LTDA,** o objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo de vigência da Ata de Registro Preços, por 01(um) ano, contados a partir de 29/07/2026 a 29/07/2027, aplicando o reajuste aos preços homologados com base no índice IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo, cujo acumulado em 20/07/2026 corresponde a 4,64%, nos itens: 08, 09, 35, 36, 37, 38 e 39.

LAERCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:749A7695

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 127/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 231/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2025

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação do Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços - Nº. 127/2025, Processo Licitatório nº. 231/2025 Pregão eletrônico nº. 042/2025 – Contratada: **CARGA FORTE OPERAÇÕES INTEGRADAS LTDA,** o objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo de vigência da Ata de Registro Preços, por 01(um) ano, contados a partir de 29/07/2026 a 29/07/2027, aplicando o reajuste aos preços homologados com base no índice IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo, cujo acumulado em 20/07/2026 corresponde a 4,64%, nos itens:21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 55, 56,57, 58, 60 e 62.

LAERCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:CD55158F

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 128/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 231/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2025

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação do Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços - Nº. 128/2025, Processo Licitatório nº. 231/2025 Pregão eletrônico nº. 042/2025 – Contratada: **J & DIAS EMPREENDIMENTOS LTDA,** o objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo de vigência da Ata de Registro Preços, por 01(um) ano, contados a partir de 29/07/2026 a 29/07/2027, aplicando o reajuste aos preços homologados com base no índice IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo, cujo acumulado em 20/07/2026 corresponde a 4,64%, nos itens:12, 13, 31, 32 e 33.

LAERCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:C892CB37

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 129/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 231/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2025

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação do Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços - Nº. 129/2025, Processo Licitatório nº. 231/2025 Pregão eletrônico nº. 042/2025 – Contratada: **ANDERSON GOMIDE DA CRUZ LTDA,** o objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo de vigência da Ata de Registro Preços, por 01(um) ano, contados a partir de 29/07/2026 a 29/07/2027, aplicando o reajuste aos preços homologados com base no índice IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo, cujo acumulado em 20/07/2026 corresponde a 4,64%, nos itens: 15, 16, 17, 18 e 19.

LAERCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:AC21C2F9

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO N. º 006 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 006/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 160/2022 – PREGÃO Nº. 095/2022

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO N. º 006 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 006/2023. Processo Licitatório nº. 160/2022 – Pregão nº. 095/2022.Contratantes: Município de Formiga – MG, Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Formiga – PREVIFOR e Câmara Municipal de Formiga - MG.**Contratada:**CMM Sistemas de Informação e Serviços Ltda. C.N.P.J: 10.513.873/0001-51.**Do Acréscimo:**Fica acrescida ao contrato a quantia de R$4.550,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta reais), que corresponde a 0,40% do valor inicial atualizado do contrato, conforme documentos de fls. 2647/2676 do processo licitatório,com previsão na Cláusula Décima Quarta, item 14.4., do Contrato e fundamento no art. 65, inciso I, "b" e §1º, da Lei Federal nº. 8.666/93. O valor total do contrato passa para R$1.226.694,14 (um milhão, duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos).As demais cláusulas permanecem inalteradas.**Data:**30/07/2026.**Data de assinatura:**12/08/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:A990CB3D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 105/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG **–** PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 105/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de 01 (uma) televisão de 70 (setenta) polegadas, destinada ao atendimento das ações institucionais do gabinete do prefeito, tais como reuniões, apresentações, videoconferências, exibição de relatórios e demais atividades correlatas. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01 do dia 26/08/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:3B6709F0

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 148/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 148/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de caçambas estacionárias metálicas sob medida, incluindo confecção e fornecimento de materiais, destinadas à coleta e transporte de resíduos sólidos, a pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:31 do dia 26/08/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:8DAFFBE4

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2026, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

A Pregoeira e a Equipe de Apoio julgam as seguintes empresas vencedoras: **RB ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA** vencedora nos itens **01, 04 e 05** no valor de **R$475.200,00**; e, **STEEL FORM SERVICOS LTDA** vencedora nos itens **02, 03, 06, 07, 08, 09 e 10** no valor de **R$1.527.000,00.** Totalizando o valor geral de **R$2.002.200,00** (dois milhões, dois mil e duzentos reais). Processo Licitatório nº **0039/2026**, na modalidade Pregão Eletrônico nº **028/2026**.

Formiga/MG, 12 de agosto de 2026.

SAAE – FORMIGA/MG.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:A8CB387F

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO/SAAE/DESPACHO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 0039/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 028/2026

EXTRATO/SAAE/DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 0039/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 028/2026

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa J.A. INDÚSTRIA LTDA. em face da decisão da Pregoeira que julgou habilitadas e classificadas as empresas STELL FORM SERVIÇOS LTDA e RB ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA no certame em epígrafe.
Após detida análise do procedimento licitatório, das razões e contrarrazões apresentadas pelos interessados, do parecer exarado pela Assessoria Jurídica da Autarquia, recebo o recurso interposto, eis que presentes todos os requisitos legais, mas, para no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão da Pregoeira que declarou as empresas recorridas como vencedoras de seus respectivos itens, uma vez que não restaram comprovados os vícios alegados.

Cumpra-se a presente decisão.

Dê ciência às partes e prossiga o certame na forma legal.

Formiga (MG), 12 de agosto de 2.026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral - SAAE

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:B84E5E1A

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 007/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 007/2026

O Prefeito do Município de Formiga MG, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo nº. 007/2026.

O Processo Seletivo será coordenado pelas Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - Este Processo Seletivo dar-se-á em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, Lei Municipal nº. 6191 de 20 de fevereiro de 2024 e suas alterações, bem como, Decreto Municipal nº 10.069/2023, de 31/07/2023 e suas alterações.

2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial das etapas deste Processo Seletivo dar-se-á através de publicações no site oficial da Prefeitura Municipal de Formiga (http://www.formiga.mg.gov.br/), afixado na sede da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão na Rua Barão de Piumhi, nº 92, Centro, Formiga – MG, situada à Rua Barão de Piumhi, nº 92, Centro em Formiga-MG, bem como no aplicativo para dispositivos móveis **APP Formiga.**

3 – DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1 – Requisitos básicos para a inscrição:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado.
II - Estar em dia com as obrigações eleitorais.
III - Estar em dia com as obrigações militares, se for do sexo masculino.
IV - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
V - Declarar, no requerimento da inscrição, que conhece e aceita as normas constantes deste Edital.
VI - Ter saúde física e mental e não ser portador de necessidades especiais incompatíveis com o exercício da função a que concorre.
VII - É vedada a acumulação de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso, o inciso XI e XVI do art. 37 da Constituição Federal, incluindo proventos de aposentadoria recebidos por cofres públicos.

3.2 – DA EFETIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão realizadas exclusivamente através do aplicativo para dispositivos móveis **APP FORMIGA,** disponível gratuitamente nas lojas do *Google Play* ou *App Store.*
É obrigatório realizar o cadastro no aplicativo, para posteriormente se inscrever no processo através de seu *login,* de modo a garantir a coerência dos dados e o acompanhamento das etapas.
Para efetivar sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:
Estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Simplificado disponível nesse edital e se inscrever através do aplicativo.
Realizar sua inscrição no período entre **00h00min do dia 17/08/2026 a 21/08/2026 até 23h59min,** observado o horário oficial de Brasília/DF;

Informar o cargo a que deseja concorrer:
Incluir documento de identificação com foto, para fins de conferência das informações prestadas.
O candidato é responsável por preencher corretamente todos os campos do requerimento de inscrição e incluir a documentação solicitada.
A Prefeitura Municipal de Formiga não se responsabiliza por pedidos de inscrição não confirmados por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou por outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados por parte do candidato.
O comprovante da inscrição será disponibilizado através de notificação do próprio aplicativo APP Formiga.
Alternativamente o candidato que não dispor de acesso ao aplicativo poderá realizar sua inscrição presencialmente na **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano,** situada na Rua: Sete de Setembro, Nº 18, Quarteis- Formiga- MG.
Para inscrição presencial, também deverá ser respeitado o período de inscrição.
A inscrição presencial ocorrerá exclusivamente no horário de ***08:00h às 12:00h e de 13:00h às 17:00h.***

- Outras informações referentes às inscrições:

Qualquer informação falsa ou inexata por parte do candidato na ficha de inscrição, ou quando da apresentação de documentação necessária, implicará na perda de todos os direitos ao Processo Seletivo.
Os candidatos serão admitidos através de Contrato Administrativo, com contribuição previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
A inscrição do candidato implicará o conhecimento e expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e no Decreto respectivo, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.
Do total de vagas ofertadas neste edital para cada cargo e que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo, 10% (dez por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada), atualizado com no máximo 30 dias de data de emissão, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.
Conforme o §3º do art. 1º do Decreto Federal nº 9.508/1999, se na aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas reservadas a cada cargo resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. Contudo, será respeitado o limite máximo de 20% (vinte por cento) para esta reserva.
A convocação dos candidatos na condição de pessoa com deficiência deverá obedecer ao seguinte critério: a primeira convocação ocorrerá na 5ª vaga aberta, a segunda na 11ª, a terceira na 21ª e posteriormente a cada dez novas vagas.
Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência, deverão submeter-se a exame médico admissional que deverá constar, obrigatoriamente no exame, a deficiência com o seu grau e se é capaz de atuar na função na qual se candidatou.
O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão desta seleção em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo e avaliação das provas, duração, horário e local de aplicação das provas e nota mínima exigida;
O candidato portador de deficiência que necessitar de algum atendimento especial para a realização das provas deverá fazer a solicitação, POR ESCRITO, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e entregá-la no mesmo local de inscrição, das 08:00h às 12:00 e de 13:00 às 17:00, até o término do período de inscrições do processo seletivo;
Fica assegurado às lactantes o direito de participarem do Processo Seletivo, nos critérios e condições estabelecidos pelo artigo 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei Federal nº 10.048/2000.
A candidata lactante deverá solicitar atendimento especial no ato da inscrição, enviando a cópia digitalizada da certidão de nascimento e indicando uma pessoa que ficará responsável pela guarda da criança em sala reservada.
O acompanhante somente terá acesso ao local da prova até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada, sendo expressamente proibida a utilização de aparelhos celulares, eletrônicos e similares.
Para ter acesso ao local da prova, o acompanhante deverá obrigatoriamente estar de posse de documento original de identificação oficial com foto ou cópia autenticada e da certidão original de nascimento da criança ou cópia autenticada.
Haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata lactante, de acordo com a Lei Federal nº 13.872, de 17 de setembro de 2019. A candidata lactante terá o direito de proceder à amamentação de seu filho de até 6 (seis) meses de idade, por até 30 (trinta) minutos, por filho. O tempo utilizado para amamentar será compensado durante a realização da prova, em igual período.
Caso a criança tenha mais de 6 (seis) meses de idade, o tempo utilizado para amamentação não será compensado.
Durante o período de amamentação, a candidata lactante será acompanhada de uma fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança, a fim de garantir que sua conduta esteja em conformidade com os termos e condições estabelecidos neste Edital.
A candidata lactante que não levar uma pessoa responsável pela guarda da criança a ser amamentada não poderá realizar a prova, visto que a Prefeitura Municipal de Formiga não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança.
Caso o nascimento ocorra depois de encerrado o período de inscrição, o atendimento especial deverá ser solicitado pelo e-mail rhsmdhformiga@gmail.com até as **23h59min** horas do dia 21/08/2026.
Terminado o prazo de inscrições, a Comissão publicará na sede da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão e no site oficial do Município, no prazo de um dia, a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.
Os candidatos que não tiveram as suas inscrições homologadas poderão interpor recurso escrito endereçado à Comissão, no prazo de um dia contado da publicação, mediante a apresentação que ampararem a sua irresignação.

4 – DA FUNÇÃO PÚBLICA
Ensino Superior Completo + Registro no conselho competente

CARGO PÚBLICO	VAGA	REMUNERAÇÃO	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	LOCAL DE TRABALHO
Psicólogo Social	CR	R$ 4.619,54	40 horas	Equipamentos SMDH

4.1 – ATRIBUIÇÕES DO CARGO

DENOMINAÇÃO: PSICÓLOGO SOCIAL
REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO: Ensino Superior Completo + registro no conselho competente
ATRIBUIÇÕES DO CARGO:
Acolhida e escuta aos usuários e famílias em situação de risco social; Oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias; Planejamento, implantação e acompanhamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais; Mediação de grupos de famílias atendidas; Realização de atendimento particularizado e visitas domiciliares; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no município; Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços e redes socioassistenciais; Realização de busca ativa e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF; Acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência e/ou no município; Realização de encaminhamento, com acompanhamento para a rede socioassistencial;

Realização de encaminhamentos para serviços setoriais, participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal; Participação de reuniões sistemáticas dos equipamentos, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território; Prestar atendimento psicossocial individual e em grupos de usuários e suas famílias, inclusive, com orientação jurídico-social em casos de ameaça ou violação de direitos individuais e coletivos; Definir, em conjunto com o coordenador, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias; Articular em conjunto com a coordenadora o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços; Participar das reuniões periódicas com os profissionais e estagiários para discussão dos casos, avaliação das atividades desenvolvidas, dos serviços ofertados e dos encaminhamentos realizados; Realizar o acompanhamento social ao adolescente e identificar, no Município, os locais de prestação de serviços, cujas atividades sejam compatíveis com as habilidades dos adolescentes e com seus interesses; organizar atividades e desenvolver procedimentos e novas metodologias que contribuam para a efetividade de sua função protetiva, inclusive no que tange a orientação jurídico-social nos casos de ameaça e violação de direitos individuais e coletivos; Criar condições para o fortalecimento de identidade e auto-estima; Promover possibilidades de construção de propósitos de vida, (re) estabelecimento de vínculos familiares e sociais e alcance de autonomia; Referenciar e encaminhar para a rede de apoio e proteção social especial, as situações de violação de direitos, vitimizações e agressões, inclusive a crianças e adolescentes; Orientar e encaminhar para a rede socioassistencial e de serviços especializados aos usuários, garantindo a análise e atendimento de requisições de Órgãos do Poder Judiciário e dos Conselhos Tutelares; Produzir materiais educativos como suporte aos serviços; Realizar encontros e articulações com Conselhos Tutelares, Ministério Público, Varas de Família, Varas da Infância e Juventude e com toda a rede de garantias de direitos; Acompanhar e controlar a efetividade dos encaminhamentos realizados; Monitorar a presença do trabalho infantil e das diversas formas de negligência, abuso e exploração, mediante abordagem de agentes institucionais em vias públicas e locais identificados pela existência de situações de risco; Acompanhar e desenvolver oficinas para adolescentes infratores encaminhados pela Vara da Infância e Juventude. Executar outras tarefas correlatas e determinadas por superior.

5 - Documentação necessária para admissão:

5.1 – Quando da efetiva convocação, para fins de contratação, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

Cópia certidão de nascimento ou casamento – se viúvo (a) certidão de óbito;
Cópia título de eleitor e comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral;
Cópia carteira de identidade;
Cópia CPF;
Cópia cartão de PIS/PASEP;
Cópia certificado de reservista (sexo masculino);
Cópia certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Cópia cartão de vacina dos filhos menores de 05 anos;
Declaração de frequência escolar dos filhos de 06 a 14 anos;
1 foto 3x4;
Cópia diploma, histórico escolar ou titulação exigida para ocupar o cargo;
Atestado Admissional, fornecido por médico do trabalho;
Cópia carteira de trabalho;
Cópia comprovante de residência atualizado (SAAE ou CEMIG);
Se aposentado(a), desde que **não seja por invalidez,** cópia de comprovante da concessão da mesma.
Cópia do comprovante de conta bancária (Caixa Econômica Federal) do tipo conta **3700.**
Ponto da secretaria onde irá prestar serviços.

6 – DA SELEÇÃO

6.1. A seleção tem por fim cumprir o papel de identificar, entre os candidatos, aqueles mais aptos a desempenharem as funções do cargo.

7- DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - O Processo Seletivo será realizado em uma única etapa, de caráter eliminatório e classificatório, sendo uma Prova Objetiva, com duração máxima de 03 (três) horas, contendo de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, valendo 01 (um) ponto cada uma, a saber:

Cargos Públicos	Provas	Nº Questões
Psicólogo Social	Português Informática Questões Específicas	05 05 15

7.2 - A realização das provas para o cargo será **no dia 02/09/2026,** em local e horário a serem divulgados por aviso afixado em lugar de fácil visibilidade na Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão, na Rua Barão de Piumhi, nº 92, Centro, em Formiga-MG e no site oficial da Prefeitura Municipal de Formiga www.formiga.mg.gov.br
7.3 Ocorrendo a necessidade de alteração da data e horário de aplicação da prova, a NOVA DATA será divulgada, até 01 (um) dia antes da data marcada no subitem 7.2, por meio de aviso afixado em lugar de fácil visibilidade na Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão, localizada à Rua Barão de Piumhi, 92, Centro, em Formiga-MG e no site oficial da Prefeitura www.formiga.mg.gov.br
7.4 O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de documento pessoal com foto que garanta sua identificação, comprovante de inscrição, caneta esferográfica de material transparente, de ponta grossa de cor azul ou preta.
7.5 Não será permitida a aplicação de prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.
7.6 Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:
a) comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo;
b) consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;
c) utilizar-se de telefone celular, Pager, fone de ouvido, protetor auricular ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;
d) ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais e na companhia do fiscal;
e) portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;
f) tratar com descortesia, desacato ou desrespeito qualquer dos examinadores, coordenadores, fiscais, auxiliares ou autoridades presentes e demais candidatos.
7.7 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo, nos locais onde forem aplicadas às provas.
7.8 O candidato, ao termino das provas objetivas, entregará ao fiscal da sala, a sua prova e o gabarito retirando-se do local da realização das provas em seguida.
7.9 A duração da prova será de no máximo 03 horas.
7.10 Não será permitido a entrada de candidatos, em hipótese alguma, no local da realização das provas após assinado o termo de fechamento dos portões.
7.11 No horário aprazado para o encerramento das provas serão estas recolhidas, independente de terem ou não sido concluídas integralmente pelos candidatos.

8 – DO CONTEÚDO DAS PROVAS

8.1 PROGRAMA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, Psicólogo Social

PORTUGUÊS: Leitura e Interpretação de Textos, Gêneros Textuais, Gramática Normativa (Morfologia, Sintaxe, Concordância, Regência, Colocação Pronominal), Ortografia e Acentuação, Semântica, Figuras

de Linguagem, Coesão e Coerência Textual, Variação Linguística, Redação, Literatura Brasileira.

INFORMÁTICA: Introdução à Informática, Sistemas Operacionais, Programas de Escritório (Pacote Office), Internet e Navegação, Correio Eletrônico (E-mail), Noções de Segurança da Informação, Armazenamento de Dados, Introdução à Digitação, Redes Sociais e Colaboração Online, Noções de Multimídia.

QUESTÕES ESPECÍFICAS PSICÓLOGO SOCIAL: Políticas Públicas e Assistência Social, Atuação do Psicólogo no Contexto Social, Acompanhamento Psicossocial, Psicologia Comunitária, Proteção Social e Direitos Humanos, Teorias e Práticas de Psicologia Social, Saúde Mental e Intervenções Psicossociais, Ética Profissional e Direitos dos Usuários, Metodologia de Trabalho em Equipe e Interdisciplinaridade, Legislação e Políticas de Proteção Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Antônio Suárez. Curso de Redação. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2013.
ANDRADE, Maria Luiza. Fundamentos de Estilística. 5ª ed. São Paulo: Contexto,
2012.

ANTUNES, Irandé. Muito Além da Gramática: Por uma Nova Didática de Língua
Portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico: O Que É, Como Se Faz. 62ª ed. São Paulo:Edições Loyola, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes,
2003.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. Figuras de Linguagem. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. 4ª ed. São Paulo: Cultrix,
2017. BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS/2012). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional

Básica (NOB/SUAS/2012). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira. 10ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2018.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48ª ed.São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2018.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: Linguagens. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. 2005.

COSTA, Antonio. Psicologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Vozes, 2014.
Engenharia de Software - Ian Sommerville

Engenharia de Software: uma Abordagem Profissional - Roger S. Pressman FARACO, Carlos Alberto. Linguística Histórica: Uma Introdução ao Estudo da História das Línguas. 6ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender o Texto: Leitura e Redação. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2015.

GUARESCHI, Pedrinho A.; GRITTI, Maria da Graça M. de Almeida. Psicologia Social Comunitária: Novos Rumos e Compromissos. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Informática Básica - Márcio Gonçalves e Maria Elizabete de Siqueira Lage
Introdução à Computação: Aspectos Básicos e Aplicações - Cláudio Boscarioli e Ricardo R. Pereira

KOCH, Ingedore G. Villaça. A Coesão Textual. 24ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.
KOCH, Ingedore G. Villaça. Introdução à Semântica: Fundamentos e Aplicações. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coesão. 21ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore G.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender: os Sentidos do Texto.3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa
em Saúde. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIOTO, Regina Célia de Oliveira. Serviço Social e políticas sociais: fundamentos, contradições e desafios. São Paulo: Cortez, 2012.

PASQUALE, Ulisses Infante; CIPRO NETO, William. Gramática da Língua Portuguesa.4ª ed. São Paulo: Scipione, 2016.

Psicomotricidade: Filogênese, Ontogênese e Retrogênese - Vitor da Fonseca Redes de Computadores - Andrew S. Tanenbaum e David J. Wetherall

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 49ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

SANTOS, Wanderley Codo dos; SOUZA, Paulo Eustáquio de; SILVA, Flávio Carvalho da. Trabalho e Saúde Mental: Uma Abordagem Psicossocial. São Paulo: Vozes, 2015.

Segurança da Informação: Guia Prático para Implementação de Sistemas de Segurança - Samuel Rosa

Sistemas de Informação - David Kroenke e David Auer

Sistemas de Informação Gerenciais - Kenneth C. Laudon e Jane P. Laudon

Sistemas Operacionais: Internals e Design Principles - William Stallings

SPINK, Mary Jane Paris. A Psicologia Social e Algumas de suas Interfaces. São Paulo: Cortez, 2015.

Tecnologia Assistiva: Intervenções para Promoção da Autonomia de Pessoas com Deficiência - Sandra M. Costa

Tecnologia da Informação para Gestão: Transformando os Negócios na Economia Digital - Efraim Turban, Linda Volonino e Gregory R. Wood

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; GIOVANNI, Geraldo Di. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; GIOVANNI, Geraldo Di. A Política Social Brasileira no Século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda. São Paulo: Cortez, 2004.

10 – DOS RESULTADOS

10.1. O resultado preliminar do processo seletivo será divulgado no dia **11/09/2026** através do site www.formiga.mg.gov.br, **APP FORMIGA** e afixado na sede da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão situada a Rua Barão de Piumhi, nº 92, Centro, Formiga – MG.

11 - DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, desde que devidamente fundamentado e identificado, dirigido à Comissão responsável, devendo ser protocolado o pedido na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, situada à Rua Sete de setembro, nº 18, Quarteis, Formiga-MG contra os seguintes atos:

11.1.1. Contra questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, dentro de 01 (um) dia útil, a contar da publicação do Gabarito Provisório no Quadro de Avisos da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão de Formiga-MG e no site www.formiga.mg.gov.br

11.1.2. Deverá ser feito um recurso para cada questão de prova impugnada, ou seja, cada questão deverá ser apresentada em folha separada.

11.1.3. Para interposição de recurso, os Cadernos de Provas estarão disponíveis para consulta na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano de Formiga-MG.

11.1.4. Se, do exame do recurso resultar anulação de questão, seja por recurso administrativo ou por decisão judicial resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que não tenha recorrido ou ingressado em juízo.

11.1.5. Se houver alteração do Gabarito Provisório, por força de impugnações, o mesmo será republicado.

12 – DA CLASSIFICAÇÃO

12.1 – O candidato será considerado habilitado desde que não obtenha nota zero em nenhuma das provas (Português, Informática e Conhecimentos Específicos).

12.2 – A classificação será feita em ordem decrescentes da nota final obtida individualmente, considerando todos os candidatos aprovados.

12.3 – Em caso de empate na nota final, para efeito de classificação, terá preferência, sucessivamente, ao candidato que:

Apresentar idade mais avançada;

Obtiver maior número de pontos no conteúdo "conhecimentos específicos"

Sorteio em ato público.

12.4 Após findadas todas as etapas do Processo Seletivo, ele será homologado por ato do Chefe do Executivo.

13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1 – Quanto a ordem de classificação, será realizado de acordo com o Decreto Municipal nº 10.069/2023, de 31/07/2023, onde especifica que, quando da vigência de Concurso Público Municipal, os aprovados terão preferência obrigatória para fins de contratação temporária quanto aos aprovados em Processo Seletivo Simplificado, nos termos do artigo 3º da Lei nº 6.191, de 20 de fevereiro de 2024.

13.2 - A contratação no cargo público será efetuada de acordo com Decreto Municipal nº 10.069/2023 se forem atendidas as seguintes condições:

I – A Convocação respeitará a ordem de classificação e o número de vagas existentes ou que vierem a existir, durante a validade deste Processo Seletivo.

II - ser considerado apto na inspeção de saúde;

II – apresentar os documentos previstos no item 5 deste Edital:

- A convocação dos candidatos aprovados dar-se-á por meio de notificação pessoal, encaminhada exclusivamente pelo aplicativo para dispositivos móveis **"APP Formiga",** bem como mediante publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Formiga **(www.formiga.mg.gov.br)** e afixação de cópia na sede da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão, localizada à Rua Barão de Piumhi, nº 92, Centro, Formiga/MG.

- O aplicativo para dispositivos móveis **APP FORMIGA,** está disponível gratuitamente nas lojas do *Google Play* ou *App Store.*

13.5 - O candidato convocado deverá manifestar formalmente seu interesse na vaga no prazo máximo de **01 (um) dia útil,** contado a partir do envio da notificação de convocação, realizando **o aceite eletrônico por meio do próprio aplicativo.** A ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido será interpretada como desistência tácita, implicando a eliminação do candidato da respectiva convocação e a consequente chamada do candidato subsequente, respeitada a ordem de classificação.

13.6 É de inteira responsabilidade do candidato manter seu cadastro devidamente atualizado, bem como assegurar o correto funcionamento e atualização do aplicativo móvel, durante toda a vigência do presente certame.

13.7 – O candidato responsabiliza-se pelo acompanhamento de todas as publicações, comunicações e notificações relativas ao processo seletivo, inclusive aquelas eventualmente encaminhadas por meio eletrônico.

13.8 – O aplicativo **"APP Formiga"** disponibiliza, ainda, versão web com as mesmas funcionalidades da versão móvel,

13.9 – Dentro do prazo estabelecido em cada convocação, o candidato poderá comparecer presencialmente à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão, durante o horário de expediente (08:00h às 11:00h e de 13:00h às 16:00h), para realizar o aceite da vaga de forma presencial, devendo, para tanto, apresentar documento oficial de identificação com foto.

13.10 – Quando convocado, o candidato poderá optar por uma das seguintes alternativas:

I – aceitar a vaga;

II – desistir da vaga, hipótese em que não mais será convocado no âmbito do presente certame; ou

III – solicitar, por uma única vez, o reposicionamento para o final da lista de classificados, permanecendo com direito a uma nova oportunidade de convocação.

Parágrafo único. A solicitação prevista no inciso III somente poderá ser realizada presencialmente na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão, durante o horário de expediente e dentro do prazo estipulado na convocação.

14 – DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogável uma vez, por igual período.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – A inexatidão das informações e as irregularidades de documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

15.2 – A inscrição do candidato importará no conhecimento das instruções deste Edital, bem como o Decreto, e na aceitação tácita das condições nele contidas tais como se acham estabelecidas.

15.3 – Todas as publicações referentes a este Edital, até a sua homologação serão divulgadas no Quadro de Avisos da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão, situada à Rua Barão de Piumhi, 92, Centro, em Formiga-MG e APP Formiga.
15.4 – É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todos os atos publicados referentes a esse Processo Seletivo.
15.5 – O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, inclusive com número de telefone, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização do seu endereço.
15.6 – A aprovação no processo seletivo não gera direito à contratação, sendo apenas expectativa de direito, condicionada à existência de recursos orçamentários – financeiros e observância das disposições legais, bem como de acordo com o interesse e conveniência da Administração Municipal.
15.7 – Não haverá divulgação da relação de candidatos reprovados, não classificados ou não habilitados.
15.8 - Não serão fornecidos atestados, certificados, certidões ou declarações relativas ao Processo Seletivo, classificação ou nota de candidatos, valendo para tal fim a homologação do resultado final.
15.9 – As relações com o resultado oficial dos candidatos aprovados e classificados ficarão sob a guarda da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão, sendo mantidos até o prazo de validade do processo seletivo.
15.10 – O candidato classificado que não atender à convocação para contração, num prazo de um dia útil será preterido pelo candidato seguinte.
15.11 – O candidato classificado que desistir da vaga que lhe for destinada será substituído pelo seguinte na ordem classificatória.
15.12 – Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

Formiga MG, 11 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LÁERCIO
Prefeito Municipal

PAULA CAROLINA COUTO LIMA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano

LUIS HENRIQUE SILVA SOARES
Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Gestão

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:6A5375EB

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 005/2026

Homologa o Processo Seletivo que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Formiga, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os artigos 31 e 32 do Decreto nº. 10.069, de 31/07/2023, e ainda o artigo 3º da Lei nº. 6191, de 20/02/2024.
Resolve:
Art. 1º. HOMOLOGAR o **Processo Seletivo Simplificado de nº. 005/2026,** realizado pela Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, para provimento de funções temporárias e formação de cadastro de reserva para atendimento ao excepcional interesse público.

Art. 2º. Tornar pública a relação de candidatos aprovados, conforme Anexo I deste Termo, para as funções de Cuidador Social, Servente de Limpeza, Servente de Obras e Coveiro.

Art. 3º. O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, prorrogável por igual período.

Art. 4º. Este termo entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Formiga, 12 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

ANEXO I
CUIDADOR SOCIAL

Classificação	Nome	Nota
1	ANDREIA SILVEIRA LEAL	100
2	ÊNIO EMAR DA SILVA	100
3	ESTHER GONÇALVES ARANTES	100
4	MARAIZA ALVES MIRANDA	100
5	SABRINA COSTA SILVA DE CASTRO	100
6	MILENA CRISTINA MENDONÇA SILVA COSTA	100
7	GABRIEL DE OLIVEIRA ALVES	100
8	STEFANI KÉSIA ALVES	100
9	MARIA DO CARMO SILVA	95
10	VIVIANE CRISTINA DAMASCENO	95
11	ANA PAULA DE MENEZES	95
12	NEYMAR FONSECA QUINTILIANO	95
13	CRISTINA GONÇALVES PEREIRA LEAL	95
14	MÁRCIA CRISTINA DA CUNHA SILVA	95
15	ELIANA CRISTINA CARVALHO	95
16	JESSICA ADRIELLE CAMPOS	95
17	WARLEY LUCAS DA SILVA	95
18	LARISSA MORAIS DA SILVA	95
19	JÉSSICA GABRIELA JUVÊNCIO	95
20	ROSIANE APARECIDA BERNARDES	95
21	KASSIA GUIMARAES DE SOUSA	95
22	SERGIO DE PAUSA DA SILVA	90
23	ROSANA ALVES PIMENTA	90
24	ROSANE ALVES FELIPE	90
25	LETICIA FERNANDES RAMOS	90
26	CLEIDE REGINA ALVES	85
27	RITA MARIA MENDONÇA	85
28	VALDA APARECIDA MENDONÇA PINHEIRO	80
29	IARA FARIA DE SOUZA MORAES	80
30	ROBERTA DAS GRAÇAS SILVA CARVALHO	80
31	KELLY ALBERTINE SOUSA LEONARDO	80
32	FRANCIELLE MARA ALVES DA SILVA	80
33	MAIRA FERNANDA ALVES PACHECO	80
34	LUIZ HENRIQUE DE MOURA CARVALHO	75
35	LETICIA OLIVEIRA DIAS DE JESUS	75
36	ADRIANA CRUZ DE OLIVEIRA	70
37	RENATA SANTANA DE OLIVEIRA ALVES	65
38	BRUNA RAFAELA PEREIRA MARTINS	60

SERVENTE DE LIMPEZA

Classificação	Nome	Nota
1	LEONA GONÇALVES DO COUTO	100
2	RAIDENES SIMÕES MAIA	100
3	SIRLENE SILVIA ANASTACIO	100
4	IAKARA KELMA SANTOS SILVA	100
5	ADIMARA APARECIDA DA CUNHA	100
6	VALDIRENE OLIVEIRA DA SILVA	100
7	LEILA HELENA ARANTES PAMPLONA	100
8	VANDERLEIA NUNES FERNANDES	100
9	GABRIELA KATRINE DE OLIVEIRA	100
10	MARINALVA PEREIRA E SILVA SANTOS	95
11	ADRIA CRISTINA GONDIN MACHADO	95
12	MÁRCIA FRANCISCA DA SILVA	95
13	MARIA CÉLIA FERNANDES	95
14	ELAINE CRISTINA DA SILVA	95
15	JULIANA MARIA OLIVEIRA SATIL	95
16	KÁTIA CRISTINA DA SILVA	95
17	DIANDRA GOMES PEREIRA	95

18	MARIA JULIANA ALVES BORGES	95
19	CASSIA DA SILVA SANTOS CAMPOS	95
20	LORENA HELOÍSA BRISDA	95
21	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	95
22	LUDMILA BATISTA CORREIA	95
23	ELISANGELA FATIMA DE SOUSA	95
24	GLEISE FARIA GARCIA	95
25	ESTELA JULIANA DINIZ	95
26	DENISE DA COSTA CUNHA	95
27	ILMA DE RESENDE	90
28	LUCIENE APARECIDA DE FARIA	90
29	ERICA CRISTINA SILVA	90
30	SELMA APARECIDA DE MENESES	90
31	NIRLEI APARECIDA OLIVEIRA NASCIMENTO	90
32	CLEIDILANE MARIA DE OLIVEIRA	90
33	ANDREIA GOMES RAMOS	90
34	MARILENE RESENDE GUIMARÃES	90
35	GISELE APARECIDA DA SILVA MENDES	90
36	LUCILENE DA SILVA HIPÓLITO	90
37	CAROLINA APARECIDA DE SOUZA	90
38	RÉGILA NASCIMENTO DOS SANTOS	90
39	FLÁVIA VIEIRA DE ALMEIDA	90
40	ALEX SANDRO DE FARIA LEAL	85
41	DANIELA APARECIDA KERSUL SILVA	85
42	BEATRIZ ALVES VITORIO	85
43	GISLAINE VERÔNICA DE OLIVEIRA	85
44	MARCIA HELENA DE OLIVEIRA RODRIGUES	85
45	MICHELE BORGES BELARMINO	85
46	ANA PAULA DE OLIVEIRA	85
47	EUNICE FERNANDES VIEIRA DE PAULA	85
48	THAYSSA MARÇAL RESENDE GONDIM	85
49	MARÍLIA CANTO BARBOSA	80
50	ADELINA LÚCIA DE OLIVEIRA	80
51	ELIANE FRANCISCA DA CUNHA	80
52	NATALIA CLUADINA FERREIRA	75
53	PATRÍCIA MARIA DA SILVA	75
54	CIMILIANA NASCIMENTO OLIVEIRA	75
55	DORALICE PEREIRA DA CUNHA	75
56	GISLENE DA SILVA BRITO FARIA	75
57	LUCIMARA DA SILVA	75
58	CIRLEY OLIVEIRA	75
59	ADALGIZA LOURENÇO DA SILVA	75
60	RONALDO GONÇALVES DA SILVA	70
61	IARA APARECIDA MENEZES FARIA	70
62	HELIA ALVES BELO	65
63	MARIA APARECIDA BRISDA NASCIMENTO	55
64	MARIA DE LOURDES IZIDORO FARIA	45

SERVENTE DE OBRAS

Classificação	Nome	Nota
1	WELDER DE DEUS NASCIMENTO	96
2	CARLOS ROBERTO CANDIDO	95
3	ISMAIR FRANCISCO DE ASSIS	94

COVEIRO

Classificação	Nome	Nota
1	MARCOS FELIPE PEREIRA SILVA	95
2	MAYCON DOUGLAS ALVARENGA VILELA	70

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:F8F3CD38

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 042/2026

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga - PREVIFOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XVI do artigo 119 da Lei Municipal nº. 4172 de 31 de março de 2009, acrescentado pela Lei nº. 4901 de 16 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** pensão por morte a **MIGUEL PABLO PARREIRAS FARIA CASTRO** (filho menor) e **TIAGO PARREIRAS FARIA CASTRO** (filho menor), dependentes beneficiários, nos termos do inciso I e do parágrafo 1º do artigo 16 da Lei Municipal nº. 4172, de 31 de março de 2009, do servidor ativo **CAMILO PABLO PARREIRAS CASTRO**, Operário de Serviços Gerais, Classe I, Grau A, matrícula nº 23825, falecido em 22/07/2026, devendo a pensão por morte ser de 50% do benefício para cada dependente, sem direito a paridade, de acordo com o artigo 28, inciso II, alínea "a", artigos 54, inciso I, 55, 61, 63, inciso II e parágrafo único e artigo 82 da Lei Municipal nº. 4172, de 31 de março de 2009, em conformidade com o artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal de 1988, a partir de **22 de julho de 2026**.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **22 de julho de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Formiga/MG, 12 de agosto de 2026.

RONALDO CÂNDIDO DA SILVA
Superintendente Executivo

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:A9E10812

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4474 DE 12/08/2026

Nomeia servidores para as funções que menciona referentes ao Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico.

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - **NOMEAR** o(a) servidor(a) **DANIELA DA FONSECA EUFRÁSIO**, Supervisor de Frotas e Equipamentos, como **GESTOR DO CONTRATO DE QUE TRATA O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**, referente a registro de preços para eventual e futura aquisição de gasolina comum e óleo diesel S500 para a frota do SAAE Formiga, e, como **FISCAL TÉCNICO** do referido Contrato, o(a) servidor(a) **MOISÉS HEBREU DE CASTRO**, Assessor de Manutenção Mecânica, e, como **FISCAL ADMINISTRATIVO** do referido Contrato, o(a) servidor **WELLINGTON JORGE LASMAR,** Supervisor de Almoxarifado, sem qualquer ônus adicional para o erário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 12 de Agosto de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:175B7B8C

PORTARIAS
REPUBLICAÇÃO (*) PORTARIA Nº 6.549, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem ônus adicional ao erário, comporem comissão responsável por promoverem

estudos acerca de eventual ampliação do benefício previsto na Lei nº 4948, de 21 de julho de 2014 a portadores de fibromialgia.

Wender Antônio de Oliveira;
Luís Henrique Silva Soares;
Joaquim Martins de Carvalho;
Sandra Micheline de Castro Salviano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 11 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:E818D122

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de veículo automotor, tipo caminhonete, com fornecimento de motorista devidamente habilitado, destinado ao apoio das atividades da Secretaria Municipal da Infraestrutura do Município de Formoso (MG). FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Contratação Direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no disposto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021. PUBLICAÇÃO DO AVISO: 04/08/2026. DECISÃO DA COMISSÃO: 10/08/2026. RATIFICAÇÃO EM 11/08/2026. VALOR GLOBAL: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). CONTRATADO: 68.108.363 Felipe de Souza Araújo Ornelas – CNPJ: 68.108.363/0001-89.

Formoso/MG, 11 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES ORNELAS,
Prefeito.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:B33679F0

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de veículo automotor, tipo caminhonete, com fornecimento de motorista devidamente habilitado, destinado ao apoio das atividades da Secretaria Municipal da Infraestrutura do Município de Formoso (MG). UNIDADE: Secretaria Municipal da Infraestrutura. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formoso – CNPJ: 18.125.153/0001-20. CONTRATADA: 68.108.363 Felipe de Souza Araújo Ornelas – CNPJ: 68.108.363/0001-89. VALOR DO CONTRATO: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.08.01.15.122.0030.2071.3.3.90.39.00 – Ficha 00562, fonte 1.500.000.0000. DATA DE ASSINATURA: 11/08/2026.

Formoso/MG, 12 de agosto de 2026.

ROSIMEIRE SILVA SOUSA,
Coordenadora da CPC.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:B6CED4D0

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. DINARTE HENRIQUE GUEDES DE ORNELAS, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o Processo Administrativo nº 110/2026, Pregão Presencial nº 06/2026. Objeto: Aquisição de materiais de construção civil destinados à implantação de sistema de drenagem pluvial no Cemitério Municipal de Formoso/MG, visando captar, conduzir e promover o adequado escoamento das águas pluviais, prevenindo erosões, alagamentos e movimentação de terra, em cumprimento às obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado nos autos do Inquérito Civil nº MPMG-0093.15.000088-8, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Formoso/MG. Situação: ADJUDICADO em 05/08/2026. HOMOLOGADO em 10/08/2026. RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO. Adjudicado e Homologado para: **33.838.450 BRENO SILVA ANDRADE** – CNPJ: 33.838.450/0010-07, vencedora única do certame, totalizando R$ 118.270,00 (cento e dezoito mil e duzentos e setenta reais).

Formoso/MG, 10 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE G. DE ORNELAS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:1E04642C

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. DINARTE HENRIQUE GUEDES DE ORNELAS, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o Processo Administrativo nº 75/2026, Pregão Eletrônico nº 10/2026. Objeto: Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, utensílios e materiais pedagógicos, destinados à estruturação e ao pleno funcionamento da APAE de Formoso, em conformidade com a emenda estadual vinculada à Resolução SEGOV nº 16/2025, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal da Economia, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turístico, Cultura e Inovação do Município de Formoso/MG. Situação: ADJUDICADO em 04/08/2026. HOMOLOGADO em 06/08/2026. RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO. Adjudicado e Homologado para: (1) **ANGULAR SOLUÇÕES EM DISTRIBUIÇÃO LTDA** – CNPJ: 58.543.909/0001-76, vencedora do item 47, totalizando R$ 800,00 (oitocentos reais); (2) **B2W INFORMATICA LTDA** – CNPJ: 31.495.862/0002-73, vencedora do item 23, totalizando R$ 8.220,00 (oito mil e duzentos e vinte reais); (3) **CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA** – CNPJ: 39.581.101/0001-39, vencedora do item 39, totalizando R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais); (4) **COMERCIAL MINASFORT LTDA** – CNPJ: 41.583.896/0001-66, vencedora dos itens 06, 07, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 29, 43, 45 e 53 , totalizando R$ 17.550,25 (dezessete mil e quinhentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos); (5) **D N P COMERCIO E ACESSORIOS LTDA** – CNPJ: 44.718.705/0001-14, vencedora do item 10, totalizando R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais); (6) **DISTRIBUIDORA ALVES LTDA** – CNPJ: 48.530.529/0001-43, vencedora dos itens 05, 19, 20, 26, 27, 28, 30, 36, 37, 40, 41, 42, 46 e 48, totalizando R$

10.899,74 (dez mil e oitocentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos); (7) **E TUDO BARATO COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA** – CNPJ: 37.165.739/0002-44, vencedora do item 08, totalizando R$ 800,00 (oitocentos reais); (8) **FJF COMERCIO E SERVICO LTDA** – CNPJ: 57.032.406/0001-73, vencedora do item 35, totalizando R$ 5.280,98 (cinco mil e duzentos e oitenta reais e noventa e oito centavos); (9) **INFANTARIA COMERCIAL LTDA** – CNPJ: 20.795.155/0001-79, vencedora dos itens 50 e 51, totalizando R$ 6.699,18 (seis mil e seiscentos e noventa e nove reais e dezoito centavos); e, (10) **VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA** – CNPJ: 49.287.699/0001-01, vencedora do item 01, totalizando R$ 7.499,88 (sete mil e quatrocentos e noventa e nove reais oitenta e oito centavos).

Formoso/MG, 06 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE G. DE ORNELAS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:F576F3A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FRONTEIRA DOS VALES

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA DOS VALES AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N° 029/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 002/2026

MUNICÍPIO DE FRONTEIRA DOS VALES-MG - AVISO DE LICITAÇÃO – Processo Licitatório n° 029/2026 – Concorrência Eletrônico nº 002/2026 – O Município realizará no dia 27/08/2026, às 09:00 horas – Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR REGIME DE EXECUÇÃO GLOBAL, COM MÃO DE OBRA E MATERIAL, PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO NA COMUNIDADE BOA VISTA ZONA RURAL DE FRONTEIRA DOS VALES, INDICAÇÃO Nº 197396 EMENDA PARLAMENTAR AUTORIA ANDREIA DE JESUS**. Edital e informações encontram-se à disposição dos interessados no site www.bll.org.br , e-mail: *contato@bll.org.br* e tele/fax: (41) 3042-9909 e (41) 3091-9654.

Fronteira dos Vales-MG, 11 de agosto de 2026,

ADAILTON RODRIGUES DA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jesué Pereira Rocha
Código Identificador:43E8A2E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O **Prefeito Municipal de Guarani-MG**, em cumprimento ao art. 94, caput, da Lei nº 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Contrato
Número	066/2026
Contratante	**MUNICÍPIO DE GUARANI-MG**, através da Prefeitura Municipal de Guarani
Contratado	**ATACADO E SERVIÇOS CATARINENSE LTDA** - CNPJ: 52.987.544/0001-92
Objeto	O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos padronizados de assistência à saúde e higiene pessoal em atendimento as ações da Secretaria Municipal de Saúde**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento	Processo Licitatório nº 112/2026
Base legal	Art. 86 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021
Prazo	**12/08/2026** a **12/08/2027**
Valor	O valor da contratação é de **R$ 71.250,00 (setenta e um mil duzentos e cinquenta reais)**.
Signatário - Contratante	ANA CLÁUDIA DOS ANJOS RIBEIRO Secretária Municipal de Saúde
Signatário - Contratado	RUI RODRIGUES DA SILVA Sócio Administrador

Guarani-MG, 12 de agosto de 2026.

RENAN BRAGA PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:66A02789

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O **Prefeito Municipal de Guarani-MG**, em cumprimento ao art. 94, caput, da Lei nº 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Contrato
Número	067/2026
Contratante	**MUNICÍPIO DE GUARANI-MG**, através da Prefeitura Municipal de Guarani
Contratado	**TUDO MAIS LTDA** - CNPJ: 45.830.795/0001-01
Objeto	O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos padronizados de assistência à saúde e higiene pessoal em atendimento as ações da Secretaria Municipal de Saúde**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento	Processo Licitatório nº 112/2026
Base legal	Art. 86 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021
Prazo	**12/08/2026** a **12/08/2027**
Valor	O valor da contratação é de **R$ 214.808,10 (duzentos e quatorze mil, oitocentos e oito reais e dez centavos)**.
Signatário - Contratante	ANA CLÁUDIA DOS ANJOS RIBEIRO Secretária Municipal de Saúde
Signatário - Contratado	THALES WAGNER SILVA COELHO Sócio Administrador

Guarani-MG, 12 de agosto de 2026.

RENAN BRAGA PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:08A551CB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112|2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos padronizados de assistência à saúde e higiene pessoal em atendimento as ações da Secretaria Municipal de Saúde.

Vistos, etc.

Compulsando os autos do Processo Licitatório nº 112|2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos padronizados de assistência à saúde e higiene pessoal em atendimento as ações da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a contratação, fundamentada no art. 86 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, nos seguintes termos:

CONTRATADA: ATACADO E SERVIÇOS CATARINENSE LTDA
CNPJ: 52.987.544/0001-92

Lote 01					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço unitário (R$)	Preço total (R$)
01	Creme dental	und	1500	5,24	7.860,00
02	Escova dental	und	1500	6,65	9.975,00
03	Fio dental	und	1500	8,88	13.320,00
04	Higienizador de língua	und	1500	8,85	13.275,00
05	Cartilha	und	1500	0,70	1.050,00
06	Estojo personalizado	und	1500	17,18	25.770,00
	Total				71.250,00

VALOR: O valor da contratação é de **R$ 71.250,00 (setenta e um mil duzentos e cinquenta reais)**.

CONTRATADA: TUDO MAIS LTDA
CNPJ: 45.830.795/0001-01

Lote 02					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço unitário (R$)	Preço total (R$)
01	Banheira	und	150	64,82	9.723,00
02	Lenço	und	150	13,91	2.086,50
03	fraldas	und	150	35,02	5.253,00
04	Sabonete líquido	und	150	24,31	3.646,50
05	Álcool	und	150	21,52	3.228,00
06	Termômetro	und	150	26,10	3.915,00
07	Algodões	und	150	13,41	2.011,50
08	Toalha de banho	und	150	45,01	6.751,50
09	Bolsa maternidade	und	150	279,09	41.863,50
	Total				78.478,50

Lote 03					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço unitário (R$)	Preço total (R$)
01	Squeeze	und	450	13,00	5.850,00
02	Camisa	und	450	57,00	25.650,00
03	Boné	und	450	21,99	9.895,50
04	Álcool em gel	und	450	14,99	6.745,50
05	Protetor solar	und	450	29,90	13.455,00
06	Repelente	und	450	27,90	12.555,00
07	Sabonete líquido	und	450	16,99	7.645,50
08	Sacola TNT	und	450	5,99	2.695,50
	Total				84.492,00

Lote 04					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço unitário (R$)	Preço total (R$)
01	Glicosímetro	und	120	249,00	29.880,00
02	Fitas para glicosímetro	und	120	139,00	16.680,00
03	Termômetro digital	und	120	28,99	3.478,80
04	Álcool em gel	und	120	14,99	1.798,80
	Total				51.837,60

VALOR: O valor da contratação é de **R$ 214.808,10 (duzentos e quatorze mil, oitocentos e oito reais e dez centavos)**.

Guarani-MG, 12 de agosto de 2026.

ANA CLÁUDIA DOS ANJOS RIBEIRO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:E1F91BE0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO Nº 3.276, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 3.276, de 11 de agosto de 2026

DECRETA LUTO OFICIAL

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 103, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o falecimento da honrosa servidora pública municipal da Secretaria de Educação, **Sueli Donizetti da Silva Araújo**, ocorrido nesta data, 11 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO que Sueli Donizetti da Silva Araújo dedicou 28 (vinte e oito) anos de sua vida ao serviço público municipal, tendo ingressado nos quadros da Administração Pública Municipal em 1998 e desempenhado suas funções com dedicação, comprometimento e zelo em benefício da comunidade guaxupeana;
CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados ao Município de Guaxupé ao longo de sua trajetória como servidora pública, deixando reconhecida contribuição à Administração Municipal e à comunidade;

CONSIDERANDO o sentimento de consternação, solidariedade, dor e saudade que se manifesta entre seus familiares, amigos, colegas de trabalho e toda a comunidade guaxupeana diante de sua perda;

CONSIDERANDO, por fim, que é dever do Poder Público prestar justa homenagem àqueles que, por meio de seu trabalho, dedicação e espírito público, contribuíram para o bem-estar da coletividade e para o serviço público municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial por 3 (três) dias no Município de Guaxupé, a contar desta data, em razão do falecimento da servidora pública municipal **Sueli Donizetti da Silva Araújo**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município e à comunidade guaxupeana ao longo de seus 28 (vinte e oito) anos de serviço público.

Art. 2º Durante o período de Luto Oficial, a bandeira do Município de Guaxupé será hasteada a meio-mastro nos prédios públicos municipais, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé, 11 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora- Geral

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:DEBD8CD9

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE N.º 66/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Edital de Convocação para Nomeação e Posse n.º 66/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

A Secretaria Municipal de Administração de Guaxupé, através de seu representante legal, Benedito Resende Neto, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a homologação do Concurso Público – Edital 01/2023, por meio do Decreto Municipal nº 2.817 de 28 de dezembro de 2023, CONVOCA os candidatos aprovados e classificados, para os cargos efetivos, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.
Os candidatos abaixo relacionados deverão comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, n.º 113, Centro, Guaxupé-MG, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados (do recebimento da notificação de convocação) a partir da data da publicação do Edital de convocação, para apresentação dos documentos originais e cópias, conforme Anexo I deste Edital.

Cargo	**Classificação**	**Nome do candidato**
ASSISTENTE SOCIAL I	4º lugar (afrodescendente)	LEONARDO ALVES DE SOUZA

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura Municipal convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

Guaxupé, 12 de agosto de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário de Administração

ANEXO I

Habilitação para o cargo:

( ) - Título de Eleitor (cópia e original);
( ) - Carteira de Identidade (cópia e original);
( ) - CPF (cópia e original); - Cartão PIS/PASEP para os já inscritos (cópia e original);
( ) - Certidão de nascimento e casamento (cópia e original);
( ) - Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
( ) - Quitação com as obrigações militares, somente para homens (cópia e original);
( ) - Quitação com as obrigações eleitorais (cópia e original);
( ) - Comprovante de residência (cópia e original);
( ) - Declaração de bens e/ou Declaração de IRPF (cópia e original);
( ) - 2 fotos 3x4 recentes;
( ) - Diploma comprobatório da escolaridade exigida para o cargo (cópia e original);
( ) - Registro regular no Conselho Profissional conforme o caso (cópia e original);
( ) - Atestado Médico Admissional (original);
( ) Atestado de Antecedentes Criminais;
( ) - Laudo Médico no caso de candidato com deficiência;
( ) -Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;
( ) -Telefone fixo / Celular: _____ / _____
( ) - E-mail: _____

Publicado por:
Ana Márcia Magalhães Cândido
Código Identificador:310A0C5F

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 01º Termo Aditivo ao Contrato nº 175/2025, originado da Dispensa de Licitação nº 035/2025, firmado com a empresa **ELEVADORES VILLARTA LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e o reajuste de valores de acordo com o Índice INPC acumulado entre julho de 2025 e junho de 2026, no percentual de 4,327080%, do contrato que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 02(dois) elevadores para a Prefeitura de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 40.666,68. **Fundamento Legal:** Artigo 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 12/08/2026

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:32EE60C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 185/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 01º Termo Aditivo ao Contrato nº 185/2025, originado da Dispensa de Licitação nº 039/2025, firmado com a empresa **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e o acréscimo de valores no importe de **R$ 24.975,00** (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais), que corresponde a 25% do valor do contrato que tem por objeto a Contratação de empresa para realização de grupos de apoio destinados às mulheres vítimas de violência e grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica. **Valor:** R$ 124.875,00. **Fundamento legal:** Artigos 111, 124, I, "b" e 125 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 12/08/2026

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:C3D6A8B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 02º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 02º Termo Aditivo ao Contrato nº 142/2024, originado da Inexigibilidade nº 074/2024, firmado com a **MARIA REGINA BOMFIM. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e o reajuste de valores de acordo com o Índice INPC acumulado entre julho de 2025 e julho de 2026, no percentual de 4,33%, do contrato que tem por objeto a Locação de imóvel, situado à rua Francisco Vieira do Valle, nº. 460, Centro, Guaxupé/MG onde encontra-se instalado o Centro Vida. **Valor:** R$ 67.678,68. **Fundamento legal:** Artigo 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 12/08/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:F4599B11

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 04º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 073/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 04º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 073/2025, originada do Pregão Eletrônico nº 111/2025, firmado com a empresa **JORGE LUIZ MARQUES DIAS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de fornecedor, marca e valor dos itens 18 - CAIXA PLÁSTICA VAZADA RETANGULAR TIPO MERCADO, 25 - COADOR DE ALGODÃO PARA CAFE G, 47 - ESCORREDOR DE LOUÇAS AÇO INOX PARA 20 PRATOS e 89 - TÁBUA PARA BATER CARNE RETANGULAR 30X21X12 MM EM POLIPROPILENO, da Ata tem por objeto a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ/MG. **Fundamento Legal:** Artigo 124, II da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 12/08/2026

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:D411EEBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 075/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **HOMOLOGAÇÃO Inexigibilidade nº 075/2026** pelo Chefe do Poder Executivo local do Processo Administrativo **nº 209/2026**. Objeto**: Pagamento de taxas referentes à participação da equipe de Handebol de Guaxupé, nas categorias Juvenil feminino e masculino, no Campeonato Mineiro de Handebol 2026, segunda fase, a ser realizado em Guaxupé/MG. Contratada: FEDERACAO MINEIRA DE HANDEBOL. Valor: R$14.800,00.** Fundamento Legal: art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.632/22.

Guaxupé/MG, 11 de Agosto de 2026.

***JARBAS CORRÊA FILHO* –**
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Suzan Gonçalves Tomaz
Código Identificador:DEC22D7F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GURINHATÃ

SETOR DE LICITAÇÕES
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

O Município de Gurinhatã, em conformidade com Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados Dispensa de Licitação para Aquisição de kimonos e faixas para utilização pelos usuários, especialmente crianças e adolescentes, participantes das atividades de jiu-jitsu desenvolvidas no Centro de Convivência Vânia Guimarães, no âmbito do Projeto **Avança SUAS – Etapa II**, como materiais de apoio necessários à execução e continuidade das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos previstas no projeto.,COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, DA LEI 14.133 DE 01/04/2021, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, até o dia 18/08/2026 às 23:59 horas. A proposta de Preços deverá ser protocolizados na Prefeitura Municipal de Gurinhatã, na Av. Jonas Vilela, nº490, Centro – Cep: 38.380-000, ou enviadas no E-mail:licitacao@gurinhata.mg.gov.br. O Edital de Intenção completo está disponível no site: www.gurinhata.mg.gov.br. Maiores informações pelos telefones (34) 3264-1010, e-mail:licitacao@gurinhata.mg.gov.br.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Gurinhatã-MG

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:4917625C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº117/2026– PROCESSO N° 85/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº117/2026– Processo N° 85/2026. Pregão/Eletrônico N° 042/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de brindes, troféus, medalhas, tatame e tapete para yoga para atender a diversas secretarias da administração municipal de Iguatama/mg. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA. pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 14.323.297/0001-30.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:61B33224

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº118/2026– PROCESSO N° 85/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº118/2026– Processo N° 85/2026. Pregão/Eletrônico N° 042/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de brindes, troféus, medalhas, tatame e tapete para yoga para atender a diversas secretarias da administração municipal de Iguatama/mg. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x RICO ESPORTES LTDA. pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 47.806.094/0001-54.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:2B225804

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº119/2026– PROCESSO N° 85/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº119/2026– Processo N° 85/2026. Pregão/Eletrônico N° 042/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de brindes, troféus, medalhas, tatame e tapete para yoga para atender a diversas secretarias da administração municipal de Iguatama/mg. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO LTDA. pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 00.363.814/0001-90.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:9E1AEBFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº120/2026– PROCESSO N° 85/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº120/2026– Processo N° 85/2026. Pregão/Eletrônico N° 042/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de brindes, troféus, medalhas, tatame e tapete para yoga para atender a diversas secretarias da administração municipal de Iguatama/mg. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x DISTRIBUIDORA M H LTDA. pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 34.938.045/0001-23.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:89E2823E

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
– EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº121/2026– PROCESSO N° 85/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº121/2026– Processo N° 85/2026. Pregão/Eletrônico N° 042/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de brindes, troféus, medalhas, tatame e tapete para yoga para atender a diversas secretarias da administração municipal de Iguatama/mg. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA. pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 40.223.106/0001-79.

***LUCAS VIEIRA LOPES* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:3A9E21C4

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº122/2026– PROCESSO N° 85/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº122/2026– Processo N°

85/2026. Pregão/Eletrônico N° 042/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de brindes, troféus, medalhas, tatame e tapete para yoga para atender a diversas secretarias da administração municipal de Iguatama/mg. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x APUCARNEIRAS- COMERCIO E ACESSORIOS PARA BONES LTDA. pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 41.006.653/00001-65.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:8C26C43E

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº4 PROCESSO 157/2024.
INEXIGIBILIDADE 007/2024. CONTRATO N° 114/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DO ADITIVO Nº4 Processo 157/2024. Inexigibilidade 007/2024. Contrato N° 114/2022. Objeto: credenciamento/inexigibilidade de pessoa jurídica na área de saúde, especialista médico ortopedista para atendimento a secretaria municipal de saúde de Iguatama-MG. X LMNV MEDICINA E SAÚDE LTDA, CNPJ:05.743.478/0001-50.

Lucas Vieira Lopes – Iguatama, 13 de agosto de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:87188005

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026 –
CHAMAMENTO PÚBLICO TERMO DE FOMENTO

JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE FOMENTO

ENTE FEDERADO – MUNICÍPIO DE IGUATAMA
OSC – CENTRO INTEGRADO DE EQUOTERAPIA ARCANJO GABRIEL DE IGUATAMA-MG

O Centro Integrado de Equoterapia de Iguatama, com sede nesta cidade, à Rua 85, n° s/n, Bairro Alto São Francisco, Iguatama-MG, C.E.P 38910-000, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de direito privado, que visa promover a integração e inclusão social de pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais;

A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a doação direta de recursos, por meio de inexigibilidade de chamamento público, do Centro Integrado de Equoterapia de Iguatama para a execução de serviços sociais que promovam a reabilitação, habilitação, integração e inclusão social de pessoas com deficiência (múltipla e intelectual), Transtorno do Espectro Autista (TEA), atrasos e/ou transtornos do desenvolvimento e outras necessidades específicas no Município de Iguatama-MG.

A parceria com o Centro Integrado de Equoterapia é fundamental para garantir a continuidade e a qualidade dessas ações, que contribuem diretamente para a integração, inclusão social e na melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos com deficiências e/ou necessidades especiais, tendo a equoterapia é um método terapêutico e educacional interdisciplinar que utiliza o cavalo em uma abordagem holística voltada ao desenvolvimento biopsicossocial.

A inexigibilidade de chamamento público fundamenta-se na natureza singular de desenvolver programas, projetos, ações e serviços, uma vez que o Centro Integrado de Equoterapia é a única entidade com a expertise, estrutura e experiência necessárias para a execução do serviço social de forma eficiente e eficaz, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

A prática da Equoterapia no Brasil possui regramento próprio e rigoroso, instituído pela **Lei Federal nº 13.830, de 13 de maio de 2019**, que reconhece expressamente o método como instrumento de reabilitação interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação.

Diante do exposto, justifica-se a celebração do termo de colaboração com o Centro Integrado de Equoterapia, garantindo a transparência, a legalidade e o alcance dos objetivos sociais pretendidos, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).

A Lei Federal nº 13.019/14 que introduziu o marco regulatório das relações entre entes estatais e as Organizações da Sociedade Civil, preconiza no inciso II do art. 31 que será inexigível o chamamento público em razão da inviabilidade de competição quando a parceria decorrer de transferência direta de recursos, inclusive subvenções.
Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
I - ...
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3odo art. 12 da Lei no4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar no101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

A inviabilidade de competição justifica-se pela singularidade e experiência exclusiva da entidade, sendo a única no município que reúne a infraestrutura física adaptada, animais adestrados e equipe multiprofissional capacitada exigidos para a equoterapia, somada à necessidade de manutenção do vínculo terapêutico contínuo, além de atender aos princípios da eficiência e economicidade ao reaproveitar essa estrutura já instalada a um custo significativamente menor para o erário.
A Lei Federal nº13.019,de 31/07/14, estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº8.429,de 02/06/92 e9.790,de 23/03/99".

Nestes termos, estamos formalizando o Termo de Fomento a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Iguatama, através da Secretaria de Assistência Social e o Centro Integrado de Equoterapia Arcanjo Gabriel com vigência a partir da assinatura do termo finalizando em 12 (doze) meses, com Inexigibilidade do Chamamento Público, para a consecução dos objetivos propostos, garantindo a manutenção e ampliação dos atendimentos aos cidadãos que necessitam do serviço assistencial e de reabilitação. Destarte, atendida toda a justificativa necessária para a celebração do Termo de Fomento sem o Chamamento Público, conforme previsto no art. 31, Inciso IIda Lei Federal13.019/14.

Ainda, atendendo aos dispositivos previstos no art. 32do mesmo *códex,* restou detalhada de maneira pormenorizada a motivação pela qual se deixou de realizar o processo seletivo, cujo procedimento ora adotado, está disponível em quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Iguatama, também devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios, como condição de sua validade.

Iguatama/MG, 12 de agosto de 2026.

DR. LUCAS VIEIRA LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dário Alves Gonzaga
Código Identificador:8D11891C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
DECRETO N.º 4.628, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Declara luto oficial no Município de Indianópolis-MG pelo falecimento da Senhora Elisa Gonçalves Borges.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 77, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Indianópolis;

Considerando o falecimento da Senhora Elisa Gonçalves Borges, ocorrido no dia 12 de agosto de 2026, sendo esta mãe do Vereador Clodoaldo José Borges, Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis;

Considerando sua trajetória e participação na comunidade indianopolense, especialmente pelo exercício de atividades comerciais durante vários anos no Município;

Considerando sua ligação com a história e com a vida institucional do Município, como viúva do ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Jair Custódio Borges, mãe do atual Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Clodoaldo José Borges, e de servidoras públicas municipais;

Considerando a consternação de familiares, amigos e membros da comunidade indianopolense diante de seu falecimento;

Considerando, por fim, o sentimento de pesar e solidariedade do Poder Executivo Municipal aos seus familiares e amigos,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto oficial por 3 (três) dias no Município de Indianópolis, em sinal de pesar pelo falecimento da Senhora Elisa Gonçalves Borges.

Art. 2º O luto oficial de que trata este Decreto não implicará suspensão do expediente ou dos serviços públicos municipais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Afonso Borges de Souza
Código Identificador:4017EB40

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
LEI MUNICIPAL N.º 2.376, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza a concessão de subvenção social ao Centro Espírita Irmã Hilda, no exercício de 2026, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social, no exercício de 2026, ao Centro Espírita Irmã Hilda, inscrito no CNPJ sob o n.º 21.296.025/0001-54, até o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º A concessão da contribuição de que trata esta Lei fica condicionada à observância dos requisitos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2026, entre outras exigências legais.

Art. 3º A entidade recebedora dos recursos deverá prestar contas dos recursos recebidos, observando o prazo estabelecido no Termo de Fomento.

Art. 4º As despesas para a execução da presente Lei serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: 296, classificação: 02.12.08.244.0014.2.0043.3.3.50.43.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Afonso Borges de Souza
Código Identificador:A47851C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
LEI MUNICIPAL N.º 2.377, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Altera a Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Indianópolis, promove adequações na organização administrativa, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, altera os respectivos anexos, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 33, da Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. Estão subordinados à Secretaria Municipal de Saúde:
I- Departamento de Vigilância em Saúde;
Setor de Vigilância Epidemiológica;
Setor de Vigilância Sanitária;
Setor de Vigilância Ambiental e Controle de Endemias
Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador;
II- Setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD);
III- Setor de Fisioterapia."

Art. 2º A Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 33-A. Compete ao Departamento de Vigilância em Saúde planejar, coordenar, dirigir, supervisionar, integrar, monitorar e avaliar as ações municipais de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Vigilância em Saúde do Trabalhador e Vigilância Ambiental, observadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, do Plano Municipal de Saúde e das demais normas aplicáveis.

Art. 33-B. Compete ao Setor de Vigilância Ambiental e Controle de Endemias planejar, coordenar, executar e monitorar as ações de Vigilância Ambiental em Saúde e de controle de endemias, competindo-lhe, especialmente:
I- desenvolver ações de prevenção, vigilância e controle de doenças relacionadas a fatores ambientais e vetores;
II- coordenar e supervisionar as atividades dos Agentes de Combate às Endemias;

III- promover campanhas educativas e ações de mobilização da população para prevenção de doenças;
IV- monitorar indicadores, elaborar relatórios e propor medidas de prevenção e controle;
V- atuar em situações de surtos, epidemias e emergências em saúde pública relacionadas à sua área de atuação;
VI- exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde.
Art. 33-C. Compete à Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, competindo-lhe, especialmente:
I- desenvolver ações de promoção, proteção e vigilância da saúde dos trabalhadores;
II- acompanhar a investigação e o monitoramento dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;
III- promover a integração das ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador com os demais serviços da rede municipal de saúde;
IV- elaborar relatórios, estudos e indicadores destinados ao planejamento e avaliação das ações desenvolvidas;
V- promover ações de orientação e educação permanente voltadas à saúde do trabalhador;
VI- exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde."

Art. 3º Ficam criados, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, 4 (quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor II, símbolo CC-4, que passam a integrar o Anexo I da Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021.

Art. 4º Ficam criados os cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração de Diretor de Departamento de Vigilância em Saúde, símbolo CC-2, e de Chefe de Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador, símbolo CC-4.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos criados estão descritas no Anexo II desta Lei.

Art. 5º Ficam criadas as seguintes funções gratificadas, integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal:
I- Coordenador de Difusão Cultural, símbolo FG-3;
II- Coordenador de Fomento ao Empreendedorismo, símbolo FG-6;

Art. 6º A Tabela III, do Anexo I, da Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar acrescida das funções gratificadas previstas no Anexo I, desta Lei.

Art. 7º Ficam alteradas as atribuições das funções gratificadas vinculadas à Vigilância em Saúde, constantes do Anexo II, da Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, que passam a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 8º Ficam acrescidas ao Anexo II, da Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, as atribuições das funções gratificadas criadas por esta Lei, na forma do Anexo II.

Art. 9º Os cargos em comissão criados por esta Lei são de livre nomeação e exoneração, observadas as disposições da Lei Complementar n.º 19, de 3 de janeiro de 2007 e da Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021.

Art. 10. Compete ao Poder Executivo promover a consolidação dos Anexos I e II da Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, em decorrência das alterações promovidas por esta Lei.

Art. 11. Os Anexos I e II da Lei Municipal n.º 2.031, de 1º de abril de 2021, passam a vigorar consolidados com as alterações promovidas por esta Lei, ficando absorvidas na Lei n.º 2.031 as alterações anteriormente promovidas pela Lei Municipal n.º 2.249, de 3 de abril de 2024, no que forem compatíveis.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Anexo I

Altera as Tabelas II e III do Anexo I da Lei 2.031, de 1º de abril de 2021, acrescentando cargos comissionados e funções gratificadas criados

TABELA II			
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO			
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	VENCIMENTO
CC-2	Diretor de Departamento de Vigilância em Saúde	1	R$ 4.573,59
CC-4	Assessor II	4	R$ 2.555,83
CC-4	Chefe da Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador	1	R$ 2.555,83

TABELA III		
FUNÇÕES GRATIFICADAS		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO
FG-3	Coordenador de Difusão Cultural	R$ 1.563,98
FG-6	Coordenador de Fomento ao Empreendedorismo	R$ 572,19

Anexo II

Altera o Anexo II da Lei 2.031, de 1º de abril de 2021, alterando e acrescentando descrição e atribuições de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas

CC2 – DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

ATRIBUIÇÕES:

1. Planejar, coordenar e supervisionar as ações de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, laboratorial e em saúde do trabalhador; Emergência em saúde pública, em conformidade com as diretrizes do SUS e do Plano Municipal de Saúde;
2. Coordenar e promover as ações de vigilância em saúde, incentivando o fortalecimento das vigilâncias no âmbito municipal de acordo com as metas e indicadores pactuados;
3. Garantir a articulação das áreas da vigilância com a Atenção Primária;
4. Atuar em situações de surtos, epidemias e emergências em saúde pública;
5. Supervisionar e dar apoio técnico às equipes;
6. Atuar no planejamento municipal de saúde (como no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde);
7. Representar a vigilância em saúde nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde e demais instâncias de gestão;
8. Monitorar o planejamento, a execução e a avaliação das ações de Vigilância em Saúde.;
9. Assegurar a infraestrutura necessária à execução das ações de Vigilância em Saúde;
10. Integração das vigilâncias entre si e com as demais áreas de saúde;
11. Realização de atividades administrativas visando o funcionamento da coordenação, seus núcleos e apoio à gestão da secretaria;
12. Elaboração de análise de situação de saúde; e
13. Executar outras atividades correlatas.

QUALIFICAÇÃO:
- Ensino médio completo e ter conhecimentos necessários à respectiva área de atuação e comprovada experiência de administração.

RECRUTAMENTO:
- Amplo, desde que respeitados os requisitos legais previstos no item QUALIFICAÇÃO.

CC-4 – CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

ATRIBUIÇÕES

Coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das ações municipais de Vigilância em Saúde do Trabalhador, observadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde;
Promover a integração das ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador com os demais componentes da Vigilância em Saúde e da Rede de Atenção à Saúde;
Acompanhar a notificação, investigação, monitoramento e análise dos agravos relacionados ao trabalho, propondo medidas preventivas e corretivas;
Promover ações de educação permanente, orientação técnica e capacitação relacionadas à saúde do trabalhador;
Acompanhar a execução dos programas, projetos, planos e ações voltados à promoção, proteção e recuperação da saúde do trabalhador;
Elaborar estudos, pareceres, relatórios e indicadores destinados ao planejamento e avaliação das ações desenvolvidas;
Articular ações intersetoriais com órgãos públicos, instituições e entidades relacionadas à saúde e segurança do trabalhador;
Acompanhar o cumprimento das metas e indicadores pactuados no âmbito da Vigilância em Saúde;
Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde ou autoridade superior.

QUALIFICAÇÃO:
- Ensino médio completo e ter conhecimentos necessários à respectiva área de atuação e comprovada experiência de administração.

RECRUTAMENTO:
- Amplo, desde que respeitados os requisitos legais previstos no item QUALIFICAÇÃO.

FG-3 – COORDENADOR DE DIFUSÃO CULTURAL

ATRIBUIÇÕES
Planejar, coordenar, promover e acompanhar as ações de difusão cultural desenvolvidas pelo Município;
Elaborar, organizar e acompanhar o calendário anual de eventos culturais, artísticos, cívicos e comemorativos;
Incentivar e apoiar manifestações culturais locais, valorizando artistas, produtores culturais, grupos tradicionais e instituições culturais;
Coordenar programas, projetos e ações voltados ao fortalecimento da cultura, inclusive aqueles financiados por recursos estaduais e federais;
Promover a integração entre a Secretaria Municipal de Cultura, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e demais órgãos públicos para o desenvolvimento de ações culturais;
Acompanhar a execução administrativa dos projetos culturais, observando o cumprimento das normas legais e dos instrumentos de fomento;
Colaborar na preservação e valorização do patrimônio histórico, artístico, cultural e imaterial do Município;
Elaborar relatórios, pareceres e informações técnicas relativos às atividades desenvolvidas;
Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Secretário Municipal de Cultura.

QUALIFICAÇÃO
- Ensino médio completo, conhecimentos compatíveis com a área de atuação e experiência em atividades administrativas, culturais ou de gestão pública.

RECRUTAMENTO
- Restrito a servidor ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do Município.

FG-6 - COORDENADOR DE FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO

ATRIBUIÇÕES

Coordenar ações voltadas ao desenvolvimento econômico local e ao fortalecimento do empreendedorismo;
Prestar orientação técnica aos empreendedores quanto aos procedimentos de abertura, alteração, regularização e encerramento de empresas;
Acompanhar as atividades desenvolvidas pela Sala Mineira do Empreendedor ou unidade equivalente;
Promover a articulação entre o Município, a Junta Comercial, SEBRAE, Receita Federal, órgãos estaduais e demais instituições de apoio ao empreendedor;
Acompanhar programas de incentivo ao empreendedorismo, inovação, microcrédito, economia solidária e desenvolvimento local;
Propor medidas destinadas à simplificação dos procedimentos administrativos relacionados ao ambiente de negócios do Município;
Elaborar estudos, relatórios e levantamentos destinados ao planejamento das políticas públicas de desenvolvimento econômico;
Apoiar a implementação das ações decorrentes da Lei de Liberdade Econômica e demais normas de desburocratização;
Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

QUALIFICAÇÃO

- Ensino médio completo, conhecimentos compatíveis com a área de atuação e experiência em atividades administrativas.

RECRUTAMENTO
- Restrito a servidor ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do Município.

FG-6 -ENCARREGADO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

ATRIBUIÇÕES

Planejar, coordenar, supervisionar e monitorar as ações de Vigilância Epidemiológica desenvolvidas no Município;
Acompanhar a execução das atividades relacionadas à vigilância das doenças, agravos e eventos de interesse para a saúde pública, observadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde;
Coordenar o registro, processamento, monitoramento e análise das informações epidemiológicas constantes dos sistemas oficiais de informação em saúde;
Acompanhar a investigação e o monitoramento das doenças e agravos de notificação compulsória, bem como das situações de surtos e emergências em saúde pública;
Coordenar as ações de imunização, vigilância das coberturas vacinais e demais atividades relacionadas aos programas oficiais de vacinação;
Elaborar relatórios, pareceres, estudos e indicadores destinados ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Vigilância Epidemiológica;
Promover a integração das ações de Vigilância Epidemiológica com os demais setores da Vigilância em Saúde e da Rede Municipal de Saúde;
Acompanhar o cumprimento das metas, indicadores e programas pactuados junto ao Sistema Único de Saúde;
Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo superior hierárquico.

QUALIFICAÇÃO
- Ensino médio completo, conhecimentos compatíveis com a área de atuação e experiência em atividades administrativas.

RECRUTAMENTO
- Restrito a servidor ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do Município.

FG-6 - ENCARREGADO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ATRIBUIÇÕES
Planejar, coordenar, supervisionar e acompanhar as ações municipais de Vigilância Sanitária;
Coordenar as atividades de fiscalização sanitária, licenciamento, inspeção e monitoramento dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, observadas as normas legais e regulamentares;
Acompanhar a instauração, instrução e acompanhamento dos processos administrativos sanitários;
Promover ações de orientação, educação sanitária e articulação institucional junto aos setores regulados e à população;

Supervisionar os cadastros, controles, registros e informações relacionados às atividades da Vigilância Sanitária;
Elaborar estudos, pareceres, relatórios técnicos e indicadores destinados ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas;
Promover a integração das ações da Vigilância Sanitária com os demais setores da Vigilância em Saúde e da Rede Municipal de Saúde;
Acompanhar o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos pelos órgãos do Sistema Único de Saúde;
Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo superior hierárquico.

QUALIFICAÇÃO
- Ensino médio completo, conhecimentos compatíveis com a área de atuação e experiência em atividades administrativas.

RECRUTAMENTO
- Restrito a servidor ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do Município.

FG-6 - COORDENADOR OPERADOR DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

ATRIBUIÇÕES
Coordenar, supervisionar e monitorar a utilização dos Sistemas de Informação em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
Acompanhar a alimentação, consistência, integridade, atualização e confiabilidade das bases de dados dos sistemas oficiais do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde;
Orientar tecnicamente os servidores responsáveis pela alimentação dos sistemas de informação, promovendo a padronização dos registros e a melhoria da qualidade dos dados;
Acompanhar a produção dos serviços de saúde, analisando indicadores, inconsistências, séries históricas e informações gerenciais destinadas ao planejamento das ações de saúde;
Elaborar relatórios técnicos, estatísticos e gerenciais destinados ao monitoramento, avaliação e tomada de decisão pela Administração Municipal;
Prestar apoio técnico às unidades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde quanto à utilização dos sistemas oficiais de informação;
Acompanhar o cumprimento das metas e indicadores relacionados aos Sistemas de Informação em Saúde;
Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo superior hierárquico.

QUALIFICAÇÃO
- Ensino médio completo, conhecimentos compatíveis com a área de atuação e experiência em atividades administrativas.

RECRUTAMENTO
- Restrito a servidor ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do Município.

Publicado por:
Afonso Borges de Souza
Código Identificador:53987FD9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INHAÚMA

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2026 - INEXIGIBILIDADE N° 12/2026 – CHAMADA PÚBLICA N° 01/2026 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Inhaúma/MG, através do Setor de Licitações e Compras, torna público aos interessados a realização da licitação pública, Processo Licitatório n° 41/2026, instaurado na forma de Inexigibilidade n° 12/2026, Chamada Pública nº 01/2026, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar da rede municipal de ensino do município de Inhaúma/MG. Poderão participar os interessados que se enquadrem na regulamentação da Lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, bem como em seus Decretos e Portarias regulamentadoras, na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e nos arts. 29 a 39 da Resolução CD/FNDE nº 04, de 26 de fevereiro de 2026, e suas alterações, devendo apresentar a documentação exigida para habilitação, juntamente com o respectivo Projeto de Venda, no período de **13/08/2026 a 02/09/2026**, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, nº 25, Bairro Centro, Inhaúma/MG, CEP 35.763-000, no horário de funcionamento das 08h às 17h30. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Compras, localizado na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, nº 25, Centro, Inhaúma/MG, no horário de 08h:00min às 11h:00min e de 13h:00min às 17h:00min, de 2ª a 6ª feira, podendo ser obtido através de solicitação encaminhada para o correio eletrônico licitacoesdp@inhauma.mg.gov.br, bem como retirado no site www.inhauma.mg.gov.br.

Inhaúma/MG, 12 de agosto de 2026.

ALDECIR FRANCISCO LUCIANO
Agente de Contratação

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:913CFB55

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPANEMA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 092/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto Aquisição de equipamentos de sonorização para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação. Abertura dia 24/08/2026 às 09h00min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnet.com.br - https://www.ipanema.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@ipanema.mg.gov.br.

Ipanema, 11 de agosto de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Célia Aparecida Rodrigues Cupertino
Código Identificador:8DF22644

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 095/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 056/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, com disponibilização de motoristas devidamente habilitados, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro total, reposição de veículos quando necessário e demais despesas operacionais, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Ipanema/MG. Abertura dia 27/08/2026 às 14h00min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnetlicitacoes.com.br ou https://www.ipanema.mg.gov.br.

Ipanema 12 de agosto de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA –
Agente de Contratação

EEXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 096/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 057/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto aquisição de materiais para pavimentação de estrada rural do Córrego do Goiás**, conforme Plano de Trabalho (SIGCON) nº 004380/2026**. Abertura dia 26/08/2026 às 8h30min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnetlicitacoes.com.br - https://www.ipanema.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@ipanema.mg.gov.br.

Ipanema 12 de agosto de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA –
Agente de Contratação

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 094/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 055/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto Cessão Onerosa de espaço público do Mercado Central e Parque Ecológico, localizado na cidade de Ipanema, para fins de comercialização de produtos locais. Abertura dia 04/09/2026 às 09h00min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnet.com.brr - https://www.ipanema.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@ipanema.mg.gov.br.

Ipanema 12 de agosto de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Célia Aparecida Rodrigues Cupertino
Código Identificador:DAFDB6FE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 093/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 054/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo de Transporte Sanitário (com acessibilidade – 1 cadeirante), em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ipanema/MG. Abertura dia 27/08/2026 às 09h00min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnetlicitacoes.com.br - https://www.ipanema.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@ipanema.mg.gov.br.

Ipanema 12 de agosto de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Célia Aparecida Rodrigues Cupertino
Código Identificador:BE9550EF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITACARAMBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e EDMILSON PINHEIRO DA SILVA JUNIOR. CONTRATO nº 882; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:08/06/2026 Até:07/08/2026

ITACARAMBI,Segunda-feira 08 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:5EE5BBCD

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e BORBOREMA VEICULOS & ACESSORIOS LTDA. CONTRATO nº 883; OBJETO: Contratação de empresa autorizada para aquisição de peças e prestação de serviços de manutenção e reparação mecânica referente à revisão do veículo RANGER, Placa SHY3I72, pertencente a Secretaria Municipal de Educação; LICITACAO: Dispensa 58 / 2026 Valor Global:R$ 2.646,35 Vigência:09/06/2026 Até:09/07/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 09 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:492712A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JEISON CARVALHO DA COSTA. CONTRATO nº 884; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:09/06/2026 Até:08/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 09 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:348B8636

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JOEL GONCALVES DE ALMEIDA. CONTRATO nº 886; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:09/06/2026 Até:08/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 09 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:B07620CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e RENAN DA SILVA GUIMARAES. CONTRATO nº 887; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:09/06/2026 Até:08/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 09 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:F6C0BF35

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e LETICIA DAYANE ALKIMIM PEREIRA. CONTRATO nº 888; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:09/06/2026 Até:08/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 09 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:C88988D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e STHEFFANY LOHANY OLIVEIRA PEREIRA. CONTRATO nº 889; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:09/06/2026 Até:08/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 09 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:D28C8E6E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e SEBASTIAO LOPES DE SOUZA. CONTRATO nº 890; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:09/06/2026 Até:08/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 09 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:0553609E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e DAIANE RIBEIRO DOS SANTOS. CONTRATO nº 893; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 6.476,00 Vigência:10/06/2026 Até:09/08/2026

ITACARAMBI,Quarta-feira 10 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:3F7FB7E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e BRENDON LIMA PEREIRA. CONTRATO nº 899; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:11/06/2026 Até:10/08/2026

ITACARAMBI,Quinta-feira 11 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:1BB644BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e RAYANE DE JESUS SILVA. CONTRATO nº 900; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO

HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 6.476,00 Vigência:12/06/2026 Até:11/08/2026

ITACARAMBI,Sexta-feira 12 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:99980FB6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e WESLLON CAMPOS SOUZA. CONTRATO nº 902; OBJETO: O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Municipal Osório Evangelista dos Santos, Comunidade de Remanso, Município de Itacarambi/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.; LICITACAO: Concorrência 4 / 2026 Valor Global:R$ 719.999,68 Vigência:12/06/2026 Até:12/06/2027

ITACARAMBI,Sexta-feira 12 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:865064AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JAIR LOPES SANTANA. CONTRATO nº 908; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 10.377,60 Vigência:16/06/2026 Até:16/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 16 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:DAF69216

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e CAMILA CRISTINA RODRIGUES OLIVEIRA. CONTRATO nº 909; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:16/06/2026 Até:15/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 16 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:1506ABFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e LAINARA FARIAS DAS NEVES. CONTRATO nº 910; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:16/06/2026 Até:15/08/2026

ITACARAMBI,Terça-feira 16 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:D013160F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e MANOELINA FERREIRA DO CARMO. CONTRATO nº 911; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 6.166,40 Vigência:18/06/2026 Até:17/08/2026

ITACARAMBI,Quinta-feira 18 Junho 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:84D973CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – Extrato do 1º Termo Aditivo ao **Contrato nº** 148/2026. **Contratada:** LPR PAVIMENTAÇÕES LTDA. **Objeto:** Contratação de empresa para a execução de obra de Pavimentação Asfáltica em CBUQ no trecho da Rua Capitão Ferreira Pinto, Rua Manoel Ferreira e trecho da Rua José da Silveira Morais, Bairro Fazenda, no Município de Itaguara/MG. **Aditivo de Valor. Valor do Aditivo:** R$83.309,81. **Processo nº** 33/2026; **Concorrência nº** 02/2026. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. Data de assinatura: 12/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:0A89B01C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 110/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 41/2026 - AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 110/2026 Pregão Eletrônico SRP 41/2026, realizado por meio da plataforma COMPRASGOV sob o Nº Sequencial Automático do Pregão nº 05/2026 (UASG: 984643) - Aviso de licitação – Objeto: Aquisição eventual e parcelada de materiais de limpeza/higienização e descartáveis, em atendimento às demandas das secretarias do Município de Itaguara/MG. Empresas vencedoras: CICCI DISTRIBUIDORA LTDA, valor: R$11.220,06; TREZE DISTRIBUIDORA LTDA, valor: R$43.830,30; LUDIMILA FERNANDES DA SILVA, valor: R$4.719,44; TEM SUPERMERCADO LTDA, valor: R$137.010,70; PABLO LUIS MARTINS, valor: R$1.046,18; MAISANMEL COMERCIO LTDA, valor: R$18.490,00. Valor total Homologado: R$216.316,68. Mais informações no sítio www.itaguara.mg.gov.br.

Itaguara, 12 de julho de 2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito.

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:D49F7C7D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PROCESSO 131/2026 CONCORRÊNCIA 11 /2026 AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 131/2026 Concorrência Eletrônica 11/2026 SEQUENCIAL COMPRASGOV: Concorrência Eletrônica nº 23/2026 - Aviso de licitação – Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de drenagem pluvial urbana, no Município de Itaguara. Edital completo e realização através do site http://www.comprasnet.gov.br. A abertura das "propostas de preços" e o início da sessão de disputa de preços será às 09h00min do dia 01/09/2026, horário de Brasília - DF. Consulta ao Edital no sítio www.itaguara.mg.gov.br;

Itaguara, 12/08/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito.

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:4BB9AC2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PROCESSO 132/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 55/2026 - AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 132/2026 Pregão Eletrônico 55/2026, no COMPRASGOV sob o Nº Sequencial Automático do Pregão nº 24/2026 - Aviso de licitação – Objeto: Aquisição de veículos automotores novos (zero quilômetro), compreendendo: 02 (duas) Vans para Transporte Sanitário com Acessibilidade, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Resolução SES/MG nº 11.063, de 28 de abril de 2026 e 01 (uma) Van para Transporte Escolar, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Convênio nº 1261000103/2026, celebrado entre o Município de Itaguara/MG e a Secretaria de Estado de Educação. Edital completo e realização através do site http://www.comprasnet.gov.br A abertura das "propostas de preços" e o início da sessão de disputa de preços será às 09h00min do dia 03/09/2026, horário de Brasília - DF. Consulta ao Edital no sítio www.itaguara.mg.gov.br

taguara 12/08/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:1BA35C64

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA PRESENCIAL Nº 020/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA PRESENCIAL Nº 020/2026 – PRC Nº 109/2026. Tendo em vista os trabalhos desenvolvidos e, considerando o resultado apurado, homologo a presente dispensa de licitação nos termos e efeitos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, ficando adjudicada a contratação de empresa especializada em Assessoria na área de Educação Patrimonial, Cultura e Turismo, em atendimento à solicitação das Secretarias Municipais de Educação e de Cultura, Esporte e Lazer deste município, em favor da empresa: **WERNECK EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA – CNPJ: 28.278.012/0001-00**, com sede à Rua Ataulfo Alves, nº 222, Centro, na cidade de Miraí/MG, CEP: 36.790-000, cujo valor total da prestação de serviços será de **R$ 15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais)**.

Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, MG, 12 de agosto de 2026.

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:2E20501E

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°001/2025

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2025. **Partes:** Município de Itamarati de Minas/MG e a empresa Minas Florestais e Construções LTDA. **Origem:** Processo Licitatório nº 096/2025 – Concorrência Eletrônica nº 001/2025. **Objeto do Contrato:** Execução da obra de revitalização da Praça Astolfo da Silva Tavares. **Objeto do Aditivo:** Prorrogação concomitante do prazo de vigência e do prazo de execução contratual por mais 02 (dois) meses, fixando o período de ambos de 16 de agosto de 2026 a 16 de outubro de 2026, com o objetivo de compatibilizar o cronograma com as intercorrências técnicas de remanejamento do poste de energia e readequação do paisagismo, garantindo a conclusão da obra. **Fundamentação Legal:** Art. 111 e Art. 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.**Dotação Orçamentária:** 15.452.0012.1007/0000 – Ficha: 576.**Signatários:** Cesio Júnior Alves Ladeira (Prefeito Municipal) pelo Contratante, e Gabriel Carvalho Chein pela Contratada.

Itamarati de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:E1A8A58C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 8.246, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 8.246, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, em consonância com a legislação federal vigente e com a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, indígena e dos povos ciganos.

CONSIDERANDO o desenvolvimento de ações e estratégias de identificação, abordagem, combate e desconstrução do racismo individual, institucional e estrutural;

CONSIDERANDO o cumprimento da Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e seus complementos e a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira, indígena e dos povos ciganos, em todo o currículo escolar, em conformidade com o estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com a Lei Federal;

CONSIDERANDO o cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e na Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, e, no que tange à obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura afrobrasileiras e indígena nos currículos escolares dos Ensinos Médio e Fundamental, das Leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008;

CONSIDERANDO o cumprimento ao disposto da Portaria MEC nº 470/2024, que instituiu a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ);

DECRETA:

Art. 1.º - Fica instituída no Município de Itanhandu a Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, em consonância com a legislação federal vigente e com a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3.º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Itanhandu, 12 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:0E8FDEA9

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 8.247, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 8.247, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a Política Política Municipal de Alfabetização e dá outras providências.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto nos artigos 8º, 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação), na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, na Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso), Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Decreto nº 48.939/2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização e demais legislações aplicáveis,

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização, destinada a assegurar a alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e garantir a melhoria contínua dos indicadores educacionais da rede pública municipal.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização, da Base Nacional Comum Curricular, do Currículo Referência de Minas Gerais e do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

Garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
Promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos 3º, 4º e 5º anos que apresentem defasagens;
Reduzir desigualdades educacionais;
Fortalecer a qualidade da alfabetização mediante práticas pedagógicas baseadas em evidências;
Promover o monitoramento contínuo da aprendizagem;
Fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização;
fomentar a cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua da aprendizagem.

Art. 3º Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:

Garantia do direito à alfabetização na idade certa;
Equidade e inclusão;
Gestão baseada em evidências;
Valorização dos profissionais da educação;
Formação continuada;
Colaboração entre Estado, Município e União;
Gestão democrática;
Monitoramento permanente dos resultados;
Respeito às especificidades locais

Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio dos seguintes eixos estruturantes:

Gestão e Governança da Alfabetização;
Formação Continuada dos Professores Alfabetizadores;
Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem;
Intervenção Pedagógica e Recomposição das Aprendizagens;
com as Famílias e Comunidade;
Infraestrutura, Materiais Didáticos e Recursos Tecnológicos;
Compartilhamento das Práticas Pedagógicas Inspiradoras

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 6º Fica instituído o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, de caráter consultivo e de acompanhamento.

§1º O Comitê será regulamentado por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.
§2º O Comitê terá representantes e suplentes, dentre outros, sendo esses indicados pelo secretário municipal d Educação
§3º O Secretário Municipal de Educação e a Articuladora Municipal da Renalfa integrarão o comitê na condição de membros natos e cada representante terá um suplente.

Do Secretário Municipal de Educação;
Da Articuladora Municipal do Renalfa
01 representante das equipes gestoras das escolas;
01 um representante dos coordenadores e supervisores pedagógicos;
01 um representante dos professores alfabetizadores, regentes dos anos iniciais;
01 professor da educação Infantil
01 representante do conselho Municipal de Educação
01 representante da Educação Especial
01 outros órgãos ou instituições convidadas.

Art. 7º Compete ao Comitê:

Acompanhar a implementação da Política Municipal;
Monitorar indicadores;
Propor aperfeiçoamentos e estratégias de melhoria da alfabetização;
Acompanhar os resultados das avaliações
Acompanhar o Plano Municipal de Ação;

Art. 8º O Plano Municipal de Ação para a Alfabetização constitui o instrumento de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
§1º O Plano será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.
§2º O Plano deverá ser atualizado anualmente ou quando necessário.
§3º O Plano conterá, no mínimo:

Diagnóstico da rede;
Metas municipais;
Estratégias;
Cronograma;
Responsáveis;
Indicadores;
Mecanismos de monitoramento

Art. 9º O Plano observará os sete eixos estruturantes previstos neste Decreto, contemplando ações relacionadas à gestão, formação docente, práticas pedagógicas, recomposição das aprendizagens, articulação com as famílias, infraestrutura e compartilhamento de boas práticas.

Art. 10º O monitoramento da Política Municipal será realizado mediante utilização dos resultados:

Das avaliações internas (diagnósticas e processuais);
Da Avaliação da Fluência em Leitura;
Das Avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública - SIMAVE;
Dos indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
Das demais avaliações nacionais, estaduais e municipais.

Art. 11º Os resultados deverão subsidiar:

O planejamento anual do Município;
Os planos de ação das escolas;
As formações continuadas;
A recomposição das aprendizagens;
A revisão das metas municipais.

Art. 12º A Política Municipal de Alfabetização integrará o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação e observará as metas do Plano Municipal de Educação.

Art. 13º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 14º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 18.º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Itanhandu, 12 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:84F96815

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 8.248, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 8.248, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre os Membros do Conselho Municipal de Educação – CMED.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e atendendo a Lei Municipal n.º 1.373/2021,

DECRETA:

Art. 1.º - Nomear os abaixo relacionados para compor Conselho Municipal de Educação – CMED.

Representante da Secretaria Municipal de Educação
Flavia Cristina da Silva Neves Membro Titular
Fernanda Fonseca de Andrade Membro Suplente

Representante do Poder Executivo
Jose Guilherme Ordine Pinto Membro Titular
Flávia dos Santos Membro Suplente

Representantes dos Profissionais da Rede Municipal de Ensino
Helessandra de Cássia da Silva Membro Titular
Giovana Rogaciano Monteiro Greco Membro Suplente

Anaíse de Almeida Toledo Membro Titular
Maria Aparecida Alvarenga da Silva Membro Suplente

Alice Assis Grande de Sá dos Santos Membro Titular
Diana Abreu Silva Membro Suplente

Dalva Lúcia da Silva Sales Membro Titular
Renata Nogueira Cardoso Membro Suplente

Shirley dos Santos Dias Carneiro Membro Titular
Gabrielle Ueda da Mota Membro Suplente

Claudia Ramelis Contrera Moraes Membro Titular
Andresa Cristina Batista Membro Suplente

Representantes dos profissionais da Rede Estadual de Ensino

Guilherme Vulpe Ghil Membro Titular
Lucimara Ellen da Silva Membro Suplente

Representantes dos Profissionais da Rede Particular de Ensino

Luciana Carvalho de Mancilha Membro Titular
Adriana Carvalho Pinto Cunha Membro Suplente

Sirlene dos Santos Dias Barroco Pereira Membro Titular
Vanessa Tavares Demidoff Membro Suplente

Naira Antunes Carneiro Membro Titular
Sarah Cristina da Silva Araújo Membro Suplente

Representante dos Profissionais da Instituição Filantrópica Privada (APAE)
Jaqueline Ribeiro Firmino Evangelista Pelegrino Membro Titular
Thaís Caetano Fonseca Ferreira Membro Suplente

Representantes de Pais de Alunos
Luciano Leite Alves Membro Titular
Márcia Cláudia Souza dos Santos Membro Suplente

Marcelline Dias Amaro Membro Titular
Lucilene Aparecida da Fonseca Almeida Membro Suplente

Representantes dos Servidores Técnicos-Administrativos da Rede Municipal de Ensino
Diana Mendes Ribeiro Membro Titular
Douglas Caetano Ferreira Membro Suplente

Vera Lúcia de Oliveira Bustamante Membro Titular
Ana Paula Gonçalves Moreira Membro Suplente

Representante do Conselho Tutelar
Sylvio Martuscelli de Almeida Membro Titular
Luana do Carmo Bustamente Ribeiro Membro Suplente

Representantes das Entidades Civis Organizadas
Ivan Martuscelli Moraes Membro Titular
Aline do Nascimento e Silva Membro Suplente

Fernanda Mota Pires Dias Membro Titular
Caroline de Albuquerque Nilo Membro Suplente

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3.º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Itanhandu, 12 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:7C023C66

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2026

EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2026
ADESÃO A PROVA NACIONAL DOCENTE - PND
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB I

O Prefeito Municipal de Itanhandu, através da Secretaria Municipal de Educação, faz saber que será utilizado como critério de contratação e/ou admissão de professores os resultados obtidos na Prova Nacional Docente – PND, do ano 2026, para contratação de profissionais no exercício de 2027, para os cargos de PEB I - Professor de Educação Básica (carga horária de 24h semanais). A PND não se sobrepõe aos editais de seleção que possam ser publicados pelo Município de Itanhandu para seleção e/ou admissão de professores em 2027, sendo apenas uma alternativa do Município em utilizar a PND como processo de seleção para o cargo de PEB I.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

É condição essencial para inscrever-se neste Processo o conhecimento e aceitação das instruções e normas contidas neste Edital.
É de responsabilidade do candidato acompanhar constantemente os prazos referentes a este Processo, desde o Edital de abertura até a convocação.
Os candidatos classificados neste Processo Seletivo, que vierem a ser contratados, deverão estar cientes de que para assumir vínculo com o Município no cargo pleiteado, não poderão se enquadrar nas vedações contidas nos incisos XVI, XVII e § 10 do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, alterados pela Emenda Constitucional nº 19/98 e demais dispositivos legais acerca de acúmulo de cargos públicos.

2. DO CARGO E VAGAS

2.1. PEB I (Professor de Educação Básica I) - Formação em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal. Registro no MEC. Número de vagas: As contratações decorrentes do presente não geram qualquer estabilidade, observados os temos inseridos nos futuros contratos nos termos da legislação municipal vigente.

3. DA REMUNERAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO

PEB I (Professor de Educação Básica I. R$3.368,39 (três mil trezentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos) - Carga horária 24 horas semanais.
3.3. No interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Educação, o exercício do cargo, poderá exigir a prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

4. DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão feitas de modo presencial, de 04/01/2027 ao dia 22/01/2027, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura (Antigo CVT), situada na Rua Nicolau Scarpa, nº 332 – Centro, Município de Itanhandu-MG, no horário de 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00.
É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o completo e correto preenchimento dos dados de inscrição, bem como a veracidade das informações declaradas, não sendo possível realizar correções depois de efetivada a inscrição.
Ao efetuar a inscrição o candidato declara que conhece e concorda plena e integralmente com os termos estabelecidos neste Edital, em relação ao qual não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.
Para fins de comprovação, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, apresentar a documentação dos itens declarados no ato de inscrição.
São requisitos para a inscrição:
I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
II - ter, na data da convocação idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;
III - possuir a escolaridade e pré-requisitos exigidos para o cargo que pleitea;
IV- não ter sido demitido ou exonerado do serviço público (federal, estadual ou municipal) em consequência de processo administrativo (justa causa ou a bem do serviço público);
V- possuir toda documentação exigida neste Edital;
VI- não se enquadrar nas vedações contidas no inciso XVI, XVII e § 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, alteradas pela Emenda Constitucional nº 19/98. (Acúmulo
VII - Não registrar antecedentes criminais;
VIII- No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;
IX- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
X- Gozar de boa saúde física e mental.

Entregar no ato da inscrição os documentos abaixo:

XI- Nota comprobatória na Prova Nacional Docente – PND 2026
XII- Currículo simplificado, cópia do RG, CPF e cópia do Diploma.

Todos os documentos comprobatórios, bem como demais documentações, deverão ser apresentados quando solicitados pelo setor responsável.

5. DO RECURSO

– O recurso deverá ser preenchido de acordo com o modelo disponível no site oficial do Município www.itanhandu.mg.gov.br a ser divulgado em data oportuna.
– Na impetração do recurso, não serão aceitos novos documentos para conferência/análise e/ou alteração das informações prestadas pelo candidato na inscrição.
– O questionamento quanto ao resultado do recurso não garante sua alteração, entretanto, se verificados equívocos por parte da Comissão Julgadora estes serão retificados em tempo.

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO

A etapa de contratação e/ou admissão dos profissionais obedecerá à rigorosa ordem de candidatos classificados, segundo resultados obtidos na Prova Nacional Docente – PND 2026.
Nos casos de empate na classificação, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:

I – Maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

A listagem de classificação dos candidatos será disponibilizada em site a ser divulgado na data oportuna.

Itanhandu-MG, 12 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:95A6B699

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPECERICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE SUSPENSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA/MG - Pregão Eletrônico 44/2026. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e instalação de sistema de piso emborrachado monolítico moldado *in loco*, destinado à manutenção e adequação de praças e demais espaços públicos**.** O Município de Itapecerica/MG, por meio de sua pregoeira, em razão de impugnação apresentada, e considerando os questionamentos apresentados acerca da compatibilidade entre as especificações técnicas do objeto e o preço máximo unitário estimado, bem como as condições de fornecimento e os custos decorrentes das entregas fracionadas; considerando, ainda, o parecer técnico da Secretaria Municipal demandante e a solicitação de suspensão do certame para a realização de estudos quanto às especificações técnicas e aos valores estimados, e considerando a necessidade de resguardar a legalidade, a isonomia, a competitividade, a vantajosidade e o interesse público, **SUSPENDE** a sessão pública anteriormente designada, bem como o regular prosseguimento do certame até que sejam concluídas as providências necessárias à adequada avaliação das questões suscitadas. Após a conclusão dos estudos e da nova pesquisa de mercado, caso sejam identificadas a necessidade de adequação das especificações do objeto e/ou de revisão do preço estimado, o edital será devidamente retificado e republicado, com a designação de nova data para realização da sessão pública, observados os prazos e regras de publicidade previstos na Lei 14.133/2021. Caso não sejam necessárias alterações no instrumento convocatório, será oportunamente divulgada nova data para a realização do certame, pelos mesmos meios de comunicação utilizados para divulgação do edital. A íntegra do Termo de Suspensão está disponível nos locais: www.itapecerica.mg.gov.br, https://comprasbr.com.br/, e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Itapecerica, 12 de agosto de 2026.

ANDRÉA VILANO GUIMARÃES –
Pregoeira.

Publicado por:
Patricia Moreira Diniz Fernandes
Código Identificador:17091482

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº65/2026

Município de Jacuí/MG torna público Extrato de Contrato n°. **65/2026**, referente ao Processo n° **90/2026**, Inexigibilidade n°. **08/2026** - CONTRATADA: **ANIMA CONSULTORIA EM POLITICAS PÚBLICAS,** inscrita no CNPJ: 18.186.056/0001-48. O valor total da contratação é de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), mediante a efetiva prestação dos serviços e apresentação da respectiva nota fiscal, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de supervisão técnica e assessoria especializada, visando ao aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e à capacitação dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de fortalecer institucionalmente e qualificar a política pública de assistência social, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Jacuí/MG. **Vigência:** 12/08/2026 a 12/08/2027.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita

Publicado por:
Jessica Rodrigues Cheleider
Código Identificador:69A24F59

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2026

O MUNICÍPIO DE JACUÍ/MG torna público o Extrato do Contrato nº 64/2026, referente ao Processo Administrativo nº 85/2026, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços nº 102/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 042/2025, Processo Licitatório nº 121/2025, do Consórcio Interfederativo Minas Gerais – CIMINAS. **CONTRATADA**: **PRODOESTE VEICULOS E SERVICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob n° 20.495.149/0001-04; **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**: **R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais). OBJETO:** Adesão à Ata de Registro de Preços para aquisição de 01 (um) caminhão toco, com peso bruto total de 16.000 kg, carga útil máxima de 10.830 kg e potência mínima de 226 CV, incluindo cabine e chassi, sem carroceria, destinado ao fortalecimento dos serviços públicos do Município de Jacuí/MG, em atendimento ao Convênio de Saída nº 1491001062/2025/SEGOV. **VIGÊNCIA:** 11/08/2026 à 09/02/2027.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita Municipal de Jacuí/MG:

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:A298BA91

CONTRATOS E LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO DA FIRMAÇÃO DE PARCERIA

INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO DA FIRMAÇÃO DE PARCERIA
Referência: Inexigibilidade nº 19/2026
Base Legal: Artigo 29, 31 e 32, da Lei Federal nº 13.019/2014.
OSC interessada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos
CNPJ.: 23.278.898/0001-60
Objetivo da Proposta: Custear despesas relacionadas à aquisição de materiais e medicamentos de uso médico-hospitalar.
Valor total do Repasse: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Tipo de parceria: Colaboração
OBJETO:

Trata-se de procedimento administrativo que tem por objeto a celebração de parceria, por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público, para a transferência voluntária de recursos na modalidade de incremento temporário, **decorrentes de Emenda Parlamentar Impositiva Poder Legislativo, no valor global de R$ 70.000,00 (setenta mil reais)**, **quantia categorizada como custeio.**

O referido montante será repassado por período determinado, destinado ao custeio de materiais e medicamentos médico-hospitalares, itens indispensáveis à continuidade e ao adequado funcionamento dos serviços de saúde prestados pela instituição.
A aquisição desses insumos contribui diretamente para assegurar as condições necessárias à realização dos atendimentos, procedimentos e demais atividades assistenciais desenvolvidas pela entidade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A celebração da parceria justifica-se ser realizada sem chamamento público, visto que os recursos são provenientes de Emenda Impositiva, de valor destinado especificamente à Entidade, em conformidade ao disposto no art. 29 e art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
II - A parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

É o que tinha para justificar.

Jacuí – MG, 11 de agosto de 2026

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

FLÁVIA SOUZA PROENÇA
Sec. Mun. Saúde

Publicado por:
Jessica Rodrigues Cheleider
Código Identificador:883B41BF

CONTRATOS E LICITAÇÕES
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARCERIA VOLUNTÁRIA Nº 19/2026
LEI Nº 13.019/14

A Prefeita Municipal de Jacuí - MG, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e respaldada no parecer emitido pela Procuradoria Jurídica Municipal, pelo presente ato, **RATIFICA** a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II, da referida Lei Federal.
A presente medida fundamenta-se no repasse de recursos definidos por meio de **Emendas Parlamentar Impositivas Poder Legislativo**, conforme preceitua a Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 12, § 3º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964. O certame visa à formalização do Termo de Parceria nº 19/2026 com a **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos**, com sede à Rua Santa Casa, nº 164, Bairro Santa Casa, Passos – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.278.898/0001-60.
A parceria terá o valor global de **R$ 70.000,00 (setenta mil reais)**, alocados nas categorias de custeio. O objeto da parceria consiste em custear de despesas relacionadas à aquisição de materiais e medicamentos de uso médico-hospitalar, necessários à manutenção e ao adequado funcionamento dos serviços de saúde prestados pela entidade, contribuindo para a continuidade e a qualidade do atendimento oferecido aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Dessa forma, o recurso contribuirá diretamente para a manutenção das atividades finalísticas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos e para a continuidade da relevante prestação de serviços de saúde à população local e regional.

Jacuí – MG, 11 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jessica Rodrigues Cheleider
Código Identificador:E70716D2

PREFEITURTA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 116 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Exonera Servidor Efetivo a pedido

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA, Prefeita de Jacuí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe foi requerido e o disposto do Art. 35, Inciso I, da Lei nº 1471 de 02/04/2008;

RESOLVE:

Art. 1 – **EXONERAR** o servidor Efetivo o **Sr. IVAN MILITÃO DOS SANTOS** a pedido do mesmo, sob o Cargo de **AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS** a partir de **10/08/2026.**

Art. 2 – Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Jacuí, 10 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabela França da Silva
Código Identificador:18AB08C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PROCESSO Nº 135/2026- DISPENSA ELETRÔNICA Nº 040/2026

Objeto: Contratação de empresa técnica especializada para a execução de 6 (seis) furos de sondagem à percussão (SPT), destinados à caracterização física e mecânica do solo, com emissão de laudos técnicos conclusivos, fornecimento de todos os insumos necessários, responsabilidade técnica (ART), bem como serviços de mobilização e desmobilização de equipamentos, a ser realizado no Município de Japaraíba/MG, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência. O(A) Município de Japaraíba torna público nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o aviso de dispensa eletrônica. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico provido pelo(a) Licitanet através do endereço eletrônico https://licitanet.com.br/ a partir do dia 13/08/2026 às 08 horas. A sessão pública desta Dispensa Eletrônica será realizada no dia 18/08/2026. A fase de lance será das 08 às 14 horas. O Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos contendo todas as informações do certame estará disponível através dos sites: https://licitanet.com.br/, https://www.japaraiba.mg.gov.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br). Informações pelo telefone licitacao@japaraiba.mg.gov.br.

Japaraíba, 12/08/2026. (37) 3354-1112

MARIANE BEATRIZ FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:CF90B52F

LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 236/2026 DISPENSA ELETRONICA N° 084/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 204/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria em comunicação institucional e marketing digital, visando fortalecer a transparência, a imagem e a divulgação das ações do município, por meio de suporte contínuo à equipe de comunicação da Prefeitura, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba.
CONTRATADA: LIGER MARKETING DIGITAL LTDA
CNPJ: 07.956.323/0001-00
DO VALOR: R$ 58.680,00 (cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de 1º de janeiro de 2026 na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Japaraíba/MG, 07 de agosto de 2026.

HÉLDER DE CARVALHO REIS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:2CA0E722

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
COMUNICADO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES, ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

Com o objetivo de proporcionar um prazo maior para a realização das inscrições dos agentes culturais, foi realizada uma alteração no cronograma previsto nos Editais nº 01/2026 e nº 02/2026.
Dessa forma, informamos que o cronograma foi atualizado. Seguem, abaixo, as novas datas para conhecimento e acompanhamento dos interessados.
Ressaltamos a importância de os interessados observarem atentamente os novos prazos estabelecidos.

Japaraíba, 12 de agosto de 2026.

ROBERTA APARECIDA LOPES RABELO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) CRONOGRAMA ATOS PRAZOS DATA Publicação do Edital no site (https://japaraiba.mg.gov.br/) e bem como nas redes sociais oficiais do Município. 27 dias corridos INÍCIO 22/07/2026 TÉRMINO 17/08/2026 09:00 às 16:00 horas Período para inscrições e entrega da documentação de habilitação. 27 dias corridos INÍCIO 22/07/2026 TÉRMINO 17/08/2026 09:00 às 16:00 horas Análise dos projetos inscritos e documentação de habilitação 05 dias úteis 18/08/2026 a 24/08/2026 Publicação do resultado no site da Prefeitura Municipal Término do prazo da análise dos projetos e da documentação 25/08/2026 Prazo de recurso 03 dias úteis 26/08/2026 a 28/08/2026 09:00 às 16:00 horas Publicação do resultado final homologado no site da Prefeitura Municipal 01 dia Útil 31/08/2026 Convocação dos agentes culturais contemplados à assinatura do Termo de Execução Cultural. 05 dias úteis 01/09/2026 a 08/09/2026 09:00 às 16:00 horas Transferência dos recursos aos aprovados 04 dias úteis 09/09/2026 a 14/09/2026 Entrega dos projetos aprovados e prestação de contas. Aproximadamente 04 meses Até 18/01/2026 Página 3 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) CRONOGRAMA ATOS PRAZOS DATA Publicação do Edital no site (https://japaraiba.mg.gov.br/) bem como nas redes sociais oficiais do Município. 20 dias corridos INÍCIO 22/07/2026 TÉRMINO 17/08/2026 09:00 às 16:00 horas Período para inscrições e entrega da documentação de habilitação e proposta de contrapartida. 20 dias corridos INÍCIO 22/07/2026 TÉRMINO 17/08/2026 09:00 às 16:00 horas Análise da documentação de habilitação e proposta de contrapartida. 05 dias úteis 18/08/2026 a 24/08/2026 Publicação do resultado no site da Prefeitura Municipal Término do prazo da análise dos projetos e da documentação 25/08/2026 Prazo de recurso 03 dias úteis 26/08/2026 a 28/08/2026 09:00 às 16:00 horas Publicação do resultado final homologado no site da Prefeitura Municipal 01 dia Útil 31/08/2026 Convocação dos agentes culturais contemplados à assinatura do Termo de Premiação Cultural. 05 dias úteis 01/09/2026 a 08/09/2026 09:00 às 16:00 horas Transferência dos recursos aos aprovados 04 dias úteis 09/09/2026 a 14/09/2026

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:0F098937

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JEQUITIBA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 084/2026 INEXIGIBILIDADE 025/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO 54/2026

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº 54/2026, referente ao processo licitatório nº 084/2026 – Inexigibilidade nº 025/2026.Objeto **"**CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM A BANDA TAMBOR MATIÇÃO NO DIA 12/09/2026, A SER REALIZADO NO 36º FESTIVAL DE FOLCLORE DE JEQUITIBA, conforme proposta negociada pela Secretaria de Cultura**"**. Valor: R$ 12.000,00 (doze mil reais). Vigência de 2 (Dois) meses. Data Assinatura: 03/08/2026. A íntegra do processo, com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:EA539519

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 76/2026 INEXIGIBILIDADE 22/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO
O processo licitatório nº 76/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 22/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM VILMAR DA LAPINHA E BANDA, A SER REALIZADO NO DIA 11/09/2026 NO 36º FESTIVAL DE FOLCLORE DE JEQUITIBA consoante requisição apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade,

ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.O Secretário titular da pasta apresentou justificativa pela escolha do executante do serviço e também pelo valor a ser pago à contratada, afirmando que o preço está compatível com o praticado no mercado, conforme faz prova os documentos carreados aos autos.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e ao mérito, hei por bem RATIFICAR o presente processo licitatório e adjudico o objeto contido na solicitação oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa VILMAR APARECIDO DA SILVA e em ato contínuo determino a PUBLICAÇÃO do extrato desta ratificação. Retorne os autos para o setor jurídico que se encarregará de elaborar o instrumento de contrato, enviando, em seguida, para a Secretaria requisitante que efetuará a fiscalização do cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade.Isto feito dou por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento. Publique-se.

Jequitibá, 21 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:243152A6

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 80/2026 IINEXIGIBILIDADE 23/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO
O processo licitatório nº 80/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 23/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM A ORQUESTRA MINEIRA DE VIOLA CAIPIRA NO DIAS 13/09/2026, A SER REALIZADO NO 36º FESTIVAL DE FOLCLORE DE JEQUITIBA.No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.
Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e à conveniência administrativa, HOMOLOGO o certame licitatório em comento e declarando a licitante proponente GILVAN SOARES BORGES ME como vencedora do certame a ela ADJUDICO o objeto licitado, nos exatos termos da Ata da Sessão de Julgamento.Envie este processo para a assessoria jurídica do setor de licitação para que seja elaborado o necessário e competente instrumento contratual, encaminhando uma cópia para a secretaria requisitante que fiscalizará o cumprimento integral das obrigações nele constante, sob pena de responsabilidade.Isto feito dá por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.

Jequitibá, 29 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:58BC7D6A

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 83/2026 INEXIGIBILIDADE 24/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO
O processo licitatório nº 83/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 24/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM A BANDA TRADIÇÃ SERTANEJA NO DIA 10/09/2026, A SER REALIZADO NO 36º FESTIVAL DE FOLCLORE DE JEQUITIBA. No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.
Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e à conveniência administrativa, HOMOLOGO o certame licitatório em comento e declarando a licitante proponente JOSE BENEDITO DA SILVA como vencedora do certame a ela ADJUDICO o objeto licitado, nos exatos termos da Ata da Sessão de Julgamento.Envie este processo para a assessoria jurídica do setor de licitação para que seja elaborado o necessário e competente instrumento contratual, encaminhando uma cópia para a secretaria requisitante que fiscalizará o cumprimento integral das obrigações nele constante, sob pena de responsabilidade.Isto feito dá por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.

Jequitibá, 29 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:313EBA89

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 84/2026 INEXIGIBILIDADE 25/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO
O processo licitatório nº 84/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 25/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM A BANDA TAMBOR MATIÇÃO NO DIA 12/09/2026, A SER REALIZADO NO 36º FESTIVAL DE FOLCLORE DE JEQUITIBA. No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.
Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e à conveniência administrativa, HOMOLOGO o certame licitatório em comento e declarando a licitante proponente LINDOMAR JOAO DOS SANTOS como vencedora do certame a ela ADJUDICO o objeto licitado, nos exatos termos da Ata da Sessão de Julgamento.Envie este processo para a assessoria jurídica do setor de licitação para que seja elaborado o necessário e competente instrumento contratual, encaminhando uma cópia para a secretaria requisitante que fiscalizará o cumprimento integral das obrigações nele constante, sob pena de responsabilidade.Isto feito dá por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.

Jequitibá, 03 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:30E5D576

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 125/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2026 - DISPENSA Nº 034/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 125/2026
Espécie: Contrato
Contratada: ODONTO & MEDIC DE MONTES CLAROS LTDA

Objeto: Aquisição de peças destinadas à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos utilizados no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), nas Unidades de Saúde da Família (USF) e na Unidade Odontológica Móvel, todos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: Decorre do Processo Administrativo nº 113/2026, Modalidade Dispensa de Licitação nº 34/2026, todos com base na Lei nº 14.133/2021.
Valor: R$ 31.777,80 (trinta e um mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).
Dotação Orçamentária:
10.302.1002.2950 – 3.3.90.39.00 – Ficha 912
Vigência: 10 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Publicado por:
Natália Moreira do Vale
Código Identificador:0A77917B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 598/2026

DECRETO N. 598/2026

Dispõe sobre a alteração da redação do Art. 4º do decreto nº277/2025, que Regulamenta a Política Municipal de Proteção, Conservação, Controle do Meio Ambiente e Melhoria da Qualidade de Vida e dispõe sobre os modelos de documentos para registro, prorrogação, cancelamento, ampliação e modificação de licenças ambientais, tipifica e classifica infrações ambientais, e regulariza a fiscalização ambiental no âmbito do Município de João Pinheiro.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA:
Art. 1ºO**Art. 4º**do Decreto nº 277/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário analisar e decidir sobre os processos de regularização ambiental de atividades e empreendimentos considerados de impacto local, englobando:
I – os processos de dispensa de licenciamento ambiental (Classe 0), localizados em perímetro urbano ou rural, com ou sem necessidade de intervenção ambiental;

II – os processos de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos classificados nas Classes 1, 2, 3 e 4, localizados em perímetro urbano ou rural, com ou sem necessidade de intervenção ambiental;

III – os processos de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos classificados nas Classes 5 e 6, localizados em perímetro urbano ou rural, com ou sem necessidade de intervenção ambiental;

IV – os pedidos de autorização para intervenção ambiental e supressão de cobertura vegetal nativa, em perímetro urbano ou rural, desde que vinculados aos processos de licenciamento ou de autorização ambiental de competência do Município;

V – os processos de regularização ambiental em caráter corretivo, bem como as ampliações, modificações e renovações de licenças de atividades e empreendimentos inseridos nas competências delegadas ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 05 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:FAF17EBD

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2026

1 – DO OBJETO
1.1 - Contratação de show artístico da dupla sertaneja Teodoro & Sampaio para apresentação nas festividades comemorativas do aniversário de 115 anos do Município de João Pinheiro-MG.

2 - DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO
2.1 - A contratação se justifica pela necessidade de promover atrações artísticas de relevância nacional durante as festividades comemorativas do aniversário de 115 anos do Município de João Pinheiro/MG, proporcionando lazer, entretenimento e valorização cultural à população, além de fomentar a economia local por meio do aumento da circulação de pessoas, incentivo ao comércio e fortalecimento do turismo municipal.
A realização das festividades comemorativas integra o calendário oficial de eventos do Município e constitui importante instrumento de promoção da cultura, do turismo, do lazer e da valorização das manifestações artísticas, em consonância com os arts. 23, inciso V, 30, inciso IX, 215 e 216 da Constituição Federal, que atribuem ao Poder Público o dever de garantir o acesso à cultura, incentivar a difusão das manifestações culturais e promover a valorização do patrimônio cultural brasileiro.
Sob a perspectiva do interesse público, a contratação visa proporcionar à população acesso gratuito a apresentação artística de reconhecida qualidade, fortalecendo as comemorações oficiais do Município, incentivando a participação popular e contribuindo para a preservação e valorização da música sertaneja, expressão cultural amplamente difundida e apreciada pela população. Ademais, a realização do evento fomenta a economia local, impulsionando os setores de comércio, alimentação, hospedagem, transporte e demais atividades econômicas relacionadas ao turismo e à realização de eventos.

3 - RAZÃO DA ESCOLHA DO ARTISTA
3.1 - A escolha da dupla Teodoro & Sampaio decorre de sua ampla consagração pela opinião pública e reconhecimento no cenário sertanejo nacional, sendo artistas tradicionalmente conhecidos e com grande capacidade de atração de público.
3.2 - A consagração dos artistas pela mídia pode ser averiguada em anexo constante no presente instrumento.
3.3 - Consolidados os dados acima mencionados, os artistas se destacam pela excelência técnica, originalidade, criatividade, com performances que conquistam o público.

4 - DO VALOR
4.1 - O valor total contratado é de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para contratação de show artístico da dupla "Teodoro & Sampaio" para apresentação nas festividades comemorativas do aniversário de 115 anos do Município de João Pinheiro-MG, na data de 12 de setembro de 2026, em local definido pela administração, com horário de início previsto às 22:30 horas, atendendo às especificações e quantidades indicadas na Nota de Autorização de Fornecimento "NAF".
4.1.1 - Para justificativa do valor, a contratada apresentou notas fiscais, comprovando que prestou este serviço em outros Municípios, nas quais os valores de cobranças variaram entre R$ 225.500,00 (duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais) à R$ 279.600,00 (duzentos e setenta e nove mil e seiscentos reais); demonstrando assim que o montante de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a serem pagos pelo Município de João Pinheiro encontra-se dentro do preço de mercado, seguindo a Lei n. 14.133/2021.

4.1.2 - No tocante ao preço, a inexigibilidade da licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos, ou outros meios igualmente idôneos, além da juntada de cópia das notas fiscais emitidas pela futura contratada.
4.1.3 - O Show musical da dupla "Teodoro & Sampaio", com duração de 1h30min (uma hora e trinta minutos). Previsão de início: 22:30hs.
4.1.4 – Valor global de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com todas as despesas inclusas, conforme a seguir:
- Transporte interestadual (incluindo despesas da viagem): R$ 25.000,00
- Banda, motoristas, segurança, rodie, técnicos e equipe geral: R$ 30.000,00
- Impostos/nota fiscal: R$ 54.000,00
- Produção executiva (gerenciamento/exclusividade e custos administrativos): R$ 60.000,00
- Alimentação/Hosptedagem: R$ 8.000,00
- Abastecimento de camarim e Vans: R$ 6.000,00
- Cachê artistas: R$ 117.000,00
4.1.5 - A Contratada responsabiliza-se pelo pagamento dos cachês de todos os profissionais envolvidos (artista, banda/músicos e sua equipe técnica).
4.1.6 - Responsabiliza-se, ainda, por todos os ônus ou encargos de caráter trabalhista, social, previdenciário e fiscal, relativamente ao seu pessoal ou terceiros por ela contratados, que incidirem sobre quaisquer contratos que forem, ainda que informalmente, efetivados pela Contratada para a produção do show.

5 - DO PAGAMENTO
5.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
5.2 - O Contratante responsabiliza-se pela estrutura do evento, incluindo: palco, som, iluminação, geradores (conforme rider técnico), segurança, camarins, ECAD, licenças e alvarás necessários.
5.3 – O pagamento será efetuado 100% (cem) até o dia 04/09/2026, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto no Termo de Referência.
Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação dos documentos fiscais e comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, nos termos da legislação vigente.

6 - SECRETARIA SOLICITANTE
6.1 - Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7.1. As despesas decorrentes da presente Inexigibilidade de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:
23.695.2301.2072 3.3.90.39.00 Ficha 690

8 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
6.1 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição nos casos de contratação de profissional de setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, in verbis:
Art. 74 - É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
[...]
§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput** deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.
[...]

9 - VIGÊNCIA
9.1 - O Instrumento Contratual oriundo da futura contratação deverá produzir seus efeitos até o dia 30 de setembro de 2026, contados da data de assinatura, na forma do Art. 105 da Lei 14.133/2021.

9 - DA DELIBERAÇÃO
9.1 - Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas, encerra-se o presente Termo de Inexigibilidade.
9.2 - Considerando a finalidade do pedido, sua justificativa, esta Agente de Contratação classifica o processo como de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 74, inciso "II", da Lei nº 14.133/2021,
9.3 - Encaminhando, todas as peças para análise do Setor Jurídico que opinará sobre a legalidade da contratação pelo procedimento acima.

João Pinheiro/MG, 10 de agosto de 2026.

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Agente de Contratação

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:5F4A53E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 209/2026

PORTARIA N. 209/2026

EXONERA DAS FUNÇÕES DO CARGO PÚBLICO COMISSIONADO QUE INDICA DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a senhora **FABIANA MUNIZ SANTANA** das funções do Cargo Público Comissionado de **DIRETOR DE DIVISÃO.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroatios ao dia 16 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:FCBB9F2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 214/2026

PORTARIA N. 214/2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DE FÉRIAS-PRÊMIO EM PECÚNIA DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **ROBSON BARBOSA CARNEIRO**, cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Públicos, matricula nº 4572, a conversão em pecúnia de 03 (três) meses de férias-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 31/08/2017 a 29/08/2022, nos termos do art. 106, §2º da Lei Complementar nº 048/2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 30 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:F311AB68

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026, abertura dia **01/09/2026 às 08h30**, tipo Menor Preço - Item, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos preventivos e corretivos, destinados à manutenção da frota de máquinas pesadas e equipamentos similares pertencentes à frota da secretaria de obras do Município de João Pinheiro. O Edital poderá ser acessado nos sites www.bnc.org.br; https://pncp.gov.br/app/editais e www.joaopinheiro.mg.gov.br. Maiores informações no Depto. de Compras da Prefeitura de João Pinheiro/MG - Pç. Cel. Hermógenes, 60, Centro, CEP 38770-000, p/ e-mail: licita@joaopinheiro.mg.gov.br ou p/ telefone (38) 3361-1900, das 08h00 às 11h00 e 13h00 às 17h30.

João Pinheiro - MG, 12 de agosto de 2026.

JUAREZ MOURA DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Juarez Moura da Silva
Código Identificador:AB05DDE5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL Pregão Eletrônico nº 047/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026

Os pedidos foram realizados pela plataforma digital https://licitar.digital, no dia 10/08/2026, solicitado pela empresa CARBONI & CARBONI ARTES GRÁFICAS LTDA e demais interessados no certame.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de gases medicinais e correlatos, com disponibilização de cilindros em regime de comodato, incluindo transporte, logística de distribuição, instalação domiciliar quando necessária, substituição de cilindros e suporte operacional, visando atender às demandas do Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e de pacientes domiciliares vinculados à rede municipal de saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

I - DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com o item 2, do Edital aludido, o pedido de esclarecimento poderá ser enviado no prazo de "até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura das propostas". Portanto, deve ser o presente será considerada, nestes termos, plenamente tempestiva .

II - RELATÓRIO

Em atenção ao pedido de esclarecimento apresentado pela empresa CARBONI & CARBONI ARTES GRÁFICAS LTDA., esta Administração, após análise das disposições do instrumento convocatório, da natureza do objeto e da regulamentação sanitária aplicável, especialmente da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 751, de 15 de setembro de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, vem prestar os seguintes esclarecimentos.

1. DA NATUREZA DO OBJETO LICITADO

Inicialmente, não se pode interpretar o presente certame como mera aquisição isolada de bens.

O objeto do Pregão nº 047/2026 compreende o fornecimento parcelado de gases medicinais e correlatos, associado à disponibilização de cilindros em regime de comodato, transporte, logística de distribuição, instalação domiciliar quando necessária, substituição de cilindros e suporte operacional.

Portanto, trata-se de uma solução integrada destinada a assegurar o fornecimento regular e seguro de produtos essenciais à assistência à saúde, inclusive para pacientes em atendimento domiciliar.

Essa característica é relevante para a interpretação das exigências de qualificação técnica, pois a Administração não busca apenas a aquisição física de determinado produto, mas a
contratação de empresa que demonstre capacidade para cumprir as obrigações técnicas e operacionais que integram o objeto.

2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PREVISTA NO EDITAL

Quanto ao primeiro questionamento, relativo à possibilidade de se considerar que as exigências previstas nos itens 8.2.4.1.2 até 8.4.4.4 não seriam aplicáveis aos Itens 07, 08, 10 e 11, esclarece-se que não é possível estabelecer uma dispensa genérica dessas exigências simplesmente em razão de os itens envolverem fornecimento de produtos.

A qualificação técnica deve ser analisada de acordo com a natureza, finalidade e condições de execução do objeto, especialmente quando se trata de contratação destinada à área da saúde.

O Atestado de Capacidade Técnica previsto no item 8.2.4.1 constitui a comprovação geral da experiência anterior da licitante.

Entretanto, eventuais requisitos específicos de qualificação técnica, regularidade sanitária ou comprovação de condições indispensáveis à execução do objeto permanecem exigíveis quando expressamente previstos no Edital e quando guardarem pertinência com o objeto contratado.

Não seria juridicamente adequado interpretar que a simples menção aos Itens 07, 08, 10 e 11 automaticamente afastaria outras exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

3. DA REGULAMENTAÇÃO SANITÁRIA E DA RDC Nº 751/2022

A presente contratação possui uma particularidade que não pode ser desconsiderada: os produtos objeto do certame estão inseridos no contexto da assistência à saúde e alguns deles podem estar submetidos à regulamentação sanitária específica da ANVISA.

A RDC nº 751/2022 dispõe sobre a classificação de risco, os regimes de notificação e registro e os requisitos de rotulagem e instruções de uso dos dispositivos médicos.

Segundo a própria ANVISA, o enquadramento sanitário de um produto deve considerar a finalidade indicada pelo fabricante – função pretendida , e não simplesmente sua denominação comercial ou o uso eventual que dele possa ser feito.

A regulamentação também estabelece que, quando um produto for utilizado conjuntamente com outro dispositivo médico, as regras de classificação são aplicadas individualmente, e que os acessórios, quando regularizados separadamente, são enquadrados de forma independente, considerando suas características e finalidades de uso.

Portanto, não é juridicamente seguro afirmar, de forma antecipada, que determinado item estaria dispensado de regulamentação sanitária simplesmente por ser denominado "correlato", "acessório", "chicote", "componente" ou "material".

A própria ANVISA reconhece que determinados acessórios podem, isoladamente, ser considerados dispositivos médicos acabados, ainda que sua funcionalidade médica somente se manifeste quando conectados ao equipamento ao qual se destinam.

4. DA PARTICULARIDADE DOS PRODUTOS RELACIONADOS A GASES MEDICINAIS

A situação é ainda mais relevante no presente certame porque o objeto envolve gases medicinais.

A ANVISA expressamente informa que os gases medicinais são medicamentos quando destinados a fins de diagnóstico, tratamento, prevenção de doenças ou restauração, correção ou modificação de funções fisiológicas. Entre os exemplos está justamente o oxigênio medicinal, utilizado em hospitais e também no tratamento domiciliar de pacientes.

A Agência esclarece, ainda, que os gases medicinais são regulados pela ANVISA e que as empresas fabricantes ou envasadoras devem observar as normas sanitárias aplicáveis, inclusive quanto à Autorização de Funcionamento – AFE e às Boas Práticas de Fabricação.

Atualmente, a regulamentação específica dos gases medicinais inclui, entre outras normas, a RDC nº 870/2024, relativa à notificação, registro e pós-registro, e a RDC nº 887/2024, relativa às boas práticas de distribuição, armazenagem, transporte e dispensação de gases medicinais.

Dessa forma, a regularidade sanitária do produto e da empresa não pode ser afastada pela interpretação de que o objeto consiste apenas em "aquisição".

5. DO ITEM 08 – CHICOTE DE OXIGÊNIO FLEXÍVEL PARA CENTRAL MANIFOLD
Especial atenção merece o Item 08 – Chicote de oxigênio flexível (1 metro) para Central Manifold.
Embora a denominação possa sugerir tratar-se simplesmente de um componente ou acessório, a análise sanitária não pode ser realizada exclusivamente com base no nome comercial do produto.
De acordo com a orientação oficial da ANVISA, um acessório é aquele produto destinado pelo fabricante a ser utilizado em conjunto com um ou mais dispositivos médicos específicos para permitir ou auxiliar diretamente sua utilização de acordo com a finalidade pretendida.
Além disso, os acessórios que sejam regularizados separadamente devem ser enquadrados de forma independente, segundo suas próprias características e finalidade.
Assim, considerando que o item está destinado especificamente à utilização em Central Manifold para oxigênio, sua condição regulatória deverá ser aferida conforme a finalidade pretendida pelo fabricante e a documentação técnica correspondente.
Portanto, não se está afirmando que todo e qualquer chicote de oxigênio necessariamente possua registro ou notificação próprios na ANVISA. O que se estabelece é que, caso o produto esteja sujeito à regularização sanitária, esta deverá ser comprovada pela licitante, não sendo possível afastar previamente essa exigência mediante simples classificação comercial do produto.
6. DA DISTINÇÃO ENTRE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E REGULARIDADE SANITÁRIA
É importante esclarecer que existem duas questões juridicamente distintas:
a) Qualificação técnica
É a demonstração de que a empresa possui capacidade e experiência anterior compatíveis com a execução do objeto, mediante os documentos exigidos no Edital, especialmente o Atestado de Capacidade Técnica previsto no item 8.2.4.1.
b) Regularidade sanitária
É a demonstração de que a empresa e/ou os produtos fornecidos estão regularmente autorizados, registrados, notificados ou dispensados de regularização perante a ANVISA, conforme a legislação sanitária aplicável.
Uma exigência não substitui a outra.
Assim, a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica não dispensa a empresa do cumprimento da legislação sanitária, da mesma forma que eventual regularização sanitária do produto não substitui a comprovação de capacidade técnica exigida pelo Edital.
7. AO QUESTIONAMENTO DA EMPRESA
Diante de todo o exposto, NÃO se confirma a interpretação de que, para os Itens 07, 08, 10 e 11, seria exigível exclusivamente o Atestado de Capacidade Técnica previsto no item 8.2.4.1, com afastamento automático de todas as demais exigências previstas no Edital.
O correto entendimento é o seguinte:
I – o Atestado de Capacidade Técnica previsto no item 8.2.4.1 é exigível nos termos estabelecidos no instrumento convocatório;
II – as demais exigências de qualificação técnica serão aplicadas quando pertinentes à natureza e às condições de execução do objeto e quando expressamente estabelecidas no Edital;
III – os Itens 07, 08, 10 e 11 não podem ser considerados isoladamente da contratação como um todo, pois estão inseridos em uma contratação que envolve fornecimento de gases medicinais e correlatos, comodato de cilindros, transporte, logística, instalação domiciliar, substituição de cilindros e suporte operacional;
IV – a natureza de "fornecimento" do objeto não afasta a incidência da legislação sanitária;
V – os produtos sujeitos à regulamentação da ANVISA deverão atender às respectivas exigências sanitárias, inclusive quanto a registro, notificação, autorização ou eventual dispensa, conforme o enquadramento específico de cada produto;
VI – especificamente quanto ao Item 08 – Chicote de oxigênio flexível para Central Manifold, o eventual enquadramento como dispositivo médico ou acessório deverá ser
determinado de acordo com a finalidade pretendida indicada pelo fabricante, conforme os critérios da RDC nº 751/2022 e as orientações oficiais da ANVISA.
IV - CONCLUSÃO
Dessa forma, não procede a interpretação de que os Itens 07, 08, 10 e 11 estariam submetidos exclusivamente ao Atestado de Capacidade Técnica, com dispensa automática das demais exigências editalícias.
A Administração deve observar simultaneamente:
(I) as exigências de habilitação estabelecidas no Edital; (II) a comprovação da capacidade técnica compatível com o objeto; (II) as condições específicas de execução da contratação; e (IV) a legislação sanitária aplicável aos gases medicinais, dispositivos médicos, acessórios e demais produtos eventualmente sujeitos à vigilância sanitária.
No tocante à segunda pergunta, confirma-se que os Itens 07, 08, 10 e 11 são fornecidos no âmbito da contratação, porém o fornecimento não deve ser interpretado como uma simples entrega comercial desvinculada das demais obrigações previstas no objeto, especialmente porque o Pregão nº 047/2026 contempla uma solução integrada de fornecimento e suporte operacional.
Por fim, registra-se que a presente resposta não cria nova exigência nem altera o objeto licitado, mas apenas esclarece a correta interpretação das disposições já constantes do instrumento convocatório, em consonância com a legislação aplicável e com a regulamentação sanitária da ANVISA.
Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital e do Termo de Referência.
Atenciosamente,

João Pinheiro/MG, 12 de agosto de 2026

NELSON MELO DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:4ABD41AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE CREDENCIAMENTO MÉDICO Nº 118/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 118/2026
Processo Administrativo: 013/2026
Credenciada: Clínica Geral Dra. Sorriso Ltda
Objeto: Credenciamento para contratação de empresas especializadas para prestação de serviços médicos, atendimentos médicos, consultas especializadas complementares para a saúde pública municipal, a ser executado no Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, UPA, Clinica de Hemodiálise e Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pinheiro MG.
Fundamentação: Fundamento: O presente chamamento público para credenciamento tem fundamento no art. 78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021, e do art. 59 ao art. 92 do Decreto Municipal n° 267/2025, e fazem parte integrante deste termo de adesão ao credenciamento independente de transcrição o edital e todos os seus anexos.
Dotação Orçamentária: fichas 345, 409, 423, 432, 452, 463.
Vigência: 24 de fevereiro de 2026 até 24 de fevereiro de 2027.

Publicado por:
Natália Moreira do Vale
Código Identificador:911870F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 095/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO, no uso de suas atribuições, e em cumprimento às determinações contidas no Artigo 74 da Lei nº 14.133/21,

RATIFICA o procedimento de licitação nº 095/2026, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 020/2026, de modo que fica adjudicado a empresa **THEO4 PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.460.026/0001-08 – Rua Senador Souza Naves, 441 – 7º andar -sl73 – Londrina - PR**, através de representante exclusivo, pelo valor global de R$ 300.000,00(Trezentos mil reais). Com o objetivo de Contratação de empresa que detém Representação e Exclusividade de Show Artístico com a Dupla "Teodoro & Sampaio", para o Evento em Comemoração ao 115° Aniversário de João Pinheiro-MG, na data de 12 de setembro de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 23.695.2301.2072. 3.3.90.39.00. ficha 690

Valor: R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

O Departamento de Compras e Licitações deverá providenciar a publicação da presente ratificação, para que produza seus efeitos legais.

João Pinheiro, 10 de agosto de 2026.

GLÁUCON CEZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:B7DF8ADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Dispensa de Licitação nº 036/2026
Processo Administrativo nº 116/2026

1 – DO OBJETO

1.1 - Aquisição parcelada de material de construção (barras de ferro, brita, cascalho lavado, cimento, madeirite plastificado e tábuas), destinado à manutenção e execução de serviços em pontes, no Cemitério Municipal Santa Helena e em sistemas de drenagem pluvial, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no valor total estimado de R$ 59.933,85 (cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos), conforme especificações constantes do Termo de Referência e do Termo de Dispensa de Licitação nº 036/2026 que instruem o processo.

2 – DO RELATÓRIO

2.1 - O processo em epígrafe foi instruído com o Termo de Referência, a estimativa de despesa, a pesquisa de preços, a indicação da dotação orçamentária, o Termo de Dispensa de Licitação nº 036/2026, bem como demais documentos exigidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2 - O procedimento foi submetido à análise da assessoria jurídica do Município, que se manifestou pela regularidade formal do processo e pela viabilidade jurídica da contratação direta, nos termos do parecer jurídico constante dos autos.

2.3 - Verificou-se que o objeto e o valor estimado da contratação enquadram-se na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, dentro do limite de R$ 65.492,11 vigente desde 1º de janeiro de 2026, nos termos do Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

3 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 - A presente contratação direta funda-se no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observados os requisitos de instrução processual do art. 72 e o procedimento de ratificação e homologação previsto no art. 72, parágrafo único, do mesmo diploma legal.

3.2 - Nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o que será observado por ocasião da publicação deste Termo.

4 – DA RATIFICAÇÃO

4.1 - Diante do exposto, e à vista dos elementos constantes dos autos, com fundamento no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, RATIFICO o Termo de Dispensa de Licitação nº 034/2026, por reconhecer atendidos os pressupostos legais para a contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

4.2 - Dessa forma, **AUTORIZO** a contratação das empresas: SERRARIA CABRAL LTDA, inscrito no CNPJ nº 02.525.159/0001-55, sediada na Av. José Rabelo de Souza, 619, João Pinheiro – MG, com proposta no valor de R$ 33.885.85 (trinta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme cotação/proposta juntada aos autos.

4.3 - Fornecedor selecionado: FERROJOP - FERRO E ACO LTDA, inscrito no CNPJ nº 05.833.254/0001-04, sediada na Av. José Rabelo de Souza, 1444, João Pinheiro – MG, com proposta no valor de R$ 26.048.00 (vinte e seis mil e quarenta e oito reais), conforme cotação/proposta juntada aos autos, para o fornecimento do objeto descrito neste processo de contratação direta, por atender às exigências estabelecidas pela Administração e apresentar proposta compatível com o interesse público.

5 – DA HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

5.1 - HOMOLOGO o presente procedimento de dispensa de licitação e AUTORIZO a contratação do fornecedor indicado no Termo de Dispensa de Licitação nº 036/2026, no valor de R$ 59.933,85 (cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos), determinando:

a formalização do respectivo instrumento contratual ou instrumento equivalente, observadas as condições fixadas no Termo de Referência;

a divulgação do presente Termo e dos demais atos do processo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município, nos termos do art. 72, parágrafo único, e do art. 94 da Lei nº 14.133/2021;

a remessa dos autos ao setor competente para as providências de formalização e execução contratual.

6 – DA PUBLICIDADE

6.1 - Este Termo de Ratificação e Homologação será publicado nos meios oficiais de divulgação do Município e disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em cumprimento ao princípio da publicidade e aos arts. 72, parágrafo único, e 94 da Lei nº 14.133/2021.

João Pinheiro/MG, 06 de junho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juarez Moura da Silva
Código Identificador:6E8D13E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 057-2026

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS e ASSOC DE CATADORES DE MAT RECICLAVEIS DO MUN JOSE GONCALVES DE MINAS. CONTRATO nº 57; OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta seletiva, recebimento, segregação, triagem, classificação, acondicionamento, armazenamento temporário e destinação ambientalmente adequada dos materiais recicláveis gerados no Município de José Gonçalves de Minas/MG.; LICITACAO: Dispensa 16 / 2026 Valor Global: R$ 38.400,00 Vigência:12/08/2026 Até:12/08/2027

José Gonçalves de Minas, 12 agosto de 2026

PATRÍCIA DE SOUZA PEREIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdício da Veiga Leite
Código Identificador:A7D2EBB6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGAMAR

LICITAÇÕES, CONTRATOS E EXTRATOS DE CONTRATOS ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2026 – CREDENCIAMENTO N° 005/2026.

ABERTURA DE EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGAMAR–MG

Torna – se pública a **ABERTURA** do Processo Licitatório **nº 050/2026** – Credenciamento n° **005/2026.**

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**
Abertura a partir do dia **13/08/2026** (horário de Brasília). Informações e edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Lagamar, pelo e-mail: licitacao@lagamar.mg.gov.br, pelo telefone: (34) 3812-1916 ou pelo site oficial: https://lagamar.mg.gov.br/licitacoes.html.

VINÍCIUS DE PAULO CORRÊA
Agente de Contratação

Lagamar/MG, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ ALVES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius de Paulo Correa
Código Identificador:529658C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 194/2026

DECRETO Nº 194/2026

Permite a utilização Precária dos Bens Públicos que menciona.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 44, VI e VII da Lei Orgânica do Município e a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, através do Ofício nº 227/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitida a utilização das dependências da Praça do Rosário e das Ruas Santo Antônio do Monte e Tiradentes, localizadas nas esquinas limítrofes da Praça do Rosário, nesta cidade, imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal à ASSOCIAÇÃO DO CONGADO DOS DEVOTOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, sediada na Rua Santo Antônio do Monte nº 1.244, bairro Américo Silva, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 19.208.818/0001-22, representada neste ato por seu Presidente, Sr. GERALDO FRANCO NETO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 201.714.046-53, residente na Rua Divinópolis, nº 777, bairro Américo Silva, nesta cidade, cujo uso será a título precário, no dia 02 de agosto de 2026, para hasteamento das Bandeiras Santas e no período de 04 a 07 de setembro de 2026, para realização do evento "113ª TRADICIONAL FESTA DO GONGADO", nas condições e prazos estabelecidos no Termo de Permissão de Uso, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º A permissionária, findo o prazo estabelecido no Termo de Permissão de Uso a que se refere o artigo 1º deste Decreto, se obriga a devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, não lhe cabendo nenhuma indenização por benfeitoria, eventualmente efetuada, ou a qualquer título.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 11 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:0EFD3B91

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 195/2026

DECRETO Nº 195/2026

Permite a Utilização Precária do Bem Público que Menciona

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 44, VI e VII da Lei Orgânica do Município e considerando o Ofício nº 225/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitida a utilização das dependências da Praça Vereador José Domingos Dias – PRAÇA DE EVENTOS, localizada entre as Ruas Pernambuco, Goiás, Paraíba e Dr. Rômulo Amorim bairro Santa Alexandrina, nesta cidade, imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, ao Sr. ELTON ANTÔNIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF nº 061.283.956-78, cujo uso será a título precário, nos dias 26 e 27 de Setembro 2026, para realização do evento denominado " Dia do Fortalecimento Do empreendedorismo Feminino", nas condições e prazos estabelecidos no Termo de Permissão de Uso, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º O Permissionário, findo o prazo estabelecido no Termo de Permissão de Uso a que se refere o artigo 1º deste Decreto, se obriga a devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, não lhe cabendo nenhuma indenização por benfeitoria, eventualmente efetuada, ou a qualquer título.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 11 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:CE945130

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 172/2026

PORTARIA Nº 172/2026

Designa Membros Para Compor a Comissão de Sindicância Administrativa – 03/2026.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.353/2014 e o Despacho proveniente da Secretaria Municipal de Administração e Governo,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores municipais: FRANCIELE PIRES SANTOS, Agente de serviços administrativos, CARLOS EDUARDO ALVES DE SOUSA, Agente de Serviços Administrativos e VALÉRIA APARECIDA FERREIRA DE PAULA, Auxiliar de Serviços Administrativos para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa, a fim de apurar extensão de eventuais irregularidades acerca dos fatos descritos no Despacho de Abertura de Sindicância Administrativa, proveniente da Secretaria Municipal de Administração e Governo, bem como para proceder ao exame dos atos e fatos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão, com elaboração de relatório final a ser encaminhado ao Secretário Municipal de Administração e Governo para decisão do processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 12 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:E38AFABC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DOS PATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 043/2026
INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº 004/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO(A) VETERINÁRIO(A) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES À ÁREA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG.

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS-MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço a Praça 31 de Março, 111, Centro, CNPJ n° 16.901.381/0001-10.

TERMO DE CREDENCIAMENTO 021/2026: **BULLTEC ASSESSORIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS VETERINÁRIOS, inscrita no CNPJ sob o nº 21.937.249/0001-06**, neste ato representada por Paulo Joberth Ribeiro Nobre, inscrito no CPF sob o nº ***560.516** e com sede na Rua Vinte e Quatro, nº 86, Bairro Jardim Primavera, Montes Claros/MG, conforme proposta e documentos anexos.

Data de Assinatura: 12 de agosto de 2026.
Vigência: 12 meses.

Lagoa dos Patos-MG, 12 de agosto de 2026.

VALERIA TAMIRES SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:093BB037

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS-MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço a Praça 31 de Março, 111, Centro, CNPJ n° 16.901.381/0001-10, através da Comissão de Licitações, torna público o resultado do Processo Licitatório nº. 043/2026 INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº 004/2026, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO(A) VETERINÁRIO(A) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES À ÁREA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações RATIFICADO em favor dos licitantes que abaixo se descreve:

BULLTEC ASSESSORIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS VETERINÁRIOS, inscrita no CNPJ sob o nº 21.937.249/0001-06, neste ato representada por Paulo Joberth Ribeiro Nobre, inscrito no CPF sob o nº ***560.516** e com sede na Rua Vinte e Quatro, nº 86, Bairro Jardim Primavera, Montes Claros/MG, conforme proposta e documentos anexos.

Conforme extrato acima, publicado no quadro de avisos oficial da Prefeitura Municipal, site oficial (https://www.lagoadospatos.mg.gov.br/) no dia 12 de agosto de 2026.

VALÉRIA TAMIRES SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:85738C41

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 044/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO 162/2026

Contratado: CLG TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA. CNPJ: 46.875.281/0001-27.

Objeto: contratação de capacitação para servidores públicos para elaboração de pareceres, com auxílio de Inteligência Artificial (IA), nos dias 19 e 20 de agosto de 2026, na modalidade online.

Fundamentação: inciso III, alínea f, do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21 e alterações subseqüentes.

Valor: R$ 3.195,20 (três mil, cento e noventa e cinco reais e vinte centavos).

Lagoa Santa, em 12 de agosto de 2026.

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:19DC1398

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 037/2026

Abertura do Pregão Eletrônico RP 037/26, no dia 03/09/2026 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Registro de preços para a aquisição de materiais esportivos e uniformes destinados à implementação e ao desenvolvimento do projeto de acessibilidade à prática do esporte skate, nas modalidades Street e Park, no Município de Lagoa Santa/MG, em atendimento ao Convênio TRANSFEREGOV.BR Nº 959456/2024. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/

MONIQUE DUARTE COELHO DE OLIVEIRA
Pregoeira.

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:28501B24

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 045/2026

Abertura do Pregão Eletrônico RP 045/26, no dia 01/09/2026 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: registro de preços para registro de preços para a prestação de serviços de engenharia destinados à execução de obras de infraestrutura urbana no segmento de iluminação pública, compreendendo futuras instalações de iluminação em espaços públicos, com rede subterrânea e alimentação por meio de medição, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, no perímetro urbano do Município de Lagoa Santa. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/

MONIQUE DUARTE COELHO DE OLIVEIRA
Pregoeira.

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:1B376126

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO – ATA RP Nº 125/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

Partes: Município de Lagoa Santa e **ITOGRASS AGRÍCOLA ALTA MOGIANA LTDA -** CNPJ: 62.046.735/0044-43

Finalidade: prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, para uso do saldo remanescente, dos itens 01 e 03 conforme Processo Administrativo 15336-26-LST-ADT, nos termos do artigo 84, da Lei Federal n° 14.133/21.

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:399C1956

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 139/2026 – CONCORRÊNCIA 003/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **ROCHA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA** – CNPJ: 06.007.301/0001-23

Objeto: Contratação empresa especializada para execução da obra de construção do CAPS IJ, com recursos provenientes do Ministério da Saúde - proposta n° 14460.3080001/23-015 e recursos próprios do município, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra, conforme relação constante no projeto básico

Valor: R$ 4.619.537,07

Vigência: 10/08/2026 a 10/07/2027

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
598	02.006.001.10.302.0019.2240.4.4.90.51.00

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:C07EFC63

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO – CONTRATO 098/2026 – PREGÃO 017/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **SAFAYA SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM CLIMATIZAÇÃO LTDA** - CNPJ: 55.308.775/0001-10

Finalidade: alteração da razão social da **CONTRATADA**, passando a vigorar da Alteração e Consolidação do Contrato Social certificada em 20/07/2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:76B91CB4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.145, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação no estágio probatório (Concurso Público nº 001/2018), do servidor que menciona, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Declara aprovado no estágio probatório (Concurso Público nº 001/2018) e portanto, estável em seu respectivo cargo, para todos os fins de direito, o servidor abaixo relacionado e devidamente identificado pelo número de matrícula:

Matrícula	Nome	Cargo	Admissão
289394	Celio Mariano Cardoso	Professor B - Historia	08/08/2023

Art. 2º Para fins de aquisição da estabilidade de que trata este Decreto, contam-se os 03 (três) anos a partir da data em que o servidor acima relacionado entrara em exercício em seu respectivo cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 10 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:EB52FE8D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.146, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação no estágio probatório (Concurso Público nº 001/2018), da servidora que menciona, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Declara aprovada no estágio probatório (Concurso Público nº 001/2018) e portanto, estável em seu respectivo cargo, para todos os fins de direito, a servidora abaixo relacionada e devidamente identificada pelo número de matrícula:

Matrícula	Nome	Cargo	Admissão
289386	Katiara Lopes da Cruz Coura	Psicopedagogo	07/08/2023

Art. 2º Para fins de aquisição da estabilidade de que trata este Decreto, contam-se os 03 (três) anos a partir da data em que a servidora acima relacionada entrara em exercício em seu respectivo cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 10 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:235901EA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
APREENSÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE

Apreensão de Animais de Grande Porte

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, através da Diretoria Municipal de Meio Ambiente, informa que em operação de resgate/captura realizada no dia 10 de Agosto de 2026, foram apreendidos dois animais de grande porte, sendo eles:

IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL	CARACTERÍSTICAS	LOCAL DA APREENSÃO	DATA DA APREENSÃO
032	Burro, adulto, castrado, pelagem castanha escura, presença de ectoparasitas no pavilhão auricular esquerdo e direito, cegueira unilateral direita e também presença de ectoparasitas pelo corpo.	Avenida Belmiro João Salomão, s/n - Lindolfo da Costa Viana	10/08/2026

Lagoa Santa, 11 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Wagner Santos Ferreira
Código Identificador:13991395

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à **BHDENTAL COMERCIAL LTDA** – CNPJ: 29.312.896/0001-26 **–** Ata de Registro de Preços Nº 088/2026. A **Intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1582/2026.** Em **12/08/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:6FD062BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
ATA DE REUNIÃO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CODEMA DE LEOPOLDINA E DE SUA CÂMARA JULGADORA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2026

Às quatorze horas do dia seis de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, localizada na Rua Presidente Carlos Luz, nº 699. 2º andar, Sala 203, Edifício Dona Luzia, Centro, Leopoldina/MG sob a presidência do Senhor Luiz Henrique Nogueira Gesualdi, Secretário Municipal de Meio Ambiente e tendo como Secretário o Senhor Hugo Leonardo Xavier Gomes, reuniu-se em sessão ordinária o CODEMA de Leopoldina para escolha dos membros efetivos e suplentes para integrarem o CODEMA e sua Câmara Julgadora, para um mandato de 02 (dois) anos, presentes os seguintes representantes e as seguintes representantes: Ana Lucia Ladeira Costa, Bruce Junqueira de Moraes, Cimar Onofre Barbosa, Cristina Salgado Junqueira, Denilson Batista da Silva, Erica Pereira Bedim, Faberti Darcy Greiçon Silva, Fabiano Lopes Barbosa, Gean Pereira Freitas, Guilherme Ribeiro Moreira, Helenice Oliveira da Fonseca, Íris Dalva Guedes Meirelles, Jader de Almeida Machado, Jardell Peixoto D'Ávila Boim, Jeferson Medeiros Guerson, José Elpídio de Souza Júnior, Kátia Pires Arruda, Lais Ferreira Couto Fófano, Luciana Barbosa Ferraz, Luciano do Vale Neto, Luiz Henrique Nogueira Gesualdi, Marcia Vaz Barbosa, Marcio Teixeira Timotheo da Costa, Pedro Santiago Reis, Ricardo Gouvea Martins, Rodrigo Junqueira Reis Pimentel.
O Senhor Presidente da sessão agradeceu a presença de todos, informando que o Edital de Convocação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, publicado pela AMM – Associação Mineira de Municípios do dia 28/07/26, portanto, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, conforme disciplina o §§4º do art. 2º do Decreto Municipal nº 5.391, de 17 de julho de 2024, tendo sido também enviada uma cópia do mesmo para conhecimento da Câmara Municipal e ainda para diversos órgãos públicos e entidades privadas, tudo com supedâneo da Lei Municipal nº 4.559, de 22 de dezembro de 2020. O Senhor Presidente informou aos presentes que os representantes dos órgãos públicos foram previamente nominados pelos seus representantes legais. Passou-se em seguida à Ordem do Dia da reunião**:**

Item 1 - Eleição dos representantes efetivos e suplentes das entidades não governamentais para integrarem o CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para um mandato de 2 (dois) anos: NÃO GOVERNAMENTAIS**: 7 (sete) representantes de setores organizados da sociedade civil:** Efetivo: Luciano do Vale Neto, Suplente: Karina Garcia Magalhaes, representantes do CREA-MG; Efetivo: Cristina Salgado Junqueira, Suplente: Cimar Onofre Barbosa, representes da Associação Ipês Ambiental; Efetivo: Guilherme Ribeiro Moreia, Suplente: Márcio Teixeira Timótheo da Costa, representantes do Coletivo Mato; Efetivo: Faberti Graicon Silva,

Suplente: Fabiano Lopes Barbosa, representantes do Sindicato Rural de Leopoldina; Efetivo: Gean Pereira Freitas, Suplente: Rogério de Almeida, representantes da ASCMARE; Efetivo: Ana Lúcia Ladeira Costa, Suplente: Laís Ferreira Couto Fófano, representantes da ACIL e Efetivo: Márcio Luiz Rodrigues Lopes, Suplente: Agnaldo Machado de Andrade, representantes da Coopleste.Com arrimo no § 5º do art. 2º do já mencionado Decreto Municipal nº 5.391, de 17 de julho de 2024 os mesmos foram eleitos por unanimidade e se juntam, para um mandato de 2 (dois) anos aos representantes governamentais previamente indicados: **–** GOVERNAMENTAIS**: 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal** - Efetivo: Luiz Henrique Nogueira Gesualdi, Secretário Municipal de Meio Ambiente, como presidente; Efetivo: Rodrigo Junqueira Reis Pimentel, Suplente: Gustavo Ramos: Efetivo: Érica Pereira Bedim, Suplente: Saulo Lopes Barbosa; **1 (um) representantes do Poder Legislativo Municipal**: Bruce Junqueira Ferraz, Suplente: Marcos Marinato Crespo. 3 (três) representantes de órgãos da administração pública estadual ou federal: Efetivo: Rodrigo Garcia Duarte, Suplente: Ana Andrea Oliveira Pereira, representantes da EMATER-MG; Efetivo: Denilson Batista Silva, Suplente: Josiane Macedo de Andrade

Almeida, representantes do IEF. Efetivo: Igor André Rodrigues Silva, Suplente: Érica Santos Brito, representantes da COPASA MG.

Item 2 - Eleição dos representantes efetivos e suplentes das entidades não governamentais para integrarem a Câmara Julgadora do CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para um mandato de 2 (dois) anos: NÃO GOVERNAMENTAIS: **7 (sete) representantes de setores organizados da sociedade civil:** Efetivo: Kátia Pires Arruda, Suplente: Luciana Barbosa Ferraz, representantes do Sindicato Rural de Leopoldina; Efetivo: Luiz Henrique Ferraz Miranda, Suplente: Helenice Oliveira Fonseca, representantes da Associação Ipês Ambiental; Efetivo: Paulo Afonso Farage do Nascimento, Suplente: Ricardo Gouvea Martins, representantes do CREA-MG; Efetivo: Márcia Vaz Barbosa, Suplente: Antônio Carlos Teixeira Souza, representantes do Coletivo Mato; Efetivo: Sérgio de Rezende Junqueira, Suplente: Fernando Miranda Vargas, representantes da Coopleste**;** Efetivo: Djanir Baquero de Souza, Suplente Thaís Aparecida Ferreira Diniz representantes da APOLEO e Efetivo: Rodrigo Franzoni Barbosa, Suplente Gabriel Cunha Macedo, representantes da OAB-MG. Com arrimo no § 5º do art. 2º do já mencionado Decreto Municipal nº 5.391, de 17 de julho de 2024 os mesmos foram eleitos por unanimidade e se juntam, para um mandato de 2 (dois) anos aos representantes governamentais previamente indicados: GOVERNAMENTAIS: **3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal:** Efetivo: Luiz Henrique Nogueira Gesualdi, como presidente; Efetivo: José Elpídio de Souza Júnior, Suplente: Iago Geraldo Xavier; Efetivo: Cláudio Reché Iennaco, Suplente: Monique Caetana Araújo; **1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal:** Efetivo: Jefferson Medeiros Guerson, Suplente: Jader de Almeida Machado; **3 três) representantes de órgãos da administração pública**

estadual ou federal: Efetivo: Jardell Peixoto D. Avilla Boim, Suplente: Pedro Santiago Reis, representantes da EPAMIG; Efetivo: Iris Dalva Guedes Meirelles, Suplente: Cátia Carvalho P. do Carmo, representantes da Superintendência Regional de Ensino de Leopoldina e Efetivo: Dora Deise Stephan Moreira; Suplente: Jardel Costa Pereira, representantes da UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais**..**

ITEM 3 – O Senhor Presidente declarou empossados os representantes e as representantes acima indicados, para cumprirem um mandato de 2 (dois) anos, a contar data de publicação da respectiva portaria de designação, informando que as reuniões ordinárias do CODEMA são realizadas sempre nas primeiras quintas-feiras de cada mês e que as reuniões da Câmara Julgadora são realizadas somente quando há recursos interpostos contra decisão do CODEMA.

Ainda, o Senhor Presidente, com fundamento no inciso XXVIII do art. 6º da Lei Municipal nº 4.559, de 22 de dezembro de 2020, informou que os representantes efetivos e suplentes do CODEMA também foram declarados empossados para cumprirem um mandato de 2 (dois) anos como membros do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Doutor João Damaceno Portugal.

Foi informado aos presentes que serão criados contas de whatsapp para o CODEMA, a Câmara Julgadora e para o conselho Gestor, pro onde serão feitas as comunicações oficiais, além do Diário Oficial dos Municípios Mineiros, publicado pela Associação Mineira de Municípios.

Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, solicitando ao senhor secretário que lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Secretário e demais conselheiros e conselheiras que queiram fazê-lo. Eu, _____, Hugo Leonardo Xavier Gomes, Secretário, digitei e lavrei a presente ata.

Leopoldina, MG, 6 de agosto de 2026.

_____

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:D1729EA1

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO N° 036/2026

PROCESSO Nº 203.2520/2026

O Secretário de Meio Ambiente do Município de Leopoldina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer da Técnico nº 74/2026, **AUTORIZA** a Senhora **CECÍLIA MARIA DA SILVA** a proceder a supressão de 1 (um) indivíduo arbóreo de espécie exótica frutífera Coqueiro *(Cocus nicifera*), localizada na Rua Antônio Fernandes Valentim nº 1.106, fundos com a Avenida Jehu Pinto de Faria, Bairro Quinta Residência, área pertencentes a Prefeitura de Leopoldina, tendo como medida compensatória a substituição do indivíduo suprimido por outros 3 (três) de espécie nativa frutífera de pequeno porte, no mesmo local, devendo esta ação ser executada pela prefeitura municipal.

Leopoldina, MG, 10 de agosto de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

*****A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) e legislação municipal específica proíbem a destruição ou danificação de árvores em floração, frutificação e com ninhos e abrigos da fauna silvestre, se no ato da intervenção forem identificadas estas condições, devendo a mesmo ser interrompida imediatamente.

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:51FAAE62

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO N° 037/2026

O Secretário de Meio Ambiente do Município de Leopoldina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer da Técnico nº 74/2026, **AUTORIZA** o Senhor **GESSY DE ALMEIDA PEREIRA, DR**. a proceder a supressão de 2 (dois) indivíduos arbóreos de espécies exóticas Abacateiro *(Persea americana)* e Aceroleira *(Malpighia amarginata)*, localizados na Vila Virgílio Areia, nº 24, Bairro Praça da Bandeira, tendo como medida compensatória, na medida usual para frutíferas exóticas, qual seja, 3 X 1, traduzido na entrega à Secretaria de Meio Ambiente de 6 (seis) mudas de espécies frutíferas, com altura mínima de 2,0 metros.

Leopoldina, MG, 10 de agosto de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

*****A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) e legislação municipal específica proíbem a destruição ou danificação de árvores em floração, frutificação e com ninhos e abrigos da fauna silvestre, se no ato da intervenção forem identificadas estas condições, devendo a mesmo ser interrompida imediatamente.

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:F5BBC644

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
ERRATA AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS Nº 005/2026

PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO, PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1) ONDE SE LÊ:
8.1 – Técnico de nível Superior - Assistente Social
Levantar, atender e analisar a situação da população carente no Município, cadastrando, identificando a sua demanda, orientando e encaminhando, conforme a necessidade, fazendo visitas e prestando o

acompanhamento devido; Planejar, realizar pesquisas e fazer visitas para avaliação das condições socioeconômicas da população do Município, em especial a carente, bem como demais aspectos culturais e organizacionais da sociedade e instituições comunitárias, para fornecer subsídios necessários à realização de diagnósticos gerais e à análise de problemas específicos das diversas áreas de atuação como saúde, educação, trabalho, promoção social e outros, tanto do meio rural como urbano; Propor, planejar, avaliar, elaborar e supervisionar programas e projetos sociais de interesse do Município identificados por meio de estudos e levantamentos das demandas apresentadas, em especial os de atenção à família, à criança, à mulher e ao idoso e de inserção da população excluída do mercado de trabalho, bem como de criação de centros de convivência, habitação e outros; Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços, recursos e programas de interesse social; Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos do serviço social; Orientar e monitorar o desenvolvimento de ações e projetos relacionados com o desenvolvimento humano, economia doméstica, economia familiar, educação do consumidor, habitação, saúde, alimentação e vestuário; Executar outras tarefas correlatas com a formação, com a função e com a área de atuação, colaborando para o permanente aprimoramento da prestação de serviços à população.

LEIA-SE:

8.1 – Técnico de nível Superior - Assistente Social

Levantar, atender e analisar a situação da população carente no Município, cadastrando, identificando a sua demanda, orientando e encaminhando, conforme a necessidade, fazendo visitas e prestando o acompanhamento devido; Planejar, realizar pesquisas e fazer visitas para avaliação das condições socioeconômicas da população do Município, em especial a carente, bem como demais aspectos culturais e organizacionais da sociedade e instituições comunitárias, para fornecer subsídios necessários à realização de diagnósticos gerais e à análise de problemas específicos das diversas áreas de atuação como saúde, educação, trabalho, promoção social e outros, tanto do meio rural como urbano; Propor, planejar, avaliar, elaborar e supervisionar programas e projetos sociais de interesse do Município identificados por meio de estudos e levantamentos das demandas apresentadas, em especial os de atenção à família, à criança, à mulher e ao idoso e de inserção da população excluída do mercado de trabalho, bem como de criação de centros de convivência, habitação e outros; Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços, recursos e programas de interesse social; Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos do serviço social; Executar outras tarefas correlatas com a formação, com a função e com a área de atuação, colaborando para o permanente aprimoramento da prestação de serviços à população.

Leopoldina, MG, 11 de agosto de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina/MG

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:EA8F7A1E

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 91/2025(UNILATERAL)

Concorrência nº 01/2025 - Processo Licitatório nº 54/2025
Partes: MINAS FLORESTAIS E CONSTRUÇÕES LTDA. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente termo versa sobre a supressão contratual de 1,5722%, correspondendo ao valor de R$37.317,53 (trinta e sete mil e trezentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos), conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Obras (Memorando nº. 104/2026) e apresentação da planilha orçamentária, em consonância com art. 124, I, alínea "a" da Lei Federal nº. 14.133/21.
Data de assinatura: 26/05/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito de Leopoldina
Rogério Junqueira Villela Baptista - Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:F4A98868

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS TERMOS ADITIVOS

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 215/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 19/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 482/2023
Partes: ANDERSON ALVIM RECHE e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO Objeto: O objeto do presente termo versa sobre a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original até 16/08/2027, em consonância com a Lei Federal n° 14.133/21, podendo, contudo, ser rescindido antecipadamente atendendo interesse público.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: O valor do aluguel mensal, conforme indexador IPCA instituído na Lei Municipal n° 4.551, de 17 de dezembro de 2020, passa a ser R$ 2.680,88 (dois mil e seiscentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos), correndo as despesas à conta de dotações próprias constantes do orçamento de 2026 e sua correspondente para 2027.
Data de assinatura: 04/08/2026
Signatários: Anderson Alvim Reche
Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 61/2026 (UNILATERAL)
PREGÃO ELETRÔNICO N° 126/2025 - Processo Licitatório nº 275/2025
Partes: COMERCIAL PRIME LTDA. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido o contrato em epígrafe, unilateralmente, a partir da presente da data, não gerando qualquer ônus para nenhuma das partes, em conformidade com o art. 137, I, da Lei n° 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: A presente rescisão não impede a aplicação de quaisquer penalidades, bem como a apuração administrativa ou judicial de responsabilidade civil e administrativa.
Data de assinatura: 06/08/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito de Leopoldina

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2026
Pregão Eletrônico n° 28/2025 - Processo Licitatório nº 45/2025.
Partes: MEDICINA SEGURA DISTRIBUIÇÃO E PROMOÇÃO EM VENDAS LTDA. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para em aquisição de FRALDAS para atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de; Assistência Social e Saúde do município de Leopoldina, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência, Anexo I, do Edital.
CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo haver prorrogação de acordo com o art. 192 do decreto 5.188.23 e seus incisos.
CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO: O valor total da contratação será de R$2.850,40 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos).
Data de assinatura: 18/07/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.
Luiz Felipe de Oliveira Del Vecchio

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:042FA988

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026, PRC 152/2026. Nº CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV: 984767-109/2026.

Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças anuais do software AutoCAD LT 2027, conforme descrições e especificações contidas neste termo de referência para atendimento aos trabalhos das Secretarias de Obras, Governo e Desenvolvimento Econômico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. **Dia da Licitação: 27/08/2026, às 10:00 horas. Local:** www.compras.gov.br. **Órgão gerenciador (UASG 984767).** O edital encontra-se disponível no endereço indicado, no Portal Nacional e Contratações Públicas (PNCP) e também no site www.leopoldina.mg.gov.br, link Licitação.

Leopoldina, MG, 12 de agosto de 2026.

GISELE DO NASCIMENTO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Gisele do Nascimento
Código Identificador:1F0CBE0A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 180 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEAÇÃO QUE FAZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS,

CONSIDERANDO a ordem de classificação de Processo de Escolha dos Membros do ConselhoTutelar – Mandato 2024/2027, regido pelo Edital nº 001/2023 – CMDCA;

CONSIDERANDO o teor do e-mail datado de 10/08/2026, advindo da Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Políticas de Recursos Humanos;

CONSIDERANDO as férias da Conselheira Tutelar, a Sra. KEILLA APARECIDA SILVA DA CRUZ MARCATO;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a Sra. LÍDIA ANDRADEDE SOUZA ALMADA, para exercer, em caráter de substituição temporária, o cargo de Conselheira Tutelar, no período de 27/07/2026 a 15/08/2026.

Art. 2° Determinar que esta Portaria entre em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos à 27/07/2026.

Art. 3º Revogar as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 10 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:9F4BECA0

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 181, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

EXONERAÇÃO QUE FAZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do e-mail datado de 10/08/2026, advindo da Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Políticas de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a servidora Sra. LIDIA ANDRADE DE SOUZA ALMADA, do cargo deConselheira Tutelar, ao qual exerce em caráter temporário.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 15/08/2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Portaria nº 180 de 10 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 10 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:B73EA133

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 182, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEAÇÃO QUE FAZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a ordem de classificação de Processo de Escolha dos Membros do ConselhoTutelar – Mandato 2024/2027, regido pelo Edital nº 001/2023 – CMDCA;

CONSIDERANDO o teor do e-mail datado de 10/08/2026, advindo da Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Políticas de Recursos Humanos;

CONSIDERANDO a Portaria nº 177, de 31 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear, a servidora Sra. LIDIA ANDRADE DE SOUZA ALMADA, para exercer o cargo deConselheira Tutelar.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19/08/2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 10 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:849EDE70

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 11/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA E DE OUTRO A CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE.

Pelo presente Termo Aditivo ao Convênio nº 11/2025, o **MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA**, CNPJ nº 17.733.643/0001-47, com sede na Rua Lucas Augusto nº 68, Centro, Leopoldina/MG, representado por seu Prefeito Municipal **Sr. PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ,** brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº M – 2.063.509 SSP/MG e CPF nº 118.922.936-68, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com a anuência da Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Sr. **MÁRCIO VIEIRA MACHADO**, e a **CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE,** CNPJ sob o nº 22.149.165/0001-62, localizada na Rua Padre Júlio nº 138, Leopoldina/MG, representada pela **COMISSÃO INTERVENTORA INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 5.448, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024**, doravante denominada **CONVENENTE,** conforme informações e solicitação constantes do memorando nº 354/2026 da Secretaria Municipal de Saúde de Leopoldina, ficam estipuladas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Pelo presente termo de aditamento, fica prorrogado, o convênio, pelo período de 6 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA
Consolida-se este termo aditivo ao convênio original, permanecendo inalteradas as suas demais cláusulas.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo de Convênio, lavrado em cinco vias de igual teor, valor e forma, firmadas pelas partes e testemunhas abaixo.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo de Convênio, lavrado em cinco vias de igual teor, valor e forma, firmadas pelas partes e testemunhas abaixo.

Leopoldina, 24 de julho de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretária Municipal de Saúde

COMISSÃO INTERVENTORA
Decreto nº 5.448, de 16 de dezembro de 2024

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Nome: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

PROCURADORIA GERAL:
Atendendo as determinações contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações e Lei Orçamentária Anual, aprovo a minuta do 2º Termo Aditivo ao Convênio 11/2025.

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município
OAB/MG nº 109.595

Publicado por:
Higor Andrade Corrêa da Silva
Código Identificador:07A3C716

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 12/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA E DE OUTRO A CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE.

Pelo presente Termo Aditivo ao Convênio nº12/2025, o **MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA**, CNPJ nº 17.733.643/0001-47, com sede na Rua Lucas Augusto nº 68, Centro, Leopoldina/MG, representado por seu Prefeito Municipal Sr. **PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ,** brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº M – 2.063.509 SSP/MG e CPF nº 118.922.936-68, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com a anuência da Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Sr. **MÁRCIO VIEIRA MACHADO**, e a **CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE,** CNPJ sob o nº 22.149.165/0001-62, localizada na Rua Padre Júlio nº 138, Leopoldina/MG, representada pela **COMISSÃO INTERVENTORA INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 5.448, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024**, doravante denominada **CONVENENTE,** conforme informações e solicitação constantes do memorando nº 156/2026 da Secretaria Municipal de Saúde de Leopoldina, ficam estipuladas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Pelo presente termo de aditamento, fica prorrogado, o convênio, pelo período de 6 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA
Consolida-se este termo aditivo ao convênio original, permanecendo inalteradas as suas demais cláusulas.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo de Convênio, lavrado em cinco vias de igual teor, valor e forma, firmadas pelas partes e testemunhas abaixo.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo de Convênio, lavrado em cinco vias de igual teor, valor e forma, firmadas pelas partes e testemunhas abaixo.

Leopoldina, 24 de julho de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito De Leopoldina

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretária Municipal De Saúde

COMISSÃO INTERVENTORA
Decreto Nº5.448, De 16 De Dezembro De 2024

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Nome: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

PROCURADORIA GERAL:

Atendendo as determinações contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações e Lei Orçamentária Anual, aprovo a minuta do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº12/2025.

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município
OAB/MG nº 109.595

Publicado por:
Higor Andrade Corrêa da Silva
Código Identificador:7C25CE26

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
11ª ATA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2022

11ª ATA REFERENTE AOEDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2022 de 18.02.2022

OBJETO: Credenciamento **003/2022** para **"AQUISIÇÃODE MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SIMILARES DA TABELA CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS) DA ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA)",**conforme descrito e especificado no Termo de Referência (anexo I) do edital.

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às dez horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Luz, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto nº **3.849** de **27/06/2025,** para abertura do envelope e análise da documentação apresentadapara o credenciamento cujo objeto trata-se de Credenciamento para**: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SIMILARES DA TABELA CMED (CAMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS) DA ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA)".**Aberta a sessão, a Presidente apresentou aos demais membros da CPL, a documentação protocolada antecipadamentesob o protocolo nº 103527 de 30/07/2026, conforme previsto no edital, pela empresa interessada: **DROGARIA POPULAR DE LUZ LTDA, inscrita** no **CNPJ: 22.217.111/0001-97** neste ato representada pela representante legal **TALES RENATO FERREIRA CARVALHO**, portadora do CPF: 051.148.036.97, onde solicita credenciamento conforme objeto de Edital 003/2022 de 18.02.2022. Em seguida, os documentos foram conferidos e diante da regularidade, e em conformidade com as exigências do Edital, a CPL decide pelo **CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO** da empresa participante**.** Os documentos de habilitação foram rubricados por todos os membros da CPL e em seguida arquivados na Pasta do Credenciamento nº 003/2022.A CPL irá formalizar o processo de inexigibilidade para contratação e posteriormente o mesmo será encaminhado à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município e após à autoridade superior competente para devida homologação. Nada mais havendo a ser tratado, a presente reunião foi encerrada, digitada a presente ata e após lida e achada conforme segue, será assinada por mim e demais presentes.

TALÉCIA ELENN PINTO DA SILVA
Agente de Contratação

Equipe de Apoio:
BIANCA PEREIRA ALVES
GABRIELLA BRITO NOGUEIRA BESSAS
MARLISE OLIVEIRA PEREIRA

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:4A8F52A6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
14ª ATA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2022

14ª ATA REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2022 de 18.02.2022

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AO DESPORTO DO MUNICIPIO", conforme descrito e especificado no Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, na sala de licitações da Prefeitura de Luz, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto nº **3.849** de **27/06/2025,** para abertura do envelope e análise da documentação apresentadapara o credenciamento cujo objeto trata-se de: "**CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AO DESPORTO DO MUNICIPIO".** Aberta a sessão, a Presidente apresentou aos demais membros da CPL, a documentação protocolada antecipadamentesob o protocolo nº 103525 de 30/07/2026, conforme previsto no edital, pela empresa: **NS Rosário Turismo e Transporte LTDA** inscrita no **29.918.230/0001-16**, onde a empresa solicita o credenciamento parao objeto parte constante do Edital de Credenciamento 02/2022. Em seguida, os documentos foram conferidos, visitados por todos os membros da Comissão Permanente de Licitação e diante da regularidade, após cumprir todas as exigências contidas no edital, a CPL decide pela **HABILITAÇÃO** da empresa **NS Rosário Turismo e Transporte LTDA** e declara a mesma credenciada para "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS VAN 16 LUGARES DE 90 A 150 KM, VAN 16 LUGARES DE 151 A 450KM, VAN 16 LUGARES ACIMA DE 450KM, MICRO ÔNIBUS 28 LUGARES DE 90 A 150KM, MICRO ÔNIBUS 28 LUGARES DE 151 A 450KM, MICRO ÔNIBUS 28 LUGARES ACIMA 450KM, ÔNIBUS 50 LUGARES DE 90 A 150KM, ÔNIBUS 50 LUGARES DE 151 A 450KM, ÔNIBUS 50 LUGARES ACIMA DE 450KM".** A CPL irá formalizar o processo de inexigibilidade para contratação e posteriormente o processo será encaminhado à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município e à autoridade competente para devida homologação. Nada mais havendo a ser tratado, a presente reunião foi encerrada, digitada a presente ata e após lida e achada conforme segue, será assinada por mim e demais presentes.

TALÉCIA ELENN PINTO DA SILVA
Agente de Contratação

Equipe de Apoio:

BIANCA PEREIRA ALVES

GABRIELLA BRITO NOGUEIRA BESSAS

MARLISE OLIVEIRA PEREIRA

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:B72CAA9E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
8ª ATA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2022

8ª ATA REFERENTE AOEDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2022 de 22/07/2022

OBJETO: Credenciamento **10/2022** para"**AQUISIÇÃODE MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA DA TABELA CMED**

(CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS) DA ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA)", conforme descrito e especificado no Termo de Referência – anexo I, deste instrumento convocatório.

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às dez horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Luz, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto nº **3.849** de **27/06/2025,** para abertura do envelope e análise da documentação apresentada para o credenciamento cujo objeto trata-se de Credenciamento para **"AQUISIÇÃODE MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA DA TABELA CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS) DA ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA)"**. Aberta a sessão, a Presidente apresentou aos demais membros da CPL, a documentação protocolada antecipadamentesob o protocolo nº 103526 de 30/07/2026, conforme previsto no edital, pela empresa interessada: **DROGARIA POPULAR DE LUZ LTDA, inscrita** no **CNPJ: 22.217.111/0001-97** neste ato representada pela representante legal **TALES RENATO FERREIRA CARVALHO**, portadora do CPF:051.148.036.97, onde solicita credenciamento conforme objeto de Edital 010/2022 de 22/07/2022. Em seguida, os documentos foram conferidos e diante da regularidade, e em conformidade com as exigências do Edital, a CPL decide pelo **CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO** da empresa participante Os documentos de habilitação foram rubricados por todos membros da CPL e em seguida arquivados na Pasta do Credenciamento nº 010/2022.A CPL irá formalizar o processo de inexigibilidade para contratação e posteriormente o mesmo será encaminhado à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município e após à autoridade superior competente para devida homologação. Nada mais havendo a ser tratado, a presente reunião foi encerrada, digitada a presente ata e após lida e achada conforme segue, será assinada por mim e demais presentes.

TALÉCIA ELENN PINTO DA SILVA
Agente de Contratação

Equipe de Apoio:
BIANCA PEREIRA ALVES
GABRIELLA BRITO NOGUEIRA BESSAS
MARLISE OLIVEIRA PEREIRA

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:4CB58BBC

SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004/2026

Resolução nº 004/2026 do conselho municipal de assistência social de Luz – minas gerais

"Dispõe sobre aprovação da prestação de contas DE REPASSES FEDERAIS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2024 e DA prestação de contas do piso mineiro DE ASSISTÊNCIA SOCIAL fixo 2025."

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Luz/MG (CMAS), em reunião ordinária realizada no dia 12 de Agosto de 2026, no uso de suas atribuições legais, que lhes confere a Lei Complementar Municipal nº 1.051 de 18 de Abril de 2000 e a Lei nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, aprovou por unanimidade a seguinte matéria:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas de repasses Federais referente ao exercício de 2024.
Art. 2º - Fica aprovada a Prestação de Contas do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo 2025;
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 12 de Agosto de 2026.

ÂNGELA MARIA BERTOLINO LEONE
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Luz/MG

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:F31AE438

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ELEIÇÕES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RUA ESTÊVÃO PINTO, N 56 - Bairro CENTRO - CEP 36640000 - Mar de Espanha - MG

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "ELEIÇÕES"

SEI nº 0000080-18.2026.6.13.8170
Cartório Eleitoral da 170ª Zona Eleitoral de Minas Gerais Acordo de Cooperação Técnica nº 004/2026 - TRE-MG

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Morais, n.º 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TRE-MG**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral, Dr. Luiz Augusto de Souza Melo, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria n.º 103/2025, de 13/06/2025, da Presidência deste Tribunal, e do outro lado o **MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG**, inscrito no CNPJ sob n.º 18.535.658/0001-63, com sede na Praça Barão de Ayruoca, nº 53, Centro, Mar de Espanha/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Dr. Welington Marcos Rodrigues, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente instrumento visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo **MUNICÍPIO** ao **TRE-MG**, em atividades de realização das Eleições de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA COOPERAÇÃO O MUNICÍPIO arcará com as obrigações abaixo previstas, de acordo com a requisição do Juiz Eleitoral: ceder veículos, motorista e combustível para convocação de mesários, quando frustrada via correio, atendimento itinerante de eleitoras(es), vistoria de locais de votação e realização de outros serviços externos da Justiça Eleitoral, principalmente na Zona Rural; ceder veículos, motorista e combustível para transporte das urnas eletrônicas por ocasião da realização do pleito, no primeiro turno e, se houver, no segundo de acordo com a programação da zona eleitoral de envio dos materiais destinados à votação;
auxiliar em campanhas promovidas pelo TRE-MG e/ou TSE, especialmente em feiras e eventos de importância no Município;
disponibilizar responsáveis técnicos, eletricista e bombeira(o) hidráulico(a) para vistoria dos locais de votação, bem como materiais para eventuais reparos, devendo ficar
em regime de plantão no dia do pleito;
ceder espaço físico para armazenamento das urnas eletrônicas, caso não seja objeto de outro convênio firmado para esse fim;

ceder espaço físico para treinamento dos profissionais de apoio às eleições, mesários, Junta Apuradora, bem como para reuniões com partidos e candidatos, e para outros fins relacionados às Eleições de 2026;
fornecer aparelhos audiovisuais para treinamentos e reuniões referentes às Eleições de 2026;
fornecer materiais permanentes e de consumo para treinamentos e reuniões referentes às Eleições de 2026;
fornecer alimentação aos auxiliares de serviços eleitorais, motoristas e policiais, nos sábados e domingos que houver trabalho para as eleições, desde que os destinatários, não recebam benefício similar da própria Prefeitura ou de outra instituição; fornecer serviço de limpeza na entrada e imediações dos locais de votação; fornecer serviços de vigilância; fornecer hospedagem, desde que o colaborador não receba benefício com a mesma finalidade de outra instituição.
Parágrafo Primeiro. As despesas com conservação e manutenção do veículo, bem como aquelas referentes a motoristas, são responsabilidade do **MUNICÍPIO**.
Parágrafo Segundo: É vedada a cessão de pessoas, inclusive a prevista no art. 94-A, II, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e ao art. 12 da Resolução TSE 23.523, de 27 de junho de 2017, por meio de Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será a partir da data de sua publicação até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXTINÇÃO Faculta-se aos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de multa ou sanção, dar por findo o presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento, devendo o partícipe interessado notificar por escrito o outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste acordo, os partícipes obrigam-se a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEXTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude da execução deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD -, e legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.
Parágrafo Primeiro. Os partícipes comprometem-se a: tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de Cooperação Técnica; implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica; assegurar a transparência e o direito de informação às(aos) titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de maneira clara, precisa e acessível.
Parágrafo Segundo. Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos.
Parágrafo Terceiro. Os partícipes asseguram o respeito aos direitos das(dos) titulares dos dados, conforme previsto na LGPD.
Parágrafo Quarto. Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante às(aos) titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD.
Parágrafo Quinto. Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades competentes, quando solicitado.
Parágrafo Sexto. As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela legislação aplicável.
Parágrafo Sétimo. Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de 7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
Parágrafo Oitavo. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar às(aos) titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO O **TRE-MG** publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025.
Parágrafo Único. Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do acordo celebrado.

CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e na Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Os partícipes garantem e declaram mutuamente que: as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé; valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social; os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este Acordo de Cooperação Técnica através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma legal; para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, o **MUNICÍPIO** e o **TRE-MG** indicam, respectivamente como seus representantes o Prefeito ou a pessoa por este indicada e o chefe de cartório, ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.

CLÁUSULA DEZ – DO FORO Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente acordo. E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica.

Mar de Espanha, 27 de julho de 2026.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
DR. LUIZ AUGUSTO DE SOUZA MELO
Juiz Eleitoral

Município de Mar de Espanha/MG
DR. WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito

ANEXO - PLANO DE TRABALHO Apoio Logístico e Operacional às Eleições Gerais de 2026
OBJETIVO O presente Plano de Trabalho tem por objetivo estabelecer as diretrizes para a execução das ações de apoio logístico,

operacional e administrativo a serem prestadas pelo MUNICÍPIO ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS – TRE-MG, visando assegurar a adequada realização das Eleições Gerais de 2026, em conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica.

GESTORES DA COOPERAÇÃO Pelo Tribunal Regional Eleitoral: o(a) Chefe de Cartório da Zona Eleitoral. **Pelo Município:** o(a) Prefeito(a) Municipal ou servidor(a) formalmente designado(a) para representá-lo(a). Compete aos gestores acompanhar a execução das ações previstas neste Plano de Trabalho, promover a articulação entre os partícipes e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica.

VIGÊNCIA O presente Plano de Trabalho produzirá efeitos durante todo o período de execução das atividades relacionadas às Eleições Gerais de 2026, compreendendo as fases preparatória, de realização do primeiro turno, de eventual segundo turno e de encerramento das atividades pós-eleitorais, observada a vigência do Acordo de Cooperação Técnica.

LOGÍSTICA E TRANSPORTES Disponibilização de apoio logístico destinado ao deslocamento da equipe da Justiça Eleitoral, à realização de vistorias, atendimentos itinerantes, convocação de mesários quando necessária, bem como ao transporte, distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas, equipamentos, materiais e demais bens indispensáveis à realização das eleições, sempre que solicitado pelo(a) Juiz(Juíza) Eleitoral.

INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO Disponibilização da infraestrutura necessária ao funcionamento dos locais utilizados pela Justiça Eleitoral, assegurando condições adequadas de acessibilidade, limpeza, iluminação, abastecimento de água, energia elétrica e realização de pequenos reparos e serviços de manutenção, quando necessários ao desenvolvimento das atividades eleitorais.

APOIO OPERACIONAL E SUPRIMENTOS Disponibilização, quando solicitada e conforme a disponibilidade do Município, de materiais de consumo, mobiliário, equipamentos, espaços físicos e demais recursos necessários ao desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais da Justiça Eleitoral, incluindo treinamentos, reuniões, campanhas institucionais, orientação ao eleitorado, armazenamento de urnas eletrônicas, quando aplicável, e demais ações relacionadas ao processo eleitoral.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL As solicitações de apoio decorrentes deste Plano de Trabalho serão realizadas pelo Cartório Eleitoral ao Município por intermédio dos gestores indicados, preferencialmente com antecedência compatível com a complexidade da demanda, ressalvadas as situações urgentes relacionadas à organização e à realização das eleições.

ACOMPANHAMENTO E AJUSTES Os gestores acompanharão a execução deste Plano de Trabalho por meio de comunicação institucional permanente, podendo promover reuniões de alinhamento sempre que necessário. As ações previstas neste Plano poderão ser ajustadas, complementadas ou reprogramadas pelos gestores, de comum acordo, em razão das necessidades operacionais das Eleições Gerais de 2026, desde que observadas as disposições do Acordo de Cooperação Técnica e sem alteração de seu objeto.

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO DE SOUZA MELO**, **Juiz(a) Eleitoral**, em 27/07/2026, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7541854** e o código CRC **8CA9C057**.

Município de Mar de Espanha
WELINGTON MARCOS RODRIGUES

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:0ED3DA5F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 035/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 035/2026

O MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG, por intermédio da Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **contratação direta por dispensa de licitação, na forma presencial, com critério de julgamento pelo menor preço por item**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

OBJETO: Aquisição de materiais, equipamentos, uniformes e equipamentos de proteção individual destinados ao atendimento das necessidades do Setor de Endemias do Município de Mar de Espanha/MG, visando proporcionar condições adequadas de segurança, proteção e operacionalização das atividades de prevenção, controle e combate às doenças e agravos de interesse epidemiológico, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 61.340,40 (sessenta e um mil, trezentos e quarenta reais e quarenta centavos).

DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS: 26/08/2026, às 10h00min.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO DE LANCES: 26/08/2026, imediatamente após o encerramento do recebimento das propostas.

LOCAL PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS E REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha, situada na Praça Barão de Ayruoca, nº 53, Centro, Mar de Espanha/MG.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao presente Aviso de Contratação Direta poderão ser apresentados por qualquer interessado, por meio físico ou eletrônico, dirigidos à Agente de Contratação, mediante protocolo no Setor de Licitações ou através do e-mail licitacao@mardeespanha.mg.gov.br, até 01 (um) dia útil antes da data designada para recebimento das propostas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O atendimento aos interessados ocorrerá no horário de 12h00min às 17h00min, em dias úteis.

Mar de Espanha/MG, 11 de agosto de 2026.

JOICE POZENATO SOARES
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:0F07B63B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 003/2026

O **Município de Mar de Espanha/MG** torna público que realizará licitação, na modalidade Concorrência Presencial, do tipo **Maior Oferta**, objetivando a **Concessão Onerosa de Uso das dependências do Matadouro Municipal de Mar de Espanha/MG**, destinada à exploração econômica, por conta e risco da concessionária, das atividades de abate de animais de médio e grande porte e demais atividades correlatas permitidas pela legislação vigente, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Data da Sessão: 03 de setembro de 2026.
Horário: 10h00.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha/MG, situada na Praça Barão de Ayuruoca, nº 53, Centro, Mar de Espanha/MG.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha/MG, durante o horário de expediente, bem como no sítio eletrônico oficial do Município.

Mar de Espanha/MG, 11 de agosto de 2026.

JOICE POZENATO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:AFA8F6E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO CONTRATO 074/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público extrato do Contrato 074/2026 - Processo Administrativo 037/2026 – Pregão Eletrônico 013/2026. Objeto:Contratação de empresa especializada na venda, instalação, desinstalação, manutenção e limpeza de Ar Condicionado e fornecimento e instalação de quadro elétrico trifásico, destinado ao atendimento da carga dos equipamentos de climatização, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças deste município de Matutina/MG**.**Contratado **HIDROVOLT ELETRICA E HIDRAULICA LTDA**, inscrição no CNPJ 52.624.074/0001-00, com sede na Rua Escrivão Antônio Pessoa, nº1.472 Centro na cidade de Tiros/MG. Valor:**R$34.650,00 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta reais).** Prazo: 07.08.2026 a 07.08.2027.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:EA841745

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 157/2025, Processo nº 109/2025 - Partes: Município de Mirabela/MG e a empresa **LOBO MARLEY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**,inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 26.743.714/0001-83- Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SEGURO OU PROTEÇÃO VEICULAR E RASTREADOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SERETARIAS DO MUNICÍPIO DE MIRABELA/MG.** Iniciando tal prorrogação em 07/08/2026 pelo período 12 (DOZE) meses (até 06/08/2027). Fica também concedido o reajuste dos valores contratuais, conforme requerimento apresentado pela Contratada e análise realizada pela Administração Municipal, em observância ao disposto no art. 92, § 4º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às cláusulas contratuais que asseguram a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O reajuste será aplicado utilizando-se como índice de correção o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, considerando a variação acumulada dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data-base contratual**, no importe de 4,3271, incidindo sobre os valores vigentes do contrato. Em razão do reajuste ora concedido, os itens contratados passarão a vigorar com os valores atualizados constantes na planilha anexa, a qual passa a integrar o presente Termo Aditivo para todos os fins de direito.
Ratificada por Yuri Guimarães Rodrigues – Secretário Municipal de Administração.

Mirabela, 06 de agosto de 2026.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:855BECC2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 27, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a perda de eficácia da aprovação do Loteamento Palmeiras II, aprovada pela Portaria nº 008/2025, em razão do decurso do prazo sem o cumprimento das providências necessárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRADOURO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a aprovação do projeto do **Loteamento Palmeiras II**, formalizada por meio da **Portaria nº 008/2025**;
CONSIDERANDO que a aprovação do loteamento está condicionada ao cumprimento, pelo responsável pelo empreendimento, das exigências, obrigações e providências estabelecidas na legislação aplicável e nos atos administrativos de aprovação;
CONSIDERANDO que o responsável pelo empreendimento deixou transcorrer o prazo estabelecido para o cumprimento das providências necessárias à regularização e continuidade do procedimento, ocasionando a **caducidade da aprovação anteriormente concedida;**
CONSIDERANDO que, diante do decurso do prazo sem o cumprimento das obrigações necessárias, a aprovação anteriormente concedida não pode permanecer produzindo efeitos administrativos;
CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizados os registros e atos administrativos municipais relativos aos parcelamentos do solo;

RESOLVE:
Art. 1º Fica reconhecida a **perda de eficácia, por caducidade**, da aprovação do projeto do **Loteamento Palmeiras II**, anteriormente concedida por meio da **Portaria nº 008/2025**, em razão do decurso do prazo sem o cumprimento das providências e obrigações necessárias à sua regularização e continuidade.
Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, a **Portaria nº 008/2025 deixa de produzir efeitos**, não subsistindo a aprovação administrativa anteriormente concedida para o projeto do Loteamento Palmeiras II.
Art. 3º O eventual prosseguimento do empreendimento dependerá de **nova análise e aprovação pelo Município**, mediante apresentação da documentação exigida pela legislação vigente e observância das normas aplicáveis ao parcelamento do solo.
Art. 4º Fica determinado aos setores competentes da Administração Municipal que procedam às anotações e atualizações necessárias nos registros administrativos relativos ao Loteamento Palmeiras II.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Miradouro/MG, 11 de agosto de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal de Miradouro/MG

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:F770F972

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 063/2026. Inexigibilidade N.º 019/2026. EMPRESA: **S.F. FRANCA EVENTOS** - VALOR: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Apresentação Artística com Cantor Lauro Bonde no dia 15/08/2026 para as Festividades Municipais. Vigência: 12/08/2026 a 12/09/2026.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:BD3B6461

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MOEMA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público a celebração da Ata de Registro de Preços nº 027/2026, firmado entre o Município de Moema e Treze Distribuidora Ltda, CNPJ nº 29.126.669/0001-06. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e descartáveis, para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais, do Município de Moema/MG, nos exatos termos do Edital e seus anexos, em especial ao anexo I, Termo de Referência. Validade até 12/08/2027. Valor total de R$10.100,00 (dez mil e cem reais). Data de assinatura 12/08/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG. 12/08/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA **–**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:2FEAF03B

LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA DISPENSA POR LIMITE Nº 205/2026

O Prefeito Municipal de Moema/MG, no uso de suas atribuições legais, torna público a retificação da autorização do procedimento de contratação direta, através do PRC nº 276/2026, Dispensa por Limite nº 205/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso I, objetivando à registro de preços, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavação, limpeza, higienização e conservação dos veículos e máquinas pertencentes á frota da prefeitura do município de Moema/MG, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e produtos de limpeza necessários à execução dos serviços, a ser firmada com a empresa 1 – Nilson Imídio Pinto da Silva 07438385647, CNPJ nº 31.291.947/0001-22, no valor total de R$28.775,00 (vinte e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais) e 2 – Geraldo Donizete da Costa 49437429634, CNPJ nº 40.979.151/0001-58, no valor total de **R$22.875,00 (vinte e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais)**, pelo período de 12 (doze) meses. Data de assinatura 11/08/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG 12/08/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:07C5C522

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MONTE CARMELO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão n° 25/2026 – Forma: Eletrônica. Sistema Registro de Preços. A Secretária Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 25 de agosto de 2026, às 09:00 horas o Pregão n° 25/2026 – Modo de Disputa Aberto, na Forma Eletrônica, Critério de Julgamento: Menor preço por item. **Objeto**: Registro de Preços para Futura, Eventual e Parcelada Aquisição de Materiais Elétricos e Correlatos, solicitados pela Secretaria Municipal de Obras, destinados à Manutenção Preventiva e Corretiva das Instalações Elétricas Prediais, Iluminação Pública e Infraestrutura Urbana vinculada às diversas Secretarias e Setores do Município de Monte Carmelo/MG. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 23/07/2026.

ANA PAULA PEREIRA **–**
Secretária Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:C183F9B1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.385, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, com fundamento no disposto Art. 43 da Lei Federal no. 4320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei/Resolução nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

0027.0812.0006 - EXPANSÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER 0027.0812.0006.2269 - GESTÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS
4490520000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: 50.000,00

Adiciona: 50.000,00

Art. 2º - Os recursos utilizados para execução do presente Crédito, serão aqueles previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme especificação abaixo:

REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

0027.0812.0006 - EXPANSÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER 0027.0812.0006.2269 - GESTÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS
4490510000 - Obras e instalações
15000000099 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: 50.000,00

Reduz: 50.000,00

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes deste decreto poderão ser anulados ou suplementados caso necessário no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 12 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:DE8DF45D

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.386, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 150.000,00 para reforço de dotações constantes do vigente orçamento e das outras providências."

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Muriaé, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, com fundamento no disposto Art. 43 da Lei Federal no. 4320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal nº 7518 de 15 de Dezembro de 2025, **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:
0001.0031.0046 - EXERCÍCIO DO PODER LEGISLATIVO
0001.0031.0046.2241 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
3390140000 - Diárias - pessoal civil
15000000099 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: 150.000,00
Adiciona: 150.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para execução do presente Crédito, serão aqueles previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme especificação abaixo:
REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
0001.0031.0046 - EXERCÍCIO DO PODER LEGISLATIVO
0001.0031.0046.1152 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E REEQUIPAMENTO
4490510000 - Obras e instalações
15000000099 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: 150.000,00
REDUZ: 150.000,00

Art. 3º O(A) DECRETO entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Muriaé, 12 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:04C28288

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09, DE 11 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Convoca os candidatos aprovados no Edital n.º 03, de 08 de Abril de 2025, para a realização de atos necessários para a Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público para as funções de Assistente Social, Nutricionista e Psicólogo.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de que trata o Edital nº 03, de 08 de junho de 2025, destinado à Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público para as funções de Assistente Social, Nutricionista e Psicólogo, homologado pela Portaria 68 de 02 de Junho de 2025, conforme a classificação com a apresentação dos documentos necessários para ocupação da respectiva função temporária, Perícia Médica Oficial, e assinatura do respectivo contrato temporário, observadas as seguintes condições:

1. DO DIA, LOCAL E HORÁRIO DA CONVOCAÇÃO

1.1.A convocação será realizada na Secretaria Municipal de Educação no endereço: **Av. Maestro Sansão, 236 – 1º andar – Centro – Muriaé - MG.**

1.2. O candidato aprovado deverá comparecer no endereço acima na data **13/08/2026 às 13h.**

2. DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NO ATO DA CONVOCAÇÃO

2.1. Os candidatos aprovados e convocados deverão comparecer portando os seguintes documentos:

a) original e fotocópia de documento de identificação oficial, com fotografia;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp

c) 1 (uma) fotografia colorida 3x4 recente;

d) Cópia do Titulo de Eleitor **E** a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/servicoseleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

e) original e fotocópia do certificado de reservista ou documento equivalente, para candidatos do sexo masculino;

f) original e fotocópia de certidão de casamento ou escritura pública de união estável, se for o caso;

g) original e fotocópia do PIS ou PASEP, ou documento equivalente, caso seja cadastrado;

h) original e fotocópia do comprovante de residência atualizado (emitido dentro dos últimos 90 dias);

i) Diploma de graduação e/ou pós-graduação, conforme a área de conhecimento a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;

j) original e fotocópia da identidade profissional (inscrição no órgão competente);

k) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

l) Declaração do Posto de Saúde de estar em dia com a vacinação para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

m) Declaração de matrícula em escola para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

n) Para fins de IRRF- deverá apresentar documento de identidade e CPF dos filhos menores de 21 anos;

o) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida no site da Polícia Civil de Minas Gerais - https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s

p) comprovante de abertura de conta individual junto ao Bradesco, conforme formulário próprio a ser apresentado pelo Município no ato da contratação;

q) declaração de Bens e Valores, conforme formulário próprio apresentado pelo Município no ato da contratação.

r) Resultado da Perícia Médica Oficial assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente

2.2. No momento da convocação, será analisada a correspondência da documentação apresentada com as informações prestadas quando da inscrição.

2.2.1. Constatando-se incongruências e inconformidades que beneficiam o candidato quanto a sua colocação, omissão ou inveracidade de quaisquer dos documentos/informações prestadas, será o candidato automaticamente excluído do processo seletivo regido por este Edital.

2.3. A Secretaria Municipal de Educação informará o período de trabalho do candidato no ato da convocação.

3 DA PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

3.1. Após a realização da convocação o candidato ficará sujeito à realização da Perícia Médica Oficial, cujo **local, data e horário serão divulgados no momento da convocação**. O candidato deverá comparecer a Perícia munido dos exames constantes do item 4 deste Edital, realizados em até **60 (sessenta)** dias antes da data da perícia, assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente.

3.2. Somente serão autorizados a ingressarem no local de realização da Perícia Médica Oficial a equipe responsável pelos atos decorrentes da convocação e o candidato designado para aquele horário, sendo **vedada a entrada de terceiros e de candidatos designados para outros horários.**

4 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

4.1. Para a realização da **Perícia Médica Oficial**, de caráter eliminatório, todos os candidatos deverão apresentar o BIM – Boletim de Inspeção Médica e o resultado dos exames quais sejam:

I - Hemograma completo, com eritograma, leucograma e contagem de plaquetas;
II- Tempo de tromboplastina pericial ativa (TTPA);
III- Gamaglutamiltransferaze (GamaGT);
IV - Glicemia de Jejum;
V - Creatinina;
VI - Urina (rotina);
VII – TGO
VIII - TGP

4.2. O prazo para a realização da Perícia Médica Oficial é terminativo, não fazendo jus à contratação o candidato que não apresentar seu resultado dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. Os candidatos cuja documentação for aprovada pela Comissão de Avaliação, após a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente e ser declarado apto na Perícia Médica Oficial, deverão comparecer a Secretaria Municipal de Educação para receber o encaminhamento e proceder à assinatura do respectivo contrato temporário.

4.4. **Implicará em perda do direito à contratação**:

a) A não apresentação dos documentos necessários à contratação;

b) A constatação de inveracidade das informações prestadas para fins de classificação;

c) A constatação de falsidade da documentação apresentada para fins de classificação e/ou contratação;

d) A declaração de inaptidão na Perícia Médica Oficial;

e) O não preenchimento dos requisitos para ocupação da respectiva função temporária; e/ou

f) O não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis após a Perícia Médica Oficial.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no endereço eletrônico *https://digiescola.com.br/equipemulti*, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

5.2 Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Muriaé/MG, 11 de agosto de 2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO I

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. Maestro Sansão, 236 - Centro
DATA: 13/08/2026 - HORÁRIO: 13h

ASSISTENTE SOCIAL

04	LUCIANA MARIA PEDROSA LOPES
05	MARILZA APOLINÁRIA MARCELINO
06	ELISANGELA MILLARD CORREA CAMERINO
07	JUSSARA DAMASCENO PORTES SILVA
08	JANAINY FERREIRA FELIPE AMARO
09	NEUSA MARLY GUIMARAES
10	ALINE DA SILVA DIAS DE PAULA

PSICÓLOGO

09	CARLA SILVA DE PAULA
10	ANA RAQUEL BELGA PAIVA
11	LEONARDO SANTOS MATIAS
12	SARA SOARES MARTINS
13	ALINE DA SILVA CARNEIRO
14	BIANCA DE FREITAS SILVA

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:417F3A87

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DOCUMENTAL - SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DOCUMENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. Na forma do artigo 444, III da Lei Complementar Municipal nº 3.195, de 27 de dezembro de 2005, fica o contribuinte abaixo notificado da Notificação Fiscal – Solicitação de Documento, devendo o responsável legal comparecer em dia útil, no horário normal de atendimento, ao Setor de Fiscalização Tributária para tomar ciência da Intimação Documental, uma vez que a EBCT (Empresa Brasileira de Correios e telégrafos) não logrou êxito em notificar o mesmo.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se a feita a Intimação, sendo o prazo para atendimento a Notificação Fiscal – Solicitação de Documento é de 30(trinta) dias, a iniciar 5(cinco) dias após a primeira circulação deste edital no Diário Oficial do Município de Muriaé.

Nº PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	EMPRESA	CNPJ	Nº NOTIFICAÇÃO FISCAL	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
8119/2026	Neidison Pereira de	111.585.116-04	085/2026	Art. 108-F, § 2º e 457 da Lei Complementar

	Souza			Municipal nº 3.195/2005 – Código Tributário Municipal

Muriaé, 11 de agosto de 2026.

FRANCISCO DE ASSIS SOUZA JUNIOR
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:90C3CDC4

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Organização da Sociedade Civil: OBRA UNIDA LAR OZANAM.

Objeto: Formalização de Termo de Fomento entre o Município de Muriaé, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e a Obra Unida Lar Ozanam, visando ao repasse financeiro oriundo da Emenda Parlamentar Individual Impositiva nº 238/2025, para execução do "Projeto Informatizando o Lar Ozanam", com vigência proposta de 06 (seis) meses, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, especificamente no Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com atendimento integral a até 48 pessoas idosas residentes na instituição.

Fundamento Legal: Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 9º, inciso I, do Decreto Municipal nº 12.783/2024.

Justificativa: A inexigibilidade de chamamento público fundamenta-se no fato de que os recursos destinados à celebração da parceria são provenientes de emendas parlamentares impositivas, com indicação expressa do destinatário

Nos termos do art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação da presente justificativa, contados da publicação deste ato no site oficial do Município de Muriaé.

Muriaé, 12 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:FFF210FD

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Município de Muriaé/MG – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: CASA DE ASSISTÊNCIA AOS IDOSOS LÉDIA TANUS BRAZ.

Objeto: Repasse financeiro oriundo das Emendas Parlamentares Individuais Impositivas nº 25/2025, 130/2025, 60/2025, 143/2025, 202/2025, 127/2025, 58/2025, 13/2025, 108/2025, 178/2025, 218/2025, 229/2025 e 170/2025, destinado a auxiliar no custeio de materiais de consumo, limpeza e higiene, bem como de gêneros alimentícios, para o regular funcionamento da entidade.

Fundamentação Legal: Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e arts. 8º, § 3º, e 9º, inciso I, do Decreto Municipal nº 12.783/2024, considerando que os recursos são provenientes de emendas parlamentares impositivas com indicação expressa da entidade beneficiária.

Justificativa: A inexigibilidade de chamamento público fundamenta-se no fato de que os recursos destinados à celebração da parceria são provenientes de emendas parlamentares impositivas, com indicação expressa do destinatário

Nos termos do art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de **05 (cinco) dias** para impugnação à presente justificativa, contados da publicação deste ato no site oficial do Município de Muriaé (muriae.atende.net), a ser dirigida ao e-mail: convenios@muriae.mg.gov.br.

Muriaé, 12 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:81493F61

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Organização da Sociedade Civil: OBRAS SOCIAIS PRO MORADIA.

Objeto: Formalização de Termo de Fomento para repasse financeiro oriundo das Emendas Parlamentares Individuais Impositivas nº 29/2025, 66/2025, 88/2025, 103/2025, 119/2025, 137/2025, 153/2025, 181/2025, 197/2025, 222/2025 e 231/2025, destinado à execução do projeto "Construção de 14 Casas", consistente na construção de 14 (quatorze) unidades habitacionais destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Muriaé, por meio da metodologia de mutirão assistido desenvolvida pela entidade no âmbito do Programa Pró-Moradia, com estimativa de atendimento de aproximadamente 56 (cinquenta e seis) pessoas.

Fundamento Legal: Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 9º, inciso I, do Decreto Municipal nº 12.783/2024.

Justificativa: A inexigibilidade de chamamento público fundamenta-se no fato de que os recursos destinados à celebração da parceria são provenientes de emendas parlamentares impositivas, com indicação expressa do destinatário

Nos termos do art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de **05 (cinco) dias** para impugnação à presente justificativa, contados da publicação deste ato no site oficial do Município de Muriaé.

Muriaé, 12 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:9CFC144B

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Município de Muriaé/MG – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Organização da Sociedade Civil: OBRA UNIDA LAR OZANAM.

Objeto: Formalização de Termo de Fomento para repasse financeiro oriundo das Emendas Parlamentares Individuais Impositivas números 46/2025, 77/2025, 97/2025, 154/2025, 171/2025 e 199/2025, destinado à execução do "Projeto Promovendo bem estar e cuidado no lar", no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, especificamente no Serviço de Acolhimento Institucional, sob a modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI, ofertando atendimento integral a até 48 (quarenta e oito) pessoas idosas residentes na instituição.

Fundamentação Legal: Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 9º, inciso I, do Decreto Municipal nº 12.783/2024.

Justificativa: A inexigibilidade de chamamento público fundamenta-se no fato de que os recursos destinados à celebração da parceria são provenientes de emendas parlamentares impositivas, com indicação expressa do destinatário.

Nos termos do art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação à presente justificativa, contados da publicação deste ato no site oficial do Município de Muriaé (muriae.atende.net).

Muriaé, 12 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:D97EA387

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM CMS 012/2026 -
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MURIAÉ

RESOLUÇÃO *AD REFERENDUM* CMS 012/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MURIAÉ, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, pela Lei Municipal de criação do Conselho Municipal de Saúde, por seu Regimento Interno, resolve convocar a Plenária Municipal de Saúde – Etapa Municipal da 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais, aprovando sua realização, e dando outras providências.

CONSIDERANDO que a participação da comunidade constitui um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o debate democrático das políticas públicas de saúde no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a realização da 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais, precedida pelas etapas municipais;

CAPÍTULO I
DA CONVOCAÇÃO

Art. 1º Fica convocada a Plenária Municipal de Saúde – Etapa Municipal da 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais, a realizar-se no dia 14 de agosto de 2026, das 08h às 18h, no Teatro Zacarias, no Município de Muriaé/MG.

Art. 2º A Plenária terá como tema central:

"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil".

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º A Plenária Municipal tem como objetivos:

I – promover o debate sobre a situação da saúde no Município;

II – fortalecer a participação social na construção das políticas públicas de saúde;

III – discutir os eixos temáticos definidos para a 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais;

IV – elaborar diretrizes e propostas para os níveis municipal, estadual e nacional;

V – eleger os delegados que representarão o Município na etapa estadual;

VI – aprovar o Relatório Final da Etapa Municipal.

CAPÍTULO III
DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 4º Os debates ocorrerão com base nos seguintes eixos:

I – Democracia, saúde como direito e soberania nacional;

II – Financiamento adequado e suficiente para o SUS;

III – Desafios climáticos e justiça socioambiental;

IV – Modelo de atenção, territórios integrados e cuidado integral;

V – Saúde Integral das Pessoas com Deficiência: garantia do acesso humanizado e efetivação da inclusão social;

VI – Saúde Integral da População LGBTIA+: Travessias do cuidado, Humanização e Direito à Saúde.

CAPÍTULO IV
DOS PARTICIPANTES

Art. 5º São convocados para participar da Plenária:

I – Conselheiros Municipais de Saúde;

II – Usuários do Sistema Único de Saúde;

III – Trabalhadores da Saúde;

IV – Gestores e prestadores de serviços de saúde;

V – Representantes de entidades, movimentos sociais, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e demais interessados.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º A realização da Plenária Municipal de Saúde, será coordenada pela comissão organizadora, instituída pela Resolução 002/2026 do Conselho Municipal de Saúde.

§1º Compete à Comissão Organizadora coordenar todas as atividades necessárias à realização da Plenária.

§2º A Comissão Organizadora poderá constituir subcomissões de infraestrutura, credenciamento, comunicação, apoio, relatoria e secretaria executiva.

CAPÍTULO VI
DA COMISSÃO DE RELATORIA

Art. 7º Fica instituída a Comissão de Relatoria, responsável pela sistematização das propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho e na Plenária Final, bem como pela elaboração do Relatório Final.

CAPÍTULO VII
DO REGIMENTO

Art. 8º O Regimento Interno da Plenária será submetido à apreciação e aprovação dos participantes na abertura dos trabalhos.

CAPÍTULO VIII
DOS DELEGADOS

Art. 9º Durante a Plenária serão eleitos 16 (dezesseis) delegados titulares, bem como seus respectivos suplentes, observadas as normas da 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais.

Parágrafo único. Também será eleito o Coordenador da Delegação Municipal.

CAPÍTULO IX
DO RELATÓRIO FINAL

Art. 10. O Relatório Final deverá conter:

I – Diretrizes e propostas municipais;

II – 01 (uma) diretriz e 02 (duas) propostas por eixo para a etapa estadual;

III – 01 (uma) diretriz e 01 (uma) proposta por eixo para a etapa nacional;

IV – relação dos delegados eleitos.

Parágrafo único. O Relatório Final será concluído e encaminhado no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a realização da Plenária.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As despesas decorrentes da realização da Plenária correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 12. Caberá ao Município assegurar a infraestrutura necessária ao evento, e transporte da delegação até a etapa estadual, observadas as responsabilidades definidas pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora eleita pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação e constitui, para todos os efeitos, o instrumento oficial de convocação da Plenária Municipal de Saúde.

ANEXO ÚNICO
PROGRAMAÇÃO OFICIAL

07h30 às 08h00 – Credenciamento
08h00 às 09h00 – Abertura Oficial/Composição da mesa
09h00 às 09h30 – Leitura e Aprovação do Regimento
09h30 às 10h00 – Eleição dos Delegados da Plenária
10h00 às 12h00 – Palestra Magna / Debate
12h00 às 13h00 – Intervalo para almoço
13h00 às 13h30 – Apresentação Cultural CAPS
13h30 às 14h30 – Eleição dos Delegados para Conferência Estadual
14h30 às 15h30 – Grupos de Trabalho
15h30 às 16h30 – Plenária Final Deliberativa
17h30 – Encerramento com Coffe Break.

Muriaé/MG, 10 de agosto de 2026.

MARCELO LUIZ DA SILVA PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a presente Resolução, cumpra-se integralmente a mesma.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:00040D86

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
RESOLUÇÃO Nº 16/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MURIAÉ - MINAS GERAIS

"Dispõe sobre aprovações do Conselho Municipal de Assistência Social"

O Conselho Municipal de Assistência Social de Muriaé Minas Gerais – CMAS Muriaé, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 5.561/17 em conformidade com a deliberação de sua Plenária Ordinária realizada em 11 de agosto de 2026 de ata 263,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de contas da "Rede Cuidar 2017" de 2017 no sistema SIGCON (nº Plano de Serviço 4251803420/2017);

Art.**2º** Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 11 de agosto de 2026.

EDEZIO DA CRUZ VITÓRIO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:92D3F4F4

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
RESOLUÇÃO Nº 17/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MURIAÉ - MINAS GERAIS

"Dispõe sobre aprovações do Conselho Municipal de Assistência Social"

O Conselho Municipal de Assistência Social de Muriaé Minas Gerais – CMAS Muriaé, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 5.561/17 em conformidade com a deliberação de sua Plenária Ordinária realizada em 11 de agosto de 2026 de ata 263,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de contas do "Piso Mineiro" de 2025 no sistema SIGCON (nº Plano de Serviço 4251000507/2025);

Art.**2º** Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 11 de agosto de 2026.

EDEZIO DA CRUZ VITÓRIO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:860E648E

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº

017/2026 - OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DA DUPLA PAULO JR. E NATHAN NO DIA 16/08/2026 NA 40ª FESTA DA COLHEITA NO DISTRITO DE ITAMURI, NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG – CONTRATADA: PAULO JUNIOR O REI DO FORRO MINEIRO LTDA – VALOR: R$ 13.000,00 - PRAZO: INICIA-SE EM 12/08/2026 E ENCERRA-SE EM 15/09/2026 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO: REFERÊNCIA 2047, DOTAÇÃO 04.01.04 23.0695.0011.2.647 3390.39.00 –

SANDRO AREAL CARRIZO -
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:21236577

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público para a formalização de Termo de Fomento entre a Academia Muriaeense de Letras – AMLE, inscrita no CNPJ sob o número 18.252.887/0001-70, e a Fundação de Cultura e Artes de Muriaé - FUNDARTE, para a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 49.470,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e setenta reais), destinado ao custeio da realização do Encontro das Academias de Letras de Minas Gerais – ASALEMG, e do III Festival Literário de Muriaé – FLIMUR, a serem realizados nos dias 21 e 22 de agosto de 2026, nesta cidade, conforme se depreende da Lei Municipal nº 7.728/2026.
Diante disto fazemos as considerações:
A partir de 2016 entrou em vigor a Lei 13.019, de 31 de Julho de 2014 que "*Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.*"
Além disso, o Município de Muriaé regulamentou as parcerias através do Decreto Municipal nº 12.783/2024.
Desta forma, as transferências de recursos financeiros da administração pública para as entidades privadas sem fins lucrativos, ficam estabelecidos da seguinte forma:
"Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros."
No art. 24 da Lei nº 13.019/2014, é trazido a regra para que sejam realizados os termos de parceria com as OSCs.
"Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto."
Conforme citado anteriormente fica evidente que toda parceria a ser realizada pela administração pública, seja ela fruto de proposta de sua iniciativa ou propostas oriundas das OSCs, deve ser precedida de chamamento público, com algumas exceções previstas em lei, sendo uma das hipóteses quando:
"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei."
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000."
No mesmo sentido, vem o art. 9º, inciso I, do Decreto Municipal nº 12.783, de 24 de junho de 2024:
Art. 9º Não se realizará chamamento público:
I – para a celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos provenientes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais conforme disposto no Art. 29 da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014;
III – nas hipóteses de dispensa previstas no Art. 30, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
IV – nas hipóteses de inexigibilidade previstas no Art. 31, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
Assim, caso a administração pública opine pela dispensa ou a inexigibilidade do chamamento público, esta deverá ser devidamente justificada conforme estabelecido pelo art. 32 da Lei 13.019/2014, que diz:
"Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público."
Desta forma, para atender os critérios estabelecidos na legislação atual e vigente, passamos a opinar.
Considerando que o recurso financeiro para celebração da parceria é decorrente de Lei Municipal, sendo que nesta consta indicação expressa do destinatário, bem como seu objeto.
Considerando, ainda, que em tal situação a legislação prevê a possibilidade de não realização do chamamento público, não restam dúvidas de que justificada está a presente inexigibilidade.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação à presente justificativa, contados da publicação deste ato no site oficial da FUNDARTE (https://www.fundartemuriae.com.br), bem como no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, a ser dirigida através do e-mail fundartegab@gmail.com.

Muriaé, 12 de agosto de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor-Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:7ADB41B5

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160001/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160001/2023 – *CONCORRÊNCIA PÚBLICA* Nº 013/2023** – OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ESMERALDA VIANNA DE MURIAÉ – MG. **- CONTRATADA: CONSTRUTORA MANSUR E TRANSPORTES LTDA – MOTIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO,** COM AMPARO NA LEI FEDERAL 8.666/1993 - **VIGÊNCIA:** 23/06/2026 A 22/09/2026

MURIAÉ/MG, 20/06/2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:CF0329A9

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160001/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160001/2023 – *CONCORRÊNCIA PÚBLICA* Nº 013/2023** – OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ESMERALDA VIANNA DE MURIAÉ – MG. **- CONTRATADA: CONSTRUTORA MANSUR E TRANSPORTES LTDA – MOTIVO: SUPRESSÃO QUANTITATIVA,** COM AMPARO NA LEI FEDERAL 8.666/1993 – **VALOR: R$ 27.817,66**

MURIAÉ/MG, 10/08/2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:C4FD2DCC

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160001/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160001/2023 – *CONCORRÊNCIA PÚBLICA* Nº 013/2023** – OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ESMERALDA VIANNA DE MURIAÉ – MG. **- CONTRATADA: CONSTRUTORA MANSUR E TRANSPORTES LTDA – MOTIVO: ACRÉSCIMO QUANTITATIVO E QUALITATIVO,** COM AMPARO NA LEI FEDERAL 8.666/1993 – **VALOR: R$ 151.913,19.**

MURIAÉ/MG, 11/08/2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:DE94CAAB

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160001/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160001/2023 – *CONCORRÊNCIA PÚBLICA* Nº 013/2023** – OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ESMERALDA VIANNA DE MURIAÉ – MG. **- CONTRATADA: CONSTRUTORA MANSUR E TRANSPORTES LTDA – MOTIVO: REAJUSTE SOBRE O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO E ACRÉSCIMO QUALITATIVO,** COM AMPARO NA LEI FEDERAL 8.666/1993 – **VALOR: R$ 11.935.82.**

MURIAÉ/MG, 12/08/2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:EB1B8144

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 43º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23601/2023 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO EXTRATO DO **43º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23601/2023 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022** – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GESTÃO DE SERVIÇOS A SAÚDE NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24 HORAS) NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.- CONTRATADA: **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE – INSAÚDE – MOTIVO:** REPASSE DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA UNIÃO DESTINADA AO CUMPRIMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS, CORRESPONDENTE AO PAGAMENTO DO MÊS DE JULHO DE 2026 **– VALOR: R$ 52.713,69 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 3335041000000000000 – 0010.0122.0001.2519 – REPASSE DA ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR DO PISO DE ENFERMAGEM – PORTARIA Nº 1.355/23 E PORTARIA Nº 12.036/2026.

MURIAÉ/MG, 12/08/2026

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:DF3961EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO 011/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA/MG – AVISO DE CONTRATO – CREDENCIAMENTO nº 011/2026. OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços gráficos e de comunicação visual, compreendendo a criação, confecção, impressão, acabamento, personalização e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência. Partes: Prefeitura Municipal de Natalândia e a empresa **DRU SING PLACAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.348.499/0001-46 – Valor Global: R$ 300.437,93. Vigência: até 12 meses – Data da assinatura: 12/8/2026.

Natalândia/MG, 12 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO LAURINDO MODESTO -
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:14B34C8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA N°034/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°080/2026
CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que rege a matéria, RATIFICO os procedimentos relativos à contratação Direta tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria em gestão da educação pública municipal, compreendendo o suporte técnico, metodológico e operacional necessário à elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Natalândia/MG, em conformidade com a legislação vigente, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), as normas aplicáveis e as especificidades da realidade educacional do município, cuja prestação de serviços será executada pela empresa CENECTE-SE BRASIL CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA**, inscrito no CNPJ: 52.188.110/0001-22, com endereço na Rua Conselheiro Jose Julio, n° 617, Bairro Centro, Sobral/CE, pelo valor global de R$ 6.550,00 (seis mil quinhentos e cinquenta reais).**
E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e a autorização sejam publicados na página oficial da Prefeitura Municipal de Natalândia/MG na internet, nos termos do Parágrafo único do artigo 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Natalândia/MG, 12 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:A57F6891

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATÉRCIA-MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços n° 0023/2026. Processo Administrativo n° 0091/2026. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais descartáveis e utensílios para cozinha em geral, em atendimento às necessidades do Município de Natércia/MG. O edital na íntegra encontra-se disponível no sítio eletrônico www.natercia.mg.gov.br e no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas. Maiores informações poderão ser obtidas através do setor de licitações pelo telefone (35) 3456-1238 ou pelo e-mail licitacaonatercia@gmail.com. A sessão pública ocorrerá às 10h30min do dia 27 de agosto de 2026 na sede da Prefeitura Municipal.

Natércia (MG), 12 de agosto de 2026.

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tais Amaral Gomes
Código Identificador:89F2FD8E

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Natércia (MG) – Dispensa de Licitação nº 0019/2026 - Processo Administrativo n° 093/2026 – Aviso de Licitação - Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE E COSTURA PARA ATENDER AS ATIVIDADES CULTURAIS E TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG. O edital na íntegra encontra-se disponível no sítio eletrônico www.natercia.mg.gov.br e no PNCP. Maiores informações poderão ser obtidas através do setor de Compras pelo telefone (35) 3456-1238 ou pelo e-mail comprasnatercia@gmail.com. As propostas serão recebidas até às 16h00min do dia 18 de agosto de 2026.

Natércia (MG), 12 de agosto junho de 2026.

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Emiliana Aparecida Dos Santos
Código Identificador:3D674E68

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NEPOMUCENO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato do 1º Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 086/2025. Processo Licitatório nº 042/2025. Pregão Eletrônico nº 012/2025. Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço nº 086/2025 em mais 12 (Doze) meses, vigorando até 05/08/2027. Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e Rádio Clube de Nepomuceno - CNPJ nº 22.888.333/0001-31.

Nepomuceno/MG, 05/08/2026.

TÚLIO CÉSAR PEDROSO PENHA.
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:1BAC7B15

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Contrato nº 136/2026. Processo Licitatório nº 086/2026. Inexigibilidade nº 051. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização do curso de capacitação "Fiscalização Orçamentária e Controle de Emendas dos Vereadores", a ser realizado no período de 11 a 14 de agosto de 2026, em Belo Horizonte/MG. Valor Global: R$ 1.379,99 (Um mil trezentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos. Vigência: 30 (Trinta) dias. Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e Force Treinamentos e Consultoria Ltda - CNPJ nº 40.223.681/0001-71.

Nepomuceno, 07/08/2026.

TÚLIO CÉSAR PEDROSO PENHA.
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:F6E4E7F3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG.
LICITAÇÃO N.º 080/2026 - Pregão Presencial N.º 039/2026.
AVISO.
O Município de Nova Ponte, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial N.º 039/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento

parcelado de concreto usinado para atender as Secretarias do Município de Nova Ponte, sendo que a abertura dos trabalhos da Comissão Julgadora, com recebimento das propostas, dar-se-á no dia 25/08/2026 às 09h00, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Ponte. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações.

Prefeitura Municipal de Nova Ponte – MG, 12 de agosto de 2026.

GILMAR ABADIO DE REZENDE.
Pregoeiro.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:FE8FFBDD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DMAE
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO -DMAE
LICITAÇÃO N º 008/2026 - Pregão Presencial N.003/2026.
AVISO.
O Departamento Municipal de Água e Esgoto de Nova Ponte -DMAE, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 003/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sendo contratação de empresa do ramo fornecimento de Bomba de Ferro fundido em geral, conforme especificações constantes no Termo de Referência, para atender ao Departamento Municipal de Agua e Esgoto de Nova Ponte -DMAE a abertura dos trabalhos da Comissão Julgadora, com recebimento das propostas, dar-se-á no dia 27/08/2026 às 13:00h, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Ponte. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações do DMAE – Nova Ponte, dmae@novaponte.mg.gov.br.

Nova Ponte – MG, 12 de agosto de 2026.

GILMAR ABADIO DE REZENDE.
Pregoeiro.

Publicado por:
Amanda Juliana Lopes da Silva
Código Identificador:BC4060B4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG. Prorrogação da Ata de Registro de Preço. Processo Licitatório Nº 154/2025. Pregão nº 085/2025. Ata de Registro de Preço nº 228/2025 - Objeto Pregão Eletrônico- Registro de Preços para o fornecimento de equipamentos de informática destinados ao atendimento das necessidades dos diversos departamentos da Prefeitura Municipal de Ouro Fino . Contratado: REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ Nº 65.149.197/0002-51. Data assinatura: 11/08/2026. Vigência: 19/08/2026 à 19/08/2027 –

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:CA9610D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL – REURB – S. PRAZO 30 (TRINTA) DIAS

O Prefeito Municipal de Paracatu - MG, no uso de suas atribuições legais, e o Instituto de Terras do Brasil - ITERB, FAZEM SABER aos terceiros eventualmente interessados, bem como confrontantes não identificados, que tramita perante o Município procedimento de regularização fundiária de interesse Social – **REURB-S,** bem como eventual imóvel classificado em REURB-E, procedimento nº **008709/2024**, que tem por objetivo regularizar o núcleo urbano informal consolidado no local denominado de **ARRAIAL D' ANGOLA**, sendo que o perímetro abrangido pela demarcação é o seguinte: O perímetro do imóvel descrito abaixo, está Georreferenciado no **Sistema Geodésico Brasileiro**, e tem início no marco denominado **1** de coordenadas **Plano Retangulares Relativas, Sistema U T M - Datum SIRGAS2000, Este (X) 300.273,513 m e Norte (Y) 8.094.666,078 m** referentes ao Meridiano Central 45°00'; daí, confrontando com **Rua do Tonico Lemes**, com azimute de **148°57'27"** e distância de **112,38 m**, segue até o marco **2** de coordenada **Norte (Y) 8.094.569,792 m, Este (X) 300.331,465 m**; daí, confrontando com **Diego Benedito Oliveira Carvalho CPF: 103.865.106-95**, com azimute de **69°16'56"** e distância de **23,55 m**, segue até o marco **3** de coordenada **Norte (Y) 8.094.578,123 m, Este (X) 300.353,491 m**; daí, confrontando com **Belgica da Silva Neiva CPF: 897.432.106-87**, com azimute de **149°57'45"** e distância de **10,46 m**, segue até o marco **4** de coordenada **Norte (Y) 8.094.569,066 m, Este (X) 300.358,728 m**; daí, confrontando com **Escola Estadual Dom Serafim CNPJ: 19.643.816/0001-61**, com azimute de **134°50'02"** e distância de **20,02 m**, segue até o marco **5** de coordenada **Norte (Y) 8.094.554,954 m, Este (X) 300.372,922 m**; daí, confrontando com **Escola Estadual Dom Serafim CNPJ: 19.643.816/0001-61**, com azimute de **44°51'28"** e distância de **7,09 m**, segue até o marco **6** de coordenada **Norte (Y) 8.094.559,979 m, Este (X) 300.377,923 m**; daí, confrontando com **Escola Estadual Dom Serafim CNPJ: 19.643.816/0001-61**, com azimute de **323°12'45"** e distância de **5,18 m**, segue até o marco **7** de coordenada **Norte (Y) 8.094.564,124 m, Este (X) 300.374,823 m**; daí, confrontando com **Escola Estadual Dom Serafim CNPJ: 19.643.816/0001-61**, com azimute de **58°09'32"** e distância de **23,43 m**, segue até o marco **8** de coordenada **Norte (Y) 8.094.576,486 m, Este (X) 300.394,728 m**; daí, confrontando com **Escola Estadual Dom Serafim CNPJ: 19.643.816/0001-61**, com azimute de **134°30'33"** e distância de **18,49 m**, segue até o marco **9** de coordenada **Norte (Y) 8.094.563,527 m, Este (X) 300.407,910 m**; daí, confrontando com **Escola Estadual Dom Serafim CNPJ: 19.643.816/0001-61**, com azimute de **47°37'36"** e distância de **11,19 m**, segue até o marco **10** de coordenada **Norte (Y) 8.094.571,071 m, Este (X) 300.416,179 m**; daí, confrontando com **Ildete Rodrigues Cunha CPF: 066.369.936-34/ Álvaro Carlos Paes Pinto CPF: 487.493.466-87/ Espólio de Adília Ferreira Albernaz**, com azimute de **135°04'11"** e distância de **56,58 m**, segue até o marco **11** de coordenada **Norte (Y) 8.094.531,013 m, Este (X) 300.456,140 m**; daí, confrontando com **Espólio de Adília Ferreira Albernaz**, com azimute de **94°26'10"** e distância de **5,65 m**, segue até o marco **12** de coordenada **Norte (Y) 8.094.530,576 m, Este (X) 300.461,771 m**; daí, confrontando com **Espólio de Adília Ferreira Albernaz**, com azimute de **117°16'09"** e distância de **5,30 m**, segue até o marco **13** de coordenada **Norte (Y) 8.094.528,148 m, Este (X) 300.466,481 m**; daí, confrontando com **Rua Alexandre Silva**, com azimute de **141°07'25"** e distância de **12,13 m**, segue até o marco **14** de coordenada **Norte (Y) 8.094.518,703 m, Este (X) 300.474,096 m**; daí, confrontando com **Rua Alexandre Silva**, com azimute de **46°17'37"** e distância de **13,53 m**, segue até o marco **15** de coordenada **Norte (Y) 8.094.528,053 m, Este (X) 300.483,879 m**; daí, confrontando com **Rua Alexandre Silva**, com azimute de **66°03'40"** e distância de **83,43 m**, segue até o marco **16** de coordenada **Norte (Y) 8.094.561,908 m, Este (X) 300.560,136 m**; daí, confrontando com **Rua Alexandre Silva**, com azimute de **45°11'50"** e distância de **12,28 m**, segue até o marco **17** de coordenada **Norte (Y) 8.094.570,561 m, Este (X) 300.568,848 m**; daí, confrontando com **Rua Alexandre Silva**, com azimute de

21°21'10" e distância de **95,42 m**, segue até o marco **18** de coordenada **Norte (Y) 8.094.659,435 m, Este (X) 300.603,593 m**; daí, confrontando com **Praça Matriz**, com azimute de **90°34'28"** e distância de **63,42 m**, segue até o marco **19** de coordenada **Norte (Y) 8.094.658,799 m, Este (X) 300.667,011 m**; daí, confrontando com **Rua Eduardo Pimentel**, com azimute de **179°46'41"** e distância de **103,87 m**, segue até o marco **20** de coordenada **Norte (Y) 8.094.554,930 m, Este (X) 300.667,413 m**; daí, confrontando com **Rua Eduardo Pimentel**, com azimute de **183°44'57"** e distância de **250,50 m**, segue até o marco **21** de coordenada **Norte (Y) 8.094.304,963 m, Este (X) 300.651,034 m**; daí, confrontando com **Rua Eduardo Pimentel**, com azimute de **167°53'01"** e distância de **128,49 m**, segue até o marco **22** de coordenada **Norte (Y) 8.094.179,334 m, Este (X) 300.678,004 m**; daí, confrontando com **Rua Eduardo Pimentel**, com azimute de **178°49'23"** e distância de **182,98 m**, segue até o marco **23** de coordenada **Norte (Y) 8.093.996,392 m, Este (X) 300.681,762 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **195°12'19"** e distância de **55,90 m**, segue até o marco **24** de coordenada **Norte (Y) 8.093.942,445 m, Este (X) 300.667,100 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **310°20'35"** e distância de **90,61 m**, segue até o marco **25** de coordenada **Norte (Y) 8.094.001,101 m, Este (X) 300.598,041 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **291°53'31"** e distância de **112,81 m**, segue até o marco **26** de coordenada **Norte (Y) 8.094.043,162 m, Este (X) 300.493,369 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **269°47'19"** e distância de **133,33 m**, segue até o marco **27** de coordenada **Norte (Y) 8.094.042,670 m, Este (X) 300.360,041 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **248°33'41"** e distância de **125,02 m**, segue até o marco **28** de coordenada **Norte (Y) 8.093.996,975 m, Este (X) 300.243,673 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **261°52'54"** e distância de **82,35 m**, segue até o marco **29** de coordenada **Norte (Y) 8.093.985,346 m, Este (X) 300.162,145 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **343°26'57"** e distância de **79,06 m**, segue até o marco **30** de coordenada **Norte (Y) 8.094.061,131 m, Este (X) 300.139,624 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **359°25'29"** e distância de **119,36 m**, segue até o marco **31** de coordenada **Norte (Y) 8.094.180,482 m, Este (X) 300.138,425 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **36°58'05"** e distância de **115,75 m**, segue até o marco **32** de coordenada **Norte (Y) 8.094.272,962 m, Este (X) 300.208,033 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **351°56'16"** e distância de **173,65 m**, segue até o marco **33** de coordenada **Norte (Y) 8.094.444,893 m, Este (X) 300.183,679 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **287°45'32"** e distância de **179,90 m**, segue até o marco **34** de coordenada **Norte (Y) 8.094.499,765 m, Este (X) 300.012,350 m**; daí, confrontando com **Córrego Rico**, com azimute de **329°08'44"** e distância de **70,38 m**, segue até o marco **35** de coordenada **Norte (Y) 8.094.560,184 m, Este (X) 299.976,256 m**; daí, confrontando com **Rua Euridamas Avelino de Barros**, com azimute de **68°20'20"** e distância de **40,16 m**, segue até o marco **36** de coordenada **Norte (Y) 8.094.575,007 m, Este (X) 300.013,577 m**; daí, confrontando com **Rua Isaura Rosa de Lima**, com azimute de **150°29'18"** e distância de **37,28 m**, segue até o marco **37** de coordenada **Norte (Y) 8.094.542,567 m, Este (X) 300.031,940 m**; daí, confrontando com **Rua Isaura Rosa de Lima**, com azimute de **134°06'48"** e distância de **18,74 m**, segue até o marco **38** de coordenada **Norte (Y) 8.094.529,521 m, Este (X) 300.045,395 m**; daí, confrontando com **Rua Isaura Rosa de Lima**, com azimute de **112°45'53"** e distância de **29,23 m**, segue até o marco **39** de coordenada **Norte (Y) 8.094.518,212 m, Este (X) 300.072,345 m**; daí, confrontando com **Rua Isaura Rosa de Lima**, com azimute de **89°49'33"** e distância de **146,92 m** segue até o marco **40** de coordenada **Norte (Y) 8.094.518,659 m, Este (X) 300.219,264 m**; daí, confrontando com **Rua Eliseu Moreira da Silva**, com azimute de **356°06'53"** e distância de **95,16 m**, segue até o marco **41** de coordenada **Norte (Y) 8.094.613,598 m, Este (X) 300.212,816 m**; daí, confrontando com **Rua Eliseu Moreira da Silva**, com azimute de **29°51'49"** e distância de **15,19 m**, segue até o marco **42** de coordenada **Norte (Y) 8.094.626,767 m, Este (X) 300.220,377 m**, finalmente do marco **42** segue até o marco **1**, (início da descrição), confrontando com **Rua Eliseu Moreira da Silva**, com azimute de **53°30'18"**, e distância de **66,10 m**, fechando assim o perímetro acima descrito. Estando em termos, expediu-se o presente edital para notificação dos supramencionados, advertindo-se que não apresentada a discordância perante o Município de Paracatu - MG, localizado na Rua da Contagem, n.º 2045, Paracatuzinho, CEP 38.603-400, em 30 (trinta) dias subsequentes ao decurso do prazo do edital publicado, **poderá implicar em concordância e a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB. O presente edital não será renovado caso a titulação final seja por usucapião judicial ou extrajudicial, servindo o presente para atendimento do disposto no § 4º do art. 216-A da Lei 6.015/73**. Será o presente edital publicado. Eu, Pedro Aguiar Adjuto, Prefeito Municipal.

Paracatu – MG, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Beatriz Oliveira Xavier
Código Identificador:111AD910

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MG TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 174/2026 PROCESSO: 19387/2025

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação de Produtores Rurais da Santa Barbara**, CNPJ nº: **01.090.167/0001-53.** DATA**:** 10/08/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 19387/2025. **OBJETO DA PARCERIA:** Condução do Programa de Preparo de Ensilagem e do Solo (Gradagem) 2026 e Manutenção dos Implementos Agrícolas (Trator Agrícola, Grade Aradora) para atender as demandas dos pequenos produtores da região da Região da Santa Barbara**,** afim de auxiliar os mesmos para o período de estiagem e preparo do solo(gradagem) para o plantio**. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.07.01.20.608.0016.2098.3.3.50.41, Ficha: 941, Fonte: 1.708. CONTA CORRENTE DA OSC PARA RECEBIMENTO DO RECURSO**: Conta Corrente nº**: 49.908-0, Agência: 4033-9, Banco: SICOOB CREDICOPA. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 28/02/2027**. **VALOR**: R$50.000,00**. ASSINATURAS:** Caio Silva Quirino, Secretário, convenente, e, Cleone Alves Costa, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:3CE5DDEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MG TERMO DE CONVÊNIO Nº 210/2026 PROCESSO: 11.800/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação Projeto Sarai**, **CNPJ nº: 42.751.225/0001-20**. **DATA:** 11/08/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e **Lei Autorizativa Nº 4.207 de 06/07/2026**; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 11.800/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** Promoção de apoio e assistência aos pacientes em período pós-cirúrgico, por meio da oferta de cuidados básicos, acompanhamento e suporte especializado necessários à plena recuperação, com vistas à melhoria da qualidade de vida, à redução de complicações e ao fortalecimento do processo de reabilitação. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.06.01.10.122.0067.2233.3.3.50.43, Ficha: 550. CONTA CORRENTE DA OSC PARA RECEBIMENTO DO RECURSO**: Conta Corrente nº: 50.158-1, AG nº: 4033-9, Banco: SICOOB CREDICOPA. **PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 11/02/2027**. **VALOR**: **R$391.015,96. ASSINATURAS:** Umarques da Silva Couto, Secretário Municipal de Saúde, convenente, e, Leiliane Batista Matos, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:E7B37A06

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RESOLUÇÃO Nº 08/2026

Dispõe sobre a prorrogação do Edital COMPHAP 02/2025 visando a preservação e promoção aos modos tradicionais de fazer registrados como patrimônio imaterial do Município de Paracatu e dá outras providências.

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade dos procedimentos administrativos relacionados aos modos tradicionais de fazer registrados como patrimônio imaterial do Município de Paracatu;
O Conselho Municipal de Patrimônio Históricos, Artístico e Paisagístico de Paracatu, em seu nome, no uso da atribuição legal que confere o artigo 14, V, do Decreto Nº 5.138 de 18 de setembro de 2017, promulga a seguinte Resolução:

Art 1º. Fica prorrogado até o dia **14 de agosto de 2026** o prazo para apresentação das propostas técnicas e documentos pertinentes referentes à prorrogação do Edital de Chamamento Público – COMPHAP Nº 002/2025, que dispõe sobre a preservação e promoção dos modos tradicionais de fazer registrados como Patrimônio Imaterial.

Art 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Paracatu, 07 de agosto de 2026.

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO
Presidente Do COMPHAP
Secretário de Cultura – Portaria 178/2025

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:6CFCAD44

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 117/2022

Prefeitura Municipal de Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro nº: 5.174/2022

EXTRATO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 117/2022

CONTRATANTES: Município de Paracatu e MEDTEC SUPRIMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ nº 22.460.323/0001-09 - **Processo nº:** 5.174/2022 - **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA DA MARCA ESAOTE LOTADO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE PARACATU-MG. - **FINALIDADE:** Prorrogação de Vigência – **DATA:** 19/07/2026 – **VENCIMENTO:** 18/07/2027 - **FUNDAMENTAÇÃO:** Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93. **ASSINATURAS:** UMARQUES DA SILVA COUTO pela Contratante e FERNANDO PYTHAGORAS TANURE COSTA, pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:BE05B0E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAULA CÂNDIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO - ATA DE SRP Nº 033/2025

1º Termo Aditivo **ATA DE SRP Nº 092/2025** PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2025 Pregão Eletrônico nº 039/2025 Registro de Preços nº 022/2025Partes: Município de Paula Cândido e **LOTHSEG SEGURANCA PRIVADA LTDA**, CNPJ **13.831.697/0002-75**.O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de RP **nº 092/2025** por mais 12 *(doze) meses*, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021. A prorrogação se aplica ao prazo de vigência, renovando-se os quantitativos inicialmente planejados.A nova vigência passará a ser de **12/08/2026 a 12/08/2027**.

EVERALDO ROBERTO DA CONCEIÇÃO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:ECF3337C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 064/2026

1º Termo Aditivo ao Contrato nº **064/2026** PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2026
Concorrência Eletrônica 006/2026.
Partes: Município de Paula Cândido e **SERRA EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ **28.042.139/0001-17**.
Objeto**: O presente Termo Aditivo tem por objeto a concessão de reajuste econômico de preços ao Contrato Administrativo nº 064/2026, referente à execução de obras de calçamento nas Ruas Nelson Rena, José Ramos Martins e Maria Luiza da Silveira, localizadas no Bairro Primavera, conforme previsto no Termo de Referência e fundamentado no Parecer Técnico emitido pelo Responsável Técnico em 04 de agosto de 2026.** Do Valor: Em decorrência do reajuste no percentual de 6,02% (seis vírgula zero dois por cento), o valor do Contrato nº 064/2026 é acrescido do montante de R$ 18.704,14 (dezoito mil, setecentos e quatro reais e quatorze centavos).

EVERALDO ROBERTO DA CONCEIÇÃO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:D41A9F90

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 006/2026

A prefeitura de Paula Cândido torna público a quantos possam interessar, o extrato do termo de extinção unilateral do contrato nº 006/2026, decorrente do credenciamento eletrônico nº 005/2025, processo licitatório nº 072/2025, inexigibilidade nº 023/2025, firmado com a empresa Medfácil Serviços de Saúde Ltda (CNPJ/MF nº 46.695.791/0001-12). O presente instrumento tem por objeto a extinção unilateral do referido contrato de prestação de serviços médicos para atendimento ao Programa Saúde da Família (PSF Urbano I), pautada no interesse público motivado pela reorganização administrativa e operacional do quadro médico municipal. A extinção passará a produzir seus efeitos legais a partir de 21 de agosto de 2026, assegurando-se o pagamento proporcional (pro rata die) pelos serviços prestados até 20 de agosto de 2026, com fundamento legal no artigo 104, II, e artigo 137, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Data de assinatura: 12 de agosto de 2026.

EVERALDO ROBERTO DA CONCEIÇÃO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:C3890080

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 050/2024, PROCESSO Nº. 026/2024, INEXIGIBILIDADE Nº. 016/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **CIRLENE GUEDES DA SILVA., -** CPF sob o nº. xxx.xxx.xxx-57.

Objeto: Locação de imóvel destinado à instalação da sede da Secretaria Municipal de Obras, localizado na Avenida 14 de Setembro, nº 1.111, Centro, no Município de Pedra do Indaiá/MG;

Termo Aditivo referente a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses com vencimento em 07/08/2027 e reajuste contratual, conforme o índice do IGP-M, correspondente a a 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), resultando em um acréscimo de R$ 56,83 (cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos). Em decorrência do reajuste, o valor mensal do aluguel passa a ser de R$ 2.116,03 (dois mil cento e dezesseis reais e três centavos).

Pedra do Indaiá, 07 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:066F6DB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 079/2022, PROCESSO Nº. 074/2022, DISPENSA Nº. 011/2022.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **SEBASTIÃO EDSON DA SILVA., -** CPF sob o nº. xxx.xxx.xxx-82.

Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Nova, nº 51, Centro, no Município de Pedra do Indaiá/MG, destinado à instalação do CEAE – Centro Educacional de Apoio e Atendimento Especializado "Professora Sônia Maria do Carmo;

Termo Aditivo referente a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses com vencimento em 05/08/2027 e reajuste contratual, conforme o índice do IGP-M, correspondente a 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), resultando em um acréscimo de R$ 35,76 (trinta e cinco reais e setenta e seis centavos). Em razão do reajuste, o valor mensal do aluguel passa de R$ 1.295,53 (mil duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos) para R$ 1.331,29 (mil trezentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos).

Pedra do Indaiá, 05 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:12DEC144

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIGÃO

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 162/2026

PORTARIA N° 162/2026

Concede Auxílio Natalidade a servidora pública municipal e determina outras providências.

O Prefeito Municipal de Perdigão, MG, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 100, inciso VI da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, em virtude de nascimento de filha, Auxílio Natalidade a servidora pública municipal, Ana Carolina Hilário Teles, matrícula 4145, ocupante do cargo efetivo de Monitor, no valor correspondente ao menor padrão de vencimento pago pelo município, conforme determina o art. 120 da Lei 937 de 20 de março de 1991- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Perdigão.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Perdigão, 07 de agosto de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laura Luisa Alves
Código Identificador:9FFD3791

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 163/2026

PORTARIA N° 163/2026

Concede Auxílio Natalidade a servidora pública municipal e determina outras providências.

O Prefeito Municipal de Perdigão, MG, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 100, inciso VI da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, em virtude de nascimento de filha, Auxílio Natalidade a servidora pública municipal, Diana Silva de Souza, matrícula 4185, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Secretaria, no valor correspondente ao menor padrão de vencimento pago pelo município, conforme determina o art. 120 da Lei 937 de 20 de março de 1991- Estatuto dos Servidores Públicos do Municíp io de Perdigão.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Perdigão, 07 de agosto de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laura Luisa Alves
Código Identificador:794636EB

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA CODEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público a Ata de Atualização, Processo Licitatório nº: 0000114/2025, Inexigibilidade n° 00016/2025, Chamada Pública Presencial n° 0002/2025. Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO A TODOS OS ÓRGÃOS PÚBLICOS, MUNÍCIPES E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA NOVA COMPOSIÇÃO DO CODEMA DO MUNICÍPIO DE PERDIGÃO/MG. Mais informações pelo e-mail: licitacao@perdigao.mg.gov.br ou website: https://perdigao.mg.gov.br/arquivo/licitacoes.

Perdigão/MG, 07 de agosto de 2026.

ROSÁRIA MORATO LEMOS RODRIGUES –
Agente de Contratações.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:24CFA1F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SANEAMENTO- REURB NÚCLEO MURO DAS PEDRAS

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 010/2026
REQUERENTE: ANTÔNIO ALLAN KARDEC DE MORAIS
LOCALIZAÇÃO: NÚCLEO MURO DAS PEDRAS

EMENTA: Decisão de Saneamento do Processo Administrativo nº 007/2026.

I - DECISÃO: Com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 13.465/2017, do Decreto Federal nº 9.310/2018, do Decreto Municipal nº 4.243, de 15 de julho de 2026, e nos termos do artigo 28, inciso IV, da referida Lei Federal nº 13.465/2017, esta Comissão **RESOLVE** sanear o presente processo administrativo. Fica estabelecido o **prazo de 90 (noventa) dias**, a contar do recebimento desta decisão, para a regularização das pendências apontadas. Caso as correções e a documentação solicitadas não sejam apresentadas no prazo estipulado, ou a ausência de cumprimento não seja devidamente justificada, a Comissão de Regularização Fundiária decidirá pelo indeferimento do requerimento. Ato contínuo, encaminhará parecer fundamentado ao Prefeito Municipal, sugerindo a revogação do Decreto Municipal nº 4.258, de 4 de agosto de 2026, que instaurou o Processo Administrativo do Núcleo Muro das Pedras.

II - PRAZO: Fica o REQUERENTE devidamente **notificado** de que, a partir da data desta publicação, inicia-se o prazo preclusivo de 90 (noventa) dias para a apresentação dos documentos e correções solicitadas, sob as penas da lei.

Perdizes/MG, 12 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA MUNICÍPIO DE PERDIZES-MG

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:BF48B62E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES
CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES. RESOLUÇÃO N. 1.289/2026. ALTERA A RESOLUÇÃO N. 1.261/2024, QUE DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERDÕES.

A Câmara Municipal de Perdões por seus representantes APROVOU e eu, FLORISVALDO DINIZ, Presidente da Câmara, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O art. 158, da Resolução n. 1.261/2024, passa a vigorar acrescido do inciso VI, §5º-A e §9º-A, com a seguinte redação:

Art. 158 (...)
VI - Profissional Destaque da Saúde.
(...)
§5º-A O Título de Profissional Destaque da Saúde será concedido a profissionais da área da saúde que atuem no município de Perdões e que tenham se destacado por relevantes serviços prestados à comunidade.
(...)
§9º-A Cada Vereador poderá indicar até um agraciado para o título previsto no inciso VI deste artigo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Perdões/MG, 12 de agosto de 2026.

FLORISVALDO DINIZ
Presidente da Câmara Municipal de Perdões

Publicado por:
Estêvão Marques Manso
Código Identificador:C9A7ED8D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA OBJETIVA E DOS RECURSOS – EDITAL Nº 001/2026 – SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA OBJETIVA E DOS RECURSOS – EDITAL Nº 001/2026 – SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA.

O Município de Perdões/MG, por meio da Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e de Serviços Públicos, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL da prova objetiva de múltipla escolha realizada em 07/08/2026, referente à Seleção Pública de Estagiários de Graduação em Engenharia Civil e Arquitetura, instituída pelo Edital nº 001/2026.

1. CLASSIFICAÇÃO FINAL

Classificação	Candidata	Pontuação
1º	Mariana Auxiliadora Pereira de Alvarenga	17 pontos
2º	Nicolle Inaye Delfino Garcia	16 pontos
3º	Maria Eduarda Carvalho da Silva	16 pontos
4º	Emilly Aparecida Salviano	13 pontos

2. CANDIDATA DESCLASSIFICADA
Marcela Franco Fernandes Lima – desclassificada, em razão do não comparecimento à prova, nos termos do item 4.2.13 do Edital nº 001/2026, que estabelece a eliminação automática do candidato ausente.

3. DOS RECURSOS
Não foi interposto, dentro do prazo estabelecido no item 6.2 do Edital nº 001/2026, razão pela qual fica mantida, em sua integralidade, a classificação preliminar divulgada, ora tornada definitiva.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS
A convocação das candidatas classificadas para o preenchimento das vagas existentes e das que vierem a surgir observará rigorosamente a ordem de classificação constante do item 1 deste ato, conforme discricionariedade do Município de Perdões/MG e nos termos dos itens 5.4, 7.1 e 7.2 do Edital nº 001/2026, durante o prazo de validade da Seleção Pública.

Perdões/MG, 13 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

LUCIANA MARIA ARRIEL SOARES
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:D1F413F8

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2026/ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES/MG**, por intermédio do Departamento de Licitações e Compras, torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO DO**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026, Processo Licitatório nº 108/2026, cujo objeto consiste no **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de papelaria, expediente, material escolar, pedagógico, artesanato e materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e demais setores da Administração Municipal de Perdões/MG**.

A retificação decorre da análise das impugnações apresentadas ao instrumento convocatório e da consequente necessidade de revisão e adequação de disposições do edital e de seus anexos, especialmente quanto à composição e organização dos itens/lotes e demais ajustes necessários à manutenção da coerência entre os documentos que integram o procedimento licitatório.
As alterações promovidas possuem potencial de repercutir na formulação das propostas e na participação dos interessados, razão pela qual, em observância aos princípios da legalidade, publicidade, transparência, isonomia, competitividade, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa.

Fica, portanto, **REDESIGNADA A SESSÃO PÚBLICA** do Pregão Eletrônico nº 37/2026 para o dia **27 DE AGOSTO DE 2026, ÀS 09H00**, mantido o mesmo horário anteriormente estabelecido, por meio da plataforma **BLL Compras**.

O **Edital Retificado e seus anexos** serão disponibilizados nos mesmos meios oficiais utilizados para divulgação do instrumento convocatório, devendo os interessados observar integralmente as novas disposições e especificações constantes da versão retificada.

Permanecem **inalteradas as demais cláusulas e condições do edital que não tenham sido expressamente modificadas pela retificação**.

Perdões/MG, 12 de agosto de 2026.

ÉRIKA ABREU CARVALHO
Pregoeira / Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Perdões/MG

Publicado por:
Adriana Bertoni
Código Identificador:55813A53

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONVOCA CANDIDATAS, APROVADAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 005/2026 PARA O CARGO DE MÉDICO DE PSF: CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA E LUIZA FERREIRA CARDOSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O município de Perdões, através de seu representante legal Guilherme Pereira Freitas, Prefeito Municipal, vem por este edital convocar as candidatas abaixo, aprovadas no processo seletivo simplificado edital 005/2026 para o cargo de **MÉDICO DE PSF**:

CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA
LUIZA FERREIRA CARDOSO

A candidata acima, deverá comparecer de 12:00 às 18:00 horas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital de Convocação portando todos os documentos pessoais e os requisitos de formação exigida para o cargo no setor de Recursos Humanos situado na sede da Prefeitura Municipal de Perdões na Praça 1.º de Junho, n.º 103, Centro – Perdões/MG.

Recursos Humanos – WhatsApp (35) 3864 1142
rh@perdoes.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de Perdões, 13 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:BDA383C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIEDADE DE PONTE NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 086/2025
Processo Licitatório Nº 027/2024
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato que tem por objeto a aquisição itens de frutas, legumes e verduras em atendimento aos departamentos e secretarias municipais de Piedade de Ponte Nova
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG, CNPJ 18.316.257/0001-12.
Contratado: Carlos Antônio de S. Ravaiano inscrito no CNPJ sob o n° 30.883.097/0001-99

Valor do contrato : **R$ 133.971,38** (cento e trinta e três mil novecentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos
Vigência: O contrato terá vigência até 30 de junho de 2027.

_____

EXTRATO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO AO CONTRATO N° 026/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 016/2026

Objeto: Reequilibrio Econômico Financeiro ao Contrato decorrente do Processo Licitatório n° 016/2026, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, itens de higiene pessoal e descartáveis do Município de Piedade de Ponte Nova, através de processo licitatório realizado pelo CIMVALPI de n° 70327/2026, Pregão 002/2026.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: COMERCIIAL VENER LTDA – EPP, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 65.353.401/0001-70
O valor do reequilibrio corresponde: R$ 6.201,90 (seis mil duzentos e um reais e noventa centavos).

O valor atualizado do Contrato corresponde ao valor de: 38.056,90 (trinta e oito mil cinquenta e seis reais e noventa centavos).

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:FE0075E7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE PONTE NOVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

Objeto: Aquisição de Veículo de Transporte Sanitário (Com Acessibilidade - 1 Cadeirante), para manutenção do transporte Eletivo de saúde municipal,conforme resolução SES nº10.514/2025.

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise das impugnações apresentadas pelas empresas CMD CAR LTDA. e MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA. em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2026, integrante do Processo Licitatório nº 050/2026.
A CMD CAR LTDA. pretende, em síntese, a inclusão de certificação ISO 9001, Alvará de Funcionamento, Licença Sanitária, índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, capital social ou patrimônio líquido mínimo e previsão específica acerca da documentação contábil de empresas recentemente constituídas.

Questiona, ainda, disposições relacionadas ao conceito de veículo zero quilômetro e à vedação à subcontratação.
A MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA., por sua vez, questiona a garantia mínima de 36 meses, sustentando que tal condição não corresponderia ao padrão praticado por fabricantes de vans potencialmente aptas ao atendimento das especificações e produziria indevida restrição à competitividade.
Embora a MABELÊ indique equivocadamente o art. 34 da Lei nº 14.133/2021 como fundamento da impugnação, trata-se de mero erro material, pois o direito de impugnação encontra-se disciplinado pelo art. 164 da referida Lei. Da mesma forma, a CMD CAR identifica corretamente este processo e pregão no início de sua manifestação, mas faz referência, nos pedidos finais, ao Pregão nº 210/2025, também em evidente erro material. Tais impropriedades não impedem a compreensão das insurgências.
Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço de ambas as impugnações.

II – DAS PREMISSAS DO JULGAMENTO

A fase preparatória assume papel central na sistemática da Lei nº 14.133/2021. As especificações do objeto e os requisitos da contratação devem decorrer da necessidade pública identificada, observados, entre outros, os princípios do planejamento, eficiência, competitividade, proporcionalidade, economicidade e busca da proposta mais vantajosa.
A impugnação constitui importante mecanismo de controle preventivo e impõe à Administração o dever de reexaminar as condições questionadas, mas esse dever não se confunde com obrigação de acolher toda divergência apresentada por potencial fornecedor.
As características comerciais dos produtos existentes constituem elemento relevante para o planejamento, porém não substituem a competência administrativa para definir a necessidade a ser satisfeita.
A Administração não está obrigada a moldar suas especificações à condição menos rigorosa oferecida por determinado fabricante, assim como não deve criar requisitos adicionais de habilitação cuja indispensabilidade não esteja demonstrada.
A solução deve preservar o equilíbrio entre adequação do objeto, proteção do interesse público, proporcionalidade das exigências e maior competitividade possível.
Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Saúde, na condição de unidade requisitante, foi instada a reexaminar os pontos questionados e ratificou as condições técnicas e administrativas estabelecidas no planejamento, apresentando as respectivas justificativas.

III – DA IMPUGNAÇÃO DA CMD CAR LTDA.

III.1 – Dos requisitos adicionais de habilitação

A pretensão de inclusão obrigatória de certificação ISO 9001, Alvará de Funcionamento, Licença Sanitária e requisitos econômico-financeiros adicionais não merece acolhimento.
A possibilidade jurídica de exigir determinado documento não significa que sua apresentação seja obrigatória em toda contratação.
O objeto consiste no fornecimento de veículo com acessibilidade, e não na prestação de atividade assistencial de saúde que, pelas características demonstradas no processo, dependa de licença sanitária específica. Tampouco foi demonstrado que apenas empresas certificadas pela ISO 9001 possuam capacidade de fornecer produto adequado.
A inclusão dessas exigências, sem demonstração objetiva de indispensabilidade, produziria justamente ampliação das barreiras de habilitação e redução do universo competitivo.
O mesmo raciocínio se aplica à qualificação econômico-financeira. O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 disciplina os mecanismos destinados à demonstração da capacidade econômica dos licitantes, mas não impõe utilização cumulativa de índices de liquidez, solvência e capital ou patrimônio mínimo em todas as contratações.
Não demonstrada insuficiência concreta dos requisitos previstos no edital, não há fundamento para ampliá-los por solicitação de determinada interessada.
Quanto às empresas recentemente constituídas, fica esclarecido que sua documentação será analisada de acordo com a efetiva data de constituição e os exercícios sociais existentes, sem exigência de demonstrações referentes a período anterior à existência jurídica da empresa.

III.2 – Do veículo novo, da Lei Ferrari e da participação de revendedores

A controvérsia relativa ao conceito de veículo zero quilômetro deve considerar a Lei Federal nº 6.729/1979 e o julgamento da ADPF nº 1.106 pelo Supremo Tribunal Federal.
O reconhecimento da constitucionalidade da denominada Lei Ferrari preserva sua disciplina das relações comerciais entre fabricantes e distribuidores, mas não permite concluir que toda aquisição pública de veículo novo deva necessariamente restringir-se a fabricantes ou concessionárias autorizadas.
A constitucionalidade da Lei nº 6.729/1979 não a transforma automaticamente em requisito de habilitação não previsto na Lei nº 14.133/2021 nem cria, por si só, reserva de participação em licitações públicas.
A matéria também foi enfrentada pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.227/2026-Plenário, envolvendo contratação de vans e micro-ônibus adaptados para transporte sanitário, no qual se afastou a utilização isolada da Lei Ferrari como fundamento para restringir a participação somente a montadoras e concessionárias sem motivação específica.
O Município, portanto, reconhece a vigência e constitucionalidade da Lei nº 6.729/1979, mas dela não extrai impedimento automático à participação de revendedores regularmente constituídos.
O resultado pretendido é o recebimento de veículo efetivamente novo, sem utilização anterior, com as características técnicas exigidas, documentação regular, garantia eficaz e plena aptidão para o serviço público, independentemente da posição comercial ocupada pelo fornecedor.

III.3 – Da subcontratação

Também não merece acolhimento o pedido de autorização ampla à subcontratação.
O art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021 admite que o edital vede, restrinja ou estabeleça condições para a subcontratação.
Essa vedação não significa que a contratada deva produzir internamente todos os componentes ou executar diretamente todas as etapas industriais. Em veículos adaptados, existe naturalmente cadeia produtiva que pode envolver fabricante do veículo-base, implementadora, fabricante do dispositivo de acessibilidade e outros fornecedores especializados.
A participação desses agentes não se confunde automaticamente com subcontratação do contrato administrativo.
Perante o Município deverá existir uma única contratada, integralmente responsável pelo veículo, adaptações, equipamentos, documentação, garantias e correção de qualquer desconformidade.
Mantém-se, portanto, a vedação à transferência da responsabilidade contratual, sem impedir a utilização regular da cadeia produtiva necessária à fabricação e adaptação do veículo.

IV – DA IMPUGNAÇÃO DA MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA. – GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES

A MABELÊ pretende a alteração do prazo de garantia previsto no planejamento, sustentando que 36 meses não corresponderiam à garantia ordinariamente praticada pelos fabricantes de vans potencialmente aptas ao atendimento do objeto.
A impugnação não merece acolhimento. O Estudo Técnico Preliminar estabeleceu expressamente: "**O veículo deverá possuir garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, contada a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na legislação aplicável."**
A disposição será integralmente mantida. A redação não condiciona a obrigação à expressão "garantia de fábrica", nem subordina a necessidade administrativa à política comercial ordinária de determinada montadora. Estabelece objetivamente que o veículo fornecido deverá permanecer protegido pelo período mínimo de 36 meses.
A política comercial individual de determinado fabricante não constitui, por si só, limite à possibilidade de a Administração

estabelecer requisitos de qualidade, durabilidade e garantia compatíveis com sua necessidade, desde que proporcionais e não direcionados.
No caso concreto, o veículo será incorporado ao patrimônio municipal e empregado no transporte sanitário, inclusive de pessoas com mobilidade reduzida, possuindo valor expressivo e função diretamente relacionada à continuidade do serviço público.
A garantia de 36 meses busca ampliar a proteção do investimento, reduzir o risco de despesas precoces com defeitos, conferir maior previsibilidade aos custos de utilização e assegurar proteção patrimonial durante os primeiros anos de operação.

IV.1 – Da pesquisa comparativa

A alegação de incompatibilidade do prazo com o mercado também não encontra respaldo suficiente na pesquisa complementar realizada.
Foram identificadas contratações públicas recentes, especialmente em Minas Gerais, que estabeleceram garantia mínima de 36 meses para vans:
Município de Luisburgo/MG – Pregão Eletrônico nº 053/2025 – Processo Administrativo nº 124/2025: aquisição compreendendo vans com capacidade mínima para 15 lugares e garantia mínima de 36 meses;
Município de Monte Carmelo/MG – Pregão Eletrônico nº 071/2025: procedimento envolvendo van destinada ao transporte de passageiros dotada de mecanismo de acessibilidade e garantia mínima de três anos;
Município de São Simão/SP – Pregão Eletrônico nº 032/2025: contratação para a Secretaria Municipal de Saúde envolvendo Van com Acessibilidade, com garantia mínima de 36 meses; e
Dentre os procedimentos, merece especial destaque o Pregão Eletrônico nº 071/2025 do Município de Monte Carmelo/MG, por apresentar elevada similitude com a controvérsia ora examinada.
Naquele certame, destinado também à aquisição de van com mecanismo de acessibilidade, foi estabelecida garantia mínima de três anos. A própria MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA., ora impugnante, questionou essa condição e o Município de Monte Carmelo, após reexaminar especificamente a matéria, manteve a exigência de três anos de garantia.
Além dos procedimentos citados, que apresentam elevado grau de similitude com o objeto em análise, foram identificadas contratações de minivans e outros veículos de categoria correlata igualmente submetidos à garantia mínima de 36 meses, reforçando que a exigência possui correspondência concreta em contratações públicas contemporâneas e não se apresenta como condição isolada ou desconhecida do mercado.
O precedente não vincula esta Administração, mas possui relevante valor comparativo por demonstrar que condição substancialmente idêntica foi adotada e mantida por outro Município mineiro em contratação de objeto semelhante, mesmo após provocação específica da mesma empresa.

IV.2 – Da inexistência de restrição indevida à competitividade

A pesquisa demonstra que não existe um único prazo de garantia obrigatoriamente praticado em todas as contratações públicas. Há procedimentos com prazos inferiores e outros que estabelecem 36 meses.
Essa diversidade confirma que a garantia deve ser definida de acordo com a necessidade concreta, características de utilização do veículo, riscos envolvidos e nível de proteção patrimonial pretendido.
A existência de fabricante que ofereça garantia comercial ordinária inferior não transforma automaticamente a exigência administrativa em restrição ilícita. O que a legislação impede é a adoção de característica desnecessária, desproporcional ou direcionada, e não a definição de requisito objetivo relacionado à necessidade pública.
A competitividade tampouco significa assegurar a participação de todo produto disponível no mercado, mas proporcionar disputa isonômica entre os agentes econômicos capazes de fornecer produto compatível com as condições legítima e previamente estabelecidas pela Administração.
No caso concreto, a exigência é objetiva, não faz referência a marca ou fabricante específico, possui fundamento na proteção patrimonial e continuidade do serviço e encontra correspondência em contratações públicas comparáveis.

IV.3 – Da proporcionalidade, economicidade e manutenção da exigência

A garantia também deve ser examinada sob a perspectiva da economicidade global da contratação.
A proposta mais vantajosa não se limita ao menor preço nominal de aquisição. Em veículo de valor significativo, destinado ao transporte sanitário e dotado de acessibilidade, importa igualmente considerar os riscos e despesas associados à utilização do bem.
A redução da garantia de 36 para 12 meses, por exemplo, transferiria ao Município, após apenas um ano, riscos econômicos que o planejamento decidiu manter cobertos durante três anos.
Para justificar a alteração seria necessária demonstração consistente de inviabilidade, desproporcionalidade ou direcionamento, o que não ocorreu. Ao contrário, a pesquisa complementar demonstrou a utilização contemporânea do mesmo prazo em diversas contratações públicas, inclusive mineiras e envolvendo vans e veículos acessíveis.
Mantém-se, portanto, integralmente e sem redução ou relativização, a disposição do ETP: "**O veículo deverá possuir garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, contada a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na legislação aplicável**."
Eventuais custos necessários ao atendimento dessa especificação deverão ser considerados pelos interessados na formulação de suas propostas, não cabendo sua posterior transferência ao Município.

V – DECISÃO

Diante do exposto, considerando os fundamentos acima e a manifestação técnica da Secretaria Municipal de Saúde, DECIDO:
conhecer da impugnação apresentada pela CMD CAR LTDA. e, no mérito, julgá-la improcedente quanto aos pedidos de alteração do edital, prestando, contudo, os esclarecimentos interpretativos constantes desta decisão quanto à documentação das empresas recentemente constituídas, ao conceito de veículo novo e ao alcance da vedação à subcontratação;
esclarecer que a documentação econômico-financeira das empresas recentemente constituídas será analisada de acordo com sua efetiva data de constituição e exercícios sociais existentes e que a exigência de veículo novo/zero quilômetro se refere à condição material e técnica do bem, não estabelecendo exclusividade de participação a fabricantes ou concessionárias autorizadas, admitida a participação de revendedores regularmente habilitados, desde que o veículo não tenha sido utilizado anteriormente e satisfaça integralmente as condições do edital;
manter a vedação à transferência da responsabilidade contratual, sem impedir a utilização da cadeia ordinária de fabricação, implementação e adaptação do veículo, permanecendo a contratada única e integralmente responsável perante o Município pelo produto final;
conhecer da impugnação apresentada pela MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA. e, no mérito, JULGÁ-LA IMPROCEDENTE, mantendo-se integralmente a exigência de garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, contada do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na legislação aplicável;
consignar que a pesquisa complementar demonstrou a existência de contratações públicas recentes envolvendo vans, minivans e veículos acessíveis submetidos à garantia mínima de 36 meses, destacando-se os procedimentos de Luisburgo/MG, e, especialmente, Monte Carmelo/MG, no qual a própria MABELÊ impugnou idêntico prazo para van com acessibilidade e a Administração manteve a exigência, além dos demais procedimentos relacionados na fundamentação e no quadro documental desta decisão;
manter, por consequência, as disposições do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital nos pontos impugnados, promovendo-se, se necessários, apenas ajustes esclarecimentos que não alterem a formulação das propostas, hipótese em que permanece a data originalmente designada para o certame, observados os prazos legais; e
determinar a publicação desta decisão pelos meios oficiais utilizados para divulgação da licitação e a ciência das empresas impugnantes.

VI – DOCUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA COMPARATIVA

Para fins de transparência, motivação e possibilidade de conferência pelos interessados, registram-se os documentos utilizados na pesquisa complementar:
Município de Luisburgo/MG – Pregão Eletrônico nº 053/2025 – Processo Administrativo nº 124/2025. Aquisição compreendendo vans com capacidade mínima para 15 lugares e garantia mínima de 36 meses.
https://luisburgo.mg.gov.br/processos-licitatorios/download/file?fid=3.565&file_id=f_439afd98aa2b0ddfcfc728d380fe4ad4.
Município de Monte Carmelo/MG – Pregão Eletrônico nº 071/2025
Procedimento envolvendo van para transporte de passageiros com mecanismo de acessibilidade e garantia mínima de três anos, condição impugnada pela MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA. e mantida pela Administração após apreciação da insurgência, conforme documentos anexos.
Município de São Simão/SP – Pregão Eletrônico nº 032/2025 – Processo nº 095/2025
Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde, incluindo Van com Acessibilidade, com garantia mínima de 36 meses, conforme link de acesso: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_131_0_1_14112025141219.pdf

Piedade de Ponte Nova/MG, 12 de agosto de 2026.

KÍMBERLY J. TOMAZ VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:7BC7F480

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Processo Licitatório Nº. 118/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90037/2026, Registro de Preços N°. 020/2026. O Prefeito do Município de Piranga/MG, no uso e gozo de suas atribuições legais e, com base na Lei 14.133/2021, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA. Contratadas: COMERCIAL HERZOG LTDA - 02.048.610/0002-71, Valor Total de R$ 10.295,70 (dez mil e duzentos e noventa e cinco reais e setenta centavos); COMERCIAL PRIME LTDA - 55.176.303/0001-51, Valor Total de R$ 33.099,86 (trinta e três mil e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos) . Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 12/08/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:76A9359D

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Proc. Licitatório nº. 146/2026, Dispensa nº. 025/2026. O Prefeito do Município de Piranga/MG, no uso e gozo de suas atribuições legais com fulcro no art 75, inciso II da Lei 14.133/2021, HOMOLOGA a Dispensa que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E EXECUÇÃO DA PNAB – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – CICLO 2 EM PIRANGA/MG. Contratada: 46.288.986 MARLUCE ALBINO DOS REIS - 46.288.986/0001-48, Valor Total de R$3.350,00 (três mil e trezentos e cinquenta reais). Prazo: até 31/12/2026

Piranga/MG, 12/08/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:2BB9D033

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Proc. Licitatório nº. 122/2026, Pregão Presencial nº. 90038/2026, Registro de Preços n°. 021/2026. Objeto: "AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS, DIETAS ENTERAIS E/OU ORAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E LEITES ESPECIAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE". Contratadas: DROGARY LTDA - CNPJ: 23.514.789/0001-02, Valor Total de R$ 18.520,88 (dezoito mil, quinhentos e vinte reais e oitenta e oito centavos); LEONE & COLDIBELLI COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA - CNPJ: 40.021.146/0001-38, Valor Total de R$ 42.283,00 (quarenta e dois mil e duzentos e oitenta e três reais); MG2 NUTRICAO LTDA - CNPJ: 39.935.073/0001-00, Valor Total de R$10.802,50 (dez mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos); NUTRIR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA TERAPIA NUTRICIONAL LTDA - CNPJ: 07.220.279/0001-68, Valor Total de R$ 124.170,20 (cento e vinte e quatro mil, cento e setenta reais e vinte centavos). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 07/08/2026

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
(Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026)

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:A4C82593

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA-MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Processo licitatório nº. 158/2024, Inexigibilidade nº. 069/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE REFERÊNCIA TÉCNICA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, CONFORME A NOB-RH/SUAS,. Contratada: HUGO RAFAEL DA SILVA ARAUJO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ de nº 48.916.207/001-37. Fica o prazo de vigência contratual prorrogado por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 14/08/2027. Em virtude da prorrogação da vigência fica o valor total do aditivo em R$36.000,00 (trinta e seis mil reais), sendo o valor mensal de R$3.000,00 (três mil reais).

Piranga/MG, 11/08/2026.

GABRIELA APARECIDA OLIVEIRA DA COSTA
Secretária Municipal de Assistência Social Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:4F6CB42D

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA-MG. EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO. Processo licitatório nº. 139/2022, Dispensa nº. 035/2022. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A UBS DA VILA DO CARMO. Contratada: MAURO JOSÉ CÂMARA, inscrita no CPF nº 035.564.216-66. Fica revisto com base no índice INPC o valor da mensal do aluguel, passando de R$1.314,10 (mil reais e trezentos e quatorze reais e dez centavos) para R$ 1.367,95 (mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

Piranga/MG, 12/08/2026

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
(Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026)

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:595B47D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 060/2026 DISPENSA. 018/2026 CONTRATO Nº 098/2026 DATA: 25 DE MAIO DE 2026.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada para a realização da exposição do cavalo manga-larga marchador, serviços de atendimentos aos criadores visitantes e na organização dos trabalhos da pista de julgamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
CONTRATADO: PAULO HENRIQUE GOMES DO CARMO 03942486784, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 29.013.958/0001-07, sediado(a) na RUA ERNANE DO AMARAL PEIXOTO, 1190, SA TINOCO, em ITAPERUNA – RJ, CEP: 28300-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) PAULO HENRIQUE GOMES DO CARMO, CPF nº 039.424.867-84.
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL: R$ 65.180,00 (sessenta e cinco mil, cento e oitenta reais).
PRAZO DO CONTRATO: 02 MESES.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº:
02.08.00.13.392.0012.2.0041 – 3.3.90.39
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:2E6FE860

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 053/2026 INEXIGIBILIDADE 019/2026 CONTRATO Nº 091/2026 DATA: 25 DE MAIO DE 2026.

OBJETO: O presente termo tem por objetivo a formalização contratual com vistas a Contratação da dupla HUGO e ALEX para apresentação artística de show musical ao público durante a festividade da X Exposição Especializada do Cavalo Mangalarga Marchador e Concurso Leiteiro do Município, no dia 04/06/26, através da empresa H&A SOLUCOES LTDA, CNPJ 43.772.485/0001-44.
CONTRATADO: H&A SOLUCOES LTDA, CNPJ 43.772.485/0001-44, Endereço: Rua Argeu da Cunha, nº 110, Nossa Senhora Aparecida, Juiz de Fora -MG, CEP: 36.052-410, neste ato representado por Marcos Paulo Ribeiro Rosa, inscrito no CPF nº 127.382.186-60
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
PRAZO DO CONTRATO: 06 MESES.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.08.00.13.392.0012.2.0041 – 3.3.90.39
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:E5E54AAD

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 055/2026 INEXIGIBILIDADE 021/2026 CONTRATO Nº 093/2026 DATA: 25 DE MAIO DE 2026.

OBJETO: O presente termo tem por objetivo a formalização contratual com vistas a Contratação da dupla CLAYTON E ROMÁRIO para apresentação artística de show musical ao público durante a festividade da X Exposição Especializada do Cavalo Mangalarga Marchador e Concurso Leiteiro do Município, no dia 07/06/26, através da empresa C&R PRODUCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ 13.712.200/0001-19.
CONTRATADO: C&R PRODUCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ 13.712.200/0001-19, Endereço: Avenida Del Rey, nº 111 – Sala 614, Bloco A, Caiçaras, Belo Horizonte -MG, CEP: 32.260-272, neste ato representado por Felipe Nascimento Alexandre, inscrito no CPF nº 064.059.646-04.
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL: R$ 275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais)
PRAZO DO CONTRATO: 06 MESES.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.08.00.13.392.0012.2.0041 – 3.3.90.39
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:F345C563

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 057/2026 INEXIGIBILIDADE 023/2026 CONTRATO Nº 095/2026 DATA: 25 DE MAIO DE 2026.

OBJETO: O presente termo tem por objetivo a formalização contratual com vistas a Contratação do GARANHÃO DO FORRÓ para apresentação artística de show musical ao público durante a festividade da X Exposição Especializada do Cavalo Mangalarga Marchador e Concurso Leiteiro do Município, no dia 06/06/26, através da empresa AGS & MEIRELES LTDA, CNPJ 32.774.415/0001-09.
CONTRATADO: AGS & MEIRELES LTDA, CNPJ 32.774.415/0001-09, Endereço: Rua Cecília Meireles, nº 55, Sala 521, Letra B, Parque Residencial Laranjeiras, Serra/ES, CEP: 29.165-612,

neste ato representado por Aneraldo Pereira de Oliveira, inscrito no CPF nº 084.246.437-98.
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)
PRAZO DO CONTRATO: 06 MESES.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.08.00.13.392.0012.2.0041 – 3.3.90.39
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:A7799E20

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO TERCEIRA RETIFICAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2026

A Prefeitura Municipal de Pirapora/MG torna público o reagendamento da sessão pública da Concorrência nº 001/2026, objetivando a contratação da empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto arquitetônico, incluindo a elaboração de projetos complementares, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, para restauração e revitalização da antiga Estação Ferroviária de Pirapora/MG, em razão da retificação do edital por motivo de impugnação. A data e horário da sessão ficam reagendados para o dia **22/09/2026** às 08:30h (horário de Brasília). A íntegra deste Edital e seus anexos poderão ser obtidas nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br - UASG 985023 ou: www.pirapora.mg.gov.br/licitacao. Demais esclarecimentos na Rua Antônio Nascimento, 274 - Centro, nos dias úteis de segunda a sexta-feira das 08:00h às 18:00h ou pelo telefone (38) 3740-6121.

Pirapora/MG, 12/08/2026 –

POLIANA ALVES ARAUJO MARTINS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Poliana Alves Araujo Martins
Código Identificador:0D61CB60

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 083/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – ***Processo licitatório nº 041/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 011/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços*** *nº 083/2026* ***– Contratante:*** *ALLIANCE GESTÃO E NEGÓCIOS LTDA CNPJ: 52.552.041/0001-94 –* ***Objeto:Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e de seus equipamentos socioassistenciais, com destaque para a Casa de Proteção Dr. Carlos e o Centro POP -*** *VALOR TOTAL R$ 29. 520,00* ***(vinte e nove mil, quinhentos e vinte reais) - Vigência:*** *1 (um) ano, a contar da data de publicação*

MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratante

ALLIANCE GESTÃO E NEGÓCIOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:329B3757

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 084/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – ***Processo licitatório nº 041/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 011/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços*** *nº 084/2026* ***– Contratante:*** *COMERCIAL PRG LTDA CNPJ: 60.520.733/0001-89 –* ***Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e de seus equipamentos socioassistenciais, com destaque para a Casa de Proteção Dr. Carlos e o Centro POP -*** *VALOR TOTAL R$ 69.887,70* ***(sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta centavos) - Vigência:*** *1 (um) ano, a contar da data de publicação*

MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratante

COMERCIAL PRG LTDA
Contratada

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:2C9BB660

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 085/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – ***Processo licitatório nº 041/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 011/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços*** *nº 085/2026* ***– Contratante:*** *HOSPCLEAN COMÉRCIO LTDA CNPJ: 50.850.407/0001-86 –* ***Objeto:Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e de seus equipamentos socioassistenciais, com destaque para a Casa de Proteção Dr. Carlos e o Centro POP -*** *VALOR TOTAL R$ 17.750,00* ***(dezesete mil, setecentos e cinquenta e sete reais) - Vigência:*** *1 (um) ano, a contar da data de publicação*

MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratante

HOSPCLEAN COMÉRCIO LTDA
Contratada

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:302C2C88

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº 086/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – ***Processo licitatório nº 041/2026 - Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº 011/2026 - Extrato da Ata de Registro de Preços*** *nº 086/2026* ***– Contratante:*** *MEDIPLUS PRODUTOS HOSPITALARES E NUTRICIONAIS LTDA CNPJ: 29.504.519/0001-99 –* ***Objeto:Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e de seus equipamentos socioassistenciais, com destaque para a Casa de Proteção Dr. Carlos e o Centro POP -*** *VALOR TOTAL R$ 20.600,00* ***(vinte mil e seiscentos reais) - Vigência:*** *1 (um) ano, a contar da data de publicação*

MUNICÍPIO DE PIRAPORA
Contratante

MEDIPLUS PRODUTOS HOSPITALARES E NUTRICIONAIS LTDA
Contratada

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:DAC28822

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 071/2026

DECRETO Nº 071/2026

Abre Crédito Suplementar na importância de R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA/MG, ALEXANDRO COSTA CESAR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 2811,

DECRETA:

Art 1. - Fica aberto Crédito Suplementar na importância de R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) sob a seguinte classificação econômica e programática

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2175 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÁGUA
3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7849) 23.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2178 – PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7879) 25.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2178 – PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7884) 30.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2175 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÁGUA
3.3.9.0.34.00.00.00 – Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceiriazação
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7894) 4.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2175 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÁGUA
3.3.9.0.40.00.00.00 – Serviços de Tecnologia da informação
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7923) 3.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3091 – AMP. REF. REAPARELHAMENTO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÁGUA
4.4.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços Terceiros - PJ
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7946) 5.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3093 – AMP. REFORMA E REAPARELHAMENTO SISTEMA ESGOTO
4.4.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços Terceiros - PJ
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7951) 3.000,00

_____
93.000,00

Art 2. - Para cobertura do Crédito aberto de acordo com o Art 1., será usado como recurso as seguintes reduções orçamentárias:

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3090 – AMP. REAPARELHAMENTO LIMPEZA PÚBLICA
4.4.9.0.52.00.00.00 – Equipamentos e material permanente
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7827) 5.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2175 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÁGUA
3.3.9.0.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PF
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7853) 2.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2172 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SAAE
3.1.9.0.16.00.00.00 – Outras Desp. Variáveis – pessoal civil
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7907) 15.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2172 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SAAE
3.3.9.1.97.00.00.00 – Aporte p cobertura do déficit atuarial
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7922) 2.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3091 – AMP. REF. REAPARELHAMENTO SISTEMA DE ÁGUA
4.4.9.0.51.00.00.00 – Aporte p cobertura do déficit atuarial
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7932) 34.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
0001 – AMORTIZAÇÃO PARCELAMENTO DE DÍVIDAS
3.1.9.0.91.00.00.00 – Sentenças Judiciais
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7933) 5.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
0001 – AMORTIZAÇÃO PARCELAMENTO DE DÍVIDAS
3.1.9.0.94.00.00.00 – Sentenças Judiciais
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7934) 10.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO

9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.9.9.9.99.00.00.00 – Reserva de contingência ou Reserva do RPPS
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7941) 5.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3091 – AMP. REF. REAPARELHAMENTO SISTEMA DE ÁGUA
4.4.9.0.40.00.00.00 – Serviço de Tecnologia da informação
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7948) 5.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3097 – MODERNIZAÇÃO E INVEST. DOS SERVIÇOS ADM
4.4.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços Terceiros - PJ
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7961) 3.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
7865 – MODERNIZAÇÃO E INVEST. DOS SERVIÇOS ADM
3.3.9.0.46.00.00.00 – Auxilio Alimentação
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7865) 500,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
2172 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SAAE
3.3.9.0.92.00.00.00 – Despesas de exercicios anteriores
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7877) 500,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3078 – CONST. AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIF.
4.4.9.0.51.00.00.00 – Obras e instalações
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7891) 5.000,00

3000 - ADM INDIRETA - SERVIÇO AUTÔNOMO AGUA E ESGOTO
3001 - SERV. AUT. AGUA E ESGOTO
3097 – MODERNIZAÇÃO E INVEST. DOS SERVIÇOS ADM
4.4.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo
15010000 - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS (7960) 1.000,00

_____
93.000,00

Art 3. - Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:61A3886B

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA N° 277/2026

Portaria N° 277/2026

Tornar sem efeito nomeação por perda de prazo para posse.

O **Prefeito Municipal**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.782/2005, e em especial pelos artigos 77, inciso XI1 e 125, II "a"2, ambos da Lei Orgânica Municipal,
Resolve:
Art. 1º. Tornar sem efeito a nomeação relacionada no Anexo I desta portaria, em face da ausência de posse no prazo legal, nos termos do art.16, § 1° e 6º da Lei nº 1.782/2005.
Parágrafo único. A nomeação ora tornada sem efeito foi realizada através da portaria Nº 259/2026.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora, 12 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

ANEXO I DA PORTARIA Nº 277/2026

MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS

• ALINE MERCES SOUZA MAIA

• JOSE WILSON DE BRITO SALES

MÉDICO CLÍNICO – CAPS

• LUIZ SILVERIO FERREIRA DE SOUZA

• FERNANDA RODRIGUES PEIXOTO MOURTHE

• ANDERSON OLIVEIRA LEITE

MÉDICO CLINICO GERAL

• TONI RAMOS ALVES DE SOUZA

ODONTÓLOGO – ESF

• KARYNE GABRIELE LEITE ALVES SILVA

PSICOLOGO (ES)

• LUCAS FRANCISCO AMARAL

• KARINA OLIVEIRA SANTOS

• JOYCE PEREIRA PAIVA

ENFERMEIRO

• MARCIA OLIVEIRA DA SILVA

• ANGELINA GALIZA NUNES

• LARISSA DIAS RAMOS

• WANDERSON MAGALHES LEITE

• JULIO CESAR GOMES FEITOZA

ASSISTENTE SOCIAL

• JEYSIANE ERICA RODRIGUES RIBEIRO DE OLIV

• FABISA FERREIRA PIMENTA

• FABRICIO RIBEIRO GUIMARAES

FARMACÊUTICO

• IZABELA CRISTINA FERNANDES COSTA

EDUCADOR FÍSICO

• AMANDA RAMOS DA FONSECA

• LUIZ FERNANDO DE SOUZA RODRIGUES

• DABILLA ALMEIDA SILVA

• ODAISA HELENITA GUERRA BRITO

TECNICO EM ENFERMAGEM (ATS)

• MARIA DOS REIS RAMOS GOMES

• MARY JHEINY APARECIDA CARDOSO DE OLIVEIRA

• VERA RODRIGUES DOS SANTOS

• TIAGO TEIXEIRA SILVA

• RAQUEL DE SALES PAMPLONA

• LISNEY SANTOS DE ARAUJO SILVA

• CLEONICE PEREIRA DA SILVA

• LEILIMARA DOS SANTOS DE MOURA

• DALYSON MORAIS FARIA

• CARLA ADRIANA RODRIGUES SANTANA

AUXILIAR DE CUIDADOR SOCIAL (40h)

• WEUDESON CARLOS LEITE BARBOSA

• ENI PEREIRA DE OLIVEIRA

• MARIELES ASSIS DA SILVA PEREIRA

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:D283A026

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO N° 09/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 09/2026

Define os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas e projetos socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora/MG.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), em reunião ordinária realizada no dia de 11 de Agosto de 2026, no uso das competências que lhe confere a Lei Municipal nº 1.376, de 02 de dezembro de 1996, alterada pela lei 1.558 de 21 de dezembro de 1999;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 191, de 10 de novembro de 2005, que institui orientação para regulamentação do art. 3º da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, acerca das entidades e organizações de assistência social mediante a indicação das suas características essenciais;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO o guia "As Organizações da Sociedade Civil e o SUAS", publicado pelo Ministério da Cidadania, que aborda os principais aspectos da relação entre as organizações da sociedade civil e o SUAS, os parâmetros nacionais, as principais normativas e detalha os níveis de reconhecimento junto à política de assistência social;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 182, de 13 de fevereiro de 2025, que caracteriza, estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos, ofertados de forma isolada ou cumulativa, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, por entidades e organizações da sociedade civil de assistência social;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS n° 234, de 14 de maio de 2026 caracteriza e estabelece parâmetros quanto ao processo de integração e inclusão ao mundo do trabalho justo e digno para o público da política de assistência social.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS n° 231, de 26 de março de 2026. Dispõe sobre as diretrizes para a organização de ações de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção da inclusão à vida comunitária no âmbito do Sistema Único de Assistência Social

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas e projetos socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora/MG (CMAS/Pirapora).

CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 2º. Considera-se entidade e organização de assistência social, para fins desta Resolução, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue preponderantemente na assistência social, de forma gratuita, continuada, permanente e planejada, ressalvado o disposto no art. 6º desta Resolução.

Art. 3º. As entidades ou organizações de assistência social podem ser, isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais, das organizações de usuários, entidades sociais, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos,

dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

§1º. Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e respeitadas a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, as entidades que prestam atendimento ofertarão serviços tipificados de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

§2º. Também são consideradas entidades de atendimento:

I - aquelas que prestam serviços ou ações socioassistenciais, sem qualquer exigência de contraprestação dos usuários, com o objetivo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e de promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde, na forma definida pela Lei nº 12.868, de 2013, e na Resolução CNAS/MDS n.º 231, de 26 de março de 2026;

II - as que realizam serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento, durante o tratamento de doenças graves fora da localidade de residência, observada a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

III - as que ofertam serviços, programas e projetos socioassistenciais que têm por objetivo promover o acesso ao direito ao mundo do trabalho justo e digno para o público da política de assistência social, implementados pela rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na forma definida pela Resolução CNAS/MDS n.º 234, de 14 de maio de 2026.

§3º. Os serviços, programas e projetos de assessoramento devem ser voltados para as atenções da política pública de assistência social, articuladas à rede socioassistencial por possibilitarem a mobilização, formação e fortalecimento de indivíduos, famílias, grupos, coletivos, fóruns, movimentos sociais, comunidades, gestoras(es), trabalhadoras(es), conselheiras(os), entidades e organizações da sociedade civil de assistência social, bem como a qualificação das atenções socioassistenciais.

§4º. Os serviços, programas e projetos de defesa e garantia de direitos devem ser voltados para as atenções da política pública de assistência social, por possibilitarem a abertura e ocupação de espaços e oportunidades para o exercício da cidadania, para o protagonismo e autonomia, para defesa de direitos socioassistenciais e conquistas de novos direitos, exercidos por indivíduos, famílias, grupos, coletivos, fóruns, movimentos sociais, comunidades, gestoras(es), trabalhadoras(es), conselheiras(os), entidades e organizações da sociedade civil de assistência social.

§5º. As ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos deverão explicitar e justificar, em seu Plano de Ação para fins de inscrição nos CMAS, quais direitos socioassistenciais estão sendo promovidos e estão diretamente vinculados a cada serviço, programa e projeto, bem como a sua possível interrelação com os direitos humanos, sociais e socioambientais, na forma da Resolução CNAS/MDS nº 182, de 2025.

§6º. Os serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos devem ser executados por equipes multidisciplinares contratadas, capacitadas e qualificadas conforme as diretrizes e princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS, entre outros que contribuam para consecução do objetivo final das ofertas, considerando as peculiaridades e diversidades dos territórios e dos problemas públicos.

§7º. As equipes multidisciplinares devem ser compostas por pelo menos um profissional, com a formação de ensino superior conforme a Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, entre outros que contribuam para consecução do objetivo final dos serviços, programas e projetos, considerando as peculiaridades e diversidades dos territórios e dos problemas públicos.

§8º. Os serviços, programas e projetos de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos devem estar caracterizados e especificados nos planos de ação, bem como indicar quais são os públicos atingidos e as aquisições e seguranças afiançadas a estes.

§9º. São consideradas como seguranças socioassistenciais aquelas definidas na Política Nacional de Assistência Social e na NOB/SUAS 2012, quais sejam a segurança de acolhida, segurança social de renda, segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social, segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, e a segurança de apoio e auxílio.

§10. Não se consideram como parte integrante da política de assistência social:

I - as atividades de assessoria e consultoria direcionadas ao mercado, aos governos e às organizações da sociedade civil;

II - as ações de intermediação de mão de obra;

III – os serviços, programas e projetos voltados aos povos e comunidades do campo, florestas e águas, aos indígenas e a outros povos e comunidades tradicionais que sejam restritos ao assessoramento técnico, administrativo e financeiro voltado para o uso de insumos, formas de produção e comercialização, empreendedorismo e geração de renda;

IV – as atividades com finalidades educacionais ou religiosas.

CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO

Art. 4º. A inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas e projetos socioassistenciais no CMAS/Pirapora, obedecerá impreterivelmente ao disposto nesta Resolução.

Art. 5º. A inscrição das entidades ou organizações de assistência social e ou dos serviços, programas e projetos socioassistenciais no CMAS/Pirapora constitui-se como autorização de funcionamento no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

§1º. Todas as entidades e organizações que desenvolvam ações de assistência social no Município de Pirapora/MG deverão promover a sua inscrição no CMAS/Pirapora, observado o disposto nos §§2º e 3º.

§2º. As entidades ou organizações de assistência social que possuam sede em outro município, mas que desenvolvam serviços, programas ou projetos socioassistenciais em Pirapora/MG, deverão inscrever os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos CMAS/Pirapora.

§3º. Na hipótese do §2º, o CMAS/Pirapora poderá solicitar informações quanto ao funcionamento da entidade para o Conselho de Assistência Social do(s) município(s) de atuação.

§4º. Se a entidade ou organização de assistência social possuir sede no Município de Pirapora/MG, mas desenvolva sua atuação em outro município, é facultada a inscrição no CMAS/Pirapora.

Art. 6º. As entidades ou organizações sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuam nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas e projetos socioassistenciais no CMAS/Pirapora.

CAPÍTULO III
DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOASSISTENCIAIS

Seção I
Dos Requisitos para a Inscrição

Art. 7º. As entidades ou organizações de assistência social, bem como os serviços, programas e projetos socioassistenciais, demonstrarão, no ato da inscrição, cumulativamente:

I - a observância aos princípios contidos na Lei Federal n. 8.472/1993 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e demais dispositivos que as atualizam;

II - a execução de ações de caráter continuado, permanente e planejado;

III - o asseguramento de que os serviços, programas e projetos socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

IV - a garantia da gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas e projetos socioassistenciais;

V - a garantia da existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas e projetos socioassistenciais;

VI - a devida constituição como pessoa jurídica de direito privado;

VII - a existência de recursos humanos e instalações físicas adequadas ao tipo de atendimento que prestam, de acordo com o público-alvo e com as exigências legais;

VIII - o atendimento aos usuários da Política de Assistência Social, isto é, famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e ou risco pessoal e social;

IX - a atuação em conformidade com as normativas vigentes no âmbito da Assistência Social.

Art. 8º. Para a inscrição da entidade ou organização de assistência social, bem como dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, deverá constar, expressamente, no ato constitutivo da entidade:

I - a finalidade de assistência social;

II - a aplicação de suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - a aplicação de subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;

IV - a não distribuição a seus associados ou dirigentes, de forma direta ou indireta, de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

V - que seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes não receberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos e/ou estatutos sociais;

VI - que a diretoria terá mandato por período determinado, com a possibilidade ou não de sua reeleição, observando-se os princípios constitucionais.

Parágrafo único. É vedado a este Conselho exigir a alteração estatutária das entidades ou organizações de assistência social para fins de inscrição.

Seção II
Da Documentação Necessária

Art. 9º. Os documentos necessários para o encaminhamento do pedido de inscrição no CMAS/Pirapora são:

I - requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social, contendo a sua identificação, nos termos dos modelos disponibilizados no Anexos I desta Resolução;

II - cópia do Estatuto Social vigente e registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei, com as devidas alterações, quando houver;

III - cópia da ata de eleição e posse dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, e do instrumento comprobatório de representação legal, quando for o caso;

IV - cópia atualizada do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

V - Plano de Ação para o exercício em curso, evidenciando:

• finalidades estatutárias;

• objetivos;

• origem dos recursos;

• infraestrutura;

• identificação de cada serviço, programa e projeto socioassistencial, informando respectivamente:

• público-alvo;

• capacidade de atendimento;

• recursos financeiros a serem utilizados;

• recursos humanos envolvidos;

• abrangência territorial;

• demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas, em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

VI - para entidades e organizações de Assistência Social, bem como para serviços, programas e projetos socioassistenciais, com mais de um ano de funcionamento, relatório detalhado de atividades desempenhadas no exercício anterior, evidenciando:

• finalidades estatutárias;

• objetivos;

• origem dos recursos;

• infraestrutura;

• identificação de cada serviço, programa e projeto socioassistencial executado, informando respectivamente:

• público-alvo;

• capacidade de atendimento;

• recurso financeiro utilizado;

• recursos humanos envolvidos;

• abrangência territorial;

• demonstração da forma de como a entidade ou organização de assistência social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

VII - Em se tratando de fundação, a requerente deverá apresentar, além do previsto nos incisos anteriores, os seguintes documentos:

• cópia da escritura de sua instituição, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou ato normativo de sua criação;

• comprovante de aprovação dos estatutos, bem como de suas respectivas alterações, se houver, pelo Ministério Público.

Art. 10. Não obterão inscrição no CMAS/Pirapora:

I - as entidades e templos religiosos;

II - os clubes esportivos;

III - os partidos políticos;

IV - os grêmios estudantis;

V - os fundos de pensão, os sindicatos, as associações e demais entidades que visam exclusivamente o benefício dos seus associados ou funcionários;

VI - as entidades que tenham finalidade lucrativa;

VII – as entidades e organizações que ofertam unicamente as ações previstas no §10 do art. 3º.

Seção III
Do Processamento da Inscrição

Art. 11. Os pedidos de inscrição de entidades e organizações de assistência social e de serviços, programas e projetos socioassistenciais no CMAS/Pirapora serão protocolados em sua Secretaria Executiva, mediante recibo.

§1º. O processo de inscrição somente terá início com a entrega de toda a documentação prevista nesta Resolução.

§2º. A Secretaria Executiva certificará, no momento do protocolo, que a entidade ou organização requerente apresentou toda a documentação exigida para o processamento da inscrição.

§3º. Na falta de quaisquer documentos, a Secretaria Executiva poderá recusar o protocolo e indicar os itens faltantes.

Art. 12. O processamento da inscrição da entidade ou organização de assistência social no CMAS/Pirapora será realizado com atuação preponderante da Comissão de Inscrição e Fiscalização, e obedecerá a seguinte ordem:

I – apresentação do requerimento de inscrição;

II - análise documental pela Comissão de Inscrição;

III - visita técnica, quando necessário para subsidiar a análise do processo;

IV - expedição do parecer da Comissão de Inscrição e Fiscalização;

V - inclusão em pauta para discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

VI - solicitação de documentos ou informações complementares à entidade ou organização requerente

VII - publicação de deliberação da plenária por meio de Resolução;

VIII - emissão do comprovante de inscrição, em caso de deferimento;

IX- notificação oficial da entidade ou organização quanto à emissão do comprovante de inscrição;

X - envio de documentação ao Órgão Gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), conforme art. 19, inciso XI, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

§1º. A visita técnica, quando necessária, será realizada por, 02(dois) membros da Comissão de Inscrição e Fiscalização representantes governamental, e 02 (dois) membros da Comissão de Inscrição e Fiscalização representantes da sociedade civil, ou no mínimo 01(um) membro de cada representação, sendo paritário.

§2°. O parecer quanto à inscrição da entidade/organização deverá ser discutido e apreciado em plenária do CMAS, que deliberará acerca do deferimento ou indeferimento do pedido, considerando que:

• havendo discordância de integrante da Comissão de Inscrição e Fiscalização com relação ao parecer encaminhado à Plenária, este deverá apresentar, na mesma oportunidade, a manifestação discordante;

• diante da apresentação do parecer, e antes da votação na Plenária, qualquer Conselheiro poderá pedir vistas do processo pelo prazo máximo de 2 (dois) dias utéis;

• a Secrataria Executiva garantirá o acesso aos processos de inscrição, sempre que se fizer necessário, em função do exercício do controle social, de modo que o acesso aos documentos obedecerá a ordem cronológica da solicitação;

• fica vedada a retirada do processo da sede do CMAS/Pirapora, porém, para que todos os Conselheiros possam ter acesso, este poderá ser fotocopiado, sendo que tais fotocópias deverão ser devolvidas à Secretaria Executiva ao final da análise;

• em qualquer fase do processamento da inscrição, o CMAS/Pirapora ou sua Comissão de Inscrição e Fiscalização poderão solicitar à entidade ou organização de assistência social, via ofício e com a devida motivação, as informações, documentação complementar e ou adequações no Plano de Ação que se fizerem necessárias.

§3°. Na hipótese da alínea "e", a entidade ou organização requerente deverá cumprir a diligência em até 10 (dez) dias uteis, sob pena de preclusão de seu direito à complementação ou adequação de informações.

§4º. Para fins de inscrição, é vedada ao CMAS/Pirapora realizar a análise das Demonstrações Contábeis ou exigir a alteração estatutária das entidades ou organizações de assistência social.

§5º. Na hipótese do inciso IV do *caput,* o prazo para envio dos documentos e informações complementares solicitadas pela Comissão será determinado por esta, não excedendo o máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de prosseguimento da tramitação após ultrapassado o prazo determinado.

§6º. A Comissão de Inscrição e Fiscalização terá o prazo de 30 (trinta) dias, para análise documental e apresentação ao CMAS.

Art. 13. Após o deferimento da inscrição da entidade/organização, o CMAS/Pirapora emitirá comprovante de inscrição em duas vias originais, sendo que uma será entregue à entidade/organização e outra arquivada pela Secretaria Executiva.

Art. 14. O CMAS/Pirapora estabelecerá numeração em ordem única e sequencial, independentemente do ano, para a emissão da inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como para a inscrição dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Seção IV

Do Indeferimento da Inscrição

Art. 15. No caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de assistência social deverá ser comunicada oficialmente das devidas justificativas do indeferimento.

§1°. O indeferimento da solicitação de inscrição de entidades ou organizações, bem como de serviços, programas e projetos, será precedido do cumprimento de todas as etapas de análise do processo de inscrição, conforme disposto no artigo 12 desta Resolução.

Art. 16. O pedido de reconsideração e recurso contra o indeferimento do pedido de inscrição seguirá o procedimento previsto no Capítulo VI desta Resolução.

CAPÍTULO IV
DA MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES CIVIS E GOVERNAMENTAIS E OU ORGANIZAÇÕES INSCRITAS

Art. 17. Compete ao CMAS/Pirapora a fiscalização das entidades civil e governamental ou organizações de assistência social e dos respectivos serviços, programas e projetos inscritos.

§1º. Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades civil e governamental ou organizações de assistência social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos no CMAS/Pirapora.

§2º. Para a fiscalização das entidades civil e governamental e organizações inscritas, o CMAS/Pirapora, preferencialmente por meio de sua Comissão de Inscrição, deverá estabelecer Plano de Acompanhamento e Fiscalização, considerados os critérios definidos em normativas e resoluções do SUAS.

§3º. O CMAS/Pirapora poderá solicitar aos órgãos da Administração Pública e da sociedade civil, bem como a outros Conselhos Municipais, informações relacionadas ao funcionamento da entidade e o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 18. A inscrição das entidades civil e governamental ou organizações de Assistência Social, dos serviços, programas e projetos socioassistenciais possui prazo indeterminado.

Art. 19. O CMAS/Pirapora deverá promover no mínimo uma audiência pública anual com as entidades civil e governamental ou organizações de assistência social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade e permitir a troca de experiências, de modo a ressaltar a atuação destas na rede socioassistencial e a promover o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 20. Para a manutenção da inscrição da entidade civil e governamental ou organização de assistência social, ou do serviço, programa ou projeto socioassistencial, deverão cumprir as seguintes formalidades:

I - apresentar ao CMAS/Pirapora qualquer alteração havida no Estatuto Social, registrada no cartório competente;

II - manter atualizados todos os dados cadastrais junto ao CMAS/Pirapora;

III - apresentar, no prazo que lhe for consignado, informações e/ou documentos solicitados pelo CMAS/Pirapora.

Art. 21. As entidades civil e governamental ou organizações de assistência social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao CMAS/Pirapora:

I - requerimento de renovação de inscrição, conforme Anexos I, II e III;

II - Plano de Ação do corrente ano, nos termos do inciso V do artigo 9;

III - Relatório de Atividades que evidencie o cumprimento do Plano de Ação do ano anterior, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso VI do artigo 9.

Art. 22. Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas e projetos socioassistenciais, a entidade ou organização de assistência social deverá comunicar o fato ao CMAS/Pirapora, em até 30 (trinta) dias, e demonstrar a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§1º. O prazo de interrupção dos serviços não poderá ultrapassar seis meses, sob pena de cancelamento da inscrição da entidade ou organização de assistência social e ou dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, observado o disposto no §2º deste artigo.

§2º. Cabe ao CMAS/Pirapora acompanhar, discutir, articular com o órgão gestor e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas e projetos socioassistenciais interrompidos ou encerrados.

CAPÍTULO V
DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Art. 23. O CMAS/Pirapora poderá cancelar, a qualquer tempo, a inscrição da entidade civil e governamental e organização de Assistência Social, bem como dos serviços, programas e projetos socioassistenciais que infringirem as normativas vigentes, em caso de descumprimento dos requisitos, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório, mediante processo próprio, nos termos do Capítulo VI desta Resolução.

Art. 24. Poderá ter sua inscrição cancelada a entidade e organização de assistência social que:

I - infringir qualquer disposição desta resolução ou legislação vigente;

II - apresentar irregularidade na sua gestão administrativa;

III - interromper a prestação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais por prazo superior a 6 (seis) meses;

IV – encerrar as suas atividades ou a oferta dos serviços, programas e projetos socioassistenciais;

V - não cumprir os requisitos elencados no art. 7º desta Resolução.

Art. 25. O ato de cancelamento será deliberado pela plenária do CMAS/Pirapora, por maioria simples dos membros.

Art. 26. O CMAS/Pirapora notificará o cancelamento da inscrição da entidade ou organização e coletará assinatura que ateste a ciência do indeferimento.

Art. 27. O cancelamento da inscrição terá validade somente após a publicação de resolução pelo CMAS/Pirapora.

Parágrafo único. O CMAS/Pirapora comunicará os Conselhos de Assistência Social dos níveis estadual e federal, bem como o Ministério Público, na hipótese de suposta infração penal.

CAPÍTULO VI
DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E RECURSO

Art. 28. Em caso de indeferimento do pedido de inscrição ou do cancelamento de inscrição, a entidade ou organização interessada poderá interpor pedido de reconsideração, por escrito, ao CMAS/Pirapora, expondo suas razões, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da publicação do ato de indeferimento.

§1º. O pedido de reconsideração deverá ser protocolado na Secretaria Executiva do CMAS.

§2º. O prazo para análise do pedido de reconsideração será de 30 (trinta) dias a contar do protocolo, o qual poderá ser estendido por igual período no caso de solicitação de informações complementares ou necessidade de comprovação de adequações solicitadas.

§3º. Fica assegurado à entidade o direito à ampla defesa e ao contraditório nos procedimentos administrativos de que trata esta Resolução, podendo ser assistida e ou representada por advogado ou procurador, na forma da lei.

Art. 29. A requerente poderá solicitar vistas dos autos ou cópias do processo, mediante requerimento dirigido ao Presidente do CMAS/Pirapora.

Art. 30. O recurso contra a decisão do CMAS/Pirapora terá efeito meramente devolutivo, e não suspensivo.

Art. 31. Após a decisão final do recurso interposto, mantido o cancelamento da inscrição, o CMAS/Pirapora deverá encaminhar cópia do ato cancelatório e os respectivos documentos à Secretaria Municipal de Assistência Social de –Pirapora/MG, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), bem como para guarda documental.

Parágrafo único. O cancelamento da inscrição não impedirá que a entidade ingresse com novo requerimento, desde que atenda aos critérios desta Resolução.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 32. Fica estabelecido o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias para que as entidades ou organizações de assistência social inscritas no CMAS/Pirapora em período anterior à publicação desta Resolução procedam ao reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais.

§1º. O prazo disposto no *caput* aplica-se, inclusive, às entidades e organizações de assessoramento e defesa de direitos, inscritas no CMAS/Pirapora até abril de 2025, que desejem elaborar plano de providências na forma da Resolução CNAS/MDS n.º 227, de 19 de março de 2026.

§2º. Findo o prazo, as inscrições das entidades e organizações de assistência social que tiverem deixado de manifestar-se acerca das regularizações necessárias terão sua inscrição cancelada, preservado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 33. A numeração das inscrições atualmente existente será mantida e observada quando da concessão de novas inscrições no âmbito desta Resolução.

Art. 34. Os casos omissos ou as divergências na interpretação desta Resolução serão resolvidos pela Plenária do CMAS/Pirapora.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora, 11 de Agosto de 2026

REGINALDO DE MIRANDA SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS/Pirapora/MG

ANEXO I

Requerimento de [ ] Inscrição [ ] Renovação da Inscrição
(O requerimento contido nesse anexo refere-se à solicitação de inscrição ou renovação de inscrição enquanto entidade ou organização de assistência social obrigatório para todos os participantes)

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Pirapora/MG,

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:
Nome da Entidade:_____
CNPJ: __
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário: _____ Data de inscrição no CNPJ: ____/___/_____
Endereço:_____ Nº: _____ Complemento: ____ Bairro: ___ Município:_____ UF: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Atividade Principal: _____

Inscrição em outros conselhos:
CONSEA: _____
CMDCA: _
CONSELHO DA PESSOA IDOSA: _____
Outros (especificar): _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):
_____

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo):
_____
_____

B - Dados do Representante Legal:

Nome: __
Nº: _____ Complemento: ____ Bairro: ___ Município:_____
UF: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____
RG: _____ CPF: _____ DN:____/__/ _____
Escolaridade: _____ Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais
_____

Nestes termos, pede deferimento.

Pirapora, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO Nº _____

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica de Assistência Social (Lei Federal n.º 8.742, de 1993), da Lei Municipal nº 2.680, de 2025, e dos demais atos regulamentares vigentes, expede o presente comprovante de inscrição:

A pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ sob o nº __, com sede na _____,
está regularmente inscrita neste Conselho sob o número ___/_____, desde ____ /___/____.

A entidade executa(rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/projeto(s) socioassistenciais (listar todos, constando os endereços caso a entidade os desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):
_____.

Esta inscrição possui **prazo indeterminado de validade**.

Pirapora, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do Presidente do Conselho

ANEXO III

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO Nº _____/_____

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial(is) *(listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento, caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município)* _____
_____ são/serão executados pela pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede em _____, e encontram-se de acordo com as normativas vigentes.

Esta inscrição possui **prazo de validade indeterminado.**

Pirapora, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do Presidente do Conselho
ANEXO IV
MODELO DE PLANO DE AÇÃO

• IDENTIFICAÇÃO

Nome/Razão Social:	Telefone:
Endereço (matriz e filiais):	
Nº CNPJ (matriz e filiais):	Nº de inscrição no CMAS, se houver:
Nome do Representante legal ou procurador:	
Nome do Responsável Técnico pelo Plano de Ação:	

• FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

Descrever as finalidades estatutárias da Entidade, conforme previsão do Estatuto Social.

• OBJETIVOS

Descrever os objetivos que a entidade pretende atingir em seu atendimento ou ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos na Política de Assistência Social. Se tiver objetivos gerais e específicos, colocar a informação completa neste campo.

• ORIGEM E VALOR DOS RECURSOS

De onde virão os recursos para manter as atividades dos serviços, programas ou projetos, ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos na Política de Assistência Social.

• INFRAESTRUTURA

Descrever todo o espaço físico que a entidade destina para realização de suas atividades.

• IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS EXECUTADOS

Colocar aqui o detalhamento do serviço tipificado (de acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS nº 109/2009), programa ou projeto socioassistencial; ou o detalhamento da ação de assessoramento, defesa e garantia de direitos (de acordo com a Resolução CNAS n.º 182/2025).

A entidade deve abordar nesse tópico:

• Como é executado o serviço, programa ou projeto ou benefício;

• Etapas de trabalho e instrumentos utilizados;

• Como estão sendo realizadas as atividades que possibilitam o trabalho de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

• Quais os direitos socioassistenciais e seguranças do SUAS serão afiançados com a ação.

(6.1) Público-alvo e critérios de acesso

Descrever o público-alvo das ações da entidade, como características, faixa etária e perfil do público atendido, bem como os critérios de acesso.

(6.2) Cronograma de atividades

Descreva aqui os dias e horários de funcionamento da entidade ou organização, bem como de cada uma de suas atividades desenvolvidas na Política de Assistência Social. A entidade poderá criar, neste espaço, uma tabela com a previsão das ações e período de desenvolvimento de cada uma delas.

(6.3) Capacidade de atendimento

Descrever aqui a capacidade máxima de pessoas ou famílias que a entidade terá condição de atender com qualidade em cada atividade.

(6.4) Recursos financeiros a serem utilizados

Descrever aqui as despesas que a entidade terá no decorrer do ano para consecução das atividades propostas. Os recursos devem ser suficientes para a execução das ações previstas neste Plano.

(6.5) Recursos humanos envolvidos

Informar todo o quadro de recursos humanos que é ou será contratado com a respectiva carga horária, formação e atribuição que cada um desempenhará nas atividades de Assistência Social.

As entidades de assessoramento e defesa de direitos devem observar os termos do art. 8º da Resolução CNAS n.º 182, de 13 de fevereiro de 2025, o qual dispõe: "Os serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos devem ser executados por equipes multidisciplinares contratadas, capacitadas e qualificadas conforme as diretrizes e princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS, entre outros que contribuam para consecução do objetivo final das ofertas, considerando as peculiaridades e diversidades dos territórios e dos problemas públicos."

Além disso, o §2º do mesmo artigo assim determina: "É vedado que os serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos, no âmbito do SUAS, sejam realizados exclusivamente por voluntárias(os), mesmo que sejam profissionais com formação de ensino superior."

(6.6) Abrangência territorial

Informar quais os territórios, ou seja, bairros e comunidades em que a entidade costuma atender e com quais unidades públicas, como CRAS, ou com quais órgãos de defesa e garantia de direitos a entidade tem contato e recebe encaminhamentos.

(6.7) Forma de como a entidade fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu Plano de Ação

(6.7.1) Elaboração

Como foram pensados/elaborados os serviços, programas, projetos ou benefícios, ou seja, como foram planejadas suas ações de Assistência Social para o ano em curso.

(6.7.2) Execução

Como será a metodologia (acolhida, orientação e encaminhamentos, grupos de convívio e fortalecimento de vínculos) e como se dará a mobilização e fortalecimento das redes sociais de apoio, desenvolvimento do convívio familiar e comunitário, mobilização para a cidadania, dentre outros.

(6.7.3) Monitoramento

Como será elaborado o acompanhamento, a organização da informação do banco de dados de usuários e organizações e das atividades realizadas.

(6.7.4) Avaliação

Como será o levantamento das informações do que foi positivo e do que foi negativo para ser mudado e/ou melhorado.

D E C L A R A Ç Ã O

Como representante legal da instituição, declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste documento são a expressão da verdade.	
Pirapora, ____ / _____ / _____	_____ Nome do Representante Legal
	Nome da Entidade
	_____ Nome do Responsável Técnico
	Nome da Entidade

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:213EB751

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

"Conselho Municipal de Assistência Social Aprova Emenda Impositiva Federal".

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 3° - inciso V da Lei Municipal 1.558/99 de 23 de dezembro de 1.999;
CONSIDERANDO a deliberação em reunião extraordinária do dia 11 (onze) de Março de 2026, Ata nº 001, 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Emenda Federal destinada ao Fundo Municipal da Assistência pelo Deputado Domingo Sávio no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para custeio.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora/MG, 11 de março de 2026.

JACYRANNA DE SIQUEIRA OLIVEIRA CORREIA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:2E3403AD

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Pirapora/MG, em reunião ordinária realizada no dia 17 **de março de 2026**, conforme registrado em Ata nº 02/2026, no uso de suas atribuições legais pelo Art. 3° - inciso II da Lei Municipal 1.558/99 de 23 de dezembro de 1.999;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das ações da política pública de assistência social no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada no dia 17 de março de 2026;

CONSIDERANDO o registro em Ata nº 02, da reunião ordinária deste Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social do município de Pirapora/MG, para o período correspondente 2026-2029, conforme apresentado e discutido em plenária.

Art. 2º O referido Plano estabelece diretrizes, objetivos, ações e metas para a execução da política de assistência social no município, em consonância com os princípios do SUAS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora/MG, 17 de março de 2026.

JACYRANNA DE SIQUEIRA OLIVEIRA CORREIA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:B45DC556

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 03/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Dispõe sobre a aprovação da reprogramação de saldos dos recursos financeiros referentes ao exercício 2025/2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Pirapora/MG, em reunião ordinária realizada no dia 17 **de março de 2026**, conforme registrado em Ata nº 02/2026, no uso de suas atribuições legais pelo Art. 3° - inciso V da Lei Municipal 1.558/99 de 23 de dezembro de 1.999;
CONSIDERANDO a necessidade de reprogramação dos saldos financeiros remanescentes do exercício de 2025 para execução no exercício de 2026;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade de apreciação e deliberação pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada no dia 17 de março de 2026, conforme registro em Ata nº 02;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a reprogramação dos saldos dos recursos financeiros da Assistência Social, referentes ao exercício 2025, a serem executados no exercício de 2026, conforme demonstrativos apresentados pela gestão municipal.
Art. 2º Os recursos reprogramados deverão ser aplicados na manutenção e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, em conformidade com as normativas vigentes do SUAS.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora/MG, 17 de março de 2026.

JACYRANNA DE SIQUEIRA OLIVEIRA CORREIA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:971D715A

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 04/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

"Conselho Municipal de Assistência Social Aprova Plano de Serviço 2026"

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora/MG - CMAS, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 3º - inciso V da Lei Municipal 1.558/99 de 23 de Dezembro de 1.999;

Considerando a deliberação em reunião extraordinária do dia 01 (primeiro) de Abril de 2026, Ata nº 003/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Serviço do Piso Mineiro 2026.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pirapora/MG, 01 de abril de 2026.

JACYRANNA DE SIQUEIRA OLIVEIRA CORREIA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Pirapora/MG

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:0F4C5D11

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 05/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05/2026

"Conselho Municipal de Assistência Social aprova a Formalização de Termo de Compromisso"

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora/MG - CMAS, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 3º - inciso V da Lei Municipal 1.558/99 de 23 de Dezembro de 1.999;

Considerando a deliberação em reunião extraordinária do dia 15 (quinze) de Abril de 2026, Ata nº 004/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Formalização de termo de compromisso previsto no art. 5 inciso 2 da Resolução CNAS/MDS Nº 224/2026, que dispõe sobre aprovação dos critérios de elegibilidade e partilha visando o fortalecimento das provisões dos Centros POP´s.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pirapora/MG, 15 de abril de 2026.

JACYRANNA DE SIQUEIRA OLIVEIRA CORREIA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Pirapora/MG

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:0BAAD42C

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 06/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

"**Conselho Municipal de Assistência Social aprova a Prorrogação de prazo de repasses de emendas a OSCs e readequação de objeto"**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora/MG - CMAS, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 3º - inciso V da Lei Municipal 1.558/99 de 23 de Dezembro de 1.999;

Considerando a deliberação em reunião extraordinária do dia 28 (vinte oito) de maio de 2026, Ata nº 005/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias do prazo de inicio das transferências dos recursos de emendas parlamentares que totalizam R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) divididos igualmente entre as seguintes entidades:

• Associação Comunitária e Cultural Jeruel (Programação: 315120620250001) R$ 100.000,00 (Cem mil reais);

• Associação Equipe Missionária Renovo de Davi (Programação: 315120620250002) R$ 100.000,00 (Cem mil reais);

• APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Programação: 315120620250004) R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 2º - Aprovar a readequação física do plano de aplicação da programação nº 315120620230002 (Projeto nº 55901315120202302 referente ao exercício de 2023, no valor global repassado de R$ 65.000,00 (Natureza da despesa: GND 4 – Investimento)

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Pirapora/MG, 28 de maio de 2026.

JACYRANNA DE SIQUEIRA OLIVEIRA CORREIA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Pirapora/MG

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:FAE4D940

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 07 de 16 de julho de 2026

"*Dispõe sobre a eleição e posse da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para Gestão 2026/2027e dá outras providências*

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora/MG - CMAS, em Reunião Ordinária realizada no dia dezesseis de julho de dois mil e vinte seis, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 3º da Lei Municipal 1.558/99 de 23 de Dezembro de 1.999, e em conformidade com a Lei Nº 8.742/1993 (LOAS);

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a composição da nova **Mesa Diretora** do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, eleita para o mandato compreendido entre 16 de julho de 2026 a 15 de julho de 2027, com a seguinte composição:

• **Presidente:** Reginaldo de Miranda Santos – Representante Sociedade Civil

• **Vice-Presidente:** Rosilane de Queiroz Almeida Silva – Representante Governo

• **1º Secretário(a):** Natalia Costa Silva – Representante Governo

• **2º Secretário(a):** Shirley Aparecida Lebron Bichara – Representante Sociedade Civil

Art. 2º Compete à Mesa Diretora o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Regimento Interno deste Conselho e a condução dos trabalhos deliberativos e administrativos do CMAS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pirapora/MG, 16 de julho de 2026.

REGINALDO DE MIRANDA SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social/ Pirapora/MG

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:BCBEE342

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 08/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 08 de 16 de julho de 2026

"*Dispõe sobre a criação das Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências*

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora/MG - CMAS, em Reunião Ordinária realizada no dia dezesseis de julho de dois mil e vinte seis, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 3º da Lei Municipal 1.558/99 de 23 de Dezembro de 1.999, e em conformidade com a Lei Nº 8.742/1993 (LOAS);

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a criação e a composição das Comissões Temáticas de Trabalho do CMAS, de caráter permanente, com a finalidade de subsidiar o pleno funcionamento do Conselho.
Art. 2º As comissões ficam constituídas pelos seguintes conselheiros, assegurada a paridade entre governo e sociedade civil:

• **I – Comissão de Finanças, Orçamento e Aprimoramento da Gestão:**

• Rosilane de Queiroz Almeida Silva – Representante Governamental

• Ana Paula Freitas – Representante Governamental

• Shirley Aparecida Lebron Bichara – Representante da Sociedade Civil

• Silese – Representante da Sociedade Civil

• **II – Comissão de Normas e Legislação:**

• Natalia Costa Silva – Representante Governamental

• Rosilane de Queiroz Almeida Silva – Representante Governamental

• Reginaldo de Miranda Santos – Representante da Sociedade Civil

• Manoela – Representante da Sociedade Civil

• **III – Comissão de Inscrição e Fiscalização:**

• Lessiléia Aparecida Ramos Coelho – Representante Governamental

• Erinalda – Representante Governamental

• Jordana – Representante da Sociedade Civil

• Barnabé – Representante da Sociedade Civil

Art. 3º Compete às comissões analisar, emitir pareceres e relatar processos que serão submetidos à deliberação do Plenário do CMAS.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pirapora/MG, 16 de julho de 2026.

REGINALDO DE MIRANDA SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social/ Pirapora/MG

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:774E03DE

SECRETARIA DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 10/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 10 de 11 de Agosto de 2026

"*Dispõe sobre a aprovação da prestação de Contas referente ao Demonstrativo Físico e Financeiro do Cofinanciamento Estadual do Piso Mineiro de Assistência Social – Exercício 2025.*

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora/MG - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal 1.558/99 da criação do CMAS, e em conformidade com a Lei Nº 8.742/1993 (LOAS);

CONSIDERANDO a Resolução Sedese vigente que disciplina os procedimentos de análise e aprovação da prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS);

CONSIDERANDO a apresentação do Demonstrativo Físico e Financeiro da Execução da Receita e da Despesa do Piso Mineiro de Assistência Social, referente ao exercício de 2025, realizada pelo Órgão Gestor Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a análise, a avaliação e a aprovação por unanimidade da referida prestação de contas pelos conselheiros presentes na Reunião Ordinária do CMAS, realizada em 11 de agosto de 2026, conforme registro em Ata nº 07;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas correspondente ao Demonstrativo Físico e Financeiro do Cofinanciamento Estadual do Piso Mineiro de Assistência Social, referente ao exercício financeiro de 2025, apresentada pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pirapora/MG, 11 de agosto de 2026.

REGINALDO DE MIRANDA SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social/ Pirapora/MG

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:1338FF3A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PITANGUI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 161/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 190/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGEM DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ENTES CONVENIADOS DO MUNICÍPIO DE PITANGUI.
VALOR TOTAL: R$ 461.069,40
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI
CONTRATADA: COMERCIAL WAMARO LTDA - CNPJ **86.633.047/0001-08**
VIGÊNCIA: 29 DE JULHO DE 2026 A 28 DE JULHO DE 2027.

Publicado por:
Pompeia Leao Caldas
Código Identificador:0C5726F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.439, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE RENOVAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e com a Lei Municipal n. 4.517/2006,

CONSIDERANDO que a Associação de Integração da Criança, foi declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n. 3.072/1996, de 06/03/1996,

CONSIDERANDO o Certificado de Registro expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, datado de 02/10/2024, nos termos do art. 1º, parágrafo único da Lei Municipal n. 4.517/2006,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica renovada, nos termos do artigo 1º, parágrafo único da Lei Municipal n. 4517/2006, a Declaração de Utilidade Pública Municipal da Associação de Integração da Criança, com sede nesta cidade, na Rua Dom Lafaiete Libânio, 144, CNPJ 00.568.036/0001-76, Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Pouso Alegre sob o número 07.
Parágrafo único. A presente renovação tem validade de 06 (seis) anos de acordo com a Lei nº 5.413/2013, que alterou o art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 4.517/2006.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 11 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:55B5FC76

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 4.972, DE 22 DE JULHO DE 2026

Nomeia o Superintendente interino de Proteção e Cuidado Animal, Daniel José de Paula.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 69, incisos I e VII, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º Nomear Daniel José de Paula, matrícula 23742, para o cargo de Superintendente Interino de Proteção e Cuidado Animal, pelo período de 27 de julho a 5 de agosto de 2026.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com ressalva ao disposto em seu **Art. 1º**.

Pouso Alegre/MG, 22 de julho de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

*Republicada tendo em vista incorreção do texto publicado em 27 de Julho de 2026, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, Edição Nº 4325.

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:031EF429

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPACHO PROCESSO DIGITAL Nº 54135/2026

DESPACHO
Processo Digital nº 54135/2026
Requerente: Foch Construtora e Indústria e Comércio LTDA e Outros
Assunto: Análise de Admissibilidade. Requerimento de Autocomposição

RELATÓRIO

Trata-se de requerimento formulado perante a Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos da Administração Pública – CPRAC, por meio do qual o interessado pleiteia indenização em razão de suposto apossamento administrativo de área privada pelo Município de Pouso Alegre.

O requerente relata ser proprietário dos lotes nº 14, 15, 16 e 17 da quadra 34, os quais se encontram registrados sob a matrícula nº 14.924, e sustenta que o Município promoveu o apossamento das referidas áreas, nas quais implantou um parque recreativo e procedeu à abertura de vias públicas.

Considerando que o presente requerimento versa sobre pedido de indenização, o requerente informa a existência de execuções fiscais ajuizadas pelo Município em seu desfavor, razão pela qual requer a análise da viabilidade jurídica de compensação ouabatimento dos respectivos débitos fiscais do montante eventualmente devido a título indenizatório.

Eis um breve relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do artigo 12 do Decreto Municipal nº 6.204/2025, compete ao Coordenador da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC realizar, por despacho fundamentado, a análise de admissibilidade do requerimento de autocomposição.

Verifica-se que o presente Processo Digital nº 54135/2026 possui identidade substancial com o Processo Digital nº 124026/2025, ambos formulados pela empresa Foch Construtora Indústria e Comércio LTDA, tendo por objeto pretensão indenizatória fundada em alegado apossamento administrativo promovido pelo Município de Pouso Alegre.

Embora os imóveis objeto das demandas sejam distintos — versando o Processo Digital nº 124026/2025 sobre os imóveis matriculados sob os nº 32.453 e 32.454, e o presente procedimento acerca dos Lotes nº 14, 15, 16 e 17 da Quadra 34, registrados sob a matrícula nº 14.924 — , a causa de pedir permanece substancialmente idêntica, consistente no alegado apossamento administrativo de imóveis particulares pelo Município, seguido de sua afetação ao interesse público, circunstância que enseja a incidência dos mesmos fundamentos jurídicos utilizados na análise de admissibilidade anteriormente realizada.

Com efeito, no âmbito do Processo Digital nº 124026/2025, foi proferido despacho de admissibilidade, posteriormente publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 06/07/2026 (Edição 4310), reconhecendo-se que pretensões indenizatórias decorrentes de alegado apossamento administrativo inserem-se na esfera de atuação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, por envolverem controvérsia suscetível de solução consensual e revestida de interesse público. Naquela oportunidade, concluiu-se que o procedimento deveria prosseguir perante a CPRAC, observadas as limitações impostas pelo Decreto Municipal nº 6.204/2025, no caso a impossibilidade de transação em matéria tributária.

Considerando que a controvérsia ora submetida reproduz, em essência, a mesma situação jurídica apreciada no Processo Digital nº 124026/2025, mostra-se plenamente aplicável, ao presente caso, a técnica da motivação aliunde (per relationem), prevista no artigo 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999 (e Súmula 674/STJ), segundo o qual a motivação pode consistir em declaração de concordância com os fundamentos constantes de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores, que, nessa hipótese, passam a integrar o ato administrativo.

Assim, adoto integralmente, como razões de decidir do presente despacho, os fundamentos constantes do despacho de admissibilidade proferido no Processo Digital nº 124026/2025, os quais passam a integrar este ato administrativo para todos os fins de direito, porquanto permanecem integralmente aplicáveis ao presente procedimento, inexistindo distinção jurídica relevante capaz de justificar solução diversa.

Desse modo, reconheço que a pretensão deduzida no Processo Digital nº 54135/2026, consistente em pedido de indenização decorrente do alegado apossamento administrativo dos Lotes nº 14, 15, 16 e 17 da Quadra 34, matriculados sob o nº 14.924, insere-se no âmbito de atuação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC, devendo o procedimento prosseguir quanto àanálise e apuração do quantum indenizatório. Quanto ao pedido de abatimento de débitos tributários mediante compensação com o valor indenizatório, deixo de apreciá-lo no âmbito deste procedimento, em razão da vedação normativa à transação em matéria tributária, sem prejuízo de posterior requerimento à autoridade competente, nos termos da Lei Municipal nº 3.819/2000.

Para que se viabilize eventual autocomposição, reputa-se necessária a adoção das seguintes providências:

1) Apensamento do processo 54135/2026 aos autos do processo 124026/2025;

2) Realização de levantamento topográfico georreferenciado complementar destinado a delimitar, com precisão técnica, a área efetivamente atingida pelo alegado apossamento incidente sobre os Lotes nº 14, 15, 16 e 17 da Quadra 34, matriculados sob o nº 14.924, mediante identificação das respectivas poligonais, dimensões, confrontações e memorial descritivo da área objeto de conflito entre o lote e a via pública;

3) Identificação da Secretaria Municipal responsável pela implantação do parque recreativo e abertura de ruas no local. Recomenda-se a apuração de eventual responsabilidade funcional ou administrativa do agente público responsável pela instalação do referido equipamento público;

4) Apuração do valor de mercado da área efetivamente atingida pelo apossamento administrativo incidente sobre o imóvel de propriedade do requerente;

5) Após a definição da metragem da área de propriedade do requerente efetivamente atingida pelo apossamento administrativo e a correspondente apuração de seu valor de mercado, deverão as partes manifestar-se acerca de sua concordânciaou não com o montante apurado a título de indenização. Havendo concordância entre as partes e encerrada a tramitação do procedimento no âmbito da CPRAC, os autos deverão ser encaminhados ao Chefe do Poder Executivo para a expedição do competente Decreto de Utilidade Pública, o qual deverá conter todos os requisitos e elementos essenciais à sua validade jurídica.

Notifique-se. Publique-se.

GUSTAVO TEIXEIRA GONÇALVES
Procurador Municipal
Coordenador da CPRAC

Publicado por:
Érick de Freitas Mendes
Código Identificador:A928370E

SECRETARIA DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

A Secretária Municipal de Finanças, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 72, § 1°, alíneas "a" e "i", da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, art. 132 da Lei Municipal n° 1.086/1971 e art. 37, caput, da Constituição Federal, NOTIFICA as pessoas físicas e jurídicas abaixo listadas, da DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA proferida que indeferiu a revisão de lançamento protocolada, Informamos que, caso haja interesse por parte do contribuinte, é possível recorrer à Segunda Instância Administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação deste edital.
O recurso deverá ser protocolado preferencialmente pelo Autoatendimento, disponível no site www.pousoalegre.mg.gov.br ou pousoalegre.atende.net, endereçado ao Conselho de Contribuintes do Município de Pouso Alegre, ou protocolado na Central de Atendimento localizada na Rua Dionísio Machado, 96, Centro, Pouso
Alegre/MG.
Por meio deste edital, a presente notificação é amplamente divulgada a todos os interessados, a fim de que tomem ciência da decisão proferida. Listagem de contribuintes:

Protocolo nº: 31543/2025
Nome: DENILSON AFONSO DE LIMA MORAES
Assunto: ISS E TAXAS
Exercicio: 2019 À 2026

Pouso Alegre, 12 de Agosto de 2026.

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:D0CE9133

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE POSTURAS Nº 0077/2026 – NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO (MULTA – LIMPEZA DE TERRENO)

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Departamento de Fiscalização de Posturas, após tentativas de entrega dos Autos de Infração e Multa listados abaixo, vem através deste Edital, conforme previsto no artigo 256 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e no **Artigo 219, Parágrafo único** da Lei Municipal 6.543/2021 (Código de Posturas) notificar o(a) contribuinte abaixo

relacionado(a) sobre autuação (multa) por infração a legislação municipal:

AUTUADO(A): LUIZ CARLOS BARRETO
CPF/CNPJ: ***.239.***-05
AIM: 0180/2026
DATA DA CONSTATAÇÃO: 05/03/2026
INFRAÇÃO: FALTA DE LIMPEZA/MANUTENÇÃO DE TERRENO PARTICULAR (ART. 11 DA LEI 6.543/2021)
VALOR DA MULTA: R$ 1.770,52 (MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).
OBS: LOTE 0007, QUADRA I, BURITIS.

O(A) proprietário(a) ou representante legal, caso haja interesse, poderá protocolar defesa, preferencialmente pelo Autoatendimento disponível no site *www.pousoalegre.mg.gov.br* ou *pousoalegre.atende.net*, remetida ao Departamento de Fiscalização de Posturas, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação deste edital, comprovando os fatos que vier alegar.

A defesa deve estar devidamente assinada pelo(a) proprietário(a) ou representante legal (mediante comprovação), com os seguintes documentos:

* Petição, devidamente assinada pelo(a) autuado(a) ou representante legal;
* Cópia do Auto de Infração e Multa (AIM), (ou cópia deste edital); e,
* Cópia de documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, se pessoa jurídica, que comprove a representação ou Procuração.

A falta dos documentos solicitados poderá ocasionar o não reconhecimento do pedido, caso não seja possível comprovar a legitimidade do requerente ou autenticidade dos documentos. A assinatura do requerente deve ser igual a constante no documento de identificação para comprovação da legitimidade. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma autuação.

Não sendo apresentado recurso em Primeira Instância Administrativa, dentro do prazo estabelecido, o débito será lançado e a guia disponibilizada através da internet no site *pousoalegre.atende.net > Autoatendimento > Cidadão > Emissão de Boleto > Emissão de Guias Receitas Diversas.*

O pagamento da multa não exime o(a) proprietário(a) ou responsável do cumprimento das determinações impostas pela legislação municipal.

Pouso Alegre, 12 de agosto de 2026.

ANGELO WAGNER RAMOS
Gerente Interino do Departamento de Fiscalização de Posturas
Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG

Publicado por:
Eder do Couto Nora
Código Identificador:BF36A340

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE POSTURAS Nº 0078/2026 – NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO (MULTA – LIMPEZA DE TERRENO)

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Departamento de Fiscalização de Posturas, após tentativas de entrega dos Autos de Infração e Multa listados abaixo, vem através deste Edital, conforme previsto no artigo 256 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e no **Artigo 219, Parágrafo único** da Lei Municipal 6.543/2021 (Código de Posturas) notificar o(a) contribuinte abaixo relacionado(a) sobre autuação (multa) por infração a legislação municipal:

AUTUADO(A): C & M EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
CPF/CNPJ: **.903.***/0001-**
AIM: 0313/2026
DATA DA CONSTATAÇÃO: 16/06/2026
INFRAÇÃO: FALTA DE LIMPEZA/MANUTENÇÃO DE TERRENO PARTICULAR (ART. 11 DA LEI 6.543/2021)
VALOR DA MULTA: R$ 1.844,00 (MIL OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).
OBS: LOTE 0023, QUADRA D, RESIDENCIAL SANTA BRANCA.

O(A) proprietário(a) ou representante legal, caso haja interesse, poderá protocolar defesa, preferencialmente pelo Autoatendimento disponível no site *www.pousoalegre.mg.gov.br* ou *pousoalegre.atende.net*, remetida ao Departamento de Fiscalização de Posturas, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação deste edital, comprovando os fatos que vier alegar.

A defesa deve estar devidamente assinada pelo(a) proprietário(a) ou representante legal (mediante comprovação), com os seguintes documentos:

* Petição, devidamente assinada pelo(a) autuado(a) ou representante legal;
* Cópia do Auto de Infração e Multa (AIM), (ou cópia deste edital); e,
* Cópia de documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, se pessoa jurídica, que comprove a representação ou Procuração.

A falta dos documentos solicitados poderá ocasionar o não reconhecimento do pedido, caso não seja possível comprovar a legitimidade do requerente ou autenticidade dos documentos. A assinatura do requerente deve ser igual a constante no documento de identificação para comprovação da legitimidade. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma autuação.

Não sendo apresentado recurso em Primeira Instância Administrativa, dentro do prazo estabelecido, o débito será lançado e a guia disponibilizada através da internet no site *pousoalegre.atende.net > Autoatendimento > Cidadão > Emissão de Boleto > Emissão de Guias Receitas Diversas.*

O pagamento da multa não exime o(a) proprietário(a) ou responsável do cumprimento das determinações impostas pela legislação municipal.

Pouso Alegre, 12 de agosto de 2026.

ANGELO WAGNER RAMOS
Gerente Interino do Departamento de Fiscalização de Posturas
Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG

Publicado por:
Eder do Couto Nora
Código Identificador:A0D2B36D

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
PORTARIA Nº 04/SMTT, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Determina a instauração de Processo Administrativo Sancionatório e designa membros para compor comissão incumbida de apurar possível violação à Lei Federal nº 14.133/2021 e penalizar, caso seja necessário.

O Secretário de Trânsito e Transportes do Município de Pouso Alegre, estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, em conformidade com o artigo 72, § 1º, alíneas "a" e "f", da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o dever de a Administração Pública, de apurar possíveis infrações contratuais, atuando em observância aos princípios da supremacia do interesse público sobre o provado, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
CONSIDERANDO a necessidade de instauração de Processo Administrativo Sancionatório com o objetivo de apurar possíveis infrações ante a inexecução contratual da Ata de Registro de Preços nº

74/2026, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 08/2026 - Processo Administrativo 13/2026;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal de nº 14.133/2021;
RESOLVE:
Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Sancionatório em face da empresa 47.563.357 LEONARDO BATISTA., inscrita no CNPJ sob o nº47.563.357/0001-41, com vistas a apurar possível violação à Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 2º Designar para compor a Comissão do Processante os seguintes servidores públicos municipais:
I - Presidente: Joyce Fernanda Alves Pinto , matrícula funcional sob o nº 23604-1, ocupante do cargo de Gerente do Departamento de Transportes, lotada na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.
II – Membro: David Carvalho Santos, matrícula funcional sob o nº 23433-1, ocupante do cargo de Supervisor, lotada na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.
III - Membro: Daniel de Oliveira Miranda , matrícula nº 23762-1, Supervisor, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.
Art. 3° O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Sancionatório não excederá 60 (sessenta dias) dias, prorrogável uma vez por igual período, para conclusão dos trabalhos da Comissão, apresentando o relatório final conclusivo.
Art. 4º Os trabalhos da Comissão se realizarão na sede da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, situada na Rua João Pinheiro,73 - Centro.
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 12 de agosto de 2026.

MARCIO ELI BARBOSA JÚNIOR
Secretario Municipal de Trânsito e Transportes

Publicado por:
Ana Luiza Boson de Castro Ribeiro
Código Identificador:1A96DF17

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 365/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CONTRATO Nº 365/2026– PREGÃO ELETRONICO Nº 05/2026 – Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO HOSPITALARES AO ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAUDE E DIS SERVÇOS ESPECIALIZADOS, BEM COMO PARA O PROGRAMA SAÚDE DA MULHER. A vigência do contrato será 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em: 11/08/2026. Contratada: **NATURIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA,** cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº **27.083.214/0001-25**. Valor total R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais). Dotação orçamentária: 02.011.000.0010.0122.0003.2000.3.3.90.30.00 – ficha 1476.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:C73B87DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRONICO Nº 49/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2025 – Decorrência: Pregão Eletrônico nº 49/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE DIETAS, SUPLEMENTOS E FÓRMULAS ALIMENTARES, PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES ADMINISTRATIVOS E JUDICIALIZADOS.** Data da assinatura: 05/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses, contatos do dia 08/08/2026 até 08/08/2027. Detentora: **LEONE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.738.688/0001-20. Valor: R$ **3.771.296,76 (três milhões setecentos e setenta e um mil duzentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos). Dotação orçamentária nº 02.011.000.0010.0306.0002.2023.3.3.90.32.00 – ficha 1006.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2025 – Decorrência: Pregão Eletrônico nº 49/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE DIETAS, SUPLEMENTOS E FÓRMULAS ALIMENTARES, PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES ADMINISTRATIVOS E JUDICIALIZADOS.** Data da assinatura: 05/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses, contatos do dia 07/08/2026 até 07/08/2027. Detentora: **MSR RIOS PRODUTOS DE DIETA EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 23.149.874/0001-00. Valor: R$ **298.680,00 (duzentos e noventa e oito mil seiscentos e oitenta reais). Dotação orçamentária nº 02.011.000.0010.0306.0002.2023.3.3.90.32.00 – ficha 1006.**

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:E8C3158E

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 244/2024 - PREGÃO ELETRONICO Nº 07/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 244/2024 – PREGÃO ELETRONICO nº 07/2024 - Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA, DESARMADA, E VIGIA, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, BEM COMO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO E ALARMES COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE LOCAÇÃO E TODA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES E PRÉDIOS VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE. CONTRATADA CONSÓRCIO CIDADE SEGURA - CCS: O contrato obriga-se a continuar por mais 12 (doze) meses, com inicio em 12/08/2026 e termino previsto para 12/08/2027. Data assinatura: 10/08/2026.

Ficha	Dotação Orçamentária	Secretaria
1182	02.020.0004.0122.0045.2041.3339034.15000000000	Administração
350	02.003.0004.0122.0001.2062.3339034.15000000000	Agricultura
314	02.001.0004.0122.0001.2118.3339034.15000000000	Chefia de Gabinete
1370	02.021.0013.0392.0005.2181.3339039.25000000000	Cultura
536	02.007.0012.0365.0026.2078.3339034.15000001001	Educação
1354	02.012.0027.0812.0035.2165.3339034.15000000000	Esportes
596	02.008.0004.0123.0028.2036.3339034.15000000000	Finanças
337	02.002.0004.0122.0004.2033.3339034.15000000000	Licitações e Contratações Públicas
1661	02.009.0004.0122.0029.2050.3339034.15010000000	Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos
687	02.010.0004.0122.0030.2174.3339034.15000000000	Planejamento Urbano e Meio Ambiente
422	02.006.0008.0244.0021.2139.3339034.15000000000	Políticas Sociais
447	02.006.0008.0244.0025.2141.3339034.15000000000	Políticas Sociais
1118	02.016.0008.0244.0025.2122.3339034.15000000000	Políticas Sociais
1127	02.016.0008.0244.0025.2124.3339034.15000000000	Políticas Sociais
1035	02.013.0004.0122.0001.2160.3339034.15000000000	Procuradoria Geral do Município
1314	02.019.0004.0182.0029.2051.3339034.15000000000	Segurança Pública
748	02.011.0010.0122.0003.2004.3339034.15000000000	Saúde
1382	02.011.0010.0122.0003.2004.3339034.15000000000	Saúde
1065	02.015.0004.0122.0001.2109.3339034.15000000000	Trânsito e Transportes

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:454B410C

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
REAJUSTE CONTRATO Nº 349/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 36/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Termo de reajuste de preços CONTRATO nº 349/2026– PREGÃO

EELETRONICO Nº 36/2024 – Objeto: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES EM MARMITEX. Contratada : ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA AOS CONDENADOS - APAC. Indice de reajuste 4.64%. Dotação orçamentária nº 02.016.0008.0244.0025.2123.3.3.90.30.00– ficha 1121. Data de assinatura: 04/08/2026.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:9D934441

SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
PORTARIA DPC/SECULT Nº 08 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Resultado de Homologação dos cadastros de votantes e candidaturas do EDITAL Nº 04/2026 - ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS E PATRIMONIAIS (CPCP-PA).

A Secretária Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 04/2026 - ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS E PATRIMONIAIS (CPCP-PA), resolve:
Art. 1º. Tornar público o resultado de homologação, constando da relação completa de candidaturas homologadas e não homologadas por área de representação, bem como de pessoas votantes, como segue;

I - ARTES VISUAIS
2 candidaturas e 10 votantes.

PROCESSO	NOME	CADASTRO
90075	MARIANA NOGUEIRA FERNANDES SANCHEZ	Candidatura
90203	JOÃO VITOR CAMARGO	Candidatura
89440	LEIDILENE CRISTINA PEREIRA GERALDINI	Votante
90184	SALOVI LOPES EGIDIO	Votante
90282	MARIANA NOGUEIRA FERNANDES SANCHEZ	Votante
90578	NILDE DE OLIVEIRA PARDIM	Votante
90770	LAURA CONTI	Votante
90797	MARIANA SAYAD DE SOUSA BUSTAMANTE	Votante
90809	TIAGO DE ANDRADE SANTOS	Votante
90813	FABIANA CRISTINA MIRAT	Votante
90817	GABRIEL QUEIROZ EDUARDO	Votante
90821	JEFFERSON TADEU VILELA DIAS	Votante

II - MÚSICA
2 candidaturas e 7 votantes.

PROCESSO	NOME	CADASTRO
90140	JAMILA NAZARE MARTINS	Candidatura
90412	MÔNICA PELLEGRINI PEREIRA	Candidatura
90073	MAYARA MACHADO GONÇALVES	Votante
90083	FABIANA FERREIRA PRADO DE OLIVEIRA	Votante
90190	MARIANA ROSA FERNANDES	Votante
90451	JAMILA NAZARE MARTINS	Votante
90794	RAMON VITOR MENDONÇA	Votante
90807	LUCAS HENRIQUE ROCHA	Votante
90823	JAQUELINE DE SOUZA CORREA	Votante

III - CULTURA POPULAR
4 candidaturas e 14 votantes.

PROCESSO	NOME	CADASTRO
89886	ASSOCIAÇÃO DAS COSTUREIRAS DE COLCHA DE RETALHO E ACESSÓRIOS DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO - CORA MINAS	Candidatura
90072	DOUGLAS PEREIRA RAVANHANI	Candidatura
90181	RENATA GIOVANA DUTRA DE QUEIROZ	Candidatura
90604	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	Candidatura
76124	DOUGLAS PEREIRA RAVANHANI	Votante
76591	LUCAS ALVES SILVA	Votante
90104	RAMON MANFRINE SILVA RIBEIRO	Votante
90173	GISELE PEREIRA ANDRADE	Votante
90174	ARNALDO CESAR AMORIM	Votante
90189	RENATA GIOVANA DUTRA DE QUEIROZ	Votante
90423	CONSUELO FERREIRA GONCALVES	Votante
90478	JULIA DE SOUZA FREITAS	Votante
90488	SONIA REGINA BELLARDI TAVARES	Votante
90579	REGINA DE FATIMA FERREIRA	Votante
90592	GILCELENE EVA EDUARDO	Votante
90618	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	Votante
90719	MURILO VILAR KIM	Votante
90814	DAIANE APARECIDA GOVETTI MATOS	Votante

IV - TEATRO, DANÇA E CIRCO
2 candidaturas e 3 votantes.

PROCESSO	NOME	CADASTRO
71838	LUIZ FELIPE DA SILVA PEREIRA	Candidatura
71967	ARIEL FERNANDO DA SILVA	Candidatura
71975	ARIEL FERNANDO DA SILVA	Votante
72013	LUIZ FELIPE DA SILVA PEREIRA	Votante
90808	DANIEL DA COSTA	Votante

V - LITERATURA, LIVRO E LEITURA
2 candidaturas e 6 votantes.

PROCESSO	NOME	CADASTRO
78023	THAIS ELENA IBA DE SOUZA	Candidatura
90661	CLEIDIANE DE SOUZA	Candidatura
78025	THAIS ELENA IBA DE SOUZA	Votante
89832	LUCIANA PEREIRA	Votante
89972	CLEIDIANE DE SOUZA	Votante
90182	RAFAEL GAZOLA BRANDÃO	Votante
90194	NATALIA LEONE E SILVA	Votante
90721	SUZANA COSTA COUTINHO LTDA	Votante

VI - AUDIOVISUAL E NOVAS MÍDIAS
2 candidaturas e 7 votantes.

PROCESSO	NOME	CADASTRO
72111	KAROL ROCHA SALES	Candidatura
75633	CAMILA MOURA GONZAGA DOS SANTOS	Candidatura
75632	CAMILA MOURA GONZAGA DOS SANTOS	Votante
88919	KAROL ROCHA SALES	Votante
88952	SANDRA ROCHA VICENTE GARCIA	Votante
89901	WELBERTON FELIPE DE SIQUEIRA	Votante
90645	LETICIA MIRELY SILVA DE ALCANTARA	Votante
90803	THAIS DE BARROS CARLINI	Votante
90824	MAGDA AMELIA SOUZA DOS SANTOS	Votante

VII - PONTO DE CULTURA DA REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA
4 candidaturas e 21 votantes.

PROCESSO	NOME	CADASTRO
89451	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO CIDADE VERGANI	Candidatura
89570	ASSOCIAÇÃO SEMEANDO CAPOEIRA, CULTURA E ARTES	Candidatura
90634	DA PONTE PRA CÁ	Candidatura
90800	COLAB 35	Candidatura
75658	DEBORA DA FONSECA SOUZA	Votante
88939	FMJP FANFARRA MONSENHOR JOSÉ PAULINO	Votante
89590	BRUNA GABRIELA SANTOS PATRIZI	Votante
89823	DANIEL VIARO DOS REIS	Votante
89831	EMANUELLE DUARTE SILVA	Votante
90144	DIRCEU FLORIANO DA COSTA	Votante
90149	RAFAEL SOARES FREIRE	Votante
90167	EDNA APARECIDA DOS SANTOS	Votante
90186	EWERTON DE ANDRADE PEREIRA	Votante
90191	LUCIMAR ONEIFE GOMES VALIM	Votante
90193	MATHEUS BARROS DE PAULA	Votante
90197	JÚLIA FREIRE DE OLIVEIRA	Votante
90345	MICHELE SILVA DOS SANTOS	Votante
90419	CARLOS HENRIQUE WOLF BORGES	Votante
90724	DENISE DOS SANTOS COSTA	Votante
90798	WANESSA FRANCISCO EVARISTO	Votante
90802	NATHALIA KELEN KALIL HOMSE	Votante
90811	GRAZIELA APARECIDA ALMEIDA FREITAS FERREIRA	Votante
90816	ANDERSON CLÁUDIO DA COSTA	Votante
90818	DANIEL LEANDRO DA SILVA DAMASIO	Votante
90820	RICHARD ELIAS QUIRINO DE CARVALHO	Votante

CADASTROS NÃO HOMOLOGADOS

VOTANTES

PROCESSO	ÁREA DE REPRESENTAÇÃO	MOTIVO
75606	III - Cultura Popular	Duplicidade de cadastro. Considerada a última inscrição: processo 75658.
73840	V - Literatura, livro e leitura	Em desconformidade com o item 3.6 do Edital.
88904	V - Literatura, livro e leitura	Em desconformidade com o item 3.6 do Edital.
90573	III - Cultura Popular	Em desconformidade com o item 3.6 do Edital.

CANDIDATURAS

PROCESSO	ÁREA DE REPRESENTAÇÃO	MOTIVO
89845	II - Música	Duplicidade de cadastro. Considerada a última inscrição: processo 90140.
75535	III - Cultura Popular	Duplicidade de cadastro. Considerada a última inscrição: processo 89570.
89011	III - Cultura Popular	Duplicidade de cadastro. Considerada a última inscrição: processo 90075.
90192	V - Literatura, livro e leitura	Em desconformidade com o item 3.6 do Edital: a candidatura de coletivo/grupo sem CNPJ é permitida apenas na área de representação VII - Ponto de Cultura.

Art. 2º. Comunicar que a Convocação da Assembleia Online se dará no dia 14 de agosto de 2026, com a Assembleia de Eleição prevista para os dias 01 e 02 de setembro de 2026, conforme Edital.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre-MG, 12 de agosto de 2026.

REGINA MARIA FRANCO ANDERE DE BRITO
Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Renan Moreira Gouvêa
Código Identificador:615B4567

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 4.514 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DE OBRA - LOTEAMENTO RESIDENCIALCIDADE JARDIM II E III.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRATA, MG, usando da competência privativa que lhe confere o art. 69, inciso VI, da**Lei Orgânica**Municipal;
CONSIDERANDO que o prazo estabelecido para a conclusão das obras de infraestrutura do loteamento encontra-se vencido;
CONSIDERANDO que o projeto elétrico aprovado pela CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais prevê a necessidade de implementação de melhorias na rede de distribuição e/ou subestação de energia elétrica no Município, de responsabilidade da referida concessionária, cuja execução está prevista para ocorrer até **31 de dezembro de 2028**;
CONSIDERANDO que as referidas intervenções e melhorias na infraestrutura da rede elétrica são indispensáveis à adequada implantação do loteamento e à disponibilização da infraestrutura básica necessária;
CONSIDERANDO que, enquanto não forem executadas as melhorias e adequações na rede elétrica previstas no projeto aprovado pela CEMIG, não se mostra possível a liberação definitiva do loteamento, em razão da ausência de infraestrutura básica necessária à sua regular ocupação;
DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado oprazopara a conclusão de obra-loteamento **RESIDENCIALCIDADE JARDIM II e III** aprovado através do Decreto nº3.000de 10 de março de 2015 alterado pelo Decreto 3808/2022 para **30 de março de 2029.**

Art. 2º As obras complementares de infraestrutura básica deverão ser concluídas no prazo estabelecido no cronograma de execução de obras, que faz parte integrante deste Decreto.
Art. 3º O loteador deverá apresentar, relatório demonstrando o desenvolvimento das obras e a sua correspondência com o Cronograma Físico de Execução;
Art. 4º Não concluídas as obras até o termino do prazo previsto no Artigo 1º do presente decreto, será aplicado independente da nova prorrogação de prazo ou execução das garantias multa administrativa ao loteador no valor de 20.000 UFM's por descumprimento nos termos do Artigo 80 da Lei Complementar n. 07/2018.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prata, MG, 12 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:A717E5CC

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE 030/2026 TERMO DE FOMENTO 044/2026.

O Município de Prata/MG torna pública a justificativa de inexigibilidade de chamamento público referente à celebração de parceria com a Organização da Sociedade Civil **CONSELHO MUNICIPAL DE PASTORES DO PRATA-MG CNPJ N° 47.077.394/00001-40**
Objeto: Re**passe de recursos financeiros oriundos de Emenda Impositiva dos Vereadores Ane Rose, Claudio de Freitas Nunes, Fábio Eustáquio, Ruberlei Alves e Thais Tambelin, destinados à COMPAS, para a realização de melhorias e adequações na sede da instituição, visando proporcionar melhores condições de atendimento aos seus membros e usuários, bem como à aquisição de equipamentos e custeio de despesas necessárias à manutenção e desenvolvimento de seus projetos sociais e eventos culturais, compreendendo a contratação e execução de serviços de serralheria e mão de obra especializada de pedreiro para realização das obras; aquisição e utilização de 100 (cem) sacos de cimento e 1.000 (mil) tijolos; aquisição e utilização de 1 (um) caminhão de concreto usinado para execução das intervenções planejadas; aquisição de 2 (duas) camas elásticas (pula-pula) de 3,5 metros para utilização em eventos sociais e culturais; pagamento de serviços de escritório de contabilidade e das respectivas declarações anuais; bem como o pagamento de taxas, IPVA e licenciamento do ônibus pertencente à entidade, visando assegurar sua regular manutenção e utilização nas atividades institucionais.**
Valor: R$37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)
A inexigibilidade fundamenta-se na **inviabilidade de competição**, nos termos do **art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014**, tendo em vista tratar-se de entidade **única no Município com atuação específica no objeto da parceria**, apta a executar as atividades propostas.
Nos termos do **art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014**, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação.

Prata/MG, 12 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:FA4BC777

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO LICITATÓRIO Nº 189/2026.

Processo Licitatório **nº 133/2024** – Modalidade: Pregão Eletrônico – Registro de Preços **nº 018/2024.**
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para Serviços de Buffet (almoço, jantar, work lunch, café da manhã simples, coffee break, kit lanche, refeições e similares) para Rrealização de Eventos Institucionais, Conferências, Palestras, Workshops, Confraternizações e Reuniões, entre outros Eventos Corporativos e Festividades a serem realizadas pelas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal do Prata/MG.

Contratante: **Município do Prata-MG** – Contratada: **REQUINT SALGADOS PRATA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o **n° 50.079.618.0001-67,** vencedora para os itens de **n° 01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 11, 12, 13, 14, 27, 28 e 29,** perfazendo um valor total de **R$ 286.243,49 (duzentos e oitenta e seis mil duzentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos).**

Vigência:12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.
Data da assinatura: 12/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kletey Rafaella Ferreira Dos Anjos
Código Identificador:0C8592EF

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG – AVISO – PROCESSO POR ADESÃO Nº 273/2026 –

O Município do Prata-MG com interesse na Adesão mediante "CARONA" à Ata de Registro de Preços n° 054/2025, oriundas do Processo n° 011708/2025 – Pregão Eletrônico n° 061/2025, da Prefeitura do Município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás, cujo objeto é Contratação de Empresa para o fornecimento de implementos agrícolas (CARRETA FORRAGEIRA BASCULANTE) em atendimento a Secretaria Municipal de Serviços Públicos do Município de Prata/MG. **COMUNICA**para fins de eventual impugnação, a intenção de realizar a adesão do**"CARONA"** à Ata de Registro de Preços n° 054/2025, oriundas do Processo n° 011708/2025 – Pregão Eletrônico n° 061/2025, da Prefeitura do Município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás. Demais informações a respeito do processo, favor comparecer à Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal do Prata, situada à Praça XV de Novembro, nº 35, Bairro Centro, Prata-MG, ou através do e-mail licitacao@prata.mg.gov.br ou pelo tel. (34) 3431-8705.

Prata-MG, 12 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA **CUNHA**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:BFC2D115

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DITAL DE NOTIFICAÇÃO E CHAMAMENTO DE PROPRIETÁRIO DE ANIMAL APREENDIDO EDITAL Nº 01 /2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA, ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio da secretaria de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Municipal nº 2.920, de 16 de outubro de 2023, que dispõe sobre a apreensão de animais soltos no perímetro urbano do Município de Prata/MG,
FAZ SABER, para conhecimento de todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que foi realizada a APREENSÃO E RECOLHIMENTO DE ANIMAL ENCONTRADO SOLTO EM VIA PÚBLICA, conforme Auto de Apreensão nº 01/2026, lavrado em 11/08/2026.
1. IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL
Espécie: *EQUINA*
Raça: *NÃO DEFINIDO*
Sexo: *FEMEA*
Pelagem/Cor: *CASTANHO-ESCURO*
Porte: *MÉDIO/GRANDE*
Idade aproximada: *9 ANOS*
Marca, brinco, identificação ou sinal particular:
SEM BRINCO OU OUTRA MARCA ARTIFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO, PELAGEM CASTANHO ESCURO , CRINA E CAUDA PRETAS, MANCHA BRANCA IRREGULAR NA REGIÃO FRONTAL DA CABEÇA .

Demais características: SEM MAIS

2. LOCAL DA APREENSÃO
O animal foi localizado e apreendido no dia //2026, aproximadamente às __ horas, no seguinte local:
Endereço/Local: *AV. JOÃO BATISTA CAMARGOS*
Bairro: *COLINA PARK BOULEVARD*
Prata/MG.
Conforme registrado no Auto de Apreensão, o animal encontrava-se solto e sem acompanhamento de seu proprietário ou responsável, em via pública, logradouro, espaço público ou terreno baldio, circunstância que ensejou a adoção da medida administrativa prevista na legislação municipal.
3. DA NOTIFICAÇÃO
Por meio do presente Edital, fica o PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL PELO ANIMAL, caso ainda não identificado, NOTIFICADO E CHAMADO a comparecer perante a Prefeitura Municipal de Prata/MG, junto ao setor responsável pelo recolhimento e guarda dos animais, localizado à: PRAÇA XV DE NOVEMBRO 35 CENTRO
no horário de 07:30 as 11:00 das 12:30 as 17:00, a fim de comprovar a propriedade ou responsabilidade pelo animal e, estando preenchidos os requisitos legais, providenciar sua retirada.
O interessado deverá apresentar documentação que permita a identificação e comprovação da propriedade ou responsabilidade sobre o animal.
4. DAS DESPESAS E OBRIGAÇÕES
A restituição do animal ficará condicionada ao cumprimento das exigências previstas na Lei Municipal nº 2.920/2023, inclusive quanto ao pagamento da multa e das demais despesas decorrentes da apreensão e permanência do animal.
Nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 2.920/2023, será devida multa correspondente a 100 (cem) UFM – Unidade Fiscal do Município, além da respectiva taxa de estadia prevista no § 1º do mesmo artigo.
Também poderão ser cobradas do proprietário ou responsável as despesas decorrentes de insumos, medicamentos e tratamentos eventualmente realizados no animal, na forma prevista no parágrafo único do art. 4º da referida Lei.
5. DO PRAZO
O proprietário ou responsável deverá comparecer e providenciar a retirada do animal no prazo de 07 (sete) dias, contado da data da apreensão, observadas as exigências legais e o pagamento das taxas e demais valores devidos.
Decorrido o prazo de 07 (sete) dias sem que o proprietário ou responsável promova a retirada do animal, mediante o pagamento das taxas devidas, serão adotadas as providências previstas no parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 2.920/2023, podendo o animal ser doado a terceiros, a instituições ou alienado mediante hasta pública, conforme o caso e observadas as formalidades legais e administrativas aplicáveis.
6. DA INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS NA EVENTUAL DOAÇÃO DO ANIMAL
No mesmo prazo de 07 (sete) dias estabelecido neste Edital para localização e comparecimento do proprietário ou responsável pelo animal, fica igualmente ABERTA A INSCRIÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS EM RECEBER O ANIMAL EM DOAÇÃO, caso este venha a ser destinado à doação, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 2.920, de 16 de outubro de 2023.
Os interessados deverão comparecer diretamente à sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, situada no parque do jatoba, no horário de 07:30 as 11:00 das 12:30 as 17:00, para manifestar formalmente seu interesse e realizar o respectivo cadastro.
Para fins de inscrição, o interessado deverá apresentar documento de identificação e fornecer os dados e informações solicitados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, podendo ser exigidos outros documentos necessários à análise da aptidão para receber o animal.
A inscrição terá caráter meramente preliminar e não assegura o direito à doação do animal, ficando eventual destinação condicionada ao decurso do prazo legal sem a retirada pelo proprietário ou responsável, bem como à observância das demais exigências legais e administrativas aplicáveis.
Havendo mais de um interessado, a Administração Municipal poderá adotar os critérios administrativos pertinentes para definição do destinatário, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e interesse público.
A eventual doação somente será efetivada após o cumprimento das formalidades administrativas cabíveis e desde que configurada a

hipótese prevista no parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 2.920/2023.

7. DA FINALIDADE DO EDITAL

O presente Edital tem por finalidade dar ampla publicidade à apreensão do animal e possibilitar a localização de seu proprietário ou responsável, assegurando-lhe a oportunidade de comparecer perante a Administração Pública Municipal para comprovação da propriedade e adoção das providências necessárias à restituição do animal, nos termos da legislação vigente.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar desconhecimento, expede-se o presente Edital, que será publicado na forma oficial adotada pelo Município de Prata/MG.

Prata/MG, 11 de Agosto de 2026.

Fiscalização de Postura
ALEXANDRE DE OLIVEIRA BORGES
Matricula: 08173

STÉFANY CAETANO RIBEIRO
Matricula: 08210

Publicado por:
Alexandre Oliveira Borges
Código Identificador:A66DB9A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 170/2026, PROCESSO 254/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

ROZÉLIA GERALDA DE OLIVEIRA, solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante - **MODELO COMÉRCIO DE PEÇAS, IMPLEMENTOS E SERVIÇOS LTDA - ME,** no valor de **R$ 5.363,60 (Cinco Mil e Trezentos e Sessenta e Tres Reais e Sessenta Centavos),** devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 6 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:FEEFA22A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº **0259/2026** – Pregão Eletrônico/RP: **050/2026**. Torna publico para conhecimento dos interessados a abertura do processo licitatório cujo objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, DESTINADA AOS EVENTOS E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS REALIZADOS E/OU PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL-MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA,** que fará realizar abertura das propostas comerciais e abertura da sessão dia **27/08/2026 às 08:00 horas**. Site para realização do Pregão Eletrônico/RP: https://ammlicita.org.br/. Informações (37) 99957-5102.

CIBELE DE ASSIS CAMPOS
Pregoeira e Equipe de Apoio – 12/08/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:7E586365

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO.

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº 206/2026 – Concorrência: 05/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o Extrato do contrato do processo licitatório cujo objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço com fornecimento de materiais para a realização de calçamento em pavimento de alvenaria poliedrica conforme projetos e planilhas em atendimento ao convênio de saída 1301002807/2026/SEINFRA, convênio de saídaque entre si celebram o Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretária de Estado e infraestrutura, mobilidade e parcerias e o Municipio de Quartel Geral para os fins nele especificado. Fornecedor: Construtora Reis & Reis de Abaete Ltda, valor total do contrato: R$ 636.472,44 (Seiscentos e trinta e seis ml quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). Vigência do contrato 11/08/2026 a 10/02/2027. Informações (37) 999575102–

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação 11/08/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:F41A70F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR DE LICITAÇÕES
(1º) PRIMEIRO TERMO ADITIVO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 178/2025 MODALIDADE PREGÃO 041/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2025

(1º) PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 178/2025

MODALIDADE PREGÃO 041/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2025

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo, por um lado, MUNICIPIO DE RECREIO, pessoa jurídica de direito público, por seu Órgão PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° 17.735.754/0001-92, com sede na Rua Prefeito José Antônio, n° 126, Centro, Recreio/MG, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Leandro Ferreira Medeiros, portador do CPF sob o n° 050.544.256-67, doravante denominado simplesmente de CONTRATATANTE, e de outro lado MILENA CAETANO MACHADO - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° **60.408.323/0001-40**, com sede na Rua R Otaviano Costa, s/nº, Centro, na cidade de Recreio, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.740-000, representado pelo Sra. Milena Caetano Machado, portadora do CPF sob o n° 117.690.646-13 simplesmente CONTRATADO, tem entre si justo e avançado o presente instrumento de termo aditivo, nos termos estabelecidos no Art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **DO OBJETO**

O presente termo tem como objeto:

1.1– Fica prorrogado prazo de vigência do Contrato Nº 069/2025, Processo de Licitação n° 178/2025, Modalidade Pregão n° 041/2025, em consonância com o disposto no Artigo 107 e seguintes da Lei Federal n°14.133/2021, pelo prazo de 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir da data de 14/08/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 – As despesas decorrentes correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Especificação: Outros Serviços de 3º P.J. – 3.3.90.39.00 Fichas: 30,52,79,84,89,93,102,111,127,154,161,169,175,194,201,211,219,255,265,281,290; Especificação: Material de Consumo – 3.3.90.30.00 Fichas: 28,48,76,85,88,92,101,110,124,153,160,168,174,193,200,210,217,251,264,280,288.

CLÁUSULA TERCEIRA: **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 – Ficam mantidas as demais cláusulas do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1 – É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, o foro da Comarca de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, com expressa renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justas e acertadas as partes, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e para os fins de direito para dirimir todas as dúvidas que surgirem do presente instrumento na presença das testemunhas.

Recreio, 12 de agosto de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal
Contratante

MILENA CAETANO MACHADO
Milena Caetano Machado - ME
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Nome: Ronei de Paula Costa
CPF:

2. _____
Nome: João Guilherme Costa Ferreira
CPF:

Publicado por:
Sabrina da Silva Rezende
Código Identificador:B5D69CC6

SETOR DE LICITAÇÕES
(1º) PRIMEIRO TERMO ADITIVO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 178/2025 MODALIDADE PREGÃO 041/2025 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2025

(1º) PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 178/2025

MODALIDADE PREGÃO 041/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2025

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo, por um lado, MUNICIPIO DE RECREIO, pessoa jurídica de direito público, por seu Órgão PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° 17.735.754/0001-92, com sede na Rua Prefeito José Antônio, n° 126, Centro, Recreio/MG, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Leandro Ferreira Medeiros, portador do CPF sob o n° 050.544.256-67, doravante denominado simplesmente de CONTRATATANTE, e de outro lado NORTE SUL PEÇAS E MECANICA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° **65.198.566/0001-15**, com sede na R. Projetada BR 116 - KM 773, s/nº, Zona Rural, Leopoldina Estado de Minas Gerais, CEP: 36.700-000, representado pelo Sra. Diani Lamoia de Carvalho, portadora do CPF sob o n° 073.870.476-85 simplesmente CONTRATADO, tem entre si justo e avançado o presente instrumento de termo aditivo, nos termos estabelecidos no Art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **DO OBJETO**

O presente termo tem como objeto:

1.1– Fica prorrogado prazo de vigência do Contrato Nº 070/2025, Processo de Licitação n° 178/2025, Modalidade Pregão n° 041/2025, em consonância com o disposto no Artigo 107 e seguintes da Lei Federal n°14.133/2021, pelo prazo de 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir da data de 14/08/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 – As despesas decorrentes correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Especificação: Outros Serviços de 3º P.J. – 3.3.90.39.00 Fichas: 30,52,79,84,89,93,102,111,127,154,161,169,175,194,201,211,219,255,265,281,290; Especificação: Material de Consumo – 3.3.90.30.00 Fichas: 28,48,76,85,88,92,101,110,124,153,160,168,174,193,200,210,217,251,264,280,288.

CLÁUSULA TERCEIRA: **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 – Ficam mantidas as demais cláusulas do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1 – É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, o foro da Comarca de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, com expressa renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justas e acertadas as partes, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e para os fins de direito para dirimir todas as dúvidas que surgirem do presente instrumento na presença das testemunhas.

Recreio, 12 de agosto de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal
Contratante

DIANI LAMOIA DE CARVALHO
Norte Sul Peças e Mecanica LTDA - ME
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Nome: Ronei de Paula Costa
CPF:

2. _____
Nome: João Guilherme Costa Ferreira
CPF:

Publicado por:
Sabrina da Silva Rezende
Código Identificador:C41BF55B

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 065/2026 MODALIDADE PREGÃO N.º: 028/2026

A Prefeitura Municipal de Recreio/MG torna pública a presente **ERRATA** referente ao Processo Administrativo nº 065/2026, Pregão nº 028/2026, na sua forma eletrônica, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de**

manutenção de computadores e rede lógica, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades das Secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Recreio/MG.

Onde se lê:
"A sessão pública será dia **28/07/2026, às 09h00min**, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br."
Leia-se:
"A sessão pública será dia **28/08/2026, às 09h00min**, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br."
Permanecem inalteradas as demais disposições do processo.

Recreio/MG, 12 de agosto de 2026.

RONEI DE PAULA COSTA,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Daiane da Silveira Rezende
Código Identificador:D02B0B06

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026 Nº CONTRATO: 068/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

Nº CONTRATO: 068/2026
PARTES: O MUNICÍPIO DE RECREIO – ENGEMARPA CONSTRUÇÕS LTDA – ME.
OBJETO: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços de engenharia civil, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal de Recreio-MG.
DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026
VIGÊNCIA: 11/08/2026 á 10/08/2027
VALOR GLOBAL: R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Especificação: Serviço de Consultoria: Natureza da Despesa: 3.3.90.35.00; Ficha: 50. Especificação: Serviço P.J. Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 Ficha: 52. Especificação: Serviço P.F. Natureza da Despesa: 3.3.90.36.00; Ficha: 51 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021– Processo Administrativo nº 070/2026 – Modalidade Dispensa de Licitação 015/2026.
SIGNATÁRIOS: Leandro Ferreira Medeiros, Prefeito Municipal de Recreio – MG e MARCOS PAULO DE SOUZA LIMA, ENGEMARPA CONSTRUÇÕS LTDA – ME. como testemunhas Ronei de Paula Costa e João Guilherme Costa Ferreira.

Publicado por:
Sabrina da Silva Rezende
Código Identificador:30491AD3

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 237, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia ocupante de cargo em comissão no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Recreio – SAAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, **MG**, no uso da atribuição que lhe confere os incisos VI e IX do art. 81 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **ADOLFO BORGES DE MELO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração de Encarregado no SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, retroagindo os seus efeitos a contar de 10 de agosto de 2026.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Recreio, 11 de agosto de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:43011D86

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 238, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Declara vacância de cargo em virtude de aposentadoria de servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o art. 65, inciso IV c/c art. 68, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 37, de 23 de fevereiro de 2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Recreio, de suas Autarquias e Fundações Públicas,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago 01 (um) cargo de Professor I, constante do Quadro de Cargos Efetivos da Prefeitura Municipal de Recreio, tendo em vista a concessão, pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social de aposentadoria à servidora **ANDRÉA MARIA PORCARO COUTINHO**, CPF nº 555.553.816-20, Matrícula Funcional nº 337-7, Benefício nº 224.029.148-0 – Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a partir desta data.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Recreio, 11 de agosto de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:4BE0B451

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 239, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Declara vacância de cargo em virtude de aposentadoria de servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o art. 65, inciso IV c/c art. 68, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 37, de 23 de fevereiro de 2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Recreio, de suas Autarquias e Fundações Públicas,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago 01 (um) cargo de Servente Escolar, constante do Quadro de Cargos Efetivos da Prefeitura Municipal de Recreio, tendo em vista a concessão, pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social de aposentadoria à servidora **ELIANE DE FÁTIMA DE ALMEIDA SIMÕES**, CPF nº 051.380.336-03, Matrícula Funcional nº 253, Benefício nº 232.444.322-2 – Aposentadoria por Idade, a partir desta data.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Recreio, 11 de agosto 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:8B22C436

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Riacho dos Machados/MG, torna público a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO, referente a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 024/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2025 do ORGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL DE MINAS – UNIÃO DA SERRA GERAL, CNPJ: 12.333.051/0001-14. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO UNIÃO DA SERRA GERAL.
Empresa: OFFICIUM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ: 41.469.950/0002-28

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:A7164A65

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato Administrativo, referente à Adesão N.º 010/2026, a ARP Nº 006/2025, do Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de AUGUSTO DE LIMA-MG, CNPJ: 7.694.845/0001-27. Cujo objeto é o Registro de Preços, para futura e eventual contratação, de serviços de organização e realização de rodeios, vaquejadas e similares, com fornecimento de toda estrutura, equipe de profissionais para a sua realização. Contratada: CIA. J.E. RODEIO DO BRASIL-JUNYO ESTRADA LTDA, CNPJ: 12.878.223/0001-35

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:692BDBC4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

GERÊNCIA LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 080/2026

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 7937/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 080/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS

EMPRESAS VENCEDORAS:

FERCON ATACADISTA LTDA, para o item 27, perfazendo o valor total de R$10.000,00(Dez mil reais).

SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, para os lotes 05,33,34,35,36, perfazendo o valor total de R$5.230,00(Cinco mil, duzentos e trinta reais).

COMERCIAL JOMAR EIRELI, para os lotes 04,47,51,61,62,66,68,70,71,76,77,78,106,109, perfazendo o valor total de R$41.346,00(Quarenta e um mil, trezentos e quarenta e seis reais).

RV MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, para os lotes 03, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 72, 73, 112, 113, 119, 122, 123, 124 perfazendo o valor total de R$665.911,30(Seiscentos e sessenta e cinco mil, novecentos e onze reais e trinta centavos).

PIX LED COMERCIO E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME, para os lotes 28, 29, 41, 42, 43, 44, 49, 67, 91, 108, 114, 117, 118, 120, 125, 126, 127, 128, perfazendo o valor total de R$16.466,00(Dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais).

JAF CONSTRUÇÕES, para os lotes, 17, 20, 25, 85 perfazendo o valor total de R$131.310,00(Cento e trinta e um mil, trezentos e dez reais).

EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, para o lote 69 perfazendo o valor total de R$4.128,00 (Quatro mil, cento e vinte e oito reais).

TRANSMIG TRANSPORTES E COMERCIO LTDA, para os lotes, 01, 02, 06, 07, 58, 60, 63, 64, 65, 74, 81, 82, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 110, 111, 115, 121, 129, 130, 131 perfazendo o valor total de R$108.635,80 (Cento e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

MULTI NEGÓCIOS LTDA, para os lotes 45, 46, 52, 53, 54, 55, 56, 83, 84, perfazendo o valor total de R$13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

DENISE ALVES ALBERTO/
Pregoeira

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:9E0D5B39

GERÊNCIA LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA 127/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG

Edital de Dispensa Eletrônica 127/2025

Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital de Dispensa de Licitação 127/2025, cujo objeto consiste na aquisição, fornecimento, entrega e instalação de equipamentos destinados ao fornecimento de água potável, a serem implantados no campo de futebol estrela, localizado no bairro Fluminense, no município de Ribeirão das Neves/MG, em atendimento à emenda parlamentar impositiva nº 131/2022, de autoria do vereador Renato José Amarante. A data de realização da sessão será no 24/08/2026 às 09:00.

VERÔNICA TRINDADE GUIMARÃES ALVES DIAS.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:29D5AC7B

GERÊNCIA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 077/2026 – NOVA DATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG

Pregão Eletrônico 077/2026 – Nova Data

Torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital retificado do Pregão Eletrônico 077/2026, cujo objeto consiste na aquisição de 24 (Vinte e

Quatro) Coletes Balísticos De Proteção Nível Ii-A, destinados aos agentes de trânsito do Município de Ribeirão Das Neves, para atendimento da Emenda Parlamentar Nº 270-C/2025. A nova data para realização da sessão será dia 25/08/2026 às 09:00 hrs.

HELAINE GRAZIELE MARCOLINO/
Pregoeira

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:84055305

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO – 159/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes

EDITAL DE PUBLICAÇÃO – 159/2026

RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

0080ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
QOM2J19	11/08/2026	04/11/2024	RJ-2669/2025	R100150190	INDEFERIDO
HJU0A68	11/08/2026	14/11/2024	RJ-2670/2025	R100152518	INDEFERIDO
RMH2E71	11/08/2026	25/10/2024	RJ-2675/2025	AG08827973	INDEFERIDO
FCC5B11	11/08/2026	08/12/2024	RJ-2870/2025	R100158854	INDEFERIDO
PWB6B73	11/08/2026	27/12/2024	RJ-2926/2025	AG08835452	INDEFERIDO
HJB8B25	11/08/2026	23/11/2022	RJ-2927/2025	AG05514009	INDEFERIDO
SHZ2H09	11/08/2026	29/12/2024	RJ-2945/2025	R100164779	INDEFERIDO
RTY6I59	11/08/2026	27/12/2024	RJ-2959/2025	R100164454	INDEFERIDO
RTC5J00	11/08/2026	19/12/2024	RJ-2960/2025	R100162008	INDEFERIDO
PNV7C99	11/08/2026	10/12/2024	RJ-2961/2025	R100159548	INDEFERIDO
OPG5432	11/08/2026	17/01/2025	RJ-2962/2025	AG08829629	INDEFERIDO
QQD4369	11/08/2026	11/12/2024	RJ-2968/2025	R100159779	INDEFERIDO
OQC8102	11/08/2026	21/12/2024	RJ-2972/2025	R100162642	INDEFERIDO
QPI8F02	11/08/2026	13/12/2024	RJ-2973/2025	R100160332	INDEFERIDO
RTT8F97	11/08/2026	30/11/2024	RJ-2974/2025	R100156534	INDEFERIDO
PXM1637	11/08/2026	15/01/2025	RJ-2977/2025	AG08835924	INDEFERIDO

Total de Registros: 16

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:2DBF32AC

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
RECURSOS LANÇADOS NA 081° SESSÃO ORDINÁRIA DA JARIT DE 2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte - (JARIT) / RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, quando da sessão realizada no dia 12/08/2026 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

NRO. DO ANI	ENQUADRAMENTO	PROTOCOLO	DATA DE JULGAMENTO	MOVIMENTO
2592	4045	735	12/08/2026	DEFERIMENTO DO RECURSO- JARIT
2593	4045	736	12/08/2026	DEFERIMENTO DO RECURSO -JARIT

TOTAL DE REGISTROS LISTADOS: 02

Presidência da JARIT/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:B9D092ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 126/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel N° 126/2023 no Processo Nº 163/2023.

Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Locatária) com Interveniência da Secretaria Municipal De Educação e **ARIANA NATALIA FERNANDES** (Locador).

Objeto do aditivo: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 24 (vinte e quatro) meses com início em 02 de Agosto de 2026 e Término em 02 de Agosto de 2028, perfazendo o valor total deste aditivo em R$ 98.070,72 (noventa e oito mil, setenta reais e setenta e dois centavos).

Data da assinatura do aditivo: 21 de julho de 2026.

DOLORES KICILA ALVES CARLOS /
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:5C012952

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
ORDEM DE INÍCIO

ORDEM DE SERVIÇO N.º 001/2026
PROCESSO N° 035/2024
CONTRATO Nº 040/2026
DE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**
PARA: **BRUSAL PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA.**

REF.: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO E MELHORIAS NO CAMPO DO BAIRRO FLORENÇA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES /MG.**

O Município de Ribeirão das Neves, através da secretaria Municipal de Obras, autoriza a **BRUSAL PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA** (contratada), inscrita no CNPJ 48.025.553/0001-25, por meio do contrato de número 040/2026, a dar início aos serviços de construção de alambrado e melhorias no campo do bairro Florença no município de Ribeirão das Neves/MG.

O prazo do cronograma para execução dos serviços será de 09 (nove) meses, a partir da assinatura dessa ordem de início e a vigência deste contrato é de 12 (doze) meses.
O Valor total do presente contrato é de **R$ 449.000,00** (quatrocentos e quarenta e nove mil reais), a ser pago à Contratada pelos serviços efetivamente executados.
A execução da obra será supervisionada pela Sec. Municipal de Obras, por meio dos fiscais da Superintendência de Fiscalização Urbana e Contratos, abaixo mencionados:

Leonardo Sávio de Almeida – CREA MG n° – 231221 – **Fiscal Técnico**
Sirlene Batista de Oliveira – CREA MG n°– 438202 **– Fiscal Técnico Substituto**
Paulo Henrique de Brito Romagnoli – MAT.: 9536 **– Fiscal Administrativo**

Atenciosamente,

Ribeirão das Neves, 03 de agosto de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras
Contratante

BRUSAL PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA.
Contratada

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BDE73459

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão satisfatória dos serviços de **ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS (TOPOGRAFIA), GEOTÉCNICA, PROJETOS DE INFRAESTRUTURA (VIA URBANA E RURAL, DRENAGEM), PROJETOS DE EDIFICAÇÃO, PROJETOS COMPLEMENTARES, FISCALIZAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO** no município de Ribeirão das Neves, em conformidade com a ATA nº 143/2023, firmado em **03 de outubro de 2023**, entre a Prefeitura Municipal e a empresa **KALU SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, com a Ordem de Serviço emitida em 10 de outubro de 2023. Este termo de recebimento será publicado no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **07 de janeiro de 2026**.

Qualquer pendência ou ajuste necessário será tratado conforme as cláusulas contratuais, e a entrega definitiva estará sujeita à realização de eventuais correções ou complementações, de acordo com as normas estabelecidas.

Ribeirão das Neves, 08 de junho de 2026.

SAULO DA COSTA PRATA	***KALU SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA***
Fiscal Do Contrato	Representante Legal
ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA	
Secretário Municipal De Obras	

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BB73A325

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 118/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:
A requerente **Costrução Monte Verde - Eireli**, protocolou junto à Administração, em 03/06/2026, o recurso constante à fl. 2 -**Processo nº 6629/2026**, por meio do qual pleiteia a dilação de prazo sobre o **Auto de Notificação nº SFUP 694/2026** (fl. 4).

II – DA ANÁLISE

Procedida a regular apreciação da documentação inserida nos autos, a luz do Decreto Municipal nº 061/2025, que regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 040/2026 (Código de Posturas do Município) e conforme art. 1°, inciso I do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos, esta Junta não concede a dilação pretendida pois há documento faltante sendo este a **Procuração e cópia do documento de identificação do procurador** conforme descrita nos documentos obrigatórios do formulário para abertura do recurso de ação fiscal.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 31 de julho de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:41D0902E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 125/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

O requerente **Matheus Rodrigues Freitas**, protocolou junto à Administração, em 01/06/2026, o recurso constante à fl. 2 -**Processo nº 6475/2026**, por meio do qual pleiteia o cancelamento do **Auto de Notificação nº SFUP 3096/2026** (fl.4).

II – DA ANÁLISE

Procedida a regular apreciação da documentação inserida nos autos, a luz do Decreto Municipal nº 061/2025, que regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 040/2026 (Código de Posturas do Município) e conforme art. 1°, inciso I do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos, esta Junta decide pela manutenção do auto de notificação, tendo em vista que o requerente não apresentou nenhum documento de vinculação dele com a empresa que poderia ser por procuração, documento do ato constitutivo da empresa ou contrato social.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 11 de Agosto de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B5398428

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 126/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

O requerente **Cristian Ferreira dos Passos**, protocolou junto à Administração, em 29/05/2026, o recurso constante à fl. 2 -**Processo nº 6414/2026**, por meio do qual pleiteia o cancelamento do **Auto de Notificação nº SFUP 7517/2026** (fl.3).

II – DA ANÁLISE

Procedida a regular apreciação da documentação inserida nos autos, a luz do Decreto Municipal nº 061/2025, que regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 040/2026 (Código de Posturas do Município) e conforme art. 1°, inciso I do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos, esta Junta decide pela manutenção do auto de notificação, tendo em vista que o requerente não apresentou nenhum documento de vinculação dele com a empresa que poderia ser por procuração, documento do ato constitutivo da empresa ou contrato social.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 11 de Agosto de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:511368FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 127/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

O requerente **Célio Carraro**, protocolou junto à Administração, em 08/06/2026, o recurso constante à fl. 2 -**Processo nº 6658/2026**, por meio do qual pleiteia o cancelamento do **Auto de Notificação nº SFUP 389/2026** (fl.3).

II – DA ANÁLISE

Procedida a regular apreciação da documentação inserida nos autos, a luz do Decreto Municipal nº 061/2025, que regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 040/2026 (Código de Posturas do Município) e conforme art. 1°, inciso I do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos, esta Junta decide pela manutenção do auto de notificação, tendo em vista que o requerente não apresentou nenhum documento de vinculação dele com a empresa que poderia ser por procuração, documento do ato constitutivo da empresa ou contrato social.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 11 de Agosto de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:124FEE9C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO
ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO-MG.

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO-MG.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 19 horas, nesta cidade de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, à Rua Sebastião Contin, 192, no Plenário "Vereador Frontino Amorin Teixeira" da Câmara Municipal, devidamente convocada pelo Presidente Gilberto Guerra Mendonça para a vigésima terceira reunião ordinária do ano de 2026. Iniciado os trabalhos, o Presidente Gilberto Guerra Mendonça fez a chamada do Vereador 1º Secretário Talles Costa e Souza e determinou que ele procedesse a chamada. Procedida a chamada, os demais vereadores responderam Antônio Carlos Cordeiro, Edivaldi Leonel, Gilberto Guerra Mendonça, Gilson Corrêa das Neves, Jorge Filgueiras da Silva, Luiz Geraldo da Silva Junior, Matheus Ferreira Teixeira e Paulo Sergio Pereira de Mendonça.

EXPEDIENTE: Havendo número legal de vereadores, conforme o art. 101, § 3º, do Regimento Interno, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Na sequência, procedeu-se à leitura dos requerimentos e indicações que, se aprovados, serão encaminhados ao Poder Executivo: Requerimento 072/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Júnior, que solicita a realização de capacitação em emergências e a adoção de medidas preventivas para o período chuvoso. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Luiz Geraldo e Matheus. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 073/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que solicita a convocação dos candidatos aprovados para o cargo de Guarda Municipal. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Luiz Geraldo, Matheus e Talles. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 074/2026, de autoria do Vereador Gilberto Guerra Mendonça, que solicita providências referentes ao serviço de transporte individual de passageiros. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 075/2026, de autoria do Vereador Gilberto Guerra Mendonça, que solicita estudo para a criação de benefício de alimentação, auxílio-alimentação ou compensação financeira aos motoristas que exercem atividades no período noturno. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Gilberto e Talles. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Requerimento 076/2026, de autoria do Vereador Talles Costa e Souza, que solicita a execução das ações previstas no Plano de Governo para

a implementação do Programa "Morar Melhor" e a ampliação da oferta de moradias populares no Município de Rodeiro. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Talles e Luiz Geraldo. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Indicação 033/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Júnior, que solicita o remanejamento de dotações orçamentárias para a destinação de recursos à causa animal na Lei Orçamentária Anual (LOA). **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Luiz Geraldo e Talles. Em votação, a indicação foi aprovada por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Indicação 034/2026, de autoria do Vereador Gilberto Guerra Mendonça, que solicita o cumprimento da legislação e a valorização dos condutores de ambulância. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Gilberto, Jorge e Matheus. Na oportunidade, o vereador Matheus solicitou o acréscimo, na referida Indicação, da Lei nº 15.250, de 3 de novembro de 2025, por se tratar da legislação mais atual sobre a matéria. Em votação, a indicação foi aprovada por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis. Indicação 035/2026, de autoria do Vereador Talles Costa e Souza, que solicita a ampliação do atendimento psicológico no período noturno na unidade de saúde municipal, com a disponibilização de profissional de Psicologia até as 19 horas. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Em discussão, manifestaram-se os vereadores Talles e Matheus. Em votação, a indicação foi aprovada por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis.

Na sequência, o Procurador-Geral realizou a leitura da Moção de Aplausos nº 007/2026 a ser encaminhada ao Cônego Sebastião Jorge Corrêa. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Não houve discussão. Em votação, a Moção de Aplausos foi aprovada por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis.

Em seguida, o Procurador-Geral procedeu à leitura dos seguintes projetos:: Projeto de Lei nº 039/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Municipal nº 519, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código de Posturas do Município de Rodeiro, para suprimir as alíneas "f" e "g" do inciso IV do art.10."; Projeto de Lei nº 040/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que "Institui o Programa Municipal de Conscientização Ambiental e Descarte Correto de Resíduos Sólidos no Município de Rodeiro/MG e dá outras providências."; Projeto de Lei nº 041/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que "Inclui no Calendário Oficial de Eventos e Festividades do Município de Rodeiro/MG as Festas dos Padroeiros das Comunidades de Santa Rita, São José Operário e Moradinha, autoriza o apoio institucional por meio da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências."; e Projeto de Lei nº 042/2026, de autoria do Vereador Luiz Geraldo da Silva Junior, que "Dispõe sobre a reserva mínima de espaço para comerciantes, empreendedores, artesãos e expositores residentes no Município de Rodeiro/MG em eventos, festivais, feiras e exposições realizados com apoio ou autorização do Poder Público Municipal, e dá outras providências.".

Fizeram uso da Tribuna Livre os vereadores Edivaldi, Gilson, Luiz Geraldo, Paulo Sérgio, Talles e Gilberto. Na oportunidade, o vereador Luiz Geraldo, solicitou que constasse em ata manifestação acerca de reunião realizada no mês de junho, a portas fechadas, convocada pelo Presidente, com a participação do Assessor Jurídico da Câmara, na qual, conforme relatou, foram tratados assuntos relacionados à concessão de diárias para participação dos vereadores em cursos de capacitação em Brasília. Relatou, ainda, que, posteriormente, foram concedidas diárias para alguns vereadores, inclusive para participação em capacitação na referida cidade. O vereador mencionou, também, a posterior apresentação de Projeto de Lei que previa a criação de novos cargos no âmbito da Câmara Municipal, o qual não foi aprovado. Segundo seu relato, após a rejeição do referido projeto, foi encaminhada mensagem aos vereadores informando alterações quanto à concessão de diárias e à realização de determinados serviços. Diante disso, o vereador solicitou esclarecimentos quanto aos aspectos jurídicos e administrativos que teriam fundamentado tais alterações, especialmente considerando a relação temporal entre a rejeição do Projeto de Lei e as medidas posteriormente comunicadas. Ressaltou que sua manifestação tinha por objetivo solicitar esclarecimentos acerca dos fatos e de seus respectivos fundamentos, sem intenção de formular acusação, destacando a importância de que a questão fosse devidamente esclarecida perante esta Casa Legislativa e a população. Em seguida, o Presidente prestou os devidos esclarecimentos aos vereadores acerca dos questionamentos apresentados quanto à concessão de diárias, bem como em relação ao Projeto de Lei de autoria do vereador Gilson, que, conforme informado, foi arquivado. O vereador Luiz Geraldo informou ao final da discussão na Tribuna Livre, que o Presidente da Câmara em sua fala imputou crime em sua autoria como distribuição de gratificação para funcionários comissionados. O vereador afirmou que tal ação era feita no período do antigo presidente Claudio Cosme, e que apenas seguiu em seu mandato como projeto de resolução.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais matéria a ser discutida o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos e mandou que se lavrasse a presente ata. Talles Costa vereador que secretariou os trabalhos mandou que lavrasse a presente ata, que lida e se aprovada vai por todos assinada. Plenário "Vereador Frontino Amorin Teixeira", 10 de agosto de 2026.

A íntegra da reunião está disponível no link: https://youtube.com/live/XwTkjhK-4mY?feature=share

Publicado por:
Mayra Cação da Silva
Código Identificador:CB61938F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2026 EDITAL Nº 060/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2026
EDITAL Nº 060/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ESTIMADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 27/08/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS EXCETO NOS ITENS 05, 07 e 08.

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.

Informações pelos telefones: 32 3435 0135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:F0CBF210

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITÓRIO Nº 093/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026 EDITAL Nº 059/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITÓRIO Nº 093/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026
EDITAL Nº 059/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição estimada de materiais e equipamentos odontológicos e hospitalares para uso nas unidades de saúde, pela Secretaria Municipal de Saúde.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 26/08/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.
Informações pelos telefones: 32 34350135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:9779C4E5

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL Nº 010/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO A ESTUDANTES

EDITAL Nº 010/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO A ESTUDANTES

O **Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça São Sebastião, 215, Centro, CEP 36.510-000, inscrita no CNPJ sob o no. 18.128.256/0001-44, torna pública a abertura de Processo Seletivo Simplificado de Pessoal, regido pelo presente Edital com vistas a formação de cadastro de reserva para eventuais contratações de estagiários, estudantes de curso superior, obedecendo às disponibilidades financeiras e de vagas que vierem a surgir, conforme convocação do Ente Público, nos termos da Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, da Lei Municipal nº 1.058/2017, de 26 de junho de 2017, e do Decreto Municipal nº 330/2021, de 25 de março de 2021 e da da Lei Municipal 1.251/2025, de 14 de novembro de 2025 para atuarem nas Secretarias da Prefeitura Municipal de Rodeiro, nas Escolas Públicas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação ou Órgãos Públicos conveniados com o Município.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
- Local de estágio: Os aprovados convocados realizarão estágio nas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Rodeiro, nas Escolas Públicas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e demais Órgãos Públicos conveniados com Município, de acordo com o interesse da Prefeitura.
- Fica assegurado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas para a convocação de pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, as quais deverão comprovar que se enquadram nesta condição através da apresentação de laudos médicos, compatíveis com o que dispõe a legislação vigente sobre o tema, sob pena de desclassificação.
Fica assegurado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas para a convocação de estudantes negros, nos termos do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018, os quais deverão apresentar autodeclaração, podendo a Comissão de Seleção discordar da autodeclaração manifestamente contrária, quando o candidato será declassificado do processo seletivo
- Jornada de atividade em estágio: 20 horas semanais, com turnos e dias a serem determinados de acordo com os interesses e necessidades do Ente Público.
- Remuneração mensal: bolsa de estágio no valor de **R$ 810,50** (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos)
- Duração do estágio: 01(um) ano, podendo ser prorrogado por até igual período a critério da Administração Pública.

- Integram o presente Edital para todos os fins de direito:
ANEXO I: ÁREAS DE ATUAÇÃO
ANEXO II: CALENDÁRIO
ANEXO III: FICHA DE INSCRIÇÃO
ANEXO IV: FORMULÁRIO DE RECURSO

DAS INSCRIÇÕES:
- O período de inscrição será de **27 de Julho de 2026 a 07 de agosto de 2026, de 08h:00 às 11h:00 e de 13h:00 às 16h:00, na Prefeitura Municipal,** situada na Praça São Sebastião, 215, Centro, Rodeiro, MG.
- O candidato deverá preencher o formulário de inscrição constante neste edital e entrega-lo no local e período descritos no item anterior conjuntamente com a documentação comprobatória.
- Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.
- O candidato que se inscreve na condição de Portador de Necessidades Especiais deverá informar no ato da inscrição, indicando claramente a limitação e eventuais recursos especiais necessários para execução do estágio.
– O enquadramento do candidato conforme PNE levará em consideração a solicitação de condições especiais, conforme entendimento e avaliação da Comissão Organizadora, segundo critérios de viabilidades e razoabilidade.
- Caberá ao candidato comprovar através de laudo médico a condição especial, sob pena de desclassificação na lista de PNE e classificação na lista geral.
- É permitida a inscrição mediante procuração específica para este fim, devidamente registrada em cartório.
- É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.
- As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Prefeitura Municipal de Rodeiro do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher a solicitação de forma completa e correta.
- É vedada a concessão de bolsas a candidatos que já possuam qualquer outro tipo de bolsas, proporcionadas pela Prefeitura Municipal de Rodeiro.
- É vedada a concessão de bolsas relativas a este edital, para funcionários da Prefeitura Municipal de Rodeiro, mesmo que haja compatibilidade de horários.
- No ato da contratação, fica o candidato obrigado a assinar uma declaração de próprio punho, na qual atesta não ser servidor da Prefeitura Municipal de Rodeiro, não possuir nenhum tipo de bolsa oferecida pela Prefeitura Municipal de Rodeiro, nunca ter estagiado na Prefeitura Municipal de Rodeiro recebendo bolsa e não possuir graduação de qualquer natureza.
- Fica automaticamente desvinculado do programa e sujeito às sanções legais, o candidato que apresentar declaração falsa, com o objetivo de burlar as regras do presente edital.
- Fica automaticamente desligado do Processo Seletivo o candidato que deixar de estar matriculado no curso declarado ou que declarou frequentar no ato da inscrição.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:
3.1. Constituem requisitos para a participação do estudante no Programa de Estágio:
I - Estar matriculado e frequentando regularmente curso de educação superior, devendo o curso que estiver frequentando apresentar relação direta com as atividades, ou programas da vaga a que pretende concorrer e estar a sua Instituição de Ensino devidamente cadastrados junto ao Município;
II – Ser residente no Município de Rodeiro;
III – Possuir idade de 18 anos ou mais;
IV – Possuir média escolar superior a 70% de rendimento;
V – Possuir frequência escolar igual ou superior a 90%.
VI - Ser aprovado em processo seletivo; e
VII – Assinar o Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

3.2. Deverá o candidato apresentar os seguintes documentos, devidamente atualizados na data da contratação:

foto 3 x 4 recente;
Atestado de Antecedentes, fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado ou no site https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado;
Cópia da Carteira de Identidade;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
Declaração de regularização do CPF no site da Receita Federal;
Cópia do Título de Eleitor;
Certidão de quitação eleitoral (emitida em qualquer Cartório Eleitoral ou no site www.tse.gov.br)
Cópia do comprovante de quitação com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino com idade superior a 18 anos;
Cópia do comprovante de residência atualizado com novo CEP;
Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
Declaração expedida pela instituição de ensino na qual conste o semestre que o candidato está matriculado, a frequência regular no curso em percentual médio ou passível de aferir e a média escolar de nota (avaliação);
Laudo médico, se inscrito na condição de PNE;
Autodeclaração, se inscrito na condição de Negro.
- A convocação será realizada mediante publicação no sítio eletrônico da Prefeitura de Rodeiro (www.rodeiro.mg.gov.br), devendo os candidatos interessados nas vagas divulgadas comparecerem no local e horário marcados.
- O candidato deverá manifestar formalmente interesse pela vaga de estágio no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da convocação** e deverá iniciar suas atividades na data estipulada.
- O candidato que não preencher os requisitos para a contratação terá sua inscrição indeferida no processo seletivo.

DA SELEÇÃO:
4.1. Constituem critérios de desempate no Processo Seletivo Simplificado no Programa de Estágio:
I – Estar o estudante em semestre mais adiantado do curso em formação;
II – Maior média escolar;
III – Menor renda familiar per capita;
IV – Maior frequência escolar;
V- Sorteio.

4.2. Para a finalidade de classificação do inciso III do item 4.1. deverá o estudante solicitar estudo social no Centro de Referência da Assistência Social que emitirá relatório social com a renda per capita familiar, utilizando de técnica social de triagem e auditoria.

Os critérios do item 4.1 são gradativos conforme a ordem dos incisos, no que o estudante que apresentar o relatório social com apontamento da renda familiar por pessoa e não havendo apresentação de relatório por nenhum dos candidatos, havendo empate na classificação pelos incisos I e II serão classificados pelos incisos IV e V.

Havendo empate na classificação a demandar aplicação do sorteio, este ocorrerá em ato público do qual serão convidados a estar presentes aqueles cujos nomes constarão do sorteio.

O resultado final da seleção será divulgado na Internet, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Rodeiro (www.rodeiro.mg.gov.br).
RECURSOS
– A interposição de recursos ao Processo Seletivo somente será aceita se apresentada em Formulário Próprio disposto na Anexo VI deste Edital – FORMULÁRIO DE RECURSO – e dentro do prazo estipulado para cada etapa no Anexo IV – Calendário.

DO TERMO DE COMPROMISSO
- De acordo com a convocação dos aprovados, dentro das disponibilidades financeiras e de vagas, será assinado o termo de compromisso de estágio para início do estagiário entre a parte concedente do estágio, o estagiário e a instituição de ensino à qual o aluno está vinculado.
- Durante todo o período do estágio, o estagiário contratado terá que apresentar, a cada semestre, o comprovante de rematrícula no curso superior ou técnico declarado, sob pena de não ter seu contrato renovado..

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA
- O controle de frequência do estagiário ocorrerá pelo registro diário em formulário próprio, fornecido pela Secretaria a que estiver vinculado.
- A Secretaria responsável pelo estágio deverá providenciar o envio, até o dia 20 (vinte) de todo mês, ou no dia útil anterior, do arquivo contendo os registros de frequência do estagiário para o Setor de Departamento de Pessoal, que aferirá e procederá, caso houver, os devidos descontos dentro do próprio mês ao pagamento.

DOS DIREITOS DOS ESTAGIÁRIOS
- O estagiário terá direito:
Jornada de estágio especial, nos períodos de férias escolares, mediante prévio ajuste entre o estagiário e a sua chefia imediata, desde que cumprida a carga horária semanal estabelecida.
A licença, para realização de provas até o máximo de 10 dias por ano, sem prejuízo da bolsa mensal.
Seguro de acidentes pessoais, que será contratado pela Prefeitura Municipal de Rodeiro.
Período de recesso de 30 dias, remunerados, a serem gozados preferencialmente no período de férias escolares, caso o período de estágio seja igual ou superior a 01 ano, e, nos casos com duração inferior a 01 ano, o estagiário poderá gozar recesso proporcional ao período trabalhado.
Recebimento de bolsa de estágio.

DA AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO
- As atividades do estágio serão fiscalizadas e orientadas por sua chefia imediata ou servidor com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.
- Cada Secretaria Municipal será responsável por avaliar, trimestralmente, o desempenho dos estagiários sob sua responsabilidade.
- As avaliações deverão ser encaminhadas ao Setor de Departamento de Pessoal até o quinto dia útil subsequente ao mês de ocorrência, com vista obrigatória do estagiário.
- O estagiário que alcançar nota inferior a 50% em duas avaliações de desempenho, consecutivas ou não, poderá ser desligado do programa de estágio, concedendo-se ao mesmo direito ao contraditório e a ampla defesa.

DO CERTIFICADO
- Ao término de um ano de estágio, a pedido do acadêmico e desde que declarado apto pela chefia imediata, com desempenho eficaz e a assiduidade do estagiário, será expedido certificado de horas pela Secretaria Municipal a que esteve vinculado.

DA DISPENSA
1 - O estagiário será dispensado nos seguintes casos:
automaticamente, ao término do termo de compromisso de estágio, ressalvada a hipótese de renovação de sua designação até no máximo de 02 (dois) anos de estágio;
pela interrupção ou conclusão do curso;
em razão de avaliação de desempenho insatisfatória, conforme item 9.4;
pelo descumprimento voluntário das atividades;
por faltas injustificadas em número igual ou superior a 05 (cinco).
por conduta pessoal reprovável;
a pedido, a qualquer tempo, feita por escrito com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência.

DA CONFIGURAÇÃO DO ESTÁGIO
- O estágio de que trata este Processo de Seleção configura-se como estágio **NÃO OBRIGATÓRIO,** e não poderá, em hipótese alguma, ser considerado como ESTÁGIO OBRIGATÓRIO.

DISPOSIÇÕES FINAIS
- A participação do candidato no Processo Seletivo Simplificado implicará o seu conhecimento e a tácita aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos poderá ser verificada a qualquer tempo, acarretando a nulidade da

inscrição e/ou do Termo de Compromisso de Estágio, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil ou criminal cabíveis.
- Incumbe ao candidato acompanhar todas as informações sobre o certame, sob pena de não ser incluído na lista dos classificados e não será relevada qualquer perda de prazo por parte do candidato.
- Este edital terá validade de um ano, contado a partir da homologação do resultado final, prorrogável por igual período.
- Os procedimentos adotados neste Edital serão organizados e conduzidos por Comissão Organizadora, especialmente constituída através de Portaria, com competência para também decidir sobre os casos omissos.
- Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 24 de julho de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora De Gestão De Pessoas

ANEXO I

ÁREAS DE ATUAÇÃO
CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR

ADMINISTRAÇÃO

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de administração.

BIOMEDICINA

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de biomedicina.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de ciências contábeis.

DIREITO

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de direito.

SERVIÇO SOCIAL

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de serviço social.

TÉC ENFERMAGEM

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de técnico em enfermagem.

ENFERMAGEM

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de enfermagem.

MEDICINA VETERINÁRIA

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de Medicina Veterinária.

FISIOTERAPIA

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de Fisioterapia.

SERVIÇO SOCIAL

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de Serviço Social.

FARMÁCIA

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de Farmácia.

NUTRIÇÃO

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de Nutrição.

PEDAGOGIA

Obs.: Estar cursando o 2º período do curso de Pedagogia.

ANEXO II
CALENDÁRIO

Etapa	Data
Divulgação do Edital	**24 de julho de 2026, no site eletrônico,** www.rodeiro.mg.gov.br Opção TRANSPARENCIA, E EM SEGUIDA PROCESSO SELETIVO E DEPOIS NA OPÇÃO "ACESSAR"
Inscrições	**27 de julho de 2026 a 07 de agosto de 2026.**
Divulgação do Resultado Preliminar	**11 de Agosto de 2026** www.rodeiro.mg.gov.br
Recurso	**12 de Agosto de 2026**, na Prefeitura Municipal de 08h00 as 11h00 e de 13h00 as 16h00.
Divulgação do Resultado Final	**13 de Agosto de 2026** no site www.rodeiro.mg.gov.br

ANEXO III
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO A ESTUDANTES		
Nome:		
Data de Nascimento	RG:	CPF:
Curso:		
Instituição de Ensino:		
Endereço:		
Negro ( ) sim ( ) não	Portador de necessidades especiais: ( ) sim ( ) não	
Quais as condições especiais para realização do estágio?		
E-mail: Nº PIS:		
Telefone fixo (DDD):	Telefone Celular (DDD):	
DECLARAÇÃO Eu,_, declaro conhecer e concordar com todos os termos do Edital 010/2026 e, portanto, candidato-me a vaga de estágio. Declaro, ainda, serem verdadeiras todas as informações acima listadas e estar ciente de ser minha responsabilidade comprová-las quando necessário. Rodeiro,_de_de 2026. Assinatura do(a) candidato(a)		
Responsável pela inscrição:		

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE RECURSO

À
Comissão Organizadora do Processo Seletivo Edital 010/2026

Pelo presente, eu,_, candidato(a) ao exercício da função de estagiário, , CPF _____, Telefone_, e-mail_, venho, por meio deste, apresentar recurso contra:

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexo(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

Rodeiro, de de 2026.

----------_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:2AE930D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2026

Processo Licitatório n. º 143/2026
Pregão Eletrônico n.º 065/2026
Contrato nº 168/2026

Contratada: **ORGANIZAÇÃO BARATELLA E BALTAZAR EVENTOS LTDA, CNPJ: 01.005.782/0001-14**

Objeto: Contratação de empresa especializada para a organização completa de evento, destinada à realização da Festa do Servidor Público 2026, a ser realizada no Ginásio Poliesportivo Emília Mendes

da Fonseca, no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), compreendendo o planejamento, execução, montagem, desmontagem e acompanhamento do evento, bem como o fornecimento de alimentação e bebidas (buffet e bar), mobiliário, decoração, ornamentação floral e manutenção de toda a estrutura necessária, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Valor: Dá-se a este contrato o valor deR$ 253.800,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitocentos Reais), para todos os fins legais.

Vigência: 11/08/2026 a 30/11/2026.

Data da assinatura: 11 de agosto de 2026.

Santa Bárbara, 11 de agosto 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:FD9593D1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2026

Processo Licitatório n. º 139/2026
Pregão n.º 062/2026
Contrato nº 176/2026

Contratada: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA, CNPJ: 20.481.118/0001-96

Objeto: Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as demandas das diversas Secretarias do Município de Santa Bárbara/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do Termo de Referência e demais anexos do edital, os quais passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor: Dá-se a este contrato o valor de R$ 65.595,00 (Sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e cinco reais), para todos os fins legais.

Vigência: 11/08/2026 a 07/08/2027.

Data da assinatura: 11 de agosto de 2026.

Santa Bárbara, 12 de agosto 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:F63D05C5

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2026

Processo Licitatório n. º 139/2026
Pregão n.º 062/2026
Contrato nº 185/2026

Contratada: MUNDO OFFICE LTDA, CNPJ: 23.317.916/0001-75

Objeto: Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as demandas das diversas Secretarias do Município de Santa Bárbara/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do Termo de Referência e demais anexos do edital, os quais passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor: Dá-se a este contrato o valor de R$ 49.210,00 (Quarenta e nove mil duzentos e dez reais), para todos os fins legais.

Vigência: 12/08/2026 a 07/08/2027.

Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.

Santa Bárbara, 12 de agosto 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:7C54F14C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG - PROCESSO N.º 148/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 068/2026 – Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução serviços de manutenção de vias públicas da sede, distritos e subdistritos do município de Santa Bárbara - MG, em observância às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos. Data do recebimento das propostas e documentos: **27/08/2026** às 09:00 horas na Plataforma de licitações Licitar Digital – www.licitardigital.com.br. Edital à disposição nos sites www.santabarbara.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br, na Prefeitura e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Santa Bárbara, 12/08/2026 –

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO -
Secretária Municipal de Administração Pública.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:C10CFD9C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.° 6664/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, do cargo de **PSICÓLOGO** o Sr. **GABRIEL GOMES DOS SANTOS**, matrícula 12731, nomeado pelo Decreto nº 6295/2025.

Art. 2º Fica declarada a vacância, em virtude de exoneração, do cargo público de psicólogo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagindo a 04 de agosto de 2026, inclusive, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 12 de agosto de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:926649E9

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA – CONVOCAÇÃO - Pelo presente instrumento, ficam CONVOCADO(AS) para comparecerem junto à Secretaria Municipal

de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara - MG, no prazo máximo de 03 (três) dias contados a partir da data desta publicação, o(as) candidato(as) relacionados no Anexo I deste Extrato, para manifestarem interesse pela vaga ao qual foi aprovado e classificado**.** Salientamos que o prazo estipulado para manifestação de interesse pela vaga será único e não caberá prorrogação.

Santa Bárbara, 12 de agosto de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

ANEXO I DA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CANDIDATO	Nº PROCESSO SELETIVO	CARGO
ROSILENE APARECIDA DUARTE FERNANDES	03/2026	ESTÁGIO NÃO REMUNERADO/OBRIGATÓRIO TERAPIA OCUPACIONAL
JOYCE ALEXANDRA DAS DORES	03/2026	ESTÁGIO NÃO REMUNERADO/OBRIGATÓRIO TERAPIA OCUPACIONAL

Publicado por:
Patricia Aparecida Felisberto
Código Identificador:B1A06B38

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO CONVOCAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COMERCIAIS DOMERCADO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA,LOCALIZADO NAAVENIDA CASTELO BRANCO, N°29, CENTRO

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação (SMDESI) informa que, conforme o Edital nº 05/2026, convoca os interessados abaixo relacionados para comparecerem junto ao Setor de Diversificação Econômica, na Sala Mineira do Empreendedor, situada na Rua João Mota, nº 421, Centro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data desta publicação, para manifestação sobre a utilização dos espaços comerciais do Mercado Municipal.

Salientamos que o prazo estipulado para manifestação de interesse será único, não cabendo prorrogação.

Alertamos que a ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido será considerada como desistência.

2°	PRISCILA MOREIRA HOSKEN	CNPJ 44891416000112
3°	ALCIELE FERNANDA OLIVEIRA MALAVAZZI	CNPJ 55197108000108

Para mais informações, favor dirigir-se à SMDESI na rua JoãoMota,421, Centro, ou entrar em contato através dos meios oficiais de comunicação.

Atenciosamente,

GUSTAVO SILVINO OLIVEIRA LIMA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação.

Publicado por:
Gustavo Silvino Oliveira Lima
Código Identificador:1D12B5B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL DESLIGAMENTO - PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DA MULHER

A SECRETARIA MUNICIPAL DE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL, no exercício de suas atribuições, com fundamento na Lei Municipal N° 1943/2019 e Decreto Municipal N° 4259/2019, comunica a desistência voluntária e o consequente desligamento da candidata **Sra.** Ana Carolina Soares Silva - CPF:152.***.756-*7**)** do programa Inclusão Produtiva da Mulher - Modalidade de Qualificação I. **A beneficiária optou por finalizar sua participação no PIPM por motivos pessoais.** O Termo de Desistência assinado encontra-se arquivado junto aos demais documentos referentes à usuária, estando a mesma cientes das implicações da presente decisão.

Santa Bárbara, 12 de agosto de 2026

LARISSA S. BARBOSA MESSIAS
Secretária Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social

Publicado por:
Larissa Stephanne Barbosa Messias
Código Identificador:400DF9E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA
EXTRATO DO EDITAL N°10/2026

CREDENCIAMENTO DOS PRODUTORES RURAIS PARA O PROGRAMA PATRULHA AGRÍCOLA SEGUNDO SEMESTRE DE 2026 – 1ª CHAMADA PROGRAMA PATRULHA AGRÍCOLA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA, nos termos da Lei nº 1737/2014 e do Decreto Municipal n° 5768/2024, que regulamentam a disponibilização de equipamentos e a execução de serviços em benefícios de produtores rurais do Município, torna público o credenciamento dos produtores rurais interessados em participação do **"Programa Patrulha Agrícola"**, **no segundo semestre de 2026 – 1ª CHAMADA.**

DAS INSCRIÇÕES: As inscrições de credenciamento deverão ser realizadas presencialmente na Secretaria de Meio Ambiente e Agropecuária, localizada no Parque Natural Municipal Recanto Verde, mediante preenchimento de formulário próprio, **do dia 17 agosto ao dia 11 de setembro de 2026, no horário de atendimento das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas, em dias úteis.**

Edital à disposição no site: www.santabarbara.mg.gov.br

Santa Bárbara, 12 de agosto de 2026.

JULIANO CÉZAR NASCIMENTO XAVIER
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária.

Publicado por:
Jaqueline Henriques da Silva
Código Identificador:1A62FFC7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 149/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 44/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 149/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 44/2026

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO, objetivando o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a realização de consultas médicas especializadas em otorrinolaringologia, bem como a execução de exames de videofibronasolaringoscopia e do procedimento de cauterização química para epistaxe, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde

Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.

Contratado: DUO CARE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 55.757.144/0001-89

Valor da contratação: Os valores a serem pagos aos credenciados serão estabelecidos com base nos valores indicados no edital e seus anexos.

Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:51DA3F52

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO I AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 18/2026 – COM BASE NO ART. 75, INC. II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

O Município de Santana da Vargem/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.245.183/0001-70, com sede a Praça Padre João Maciel Neiva, n.º 15, Centro, Santana da Vargem/MG, CEP: 37.195.000, com critério de julgamento de **Menor Preço por Item**, nos termos do Art. 75, inc. II da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o procedimento de dispensa eletrônica cujo objeto é a **"Dispensa eletrônica para aquisição de materiais de rouparia destinados à manutenção das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação".**
O aviso completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e no site oficial do Município www.santanadavargem.mg.gov.br na aba LICITAÇÕES.
Maiores informações podem ser solicitadas pelo telefone (35) 98402-7281 ou pelo e-mail compras@santanadavargem.mg.gov.br. Lembrando que objetivando a melhor proposta, deverá ser observada as datas e horários discriminados a seguir:
Fase de Propostas: ONDE LIA-SE ~~Início dia 10/08/2026 às 08:00 e encerramento dia 13/08/2026 às 07:59.~~
LEIA-SE Início dia 14/08/2026 às 08:00 e encerramento dia 19/08/2026 às 07:59.
Fase de Lances: ONDE LIA-SE ~~Início dia 13/08/2026 às 08:00 e encerramento dia 13/08/2026 às 15:00.~~
LEIA-SE Início dia 19/08/2026 às 08:00 e encerramento dia 19/08/2026 às 15:00.

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:F9CB433D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES
CONTRATADA: CREJOSELI LTDA ME
PROCESSO LICITATÓRIO: 69/2026
PREGÃO ELETRONICO : 30/2026
OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE
CONTRATO Nº 100/2026
VALOR: R$ 125.600,00
HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2026 11/08/2027

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES
CONTRATADA: JULIANA DE FATIMA TOLEDO PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO: 69/2026
PREGÃO ELETRONICO : 30/2026
OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE
CONTRATO Nº 102/2026
VALOR: R$ 27.840,00
HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2026 11/08/2027

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES
CONTRATADA: SANTANENSE COMERCIO VAREJISTA LTDA
PROCESSO LICITATÓRIO: 69/2026
PREGÃO ELETRONICO : 30/2026
OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE
CONTRATO Nº 101/2026
VALOR: R$ 35.546,00
HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2026 11/08/2027

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 11 DE AGOSTO DE 2026

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:A20D0D23

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES - MG
CONTRATADO: MARCIO JOSE DE SOUZA GARCIA
PROCESSO LICITATÓRIO: 76/2025
INEXIGIBILIDADE: 19/2025
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANDA PARA O FORRO DA TERCEIRA IDADE
CONTRATO Nº 103/2026
VALOR TOTAL: R$ 1.000,00
RATIFICAÇÃO: 12/08/2026 A 12/08/2027

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 12 DE AGOSTO DE 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:78222DCE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICACAO

RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 19/2025
CREDENCIAMENTO Nº 03/2025

Tendo em vista a solicitação feita pela Secretaria de Assistência Social, , bem como pareceres anexos aos autos do processo em epígrafe, no uso das atribuições que me foram conferidas, RATIFICO, nos termos do artigo 72 c/c 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, o ato de Inexigibilidade de Licitação, referente a futuras e eventuais, credenciamento de empresas para prestação de serviços de Banda ou Músico para a Secretaria Municipal de Assistência Social em favor da empresa **MARCIO JOSE DE SOUZA GARCIA**, inscrita no CNPJ: 53.443.046/0001-41, com sede na Rua Vereador Fernando Amaral, 290, Santa Clara, Cataguases- MG, CEP: 36.771-425, representada pelo senhor Marcio José de Souza Garcia, CPF: 033.756.356-05, R$ 1.000,00 (mil reais).

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Santana de Cataguases-MG, 12 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:96FA5F2E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Santana dos Montes torna pública aadjudicação e homologação do Processo de Contratação nº 071/2026, Pregão Eletrônico nº 037/2026, cujo objeto é oFORNECIMENTO DE VEÍCULOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS MONTES, ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIOS PARA O GABINETE DO PREFEITO E ATENDIMENTO ÀS RESOLUÇÕES Nº 11.146/2026 E Nº 11.064/2026, AMBAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS, em favor das empresasRIO DOCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº13.426.763/0001-40, pelo valor total deR$ 412.500,00 (quatrocentos e doze mil e quinhentos reais), eD+ SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº54.977.710/0002-86, pelo valor total deR$ 132.900,00 (cento e trinta e dois mil e novecentos reais), totalizandoR$ 545.400,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos reais). Adjudicação e homologação realizada em11/08/2026.

ALOISIO VIANA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:FA3E39EC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Santana dos Montes torna pública a adjudicação e homologação do Processo de Contratação nº 080/2026, Pregão Eletrônico nº 042/2026, cujo objeto é o FORNECIMENTO DE VEÍCULO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS MONTES, ATRAVÉS DE RECURSO VINCULADO À RESOLUÇÃO Nº 07/2026 SEGOV, em favor da empresa D+ SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.977.710/0002-86, pelo valor total de R$ 279.700,00 (duzentos e setenta e nove mil e setecentos reais). Adjudicação e homologação realizada em 12/08/2026.

ALOISIO VIANA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:8AF5D4DE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2026 – Processo de Contratação nº 071/2026 – Pregão Eletrônico nº 037/2026. Contratante: Município de Santana dos Montes/MG, CNPJ nº 19.718.394/0001-46. Contratada: RIO DOCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 13.426.763/0001-40. Objeto: Fornecimento de veículos para a Prefeitura Municipal de Santana dos Montes, através de recursos próprios para o Gabinete do Prefeito e atendimento às Resoluções nº 11.146/2026 e nº 11.064/2026, ambas da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Valor Global: R$ 412.500,00 (quatrocentos e doze mil e quinhentos reais). Vigência: 12 (doze) meses, com início em 11/08/2026 e término em 11/08/2027. Dotação Orçamentária: 02.004.010.01.122.0001.1.017.4.4.90.52.00.500 e 02.007.020.10.305.0011.1.029.4.4.90.52.00.529.Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 11/08/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2026 – Processo de Contratação nº 071/2026 – Pregão Eletrônico nº 037/2026. Contratante: Município de Santana dos Montes/MG, CNPJ nº 19.718.394/0001-46. Contratada: D+ SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ nº 54.977.710/0002-86. Objeto: Fornecimento de veículos para a Prefeitura Municipal de Santana dos Montes, através de recursos próprios para o Gabinete do Prefeito e atendimento às Resoluções nº 11.146/2026 e nº 11.064/2026, ambas da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, consistindo na aquisição de 01 (um) veículo minivan. Valor Global: R$ 132.900,00 (cento e trinta e dois mil e novecentos reais). Vigência: 12 (doze) meses, com início em 11/08/2026 e término em 11/08/2027. Dotação Orçamentária: 02.007.020.10.305.0011.1.029.4.4.90.52.00.529. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 11/08/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2026 – Processo de Contratação nº 080/2026 – Pregão Eletrônico nº 042/2026. Contratante: Município de Santana dos Montes/MG, CNPJ nº 19.718.394/0001-46. Contratada: D+ SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ nº 54.977.710/0002-86. Objeto: Fornecimento de van de transporte escolar para a Prefeitura Municipal de Santana dos Montes, através de recurso vinculado à Resolução nº 07/2026 SEGOV. Valor Global: R$ 279.700,00 (duzentos e setenta e nove mil e setecentos reais). Vigência: 12 (doze) meses, com início em 12/08/2026 e término em 12/08/2027. Dotação Orçamentária: 02.006.030.12.361.0008.1.022.4.4.90.52.00.515. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 12/08/2026.

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:3C6670EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PRC Nº 060/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 060/2026 - Edital nº 029/2026 - Pregão Eletrônico nº 021/2026 – Registro de Preços nº 015/2026. Objeto: constitui objeto do presente o registro de preços para a aquisição de suplementos alimentares, abrangendo fórmulas enterais e infantis, dietas líquidas e em pó, módulos de proteína e produtos nutricionais especializados para pacientes pediátricos e adultos, caracterizados por serem nutricionalmente completos, normocalóricos ou hipercalóricos, hipoalergênicos quando aplicável, isentos de glúten e lactose e enriquecidos com vitaminas, minerais e nutrientes essenciais, visando assegurar o suporte nutricional adequado e seguro aos pacientes da rede municipal de saúde de Santa Rita de Caldas – MG, com entregas parceladas, conforme as necessidades da Administração e dentro dos quantitativos contratados, durante o prazo de 12 (doze) meses, de natureza COMUM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 28, Inciso I, Art. 54, §2º, Art. 55, Inciso I, letra "a" da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e Decreto Municipal nº 913/2023 e alterações e Lei Municipal nº 1.745/2003, de 23.10.2003. Data prevista para a realização do certame licitatório: 26.08.2026, às 09:00 horas. Edital e anexos disponíveis no site: prefeiturasrc.mg.gov.br e na Plataforma da ammlicita.org.br - Informações: via e-mail: licitasrc@gmail.com e na Plataforma da ammlicita.org.br - Data: 12.08.2026.

MARIA INÊS DE LIMA E SILVA-
Secretária Municipal de Saúde –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:837545E8

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO - PRC Nº 058/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 058/2025 – Dispensa nº 101/2025. Torna público o extrato de 1º termo aditivo ao contrato celebrado com a empresa ORLANDO AZEVEDO DE LIMA – SEGURANÇA DO TRABALHO. Objeto: Constitui objeto a contratação de empresa para a prestação de consultoria em segurança do trabalho, com objetivo de auxiliar na implementação e no cumprimento das normas de segurança do trabalho, com o objetivo de auxiliar na implementação e no cumprimento das normas de segurança, na elaboração e acompanhamento do PGR, PCMSO, PPP, LTCAT, Laudos de Insalubridade e/ou Periculosidade, envios dos eventos do E-social, acompanhamento em perícias trabalhistas e treinamentos para a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas-MG, de natureza comum, conforme estabelecido no Termo de Referência-TR e seus anexos**.** Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 05.08.2026.

TAISE LOPES MENOSSI MACHADO-
Agente Adm I-C.

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:ECB06344

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO 21TERMO ADITIVO - PRC Nº 053/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 053/2025 – Dispensa Eletrônica nº 083/2025. Torna público o extrato de contrato celebrado para com a empresa ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA. Objeto: constitui objeto, a contratação de empresa especializada para prestar serviço de para locação de Sistema de Folha de Pagamento, Geração de Eventos para o E-social, envios ao Sicom/MG, EFD Reinf, DCTFWeb e arquivos de pagamentos bancários, bem como a locação de sistema para geração de holerite eletrônico, recibo de férias e informe de rendimentos, de natureza COMUM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 10.08.2026.

CLEBER DE OLIVEIRA MELO-
Chefe da Divisão de Pessoal.

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:438A6BB3

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DE CONTRATO - PRC Nº 031/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 031/2026 – Dispensa Eletrônica nº 014/2026. Torna público o extrato de contratos celebrados com as empresas FG OLIVEIRA PUBLICIDADE-ME e 22.034.090 IGOR MELO. Objeto: constitui objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação visual, incluindo confecção, impressão, remoção e instalação de elementos de identificação visual em pórticos, fachadas e veículos da frota municipal, conforme a necessidade da Administração Municipal, de natureza COMUM conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 12.08.2026.

ANA CAROLINA RAMOS COUTO
Chefe do Departamento Municipal de Comunicação Social.

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:79AB132A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO DE ATOS E PUBLICAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO 001/2026 AO TERMO DE FOMENTO 010/2026 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG E APAE –ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA VITÓRIA

EMENTA: ADITIVO 001/2026 AO TERMO DE FOMENTO 010/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA VITÓRIA

OBJETO: Aditivo ao Termo de Fomento 010/2026, firmado entre o Município de Santa Vitória e o **APAE –ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA VITÓRIA** tem por a redução do valor do repasse financeiro originalmente previsto na parceria celebrada entre o Município e a APAE, em razão da reavaliação das despesas necessárias à execução do objeto pactuado, permanecendo o repasse em valor suficiente para assegurar a continuidade e a adequada execução das ações e despesas essenciais da entidade, conforme plano de trabalho atualizado conforme.

Fev/2026	Mar/2026	Abril/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026
-	-		-	-	R$ 46.837,85
Ago/2026	**Set/2026**	**Out/2026**	**Nov/2026**	**Dez/2026**	**Jan/2027**
R$ 46.837,85	R$ 46.837,85	R$ 46.837,85	R$ 46.837,85	R$ 46.837,85	R$ 46.837,85

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57 da lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 6973, de 31 de março de 2017.

Santa Vitória, 13 de agosto de 2026.

SERGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Amanda Alves Ferreira
Código Identificador:B1E95625

DEPARTAMENTO DE ATOS E PUBLICAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CÍVICO-MILITAR – ABEMIL

*EMENTA: TERMO DE FOMENTO Nº**015/2026**- QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CÍVICO-MILITAR – ABEMIL*

OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a concessão de auxílio financeiro à Associação Brasileira de Educação Cívico-Militar – ABEMIL, no valor de **R$ 266.336,90 (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa centavos),**

destinado à execução do Programa Municipal da Escola Cívico-Militar na Escola Municipal Cívico-Militar São José

A parceria tem como finalidade promover a implantação, acompanhamento, orientação técnica e desenvolvimento do modelo de gestão cívico-militar, mediante disponibilização de equipe técnica especializada, acompanhamento das atividades, capacitação e suporte necessário à execução do programa.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 38 da lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 6973, de 31 de março de 2017**.**

O Município de Santa Vitória-MG, torna pública a celebração de Termo de Fomento firmado entre o Município de Santa Vitória e a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CÍVICO-MILITAR – ABEMIL, firmado nos termos da Lei 13.019/2014 e do Dec. Municipal 6973/2017, visando dar publicidade aos atos públicos em atendimento aos princípios constitucionais da publicidade, legalidade, bem como em atendimento do disposto no artigo 38 da lei 13.019/2014.

Valor: **R$ 266.336,90 (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa centavos)**

Dotação orçamentária: 02.07.__.12.361.0066.1368 - Apoio Pedagógico e Disciplinar em Regime de Colaboração Cívico-Militar - Ensino Fundamental Valores Orçados Ordinário Vinculado Código Descrição Ficha 211 Total 3.3.50.41 Contribuições 1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 02.07.__.12.365.0066.1367 - Apoio Pedagógico e Disciplinar em Regime de Colaboração Cívico-Militar - Ensino Infantil Valores Orçados Ordinário Vinculado Código Descrição Ficha 263 Total 3.3.50.41 Contribuições 1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Vigência: conforme estabelecido no plano de trabalho, em conformidade com os artigos 37 do dec. PM/Nº 6.973/2017 e do art. 38 da Lei 13.019/2014, ou seja, da assinatura do termo à 31.12.2026.

Prefeitura Municipal de Santa Vitória, 13 de agosto de 2026.

SERGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Amanda Alves Ferreira
Código Identificador:CB49E6D9

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º RENOVAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR DO TERMO DE CREDENCIAMENTO: INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2025, PROCEDENTE DA CHAMADA PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2024.

1º Renovação de Vigência e Valor do Termo de Credenciamento: Inexigibilidade nº 020/2025, Processo Licitatório nº 085/2025, Procedente da Chamada Pública de Credenciamento nº 009/2024, Processo Licitatório nº 096/2024. Órgão Credenciante: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81. Credenciado: LIV ASSISTÊNCIA FAMILIAR LTDA, CNPJ nº 24.034.589/0001-07. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas, sem caráter de exclusividade, com onerosidade, de caráter eventual, sem dependência econômica, por conta própria e com a assunção de seus próprios riscos, para prestação de serviços funerários, para o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, assistidas pelas unidades do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em atendimento à Lei Municipal Nº 3.375/2023, no município de Santa Vitória – MG. Valor Renovado: R$ 129.706,48. Vigência: 18/08/2026 a 18/08/2027. Dotação Orçamentária do ano em curso - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Publicação em acatamento à lei nº 14.133/2021.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:AB1585E5

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2025, PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 025/2025.

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 096/2025, Processo Licitatório nº 072/2025, Pregão Eletrônico RP nº 025/2025. Partes: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81 e OXYNOBRE GASES INDUSTRIAIS LTDA., CNPJ nº 16.685.196/0001-35. Objeto do aditivo: Renovação Contratual do prazo de vigência e valor da Aquisição de GASES MEDICINAIS LIQUEFEITOS E COMPRIMIDOS, armazenados em cilindros cedidos em regime de comodato, com o fornecimento parcelado e continuado, para atender as necessidades da Rede Pública de Saúde Municipal de Santa Vitória - MG. Valor: R$ 265.000,00. Vigência: 20/08/2026 a 20/08/2027. Dotação Orçamentária: do ano em curso – Secretaria Municipal de Saúde. Publicação em acatamento à lei nº 14.133/2021.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:42CDBC32

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026, DISPENSA Nº 012/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA/MG, CNPJ Nº 18.457.226/0001-81. CONTRATADO: UBERCOM COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº 10.850.682/0001-85.

Extrato de Contrato nº 120/2026, Processo Licitatório nº 065/2026, Dispensa nº 012/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81. Contratado: UBERCOM COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 10.850.682/0001-85. Objeto do contrato: Contratação de empresa para Aquisição de produtos de lavanderia para garantir a adequada higienização dos enxovais, roupas hospitalares e demais itens têxteis utilizados no setor de Pronto Atendimento (PA) para funcionamento das atividades. Valor: R$ 32.479,00. Vigência: 11/08/2026 a 11/02/2027. Dotação Orçamentária: Ficha 394 FR 1.600 – Secretaria Municipal de Saúde. Publicação em acatamento à Lei Federal nº 14.133/2021.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sônia Queiroz de Lima
Código Identificador:83FDEE9C

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA - EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS - (REGIME JURÍDICO: LEI. 14.133/2021) Nº 018/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2026.

MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA - EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS - (REGIME JURÍDICO: LEI. 14.133/2021) Nº 018/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2026. DATA DA ABERTURA: 26 de agosto de 2026, ÀS 08h30min. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS INSTRUMENTAIS NOVOS, incluindo instrumentos de sopro, cordas, teclas, percussão e suportes, destinados à estruturação física e ao fortalecimento de ações continuadas voltadas ao aprendizado e à formação artística e musical de crianças e adolescentes integrantes do Projeto Aprendendo a Crescer, no Município de Santa Vitória/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e nos demais anexos. AMPLA PARTICIPAÇÃO. MENOR PREÇO POR ITEM. INFORMAÇÕES: Telefone: (34) 3251-8522 – e-mail: comissao.pregao@santavitoria.mg.gov.br. HORÁRIO: das 12:00h

às 18:00h. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas devidamente constituídas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.santavitoria.mg.gov.br (Portal da Transparência/Licitação), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br e/ou na plataforma www.licitamaisbrasil.com.br.

Município de Santa Vitória, MG, aos 12 dias do mês de agosto de 2026.

MÁRCIO QUIRINO DE SOUZA –
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social - Interino.

Publicado por:
Maria Laura Andrade Gomes
Código Identificador:591E8FB2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO-MG. EXTRATO DE CONTRATO. Processo de Licitação Nº 080/2026. Inexigibilidade de Licitação Nº 020/2026 Contrato Administrativo Nº 066/2026. Justificativa: art. 74, V, da Lei Federal nº 14133/2021. Contratado: VERA LÚCIA TORRES ALVES TEIXEIRA. Objeto: Locação de parte de uma propriedade rural onde se localiza uma Saibreira, para nela se retirar, sem limites, a quantidade de saibro que a prefeitura necessitar para a manutenção das estradas vicinais ao entorno do Distrito de São Domingos. Valor Total: R$ 21.000,00. Vigência contratual: 06 meses. Dotação Orçamentária: 3.3.90.36.00.2.09.00.26.782.0010.2.0057 (1.500.000). 11/08/2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

JÚLIA MARA SILVA COSTA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:4183E607

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**. Processo Licitatório nº 075/2022. Dispensa de Licitação nº 033/2022. Termo Aditivo 055TA04/2026 (4º Termo Aditivo ao Contrato nº 055/2022). Favorecido: Sym Gestão e Soluções Inteligentes Ltda. Objeto: Prorrogação de vigência da prestação dos serviços de informação telefônica, notadamente no levantamento de informações para redução de custos de serviços de telecomunicação, bem como o acompanhamento das informações levantadas dos sistemas de telefonia fixa atualmente utilizadas pela Contratante, responsabilizando-se por toda a comunicação entre a Contratante e as operadoras, obrigando-se a repassar à Contratante, mediante protocolo, todas as informações acerca das solicitações feitas às operadoras, assim como informar todos os contatos mantidos e procedimentos adotados, para os fins do objeto contratual; enviar, sempre que solicitado, relatórios mensais de consumo por usuário, extrato por linha, análise e contestações de todas as faturas e autorização mensal de cada uma das faturas da operadora; e, fornecer suporte a dúvidas referentes à telecomunicação, estabelecendo, outrossim, o comodato de 12 (doze) linhas telefônicas móveis em favor da Contratante, cuja posse será transferida à COMODATÁRIA, para que possa usar dos serviços. Valor Total: R$ 10.800,00. Vigência do Termo Aditivo: 09 meses. Justificativa: art. 107, da Lei Federal 14133/2021 e cláusula vinte e quatro do contrato ora aditado. 17/07/2026.

JÚLIA MARA SILVA COSTA
Agente de Contratação.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:4F5B8AE7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0018/2026

Processo Licitatório nº 0068/2026
Dispensa de Licitação nº 0018/2026
ID Licitar Digital: 110108

Regido pela Lei n° 14.133/2021, art. 75, inciso II

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PATRIMÔNIO CULTURAL, VISANDO A ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES EXIGIDAS PELO PROGRAMA ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CONFORME DIRETRIZES DO IEPHA/MG

Interessado: Município de Santo Antônio do Itambé/MG

Recebimento de Propostas: até as 8:00:00 horas de quarta-feira, 19 de agosto de 2026
Data da Fase de Lances: 19 de agosto de 2026
Horário da Fase de Lances: Das 8:00:00 horas às 10:00:00 horas. (horário de Brasília)

Referência de Tempo: horário de Brasília.
Local da sessão Pública: plataforma de licitações licitar digital – **www.licitardigital.com.br**

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não

Portaria nº 146/2026

Mateus do Nascimento – **Agente de Contratação**
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo – **Membro da Comissão de Contratação**
Geralda Domingas da Lomba Santos – **Membro da Comissão de Contratação**
Saionara Santos Miranda – **Membro da Comissão de Contratação**
Viviam Valléria Batista Lemos **– Membro da Comissão de Contratação**

Tipo de Julgamento: Menor Preço por Item
Modo de disputa: Aberto

Esclarecimentos:
Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br > https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/110108.

Telefones:
Geral da Prefeitura: (33) 9 9915-6221;
Setor de Licitações e Contratos: (33) 9 9968 7233; (WhatsApp)

Horário de funcionamento: 07:00:00 horas às 12:00:00 horas e das 13:00:00 horas às 16:00:00 horas.

Santo Antônio do Itambé/MG, quarta-feira, 12 de agosto de 2026.

MATEUS DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus do Nascimento
Código Identificador:AED68381

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2026

Processo Licitatório nº 0069/2026
Pregão Eletrônico nº 0027/2026
Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público que realizará o Processo Licitatório nº 0069/2026, Pregão Eletrônico nº 0027/2026. **Sistema de Registro de Preços. Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPE MÉDICA COMPOSTA POR MÉDICO, ENFERMEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL DURANTE OS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CONTEMPLANDO PROFISSIONAIS HABILITADOS, PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR, PRIMEIROS SOCORROS E ESTABILIZAÇÃO DE PACIENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS. **Lançamento das Propostas:** Até Sexta-feira, 28 de agosto de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Abertura das Propostas:** Sexta-feira, 28 de agosto de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Informações:** 33 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9 9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contratos, horário das 07:00 horas às 16:00 horas, pelo e-mail: licitacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br, pelo site: www.santoantoniodoitambe.mg.gov.br ou diretamente pela plataforma de licitações: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/110225. Link da contratação no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=18.303.222%2F0001-49&status=recebendo_proposta&pagina=1.

Santo Antônio do Itambé/MG, Quarta-feira, 12 de agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES.
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG.

Publicado por:
Mateus do Nascimento
Código Identificador:73B2C1C7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0091/2026

Processo Licitatório nº 0066/2026
Dispensa nº 0017/2026

Processo Licitatório nº 0066/2026 — Dispensa nº 0017/2026. **PARTES**: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG X CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO JEQUITINHONHA - CISAJE. **Valor do Contrato:** R$ 37.975,60 (trinta e sete mil e novecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos). **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM OFTALMOLOGIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.. **Assinatura**: Terça-feira , 11 de Agosto de 2026. **Vigência**: De Terça-feira , 11 de Agosto de 2026 a Quinta-feira , 31 de Dezembro de 2026.

Santo Antônio do Itambé/MG, Terça-feira , 11 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:5CFEADA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – LEI 14133/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – LEI 14133/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026

A Prefeitura Municipal de São Bento Abade torna público aos interessados que até 10h do dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2026, às 10 (dez) horas, o pregoeiro e a equipe de apoio realizarão conforme ditames do edital, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026, do tipo menor preço unitário, autorizado nos autos do Processo 093/2026, tendo como objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO ABADE – MG", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos." Cópia do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Setor de Licitações, pelo e-mail licitacao@saobentoabade.mg.gov.br, no site http://www.saobentoabade.mg.gov.br/site/index.php/editais e na plataforma que será realizado o pregão eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, a partir desta data, mais informações pelo telefone 35-3530-0212 no horário compreendido das 08 às 17 horas.

São Bento Abade – MG, 12 de agosto de 2026.

Este aviso foi publicado no site e no mural em 12/08/2026

EDSON DONIZETE
Pregoeiro

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:8F92FF80

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO CONTRATO 02/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR DO NORTE DE MINAS – FADENOR.

- **CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO/MG,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Montes Claros, nº 243, Bairro Centro, São Francisco/MG, CEP: 39.300-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 22.679.153/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, o Sr. RONALDO ALVES SILVA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 849.656.146-15 e da Carteira de Identidade nº MG-11.035.325 SSP/MG, residente na Rua U, nº 812, Vila do Morro, São Francisco/MG, por delegação através do Decreto nº 21/2022;
- **CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO SUPERIOR DO NORTE DE MINAS - FADENOR,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.440.615/0001-00, com sede na Avenida Rui Braga, s/n, Prédio 07, Bairro Vila Mauricéia, Montes Claros/MG, CEP: 39.401-089, neste ato representada por sua Diretora Administrativa e Financeira, a Sra.

TATIANE MARTINS DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 030.639.196-16.
As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao **Contrato Administrativo nº 02/2026, decorrente do Processo nº 02/2026, Dispensa de Licitação nº 002/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão da etapa de **PROVA PRÁTICA** no escopo de prestação de serviços técnicos especializados do Contrato nº 02/2026, referente ao Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos da Prefeitura Municipal de São Francisco/MG (Edital 01/2026)**.**
CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS E DOS SERVIÇOS:
2.1. A realização da etapa de prova prática contemplará os seguintes cargos:
a) Cargo 26: Condutor de Veículo/Motorista Escolar;
b) Cargo 51: Motorista/Oficial de Serviços Públicos – Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento;
c) Cargo 52: Motorista/Oficial de Serviços Públicos – Secretaria Municipal de Saúde;
d) Cargo 56: Operador de Máquinas Pesadas/Oficial de Serviços Públicos – Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento.
2.2. Os serviços contratados para a execução desta etapa compreendem o planejamento operacional, elaboração da metodologia de avaliação, definição dos critérios de pontuação, elaboração das fichas de avaliação, convocação dos candidatos, organização da logística de aplicação, coordenação dos trabalhos, disponibilização de equipe técnica especializada, aplicação das provas, processamento dos resultados, análise de recursos administrativos e elaboração dos relatórios técnicos finais.

2.3. Caberá ao **CONTRATANTE** disponibilizar os locais adequados para a realização dos exames práticas, bem como os veículos, máquinas e equipamentos necessários à aplicação em condições normais e adequadas de uso, acompanhados do suporte operacional local.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Em decorrência do acréscimo dos serviços técnicos objeto deste instrumento, o valor contratual será acrescido aproximadamente 4,24% (quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), na quantia global de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme discriminado a seguir:
a) Cargo 26 – Condutor de Veículo/Motorista Escolar: **R$ 5.500,00**;
b) Cargo 51 – Motorista/Oficial de Serviços Públicos – Sec. de Infraestrutura e Desenvolvimento: **R$ 5.500,00**;
c) Cargo 52 – Motorista/Oficial de Serviços Públicos – Sec. Municipal de Saúde: **R$ 5.500,00**;
d) Cargo 56 – Operador de Máquinas Pesadas/Oficial de Serviços Públicos – Sec. de Infraestrutura e Desenvolvimento: **R$ 5.500,00**.
3.2. O valor aditivado será pago em parcela única pelo **CONTRATANTE** em **até 5 (cinco) dias anteriores à data de aplicação das provas práticas**, mediante a apresentação da correspondente Nota Fiscal emitida pela **CONTRATADA.**
CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
4.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, na Cláusula Décima do Contrato Administrativo originário nº 02/2026 e na Proposta Técnica apresentada pela CONTRATADA em 01 de julho de 2026.
CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e/ou no Diário Oficial do Município, observados os prazos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO
6.1. Ficam ratificadas e convalidadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo originário nº 02/2026 que não tenham sido alteradas por este Termo Aditivo.

São Francisco – MG, 20 de julho de 2026.

RONALDO ALVES SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de São Francisco/MG

TATIANE MARTINS DA SILVA
Diretoria Administrativa e Financeira
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino Superior do Norte de Minas - FADENOR

TESTEMUNHAS:

1ª. : _____
CPF: _____

2ª. : _____
CPF: _____

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:4C787BF9

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0157/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA INSTITUTO DE ACREDITAÇÃO E GESTÃO, CONSULTORIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA.

Processo Licitatório nº 055/2024
Modalidade: Adesão nº 012/2024

Referência: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 321/2022.

Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representada pela Senhora Secretária Municipal de Saúde ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Euridson de Sá nº 2325, Bairro São José, na cidade de São Francisco/MG, portadora da Cédula de Identidade nº Mg 15822035, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 111.703.476 – 30 sob o Decreto Municipal nº. 021/2022 a seguir denominado CONTRATANTE e a Empresa **INSTITUTO DE ACREDITAÇÃO E GESTÃO, CONSULTORIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA**, endereço de correio eletrônico grupoiagsaude@grupoiagsaude.com.br, inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número 08.250.880/0001-66, na cidade de Belo Horizonte/MG, estabelecida à Avenida do Contorno, 9.215 – 5º andar - sala 505, Bairro Prado - CEP 30.110.941, neste ato representada pelo Sr.(a). Tania Moreira Grillo Pedrosa, inscrita no CPF nº 577.313.736-49, decorrente do Processo Licitatório nº. 055/2024, lastreado nos artigos 40, XI e 55, III da Lei Federal 8.666/93, firmam o presente **TERMO ADITIVO**, nos seguintes termos descritos abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA

A cláusula sétima do instrumento contratual terá um reajuste no valor do contrato conforme IPCA, com acumulado de 12 meses (julho de 2026) passando a ser o valor atual do contrato de **R$ 55.065,70 (cinquenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e setenta centavos)** correspondentes a 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro décimos percentuais) sobre o valor inicial do contrato.

CLAUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 11 de agosto de 2026.

Município de São Francisco
ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES
Secretaria Municipal de Saúde
Contratante

Instituto de Acreditação e Gestão, Consultoria e Sistemas de Informação LTDA CNPJ nº 08.250.880/0001-66
TANIA MOREIRA GRILLO PEDROSA -
CPF 577.313.736-49
Contratada

Testemunhas:

NOME:_____
NOME:_____

Publicado por:
Rafaela Rodrigues Freire
Código Identificador:B900372C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Adendo Pregão Eletrônico N.º 28/2.026. Tipo: Menor Preço. Objeto: Aquisição de veículo Tipo Van com acessibilidade para Cadeirante, 0km ano modelo e fabricação mínimo 2026/2027, compor a frota da Secretaria Municipal de Administração, em atendimento a Emenda Especial do Plano de Trabalho nº 02145/2026, proposta 004434/2026, conforme demais especificações constantes do Termo de Referência que é parte integrante do Edital. **LEGISLAÇAO:** Lei Federal n.º 14.133/21, e suas alterações, pelos Decretos Municipais n.º 3.456/2023, 3.461/2023, pela Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Municipal. nº 29 de 29 de dezembro de 2009. Onde Se Lê: Data Limite para recebimento das Propostas: **09** de julho **2026** até às **08:29** (horário de Brasília). Data e horário da sessão Pública: **09** de julho de **2.026,** às **08:30** horas (horário de Brasília). Leia Sê: Data Limite de recebimento das Propostas: **26** de agosto de **2026** até às 08:29 (horário de Brasília). Data e horário da sessão Pública: **26** de agosto de **2.026**, às **08:30** horas (horário de Brasília). **Onde Se Lê**: 5.1. É vedado a subcontratação de outra empresa para fornecimento do objeto deste Termo de Referência, salvo se justificável e aprovado pelo gestor do Contrato. **Leia Se:** 5.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, especificamente no que tange aos serviços de adaptação do veículo, definindo-se um percentual ou limitando-se ao serviço acessório, e exigindo que a empresa subcontratada também comprove habilitação técnica para tal serviço. **Onde Se Lê:** 10.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. (TCU, Ac. 1201/2020, Plenário 16/2020, data da sessão 13/05/2020, Relator Vital do Rêgo). **Leia Sê:** 10.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. (TCU, Ac. 1201/2020, Plenário 16/2020, data da sessão 13/05/2020, Relator Vital do Rêgo).) Balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício social, devidamente registrado na junta comercial ou através do SPEED/ECD, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem possuir a licitante boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. **b)1** Os Índices de Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Liquidez Seca (ILS), devidamente calculados e assinados pelo contador da empresa (contendo nome e número do registro no CRC), e pelo responsável legal da licitante, com firma reconhecida de ambos, que deverão apresentar os seguintes resultados: ILG >/= 1,0 - ILC >/= 1,0 e ILS >/= 0,50 resultantes da aplicação das seguintes fórmulas: **ILG** = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO **ILC**= ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE **ILS** = ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES PASSIVO CIRCULANTE. b) 2. - As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em planilha ou memória de cálculo juntados ao balanço. **c)** Prova de ter a empresa Patrimônio Líquido de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita na data de apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização, através de índices oficiais. **Onde Se Lê:** Aquisição de veículo Tipo Van Adaptada para Cadeirante, 0km ano modelo e fabricação mínimo 2026/2027, compor a frota da Secretaria Municipal de Administração, em atendimento a Emenda Especial do Plano de Trabalho nº 02145/2026, proposta 004434/2026, conforme demais especificações constantes do Termo de Referência que é parte integrante do Edital**. Leia Sê**: Aquisição de veículo Tipo Van com acessibilidade para Cadeirante, 0km ano modelo e fabricação mínimo 2026/2027, compor a frota da Secretaria Municipal de Administração, em atendimento a Emenda Especial do Plano de Trabalho nº 02145/2026, proposta 004434/2026, conforme demais especificações constantes do Termo de Referência que é parte integrante do Edital. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública no endereço eletrônico https://licitanet.com.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases. **LOCAL PARA INFORMAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL NA ÍNTEGRA E SEUS ANEXOS:** Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales – Divisão de Compra e Licitação, Avenida Brasil n.º 3641, Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales - MG, das 08h00min às 12h00min - Fone/Fax: (34) 3413-8014. E-mail: contratoelicitacao@saofranciscodesales.mg.gov.br ou através do site: http://www.prefeitura@saofranciscodesales.mg.gov.br e www.licitanet.com.br; São Francisco de Sales, **11** de agosto de **2.026** Luciana Prado de Matos Silveira – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES – MG. Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico n. ° 32/2.026. Tipo: Menor Preço. Objeto Aquisição de 01(um) Ônibus, 0km ano modelo e fabricação mínimo 2026/2027, com no mínimo 29 lugares, para uso da Secretária Municipal de Educação, em atendimento ao convenio nº 1261000656/2026/SSE (45.913-5), conforme demais especificações constantes do Termo de Referência que é parte integrante do Edital. **LEGISLAÇAO:**Lei Federal n.º 14.133/21, e suas alterações, pelos Decretos Municipais n.º 3.456/2023, 3.458/2023, 3.461/2023, pela Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Municipal. nº 29 de 29 de dezembro de 2009.**DATA LIMITE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**:até às **8:29 h** do dia **27** de agosto de **2026** (horário de Brasília) **DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA**: **27** de agosto de **2026** às **08:30h** (horário de Brasília)**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO**: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública no endereço eletrônicohttps://licitanet.com.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.**LOCAL PARA INFORMAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL NA ÍNTEGRA E SEUS ANEXOS**: Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales – Divisão de Compra e Licitação, Avenida Brasil n.º 3641, Bairro Novo Horizonte, São Francisco de Sales - MG, das 07h00min às 13h00min - Fone/Fax: (34) 3413-8014.E-mail:contratoelicitacao@saofranciscodesales.mg.gov.brou através do site:http://www.prefeitura@saofranciscodesales.mg.gov.brewww.licitanet.com.br;

São Francisco de Sales,**12** de agosto de **2.026**.

LUCIANA PRADO DE MATOS SILVEIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Luciana Prado de Matos
Código Identificador:46C7BA91

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES/MG
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2026 - FOMENTO
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA PNAB - CICLO 02 MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE SALES/MG

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE SALES/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna pública a abertura do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2026 - FOMENTO – SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB - CICLO 02**, destinado à seleção de projetos culturais para celebração de Termo de Execução Cultural, nos termos, categorias, critérios e demais condições estabelecidas no Edital e em seus anexos. **Período de inscrições:** de 12 de agosto de 2026 a 16 de setembro de 2026.

O Edital nº 12/2026 e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.saofranciscodesales.mg.gov.br/municipio/cultura/pnab-ciclo-2 e nos demais meios oficiais de divulgação adotados pelo Município.

São Francisco de Sales/MG, 12 de agosto de 2026.

CAMILA CORREA DA CRUZ
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Weder Pereira Soares
Código Identificador:8DDFD2C9

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES/MG
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026 - PREMIAÇÃO
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE SALES/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna pública a abertura do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026 - PREMIAÇÃO – PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**, destinado ao reconhecimento e à premiação de agentes culturais, nos termos, categorias, critérios e demais condições estabelecidas no Edital e em seus anexos. **Período de inscrições:** de 12 de agosto de 2026 a 16 de setembro de 2026.

O Edital nº 13/2026 e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.saofranciscodesales.mg.gov.br/municipio/cultura/pnab-ciclo-2 e nos demais meios oficiais de divulgação adotados pelo Município.

São Francisco de Sales/MG, 12 de agosto de 2026.

CAMILA CORREA DA CRUZ
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Weder Pereira Soares
Código Identificador:E4F24897

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

CONTROLE INTERNO
DECRETO N.º 054/2026 "CEDE SERVIDOR PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA – SAAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO N.º 054/2026

"Cede servidor para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Francisco do Glória – SAAE e dá outras providências".

O Prefeito do Município de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as Leis nº 1.198, de 03 de março de 2017, nº 1.330, de 11 de março de 2022, e nº 1.340, de 24 de junho de 2022,

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de servidor para o cargo de Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Francisco do Glória – SAAE, inclusive junto às instituições bancárias;

DECRETA:

Art.1º. Fica cedido, ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Francisco do Glória – SAAE, o Senhor **ALMIR ROGÉRIO MARTINS**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 050.820.736-30, matrícula nº 1319, com ônus para o SAAE, que ficará responsável pelo pagamento da remuneração do servidor e dos demais encargos e vantagens decorrentes de sua cessão, enquanto perdurar a presente cessão.

Art. 2º. O servidor cedido exercerá as funções inerentes ao cargo de Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Francisco do Glória – SAAE, inclusive para fins de representação da Autarquia perante instituições bancárias e demais órgãos e entidades.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Glória/MG, 04 de agosto de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:22A94E0B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GERALDO

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041//2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 086/2026 - SRP 034/2026

Última atualização 12/08/2026 - Local: São Geraldo/MG - Órgão: MUNICIPIO DE SAO GERALDO - Unidade compradora: 02001 - MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO - Modalidade da contratação: Pregão – Eletrônico - Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I - Tipo: Edital - Modo de disputa: Aberto-Fechado - Registro de preço: Sim - Fonte orçamentária: Não informada - Data de divulgação no PNCP: 12/08/2026 - Situação: Divulgada no PNCP - Data de início de recebimento de propostas: 13/08/2026 08:00 (horário de Brasília) - Data fim de recebimento de propostas: 25/08/2026 09:00 (horário de Brasília)- Id contratação PNCP: 18137935000180-1-000071/2026 - Fonte: SH3 Informática Ltda. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas destinadas à concessão de benefício eventual forma de auxílio-alimentação para atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

TAMIRES CRISTINA DA CRUZ FERREIRA **–**
Pregoeira.

Publicado por:
Tamires Cristina da Cruz Ferreira
Código Identificador:C92EFF99

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, tornam público para conhecimento dos interessados o resultado da fase de habilitação do certame epigrafado, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos da frota da Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA LICITANTE	CLASSIFICAÇÃO
POSTO RIO PRETO LTDA CPF: 23.733.533/0001-88	HABILITADA

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 9.9757-1240, email: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 12 de agosto de 2026.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 022/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:A6D93172

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, comunicam o resultado da fase de julgamento de propostas do certame epigrafado, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento dos veículos da frota da Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA LICITANTE	CLASSIFICAÇÃO
POSTO RIO PRETO LTDA CPF: 23.733.533/0001-88	CLASSIFICADA: VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$ 840.400,00)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 9.9757-1240, email: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 12 de agosto de 2026.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 022/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:0B84E5F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 69, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N°. 69, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

INSTAURA O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO OUTORGADA À ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DOS ALCOÓLICOS, PAIS E AMIGOS DOS ADICTOS E ALCOOLISTAS FAZENDINHA GOTA DE ESPERANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de São Gotardo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que são conferidas pelo inciso VI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de São Gotardo, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 98, de 5 de abril de 2011, que autorizou a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel do patrimônio municipal, com área de 3.989,802 m², localizado nas proximidades do denominado "Campo Jaci da Jove", em favor da Associação Promocional dos Alcoólicos, Pais e Amigos dos Adictos e Alcoolistas Fazendinha Gota de Esperança;

CONSIDERANDO o Memorando nº 09/2026, do Setor de Habitação, que noticiou a necessidade de prosseguimento do procedimento de estremação e regularização da área pública onde se situa o imóvel concedido;

CONSIDERANDO o Despacho nº 028/2026/PGM, que recomendou, como medida preliminar, a realização de vistoria técnica para verificação do cumprimento dos encargos previstos na Lei Complementar Municipal nº 98/2011;

CONSIDERANDO o Memorando nº 014/2026, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, que, mediante levantamento aerofotográfico por drone,

constatou a existência de edificação aparentemente inacabada e sem sinais de utilização ou atividade no imóvel objeto da concessão;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 179/2026/PGM, que concluiu pela viabilidade jurídica da extinção da concessão, seja pelo advento do termo final de vigência em 18/04/2021, seja pelo descumprimento do encargo de construção da sede própria no prazo legal, condicionando a reversão do imóvel à prévia instauração de processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 87/2026, da Corregedoria-Geral do Município, que recomendou a instauração do processo administrativo por Portaria do Gabinete do Prefeito, com nomeação de comissão especial para sua condução;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Complementar Municipal nº 98/2011, que preveem a reversão do

imóvel ao patrimônio municipal em caso de descumprimento dos encargos e do prazo de vigência da concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura do **Processo Administrativo de Revisão e Extinção da Concessão de Direito Real de Uso** outorgada à Associação Promocional dos Alcoólicos, Pais e Amigos dos Adictos e Alcoolistas Fazendinha Gota de Esperança, CNPJ nº 08.416.595/0001-72, relativa ao imóvel registrado sob a Matrícula nº 29.785 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Gotardo.

Art. 2º - Ficam designados os servidores **Cristiano Flávio Rodrigues, Daniel Borges de Souza e Missandre Cristina Pinheiro,** para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Especial de Processo Administrativo.

Art. 3º - Ficam os membros da Comissão, quando da realização de quaisquer atos referentes ao Processo Administrativo aberto por esta Portaria, dispensados do exercício de atribuições dos cargos de que são titulares na Administração Municipal.

Art. 4º - Compete à Comissão:
I – autuar o processo e instruí-lo com a documentação constante do protocolo nº 2026.07.09.122934.116711 e seus antecedentes, bem como realizar as diligências e demais atos de instrução necessários à apuração dos fatos
II – notificar pessoalmente a concessionária acerca das irregularidades apontadas, assegurando-lhe prazo de **10 dias úteis** para apresentação de defesa escrita;
III – proceder à notificação nos termos do art. 51 e incisos, da Lei 2.290/2018
IV – elaborar relatório conclusivo, com parecer fundamentado, a ser submetido à decisão da autoridade competente.
§ 1º Os atos de comunicação de que trata o inciso III deste artigo serão realizados, nos termos do art. 51 da Lei Municipal nº 2.290/2018, preferencialmente na seguinte ordem:
I – mediante mensagem enviada ao endereço eletrônico (e-mail), com confirmação de leitura, ou por fac-símile;
II – mediante remessa por via postal, com aviso de recebimento;
III – pessoalmente, mediante aposição de data e assinatura do destinatário no instrumento ou expediente, ou através de lavratura de termo em livro próprio, se houver;
IV – por edital publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 5º - O prazo para conclusão do presente Processo Administrativo será de **180 dias**, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado, a critério da autoridade superior, por igual período, mediante motivo relevante e devidamente justificado.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 12 de agosto de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaella Geralda Pereira Barbosa
Código Identificador:9E498620

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 260 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 260 DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, AS ÁREAS NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL MANANCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Gotardo, no uso de suas atribuições legais e, especialmente, das que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que constitui competência do Município promover a adequada prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos dos artigos 23, inciso IX, e 30, incisos I e V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especialmente quanto à declaração de utilidade pública destinada à constituição de servidão administrativa;

CONSIDERANDO o interesse público na implantação das Estações Elevatórias de Esgoto Bruto – EEEB, redes coletoras, interceptores, poços de visita, caixas de inspeção, dispositivos hidráulicos e demais estruturas integrantes do sistema público de esgotamento sanitário;

CONSIDERANDO os projetos técnicos elaborados, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, bem como as manifestações técnicas da Secretaria Municipal de Obras Públicas e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico constante do Despacho nº 069/2026/PGM, exarado pela Procuradoria-Geral do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de constituição de servidão administrativa, amigável ou judicial, as faixas de terras particulares descritas no Anexo I deste Decreto, necessárias à implantação, operação, conservação, inspeção, manutenção, substituição e ampliação da infraestrutura pública de esgotamento sanitário destinada ao atendimento do empreendimento Residencial Manancial e de toda a área de influência do sistema.
Parágrafo único. A servidão administrativa compreenderá exclusivamente as áreas indispensáveis à passagem subterrânea dos interceptores, redes coletoras, linhas de recalque, poços de visita, caixas de inspeção, dispositivos hidráulicos e demais equipamentos necessários ao adequado funcionamento do sistema.

Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade permitir a constituição da servidão administrativa prevista no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, preservando-se o domínio dos imóveis pelos respectivos proprietários.

Art. 3º A constituição da servidão administrativa poderá ocorrer:
I – mediante acordo administrativo celebrado entre o Município, a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico e o proprietário do imóvel;
II – por via judicial, nas hipóteses em que não houver composição amigável.

Art. 4º Fica autorizada a realização de levantamentos topográficos, georreferenciamento, medições, avaliações, sondagens, estudos ambientais, inspeções e demais atos técnicos necessários à perfeita individualização das áreas atingidas pela servidão.

Art. 5º A instituição da servidão administrativa não importa transferência da propriedade do imóvel, permanecendo assegurado ao proprietário o exercício de todos os direitos compatíveis com a existência da infraestrutura pública implantada.

Art. 6º Os proprietários dos imóveis gravados pela servidão deverão abster-se de praticar quaisquer atos que possam comprometer a

integridade, estabilidade, funcionamento ou manutenção das redes públicas implantadas.
Parágrafo único. Ficam especialmente vedados, na faixa de servidão:
I – edificações permanentes;
II – fundações profundas;
III – escavações que comprometam a estabilidade da tubulação;
IV – plantio de árvores de grande porte ou espécies cujas raízes possam atingir as instalações;
V – qualquer intervenção que dificulte o acesso para manutenção da infraestrutura pública.

Art. 7º Fica assegurado ao Município e à concessionária dos serviços públicos de saneamento básico o direito permanente de acesso às áreas gravadas pela servidão para fins de:
I – inspeção;
II – manutenção preventiva;
III – manutenção corretiva;
IV – substituição de equipamentos;
V – ampliação da infraestrutura;
VI – atendimento de situações emergenciais.

Art. 8º Toda intervenção realizada nas áreas atingidas deverá observar rigorosamente:
I – a legislação ambiental vigente;
II – as condicionantes eventualmente impostas pelos órgãos ambientais competentes;
III – as normas técnicas da ABNT;
IV – as normas expedidas pela Agência Reguladora competente;
V – as boas práticas de engenharia.

Art. 9º A concessionária responderá integralmente pelos danos eventualmente causados aos imóveis atingidos durante a execução das obras ou durante as atividades de operação e manutenção do sistema.
§1º Os danos eventualmente causados deverão ser integralmente reparados.
§2º As áreas eventualmente degradadas deverão ser recompostas às expensas da concessionária.

Art. 10º Caso a instituição da servidão administrativa ocasionar prejuízo patrimonial efetivamente comprovado ao proprietário do imóvel, será assegurada a correspondente indenização, observado o devido processo legal e a legislação aplicável.

Art. 11º Os memoriais descritivos, plantas, coordenadas georreferenciadas e demais elementos técnicos que identificam as áreas atingidas passam a integrar este Decreto como seus Anexos.

Art. 12º Após a constituição da servidão administrativa, poderá ser promovida sua averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, na forma da legislação vigente.

Art. 13º As despesas decorrentes da implantação, operação, manutenção, conservação, fiscalização e eventual indenização correrão por conta da concessionária responsável pela prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário, observado o instrumento contratual vigente.
Art. 14º A Secretaria Municipal de Obras Públicas ficará responsável pelo acompanhamento técnico das intervenções e pela fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas neste Decreto.

Art. 15º Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, pela Procuradoria-Geral do Município e pelos demais órgãos competentes.

Art. 16º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 12 de Agosto de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:0FF25EC4

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DO PROCESSO 216/2026 – INEXIGIBILIDADE 027/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, ATRAVÉS DO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/2026. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRADO (UAI) DO MUNICÍPIO. LOCADOR: MARCIO WAGNER FONSECA SOARES, COM O VALOR GLOBAL R$ 528.000,00(QUINHENTOS E VINTE E OITO MIL REAIS) PARA 24 ,MESES , PAGOS MENSALMENTE EM 24 (VINTE E QUATRO) PARCELAS NO VALOR DE R$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS). DATA DA RATIFICAÇÃO: 29 DE JULHO DE 2026.

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:7528066C

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 107/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº. 107/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 216/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 027/2026. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRADO (UAI) . LOCADOR: MARCIO WAGNER FONSECA SOARES, COM O VALOR GLOBAL DE R$ 528.000,00(QUINHENTOS E VINTE E OITO MIL REAIS) PARA 24 ,MESES , PAGOS MENSALMENTE EM 24 (VINTE E QUATRO) PARCELAS NO VALOR DE R$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS). DATA DE ASSINATURA: 29/07/2026. VIGÊNCIA: 29/07/2026 A 29/07/2028.

MAKOTO EDISON SEKITA –
Prefeito Municipal.

DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO -
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão.

MARCIO WAGNER FONSECA SOARES –
Locador.

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:AFB9F850

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 125/2026 DECORRENTE DA ATA N° 066/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO N°125/2026 DECORRENTE DA ATA Nº 066/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 122/2025. OBJETO: CONSTITUI OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS, SENDO SANEANTES CONCENTRADOS PARA LIMPEZA DE AMBIENTES HOSPITALAR, SANEANTES DE LAVANDERIA HOSPITALAR, COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE DOSAGEM EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. (HOSPITAL, PRONTO ATENDIMENTO E HEMODIÁLISE), VISANDO AS MANUTENÇÕES DOS AMBIENTES HOSPITALARES E DE ASSISTÊNCIA A URGÊNCIAS E DA HEMODIÁLISE, POR MEIO DO MÉTODO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS, COMPOSTO PELOS VÁRIOS SETORES DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, VALOR ESTIMADO DO

ADITIVO: R$ 931.945,22 (NOVECENTOS E TRINTA E UM MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE DOIS CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 10/07/2026. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 10/07/2026 A 09/07/2027. CONTRATADA: MARCA MAIOR DISTRIBUIDORA LTDA, ASSINANTES: MAKOTO EDISON SEKITA – PREFEITO MUNICIPAL. DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAÚJO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SÉRGIO GONÇALVES CAIXETA -REPRESENTANTE DAS CONTRATADAS.

Publicado por:
Geisimara Junia Frazão
Código Identificador:3376385C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 60 DE 12 AGOSTO DE 2026

Prorroga o prazo de adesão ao Programa de Incentivo de Regularização de Débitos Tributários (REFIS Municipal 2026), instituído pela Lei Municipal nº 2.376/2026 e regulamentado pelo Decreto nº 58, de 12 de maio de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.376, de 2026, e no Decreto nº 58, de 12 de maio de 2026,

Decreta:

Art. 1º. Fica prorrogado, por igual período, ou seja, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para adesão ao Programa de Incentivo de Regularização de Débitos Tributários – REFIS Municipal 2026, instituído pela Lei Municipal nº 2.376/2026 e regulamentado pelo Decreto nº 58, de 12 de maio de 2026, cujo prazo original se encerraria em 12 de agosto de 2026.

Art. 2º. Com a prorrogação de que trata o art. 1º deste Decreto, o novo prazo final para adesão ao REFIS Municipal 2026 passa a ser o dia 10 (dez) de novembro de 2026.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 58, de 14 de abril de 2026, e da Lei Municipal nº 2.376/2026, no que não conflitarem com este Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João da Ponte – MG, 12 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito de São João da Ponte -MG

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:C3BBE082

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PROC. 44/2026

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2026
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

OBJETO: Credenciamento de bandas e artistas na área cultural, em diferentes estilos para atender aos eventos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de São João da Ponte, conforme anexos.

O Município de São João da Ponte/MG, por intermédio da Agente de contratação, nomeada através da portaria nº 073 de 07/07/2026, torna público o extrato dos contratos do Credenciamento nº 005/2026, conforme detalhado a seguir:

1. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 196/2026
Carlos Cesar Ribeiro dos Santos
CPF: 060.798.336-11
Representante de: "Cezinha dos Teclados"
Valor dos eventos: conforme tabela de remuneração do edital.

2. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 197/2026
Felipe dos Santos Gonçalves
CPF: 132.414.846-29
CNPJ: 64.886.566/0001-45
Representante de: "Estrela de Minas"
Valor dos eventos: conforme tabela de remuneração do edital.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 11 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:58B14D42

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO

O Município de São João da Ponte/MG torna público que convocou a banda **AS MINAS SENSAÇÃO** para apresentação de show artístico na Tradicional Festa Religiosa na Comunidade de Vereda Viana, neste município, realizada no dia **09 de agosto de 2026**, para um público estimado de **501 a 1.000 pessoas** (evento de Pequeno porte).

Valor: **R$ 1.400,00 (Mil quatrocentos reais)**

Fundamento: Credenciamento nº 005/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 044/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 027/2025.

São João da Ponte – MG, 08 de agosto de 2026.

CLÉCIO BATISTA MAGALHÃES
Secretário de Cultura

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:FE9BD4B0

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO

O Município de São João da Ponte/MG torna público que convocou a banda **LÉO SKALLYS** para apresentação de show artístico na Tradicional Festa de Bom Jesus, no Distrito de Condado do Norte, neste município, realizada no dia **10 de agosto de 2026**, para um público estimado entre **501 a 1.000 pessoas** (evento de Pequeno porte).

Valor: **R$ 1.000,00 (mil reais)**

Fundamento: Credenciamento nº 005/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 044/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 027/2025.

São João da Ponte – MG, 08 de agosto de 2026.

CLÉCIO BATISTA MAGALHÃES
Secretário de Cultura

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:2EF489EC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de São João da Ponte - MG, no uso de suas atribuições legais, homologa o julgamento da Agente de Contratação ao Processo Licitatório Nº 073/2026 – Pregão Eletrônico SRP n° 012/2026 , que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços clínicos odontológicos (etapa clínica), serviços de laboratório de prótese dentária (etapa laboratorial) e confecção de próteses odontológicas e dispositivos intraorais removíveis em formato digital, contemplando todas as etapas necessárias à execução dos procedimentos, incluindo avaliação clínica, moldagem, planejamento, confecção, prova, ajustes, instalação e acompanhamento dos pacientes**, visando ao atendimento integral dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São João da Ponte/MG, conforme diretrizes estabelecidas pela **Portaria GM/MS nº 3.494, de 10 de abril de 2024**, de forma parcelada, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referência – Anexo I, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a empresa: **ODONTO PRÓTESE- LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 21.677.530/0001-49, R$270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais).**
Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte, 11 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:70A1C906

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROC. 44/2026

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2026
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

OBJETO: Credenciamento de bandas e artistas na área cultural, em diferentes estilos para atender aos eventos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de São João da Ponte, conforme anexos.

O Município de São João da Ponte/MG, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público o extrato de **ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO** do Credenciamento nº 005/2026, ficando habilitados os interessados que atenderam às exigências do edital, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

1. CARLOS CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Representante de: "Cezinha dos Teclados"
CPF: 060.798.336-11

2. FELIPE DOS SANTOS GONÇALVES
CPF: 132.414.846-29
CNPJ: 64.886.566/0001-45
Representante de: "Estrela de Minas"

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 11 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:7953AA66

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

O Municipio de São João da Ponte - MG, por intermédio da Agente de Contatação do Município, nomeada através da Portaria n°: 073 de 07 de julho de 2026 torna se público o extrato do Contrato Administrativo do Processo Licitatório Nº 073/2026 – Pregão Eletrônico SRP n° 012/2026, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços clínicos odontológicos (etapa clínica), serviços de laboratório de prótese dentária (etapa laboratorial) e confecção de próteses odontológicas e dispositivos intraorais removíveis em formato digital, contemplando todas as etapas necessárias à execução dos procedimentos, incluindo avaliação clínica, moldagem, planejamento, confecção, prova, ajustes, instalação e acompanhamento dos pacientes**, visando ao atendimento integral dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São João da Ponte/MG, conforme diretrizes estabelecidas pela **Portaria GM/MS nº 3.494, de 10 de abril de 2024**, de forma parcelada, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referência – Anexo I, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG

CONTRATADA: ODONTO PRÓTESE- LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: **21.677.530/0001-49.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026
VALOR GLOBAL ESTIMADO **R$270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais).**

Publique-se o resultado para conhecimento público.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: **11/08/2026 à 10/08/2027.**
Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte, 11 de agosto de 2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:C5736B0C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº. 10.453 DESIGNA COORDENADORA DE GESTÃO COM PESSOAS.

DECRETO Nº. 10.453

Designa Coordenadora de Gestão com Pessoas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** a necessidade de designação de pessoa para responder pelas funções do referido cargo, enquanto durar o período de férias da titular; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a **Srª. Alícia Bernardes de Carvalho Santana** para responder pelas atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de **"Coordenador de Gestão com Pessoas"** enquanto

durar o período de férias da titular do cargo, pelo período de 05/01/2026 à 15/01/2026.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 30 de dezembro de 2025.

AGILSANDER RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal
Em Exercício

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

ARS/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:F85A2CA7

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0230/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0090/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) EMBACOM LTDA, inscrita no CNPJ nº. 47.156.456/0001-09, com o valor de R$ 6.680,00 (seis mil, seiscentos e oitenta reais), GRAFICA E EDITORA VEREDAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 32.879.576/0001-67, com o valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), GRAWANDO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 25.698.473/0001-35, com o valor de R$ 26.615,00 (vinte e seis mil, seiscentos e quinze reais) e Seven Copy Comercial Ltda, inscrita no CNPJ nº. 07.416.432/0001-27, com o valor de R$ 2.268,00 (dois mil, duzentos e sessenta e oito reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0230/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0090/2026.

São Lourenço, 06 de Agosto de 2026.

CLAÚDIA NOGUEIRA DE SOUZA –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – A Secretária Municipal de Saúde de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0230/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0090/2026, que tem como objeto: Fornecimento de impressos para atender às diversas setores da Secretaria se Saúde, para eventual e futura aquisição, com inscrição em Ata de Registro de Preços.

São Lourenço, 06 de Agosto de 2026.

ERIKA JUNGER DE TOLEDO RAMOS –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:974EE896

LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO -
PROCESSO : 0151/2026 - CONCORRÊNCIA 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO –Processo 0151/2026 – Concorrência Pública nº 002/2026 - Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de São Lourenço, no uso de suas atribuições, adjudica a empresa: G.A. FIX Construções Ltda-CNPJ: 31.139.940/0001-90, com o valor de R$ 167.000,00 (Cento e sessenta e sete mil) licitante vencedor do processo licitatório nº 0151/2026, Concorrência Pública nº 02/2026.

São Lourenço, 07 de agosto de 2026.

JANAINA OLIVEIRA DOS SANTOS–
Agente de Contratação.

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana, no uso de suas atribuições, homologa o julgamento da CPL ao processo licitatório nº 0151/2026, Concorrência Pública nº 02/2026, que tem como objeto: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA RUA ORLANDO B. DE ALMEIDA.

São Lourenço, 07 de agosto de 2026.

THIAGO MACEDO PIRES –
Secretária Municipal de Infraestrutura Urbana.

Publicado por:
Keila Cristina Palma Coelho
Código Identificador:CA3DF2A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.398 DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 10.233 DE 17/07/2025 QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONCURSADO PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, DISPOSTA NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 002/11, DE 01/08/2011, E SUAS ALTERAÇÕE

DECRETO Nº. 10.398

Dispõe sobre a revogação do Decreto nº 10.233 de 17/07/2025 que dispõe sobre a designação de servidor público municipal concursado para exercer função gratificada, disposta na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, em seu inteiro teor, o Decreto nº 10.233, de 17/07/2025.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 26 de novembro de 2025.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:9BE14ABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.479 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 16.000,00 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.479

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 16.000,00 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.392.0007.2.0114-1.500.000 - 3.3.90.31.00 REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS CULTURAIS - - - - - - - - R$ 16.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - - - R$ 16.000,00

Total da Unidade 13 - - - -- - - - - - R$ 16.000,00

Total da Instituição 02 - - - - - - - - R$ 16.000,00

Total Geral Acrescido - - - - - - - - R$ 16.000,00

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.122.0009.2.0108-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO - - - -- - - - R$ 16.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - - - R$ 16.000,00

Total da Unidade 13 - - - - - - - - R$ 16.000,00

Total da Instituição 02 - - - -- - - - - - - R$ 16.000,00

Total Geral Anulado - - - - - - - - R$ 16.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 13 de janeiro de 2026.

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.479
Folha 02

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

NATHANE DOS SANTOS SILVA RAPOSO
Secretária Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:250D1C3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.481 INSERE NO ORÇAMENTO VIGENTE A NATUREZA DE DESPESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 10.481

Insere no Orçamento vigente a natureza de despesa que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) Natureza(s) de despesa(s): abrindo-se para este fim Crédito Suplementar no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 01 - CÂMARA MUNICIPAL
Sub-Unidade 02 - SECRETARIA LEGISLATIVA
1.01.02.01.031.0103.2.0002-1.500.000 - 3.3.90.48.00 REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL - - - - - - - - R$ 80.000,00

Total da Sub-Unidade 02 - - -- - - - - - R$ 80.000,00

Total da Unidade 01 - - - -- - - - - - - - R$ 80.000,00

Total da Instituição 01 - - - - - - - - - - - R$ 80.000,00

Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - - R$ 80.000,00

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.
Órgão 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 01 - CÂMARA MUNICIPAL
Sub-Unidade 02 - SECRETARIA LEGISLATIVA
1.01.02.01.031.0103.2.0002-1.500.000 - 3.3.90.08.00 REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL - - - - - - R$ 80.000,00

Total da Sub-Unidade 02 - - - - - - - - - - - R$ 80.000,00

Total da Unidade 01 - - - -- - - - - - - R$ 80.000,00

Total da Instituição 01 - - - - -- - - - - - - R$ 80.000,00

Total Geral Anulado - - - - - - - - - - - R$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.481
Folha 02

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 14 de janeiro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

NATHANE DOS SANTOS SILVA RAPOSO
Secretária Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:6BF6F62A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LISTA DE CONVOCAÇÃO CONFORME ITEM 9.4 DO EDITAL 01/2023

LISTA DE CONVOCAÇÃO CONFORME ITEM 9.4 DO EDITAL 01/2023			
São Lourenço/MG - Concurso Público 01/2023 /Engº de Regulação			
NOME	CPF	INSC	CLASSIF
LUCAS SANTOS FELICETTI	155XXXXX08	162911-4	2º
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, 12/08/2026

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:0B8BFEC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.103 NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA PARA ORGANIZAÇÃO, AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E JULGAMENTO DE RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2026.

PORTARIA Nº. 4.103

Nomeia os membros da Comissão Especial Organizadora para organização, avaliação de documentos e julgamento de recursos do Processo Seletivo nº 004/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM, **considerando** as disposições contidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2026; **considerando** a necessidade de designação das referidas comissões a fim de dar início aos trabalhos ao andamento do Processo Seletivo nº 004/2026; **considerando** que ao Chefe do Poder Executivo Municipal incumbe dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo nº 004/2026, os seguintes membros:

I – Aldair José Balde

II – Cássia Carneiro Mangia

III – Jozilene Araújo da Silva

Art. 2º Constituem atribuições da Comissão Organizadora:

I – orientar e dirimir dúvidas que lhe forem submetidas sobre o Processo Seletivo;

II – identificar, analisar, avaliar e selecionar documentação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo;

III – julgar recursos apresentados ao resultado preliminar de seleção;

IV – analisar os critérios de avaliação e desempate dos candidatos e elaboração do resultado definitivo de classificação.

Art. 3º Os trabalhos realizados pelas referidas comissões serão remunerados, sendo assegurado o pagamento de gratificação de função, exceto aos cargos de agentes políticos, nos termos do art. 109 da Lei Complementar nº.002/11, de 01/08/2011, e suas alterações.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 12 de agosto de 2026.

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.103
Folha 02

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:5F79829E

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº032/2026

Ata de Registro de Preços nº 032/2026.
Órgão responsável pelo registro: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Lourenço/MG.
Fornecedor: BRW- Válvulas e Conexões LTDA. – CNPJ: 58.283.794/0001-28.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 018/2026.
Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais hidráulicos diversos para o sistema de abastecimento de água.
Valor total: R$ 213.999,60 (duzentos e treze mil, novecentos e noventa e nove Reais e sessenta centavos).
Forma de pagamento: Contraentrega do material
Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura.
Data da assinatura: 12/08/2026.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:02638447

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº038/2026

Ata de Registro de Preços nº 038/2026.
Órgão responsável pelo registro: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Lourenço/MG.
Fornecedor: Conexo Indústria e Comércio LTDA – CNPJ: 00.662.084/0001-29.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 018/2026.
Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais hidráulicos diversos para o sistema de abastecimento de água.
Valor total: R$ 350.800,00 (trezentos e cinquenta mil e oitocentos reais)
Forma de pagamento: Contraentrega do material
Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura.
Data da assinatura: 07/08/2026.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:2096FC9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 001/2026

Torna público aos interessados, que fará realizar no dia 28 de agosto de 2026, às 09:00 horas, licitação, na modalidade **Concorrência Eletrônico**, objetivando a Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação de via pública na Avenida Afonso Alves Pereira, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços de regularização do subleito, pavimentação com piso intertravado tipo sextavado em concreto com espessura de 8 cm, colchão de areia, execução de guias de meio-fio, sarjetas e demais serviços previstos no projeto executivo. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.saosebastiaodavargemalegre.mg.gov.br ou https://bnccompras.com. A sessão de licitação será realizada por meio da internet, no endereço eletrônico https://bnccompras.com/Home/Login, Bolsa Nacional de Compras - BNC,

São Sebastião da Vargem Alegre, 12 de agosto de 2026.

ARCEDINO JOSÉ DE ALMEIDA–
Prefeito;

MAURELI FREITAS DA SILVA –
Agente de Contratação.

Publique-se

Publicado por:
Maureli Freitas da Silva
Código Identificador:2BE8D2AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 3075

PORTARIA nº 3075

RETIFICA A PORTARIA Nº 3.072, DE 6 DE AGOSTO DE 2026, QUE ALTEROU A PORTARIA Nº 3.005, DE 21 DE JULHO DE 2025, RELATIVA À COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR ANTONINO JOSÉ AMORIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis.
CONSIDERANDO que a Portaria nº 3.072, de 6 de agosto de 2026, alterou a composição do Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Antonino José Amorim;
CONSIDERANDO a constatação de erro material na redação do art. 1º da Portaria nº 3.072, de 6 de agosto de 2026, consistente na inclusão indevida de representantes do segmento de pais e/ou responsáveis por alunos pertencentes a outra unidade de ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de retificar a composição do Conselho Escolar, de modo a fazê-la corresponder aos representantes efetivamente indicados e eleitos para o Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Antonino José Amorim;
CONSIDERANDO a necessidade de preservar a representatividade, a proporcionalidade, a legitimidade e a regularidade da composição do Conselho Escolar;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam excluídas, por erro material, da composição do Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Antonino José Amorim, constante do art. 1º da Portaria nº 3.005, de 21 de julho de 2025, com redação dada pela Portaria nº 3.072, de 6 de agosto de 2026, as seguintes designações:
I – REPRESENTANTES DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS POR ALUNOS
Titular: Rafaella Abud de Oliveira.
Suplente: Adriana Aparecida Ruivo Nascimento.
Art. 2º O art. 1º da Portaria nº 3.005, de 21 de julho de 2025, com redação dada pela Portaria nº 3.072, de 6 de agosto de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Antonino José Amorim, conforme a seguinte composição:
DIRETORA DA UNIDADE DE ENSINO: Raphaela Duarte Resende.
PRESIDENTE: Raphaela Duarte Resende.
VICE-PRESIDENTE: Franciele Caroline dos Santos.
SECRETÁRIA: Lucia Helena Prado.
I – REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
Titular: Franciele Caroline dos Santos.
Suplente: Francielly Cezarino de Melo.
II – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS
Titular: Lucia Helena Prado.
Suplente: Rosimeire Bernardes.
Titular: Marilza Sanches Aranha Francisco.
Suplente: Simone Aparecida Duarte Pimenta.
III – REPRESENTANTES DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS POR ALUNOS
Titular: Geiziane Mariana Geremias Andrade.
Suplente: Camila Mariana Silva dos Anjos.
Titular: Roberta Miranda de Oliveira.
Suplente: Maria Heloísa Matias.
IV – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL
Titular: Celina Aparecida Rodrigues Almeida.
Suplente: Tânia Maria Cezarino de Melo. (NR)
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 3.072, de 6 de agosto de 2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 11 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:6D94129D

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 052/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 9058/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 052/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Registro de preços objetivando aquisição de tatame em eva e outros diversos materiais e equipamentos esportivos, destinados a atender a Secretaria Municipal de Esportes, com entrega parcelada por um período de 12 meses, com itens de cota reservada para ME, EPP e MEI e itens de livre participação. As propostas serão recebidas até o dia 25/08/2026 e o horário para início da sessão será às 09:00 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br; http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes; https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 12 de agosto de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:0C9E9A3B

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 075/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 12008/2026, modalidade Pregão nº 075/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: GLOBAL . Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de solução de segurança de perímetro, composta por Firewall de Próxima Geração (NGFW), com fornecimento de equipamentos e licenças em regime de comodato, englobando os serviços de instalação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, bem como a gestão contínua da infraestrutura de tecnologia da informação, visando garantir a proteção e a disponibilidade dos dados institucionais, conforme as exigências, condições e especificações constantes do Termo de Referência. As propostas serão recebidas até o dia 27/08/2026 e o horário para início da sessão será às 09:30 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br; http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes; https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de

Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 12 de agosto de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:1BD06CF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO - INEXIGIBLIDADE 36/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Processo Licitatório nº 11979/2026
Inexigibilidade nº 36/2026

Eu, Marcelo de Morais, na qualidade de Prefeito do município de São Sebastião Do Paraíso, MG, considerando o resultado do procedimento de contratação direta modalidade Inexigibilidade, cujo objeto é Contratação da empresa Pádua e Safatle para prestação de serviços de exames tal com execução continua e parcelada conforme a demanda, por um período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades da área de saúde da Prefeitura de São Sebastião do Paraíso, decidido pela Comissão de Contratação, venho por meio deste termo:

AUTORIZAR a prosseguir na contratação com a(s) empresa(s) vencedora(s), PADUA E SAFATLE (CNPJ nº 02.225.736/0001-93, no valor de R$ 581.902,08), visando à efetivação da(s) contratação(ões), objeto deste processo, nos termos da(s) proposta(s) apresentada(s) e das condições estabelecidas no aviso de contratação conforme documentos anexos aos autos.

São Sebastião Do Paraíso, 12 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito

Publicado por:
Leny Ghiglino Gadea
Código Identificador:44AAFB2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE Nº 36/026.
PROCESSO: 11979/2026 – CONTRATO Nº 123/2026

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso - MG. Extrato de Contrato. Inexigibilidade Nº 36/026. Processo: 11979/2026 – Contrato nº 123/2026. Objeto: Contratação da empresa Pádua e Safatle para prestação de serviços de exames tal com execução continua e parcelada conforme a demanda, por um período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades da área de saúde da Prefeitura de São Sebastião do Paraíso Vigência: 12/08/2026 a 11/08/2027. Contratada: PADUA E SAFATLE. Valor total: R$ 581.902,08 (Quinhentos e Oitenta e Um Mil e Novecentos e Dois Reais e Oito Centavos), sendo que os valores unitários serão aqueles constantes das planilhas orçamentárias em anexo ao contrato. Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso-MG.

MARCELO DE MORAIS.
Prefeito Municipal
12/08/2026

Publicado por:
Leny Ghiglino Gadea
Código Identificador:7491B525

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 36/2026

TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 11979/2026
Inexigibilidade nº 36/2026

Eu, **Marcelo de Morais**, na qualidade de Prefeito do município de **São Sebastião Do Paraíso**, **MG**, considerando o resultado do procedimento de contratação direta modalidade **Inexigibilidade,** cujo objeto é **Contratação da empresa Pádua e Safatle para prestação de serviços de exames tal com execução continua e parcelada conforme a demanda, por um período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades da área de saúde da Prefeitura de São Sebastião do Paraíso**, decidido pelo Comissão de Contratação, venho por meio deste termo:

ADJUDICAR o objeto da licitação à(s) empresa(s) PADUA E SAFATLE (CNPJ nº 02.225.736/0001-93, no valor de R$ 581.902,08), conforme na Ata de Julgamento e relatórios anexos ao processo, nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21

HOMOLOGAR o resultado do procedimento, declarando-o válido e eficaz, conforme disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21.

São Sebastião Do Paraíso, 12 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito

Publicado por:
Leny Ghiglino Gadea
Código Identificador:EAA6E102

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SAPUCAÍ MIRIM

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
PRC 198 HOMOLOGAÇÃO VANS SAÚDE

VISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO N° 0198/2026 ADESÃO Nº113/2026
A Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim, em face da realização do PRC Nº198/26,Adesão nº113/26, que objetivou a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 02(duas) vans, 16 lugares,com acessibilidade, zero quilômetro, recurso oriundo da Resolução SES Nº11.032/2026, destinada ao transporte de pacientes da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim/MG, decide **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o objeto da presente processolicitatório, pelo valor TOTAL do procedimento licitatório, à empresa abaixo relacionada:

• **GB COMÉRCIO &SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ n°51.705.212/0001-05.Valor:R$771.446,00.

Sapucaí-Mirim, 10 de agosto de 2026.

NILSON GONÇALVES TRINDADE
Prefeito Municipal de Sapucaí-Mirim

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:AA906BCE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 008/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Extrato do 1º aditivo a Ata Registro de Preço 110/2025. Pregão Presencial 008/2025.Objeto: A realização de prorrogação do prazo da ata registro de preço mantendo os demais termos da Ata até o dia 11 de setembro de 2027 a partir da data 11 de setembro de 2026. Contratado: **COMERCIAL PINDORAMA LTDA**, **CNPJ: 42.438.369/0001-01,** com sede na rua Nelson Oliveira Morais, Bairro Padre Ermelindo, nº 91, São José do Goiabal, MG, CEP: 35.986-000.

Sem Peixe, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:987C1A9F

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 009/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Extrato do 1º aditivo a Ata Registro de Preço 106/2025. Pregão Presencial 009/2025.Objeto: A realização de prorrogação do prazo da ata registro de preço mantendo os demais termo da Ata até o dia 04 de setembro de 2027 a partir da data 04 de setebro de 2026. Contratado: **COMERCIAL PINDORAMA LTDA**, **CNPJ: 42.438.369/0001-01,** com sede na rua Nelson Oliveira Morais, Bairro Padre Ermelindo, nº 91, São José do Goiabal, MG, CEP: 35.986-000.

Sem Peixe, 07 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:42936633

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 010/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Extrato do 1º aditivo a Ata Registro de Preço 114/2025. Pregão Presencial 010/2025.Objeto: A realização de prorrogação do prazo da ata registro de preço mantendo os demais termos da Ata até o dia 24 de setembro de 2027 a partir da data 24 de setembro de 2026. Contratado: **GERALDO MAGELA BRANDÃO MOL 57361126634**, **CNPJ: 34.885.819/0001-03,** com sede na rua Dona Almerinda, nº 10, Conjunto habitacional Ascendino de Paiva, Sem Peixe/MG, CEP: 35.441-000.

Sem Peixe, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:7ACF7611

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONCORRÊNCIA 006/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. PROCESSO CONCORRENCIA 006/2025 EXTRATO DO 1º ADITIVO. Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses a partir da data de 09 de setembro de 2026. Contratado: CONSTRUTORA Rodrigues Rosa , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.398.335/0001-27, com sede na rua Afonso Repoles, nº 62, Centro, Sem Peixe/MG, CEP: 35.441-000.

Sem Peixe, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:E1B8982D

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONCORRENCIA 007/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. PROCESSO CONCORRENCIA 007/2025 EXTRATO DO 1º ADITIVO. Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses a partir da data de 30 de setembro de 2026. Contratado: CONSTRUTORA Rodrigues Rosa , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.398.335/0001-27, com sede na rua Afonso Repoles, nº 62, Centro, Sem Peixe/MG, CEP: 35.441-000.

Sem Peixe, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:32624D67

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO PRC 090/2026

EXTRATO DA ATA/ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 039/2026

A Prefeitura Municipal de Sem Peixe torna público o resumo da Ata do processo de Dispensa nº 039/2026. Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado instalados nos veículos da frota municipal, conforme solicitação do Departamento Municipal de Obras e Transportes. Contratado: **53.718.622 CARLOS HENRIQUE MARTINS**, sociedade civil inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.718.622/0001-16, com sede Rua Doutor Luiz Gonzaga Torres, n°111, Centro, Dom Silvério – Minas Gerais, CEP: 35.440-000, apresentou proposta no valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**.**

Sem Peixe, 12 de agosto de 2026

O CHEFE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES DE SEM PEIXE resolve adjudicar o objeto e homologar o processo conduzido pela Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Sem Peixe e respectiva Equipe de Apoio onde foi declarada as propostas vencedoras do Processo n° 090/2026, Dispensa 039/2026. Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado instalados nos veículos da frota municipal, conforme solicitação do Departamento Municipal de Obras e Transportes, especificações e condições descritas no processo administrativo de contratação e autoriza a formalização da contratação direta nos termos do inciso II do Art.75 da Lei 14.133/2021, da empresa: **53.718.622 CARLOS HENRIQUE MARTINS**, sociedade civil inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.718.622/0001-16, com sede Rua Doutor Luiz Gonzaga Torres, n°111, Centro, Dom Silvério – Minas Gerais, CEP: 35.440-000, apresentou proposta no valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Sem Peixe, 12 de agosto de 2026.

EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA 039/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE – Processo Licitatório 090/2026, Dispensa Nº 039/2026, Contrato: 109/2026. Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado instalados nos veículos da frota municipal, conforme solicitação do Departamento Municipal de Obras e Transportes, especificações e condições descritas no processo administrativo de contratação, parte integrante deste instrumento como se nele estivesse transcrito, nos termos do inciso II do Art.75 da Lei 14.133/2021. Contratado: **53.718.622 CARLOS HENRIQUE MARTINS**, sociedade civil inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.718.622/0001-16, com sede Rua Doutor Luiz Gonzaga Torres, n°111, Centro, Dom Silvério – Minas Gerais, CEP: 35.440-000, apresentou proposta no valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Sem Peixe, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:055CC750

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DOS CONTRATOS ADESÃO 009/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Adesão 009/2026. **Extrato dos Contratos**. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e material permanente para unidade básica de saúde conforme plano de trabalho nº12824631000125002-2025 e os demais departamentos. Contratados: **ENOQUE INFORMATICA LTDA,** inscrita no CNPJ de nº 16.677.622/0001-99, com sede à Quadra SHIN QL 1 Conjunto 7, S/N, Setor de Habitações Individuais Norte, Brasília/DF, pelo valor global de R$ 8.245,00 (oito mil duzentos e quarenta e cinco reais); **FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA,** inscrita no CNPJ de nº 55.935.697/0001-84, com sede à Rua 1130, 365, Set Marista, Goiânia/GO, pelo valor global de R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais); **GUSTAVO DE PAULA SILVA,** inscrita no CNPJ de nº 39.906.139/0001-34, com sede à Rua Manoel Justino, 106, Centro, Dores de Campos/MG, pelo valor global de R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais); **HM INFORMÁTICA LTDA,** inscrita no CNPJ de nº 34.240.500/0001-12, com sede à Rua José David Nasser, 25, Francisco Bernardino, Juiz de Fora/MG, pelo valor global de R$ 3.100,20 (três mil e cem reais e vinte centavos); **JULIANA FERREIRA DA SILVA LIBERATO,** inscrita no CNPJ de nº 36.975.874/0001-01, com sede à Rua Saloá, 506, São Gabriel, Belo Horizonte/MG, pelo valor global de R$ 8.626,80 (oito mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos); **L2 COMERCIO E SOLUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ de nº 54.043,075/0001-89, com sede à Avenida Professor Sebastião de Almeida Machado, 178, Vila José Bonifácio, Araraquara/SP, pelo valor global de R$ R$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais); **MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649,** inscrita no CNPJ de nº 43.187.819/0001-12, com sede à Rua Domingo Martins, 341, Centro, São José do Calçado/ES, pelo valor global de R$ 2.058,75 (dois mil e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos); **METDATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, inscrita no CNPJ de nº 28.584.157/0003-92, com sede à Rodovia Governador Mário Covas, Km 280, Padre Mathias, Cariacica/ES, pelo valor global de R$ 6.959,92 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos); **NASH TECH DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ de nº 40.138.217/0001-87, com sede à Praça Prefeito Ronaldo Dutra Borges, 33, Centro, Rio Novo/MG, pelo valor global de R$ 1.510,00 (um mil quinhentos e dez reais); **ROSA CAFÉ IMPORTS LTDA**, inscrita no CNPJ de nº 51.053.659/0001-47, com sede à Avenida Paulo de Oliveira e Silva, 1341, Jardim São Marco, São José do Rio Preto/SP, pelo valor global de R$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais) e **SENSUS X TECNOLOGIA S.A,** inscrita no CNPJ de nº 05.633.697/0004-02, com sede à Rodovia Governador Mario Covas, S/N, Jacuhy, Serra/ES, pelo valor global de R$ 86.732,00 (oitenta e seis mil setecentos e trinta e dois reais).

Sem Peixe/MG, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:F1EA138B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRA AZUL DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
IMPUGNANTE: MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pré-moldados, areia lavada e pedra britada para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo do Município de Serra Azul de Minas/MG.

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.**, por meio da qual questiona, em síntese:

a metodologia utilizada para formação do orçamento estimado da contratação, sustentando não ser possível verificar a identidade técnica entre os produtos utilizados como referência e aqueles descritos no Termo de Referência; e

a ausência de exigência de atestado de capacidade técnico-operacional para habilitação dos licitantes.

Requer, ao final, a revisão da pesquisa de preços, apresentação de sua metodologia e memória de cálculo, complementação das pesquisas junto ao mercado especializado e inclusão de exigência de atestado de capacidade técnica.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da referida Lei, devendo fazê-lo até três dias úteis antes da data de abertura do certame.

Considerando a tempestividade da manifestação, **CONHEÇO da impugnação**, passando à análise de mérito.

III – DA AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE A IMPUGNAÇÃO E O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Preliminarmente ao exame das teses apresentadas, verifica-se relevante inconsistência entre o conteúdo da impugnação e o procedimento licitatório a que, em tese, se destina.

O procedimento em análise é o **Processo Licitatório nº 046/2026 – Pregão Eletrônico nº 017/2026**, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de **pré-moldados de concreto, areia lavada e pedra britada**.

A peça apresentada pela Impugnante, entretanto, identifica expressamente o **Pregão Eletrônico nº 16/2026, item 37**, desenvolvendo extensa fundamentação relacionada à fabricação e comercialização de **quadros escolares**, mencionando materiais, laminados, chapas metálicas, pintura, molduras, acessórios, processos industriais e demais elementos inerentes à fabricação desses produtos.

Não se trata de simples inexatidão numérica.

O item 37 do Pregão Eletrônico nº 017/2026 refere-se a **muro pré-fabricado, constituído por três placas de concreto armado, com altura de 1,80 m**, não possuindo qualquer relação com quadros escolares.

Consequentemente, os fundamentos de natureza técnica e econômica desenvolvidos pela Impugnante não guardam correlação objetiva com o objeto efetivamente licitado.

Ainda assim, em homenagem aos princípios do formalismo moderado, da motivação, da transparência e da autotutela administrativa, passam a ser examinadas as duas teses jurídicas centrais apresentadas.

IV – DA PESQUISA DE PREÇOS

A Impugnante sustenta que a Administração deveria demonstrar a identidade técnica entre os produtos pesquisados e aqueles constantes do Termo de Referência, bem como apresentar memória de cálculo, fontes, critérios estatísticos e metodologia utilizada para formação do orçamento estimado.

O art. 23 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, consideradas as peculiaridades do objeto, as quantidades pretendidas e os parâmetros legalmente admitidos.

A legislação exige, portanto, que a estimativa de preços possua suporte documental idôneo.

Todavia, não estabelece que toda a documentação integrante da pesquisa de preços deva necessariamente estar reproduzida no corpo do Termo de Referência.

A estimativa, as memórias de cálculo, as cotações, consultas a bancos públicos, contratações similares e demais documentos podem integrar separadamente a fase preparatória do processo licitatório, observadas as disposições dos arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 14.133/2021.

No caso, o Termo de Referência estabelece o valor estimado da contratação e os custos unitários dos respectivos itens.

Além disso, a Impugnante não apresentou qualquer elemento concreto relacionado aos valores adotados para pré-moldados de concreto, areia lavada ou pedra britada, não juntou pesquisa alternativa de mercado e não demonstrou que determinado produto utilizado pela Administração como referência possua características diversas daquelas constantes do Termo de Referência.

Ao contrário, sua fundamentação econômica refere-se expressamente à fabricação de quadros escolares, abordando materiais e processos produtivos que não possuem relação com o objeto desta licitação.

Assim, inexiste demonstração objetiva de inadequação dos preços estimados que justifique, por si só, a revisão pretendida.

De todo modo, por medida de cautela administrativa, deverá permanecer certificado nos autos que a estimativa de preços está acompanhada das respectivas pesquisas, memórias de cálculo e documentos comprobatórios exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

Estando regularmente instruído o processo, não há fundamento para revisão da estimativa apenas em razão das alegações genéricas formuladas pela Impugnante.

V – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

A Impugnante sustenta, ainda, que deveria ser incluída no instrumento convocatório a obrigatoriedade de apresentação de atestado de capacidade técnica.

Também nesse ponto não lhe assiste razão.

O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 disciplina a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, estabelecendo limites para sua utilização e determinando que eventual exigência de atestados seja relacionada às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto.

A finalidade da habilitação técnica não é criar barreiras de ingresso no procedimento, mas assegurar, na medida estritamente necessária, que o futuro contratado disponha de condições para executar satisfatoriamente as obrigações assumidas.

Consequentemente, a exigência de experiência anterior deve guardar relação de necessidade, adequação e proporcionalidade com as características e os riscos concretos da contratação.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas é firme no sentido de que as exigências de qualificação técnica devem constituir garantia mínima e suficiente à execução contratual, sendo vedada a imposição de requisitos excessivos ou desnecessários capazes de restringir injustificadamente a competitividade.

No caso concreto, trata-se de aquisição, mediante Sistema de Registro de Preços, de bens classificados no Termo de Referência como comuns, com julgamento pelo menor preço por item.

O próprio Termo de Referência estabelece mecanismos destinados à garantia da qualidade e adequada execução, dentre eles:

obrigação de atendimento integral às especificações técnicas;

exigência de resistência, acabamento e dimensões adequadas dos pré-moldados;

observância, quando aplicável, das normas técnicas da ABNT;

fiscalização do fornecimento;

conferência quantitativa e qualitativa no recebimento;

possibilidade de rejeição dos materiais desconformes;

obrigação de substituição ou correção dos produtos inadequados;

responsabilização integral da contratada pela execução do objeto.

Nesse contexto, não ficou demonstrado que a apresentação de experiência anterior constitua condição indispensável para o fornecimento dos bens.

A simples existência de especificações técnicas para os produtos não torna obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional.

Ao contrário, a inclusão de nova restrição à habilitação, sem demonstração concreta de sua indispensabilidade, poderia reduzir injustificadamente o universo de competidores, contrariando os princípios da competitividade, proporcionalidade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Ressalte-se, ademais, que a própria Impugnante não demonstrou qualquer circunstância técnica específica dos pré-moldados, areia lavada ou pedra britada que justificasse a exigência pretendida, pois toda a fundamentação apresentada foi desenvolvida tendo como referência produtos pertencentes a outro segmento econômico.

Mantém-se, portanto, a sistemática de habilitação estabelecida no Edital e no Termo de Referência.

VI – DA JURISPRUDÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

A orientação ora adotada encontra respaldo na jurisprudência dos Tribunais de Contas.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que requisitos de capacidade técnica devem estar relacionados à efetiva necessidade da contratação e ser proporcionais ao objeto, sendo excepcionais exigências capazes de limitar a competitividade, as quais dependem de adequada justificativa administrativa.

No Acórdão nº 924/2022-Plenário, o TCU assentou que a exigência de número mínimo de atestados técnicos constitui medida excepcional, admissível somente quando a especificidade do objeto a justificar e desde que não haja comprometimento da competitividade.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais segue orientação semelhante, reconhecendo que exigências de qualificação técnica são legítimas quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, mas devem limitar-se ao mínimo necessário e guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto.

Também no que concerne à pesquisa de preços, os Tribunais de Contas orientam que a estimativa seja formada mediante parâmetros idôneos e suficientemente documentada, refletindo o mercado correspondente ao objeto efetivamente pretendido.

Esses entendimentos, entretanto, não autorizam presumir a irregularidade de determinada pesquisa de preços ou impor requisito adicional de habilitação exclusivamente com base em alegações abstratas, desacompanhadas de elementos concretos relacionados ao procedimento impugnado.

VII – DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 18, 23, 25, 67 e 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando os princípios da legalidade, motivação, planejamento, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, eficiência, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, **DECIDO**:

I – CONHECER da impugnação apresentada pela empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.**, por tempestiva;

II – NO MÉRITO, JULGÁ-LA IMPROCEDENTE, tendo em vista que:

a peça apresentada não guarda adequada correlação material com o Pregão Eletrônico nº 017/2026, fazendo referência ao Pregão nº 16/2026 e desenvolvendo fundamentação técnica e econômica relacionada a quadros escolares, enquanto o objeto deste certame consiste na aquisição de pré-moldados, areia lavada e pedra britada;

não foi apresentado elemento concreto apto a demonstrar irregularidade, inexatidão ou incompatibilidade dos preços estimados com o mercado efetivamente correspondente aos bens licitados;

a ausência, no próprio Termo de Referência, da reprodução integral das cotações, memórias de cálculo e demais documentos utilizados para formação da estimativa não caracteriza, por si só, irregularidade, desde que tais elementos integrem regularmente a fase preparatória do processo;

não existe obrigação legal de exigir atestado de capacidade técnico-operacional em toda e qualquer aquisição de bens, devendo tal requisito ser imposto apenas quando demonstrada sua necessidade e proporcionalidade em face da natureza, complexidade e riscos da contratação;

o Termo de Referência estabelece mecanismos suficientes de controle de qualidade, fiscalização, recebimento, rejeição e substituição dos materiais eventualmente fornecidos em desacordo com as especificações;

a Impugnante não demonstrou circunstância técnica concreta relacionada aos bens efetivamente licitados que tornasse indispensável a exigência adicional pretendida.

III – DETERMINAR, como medida de cautela e controle interno, que o setor competente certifique nos autos, antes da realização da sessão pública, a existência e regularidade da documentação que fundamenta a estimativa de preços, incluindo os parâmetros utilizados, pesquisas, memória de cálculo e demais documentos de suporte, na forma dos arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021;

IV – MANTER, consequentemente, as disposições do Edital e do Termo de Referência, inexistindo fundamento para suspensão ou alteração da data da sessão pública, desde que confirmada a regular instrução da pesquisa de preços nos autos;

V – DAR PUBLICIDADE à presente decisão pelos mesmos meios utilizados para divulgação do instrumento convocatório, em observância ao art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Serra Azul de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

CÁSSIA CRISTINA COSTA FRANÇA PACHECO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Cassia Cristina Costa França Pacheco
Código Identificador:62E91CFC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes, mobiliários, equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos de climatização, equipamentos de áudio e vídeo e demais bens permanentes destinados às Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde e Assistência Social do Município de Serra Azul de Minas/MG.

IMPUGNANTES:
GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA.
EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise das impugnações apresentadas pelas empresas **GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA.** e **EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.** em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2026, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e bens permanentes.

O edital estabelece julgamento pelo **menor preço por item**, sendo a contratação processada mediante Sistema de Registro de Preços e as aquisições realizadas de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade das Secretarias Municipais.

A empresa **GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA.** questiona o prazo estabelecido para entrega dos produtos, alegando tratar-se de prazo excessivamente reduzido, potencialmente restritivo à competitividade, requerendo sua ampliação para 30 (trinta) dias contados da Ordem de Fornecimento.

Por sua vez, a empresa **EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.** insurge-se especificamente contra o **item 21 – Fragmentadora de Papel**, alegando incompatibilidade entre as especificações técnicas exigidas e o valor estimado de R$ 4.405,71 por unidade, requerendo a elevação do preço estimado para R$ 15.000,00 ou, alternativamente, a adequação das especificações técnicas.

É o relatório.

II – DA TEMPESTIVIDADE

As impugnações foram apresentadas anteriormente à data designada para abertura da sessão pública, observando o prazo estabelecido no instrumento convocatório.

O item 4.1 do edital assegura a qualquer pessoa o direito de impugnar o ato convocatório até três dias úteis antes da abertura da sessão pública, cabendo à Pregoeira decidir a respeito.

Assim, **conheço das impugnações**, passando à análise de mérito.

III – DA IMPUGNAÇÃO DA GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA.

A impugnante sustenta que o edital teria fixado prazo de **7 (sete) dias** para entrega dos produtos e que tal período seria excessivamente reduzido, especialmente para fornecedores estabelecidos fora da região, podendo favorecer empresas locais e comprometer a competitividade.

Alega, ainda, que a natureza do Sistema de Registro de Preços não justificaria a manutenção de produtos previamente em estoque e requer a ampliação do prazo para **30 (trinta) dias**.

A insurgência, contudo, não merece acolhimento.

3.1. Da efetiva previsão editalícia

Inicialmente, verifica-se que a impugnação parte de premissa que não corresponde ao conteúdo do instrumento convocatório.

O Termo de Referência estabelece expressamente:

"A empresa contratada deverá realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis."

Da mesma forma, a minuta da Ata de Registro de Preços prevê que o prazo de entrega será de **10 (dez) dias úteis**, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Ordem de Compra.

O mesmo instrumento prevê expressamente a possibilidade de formulação de pedido de prorrogação do prazo de entrega, desde que devidamente fundamentado e apresentado antes do encerramento do prazo inicialmente estabelecido.

Portanto, não procede a afirmação central da impugnante de que o edital teria estabelecido prazo de apenas 7 (sete) dias.

3.2. Da razoabilidade do prazo de entrega

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, entre outros, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, planejamento, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Igualmente, o art. 9º da Lei nº 14.133/2021 veda a inclusão de condições que comprometam, restrinjam ou frustrem injustificadamente o caráter competitivo da licitação.

É correto afirmar que prazos de entrega excessivamente exíguos podem, em determinadas circunstâncias, constituir restrição indevida à competitividade.

Nesse sentido, o **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na Denúncia nº 1.012.169**, consignou que o prazo de entrega não pode comprometer o caráter competitivo do certame, especialmente quando sua exiguidade possa provocar limitação geográfica indireta dos licitantes.

No mesmo sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União orienta que os prazos estabelecidos pela Administração devem guardar relação de razoabilidade e proporcionalidade com a natureza e as peculiaridades do objeto, conforme, entre outros, os **Acórdãos TCU nº 584/2004-Plenário e nº 186/2010-Plenário**.

Todavia, desses entendimentos não decorre a existência de prazo mínimo abstrato ou a obrigatoriedade de adoção dos 30 dias pretendidos pela impugnante.

A eventual restrição deve ser examinada à luz das circunstâncias do caso concreto.

No presente procedimento, além de o prazo ser de **10 dias úteis**, e não 7 dias, a contratação prevê fornecimento parcelado, iniciado somente mediante emissão da competente Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

O Estudo Técnico Preliminar registra, ainda, que os itens possuem características comuns de mercado, especificações padronizadas e ampla oferta de fornecedores, circunstâncias que, em princípio, permitem competição suficiente no certame.

Além disso, a impugnante não apresentou estudo logístico, declaração de fabricante ou distribuidor, cotação de transporte, prazo de fabricação ou qualquer outro elemento técnico concreto que demonstre objetivamente a impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprimento do prazo de 10 dias úteis.

A simples proposição de prazo de 30 dias, desacompanhada de demonstração objetiva de sua necessidade, não é suficiente para afastar a escolha administrativa.

Dessa forma, **não se verifica, no presente momento, demonstração concreta de que o prazo fixado no edital comprometa a competitividade ou configure exigência desproporcional**.

3.3. Conclusão quanto à GO Vendas

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE a impugnação apresentada pela empresa GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA.**, mantendo-se o prazo de **10 (dez) dias úteis** estabelecido no Termo de Referência e na minuta da Ata de Registro de Preços.

IV – DA IMPUGNAÇÃO DA EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

A segunda impugnação refere-se exclusivamente ao **item 21 – Fragmentadora de Papel**.

A empresa sustenta que o valor estimado de **R$ 4.405,71 por unidade** seria incompatível com as especificações técnicas exigidas, apontando que equipamentos capazes de atender integralmente às características previstas no Termo de Referência possuiriam valor substancialmente superior.

A insurgência merece **acolhimento parcial**.

4.1. Das especificações do item 21

O Termo de Referência exige, entre outras características, fragmentadora profissional com:

• abertura mínima de 320 mm;
• capacidade mínima para fragmentação simultânea de **50 folhas A4, 75 g/m²**;
• fragmentação de CDs/DVDs e cartões;
• nível mínimo de segurança P2 para papel, O2 para mídias ópticas e T2 para cartões;
• reversão automática;
• sensor de excesso ou atolamento;
• funcionamento contínuo, sem necessidade de parada para resfriamento;
• ruído máximo de 62 dB;
• garantia mínima de 12 meses; e
• assistência técnica autorizada.

Para esse conjunto de características, o edital estabeleceu o preço estimado de **R$ 4.405,71 por unidade**, com quantidade de duas unidades e total estimado de R$ 8.811,41.

A impugnante apresentou elementos indicando que produtos com capacidade de 50 folhas simultâneas podem possuir valores significativamente superiores, sustentando a necessidade de revisão da pesquisa mercadológica.

4.2. Da necessidade de compatibilidade do orçamento com o mercado

O art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 determina que o valor previamente estimado da contratação deverá ser **compatível com os valores praticados pelo mercado**, consideradas as peculiaridades do objeto.

A pesquisa de preços constitui elemento essencial do planejamento da contratação e deve ser formada a partir de parâmetros idôneos e de objetos efetivamente comparáveis.

Não basta, portanto, que existam cotações formais. É necessário que os produtos utilizados para composição do orçamento apresentem características compatíveis com aquelas efetivamente exigidas pela Administração.

A jurisprudência consolidada do **TCU** orienta que a estimativa deve resultar de pesquisa ampla e consistente, mediante utilização de uma verdadeira cesta de preços e afastamento de referências que não guardem correspondência com o objeto pretendido.

O entendimento dos Tribunais de Contas também é firme no sentido de que a pesquisa deve refletir os valores efetivamente praticados no mercado e que especificações significativamente superiores às características dos produtos pesquisados podem comprometer a validade do orçamento estimativo.

No caso concreto, a diferença indicada pela impugnante é suficientemente relevante para justificar **nova verificação técnica**, especialmente diante das características profissionais e específicas exigidas para a fragmentadora.

Todavia, a documentação juntada pela EBA Office **não é suficiente para demonstrar que o preço correto seja necessariamente R$ 15.000,00**.

A própria impugnação apresenta referência comercial com valor inferior ao montante por ela pretendido, além de não ser juridicamente recomendável substituir toda a pesquisa administrativa por único anúncio comercial.

Portanto, não há fundamento para determinar, desde logo, a elevação do preço de referência para o valor indicado pela empresa.

Há, entretanto, fundamento suficiente para que a Administração **reexamine a composição do orçamento**.

4.3. Da diligência necessária

Assim, deverá o setor responsável pela elaboração do Termo de Referência e/ou pesquisa de preços verificar se os produtos utilizados na composição do valor estimado de R$ 4.405,71 atendem efetivamente, e de forma cumulativa, às principais especificações do item 21, especialmente:

a) capacidade de fragmentação de 50 folhas A4 simultaneamente;
b) abertura mínima de 320 mm;
c) funcionamento contínuo sem parada para resfriamento;
d) fragmentação de CDs/DVDs e cartões;
e) níveis de segurança exigidos;
f) ruído máximo de 62 dB; e
g) demais características técnicas previstas no Termo de Referência.

Caso seja demonstrado que os produtos utilizados na pesquisa de preços **atendem integralmente às características do item**, o valor poderá ser mantido, mediante manifestação técnica fundamentada.

Caso contrário, deverá a Administração promover nova pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, ou, se tecnicamente adequado às reais necessidades administrativas, reavaliar as especificações mínimas do equipamento.

4.4. Conclusão quanto à EBA Office

Diante disso, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação apresentada pela empresa EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, exclusivamente para determinar a revisão e validação da pesquisa de preços referente ao **item 21 – Fragmentadora de Papel**, sem acolher, neste momento, o pedido de fixação do preço estimado em R$ 15.000,00.

V – DECISÃO

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 5º, 9º, 18, 23 e 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos princípios da legalidade, planejamento, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, **DECIDO**:

I – CONHECER das impugnações apresentadas, por tempestivas;

II – JULGAR IMPROCEDENTE a impugnação formulada pela empresa **GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA.**, mantendo o prazo de entrega de **10 (dez) dias úteis**, contado na forma prevista no Termo de Referência e na minuta da Ata de Registro de Preços;

III – JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação apresentada pela empresa **EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, no que se refere ao item 21 – Fragmentadora de Papel;

IV – DETERMINAR o encaminhamento dos autos ao setor técnico/requisitante e/ou setor responsável pela pesquisa de preços para que seja verificada a compatibilidade entre as especificações técnicas do item 21 e os equipamentos efetivamente utilizados como parâmetro na formação do preço estimado de R$ 4.405,71;

V – DETERMINAR que, caso seja constatado que os produtos pesquisados não atendem integralmente às características estabelecidas no Termo de Referência, seja realizada nova pesquisa de preços ou promovida, mediante justificativa técnica, a adequação das especificações às efetivas necessidades da Administração;

VI – MANTER o valor atualmente estimado para o item 21 somente se o setor competente demonstrar, de forma documentada e fundamentada, que a pesquisa realizada contempla produtos efetivamente compatíveis com todas as características técnicas exigidas;

VII – DETERMINAR que, caso a diligência resulte em alteração das especificações técnicas ou do valor máximo admitido para o item 21 capaz de interferir na formulação das propostas, sejam adotadas as providências necessárias para divulgação da alteração e **reabertura do prazo do certame, na forma da Lei nº 14.133/2021**;

VIII – DETERMINAR a publicação desta decisão na plataforma utilizada para realização do Pregão Eletrônico nº 016/2026, dando-se ciência aos interessados.

Serra Azul de Minas/MG, 07 de agosto de 2026.

CÁSSIA CRISTINA COSTA FRANÇA
Pregoeira Oficial
Portaria nº 036/2026

Publicado por:
Cassia Cristina Costa França Pacheco
Código Identificador:09982363

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026
RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Trata-se de pedidos de esclarecimento apresentados pelas empresas **ZÍRICO MÓVEIS LTDA.** e **E. TRÍPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, referentes ao Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes, mobiliários, equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos de climatização, equipamentos de áudio e vídeo e demais bens permanentes destinados às Secretarias Municipais.

Nos termos do item 4.4 do Edital, os pedidos de esclarecimento podem ser formulados até três dias úteis antes da abertura da sessão, competindo à Pregoeira respondê-los, podendo requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos.

Passa-se aos esclarecimentos.

I – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – ZÍRICO MÓVEIS LTDA.

1. Quanto à especificação do tampo do Kit Escolar Individual

A interessada questiona se:

será possível ofertar qualquer dos modelos de tampo previstos no Termo de Referência; ou

haverá posterior definição pela Administração quanto ao modelo a ser contratado.

Esclarecimento:
O questionamento refere-se ao **item 27 – Kit Escolar Individual**, cuja especificação estabelece expressamente que o tampo da mesa poderá ser confeccionado em:
"MDF, MDP ou material termoplástico de alta resistência, com acabamento liso, bordas arredondadas e superfície de fácil higienização".
Dessa forma, **será admitida a oferta de qualquer uma das alternativas expressamente previstas no Termo de Referência**, quais sejam: **MDF, MDP ou material termoplástico de alta resistência**, desde que o produto ofertado cumpra integralmente as demais especificações, normas técnicas, requisitos de resistência, segurança, acabamento, ergonomia e certificação aplicáveis.
Não haverá escolha posterior e discricionária da Administração entre os três materiais.
O licitante deverá, em sua proposta, **identificar adequadamente a marca, o modelo e as características do produto efetivamente ofertado**, inclusive o material utilizado no tampo, ficando vinculado às especificações apresentadas.
Assim, para fins de julgamento, será analisado o produto concretamente ofertado pelo licitante e sua compatibilidade com os requisitos mínimos previstos no Termo de Referência.
2. Quanto à certificação e ao alegado "laudo técnico de conformidade"
A interessada informa que o Termo de Referência prevê características qualitativas para o mobiliário e questiona:
se será exigida apresentação de laudo técnico de conformidade;
em qual fase eventual documento deverá ser apresentado; e
qual seria o fundamento jurídico para sua exigência ou dispensa.
Esclarecimento:
O Termo de Referência estabelece, especificamente para o **item 27 – Kit Escolar Individual**, que o produto deverá ser confeccionado em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e possuir **certificação compulsória do INMETRO, quando exigida**, além de determinar, nos requisitos gerais, atendimento às normas da ABNT, certificações do INMETRO e demais legislações aplicáveis.
A regulamentação do INMETRO contempla programa de avaliação da conformidade especificamente para **móveis escolares – cadeiras e mesas para conjunto aluno individual**, sendo a Portaria INMETRO nº 401/2020 relacionada aos requisitos de avaliação da conformidade dessa categoria de produtos.
Todavia, **o Edital e o Termo de Referência não estabeleceram a apresentação de um documento denominado "laudo técnico de conformidade" como requisito autônomo de habilitação**.
Com efeito, o item 8.1 do Edital dispõe que somente serão exigidos do licitante vencedor os documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório e no Termo de Referência.
No próprio Termo de Referência, a relação de documentos para habilitação compreende habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e regularidade econômico-financeira, **não constando exigência específica de apresentação de laudo técnico de conformidade do mobiliário como documento de habilitação**.
Portanto, esclarece-se que:
a) não será exigido "laudo técnico de conformidade" como documento autônomo de habilitação, por ausência de previsão expressa no instrumento convocatório;
b) permanece obrigatória, contudo, a conformidade do **produto ofertado e entregue** com as normas técnicas e certificações compulsórias que legalmente incidam sobre ele;
c) quando necessária à confirmação das características ou da certificação do produto ofertado, a Administração poderá realizar diligência e solicitar documentação comprobatória pertinente, observadas as regras do Edital e da Lei nº 14.133/2021, sem que isso represente criação posterior de novo requisito de habilitação;
d) na execução contratual e no recebimento do objeto, somente serão aceitos produtos que efetivamente atendam às especificações do Termo de Referência e às normas técnicas e certificações obrigatórias aplicáveis.
O próprio Edital admite a realização de diligência para esclarecer ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta ou criada exigência não prevista originalmente.
Desse modo, **não se dispensa a certificação legalmente obrigatória do produto; o que não se exige é a apresentação de "laudo técnico" específico como documento de habilitação, porque tal exigência não foi estabelecida no Edital.**

II – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – E. TRÍPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
A interessada sustenta, de maneira geral, que os descritivos dos itens de mobiliário seriam lacunosos ou imprecisos, indicando suposta ausência de dimensões, espessura de chapas de aço, detalhamento de pintura, normas técnicas e requisitos de resistência.
Ao final, requer:

• disponibilização do Termo de Referência integral, com detalhamento técnico minucioso de cada item;
• retificação dos itens cujos descritivos estariam incompletos; e
• concessão de novo prazo para apresentação das propostas.

Esclarecimento:
Inicialmente, registra-se que o Termo de Referência constitui o **Anexo I do Edital** e integra o instrumento convocatório, encontrando-se nele discriminados os itens, quantitativos e respectivas especificações. O objeto e o Termo de Referência estão expressamente identificados no Processo Licitatório nº 045/2026 e no Pregão Eletrônico nº 016/2026.
Todavia, o pedido apresentado pela empresa **E. TRÍPODE não individualiza quais itens do Termo de Referência estariam supostamente incompletos**, limitando-se a mencionar, genericamente, "itens de mobiliário" e possíveis ausências de dimensões, espessura de chapas, pintura ou normas técnicas.
Tal ausência de individualização impossibilita que a Administração esclareça, item a item, qual característica técnica específica estaria sendo questionada.
De todo modo, importa esclarecer que **não procede a afirmação genérica de que o Termo de Referência não contenha dimensões, espessuras de chapas ou características construtivas dos mobiliários**.
A título exemplificativo:

• o **item 3 – Armário de aço** estabelece material, tratamento anticorrosivo, pintura eletrostática, quantidade de portas e prateleiras, capacidade mínima de carga e dimensões aproximadas de 1,98 m x 0,90 m x 0,40 m;
• o **item 34 – Mesa de refeitório infantil** estabelece tampo em MDF de 18 mm revestido em fórmica, estrutura de aço 40 x 30 e respectivas medidas;
• o **item 35 – Mesa de professor** determina tampo em MDF, estrutura em aço e dimensões de 1,50 m x 0,60 m;
• o **item 36 – Estante de aço** estabelece dimensões, capacidade de carga, espessura da chapa das prateleiras e colunas, dobras, reforço central e pintura eletrostática a pó com fosfatização.

Portanto, não é possível acolher a afirmação genérica de que os mobiliários foram especificados sem critérios técnicos.
Também se esclarece que o Termo de Referência determina, de maneira geral, que os produtos atendam às normas técnicas e regulamentares aplicáveis, inclusive normas da ABNT, certificações compulsórias do INMETRO e requisitos de segurança, ergonomia e qualidade, quando cabíveis.
As características indicadas no Termo de Referência constituem **requisitos mínimos**, admitindo-se produtos de qualidade superior, desde que plenamente compatíveis com a necessidade administrativa.
Por outro lado, não compete à Administração, em resposta a pedido formulado de maneira genérica, estabelecer novas dimensões, espessuras ou características para itens que não tenham sido especificamente indicados pelo interessado, pois isso poderia importar alteração substancial do objeto sem a demonstração concreta da necessidade técnica correspondente.
Assim, caso a interessada possua dúvida acerca da especificação de **determinado item**, deverá indicar objetivamente:
o número do item;
a característica cuja interpretação entende duvidosa; e
o ponto específico que necessita esclarecimento.
A partir dessa individualização, poderá a Administração prestar o esclarecimento técnico pertinente, inclusive mediante consulta à Secretaria requisitante, se necessário.
Quanto aos pedidos formulados

1. Disponibilização do Termo de Referência:
O Termo de Referência integra o Edital como Anexo I e contém a relação dos produtos, quantitativos e especificações da contratação.
2. Retificação dos itens:
Não se identifica, a partir do pedido apresentado, item determinado que permita concluir pela necessidade de retificação. O requerimento é genérico e não individualiza a suposta omissão técnica.
Assim, **não há fundamento, neste momento, para alteração indiscriminada dos descritivos constantes do Termo de Referência**.
3. Reabertura do prazo:
Não tendo sido identificada alteração do instrumento convocatório capaz de interferir na formulação das propostas, **não há necessidade de reabertura do prazo do certame**.
Fica ressalvado que, caso seja posteriormente constatada pela Administração eventual necessidade de alteração substancial de especificação técnica de qualquer item, serão adotadas as providências legais pertinentes, inclusive a republicação do instrumento e reabertura dos prazos, quando legalmente exigível.

CONCLUSÃO
Diante do exposto, ficam prestados os esclarecimentos nos seguintes termos:
I – quanto à ZÍRICO MÓVEIS LTDA.:
no item 27, poderão ser ofertados tampos em **MDF, MDP ou material termoplástico de alta resistência**, ficando a escolha a cargo do licitante no momento da formulação da proposta, desde que atendidas integralmente as demais especificações;
não haverá escolha posterior do material pela Administração;
não se exige, como documento autônomo de habilitação, "laudo técnico de conformidade" não previsto no Edital;
permanece obrigatória a conformidade do produto com as normas ABNT e certificações compulsórias do INMETRO que lhe sejam legalmente aplicáveis.
II – quanto à E. TRÍPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.:
o Termo de Referência integra o Edital e contém a relação e descrição dos itens;
o pedido não individualiza quais itens seriam tecnicamente incompletos, impossibilitando esclarecimento específico;
não se verifica fundamento, a partir das alegações genéricas apresentadas, para retificação global do Termo de Referência;
não haverá, por consequência, reabertura do prazo para apresentação das propostas;
fica facultado ao interessado formular questionamento objetivo acerca de item determinado, indicando precisamente a especificação cuja interpretação necessita de esclarecimento, observado o prazo editalício.
Publique-se a presente resposta na plataforma utilizada para realização do certame, dando-se ciência aos interessados.

Serra Azul de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

CÁSSIA CRISTINA COSTA FRANÇA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Cassia Cristina Costa França Pacheco
Código Identificador:4BC9C497

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Ata de Registro de Preços. Pregão n.º 12/2026. Processo n.º 75/2026. Objeto: registro de preços para a futura e eventual aquisição de tubos (PVC e PEAD) de esgoto homologados para serem utilizados nas atividades do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos. Detentoras: A.R.P. 0103/2026 – A D N Comércio E Representações Ltda CNPJ n.º 40.330.197/0001-41 valor R$ 373.859,32. Vigência: 12 meses a partir da Assinatura.

Serrania, 12 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:305ED7E5

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Ata de Registro de Preços. Pregão n.º 11/2026. Processo n.º 73/2026. Objeto: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de material de expediente(escritório) e material escolar para serem utilizados em diversos Departamentos do Município de Serrania/MG. Detentoras: A.R.P. 099/2026 – Elenir Teodoro Da Silva CNPJ n.º 23.339.430/0001-38 valor R$ 145.939,90. A.R.P. 0100/2026 Oliveira e Andrade Distribuidora Ltda CNPJ nº 46.161.570/0001-64 valor R$ 173.300,47. Vigência: 12 meses a partir da Assinatura.

Serrania, 12 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:8B159EBD

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de homologação. Processo Interno n.º 83/2026. Procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços n.º 035/2024, referente ao Processo Licitatório n° 023/2024, Pregão Eletrônico n.º 020/2024. Órgão Gerenciador: Consorcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha – CIM JEQUITINHONHA, inscrito no CNPJ sob o n° 22.835.076/0001-70. Órgão não participante: Município de Serrania/MG. Objeto: aquisição de veículos leves, pesados, maquinários, motos e outros. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna público a homologação do procedimento e adjudica o objeto á empresa: Marka Veículos E Peças Ltda, CNPJ Nº 18.707.422/0001-67. Valor R$ 152.604,61.

Serrania, 12 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:35B61238

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA – Extrato de Autorização e Ratificação. Processo Interno n.º 83/2026. Procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços n.º 035/2024, referente ao Processo Licitatório n° 023/2024, Pregão Eletrônico n.º 020/2024. Órgão Gerenciador: Consorcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha – CIM JEQUITINHONHA, inscrito no CNPJ sob o n° 22.835.076/0001-70. Órgão não participante: Município de Serrania/MG. Objeto: aquisição de veículos leves, pesados, maquinários, motos e outros. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 72, VIII da Lei nº 14.133/21 torna público que autorizou a contratação e ratificou o processo de acordo com a Lei nº 14.133/21. Empresa vencedora: Marka Veículos E Peças Ltda, CNPJ Nº 18.707.422/0001-67. Valor R$ 152.604,61.

Serrania, 12 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:5B3FD5A0

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato Pregão Presencial nº 16/2026. Processo Licitatório nº 80/2026. OBJETO: registro de preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais de informática e eletroeletrônicos para diversos departamentos do município. Abertura: dia 26 de Agosto de 2026 às 09:00 horas. Edital no site www.serrania.mg.gov.br.

Serrania, 12 de agosto de 2026.

FREDERICO HOLANDA CSIZMAR –
Pregoeiro.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:0084EC1C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A CONVALIDAÇÃO DA FORMALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2025, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO N° 00019/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000006/2025

Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato cujo objeto é contratação de empresa para fornecer materiais permanentes, destinados ao Centro de Referência e Assistência Social-CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Setor de Cadastro Único e Conselho Tutelar; **Contratada:** BH SOLDAS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL EIRELI – CNPJ: 21.151.275/0001-04; **Vigência:** Passa a vigorar de 30/05/2026 até 29/11/2026;

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:850AF455

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A CONVALIDAÇÃO DA FORMALIZAÇÃO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 188/2024, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 016/2024, MODALIDADE CONCORRÊNCIA N.º 00005/2024

Objeto: Concessão de reajuste no percentual de 5,53% pelo IPCA-A (período de maio/2024 a abril/2025), ao contrato cujo objeto é a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos termos dos requisitos contidos na licitação, e seus anexos, para a Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade Concessão Administrativa, dos serviços de eficientização, operação e manutenção da iluminação pública e da implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e usina fotovoltaica do Município de Serro; **CONCESSIONÁRIA/CONTRATADA:** CONCIP UFV SERRO LTDA – CNPJ n° 56.108.141/0001-87; **Valor parcela remuneratória mensal:** Passará de R$ 165.893,18 (*cento e sessenta e cinco mil oitocentos e noventa e três reais e dezoito centavos*) para R$ 174.750,04 (cento e setenta e quatro mil setecentos e cinquenta reais e quatro centavos).

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:2F01775C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2025, PROVENIENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2025, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE 000010/2025

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato cujo objeto é contratação da empresa Nilo & Almeida Advogados Associados, inscrita no CNPJ no 22.964.948/001-08, para prestação de serviços advocatícios contenciosos e acompanhamento processual em todos os graus de jurisdição da Justiça Federal para recuperação de valores de Imposto de Renda/IR e TUNEP indevidamente pagos à União Federal, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento da Prefeitura de Serro / MG; **Contratada:** NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ: 22.964.948/0001-08 **Vigência:** 12/06/2026 até 11/06/2027.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:92517675

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 64/2025, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 0016/2025

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato cujo objeto é locação de 01 (um) imóvel localizado na Rua Doutor Simão, n.º 182, bairro Rosário, Serro/MG, para alojar os estagiários do curso de Medicina da UFMG (Internato Rural), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; **Locador:** Robson Junior da Silva Camelo Gonçalves– CPF n° *** 108.736**; **Vigência contratual:** Passa a vigorar de 01/08/2026 até 01/08/2027.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:A9401717

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2025, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 000017/2025

Objeto: Prorrogação da vigência ao contrato cujo objeto é locação de 01 (um) imóvel para instalação e funcionamento da ESF Quatro Vinténs, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; **Locador:** Claudio de Araújo Nunes– CPF n° *** 707.866** **Vigência contratual:** Passa a vigorar de 01/08/2026 até 01/02/2027.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:887DDD8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 67/2025, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 000018/2025

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato cujo objeto é locação de 01 (um) imóvel para instalação e funcionamento da ESF de Pedra Redonda, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; **Locador:** Edilson Miranda Valério– CPF n° *** 682.666**; **Vigência contratual:** Passa a vigorar de 01/08/2026 até 01/08/2027.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:D5DA7375

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 101/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 64/2025, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 0016/2025

Objeto: Concessão de reajuste no percentual de 2.76% pelo IGP-M, ao contrato cujo objeto é locação de 01 (um) imóvel localizado na Rua Doutor Simão, n.º 182, bairro Rosário, Serro/MG, para alojar os estagiários do curso de Medicina da UFMG (Internato Rural), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; **Locador:** Robson Junior da Silva Camelo Gonçalves– CPF n° *** 108.736**; **Valor mensal:** Passará de R$ 1.800,00 (*mil e oitocentos reais*) para R$ 1.849,62 (*mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos*).

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:8F90EAC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 103/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 67/2025, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 000018/2025

Objeto: Concessão de reajuste no percentual de 2.76% pelo IGP-M, ao contrato cujo objeto é locação de 01 (um) imóvel para instalação e funcionamento da ESF de Pedra Redonda, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; **Locador:** Edilson Miranda Valério– CPF n° *** 682.666**; **Valor mensal:** Passará de R$ 447,16 (*quatrocentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos*) para R$ 459,49 (*quatrocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos*).

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:508C9CE6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DOAPOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 102/2025, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2025, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 000017/2025

Objeto: Concessão de reajuste no percentual de 2.76% pelo IGP-M, ao contrato cujo objeto é locação de 01 (um) imóvel para instalação e funcionamento da ESF QuatroVinténs, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; **Locador:** Claudio de Araújo Nunes– CPF n° *** 707.866**; **Valor mensal:** Passará de R$ 3.036,00 (*três mil e trinta e seis reais*) para R$ 3.119,69 (três mil cento e dezenove reais e sessenta e nove centavos).

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:1634A34A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O EDITAL DO PROCESSO 083/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 031/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de 01 (um) veículo automotor do tipo van, com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros, dotado de acessibilidade, destinado à prestação do serviço de transporte escolar dos alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino do Município, conforme as especificações constantes do Plano de Aplicação dos Recursos previsto no Convênio de Saída nº 1261000439/2026, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Município.Inicio do cadastro de propostas: 14/08/2026 às 08h. Término do cadastro das propostas: 25/08/2026 às 08:00h. Data da sessão pública: 25/08/2026 às 08:15h. Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

CELINE MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Celine Ribeiro Moreira
Código Identificador:79801646

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
ATA DE DIVULGAÇÃO PARCIAL DE CREDENCIADOS DO PROCESSO 084/2026

ATA DE DIVULGAÇÃO DA LISTA PARCIAL DE CREDENCIADOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 084/2026.
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Simão Pereira/MG, a Comissão de Contratação, designada pela **Portaria nº 003/2026**, no uso de suas atribuições legais, lavra a presente ata para dar publicidade à primeira lista de leiloeiros oficiais credenciados no processo em epígrafe.

1. DO OBJETO E DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente processo, instaurado na modalidade de credenciamento, com fundamento no **art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, visa à contratação de leiloeiros oficiais para a realização de leilões de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Simão Pereira, conforme as condições estabelecidas no **Edital de Chamamento Público nº 002/2026**. O credenciamento é um sistema de contratação por inexigibilidade de licitação que permite à Administração Pública convocar todos os interessados que preencham os requisitos para prestar os serviços, garantindo a isonomia e a ampla participação.

2. DA LISTA PARCIAL DE CREDENCIADOS

Após análise da documentação apresentada, a Comissão de Contratação torna pública a **primeira lista parcial** dos leiloeiros oficiais habilitados e credenciados para a prestação dos serviços, a listagem segue a ordem cronológica de acordo com o envio dos documentos de credenciamento através do e-mail oficial do setor de licitação. Vejamos a listagem com os nomes, datas e respectivos horários de envio dos documentos:

1º - PATRICIA GRACIELI DE ANDRADE SOUZA – Matricula JUCEMG 945

2º – WELLINTON DE MATTOS SILVA – Matricula JUCEMG 1162

3º – JONAS GRABRIEL ANTUNES MOREIRA – Matricula JUCEMG 638

4º – LEONARDO VEIGA DE JESUS CHAVES – Matricula JUCEMG 1516

5º – FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO - Matricula JUCEMG 445

6º – LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA - Matricula JUCEMG 637

7º – ELCIO KROLBER - Matricula JUCEMG 1460

8º – MAGNO LUIZ CERPA - Matricula JUCESC AARC356

9º – GUSTAVO MORETTO GUIMARAES DE OLVEIRA - Matricula JUCEMG 1223

10º – CATIA FERNANDA ALIEVE TOPOROSK - Matricula JUCEMG 1546

11º – GUILHERME EDUARDO STUTIS TOPOROSK - Matricula JUCEMG 1542

12º – CATIELI BORGES LEFFA - Matricula JUCEMG 1413

13º – BRENO CESAR OLIVEIRA FARIAS - Matricula JUCEMG 1126

14º – ADRIANA PIRES AMANCIO - Matricula JUCEMG 1062

15º – SANDRO RODRIGUES PINTO - Matricula JUCEMG 1044

3. DA CONTINUIDADE DO CREDENCIAMENTO

Registra-se que, conforme previsto no edital, o processo de credenciamento **permanecerá aberto a novos interessados** durante todo o seu prazo de validade, fixado em **12 (doze) meses** a contar da publicação do ato de chamamento. Informa-se, ainda, que **após o decurso de 3 (três) meses**, a contar da data de publicação desta ata, será divulgada nova listagem parcial com os leiloeiros que vierem a se credenciar no período.

4. DA PUBLICIDADE E ENCERRAMENTO

A presente ata e a relação de credenciados deverão ser **amplamente divulgadas** no Diário Oficial do Município e no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Simão Pereira, para conhecimento geral e para os fins de direito. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão de Contratação. XXXXXXXX

Simão Pereira em 11 de agosto de 2026.

EMERSON CORREA GOMES
Agente de Contratação

PALOMA DOS SANTOS LUCIO
Membro

_____
CLAUDINEI THOMAZ DE SOUZA

_____
WANESSA LIMA COUTINHO

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:635B6AFD

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 108/2026 CUJO O OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA/MG.

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso II, parágrafo II da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	**Fornecimento**
Número do Contrato	**108/2026**
Contratante	**Município de Simão Pereira**
Contratado	**LCI COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA**
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA/MG**
Fundamento	**Lei 14.133/2021 e suas alterações**
Dotação Orçamentária	**3.3.90.30.00.2.08.01.15.451.0004.2.0042 - GESTÃO DE BENS PÚBLICO**
Prazo	**De 12 de agosto de 2026 a 11 de agosto de 2027.**
Valor	**R$ 1.178.387,31 (um milhão cento e setenta e oito mil trezentos e oitenta e sete reais e trinta e um centavos).**
Data de assinatura	**12 de agosto de 2026**
Signatário - Contratante	**David Carvalho Pimenta**
Signatário - Contratado	**Luciano Salgado Silveira, Representante Legal**

Simão Pereira/MG, 12 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:EFF5264A

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 109/2026 CUJO O OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA/MG.

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso II, parágrafo II da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	**Fornecimento**
Número do Contrato	**109/2026**
Contratante	**Município de Simão Pereira**
Contratado	**VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA EPP**
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA/MG**
Fundamento	**Lei 14.133/2021 e suas alterações**
Dotação Orçamentária	**3.3.90.30.00.2.08.01.15.451.0004.2.0042 - GESTÃO DE BENS PÚBLICO**
Prazo	**De 12 de agosto de 2026 a 11 de agosto de 2027.**
Valor	**R$ 40.032,70 (quarenta mil trinta e dois reais e setenta centavos).**
Data de assinatura	**12 de agosto de 2026**
Signatário - Contratante	**David Carvalho Pimenta**
Signatário - Contratado	**Gabriel Colombo da Silva, Representante Legal**

Simão Pereira/MG, 12 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:D752E873

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2026 CUJO O OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEICULOS PESADOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM E SEM MOTORISTA E/OU OPERADOR, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao Art 94 da Lei Federal 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Termo Aditivo ao Contrato 039/2026
Número	Primeiro
Contratante	Prefeitura Municipal de Simão Pereira
Contratado	JETTA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
Objeto	Acréscimo de Item
Fundamento	art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021
Dotação Orçamentária	Inalterada
Prazo	Inalterado
Valor	Acrescer em 275 CHP no quantitativo do item 2, que resultara um acréscimo de R$ 53.567,25 (cinquenta e três mil e quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos), 250 CHP no quantitativo do item 3, que resultara um acréscimo de R$ 54.962,50 (cinquenta e quatro mil e novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), 62 CHP no quantitativo do item 5, que resultara um acréscimo de R$ 14.900,46 (quatorze mil e novecentos reais e quarenta e seis centavos), 112 CHP no quantitativo do item 7, que resultara um acréscimo de R$ 27.239,52 (vinte e sete mil e duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos), 87 CHP no quantitativo do item 8, que resultara um acréscimo de R$ 24.950,73 (vinte e quatro mil e novecentos e cinquenta reais setenta e três centavos), itens do Contrato nº 039/2026 o que resultara um acréscimo de R$ 175.620,46, (cento e setenta e cinco mil e seiscentos e vinte reais e quarenta e seis centavos).
Data de assinatura	12 de agosto de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	**Priscila Mesquita Lopes de Souza**, Representante Legal

Simão Pereira, 12 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:D109703C

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/2025 CUJO O OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO (MARMITEX), DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao Art 94 da Lei Federal 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Termo Aditivo ao Contrato 101/2025
Número	Primeiro
Contratante	Prefeitura Municipal de Simão Pereira
Contratado	Renata Maria de Paula ME
Objeto	Acréscimo de Item
Fundamento	art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021
Dotação Orçamentária	Inalterada
Prazo	Inalterado
Valor	acréscimo de 350 (trezentos e cinquenta) unidades no item, que resultara um acréscimo de R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais) no Contrato nº 101/2025.
Data de assinatura	12 de agosto de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Renata Maria de Paula, Representante Legal

Simão Pereira, 12 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:CA2B74DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CREDENCIAMENTO Nº 05.010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°75/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CREDENCIAMENTO Nº 05.010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°75/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES, Prefeita Municipal de Tapira/MG, no uso suas atribuições que lhe são conferidos pela Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 75/2025, credenciamento 05.010/2025, venho AUTORIZAR a contratação da empresa 68.358.030 LEANDRO IDELFONSO DA SILVA (CNPJ: 68.358.030/0001-08) para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS SEGUINTES ESPECIALIDADES: PINTOR, PEDREIRO, CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS, JARDINEIRO, SERRALHEIRO, ELETRICISTA, ENCANADOR/BOMBEIRO HIDRÁULICO, CARPINTEIRO DE FORMAS, VIGIA DIURNO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MECANICO DE REFRIGERAÇÃO E SERVENTE DE OBRAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SEREM EXECUTADOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme requerimento de solicitação, com fundamento no art. 79, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo valor total de R$ 48.504,00 (QUARENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS).

Tapira/MG, 12/08/2026.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:34410100

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CREDENCIAMENTO Nº 05.010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°75/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CREDENCIAMENTO Nº 05.010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°75/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES, Prefeita Municipal de Tapira/MG, no uso suas atribuições que lhe são conferidos pela Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 75/2025, credenciamento 05.010/2025, venho AUTORIZAR a contratação da empresa 68.358.584 CESAR MARQUES (CNPJ: 68.358.584/0001-05) para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS SEGUINTES ESPECIALIDADES: PINTOR, PEDREIRO, CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS, JARDINEIRO, SERRALHEIRO, ELETRICISTA, ENCANADOR/BOMBEIRO HIDRÁULICO, CARPINTEIRO DE FORMAS, VIGIA DIURNO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MECANICO DE REFRIGERAÇÃO E SERVENTE DE OBRAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SEREM EXECUTADOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme requerimento de solicitação, com fundamento no art. 79, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo valor total de R$ 48.504,00 (QUARENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS).

Tapira/MG, 12/08/2026.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:8847514F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CREDENCIAMENTO Nº 05.010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°75/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CREDENCIAMENTO Nº 05.010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°75/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES, Prefeita Municipal de Tapira/MG, no uso suas atribuições que lhe são conferidos pela Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 75/2025, credenciamento 05.010/2025, venho AUTORIZAR a contratação da empresa 58.879.250 ERLI MARIA DOS SANTOS (CNPJ: 58.879.250/0001-23) para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS SEGUINTES ESPECIALIDADES: PINTOR, PEDREIRO, CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS, JARDINEIRO, SERRALHEIRO, ELETRICISTA, ENCANADOR/BOMBEIRO HIDRÁULICO, CARPINTEIRO DE FORMAS, VIGIA DIURNO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MECANICO DE REFRIGERAÇÃO E SERVENTE DE OBRAS,

COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SEREM EXECUTADOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA/MG, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme requerimento de solicitação, com fundamento no art. 79, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo valor total de R$ 39.528,00 (TRINTA E NOVE MIL QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS).

Tapira/MG, 12/08/2026.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:C2FF2329

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
ACÓRDÃO - KARINA LOPES DE ALMEIDA

PROCESSO Nº: 12437/2025
RECORRENTE: Karina Lopes de Almeida
RECORRIDA: Fazenda Pública Municipal
NATUREZA: IPTU – RESTITUIÇÃO DE IPTU

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo nº 12437/2025, acordam os membros da Junta de Recursos Fiscais do Município de Teófilo Otoni, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto por Karina Lopes de Almeida, mantendo integralmente a Decisão Administrativa recorrida.A decisão fundamenta-se no conjunto probatório constante dos autos e na documentação apresentada em cumprimento à diligência determinada por esta Junta, da qual se verificou que a alteração cadastral do imóvel decorreu de revisão promovida após requerimento da recorrente, com realização de vistoria técnica e atualização das inscrições imobiliárias, não havendo comprovação de que os lançamentos do IPTU referentes aos exercícios de 2023 e 2024 decorreram de erro da Administração Tributária ou de pagamento indevido, requisito indispensável à restituição prevista no art. 165 do Código Tributário Nacional. Determina-se o retorno dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para adoção das providências administrativas cabíveis. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Teófilo Otoni, 29 de julho de 2026.

ALANA RAMOS COSTA
Conselheira Relatora

THIAGO BARBOSA NEUMANN
Presidente da Junta de Recursos Fiscais

ALESSANDRO MARQUES DOURADO RODRIGUES DE MIRANDA
Procurador Municipal

Publicado por:
Larissa de Paula Coelho Colares Varella
Código Identificador:0D953AC0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
ACÓRDÃO - RUDOLF RUPPIN

PROCESSO Nº: 11556/2026
RECORRENTE: Rudolf Ruppin
RECORRIDO: Município de Teófilo Otoni
RELATORA: Tâmara Moura dos Santos Rocha
NATUREZA: IPTU – Exercício 2025

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Tributário, acordam os membros da Junta de Recursos Fiscais do Município de Teófilo Otoni, **por unanimidade** (ou **por maioria**, conforme o resultado da sessão), em **DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO**, nos termos do voto da Relatora.Considerando os elementos técnicos e probatórios produzidos durante a instrução processual, especialmente as conclusões da diligência e a Declaração Técnica emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, **os autos deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Fazenda para que promova a revisão administrativa do lançamento do IPTU referente ao exercício de 2025**, incidente sobre os imóveis cadastrados sob os nº **21859, 21860, 21861 e 21862**, observando as informações prestadas pelos órgãos municipais competentes e os demais elementos constantes dos autos.

Teófilo Otoni/MG, 05 de agosto de 2026.

TÂMARA MOURA DOS SANTOS ROCHA
Conselheira Relatora

THIAGO BARBOSA NEUMANN
Presidente da Junta de Recursos Fiscais

ALESSANDRO MARQUES DOURADO RODRIGUES DE MIRANDA
Procurador Municipal

Publicado por:
Larissa de Paula Coelho Colares Varella
Código Identificador:9FC66F22

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 031/2026 – PMTO/SMS/NGS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previstos em **PORTARIA GM/MS Nº 11.503, DE 29 DE MAIO DE 2026**, que autoriza o repasse referente às ações e serviços públicos de saúde por meio de transferências fundo a fundo, em parcelas suplementares para o custeio da Média e Alta Complexidade - MAC. Recurso advindo da solicitação feita por meio da Portaria GM/MS N° 10.169 DE 19 DE JANEIRO DE 2026. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Termo de Compromisso n° 031/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário de acordo com a proposta cadastrada no sistema Investsus n **63000733206202600**; Fonte de recurso: Ficha: 977. Fonte: 1.600. Valor: **R$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)**. Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data do Termo de Compromisso: 04/08/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:0472D5E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 035/2026
PMTO/SMS/NGS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previstos em **RESOLUÇÃO SES/MG Nº 11.076, DE 30 DE ABRIL DE 2026**, que Defini regras para financiamento e execução do projeto de saúde para a Política de Estruturação da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, visando à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona, , ação orçamentária 4123 - estruturação da atenção hospitalar de urgência e emergência, aquisição de Kit Valor em Saúde, conforme **ANEXO II** - RESOLUÇÃO SES Nº 11.076, 30 DE ABRIL DE 2026 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Termo de Compromisso n° 035/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário; Fonte de recurso: Ficha: 977. Fonte: 1.621. Valor: **R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais)**. Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data da Assinatura do termo: 04/08/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:B654D65A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 042/2026 – PMTO/SMS/NGS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previstos em **PORTARIA GM/MS Nº 11.699, DE 23 DE JUNHO DE 2026**, que autoriza o repasse referente às ações e serviços públicos de saúde por meio de transferências fundo a fundo, em parcelas suplementares para o custeio da Média e Alta Complexidade - MAC. Recurso advindo da solicitação feita por meio da Portaria GM/MS N° 10.169 DE 19 DE JANEIRO DE 2026. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Termo de Compromisso n° 042/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário de acordo com a proposta cadastrada no sistema Investsus n **63000747805202600**; Fonte de recurso: Ficha: 977. Fonte: 1.600. Valor: **R$ R$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil)**. Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data do Termo de Compromisso: 04/08/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:6A22DEBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 043/2026 – PMTO/SMS/NGS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previstos em **PORTARIA GM/MS Nº 11.699, DE 23 DE JUNHO DE 2026**, que autoriza o repasse referente às ações e serviços públicos de saúde por meio de transferências fundo a fundo, em parcelas suplementares para o custeio da Média e Alta Complexidade - MAC. Recurso advindo da solicitação feita por meio da Portaria GM/MS N° 10.169 DE 19 DE JANEIRO DE 2026. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Termo de Compromisso n° 043/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário de acordo com a proposta cadastrada no sistema Investsus n 63000732620202600; Fonte de recurso: Ficha: 977. Fonte: 1.600. Valor: **R$ R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)**. Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data do Termo de Compromisso: 04/08/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:FBCE405C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 045/2026
PMTO/SMS/NGS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previsto em **RESOLUÇÃO SES Nº 11.119, DE 11 DE MAIO DE 2026,** que Defini regras para financiamento e execução do projeto de saúde para a Política de Apoio de Fortalecimento da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, visando ao reforço do custeio das ações e serviços de saúde de estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona. Emenda parlamentar estadual, custeio com indicação **nº 195206**, indicado pelo Deputado Estadual **Neilando Pimenta.** Contratado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teófilo Otoni (APAE), CNES 2208180. Referência: Termo de Compromisso n° 045/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário. Fonte de recurso: Ficha: 977 Fonte: 1621. Valor: **R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).** Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data do termo 20/07/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:AE24D3FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 046/2026
PMTO/SMS/NGS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previsto em **RESOLUÇÃO SES Nº 11.119, DE 11 DE MAIO DE 2026,** que Defini regras para financiamento e execução do projeto de saúde para a Política de Apoio de Fortalecimento da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, visando ao reforço do custeio das ações e serviços de saúde de estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona. Emenda parlamentar estadual, custeio, ação orçamentária 4129 – apoio e fortalecimento da rede de cuidado à pessoa com deficiência, com indicação **nº 195372**, indicado pelo Deputado Estadual **Neilando Pimenta.** Contratado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teófilo Otoni (APAE), CNES 2208180. Referência: Termo de Compromisso n° 046/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário. Fonte de recurso: Ficha: 977 Fonte: 1621. Valor: **R$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais).** Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data do termo 20/07/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:4162E437

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 047/2026
PMTO/SMS/NGS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previsto em **RESOLUÇÃO SES Nº 11.278, DE 01 DE JUNHO DE 2026,** que Defini regras para financiamento e execução do projeto de saúde para a Política de Apoio de Fortalecimento da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, visando à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona. ação orçamentária 4129 – apoio e fortalecimento da rede de cuidado à pessoa com deficiência. Contratado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teófilo Otoni (APAE), CNES 2208180. Referência: Termo de Compromisso n° 047/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário. Fonte de recurso: Ficha: 980 Fonte: 1.621. Valor: **R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).** Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data do termo 28/07/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:BAA6AFBC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 052/2026 – PMTO/SMS/NGS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Repasse de recursos financeiros, previstos em **PORTARIA GM/MS Nº 11.699, DE 23 DE JUNHO DE 2026**, que autoriza o repasse referente às ações e serviços públicos de saúde por meio de transferências fundo a fundo, em parcelas suplementares para o custeio da Média e Alta Complexidade - MAC. Recurso advindo da solicitação feita por meio da Portaria GM/MS N° 10.169 DE 19 DE JANEIRO DE 2026. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Termo de Compromisso n° 052/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário de acordo com a proposta cadastrada no sistema Investsus n 63000801793202600; Fonte de recurso: Ficha: 977. Fonte: 1.600. Valor: **R$ R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)**. Da Vigência: 12 meses contados a partir do recebimento do recurso. Data do Termo de Compromisso: 04/08/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:CE98119D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
LAS CADASTRO 050/2026

CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA CADASTRO - N° 050/2026
O CONSERVAR MUCURI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI, de acordo com a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) Copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017, concedem à

empresa: **POSTO CIA TREVO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **66.148.223/0001-09** a Licença Ambiental Simplificada, na modalidade **LAS CADASTRO**.
O objeto do requerimento é a operação para exercer a atividade: **Código F-06-01-7. Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.** Sendo LAS CADASTRO, Classe 2, Fator Locacional 0, cujo parâmetro é dado em capacidade de armazenagem sendo **60,000 m³**.
O empreendimento está estabelecido na **Rua Luiz Boali Porto Salman, 990A, Centro, Teófilo Otoni/MG**, nas coordenadas geográficas **Latitude: 17°52'2.38"** Longitude: **41°30'11.36"**, conforme processo administrativo nº **061/2025 – CONSERVAR MUCURI**, estando em conformidade com as normas ambientais vigentes.
O presente certificado foi emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor e na análise da documentação técnica apresentada no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Publicado por:
Keila Cristina Ornelas Silva
Código Identificador:DA570D6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 030/2026 PMTO/SMS/NGS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Onde se lê: Objeto: Repasse de recursos financeiros, previstos em **PORTARIA GM/MS Nº 11.503, DE 29 DE MAIO DE 2026**, que autoriza o repasse referente às ações e serviços públicos de saúde por meio de transferências fundo a fundo, em parcelas suplementares para o custeio da Média e Alta Complexidade - MAC. Recurso advindo da solicitação feita por meio da Portaria GM/MS N° 10.169 DE 19 DE JANEIRO DE 2026. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Termo de Compromisso n° 030/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário de acordo com a proposta cadastrada no sistema Investsus n **63000727572202600**; Fonte de recurso: Ficha: 977. Fonte: 1.600. Valor: **R$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)**. Da Vigência: 12 meses. Data do Termo de Compromisso: 01/07/2026.
Leia se: Onde se lê: Objeto: Repasse de recursos financeiros, previstos em **PORTARIA GM/MS Nº 11.503, DE 29 DE MAIO DE 2026**, que autoriza o repasse referente às ações e serviços públicos de saúde por meio de transferências fundo a fundo, em parcelas suplementares para o custeio da Média e Alta Complexidade - MAC. Recurso advindo da solicitação feita por meio da Portaria GM/MS N° 10.169 DE 19 DE JANEIRO DE 2026. Contratado: Hospital Santa Rosália, CNES 2208172. Referência: Termo de Compromisso n° 030/2026; plano de trabalho fornecido pelo beneficiário de acordo com a proposta cadastrada no sistema Investsus n **63000727572202600**; Fonte de recurso: Ficha: 977. Fonte: 1.600. Valor: **R$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)**. Da Vigência: 12 meses. Data do Termo de Compromisso: 04/08/2026.

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:D5CD13C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2024

RATIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA O ATO DE CREDENCIAMENTO**, processado com fundamento no inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023. "Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Âmbito do Município de Teófilo Otoni/MG", para proceder o credenciamento da empresa Neves e Andrade Serviços Médicos LTDA -CNPJ nº 59.715.262/0001-85 e a empresa: Isabely Horta Serviços Médicos LTDA-CNPJ nº 65.580.791/0001-11 para prestação de serviços de **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À REDE DE ATENÇÃO PRIMARIA PSF'S E PROGRAMA SAÚDE NA HORA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG.**

Teófilo Otoni/MG, 12 de agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:CB95A1CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO Nº 002/2024 PL 056/2024

RATIFICAÇÃO

.
O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA O ATO DE CREDENCIAMENTO**, processado com fundamento no inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023. "Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Âmbito do Município de Teófilo Otoni/MG", para proceder o credenciamento da empresa: Neves e Andrade Serviços Médicos LTDA -CNPJ nº 59.715.262/0001-85 para prestação de serviços de **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À REDE DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA - POLICLÍNICA - SAÚDE MENTAL E PROGRAMA MELHOR EM CASA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG.**

Teófilo Otoni/MG, 12 de agosto de 2026.

BRENNER FERRAZ GASPAR
Secretári**o** Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:CFF0698B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - TEOFILO OTONI - MG

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, de 12 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196
/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ELENIZIO ORNELAS COTA	304.424.276-20	5371/00028/2026
ALZIRA FERREIRA SOARES	739.467.616-15	5371/00040/2026
MARCOS VIANEY LARA	258.436.566-91	5371/00041/2026
IVAN JOSE SANTANA FIGUEIRA	258.879.986-87	5371/00042/2026
MARCUS FERREIRA SOARES	169.484.836-15	5371/00047/2026
ALTAMIRO ANTUNES RIBEIRO	010.308.416-91	5371/00050/2026
VITOR BRITO PEREIRA	049.925.086-93	5371/00055/2026
HUDSON PIMENTA SANDER	258.877.776-72	5371/00058/2026
ELIAS PIMENTA DE CARVALHO	011.839.826-15	5371/00060/2026
FRANCISCO FERREIRA LOPES	289.748.836-00	5371/00061/2026
ZELIA PEREIRA SANDER	250.676.996-04	5371/00063/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: REGINA CHAVES DA SILVA GONÇALVES	Matrícula: 00128890	
Cargo: SECRETÁRIA DE FAZENDA / 12025	Assinatura:	

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:C3C7FA8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA RATIFICAÇÃO DA ADESÃO 011/2026

EXTRATO DO TERMO DA RATIFICAÇÃO DA ADESÃO 011/2026 - O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a legislação pertinente, com fulcro no art. 86, § 2º da Lei 14.133/2021 e ainda, com base no Parecer Jurídico e da controladoria interna, **RATIFICA** a presente **"ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026, ORIUNDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA/MG, VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO TANQUE A VÁCUO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 LITROS, DESTINADO À SUCÇÃO, REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESCARTE DE RESÍDUOS, INCLUINDO MOTORISTA, AJUDANTE, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG",** em favor da empresa **COOPERATIVA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS – COOPTES** - inscrita no **CNPJ sob nº 57.745.709/0001-33,** com o valor total de **R$ 204.094,80 (Duzentos e quatro mil, noventa e quatro reais e oitenta centavos).** Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária do Município de Teófilo Otoni-MG, para o exercício de 2026.

Teófilo Otoni/MG, 12/08/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:D44949C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 006/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 198/2024

RATIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração interina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO**, processado com fundamento no inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023. "Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Âmbito do Município de Teófilo Otoni/MG", para proceder ao credenciamento das empresas: **HABILITADA**: Neves e Andrade Serviços Médicos LTDA -CNPJ nº 59.715.262/0001-85 e Ramalho F. Serviços Médicos LTDA – CNPJ nº 66.989.677/0001-02 para prestação de serviços por apresentar as exigências do edital e dentro das legalidades previstas em lei para o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS PARA ATUAÇÃO JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DR RAIMUNDO GOBIRA E A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H, NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG.**

Teófilo Otoni/MG, 12 de agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:36B5F506

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES 1º/2026 TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 24/2026. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2025

Prefeitura municipal de Três Corações 1º/2026 termo aditivo contrato nº 24/2026. Concorrência eletrônica nº 12/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, visando a reforma e revitalização da edificação da academia de saúde na Avenida Deputado Ailton Paranaíba Vilela, bairro Chácara General Banda nas dependências do Parque Dondinho em Três Corações. Resolução segov 16/2025. conta 93415-1. tipo: o valor total do contrato original sofre alteração de aproximadamente 2,21%. autorização: Cláusula 9.2 do contrato original, oriundo da concorrência eletrônica 012/2025. início vigência: 07/07/2026 até 26/01/2027. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 08/07/2026.

Três Corações, 08 de Julho de 2026.

RACHID GADBEM NETO
Secretário Ordenador.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:8F7175C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 091/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 091/2026. Processo n.° 0276/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização, para atender aos prédios públicos da prefeitura municipal de Três Corações. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 01/09/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria municipal de educação. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 12 de agosto de 2026.

ALZIRA ARAÚJO DE OLIVEIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:A9BCA242

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE REVOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 004/202

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de revogação do credenciamento nº 004/2025. Processo licitatório nº 0526/2025. Objeto: Credenciamento leiloeiros oficiais que comprovem capacidade técnica para a realização de alienação de imóveis inservíveis ou sem destinação pública, pertencentes ao patrimonio da prefeitura municipal de Tres Corações, observadas as condições estipuladas na legislação que rege a matéria. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a revogação do credenciamento nº 004/2025. Processo licitatório nº 0526/2025. Com fundamento no art. 71, da lei nº 14.133/2021, por razões de interesse público devidamente justificadas nos autos do processo. Ressalta-se que a decisão de revogação ocorreu em 05/08/2026.

Três Corações/mg, 10 de Agosto de 2026.

THIAGO MESQUITA PEREIRA.
Secretário de Controle Interno

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:51AED10F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO.EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Departamento de compras e licitação.Extrato das atas de registro de preços do pregão eletrônico nº 55/2026. Objeto: Aquisição de materiais de decorações para utilização em eventos e épocas temáticas no municipio de Três Corações. termo: nº 172/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Al Oliveira Ltda valor: r$20.247,96(vinte mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) termo: nº 173/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Gilmar de aguiar celso valor: r$17.182,00(dezessete mil, cento e oitenta e dois reais) Termo: nº 175/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x ld brazil comercio e servicos ltda valor: r$21.030,53 (vinte e um mil, trinta reais e cinquenta e três centavos) Termo: nº 176/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Rosa Café Imports Ltda valor: r$54.672,80(cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta centavos) termo: nº 177/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x William Cesar da Mota valor: r$12.074,00(doze mil e setenta e quatro reais). O prazo destes termos será de 12(doze) meses publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 19/06/2026.

Três Corações, 19 de Junho de 2026.

CLAUDINEI FERREIRA
Secretaria Municipal de Lazer, Turismo e Cultura.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:FA0BFAC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Departamento de compras e licitação. Extrato das atas de registro de preços do pregão eletrônico nº 64/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, conservação e higiene pessoal, de forma parcelada conforme a demanda e necessidade das secretarias municipais.Termo: nº 199/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x 39.452.748 Marcelo Goretti de Carvalho valor: r$ 376,74 (trezentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos).Termo: nº 201/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Cirurgica Uniao Ltda valor: r$ 37.157,50 (trinta e sete mil e cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).termo: nº 202/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Comercial Rosa Santos Ltda valor: r$118.061,00(centoedezoitomilesessentaeumreais).termo: nº 203/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Comercial Vener Ltda valor: r$ 37.764,66 (trinta e sete mil e setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).termo: nº 204/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Casa da Sogra Comercio Varejista Ltda valor: r$ 151.154,84 (cento e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).termo: nº 205/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Easy Clean Distribuidora Ltda valor: r$ 62.315,28 (sessenta e dois mil, trezentos e quinze reais e vinte e oito centavos). Termo: nº 206/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Empreendimentos Miranda Distribuidora Ltda valor: r$ 61.433,62 (sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos). Termo: nº 207/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x H.a Distribuidora Ltda valor: r$ 60.699,72 (sessenta mil, seiscentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos). Termo: nº 208/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Mercosul Agronegocios Ltda valor: r$ 3.892,71 (três mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e um centavos). Termo: nº 209/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Multisul Comercio e Distribuicao Ltda valor: r$ 2.808,90 (dois mil oitocentos e oito reais e noventa centavos). termo: nº 210/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Moveis e Servicos Ltda valor: r$ 776,64 (setecentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). Termo: nº 211/2026 Partes: prefeitura municipal de Três Corações x Novac Industria Quimica Ltda valor: r$ 14.724,02 (quatorze mil setecentos e vinte e quatro reais e dois centavos). termo: nº 212/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Orthovida Industria e Negocios Digitais Ltda valor: r$ 405,80 (quatrocentos e cinco reais e oitenta centavos). Termo: nº 213/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Oxi Quimica Ltda valor: r$ 169.496,46 (cento e sessenta e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos). termo: nº 214/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Pallet Rio Industria e Comercio Ltda valor: r$ 7.081,13 (sete mil e oitenta e um reais e treze centavos). Termo: nº 215/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Promax Distribuidora de Produtos Medicos e Higiene Ltda valor: r$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). termo: nº 216/2026 Partes: Prefeitura Municipal de Três Corações x Soluções em Limpeza Fenix Ltda valor: r$ 6.062,67 (seis mil e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos). Termo: nº 217/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Souza Ribeiro Suprimentos Corporativos Ltda valor: r$ 15.885,00 (quinze mil oitocentos e oitenta e cinco reais). Termo: nº 218/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Stp Comercial Ltda valor: r$ 9.114,00 (nove mil cento e quatorze reais). Termo: nº 219/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Supermercado Bie Ltda valor: r$ 253.231,14 (duzentos e cinquenta e três mil duzentos e trinta e um reais e quatorze centavos). Termo: nº 220/2026 Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Wtrade Intermediação de Negócios Ltda valor: r$ 3.445,90 (três mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos).O prazo destes termos será de 12(doze) meses publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 29/07/2026.

Três Corações, 29 de Julho de 2026.

RACHID GADBEM NETOS
Ecretaria Municipal de Saúde.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:9B76F42D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO. EXTRATO DO CONTRATO DADISPENSANº 16/2026.**

Prefeitura Municipal de Três Corações. Departamento de Compras e Licitação. **Extrato do Contrato daDispensanº 16/2026. Objeto:** Contratação de associação/cooperativa de catadores de materiais recicláveis para prestação de serviço de coleta e transporte de recicláveis domiciliares.**Contrato: Nº 234/2026.Partes:** Prefeitura do municipio de Três Corações x Associação dos Catadores de Material Reciclável De Três Corações.O prazo deste Contrato será de **12(doze) meses.VALOR:** R$ 194.180,00 (cento e noventa e quatro mil cento e oitenta reais)Publicado no Quadro de avisos da Prefeitura de Três Corações em 05/08/2026.

Três Corações, 05 de agosto de 2026

ROGERIO FERRAZ RIVELLO
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Defesa Animal

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:08325E9E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO –
EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2026**

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato do pregão eletrônico nº 68/2026. objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 01 elevador, denominado es1 (elevador social), com capacidade de 450 kg, incluindo mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais necessários, manuais de comissionamento, operação e manutenção, testes de funcionamento e comissionamento, destinado ao centro administrativo dr. astolphogazolla. contrato: nº 235/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x glaucioalvesdutra elevadores ltda valor: r$ 113.500,00 (cento e treze mil e quinhentos reais)o prazo deste contrato será de 12(doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 05/08/2026.

três corações, 05 de agosto de 2026

KENIA MENDES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:2EE4FC29

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

**PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026

Após análise dos documentos que instruem o presente processo administrativo, especialmente o Termo de Referência, a pesquisa de preços, a justificativa da contratação e os demais documentos exigidos pelo art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, verifico a demonstração da necessidade da contratação, a adequação da solução e a compatibilidade do preço proposto.
A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados para organização, coordenação e realização do Campeonato Mineiro de Karatê Interestilos, evento oficial vinculado à Federação Mineira de Karatê Interestilos – FMKI, a ser realizado no Município de Três Pontas/MG, nos dias **14, 15 e 16 de agosto de 2026**, compreendendo os serviços técnicos, operacionais, de arbitragem, premiação e demais atividades necessárias à realização do evento.
A empresa **Premier Eventos Esportivos LTDA**, inscrita no CNPJ nº **54.400.176/0001-60**, apresentou proposta no valor global de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, tendo sua capacidade técnica e sua autorização para a organização e realização do evento demonstradas pela documentação constante dos autos. A compatibilidade do preço foi igualmente demonstrada por meio da pesquisa realizada e dos documentos comprobatórios de valores praticados em contratações de natureza semelhante.
Dessa forma, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, AUTORIZO a contratação direta da empresa Premier Eventos Esportivos LTDA, pelo valor global de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para execução do objeto, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Administrativo.

Encaminhem-se os autos para as providências necessárias à formalização da contratação, emissão da nota de empenho e demais atos subsequentes, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Três Pontas, 12 de agosto de 2026

CELSO VITOR FERNANDES JÚNIOR
Secretário Municipal de Esportes

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:13AEE015

**PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**5º TERMO ADITIVO
CONTRATO N. 004/2026 – CONTRATUALIZAÇÃO 2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 002/2026
PROCESSO N. 010/2026**

OBJETO: ALTERAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO INTEGRANTE DA CONTRATUALIZAÇÃO 2026, ESPECIFICAMENTE DO ITEM **6.9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA MENSAL E ANUAL**, SUBITEM **I. RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, PARA INCLUIR EXPANSÃO DA COBERTURA ASSISTENCIAL ESPECIALIZADA, NOTADAMENTE QUANTO AOS SERVIÇOS DE CIRURGIAS VINCULADOS AO **PATE - PROGRAMA AGORA TEM ESPECIALISTAS – COMPONENTE CIRURGIA**, INSTITUÍDO PELA PORTARIA GM/MS Nº 7.266, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
PARTES: MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS/MG E SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, INSCRITA NO CNPJ SOB O N.º 25.268.012/0001-226.
VALOR TOTAL ADITIVADO: R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)
DATA: 06/08/2026

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:7B2519A5

**SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
- EXTRATO ADENDO I DE EDITAL – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026 – PROCESSO Nº 036/2026**

O SAAE de Três Pontas – MG, torna público para o conhecimento dos interessados, que houve alteração no Edital de licitação para o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para Contratação de empresa especializada em Recarga de Extintores em geral, com fornecimento de material e troca de peças, para os diversos setores da Autarquia SAAE Três Pontas/MG**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, passando-se a abertura da sessão para às **08h01min do dia 20 de junho de 2026**. O Edital, bem como o ADENDO I, estarão

disponíveis nos sites: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e www.saaetpo.mg.gov.br.

Três Pontas – MG, 12 de agosto de 2026.

JANAINA APARECIDA DE SOUSA
Agente de Contratações.

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:968DE09C

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TRÊS PONTAS/MG, autarquia inscrita sob n° 25.269.069/0001-46. **OBJETO: Aquisição de livros jurídicos destinados à composição do acervo técnico do Setor Jurídico do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Três Pontas/MG,** em face da vencedora: **LISBOA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 55.165.729/0001-00, **os itens 2, 3 e 5**, totalizando um **valor global de R$ 812,00** (oitocentos e doze reais). Vigência: 13/08/2026 a 31/12/2026.

Três Pontas, 12 de agosto de 2026.

MARCELO CHAVES GARCIA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:90432EAB

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2026.

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Pontas / MG, inscrita no CNPJ sob nº 25.269.069/0001-46. **OBJETO: Aquisição de livros jurídicos destinados à composição do acervo técnico do Setor Jurídico do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Três Pontas/MG.** No uso das atribuições que me foram delegadas pelo Decreto Municipal n.º 13.617, de 1º de janeiro de 2025, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o processo em face da vencedora: **LISBOA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 55.165.729/0001-00, **os itens 2, 3 e 5**, totalizando um **valor global de R$ 812,00** (oitocentos e doze reais).

Três Pontas – MG, 12 de agosto de 2026.

MARCELO CHAVES GARCIA
Diretor SAAE

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:794305CF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 5.837, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025, QUE CRIA O COMITÊ TÉCNICO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE E PROMOÇÃO À EQUIDADE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS/MG, E REVOGA O DECRETO 5959, DE 20 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 5976, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Altera o Art. 2º do Decreto nº 5.837, de 30 de outubro de 2025, que cria o Comitê Técnico de Políticas de Promoção à Saúde e Promoção à Equidade no âmbito do Município de União de Minas/MG, e Revoga o Decreto 5959, de 20 de julho de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 69 da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 25/SES/SUBPAS-SAPS-DPS/2021, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, que orienta a implementação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde mediante a atuação intersetorial e a articulação entre as diversas políticas públicas voltadas à redução das iniquidades em saúde;
CONSIDERANDO que os determinantes sociais da saúde influenciam diretamente as condições de vida da população e o acesso aos serviços públicos, tornando indispensável a garantia de voz e participação ativa dos grupos historicamente vulnerabilizados;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a representatividade social do Comitê Técnico de Políticas de Promoção à Saúde e Promoção à Equidade, mediante a inclusão de representantes da sociedade civil, especificamente da população negra e parda e da população LGBTQIAPN+, de forma a fortalecer o controle social, o diagnóstico das vulnerabilidades e a implementação de ações de equidade;
DECRETA:
Art. 1º. O art. 2º do Decreto nº 5.837, de 30 de outubro de 2025, passa a vigorar acrescido dos incisos VIII e IX, com a seguinte redação:
*"**Art. 2º.** Fica nomeado e empossado o Comitê Técnico de Políticas de Promoção à Saúde e Promoção à Equidade:*
I – Rosimar Cristina Teixeira Lopes – Secretária Municipal de Saúde;
II – Fábia Ribeiro Menezes – Secretária Municipal de Educação;
III – Aparecida de Cássia dos Santos – Enfermeira da Estratégia Saúde da Família;
IV – Natália Fabiana Freitas Fonseca – Enfermeira da Atenção Primária;
V – Antônio Eduardo Rodrigues – Fonoaudiólogo da Equipe Multiprofissional;
VI – Simar Maria de Freitas – Psicóloga da Equipe Multiprofissional;
VII – Maria Rita Alves de Oliveira – Educadora em Saúde;
VIII – Rosa Lucia da Costa – Representante da sociedade civil, representando a população negra e parda do Município;
IX – Renan Moisés da Silva – Representante da sociedade civil, representando a população LGBTQIAPN+.
Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 5.837, de 30 de outubro de 2025.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de União de Minas, 12 de agosto de 2026

Publique-se e Cumpra-se.

GEOVÁ TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:5864A29A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Urucuia/MG, CNPJ nº 25.223.850/0001-80. Contratada: Buritis Atacado Varejo e Distribuição Ltda., CNPJ nº 23.405.990/0001-43. Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados ao preparo da alimentação escolar dos estudantes da rede municipal de ensino do Município de Urucuia/MG, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência. Valor global: R$

834.310,92 (oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e dez reais e noventa e dois centavos). Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogada nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. Dotação Orçamentária:
050112.306.0041.2022 339030000000 – Ficha 111 – Fonte 15000000;
050112.306.0041.2022 339030000000 – Ficha 112 – Fonte 15500000;
050112.306.0041.2022 339030000000 – Ficha 113 – Fonte 15520000.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável. Data da assinatura: 10 de agosto de 2026. Signatários: José Ailson Dantas Queiroz – Prefeito Municipal, pela Contratante, e Ianara Marilene Gobbi – Representante Legal, pela Contratada.

Urucuia/MG, 10 de agosto de 2026.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:9AD23DAB

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 019/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2026

O Município de Urucuia/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80, torna público o **Termo de Credenciamento nº 019/2026**, celebrado com a empresa **DANIEL MARQUES LOPES SERVICOS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.588.683/0001-71, cujo objeto é o **credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na área de saúde, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Urucuia/MG**, em regime de contratações paralelas e não excludentes, sem garantia de demanda mínima, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência. A CREDENCIADA fica habilitada para a execução dos itens **14, 21, 22, 23 e 24**, conforme quantitativos, condições e valores unitários estabelecidos no Termo de Credenciamento, sendo: item 14 – Médico(a) Regulador (Controle e Avaliação), para gerenciar o fluxo de pacientes, decidindo transferências e acesso a leitos e serviços especializados, utilizando sistemas como o SUSfácilMG, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Urucuia/MG, presencial e trabalho remoto, **960 horas, ao valor unitário de R$ 146,25**; item 21 – Médicos(as) para atendimentos em vésperas e feriados específicos (Natal e Ano Novo), em plantão de 12 horas conforme escala da Saúde, **96 horas, ao valor unitário de R$ 131,00**; item 22 – Médicos(as) para plantões de sábado e domingo, em plantão de 12 horas, **4.800 horas, ao valor unitário de R$ 112,11**; item 23 – Médicos(as) para plantões de segunda a sexta-feira e feriados comuns, das 19h às 7h, em plantão de 12 horas, **8.000 horas, ao valor unitário de R$ 101,22**; e item 24 – Médicos(as) para plantões de segunda a sexta-feira e feriados comuns, das 7h às 19h, em plantão de 12 horas, **8.000 horas, ao valor unitário de R$ 101,22**. Os quantitativos e valores possuem caráter meramente estimativo e referencial, não constituindo garantia de demanda, contratação mínima, faturamento mínimo, exclusividade ou execução integral pela CREDENCIADA. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados de 10 de agosto de 2026. **Dotação Orçamentária:** 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1064 – Fonte 15000002; 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1065 – Fonte 16000000; 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1066 – Fonte 16210000; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0260 – Fonte 15000002; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0261 – Fonte 16000000; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0263 – Fonte 16210000; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1072 – Fonte 15000002; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1073 – Fonte 16000000; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1074 – Fonte 16210000; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0300 – Fonte 15000002; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0301 – Fonte 16000000; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0302 – Fonte 16210000. **Data da assinatura: 10 de agosto de 2026.**

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal de Urucuia/MG.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:A68B132A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2026

O Município de Urucuia/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80, torna público o Termo de Credenciamento nº 024/2026, celebrado com a empresa **MILENA FERREIRA CRUVINEL SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 59.210.357/0001-47, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na área de saúde, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Urucuia/MG, em regime de contratações paralelas e não excludentes, sem garantia de demanda mínima, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência. A CREDENCIADA fica habilitada para a execução dos itens **14, 21, 22, 23 e 24**, conforme quantitativos, condições e valores unitários estabelecidos no Termo de Credenciamento, sendo: item 14 – Médico(a) Regulador (Controle e Avaliação), **960 horas, ao valor unitário de R$ 146,25**; item 21 – Médicos(as) para atendimentos em vésperas e feriados específicos (Natal e Ano Novo), **96 horas, ao valor unitário de R$ 131,00**; item 22 – Médicos(as) para plantões de sábado e domingo, **4.800 horas, ao valor unitário de R$ 112,11**; item 23 – Médicos(as) para plantões de segunda a sexta-feira e feriados comuns, das 19h às 7h, **8.000 horas, ao valor unitário de R$ 101,22**; e item 24 – Médicos(as) para plantões de segunda a sexta-feira e feriados comuns, das 7h às 19h, **8.000 horas, ao valor unitário de R$ 101,22**. Os quantitativos e valores possuem caráter meramente estimativo e referencial, não constituindo garantia de demanda, contratação mínima, faturamento mínimo, exclusividade ou execução integral pela CREDENCIADA. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados de 10 de agosto de 2026. **Dotação Orçamentária:** 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1064 – Fonte 15000002; 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1065 – Fonte 16000000; 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1066 – Fonte 16210000; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0260 – Fonte 15000002; 080210.301.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0261 – Fonte 16000000; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0263 – Fonte 16210000; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1072 – Fonte 15000002; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1073 – Fonte 16000000; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1074 – Fonte 16210000; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0300 – Fonte 15000002; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0301 – Fonte 16000000; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0302 – Fonte 16210000. **Data da assinatura: 10 de agosto de 2026.**

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal de Urucuia/MG.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:264E2F72

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 026/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026

O Município de Urucuia/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80, torna público

o Termo de Credenciamento nº 026/2026, celebrado com a empresa **LEAPHAR LOCADORA DE VEÍCULO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.358.551/0001-50, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas para locação de máquinas pesadas, caminhões e veículo utilitário para transporte de passageiros e cargas, com disponibilização de operador ou motorista habilitado, conforme o caso, para atendimento das demandas operacionais, de infraestrutura, manutenção urbana e rural, apoio logístico e ações do Município de Urucuia/MG, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência. A CREDENCIADA fica habilitada para a execução do **item 07 – Locação de veículo caminhonete cabine dupla**, veículo tipo caminhonete pick-up, cabine dupla, com capacidade mínima para 05 (cinco) passageiros, incluindo motorista, 04 (quatro) portas, motorização mínima 2.0, tração 4x2, direção hidráulica, câmbio manual ou automático de 05 (cinco) ou 06 (seis) marchas, combustível diesel, potência mínima de 170 CV, ano/modelo mínimo 2018, sistema de freios com ABS, EBD e PBA, sem limite de quilometragem, sendo de responsabilidade da Prefeitura o combustível e de responsabilidade do fornecedor a manutenção, seguro total, rastreador e motorista, pelo período de **12 meses, ao valor unitário mensal de R$ 10.993,33**, perfazendo o valor estimado de **R$ 131.919,96**. O quantitativo e o valor possuem caráter meramente estimativo e referencial, não constituindo garantia de demanda, contratação mínima, faturamento mínimo, exclusividade ou execução integral pela CREDENCIADA, ficando a prestação dos serviços condicionada à necessidade efetiva da Administração, à disponibilidade orçamentária e financeira e à emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados de 11 de agosto de 2026. **Dotação Orçamentária:** 020104.122.0047.2013 – 339039000000 – Ficha 052 – Fonte 15000000; 050112.122.0047.2021 – 339039000000 – Ficha 108 – Fonte 15000001; 050112.361.0041.2023 – 339039000000 – Ficha 134 – Fonte 15000001; 050112.361.0041.2023 – 339039000000 – Ficha 135 – Fonte 15400000; 080110.122.0047.2030 – 339039000000 – Ficha 215 – Fonte 15000002; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 260 – Fonte 15000002; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 261 – Fonte 16000000; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 263 – Fonte 16210000; 160104.122.0047.2044 – 339039000000 – Ficha 351 – Fonte 15000000; 160206.182.0032.2000 – 339039000000 – Ficha 369 – Fonte 15000000; 230104.122.0047.2052 – 339039000000 – Ficha 382 – Fonte 15000000; 230126.782.0034.2057 – 339039000000 – Ficha 430 – Fonte 15000000; 250118.122.0047.2058 – 339039000000 – Ficha 450 – Fonte 15000000; 260120.608.0038.2066 – 339039000000 – Ficha 500 – Fonte 15000000; 270106.122.0019.2122 – 339039000000 – Ficha 506 – Fonte 15000000; 270126.782.0047.2067 – 339039000000 – Ficha 536 – Fonte 15000000; 280127.812.0023.2118 – 339039000000 – Ficha 555 – Fonte 15000000; 310108.122.0025.2077 – 339039000000 – Ficha 638 – Fonte 15000000. **Data da assinatura: 11 de agosto de 2026.**

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal de Urucuia/MG.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:1AE85E2E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026 – Processo Administrativo nº 039/2026 – Pregão Eletrônico nº 010/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Urucuia/MG. Contratada: **WTB COFFEE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 51.180.559/0001-81. Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados ao preparo da alimentação escolar dos estudantes da rede municipal de ensino de Urucuia/MG, conforme Termo de Referência. Valor total: **R$ 60.830,40 (sessenta mil, oitocentos e trinta reais e quarenta centavos)**. Vigência: **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogada nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Dotação orçamentária: 050112.306.0041.2022 339030000000, Fichas 111, 112 e 113, Fontes 15000000, 15500000 e 15520000. Data da assinatura: **10 de agosto de 2026**. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:F68E158F

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2025

Processo Administrativo nº 073/2025 – Credenciamento nº 006/2025. Contratante/Rescidente: **Prefeitura Municipal de Urucuia/MG**. Contratada/Rescindida: **JOAO LISTER DE SA GUIMARAES NETO**, inscrita no CNPJ nº 37.198.286/0001-71. Objeto: rescisão consensual do Contrato Administrativo nº 134/2025, referente ao credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados na área da saúde, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. A rescisão ocorre de forma amigável, sem ônus de qualquer natureza para as partes, ficando encerradas as obrigações contratuais e inexistindo obrigações financeiras futuras entre os envolvidos a partir da assinatura do instrumento. Data da rescisão: **03 de agosto de 2026**.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:D0E32B78

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA – MG
LISTA DE CREDENCIADOS ATUALIZADA PROC N° 043/2026 INEX N° 017/2026 CRED N° 008/2026

Classificação	Itens	Empresa	CNPJ
1º	03; 14; 20; 21; 22; 23 e 24;	ANCHIETA JUNIOR SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA	61.581.049/0001-70
2°	03; 19; 21; 22; 23 e 24;	AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA	33.458.003/0001-22
3°	30;	CAMINHAR-ME	41.251.551/0001-05
4°	03; 19; 21; 22; 23; 24; 26; 27 e 28;	FARIA VIANA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	53.155.447/0001-04
5°	21; 22; 23 e 24;	JOAO LISTER DE SÁ GUIMARAES NETO	37.198.286/0001-71
6°	14; 21; 22; 23 e 24;	DANIEL MARQUES LOPES SERVICOS MEDICOS LTDA	60.588.683/0001-71
7°	21; 22; 23 e 24;	JULIANA OLIVEIRA FRANCO LTDA	42.680.844/0001-70
8°	21; 22; 23 e 24;	MARIA EDUARDA QUEIROZ PEREIRA LTDA	61.197.908/0001-21
9°	03; 19; 22; 23 e 24;	EQUIPE GESTAO EM SAUDE LTDA	46.602.691/0001-02
10°	03; 14; 20; 21; 22; 23 e 24;	SARA NETO SERVICOS HOSPITALARES LTDA	59.759.326/0001-40
11°	14; 21; 22; 23 e 24;	MILENA FERREIRA CRUVINEL SERVICOS MEDICOS LTDA	59.210.357/0001-47
12°	03; 14; 19; 20; 21; 22; 23 e 24;	IZE AMANDA PEREIRA MARQUES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	53.305.655/0001-34
13°	03, 10 e 12;	SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA	37.092.326/0001-04
14°	03, 14, 19, 20, 21, 22, 23 e 24;	DORNELAS SERVICOS DE SAUDE LTDA	42.435.382/0001-26
15°	19, 22, 23 e 24;	DE CARVALHO MEDICINA E SAUDE LTDA	64.394.080/0001-90

A PRESENTE PUBLICAÇÃO NÃO CONFIGURA CONVOCAÇÃO IMEDIATA, SENDO QUE AS CONVOCAÇÕES SERÃO REALIZADAS CONFORME NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA, RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

Urucuia/MG, 12 de agosto de 2026.

OSWALDO GOMES DA SILVA NETO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:C04871F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA – MG
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

O Prefeito Municipal de Urucuia/MG**,** no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei nº 14.133/2021, vem através do presente AUTORIZAR o credenciamento das respectivas empresas: **SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA CNPJ: 37.092.326/0001-04 nos Itens 03, 10 e 12; DORNELAS SERVICOS DE SAUDE LTDA CNPJ: 42.435.382/0001-26 nos itens 03, 14, 19, 20, 21, 22, 23 e 24; DE CARVALHO MEDICINA E SAUDE LTDA CNPJ: 64.394.080/0001-90 nos itens 19, 22, 23 e 24;** junto ao Processo Administrativo Licitatório nº 043/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026, Edital de Credenciamento nº 008/2026, cujo objeto é Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na área de saúde, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Urucuia/MG.

Urucuia-MG, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ
Prefeito

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:F357AE9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERÍSSIMO

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 128/2026

EXTRATO CONTRATO 128/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 44/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 44/2026 – OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo automóvel tipo minivan, 07 lugares; zero quilômetro (novo); ano do modelo e de fabricação do ano vigente da contratação ou superior; com todos os acessórios mínimos obrigatórios, conforme legislação em vigor para atender o Fundo Municipal de Saúde de Veríssimo/MG – CONTRATADO – GNC AUTOMOTORES LTDA. Valor do contrato: R$146.900,00 (cento e quarenta e seis mil e novecentos reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 30 de julho de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:FA81D677

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 129/2026

EXTRATO CONTRATO 129/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 19/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026 – OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes e graxas, para manutenção dos veículos que compõem a frota do município de Veríssimo/MG, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – LUBE PACK COMERCIAL LTDA. Valor do contrato: R$25.179,40 (vinte e cinco mil, cento e setenta e nove reais e quarenta centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 03 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:F254DDAE

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 130/2026

EXTRATO CONTRATO 130/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 19/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026 – OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes e graxas, para manutenção dos veículos que compõem a frota do município de Veríssimo/MG, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – AUTOLUB FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA. Valor do contrato: R$26.515,50 (vinte e seis mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 03 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:9DF1062E

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 131/2026

EXTRATO CONTRATO 131/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 19/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026 – OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes e graxas, para manutenção dos veículos que compõem a frota do município de Veríssimo/MG, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – BRAZMART MULTIPARTS LTDA. Valor do contrato: R$105.322,85 (cento e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 03 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:B29EB1E7

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 132/2026

EXTRATO CONTRATO 132/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 19/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026 – OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes e graxas, para manutenção dos veículos que compõem a frota do município de Veríssimo/MG, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – LUBRIVAZ LUBRIFICANTES LTDA. Valor do contrato: R$3.968,00 (três mil, novecentos e sessenta e oito reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 03 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:E7693819

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 133/2026

EXTRATO CONTRATO 133/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 33/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 17/2026 – OBJETO: Aquisição de dietas especiais para atender o Fundo Municipal de Saúde e a Secretaria de Educação, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – JL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE

PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. Valor do contrato: R$77.074,50 (Setenta e sete mil e setenta e quatro reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 05 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:AC58C85F

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 134/2026

EXTRATO CONTRATO 134/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 33/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 17/2026 – OBJETO: Aquisição de dietas especiais para atender o Fundo Municipal de Saúde e a Secretaria de Educação, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – HOSPCLEAN COMERCIO LTDA. Valor do contrato: R$86.670,00 (Oitenta e seis mil, seiscentos e setenta reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 05 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:6E768A89

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 135/2026

EXTRATO CONTRATO 135/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 33/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 17/2026 – OBJETO: Aquisição de dietas especiais para atender o Fundo Municipal de Saúde e a Secretaria de Educação, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – TMG PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. Valor do contrato: R$35.848,75 (Trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 05 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:DD677BCB

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 136/2026

EXTRATO CONTRATO 136/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 33/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 17/2026 – OBJETO: Aquisição de dietas especiais para atender o Fundo Municipal de Saúde e a Secretaria de Educação, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – CM HOSPITALAR S.A. Valor do contrato: R$112.000,00 (Cento e doze mil reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 05 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:907771E0

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 137/2026

EXTRATO CONTRATO 137/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 33/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 17/2026 – OBJETO: Aquisição de dietas especiais para atender o Fundo Municipal de Saúde e a Secretaria de Educação, até 31 de dezembro de 2026 – CONTRATADO – UBER MEDICA E HOSPITALAR LTDA. Valor do contrato: R$83.406,30 (Oitenta e três mil, quatrocentos e seis reais e trinta centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Veríssimo/MG, 05 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:7F637903

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PL Nº 069/2026 - PE SRP Nº 014/2026. AVISO DE SUSPENSÃO

OBJETO: Formação de registro de preços visando a futura e eventual de LOCAÇÃO de TOTENS DIGITAIS INTERATIVOS, pelo período de 12 meses em atendimento a Secretaria de Governo do Município de Vespasiano/MG de acordo com Termo de Referência Anexo I do Edital. Comunicamos a **SUSPENSÃO** do referido processo, para resposta à impugnação feita por empresa interessada na participação do processo. A suspensão encontra-se disponível nos sites: www.vespasiano.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br.

CAMILA LORRAINE PEREIRA PERDIGÃO –
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Carolina Charine Valadares
Código Identificador:D08522CF

PROCURADORIA
DECRETO EXECUTIVO Nº 11.330

DE 08 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO, REGULAMENTA AS DIRETRIZES E AÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA (CNCA) NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE VESPASIANO/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Vespasiano, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas nos incisos VII e XIII do Art. 115 da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 8º, 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 a qual Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO Decreto Executivo nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e;

CONSIDERANDO o Decreto Executivo nº 48.939 de 07 de novembro de 2024 que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização e demais legislações aplicáveis,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Executivo Municipal a Política Municipal de Alfabetização, destinada a assegurar a alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e garantir a melhoria contínua dos indicadores educacionais da rede pública municipal.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, consideram-se:

I - Alfabetização em Língua Portuguesa: aprendizagem do sistema de escrita alfabética, domínio de suas convenções e autonomia na leitura e escrita com fluência e compreensão;

II - Letramento em Língua Portuguesa: uso social da leitura e da escrita em diversos contextos;

III - Alfabetização Matemática: compreensão da contagem, sistema de numeração decimal, resolução de problemas das quatro operações, reconhecimento de formas geométricas, medidas, localização espacial e leitura de informações em tabelas e gráficos;

IV - Letramento Matemático: uso de conhecimentos matemáticos em práticas sociais.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização, da Base Nacional Comum Curricular, do Currículo Referência de Minas Gerais e do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I - O regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;

II - A garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

III - Práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;

IV - Incentivo à leitura desde a Educação Infantil;

V - Valorização das práticas sociais de leitura e escrita;

VI - Garantia de continuidade pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;

VII - Respeito às especificidades do desenvolvimento infantil, vedando práticas escolarizantes precoces na Educação Infantil;

VIII - A promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais, de gênero e de inclusão;

IX - A valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;

X - A formação continuada e valorização dos profissionais da educação;

XI - O uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;

XII - A garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio;

XIII - Fortalecimento do ensino sistematizado de Língua Portuguesa e Matemática;

XIV - Reconhecimento da família como parceira essencial no processo de alfabetização;

XV - Promoção da participação ativa, colaborativa e corresponsável dos profissionais da educação, mantendo a gestão democrática;

XVI - Respeito às especificidades locais assegurando que as estratégias pedagógicas, as ações formativas e o apoio técnico sejam adequados às necessidades da rede municipal de ensino.

Art. 4º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I - Assegurar que as crianças desde a pré-escola tenham garantido o acesso a criação de uma cultura de leitura e escrita ampliando as suas experiências com a linguagem escrita;

II - Promover o alinhamento pedagógico e a transição harmônica entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental;

III - Garantir a continuidade pedagógica entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando transição qualificada e respeito ao desenvolvimento infantil;

IV - Garantir que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental como elemento estruturante para a trajetória escolar bem sucedida;

V - Fortalecer práticas de alfabetização e letramento em todas as instituições da Rede Municipal;

VI - Elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental mediante práticas pedagógicas baseadas em evidências;

VII - Implementar ações imediatas de recomposição das aprendizagens, com foco na leitura e na escrita, para os estudantes do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental que apresentem defasagens;

VIII - Reduzir desigualdades educacionais;

IX - Fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

X - Promover o engajamento das famílias e da comunidade escolar como agentes ativos no processo de alfabetização;

XI - Fomentar a cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua da aprendizagem;

XII - Promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização.

CAPÍTULO III
DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 5º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio dos seguintes eixos estruturantes:

I - Gestão e Governança da Alfabetização;

II - Formação Continuada dos Professores Alfabetizadores;

III - Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem;

IV - Intervenção Pedagógica e Recomposição das Aprendizagens;

V - Articulação com as Famílias e Comunidade;

VI - Infraestrutura, Materiais Didáticos e Recursos Tecnológicos;

VII - Compartilhamento das Práticas Pedagógicas Inspiradoras.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES

Art. 6º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I - Priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;

II - Promoção de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da produção textual e da compreensão leitora;

III - Assistência pedagógica às equipes gestoras das unidades escolares;

IV - Fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;

V - Acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;

VI - Implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;

VII - Incentivo a práticas que desenvolvam a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;

VIII - Promoção da participação das famílias no processo educativo;

IX - Apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas;

X - Promoção de ações pedagógicas integradas entre a pré-escola e o 1.º ano do Ensino Fundamental;

XI - Garantia de estratégias pedagógicas inclusivas e acessíveis aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

CAPÍTULO V
DO PÚBLICO ALVO

Art. 7º. A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

I - Crianças matriculadas na pré-escola, com idade de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos;

II - Estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

III - Estudantes com defasagens nos anos subsequentes;

Art. 8º. São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

I - Gestores municipais;

II - Gestores escolares;

III - Coordenadores Pedagógicos;

IV - Professores das Salas de Recursos Multifuncionais;

V - Articuladores RENALFA;

VI - Professores Formadores LEEI;

VII - Equipes pedagógicas que atuam com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

VIII - Professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

IX - Equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

X - Comunidade escolar;

CAPÍTULO VI
DAS RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 9º. Caberá à Secretaria Municipal de Educação (SME) implementar ações que garantam as condições necessárias para a execução e fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização, sendo suas responsabilidades:

I - Assegurar a estrutura física adequada das instituições de ensino, garantindo ambientes seguros, organizados e propícios ao desenvolvimento das práticas de alfabetização;

II - Garantir os insumos básicos e materiais pedagógicos necessários ao funcionamento das escolas, priorizando recursos para Língua Portuguesa e Matemática;

III - Definir anualmente diretrizes, metas e indicadores que orientarão o Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) e os documentos pedagógicos relacionados à alfabetização;

IV - Definir o perfil dos professores alfabetizadores e orientar as escolas na escolha e lotação dos profissionais para as turmas do 1º e 2º anos;

V - Acompanhar periodicamente os indicadores de aprendizagem e os resultados das escolas, adotando medidas de intervenção quando necessário;

VI - Promover formações continuadas para professores, coordenadores, diretores e Agentes de Apoio, garantindo coerência entre currículo, práticas pedagógicas e metas de alfabetização;

VII - Acompanhar os planos de ação das escolas, em especial aqueles destinados ao atendimento de estudantes com defasagens ou necessidades específicas;

VIII - Estabelecer diretrizes para o atendimento paralelo e para a recomposição das aprendizagens, garantindo equidade e continuidade pedagógica;

IX - Estabelecer, dentro das possibilidades da rede, critérios para dimensionamento das turmas de 1º e 2º anos, buscando garantir condições adequadas ao processo de alfabetização.

Art.10. À Direção das instituições de ensino compete:

I - Garantir o cumprimento do calendário escolar, assegurando 200 dias letivos e 800 horas anuais para estudantes matriculados no tempo parcial e no mínimo 1400 horas anuais para estudantes do Tempo Integral, conforme legislação vigente;

II - Liderar a elaboração, execução e avaliação do PDE e demais documentos pedagógicos, alinhados às diretrizes da SME e às metas da alfabetização;

III - Monitorar o desempenho acadêmico dos estudantes e promover intervenções pedagógicas quando necessário;

IV - Garantir que professores, coordenadores e Agentes de Apoio tenham condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades;

V - Acompanhar e orientar práticas pedagógicas voltadas à alfabetização e ao letramento;

VI - Assegurar ações pedagógicas e administrativas que favoreçam o desenvolvimento integral e a inclusão de todos os estudantes;

VII - Garantir que alunos com defasagens sejam atendidos por meio de estratégias de apoio pedagógico, intervenções e recomposição de aprendizagens.

Art. 11. Ao Professor compete:

I - Elaborar e executar o planejamento pedagógico de acordo com o currículo municipal, BNCC e orientações da SME;

II - Ministrar aulas com responsabilidade, intencionalidade pedagógica e foco nas aprendizagens essenciais da alfabetização e do letramento matemático;

III - Participar das formações continuadas, reuniões pedagógicas e demais momentos promovidos pela SME;

IV - Avaliar continuamente o desenvolvimento dos estudantes, realizando registros fidedignos e propondo intervenções sempre que necessário;

V - Implementar ações que promovam autonomia, fluência leitora, compreensão textual, produção escrita e raciocínio lógico-matemático;

VI - Trabalhar em parceria com os Agentes de Apoio para garantir organização, acompanhamento e suporte aos estudantes, respeitando os limites da função de cada profissional;

VII - Colaborar com as famílias, mantendo diálogo permanente sobre o progresso dos estudantes.

Art. 12. Aos auxiliares de ensino, reconhecidos como agentes importantes para o processo de alfabetização, compete:

I - Acompanhar estudantes em atividades individuais e coletivas, conforme orientação do professor e da equipe pedagógica;

II - Apoiar alunos com dificuldades de aprendizagem, deficiência ou transtornos do desenvolvimento, promovendo sua permanência, participação e inclusão nas atividades de alfabetização;

III - Colaborar com a manutenção da disciplina, rotina escolar e convivência respeitosa;

IV - Apoiar a realização de atividades de leitura, contação de histórias, exploração de materiais concretos e demais práticas recomendadas para o processo de alfabetização;

V - Contribuir para o acompanhamento dos estudantes durante entrada, saída, intervalos e deslocamentos internos;

VI - Exercer sua função de apoio pedagógico e organizacional, sem substituição ao professor, respeitando suas atribuições e a legislação vigente.

CAPÍTULO VII
DA ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 13. A Política Municipal de Alfabetização promoverá a continuidade pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, compreendendo a transição como processo formativo e não como ruptura, garantindo:

I - Elaboração conjunta, entre professores do Infantil 5 e do 1º ano, de relatórios de transição dos estudantes ao final de cada ano letivo, com informações sobre o desenvolvimento das crianças nas diferentes dimensões da aprendizagem;

II - Organização de encontros pedagógicos entre equipes das duas etapas, com frequência mínima semestral, para alinhamento de práticas, troca de experiências e planejamento articulado;

III - Reconhecimento da Educação Infantil como etapa que contribui para a preparação à alfabetização, por meio de práticas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento infantil, respeitando as especificidades de cada faixa etária e os campos de experiência definidos pela BNCC;

IV - Garantia de que as práticas pedagógicas na Educação Infantil privilegiem o lúdico, as brincadeiras, a linguagem oral, o contato com livros e a exploração da escrita como objeto social, vedando a antecipação de metodologias e instrumentos formais de alfabetização próprios do Ensino Fundamental, em conformidade com as DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Parágrafo único. A SME orientará as instituições de ensino na elaboração dos relatórios de transição e nos procedimentos para os encontros pedagógicos entre etapas, podendo publicar normativa específica para regulamentar os formatos e prazos.

CAPÍTULO VIII
DA ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Art. 14. A Política Municipal de Alfabetização garantirá, aos estudantes público-alvo da Educação Especial, condições equitativas de acesso ao processo de alfabetização, em consonância com os princípios da educação inclusiva, assegurando:

I - Elaboração e acompanhamento de Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, com metas de alfabetização adaptadas às suas necessidades e potencialidades;

II - Articulação obrigatória entre professor regente, professor da Sala de Recursos Multifuncionais e Auxiliar de Ensino, com registros periódicos de acompanhamento do desenvolvimento do estudante;

III - Disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis conforme necessidade de cada estudante;

IV - Formação continuada específica para professores alfabetizadores sobre práticas pedagógicas inclusivas, adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas.

§ 1º. As metas de alfabetização para os estudantes público-alvo da Educação Especial serão definidas de forma individualizada, respeitando seu ritmo e potencial de desenvolvimento, sem prejuízo da participação plena na vida escolar.

§ 2º. A SME articulará as ações de apoio especializado necessárias para o atendimento educacional dos estudantes público-alvo da Educação Especial, em conformidade com as diretrizes estaduais vigentes.

CAPÍTULO IX
DOS PROGRAMAS, AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA A ALFABETIZAÇÃO

Art. 15. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de iniciativas e programas que incluem:

I - Adesão a programas estaduais e federais, especialmente ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

II - Formação continuada para professores alfabetizadores, professores da Educação Infantil, coordenadores e auxiliares de ensino;

III - Elaboração e distribuição de materiais pedagógicos estruturados e diversificados para o ensino de Língua Portuguesa e Matemática;

IV - Utilização de materiais e recursos pedagógicos ofertados pelo Governo Federal e Estadual, articulados às práticas da rede municipal;

V - Implementação de práticas sistemáticas de ensino da leitura, escrita e matemática básica;

VI - Promoção de mentorias pedagógicas e acompanhamento personalizado às instituições de ensino;

VII - Organização de ações de recomposição das aprendizagens, com foco nos estudantes que apresentarem dificuldades de alfabetização;

VIII - Fortalecimento das bibliotecas escolares e dos espaços de leitura, incluindo o Cantinho da Leitura nas instituições de Educação Infantil;

IX - Incentivo à produção e disseminação de boas práticas de alfabetização pelos professores.

CAPÍTULO X
DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 16. A SME garantirá programa sistemático e contínuo de formação para os profissionais envolvidos na Política Municipal de Alfabetização, observando:

I - Articulação das formações com os programas federais e estaduais vigentes, especialmente a RENALFA, o PNLD Literacia Familiar e demais iniciativas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

II - Definição de conteúdos prioritários para a formação, incluindo: consciência fonológica, fluência leitora, compreensão textual, produção escrita, letramento matemático, práticas inclusivas, uso de tecnologias educacionais e avaliação diagnóstica;

III - Registro sistemático das formações realizadas, com avaliação de impacto nas práticas pedagógicas, a ser incorporado ao relatório anual de alfabetização da SME;

Parágrafo único. A formação continuada deverá ser planejada de forma articulada com as demandas identificadas nas avaliações diagnósticas e nos resultados do monitoramento da aprendizagem, garantindo coerência entre a prática pedagógica e as metas desta Política.

CAPÍTULO XI
DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE

Art.17. A Política Municipal de Alfabetização reconhece a família como parceira essencial no processo de alfabetização, cabendo à SME e às instituições de ensino:

I - Promover reuniões periódicas de devolutiva às famílias sobre o desenvolvimento da leitura e escrita de seus filhos, com linguagem acessível e inclusiva;

II - Desenvolver ações de orientação às famílias sobre como estimular a leitura em casa, o contato com livros, a valorização da escola e o apoio ao processo de alfabetização;

III - Garantir canais de comunicação acessíveis entre escola e família, especialmente para estudantes com deficiência ou necessidades específicas;

IV - Estimular a participação das famílias em conselhos escolares, reuniões pedagógicas abertas e eventos de promoção à leitura e à cultura escrita;

V - Criar, progressivamente, programas de literacia familiar, conectando as práticas escolares de alfabetização ao contexto doméstico e comunitário.

Parágrafo único. As ações de engajamento familiar serão planejadas considerando a diversidade socioeconômica e cultural das famílias atendidas pela rede municipal, garantindo inclusão e acessibilidade nas comunicações e nos eventos.

CAPÍTULO XII
DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO

Art. 18. O Plano Municipal de Ação para a Alfabetização constitui o instrumento de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

§1º. O Plano será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

§2º. O Plano deverá ser atualizado anualmente ou quando necessário.

§3º. O Plano conterá, no mínimo:

I - Diagnóstico da rede;

II - Metas municipais;

III - Estratégias;

IV - Cronograma;

V - Responsáveis;

VI - Indicadores;

VII - Mecanismos de monitoramento.

Art. 19. O Plano observará os sete eixos estruturantes previstos neste Decreto, contemplando ações relacionadas à gestão, formação docente, práticas pedagógicas, recomposição das aprendizagens, articulação com as famílias, infraestrutura e compartilhamento de boas práticas.

CAPÍTULO XIII
DO MONITORAMENTO

Art. 20. Constituem mecanismos de monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:

I - Acompanhamento dos resultados de aprendizagem;

II - Acompanhamento da qualidade, eficiência e efetividade das ações e programas implementados pela SME;

III - Monitoramento contínuo da aprendizagem dos estudantes, especialmente daqueles em processo de alfabetização inicial;

IV - Análise de resultados das avaliações internas e externas, com devolutivas pedagógicas às escolas;

V - Desenvolvimento de indicadores municipais de alfabetização, considerando fluência, compreensão leitora, produção escrita e habilidades matemáticas;

VI - Acompanhamento e registro das ações de recomposição das aprendizagens;

VII - Definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais das avaliações internas (diagnósticas e processuais);

VIII - Análise dos resultados das Avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública - SIMAVE;

IX - Desenvolvimento de estratégias de melhoria e avanço dos indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

X - Utilização dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas;

Art. 21. Os resultados deverão subsidiar:

I - O planejamento anual do Município;

II - Os planos de ação das escolas;

III - As formações continuadas;

IV - A recomposição das aprendizagens;

V - A revisão das metas municipais.

Art. 22. Ficam estabelecidas as seguintes metas municipais de alfabetização, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada ao qual o Município aderiu formalmente:

I - Meta 1: Garantir que 100% (cem por cento) dos estudantes dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental estejam alfabetizados ao final do 2º ano, a ser alcançada progressivamente até 2030;

II - Meta 2: Reduzir progressivamente o percentual de estudantes com hipóteses de escrita pré-silábica e silábica ao final do 1º ano, com monitoramento semestral;

III - Meta 3: Garantir que todos os estudantes do Infantil 5 desenvolvam, ao final do ano letivo, as habilidades esperadas nos campos de experiência da BNCC relacionados à linguagem oral, escrita e ao pensamento matemático.

Art. 23. A SME elaborará, anualmente, Relatório Municipal de Alfabetização, a ser apreciado pelo Conselho Municipal de Educação, contendo:

I - Dados desagregados por escola, turma, ano de escolaridade e perfil dos estudantes, incluindo estudantes com deficiência e EJA;

II - Resultados das avaliações diagnósticas nacionais (RENALFA) e municipais;

III - Descrição das ações de recomposição realizadas e seus resultados;

IV - Proposta de estratégias para o ano letivo subsequente.

Parágrafo único. Os resultados do Relatório Municipal de Alfabetização serão publicizados para a comunidade escolar, como forma de transparência e controle social.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A Política Municipal de Alfabetização integrará o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação e observará as metas do Plano Municipal de Educação.

Art. 25. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, consignadas na Lei Orçamentária Anual e nos instrumentos de planejamento pertinentes, não implicando a criação de novas despesas nem a alteração do regime jurídico dos profissionais da educação, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e da legislação orçamentária e fiscal vigente

Art. 26. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, o acompanhamento e o monitoramento da execução dessa política.

Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vespasiano, 08 de agosto de 2026.

JOSÉ WINSTON DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo do Carmo Faria
Código Identificador:15D3D226

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VESPASIANO
PSS EDITAL 006/2024 - 14ª ERRATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 006/2024

14ª ERRATA:

ANULA-SE E EXCLUE-SE a publicação da 8ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA de PEB ED. INFANTIL, publicada no dia 11/08/2026.
INCLUE-SE a publicação da 7ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA de PEB ED. INFANTIL.

Vespasiano, 12 de Agosto de 2026.

LAÍS DE CASTRO BRANT
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Saulo Elieser Dias Miguel
Código Identificador:A8A6A646

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VESPASIANO
PSS EDITAL 006/2024 - PEB EDUCAÇÃO INFANTIL - 7ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 006/2024
LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO DIA 13/08/2026, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL 006/2024.

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

7ª CHAMADA EXTRAORDINÁRIA

A Secretaria Municipal de Educação realizará CHAMADA EXTRAORDINÁRIA para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Serão ofertadas 02 (duas) vagas, destinadas aos primeiros candidatos CONVOCADOS que se apresentarem. As chamadas seguirão a ordem de classificação conforme o RESULTADO FINAL. Os candidatos constantes na lista de classificação deverão comparecer à Secretaria Municipal de Educação, munidos da documentação exigida no EDITAL 006/2024.

COMPARECER NO DIA 13/08/2026
HORÁRIO: 09H00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Endereço: Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 135, Centro (Praça da Matriz)

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DO Nº 1251 AO Nº 1300

Publicado por:
Saulo Elieser Dias Miguel
Código Identificador:C968592E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Processo Licitatório Nº 069/2026.

Adesão Nº 007/2026. Processo de Adesão a Ata de Registro de Preço nº 044/2025, decorrente do Processo de Pregão Eletrônico nº 2025.06.05.1 pelo Sistema de Registro de Preço, realizado pelo Município de Horizonte/CE inscrito no CNPJ sob o nº 23.555.196/0001-86. Detentora da Ata de Registro de Preço: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 59.104.422/0024-46. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE 03 VEÍCULOS DE PASSEIO (05 LUGARES) 0KM. O Prefeito Municipal nesta data homologa o julgamento deste certame, o qual foi fracassado, visto que o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preço/Município de Horizonte/CE não autorizou a Adesão.

Volta Grande, 11 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:B5469B2D

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PROCESSO 084/2026

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Processo nº 084/2026
Dispensa nº041/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM TECNOLOGIA LED, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência.

O MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE/MG torna público, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal Nº 14.133/2021, a MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

Os interessados deverão encaminhar suas propostas até às 18h00min do dia 17 de agosto de 2026, para o e-mail: licitacao@voltagrande.mg.gov.br ou as apresentar na sede da prefeitura, localizada na Av. Arthur Pedras, nº 120, Centro, neste Município de Volta Grande.
Fazem parte deste aviso os seguintes anexos:
Anexo I – Termo de Referência;
Anexo I do TR – Estimativa de Despesa;
Anexo II – Modelo de Proposta;
Anexo III – Minuta de Contrato;
Anexo IV - Documentação Exigida Para Habilitação;
Anexo V – Declaração Unificada;

Prefeitura de Volta Grande – MG, 12 de agosto de 2026.

ALESSANDRA RIBEIRO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva
Código Identificador:7397EB0D

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG - EXTRATO DE CONTRATO. Processo de Licitação nº 083/2026. Inexigibilidade de Licitação nº 019/2026. Contrato Administrativo nº 103/2026. Justificativa: art. 74, V, da Lei Federal Nº 14133/2021. Contratada: RENATA PEREIRA CRUZ DE MACEDO NASCIMENTO. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A ALUGUEL SOCIAL PARA ATENDER A FAMÍLIA DE INGRID MARIA DE AVELAR CÉZAR QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA. Valor Total: R$ 6.000,00. Vigência: 12 meses. Dotação Orçamentária: 3.3.90.36.00.2.08.01.08.244.016.2.0056 (1.500.000). 11/08/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT –
Agente de Contratação.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:6985B043

PREGÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Processo Licitatório Nº 073/2026, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 004/2026. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Registro de Preço para o futuro e eventual fornecimento de cestas básicas. Processo homologado e adjudicado nesta data. Z E S COMERCIAL LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 47.496.710/0001-18 no valor total de R$ 96.960,00.

Volta Grande, 12 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:CA7F61AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Abaeté, Ivanir Deladier da Costa, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 72 inciso VI da Lei Orgânica do Município de Abaeté/MG de 18/03/1990 c/c artigo 1º da Lei Complementar n.º 026 de 12/03/2.007,
DECRETA:
Art. 1º - Fica autorizado o **desmembramento de área** de lote urbano matriculado no Cartório de Registo de Imóveis da Comarca de Abaeté-MG **sob o N.º 7061** do livro 2-RG, localizado na rua Dr. Antônio Amador, bairro Santo Antônio, nesta cidade de Abaeté/MG, de propriedade de **ROBERTO DA COSTA RESENDE ME**, empresário individual, na atividade de serviços de Torno Mecânico, soldas elétricas para serviços automotores em geral e comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores em geral, inscrito no CNPJ sob o n° 14.294.439/0001-89, sediada na Rua Dona Alda Viana, nº 317, bairro Centro, Abaeté-MG, representada no ato pelo seu titular administrador Roberto da Costa Resende, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 527.666.406-49, casado pelo regime de comunhão parcial de bens com Ilma Soares Resende, brasileira, do lar, inscrita no CPF sob o n° 041.535.676-80, residentes e domiciliados na Rua Dona Alda Viana, nº 317, bairro Centro, Abaeté-MG, adiante pormenorizado:

Descrição dos imóveis antes do desmembramento:
Um lote de terreno, nesta cidade, medindo a área de 20,00 metros de frente por 33,00 metros de fundos, aproximadamente, fechado por cercas de arame farpado, confrontando com a. rua Dr. Antônio Amador, antiga 11 de Junho, pela frente, pelos fundos com propriedades de Francisco Gonçalves, pela direita com João de Alcântara Mendes e pela esquerda com Ulisses Alves da Silva.

Descrição do imóvel após o desmembramento:

ÁREA DESMEMBRADA 01: lote de terreno urbano localizado na Rua Dr. Antônio Amador, no bairro Santo Antônio, com as seguintes confrontações:
- 9,00 metros de frente confrontando com a Rua Dr. Antônio Amador;
- 20,00 metros pela lateral direita, confrontando com o lote de propriedade de João de Alcântara Mendes;
- 20,00 metros pela lateral esquerda confrontando com a Área Desmembrada 02;
- 9,00 metros pelos fundos confrontando com a Área Desmembrada 02.

Totalizando uma **área de 180,00 m².**

ÁREA DESMEMBRADA 02: Tem início no ponto de confrontação em comum da Rua Dr. Antônio Amador e a área Desmembrada 01, daí segue no sentido anti-horário por 11,00m confrontando pela frente com a Rua Dr. Antônio Amador, chegando a quina de confrontação com o lote de propriedade de Roberto da Costa Resende ME, daí vira para a esquerda e segue em linha reta por 33,00m, confrontando pela esquerda com o lote de propriedade de Roberto da Costa Resende ME, chegando a quina de confrontação com o lote de propriedade de Francisco Gonçalves, daí vira para a esquerda e segue por 20,00m confrontando pelos fundos com o lote de propriedade de Francisco Gonçalves, chegando a quina de confrontação com o lote de propriedade de João de Alcântara Mendes, daí vira para a esquerda e segue por 13,00m confrontando pela direita com o lote de propriedade de João de Alcântara Mendes, chegando a quina de confrontação com a Area desmembrada 01, daí vira para a esquerda e segue em linha reta por 9,00m confrontando pela direita com a Área desmembrada 01, daí vira para a direita e segue por 20,00m confrontando pela direita com a Área desmembrada 01, chegando ao ponto em que teve origem esta descrição e perfazendo uma **área total de 480,00m².**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:98F6AAC5

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
CONCEDE BENEFÍCIO EVENTUAL PARA PAGAMENTO DE CUIDADORES A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Abaeté-MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município c/c art. 15, inciso IV e art. 23, parágrafo único, inciso II da Lei Orgânica da Assistência Social e art. 16 da Lei Municipal n.º 2.515/2.009 e,

CONSIDERANDO que JOÃO ROMEIRO SOBRINHO, VITORIA GABRIELA DE SOUSA, APARECIDA DAS GRAÇAS CORDEIRO AGUIAR, VERA LÚCIA DA SILVA e ADILSON ALVES PEREIRA foram acolhidos pela Secretaria Municipal de Ação Social, através do CREAS - Centro de Referência Especializado de Social, em situação de violação de direitos e encaminhados para um alojamento custeado pelo Município de Abaeté-MG com cuidadores permanentes;

CONSIDERANDO que os benefícios eventuais estão previstos na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, no art. 22 e no Decreto nº 6307/07, configurando-se como suplementares de carácter provisório e não contributivo destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social, em decorrência de nascimento, morte e/ou desemprego e de calamidade pública;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido benefício eventual para pagamento de cuidadores de pessoas em situação de vulnerabilidade social, referente ao período de 27/7/2026 a 09/08/2026 nos seguintes termos:

JOÃO ROMEIRO SOBRINHO:

Taylor Dominick Rodrigues da Silva – 10 dias x 150,00 = R$1500,00 (um mil e quinhentos reais)
CPF: 06862558609
Rua Osvaldo Ferreira, 430, bairro Santo Antônio, Abaeté/MG
Telefone: 37999542741 (PIX)

Emilly Gabriela Alves Soares: **10 noites x 150,00 = R$1500,00 (um mil e quinhentos reais)**
Rua Jacira Gomes, 570, bairro Bernardo Soares de Faria, Abaeté/MG
CPF: 161.708.826-97 (PIX)
Telefone: 37999364054

2

José Lourenço Machado: 2 finais de semana integrais = 8 diárias x 150,00 = R$1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Rua Almirante Barroso, 541, bairro Centro, Abaeté/MG
CPF: 039.493.406-70 (PIX)
Telefone: 37988084405

Silvia Nara Carvalho Camargos – 2 lavagens de roupa x 150,00 = R$ 300,00 (trezentos reais)
Rua Rio Branco,535, bairro Santo Antônio, Abaeté/MG
CPF: 002.338.496-45 (PIX)
Telefone: 37988553801

VITORIA GABRIELA DE SOUSA:

Talita Basílio de Faria – 14 diárias x 150,00 = R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)
Rua Coronel Antônio Norberto dos Santos, 765, Abaetezinho CPF: 112.300.446-39
Telefone: 37998231107 (PIX)

Kellen Jeane Gontijo – 15 diárias x 150,00 = R$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais)
Rua Antônio Machado de Andrade, 891, apto 104, São João, Abaeté/MG
CPF: 137.482.846-75 (PIX)
Telefone: 37999979806

Fernanda Aparecida da Silva – 01 diária x 150,00 = R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
Rua dr. Edgardo da Cunha Pereira, 670, Santa Terezinha, Abaeté/MG
CPF: 109.650.116-31 (PIX)
Telefone: (37) 999239442

Isabel de Oliveira Monteiro – 03 diárias x 150,00 = R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Rua Padre Kerdole, 584, bairro Bernardo Soares de Faria, Abaeté/MG
CPF: 098.311.336-09
Telefone: 37999577919 (PIX)

APARECIDA DAS GRAÇAS CORDEIRO AGUIAR:

Franciele Lopes Rodrigues - 10 dias x 150,00 = R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Telefone: 3799877933
Rua 13 de Maio, 1230, bairro Centro, Abaeté/MG
Telefone: 31971199089 (PIX)

3

Maria Marta Basílio de Faria – 18 diárias x 150,00 = R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
Rua Coronel Antônio Norberto dos Santos, 771, bairro Abaetezinho, Abaeté/MG
CPF 040.824.726-65 (PIX)
Telefone: 31998876264

VERA LÚCIA DA SILVA

Cristiana Aparecida da Silva – **10 dias x 150,00 = R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**
CPF: 068.776.456-42
Rua Padre João Ferreira,226 (Sagrada Família) **PIX: cristianaaparecidadasilva37@gmail.com** TEL: 31 97107 98 07

Janaina Aparecida Alves Soares - 14 diárias x 150,00 = R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)
CPF: 048.204.416-04
Rua Maria Efigênia, 150, bairro Centro, Abaeté/MG Telefone: 37998755078
Caixa Tem Poupança – Agência: 3880 – Conta: 979228686-7

Thais Daiane Vilaça – 02 finais de semana integrais = 8 diárias x 150,00 = R$ 1200,00 (um mil e duzentos reais)
Rua Colônia, 129, Centro, Cedro do Abaeté/MG
CPF: 115.877.976-31 (Pix)
Telefone: (37) 998229123

ADILSON ALVES PEREIRA

Geralda dos Anjos Oliveira – 18 diárias x 150,00 = R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
Rua Rio Branco, 25, Nerys, Abaeté/MG CPF: 036.010.106-23
Telefone: (37) 998387903
Agência: 1059 – Conta: 795257925-9

Pamela Isabela Rosa Moro – 07 diárias x 150,00 = R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)
Rua Frei Teófilo, 1243, Centro, Abaeté/MG
CPF: 173.462.256-35 (PIX)
4
Telefone: (37) 999346991

Art.2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abaeté-MG, 12 de agosto de dois mil e vinte e seis. (12/8/2.026).

IVANIR DELADIER

Assinado digitalmente por IVANIR DELADIER DA COSTA:11898305668 DA ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=26882551000110, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, CN=IVANIR DELADIER DA COSTA:1189830566 COSTA:11898305668 8
Razão: Eu sou o autor deste documento Localização:
Data: 2026.08.12 15:53:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:18A24226

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO LICITATÓRIO 063/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIGINADA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº063/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº016/2026.

A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG, torna público o extrato da Ata de Registro de Preço cujo objeto é a **REPUBLICAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO DESTINADO A ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ/MG**.
A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público:
Extrato daata de registro de preços nº083/2026. Empresa Contratada: **CONCRETIZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.846.673/0001-77. Representante Legal: **Leandro Luis Santos**. Valor total da ata: R$515.798,00(quinhentos e quinze mil, setecentos e noventa e oito reais).
Vigência: 12(doze) meses.
O contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 12 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:67AFA984

LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 080/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026: OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS ESCOLARES REMANESCENTES FRACASSADOS NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº148/2025 DESTINADOS AO FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261001415/2025/SEE. ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: DO DIA 12/08/2026 ÀS 08H00MIN ATÉ O DIA 25/08/2026 ÀS 07H55MIN. Local de cadastramento das propostas e realização do processo: www.licitanet.com.br. INÍCIO DA DISPUTA: DIA 25/08/2026 ÀS 08 HORAS. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O edital completo encontra-se disponível no site: www.arapua.mg.gov.br. Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Arapuá, situada à Praça São João Batista, nº 111, Centro, Arapuá/MG.

Arapuá, 12 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Elvis Gonçalves Boaventura
Código Identificador:FF8EEBA3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2026

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026

A Prefeitura de Astolfo Dutra/MG, torna público aos interessados, que seu Agente de Contratação e sua Equipe de Contratação, que redesignou para o dia 27/08/2026, às 13 horas, licitação objetivando contratação de empresa para execução de obra de reforma da Quadra Jardim Primavera da Escola Municipal Doutor Francisco de Barros, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários, conforme Projetos de Engenharia, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do presente processo. Recurso**:** próprio. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.astolfodutra.mg.gov.br e na Prefeitura de Astolfo Dutra, na Praça Governador Valadares, 77, ou pelo telefone (32) 3451-1385, no horário de 08:00 às 16:00 horas, nos dias úteis.

Astolfo Dutra, 12/08/2026.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:185E75A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – Adjudicação e Homologação da Concorrência Eletrônica nº 04/2026, Processo nº 54/2026**.**Vencedor: CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS QUARESMA E CIA LTDA - 13.525.230/0001-16. Objeto: contratação de empresa especializada para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no Município de Bela Vista de Minas conforme estabelecido em projeto executivo e demais documentos técnicos que compõem o presente certame. Valor total: R$ **3.195.000,00**.

Bela Vista de Minas, 12 de agosto de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA C. MAGALHÃES -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Marina Barros Siqueira Leal
Código Identificador:2136D313

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – **RATIFICAÇÃO ADJUDICAÇÃO, E HOMOLOGAÇÃO** do Processo **74/2025**. Inexigibilidade **41/2025**, Credenciamento nº **04/2025**.Objeto: Credenciamento de artistas e músicos sem reconhecimento nacional ou consagração do público, pessoas físicas ou jurídicas, para realização de apresentações musicais e de entretenimento em diversos gêneros musicais, em eventos apoiados ou promovidos pela prefeitura municipal de Bela Vista de Minas/MG**. Credenciado**: LEONARDO CARNEIRO QUINTÃO – CNPJ:23.461.246/0001-66.

Bela Vista de Minas, 12 de agosto de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA C. MAGALHÃES –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira de Vasconcelos
Código Identificador:6CB4A662

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS
CNPJ: 18.296.640 / 0001 - 56
RUA GOIAS, 986 - CENTRO – BIQUINHAS – MINAS GERAIS
CEP: 35.621-0000

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO1

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa da fase de planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele ainda servirá de base ao termo de referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2. UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes.

3. REFERÊNCIA LEGAL

Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos legais e normativos:
3.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

3.2. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nº 147, de 7 de agosto de 2014, e nº 155, de 27 de outubro de 2016, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, no que couber;

3.3. Decreto Municipal nº 090, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta, no âmbito da Prefeitura Municipal de Biquinhas, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispondo sobre Licitações e Contratos Administrativos e dando outras providências;
3.4. A contratação se sujeita ainda aos demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E OBJETO2

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade demonstrar a necessidade e a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular via tecnologia GPS/GSM/GPRS ou superior, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, cessão de uso ou outra forma que não implique aquisição definitiva dos equipamentos, a instalação, configuração, ativação, manutenção preventiva e corretiva dos dispositivos de rastreamento, bem como a disponibilização de plataforma informatizada para gerenciamento e monitoramento da frota em tempo real.

1 Art. 6º, inciso XX da Lei 14.133/2021 c/c Art. 7º do Decreto Municipal nº. 90/2023
2 Art. 18, inciso I, §1º da Lei 14.133/2021

A contratação decorre da necessidade de aprimorar os mecanismos de gestão, controle e fiscalização da frota oficial do Município, composta por veículos utilizados pelas diversas Secretarias Municipais no desempenho de atividades administrativas, operacionais e na prestação de serviços essenciais à população. Atualmente, o acompanhamento da utilização dos veículos é realizado, em grande parte, por meio de controles manuais, o que dificulta a obtenção de informações precisas sobre deslocamentos, rotas percorridas, tempo de utilização, quilometragem, locais de parada e demais indicadores necessários à gestão eficiente da frota.

A implantação de um sistema de rastreamento possibilitará o monitoramento contínuo dos veículos, permitindo o acompanhamento em tempo real de sua localização, histórico de trajetos, velocidade, tempo de funcionamento, paradas e demais informações operacionais, proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Além de fortalecer o controle administrativo, o sistema contribuirá significativamente para a segurança patrimonial, reduzindo os riscos de furtos, roubos, desvios e utilização indevida dos veículos oficiais, possibilitando a rápida localização em situações de emergência e oferecendo maior proteção aos servidores e usuários transportados.

Sob o aspecto da eficiência administrativa, a solução permitirá a otimização das rotas, redução de deslocamentos desnecessários, melhor planejamento das atividades, diminuição do consumo de combustível, controle da quilometragem efetivamente percorrida, racionalização dos custos de manutenção e ampliação da vida útil da frota, gerando ganhos operacionais e economia para a Administração Pública.

A plataforma de gerenciamento também possibilitará a emissão de relatórios gerenciais, estatísticos e operacionais, subsidiando a tomada de decisões, a fiscalização dos contratos administrativos, o acompanhamento da produtividade da frota e a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para modernizar a gestão da frota municipal, promovendo maior controle, segurança, economicidade, transparência e eficiência na utilização dos veículos oficiais, em consonância com os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e com os objetivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento das contratações, à obtenção da proposta mais vantajosa e à busca da eficiência na gestão dos recursos públicos.

5. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO3

O levantamento foi realizado com base em uma análise na frota municipal, garantindo que as despesas estejam alinhadas com as diretrizes orçamentárias e o saldo disponível no Quadro de Detalhamento da Despesa (Q.D.D.), considerando que o Plano Anual de Contratação ainda não foi elaborado.

6. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO4

3 Art. 18, inciso II, §1º da Lei 14.133/2021
4 Art. 18, inciso III, §1º da Lei 14.133/2021

A solução a ser contratada deverá atender às necessidades da Administração Municipal quanto ao monitoramento, controle e gerenciamento da frota oficial, observando os requisitos mínimos de desempenho, qualidade, segurança, confiabilidade e disponibilidade, sem prejuízo de outros que venham a ser estabelecidos no Termo de Referência.

Como requisitos mínimos, a empresa contratada deverá:

I – Fornecer, instalar, configurar, ativar e manter em pleno funcionamento os equipamentos de rastreamento veicular, em regime de comodato, cessão de uso ou outra modalidade que não implique aquisição definitiva dos dispositivos pelo Município;

II – Disponibilizar plataforma de monitoramento acessível via internet, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), permitindo o gerenciamento da frota em tempo real;

III – Possibilitar a visualização da localização dos veículos em mapa digital, com atualização automática das informações de posicionamento;

IV – Disponibilizar histórico de deslocamentos, rotas percorridas, quilometragem, velocidade, tempo de parada, tempo de funcionamento do veículo e demais informações operacionais;

V – Permitir a emissão de relatórios gerenciais, operacionais e estatísticos, em formatos compatíveis para exportação (PDF, Excel ou equivalente);

VI – Disponibilizar ferramenta para criação de cercas eletrônicas (geofencing), definição de pontos de interesse e emissão de alertas de entrada e saída de áreas previamente delimitadas;

VII – Possibilitar o cadastro de usuários com diferentes níveis de acesso, garantindo a segurança das informações e a rastreabilidade das operações realizadas na plataforma;

VIII – Disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual, compreendendo atendimento remoto e, quando necessário, atendimento presencial para manutenção, substituição ou reparo dos equipamentos;

IX – Realizar, sem ônus adicional para a Administração, a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos, falhas ou mau funcionamento durante a execução contratual;

X – Garantir sigilo, integridade e confidencialidade dos dados coletados, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018);

XI – Disponibilizar treinamento inicial aos servidores indicados pela Administração para utilização da plataforma de monitoramento, bem como manual de operação em língua portuguesa;

XII – Manter equipe técnica qualificada para instalação, manutenção e suporte dos equipamentos durante toda a vigência do contrato.

Os equipamentos de rastreamento deverão possuir, no mínimo, as seguintes características:

· tecnologia de rastreamento por GPS/GNSS com transmissão de dados por rede GSM/GPRS/4G ou tecnologia superior;
· alimentação compatível com o sistema elétrico dos veículos da frota;
· transmissão automática das posições em intervalos configuráveis;
· memória interna para armazenamento de dados quando houver ausência de sinal de comunicação, com sincronização automática após o restabelecimento da conexão;
· resistência adequada às condições normais de operação automotiva.

A solução deverá apresentar elevado índice de disponibilidade, confiabilidade e estabilidade operacional, garantindo a continuidade do monitoramento da frota durante toda a execução contratual.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, comprovada mediante apresentação dos documentos de habilitação exigidos na Lei nº 14.133/2021, além de demonstrar aptidão para execução de serviços de natureza semelhante.

Não haverá necessidade de realização de adequações estruturais significativas por parte da Administração Municipal, limitando-se às instalações dos equipamentos nos veículos e ao acesso dos servidores à plataforma eletrônica disponibilizada pela contratada.

A contratação deverá contemplar todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo equipamentos, instalação, configuração, licenças de uso da plataforma, comunicação de dados, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, atualizações de software, substituição de equipamentos defeituosos e demais despesas necessárias ao pleno funcionamento da solução, não sendo admitida cobrança adicional durante a vigência contratual, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES5

O levantamento da quantidade foi realizado com base nos serviços que serão executados:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Serviço de Rastreamento e Monitoramento Veicular	Unidade	600
02	Taxa de Adesão e Instalação do serviço de rastreamento e monitoramento veicular	Unidade	25

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO6

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, bem como termos de referência, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

5 Art. 18, inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021
6 Art. 18, inciso V, §1º da Lei 14.133/2021

Para que possamos entender um pouco do mercado a respeito dos serviços referente ao objeto deste estudo, foi feito uma pesquisa por empresas especializadas no mercado, no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br). Adicionalmente, foi feito

cotação de preços junto os mesmos. Trata-se de um serviço com especificações nas quais dificulta e limita as empresas que os fornece;

9. ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO7

O custo foi verificado após a realização do levantamento dos serviços, concluindo-se que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público e para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente apresentada nas cotações.

O valor estimado da contratação tem como base cotações feito com fornecedores e também em contratações análogas feitas no site Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br) conforme detalhado no Mapa de Preços.
O valor estimado para está contratação é de R$ 48.061,50 (quarenta e oito mil e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO8

Após análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a solução mais adequada para Após o levantamento das necessidades da Administração Municipal e a análise das soluções disponíveis no mercado, verificou-se que a alternativa mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular, mediante disponibilização de plataforma tecnológica integrada e fornecimento dos equipamentos de rastreamento em regime de comodato ou cessão de uso, incluindo instalação, configuração, ativação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e atualização contínua do sistema.

A solução deverá contemplar o monitoramento em tempo real dos veículos da frota municipal, por meio de plataforma acessível via internet, permitindo o acompanhamento da localização, histórico de trajetos, quilometragem percorrida, velocidade, tempo de parada, cercas eletrônicas, emissão de alertas, geração de relatórios gerenciais e demais funcionalidades necessárias à adequada gestão da frota.

Todos os equipamentos necessários ao funcionamento do sistema deverão ser fornecidos pela contratada, ficando sob sua responsabilidade a instalação, manutenção, substituição em caso de defeito, atualização tecnológica e suporte técnico durante toda a vigência contratual, sem custos adicionais para a Administração, exceto nas hipóteses legalmente previstas.

A solução deverá possibilitar o gerenciamento centralizado da frota municipal, permitindo aos gestores acompanhar a utilização dos veículos, otimizar rotas, reduzir deslocamentos

7 Art. 18, inciso V, §1º c/c Art. 22 §2º inciso I da Lei 14.133/2021
8 Art. 18, inciso VI, §1º da Lei 14.133/2021

desnecessários, controlar o consumo de combustível, aumentar a segurança patrimonial e produzir informações gerenciais que subsidiem a tomada de decisões.

Soluções alternativas avaliadas

Durante a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar foram analisadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Manutenção dos controles atualmente utilizados (controles manuais e registros administrativos)

Consiste na continuidade do acompanhamento da frota por meio de planilhas, registros em formulários, diários de bordo e controles administrativos.

Vantagens:

· Não gera investimento imediato em tecnologia;
· Não exige contratação específica.

Desvantagens:

· Baixa confiabilidade das informações;
· Ausência de monitoramento em tempo real;
· Maior possibilidade de falhas humanas;
· Dificuldade na fiscalização da utilização dos veículos;
· Limitação na geração de indicadores gerenciais;
· Menor controle sobre consumo de combustível, deslocamentos e produtividade da frota.

Em razão dessas limitações, esta alternativa não atende satisfatoriamente ao interesse público.

Alternativa 2 – Aquisição definitiva dos equipamentos de rastreamento pelo Município

Nesta hipótese, a Administração realizaria a compra dos equipamentos e contrataria separadamente serviços de comunicação de dados, software, manutenção e suporte técnico.

Vantagens:

· Incorporação dos equipamentos ao patrimônio municipal.

Desvantagens:

· Maior investimento inicial;
· Necessidade de aquisição periódica de novos equipamentos em razão da obsolescência tecnológica;
· Custos adicionais com manutenção, reposição, licenciamento, comunicação de dados e suporte técnico;

· Maior complexidade na gestão contratual e operacional.

Considerando o ciclo de atualização tecnológica dos equipamentos eletrônicos, esta alternativa mostra-se menos vantajosa sob os aspectos técnico e econômico.

Alternativa 3 – Contratação de solução completa (SaaS + equipamentos em comodato)

Consiste na contratação de empresa especializada responsável pelo fornecimento integral da solução, incluindo equipamentos, instalação, plataforma de monitoramento, comunicação de dados, manutenção, atualizações tecnológicas e suporte técnico durante toda a vigência contratual.

Vantagens:

· Menor investimento inicial pela Administração;
· Atualização tecnológica permanente;
· Manutenção e substituição dos equipamentos sob responsabilidade da contratada;
· Redução dos riscos operacionais;
· Plataforma integrada de gerenciamento;
· Maior disponibilidade do sistema;
· Melhor relação custo-benefício;
· Facilidade de gestão contratual;
· Maior eficiência, segurança e controle da frota.

Desvantagens:

· Dependência da prestação continuada do serviço pela contratada, mitigada pela adequada fiscalização contratual.

Solução escolhida

Após a análise das alternativas, conclui-se que a **Alternativa 3** representa a solução mais vantajosa para a Administração Pública, por atender integralmente às necessidades do Município sob os aspectos da eficiência, economicidade, segurança, modernização da gestão e melhor relação entre custo e benefício.

A contratação da solução completa permitirá a implantação imediata do sistema de rastreamento sem necessidade de investimentos em infraestrutura própria ou aquisição definitiva de equipamentos,

assegurando tecnologia atualizada, suporte especializado, manutenção contínua e elevado nível de disponibilidade do serviço.

Dessa forma, a solução proposta encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão da frota municipal e para a utilização mais racional dos recursos públicos.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO9

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto da contratação foi analisado e, por critérios técnicos e de economicidade, considerou-se inviável e desaconselhável a divisão do objeto em partes.
O serviço de rastreamento e monitoramento de veículos é uma solução integrada, que depende do fornecimento conjunto e compatível de equipamentos, sistema de software, suporte técnico e relatórios gerenciais, operando de forma coordenada e centralizada.

A fragmentação dessa solução poderia comprometer a funcionalidade, a interoperabilidade do sistema, bem como a segurança da informação e a eficiência operacional da frota.
Além disso, a contratação única evita conflitos de responsabilidade entre diferentes fornecedores, facilita a gestão do contrato e proporciona ganhos de escala, o que pode resultar em menores custos globais para a Administração Pública.

Dessa forma, justifica-se a contratação do objeto de forma global, por se tratar de um serviço com natureza indivisível do ponto de vista técnico-operacional, garantindo maior eficiência, controle e economicidade à Administração.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS10

Os principais resultados pretendidos são:

· Implantar sistema informatizado de monitoramento em tempo real de toda a frota municipal, permitindo o acompanhamento contínuo da localização e utilização dos veículos;
· Fortalecer o controle administrativo sobre os deslocamentos realizados, possibilitando o registro preciso de rotas, quilometragem percorrida, tempo de utilização, velocidade, paradas e demais informações operacionais;
· Aumentar a segurança dos veículos, servidores e usuários dos serviços públicos, contribuindo para a prevenção de furtos, roubos, extravios e utilização indevida dos veículos oficiais;
· Otimizar o planejamento das rotas e dos deslocamentos, reduzindo percursos desnecessários, tempo de viagem e custos operacionais;
· Promover economia no consumo de combustível, redução do desgaste da frota e maior controle sobre a manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
· Disponibilizar informações gerenciais confiáveis para subsidiar a tomada de decisões pelos gestores públicos, permitindo melhor planejamento das atividades e maior eficiência na gestão da frota;
· Possibilitar maior controle da execução dos serviços prestados pelos veículos vinculados às diversas Secretarias Municipais, aumentando a produtividade e a qualidade dos serviços públicos;
· Produzir relatórios gerenciais, operacionais e estatísticos que auxiliem na fiscalização contratual, na prestação de contas, na auditoria e no controle interno;

9 Art. 18, inciso VII, §1º da Lei 14.133/2021
10 Art. 18, inciso IX, §1º da Lei 14.133/2021

· Ampliar a transparência e a rastreabilidade da utilização dos veículos oficiais, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de governança e de controle da Administração Pública;
· Modernizar a gestão da frota municipal mediante a utilização de tecnologia de rastreamento e monitoramento, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Espera-se, ao final da implantação da solução, que a Administração Municipal disponha de um sistema integrado, confiável e de alta disponibilidade, capaz de fornecer informações em tempo real sobre toda a frota, permitindo maior controle operacional, redução de custos, aumento da segurança patrimonial e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população, assegurando a utilização racional dos recursos públicos e o aperfeiçoamento da gestão administrativa.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS11

Para viabilizar a implantação da solução proposta, a Administração Municipal deverá adotar as seguintes providências antes da contratação e durante a fase de implementação:

13.1. Identificar e relacionar os veículos da frota municipal que receberão os equipamentos de rastreamento, definindo a quantidade de dispositivos a serem instalados e as Secretarias Municipais contempladas.

13.2. Definir as especificações técnicas mínimas da solução de rastreamento e monitoramento, contemplando as funcionalidades da plataforma, características dos equipamentos, requisitos de segurança da informação, disponibilidade do sistema, emissão de relatórios, cercas eletrônicas, alertas, histórico de trajetos e demais funcionalidades necessárias ao atendimento das demandas da Administração.

13.3. Elaborar o Termo de Referência, contendo a descrição detalhada do objeto, quantitativos, requisitos técnicos, critérios de habilitação, condições de execução, obrigações das partes, critérios de medição e pagamento, fiscalização contratual e demais condições necessárias à contratação.

13.4. Designar servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e atestar a regular prestação dos serviços.

13.5. Planejar, em conjunto com a empresa contratada, o cronograma de instalação dos equipamentos, de forma a minimizar impactos na utilização da frota e garantir a continuidade dos serviços públicos.

13.6. Promover o cadastramento dos veículos, usuários e perfis de acesso na plataforma de monitoramento, bem como realizar a configuração inicial do sistema conforme as necessidades da Administração.

11 Art. 18, inciso X, §1º da Lei 14.133/2021

13.7. Capacitar os servidores responsáveis pela gestão da frota e fiscalização contratual para utilização da plataforma de monitoramento, interpretação dos relatórios gerenciais e operação das funcionalidades disponibilizadas pela contratada.

13.8. Estabelecer rotinas administrativas para utilização das informações geradas pelo sistema de rastreamento, visando ao controle da frota, à otimização dos deslocamentos, ao acompanhamento dos indicadores de desempenho e ao aperfeiçoamento da gestão dos veículos oficiais.

Registra-se que não há necessidade de realização de obras, adaptações estruturais ou aquisição de infraestrutura tecnológica pela Administração Municipal, uma vez que a solução será disponibilizada integralmente pela empresa contratada, cabendo ao Município apenas disponibilizar os veículos para instalação dos equipamentos e indicar os servidores responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização do contrato.

14. CONTRATAÇÃO CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES12

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal, e no momento não há nenhum processo vigente que abrange os itens deste estudo.

Em relação às contratações interdependentes, não se aplica, já que as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO13

Com a contratação pretendida, não haverá impactos ambientais, não sendo necessárias as respectivas medidas mitigadoras.

16. DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato que contará com uma fiscalização técnica, que ficará a cargo do servidor designado pelo Secretário de Obras, Serviços e Transportes e outra administrativa, cuja responsável será a Chefe do Setor de Compras, Servidora Geane Antônia Ribeiro Costa.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável e razoável esta contratação.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, financeira e orçamentária, forma de cumprimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

12 Art. 18, inciso XI, §1º da Lei 14.133/2021
13 Art. 18, inciso XII, §1º da Lei 14.133/2021

Biquinhas, 24 de julho de 2026.

ANALDO HENRIQUE DE CARVALHO
Secretário de Obras, Serviços e Transportes.

GEANE ANTÔNIA RIBEIRO DA COSTA
Chefe Do Setor De Compras

BRENDA LUANA DE OLIVEIRA
Equipe De Planejamento

ELBIONE CRISTINA RODRIGUES ALVES SILVA
Equipe De Planejamento

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:D4EFBD5B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ARP

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo licitatório nº 66/2026, Pregão Eletrônico nº 10/2026, que objeta a aquisição de materiais utilizados para limpeza e demais itens em atendimento às necessidades das secretarias e órgãos municipais de Biquinhas-MG.
Contratada: CICCI DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 65.434.585/0001-01, estabelecida à Rua Luiz José de Souza, nº 134, Vila Velha, Formiga-MG, CEP: 35.570-262.
Contratada: DINIZ E DINIZ COMÉRCIO DIGITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 20.776.241/0001-34, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, nº 364, Curvelo-MG, CEP: 35.790-000.
Contratada: ENORE BRINDES PERSONALIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 46.810.995/0001-57, estabelecida à Rua Doutor Francisco de Paula Soares, nº 157, São Braz, Curitiba-PR, CEP: 82.300-370.
Contratada: FABIANA RODRIGUES PEREIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 26.427.828/0001-14, estabelecida à Rodivia Rodrigo Melo Franco de Andrade, nº 45, Nossa Senhora do Carmo, Ouro Preto-MG, CEP: 35.400-452.
Contratada: JM GOL HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 39.556.802/0001-18, estabelecida à Rua Padre Norberto Pittwitz, nº 54, Colônia Santo Antônio, Barra Mansa, Rio de Janeiro, CEP: 27.351-710.
Contratada: MARCELO MAGALHÃES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 37.088.446/0001-20, estabelecida à Rua dos Portugueses, nº 72, Flamengo, Contagem-MG, CEP: 32.241-070.
Contratada: MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 11.258.338/0001-64, estabelecida à Estrada Linha Rio Bonito, nº 0, São João Doeste, Cascavel-PR, CEP: 85.823-000.
Contratada: MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 25.275.318/0001-06, estabelecida à Rua Cento e Vinte e Nove, nº 216, Santa Maria, Timóteo-MG, CEP: 35.180-000.
Contratada: PALLET RIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 37.104.931/0001-40, estabelecida à Rua São Cristóvão, nº 673, São Cristóvão, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.940-001.
Contratada: REAPA MINAS COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 36.485.410/0001-17, estabelecida à Rua Santa Maria, nº 12, Granja, Carmópolis de Minas de-MG, CEP: 35.534-000.
Contratada: SOUZA RIBEIRO SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 41.818.239/0001-50, estabelecida à Rua Piauí, nº 1.729, Brasil, Uberlândia-MG, CEP: 385.405-317.
Contratada: TREZE DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 29.126.669/0001-06, estabelecida à Avenida Antônio Pio da Fonseca, nº 35, Nova Brasília, Igaratinga-MG, CEP: 35.695-000.
Contratada: WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 24.334.764/0001-81, estabelecida à Avenida Ari Barroso, nº 125, Serenata, Timóteo-MG, CEP: 35.180-442.
Contratada: WTRADE INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: sob o n° 21.856.981/0001-43, estabelecida à Rua Jacson Passos, nº 88, Goiânia, Belo Horizonte-MG, CEP: 31.690-400.

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:C057D954

LICITAÇÃO
TERMO DE ABERTURA

Prefeitura Municipal de Biquinhas Estado de Minas Gerais
TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA / INEXIGIBILIDADE

Página: 00001

PROCESSO Nº 000084/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Lei nº 14.133/2021, Inciso II do Art. 75. É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), atualizado na forma do art.182, no caso de outros serviços e compras;

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 000053 de 2026

OBJETO

contratação de empresa especializada em monitoramento e rastreamento de veículos pertencentes à frota municipal, via sistema com tecnologia GPS/GSM/GPRS ou superior

RAZÃO / JUSTIFICATIVA

Menor valor

Responsável pela Autorização de Abertura de Procedimento de Aquisição, Dispensa ou Inexigibilidade EUCLIDES PINTO COELHO

Biquinhas-MG, 12 de Agosto de 2026

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:071E41CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 4.621/2026

LEI MUNICIPAL Nº 4.621/2026

dispõe sobre a INSTITUIÇão do Piso Salarial Nacional para os Profissionais do Magistério PÚBLICO da Educação Básica para o ano de 2026 no âmbito do município de bocaiuva, e dá outras providências

O povo do Município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica instituído o Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN – do Magistério Público da Educação Básica para o ano de 2026 no âmbito do Município de Bocaiuva no valor de R$ 5.130,63 (cinco mil cento e trinta reais e sessenta e três centavos) para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.
Art. 2º - O Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Pública será aplicado aos profissionais da educação básica elencados pela Lei Municipal de nº 3.799, de 30 de junho de 2016, em efetivo exercício nas redes escolares de educação básica, aos ocupantes dos cargos de Diretor de Escola, elencados na Lei Municipal de nº 3.566, de 05 de março de 2013, e que estejam em efetivo exercício no cargo, bem como aos profissionais inativos, nos termos da Lei.
Art. 3º - Para os cargos submetidos a jornadas inferiores a 40 (quarenta) horas semanais, o piso será observado proporcionalmente à carga horária legalmente estabelecida.
Art. 4º - As diferenças remuneratórias decorrentes da aplicação desta Lei relativas ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2026 e a data de sua efetiva implantação poderão ser quitadas de forma parcelada, mediante regulamento do Poder Executivo, observada a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.
Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026.

Bocaiuva-MG, 12 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:6A3F8AA0

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 4.622/2026

LEI MUNICIPAL Nº 4.622/2026

Institui a Rota Oficial da Tradicional Caminhada da Fé do Sagrado Coração de Jesus no Município de Bocaiúva/MG, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica instituída, no âmbito do Município de Bocaiúva/MG, a **Rota Oficial da Tradicional Caminhada da Fé do Sagrado Coração de Jesus**, reconhecida como manifestação religiosa, cultural e turística integrante do patrimônio imaterial do município.
Art. 2º - A Rota Oficial da Caminhada da Fé compreenderá o percurso tradicional realizado anualmente pelos fiéis em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus, partindo do Município de Guaraciama/MG e seguindo até a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, localizada no Município de Bocaiúva/MG, podendo incluir estradas vicinais, comunidades rurais e demais trechos definidos pela organização do evento e pelos órgãos competentes.

Art. 3º - São objetivos desta Lei:

I - preservar e valorizar a tradição religiosa da Caminhada da Fé do Sagrado Coração de Jesus;

II - promover o turismo religioso e cultural no Município de Bocaiúva;

III - incentivar a participação comunitária e o fortalecimento da identidade cultural local;

IV - garantir condições adequadas de segurança, orientação e apoio aos peregrinos;

V - fomentar a divulgação do evento no calendário oficial do município.

Art. 4° - O Poder Executivo poderá, observada a disponibilidade orçamentária:

I - instalar placas indicativas ao longo da rota;
II - promover ações de manutenção e conservação dos trechos utilizados;
III - prestar apoio logístico, de saúde e segurança durante a realização da caminhada;
IV- firmar parcerias com entidades religiosas, associações, órgãos públicos e iniciativa privada para a execução dos objetivos desta Lei.
Art. 5º - A Tradicional Caminhada da Fé do Sagrado Coração de Jesus passará a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Bocaiúva, sendo realizada anualmente durante as festividades em honra ao padroeiro. A caminhada é tradicionalmente realizada dentro da programação da Festa do Sagrado Coração de Jesus, uma das principais celebrações religiosas do município.
Art. 6° - A presente Lei não cria vinculo de responsabilidade do Município sobre a organização religiosa do evento, cabendo aos organizadores o cumprimento das normas de segurança, trânsito e demais exigências legais aplicáveis.
Art. 7° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 8° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiuva-MG, 12 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:B7778692

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e SERVICO DE APOIO AS MICRO

E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS - SEBRAE/MG. CONTRATO nº 154; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO, OFICINAS, PALESTRAS E ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; LICITACAO: Dispensa 6 / 2026. Valor Global: R$ 76.222,50. Vigência: 20/07/2026 Até: 19/07/2027.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:9B02E45A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO
AVISO DE EDITAL

Processo nº 56/2025, Pregão Eletrônico SRP nº 25/2025.
Objeto: Aquisição de insumos para atendimento das demandas do Serviço de Atenção Domiciliar - Melhor em Casa, da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho – MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Sessão eletrônica remarcada para o dia **26 de agosto de 2.026, às 13h.**
Informações: (37) 3520-1434 ou pelo e-mail: licitacao@pmbd.mg.gov.br.
Edital disponível nos sites: https://www.bomdespacho.mg.gov.br/licitacao/ e https://licitar.digital.

Publicado por:
Virginia Ferreira Knischewski
Código Identificador:B14EA453

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 177/2026 – DISPENSA 062/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para revisão de 600 Horas do veículo nº 197 – IVECO TECTOR 17.210. **CONTRATADA:** DEVA VEICULOS LTDA, CNPJ nº 23.762.552/0007-28. **VALOR:** R$ 6.199,18 (seis mil cento e noventa e nove reais e dezoito centavos). **DESPACHO:** Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por dispensa, com fundamento no Art. 75, inciso "IV", alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/21 e **RATIFICO** o presente processo de dispensa.

Borda da Mata – MG, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:A55AC6D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS/MG informa que o Processo Licitatório nº 134/2026 – Pregão Eletrônico nº 055/2026, com certame publicado para o dia 12/08/2026 às 09:00 horas, restou **DESERTO**. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS DE COZINHA GLP E/OU BOTIJÃO E RECARGA DE GÁS DE COZINHA GLP PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE DO MUNICÍPIO**. Se for o caso, conforme necessidade da Secretaria demandante, novo Edital será publicado em momento oportuno. Mais informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Divisão de Licitações, pelo telefone (35) 98421-9093 (somente mensagem de texto) ou pelo e-mail licitacao@brazopolis.mg.gov.br.

Brazópolis/MG, 12/08/2026.

HELEN GABRIELE APARECIDA DE AZEVEDO FERNANDES –
Comissão de Licitação.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:2D419F09

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - EDITAL DE LICITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2026 CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICÍPAL DE BRAZÓPOLIS/MG – Edital de Licitação Processo nº 149/2026 – Concorrência nº 005/2026 - objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ (ASFALTO) EM VIAS PUBLICAS DENTRO DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO SENDO NO TRECHO DA RUA CAPITÃO JOSÉ MARIA, CONFORME CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1491001182/2023/SEGOV/PADEM. Critério de julgamento: Menor Preço Global. Modo de disputa: Aberto. Abertura: 08/09/2026 às 09:00h, através do sistema Portal COMPRASBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição na página do Município www.brazopolis.mg.gov.br e https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Dúvidas pelo e-mail: licitacao@brazopolis.mg.gov.br. Tel. (35) 3641-1373 / 98421-9093.

Brazópolis, 12/08/2026.

JULIANA ALVES DE FREITAS –
Divisão de Licitação

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:BCBD7E06

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 199/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO 131/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 053/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS/MG: Torna público o extrato de ata, proveniente do Processo Licitatório 131/2026 – Pregão Eletrônico 053/2026 cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REGISTROS AÉREOS PARA A CAPTURA DE IMAGENS E VÍDEOS DE ALTA RESOLUÇÃO, GARANTINDO MATERIAIS DE QUALIDADE PARA FINS DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES/FESTIVIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA: Ata 199/2026 - 26.798.293 ROBSON APARECIDO DA SILVA**, com sede a Rua Euclides Contra, Nº 148, Bairro Paladino, CEP 37530-000, Município Brazópolis, Estado Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 26.768.293/0001-98. Pelo valor global R$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais). Vigência: 12/08/2026 a 11/08/2027. Assinada em 12/08/2026.

Brazópolis, 12/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:63C09C93

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS torna público o Edital de Licitação referente ao Processo Licitatório nº 148/2026 – Pregão Eletrônico nº 062/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME CONVÊNIO Nº1261002285/2026,** Abertura: 31/08/2026 às 09:00h, através do sistema ComprasBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição no site da Prefeitura Municipal de Brazópolis, sendo este www.brazopolis.mg.gov.br e no site https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Esclarecimentos preferencialmente através da plataforma ComprasBR, ou pelo e-mail licitacao@brazopolis.mg.gov.br ou pelo telefone 35 3641-1373 / 98421-9093 (WhatsApp).

Brazópolis, 12/08/2026.

HELEN G. AP. DE AZEVEDO FERNANDES –
CPL.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:1EA97D0D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026 Credenciamento nº 001/2026. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITORES/FACILITADORES DE OFICINAS NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, COM O OBJETIVO DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, POR MEIO DE ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS, ESPORTIVAS E PROFISSIONAIS OFERTADAS PELO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Credenciada: JOAQUINA CRISTINA RIBEIRO, brasileira, residente à Avenida Joana Rosa Bordgnon, Bairro Can Can, na cidade de Brazópolis, estado de Minas Gerais, CEP 37.530-000, portadora do CPF nº 295776098/30, no valor hora/aula de R$42,00 (quarenta e dois reais) – Assinado em 12/08/2026 – Validade: 12/08/2026 a 31/12/2026.

Brazópolis, 12/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:870AB0DF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO PARA SORTEIO

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO PARA SORTEIO

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 001/2026

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE CAIANA/MG, inscrito no CNPJ nº 18.114.256/0001-95, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO destinada à seleção do Leiloeiro Público Oficial credenciado a ser contratado no âmbito do Procedimento Auxiliar nº 001/2026 – Credenciamento nº 001/2026.

O credenciamento tem por objeto o Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial para futura contratação visando à realização, incluindo a preparação, organização e condução de Leilão Simultâneo (Eletrônico e Presencial) de Bens Públicos Móveis Inservíveis, em atendimento às necessidades das secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Caiana/MG.

DATA DO SORTEIO: 19/08/2026
HORÁRIO: 14:00 horas
LOCAL/FORMA DE REALIZAÇÃO:Na sede da Prefeitura Municipal / Sorteio.

Participarão do sorteio todos os Leiloeiros Públicos Oficiais que estiverem devidamente credenciados até a data da realização da sessão, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital.

A seleção será realizada mediante sorteio, nos termos do item 5.5.1 do instrumento convocatório. A sessão poderá ser acompanhada por quaisquer interessados e será integralmente gravada em áudio e vídeo, sendo a respectiva mídia posteriormente anexada aos autos do Processo Administrativo.

O presente extrato é publicado em observância ao item 5.5.2 do Edital, respeitado o prazo mínimo de 05 (cinco) dias corridos entre a publicação da convocação e a realização da sessão de sorteio.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:CEC54C1B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2025

CONTRATANTE: Município de Caiana – CNPJ nº 18.114.256/0001-95.
CONTRATADA: **MARCIANA DA SILVA OLIVEIRA LTDA**– CNPJ nº 45.458.409/0001-94.
INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 122/2025.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 133/2025, por mais 12 (doze) meses, cujo objeto é a **Contratação de empresa para fornecimento de produtos de panificação, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caiana-MG**, tendo em vista a permanência da necessidade da execução dos serviços e a vantajosidade da continuidade contratual para a Administração Pública.
VALOR: O presente termo aditivo não implica alteração do valor originalmente contratado.
VIGÊNCIA: Até 17/06/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 16/06/2026.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:ED1AFD29

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA – EDITAL DE LICITAÇÃO – N º 139/2026 Torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 139/2026, Pregão Eletrônico nº 035/2026, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, itens de higiene pessoal e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caiana-MG.** A sessão pública será realizada dia **25/08/2026 às 13h30min**, através da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br.

Caiana/MG, 12 de agosto de 2026,

HELEN VIANA RIBEIRO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:D4A50984

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 26/2026

Objeto:
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação presencial para a Equipe do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social deste Município.

Informação complementar:Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação presencial para a Equipe do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social deste Município. Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei de Contratações 14.133/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRAR$ 7.000,00

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:1E3BF0CD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO Nº 134 , DE 12 DE AGOSTO DE 2026 - LEI N.3360

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$3.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 3.000,00				
02	**06**	**04**	**BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSPITALAR-AT.E**	
Ficha:1011		10.302.0006.4208.0000	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL CAPS	**3.000,00**
		3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Go	verno Estadual
		000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Go	verno Estadual
		0	Não se Aplica	
		055	FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	
		000	FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: 3.000,00
Fontes de Recurso
621 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 3.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:62FFB564

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
DIVERSAS SECRETARIAS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO
PAL N°160/2026 – PREGÃO ELETRONICO N° 092/2026 – OBJETO: Aquisição e instalação de equipamentos para adaptação e ambiência para consultório odontopediátrico municipal. Processo revogado. Motivo: correção e adequação de edital.

CAMBUQUIRA - MG, 12 de agosto de 2026

WILLIAN BORGES DA SILVA
Condutor de Processos

AVISO DE RESULTADO DISPENSA
PAL Nº 165/2026 – DISPENSA ELETRONICA Nº 040/2026 – OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de realização e levantamento radiométrico, mediante dispensa de licitação, com o objetivo de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde. Processo deserto.

CAMBUQUIRA - MG, 12 de agosto de 2026

WILLIAN BORGES DA SILVA
Condutor de Processos

AVISO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO ao contrato nº 341/2025 de locação de imóvel localizado na Avenida Álvares Cabral, nº 75, bairro Regina Coeli, firmado nos autos do processo licitatório nº 160/2025 – Inexigibilidade n° 020/2025 para o funcionamento do Conselho Tutelar. Locador: José Inácio Mendes. Valor Total: R$10.904,88 (Dez mil, novecentos e quatro reais e oitenta e oito centavos) Prazo de Vigência: **14 de agosto de 2026** até **13 de agosto de 2027.** Secretário responsável Guilherme Gonçalves Pompeu.

Cambuquira, 12 de agosto de 2026.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE

PAL 182/2026 – Inexigibilidade 023/2026 - Apresentação artística do grupo Orquestra de Violeiros para compor a programação oficial da 2° Cavalgada do Batom, promovida pelo Município de Cambuquira / MG.
Contratada: Gustavo Pereira Costa Valor R$ 6.200,00

WALKIRIA ALVES LOPES TAVARES PEREIRA –
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Cambuquira, 12 de agosto de 2026

AVISO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO ao contrato nº 345/2025 referente ao sistema Sislame (Sistema de gestão escolar) nas unidades de rede municipal

de ensino, firmado nos autos do processo licitatório nº 162/2025 – Dispensa n° 066/2025. Empresa: **FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.** Valor Total: **R$ 14.544,00 (Quatorze mil quinhentos e quarenta e quatro reais).** Prazo de Vigência: **15 de agosto de 2026** até **14 de agosto de 2027.** Secretário responsável Viviane Junho

Cambuquira, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:6C1F0333

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO – PROCESSO Nº 150/2026 – EDITAL Nº 30/2026 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2026. A Prefeitura Municipal de Campo do Meio/MG comunica a todos os interessados do ramo pertinente que realizará licitação pública, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objeto é: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em máquinas pesadas, implementos e tratores agrícolas, com fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados à manutenção da frota pertencente à Prefeitura Municipal de Campo do Meio/MG. Abertura: 25/08/2026, às 09h00min. O edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Dr. José Mesquita Neto, nº 356, Centro, Campo do Meio/MG, junto ao Departamento de Licitações, bem como poderá ser consultado no site oficial da Prefeitura: www.campodomeio.mg.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone 0800 857 1693.

Campo do Meio/MG, 12 de agosto de 2026.

GREISSON CESAR DE ANDRADE
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:D92655EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

O Município de Canaã - MG, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público que realizará procedimento de Credenciamento 003/2026, Processo nº 066/2026, objetivando o CREDENCIAMENTO DE RESTAURANTES PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
TIPO: Credenciamento por valor fixo.
INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: Às 00:00 hs do dia 17/08/2026.
FINAL DO CREDENCIAMENTO: Às 23:59 hs do dia 16/08/2027.
LOCAL: Portal de Compras Públicas: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.
Edital disponível no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://www.gov.br/pncp/pt-br e no portal de transparência do município https://canaa.mg.gov.br/.

PATRÍCIA TAINARE MODESTO MANJA -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Elias Evandro de Carvalho
Código Identificador:E4669513

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA

PREFEITURA DE CANAÃ – MG. ERRATA.
PREFEITURA DE CANAÃ MG. ERRATA. NA DIAGRAMAÇÃO REALIZADA NA EDIÇÃO Nº 4084 DE 13/08/2025 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS, CÓDIGO IDENTIFICADOR: 96118413, ONDE SE LÊ **079/2023** LEIA-SE **079/2024.** TEL: (31) 3892-1154.

JOSÉ IVANIR MIRANDA DUARTE -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elias Evandro de Carvalho
Código Identificador:7DA3254A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO.

Processo Licitatório 051/2023, Pregão Presencial 015/2023, Contrato: 079/2024 OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS EM VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS OU VAN PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CANAÃ.** Contratada: **LA TRANSPORTES LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA** – CNPJ: 30.830.313/0001-38. Vigência: 13/08/2026 a 12/08/2027.

JOSÉ IVANIR MIRANDA DUARTE -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elias Evandro de Carvalho
Código Identificador:1CAC2B64

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO.

Processo Licitatório 043/2025, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2025, Contrato: 004/2026 OBJETO: **EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO NA COMUNIDADE DA PRAINHA CANAÃ/MG.** Contratada: **VIPCON MONTAGEM E MANUTENÇÃO LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 44.080139/0001-68. Vigência 22/08/2026 a 21/12/2026.

JOSÉ IVANIR MIRANDA DUARTE -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elias Evandro de Carvalho
Código Identificador:79D1C506

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 115-2026

EXTRATO DE CONTRATO

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 115/2026
DISPENSA Nº. 026/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a elaboração, o protocolo, o acompanhamento da análise e a execução do Projeto Técnico para Evento Temporário — PET, contemplando as estruturas e instalações destinadas ao rodeio e às demais atividades da

XXVII Festa do Cafeicultor de Caparaó, com a adoção de todas as medidas técnicas necessárias à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros — AVCB, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Caparaó-MG, para o evento a ser realizado entre os dias 13 e 16 de agosto de 2026, no Município de Caparaó-MG.

DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: OSMAR PAIXAO SOUSA NETO, inscrita no CNPJ sob o nº 11.401.339/0001-16.
VALOR GLOBAL: R$ 6.000,00 (seis mil reais).
VIGÊNCIA: 11/08/2026 à 11/11/2026.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE CONTRATO**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:4DB6B4AA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

AVISO DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 022/2026. Torna Público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação no dia 01 de setembro de 2026, às 08:30 horas, na Modalidade Pregão Eletrônico nº 022/2026 para Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentos tipo lanche, e pó de café torrado e moído, para atender necessidades da prefeitura e suas secretarias e departamentos. O edital estará disponível no site www.caputira.mg.gov.br/licitacoes e no site https://novobbmnet.com.br. Mais informações poderão ser obtidas pelo email licitacao@caputira.mg.gov.br, na sede da Prefeitura Municipal, Sala da Comissão Contração, Praça Padre Joaquim de Castro nº 54, centro, Caputira, Minas Gerais ou pelo tel. 31-3873-5138.

12 de agosto de 2026.

EDGAR GERALDO DE ARAÚJO –
Prefeito.

Publicado por:
Pedro Henrique Silva Pigaiani
Código Identificador:5A9397F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PROCESSO Nº 047/2026 - DISPENSA PRESENCIAL Nº 014/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS PARA ORNAMENTAÇÃO NATALINA, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência. O(A) Município de Carvalhos torna público nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o aviso de dispensa. Início de recebimento da Proposta: 17/08/2026 as 08 horas. Data limite para envio das propostas adicionais: 19/08/2026 as 15 horas. Endereço para envio das propostas: Setor de protocolo (forma física) ou no endereço eletrônico licitacao@carvalhos.mg.gov.br. O Aviso de Dispensa e seus anexos contendo todas as informações do certame estará disponível no sítio eletrônico oficial:
https://www.carvalhos.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas
(pncp.gov.br). Informações pelo telefone (35) 3345-1491 ou e-mail: licitacao@carvalhos.mg.gov.br.

Carvalhos, 12/08/2026.

JAQUELINE MIRANDA VILELA COSTA
Equipe de Apoio do(a) Agente de Contratação 01

Publicado por:
Lucimar Reis do Amaral
Código Identificador:DBFA4AAD

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL
Prefeitura Municipal de Carvalhos - Aviso de Licitação. Processo n° 048/206, Pregão Eletrônico n° 012/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 10/09/2026 ás 09:30 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) BLL Compras no endereço eletrônico https://bll.org.br/. O Edital estará disponível através dos Sites: https://bll.org.br/, https://www.carvalhos.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone 0800 035 1455 ou Email: licitacao@carvalhos.mg.gov.br.

Carvalhos, 12/08/2026.

JÚLIA HELENA SILVA VIEIRA
Equipe de Apoio Do(a) Agente de Contratação 02

Publicado por:
Letycia Varginha Rocha
Código Identificador:6E9D72FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA
PRC 065/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

A Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é Contratação de empresa para aquisição de 01 (um) Veículo automotor tipo Caminhonete pick-up, utilitário, cabine simples 4X4 no chassi, zero quilômetro (novo), ano mínimo 2024, manual, capacidade para 02 passageiros (incluindo motorista) destinado ao atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia: 27/08/2026 às 09h (horário de Brasília)
LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA:
https://catasaltasdanoruega.licitapp.com.br//

Catas Altas da Noruega, 12 de agosto de 2026.

PAULO LADISLAU BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Magno Pinto Sobreira
Código Identificador:515168F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA
PRC Nº 60 (2026) / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39 (2026) - AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL E REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026
OBJETO: Aquisição de material de informática para atender às demandas operacionais, administrativas e tecnológicas das diversas Secretarias do Município de Catas Altas da Noruega, visando garantir a continuidade dos serviços públicos, a modernização da infraestrutura tecnológica e o adequado funcionamento dos equipamentos utilizados pelos servidores municipais.

O Município de Catas Altas da Noruega/MG, por meio de seu representante legal, **torna público, para conhecimento dos interessados, que foram promovidas alterações nas especificações técnicas constantes do Edital do Processo Licitatório nº 060/2026 – Pregão Eletrônico nº 039/2026**, especificamente quanto **aos itens 18, 67, 70, 75, 78 e 87.**

As alterações passam a vigorar da seguinte forma:

ITEM 18 – TABLET
Onde se lê:
"TABLET 9.6 TELA HD DE 9.6 POLEGADAS PROCESSADOR QUADCORE E 1.5GB DE RAM 8GB DE ARMAZENAMENTO (EXPANSÍVEL EM ATÉ 128GB) 4G E WI-FI CÂMERA FRONTAL DE 2MP E TRASEIRA DE 5MP"
Leia-se:
"**TABLET:** com tela de no mínimo 9 polegadas, resolução mínima HD, processador com no mínimo 4 núcleos, memória RAM mínima de 2 GB, armazenamento interno mínimo de 32 GB, com possibilidade de expansão por cartão de memória, conectividade Wi-Fi e 4G ou superior, câmera frontal e traseira, sistema operacional compatível com os aplicativos e sistemas utilizados pela Administração Pública Municipal, bateria interna recarregável e carregador compatível com o equipamento. O equipamento deverá ser fornecido novo, sem uso anterior, acompanhado dos acessórios necessários ao seu funcionamento e garantia conforme legislação aplicável."

ITEM 67 – HUB / SWITCH
Onde se lê:
"HUB / SWITCH 24 PORTAS TLSF1024D 10/100/1000"
Leia-se:
"**HUB / SWITCH DE REDE – 24 PORTAS:** equipamento de conectividade de rede do tipo switch, com no mínimo 24 portas Ethernet RJ-45, compatíveis com os padrões 10/100/1000 Mbps ou superior."

ITEM 70 – SWITCH ROUTER
Onde se lê:
"SWITCH ROUTER SWITCH ROUTER 24 PORTAS GERENCIÁVEL - 10/100/1000 2-SFP+ - NÚMERO DE ENTRADAS CC: 2 (POEIN, ENTRADA DC) - TENSÃO DE ENTRADA DO CONECTOR DC: 10-30 V - CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA: 19 W - TIPO DE RESFRIAMENTO: PASSIVA - POE PASSIVO - POE NA TENSÃO DE ENTRADA: 10-30 V"
Leia-se:
"**SWITCH ROUTER:** equipamento gerenciável, com no mínimo 24 portas Ethernet 10/100/1000 Mbps, capacidade de gerenciamento e configuração de rede e desempenho compatível com a velocidade das portas."

ITEM 75 – SCANNER DE MESA
Onde se lê:
"SCANNER DE MESA ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS AUTOMÁTICO TAMANHO DO DOCUMENTO LARGURA: ADF: 50,8 - 216MM COMPRIMENTO: ADF: 54 - 356MM MODO DE DOCUMENTO LONGO 3.000MM MÁX. PESO DO DOCUMENTO ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA: 27 - 209G/M2 (0,06 - 0,25MM) CAPACIDADE DO ALIMENTADOR: ATÉ 60 FOLHAS (80G/M2) ESCALAS DE CINZA 8 BIT COR 24 BIT SENSOR DE LEITURA SENSOR CMOS CIS FONTE DE LUZ RGB LED MODOS DE DIGITALIZAÇÃO CORES, TONS DE CINZA, PRETO E BRANCO RESOLUÇÃO ÓPTICA 600 DPI RESOLUÇÃO DE SAÍDA 150 / 200 / 240 / 300 / 400 / 600 DPI VELOCIDADES DE DIGITALIZAÇÃO (200DPI, A4, VERTICAL) 1 SIMPLEX / DUPLEX PRETO E BRANCO: 45PPM / 90IPM COR: 30PPM / 60 IPM DIMENSÕES (L X P X A) TABULEIRO FECHADO: 291 X 253 X 231MM TABULEIRO ABERTO: 291 X 603 X 363MM PESO 2,8KG CONSUMO ENERGÉTICO DIGITALIZAÇÃO: 19W OU MENOS MODO DE HIBERNAÇÃO: 1,4W OU MENOS DESLIGADO: 0,1W OU MENOS VOLUME DIÁRIO RECOMENDADO 4.000 DIGITALIZAÇÕES/DIA LADO DE LEITURA SIMPLEX / DUPLEX INTERFACE USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE FUNÇÕES ESPECIAIS DETECÇÃO AUTOMÁTICA DO TAMANHO DE PÁGINA, CORREÇÃO DE COR TRIDIMENSIONAL, RETIRAR (...)"
Leia-se:
"**SCANNER DE MESA:** scanner com alimentador automático de documentos (ADF), capacidade mínima de 60 folhas, digitalização simplex e duplex, resolução óptica mínima de 600 dpi, digitalização colorida e em tons de cinza, interface USB 2.0 ou superior, com recursos de detecção automática do tamanho da página e correção de imagem."

ITEM 78 – NOTEBOOK
Onde se lê:
"NOTEBOOK PROCESSADOR 12ª GERAÇÃO INTEL CORE I7-12700H SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 HOME PLACA DE VÍDEO NVIDIA GEFORCE RTX 3060, 6GB GDDR6 MEMÓRIA DE 16GB DDR5 ARMAZENAMENTO SSD DE 512GB PCIE NVME M.2 TELA 15.6" FULL HD (1920X1080) 165HZ"
Leia-se:
"**NOTEBOOK:** notebook com processador de desempenho equivalente ou superior ao Intel Core i7-12700H, memória RAM mínima de 16 GB DDR5, armazenamento SSD mínimo de 512 GB NVMe, placa de vídeo dedicada com memória mínima de 6 GB, tela de no mínimo 15,6", resolução Full HD (1920x1080) ou superior, compatível com sistema operacional Windows 11 ou superior."

ITEM 87 – ROTEADOR
Onde se lê:
"ROTEADOR ROUTERBOARD, FREQUÊNCIA NOMINAL CPU: 880 MHZ NÚCLEOS CPU: 2; RAM: 256MB; PORTAS ETHERNET 10/100/1000: 5; PORTAS USB: 1 PLUGUE DE ENERGIA: 1; TENSÃO DE ENTRADA SUPORTADA: 8V - 30V; ENTRADA POE: SIM; MONITOR DE VOLTAGEM: SIM; MONITOR TEMPERATURA PCB: SIM; DIMENSÕES: 113 X 89 X 28 (MM); SISTEMA OPERACIONAL: ROUTEROS; TEMP. AMBIENTE (TESTADA): -30 + 70 C; NÍVEL LICENÇA: 4; CPU: MT7621A; CONSUMO MÁXIMO: 5W; TIPO SLOT USB: USB TIPO A; USB POWER RESET: SIM; TIPO ARMAZENAMENTO: FLASH; CAPACIDADE ARMAZENAMENTO: 16MB; QUANTIDADE DE THREADS DO PROCESSADOR: 4"
Leia-se:
"**ROTEADOR:** roteador de rede gerenciável, com no mínimo 5 portas Ethernet 10/100/1000 Mbps, memória RAM mínima de 256 MB, suporte à alimentação via PoE e recursos para configuração e gerenciamento da rede."

DA ALTERAÇÃO DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Considerando que as alterações promovidas nas especificações técnicas dos itens acima mencionados poderão repercutir na formulação das propostas pelos interessados, **fica alterada a data de realização do certame, com a consequente reabertura do prazo**, de modo a assegurar condições adequadas de participação, isonomia e competitividade entre os licitantes.

Dessa forma, fica designada **nova data para realização da sessão pública**, conforme abaixo:
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/08/2026, às 09h00min (horário de Brasília).
LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA:
https://catasaltasdanoruega.licitapp.com.br/

As demais disposições do Edital e seus anexos **permanecem inalteradas**. A presente retificação será divulgada nos mesmos meios de publicidade adotados para o instrumento convocatório, para conhecimento dos interessados.

Catas Altas da Noruega/MG, 12 de agosto de 2026.

PAULO LADISLAU BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Magno Pinto Sobreira
Código Identificador:E30961D6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE ATA

EXTRATO DE ATA - AMM

Nº DA ATA 078/2026.

Processo administrativo nº:102/2026

Forma de Contratação:DISPENSA ELETRONICA Nº 030/2026

Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17

Contratada:ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES – CNPJ: 50.381.955/0001-04

Objeto:- Aquisição de sêmen e materiais para inseminação artificial em bovinos visando atender às necessidades de Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente, localizada na Praça Álvaro de Barros, nº 401, Centro, Coimbra/MG.

Vigência: 12/08/2026 – 12/08/2027

Coimbra - MG, 12 de agosto de 2026.

TALITA DE CÁSSIA FRANCISCO DA SILVA
Diretora de Agropecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Kauan Galego Ribeiro
Código Identificador:D9720493

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE ATA

Nº DA ATA 079/2026.

Processo administrativo nº:102/2026

Forma de Contratação:DISPENSA ELETRONICA Nº 030/2026

Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17

Contratada:DANILO APARECIDO BORELLA- EPP - CNPJ: 03.368.371/0001-19,

Objeto:- Aquisição de sêmen e materiais para inseminação artificial em bovinos visando atender às necessidades de Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente, localizada na Praça Álvaro de Barros, nº 401, Centro, Coimbra/MG.

Vigência: 12/08/2026 – 12/08/2027

Coimbra - MG, 12 de agosto de 2026.

TALITA DE CÁSSIA FRANCISCO DA SILVA
Diretora de Agropecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Kauan Galego Ribeiro
Código Identificador:4E3D4235

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE ATA

Nº DA ATA 079/2026.

Processo administrativo nº:102/2026

Forma de Contratação:DISPENSA ELETRONICA Nº 030/2026

Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17

Contratada:RODOLFO MARLIERE DE ALMEIDA COSTA – CNPJ: 71.260.707/0001-85

Objeto:- Aquisição de sêmen e materiais para inseminação artificial em bovinos visando atender às necessidades de Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente, localizada na Praça Álvaro de Barros, nº 401, Centro, Coimbra/MG.

Vigência: 12/08/2026 – 12/08/2027
Coimbra - MG, 12 de agosto de 2026.

TALITA DE CÁSSIA FRANCISCO DA SILVA
Diretora de Agropecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Kauan Galego Ribeiro
Código Identificador:C4CD7A1D

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE ATA
ATA DE Nº 077/2026
Tipo de ATA: REGISTRO DE PREÇO
Processo Licitatório nº 073/2026
Forma de Contratação:Dispensa nº 005/2023

Retifica-se o nº da ata, que antes constava nº **073/2026 e agora deve constar nº 077/2026**

ADICIONA-SE:

Coimbra, MG 12 de agosto de 2026.

DOUGLAS JOSÉ PAIVA DE QUEIROZ GONÇALVES
Diretor de Cultura, Desporto e Turismo

Publicado por:
Kauan Galego Ribeiro
Código Identificador:F5A22567

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2023

CONTRATANTE: Município de Confins/MG**, CNPJ:** 01.006.232/0001-10, com interveniência da:**Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.**
CONTRATADA: UNICAPA - UNIÃO DOS APLICADORES DE PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, inscrito no **CNPJ 03.103.468/0001-08**
OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE N° 036/2022, DECORRENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

DE N° 139/2022, PREGÃO PRESENCIAL 005/2022, SENDO O ORGÃO GERENCIADOR A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRITÉ/MG, JUNTAMENTE A EMPRESA DETENTORA DA ATA UNICAPA - UNIÃO DOS APLICADORES DE PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, CUJO O OBJETO É A FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, ADAPTAÇÃO, E MANUTENÇÃO EM DIVERSOS LOGRADOUROS, INCLUSO FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CONFINS/MG'' conforme processo Administrativo n° 010/2023, modalidade Adesão a Ata de Registro de Preços n° 010/2023.

Fundamentação Legal: A prorrogação em questão possui natureza dilatória, tendo amparo jurídico no inciso II do art. 57, observado o § 2º do art. 57 e o inciso I do art. 58, todos da Lei Federal nº 8.666/93, observada ainda a Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 124/2023.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO C/C RENOVAÇÃO DE SALDO

Por este termo fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato nº 124/2023, por 12 (doze) meses, a partir de 07 de AGOSTO de 2026, ATÉ 07 DE AGOSTO DE 2027, bem como a renovação do saldo R$ 1.698.640,34 para referido período.

DATA DE ASSINATURA: 06/08/2026

VALOR TOTAL: R$ 1.698.640,34 (Um milhão, seiscentos e noventa e oito mil, seiscentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos)

CONTRATANTE: Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Sr. Helton Wanderson Lino de Souza

CONTRATADA: Sr. Nísio Caetano de Araújo, **CPF:** 296.779.476-72 e **RG** nº M-1.056.625 SSP/MG

DATA DA PUBLICAÇÃO: 13/08/2026

LOCAL DA PUBLICAÇÃO: Órgão Oficial de Publicação – http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg

Publicado por:
Pamela Aparecida Calazans Silva
Código Identificador:4E7B9416

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA
CONTRATO Nº 38/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025 ADESÃO

Aos 10/06/2026, a Prefeitura Municipal de Cordislândia, inscrito no CNPJ (MF) n.º 18.712.166/0001-04, com sede na Praça Sagrado Coração de Jesus, 12 - SANTA RITA em Cordislândia/MG, CEP 37.498-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, JOSÉ ODAIR DA SILVA, servidor público inscrito no CPF sob o n° ***.186.646-**, portador da cédula de identidade 10.579.965 SSP/MG e em conformidade com o art. 75, §7º, da Lei nº 14.133/2021, e, BIOVIDA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ N° 46.762.646/0001-07, sediada na **AV AMINTAS JACQUES DE MORAES**, 1511, Bairro: NOVO GLORIA, BELO HORIZONTE - MG, CEP **30.880-303**. resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prorrogação.**

Objeto do Termo Aditivo

O presente Termo Aditivo tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, GENÉRICOS INJETÁVEIS, SIMILARES, SIMILARES INJETÁVEIS, BIOLÓGICOS, ÉTICOS, ESPECÍFICOS, FITOTERÁPICOS, RADIOTERÁPICIOS, CAP E MANDADOS JUDICIAIS, COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O BANCO DE PREÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCEMG, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE CORDISLANDIA..

Vigência

a vigência do CONTRATO Nº 38/2025, com início em **13/06/2026 e vencimento em 12/06/2027**

Demais Disposições

Permanece inalterado e ratificado todo o restante do Contrato, incluindo todas as suas cláusulas, condições e especificações, que permanecem em pleno vigor.

Publicado por:
Naiara Carolliny Cruz
Código Identificador:2C5F4DE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA
LEI MUNICIPAL Nº 19, DE 06 DE JULHO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 19, DE 06 DE JULHO DE 2026

Ementa: Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Cordislândia/MG e dá outras providências.

Objeto: Institui a Política Municipal de Alfabetização como documento orientador das ações e estratégias destinadas a assegurar a alfabetização dos estudantes desde a pré-escola — turmas de Pré I e Pré II — até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, mediante ações articuladas, inclusivas e fundamentadas na legislação educacional e nas diretrizes pedagógicas vigentes.

Autoria: Poder Executivo Municipal.
Origem: Projeto de Lei nº 19, de 6 de julho de 2026.
Publicação: Quadro de avisos e site oficial do Município de Cordislândia/MG.

Cordislândia/MG, 06 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE CORDISLÂNDIA/MG

JOSÉ ODAIR DA SILVA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naiara Carolliny Cruz
Código Identificador:BC6937E4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA 00005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO-MG. Concorrência nº 00005/2026. Processo administrativo nº 00127/2026. Termo de Adjudicação e Homologação. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação, drenagem e calçada de parte da Rua Samuel Faria, Centro, incluindo o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e a mão de obra necessária à execução da obra, em atendimento às necessidades do Município de Espírito Santo do Dourado/MG, conforme o contrato de repasse Nº 1104494-65/984527/2025/mcidades/caixa. Tendo em vista as informações constantes dos autos em epigrafe e constatada a regularidade dos atos procedimentais, adjudico e homologo o objeto em favor da empresa: Art-con industria e comercio de artefatos de cimento ltda, inscrita no Cnpj nº 08.738.826/0001-64, no valor global de R$ 405.143,67 (quatrocentos e cinco mil e cento e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos), nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Espírito Santo do Dourado/MG, 12 de agosto de 2026.

HÉRICA ALVARENGA,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Wualley Yuri Ribeiro Serapião
Código Identificador:B202FC16

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 045/2026, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2026 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: 44.178.282 LUCIANO BERINGUI DE SOUZA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 44.178.282/0001-97 - VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS R$ 9.006,00 – PRAZO DO CONTRATO: 12/08/2026 ATÉ 12/08/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 045/2026, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2026 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: 61.339.630 PAULO FERNANDO FERREIRA NETTO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 61.339.630/0001-80 - VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS R$ 40.522,50 – PRAZO DO CONTRATO: 12/08/2026 ATÉ 12/08/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:25153862

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS – AVISO DE LICITAÇÃO – P.L Nº 151/2026 – P.E Nº 020/2026*. A Prefeitura Municipal de FARIA LEMOS - MG, torna público, por intermédio de seu PREGOEIRO, o Processo nº 151/2026, Pregão Eletrônico nº 020/2026, com abertura para o dia 27/08/2026 às 12:30 horas através da Plataforma Licitanet no sitio: https://www.licitanet.com.br/, Visando:* ***Contratação de empresa para prestação de serviços de organização, apresentação e realização de RODEIO EM TOUROS, conforme especificações constantes no Termo de Referência, a ser realizado durante o evento festivo FEFAL DE FARIA LEMOS-MG, nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2026, no Município de Faria Lemos-MG****. O edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Rua Dr. José Cláudio Valladão Ferraz, nº 208, centro, na cidade de FARIA LEMOS - MG CEP: 36.840-000 ou através do site www.Faria Lemos.mg.gov.br.*

GILBERTO DAMAS DE SOUSA –
Prefeito Municipal. 12/08/2026.

Publicado por:
Emerson Oliveira Vieira
Código Identificador:610DB7D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA "ELEIÇÕES"

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RUA MIGUEL ALVES DINIZ , 406, LOJA 01 - Bairro CENTRO - MATEUS LEME - CEP 35670000 - Mateus Leme - MG
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA “ELEIÇÕES”
SEI nº 51-59.2026.6.13.0172
Cartório Eleitoral da 172ª Zona Eleitoral de Mateus Leme/MG
Acordo de Cooperação Técnica nº 004/2026 - TRE/MG

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE FLORESTAL, NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Morais, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado TREMG, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Juiz Eleitoral de Mateus Leme/MG, Dr. Marcos Botega, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da Portaria nº 176/2026, de 08, de junho de 2026, da Presidência deste Tribunal, e do outro lado o MUNICÍPIO DE FLORESTAL/MG, inscrito no CNPJ sob n.º 18.313.833/0001-78, com sede em Florestal, na Rua Benedito Valadares, nº 243, Centro, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Wagner dos Santos Júnior, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos da Lei nº 14.113, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente acordo visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo MUNICÍPIO ao TRE-MG, em atividades de realização das Eleições de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO

O MUNICÍPIO arcará com a(s) obrigação(ões) prevista(s) no(s) item(ns) de número I a XI abaixo, de acordo com a requisição da(o) Juíza(Juiz) Eleitoral ou Diretora(Diretor) do Foro: I. ceder veículos, motoristas e combustível para convocação de mesários, quando frustrada via correio, atendimento itinerante de eleitoras(es), vistoria de locais de votação e realização Acordo de Cooperação - Eleições 7653587 SEI 0000051-59.2026.6.13.8172 / pg. 1
de outros serviços externos da Justiça Eleitoral, principalmente na Zona Rural;
II. ceder veículos, motoristas e combustível para transporte das urnas eletrônicas por ocasião da realização do pleito, no primeiro turno e, se houver, no segundo, de acordo com a programação da zona eleitoral de envio dos materiais destinados à votação;
III. auxiliar em campanhas promovidas pelo TRE-MG ou TSE, especialmente em feiras e eventos no município;
IV. disponibilizar responsáveis técnicas(os) (eletricista e bombeira(o) hidráulica(o)) para vistoria dos locais de votação, bem como materiais para eventual reparo, devendo ficar em regime de plantão no(s) dia(s) do(s) pleito(s);
V. ceder espaço físico para armazenamento das urnas eletrônicas, caso não seja objeto de outro acordo ou convênio firmado para esse fim;
VI. ceder espaço físico para treinamento dos profissionais de apoio às eleições, mesários, Junta Apuradora, bem como para reuniões com partidos e candidatos e para outros fins relacionados às Eleições de 2026;

VII. fornecer aparelhos audiovisuais para treinamentos e reuniões referentes às Eleições de 2026;
VIII. fornecer material permanente e de consumo para treinamentos e reuniões referentes às Eleições de 2026;
IX. fornecer alimentação aos motoristas e policiais nos sábados e domingos em que houver trabalho para as eleições, desde que os destinatários não recebam qualquer benefício similar da própria Prefeitura ou de outra instituição;
X. fornecer serviço de limpeza na entrada e imediações dos locais de votação;
XI. fornecer serviços de vigilância;
Parágrafo Primeiro. As despesas com conservação e manutenção do veículo, bem como aquelas referentes a motoristas, são responsabilidade do cedente.
Parágrafo Segundo: É vedada a cessão de pessoas, inclusive a prevista no art. 94-A, II, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e ao art. 12 da Resolução TSE 23.523, de 27 de junho de 2017, por meio de Acordo de Cooperação Técnica.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será a partir da data de sua publicação até 30/11/2026.
CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO
Faculta-se aos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de multa ou sanção, dar por findo o presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento, devendo o partícipe interessado notificar por escrito o outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste acordo, os partícipes obrigam-se a cumprir
todos os compromissos e obrigações pendentes.
CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR
A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula segunda.
Acordo de Cooperação - Eleições 7653587 SEI 0000051-59.2026.6.13.8172 / pg. 2
CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude da execução deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD —, e legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.
Parágrafo Primeiro. Os partícipes comprometem-se a:
I. tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de Cooperação Técnica;
II. implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; III. garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
IV. assegurar a transparência e o direito de informação às(aos) titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de maneira clara, precisa e acessível.
Parágrafo Segundo. Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos.
Parágrafo Terceiro. Os partícipes asseguram o respeito aos direitos das(dos) titulares dos dados, conforme previsto na LGPD.
Parágrafo Quarto. Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante às(aos) titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo
da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD.
Parágrafo Quinto. Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades competentes, quando solicitado.
Parágrafo Sexto. As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela legislação aplicável.
Parágrafo Sétimo. Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de 7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
Parágrafo Oitavo. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar às(aos) titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO
O TRE-MG publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025.
Acordo de Cooperação - Eleições 7653587 SEI 0000051-59.2026.6.13.8172 / pg. 3
Parágrafo Único. Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do acordo celebrado.
CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e na Portaria nº 176, de 08 de junho de 2026, da Presidência.
CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
I. Os partícipes garantem e declaram mutuamente que:
a) as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé;
b) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social;
II. os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este Acordo de Cooperação Técnica através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma legal;
III. para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, a (o) MUNICÍPIO e o TRE-MG indicam, respectivamente como suas(seus) representantes a(o) Prefeita(o) ou pessoa por esta(e) indicada e a(o) Chefe de Cartório, ficando acordado que todas as comunicações entre as(os) signatárias(os) deverão ser formalmente encaminhadas às(aos) representantes indicadas(os).

CLÁUSULA DEZ – DO FORO
Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente acordo.
E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica.

Mateus Leme, 31 de julho de 2026.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
MARCOS BOTEGA
Juiz Eleitoral

WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Acordo de Cooperação - Eleições 7653587 SEI 0000051-59.2026.6.13.8172 / pg. 4

Documento assinado eletronicamente por MARCOS BOTEGA, Juiz(a) Eleitoral, em 30/07/2026, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tremg.
jus.br/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 7653587 e o código CRC 4A4841A8.
0000051-59.2026.6.13.8172 7653587v1
Acordo

Publicado por:
Patrícia Gonçalves de Freitas
Código Identificador:BAC8E81A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 041/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2026

A Prefeitura Municipal de Franciscópolis/MG torna público, que realizará no dia 25/08/2026 às 08H00MIN, o Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 007/2026 para **registro de Preços para a eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais.** O Edital completo poderá ser adquirido no endereço eletrônico https://licitar.digital/, https://www.franciscopolis.mg.gov.br ou solicitando através do e-mail licitacaofranciscopolis@gmail.com.

WANDERCI SCHIAVO TOLEDO.
Chefe de Gabinete.

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:080D3758

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
EXTRATO DE EDITAIS E EXTRATO DE SUSPENSÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

EXTRATO DE EDITAIS.
Processo nº. 124/2026, Pregão Eletrônico nº. 75/2026. Objeto: Aquisição de um veículo utilitário, tipo picape, 0 km, destinado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Data e hora da abertura: 27/08/2026 às 14h.

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Guaranésia torna pública a **suspensão** do Processo Licitatório nº 108/2026, Credenciamento nº 08/2026, Inexigibilidade nº 22/2026, cujo objeto é o "Credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do município de Guaranésia, no padrão convênio FEBRABAN, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados.". **Motivo:** Por solicitação da Secretaria demandante serão feitas readequações em alguns itens descritos no Termo de Referência e demais documentos licitatórios.

O(s) edital(is) na íntegra e demais arquivos complementares está(ão) disponível(is) na plataforma AMM Licita através do endereço https://ammlicita.org.br/ e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:F71FA2EC

PREFEITURA
HOM TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 086/2026
Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 107/2023, Pregão Presencial nº. 076/2023, Processo nº. 126/2023, que tem como objeto a contratação para prestação de serviço de instrução de fanfarra por solicitação da Secretaria Municipal de Educação, que entre si celebram o município de Guaranésia e **JOSÉ ANTONIO DE BRITO**. 13/08/2026 –

JOÃO CARLOS MINCHILO –
Prefeito

Publicado por:
Vitoria Labibe Ferreira
Código Identificador:FB887124

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PRC Nº 093/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – **Processo Nº 093/2026 –Dispensa Nº 061/2026. Torna público o ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, com a empresa DEVA VEÍCULOS LTDA**. Objeto: constitui objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica, compreendendo revisão periódica, diagnóstico técnico, manutenção corretiva e fornecimento de peças e componentes originais destinados ao veículo oficial IVECO TECTOR 170E28, placa QWX-6965, ano/modelo 2020/2020, caminhão coletor/compactador de resíduos sólidos urbanos integrante da frota de limpeza pública do Município de Ibitiúra de Minas/MG, conforme especificações constantes da Requisição de Compras Simples – RCS e seus anexos. Fundamento legal; Art., 75, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 313/2023 e alterações, Lei Municipal nº 553/2003 e alterações e do Decreto Municipal nº 313/2023. Data: 12.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Presidente da Comissão de Contratação.

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:0AF4FD7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
DECRETO Nº 370/2026

DECRETO Nº 370, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Inimutaba.

O Prefeito Municipal de Inimutaba, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 74, III e art. 101, I, *c*, da Lei Orgânica do Município

e, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 602, de 19 de novembro de 2014, decreta:
Art. 1º Ficam nomeados os membros efetivos e suplentes para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Inimutaba, representantes do Governo Municipal e da sociedade civil, conforme o seguinte:
I - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social será representada por Mariana França Castro, tendo como membro suplente Rute de Araújo Silva;
II - A Secretaria Municipal de Saúde será representada por Gisele Aparecida Costa Silva, tendo como membro suplente Yuri Gomes dos Santos;
III - A Secretaria Municipal de Educação será representada Ana Paula Marcelino Coutinho, tendo como membro suplente Hellen Moreira Sales de Freitas;
IV - A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão Fazendária será representada por Marilei Barboza Pinheiro, tendo como membro suplente Alexandra Rodrigues dos Santos;
V - Os usuários da Assistência Social serão representados por Mariza de Fátima Alves de Oliveira e Lelia de Fátima Bezerra Marques, tendo como membros suplentes Adriana Aparecida Alves Pereira e Rosilene da Silva Pedras, respectivamente;
VI - As entidades e organizações de Assistência Social serão representadas por Maria Izabel Pereira Braz, tendo como membro suplente, Walter de Araújo Silva;
VII - os trabalhadores do terceiro setor serão representados por Vânia Alves Siqueira Barboza, tendo como membro suplente Camila Jheny Rodrigues Crispim.
Art. 2º O mandato dos conselheiros será de dois anos, com vigência do período de 13 de agosto de 2026 a 13 de agosto de 2028.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 367, de 28 de julho de 2026.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Inimutaba, 12 de agosto de 2026.

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:DB123E91

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2026, PROCESSO Nº 089/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2026, PROCESSO Nº 089/2026. O Município de Iraí de Minas/MG, por meio de sua Administração Pública, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Nº 018/2026, Processo Nº 089/2026, na forma Eletrônica, do tipo menor preço global, para Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obra de Construção de Transbordo de Resíduos Sólidos para Apoiar as Caçambas, próximo a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) no Município de Iraí de Minas/MG, incluindo o Fornecimento de Materiais e Mão de Obra, Conforme Especificações em Edital**.** Acolhimento das propostas dia 13/08/2026 às 10:30 horas até dia 31/08/2026 às 08:00 horas; Abertura das Propostas de Preços e início da sessão de disputa de preços dia 31/08/2026 às 08:05 horas; Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Setor de Licitações: (34)3845-1210.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 12/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:A191710C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. PROCESSO Nº 085/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. PROCESSO Nº 085/2026. O Município de Iraí de Minas/MG, por meio de sua Administração Pública, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão nº 008/2026, Processo nº 085/2026, na forma Eletrônica, tipo Registro de Preço, com critério de julgamento menor preço global, para Contratação de Seguro para a Frota de Veículos Pertencentes ao Município de Iraí de Minas-MG, conforme especificações e características constantes no edital e seus anexos. Acolhimento das propostas à partir do dia 13/08/2026 às 10:00 horas até dia: 27/08/2026 às 08:00 horas; Abertura das Propostas de Preços e Início da sessão de disputa de preços dia: 27/08/2026 às 08:05 horas; Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Setor de Licitações: (34)3845-1210.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 12/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:13957E94

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 008/2026. PROCESSO N° 059/2026.

EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 008/2026. PROCESSO N° 059/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/credenciamento para locação de máquinas pesadas, trator, guindaste, rolo compactador, caminhão guincho de modo a atender às demandas do município de Iraí de Minas-MG, conforme condições e especificações contidas neste edital e seus anexos. Empresas contratadas: LASSI TERRAPLENAGEM LTDA (CNPJ nº 34.539.030/0001-92), valor global: R$ 2.894.698,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e seiscentos e noventa e oito reais); FRANCISCO SIQUEIRA LIMA (CNPJ nº 11.620.296/0001-60), valor global: R$ 126.060,00 (cento e vinte seis mil e sessenta reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 03/07/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:C0395604

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 008/2026. PROCESSO N° 059/2026.

EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 008/2026. PROCESSO N° 059/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/credenciamento para locação de máquinas pesadas, trator, guindaste, rolo compactador, caminhão guincho de modo a atender às demandas do município de Iraí de Minas-MG, conforme condições e especificações contidas neste edital e seus anexos. Empresa contratada: JOÃO E MATEUS TERRAPLENAGEM LTDA (CNPJ nº 52.931.883/0001-57), valor global: R$ 2.831.818,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e um mil e oitocentos e dezoito reais).Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 23/06/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:AA437417

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO.
CREDENCIAMENTO Nº 010/2026. PROCESSO N° 082/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 010/2026. PROCESSO N° 082/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/Credenciamento de empresas classificadas como hotel localizadas no município Iraí de Minas-MG, para prestação de serviços de hospedagem, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, deste edital. O município de Iraí de Minas/MG homologa o(s) seguinte(s) serviço(s) para a(s) licitante(s) credenciada(s): HOTEL E IMOBILIÁRIA 2001 LTDA (CNPJ nº: 17.229.339/0001-67), itens: 16547, 16548, 16549, 16550, 16551, 16552, 16553 e 22214. Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 12/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:87037B45

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA – Contrato n. 53/2026
Referente à Adesão a Ata de Registro de Preços n. 085/2024 do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE, a favor da empresa MABELE VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ 35.457.127/0001-19. Cujo objeto: Aquisição de veículo tipo unidade móvel odontológico para a Secretaria Municipal de Saúde de Jampruca. Contrato assinado em 11/08/2026. Vigência de 12 meses.

WELISTON FERREIRA DE ASSIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
John Lennon da Silva Souza
Código Identificador:0F1B9215

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE CONTRATO

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA– CNPJ: 18.083.659/0001-14
FERREIRA CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA- CNPJ: 46.656.194/0001-89.
Processo Licitatório nº 022/2026 – **Concorrência** n° 003/2026
Objeto: Contratação de empresa sob o regime de execução Empreitada Global, para a execução de obras de pavimentação em pré-moldado de concreto (bloquete sextavado) nas ruas Jacarandá, Angico, Flor do Campo, Braúnas, Roraima, Hortênsias, Palmeira Imperial, São José, Projetada 1, Projetada 2, Projetada 3, Avenida Maranhão, perímetro urbano do município de Jequitinhonha, com fornecimento total de equipamentos, materiais e mão-de-obra, em conformidade com planilhas e projetos anexos.
Data da Ratificação: 10/08/2026.
Vigência do Contrato nº 095/2026: 12/08/2026 a 12/04/2027.
Valor do Contrato: R$ 1.630.000,00 (um milhão seiscentos e trinta mil reais).

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:3E9A3CC1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE CONTRATO

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA – CNPJ:18.083.659/0001-14
RODRIGO JOSE DOS SANTOS 04892867632 – CNPJ n. 01.626.400/0001-70
Contratação Direta: nº 586/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de móveis planejados sob medida, destinados a Unidade de Saúde da Família (USF) do distrito de São Pedro, zona rural do Município de Jequitinhonha/MG.
Data da Ratificação: 30 de julho de 2026.
Vigência do Contrato: nº 094/2026: 07/08/2026 à 31/12/2026.
Valor do Contrato: R$ 59.599,97 (cinquenta e nove mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:364DCF00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 080/2025.
O presente instrumento tem como objeto Locação de imóvel situado na Rua José Pereira da Silva, nº 231, Bairro Alvorada, Jequitinhonha - MG para abrigar as instalações da sede do CONSELHO TUTELAR, consoantes as especificações, características e laudos de vistoria, fotográfico e de avaliação acostado aos autos do Processo Administrativo, ao Contrato nº 080/2025, que, respectivamente, o Município de Jequitinhonha/MG e o Srº Odimilson de Souza Ribeiro, pactuaram para a justa remuneração do fornecimento conforme objeto do Processo Licitatório 044/2025. Consequentemente reajuste/acréscimo de R$ 31,00 (trinta e um reais).

Jequitinhonha/MG, 12 de agosto de 2026.

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:6BB7343B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Extrato de Termo aditivos de contratos:
2º Aditivo, Contrato: 151/2025, Pregão Eletrônico: 049/2024, Contratado: Estrela Infraestrutura LTDA, CNPJ nº 41.804.972/0001-16, Alteração de Vigência: 31/12/2026.
1º Aditivo; Contrato 063/2026, Dispensa: 012/2026, Contratada FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ALTO PARANAIBA, CNPJ: 23.089.402/0001-00, Alteração de vigência: 30/08/2026;
1º Aditivo; Contrato 153/2025, Dispensa Eletrônica: 018/2025, Contratada SOUZA E CASSIMIRO PROJETOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 33.835.985/0001-24, Alteração de vigência 12/08/2027 e Alteração novo valor contratado: R$ 39.123,72;
1º Aditivo; Contrato 152/2025, Credenciamento: 006/2025, Contratado 61.195.963 DAVID CHASTER SILVA, CNPJ: 61.195.963/0001-82, Alteração de Vigência: 12/08/2027;

Lagoa Formosa-MG, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Cristina Lima Oliveira
Código Identificador:3B438464

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
RATIFICAÇÃO DISPENSA 017/2026

Ratifico a Dispensa de Licitação 017/2026, referente à Aquisição de pão para atender às necessidades das creches e escolas municipais, nos meses de agosto e setembro de 2026, empresa contratada C S N PANIFICACOES LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 15.295.825/0001-58. Contrato 0136/2026. Vigência 12/08/2026 a 12/12/2026. O valor global da contratação é de R$ 12.767,40 (doze mil setecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).

Lagoa Formosa, MG, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Coelho
Código Identificador:ADD96C78

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO LICITATÓRIO 112/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 37/2026

A Prefeitura Municipal de Luminárias torna público que se restou deserto o processo quanto ao objeto: "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de borracharia, compreendendo a execução de consertos de pneus, vulcanização e aplicação de manchões em veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Luminárias, para atender as necessidades das diversas secretarias municipais".

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 10/08/2026

RAUL MAGNUM TADEU SOUZA

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:CB03686C

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PROCESSO LICITATÓRIO 121/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 40/2026

A Prefeitura Municipal de Luminárias torna público que se restou fracassado o processo quanto ao objeto: "Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Tratores Agrícolas, em atendimento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Luminárias/MG.".

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 12/08/2026

RAUL MAGNUM TADEU SOUZA

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:DD8F6F70

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
PRIMEIRO ADITIVO À CONTRATO Nº 072/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA UNIMAGEM EXAMES DE IMAGENOLOGIA LTDA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 08/2025.

PRIMEIRO ADITIVO À CONTRATO Nº 072/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS E EMPRESA UNIMAGEM EXAMES DE IMAGENOLOGIA LTDA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 08/2025.

O Município de Luminárias, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Francisco Diniz, 172, Centro, CEP 37.240-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 18.244.301/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Ecio Carvalho Rezende**, brasileiro, casado, Produtor Agropecuário, portador da Carteira de Identidade nº MG – 1.231.349, inscrito no CPF sob o nº 352.991.426-68, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Coronel Francisco Diniz, nº185, Centro, e a empresa**UNIMAGEM EXAMES DE IMAGENOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.016.056/0001-10, situada na Rua Misseno de Pádua, nº352, sala 4, Bairro: Centro, na cidade de Lavras/MG, neste ato representada pelo Sr. Alexandre Tonelli de Faria, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº M-7.795.486 e inscrito no CPF nº 004.149.016-90, RESOLVEM firmar, de comum acordo o Termo Aditivo, fazendo-o sob as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO.
Fundamenta-se o presente aditamento no art. 124, inciso I, "b" e art. 125 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
As partes, de comum acordo pactuam o aditamento em relação ao valor total do contrato, sendo acrescido 24,66666666666667% no Contrato 072/2025, sendo assim fica acrescido o valor de R$4.810,00 (quatro mil, oitocentos e dez), partir do dia 28 de julho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA.
A justificativa para o presente aditamento, se dá pela solicitação em anexo ao termo que nós informamos que a justificativa é para que a realização de exames não seja suspensa e a administração continue atendendo as necessidades dos munícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO.
Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato originalnão alteradas pelo presente instrumento.

E, assim justas e avençadas, firmam este Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, com 2(duas) testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura Municipal de Luminárias, em 27de julho de 2026.

Município de Luminárias/MG
ECIO CARVALHO REZENDE
Prefeito Municipal

ALEXANDRE TONELLI DE FARIA
Unimagem Exames de Imagenologia LTDA
Empresa Contratada

Testemunhas:

1)Nome:_____.
CPF:

2)Nome:_____.
CPF:

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:619FB1B4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 359/2025

Contratação de empresa especializada em construção civil para execução de reforma e ampliação da Escola Municipal "Padre Pivato" situada na Zona Urbana de Maria da Fé, MG, situada à Rua Dona Beatriz Brandão, nº 50, Bairro Vila de Lourdes, Maria da Fé, MG, e a empresa ADD CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, tudo conforme Termo de Convênio nº 12610000360/2022, celebrado entre esta Prefeitura e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Pelo presente contrato particular, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.025.957/0001-58, com sede à Praça Getúlio Vargas, nº 60, em Maria da Fé, MG, CEP.37.517.000, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **Adilson dos Santos**, portador da Cédula de Identidade Nº MG-2.462.699 e CPF nº 451.134.326-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **ADD CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.323.216/0001-66, sediada à Rua Major Joaquim Bernardes, nº 315, Aptº 31, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Poços de Caldas, MG, neste ato legalmente representada pelo seu sócio/administrador Sr. ADAIL DIAS, brasileiro, Engenheiro Mecânico, casado, portador do CPF nº 412.855.066-34 e Cédula de Identidade nº 1104049, SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Major Joaquim Bernardes, nº 315, Apt. 31, no Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Poços de Caldas, MG, CEP. 37.701-454, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, ajustam entre si, um contrato de Prestação de Serviço de Obras e Serviços de Engenharia, por empreitada por preço global, para execução dos serviços de reforma e ampliação da Escola Municipal "Padre Pivato", sediada à Rua Dona Beatriz Brandão, nº 50, Bairro Vila de Lourdes, CEP. 37.517-000, Zona urbana do Município de Maria da Fé, MG, com fornecimento de materiais e mão de obra, seguindo todos os Projetos , Planilhas, Planilhas Orçamentária da Obra, Cronograma FísicoFiannceiro e Memorial Descritivo, em decorrência da homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 066/2025, Concorrência Eletrônica nº 004/2025, homologado em 15 de Julho de 2025, tudo de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, e ainda, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação empresa especializada em Construção Civil para construção, reforma e ampliação da Escola Municipal "Padre Pivato", sediada à Rua Dona Beatriz Brandão, nº 50, Bairro Vila de Lourdes, CEP. 37.517-000, Zona urbana do Município de Maria da Fé, MG, com fornecimento de materiais e mão de obra, seguindo todos os Projetos , Planilhas, Planilhas Orçamentária da Obra, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo, em decorrência da homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 066/2025, Concorrência Eletrônica nº 004/2025, homologado em 15 de Julho de 2025, tudo de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e Convênio nº 1261000360/2022, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA fornecerá toda a mão de obra e materiais de 1ª qualidade necessária à pela execução da Obra em todas as suas etapas, bem como, materiais e maquinários tudo de conformidade com o Projeto Básico com seus detalhes, seguindo todas as Planilhas de Custos, Cronograma Físicos Financeiros, Memorial Descritivo e demais documentos anexos do Edital, em anexo, que fazem parte integrante do Processo Licitatório em causa. Devendo a Obra ser iniciada de forma imediata após a assinatura deste Contrato, mediante Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Engenharia e Planejamento desta Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço Global da obra, objeto do presente contrato, é de R$ 1.268.000,00 (Um milhão, duzentos e sessenta e oito mil reais), devendo esta obra ser executada, de forma rigorosa e estritamente em consonância com os Projetos, Cronogramas e Memorial Descritivo, do Edital do Processo Licitatório nº 066/2025, Concorrência Eletrônica 004/2025, documentos estes, que fazem parte integrante deste Contrato, os quais deverão ser seguidos e respeitados do início ao término da Obra, sob as penas da Lei, caso sejam infringidas quaisquer de suas cláusulas. (contrato, Edital, Projetos e etc)

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

a) O pagamento dos serviços prestados pela CONTRATADA será efetuado por medição, realizada pelo Engenheiro desta Prefeitura Municipal, Sr. Vinícius Augusto da Silva, CREA 398.943 em estrita conformidade com o Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo da obra. Após a realização da medição das etapas da Obra, o Departamento de Engenharia deverá encaminhar ao Setor de Compras e Licitações para a devida solicitação do empenho e emissão da Autorização de Fornecimento da Nota Fiscal. Recebida a Nota Fiscal essa será analisada, aceita e assinada pelo Engenheiro responsável pela mediação o qual conferirá todos os seus termos, para posterior liquidação e pagamento pelo Setor
Contábil e Financeiro desta Prefeitura em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da mesma, por este último Departamento mencionado. Todas as Notas Fiscais deverão estar devidamente acompanhadas da documentão Fiscal da empresa contratada, ou seja, CNDs: Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e CRF do FGTS.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS

I – São Direitos da CONTRATANTE:
Modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
Aplicar a Legislação referente aos contratos Administrativos na execução deste contrato, como também resolver os casos omissos; c) c) Fiscalizar a obra a qualquer tempo.

II – São Direitos da CONTRATADA:
Cobrar por serviços realizados, e que constitua objeto deste contrato, observadas as normas de contratação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

I – São Obrigações da CONTRATANTE: a) Publicar o extrato do contrato;
Emitir o Alvará de Licença para Construção, após registro e aprovação dos respectivos projetos da Obra nos órgãos competentes;
Exigir da empresa contratada: A matrícula da Obra do INSS, Certidões do CREA referente esta Obra, comprovante das quitação da Obra perante o INSS CREA e Receita Federal ;
Emitir o Certificado de Conclusão de Obra no término da obra, após sumária inspeção, conferência e recebimento da mesma.
Exigir a Certidão de encerramento da Obra perante o INSS/ Receita Federal com respectivas Certidões.

II – São obrigações da CONTRATADA:
Cumprir rigorosamente todas as exigências estipuladas pela contratante no ítem I, a, b ,c, d e, da cláusula anterior;

Manter durante toda a execução deste instrumento em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas a condições de habitação e qualificação exigidas na licitação.
Recolher os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do presente instrumento, inclusive o INSS, recolhido à Prefeitura, ISS e IR, bem como comprovar as quitações trabalhistas e fiscais, em cada etapa da obra e entregar no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura Municipal, em cada medição da obra realizada;
Garantir à Administração Pública o pagamento dos encargos previstos na alínea anterior, não acarretando a mesma nenhuma responsabilidade quanto ao recolhimento.
A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-la na execução do contrato;
A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou da qualidade do material empregado:
A CONTRATADA, é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não concluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
Efetuar a proteção da obra com tapume onde houver necessidade;
Providenciar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativa à obra, onde deverá constar o nome e o nº da carteira junto ao CREA/CAU, do Engenheiro Civil ou Arquiteto na gerência dos serviços; i) Registrar a obra no CREA/CAU;
Matricular a obra junto ao INSS (CEI) e encerrar a Matrícula na conclusão da obra, apresentando tal documento comprobatório à CONTRATANTE, assim como apresentar mensalmente a GFIP da Obra juntamente com a CEI, sob pena de indeferimento do pagamento das parcelas.
Registrar os projetos nesta Prefeitura, para obtenção do Alvará de Construção;
Manter à frente dos serviços na obra um ENGENHEIRO/ARQUITETO responsável que deverá visitar a obra pelo menos três vezes por semana, e efetuar relatório de visita. n) Seguir, rigorosamente, o solicitado nos anexos e nos projetos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente, embasado nas circunstâncias previstas nos artigos na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, quando pertinente, ou por acordo entre as partes com aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência e sem nada ter que pagar.

CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA

A parte que infringir qualquer dispositivo deste contrato, ou o não cumprimento do estabelecido nos anexos, ficará sujeito à multa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor fixado na Cláusula Terceira, assegurando-se à outra parte o direito de considerar automaticamente rescindido o contrato e, bem assim, de pleitear em juízo a indenização dos prejuízos acaso sofridos.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em 15 de Julho de 2025 e término previsto para em 15 de julho de 2026. Sendo que o prazo para a execução da obra é de 11 (onze) meses, de acordo com o cronograma físico financeiro e Memorial Descritivo da Obra.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

4.4.90.51.00.2.06.00.12.361.0018.1.0015 Fonte 1.571.000 Construção, Reforma e Ampliação de Prédios Escolares e Quadras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cristina, MG, para as questões resultantes do presente contrato, ou mesmo de sua execução, com expressa renúncia de qualquer outro.

E assim, por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente termo em (três) vias de igual teor e forma com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza jurídicos e legais efeitos.

Maria da Fé, 15 de julho de 2025.

PREFEITURA MUN. DE MARIA DA FÉ/MG
Contratante

ADD CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
Empresa contratado

Testemunhas:

Nome: _____ Assinatura: _____

RG: _____ CPF/MF nº: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

RG: _____ CPF/MF nº: _____

CNPJ: 18.025.957/0001-58 FONE: (35) 3662-1463

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:7DDDE7D7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n° 126/2026 –
Modalidade
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 04/2026

À Prefeitura Municipal De Maria Da Fé, através do seu Departamento de Licitações, pela presente torna público acima identificada, cujo processo e julgamento será realizado por **Modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026 - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 04/2026, que será processada e julgada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021**, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
A presente licitação tem como objeto Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de oficina destinadas ao desenvolvimento de atividades complementares voltadas à Educação Integral dos alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino desta Prefeitura Municipal de Maria da Fé, MG, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação. As Oficinas, os quantitativos estimados, carga horária, atribuições, valores pagos por hora/aula são os descritos no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e demais documentos anexos a este Edital, no valor em torno de R$ 385.920,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e novecentos e vinte reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCAMINHAMENTOS

DIA/HORÁRIOS:
O presente Edital estará aberto para Credenciamento no período **de 15 (quinze) dias úteis: das 08:00 HS de 13/08/2026 às 17:00 horas de 08/09/2026**, conforme determina o § 5º do art. 36 do Decreto Municipal nº 4.366/2022.

LOCAL: www.bnc.org.br “Acesso Identificado”.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Praça Getúlio Vargas, nº 60, Bairro Centro, Maria da Fé, MG, CEP. 37.517-000.
Agente de Contratação: Adv. º Carlos Alberto Lemes – Portaria nº 03/2024;
E-mail: licitação@mariadafe.mg.gov.br

O Edital na integra encontra-se no site oficial da Prefeitura – www.mariadafe.mg.gov.br

ADVº CARLOS ALBERTO LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:EAD15D77

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
DECRETO Nº 4.889, DE 16 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE ESTABILIDADE À SERVIDORA ANA LUIZA DE ALMEIDA MIGUEL.

O Prefeito Municipal de Maria da Fé, Sr. ADILSON DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, VII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 41, da Constituição Federal em conjunto com o art. 24, da Lei Complementar n° 06/2022 - Estatuto do Magistério Público e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Maria da Fé/MG;

Considerando que a servidora relacionada neste Decreto foi aprovada no Concurso Público Municipal nº 001/2008, homologado pelo Decreto Municipal n.º 2.299, de 19 de junho de 2008.

Considerando a Avaliação Especial de Desempenho da Funcionária em Estágio Probatório realizada pela Comissão designada pela Portaria nº 29, de 26 de janeiro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida estabilidade no exercício do cargo de Supervisora Pedagógica II, à servidora ANA LUIZA DE ALMEIDA MIGUEL, Mat. E-2306.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Souza
Código Identificador:7E6CEE31

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP –- Nº 042/2026
Objeto: Aquisição parcelada de Materiais Pedagógicos para a Secretaria Municipal de Educação.
Endereço para consulta ou obtenção do edital:
Av. Cardoso Saraiva, 305 – Centro / Matias Barbosa
Setor de Licitações: 08:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas
site: www.matiasbarbosa.mg.gov.br
tel: (32) 3771-0143 ou 3771-0144
ABERTURA DAS PROPOSTAS
Dia 01/09/2026 às 09:00 horas

ALEXEI VASSILI PAÇO ROSA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jennifer Peres Querino de Medeiros
Código Identificador:20D043A0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL. PRAZO 30 (TRINTA) DIAS.

O Prefeito de Moeda/MG, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos titulares mencionados nos registros imobiliários abaixo descritos: Eustáquio de Deus Assis, inscrito no CPF: 356.499.096-87, e a terceiros eventualmente interessados, que tramita perante o Município procedimento de regularização fundiária de interesse social, que tem por objetivo regularizar a núcleo urbano informal consolidado no local denominado de Bairro Coqueiro de Espinho com Área de 69.527,53 m², Perímetro 1.805,25 m, sendo que o perímetro abrangido pela demarcação/regularização é a seguinte: Do vértice 1 segue até o vértice 2, de coordenadas E = 606.226,61 e N = 7.754.359,31, no azimute de 130°09'38", na extensão de 7,12 m; o vértice 2 segue até o vértice 3, de coordenadas E = 606.216,78 e N = 7.754.278,41, no azimute de 186°55'43", na extensão de 81,49 m; o vértice 3 segue até o vértice 4, de coordenadas E = 606.233,44 e N = 7.754.288,22, no azimute de 59°30'49", na extensão de 19,33 m; o vértice 4 segue até o vértice 5, de coordenadas E = 606.246,96 e N = 7.754.280,99, no azimute de 118°08'32", na extensão de 15,33 m; o vértice 5 segue até o vértice 6, de coordenadas E = 606.266,51 e N = 7.754.272,91, no azimute de 112°26'49", na extensão de 21,16 m; o vértice 6 segue até o vértice 7, de coordenadas E = 606.294,66 e N = 7.754.281,67, no azimute de 72°43'07", na extensão de 29,48 m; o vértice 7 segue até o vértice 8, de coordenadas E = 606.319,25 e N = 7.754.283,07, no azimute de 86°44'00", na extensão de 24,64 m; o vértice 8 segue até o vértice 9, de coordenadas E = 606.349,40 e N = 7.754.283,75, no azimute de 88°42'54", na extensão de 30,16 m; o vértice 9 segue até o vértice 10, de coordenadas E = 606.359,21 e N = 7.754.292,31, no azimute de 48°53'18", na extensão de 13,02 m; o vértice 10 segue até o vértice 11, de coordenadas E = 606.366,02 e N = 7.754.305,64, no azimute de 27°03'16", na extensão de 14,96 m; o vértice 11 segue até o vértice 12, de coordenadas E = 606.384,69 e N = 7.754.309,19, no azimute de 79°14'10", na extensão de 19,01 m; o vértice 12 segue até o vértice 13, de coordenadas E = 606.408,11 e N = 7.754.308,61, no azimute de 91°24'29", na extensão de 23,42 m; o vértice 13 segue até o vértice 14, de coordenadas E = 606.440,98 e N = 7.754.306,53, no azimute de 93°37'14", na extensão de 32,94 m; o vértice 14 segue até o vértice 15, de coordenadas E = 606.465,47 e N = 7.754.318,09, no azimute de 64°43'40", na extensão de 27,08 m; o vértice 15 segue até o vértice 16, de coordenadas E = 606.476,62 e N = 7.754.330,11, no azimute de 42°50'19", na extensão de 16,39 m; o vértice 16 segue até o vértice 17, de coordenadas E = 606.504,56 e N = 7.754.340,71, no azimute de 69°13'31", na extensão de 29,88 m; o vértice 17 segue até o vértice 18, de coordenadas E = 606.537,43 e N = 7.754.336,14, no azimute de 97°55'10", na extensão de 33,19 m; o vértice 18 segue até o vértice 19, de coordenadas E = 606.542,86 e N = 7.754.311,95, no azimute de 167°21'14", na extensão de 24,79 m; o vértice 19 segue até o vértice 20, de coordenadas E = 606.570,05 e N = 7.754.314,76, no azimute de 84°05'34", na extensão de 27,34 m; o vértice 20 segue até o vértice 21, de coordenadas E = 606.611,54 e N = 7.754.275,45, no azimute de 133°27'21", na extensão de 57,16 m; o vértice 21 segue até o vértice 22, de coordenadas E = 606.608,14 e N = 7.754.253,98, no azimute de 189°00'39", na extensão de 21,74 m; o vértice 22 segue até o vértice 23, de coordenadas E = 606.586,87 e N = 7.754.265,18, no azimute de 297°47'02", na extensão de 24,04 m; o vértice 23 segue até o vértice 24, de coordenadas E = 606.577,44 e N = 7.754.250,26, no azimute de 212°18'21", na extensão de 17,66 m; o vértice 24 segue até o vértice 25, de coordenadas E = 606.566,30 e N = 7.754.242,27, no azimute de 234°19'54", na extensão de 13,71 m; o vértice 25 segue até o vértice 26, de coordenadas E = 606.540,32 e N = 7.754.229,71, no azimute de 244°12'04", na extensão de 28,86 m; o vértice 26 segue até o vértice 27, de coordenadas E = 606.526,16 e N

= 7.754.256,51, no azimute de 332°09'21", na extensão de 30,31 m; o vértice 27 segue até o vértice 28, de coordenadas E = 606.522,80 e N = 7.754.262,01, no azimute de 328°36'37", na extensão de 6,44 m; o vértice 28 segue até o vértice 29, de coordenadas E = 606.495,03 e N = 7.754.261,44, no azimute de 268°49'38", na extensão de 27,78 m; o vértice 29 segue até o vértice 30, de coordenadas E = 606.488,84 e N = 7.754.260,17, no azimute de 258°22'42", na extensão de 6,32 m; o vértice 30 segue até o vértice 31, de coordenadas E = 606.474,30 e N = 7.754.239,13, no azimute de 214°39'03", na extensão de 25,58 m; o vértice 31 segue até o vértice 32, de coordenadas E = 606.472,52 e N = 7.754.217,24, no azimute de 184°38'29", na extensão de 21,97 m; o vértice 32 segue até o vértice 33, de coordenadas E = 606.426,47 e N = 7.754.182,63, no azimute de 233°04'30", na extensão de 57,61 m; o vértice 33 segue até o vértice 34, de coordenadas E = 606.403,18 e N = 7.754.153,83, no azimute de 218°57'50", na extensão de 37,05 m; o vértice 34 segue até o vértice 35, de coordenadas E = 606.418,67 e N = 7.754.104,09, no azimute de 162°41'42", na extensão de 52,09 m; o vértice 35 segue até o vértice 36, de coordenadas E = 606.403,48 e N = 7.754.075,06, no azimute de 207°37'51", na extensão de 32,76 m; o vértice 36 segue até o vértice 37, de coordenadas E = 606.379,01 e N = 7.754.063,78, no azimute de 245°14'28", na extensão de 26,95 m; o vértice 37 segue até o vértice 38, de coordenadas E = 606.359,23 e N = 7.754.091,74, no azimute de 324°43'36", na extensão de 34,25 m; o vértice 38 segue até o vértice 39, de coordenadas E = 606.350,22 e N = 7.754.105,99, no azimute de 327°41'46", na extensão de 16,85 m; o vértice 39 segue até o vértice 40, de coordenadas E = 606.347,15 e N = 7.754.112,69, no azimute de 335°21'38", na extensão de 7,37 m; o vértice 40 segue até o vértice 41, de coordenadas E = 606.345,55 e N = 7.754.120,36, no azimute de 348°16'24", na extensão de 7,84 m; o vértice 41 segue até o vértice 42, de coordenadas E = 606.346,08 e N = 7.754.126,72, no azimute de 4°46'41", na extensão de 6,38 m; o vértice 42 segue até o vértice 43, de coordenadas E = 606.347,12 e N = 7.754.134,70, no azimute de 7°22'31", na extensão de 8,05 m; o vértice 43 segue até o vértice 44, de coordenadas E = 606.347,61 e N = 7.754.139,50, no azimute de 5°49'40", na extensão de 4,83 m; o vértice 44 segue até o vértice 45, de coordenadas E = 606.294,35 e N = 7.754.126,51, no azimute de 256°17'21", na extensão de 54,82 m; o vértice 45 segue até o vértice 46, de coordenadas E = 606.280,15 e N = 7.754.160,55, no azimute de 337°21'02", na extensão de 36,89 m; o vértice 46 segue até o vértice 47, de coordenadas E = 606.241,09 e N = 7.754.144,98, no azimute de 248°15'46", na extensão de 42,05 m; o vértice 47 segue até o vértice 48, de coordenadas E = 606.241,59 e N = 7.754.148,52, no azimute de 8°11'10", na extensão de 3,57 m; o vértice 48 segue até o vértice 49, de coordenadas E = 606.241,26 e N = 7.754.152,12, no azimute de 354°36'42", na extensão de 3,62 m; o vértice 49 segue até o vértice 50, de coordenadas E = 606.240,27 e N = 7.754.156,43, no azimute de 347°06'22", na extensão de 4,42 m; o vértice 50 segue até o vértice 51, de coordenadas E = 606.238,13 e N = 7.754.160,09, no azimute de 329°41'56", na extensão de 4,24 m; o vértice 51 segue até o vértice 52, de coordenadas E = 606.232,93 e N = 7.754.165,94, no azimute de 318°22'47", na extensão de 7,82 m; o vértice 52 segue até o vértice 53, de coordenadas E = 606.223,35 e N = 7.754.177,98, no azimute de 321°29'16", na extensão de 15,39 m; o vértice 53 segue até o vértice 54, de coordenadas E = 606.215,39 e N = 7.754.186,59, no azimute de 317°16'38", na extensão de 11,73 m; o vértice 54 segue até o vértice 55, de coordenadas E = 606.210,03 e N = 7.754.187,85, no azimute de 283°12'22", na extensão de 5,51 m; o vértice 55 segue até o vértice 56, de coordenadas E = 606.195,49 e N = 7.754.190,44, no azimute de 280°05'12", na extensão de 14,76 m; o vértice 56 segue até o vértice 57, de coordenadas E = 606.181,61 e N = 7.754.190,98, no azimute de 272°13'44", na extensão de 13,89 m; o vértice 57 segue até o vértice 58, de coordenadas E = 606.181,13 e N = 7.754.199,68, no azimute de 356°50'06", na extensão de 8,72 m; o vértice 58 segue até o vértice 59, de coordenadas E = 606.168,80 e N = 7.754.201,60, no azimute de 278°51'22", na extensão de 12,48 m; o vértice 59 segue até o vértice 60, de coordenadas E = 606.149,96 e N = 7.754.205,66, no azimute de 282°09'11", na extensão de 19,26 m; o vértice 60 segue até o vértice 61, de coordenadas E = 606.133,07 e N = 7.754.212,54, no azimute de 292°08'56", na extensão de 18,24 m; o vértice 61 segue até o vértice 62, de coordenadas E = 606.115,63 e N = 7.754.222,33, no azimute de 299°19'37", na extensão de 20,00 m; o vértice 62 segue até o vértice 63, de coordenadas E = 606.103,04 e N = 7.754.227,91, no azimute de 293°52'36", na extensão de 13,77 m; o vértice 63 segue até o vértice 64, de coordenadas E = 606.095,78 e N = 7.754.228,84, no azimute de 277°20'14", na extensão de 7,32 m; o vértice 64 segue até o vértice 65, de coordenadas E = 606.072,16 e N = 7.754.230,27, no azimute de 273°26'42", na extensão de 23,66 m; o vértice 65 segue até o vértice 66, de coordenadas E = 606.042,65 e N = 7.754.234,79, no azimute de 278°42'46", na extensão de 29,85 m; o vértice 66 segue até o vértice 67, de coordenadas E = 606.015,18 e N = 7.754.236,23, no azimute de 273°00'44", na extensão de 27,51 m;

o vértice 67 segue até o vértice 68, de coordenadas E = 606.003,13 e N = 7.754.239,63, no azimute de 285°43'38", na extensão de 12,52 m; o vértice 68 segue até o vértice 69, de coordenadas E = 605.993,92 e N = 7.754.245,81, no azimute de 303°53'11", na extensão de 11,09 m; o vértice 69 segue até o vértice 70, de coordenadas E = 605.988,04 e N = 7.754.250,70, no azimute de 309°44'47", na extensão de 7,64 m; o vértice 70 segue até o vértice 71, de coordenadas E = 605.976,09 e N = 7.754.270,43, no azimute de 328°48'08", na extensão de 23,07 m; o vértice 71 segue até o vértice 72, de coordenadas E = 605.970,76 e N = 7.754.279,91, no azimute de 330°37'46", na extensão de 10,88 m; o vértice 72 segue até o vértice 73, de coordenadas E = 605.973,63 e N = 7.754.288,32, no azimute de 18°53'20", na extensão de 8,89 m; o vértice 73 segue até o vértice 74, de coordenadas E = 605.981,59 e N = 7.754.288,01, no azimute de 92°11'21", na extensão de 7,97 m; o vértice 74 segue até o vértice 75, de coordenadas E = 605.995,72 e N = 7.754.287,42, no azimute de 92°25'22", na extensão de 14,13 m; o vértice 75 segue até o vértice 76, de coordenadas E = 606.016,78 e N = 7.754.287,54, no azimute de 89°39'29", na extensão de 21,06 m; o vértice 76 segue até o vértice 77, de coordenadas E = 606.049,14 e N = 7.754.288,87, no azimute de 87°38'32", na extensão de 32,40 m; o vértice 77 segue até o vértice 78, de coordenadas E = 606.078,73 e N = 7.754.296,61, no azimute de 75°21'04", na extensão de 30,58 m; o vértice 78 segue até o vértice 79, de coordenadas E = 606.095,71 e N = 7.754.302,12, no azimute de 72°01'07", na extensão de 17,86 m; o vértice 79 segue até o vértice 80, de coordenadas E = 606.126,85 e N = 7.754.312,14, no azimute de 72°09'39", na extensão de 32,71 m; o vértice 80 segue até o vértice 81, de coordenadas E = 606.150,78 e N = 7.754.319,91, no azimute de 72°01'08", na extensão de 25,16 m; o vértice 81 segue até o vértice 82, de coordenadas E = 606.163,65 e N = 7.754.323,91, no azimute de 72°42'22", na extensão de 13,48 m; o vértice 82 segue até o vértice 83, de coordenadas E = 606.186,04 e N = 7.754.331,44, no azimute de 71°25'52", na extensão de 23,62 m; o vértice 83 segue até o vértice 84, de coordenadas E = 606.202,54 e N = 7.754.342,06, no azimute de 57°13'58", na extensão de 19,63 m;

Finalmente do vértice 84 segue até o vértice 1, (início da descrição), de coordenadas E = 606.226,61 e N = 7.754.359,31, no azimute de 40°27'22", na extensão de 28,71 m, fechando assim o polígono acima descrito, abrangendo uma área de 69.527,53 m² e um perímetro de 1.805,25 m. Estando em termos, expediu-se o presente edital para notificação dos supramencionados, advertindo-se que não apresentada a discordância perante o Município de Moeda/MG, localizado na Avenida Prateado, nº 20 - Centro, CEP: 35470-000 Moeda/MG em 30 (trinta) dias subsequentes ao decurso do prazo do edital publicado, poderá implicar em concordância e a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb. O presente edital não será renovado caso a titulação final seja por usucapião judicial ou extrajudicial, servindo o presente para atendimento do disposto no §4º do art. 216-A da Lei 6.015/73. Será o presente edital, por extrato, afixado nos átrios da Prefeitura, e publicado uma vez na imprensa oficial e outra no jornal de circulação local. Eu, Décio Vanderlei dos Santos, Prefeito Municipal, o conferi e assino.

Publicado por:
Jucilene Indianara r Da Silveira
Código Identificador:7A1AA9E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DA PRIMEIRA ERRATA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

O Município de Moeda/MG torna pública a Primeira Errata ao Edital do Pregão Eletrônico nº 031/2026 – Processo de Contratação nº 065/2026, para retificação do número do processo. **Data da sessão mantida: 21/08/2026, às 08h00.** Íntegra disponível em: www.moeda.mg.gov.br. Informações: licitacao@moeda.mg.gov.br.

Publicado por:
Juliana Conceição Silva Borges
Código Identificador:8B81A4C4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE CONTRATO N° 053/2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e RYWAN MARCENES OLIVEIRA GONCALVES DE SOUZA 09344838682. Contrato nº 0053/2026; Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, arquivamento e digitalização dos documentos da contabilidade, compreendendo empenhos, ordens de pagamento, relatórios, anexos, comprovantes de pagamento e processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Moeda; Licitação: Dispensa 0010/2026 Valor Global: R$54.000,00, Vigência: 03/08/2026 Até: 03/08/2027.

Moeda/MG, Segunda-feira , 03 de Agosto de 2026

Publicado por:
Kaique Felix Barbosa
Código Identificador:FFB379E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE CONTRATO N° 054/2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e NV ENGENHARIA LTDA. Contrato nº 0054/2026; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA PRAÇA VILA COCO, VISANDO ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MOEDA-MG; Licitação: Concorrência 0004/2026 Valor Global: R$76.356,89, Vigência: 11/08/2026 Até: 11/11/2026.

Moeda/MG, Terça-feira , 11 de Agosto de 2026

Publicado por:
Kaique Felix Barbosa
Código Identificador:106B9636

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
EXTRATO DE CONTRATO N° 055/2026

Extrato de contrato firmado entre o MUNICIPIO DE MOEDA e FOCO AUTOMOVEIS LTDA. Contrato nº 0055/2026; Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO, TIPO CAMINHONETE, EM ATENDIMENTO AO PLANO DE TRABALHO Nº 001821/2026 DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE MOEDA/MG; Licitação: Pregão Eletrônico (14.133/21) 0028/2026 Valor Global: R$226.950,00, Vigência: 12/08/2026 Até: 12/08/2027.

Moeda/MG, Quarta-feira , 12 de Agosto de 2026

Publicado por:
Kaique Felix Barbosa
Código Identificador:9C34FB6C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA DE MINAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 09/2026
Contratação de empresa especializada para execução de obras de ampliação e construção de salas de aula na Escola Municipal Professor Antônio Ribeiro, Povoado de Vau das Flores, nos termos da Transferência Especial – Plano de Ação n° 09032025-2-087004, Programa n° 09032025-2, Emenda Parlamentar n° 202527560002. Início de recebimento de propostas: 13/08/2026 às 09:00h até às 08:00h do dia 28/08/2026. Julgamento: 28/08/2026 às 09:00h. Edital na plataforma www.licitardigital.com.br .

Morada Nova de Minas/MG, 12 de agosto de 2026

RONALDO RIBEIRO DE MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Thiago Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:BCDCBEBD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PRC: 113/26 Pregão: 55/26 R.P: 349/26
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE NOVA RESENDE-PREFEITURA
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículo novo, zero quilômetro, tipo Ônibus Rural Escolar destinado ao transporte escolar de alunos da rede pública municipal, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência., visando solicitações futuras e parceladas pelo período de doze meses**.**
VIGENCIA: 10/08/2026 a 10/08/2027
CONTRATADA: DEVA VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23******/****02, com sede na RUA Teonilio Niquini, 32 - Jardim Piemont - Betim - MG - CEP: 32669700, vencedora no **lote 1** no valor total de R$ 3.810.000,00 (três milhões oitocentos e dez mil reais). Publica-se

LUIZ ITAMAR GONZAGA-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderleia Antônia de Rezende Martins
Código Identificador:09FD8812

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PRC: 140/26 Pregão: 65/26 R.P: 347/26
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE NOVA RESENDE-PREFEITURA
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a implantação de um registro de preços para futura e eventual a aquisição de processador de alimentos industrial para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, destinado ao preparo e processamento de alimentos utilizados na merenda escolar das unidades da rede municipal de ensino, visando proporcionar maior eficiência, agilidade, segurança e padronização no preparo dos gêneros alimentícios, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos., visando solicitações futuras e parceladas pelo período de doze meses**.**
VIGENCIA: 06/08/2026 a 06/08/2027
CONTRATADA: VERTEX LICITACOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 63******/****98, com sede na Rua Santa Luzia, 166 - De Fatima - Carmópolis de Minas - MG - CEP: 35534000 , vencedora no **lote 1** no valor total de R$ 9.698,00 (nove mil seiscentos e noventa e oito reais). Publica-se

LUIZ ITAMAR GONZAGA-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderleia Antônia de Rezende Martins
Código Identificador:410DC545

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
PRC: 136/26 Concorrência:12/26 Contrato: 70/26

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE NOVA RESENDE-PREFEITURA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHO DA ESTRADA DO BAIRRO CEBOLA, COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL FEDERAL- Nº 09032026-092224, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NOS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL, OS QUAIS PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO.
VIGENCIA: 05/08/2026 a 05/11/2026
CONTRATADA: SF INFRAESTRUTURA & MINERAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 55******/****26, com sede no Bairro Grama, SN - Juruaia - MG - CEP: 37805000 vencedora no **lote 1** no valor total de R$ 703.978,03 (setecentos e três mil novecentos e setenta e oito reais e três centavos) Publica-se

***LUIZ ITAMAR GONZAGA*-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderleia Antônia de Rezende Martins
Código Identificador:2D58F13D

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Resende
Estado de Minas Gerais

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Resende-MG, através do Secretários Municipais e da Comissão de Contratação, torna pública a realização do seguinte processo licitatório:
PRC–173/2026 PREGÃO ELETRÔNICO:084/2026
OBJETO: Implantação de registro de preços para contratação de serviços mecânicos com fornecimento de peças para reposição nos ônibus Agrale do transporte escolar municipal através da tabela Trazvalor, visando aquisições futuras e parceladas, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo IV deste Edital, pelo período de doze meses
Recebimento de propostas: **De:14/08/2026 a partir das 15h00min até 28/08/2026 às 12h00min.**: **ABERTURA DAS PROPOSTAS:28/08/2026 às 12h00min**. **Início da sessão de lances às 13:00hs** Dúvidas na sede da Prefeitura, Praça Santa Rita,50, centro em Nova Resende, das 12h00min às 18h00min.O edital será no site www.novaresende.mg.gov.br. e www.licitardigital.com.br. Dúvidas pelo e-mail licitacao@novaresende.mg.gov.br ou pelo telefone (35) 3562-3759. Publica-se.

***LUIZ ITAMAR GONZAGA*-**
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Resende-MG, através do Secretários Municipais e da Comissão de Contratação, torna pública a realização do seguinte processo licitatório:
PRC–172/2026 PREGÃO ELETRÔNICO:083/2026
OBJETO: Implantação de registro de preços para aquisição de utensílios de cozinha para uso em vários departamentos da Prefeitura Municipal de Nova Resende, visando aquisições futuras e parceladas, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo IV deste Edital, pelo período de doze meses.
Recebimento de propostas: **De:17/08/2026 a partir das 15h00min até 01/09/2026 às 12h00min.**: **ABERTURA DAS PROPOSTAS:01/09/2026 às 12h00min**. **Início da sessão de lances às 13:00hs** Dúvidas na sede da Prefeitura, Praça Santa Rita,50, centro em Nova Resende, das 12h00min às 18h00min.O edital será no site www.novaresende.mg.gov.br. e www.licitardigital.com.br. Dúvidas pelo e-mail licitacao@novaresende.mg.gov.br ou pelo telefone (35) 3562-3759. Publica-se.

***LUIZ ITAMAR GONZAGA*-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vanderleia Antônia de Rezende Martins
Código Identificador:B1A860E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE
EXTRATO DE PROCESSO ANULADO

EXTRATO DE PROCESSO ANULADO
PRC: 157/26 Pregão: 73/26
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE NOVA RESENDE-PREFEITURA
OBJETO: Aquisição de sensores Freestyle Libre para monitoramento contínuo de glicose, destinados ao acompanhamento dos níveis glicêmicos de pacientes diabéticos insulinodependentes atendidos pela rede pública de saúde do Município de Nova Resende, visando atender às demandas do Departamento Municipal de Saúde. Publica-se

***LUIZ ITAMAR GONZAGA*-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderleia Antônia de Rezende Martins
Código Identificador:1AEC95AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIMENTO
PRC: 156/26 Chamada Publica: 21/26 Termo: 347/26
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE NOVA RESENDE-PREFEITURA
OBJETO: Credenciamento de prestação de serviço em atendimentos clinico médico veterinário para castração de cães e gatos pelo período de doze meses.
VIGENCIA: 06/08/2026 a 06/08/2027
CONTRATADA: VIDA ANIMAL VETERINÁRIA LTDA, CNPJ N° 03******/****45**,** com sede na Rua Sete de Setembro, 1678, Centro, Muzambinho/MG, Cep: 37.890-000. Neste ato representado por Roberta Magalhães Inacarato, CPF: 032******40, residente em Muzambinho-MG . no valor total de R$ 86.400,00 (Oitenta e seis mil e quatrocentos reais).Publica-se

***LUIZ ITAMAR GONZAGA*-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderleia Antônia de Rezende Martins
Código Identificador:0C09A99B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 166/2026 DISPENSA N.º 050/2026

Processo Administrativo n.º: 166/2026
Modalidade: Dispensa de Licitação n.º 050/2026 – Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021
Unidade Requisitante: Departamento Municipal de Saúde
Contratado: LIG LIG INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPRESSOS LTDA
CNPJ:12.410.952/0001-62
Objeto Contratação de pessoa jurídica para aquisição de tatuagens personalizadas temporárias, destinada ao atendimento das demandas das campanhas de vacinação do Departamento Municipal de Saúde,

conforme condições, quantidades e exigências estabelecidos no Termo de Referência.
Valor Global da Contratação: R$ 3.100,00 (três mil e cem reais).
Vigência: 03(três) meses
Dotação Orçamentária: 02.08.01.10.304.1025.2.813 33.90.30 Ficha nº: 280
Fonte de Recurso: Própria

ALEX FERREIRA –
Diretor de Saúde

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:088D4B6F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO N. º 303/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Saúde, torna público o extrato do contrato n. º 303/2026 – Carta Contrato n.º 019/2026 – Dispensa n.º 049/2026 - Proc. Administrativo n.º 165/2026, referente a Contratação de pessoa jurídica para aquisição de bolhas de sabão personalizadas, destinadas as campanhas de vacinação, ações e eventos promovidos pelo Departamento Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidos no Termo de Referência. Contratada: NO ATTO MARKETING LTDA; CNPJ: 29.328.582/0001-11; Valor: $6.846,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais); Data de assinatura: 12/08/2026, vigência de 12/08/2026 até 12/11/2026.

ALEX FERREIRA –
Diretor de Saúde.

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:60B575E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
LEI Nº 3.004, DE 21 DE JULHO DE 2026

Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e considerando a rejeição do veto aposto ao Projeto de Lei nº 29/2026 pela Câmara Municipal de Paraisópolis, nos termos do § 5º do art. 48 da Lei Orgânica Municipal, **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2027 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:
I- as prioridades e metas da administração pública municipal;
II- a estrutura, e a organização do orçamento;
III- as diretrizes gerais para a elaboração e a execução do orçamento do município e suas alterações;
IV- as disposições para as transferências;
V- as disposições relativas à dívida pública municipal;
VI- as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
VII- as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;
VIII- as disposições sobre transparência;
IX- as disposições sobre as audiências públicas na elaboração da LOA;
X- as disposições gerais; e
XI- anexos.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração pública municipal em consonância com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, e que constarão do projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2027 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:
I- emprego e renda;
II- desenvolvimento social;
III- planejamento e desenvolvimento urbano;
IV- gestão democrática e participativa.
Parágrafo único. Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2027, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta lei entende-se por:
I- programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
II- atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III- projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
IV- operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
V- órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar as unidades orçamentárias;
VI- unidade orçamentária: o menor nível de classificação institucional agrupadas em órgãos orçamentários;
VII- especificação da fonte e destinação de recurso: detalhamento da origem e da destinação de recursos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM;
VIII- grupo de origem das fontes de recurso: agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação;
IX- aplicação programada de recursos: agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categoria de programação;
X- produto: bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
XI- unidade de medida: utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e
XII- meta física: quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.
§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção à qual se vincula.
§3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.
§1º A despesa será discriminada por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas, com as respectivas dotações especificando a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa e a modalidade de aplicação.
§2º A despesa será discriminada na LOA por:

I- órgão e unidade orçamentária;
II- função;
III- subfunção;
IV- programa;
V- ação: atividade, projeto e operação especial;
VI- categoria econômica;
VII- grupo de natureza de despesa;
VIII- modalidade de aplicação.
IX- origem de fonte e aplicação programada de recursos.

Art. 5º A Lei Orçamentária Municipal conterá Reserva de Contingência, destinada a:
I- atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, no percentual mínimo de 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida;
II- emendas parlamentares impositivas no percentual de até 01% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício de 2025.
Parágrafo único. Para efeito desta lei:
I- entende-se como "eventos fiscais imprevistos", a abertura de créditos adicionais para atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de **2027**;
II- o PLOA deverá ser sancionado com a adequação das dotações e respectivos valores das emendas impositivas deduzidas da reserva de contingência, de que trata o inciso II do caput deste artigo.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.
Parágrafo único. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução, nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 7º As despesas corresponderão à diferença apurada entre a receita estimada e o valor destinado à Reserva de Contingência, e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se o valor necessário para as despesas de capital.
§1º Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 do mês de agosto de 2026, o detalhamento de suas despesas, acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos, de modo a justificar o seu montante.
§2º Se o Poder Legislativo não encaminhar o detalhamento de suas despesas dentro do prazo previsto no §1º, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no §3º.
§ 3º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete por cento(7%) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29A da Constituição Federal, acrescentado através da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000.
§4º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses financeiros à entidades da Administração Indireta, cumprindo-se as disposições dos artigos 50, § 2º e 51, § 1º, da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) com as diretrizes traçadas pelas Portarias Interministeriais nº 163/01 e 339 de 29/08/2001.

Art. 8º Nos termos da 11ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pelas Portarias STN/MF nº 2.016, de 18 de dezembro de 2024, Portaria Conjunta STN/SRPC n° 25, de 18 de dezembro de 2024 e Portaria Conjunta STN/SOF n° 26, de 18 de dezembro de 2024, serão utilizadas "fontes" de recursos com o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.
§1º O mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária, também será utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.
§2º A fonte/destinação de recursos constitui instrumento de planejamento gerencial, e será adequada na medida das fases de execução da receita e da despesa, de modo a evidenciar as fontes de financiamento do gasto público efetivamente realizado.
§3º Na elaboração do PLOA para o exercício de 2027, o município observará:
I- a Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, quanto à padronização das fontes na execução orçamentária, de forma obrigatória, observando o formato definido na referida Portaria e eventuais alterações;
II- as Portarias STN n° 710, de 25 de fevereiro de 2021, e n° 925, de 08 de julho de 2021, quanto à indicação de um Código de Acompanhamento de Execução Orçamentária (CO) específico para identificação das emendas individuais, que deverá ser associado à fonte de recurso na arrecadação da receita dos recursos provenientes da emenda, para que seja possível o cálculo da RCL ajustada, que será parâmetro para a apuração do limite da DCL;
III- as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 9º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2027, a preços correntes, acrescidos do índice da inflação (% anual) projetado, e PIB real (crescimento percentual anual), mais previsão de recebimento de recursos de convênios e emendas parlamentares estaduais e/ou federais.
Parágrafo único. Os valores projetados para as receitas poderão sofrer alteração até a elaboração do orçamento, em decorrência da ausência de divulgação pelos órgãos competentes, dos valores que caberão a cada município, em relação às transferências constitucionais, fundo a fundo e voluntárias.

Art. 10. Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.
Parágrafo único. O Município atuará prioritariamente na Educação Básica.

Art. 11. Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as constantes da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e leis que fixarem normas complementares.

Art. 12. A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade pública, não podendo ser utilizados com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 13. O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados até 01 de julho de 2026.
§1º Caberá à Procuradoria Jurídica do Município, encaminhar à Diretoria Adjunta de Contabilidade e Orçamento, até 10 de julho de 2026, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários apresentados até 01 de julho de 2026, a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2027, conforme determinado pelo § 5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da Administração Direta, especificando:
I- número do processo;
II- número do precatório;
III- data da expedição do precatório;
IV- nome do beneficiário e CPF/CNPJ;
V- valor individualizado por beneficiário e valor total a ser pago.
§2º Somente serão incluídas no **PLOA/2027**, dotações para pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda, e ofício do Poder Judiciário para definição da ordem de apresentação dos precatórios.

Art. 14. A Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até determinado limite, em valor percentual, e dependerá da existência de recursos disponíveis.
§1º Os recursos referidos no "caput" são provenientes de:
superávit financeiro;
excesso de arrecadação;
anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e
reserva de contingência.
§2º O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, deverá observar o disposto no §3º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como a estimativa de excesso de arrecadação de convênios, nos termos da Consulta TCEMG nº 898.438.
§3º Os créditos especiais e extraordinários autorizados e/ou abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, nos limites de seus saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, por ato do Poder Executivo.

Art. 15. As classificações nas dotações, inclusive as decorrentes de emendas impositivas, as fontes de recursos, os códigos e títulos das ações poderão ser alterados, por ato próprio, de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total da ação, desde que para ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação a orientações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ou STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.
Parágrafo único. Não oneram o percentual estabelecido para suplementação, os ajustes orçamentários ou realocações de recursos ocorridos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 16. As alterações e inclusões de fontes/destinações de recursos das ações constantes na Lei Orçamentária e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de arrecadação da receita, e das fases de execução da despesa definidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 17. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, no mesmo limite da autorização de abertura de crédito suplementar constante na LOA/2027.

Art. 18. Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 19. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação constante de propostas do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 20. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA - referente ao exercício de 2027 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2026, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:
I- pessoal e encargos sociais;
II- benefícios previdenciários;
III- encargos e serviços de dívida;
IV- outras despesas correntes: limitadas a 1/12 (um doze avos) por mês do valor total previsto para essa natureza de despesa, no projeto de lei orçamentária para 2027, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei;
V- despesas vinculadas: correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, conforme previsto no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;
VI- despesas de capital/investimentos: iniciadas e em andamento, conforme projeto básico constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos;
VII- despesas com educação e saúde: conforme disposto na Constituição Federal;
VIII- despesas decorrentes de emendas parlamentares;
IX- despesas decorrentes de situação de emergência ou de calamidade pública.
§1º Os eventuais saldos negativos ou recursos que ficarem sem despesas correspondentes, apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento, serão ajustados pelo Executivo Municipal.
§2º O Executivo Municipal fica autorizado a utilizar recursos decorrentes de superávit financeiro apurado em 31/12/2026, até o limite estabelecido no PLOA.

Art. 21. As proposições de emendas legislativas, que, direta ou indiretamente, importarem ou autorizarem aumento de despesa, deverão estar acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário-financeiro dos efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira, e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.
§1º Será considerada incompatível a proposição que:
I- aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal;
II- altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal;
III- crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos do Município.
§ 2º É vedada a indicação de recursos provenientes da anulação das seguintes despesas:
I- dotações financiadas com recursos vinculados;
II- dotações referentes a contrapartidas;
III- dotações referentes a obras em execução;
IV- dotações financiadas com recursos diretamente arrecadados;
V- dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;
VI- dotações referentes a benefícios eventuais;
VII- dotações destinadas ao serviço de dívida, compreendendo amortização e encargos;
VIII- dotações relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;
IX- dotações destinadas a custear programas vinculados a fundos municipais;
X- dotações referentes a programas identificados como prioritários no anexo I desta lei, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos entre os programas ou no âmbito de um deles.
§3º Ao Projeto da Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra, ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS

SEÇÃO I - DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 22. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, poderá ser destinada a entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, cultura ou educação, prestem atendimento direto ao público e atendam aos requisitos estabelecidos na legislação aplicável.
§1º As subvenções poderão ser priorizadas para entidades que possuam certificação de entidade beneficente de assistência social – CEBAS, nos termos da Lei Complementar Federal nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

§2º A concessão das subvenções de que trata este artigo, dependerá de autorização específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como da observância das disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicável.
§3º A destinação de recursos financeiros à título de subvenção a entidade privada sem fins lucrativos decorrente de **emenda parlamentar impositiva**, quando houver identificação expressa da entidade beneficiária na emenda, dispensa a autorização em lei específica, prevista no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000, permanecendo obrigatória a observância das demais normas aplicáveis à transferência de recursos públicos.

SEÇÃO II
DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL

Art. 23. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o **caput** do art. 22 desta Lei e que preencham as seguintes condições:
I- estejam autorizadas em lei específica;
II- estejam previstas na Lei Orçamentária de 2027 ou em seus créditos adicionais;
III- sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas de interesse público.
Parágrafo único. A destinação de recursos financeiros à título de contribuições a entidade privada sem fins lucrativos decorrente de **emenda parlamentar impositiva**, quando houver identificação expressa da entidade beneficiária na emenda, dispensa a autorização em lei específica, prevista no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000, permanecendo obrigatória a observância das demais normas aplicáveis à transferência de recursos públicos.

SEÇÃO III
DOS AUXÍLIOS

Art. 24. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que atendam a pelo menos um dos seguintes incisos:
I- atendimento direto e gratuito ao público e cumprimento do disposto no caput do art. 22 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para a:
a) educação especial; ou
b) educação básica;
II- registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente, e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais, bem como àquelas cadastradas junto a essa administração para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;
III- de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e alternativamente de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, e atendam ao disposto no caput do art. 22 desta Lei e cujas ações se destinem a:
a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou
b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica;
IV- destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;
qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas, formalizados instrumentos jurídicos adequados que garantam a disponibilização do espaço esportivo implantado, visando o desenvolvimento de programas governamentais;
voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público.

Parágrafo único. A destinação de recursos financeiros à título de auxílios a entidade privada sem fins lucrativos decorrente de **emenda parlamentar impositiva**, quando houver identificação expressa da entidade beneficiária na emenda, dispensa a autorização em lei específica, prevista no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000, permanecendo obrigatória a observância das demais normas aplicáveis à transferência de recursos públicos.

SEÇÃO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 25. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 22 a 24 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá obedecer aos seguintes critérios:
I- aplicação de recursos de capital exclusivamente para:
a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessária à instalação dos referidos equipamentos; ou
b) aquisição de material permanente; ou
c) construção, ampliação ou conclusão de obras.
II- identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, termo de parceria ou instrumento congênere;
III- execução na modalidade de aplicação 50 – Transferência a entidade privada sem fins lucrativos;
IV- compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social ou dos estabelecimentos em que exerça suas ações, consulta ao extrato do convênio, da parceria ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
V- regularidade de prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;
VI- publicação de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção, quando for o caso, das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
VII- comprovação pela entidade, da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular no mínimo de um ano;
VIII- cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente, em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;
IX- manutenção de escrituração contábil regular;
X- apresentação pela entidade de certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa de débitos federais e municipais.
XI- demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal;
XII- manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica sobre a adequação dos convênios, termo de parceria e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e
XIII- comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante o último ano, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.
§1º A determinação contida no inciso I do **caput** não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.
§2º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente público ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal.
§3º Os recursos decorrentes das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, poderão ser utilizados para remunerar servidores ou empregados públicos, desde que se trate de cargo ou emprego acumulável na forma da Constituição Federal.

§4º As organizações da sociedade civil, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 2º da Lei 13.019/2014, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei 4.320/1964, por meio dos seguintes instrumentos:
I- termo de fomento ou de colaboração, hipótese em que deverá ser observado o disposto na Lei 13.019/2014, na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e
II- convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal, hipótese em que deverá ser observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.
§5º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei 4.320/1964, mediante a celebração dos seguintes instrumentos:
I- termo de parceria, observado o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e a realização de procedimento de seleção pública que assegure ampla divulgação;
II- termo de colaboração ou de fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em sua regulamentação e nas demais normas aplicáveis; e
III- convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal, observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.
§6º As entidades qualificadas como **Organizações Sociais – OS**, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, poderão receber recursos públicos destinados à execução de atividades de interesse público mediante a celebração de **contrato de gestão**, observadas as disposições da referida lei e das demais normas aplicáveis, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
§7º O contrato de gestão deverá estabelecer o programa de trabalho, as metas de desempenho e os critérios de avaliação dos resultados, podendo prever a transferência de recursos necessários à execução das atividades pactuadas, observadas as disposições da Lei nº 9.637/1998 e da legislação orçamentária e financeira aplicável.
§8º Os recursos transferidos a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições deverão ser aplicados exclusivamente na execução do objeto pactuado, vedada sua utilização para o pagamento de verbas rescisórias, indenizações trabalhistas ou despesas decorrentes do desligamento de pessoal que não possuam vínculo direto e comprovado com a execução da parceria.
§9º A vedação prevista no § 8º não se aplica às despesas trabalhistas e rescisórias proporcionais, devidamente vinculadas à execução do objeto da parceria e expressamente autorizadas pela legislação federal aplicável, pelo instrumento de formalização da parceria e pelo respectivo plano de trabalho.

Art. 26. Não será exigida contrapartida financeira para as transferências previstas nos arts. 22, 23 e 24 desta Lei, sendo facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços.

Art. 27. A entrega de recursos a consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade do Município, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.
§1º Deverão ser garantidos na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.
§2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 29. Na Lei Orçamentária para o exercício de 2027, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 30. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal, ressalvadas as operações de créditos por antecipação da receita cuja vedação é prevista no art. 38, IV, b, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:
I- 6% (seis por cento) para o Legislativo;
II- 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.
Parágrafo único. Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:
I- de indenização por demissão de servidores ou empregados;
II- relativas a incentivos à demissão voluntária;
III- derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
IV- decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;
V- com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:
a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 32. As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 33. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.
Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:
I- sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
II- não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente;
III- não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 34. Observadas as exceções previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de horas extras poderá ocorrer exclusivamente nas seguintes hipóteses:
I- para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;
II- para manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.
Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal do Ensino, na forma e condições previstas na legislação específica.

Art. 36. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 37. Poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às leis complementares e resoluções federais, observando:
I- quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
II- quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos de Lei Complementar Federal.
III- quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;
IV- quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;
V- quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
VI- a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;
VII- o aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;
VIII- a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;
IX- o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.
§1º A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:
I- estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;
II- indicar a estimativa de renúncia de receitas e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
III- definir os limites de prazo e valor;
IV- atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;
V- não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do município.
§ 2º Os tributos inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

CAPÍTULO VIII
daS DISPOSIÇÕES SOBRE transparência

Art. 38. O Poder Executivo divulgará e manterá atualizada, em sítio eletrônico, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos do disposto nos art. 22 a 24, contendo, pelo menos:
I- nome e CNPJ;
II- nome e função dos dirigentes;
III- área de atuação;
IV- endereço da sede;
V- data, objeto, valor e número instrumento celebrado;
VI- órgão transferidor;
VII- valores transferidos e respectivas datas;
VIII- edital do chamamento ou número da lei específica autorizadora do repasse.

Art. 39. A proposição e a aprovação das emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual, observarão os princípios da transparência, publicidade, rastreabilidade e controle social, bem como as disposições constitucionais e legais aplicáveis, em especial a Instrução Normativa nº 05, de 10 de dezembro de 2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 40. Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá assegurar o direito fundamental de acesso à informação que devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

Art. 40-A. O Poder Executivo assegurará, no Portal da Transparência do Município, a divulgação proativa, em formato aberto, acessível, legível por máquina e com atualização mínima mensal, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, à execução das emendas parlamentares impositivas, bem como, aos contratos administrativos e instrumentos de transferência celebrados pelo Município, observado o disposto nos incisos seguintes:
I- a execução orçamentária da receita e da despesa, discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, programa e ação;
II- a relação individualizada das emendas parlamentares impositivas, com identificação do autor, do objeto, da dotação e dos valores empenhado, liquidado e pago, bem como, do respectivo estágio de execução;
III- os contratos administrativos e os instrumentos de transferência celebrados, com indicação do objeto, do valor, da vigência e do beneficiário.
Parágrafo único. A divulgação de que trata o caput observará os princípios da publicidade, da rastreabilidade e do controle social previstos no art. 39 desta Lei, na Lei Complementar nº 101, de 2000, na Lei Complementar nº 131, de 2009, e na Lei Federal nº 12.527, de 2011.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA ELABORAÇÃO DA LOA

Art. 41. O Poder Executivo assegurará a realização de, no mínimo, uma audiência pública destinada à coleta de sugestões da sociedade civil durante a fase de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027, como instrumento de promoção da transparência, da participação popular e do controle social, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
§1º A audiência pública será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, mediante publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico institucional da Prefeitura, devendo ser assegurada ampla divulgação e acesso à população, inclusive por meio de participação virtual, quando tecnicamente viável.
§2º O Poder Executivo poderá promover reuniões setoriais temáticas, presenciais ou virtuais, organizadas por áreas de atuação governamental, com o objetivo de ampliar o diálogo com representantes da sociedade civil organizada, conselhos municipais, entidades de classe e demais interessados.
§3º As sugestões apresentadas durante as audiências públicas deverão ser registradas em ata e encaminhadas ao Executivo Municipal – Setor Planejamento, que procederá à análise técnica quanto à sua viabilidade, promovendo a divulgação do respectivo parecer no Portal da Transparência do Município.
§4º A audiência pública será transmitida ao vivo por meio eletrônico e sua gravação permanecerá disponível no sítio eletrônico institucional da Prefeitura pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos, observadas as limitações técnicas e operacionais da Administração.

§5º O Poder Executivo, sempre que possível e observada a disponibilidade administrativa, promoverá mecanismos específicos de participação das comunidades rurais no processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual, por meio de audiência pública, reunião setorial, consulta presencial ou outro instrumento adequado de participação popular.

capítulo x
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Aos alunos do ensino básico obrigatório e gratuito da rede municipal será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Parágrafo único. Desde que cumprido o disposto no caput, é facultado ao município colaborar com o Estado na garantia desses direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 43. Quando a rede estadual de ensino básico e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.
Parágrafo único. O Município fica obrigado a garantir vagas para os alunos da rede municipal, atendidos na forma do caput, no exercício imediatamente subsequente.

Art. 44. A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno.

Art. 45. O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma inciso III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Art. 46. Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:
I- que constituam obrigações constitucionais e legais;
II- destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
III- destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 47. O sistema de Controle Interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 47-A. [VETADO]

Art. 48. O Município poderá realizar despesas com a execução de obras de reparos e melhoramentos em imóveis de propriedade do Estado e auxiliar o custeio de despesas próprias dos entes referidos, desde que:
I- haja previsão orçamentária;
II- formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Art. 49. O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:
I- a vinculação de recursos a finalidades específicas;
II- as áreas de maior carência no Município.

Art. 50. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e legislações posteriores.

Art. 51. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 52. Para efeito do disposto no art. 42 da LRF considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, bem como parcelas de obras a serem executadas nos exercícios subsequentes, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado ou readequado e efetivamente executado.

Art. 53. A destinação de recursos direta ou indiretamente para pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:
I- renda familiar per capta a ser definida em regulamentação específica;
II- ser atleta representando o Município em competições oficiais fora do Município;
III- ser artesão representando o Município em Feiras, Congressos ou similares;
IV- grupos teatrais, músicos e outras pessoas físicas representando o município em Conferências, Feiras, Congressos e similares.

Art. 54. Os ordenadores de despesas poderão autorizar a realização de processos licitatórios, no último trimestre do exercício, indicando a dotação orçamentária constante no Projeto de Lei Orçamentária do exercício subsequente, ficando condicionada a homologação do certame, à aprovação do respectivo projeto.

Art. 55. Nos termos do art. 2º desta Lei, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027 também correspondem às ações decorrentes de emendas parlamentares.

Art. 56. No que se refere à Emenda à Lei Orgânica Municipal n° 24, datada de 14/09/2021, as emendas individuais para a Lei Orçamentária Anual 2027– LOA, observarão o limite de 1,0 (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
§1º As emendas de execução obrigatória a que se refere este artigo, serão identificadas em nível de projeto/atividade.
§ 2º. As programações orçamentárias decorrentes de emendas individuais impositivas não serão de execução obrigatória nos casos de impedimento de ordem técnica insuperável, observado o seguinte procedimento:
I- até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo justificativa técnica indicando os impedimentos identificados;
II- até 30 (trinta) dias após o recebimento da comunicação prevista no inciso I, o autor da emenda ou o Poder Legislativo indicará remanejamento da programação cujo impedimento seja considerado insuperável;
III- até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei dispondo sobre o remanejamento da programação;
IV- caso o projeto de lei de que trata o inciso III não seja deliberado pelo Poder Legislativo no prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento, o remanejamento poderá ser implementado por ato do Poder Executivo.
§ 3º. Considera-se impedimento de ordem técnica insuperável qualquer situação de natureza técnica, orçamentária, financeira, operacional ou jurídica que inviabilize a execução da programação decorrente de emenda individual impositiva, incluindo, entre outras hipóteses:
I- incompatibilidade do objeto indicado com a finalidade da ação orçamentária;
II- incompatibilidade do objeto com as atribuições legais do órgão ou entidade executora;
III- ausência dos requisitos legais ou regulamentares indispensáveis à execução da despesa;
IV- impossibilidade de execução do objeto no exercício financeiro correspondente.

Art. 57. Integram esta Lei os Anexos das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 12 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:9D448722

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 369, DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

Exonera servidor efetivo, a pedido.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais previstas no art. 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***

Art. 1º Exonerar, a pedido, **ÉMERSON DE OLIVEIRA GONÇALVES DIAS,** matricula 5927, do cargo efetivo de Motorista "B", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 5, de 1º de junho de 1995, a partir desta data.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 12 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:E0315317

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº. 010/2026

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Passabém/MG torna público o Processo Administrativo nº. 063/2026, Inexigibilidade nº. 020/2026, Credenciamento Eletrônico nº. 010/2026.

Aviso de licitação, na modalidade CREDENCIAMENTO, do tipo PREÇO FIXADO.

Objeto: **CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS, CANTORES, DUPLAS, BANDAS, GRUPOS MUSICAIS, DJS, LOCUTORES/APRESENTADORES, MESTRES DE CERIMÔNIA E COMPANHIAS OU GRUPOS TEATRAIS, PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS E ESPETÁCULOS TEATRAIS ADULTOS E/OU INFANTIS, DESTINA-DOS AOS EVENTOS PROMOVIDOS E APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE PASSABÉM/MG.**

Abertura/início: 13 de agosto de 2026. A partir das 08:00 horas.
Encerramento: 12 de agosto de 2027. Até às 23:59 horas.

E PARA INFORMAÇÕES E PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO DEVERÁ CONSULTAR A PÁGINA http://www.passabem.mg.gov.br e também na **Plataforma de Licitações Licitar Digital:** www.licitardigital.com.br.

LUCIANO DE SÁ MADUREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ricardo José de Oliveira
Código Identificador:0D99E467

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 007/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 007/2026
Interessada: CPAPS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ nº 10.851.899/0003-71

Trata-se de Processo Administrativo Punitivo instaurado com fundamento nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.553/2025, destinado à apuração de eventual irregularidade na execução contratual referente ao Processo Licitatório nº 73/2025 – Registro de Preços nº 41/2025.
A Comissão Processante, em seu Relatório Final, concluiu pelo arquivamento do Processo Administrativo Punitivo nº 007/2026, por entender que após análise das provas produzidas não terem se mostrado presentes fundamentos probatórios suficientes para recomendar a aplicação de sanção administrativa à empresa CPAPS Importação e Comércio de Equipamentos Médicos Ltda;
Verifica-se que o processo administrativo observou a regular tramitação procedimental, com a devida instauração, instrução processual e notificação da empresa interessada.
Diante disso, acolho as conclusões do Relatório Final da Comissão Processante, pelos seus próprios fundamentos.
Assim, DECIDO:

• Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Punitivo nº 07/2026, nos termos do art. 40, §2º, do Decreto Municipal nº 4.553/2025;
• Determinar a notificação da empresa interessada para ciência da presente decisão;
• Após as providências administrativas cabíveis, arquivem-se os autos.

Publique-se. Cumpra-se.

Patrocínio/MG, 10 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:2D905313

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 4.908 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 4.908 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre suplementação de dotação do orçamento vigente.

Gustavo Tambelini Brasileiro, Prefeito Municipal de Patrocínio-MG, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional SUPLEMENTAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÕES no valor de **R$ 140.845,80 (Cento e quarenta mil oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)**, destinado ao reforço orçamentário das seguintes dotações:

15 DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE PATROCÍNIO
02 SERVIÇO DE ÁGUA

17.512.0176.2.084 MANUTENÇÃO DA UNIDADE – SERVIÇO DE ÁGUA
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica…...…….…….....140.845,80
Fonte de Recursos: 1709

TOTAL 140.845,80

Art. 2º - Os recursos destinados a atenderem as despesas decorrentes da abertura deste crédito, serão os decorrentes da anulação da seguinte dotação:

02 EXECUTIVO
01 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO
09 SEC. MUN. DE OBRAS PÚBLICAS
01 SEC. MUN. DE OBRAS PÚBLICAS E SERV. URBANOS
26 782 0110.3.014 PAVIMENTAÇÃO DA ZONA RURAL
4.4.90.51.00 Obras e Instalações(837).....140.845,80
Fonte de Recursos: 1709

TOTAL ..... …140.845,80

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Patrocínio-MG, 11de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:09BF1E87

PROCURADORIA MUNICIPAL
MINUTA DE TERMO DE FOMENTO - TERMO DE FOMENTO Nº 04/2026

MINUTA DE TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 04/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E O ROTARY CLUBE DE PATROCÍNIO BRUMADO DOS PAVÕES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade de Patrocínio/MG, inscrito no CPF sob o nº 059.458.076-56 e portador da Carteira de Identidade nº MG-11.978.953 SSP/MG, e o **ROTARY CLUBE DE PATROCÍNIO BRUMADO DOS PAVÕES**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.980.640/0001-05, com sede em AV. General Astolfo Ferreira Mendes, nº 2190, bairro São Judas Tadeu, Patrocínio/MG, representado por seu representante legal, **FRANCIS PAULINELY GABRIEL,** brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado em Rua Padre Eustáquio, nº 285, bairro Cidade Jardim, CEP 38.747-100, Patrocínio/MG, inscrito no CPF sob o nº 055.612.836-26 e portador da Carteira de Identidade nº MG-12.591.599 PC/MG, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente do **Ato Justificador de Não Realização de Inexigibilidade de nº 5.157/2026,** tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017 e Lei Municipal nº 5.814, de 24 de julho de 2025, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente Termo de Fomento é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da **OSC,** de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente à **aquisição de cadeiras de rodas e cadeiras de banho para ampliação do acervo do Banco Ortopédico Cláudio Alvarez Garcia, visando seu empréstimo gratuito à população que necessita desses equipamentos,** na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.
As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.01.03.01.04.122.0009.2.010.3.3.50.41.00.00**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO
Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **06 (seis) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:
Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e
de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
O valor total disponibilizado para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento soma a monta de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais),** conforme plano de trabalho aprovado, para os fins condizentes com os objetivos da parceria, sendo o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a cargo do Município e o restante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) referente ao repasse da emenda parlamentar enviada para este fim.
O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em parcela **única**, no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**
4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA
5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:
Banco: Caixa Econômica Federal
Número: 104
Agência nº: 0143
Conta corrente nº: 566644569-0
ROTARY CLUB DE PATROCÍNIO BRUMADO DO PAVÕES

5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.
5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.
5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**

CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS
6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.
6.2 Os bens e direitos adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste Termo de Fomento com recursos

repassados pela administração pública se manterão sob a titularidade da OSC após o término da parceria, observado o disposto no art. 14 da Lei 4.976/2017 quanto a eventual rejeição da prestação de contas e dissolução da entidade durante o curso da parceria.

6.2.1 Caso sejam adquiridos equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, sendo que a assinatura do presente termo formaliza promessa de transferência de sua propriedade à administração pública municipal na hipótese de extinção da entidade.

6.3 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;

publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

analisar e decidir sobre a prestação de contas;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;

prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.

permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;

divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.

Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessário ao cumprimento do Termo de Fomento.
Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.
10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.
10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.
Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.
Na gestão financeira, a **OSC** poderá:
pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.
É vedado a **OSC:**
pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.
É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.
As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.
No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:
designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);
designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);
emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);
realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);
poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);
poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e
poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.
Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).
A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.
A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.
A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.
O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.
O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).
Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.
Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:
extinto por decurso de prazo;
extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou
rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.
Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
malversação de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**

13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.

13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.

13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;

13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:
os resultados já alcançados e seus benefícios;
os impactos econômicos ou sociais;
o grau de satisfação do público-alvo;
a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:

14.1.1 advertência;

14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.

14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar na *internet* e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste Termo de Fomento.

15.2 As informações de que tratam este artigo e o art. 10 deverão incluir, no mínimo:

a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e posters, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;

b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;

c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.

d) identificação em cada equipamento, por meio de etiquetas, plaquetas ou outro meio hábil e permanente, contendo a informação da aquisição por meio de recursos públicos obtidos por intermédio do Município de Patrocínio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.

17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente

acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, 11 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	***FRANCIS PAULINELY GABRIEL***
Prefeito Municipal	Presidente 2026/2027
ALDO CÂNDIDO RORIZ JUNIOR	
Secretário de Administração e Desenvolvimento Econômico	

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:32803A2A

PROCURADORIA MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO - TERMO DE FOMENTO Nº 03/2026

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 03/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E A CASA DA AMIZADE ROTARY CLUB DE PATROCÍNIO BRUMADO DO PAVÕES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.468.033/0001-26, com sede na Av. João Alves do Nascimento, 1452, representado pelo atual Prefeito Municipal **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade de Patrocínio/MG, inscrito no CPF sob o nº 059.458.076-56 e portador da Carteira de Identidade nº MG-11.978.953 SSP/MG, e a **CASA DA AMIZADE ROTARY CLUB DE PATROCÍNIO BRUMADO DO PAVÕES**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.960.416/0001-51, com sede em AV. General Astolfo Ferreira Mendes, nº 2190, bairro São Judas Tadeu, Patrocínio/MG, representado pela sua representante legal, **PATRÍCIA RODRIGUES DE SOUSA,** brasileira, divorciada, dentista, residente e domiciliado em Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº 114, bairro Cidade Jardim, CEP 38.747-074, Patrocínio/MG, inscrito no CPF sob o nº 217.595.668-70 e portador da Carteira de Identidade nº MG-10.051.954 PC/MG, doravante denominada **OSC**.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente do **Ato Justificador de Não Realização de Chamamento Público, Inexigibilidade de nº 5.418/2026,** tendo em vista o que consta do processo de análise e seleção da presente parceria e em observância às disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 4.976, de 21 de dezembro de 2017 e Lei Municipal nº 5.814, de 24 de julho de 2025, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Fomento é a execução, mediante ação conjunta do Município de Patrocínio/MG e da **OSC,** de parceria à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mormente à **aquisição de camas hospitalares, acompanhadas de colchões, destinadas à ampliação do Banco de Camas Hospitalares da Casa da Amizade do Rotary Club de Patrocínio "Brumado dos Pavões",** na forma que especifica o plano de trabalho anexo, que lhe é parte integrante e indissociável, previamente analisado e aprovado pela Comissão de Seleção das parcerias.

As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **02.01.03.01.04.122.0109.2.010.3.3.50.41.00.00**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nele contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **06 (seis) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e

de ofício, por iniciativa da Administração Pública, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento será disponibilizado o valor total de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, sendo **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)** provenientes de emenda parlamentar e **R$ 10.000,00 (dez mil reais)** oriundos de repasse municipal, destinados à Casa da Amizade do Rotary Club de Patrocínio Brumado dos Pavões.

O repasse do valor previsto na presente Cláusula será efetuado em parcela **única**, no valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

4.3 A liberação dos recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

5.1 Fica expressamente estipulada a seguinte conta bancária específica para a destinação e movimentação dos recursos financeiros advindos desta parceria:

Banco: Caixa Econômica Federal
Número: 104
Agência nº: 0143
Conta corrente nº: 566615338-9
CASA DA AMIZADE DO ROTARY CLUB DE PATROCÍNIO BRUMADO DOS PAVÕES

5.2 Os recursos financeiros recebidos em razão deste Termo de Fomento deverão ser movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à sua execução.

5.3 É vedada a utilização da conta para finalidade diversa da prevista neste ajuste.

5.4 Eventuais rendimentos financeiros obtidos deverão ser aplicados integralmente no objeto do Termo, mediante comprovação em prestação de contas**.**

CLÁUSULA SEXTA – DA TITULARIDADE DE BENS E DIREITOS REMANESCENTES E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, a Organização da Sociedade Civil se obriga a restituir ao Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.

6.2 Os bens e direitos adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste Termo de Fomento com recursos repassados pela administração pública se manterão sob a titularidade da OSC após o termino da parceria, observado o disposto no art. 14 da Lei 4.976/2017 quanto a eventual rejeição da prestação de contas e dissolução da entidade durante o curso da parceria.

6.2.1 Caso sejam adquiridos equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, sendo que a assinatura do presente termo formaliza promessa de transferência de sua propriedade à administração pública municipal na hipótese de extinção da entidade.

6.3 O não atendimento ao disposto nesta cláusula ensejará a instauração de tomada de contas especial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos na forma da cláusula sexta, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

prestar o apoio necessário e indispensável a **OSC** para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados;

comunicar a **OSC** quaisquer irregularidades, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar osrelatórios de execução do objeto e de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, ou mesmo transferi-las, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso;

publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar a **OSC** de atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

analisar e decidir sobre a prestação de contas;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

executar o plano de trabalho aprovado com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, sendo vedado à **OSC** utilizar os recursos provenientes da presente parceria para finalidade alheia ao seu objeto;

prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

responsabilizar-se com exclusividade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme art. 42, inciso XIX, da Lei 13.019/2014.

permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas quanto à execução do Termo de Fomento;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;

divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da **OSC** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.

Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela **OSC** e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços necessários ao cumprimento do Termo de Fomento.

Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverámanter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

10.2.1 A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.
10.2.2 Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira, quando for o caso.
Os pagamentos deverão ser realizados mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final.
Na gestão financeira, a **OSC** poderá:
pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.
É vedado a **OSC:**
pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
contratar, para prestação deserviços,servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Patrocínio, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.
É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.
As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.
No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:
designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);
designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);
emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);
realizará visita técnicain locopara subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em queesta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela **OSC**, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);
poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);
poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e
poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.
Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 61, IV, da Lei n° 13.019/2014).
A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.3.2, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.
A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução da parceria por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.
A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.
O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.
O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).
Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal.
Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:
extinto por decurso de prazo;
extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes na hipótese de desistência da parceria, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014; ou
rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe em prazo não inferior à 60 (sessenta) dias, conforme art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2014.
Será cabível a rescisão, na forma do item 12.1.4, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
malversação de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da **OSC** o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da **OSC**, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de **até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.**

13.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

13.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

13.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

13.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

A análise da prestação de contas considerará a verdade real e os resultados alcançados.

13.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.

13.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

13.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

13.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

13.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

13.4.1 relatório de visita técnicain locoeventualmente realizada durante a execução da parceria;

13.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

13.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

13.6 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:

os resultados já alcançados e seus benefícios;

os impactos econômicos ou sociais;

o grau de satisfação do público-alvo;

a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **OSC** as seguintes sanções:

14.1.1 advertência;

14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.

14.2 As sanções estabelecidas nos incisos 14.1.2 e 14.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

14.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

14.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

15.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar na *internet* e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste Termo de Fomento.

15.2 As informações de que tratam este artigo e o art. 10 deverão incluir, no mínimo:

a) instrumentos de visibilidade ampla, tais quais banners, placas e posters, a serem fixados na sede da instituição e nos estabelecimentos em que exerça suas ações e confeccionados conforme orientações oficiais da Administração Municipal;

b) posts, publicações e notícias de autoria da OSC em suas redes sociais e, em havendo, sítio eletrônico próprios;

c) disponibilização de documentos referentes à parceria, incluso o presente termo e o plano de trabalho anexo, em sua sede e estabelecimentos onde exerça suas ações.

d) identificação em cada equipamento, por meio de etiquetas, plaquetas ou outro meio hábil e permanente, contendo a informação da aquisição por meio de recursos públicos obtidos por intermédio do Município de Patrocínio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1 Será competentepara dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Patrocínio/MG.

17.2 Antes que se opte pela via judicial para resolução de qualquer lide atinente à celebração desta parceria, as partes expressamente acordam e estabelecem a obrigatoriedade de se submeterem à prévia tentativa de solução administrativa, com a participação obrigatória da Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 42, inciso XVII, da Lei 13.019/2014.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patrocínio/MG, [data].

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO	***PATRÍCIA RODRIGUES DE SOUSA***
Prefeito Municipal	Presidente 2026/2027
ALDO CÂNDIDO RORIZ JUNIOR	
Secretário de Administração e Desenvolvimento Econômico	

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:D8A6150E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 160/2026
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL Nº: 5/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 160/2026
Modalidade: Concorrência Pública
Edital nº: 5/2026
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE PATROCÍNIO/MG, CONFORME PROJETO EXECUTIVO.

A Prefeitura Municipal de Patrocinio torna público que no **dia 23 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará processo licitatório na Modalidade Concorrência Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: *licitacao@patrocinio.mg.gov.br*, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/ .

Patrocínio/MG, 12 de agosto de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:36A2B3B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO Nº: 136/2026
MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 91/2026

EXTRATO DO CONTRATO

Processo nº: 136/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 91/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE APOSTILAS PEDAGÓGICAS DESTINADAS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Partes: Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG e empresa SERRANA GRÁFICA E EDITORA LTDA, com CNPJ sob o nº 01.407.871/0001-97, no valor global de R$ 190.206,30 (cento e noventa mil, duzentos e seis reais e trinta centavos). Vigência: 12 meses. Data: 05 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:4567DF1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO Nº: 161/2026
MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 110/2026

EXTRATO DO CONTRATO

Processo nº: 161/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 110/2026
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÕES PERIÓDICAS DE GARANTIA DA MARCA VOLKSWAGEN, MODELO SAVEIRO CD EXTREME MF, ANO/MODELO 2026/2027, PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PREFIXOS C-568, PLACA TZJ-5A45; C-569, PLACA TZJ-5A52; C-570, PLACA TZL-6A58; C-571, PLACA TZL-6A65; E C-572, PLACA TZS-6B33, DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Partes: Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG e a empresa MOTO MINAS LTDA, com CNPJ sob o nº 17.840.299/0001-95, no valor global de R$ 90.100,00 (noventa mil e cem reais). Vigência: 12 meses. Data: 04 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:28016063

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº: 136/2026 MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 91/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo nº: 136/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 91/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE APOSTILAS PEDAGÓGICAS DESTINADAS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Adjudico e homologo o procedimento da Licitação nº 136/2026 a favor da empresa: SERRANA GRÁFICA E EDITORA LTDA, com CNPJ sob o nº 01.407.871/0001-97, no valor global de R$ 190.206,30 (cento e noventa mil, duzentos e seis reais e trinta centavos), nos termos e condições do julgamento efetuado pela Comissão de Licitação desta Prefeitura, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Patrocínio/MG, 5 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:863AE9BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº: 161/2026 MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 110/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo nº: 161/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 110/2026
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÕES PERIÓDICAS DE GARANTIA DA MARCA VOLKSWAGEN, MODELO SAVEIRO CD EXTREME MF, ANO/MODELO 2026/2027, PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PREFIXOS C-568, PLACA TZJ-5A45; C-569, PLACA TZJ-5A52; C-570, PLACA TZL-6A58; C-571, PLACA TZL-6A65; E C-572, PLACA TZS-6B33, DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Adjudico e homologo o procedimento da Licitação nº 161/2026 a favor da empresa: MOTO MINAS LTDA, com CNPJ sob o nº 17.840.299/0001-95, no valor global de R$ 90.100,00 (noventa mil e cem reais), nos termos e condições do julgamento efetuado pela Comissão de Licitação desta Prefeitura, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Patrocínio-MG, 4 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:A962B915

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 131/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 87/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS
Processo nº: 131/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 87/2026
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES EM PÓ E DIETAS INDUSTRIALIZADAS PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS, CADASTRADOS NO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA NUTRICIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Adjudico, homologo e registro o procedimento da Licitação nº 131/2026 a favor das empresas: BATUTA DISTRIBUIDORA LTDA, com CNPJ sob o nº 45.757.571/0001-03 no valor global de R$ 97.996,00 (noventa e sete mil, novecentos e noventa e seis reais) , HOSPCLEAN COMÉRCIO LTDA, com CNPJ sob o nº 50.850.407/0001-86, no valor global de R$ 831.780,20 (oitocentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta reais e vinte centavos), INOVALAB DO BRASIL LTDA, com CNPJ sob o nº 60.698.771/0001-26, no valor global de R$ 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais), JL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, com CNPJ sob o nº 57.790.597/0001-32, no valor global de R$ 85.800,00 (oitenta e cinco mil e oitocentos reais), MEDIPLUS PRODUTOS HOSPITALARES E NUTRICIONAIS LTDA, com CNPJ sob o nº 29.504.519/0001-99, no valor global de R$ 174.083,76 (cento e setenta e quatro mil, oitenta e três reais e setenta e seis centavos), PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA, com CNPJ sob o nº 08.183.359/0001-53, no valor global de R$ 374.625,00 (trezentos e setenta e quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais), TMG PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, com CNPJ sob o nº 49.823.063/0001-37, no valor global de R$ 37.100,00 (trinta e sete mil e cem reais), UBER MÉDICA E HOSPITALAR LTDA ME, com CNPJ sob o nº 05.593.067/0001-99, no valor global de R$ 499.052,41 (quatrocentos e noventa e nove mil, cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), nos termos e condições do julgamento efetuado pela Comissão de Licitação desta Prefeitura, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Patrocínio/MG, 5 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:BD580E4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 156/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 106/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 156/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 106/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE SERRALHERIA PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Adjudico, homologo e registro o procedimento da Licitação nº 156/2026 a favor das empresas: CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, com CNPJ sob o n° 86.575.904/0001-21, no valor global de R$ 707,60 (setecentos e sete reais e sessenta centavos), MATEUS SHIMADA SOARES FERRAGISTA EIRELI, com CNPJ sob o n° 30.545.591/0001-43, no valor global de R$ 38.027,10 (trinta e oito mil, vinte e sete reais e dez centavos), PATROMETAL LTDA ME com CNPJ sob o n° 02.019.741/0001-40, no valor global de R$ 46.831,60 (quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos), TELAFER COMERCIO DE TELAS E FERRAGENS LTDA com CNPJ sob o n° 34.494.141/0001-06, no valor global de R$ 13.968,00 (treze mil, novecentos e sessenta e oito reais) e VANTUTA FERRAGENS LTDA, com CNPJ sob o nº 66.021.891/0001-70, no valor global de R$ 420.401,00 (quatrocentos e vinte mil, quatrocentos e um reais), nos termos e condições do julgamento efetuado pela Comissão de Licitação desta Prefeitura, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Patrocínio/MG, 5 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:F58D9CA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 157/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 107/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 157/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 107/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE MARCENARIA PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Adjudico, homologo e registro o procedimento da Licitação nº 157/2026 a favor das empresas: HIGOR SILVA CANEDO 12746516624 com CNPJ Sob o n° 28.915.430/0001-52 no valor global de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), IMPÉRIO MDF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA com CNPJ Sob o n° 02.815.283/0001-55 no valor global de R$ 9.419,50 (nove mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta centavos) e MATEUS SHIMADA SOARES FERRAGISTA EIRELI, com CNPJ sob o nº 30.545.591/0001-43, no valor global de R$ 28.002,50 (vinte e oito mil e dois reais e cinquenta centavos), nos termos e condições do julgamento efetuado pela Comissão de Licitação desta Prefeitura, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Patrocínio/MG, 04 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:7CD7D914

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 33° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2025

A PREFEITURA DE PEDRA AZUL/MG torna-se publica o **33° Termo Aditivo de acréscimo** ao contrato **Nº 016/2025** que vigorara do dia **11/08/2026 a 11/09/2026**, respaldado pelo resultado do **PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº **016/2025**, **INEXIGIBILIDADE 006/2025**, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE QUE CONTEMPLA A ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DO MUNICÍPIO DE PEDRA AZUL A SEREM PRESTADOS PELO CONTRATADO, VISANDO A GARANTIA DA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS USUÁRIOS,** empresa: **HOSPITAL ESTER FARIA DE ALMEIDA**, **CNPJ n° 23.430.945/00001-49,** valor do contrato **R$ 214.174,57 (duzentos e quatorze mil cento e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)**

Publique-se:

Publicado por:
Renato Dias de Melo
Código Identificador:5E6CA738

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 073/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA/MG – AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Nº 073/2026 - Pregão Eletrônico n° 043/2026. Tipo menor preço por item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos esportivos em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de cultura, turismo, esportes e lazer da Prefeitura Municipal de Pedra do Anta/MG. A data de início e abertura será 25/08/2026 às 08:00h no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. O edital e seus anexos estão disponíveis nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.pedradoanta.mg.gov.br -

Pedra do Anta, 12/08/2026.

MICHELLY CRISTINA DA SILVA –
Pregoeira.

Publicado por:
Michelly Cristina
Código Identificador:EBF84140

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DELIBERATIVO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PONTE NOVA 26/01/2026

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro de 2026, o Conselho Municipal Deliberativo de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova (CMDPCN-PN), realizou reunião extraordinária para tratar do seguinte assunto:**Item 1. Parecer Técnico sobre Transporte no Centro Histórico** Matheus de Oliveira apresentou um parecer técnico ao conselho referente a uma cláusula do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que exigia a substituição de ônibus por micro-ônibus na linha Vale Verde-Primeiro de Maio. Matheus de Oliveira expressou sua discordância com a medida e argumentou que a substituição não traria alteração na preservação do patrimônio, pois esta linha passa pelos mesmos locais que as outras linhas, causando trepidação e danos da mesma forma. Além disso, destacou que a linha Vale Verde-Primeiro de Maio atende alunos do Polivalente e tem uma demanda muito alta, e a substituição causaria transtornos. Os conselheiros presentes concordaram com a lógica do parecer, já que não é possível mudar os outros ônibus e autorizaram o envio do parecer ao Ministério Público. **Item 2. Proposta de Legislação de Educação Patrimonial** O conselho discutiu a cláusula do TAC que solicitava um projeto de lei ou decreto para regulamentar a educação patrimonial. Matheus de Oliveira apresentou uma proposta de projeto de lei que institui a política municipal de educação patrimonial de Ponte Nova, consolidando as ações já realizadas anualmente pela Secretaria de Cultura para cumprir as exigências do Ministério Público. Os conselheiros presentes concordaram com a proposta, visando cumprir os dispositivos do TAC e garantir o resguardo legal. **Item 3. Ações Judiciais contra Proprietários de Imóveis Tombados:** Matheus de Oliveira informou que a prefeitura encaminhará ao Ministério Público documentação sobre o estado da Fazenda Santa Helena (Fazenda Vau Açu), um bem tombado, devido à falta de conservação, com o objetivo de iniciar uma ação civil contra os proprietários. O mesmo procedimento será adotado para um imóvel na Cantidio Drummond, n°21, que esgotou as possibilidades de diálogo administrativo após notificação e multa sem ações de reparo. Elidio sugeriu que, para o imóvel da Cantil Drummond, é importante seguir todos os trâmites legais, como a aplicação de multas, mesmo que os valores não façam diferença para os proprietários. Após discussão, os conselheiros presentes aprovaram o envio das denúncias ao Ministério Público. Item
4. Caso de Desabamento Parcial na Casa da Família Pinto Poeiro Matheus de Oliveira reportou o desabamento parcial de uma parede no térreo do imóvel tombado conhecido como Casa da Família Pinto Coelho devido às chuvas, o que resultou na evacuação dos moradores pela Defesa Civil. A Defesa Civil solicitou escoramento e limpeza emergencial. Matheus de Oliveira informou que este caso será encaminhado ao Ministério Público para resguardar o conselho, já que as tentativas administrativas de fiscalização e acompanhamento foram feitas ao longo dos anos. Elidio questionou se o poder público tem a obrigação de realizar o escoramento emergencial, e Matheus de Oliveira respondeu que, devido à burocracia, seria muito difícil e que

a responsabilidade deveria ser dos proprietários, que já estavam cientes da fragilidade do imóvel. Após discussão, os conselheiros presentes aprovaram o envio das denúncias ao Ministério Público. **Item 5**. **Edital do Fundo de Patrimônio 2026**: Matheus de Oliveira anunciou que o edital do Fundo de Patrimônio será lançado, mantendo a estrutura de R$ 100.000 para 10 projetos de educação patrimonial e salvaguarda, com R$ 10.000 para cada um. A principal mudança deste ano é que todas as ações e lançamentos de produtos deverão ocorrer durante a Semana do Patrimônio, de 17 a 21 de agosto, para dar maior visibilidade ao trabalho do conselho . O edital incluirá duas novas categorias para ações específicas em comemoração aos 100 anos da Matriz e aos 100 anos da instalação da Central do Brasil em Ponte Nova.Lucas Mourão Gonçalves e Roger manifestaram-se a favor da ideia de concentrar os produtos finais e ações na Semana do Patrimônio. **Item 6**. **Novidades na Secretaria de Cultura e Arquivo Público** Matheus de Oliveira mencionou que ele e Elídio, do Arquivo Público, estão esperando o novo convênio com a UFV para definir o valor total de investimento para as ações. Além disso, houve a contratação de estagiários para o Arquivo Público, com previsão de início para a próxima semana, para dar continuidade às ações com o acervo tombado . Nada mais a se tratar, a reunião foi encerrada e esta ata foi lavrada por mim, Matheus de Oliveira. **Matheus de Oliveira , Camila Monteiro Tavares Sotero , Fábio Cremonezi , Elídio Filho , Roger Xavier .**

Publicado por:
Camila Monteiro Tavares Sotero
Código Identificador:FAA36FEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DELIBERATIVO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PONTE NOVA 28/04/2026

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2026, o Conselho Municipal Deliberativo de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova (CMDPCN-PN), realizou reunião ordinária para tratar do seguinte assunto: 1. **Discussão e Aprovação do Projeto Fazenda Santa Helena**: O projeto da Fazenda Santa Helena, que já havia sido avaliado e aprovado pelo arquiteto Fábio, foi posto em votação para aprovação formal. O projeto consiste em uma reforma estrutural da edificação, incluindo telhado, esquadrias, portas e janelas, sem alterações na fachada ou nas paredes. Após a provocação do Ministério Público, os responsáveis apresentaram um cronograma de execução da obra que se estenderá até 2027, e o conselho tem a responsabilidade de aprovar e, posteriormente, fiscalizar a execução do projeto, inclusive junto ao promotor. 2. **Organização para Fiscalização do Projeto Fazenda Santa Helena**: Foi sugerida a criação de uma comissão de conselheiros para acompanhar a fiscalização do projeto da Fazenda Santa Helena, além da participação do arquiteto Fábio. A proposta é que a aprovação do projeto seja imediata, e a seleção da comissão seja feita posteriormente, buscando a participação de conselheiros que não sejam da prefeitura para maior respaldo. O projeto foi aprovado pelos presentes. 3. **Atualizações sobre Obras no Centro Histórico e Prazos do Ministério Público**: Foi fornecida uma atualização sobre o imóvel na rua Cantidio do Drummond, onde as obras de telhado e esquadrias (janelas) estão sendo finalizadas, e uma vistoria será agendada antes do envio ao Ministério Público. A residência da família Pinto Coelho, localizada perto do fórum, não apresentou movimentação de obras, mas ainda está dentro do prazo de 45 dias estabelecido, após o qual o Ministério Público será acionado novamente para verificar a decisão do promotor.
4. **Plano de Aplicação do Fundo e Eventos de Capacitação**: O plano de aplicação do fundo foi detalhado, mencionando que R$ 100.000,00 já foram investidos em projetos do edital de patrimônio, cujas atividades ocorrerão durante a Semana do Patrimônio. Estão previstos um evento "Rock do HG" em maio e a contratação de palestras com doutores, muitos deles externos, para a organização de um seminário na Semana do Patrimônio, visando a capacitação. Recursos adicionais do fundo podem ser necessários para custear

a infraestrutura dos eventos, como som, tendas e lanche. 5. **Participação em Seminários e Autorização de Uso de Recursos do Fundo**: Foi solicitada autorização para utilizar recursos do Fundo para custear a diária de participação em um seminário internacional de políticas culturais no Rio de Janeiro, em maio, onde serão apresentados os trabalhos da secretaria, incluindo o processo de tombamento do Hotel Glória. Elídio apresentou uma proposta de visita ao arquivo público municipal de Ouro Preto, alinhada com a capacitação e a salvaguarda do patrimônio arquivístico, para a qual também buscam a aprovação para uso de recursos do fundo. Esta ação faz parte da organização de um evento específico para a salvaguarda do patrimônio arquivístico durante a Semana dos Arquivos, e também inclui a participação no Congresso Nacional de Arquivos em Brasília.
6. **Andamento do Projeto de Restauração do Pontilhão**: O arquiteto Fábio está finalizando a planilha de custos do projeto do Pontilhão, que é um projeto de alto custo, estimado em quase 3 milhões de reais, e que exigirá recursos adicionais além dos disponíveis no Fundo de Patrimônio. O projeto contempla limpeza, lixamento, pintura, troca do guarda-corpo por um mais vazado e iluminação, e aproveitará o projeto de iluminação já contratado. A iluminação permitirá que o Pontilhão contemple campanhas institucionais mensais, como Outubro Rosa e Novembro Azul. 7. **Revitalização do Centro Histórico e Próximos Passos**: Foi discutido o plano de revitalização do centro histórico, que inclui a resolução da pendência da troca de placas de comércios . O plano está sendo desenvolvido para incluir arborização e o uso de inteligência artificial para visualmente demonstrar aos comerciantes o aspecto de suas fachadas sem as placas. Também está bem adiantado o projeto arquitetônico das duas praças centrais, que foi segurado para dar prioridade ao Hotel Glória e, mais recentemente, ao Pontilhão. O plano geral de revitalização será construído com foco no custo detalhado e será apresentado para aprovação após a finalização das planilhas do Pontilhão. 8. **Apoio a Eventos da Consciência Negra e Finalização da Reunião**: Na aplicação dos recursos do Fundo, foi mencionado o apoio aos pedidos das associações e do Conselho de Promoção de Igualdade Racial para eventos relacionados à Consciência Negra, no mês de novembro. Será montada uma tabela de custos para ser enviada ao grupo e registrada em ata, com o objetivo de apoiar financeiramente esses eventos. Nada mais a se tratar, a reunião foi encerrada e esta ata foi lavrada por mim, Matheus de Oliveira.

MATHEUS DE OLIVEIRA ,

CAMILA MONTEIRO TAVARES SOTERO ,

FÁBIO CREMONEZI , ELÍDIO FILHO ,

BALTAZAR VENTURA ,

MAYRA COUTO ,

RENATA GOMES .

Publicado por:
Camila Monteiro Tavares Sotero
Código Identificador:9B8A1FC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Cultura. Os trabalhos foram abertos com a presença dos conselheiros Roger Xavier e José Sérgio. Na ocasião, Matheus de Oliveira manifestou preocupação com a baixa participação registrada na data, mas deliberou pelo prosseguimento das atividades em respeito aos membros presentes. Como informe inicial de comunicação para ampliar o engajamento e a participação no colegiado, Matheus de Oliveira informou que acionará José Sérgio ao grupo oficial do Conselho de Cultura, preenchendo a vaga deixada por Jader, que havia saído do conselho. A expectativa é que o envio constante e organizado de informações seja somente uma maior cooperação entre os membros. O objetivo central da pauta foi estabelecimento do cronograma de lançamentos para os próximos editais fomentados pela Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e por recursos próprios do Fundo Municipal de Cultura, devido ao expressivo volume de certames a Serem publicados. estratégia aprovada consiste em lançar primeiramente o edital do Fundo

Municipal de Cultura e, posteriormente, os editais da PNAB. Essa medida visa evitar a sobreposição de prazos e a consequente confusão de projetos ou perda de informações por parte dos proponentes, sendo esta uma lição aprendida com a execução anterior da Lei Paulo Gustavo. Em relação aos prazos e recursos do Fundo Municipal de Cultura, ficou definido que o edital correspondente deverá ser lançado no final de abril. A plenária debateu a distribuição do montante total de R$70.000,00 disponível no fundo, com o intuito de dividi-lo em projetos de diferentes valores para contemplar o maior número possível de pessoas. Como referência para o planejamento, relembrou-se que, no ano anterior, o valor total foi dividido em dois projetos de R$20.000,00 e dois de R$15.000,00. Quanto aos editais da PNAB, a previsão é que o lançamento ocorra em julho, o que permitirá que os projetos tenham um prazo de execução de dez meses a um ano, transpassando o período de troca de governo. Matheus de Oliveira informou que as minutas estão praticamente prontas, restando apenas revisões para ajustes financeiros. Os recursos da PNAB serão distribuídos em três editais específicos: um voltado para projetos gerais, um para oficinas e um focado na Cultura Viva. O edital da Cultura Viva consistirá em uma premiação direcionada a Organizações da Sociedade Civil (OSCs), prevendo a concessão de 10 prêmios no valor de R$13.000,00 cada. Para o edital de projetos gerais, haverá categorias destinadas a propostas executadas normalmente e outras específicas para proponentes situados em zonas rurais ou bairros periféricos. Serão mantidos os critérios de cotas, incluindo pontuação diferenciada para pessoas com deficiência (PCD) e a comunidade LGBT, visto que a cota para negros e pardos é a única que historicamente se consegue contemplar de forma integral devido ao volume orgânico de projetos inscritos. No tocante às regras de inscrição e critérios éticos, Roger Xavier levantou uma preocupação sobre a possibilidade de um mesmo proponente se inscrever em um edital tanto como Pessoa Física quanto como Pessoa Jurídica, na condição de Microempreendedor Individual (MEI), o que geraria uma duplicidade de inscrições considerada antiética. Em resposta, Matheus de Oliveira concordou com a viabilidade de inserir uma cláusula restritiva para barrar inscrições

duplicadas de MEI vinculadas ao mesmo CPF. Conptudo, ressaltou que a vedação se torna mais complexa caso a pessoa figure apenas no quadro de dirigentes de uma associação sem ser a responsável legal direta, situação que demandaria um controle de cargos mais robusto por parte da administração. No que tange aos critérios de avaliação e relevância social, José Sérgio destacou a importância de priorizar projetos que tragam impactos reais para a sociedade, citando as experiências positivas anteriores de ações desenvolvidas na zona rural e ○ projeto de patrimônio cultural em escolas estaduais, localidades onde há grande carência de informação Complementando debate, Matheus de Oliveira sugeriu que OS critérios de avaliação técnica precisam ser aprimorados e mais bem definidos no edital, uma vez que a análise é realizada por pareceristas externos que se baseiam estritamente no que está redigido no corpo do projeto. Como deliberação voltada ao aprimoramento da prestação de contas, foi observada a necessidade de otimizar o processo fiscalizatório, dado histórico de proponentes que ficaram em falta no passado. Para melhorar o controle e assegurar a transparência, determinou-se que todos os editais futuros exigirão, obrigatoriamente, que a prestação de contas seja protocolada de forma online via Idoc, no site oficial da prefeitura, permitindo que tanto a administração municipal quanto os proponentes acompanhem o andamento dos processos. Ao final, ficou acordado que será elaborado um calendário oficial contendo as datas de lançamento e prazos de execução ajustados, o qual será enviado ao grupo do Conselho de Cultura para garantir a ampla ciência de todos. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião.

Publicado por:
Camila Monteiro Tavares Sotero
Código Identificador:85EA9DED

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DELIBERATIVO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PONTE NOVA 23/06/2026

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2026, o Conselho Municipal Deliberativo de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova (CMDPCN-PN) realizou reunião ordinária para tratar dos seguintes assuntos: **Item 1. Aprovação do Projeto de Reforma do Pontilhão de Ferro**: Fábio Cremonezi apresentou o projeto arquitetônico para a reforma do Pontilhão de Ferro, que inclui pintura, substituição do guarda-corpo por um modelo vazado para melhorar a estética e a segurança durante enchentes, além da instalação de iluminação cênica e troca de dormentes. O projeto já está pronto para licitação e possui um orçamento estimado de 1,5 milhão de reais, sendo 900 mil reais provenientes do fundo de patrimônio e o restante de recursos próprios da prefeitura. O prazo de execução previsto é de 7 meses, embora possa sofrer alterações. Após análise o projeto foi aprovado pelos conselheiros presentes. Item 2. **Continuidade do Convênio com a Universidade Federal de Viçosa**: Elídio, responsável Arquivo Público, propôs a renovação do convênio com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), abrangendo um período de 24 meses. Esta ação visa organizar e catalogar o arquivo histórico, expandindo o trabalho para uma vertente de pesquisa em parceria com o Departamento de Entomologia da UFV, focando na análise do estado de conservação dos documentos e na criação de protocolos para controle de umidade e eliminação de pragas. O projeto, com custo total de 134.381,00 reais, também incluirá a aplicação de metodologias de etnografia historiográfica e a continuidade da digitalização do acervo para facilitar o acesso público. Após análise o projeto foi aprovado pelos conselheiros presentes. Item 3. **Convite para Inauguração da Fachada da Prefeitura**: Matheus de Oliveira informou que o prefeito Dr. Milton convidou o Conselho de Patrimônio para a inauguração da fachada do prédio da prefeitura, localizado no centro histórico. O evento está agendado para o dia 2 de julho, às 17h, marcando o início de uma série de obras de revitalização na região central da cidade. Item 4. **Desapropriação do Cemitério dos Escravizados**: Matheus de Oliveira relatou o progresso na desapropriação do cemitério dos escravizados, uma pauta iniciada pelo Conselho de Promoção à Igualdade Racial com o apoio da sociedade civil. O prefeito Dr. Milton já obteve os três orçamentos necessários para o processo, o que é considerado um passo fundamental para viabilizar ações de manutenção, limpeza e zeladoria, superando as limitações impostas por estar localizado em um terreno privado. Item 5. **Demolição de Imóvel na Copacabana**: Matheus de Oliveira discutiu o pedido de demolição de um imóvel em Copacabana, que foi danificado por um incêndio. O conselho inicialmente buscou uma compensação dos proprietários, mas identificou que o imóvel é classificado como nível 3 no inventário, o que, conforme o dossiê de tombamento do centro histórico e a legislação vigente, não oferece respaldo jurídico para exigir tal compensação. Além disso, laudos da Defesa Civil recomendam a demolição por motivos de segurança, e foi constatado que o incêndio não foi causado pelos proprietários. Portanto, o conselho procederá com a atualização da ficha de inventário e continuará trabalhando no aprimoramento da legislação para casos futuros. Sendo a demolição aprovada pelos conselheiros presentes. Nada mais a se tratar, a reunião foi encerrada e esta ata foi lavrada por mim, Matheus de Oliveira. **Matheus de Oliveira , Camila Monteiro Tavares Sotero , Baltazar Mateus Ventura , Mayra Couto Lopes Fábio Cremonezi , Elídio Filho , Roger Xavier , Renata Gomes .**

Publicado por:
Camila Monteiro Tavares Sotero
Código Identificador:1DE72BD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE LICITAÇÃO. PRC Nº 230/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA - MG. Aviso de Licitação. PRC Nº 230/2026 - Pregão Eletrônico Nº 069/2026 - A Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando a licitação, Pregão na forma eletrônica, conforme a seguir:
PROCESSO Nº 230/2026 – Pregão Eletrônico Nº 069/2026 – Data: 27/08/2026 às 09:00hs. SRP para Futura e eventual Aquisição de Pneus e Correlatos.

JÚLIO PIRES MONTEIRO.
(Pregoeiro).

Informações gerais e obtenção dos Editais pelo telefone: [31] 3819-5454, ramais 1045/1046/1047/1048, no horário de 12h00 às 18h00. Obtenção da integra dos Editais à Avenida Caetano Marinho, 306 - Centro, Ponte Nova - MG, CEP 35.430-001, no endereço www.pontenova.mg.gov.br e no https://licitar.digital.

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:35423808

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14921

DECRETO Nº 14.921/2026

Ato de Aposentadoria.

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica convalidado o Ato de Aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social da Servidora Maria Lucia Serafim, no cargo de Auxiliar Geral de Conservação de Vias Permanentes.
Art. 2º Por força do que dispõe o art. 1º, fica a funcionária supracitada desligada do Quadro Permanente dos Servidores Municipais.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.
Art. 4º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova, 11 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:BBC1DC3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.
PROCESSO Nº: 212/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 065/2026

Extrato de Atas de Registro de Preços. Processo Nº: 212/2026 – Pregão Eletrônico 065/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática. Contratadas: Ata de Registro de Preços Nº 241/2026, OFICCYNA SOLUÇOES LTDA, CNPJ: 04.782.675/0001-90. Valor total: R$ 47,10 (quarenta e sete reais e dez centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:D8E60049

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 185/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 008/2026.

Extrato de Contrato – Processo Licitatório 185/2026 - Concorrência Nº 008/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de Contrato, referente ao Processo Licitatório nº 185/2026 - Concorrência Nº 008/2026, cujo objeto é construção de pórtico de entrada do município de Ponte Nova, sendo contratada a empresa: TOWERS ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 14.272.475/0001-41, no valor de R$ 628.460,45 (seiscentos e vinte e oito mil e quatrocentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:B9F90292

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO - EMENDA IMPOSITIVA 2026 - ACOSAA "PROJETO COSMOS - FUTEBOL, CIDADANIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL"

Extrato do Termo de Fomento n° 044/2026. TERMO DE FOMENTO N° 044/2026, decorrente do procedimento administrativo n° 016/20246 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG e a organização da sociedade civil Associação Comunitária do Bairro Santo Antônio II e Adjacentes. Objeto: Transferir recursos originado de emenda orçamentária impositiva no valor de R$ R$7.000,00 (sete mil reais), destinados ao desenvolvimento do projeto social "Cosmos ACOSAA - Futebol, Cidadania Transformação Social". A íntegra do Termo de Fomento n° 16/2026 estará disponível para qualquer interessado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ponte Nova e no endereço eletrônico www.pontenova.mg.gov.br.

Ponte Nova, 12 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaciane da Cunha
Código Identificador:E18DF98A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2026
PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE POUSO ALTO/MG E CLUBE BELA VISTA LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO – MG
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2026
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2026
PARTÍCIPES: Município de Pouso Alto/MG e Clube Bela Vista LTDA – CNPJ nº 68.258.164/0001-57.
OBJETO: Consecução de finalidade de interesse público e recíproco mediante a realização conjunta do evento "2ª Corrida de Motocross de Pouso Alto", agendado para os dias 19 e 20 de setembro de 2026, com foco na promoção do desporto municipal, fomento ao turismo e lazer à população local e regional, sem transferência de recursos financeiros públicos.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 184 da Lei Federal nº 14.133/2021; Decreto Federal nº 11.531/2023; Decreto Federal nº 8.726/2016; e, subsidiariamente, art. 31, caput, da Lei Federal nº 13.019/2014 e Pareceres nº 00001/2021/CNCIC/CGU/AGU e nº 00047/2024/CGPE-EST/SCGP/CGU/AGU.
JUSTIFICATIVA SUMÁRIA: O Acordo de Cooperação Técnica constitui instrumento formal de cooperação a título gratuito, em regime de mútua colaboração, sem repasse de verbas públicas ou doação de bens. A inexigibilidade do chamamento público decorre da inviabilidade de competição no âmbito municipal, tendo em vista que a parceira privada proponente detém comprovada experiência prévia, capacidade técnica e operacional, além de ser a única entidade no Município de Pouso Alto dotada da infraestrutura física específica (pista de motocross e instalações correlatas) indispensável à realização do evento esportivo de interesse público.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação à presente justificativa, contados da data desta publicação, nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014.

Pouso Alto/MG, 13 de agosto de 2026.

GIANLUCA RUSSANO NERI -
Presidente da Comissão de Seleção / Gestor do ACT

Publicado por:
Janaina Soares Fonseca
Código Identificador:BE3677DA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
DECRETO Nº 5.177, DE 31 DE JULHO DE 2026

Ratifica Aposentadoria por Tempo de Serviço do Professor e declara vago o cargo de Professora Municipal I Ensino Superior de sua ocupante e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Prados, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o inciso IX do art. 92 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão da Aposentadoria por Tempo de Serviço do Professor pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS à servidora Marilena de Lourdes Costa Ladeira, conforme Carta de Concessão protocolada;
DECRETA:
Art. 1º - Fica ratificada a Aposentadoria por Tempo de Serviço do Professor concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à servidora MARILENA DE LOURDES COSTA LADEIRA, matrícula 0000165 ocupante do cargo efetivo de Professora Municipal I Ensino Superior.

Art. 2º - Fica declarado vago a partir desta data, o cargo de provimento efetivo de Professora Municipal I Ensino Superior em virtude da aposentadoria por tempo de serviço do professor da referida servidora.

Art. 3º - Fica determinado à Secretaria de Administração que proceda a todos os apontamentos necessários.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data de 31 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Prados, 31 de julho de 2026.

RILDO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:DD041F84

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
DECRETO Nº 5.178, DE 31 DE JULHO DE 2026

Ratifica Aposentadoria por Idade e declara vago o cargo de Auxiliar Educacional de sua ocupante e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Prados, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o inciso IX do art. 92 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão da Aposentadoria por Idade pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS à servidora Marilda Braz Sant'Ana Nascimento, conforme Carta de Concessão protocolada;
DECRETA:
Art. 1º - Fica ratificada a Aposentadoria por Idade concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à servidora MARILDA BRAZ SANT'ANA NASCIMENTO, matrícula 0000065 ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Educacional.

Art. 2º - Fica declarado vago a partir desta data, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Educacional em virtude da aposentadoria por idade da referida servidora.

Art. 3º - Fica determinado à Secretaria de Administração que proceda a todos os apontamentos necessários.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data de 31 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Prados, 31 de julho de 2026.

RILDO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:335B7A71

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
DECRETO Nº 5.181, DE 31 DE JULHO DE 2026

Ratifica Aposentadoria por Tempo de Contribuição e declara vago o cargo de Auxiliar de Serviços de seu ocupante e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Prados, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o inciso IX do art. 92 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão da Aposentadoria por Tempo de Contribuição pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ao servidor Antônio Silva de Oliveira, conforme Carta de Concessão protocolada;
DECRETA:
Art. 1º - Fica ratificada a Aposentadoria por Tempo de Contribuição concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao servidor ANTÔNIO SILVA DE OLIVEIRA, matrícula 0000079, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços.

Art. 2º - Fica declarado vago a partir de 30 de junho de 2026, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços em virtude da aposentadoria por tempo de contribuição do referido servidor.

Art. 3º - Fica determinado à Secretaria de Administração que proceda a todos os apontamentos necessários.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 30 de junho de 2026.

Prefeitura Municipal de Prados, 31 de julho de 2026.

RILDO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:8B3812B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
DECRETO Nº 5.182 DE 31 DE JULHO DE 2026

Declara extinto o benefício de aposentadoria por tempo de serviço em virtude do falecimento de seu beneficiário e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Prados, no uso das atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 92, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declara extinto o benefício de aposentadoria por tempo de serviço concedido ao Sr. **Geraldo do Livramento Ribeiro** em virtude de seu falecimento.

Art. 2º - Fica o Setor de Recursos Humanos autorizado a proceder a todos os atos complementares e ao pagamento dos resíduos da aposentadoria por tempo de serviço.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data de 02 de julho de 2026, conforme Certidão de Óbito protocolada em 15 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Prados, 31 de julho de 2026.

RILDO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:194E4C58

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
DISPENSA

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA N.º 36/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 110/2026
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, inscrito no CNPJ nº 18.314.625/0001-93, com sede na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, em Prudente de Morais/MG.
OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais, acessórios e peças de reposição para atender as demandas da fanfarra escolar e o projeto de capoeira, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, pelo sistema de registro de preços.

Início de recebimento de documentação/propostas: 12/08/2026 - 09:00h
Limite para recebimento de documentação/propostas: 20/08/2026- 08:30h
Abertura das propostas e sessão pública: 20/08/2026 - 09:00h

CRITÉRIO
DE JULGAMENTO: Menor Preço por item.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
TOTAL DO VALOR ESTIMADO: R$34.120,11 (trinta e quadro mil e cento e vonte reais e onze centavos).

MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG 12/08/2026

Publicado por:
Kenia Barbosa Rodrigues
Código Identificador:D4F50A1B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 179/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 179/2026
Processo Licitatório nº 086/2026
Pregão Eletrônico nº 022/2026
Ata de Registro de Preços nº 015/2026
Município de Prudente de Morais/MG, por meio de seu representante legal, neste ato representado pelo(a) Secretário Municipal de Segurança Pública, Sr.(a) Joao Onofre Dias De Moura..
CONTRATADO: CAR CHIP ESPECIALIZADA EM CHAVES CODIFICADAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.205.777/0001-74, neste ato representado pelo representante legal, Sr.(a) Ana Maria Alves da Silva.
OBJETO: Este contrato tem por objeto o Registro de Preços a futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de natureza continuada, incluindo: captura, apreensão, transporte, guarda e microchipagem de animais de médio e grande porte, em estado de abandono, soltos nas vias públicas e/ou em situação de maus tratos, no município de Prudente de Morais/MG, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 99.600,00 (noventa e nove mil e seiscentos reais).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 07 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

● João Onofre Dias De Moura – Secretário (a) Municipal
● Ana Maria Alves Da Silva - Representante Legal da Empresa Contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:8824C96D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 183/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 183/2026
Processo Administrativo nº 109/2026, referente à **Dispensa de Licitação nº 035/2026**
Município de Prudente de Morais/MG, por meio de seu representante legal, neste ato representado pelo(a) Secretário Municipal de Educação e Cultura, Sr.(a) Amauri Fonseca Amaral.
CONTRATADO: VITOR HUGO SOARES LARQUER ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 51.245.390/0001-09, neste ato representado pelo representante legal, Sr.(a) Vitor Hugo Soares Larquer.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a realização da Copa Desafio Extreme de Enduro, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 12 de agosto de 2026.

Assinam digitalmente:

● Amauri Fonseca Amaral – Secretário (a) Municipal
● Vitor Hugo Soares Larquer - Representante legal da empresa contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:025BDCDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura de Prudente de Morais manifesta interesse em aderir à ata do CIM JEQUITINHONHA para compra de dois veículos, com anuência da fornecedora MARKA VEÍCULOS, devidamente regularizada.

FORNECEDOR DETENTOR DA ATA
MARKA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA (S/A) – CNPJ: 18.707.422/0001-67.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2024 – Processo Licitatório nº 023/2024 – Pregão Eletrônico nº 020/2024, do

Consórcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha (CIM JEQUITINHONHA).

OBJETO DA ADESÃO:
Aquisição de 2 (duas) unidades de veículo zero km, sete lugares, modelo GM/Chevrolet Spin LTZ 1.8, ano 2026/2026.

VALOR TOTAL: R$305.209,22 (sendo R$152.604,61 por unidade).

CONDIÇÕES GERAIS:
Entrega, garantia e pagamento conforme edital do processo originário.

MANIFESTAÇÃO DO FORNECEDOR:
Autoriza a adesão nos termos solicitados.
DATA DA AUTORIZAÇÃO: 29 de julho de 2026.

Prudente de Morais, 12 de agosto de 2026.

CLAUDINEY ARAUJO -
Agente de Contratações

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:C1406190

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 418/2025
Processo Administrativo nº 065/2025 – Concorrência Eletrônica nº 003/2025. Contratante: Município de Riachinho/MG. Contratada: ANDRADES INCORPORAÇÕES, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA-ME, CNPJ nº 57.697.482/0001-06. Objeto: acréscimo de serviços e quantitativos relativos às instalações elétricas e à cobertura metálica da obra de reforma e ampliação do Posto de Saúde da Família I e IV. Valor do acréscimo: R$ 88.369,08. Valor global atualizado: R$ 595.233,50. Fundamentação: arts. 124, inciso I, alíneas "a" e "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Riachinho/MG, 10 de agosto de 2026.

NEIZON REZENDE DA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:A98197E9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N° 081/2026
CONCORRENCIA PUBLICA ELETRÔNICA Nº 012/2026
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados, com atuação âmbito administrativo, com pagamento AD EXITUM, objetivando a recuperação de credito extrajudicial existente junto a concessionaria de serviços de iluminação pública "Energisa", reclassificação tarifaria das unidades consumidoras e geração de economia futura nas faturas de energia elétrica do município. **Propostas e documentos:** até 18/09/2026 às 08h. **Início da sessão:** 18/09/2026 às 08h30, no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/. Edital em www.rionovo.mg.gov.br e e-mail: licitacao@rionovo.mg.gov.br.

Rio Novo-MG, 12/08/2026.

GISLENE AP. FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:6EEC26CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 097/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 097/2026. Processo nº 057/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: 59.308.815 GABRIELA LADEIRA SOUZA. CNPJ nº 59.308.815/0001-85. Objeto: prestação de serviços de transporte escolar e de fretamento/locação de veículos, visando atender às demandas do Município de Rio Novo. Valor Total: R$ 1.409.508,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 12/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:F88860BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2026 – RIO NOVO/MG

Contrato nº 045/2026. Processo nº 063/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: M. A. CONSTRUÇÕES GUARANI LTDA. CNPJ nº 30.962.170/0001-18. Objeto: execução de obra de implantação do projeto de prevenção e combate a incêndio em escolas municipais de Rio Novo, M. A. CONSTRUÇÕES GUARANI LTDA, CNPJ N°: 30.962.170/0001-18, valor total de R$ 268.690,58. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 11/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:ADEF32C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:
O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº004/2026, homologado em 13/04/2026, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
8º Leila Daiana Fernandes Trindade
9º Elidiane Paula Castro de Oliveira
Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:7C8D291C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº004/2025, homologado em

05/05/2025, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:

CARGO: MONITOR ESCOLAR

87º TAVIANE TEIXEIRA DO ROSARIO

CARGO: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

134º VALDIRENE APARECIDA MARQUES

Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:9E7E3F55

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE 01 ANO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS À SERVIDORA QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 187/2026

Concede 01 ano de licença sem vencimentos à servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, a pedido, à servidora ELIANE ALVES SOARES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde (Matrícula 2085), **01 (um) ano de Licença sem Vencimentos, a partir de 01/09/2026 até 01/09/2027**, para tratar de interesses particulares, conforme art. 108 da Lei Complementar nº 17/2015, de 10/09/2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio Pomba.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/20265.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 05 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal de Rio Pomba/MG

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:03032E9B

GABINETE DO PREFEITO
DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RECIPIENTES DE VIDRO, ESTABELECE RESTRIÇÕES QUANTO À ENTRADA DE DETERMINADOS OBJETOS, DISCIPLINA O ESTACIONAMENTO NAS VIAS PÚBLICAS PRÓXIMAS AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E OUTRAS.

DECRETO N° 3.400/2026

Dispõe sobre a proibição da comercialização e utilização de recipientes de vidro, estabelece restrições quanto à entrada de determinados objetos, disciplina o estacionamento nas vias públicas próximas ao Parque de Exposições e estabelece normas permanentes de controle de emissão sonora por ocasião da realização de eventos municipais no Município de Rio Pomba/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO POMBA/MG, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição da República Federativa do Brasil e o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas destinadas à preservação da segurança, da ordem pública e do bem-estar da população durante a realização de eventos promovidos, apoiados ou autorizados pelo Município;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, em caráter permanente, a utilização de equipamentos sonoros e coibir a emissão sonora paralela à programação oficial dos eventos, especialmente aquela proveniente de veículos automotores, equipamentos portáteis, amplificadores, paredões e equipamentos assemelhados;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a realização de festividades públicas com a proteção ao sossego, à saúde, à segurança e ao meio ambiente;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal nº 2.013/2025, que dispõe sobre a proibição da execução de determinadas músicas nas instituições escolares e em eventos carnavalescos;

CONSIDERANDO o Termo de Compromisso firmado com a Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Pomba, no âmbito do Procedimento Administrativo MPMG nº 31.16.0558.0325596.2026-53, especialmente quanto à necessidade de controle da poluição sonora e fiscalização por ocasião das festividades;

CONSIDERANDO, por fim, a conveniência de consolidar em um único ato normativo as medidas permanentes de segurança e de controle sonoro aplicáveis aos eventos municipais,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS RESTRIÇÕES RELATIVAS A RECIPIENTES, OBJETOS E ACESSO AOS EVENTOS

Art. 1º Fica proibida, durante a realização de eventos municipais de grande porte, a venda de bebidas alcoólicas ou não alcoólicas em garrafas, copos ou quaisquer outros recipientes de vidro, de quaisquer tamanhos ou modelos.

Parágrafo único. Igualmente fica vedado que bebidas sejam servidas ou fornecidas em recipientes de vidro no período e locais compreendidos no caput.

Art. 2º Fica proibida, na Exposição Agropecuária e outros de natureza similar, a entrada de pessoas portando qualquer tipo de bebida em embalagens próprias, objetos cortantes, copos e garrafas de vidro, bem como coolers ou recipientes similares.

§ 1º Os copos e garrafas confeccionados em outros materiais somente serão admitidos quando estiverem vazios.

§ 2º A fiscalização poderá realizar vistoria dos recipientes, como condição de acesso ao local dos eventos.

CAPÍTULO II
DAS RESTRIÇÕES DE ESTACIONAMENTO DURANTE A EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA

Art. 3º Especificamente durante a realização da Exposição Agropecuária do Município de Rio Pomba, fica proibido o estacionamento de veículos automotores, motocicletas, motonetas, triciclos, quadriciclos e similares, em ambos os lados e em toda a extensão das seguintes Vias públicas:

I. Rua Coronel Marciano Gonçalves Campos;

II. Rua Tiradentes;

III. Rua Antônio Reis Santos;

IV. Rua Pedro Martins Gaudereto;

V. Rua Januário Lima.

Parágrafo único. Fica igualmente vedada, nas vias mencionadas no caput, a comercialização de bebidas de qualquer natureza por ambulantes durante o período estabelecido.

CAPÍTULO III
DO CONTROLE SONORO NOS EVENTOS MUNICIPAIS

Art. 4º As disposições deste Capítulo regulamentam, em caráter permanente, o controle da emissão sonora e a utilização de aparelhos e equipamentos sonoros durante a realização de eventos municipais de grande porte promovidos, apoiados ou autorizados pelo Município de Rio Pomba.

Art. 5º Para fins deste Decreto, considera-se:

I. **Programação Oficial**, os eventos, apresentações, trios elétricos, palcos, shows e demais atividades expressamente autorizadas ou promovidas pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal competente, com locais e horários definidos e previamente divulgados;

II. **Som Paralelo**, toda reprodução ou amplificação sonora não integrante da programação oficial, realizada em via pública, logradouro público, praça, calçada, estabelecimento comercial, veículo automotor estacionado ou em circulação, inclusive por meio de som automotivo, caixas de som portáteis, paredões, amplificadores ou equipamentos assemelhados;

III. **Perímetro do Evento**, o espaço público destinado à realização da programação oficial e as respectivas vias, praças, logradouros e áreas adjacentes abrangidas pelas medidas de organização e segurança do evento, conforme delimitação divulgada pelo Município;

IV. **Encerramento Diário**, o horário final da programação oficial em cada dia de realização do evento, de acordo com o cronograma divulgado pelos órgãos municipais competentes;

V. **Período do Evento**, o intervalo compreendido entre o primeiro e o último dia da programação oficial divulgada pelo Município.

CAPÍTULO IV
DA PROIBIÇÃO DO SOM PARALELO

Art. 6º Fica proibida a utilização de som paralelo no perímetro dos eventos municipais de grande porte e em seu entorno imediato durante o período de realização da programação oficial.

§ 1º Para fins operacionais, nos dias de realização dos eventos, fica estabelecido como período mínimo de controle sonoro intensificado o intervalo compreendido entre 16h00 e 06h00 do dia seguinte, sem prejuízo da fiscalização e do controle em outros horários quando necessários à manutenção da ordem pública, do sossego e da segurança.

§ 2º O período de controle previsto no § 1º não autoriza qualquer prorrogação do horário estabelecido para encerramento da programação oficial, que deverá ser rigorosamente cumprido pelos respectivos organizadores e responsáveis.

§ 3º Encerrada a programação oficial, os equipamentos sonoros utilizados nos palcos, trios elétricos, veículos, estabelecimentos e demais estruturas vinculadas ao evento deverão ser desligados, ressalvadas exclusivamente as hipóteses previstas neste Decreto.

§ 4º A proibição prevista neste artigo alcança pessoas físicas e jurídicas, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, vendedores ambulantes, proprietários, possuidores e condutores de veículos automotores, bem como quaisquer responsáveis pela utilização de equipamentos sonoros.

§ 5º Não se considera som paralelo, para os fins deste Decreto:

I. a utilização de equipamentos sonoros por órgãos públicos, serviços públicos, equipes de segurança, saúde, defesa civil ou emergência, quando necessária ao exercício de suas atribuições;

II. a utilização de sistemas de alarme, comunicação e avisos de segurança, quando estritamente necessária e realizada sem abuso;

III. a utilização de equipamentos expressamente autorizados pela Administração Municipal e diretamente relacionados à organização, segurança ou execução do evento.

CAPÍTULO V
DO HORÁRIO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTROLE SONORO

Art. 7º Durante o período de controle sonoro intensificado previsto no § 1º do art. 6º, especialmente após o encerramento diário da programação oficial, fica proibida a reprodução sonora em volume excessivo nas vias e logradouros públicos abrangidos pelo perímetro do evento e em seu entorno imediato, bem como qualquer outra forma de som paralelo definida neste Decreto.

§ 1º A fiscalização deverá considerar, na caracterização do excesso sonoro, a legislação ambiental, as normas técnicas aplicáveis, as características do local, o horário, a natureza da atividade e as circunstâncias concretas da emissão.

§ 2º A Administração Municipal poderá instalar pontos de fiscalização e controle nos acessos, vias públicas, praças e demais locais integrantes ou adjacentes ao perímetro dos eventos.

§ 3º O Município poderá atuar de forma articulada com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, com os órgãos públicos competentes e com empresas de segurança regularmente contratadas, quando houver, respeitadas as competências próprias de cada instituição.

§ 4º Os organizadores, responsáveis por estabelecimentos comerciais e responsáveis por estruturas integrantes da programação oficial deverão observar imediatamente as determinações expedidas pelos agentes competentes destinadas à redução ou cessação da emissão sonora irregular.

CAPÍTULO VI
DO CONTEÚDO MUSICAL NOS EVENTOS PÚBLICOS

Art. 8º Nos eventos realizados no Município de Rio Pomba deverão ser observadas as proibições de execução musical estabelecidas na Lei Municipal nº 2.013/2025, especialmente quanto à execução de músicas que:

I. façam apologia ao crime ou exaltem a criminalidade;

II. façam apologia ao uso de drogas, a facções criminosas ou ao tráfico de entorpecentes;

III. contenham conteúdo pornográfico, linguagem obscena ou expressões vulgares que façam alusão à prática de relação sexual;

IV. apresentem conteúdo incompatível com as demais restrições estabelecidas pela Lei Municipal nº. 2.013/2025.

Parágrafo único. Constatada a execução de conteúdo vedado pela Lei Municipal nº 2.013/2025, deverão ser adotadas as providências e penalidades previstas na referida legislação, inclusive a interrupção da execução, assegurados o contraditório e a ampla defesa nos procedimentos administrativos sancionatórios.

CAPÍTULO VII

DAS MEDIDAS DE FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

Art. 9º Constatado o descumprimento das disposições deste Decreto relativas ao controle sonoro, a autoridade ou agente responsável pela fiscalização poderá adotar, conforme a natureza e a gravidade da ocorrência, as seguintes medidas:

I. advertência e determinação para adequação imediata do volume sonoro;

II. determinação de desligamento imediato do equipamento sonoro;

III. interrupção da atividade irregular;

IV. retenção ou apreensão do equipamento, quando cabível e autorizada pela legislação aplicável;

V. aplicação de multa administrativa, quando prevista em lei;

VI. suspensão ou cassação de licença ou alvará, quando cabível e observados os requisitos previstos na legislação;

VII. adoção das demais providências administrativas, civis ou penais legalmente cabíveis.

§ 1º A reincidência, a resistência ou o descumprimento da determinação de redução ou desligamento do equipamento autorizará a adoção das providências administrativas mais gravosas admitidas pela legislação, devendo a ocorrência ser devidamente registrada e fundamentada.

§ 2º Eventual apreensão ou retenção deverá ser acompanhada de registro do equipamento, identificação do responsável e indicação do local para o qual o bem será encaminhado, assegurada sua posterior restituição ao legítimo proprietário, mediante comprovação da propriedade e cumprimento das exigências administrativas e legais aplicáveis.

§ 3º As medidas destinadas exclusivamente à cessação imediata de emissão sonora irregular poderão ser adotadas durante a ocorrência da infração, sem prejuízo da instauração do procedimento administrativo próprio quando necessária a imposição de sanção.

§ 4º A imposição de multa, suspensão ou cassação de alvará e das demais sanções administrativas dependerá de fundamento legal específico e observará o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Art. 10. A Secretaria Municipal competente poderá, previamente à realização de cada evento municipal, divulgar ato, cronograma, mapa, comunicado ou instrumento equivalente contendo:

I. os dias e horários da programação oficial;

II. o horário previsto para encerramento diário das atividades;

III. o perímetro do evento e as áreas submetidas ao controle intensificado;

IV. os pontos de bloqueio, fiscalização ou controle de acesso;

V. outras medidas operacionais necessárias à execução deste Decreto.

Parágrafo único. Os atos previstos no caput terão natureza exclusivamente operacional e não poderão afastar, reduzir ou contrariar as proibições e restrições estabelecidas neste Decreto.

Art. 11. Os órgãos municipais competentes poderão editar normas complementares de caráter operacional destinadas ao fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 12. Ficam expressamente revogados:

I. o Decreto Municipal nº 3.158, de 07 de agosto de 2025;

II. o Decreto Municipal nº 3.270, de 22 de janeiro de 2026.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Pomba, 23 de Julho de 2026.
259º da Fundação e 194º da Emancipação.

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:389A8F9A

GABINETE DO PREFEITO
NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 184/2026

Nomeia servidora para cargo de provimento em comissão que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba, MG, no uso das atribuições que lhe confere os dispositivos insculpidos no artigo 59, I e VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear a Sra. **CHRISLAINE APARECIDA DA TRINDADE** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor, no Setor de Biblioteca, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Nível de Vencimento CC-01, do Anexo I da Lei Municipal nº 1.468/2014, de 14/03/2014 e alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 05 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:90CF6C14

GABINETE DO PREFEITO
PRORROGA, POR MAIS 02 ANOS, OS TERMOS DA PORTARIA Nº 170/2024, DE 13/09/2024, QUE CONCEDEU LICENÇA SEM VENCIMENTOS À SERVIDORA QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 186/2026

Prorroga, por mais 02 anos, os termos da Portaria nº 170/2024, de 13/09/2024, que concedeu licença sem vencimentos à servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, a pedido, por mais 02 (dois) anos, os termos da Portaria nº 170/2024, de 13/09/2024, concedendo Licença sem Vencimentos à servidora ELICLÉIA DAS MERCÊS ROCHA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde, Nível de

Vencimentos CE-01, da Lei nº 1.469/2014 e suas alterações, a partir de **10/09/2026 até 09/09/2028**, para tratar de interesses particulares, conforme art. 108 da Lei Complementar nº 17/2015, de 10/09/2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio Pomba.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/09/2026.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 05 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:9E912B21

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA

PORTARIA Nº 182/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – Rescindir, a pedido, a partir do dia 03/08/2026, o Contrato de nº 179/2025, com vigência até 01/10/2026, firmado com **ADRIANE APARECIDA DA SILVA**, como Auxiliar de Serviços Gerais, nos termos inciso II, do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.493/2014 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/08/2026.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 31 de Julho de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:FE256905

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 188/2026

Rescinde contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – Rescindir, a partir do dia 06/07/2026, o Contrato de nº 137/2026, com vigência até 08/12/2026, firmado com **SANDRA MARIA DIAS**, como Auxiliar de Serviços Gerais da Casa-Lar Municipal, nos termos inciso III, do art. 39, da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026, que R**egula a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no art. 37, IX da CRFB/88, institui o Regime Jurídico Administrativo Especial de Trabalho Temporário e dá outras providências.**.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/07/2026.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 05 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:AE1F61A6

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE CONTRATO DE SERVIDOR QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 189/2026

Rescinde contrato de servidor que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – Rescindir, a partir do dia 16/07/2026, o Contrato de nº 142/2026, com vigência até 08/12/2026, firmado com **LARA CRISTINA OLIVEIRA**, como Cuidador Infantil, nos termos inciso III, do art. 39, da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026, que R**egula a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no art. 37, IX da CRFB/88, institui o Regime Jurídico Administrativo Especial de Trabalho Temporário e dá outras providências.**.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/07/2026.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 05 de Agosto de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:1E1BD744

GABINETE DO PREFEITO
REVOGA AS PORTARIAS Nº 005/2026 E 160/2026.

PORTARIA Nº 183/2026

Revoga as Portarias nº 005/2026 e 160/2026.

O Prefeito do Município de Rio Pomba, MG, no uso das atribuições que lhe confere os dispositivos insculpidos no artigo 59, I e VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Revogar, a partir desta data, a Portaria nº 005/2026, de 07/01/2026, que nomeou, provisoriamente, a Sra. **CHRISLAINE APARECIDA DA TRINDADE**, em substituição à servidora Gisely de Souza Gomes, Chefe de Setor, até o final do período de licença-maternidade da mesma e a Portaria nº 160/2026, de 02/07/2026, que prorrogou os efeitos da Portaria nº 005/2026, até o final do período de férias regulamentares da servidora Gisely de Souza Gomes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 04 de Agosto 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:EDA6E2EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
070 - 2026 - P.E. 020 - 2026 - R.P. 017 - 2026 - PERMANENTES EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO/MG – AVISO DE RETIFICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2026. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de mobiliários, equipamentos, eletrodomésticos, materiais de informática, utensílios, brinquedos, equipamentos recreativos e demais bens destinados à estruturação, modernização e ao adequado funcionamento da Educação Infantil, das creches e das unidades escolares do Município, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência. O Município de Santa Bárbara do Tugúrio/MG torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2026, ficando alterado o prazo para entrega das mercadorias para **até 15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, bem como o prazo para substituição de produtos entregues em desacordo com as especificações para **até 03 (três) dias corridos**, contados do recebimento da notificação da Administração. Em razão da retificação, a sessão pública fica remarcada para o dia **26 de agosto de 2026, às 09h30min**, por meio do endereço eletrônico **https://santabarbaradotugurio.licitapp.com.br/**, plataforma de Pregão Eletrônico da SH3 Informática. O Edital, a Retificação e seus anexos poderão ser obtidos junto à Equipe de Contratação, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Camilo Silvério Mendes, nº 84, Centro, Santa Bárbara do Tugúrio/MG, nos dias úteis, das 12h às 16h, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e na plataforma eletrônica do certame. Maiores informações pelo e-mail **licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br** ou pelo telefone **(32) 3365-1133**.

Santa Bárbara do Tugúrio/MG, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO
Agente de Contratação / Pregoeiro Portaria nº 083/2026

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:65A87564

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
071 - 2026 - D.L. 026 - 2026 - SOCORRISTAS

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO - MG – Extrato de contrato – Processo N° 071/2026, Dispensa de Licitação Nº 026/2026, contrato Nº 054/2026 – Contratado: **MEDICAL CENTER LTDA**, com CNPJ Nº 22.545.961/0001-14 - no valor de R$ 22.171,80 - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de UTI móvel para a celebração da XL Festa da Banana do Município de Santa Bárbara do Tugúrio, conforme especificações em anexo. - Baseando-se no Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/21. Maiores informações pelo telefone (32) 3365-1133/3365-131 e e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br,

Santa Bárbara do Tugúrio – MG, 12 de agosto de 2026 -

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO –
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:05B3DD44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 13/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS/MG- Extrato de 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2026, Partes: Prefeitura Municipal de Santa Fé de Minas e a Empresa Santos Construtora E Serviço LTDA, Objeto: Revisão Contratual Acrescendo 24,28% (vinte e quatro vírgula vinte e oito por cento) ao valor do contrato inicial, correspondendo a importância R$ 75.210,99 (setenta e cinco mil e duzentos e dez reais).

(O) GLEBSON JOSÉ LEITE JUNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:7B9C4B68

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

LICITAÇÕES
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 - CONTRATO Nº 066/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG - EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 - CONTRATO Nº 066/2026 - CONTRATADA: Sebastião Paulino de Lima (CNPJ: 03.195.173/0001-09). O Município de Santa Maria de Itabira/MG torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Extrato de Adjudicação, Homologação e Termo de Contrato nº 066/2026, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/07/2026. Edição 4327, onde constava erro material quanto ao período de vigência. **ONDE SE LÊ:** Vigência: 27/07/2026 a 26/07/2027. **LEIA-SE: Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.** Ficam ratificadas as demais informações e cláusulas do extrato anteriormente publicado.

Santa Maria de Itabira/MG, 12 de agosto de 2026.

ANDRÉ LÚCIO TORRES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:C1107F9E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO
LEI Nº 1.342 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

"Insere no Orçamento vigente a natureza de despesa que menciona e da outras providências."

A Câmara Municipal de Santana do Deserto aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Ficam inseridas no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, as seguintes Naturezas de despesas, abrindo-se para este fim:

Orgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO
Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Sub-Unidade 02 - Serviço de Educação
2.05.02.12.361.0002.2.0020-2.550.000 - 3.3.90.32.00 ATIV. DA EDUC. BÁSICA - FUNDAMENTAL - - -- - - R$ 12.500,00
2.05.02.12.365.0002.2.0025-2.550.000 - 3.3.90.32.00 ATIV. DA EDUC. BÁSICA – INFANTIL ---------- - - - R$ 10.000,00
Total da Sub-Unidade 02 - - - - - -- - - - R$ 22.500,00
Total da Unidade 05 - - - - - - - - - - - - R$ 22.500,00
Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - R$ 22.500,00
Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - R$ 22.500,00

Art. 2º - Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: SUPERÁVIT FINANCEIRO na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.

Total Geral Anulado - - - - - -- - - R$ 0,00

Art. 3º Fica, ainda, o Prefeito Municipal autorizado a suplementar o Crédito Especial de que trata esta Lei, até o limite de 10% de seu montante integral.

Art. 4º O Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, aprovado pela Lei n° 1.322, de 19 de dezembro de 2025, passa a incorporar as alterações constantes desta Lei.

Art. 5° Ficam incluídos, no Anexo de metas e prioridades da Lei n° 1.312, de 14 de julho de 2025, que versa sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as ações constantes desta Lei.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Deserto, 11 de agosto de 2026.

RICARDO VIANA DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Henrique de Azevedo Souza
Código Identificador:BB76FF89

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO JACARÉ

PM SANTANA DO JACARÉ
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Prefeitura Municipal de Santana do Jacaré/MG – Ratificação da Inexigibilidade – Considerando que o processo de inexigibilidade nº 015/2026 encontra-se de conformidade com a legislação pertinente (art. 74, III da Lei Federal nº 14.133/2021) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a inexigibilidade de licitação em favor da empresa MMC Administradores e Contadores Ltda, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil e administrativa, garantindo a legalidade e integridade dos atos administrativos e suporte à gestão financeira e orçamentária municipal. Depois de cumpridas as formalidades de praxe, publique-se e cumpra-se.

Publicado por:
Vitória Laila Ribeiro
Código Identificador:40D124EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
CONTRATOS N 49 E 50/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2025
Processo Administrativo: nº 055/2025
Dispensa de Licitação: nº 019/2025
Contratante: Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, CNPJ nº 18.094.862/0001-96.
Contratada: Solo Topografia e Georreferenciamento Ltda., CNPJ nº 20.522.473/0001-66.
Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 49/2025 por mais 06 (seis) meses, passando seu termo final para **12 de fevereiro de 2027**, bem como concessão de reajuste contratual pelo índice **INPC/IBGE**, correspondente ao período de agosto de 2025 a julho de 2026, no percentual acumulado de **4,098050%**, elevando o valor global do contrato de **R$ 86.000,00** para **R$ 89.524,32**, nos termos da cláusula de reajuste contratual.
Fundamentação Legal: art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, Cláusula Terceira e Cláusula Décima Quinta do Contrato Administrativo nº 49/2025 e Termo de Referência.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.2.05.00.15.451.0007.2.0037 – Fonte 1.500.000 – Manutenção da Infraestrutura Urbana.
Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 12 de agosto de 2026.

LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2025
Processo Administrativo: nº 056/2025
Dispensa de Licitação: nº 020/2025
Contratante: Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG – CNPJ nº 18.094.862/0001-96.
Contratada: Cristiano R Paula Ltda. – CNPJ nº 40.162.027/0001-03.
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 50/2025 até **12 de fevereiro de 2027**, bem como a restituição do saldo contratual no valor de **R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)**, mantendo-se inalterado o valor mensal originalmente contratado e as demais condições econômicas do ajuste.
Fundamentação Legal: Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 50/2025.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.2.05.00.15.451.0007.2.0037 – Fonte 1.500.000 – Manutenção da Infraestrutura Urbana.
Data da assinatura: 12 de agosto de 2026.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 12 de agosto de 2026.

LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:B151DF98

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 81

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 081/2026
DISPENSA Nº 032/2026

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Médico Veterinário e Juiz de Concurso de Marcha, (por item), visando atender à realização do Concurso de Marcha de Santo Antônio do Grama-MG, junto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CONTRATADO: JULIO MARQUES REPRODUCOES EQUINA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob o nº 49.412.543/0001-058, com sede na Rua Joaquim Soares Meireles, nº 188, Bairro Nossa Senhora das Graças, Santa Luzia.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R$3.050,30(três mil, cinquenta reais e trinta centavos).

SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 12 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:18B9C316

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - COMUNIKA

ATA: 001.073.2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Santo Antônio do Grama/MG.
DETENTORA: **COMUNIKA AGENCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA** – CNPJ nº 07.671.455/0001-88.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de brigadistas/segurança desarmada e equipe de apoio, conforme especificações técnicas, quantitativos, jornadas e demais exigências constantes no Termo de Referência, para atendimento às demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Santo Antônio do Grama/MG.
VIGÊNCIA: 22/08/2026 a 21/08/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA: 11/08/2026.

SIGNATÁRIOS: Marco Aurélio Raminho – Prefeito Municipal; COMUNIKA AGENCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA – Detentora.

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:39B58B61

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO - LTCAT

CONTRATO: 001.040.2025
CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Grama/MG.
CONTRATADA: RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA – CNPJ nº 38.928.121/0001-70.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração ou atualização de laudos e programas técnicos, tais como LTCAT, PGR e PCMSO, para a Secretaria de Administração do Município de Santo Antônio do Grama/MG.
VIGÊNCIA: 21/08/2026 a 20/08/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
SIGNATÁRIOS: Marco Aurélio Raminho – Prefeito Municipal; RC SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA – Contratada.

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:790C6ACA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
RETIFICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

RETIFICAÇÃO
Fica retificado o documento anteriormente publicado, para que, onde se lê:
"GUSTAVO RIBEIRO DE SOUZA"
passe a constar:
"BERNARDO FERRAZ RIBEIRO, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 061.496.656-66, com sede na Av. Dom Bosco, nº 241, Bairro Palmeiras, Ponte Nova/MG."
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no documento.

Santo Antônio do Grama/MG, 12 de agosto de 2026.

DANIELY APARECIDA GOMES PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:DF652E7A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N° 15/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 55/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO-MG**, manifesta interesse em obter propostas de eventuais interessados no prazo 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, II, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a Dispensa de Licitação, ocasião que ao final será selecionada a proposta mais vantajosa sob tipo de julgamento menor preço por item, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS E REORMAS, EM INOX PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG,** conforme Projeto Básico do Processo Licitatório 55/2026, Dispensa 15/2026 constante no site www.licitardigital.com.br. Os interessados deverão encaminhar proposta de preço até o dia 19 de agosto de 2026 às 7:59:00h. **GEIIELLE ALMEIDA SOARES,** agente de contratação.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 12 de agosto de 2026.

GEISIELLE ALMEIDA SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:99A70CA0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO nº 077/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 030/2026 – INEXIGIBILIDADE nº 019/2026 Objeto: CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS NAS SEGUINTES CATEGORIAS: CANTOR SOLO, BANDA, DJ E LOCUTOR DE EVENTOS , PARA ATENDER AOS DIVERSOS EVENTOS E ATIVIDADES DO MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO ANTA
Solicitante: Secretaria de Cultura. Empresas Contratadas: JOSÉ ADRIANO RIBAS CPF: 027.***.***09 Valor Do Contrato R$

1.800,00 (mil e oitocentos reais). Vigência dos contratos: 12/08/2026 à 11/08/2027. Fundamentação Legal: Nos termos da lei nº 14.133/2021.

JULIANA PINTO PACHECO -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Juliana Pinto Pacheco
Código Identificador:968C135F

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

O município de São Miguel do anta Minas gerais torna público o contrato nº 078/2026 referente ao processo administrativo nº 089/2024 pregão eletrônico nº 029/2024 registro de preço nº 023/2024, cujo objeto e aquisição de medicamentos e correlatos. Fornecedor: DROGARIA MACEDO E LOPES LTDA, CNPJ nº 86.603.586/0001-02. Vigência: 13/08/2026 a 12/08/2027. Valor total: R$ 89.373,52 (Oitenta e nove mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos)

Publicado por:
Juliana Pinto Pacheco
Código Identificador:CD084F66

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA 11)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 48/2026, DISPENSA 11/2026, que possui por objeto a "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA COMPULSÓRIA DA PACIENTE R. B. F. QUE SE ENCONTRA COM QUADRO PSIQUIÁTRICO GRAVE, DIAGNÓSTICO DE ESQUIZOFRENIA, EPISÓDIO DEPRESSIVO GRAVE, TRANSTORNO DE PERSONALIDADE EMOCIONALMENTE INSTÁVEL, TIPO BORDERLINE, CONFORME INTIMAÇÃO JUDICIAL REFERENTE AO PROCESSO Nº: 5007396-44.2025.8.13.0287, PROFERIDA AO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO", a empresa consagrada vencedora foi **CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL ESPERANÇA LTDA,** no valor total de **R$66.000,00 (Sessenta e seis mil reais)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 20 de julho de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:A0BDCC91

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA 17)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 105/2026, DISPENSA ELETRÔNICA 17/2026, que possui por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FORNECER NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA RECARGA DO BOTIJÃO QUE ARMAZENA SÊMEN DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG", a empresa consagrada vencedora foi **DANILO APARECIDO BORELLA EPP,** no valor total de **R$1.970,40 (Um mil, novecentos e setenta reais e quarenta centavos)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 26 de junho de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:99A52422

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA 18)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 108/2026, DISPENSA 18/2026, que possui por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO, COORDENAÇÃO, FORMAÇÃO E EXECUÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PELA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG", a empresa consagrada vencedora foi **ANECI MARÍLIA LANDIM,** no valor total de **R$11.655,00 (Onze mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 03 de julho de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:9CA6EA06

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA 22)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 144/2026, DISPENSA 22/2026, que possui por objeto a "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO INCUMBIDA REGIMENTAL OU ESTATUTARIAMENTE DA PESQUISA, DO ENSINO OU DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, SEM FINS LUCRATIVOS E DETENTORA DE INQUESTIONÁVEL REPUTAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO", a empresa consagrada vencedora foi **INSTITUTO APLICATIVA,** no valor total de **R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 04 de agosto de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:6D2320A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA 23)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 150/2026, DISPENSA 23/2026, que possui por objeto a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO DE 20.000 KM DE USO PARA O VEÍCULO FIAT ARGO DRIVE 1.0 FLEX 4P- PLACA: TYH0F21 NO PERÍODO DE GARANTIA TÉCNICA EM CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA", a empresa consagrada vencedora foi **VIME VEÍCULOS LTDA** com valor total de **R$ 1.153,18 (Um mil, cento e cinquenta e três reais e dezoito centavos)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 10 de julho de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:54B6E8A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA 24)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 143/2026, DISPENSA 24/2026, que possui por objeto "a CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR AUTOMOTIVA (INSUFILM) NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO", a empresa consagrada vencedora foi **JEFERSON EPIFANIO SILVA,** no valor total de **R$31.428,00 (Trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 31 de julho de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:76F7278E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (INEX 10)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 98/2026, INEXIGIBILIDADE 10/2026, que possui por objeto a "DESPESA DE CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO NA LIDARP- LIGA DESPORTIVA DO ALTO RIO PARDO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PELAS EQUIPES MASCULINAS NA CATEGORIA FUTSAL", a empresa consagrada vencedora foi **LIGA DESPORTIVA DO ALTO RIO PARDO - LIDARP,** no valor total de **R$7.025,00 (Sete mil e vinte e cinco reais)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 10 de julho de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:35264DD5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 149/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 006/2026. TIPO:**MENOR PREÇO POR GLOBAL**.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECAPEAMENTO (PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA) DO CENTRO DA CIDADE INCLUINDO OS TRECHOS DA RUA GEDEÃO PEREIRA DA COSTA, RUA SÃO PEDRO, PREFEITO TRAJANO MARQUES E RUA PRIMEIRO DE JANEIRO PELA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG, PARTE DO VALOR DESPENDIDO PARA A EXECUÇÃO DA REFERIDA OBRA É PROVENIENTE DE RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE COMPROMISSO DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL N° 1301001184/2026 (INDICAÇÕES N°198654 E Nº198357), FIRMADO COM O GOVERNO ESTADUAL, INCLUINDO AS INDICAÇÕES Nº162585 E Nº162646, AMBAS VINCULADAS À RESOLUÇÃO SEGOV Nº 16/2025 E OUTRA PARTE DE RECURSO PRÓPRIO**.**
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM**13/08/2026**ÀS 00:00HR. FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM**28/08/2026**ÀS 09:00HR. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM**28/08/2026**ÀS 09:00HR. PLATAFORMA AMM LICITA. EDITAL COMPLETO E DEMAIS INFORMAÇÕES: SITE Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da União - Prefeitura de São Pedro da União - MG e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1&ufs=MG&municipios=2994

JULIANA REIS TERRA
Agente de Contratação/ Pregoeira

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:0DFCA95E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 148/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2026. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA (MONTAGEM, DESMONTAGEM, CONSERTO, TROCA E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS) PODENDO SER ACOMPANHADO DE SOCORRO/ DESLOCAMENTO, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DA UNIÃO- MG.
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM 13/08/2026 ÀS 00:00HR.
FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM 27/08/2026 ÀS 09:00HR.
INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM 27/08/2026 ÀS 09:00HR NA PLATAFORMA AMM LICITA. EDITAL COMPLETO E DEMAIS INFORMAÇÕES: SITE Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da União - Prefeitura de São Pedro da União - MG e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1&ufs=MG&municipios=2994

JULIANA REIS TERRA
Pregoeira

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:84EDAB73

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
DECRETO N° 58 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO, REGULADO PELO EDITAL N° 11/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de **São Pedro da União-MG**, **Ronaldo Aparecido Dias**, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando que o Edital de Abertura de Processo Seletivo Público Simplificado n° 11/2026, foi devidamente publicado nos canais de publicação oficiais da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO**, no dia 21 de julho de 2026 e no endereço eletrônico da Prefeitura www.saopedrodauniao.mg.gov.br no dia 21 de julho de 2026.
Considerando que o Resultado Final do Processo Seletivo Público Simplificado n° 11/2026 foi devidamente publicado nos canais de publicação oficiais da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO** no dia 10 de agosto de 2026 e no endereço eletrônico da Prefeitura www.saopedrodauniao.mg.gov.br no dia 10 de agosto de 2026.
Considerando terem sido ultimadas todas as etapas editalícias.
DECRETA:
Art. 1°- Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Público Simplificado n° 11/2026 promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO**, nos termos do **Edital 11/2026**.
Art. 2°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Pedro da União, 12 de agosto de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:9F9E283E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2026

PRC 105/2026 – DISPENSA 17/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FORNECER NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA RECARGA DO BOTIJÃO QUE ARMAZENA SÊMEN DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.

CONTRATADA: DANILO APARECIDO BORELLA EPP - CNPJ nº 03.368.371/0001-19.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.970,40 (Um mil, novecentos e setenta reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 09/07/2026 a 09/07/2027

São Pedro da União-MG, 10 de julho de 2026.

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Agente de Contratação | Mat 001053

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:B49DF22E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2026

PRC 108/2026 – DISPENSA 18/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO, COORDENAÇÃO, FORMAÇÃO E EXECUÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PELA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.

CONTRATADA: ANECI MARÍLIA LANDIM - CNPJ nº 33.679.439/0001-41.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 11.655,00 (Onze mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 10/07/2026 a 10/07/2027

São Pedro da União-MG, 23 de julho de 2026.

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Agente de Contratação | Mat 001053

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:8A35FD07

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2026

PRC 48/2026 – DISPENSA 11/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA COMPULSÓRIA DA PACIENTE R. B. F. QUE SE ENCONTRA COM QUADRO PSIQUIÁTRICO GRAVE, DIAGNÓSTICO DE ESQUIZOFRENIA, EPISÓDIO DEPRESSIVO GRAVE, TRANSTORNO DE PERSONALIDADE EMOCIONALMENTE INSTÁVEL, TIPO BORDERLINE, CONFORME INTIMAÇÃO JUDICIAL REFERENTE AO PROCESSO Nº: 5007396-44.2025.8.13.0287, PROFERIDA AO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO.

CONTRATADA: CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL ESPERANÇA LTDA - CNPJ nº 24.761.057/0001-71.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais).

VIGÊNCIA: 10/07/2026 a 10/07/2027

São Pedro da União-MG, 20 de julho de 2026.

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Agente de Contratação | Mat 001053

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:57614890

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2026

PRC 98/2026 – INEXIGIBILIDADE 10/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: DESPESA DE CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO NA LIDARP- LIGA DESPORTIVA DO ALTO RIO PARDO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PELAS EQUIPES MASCULINAS NA CATEGORIA FUTSAL.

CONTRATADA: LIGA DESPORTIVA DO ALTO RIO PARDO - LIDARP - CNPJ nº 06.062.952/0001-16.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.025,00 (Sete mil e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA: 10/07/2026 a 08/10/2026

São Pedro da União-MG, 23 de julho de 2026.

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Agente de Contratação | Mat 001053

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:F2D0A229

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2026

PRC 144/2026 – DISPENSA 22/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO INCUMBIDA REGIMENTAL OU ESTATUTARIAMENTE DA PESQUISA, DO ENSINO OU DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, SEM FINS LUCRATIVOS E DETENTORA DE INQUESTIONÁVEL REPUTAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO.

CONTRATADA: INSTITUTO APLICATIVA - CNPJ nº 56.236.851/0001-92.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

VIGÊNCIA: 04/08/2026 a 04/08/2027

São Pedro da União-MG, 12 de agosto de 2026.

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Agente de Contratação | Mat 001053

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:BA11DA1E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2026

PRC 143/2026 – DISPENSA 24/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR AUTOMOTIVA (INSUFILM) NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO.

CONTRATADA: JEFERSON EPIFANIO SILVA - CNPJ nº 31.064.711/0001-53.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 31.428,00 (Trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais).

VIGÊNCIA: 10/08/2026 a 10/08/2027

São Pedro da União-MG, 12 de agosto de 2026.

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Agente de Contratação | Mat 001053

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:C5662550

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
PORTARIA Nº 016/2026

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os componentes da **Comissão Especial de Concurso Público**, para superintender as iniciativas e providências necessárias à realização do Concurso Público a ser realizado neste ano de 2026, nas pessoas de:
· **Ana Carolina M. Ferraz de Araújo** – Presidente
· **Eliane Marcelino Vieira -** Secretária
· **Samuel Santos Figueiredo** – Servidor Efetivo
· **Paulo de Flório** – Servidor Efetivo
· **Vilma Silva de Flório** – Servidora Efetiva
· **Fabiana Ap. Honório Pereira** – Servidora Efetiva
Art. 2º - Os membros desta Comissão Especial serão responsáveis pela supervisão dos procedimentos que visem empreender providências necessárias à realização de Concurso Público para o provimento de vagas para os cargos efetivos da estrutura organizacional da Prefeitura de São Pedro da União.
Art. 3º - Os membros da Comissão Especial, ora constituída, exercerão suas atividades de forma não remunerada, considerando os serviços como de relevância pública, e pelo tempo necessário à realização dos procedimentos até que se conclua o seu desiderato.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação nos termos do Art.90 da Lei Orgânica do Município.

São Pedro da União, 07 de agosto de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:B2B4BCB6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG – EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 – HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONTRATO Nº 126/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG – EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 – HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONTRATO Nº 126/2026. Objeto: "Credenciamento de oficineiros para atividades recreativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, para atendimento às demandas do CRAS – Centro de Referência e Assistência Social de São Pedro dos Ferros/MG", sendo a CREDENCIADA responsável pela prestação de serviços na Oficina de Zumba. Contratado: ADILSON MORAIS PACHECO, inscrito no CNPJ nº 67.990.643/0001-09. Valor mensal: R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais). Valor global estimado: R$ 19.452,00 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais). Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato. Data de assinatura: 22/07/2026. Fundamentação: art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Pedro dos Ferros/MG, 22 de julho de 2026.

DANILO CALDARELE DIAS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rodrigo Martins Santana
Código Identificador:E3045D54

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS EXTRATO DE CONTRATO PROC 81/2025

PREFEITURA MUNCIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS-MG. EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2026 PRC nº 81/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2025 REGISTRO DE PREÇO 20/2025. Contratante: Município de Senhora dos Remédios – MG. Contratado: **JOSIANE ROSA LOPES - CNPJ: 48.567.130/0001-37**. Objeto de Contratação: Aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico. Assinatura: 10/07/2026. Vigência: 10/07/2027.

CLAUDIA AP. DE CARVALHO PAIVA DIAS –
Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNCIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS-MG. EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2026 PRC nº 81/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2025 REGISTRO DE PREÇO 20/2025. Contratante: Município de Senhora dos Remédios – MG. Contratado: **AGROTOP COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 43.852.445/0001-02**. Objeto de Contratação: Aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico. Assinatura: 10/07/2026. Vigência: 10/07/2027.

CLAUDIA AP. DE CARVALHO PAIVA DIAS –
Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNCIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS-MG. EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2026 PRC nº 81/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2025 REGISTRO DE PREÇO 20/2025. Contratante: Município de Senhora dos Remédios – MG. Contratado: **BRUNO FRANCISCO MATEUS 10321103688 - CNPJ: 45.516.951/0001-56**. Objeto de Contratação: Aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico. Assinatura: 10/07/2026. Vigência: 10/07/2027.

CLAUDIA AP. DE CARVALHO PAIVA DIAS –
Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNCIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS-MG. EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2026 PRC nº 81/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2025 REGISTRO DE PREÇO 20/2025. Contratante: Município de Senhora dos Remédios – MG. Contratado: **CASA MOREIRA MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA - CNPJ: 66.264.896/0001-24**. Objeto de Contratação: Aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico. Assinatura: 10/07/2026. Vigência: 10/07/2027.

CLAUDIA AP. DE CARVALHO PAIVA DIAS –
Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNCIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS-MG. EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2026 PRC nº 81/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2025 REGISTRO DE PREÇO 20/2025. Contratante: Município de Senhora dos Remédios – MG. Contratado: **JOSE ROSEMAR DA SILVA ME - CNPJ: 07.054.909/0001-71**. Objeto de Contratação: Aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico. Assinatura: 10/07/2026. Vigência: 10/07/2027.

CLAUDIA AP. DE CARVALHO PAIVA DIAS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Claudia Aparecida de Carvalho Paiva Dias
Código Identificador:5F987A40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o Prefeito Max Vinicius Aguiar Martins, ADJUDICOU E HOMOLOGOU o resultado do processo credenciando: empresa **E.S.L & EMPREENDIMENTOS LIMITADA** inscrita no CNPJ sob o nº **52.306.432/0001-29**, por terem atendido as condições do ato convocatório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
ITENS: 02, 03 e 04.

Serranópolis de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:896F7AD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o Prefeito Max Vinicius Aguiar Martins, ADJUDICOU E HOMOLOGOU o resultado do processo credenciando: empresa **CAMPOS SERVICOS DE SAUDE LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **24.084.277/0001-22**, por terem atendido as condições do ato convocatório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
ITENS: 021 e 022

Serranópolis de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação
(Suplente)

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:F58502D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o

Prefeito Max Vinicius Aguiar Martins, ADJUDICOU E HOMOLOGOU o resultado do processo credenciando: empresa **WELSON OLEGARIO DE SOUZA 06829388660** inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.759/0001-30, por terem atendido as condições do ato convocatório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
ITEM:

SEQ	ITEM	DESCRIO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN
1	30134	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS . DE PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOW CULTURAL, NO ÂMBITO DO PROJETO TURISMO CULTURAL E GASTRONÔMICO, COMPREENDENDO A) FORNECIMENTO DE ATRAÇÃO ARTÍSTICA (CANTOR, DUPLA OU BANDA) B) FORNECIMENTO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE SOM COMPATÍVEL COM O EVENTO C) FORNECIMENTO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO D) ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO EVENTO.	R$ 3.030,30	33	SERV

Serranópolis de Minas/MG,12 de agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:43895253

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 038/2026
CREDENCIAMENTO 005/2026

O Município de Serranópolis de Minas/MG – torna pública – o CREDENCIAMENTO da seguinte EMPRESA:

IRENE CECILIA DE ALMEIDA LOPES 11731879601
CNPJ: 46.972.370/0001-91

ITENS: 09,10.

Cujo objeto é a Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais, artistas, músicos, cantores, duplas, grupos musicais e bandas locais, para a prestação eventual de serviços de apresentações artísticas e musicais de pequeno porte, destinadas ao atendimento da programação cultural, turística, comemorativa, institucional e de interesse público promovida ou apoiada pelo Município de Serranópolis de Minas/MG.

Informações pelo telefone: 38 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br

Serranópolis de Minas/MG, 12 de Agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:36ED3A94

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 025/2026
CREDENCIAMENTO 003/2026

O Município de Serranópolis de Minas/MG – torna pública – o CREDENCIAMENTO da seguinte EMPRESA:

CAMPOS SERVICOS DE SAUDE LTDA
CNPJ: 37.134.677/0001-22

ITENS: 021 e 022

Cujo objeto é a contratação de procedimentos médicos, através de pessoas jurídicas, incluindo consultas, exames e cirurgias na área da saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para fornecimento quando houver demanda.

Informações pelo telefone: 38 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br

Serranópolis de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação
(Suplente)

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:B3AD6E2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 042/2026
CREDENCIAMENTO 006/2026

O Município de Serranópolis de Minas/MG – torna pública – o CREDENCIAMENTO da seguinte EMPRESA:

WELSON OLEGARIO DE SOUZA 06829388660
CNPJ: 33.659.759/0001-30

ITENS: 01

Cujo objeto é a Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de shows e apresentações artísticas de pequeno porte, compreendendo o fornecimento de atração, sistema de som, iluminação e toda a logística necessária, para atender às demandas do projeto "Turismo Cultural e Gastronômico" do Município de Serranópolis de Minas/MG.

Informações pelo telefone: 38 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br

Serranópolis de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:77C1ACFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO 033/2026 CREDENCIAMENTO 004/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 033/2026
CREDENCIAMENTO 004/2026

O Município de Serranópolis de Minas/MG – torna pública – o CREDENCIAMENTO da seguinte EMPRESA:

E.S.L & EMPREENDIMENTOS LIMITADA
CNPJ: 52.306.432/0001-29

ITENS: 02, 03 e 04

Cujo objeto é a contratação para fornecimento de refeições prontas e lanches, produzidas em instalações próprias, atendendo as normas sanitárias vigentes, para atender a demanda das Secretarias Municipais da Prefeitura de Serranópolis de Minas/MG, para fornecimento quando houver demanda.

Informações pelo telefone: 38 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br

Serranópolis de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:C95A6E2E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Agente de Contratação do Município de Serranópolis de Minas/MG, torna público a intenção de Aderir a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 004/2025, gerenciada pelo Órgão Gerenciador Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas – UNIÃO DA SERRA GERAL, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Serranópolis de Minas no valor de R$ 2.088.582,24 (Dois milhões, oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos).
Para maiores informações: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br ou Tel: (38) 3220-8620.

Serranópolis de Minas/MG, 12 de Agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:A477D4D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO/TERMO DE CREDENCIAMENTO **114/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO 038/2026
CREDENCIAMENTO 005/2026
OBJETO: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais, artistas, músicos, cantores, duplas, grupos musicais e bandas locais, para a prestação eventual de serviços de apresentações artísticas e musicais de pequeno porte, destinadas ao atendimento da programação cultural, turística, comemorativa, institucional e de interesse público promovida ou apoiada pelo Município de Serranópolis de Minas/MG.
EMPRESA CREDENCIADA: IRENE CECILIA DE ALMEIDA LOPES 11731879601 – CNPJ: 46.972.370/0001-91.
ITENS:

Item	Marcar com um X no item credenciado	Especificação	Unidade	Qtd. estimada	Valor unitário
9	X	Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 6.000,00
10	X	Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 7.000,00

Serranópolis de Minas/MG, 12 de Agosto de 2026.

MAICON DOUGLAS DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:CF4ED3C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO/TERMO DE CREDENCIAMENTO **115/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO 033/2026
CREDENCIAMENTO 004/2026
OBJETO: Contratação para fornecimento de refeições prontas e lanches, produzidas em instalações próprias, atendendo as normas sanitárias vigentes, para atender a demanda das Secretarias Municipais da Prefeitura de Serranópolis de Minas/MG.
EMPRESA CREDENCIADA: **E.S.L & EMPREENDIMENTOS LIMITADA – CNPJ**: **52.306.432/0001-29**

Serranópolis de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:D163DB5B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO/TERMO DE CREDENCIAMENTO **117/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO 042/2026
CREDENCIAMENTO 00562026
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de shows e apresentações artísticas de pequeno porte, compreendendo o fornecimento de atração, sistema de som, iluminação e toda a logística necessária, para atender às demandas do projeto "Turismo Cultural e Gastronômico" do Município de Serranópolis de Minas/MG.
EMPRESA CREDENCIADA: WELSON OLEGARIO DE SOUZA 06829388660 – CNPJ: 33.659.759/0001-30.
ITEM:

SEQ	ITEM	DESCRIO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN
1	30134	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS . DE PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOW CULTURAL, NO ÂMBITO DO PROJETO TURISMO CULTURAL E GASTRONÔMICO, COMPREENDENDO A) FORNECIMENTO DE ATRAÇÃO ARTÍSTICA (CANTOR, DUPLA OU BANDA) B) FORNECIMENTO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE SOM COMPATÍVEL COM O EVENTO C) FORNECIMENTO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO D) ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO EVENTO.	R$ 3.030,30	33	SERV

Serranópolis de Minas/MG, 12 de agosto de 2026.

MAICON DOUGLAS DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:4784CF24

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 123/2026)

EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 123/2026)

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o contrato abaixo :

Contrato Nº123/2026 oriundodo Processo Nº029/2026 Credenciamento Nº 003/2026

Objeto: Credenciamento de Bandas e Artistas em diferentes estilos musicais e artísticos para atender aos eventos culturais, esportivos e turísticos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Tiradentes.

Contrato N°: 123/2026**.**
Valor do Contrato: R$ 500,00 (Quinhentos reais)
Vigência: De 12/08/2026 a 12/011/2026
Contratada: Empresa Glaucio Renan de Oliveira
CNPJ: 60.264.473.0001-28
Endereço: Alameda dos Colibris ,180, Colônia do Marçal, São João Del Rei /MG, CEP: 36.302-726

Íntegra do contrato encontra-se disponível em www.tiradentes.mg.gov.br

Dou fé, Tiradentes, 12 de agosto de 2026

(Assinado Nos Autos)
DENILSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:E41FD101

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, planejamento e realização de evento esportivo de corrida de rua no município de Tocos do Moji/MG, contemplando a execução global dos seguintes serviços e fornecimentos: gestão e cronometragem, plataforma de inscrições, estrutura física do evento, premiação e material promocional/vestuário, conforme especificado no anexo I do Edital. O recebimento de propostas se dará do dia 14 de agosto de 2026 até o dia 18 de agosto de 2026, presencialmente ou por meio do e-mail: licitacao@tocosdomoji.mg.gov.br. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36, Bairro Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br, –

FABIO FLAUZINO
(Diretor do Departamento de Cultura).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:9CBA2CDE

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026.

Objeto: Referente a **Contratação de serviços de recauchutagem de pneus para a frota de veículos leves e pesados** pertencentes aos departamentos de educação, administração, saúde, gabinete do prefeito, obras e assistência social da prefeitura municipal de Tocos do Moji – MG, conforme especificado no anexo I do Edital. A sessão e abertura será no dia 27 de agosto de 2026, até as 09h 00min. CREDENCIAMENTO; às 09h e 00 min. INÍCIO DO CERTAME. Cadastramento no Sistema de Compras do Município https://portal.sgpcloud.net:9104/comprasedital/. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36 – Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br –

VITOR ALVES DE MIRA
(Diretor Municipal de Obras).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:03BE11FA

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação com blocos de concreto intertravado, meio-fio e sarjeta em trecho da Estrada Vicinal de acesso do Distrito Fernandes à divisa com o bairro Bocaina no Município de Borda da Mata (trecho próximo ao senhor Zé Carlos até a divisa), Distrito Fernandes, Zona Rural de Tocos do Moji/MG, conforme especificado nos anexos do Edital. A sessão e abertura será no dia 28 de agosto de 2026, as 09h 00min. Cadastramento no Sistema de Compras do Município https://portal.sgpcloud.net:9104/comprasedital/. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36 – centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br.

Tocos do Moji, 06 de julho de 2026.

VITOR ALVES DE MIRA -
Diretor do Departamento Municipal de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Posturas

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:CBE94A7F

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: AWM ENGINE LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos essenciais para realização de atividades em áreas como construção civil, manutenção, jardinagem e agricultura para a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Posturas, e Cultura, Esporte, Lazer e Turismo da Prefeitura Municipal de Tocos de Moji/MG. Valor do Contrato: R$ 106.520,00 (cento e seis mil, quinhentos e vinte reais), Vigência: 12/08/2026 a 11/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Maicon Geovani Pereira – Representante Legal.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:182EC01A

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PRC-103/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: SUPERMERCADO RIO MINAS LTDA. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene, para limpeza dos prédios públicos e escolas, e uso pessoal dos servidores, pacientes dos centros de atendimento da saúde e alunos na rede de ensino, da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji - MG. Valor do Contrato: R$ 19.167,38 (dezenove mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos). Vigência: 03/08/2026 a 02/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Sergio Rodrigues Pereira – Sócio Administrador. **– EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: RVN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA . Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene, para limpeza dos prédios públicos e escolas, e uso pessoal dos servidores, pacientes dos centros de atendimento da saúde e alunos na rede de ensino, da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji - MG. Valor do Contrato: R$ 44.231,25 (quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Vigência: 03/08/2026 a 02/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Rivaldo Valerio Neto – Sócio Administrador. **– EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: ANA VALERIA TONELOTTO EPP. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene, para limpeza dos prédios públicos e escolas, e uso pessoal dos servidores, pacientes dos centros de atendimento da saúde e alunos na rede de ensino, da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji - MG. R$ 61.453,16 (sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos). Vigência: 03/08/2026 a 02/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Ana Valéria Tonelotto – Proprietária. **– EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: NEW LIMP PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA . Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene, para limpeza dos prédios públicos e escolas, e uso pessoal dos servidores, pacientes dos centros de atendimento da saúde e alunos na rede de ensino, da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji - MG. R$ 5.008,33 (cinco mil, oito reais e trinta e três centavos). Vigência: 03/08/2026 a 02/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Adilson Beraldo Teodoro de Souza – Representante Legal. **– EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: RL BARRETO COMERCIO LTDA . Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene, para limpeza dos prédios públicos e escolas, e uso pessoal dos servidores, pacientes dos centros de atendimento da saúde e alunos na rede de ensino, da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji - MG. R$ 6.719,50 (seis mil, setecentos e dezenove reais e cinquenta centavos). Vigência: 03/08/2026 a 02/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Rafael Luiz Barreto – Representante Legal.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:32A197B7

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, o Exmo. Prefeito Municipal de Tocos do Moji, Sr. José Maria Cantuária, no uso de suas atribuições legais, **adjudico e homologo** através de **Pregão Eletrônico nº 037/2026,** fundado no **Processo Licitatório n° 123/2026,** tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para Realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos essenciais para realização de atividades em áreas como construção civil, manutenção, jardinagem e agricultura para a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Posturas, e Cultura, Esporte, Lazer e Turismo da Prefeitura Municipal de Tocos de Moji/MG, em favor da empresa **AWM ENGINE LTDA**, portadora do CNPJ 24.113.863/0001-33, nos termos do Artigo 28, Inciso I, da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.
A homologação do presente Pregão Eletrônico é feita nos termos do artigo 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pelas empresas vencedoras, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.
As empresas ficam obrigadas a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos que foi celebrado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de **Adjudicação e Homologação**, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Tocos do Moji – MG, 11 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:3FB50ABE

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, eu Prefeito Municipal de Tocos do Moji, Sr. José Maria Cantuária, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGO** o Processo Licitatório nº 128/2026, Adesão a Pregão Eletrônico nº 007/2026, cujo objeto é a Aquisição de um Caminhão toco 4x2 com báscula 6m³, por meio de adesão à Ata de Registro de Preço nº 0005/2025, firmada em decorrência do Processo Licitatório nº 59520.000791/2015, Pregão Eletrônico nº 90007/2025, instaurado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVAF / BA, no valor de RS 400.700,00 (Quatrocentos mil e setecentos reais).

Ademais determino a publicação deste Termo para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Tocos do Moji – MG, 07 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:D4F4EE6A

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Trata-se de processo de inexigibilidade de licitação cujo objeto é a Participação de profissionais da educação no "II Encontro Educacional de Pouso Alegre", nos dias 10, 11 e 12 de agosto de 2026., por meio da empresa Baldo Cursos Educacionais, Empresariais, Consultoria e Eventos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.323.594/0001-46.

A solicitação da contratação foi efetuada pelo Departamento Municipal de Educação, onde se expõe a necessidade da referida contratação.

Devidamente autuado, o procedimento seguiu seu trâmite regular obtendo parecer jurídico favorável à contratação direta, por inexigibilidade.

Constam nos autos a justificativa da escolha do proponente e, onde se atesta estar o mesmo em conformidade com os valores de mercado.

Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Procuradoria do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por

inexigibilidade, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021 e **AUTORIZO** o presente processo de inexigibilidade.

Após a publicação do presente, elaborar-se o contrato administrativo.

Tocos do Moji, 10 de agosto de 2026.

Publique-se;
Registre-se;
Autue-se.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:9709381F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE TOLEDO MG** está realizando a partir de 28/08/2026 processo de credenciamento de Licitação**,** visando credenciarEMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DESTINADOS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-MG, nos termos e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021. Processo 064/2026, modalidade credenciamento 034/2026, edital 029/2026. Maiores informações *licitacaotoledomg@gmail.com.*

Toledo MG, 12 de agosto de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:315B471B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
AVISO DE DISPENSA Nº 017/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026
DISPENSA N° 017/2026

O Município de Uruana de Minas/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público que a partir da data dessa publicação até às 13h00min do dia 18/08/2026 estará recebendo propostas para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação institucional, publicidade, marketing digital e consultoria em comunicação, compreendendo a criação, produção, edição e divulgação de conteúdos institucionais, elaboração de artes gráficas, produção e edição de vídeos, cobertura de eventos, gerenciamento de mídias digitais e produção de matérias destinadas a divulgação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Uruana de Minas - MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na convocação para apresentação de propostas e seus anexos, disponíveis na íntegra no sítio oficial do município http://www.uruanademinas.mg.gov.br. Maiores informações pelo telefone: (038) 99924-8659 ou pelo e-mail: licitacoes@uruanademinas.mg.gov.br.

Uruana de Minas, 13 de agosto de 2026.

IGOR FERNANDES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:ACF6E176

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO. INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026. (ART. 74 II DA LI FEDERAL 14.133/2021) .

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026

CONSIDERANDO, que o Processo Administrativo nº 061/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art. 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Assessoria Jurídica e do Controle Interno, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº 020/2026, em favor da empresa, **REGINALDO COSTA BATISTA - CHANDON,** inscrita no CNPJ sob o n° **18.262.778/0001-34**, com sede Rua DO SESQUICENTENÁRIO SNº BEM BOM - CAMPOS BELOS-GO, objetivando a Contratação Show com a artista **SERGIO SILVA ESTILIZADO** durante a realização das festividades **II URUANA RODEIO SHOW**, a ser realizado no dia 26 de setembro de 2026. **Valor Global R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).** Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.

Uruana de Minas/MG, 13 de agosto de 2026.

BRUNO RAPHAEL FERREIRA MOTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:67B1F311

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO. INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026. (ART. 74 II DA LEI FEDERAL 14.133/2021).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026

CONSIDERANDO, que o Processo Administrativo nº 062/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art. 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica e do Controle Interno, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 021/2026, em favor da empresa, **NOVOS TEMPOS PRODUÇÕES ARTISTICAS,** inscrita no CNPJ sob o nº **43.858.020/0001-00**, Avenida José Paes de Almeida, 950, Santa Mônica, Uberlândia - MG, CEP: 38.408-140, objetivando a Contratação Show com a artista do **NANDO MORENO** durante a realização das festividades II URUANA RODEIO SHOW, a ser realizado no dia 26 de SETEMBRO de 2026. **Valor Global R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).** Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.

Uruana de Minas/MG, 13 de agosto de 2026.

BRUNO RAPHAEL FERREIRA MOTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:1B0DF8EF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
EXTRATO DE EDITAL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - O Município de Urucânia/MG, através de seu Agente de Contratação, torna pública a abertura do Processo Administrativo nº 122/2026, Pregão Eletrônico n° 053/2026. **Objeto Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos e uniformes destinados à implementação e ao desenvolvimento do Projeto Viva o Esporte no Município, visando ao desenvolvimento de atividades esportivas, educacionais, recreativas e de inclusão social, nos termos do Convênio nº 979723/2025, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte, e o Município de Urucânia/MG, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.** Início da sessão pública: às 08:30 horas do dia 31/08/2026, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma eletrônica e no Site: www.urucania.mg.gov.br. Maiores informações pelo Tel: (31) 2150-0380 ou pelo e-mail: licitacao@urucania.mg.gov.br.

Urucânia/MG, 12 de Agosto de 2026,

SÉRGIO FERNANDO MAYRINK –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:290A7C6A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ATA

- 1ª Ata de Sessão de Realização de Credenciamento Chamamento Público nº 007/2026.
Processo De Licitação Nº 54/2026
Inexigibilidade nº 12/2026
Objeto: Credenciamento, para de pessoas jurídicas para prestação de serviços de Inspeção de Segurança Veicular para atendimento às demandas da frota municipal do Município de Vazante-MG.

Contratada: **VIEIRA & SILVEIRA INSPEÇOES VEICULARES LTDA**
CNPJ: 17.293.832/0001-46
Lote: 01- Inspeção de Segurança Veicular com emissão de Laudo de Inspeção de Segurança Veicular (LISV) – Van; 02- Inspeção de Segurança Veicular com emissão de Laudo de Inspeção de Segurança Veicular (LISV) – Micro-ônibus (PAS); 03- Inspeção de Segurança Veicular com emissão de Laudo de Inspeção de Segurança Veicular (LISV) – Ônibus (PAS);

Prefeitura Municipal de Vazante, 12 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG.

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:A898A887

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ATA

- 55ª Ata de Sessão de Realização de Credenciamento Chamamento Público nº 002/2025.
Processo De Licitação Nº 25/2025
Inexigibilidade nº 05/2025.
Objeto: Credenciamento de empresas para a prestação de serviços médicos, de fonoaudiologia, terapia ocupacional e instrumentação cirúrgica.

Contratada: **EDUARDA CANEDO ASSISTENCIA MEDICA LTDA**
Lote: LOTE 03 – MÉDICO UBS- CLÍNICA MÉDICA (ZONA URBANA - 08 UNIDADES BÁSICAS); LOTE 04 – MÉDICO UBS– CLÍNICA MÉDICA (ZONA RURAL) (02 UNIDADE); LOTE 26 - CREDENCIAMENTO PLANTÃO DE 12 HORAS SOBREAVISO; LOTE 27 – MÉDICO - CLÍNICA MÉDICA – PARA ATENDER A PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA;
Valor: R$ 738.120.00 (Setecentos e Trinta e Oito Mil e Cento e Vinte Reais)

Contratada: **LUANA DAMACENO MIRANDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA**
Lote: LOTE 03 – MÉDICO UBS- CLÍNICA MÉDICA (ZONA URBANA - 08 UNIDADES BÁSICAS); LOTE 04 – MÉDICO UBS– CLÍNICA MÉDICA (ZONA RURAL) (02 UNIDADE); LOTE 06 – HORAS TRABALHADAS NO HOSPITAL MUNICIPAL MÉDICOS DE ATÉ 05 ANOS DE FORMAÇÃO;LOTE 26 - CREDENCIAMENTO PLANTÃO DE 12 HORAS SOBREAVISO; LOTE 27 – MÉDICO - CLÍNICA MÉDICA – PARA ATENDER A PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA;
Valor: R$ 1.303.560,00 (um milhão trezentos e três mil, quinhentos e sessenta reais)

- 54ª Ata de Sessão de Realização de Credenciamento Chamamento Público nº 002/2025.
Processo De Licitação Nº 25/2025
Inexigibilidade nº 05/2025.
Objeto: Credenciamento de empresas para a prestação de serviços médicos, de fonoaudiologia, terapia ocupacional e instrumentação cirúrgica.

Contratada: **MEDCOURY LTDA**
Lote: LOTE 26 - CREDENCIAMENTO PLANTÃO DE 12 HORAS SOBREAVISO
Valor: R$56.700(Cinqüenta e Seis Mil e Setecentos Reais)

Prefeitura Municipal de Vazante, 12 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG.

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:7F0840F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE CONTRATO

- Contrato nº 117/2026,
Processo Licitatório nº 58/2025
Pregão Eletrônico nº. 29/2025

Contratado: **O FAZENDEIRO LTDA**
CNPJ: 21.899.992/0001-00
Objeto: . Aquisição de insumos agrícolas, visando atender o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PROAF).
Valor: R$ 509.691,50 (Quinhentos e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027

- Contrato nº 118/2026,
Processo Licitatório nº 58/2025
Pregão Eletrônico nº. 29/2025

Contratado: **VENTURY AGRO DISTRIBUIDORA LTDA**
CNPJ: 11.052.224/0001-63
Objeto: . Aquisição de insumos agrícolas, visando atender o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PROAF).
Valor: R$ 383.800,00 (Trezentos e oitenta e três mil e oitocentos reais.)
Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027

- Contrato nº 119/2026,
Processo Licitatório nº 58/2025
Pregão Eletrônico nº. 29/2025

Contratado: **VISÃO AGRO REPRESENTAÇÕES LTDA**
CNPJ: 53.278.416/0001-32
Objeto: . Aquisição de insumos agrícolas, visando atender o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PROAF).
Valor: R$ 342.480,00 (trezentos e quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta reais).
Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027

Prefeitura Municipal de Vazante, 12 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG.

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:DF162154

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026
DISPENSA Nº 16/2026

A Prefeitura Municipal de Vieiras/ MG, torna-se público que se realizará dispensa de licitação na sua forma eletrônica, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 104/2023.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais destinados à implantação de sistema de videomonitoramento por circuito fechado de televisão (CFTV), compreendendo câmeras de captação de imagens, câmeras dotadas de tecnologia de reconhecimento automático de placas veiculares (LPR), gravador digital em rede, mídias de armazenamento, cabeamento e acessórios, com os respectivos serviços de instalação, configuração e ativação.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
INICIO: Das 07h00min do dia 13/08/2026 até o dia 18/08/2026 às 09h:30min

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO 18/08/2026 às 09h:30min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL DO RECEBIMENTO: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, localizado na Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895-000

O Aviso de Dispensa de Licitação, Termo de Referência e os seus anexos encontram–se disponível no site oficial do município www.vieiras.mg.gov.br e também poderá ser solicitado pelo email **:**licitacao@vieiras.mg.gov.br ou poderá ser retirado na Sede da Prefeitura Municipal de Vieiras na Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895-000

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:62A2A5A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 206/2026 - PROCESSO Nº 034/2026 – CREDENCIAMENTO N° 005/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: HEMANUELLY DAS GRAÇAS RIBEIRO LOPES – OBJETO: credenciamento de profissionais para exercer a função de Monitor Educacional, a rede municipal de ensino para a Secretaria Municipal de Educação. **Data: 05/07/2026 – Vigência: 05/07/2027** –

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Silva Pinto
Código Identificador:3CB24373

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO N° 207/2026 - PROCESSO Nº 062/2025– CREDENCIAMENTO N° 005/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: JOSÉ EGIDIO DE OLIVEIRA – OBJETO: é contratação de serviços de conservação, serviços de jardinagem, operadores de roçadeira, objetivando a conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, estradas vicinais e demais bens públicos. **Data: 06/07/2026 – Vigência: 06/07/2027** –

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal

****

CONTRATO N° 208/2026 - PROCESSO Nº 062/2025– CREDENCIAMENTO N° 005/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: JOÃO PAULO FORTUNATO – OBJETO: é contratação de serviços de conservação, serviços de jardinagem, operadores de roçadeira, objetivando a conservação e restauração de espaços públicos, ruas, avenidas, praças, estradas vicinais e demais bens públicos. **Data: 06/07/2026 – Vigência: 06/07/2027** –

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Silva Pinto
Código Identificador:6A4F9708

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO

TERMO DE PRORROGAÇÃO 02 AO CONTRATO N° 230/2024 - PROCESSO Nº 063/2024 – CREDENCIAMENTO N° 003/2024 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: GIOVANA ALVES DOLAVALE ZONTA - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo prorrogar o prazo de validade do Contrato nº **230/2024**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas devidamente habilitadas, para prestação de serviços em regime de plantão. **Data: 06/08/2026 - Vigência: 06/08/2027.**

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:D9D81D9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DIOGO DE VASCONCELOS

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO N° 050/2026

A prefeitura de Diogo de Vasconcelos torna público a quantos possam interessar, o extrato do contrato nº 050/2026, decorrente do processo administrativo nº 059/2025, pregão eletrônico nº 020/2025, registro de preços nº 016/2025, firmado com a empresa Padaria União Ltda (CNPJ 22.522.265/0001-92). O presente instrumento tem por objeto a aquisição de itens de padaria, como pães, bolos, salgados e outros produtos alimentícios, destinados a atender eventos, reuniões e oficinas realizadas ao longo do ano, pelo valor total de R$ 35.650,70 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta centavos). A vigência contratual compreende o período de 17/07/2026 a 16/07/2027, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021. Data de assinatura: 16 de julho de 2026

Publicado por:
Cassio Santos Silva
Código Identificador:660D0910

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNIIPAL DE SÃO TIAGO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 107/2026 - INEXIGIBILIDADE 039/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO do Proc. 107/2026 – Inexigibilidade 039/2026. Obj.: Locação de Imóvel, localizado na Rua Josino Rodarte, 74, Cerrado em São Tiago, para instalação e funcionamento do Programa de Saúde Mental "Bem viver". Contratado: Geraldo Nilson Silveira, CPF: 532.806.016-49. Fund. Legal: Art. 74, inciso V da Lei 14.133/21. Valor Mensal: R$1.233,08 - Valor total: R$14.796,96. Declaração de Inexigibilidade: em 12/08/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexigibilidade: em 12/08/2026, por

ALEXANDRE N. A. VIVAS,
Pref. Municipal.

São Tiago, 12/08/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:72725686

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE BOCAIUVA

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PUBLICAÇÃO DE ADITIVO - CONTRATO 44/2025

Prorrogação da vigência do Contrato por 6 (seis) meses, compreendendo o período de 12/08/2026 a 11/02/2027, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e conforme justificativas constantes no processo administrativo.
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiuva – **SAAE de Bocaiuva**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.118.506/0001-66, neste ato representado por sua Diretora Geral, Srta. IZABELLA SOUZA MEIRA.
Contratada: ARAXA AMBIENTAL TESTES E ANALISES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº03.417.494/0001-00.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ENSAIOS ANALÍTICOS CONFORME PREVÊ AS LEGISLAÇÕES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA,UNIDADES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.
Origem: Processo nº 209/2025, modalidade Pregão Eletrônico nº. 57/2025
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotações próprias da autarquia.

Bocaiuva/MG, 12 de agosto de 2026.

IZABELLA SOUZA MEIRA
Diretora Geral do SAAE

Publicado por:
Fernanda Santiago Librelon
Código Identificador:8D5D05A0

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS/MG

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS/MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - 10/2026 Nº PROC. ADM. 31/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO QUE TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE O ÓRGÃO SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE, DE ACORDO COM A REGULAMENTAÇÃO CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA REALIZARÁ DISPENSA ELETRÔNICA SENDO CONDUZIDO POR BRUNA SILVEIRA BARBOSA E TENDO COMO AUTORIDADE KAYO VINYCYUS DE SOUZA OLIVEIRA.

PUBLICAÇÃO: 12/08/2026 12:09
INÍCIO REC. PROPOSTA: 13/08/2026 09:00
FIM REC. PROPOSTA: 18/08/2026 09:00
INÍCIO DISPUTA: 18/08/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 2.205,2600

OBJETO DO PROCESSO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA, VISANDO À REGULARIZAÇÃO E OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE LICENÇA DO CORPO DE BOMBEIROS – CLCB JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS (CBMMG), PARA A EDIFICAÇÃO SEDE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE CARMO DE MINAS/MG, SITUADA NA RUA CORONEL ANTÔNIO RIBEIRO, Nº 186, CENTRO, CARMO DE MINAS/MG, COM ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADA DE 208,20 M², CONFORME TERMO DE REFERENCIA*

OBSERVAÇÕES DO PROCESSO:
DÚVIDAS ENTRAR EM CONTATO COM A BLL PELO TEL (41) 3097-4600
Para demais informações:
E-mail: Atendimento@saaecarmodeminas.mg.gov.br
Telefone: 3533342042
Link:
https://bllcompras.com/process/processview?param1=%5bgkz%5dcgvcmf7arfq4sxsoscrjrw06ifl
vugsn6u1gyhsvl4ac3c4f761hp%2ffb5k5x_zwvmvyde
lxgqwz1cga1x86ryr88m4pc9cccemx7nhbdkrs%3d

Publicado por:
Bruna Silveira Barbosa
Código Identificador:A9B145A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 5/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2026

Ratifica Processo – Inscrição de 01 (um) servidor no 2° seminário online Obras e Serviços de Engenharia Lei 14.133/2021, que será realizado nos dias 13/08 e 14/08/2026 pela Plenum Gestão LTDA.

(Inexigibilidade)

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Ratifica Processo Licitatório 47/2026 – Inexigibilidade 5/2026. Objeto: Inscrição de 01 (um) servidor no 2° seminário online Obras e Serviços de Engenharia lei 14.133/2021, que será realizado nos dias 13/08 e 14/08/2026 pela Plenum Gestão LTDA. Processo de Inexigibilidade artigo 74, inciso III, f – Lei 14.133/2021. Empresa Contratada: Instituto de Desenvolvimento Público Plenum Brasil LTDA – CNPJ: 21.650.715/0001-60, Valor total do processo: R$ 1.890,00. Data da ratificação: 12/08/2026.

Pirapora-MG, 12 de agosto de 2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor Geral do SAAE/Pirapora-MG

Publicado por:
Suellen Nascimento Bezerra
Código Identificador:E8F27AA5

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IBIÁ

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO DE Nº 041/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 045/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

Objeto: aquisição de **"ENVASADORA AUTOMÁTICA DE COPOS EM POLIETILENO"** para atender às necessidades do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiá-MG.

Pelo presente instrumento, com base no Art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, o SAAE, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiá/MG, CNPJ sob o nº 20.842.100/0001-72, através de seu Diretor Geral Rogério Geraldo Ferreira, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, doravante denominado **Contratante** e, de outro lado, a empresa GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA, CNPJ sob o nº 36.521.392/0001-81, neste ato representada por seu sócio, Gustavo Oliveira, doravante denominada **Contratado**, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO Nº 041/2025,

O Contratado apresentou requerimento administrativo de extinção consensual do contrato nº 41/2025, sem aplicação de qualquer penalidade, alegando, em síntese, que a fabricante do produto/equipamento objeto da contratação não possui condições de atender ao pedido, impossibilitando, segundo informado pela empresa, o cumprimento da obrigação contratual nos termos originalmente pactuados.
Considerando o requerimento apresentado pelo Contratado e após análise da situação contratual, as partes manifestam, de forma expressa, livre e consensual, sua concordância com a extinção do Contrato nº 41/2025.
Por meio do presente instrumento, as partes resolvem extinguir consensualmente o Contrato nº 041/2025, cessando, a partir da data de sua assinatura, as obrigações futuras dele decorrentes, ressalvadas aquelas que, por sua natureza ou por disposição contratual, devam permanecer vigentes após a extinção.
Considerando que a extinção decorre de acordo entre as partes, bem como diante da alegação apresentada pelo Contratado de que a fabricante não possui condições de atender ao pedido, fica estabelecido que a presente extinção consensual ocorrerá sem aplicação de multa ou de qualquer outra penalidade contratual ao Contratado, desde que não sejam constatados, no processo administrativo, fatos distintos que caracterizem infração administrativa passível de apuração.
Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após a publicação.

Ibiá-MG, 10 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GERALDO FERREIRA
Diretor Geral do SAAE- Ibiá/MG

GUSTAVO OLIVEIRA
Representante Legal -
GO Vendas Eletrônicas LTDA

Publicado por:
Rogério Geraldo Ferreira
Código Identificador:7157B515

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE CARMO DA MATA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SAAE DE CARMO DA MATA/MG – Aviso de Inexigibilidade de Licitação n.º 003/2026 – Processo Licitatório n.º 026/2026. O SAAE de Carmo da Mata-MG, torna público a Ratificação em 12/08/2026, nos termos do Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/21, por intermédio do diretor e com vistas à justificativa contida no certame, a Inexigibilidade de Licitação n.º 003/2026, que objetiva a contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica para atender às demandas do SAAE de Carmo da Mata (com representação judicial em 2ª Instância e Instâncias Superiores e Administrativa junto ao Tribunal de Contas do Estado, Licitações e Contratos, Estrutura Organizacional, Regime Geral de Previdência, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Financeiro) com atendimento remoto ou presencialmente, cujo objeto foi adjudicado a Ansaloni Sociedade Individual de Advocacia no valor total aproximado de R$ 165.900,00 (cento e três mil e duzentos reais).

12 de agosto de 2026

ERWIN JOHANN NIEDERKOFLER
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Elisa Rezende de Castro
Código Identificador:FF3E26A0

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LAGOA FORMOSA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa Formosa – SAAE,** por intermédio de seu Superintendente, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, conforme a Lei Federal n° 14.133/2021 e demais legislação aplicáveis, para futura e eventual aquisição de materiais de laboratório, reagentes químicos, vidrarias, equipamentos laboratoriais, acessórios e soluções padrão, destinados ao atendimento das necessidades do laboratório do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Lagoa Formosa/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
O certame será conduzido na plataforma **Licitanet**, disponível no endereço eletrônico: https://licitanet.com.br/.
Início da sessão de disputa: 24 de agosto de 2026
Endereço eletrônico: https://licitanet.com.br/
Informações e edital: https://www.saaelagoa.com.br/ almoxarifado@saaelagoa.com.br

GERALDO EUSTÁQUIO CAMARGOS
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Marianne Silva Dos Santos
Código Identificador:7EF2DD92

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2026

O SEMASA DE CARANGOLA-MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2026, Processo nº 123/2026 por compra direta. CONTRATANTE: SEMASA. CONTRATADO: FACILITA TELECOM LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia em nuvem, compreendendo a disponibilização de solução de PABX Virtual hospedado em nuvem, com fornecimento de 15 (quinze) ramais, 8 (oito) canais simultâneos de comunicação, serviço de número 0800 com capacidade para 1 (uma) ligação simultânea, locação de 15 (quinze) aparelhos telefônicos IP com fio e disponibilização de 30 (trinta) linhas de telefonia móvel, contemplando franquia mínima de 3 GB de dados móveis, ligações nacionais ilimitadas para telefones fixos e móveis, WhatsApp ilimitado, 20 (vinte) mensagens SMS e serviço de roaming nacional. FORMA DE PAGAMENTO: MENSAL. Valor GLOBAL do contrato: R$ 30.000,00. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17.112.0021.6001-3.3.90.40.00. Assinatura do Contrato: 12/08/2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor Geral SEMASA/CGA.

Publicado por:
Renata Izidoro Lima Heinisch
Código Identificador:51995EA4

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAUDE - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR PROCESSO 68/2026

AMVAP SAÚDE - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PRESIDENTE, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: Aquisição de materiais hospitalares de consumo destinados ao atendimento das demandas do Centro de Especialidades Médicas do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE.

FORNECEDOR: EYE PHARMA LTDA, CNPJ nº 53.078.135/0001-36

ITEM	CÓD.	QTD.	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	602-1	10	Un.	CLORIDRATO DE FENILEFRINA 10% - SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA - FRASCO 5 ML	EYE PHARMA	R$ 46,48	R$ 464,80
TOTAL							R$ **464,80**

FORNECEDOR: HDL LOGÍSTICA HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 11.872.656/0001-10

ITEM	CÓD.	QTD.	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	605-1	100	Un.	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5 MG/ML INJ. AMPOLA 10 ML	Cristalia	R$ 3,94	R$ 394,00
11	103-1	25	Un.	ESMOLOL (CLORIDRATO) AMPOLA 10 MG/ML FR-AMP 10 ML INJ IV	Cristalia	R$ 78,40	R$ 1.960,00
13	115-1	400	Un.	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML SOL INJ AMP 5 ML	Cristalia	R$ 7,20	R$ 2.880,00
16	106-1	50	Un.	NALOXONA (CLORIDRATO) - AMPOLA 0,4 MG/ML 1 ML	Cristalia	R$ 7,20	R$ 360,00
21	615-1	40	FR	TROPICAMIDA 10 MG/ML - FRASCO 5 ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	Cristalia	R$ 16,70	R$ 667,97
TOTAL							R$ **6.261,97**

FORNECEDOR: FOX PRIME MEDICAL LTDA, CNPJ nº 56.032.581/0001-06

ITEM	CÓD.	QTD.	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	95-3	300	Un.	ÁGUA PARA INJEÇÃO - AMPOLA 100 ML	Farmace	R$ 6,27	R$ 1.881,00
18	108-1	30	Un.	ONDANSETRONA - 4 MG CP	Biolab	R$ 0,71	R$ 21,30
TOTAL							R$ **1.902,30**

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Uberlândia-MG, 11 de agosto de 2026

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente Do AMVAP Saúde

Publicado por:
Ana Caroline Mota de Freitas
Código Identificador:7F6DC906

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 90/2026

MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 32/2026
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Materiais Diversos, para atender as demandas das diversas Secretarias da Administração Municipal. Dia 12 de agosto de 2026, após análise e julgamento das propostas conforme processo em epígrafe, certificando a inexistência de recurso, a pregoeira Thaís Mesquita Ribeiro ADJUDICA os itens para a empresa abaixo relacionada:

MERCEARIA RARO LTDA - ME					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	APARELHO DE BARBEAR DUAS LÂMINAS, CABO PLÁSTICO EMBORRACHADO COM LUBRIFICANTE	UND	700	R$ 1,99	R$ 1.393,00
3	BOBINA PICOTADA SACOS PLASTICOS TRANSPARENTE, TAMANHO 40 X 60 CM COM 500 SACOS	UND	60	R$ 43,13	R$ 2.587,80
11	COLHERZINHA DE SORVETE DESCARTÁVEL, PACOTE COM 100 UND	PCTE	100	R$ 6,89	R$ 689,00
14	COPO PLASTICO DESCARTÁVEL 50 ML, COMPOSIÇÃO POLIESTIRENO ATÓXICO, MAIOR RESISTÊNCIA ATÉ 100ºC, PACOTE COM 100 UNID	PCTE	800	R$ 2,43	R$ 1.944,00
15	COPO PLASTICO DESCARTÁVEL 200 ML, COMPOSIÇÃO POLIESTIRENO ATÓXICO, MAIOR RESISTÊNCIA ATÉ 100ºC, PACOTE COM 100 UNID	PCTE	2.500	R$ 3,99	R$ 9.975,00
16	CORDA DE VARAL, 100% POLIETILENO, 10M, Nº 05	UND	80	R$ 5,30	R$ 424,00
17	DESENTUPIDOR DE PIA COM CABO DE PLÁSTICO	UND	40	R$ 5,99	R$ 239,60
18	EBULIDOR ALUMÍNIO 270MM, 1000W, 127 VOLTS	UND	100	R$ 32,00	R$ 3.200,00
20	ESPONJA DE DUPLA AÇÃO P/ BANHO	UND	130	R$ 5,20	R$ 676,00
23	FÓSFORO DE MADEIRA, PACOTE DE 10 CX C/ 40 UNIDADES CADA	PCTE	100	R$ 5,79	R$ 579,00
24	GUARDANAPO DE PAPEL TAMANHO DOBRADO APROXIMADO 15 X 15 CM, PACOTE C/ 100 UNIDADES	PCTE	250	R$ 2,80	R$ 700,00
25	HASTES FLEXIVEIS PACOTE COM PONTAS DE ALGODÃO, PACOTE COM 75 UNID	PCTE	100	R$ 1,99	R$ 199,00
26	ISQUEIRO MAXI ALT. CHAMA PRÉ-AJUSTADA, SELO HOLOGRÁFICO INMETRO	UND	200	R$ 4,99	R$ 998,00
28	PALITO DE DENTE, ROLIÇO, DE MADEIRA CAIXA C/ 100 UNID	CX	70	R$ 1,40	R$ 98,00
34	COPO DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO, PARA CALDO, 300ML COM 100 UM	CX	100	R$ 9,40	R$ 940,00
35	PRENDEDOR DE ROUPA PLÁSTICO, PACOTE C/ 12 UNID	PCTE	100	R$ 2,10	R$ 210,00
36	RALO GALVANIZADO PARA PIA	UND	80	R$ 4,20	R$ 336,00
38	SAQUINHO PLASTICO P/ SANDUICHE PCT C/ 1000 UNID	PCTE	50	R$ 12,00	R$ 600,00
39	SAQUINHO DE PIPOCA PACOTE COM 100 UNIDADES	PCTE	800	R$ 5,80	R$ 4.640,00
40	TORNEIRA AUTOMATICA PARA FILTRO	UND	150	R$ 5,99	R$ 898,50
43	POTE DESCARTAVEL, DE PLÁSTICO, COM TAMPA, 250 ML, PACOTE C/ 25 UNID	PCTE	150	R$ 12,10	R$ 1.815,00
44	POTE DESCARTAVEL, DE PLÁSTICO, COM TAMPA, 1000 ML, PACOTE C/ 25 UNID	PCTE	100	R$ 31,69	R$ 3.169,00
45	POTE DESCARTAVEL, DE PLASTICO, COM TAMPA, 500 ML, PACOTE C/ 25 UNID	PCTE	100	R$ 21,30	R$ 2.130,00
46	SAQUINHO DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAM 10 X 20 CM, PCT C/ 100 UNID	PCTE	50	R$ 12,94	R$ 647,00
47	SAQUINHO DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAMANHO 14 X 28 CM, KG	KG	20	R$ 45,14	R$ 902,80
48	SAQUINHO DE PLATICO TRANSPARENTE, TAM 15 X 30 CM, KG	KG	20	R$ 45,97	R$ 919,40
49	SAQUINHO DE PLASTICO TRANSPARENTE, TAMANHO 17 X 35 CM, KG	KG	20	R$ 39,93	R$ 798,60
50	SAQUINHO DE PLASTICO TRANSPARENTE, TAMANHO 25 X 35 CM, KG	KG	20	R$ 48,02	R$ 960,40
52	PRATO DESCARTAVEL RASO DE PLASTICO, TAMANHO 15 CM, COM 10 UNIDADES	PCTE	100	R$ 1,42	R$ 142,00
53	PRATO DESCARTAVEL RASO DE PLASTICO, TAMANHO 18 CM, COM 10 UNIDADES	PCTE	100	R$ 2,00	R$ 200,00
55	PRATO DESCARTAVEL FUNDO DE PLASTICO, TAMANHO 15 CM, COM 10 UNIDADES	PCTE	150	R$ 1,40	R$ 210,00
56	PRATO DESCARTAVEL FUNDO DE PLASTICO, TAMANHO 18 CM, COM 10 UNIDADES	PCTE	100	R$ 2,44	R$ 244,00
57	SACO DE PAPEL PARDO (KRAFT) 2K	PCTE	80	R$ 47,39	R$ 3.791,20
59	SACOLA PLASTICA ALÇA VAZADA BRANCA, ESPESSURA 0,10 (BOCA DE PALHAÇO) 20X30	PCTE	100	R$ 29,99	R$ 2.999,00
62	COLHER DESCARTÁVEL, PARA REFEIÇÃO, COMPOSIÇÃO: POLISTIRENO VIRGEM E PIGMENTOS DE ALTA PUREZA CONFORME RESOLUÇÃO 105/99, PCT 50 UNID	PCTE	200	R$ 4,00	R$ 800,00
63	GARRAFA 300 ML PLÁSTICA (PEAD) TRANSLÚCIDA LEITOSA DE MELHOR QUALIDADE	UND	1.300	R$ 48,00	R$ 62.400,00
65	FILTRO DE BARRO FEITO DE ARGILA VERMELHA COM ACABAMENTO ANTIMOFO, RESERVATÓRIO SUPERIOR E INFERIOR EM ARGILA COM TRATAMENTO ESPECIAL, CAPACIDADE 16 LITROS, 8 LITROS POR RESERVATÓRIO, MEDIDAS APROX. 62,0CM DE ALT, 26,0 CM DE DIÂMETRO, 02 VELAS MARCA IGUAL OU SUPERIOR STÉFANI, SÃO JOÃO	UND	40	R$ 173,90	R$ 6.956,00
66	SAQUINHO PARA HOT DOG, PLÁSTICO BRANCO, COM 15CMX10CM, PCTE COM 500 UNIDADES	PCTE	50	R$ 9,60	R$ 480,00
TOTAL DA ESTIMATIVA:					**R$ 120.891,30**

TREZE DISTRIBUIDORA LTDA					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
10	COLHER DESCARTAVEL PARA SOBREMESSA, PLÁSTICO C/50 UNIDADES	PCTE	150	R$ 4,20	R$ 630,00
19	ESCOVA P/ LIMPEZA DE UNHAS C/ BASE PLÁSTICA	UND	100	R$ 4,00	R$ 400,00
21	FORMINHA DE PAPEL PARA DOCINHO - PACOTE COM 50 UNIDADES	PCTE	100	R$ 5,40	R$ 540,00
22	FILTRO DE PAPEL, TAMANHO 103, C/ 40 UNIDADES	PCTE	100	R$ 6,60	R$ 660,00
27	PALITO PARA CHURRASCO DE MADEIRA, 4MM X 30CM, PACOTE C/ 50 UNIDADES	PCTE	160	R$ 5,50	R$ 880,00
29	PALITO DE PICOLE, PACOTE C/ 50 UNID	PCTE	200	R$ 5,80	R$ 1.160,00
51	GARFO DESCARTAVEL, DE PLÁSTICO, PACOTE COM 50 UNIDADE	PCTE	80	R$ 4,30	R$ 344,00
58	SACO DE PAPEL PARDO (KRAFT) 3K	PCTE	80	R$ 65,00	R$ 5.200,00
60	SACOLA PLASTICA ALÇA VAZADA BRANCA, ESPESSURA 0,10 (BOCA PALHAÇO) 30X40	PCTE	50	R$ 48,00	R$ 2.400,00
61	SACOLA PLASTICA ALÇA VAZADA BRANCA, ESPESSURA 0,10 (BOCA DE PALHAÇO) 40X50	PCTE	100	R$ 54,00	R$ 5.400,00
64	GARRAFA 200 ML PLÁSTICA (PEAD) TRANSLÚCIDA LEITOSA DE MELHOR QUALIDADE	UND	1.000	R$ 32,90	R$ 32.900,00
TOTAL DA ESTIMATIVA:					**R$ 50.514,00**

DINIZ E DINIZ COMERCIA DIGITAL LTDA					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
2	BASE P/ UNHA INCOLOR 8ML	UND	150	R$ 4,50	R$ 675,00
9	COADOR DE PANO, TAMANHO MÉDIO, ARO DE METAL, CABO MADEIRA	UND	100	R$ 4,60	R$ 460,00
12	COPO PLASTICO DESCARTÁVEL 100 ML, COMPOSIÇÃO POLIESTIRENO ATÓXICO, MAIOR RESISTÊNCIA ATÉ 100ºC, PACOTE COM 100 UNID	PCTE	300	R$ 4,90	R$ 1.470,00
13	COPO PLASTICO DESCARTÁVEL 150 ML, COMPOSIÇÃO POLIESTIRENO ATÓXICO, MAIOR RESISTÊNCIA ATÉ 100ºC, PACOTE COM 100 UNID	PCTE	300	R$ 5,30	R$ 1.590,00
30	PILHA ALCALINA PEQUENA, TAMANHO AA, PCTE C/ 4 UNID	PCTE	500	R$ 8,00	R$ 4.000,00
31	PILHA ALCALINA MÉDIA, TAMANHO C, PCTE C/ 2 UNID	PCTE	200	R$ 11,50	R$ 2.300,00
32	PILHA ALCALINA GRANDE, TAMANHO D, PCTE C/ 2 UNID	PCTE	200	R$ 16,50	R$ 3.300,00
33	PILHA ALCALINA PALITO, TAMANHO AAA, PCTE C/ 4 UNID	PCTE	300	R$ 9,00	R$ 2.700,00
37	SAQUINHO PLASTICO PARA CHUP-CHUP	PCTE	250	R$ 3,50	R$ 875,00
41	TOUCA DESCARTAVEL PARA CABELO COM ELÁSTICO, COR BRANCA, COM 100 UNIDADES	UND	200	R$ 10,20	R$ 2.040,00
42	VELA PARA FILTRO DE CERAMICA	UND	100	R$ 6,30	R$ 630,00
54	PRATO DESCARTAVEL RASO DE PLASTICO, TAMANHO 21 CM, COM 10 UNIDADES	PCTE	100	R$ 2,60	R$ 260,00
TOTAL DA ESTIMATIVA:					**R$ 20.300,00**

KARINE THAÍS AMERICO SANTOS FIGUEIREDO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
4	CADEADO Nº 20 SIMILAR OU SUPERIOR PADO	UND	50	R$ 15,20	760,00
5	CADEADO Nº 30 SIMILAR OU SUPERIOR PADO	UND	50	R$ 18,50	925,00
6	CADEADO Nº 40 SIMILAR OU SUPERIOR PADO	UND	70	R$ 29,40	2.058,00
7	CADEADO Nº 45 SIMILAR OU SUPERIOR PADO	UND	70	R$ 31,00	2.170,00
8	CADEADO Nº 50 SIMILAR OU SUPERIOR PADO	UND	70	R$ 51,00	3.570,00
TOTAL DA ESTIMATIVA:					**R$ 9.483,00**

THAÍS MESQUIA RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:E5925B45

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADJUDICAÇÃO PROCESSO Nº 0163/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0057/2026

Termo de Adjudicação do Pregão EletrônicoNº 0057/2026
Após averiguar o resultado do Pregão n°0057/2026 referente ao processo 00016326, a autoridade competente, Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.
Resultado da Adjudicação

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item - VW KOMBI - PLACA HMM 6959	Gente Seguradora S/A	SEGURO	3.161,0100	3.161,01	0%	12/08/2026
2	Item - ONIBUS AGRALE MASCA GRAMINI - PLACA PWR 2659	Gente Seguradora S/A	SEGURO	4.107,1600	4.107,16	0%	12/08/2026
3	Item - CITROEN/AIR CROSS STARTMT - PLACA QXZ 1C35	Gente Seguradora S/A	SEGURO	4.336,5600	4.336,56	0%	12/08/2026
4	Item - CAMINHÃO FORD CARGO 1717 - PLACA HMH 0419	Gente Seguradora S/A	SEGURO	5.391,8000	5.391,80	0%	12/08/2026

12 de agosto de 2026 13:17:41

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:B8BAEDA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
HOMOLOGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0163/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0057/2026

Termo de homologação do Pregão Eletrônico
Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente , Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Nº 0057/2026.

Homologação		
Processo	**Autoridade**	**Data homologação**
00572026	ANDERSON GERALDO DE PAULA	12/08/2026

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item - VW KOMBI - PLACA HMM 6959	Gente Seguradora S/A	SEGURO	3.161,0100	3.161,01	0%	12/08/2026
2	Item - ONIBUS AGRALE MASCA GRAMINI - PLACA PWR 2659	Gente Seguradora S/A	SEGURO	4.107,1600	4.107,16	0%	12/08/2026
3	Item - CITROEN/AIR CROSS STARTMT - PLACA QXZ 1C35	Gente Seguradora S/A	SEGURO	4.336,5600	4.336,56	0%	12/08/2026
4	Item - CAMINHÃO FORD CARGO 1717 - PLACA HMH 0419	Gente Seguradora S/A	SEGURO	5.391,8000	5.391,80	0%	12/08/2026

12 de agosto de 2026

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:6004004E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADJUDICAÇÃO

Termo de Adjudicação do Pregão EletrônicoNº 0059/2026
Após averiguar o resultado do Pregão n°0059/2026 referente ao processo 00016826, a autoridade competente, Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.
Resultado da Adjudicação

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item - TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO 4 VÍRUS	MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	vivachek	224,00	606,44	63,06%	12/08/2026

12 de agosto de 2026 11:27:17

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:99199457

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO

Termo de homologação do Pregão Eletrônico
Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente , Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Nº 0059/2026.

Homologação		
Processo	**Autoridade**	**Data homologação**
00592026	ANDERSON GERALDO DE PAULA	12/08/2026

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item - TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO 4 VÍRUS	MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	vivachek	224,00	606,44	63,06%	12/08/2026

12 de agosto de 2026

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:A4F33642

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM REPOUSO

DECRETOS
DECRETO Nº 1665/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
AL. JOSE BRANDAO, N. 348
CNPJ:18.675.892/0001-96 Exercício: 2026
DECRETO Nº 1665 , DE 01 DE JULHO DE 2026 - LEI N.1156

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de BOM REPOUSO, no uso de suas atribuições legais;
Decreta:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$327.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Origem: Anulação		
02 03 01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
04.122.0001.2004.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	3.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 61
04.122.0001.2004.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	5.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 61
02 03 02	DEPARTAMENTO DE FINANCAS	
28.846.0001.0008.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	100.000,00
3.2.90.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 90
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.241.0002.1057.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	92.000,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 107
15.452.0002.2010.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	50.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 751 000	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	
751 000	COSIP	FICHA: 140
15.452.0002.2011.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	10.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	

1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 149
Origem: Anulação		
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
26.782.0002.2007.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	10.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 164
26.782.0002.2007.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	20.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 164
02 04 03	DPTO DE AGRICULTURA,IND,COMÉRCIO,TURISMO,ESPORTE E CULTURA	
27.812.0003.2015.0000	CIDADANIA E BEM ESTAR	2.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 225
02 05 01 DIVISAO	DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	3.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 249
02 05 05	SECAO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0007.2032.0000	CAMINHOS PARA O APRENDER	20.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 553 000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	
553 000	PNATE	FICHA: 356
Origem: Superávit Financeiro		
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2037.0000	SAUDE DE QUALIDADE	12.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
2 621 000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
621 000	SUS ESTADUAL	FICHA: 582
Artigo 2o.- O crédito	aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:	
Superávit Financeiro:		12.000,00
Fontes de Recurso		
621 000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	12.000,00
Anulação:		
02 03 01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
04.122.0001.2004.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	-3.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 57
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0002.2010.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	-50.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 751 000	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	
751 000	COSIP	FICHA: 137
15.452.0002.2011.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	-10.000,00
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 152
15.452.0002.2011.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	-5.000,00
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 152
02 05 01 DIVISAO	DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-3.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 250
02 05 05	SECAO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0007.2032.0000	CAMINHOS PARA O APRENDER	-20.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 553 000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional	
553 000	PNATE	FICHA: 362
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-100.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-92.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-20.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-10.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-2.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
Anulação (-)		-315.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BOM REPOUSO, 01 de julho de 2026

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Honoria de Freitas
Código Identificador:A3410365

DECRETOS
DECRETO Nº 1668/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
AL. JOSE BRANDAO, N. 348
CNPJ:18.675.892/0001-96 Exercício: 2026
DECRETO Nº 1668 , DE 14 DE JULHO DE 2026 - LEI N.1187

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O Prefeito Municipal de BOM REPOUSO, no uso de suas atribuições legais;
Decreta:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$103.067,06 distribuídos as seguintes dotações:

Origem: Excesso		
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.302.0009.2063.0000	SAUDE DE QUALIDADE	79.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 600 000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	
600 000 SUS	FEDERAL - CUSTEIO	FICHA:608
10.302.0009.2063.0000	SAUDE DE QUALIDADE	24.067,06
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 600 000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	
600 000	SUS FEDERAL - CUSTEIO	FICHA:609

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:	103.067,06	
Fontes de Recurso		
600 000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção	103.067 ,06

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BOM REPOUSO, 14 de julho de 2026

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Honoria de Freitas
Código Identificador:C7B947BF

DECRETOS
DECRETO Nº 1669/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
AL. JOSE BRANDAO, N. 348
CNPJ:18.675.892/0001-96 Exercício: 2026
DECRETO Nº 1669 , DE 14 DE JULHO DE 2026 - LEI N.1184

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de BOM REPOUSO, no uso de suas atribuições legais;
Decreta:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$174.965,66 distribuídos as seguintes dotações:

Origem: Excesso		
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.451.0002.1039.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	58.641,10
4.4.90.30.00	Material de Consumo	
1 706 000	Transferência Especial da União	
706 000	TRANSF.ESPECIAL UNIAO	FICHA: 565
15.451.0002.1039.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	80.382,36
4.4.90.30.00	Material de Consumo	
1 706 000	Transferência Especial da União	
706 000	TRANSF.ESPECIAL UNIAO	FICHA: 565
15.451.0002.1039.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	14.764,50
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1 706 000	Transferência Especial da União	

706 000	TRANSF.ESPECIAL UNIAO	FICHA: 566
15.451.0002.1039.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	21.177,70
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1 706 000	Transferência Especial da União	
706 000	TRANSF.ESPECIAL UNIAO	FICHA: 566

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:		174.965,66
Fontes de Recurso		
706 000	Transferência Especial da União	174.965,66

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BOM REPOUSO, 14 de julho de 2026

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Honoria de Freitas
Código Identificador:4C5A235D

DECRETOS
DECRETO Nº 1670/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
AL. JOSE BRANDAO, N. 348
CNPJ:18.675.892/0001-96 Exercício: 2026
DECRETO Nº 1670 , DE 14 DE JULHO DE 2026 - LEI N.1156

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de BOM REPOUSO, no uso de suas atribuições legais;
Decreta:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$764.100,00 distribuídos as seguintes dotações:

Origem: Anulação		
02 03 01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
04.122.0001.2004.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	20.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 61
04.122.0001.2004.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	82.100,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 61
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0002.2011.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	218.000,00
4.4.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 159
26.782.0002.2007.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	25.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 164
26.782.0002.2007.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	25.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 164
26.782.0002.2007.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	60.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 164
26.782.0002.2007.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	30.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 166

Origem: Anulação		
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
26.782.0002.2007.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	50.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 166
26.782.0002.2007.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	65.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 166
02 04 03 DPTO DE	AGRICULTURA,IND,COMÉRCIO,TURISMO,ESPORTE E CULTURA	
13.392.0003.2016.0000	CIDADANIA E BEM ESTAR	3.000,00
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	

1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 184
27.812.0003.2015.0000	CIDADANIA E BEM ESTAR	2.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 225
02 05 01 DIVISAO	DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0004.1022.0000	EDUCACAO PARA TODOS	10.000,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 238
12.361.0004.1022.0000	EDUCACAO PARA TODOS	20.000,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 238
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	2.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 250
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	5.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 250
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	7.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 250

Origem: Anulação		
02 05 01	DIVISAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	65.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 250
02 05 02 DIVISAO	DO ENSINO INFANTIL	
12.365.0005.2023.0000	EDUCACAO INFANTIL PARA TODOS	21.000,00
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 602
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0011.2051.0000	PROTECAO SOCIAL EM SAUDE	40.000,00
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 432
02 06 02	SECAO DE AÇÕES EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA SANITARIA	
10.305.0009.2040.0000	SAUDE DE QUALIDADE	8.000,00
3.3.90.95.00	Indenização pela Execução de Trabalho de Campo	
1 621 000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
621 000	SUS ESTADUAL	FICHA: 452
Origem: Superávit Financeiro		
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2037.0000	SAUDE DE QUALIDADE	6.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
2 621 000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
621 000	SUS ESTADUAL	FICHA: 582

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro:		6.000,00
Fontes de Recurso		
621 000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	6.000,00
Anulação:		
02 04 03	DPTO DE AGRICULTURA,IND,COMÉRCIO,TURISMO,ESPORTE E CULTURA	

02 04 03	DPTO DE AGRICULTURA,IND,COMÉRCIO,TURISMO,ESPORTE E CULTURA	
13.392.0003.2016.0000	CIDADANIA E BEM ESTAR	-3.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 182
02 05 01 DIVISAO	DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-2.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 249
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-10.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 260
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-20.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 263
02 05 02 DIVISAO	DO ENSINO INFANTIL	
12.365.0005.2023.0000	EDUCACAO INFANTIL PARA TODOS	-21.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 293

02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-65.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-65.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-60.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-30.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387

02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-25.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-25.000,00
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 395
10.301.0009.2037.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-8.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 621 000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	
621 000	SUS ESTADUAL	FICHA: 423
10.301.0011.2051.0000	PROTECAO SOCIAL EM SAUDE	-40.000,00
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 431
02 07 01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	-218.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 495
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	-82.100,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 495
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	-50.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 495
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	-20.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 495
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	-7.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 495
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	-5.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 495

02 07 01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	-2.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 495
Anulação (-)		-758.100,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BOM REPOUSO, 14 de julho de 2026

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Honoria de Freitas
Código Identificador:3C00095F

DECRETOS
DECRETO Nº 1672/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
AL. JOSE BRANDAO, N. 348
CNPJ:18.675.892/0001-96 Exercício: 2026

DECRETO Nº 1672 , DE 14 DE JULHO DE 2026 - LEI N.1163

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de BOM REPOUSO, no uso de suas atribuições legais;
Decreta:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$116.190,00 distribuídos as seguintes dotações:

Origem: Superávit Financeiro		
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.241.0002.1057.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	116.190,00
4.4.90.30.00	Material de Consumo	
2 706 000	Transferência Especial da União	
706 000	TRANSF.ESPECIAL UNIAO	FICHA: 536

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro:		116.190,00
Fontes de Recurso		
706 000	Transferência Especial da União	116.190,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BOM REPOUSO, 14 de julho de 2026

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Honoria de Freitas
Código Identificador:17B6D8F1

DECRETOS
DECRETO Nº 1674/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
AL. JOSE BRANDAO, N. 348
CNPJ:18.675.892/0001-96 Exercício: 2026
DECRETO Nº 1674 , DE 21 DE JULHO DE 2026 - LEI N.1156

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de BOM REPOUSO, no uso de suas atribuições legais;
Decreta:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$783.717,18 distribuídos as seguintes dotações:

Origem: Anulação		
02 03 01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
04.122.0001.2004.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	5.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 61
04.122.0001.2004.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	5.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 61
04.122.0001.2004.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	6.500,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 61
28.846.0001.0001.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	5.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 65
02 03 02	DEPARTAMENTO DE FINANCAS	
04.123.0001.2005.0000	APOIO ADMINISTRATIVO	2.200,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 501 000	Outros Recursos não Vinculados	
501 000	RECORD	FICHA: 562
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0002.2011.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	76.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 143
Origem: Anulação		
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0002.2011.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	12.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 501 000	Outros Recursos não Vinculados	
501 000	RECORD	FICHA: 559
02 05 01 DIVISAO	DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0004.1022.0000	EDUCACAO PARA TODOS	20.000,00

4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 238
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	8.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 242
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	37.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 242
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	292.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 243
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	5.200,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 244
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	53.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 244
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	7.000,00
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 246
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	1.000,00
3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 247
Origem: Anulação		
02 05 01 DIVISAO	DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	4.000,00
3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 247
12.361.0004.2017.0000	EDUCACAO PARA TODOS	8.300,00
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 259
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	63.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 573
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	46.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 574
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	14.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 577
02 05 02 DIVISAO	DO ENSINO INFANTIL	
12.365.0005.2026.0000	EDUCACAO INFANTIL PARA TODOS	24.317,18
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 542 000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	
542 000	FUNDEB - VAAT	FICHA: 320
12.365.0005.2026.0000	EDUCACAO INFANTIL PARA TODOS	5.000,00
3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 324
12.365.0005.2024.0000	EDUCACAO INFANTIL PARA TODOS	9.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 575
12.365.0005.2024.0000	EDUCACAO INFANTIL PARA TODOS	2.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 578
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
Origem: Anulação		
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	200,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 388
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	12.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 388
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	1.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 398
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	2.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 398

10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	2.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 398
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	20.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 398
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	25.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 398
10.301.0009.2037.0000	SAUDE DE QUALIDADE	8.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 600 000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	
600 000	SUS FEDERAL - CUSTEIO	FICHA: 410
02 07 01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	3.000,00
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 488

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:		
02 04 02	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0002.2011.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	-2.200,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 501 000	Outros Recursos não Vinculados	
501 000	RECORD	FICHA: 150
15.452.0002.2011.0000	QUALIDADE E REESTRUTURACAO MUNICIPAL	-12.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 501 000	Outros Recursos não Vinculados	
501 000	RECORD	FICHA: 155
02 05 01 DIVISAO	DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-63.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 263
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-46.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 263
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-14.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 263
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-9.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 263
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-5.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 263
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-2.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 263
12.361.0004.2018.0000	EDUCACAO PARA TODOS	-20.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 540 000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
540 000	FUNDEB	FICHA: 266
02 05 02 DIVISAO	DO ENSINO INFANTIL	
02 05 02 DIVISAO	DO ENSINO INFANTIL	
12.365.0005.2026.0000	EDUCACAO INFANTIL PARA TODOS	-24.317,18
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 542 000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	
542 000	FUNDEB - VAAT	FICHA: 321
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-292.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-53.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-37.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-25.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-20.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	

1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-12.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-8.300,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-7.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-6.500,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-5.200,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-5.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-5.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-5.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-4.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-3.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-2.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-2.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-1.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-1.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-200,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-8.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 387
10.301.0009.2037.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-8.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 600 000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
600 000	SUS FEDERAL - CUSTEIO	FICHA: 403
02 07 01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0010.2049.0000	PROTECAO SOCIAL	-76.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 495
Anulação (-)		-783.717,18

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BOM REPOUSO, 21 de julho de 2026

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Honoria de Freitas
Código Identificador:524FC85E

DECRETOS
DECRETO Nº 1675/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
AL. JOSE BRANDAO, N. 348
CNPJ:18.675.892/0001-96 Exercício: 2026
DECRETO Nº 1675 , DE 21 DE JULHO DE 2026 - LEI N.1156

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de BOM REPOUSO, no uso de suas atribuições legais;
Decreta:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$474.258,78 distribuídos as seguintes dotações:

Origem: Anulação		
02 05 03	SECAO DE MERENDA ESCOLAR	
12.365.0006.2028.0000	ALIMENTACAO ESCOLAR DE QUALIDADE	10.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 550 000	Transferência do Salário-Educação	
550 000	QESE	FICHA: 332
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	5.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 398
Origem: Excesso		
02 05 02	DIVISAO DO ENSINO INFANTIL	
12.365.0005.2026.0000	EDUCACAO INFANTIL PARA TODOS	166.837,35
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 542 000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	
542 000	FUNDEB - VAAT	FICHA: 318
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2037.0000	SAUDE DE QUALIDADE	246.772,08
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 600 000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	
600 000	SUS FEDERAL - CUSTEIO	FICHA: 610
10.301.0009.2037.0000	SAUDE DE QUALIDADE	45.649,35
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	
1 600 000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	
600 000	SUS FEDERAL - CUSTEIO	FICHA: 611

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Excesso: 459.258,78

Fontes de Recurso			
600	000	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fede	292.421,43
542	000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	166.837,35

Anulação:		
02 05 03	SECAO DE MERENDA ESCOLAR	
12.361.0006.2030.0000	ALIMENTACAO ESCOLAR DE QUALIDADE	-10.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	
1 550 000	Transferência do Salário-Educação	
550 000	QESE	FICHA: 326
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ADM E GESTAO DE SAUDE	
10.301.0009.2036.0000	SAUDE DE QUALIDADE	-5.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	
1 500 000	Recursos não Vinculados de Impostos	
500 000	LIVRE	FICHA: 386
Anulação (-)		-15.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BOM REPOUSO, 21 de julho de 2026

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Honoria de Freitas
Código Identificador:447D8AD2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOTUMIRIM

PROCURADORIA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIRETOR ESCOLAR EDITAL 01/2026

Análise de requisitos habilitatórios para critérios de mérito e desempenhoitens I, II e III conforme 1º fase do edital artigo 2º, 2.1, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII

NOME DO CANDIDATO	ITEM I	ITEM II	ITEM III	ITEM IV	ITEM V	ITEM VI	ITEM VII
LUCAS BATISTA DE ARRUDA DOS SANTOS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
JULIANA RODRIGUES NORONHA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
JOSÉ MIGUEL FILHO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

PLANO DE GESTÃO

NOME DO CANDIDATO	DIAGNÓSTICO DA REDE	GESTÃO PEDAGÓGICA	GESTÃO DE PESSOAS	GESTÃO ADMINISTRATIVA	GESTÃO FINANCEIRA
LUCAS BATISTA DE ARRUDA DOS SANTOS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
JULIANA RODRIGUES NORONHA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
JOSÉ MIGUEL FILHO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

_____
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

12 de Agosto de 2026

Publicado por:
Patrick Samuel Peres de Souza e Silva
Código Identificador:A7DE1D64

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 198/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 198/2026

MUNICÍPIO DA CAMPANHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.174/0001-42, com sede administrativa na Rua Dr. Brandão, n° 59, bairro Centro em Campanha/MG, CEP – 37.400-000, através de seu Prefeito Municipal, senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 681.***.***-**, doravante denominado **GERENCIADOR**, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Municipal nº 7.664/2023, face ao resultado obtido no **Processo Licitatório nº 00092/2026 - Pregão Eletrônico nº 00034/2026** resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a empresa **Santos Impacto Sonorizacao Ltda -** CNPJ n° 08.963.382/0001-60 - Rua Adolpho Pinto De Almeida, 46 - Xororó - Campanha - MG - 37400-000, doravante denominada **DETENTORA** DA ATA, neste ato, representada por **Rodinei dos Santos**, inscrito no CPF sob o nº 032.***.***-**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto o**: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCUÇÃO E DJ EM EVENTOS DE PEQUENO PORTE PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA/MG.**

1.1- conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da DETENTORA DA ATA, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2 – A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

2 – DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1 – Figura(m) como PARTICIPANTE(S) da presente Ata de Registro de Preços os seguintes órgãos e entidades administrativas, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

Participantes	Quantidade
Secretaria Municipal de Saúde	
Secretaria Municipal de Educação	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação	
Secretaria Municipal de Esporte	
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação	
Secretaria de Governo	

2.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3 - DO PREÇO

3.1 - A **DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

Item	Descrição	Quant	Unid	Marca	Unt	Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DJ	480	HORA	NC	245,00	117.600,00
2	SERVIÇO DE LOCUÇÃO DE ENVENTOS	585	HORA	NC	69,00	40.365,00
3	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO - ENVENTO ATÉ 1.500 PESSOAS - PEQUENO PORTE	60	DIAR	NC	5.399,00	323.940,00
4	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO - ENVENTO ATÉ 500 PESSOAS	310	HORA	NC	349,00	108.190,00
5	SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS (MICRO PORTE).	550	HORA	NC	139,00	76.450,00

Valor Total da Ata R$ 666.545,00
3.2 - Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1 – O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, se houver saldo disponível, nos termos do art. 84 da lei 14.133/21.

4.2 - A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

5 - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

5.1 - O preço registrado nesta Ata, exceto quando se tratar de situação de revisão, somente poderá ser alterado nos casos de prorrogação da ata de registro de preços, ocasião em que haverá o **REAJUSTE** com base no IPCA acumulado.

6 - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E LIBERAÇÃO DO COMPROMISSO DA ATA

6.1 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA DA ATA para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1 – A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o **cancelamento parcial ou integral** do registro de preços e a liberação da DETENTORA DA ATA, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 7.664/2023.
6.2 – Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.
6.2.1 – A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
6.3 - Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à DETENTORA DA ATA requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:
Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos, memória de cálculo e/ou documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.
6.3.1 – O GERENCIADOR decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.
6.3.2 – Durante o período de análise do pedido, o GERENCIADOR, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.
6.3.3 - Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a DENTENTORA DA ATA fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
6.3.4 - Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a DETENTORA DA ATA não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a DETENTORA DA ATA liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.4 – Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo.
6.5 – A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos dela decorrentes.

7 - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 – A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.
7.2 – As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato.
7.3 – A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 0**5 (cinco) dias úteis** a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
7.4 – O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.
7.5 – O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades.
7.6 – Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Portal Nacional de Contratações Públicas (quando a funcionalidade estiver apta), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
7.6.1 – Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.
7.7 - Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

8.1.1 - Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
8.1.2 – Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema e no Portal Nacional de Contratações Públicas;
8.1.3 - Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;
8.1.4 – Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;
8.1.5 - Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;
8.1.6 – Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
8.1.7 – Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
8.1.8 – Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
8.1.9 – Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1 – A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a:
9.1.1 – Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
9.1.2 – Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;
9.1.3 – Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
9.1.4 – Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
9.1.5 - Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

10 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 4, X do Decreto Municipal nº 7.664/2023.
10.2 - Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.
10.3 – A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
10.4 – A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.
10.5 - A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos.

11 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:
11.1.1 – Descumprir as condições nela previstas;
11.1.2 - Não assinar contrato ou instrumento equivalente, cumprir com nota de empenho ou autorização de fornecimento no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
11.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
11.1.4 – Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;
11.1.5 - Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município da Campanha, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.
11.2 - A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.
11.3 - Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços.

12 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:
12.1.1 – não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;
12.1.2 – recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;
12.1.3 - recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.
12.2 – A **penalidade de multa** será aplicada de acordo com as seguintes regras:
12.2.1 – multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
12.2.2 – multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços
12.3 - Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de **Impedimento de licitar e contratar** com o Município da Campanha, nos seguintes casos e condições:
12.3.1 – recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública;
12.4 – Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.
12.5 – A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório.

13 - DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

14 - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca da Campanha para os litígios decorrentes deste instrumento.

Campanha/MG, 12 de agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Município da Campanha
Órgão Gerenciador

RODINEI DOS SANTOS
Santos Impacto Sonorizacao LTDA
Detentora da Ata

Publicado por:
Silvano Domingos da Silveira
Código Identificador:D8218308

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 00034/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal da Campanha			
Prefeitura Municipal da Campanha			
Registro de Preços Eletrônico - 34/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - PRESTACAO DE SERVICO DE DJ - N/C - Valor Referência: R$ 290,5200			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANTOS IMPACTO SONORIZACAO LTDA	245,0000	117.600,0000	Homologado em 11/08/2026 16:17:19 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0002 - SERVICO DE LOCUCAO DE ENVENTOS - N/C - Valor Referência: R$ 71,9800			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANTOS IMPACTO SONORIZACAO LTDA	69,0000	40.365,0000	Homologado em 11/08/2026 16:17:19 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0003 - SISTEMA DE SONORIZACAO E ILUMINACAO - ENVENTO ATE 1.500 PESSOAS - PEQUENO PORTE - N/C - Valor Referência: R$ 11.454,1600			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANTOS IMPACTO SONORIZACAO LTDA	5.399,0000	323.940,0000	Homologado em 11/08/2026 16:17:19 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0004 - SISTEMA DE SONORIZACAO E ILUMINACAO - ENVENTO ATE 500 PESSOAS - N/C - Valor Referência: R$ 391,7400			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANTOS IMPACTO SONORIZACAO LTDA	349,0000	108.190,0000	Homologado em 11/08/2026 16:17:19 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0005 - SONORIZACAO PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS MICRO PORTE. - N/C - Valor Referência: R$ 153,8200			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SANTOS IMPACTO SONORIZACAO LTDA	139,0000	76.450,0000	Homologado em 11/08/2026 16:17:19 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA

LAZARO ROBERTO DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Silvano Domingos da Silveira
Código Identificador:9B0F9BC2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 4.043, DE 12 DE AGOSTO DE 2O26

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no montante de R$21.099.436,09 (vinte e um milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e nove centavos), para atender as dotações das estruturas administrativas abaixo discriminadas, observadas as respectivas fontes de Destinações de Recursos, na forma do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0408 Administração Geral e Suporte Operacional
04.122.0408.2022 Gestão da Secretaria Municipal de Administração
3.1.90.13.00 119 Obrigações Patronais R$87.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$87.000,00
04.125 Normatização e Fiscalização
04.125.0420 Cooperação e Parcerias Estratégicas
04.125.0420.2026 Manutenção de Convênios Interfederativos
3.1.90.11.00 144 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$282.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$282.000,00
3.1.90.13.00 145 Obrigações Patronais R$81.000,00

2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$81.000,00
25 Energia
25.752 Energia Elétrica
25.752.2709 Infraestrutura Energética Sustentável
25.752.2709.1011 Ampliação da Rede de Energia Elétrica
4.4.90.51.00 183 Obras e Instalações R$3.000.000,00
2.751.000.0000 Recursos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública R$3.000.000,00
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.1302 Tradição e Memória: Nossa História
04.122.1302.2049 Gestão da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo
3.3.90.30.00 232 Material de Consumo R$30.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
3.3.90.36.00 234 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$10.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
13 Cultura
13.392 Difusão Cultural
13.392.2719 Ampliação do Acesso à Cultura
13.392.2719.2054 Apoio a Projetos e Eventos Culturais
3.3.90.39.00 240 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$500.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$500.000,00
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitário
27.812.2701 Esporte e Infraestrutura para Todos
27.812.2701.2060 Apoio e Promoção ao Esporte Amador
3.3.90.39.00 248 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$35.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$35.000,00
27.812.2701.2247 Manutenção do Centro Esportivo
3.3.90.30.00 250 Material de Consumo R$20.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$20.000,00
3.3.90.39.00 251 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$50.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$50.000,00
3.3.90.40.00 252 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica R$2.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.000,00
02.07.02 FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – FUMPAC
13 Cultura
13.391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
13.391.1302 Tradição e Memória: Nossa História
13.391.1302.2050 Manutenção de Bens Protegidos como Patrimônio Cultural
3.3.90.39.00 254 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$10.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
02.07.03 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUNTUR
23 Comércio e Serviços
23.695 Turismo
23.695.1302 Tradição e Memória: Nossa História
23.695.1302.2057 Apoio a Eventos Turísticos e Religiosos
3.3.90.30.00 258 Material de Consumo R$250.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$250.000,00
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.122 Administração Geral
10.122.1002 Fortalecimento da Gestão do SUS
10.122.1002.2105 Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
3.3.90.30.00 297 Material de Consumo R$94,15
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$94,15
10.122.1002.2108 Gestão, Controle e Auditoria do SUS
3.1.90.11.00 300 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$26.699,93
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$26.699,93
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.301 Atenção Básica
10.301.1003 Atenção Primária à Saúde
10.301.1003.2110 Manutenção da Atenção Primária
3.1.90.04.00 314 Contratação por Tempo Determinado R$261.738,97
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$809,60
2.659.026.0000 Outros Recursos Vinculados à Saúde – Recursos recebidos no âmbito do projeto Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde R$2.188,64
2.659.027.0000 Outros Recursos Vinculados à Saúde – Recursos recebidos no âmbito do projeto Promove Minas R$258.740,73
3.1.90.11.00 315 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$4.085.386,14
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$3.000.000,00

2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$245.409,64
2.604.000.0000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias R$839.976,50
3.3.90.30.00 319 Material de Consumo R$347.819,84
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$200.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$147.819,84
3.3.90.39.00 324 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$390.656,64
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$390.656,64
4.4.90.52.00 327 Equipamento e Material Permanente R$8.356,06
2.601.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde R$8.356,06
10.301.1003.2270 Manutenção das Ações do PNAISP
3.1.90.04.00 328 Contratação por Tempo Determinado R$130.188,66
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$130.188,66
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada
3.1.90.04.00 345 Contratação por Tempo Determinado R$274.882,54
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$274.882,54
3.1.90.11.00 346 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$64.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$64.000,00
10.302.1005.2121 Manutenção dos Serviços de Fisioterapia
4.4.90.52.00 378 Equipamento e Material Permanente R$1.102,48
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$1.102,48
10.302.1005.2122 Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial
3.1.90.04.00 379 Contratação por Tempo Determinado R$183.971,92
2.659.028.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/recursos recebidos no âmbito do projeto Aporte de recursos financeiros para custeio da manutenção dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) R$183.971,92
3.1.90.11.00 380 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$102.807,80
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$102.807,80
3.1.90.13.00 381 Obrigações Patronais R$20.000,00
2.659.028.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/recursos recebidos no âmbito do projeto Aporte de recursos financeiros para custeio da manutenção dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) R$20.000,00
3.3.90.30.00 385 Material de Consumo R$18.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$18.000,00
3.3.90.36.00 386 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$20.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$20.000,00
10.302.1005.2196 Manutenção dos Serviços Prestadores de Saúde
3.3.90.39.00 394 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$1.248.937,16
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$1.214.570,61
2.706.000.0000 Transferência Especial da União R$34.366,55
10.302.1005.2313 Manutenção de Urgência e Emergência
3.3.90.30.00 408 Material de Consumo R$619,15
2.710.000.0000 Transferência Especial dos Estados R$619,15
10.303 Suporte Profilático e Terapêutico
10.303.1004 Assistência Farmacêutica
10.303.1004.2113 Fortalecimento da Assistência Farmacêutica
3.1.90.11.00 425 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$386.069,99
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$14.067,34
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$372.002,65
3.1.90.13.00 426 Obrigações Patronais R$50.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$50.000,00
3.1.90.94.00 427 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$10.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$10.000,00
3.3.90.30.00 429 Material de Consumo R$843.965,28
2.710.000.0000 Transferência Especial dos Estados R$14.392,94
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$774.790,81
2.706.000.0000 Transferência Especial da União R$54.781,53
3.3.90.39.00 430 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$2.475,86
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$2.475,86
10.304 Vigilância Sanitária
10.304.1006 Vigilância em Saúde – Sanitária
10.304.1006.2124 Manutenção da Vigilância Sanitária
3.1.90.11.00 434 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$31.934,24
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$31.934,24
10.305 Vigilância Epidemiológica
10.305.1001 Vigilância em Saúde
10.305.1001.2126 Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Ambiental
3.1.90.04.00 447 Contratação por Tempo Determinado R$173.881,38
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$173.881,38

3.3.90.30.00 453 Material de Consumo R$100.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$100.000,00
3.3.90.32.00 454 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R$100.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$100.000,00
3.3.90.39.00 456 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$100.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$100.000,00
3.3.90.40.00 457 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica R$30.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$30.000,00
10.306 Alimentação e Nutrição
10.306.1003 Atenção Primária à Saúde
10.306.1003.2129 Manutenção da Atenção Nutricional no SUS
3.1.90.11.00 465 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$31.800,54
2.600.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$31.800,54
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.306 Alimentação e Nutrição
12.306.0801 Educação, Nutrição e Qualidade Alimentar
12.306.0801.2130 Manutenção da Alimentação Escolar
3.3.90.30.00 489 Material de Consumo R$203.253,60
2.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação R$203.253,60
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.2135 Material Didático – Ensino Fundamental
3.3.90.32.00 494 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R$76.843,26
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$76.843,26
02.13 ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
02.13.01 ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
06 Segurança Pública
06.182 Defesa Civil
06.182.2601 Planejamento Urbano e Mobilidade
06.182.2601.2195 Manutenção das Ações de Defesa Civil
4.4.90.52.00 732 Equipamento e Material Permanente R$60.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$60.000,00
26 Transporte
26.781 Transporte Aéreo
26.781.2601 Planejamento Urbano e Mobilidade
26.781.2601.2033 Manutenção das Atividades do Aeroporto
4.4.90.52.00 739 Equipamento e Material Permanente R$50.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$50.000,00
26.782 Transporte Rodoviário
26.782.2601 Planejamento Urbano e Mobilidade
26.782.2601.2085 Manutenção de Trânsito e Transporte
3.3.90.30.00 740 Material de Consumo R$350.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$350.000,00
3.3.90.39.00 741 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$550.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$550.000,00
02.16 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.16.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente
08.243.0805 Proteção Social Básica
08.243.0805.2333 Programa Criança Feliz – PIM/SUAS
3.1.90.04.00 785 Contratação por Tempo Determinado R$70.195,21
2.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R$70.195,21
4.4.90.52.00 791 Equipamento e Material Permanente R$28.000,00
2.669.029.0000 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social – Recursos para Fortalecimento dos Serviços R$28.000,00
08.244 Assistência Comunitária
08.244.0804 Proteção Social Especial – Média e Alta Complexidade
08.244.0804.2332 Proteção Social Especial – Alta e Média Complexidade
3.1.90.04.00 809 Contratação por Tempo Determinado R$16.105,45
2.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R$16.105,45
4.4.90.52.00 819 Equipamento e Material Permanente R$16.807,64
2.669.029.0000 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social – Recursos para Fortalecimento dos Serviços R$16.807,64
08.244.0805 Proteção Social Básica
08.244.0805.2331 Bloco da Proteção Social Básica
3.1.90.04.00 830 Contratação por Tempo Determinado R$28.052,48
2.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R$20.000,00
2.669.029.0000 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social – Recursos para Fortalecimento dos Serviços R$8.052,48
3.1.90.11.00 831 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$40.738,48
2.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R$40.738,48
4.4.90.52.00 839 Equipamento e Material Permanente R$69.930,24
2.669.029.0000 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social – Recursos para Fortalecimento dos Serviços R$69.930,24

02.16.03 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
14 Direitos da Cidadania
14.243 Assistência à Criança e ao Adolescente
14.243.0815 Direitos da Criança e do Adolescente
14.243.0815.2101 Manutenção da Atenção à Criança e ao Adolescente
3.3.90.30.00 877 Material de Consumo R$170.600,00
2.749.000.0000 Outras vinculações de transferências R$170.600,00
3.3.90.36.00 879 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$80.000,00
2.759.000.0000 Recursos vinculados a fundos R$80.000,00
3.3.90.39.00 880 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$224.000,00
2.759.000.0000 Recursos vinculados a fundos R$224.000,00
14.243.0815.2103 Parceria com Entidade de Atenção à Criança e ao Adolescente
3.3.50.41.00 881 Contribuições R$1.101.408,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.101.408,00
4.4.50.42.00 882 Auxílios R$1.651.113,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$959.648,82
2.749.000.0000 Outras vinculações de transferências R$10.217,06
2.759.000.0000 Recursos vinculados a fundos R$73.969,13
2.899.000.0000 Outros Recursos Vinculados R$607.277,99
02.16.04 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
08 Assistência Social
08.241 Assistência à Pessoa Idosa
08.241.0810 Sistema de Direitos da Pessoa Idosa
08.241.0810.2306 Implantação de Unidade de Acolhimento Infantil
3.3.90.30.00 883 Material de Consumo R$180.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$39.255,12
2.899.000.0000 Outros Recursos Vinculados R$140.744,88
3.3.90.39.00 885 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$180.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$180.000,00
08.241.0810.2336 Parceria com Entidades de Atenção à Pessoa Idosa
3.3.50.41.00 887 Contribuições R$1.300.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$1.300.000,00
02.16.03 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
14 Direitos da Cidadania
14.243 Assistência à Criança e ao Adolescente
14.243.0815 Direitos da Criança e do Adolescente
14.243.0815.2101 Manutenção da Atenção à Criança e ao Adolescente
3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção R$20.000,00
2.899.000.0000 Outros Recursos Vinculados R$20.000,00
02.16.04 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
08 Assistência Social
08.241 Assistência à Pessoa Idosa
08.241.0810 Sistema de Direitos da Pessoa Idosa
08.241.0810.2306 Implantação de Unidade de Acolhimento Infantil
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$30.000,00
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
4.4.50.42.00 – Auxílios R$1.200.000,00
2.749.000.0000 Outras vinculações de transferências R$694.481,10
2.759.000.0000 Recursos vinculados a fundos R$505.518,90
TOTAL: R$21.099.436,09

Art. 2º São recursos destinados à abertura desses créditos adicionais, os provenientes do superávit financeiro, apurados em Balanço Patrimonial do exercício anterior, observadas as respectivas Destinações de Recursos, na forma do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, conforme Demonstrativo abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
2.500.000.0000	Recursos não vinculados de impostos	R$ 6.054.155,20
2.550.000.0000	Transferência do salário-educação	R$ 203.253,60
2.600.000.0000	Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde	R$ 3.668.458,76
2.601.000.0000	Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de estruturação da rede de serviços públicos de saúde	R$ 8.356,06
2.604.000.0000	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R$ 839.976,50
2.621.000.0000	Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R$ 3.959.535,95
2.659.026.0000	Outros recursos vinculados à saúde – recursos recebidos no âmbito do projeto fortalecimento da Atenção Primária à Saúde	R$ 2.188,64
2.659.027.0000	Outros recursos vinculados à saúde – recursos recebidos no âmbito do Projeto Promove Minas	R$ 258.740,73
2.659.028.0000	Outros recursos vinculados à saúde – Recursos recebidos no âmbito do projeto aporte de recursos financeiros para custeio da manutenção dos serviços da rede de atenção psicossocial (RAPS)	R$ 203.971,92
2.660.000.000	Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	R$ 147.039,14
2.669.029.0000	Outros recursos vinculados à assistência social – Recursos recebidos no âmbito do projeto fortalecimento dos serviços socioassistenciais municipais	R$ 122.790,36
2.706.000.0000	Transferência especial da União	R$ 89.148,08
2.710.000.0000	Transferência especial dos Estados	R$ 15.012,09
2.749.000.0000	Outras vinculações de transferências	R$ 875.298,16
2.751.000.0000	Recursos da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP)	R$ 3.000.000,00
2.759.000.000	Recursos vinculados a fundos	R$ 883.488,03
2.899.000.0000	Outros recursos vinculados	R$ 768.022,87
TOTAL		R$ 21.099.436,09

Art. 3º A abertura de crédito adicional suplementar, utilizando recursos de superávit financeiro, autorizado por esta Lei, se dará através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º Na abertura dos créditos adicionais suplementares, autorizados por esta Lei, poderá o Poder Executivo incluir elementos de despesas e fontes de recursos, nas ações constantes na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 12 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:5FC84FC2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
- EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO:**249/2026INEXIGIBILIDADE:069/2026PROCESSOSEI:26.1.0000245778**.Objeto: Contratação de artistas locais para eventos culturais no bairro da Palha e na Feira do Mercado, no mês de agosto de 2026.Fundamentação legal no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental, RATIFICO o presente processo a favor de:

Item	Descrição do Produto	Quantidade	Unidade	Preço Médio
00001	CONTRATAÇÃO DE ARTISTA Contratação da dupla Wilson e Bruno e banda para apresentação musical no bairro da Palha, em agosto de 2026. Representante: José Wilson dos Santos Mainarte. CPF:087.053.406-83 Recurso: Emenda Impositiva 011/2025- Vereador Aldilson Márcio da Trindade Silva	1	SV	1.034,4800
00002	CONTRATAÇÃO DE ARTISTA Contratação de Teco Sander e banda para apresentação musical na feira do mercado, em agosto de 2026. Representante: Alex Sander Dias Machado.CPF: 256.002.808-58 Recurso Livre	1	SV	1.034,4800
00003	CONTRATAÇÃO DE ARTISTA Contratação do Baiano dos teclados para apresentação musical no bairro da Palha, em agosto de 2026. Representante:Gilson Mendes Alves. CPF nº 041.532.566-84 Recurso: Emenda Impositiva 011/2025- Vereador Aldilson Márcio da Trindade Silva	1	SV	344,8300
00004	CONTRATAÇÃO DE ARTISTA Contratação do cantor Leozinho e seus teclados para apresentação musical no bairro da Palha, em agosto de 2026. Representante: Leandro Junior Ferreira dos Santos CNPJ: 65.463.877/0001-64. Recurso: Emenda Impositiva 011/2025- Vereador Aldilson Márcio da Trindade Silva	1	SV	574,7000

Valor global estimado:R$2.988,49 (dois mil novecentos e oitenta e oito reais quarenta e nove centavos)

Diamantina, 12 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mariana Nominato da Silva
Código Identificador:79E68AEC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N ° 01/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 024/2026

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado final do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

02 vagas para o cargo de Fisioterapeuta para atuação na Secretaria Municipal de Saúde; 13ª e 14ª vagas.
VAGAS 1 e 2

Casos excepcionais previstos em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/98, Art. 2º, III.
Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 17/08/2026 – Término: 31/12/2026
Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária para atendimento da Emenda Impositiva Individual 96.10S/2025 do vereador Wellington Well para contratação temporária de fisioterapeuta para promoção de saúde, socialização e bem-estar através da oferta, divulgação e realizações de atividade física. A ausência dos profissionais poderá comprometer a continuidade, qualidade e ampliação dos serviços ofertados à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo determinado, de excepcional interesse público e indispensável.
Interesse público, excepcional: Sim	
Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados

Fisioterapeuta	
Classificação	**Nome**
14º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
15º	Camila Barreto Tavares

16º	Flávia Divina Da Silva
17º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
18º	Deise Cristina De Oliveira **(Suplente)**
19º	Vitória Silva Couto **(Suplente)**
20º	Mariana De Fátima Madureira **(Suplente)**
21º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
22º	Maria Eduarda Perpétuo Vilano **(Suplente)**
23º	Rejane De Melo Silva **(Suplente)**
24º	Melina De Melo Santos **(Suplente)**
25º	Sarah Cristina Vieira **(Suplente)**
26º	Daniella Cioffi Pereira **(Suplente)**
27º	Mariane Gomes E Silva **(Suplente)**
28º	Keila Viana Borges **(Suplente)**
29º	Julia Souki Diniz **(Suplente)**
30º	Marina Pereira De Castro **(Suplente)**
31º	Joelma Alves De Almeida Santos **(Suplente)**
32º	Beatriz Rocha Rangel **(Suplente)**
33º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
34º	Anna Luisa Gonçalves Santos **(Suplente)**
35º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
36º	Kelly Aline Rodrigues Costa **(Suplente)**
37º	Maria Teresa Duarte Costa Melo **(Suplente)**
38º	Karla Helena De Oliveira Tavares **(Suplente)**
39º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
40º	Paulo Alexandre Rodrigues **(Suplente)**
41º	Karine Aparecida Santos **(Suplente)**
42º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
43º	Bárbara Guimarães Vasconcelos **(Suplente)**
44º	Ana Júlia Dias **(Suplente)**
45º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
46º	Mayra De Souza Alves **(Suplente)**
47º	Juliana Maria Vieira **(Suplente)**
48º	Gabriela Oliveira De Jesus **(Suplente)**
49º	Luisa Carvalho Alves **(Suplente)**

Os (as) candidatos (as) convocados (as) terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação desta convocação para enviar sua manifestação de interesse em formalizar **contrato temporário de excepcional interesse público** para o e-mail: divinopolis.concursos@gmail.com
A não manifestação de interesse implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.
(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Digitalmente)
REGIS JHONATAN MORAIS GONCALVES
Gerente de Recursos Humanos (SEMUSA)

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:93F62313

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato

Origem: Dispensa de Licitação nº 017/2026 – P.A.L. 062/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DOCUMENTAL VOLTADOS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, ABRANGENDO MONTAGEM, CONSULTORIA, INVENTÁRIO (IPAC), LAUDOS E DEMAIS ATIVIDADES RELACIONADAS, REFERENTES AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO ICMS CULTURAL DE 2026 - EXERCÍCIO 2028.

ITEM	Descrição	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR GLOBAL
1	**I - Gestão SISTEMA ON LINE: Organização dos documentos comprobatórios da Política Cultural Local, Referentes a janeiro/2026 a dezembro /2026, ano base 2026,exercício 2028,compreendendo: - Preenchimento das declarações a serem enviadas ao IEPHA; - Elaboração do Relatório de Atividades do Setor de Patrimônio; -Assessoramento na comprovação do Fundo**	Serviço	01	R$ 20.100,00	R$ 20.100,00

	Municipal de Patrimônio Cultural: -Confecção do Relatório de Investimentos do FUMPAC; -Confecção do Programa de Investimentos do FUMPAC -Organização do material para envio. Montagem da pasta referente a este Quadro. IIN - PROTEÇÃO Inventário do Patrimônio Cultural Inventário do Patrimônio Cultural - Execução da etapa do IPAC conforme cronograma aprovado. -Preenchimento de fichas de inventário dos bens culturais selecionados com levantamentos arquitetônicos, históricos e fotográficos; -Execução de mapa ilustrativo da seção com identificação dos bens inventariados; -Elaboração do Plano de Ação para os próximos 3 anos. -Montagem da pasta do Quadro II. III- SALVAGUARDA E PROMOÇÃO III – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO Laudos Técnicos de Estado de Conservação de bens materiais e salvaguarda dos imateriais protegidos Serão elaborados laudos, conforme modelos do IEPHA, para 8 bens imóvel e 2 bens móveis e 01 registro: 1. Imóvel da Rua 03, n 14 2. Imagem de São José (Tobati) 3. Chafariz da Praça Mário Alves de Paiva 4. Conjunto de Igaçabas 5. Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio 6. Imóvel à Praça Mário Alves de Paiva, 177 7. Imóvel à Rua Antônio Juvêncio, 140 8. Imóvel à Rua Antônio Pereira Borges, 45 9. Ponte de Arcos sobre o Rio Quebra Anzol 10. Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito . Relatório de Implementação das Ações e Execução do Plano de Salvaguardas dos bens imateriais protegidos Elaboração do Relatório de Salvaguardas da Festa de Nossa Senhora. do Rosário e São Benedito. Educação Patrimonial Orientação ao município e elaboração do relatório das ações executadas em cada uma das áreas de desenvolvimento: • Escolas; • Locais de memória coletiva; • Obras de conservação e restauração. Difusão do Patrimônio Cultural - Elaboração do Relatório relativo à atuação do município na divulgação das atividades de proteção do patrimônio cultural.				

Contratada: RM CULTURAL LTDA - EPP
CNPJ n°37.052.351/0001-56
Data do Contrato: 11/06/2026
Término do Contrato: 12/12/2026

Ibiá (MG), 12 de junho de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:F9498141

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048-2026 - PROCESSO LICITATORIO Nº 114 - 2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA , ALINHAMENTO

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 114/2026
Às **09:01:45 horas do dia 12 de Agosto de 2026** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços de borracharia, alinhamento, balanceamento, lanternagem,**

diagnóstico eletrônico e solda, para manutenção da frota de veículos da Prefeitura de Japaraíba-MG.
O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.
Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.
Fornecedor(es) participante(s)
Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	**Microempresa**

Propostas
A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO**
PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL".
Histórico de propostas, lances e mensagens
Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
31187	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 236,50	**Classificada**	--

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 236,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 235,00	12/08/2026 09:15:52	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 230,00	12/08/2026 10:02:30	Negociacao

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:13:51	O **ITEM 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** será encerrado automaticamente!

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:23:58	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 09:59:15	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:02:30	ITEM 1 negociado no valor de **R$ 230,00** pelo fornecedor ID: 31187 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:08:09	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$230,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -1** pelo valor de **R$230,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 230,00

Histórico de propostas, lances e mensagens
Propostas Inicias do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
46749	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 216,00	**Classificada**	--

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 216,00	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 214,00	12/08/2026 09:16:04	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 210,00	12/08/2026 10:02:39	Negociacao

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 2** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:13:51	O **ITEM 2** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 2** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:23:58	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 2** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 2** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 09:59:33	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:02:39	ITEM 2 negociado no valor de **R$ 210,00** pelo fornecedor ID: 46749 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:08:09	O tempo de negociação está **encerrado**.

	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$210,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
	12/08/2026 13:27:32	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -2** pelo valor de **R$210,00.** Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 2** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 2			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 210,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 3

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
68220	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 233,30	**Classificada**	--

Lances do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 233,30	06/08/2026 11:08:48	Classificado

Lances do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 230,00	12/08/2026 09:16:18	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 225,00	12/08/2026 10:02:58	Negociacao

Mensagens do Item 3

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 3** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:13:51	O **ITEM 3** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 3** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:23:58	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 3** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 3** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 09:59:40	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:02:58	ITEM 3 negociado no valor de **R$ 225,00** pelo fornecedor ID: 68220 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:08:09	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 3**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$225,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
	12/08/2026 13:27:32	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -3** pelo valor de **R$225,00.** Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 3** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 3			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 225,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 4

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
57354	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 256,50	**Classificada**	--

Lances do Item 4

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 256,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 255,00	12/08/2026 09:16:25	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 250,00	12/08/2026 10:03:05	Negociacao

Mensagens do Item 4

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 4** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:13:51	O **ITEM 4** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 4** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:23:58	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 4** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 4** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 09:59:47	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:03:05	ITEM 4 negociado no valor de **R$ 250,00** pelo fornecedor ID: 57354 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:08:09	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 4**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$250,00**.
	12/08/2026	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.

	10:36:17	
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
	12/08/2026 13:27:32	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -4** pelo valor de **R$250,00.** Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 4** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 4			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 250,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 5							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
51822	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 197,00	**Classificada**	--

Lances do Item 5				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 197,00	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 195,00	12/08/2026 09:16:29	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 190,00	12/08/2026 10:03:09	Negociacao

Mensagens do Item 5		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 5** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:13:51	O **ITEM 5** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 5** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:23:58	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 5** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 5** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 09:59:54	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:03:09	ITEM 5 negociado no valor de **R$ 190,00** pelo fornecedor ID: 51822 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:08:09	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 5**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$190,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
	12/08/2026 13:27:32	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -5** pelo valor de **R$190,00.** Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.

Mensagens do Item 5		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 5** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 5			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 190,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 6							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
12761	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 256,50	**Classificada**	--

Lances do Item 6				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 256,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 255,00	12/08/2026 09:24:54	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 250,00	12/08/2026 10:03:14	Negociacao

Mensagens do Item 6		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 6** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:24:22	O **ITEM 6** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 6** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:34:30	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 6** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 6** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 10:00:02	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:03:15	ITEM 6 negociado no valor de **R$ 250,00** pelo fornecedor ID: 12761 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026	O tempo de negociação está **encerrado**.

	10:08:09	
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 6**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$250,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.

Mensagens do Item 6		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
	12/08/2026 13:27:32	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -6** pelo valor de **R$250,00.** Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 6** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 6			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 250,00
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 7							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
65063	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 226,50	**Classificada**	--

Lances do Item 7				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 226,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 225,00	12/08/2026 09:24:59	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 220,00	12/08/2026 10:03:20	Negociacao

Mensagens do Item 7		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 7** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:24:22	O **ITEM 7** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 7** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:34:30	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 7** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 7** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 10:00:09	Senhor Licitante, consegue menor?

Mensagens do Item 7		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 10:03:20	ITEM 7 negociado no valor de **R$ 220,00** pelo fornecedor ID: 65063 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:08:09	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 7**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$220,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
	12/08/2026 13:27:32	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -7** pelo valor de **R$220,00.** Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 7** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 7			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 220,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 8							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
71812	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 202,50	**Classificada**	--

Lances do Item 8				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 202,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 200,00	12/08/2026 09:25:04	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 199,00	12/08/2026 10:09:21	Negociacao

Mensagens do Item 8		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 8** foi ordenado e classificado. Boa sorte!

Mensagens do Item 8		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:24:22	O **ITEM 8** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 8** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:34:30	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 8** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:08:45	O **ITEM 8** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.

	12/08/2026 10:09:02	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:09:21	ITEM 8 negociado no valor de **R$ 199,00** pelo fornecedor ID: 71812 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:18:47	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 8**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$199,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
	12/08/2026 13:27:32	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -8** pelo valor de **R$199,00.** Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 8** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 8

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 199,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 9

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
6941	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 227,00	**Classificada**	--

Lances do Item 9

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 227,00	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 225,00	12/08/2026 09:25:10	Manual

Lances do Item 9

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 220,00	12/08/2026 10:03:25	Negociacao

Mensagens do Item 9

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 9** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:24:22	O **ITEM 9** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 9** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:34:30	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 9** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 9** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 10:00:18	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:03:25	ITEM 9 negociado no valor de **R$ 220,00** pelo fornecedor ID: 6941 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:08:09	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 9**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$220,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -9** pelo valor de **R$220,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 9** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 9

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 220,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 10

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
86041	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 187,00	**Classificada**	--

Lances do Item 10

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 187,00	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 185,00	12/08/2026 09:25:14	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 180,00	12/08/2026 10:03:29	Negociacao

Mensagens do Item 10

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 10** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:24:22	O **ITEM 10** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 10** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:34:30	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 10** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 09:58:08	O **ITEM 10** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**

	12/08/2026 10:00:44	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:03:29	ITEM 10 negociado no valor de **R$ 180,00** pelo fornecedor ID: 86041 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:08:09	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 10**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$180,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -10** pelo valor de **R$180,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 10** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 10

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 180,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 11

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
33373	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 45,00	**Classificada**	--

Lances do Item 11

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 45,00	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 44,00	12/08/2026 09:36:41	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 43,00	12/08/2026 10:09:33	Negociacao

Mensagens do Item 11

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 11** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:35:22	O **ITEM 11** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 11** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:45:29	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 11** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:08:45	O **ITEM 11** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	12/08/2026 10:09:10	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:09:33	ITEM 11 negociado no valor de **R$ 43,00** pelo fornecedor ID: 33373 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:18:47	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 11,** foi **ACEITA** pelo valor de **R$43,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -11** pelo valor de **R$43,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 11** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 11

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 43,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 12

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
66619	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 180,50	**Classificada**	--

Lances do Item 12

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 180,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 177,00	12/08/2026 09:37:02	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 175,00	12/08/2026 10:09:37	Negociacao

Mensagens do Item 12

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 12** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:35:22	O **ITEM 12** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 12** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 12** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.

	09:45:29	
	12/08/2026 10:08:45	O **ITEM 12** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:09:20	Senhor Licitante, consegue menor?
	12/08/2026 10:09:37	ITEM 12 negociado no valor de **R$ 175,00** pelo fornecedor ID: 66619 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:18:47	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 12**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$175,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -12** pelo valor de **R$175,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.

Mensagens do Item 12		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 12** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 12			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 175,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 13							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
51114	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 205,50	**Classificada**	--

Lances do Item 13				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 205,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 202,00	12/08/2026 09:37:13	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 200,00	12/08/2026 10:09:43	Negociacao

Mensagens do Item 13		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 13** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:35:22	O **ITEM 13** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 13** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:45:29	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 13** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:08:45	O **ITEM 13** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:09:43	ITEM 13 negociado no valor de **R$ 200,00** pelo fornecedor ID: 51114 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:10:28	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:18:47	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 13**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$200,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.

Mensagens do Item 13		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -13** pelo valor de **R$200,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 13** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 13			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 200,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 14							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
5931	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 190,50	**Classificada**	--

Lances do Item 14				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 190,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado

SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 187,00	12/08/2026 09:37:21	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 185,00	12/08/2026 10:09:47	Negociacao

Mensagens do Item 14		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 14** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:35:22	O **ITEM 14** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 14** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:45:29	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 14** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:08:45	O **ITEM 14** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:09:47	ITEM 14 negociado no valor de **R$ 185,00** pelo fornecedor ID: 5931 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48

Mensagens do Item 14		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 10:10:53	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:18:47	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 14**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$185,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -14** pelo valor de **R$185,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 14** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 14			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 185,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 15							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
87765	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 151,50	**Classificada**	--

Lances do Item 15				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 151,50	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 148,00	12/08/2026 09:37:24	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 145,00	12/08/2026 10:09:51	Negociacao

Mensagens do Item 15		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 15** foi ordenado e classificado. Boa sorte!

Mensagens do Item 15		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:35:22	O **ITEM 15** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 15** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:45:29	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 15** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:08:45	O **ITEM 15** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:09:51	ITEM 15 negociado no valor de **R$ 145,00** pelo fornecedor ID: 87765 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:11:01	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:18:47	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 15**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$145,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -15** pelo valor de **R$145,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 15** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 15			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 145,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 16							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
98295	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 152,00	**Classificada**	--

Lances do Item 16				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 152,00	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 150,00	12/08/2026 09:37:31	Manual

Lances do Item 16				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 146,00	12/08/2026 10:10:05	Negociacao

Mensagens do Item 16		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 16** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:35:22	O **ITEM 16** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 16** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:45:29	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 16** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:08:45	O **ITEM 16** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:10:05	ITEM 16 negociado no valor de **R$ 146,00** pelo fornecedor ID: 98295 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:11:07	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:18:47	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 16**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$146,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -16** pelo valor de **R$146,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 16** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 16			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 146,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 17							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
71742	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 216,00	**Classificada**	--

Lances do Item 17				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 216,00	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 214,00	12/08/2026 09:50:17	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 210,00	12/08/2026 10:10:10	Negociacao

Mensagens do Item 17		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 17** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:45:55	O **ITEM 17** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 17** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:56:05	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 17** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:08:45	O **ITEM 17** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:10:10	ITEM 17 negociado no valor de **R$ 210,00** pelo fornecedor ID: 71742 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:11:14	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:18:47	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 17**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$210,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA - 13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -17** pelo valor de **R$210,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 17** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 17			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 210,00
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 18							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
24700	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 138,00	**Classificada**	--

Lances do Item 18			
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 138,00	06/08/2 026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 135,00	12/08/2026 09:50:27	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 132,00	12/08/2026 10:24:24	Negociacao

Mensagens do Item 18		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 18** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:45:55	O **ITEM 18** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 18** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:56:05	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 18** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:20:03	O **ITEM 18** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:20:35	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:24:24	ITEM 18 negociado no valor de **R$ 132,00** pelo fornecedor ID: 24700 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:30:05	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 18**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$132,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -18** pelo valor de **R$132,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 18** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 18			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 132,00
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 19							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
30483	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 89,00	**Classificada**	--

Lances do Item 19			
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 89,00	06/08/2026 11:08:48	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 86,00	12/08/2026 09:50:36	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 83,00	12/08/2026 10:24:36	Negociacao

Mensagens do Item 19		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 19** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:45:55	O **ITEM 19** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 19** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:56:05	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 19** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:20:03	O **ITEM 19** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:20:41	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:24:36	ITEM 19 negociado no valor de **R$ 83,00** pelo fornecedor ID: 30483 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:30:05	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 19**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$83,00** .
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -19** pelo valor de **R$83,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.

Mensagens do Item 19		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 19** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 19			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 83,00
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 20							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
71378	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 178,80	**Classificada**	--

Lances do Item 20			
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
SILVA & LOPES COMERCIO DE	13.060.341/0001-02	R$ 178,80	06/08/2026 11:08:48	Classificado

PECAS LTDA					
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 175,00	12/08/2026 09:50:51	Manual	
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 172,00	12/08/2026 10:24:57	Negociacao	

Mensagens do Item 20

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 20** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:45:55	O **ITEM 20** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 20** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:56:05	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 20** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:20:03	O **ITEM 20** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:20:49	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:24:57	ITEM 20 negociado no valor de **R$ 172,00** pelo fornecedor ID: 71378 - Data Prop.: 06/08/2026 11:08:48
	12/08/2026 10:30:05	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 20**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$172,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.

Mensagens do Item 20

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -20** pelo valor de **R$172,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 20** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 20

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 172,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 21

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
93959	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 126,50	**Classificada**	--

Lances do Item 21

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 126,50	06/08/2026 14:12:38	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 124,00	12/08/2026 09:50:55	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 120,00	12/08/2026 10:25:02	Negociacao

Mensagens do Item 21

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 21** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:45:55	O **ITEM 21** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 21** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:56:05	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 21** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:20:03	O **ITEM 21** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:20:57	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?

Mensagens do Item 21

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 10:25:02	ITEM 21 negociado no valor de **R$ 120,00** pelo fornecedor ID: 93959 - Data Prop.: 06/08/2026 14:12:38
	12/08/2026 10:30:05	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 21**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$120,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -21** pelo valor de **R$120,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 21** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 21

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 120,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 22

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
65998	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 253,00	**Classificada**	--

Lances do Item 22

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 253,00	06/08/2026 14:12:38	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 250,00	12/08/2026 09:51:00	Manual
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 245,00	12/08/2026 10:25:27	Negociacao

Mensagens do Item 22

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 22** foi ordenado e classificado. Boa sorte!

Mensagens do Item 22

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:45:55	O **ITEM 22** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 22** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:56:05	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 22** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.

	12/08/2026 10:20:03	O **ITEM 22** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:21:05	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:25:27	ITEM 22 negociado no valor de **R$ 245,00** pelo fornecedor ID: 65998 - Data Prop.: 06/08/2026 14:12:38
	12/08/2026 10:30:05	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 22**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$245,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -22** pelo valor de **R$245,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 22** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 22

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 245,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 23

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
52702	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13060341000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 222,00	**Classificada**	--

Lances do Item 23

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 222,00	06/08/2026 14:12:38	Classificado
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 220,00	12/08/2026 09:51:07	Manual

Lances do Item 23

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 215,00	12/08/2026 10:25:38	Negociacao

Mensagens do Item 23

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:05:03	O **ITEM 23** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	12/08/2026 09:45:55	O **ITEM 23** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 23** será encerrado automaticamente!
	12/08/2026 09:56:05	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 23** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	12/08/2026 10:20:03	O **ITEM 23** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
	12/08/2026 10:21:12	Senhor Licitante, Consegue um menor valor?
	12/08/2026 10:25:38	ITEM 23 negociado no valor de **R$ 215,00** pelo fornecedor ID: 52702 - Data Prop.: 06/08/2026 14:12:38
	12/08/2026 10:30:05	O tempo de negociação está **encerrado**.
	12/08/2026 10:35:52	A proposta do fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** do **ITEM - 23**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$215,00**.
	12/08/2026 10:36:17	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 10:46:17	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 13:24:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA-13.060.341/0001-02** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA -13.060.341/0001-02** venceu o **ITEM -23** pelo valor de **R$215,00.**
	12/08/2026 13:27:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	12/08/2026 13:37:33	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	12/08/2026 14:10:19	A disputa do **ITEM 23** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 23

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA	13.060.341/0001-02	R$ 215,00

Mensagens Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/08/2026 09:01:45	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 09:03:01	Prezado Senhor Licitante, Bom dia!
	12/08/2026 09:04:41	Informo que daremos inicio ao certame, passaremos para a análise da proposta.
	12/08/2026 09:13:03	Senhor Licitante, informo que será aberto a fase de lances.
	12/08/2026 09:13:51	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1, 2, 3, 4, 5** às **09:13:51**
	12/08/2026 09:24:22	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **6, 7, 8, 9, 10** às **09:24:22**
	12/08/2026 09:35:22	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **11, 12, 13, 14, 15, 16** às **09:35:22**
	12/08/2026 09:45:55	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **17, 18, 19, 20, 21, 22, 23** às **09:45:55**
	12/08/2026 09:57:41	Senhor Licitante, informo que será aberto o prazo de negociação.
	12/08/2026 10:35:18	Senhor Licitante, informo que será aberto a primeira fase de intenções de recurso.
	12/08/2026 10:48:41	Senhor licitante informo que será aberto o prazo de 02 (duas) horas para que possa enviar a documentação de habilitação e demais anexos conforme exigido.
	12/08/2026 10:49:29	O prazo para envio da documentação necessária, estará disponível através do módulo - **DOCS. LEGAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **12/08/2026 10:50:00hs** até o dia **12/08/2026 12:50:00hs** para o(s) fornecedor(es): SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA.
	12/08/2026 11:03:09	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** inscricao_estadual_1786543389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:09	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_3_1_certidao_de_falencia_e_concordata_1786543389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:09	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_2_4_cnd_municipal_1786543389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:09	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_2_2_cnd_federal_1786543389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_2_5_cnd_fgts_1786543389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** licitanet_declaracoes_fornecedor_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_2_6_cnd_trabalhista_1786543389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_2_1_cnpj_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** atestado_de_capacidade_tecnica_silva_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_2_3_cnd_estadual_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** atestado_silva_lopes_com_pecas_assinado_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_1_7_certidao_simplificada_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_1_8_cnh_jose_ribeiro_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracao_de_reserva_de_cargos_assinado_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracao_unificada_assinado_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracao_de_custos_assinado_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracao_de_habilitacao_assinado_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.

	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_2_7_declaracao_inciso_xxxiii_assinado_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_1_7_6_alteracao_contratual_data_de_aprovacao_29_04_2024_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** balanco_2025_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 11:03:10	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ENVIAR** d_r_e_2025_1786543390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	12/08/2026 12:50:01	O prazo para o fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado.**
	12/08/2026 13:01:41	Senhor Licitante informo que será feita a analise das documentações apresentada.
	12/08/2026 13:24:19	Após Analise da documentação da empresa SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA foi constatado que a mesma apresentou toda a documentação conforme exigido no edital e portanto está declarada HABILITADA.
	12/08/2026 13:27:16	Senhor licitante informo que será aberto o prazo para manifestação em Interpor recurso.
	12/08/2026 13:44:42	Senhor Licitante solicito que assine a proposta final.
	12/08/2026 14:05:33	O fornecedor **SILVA & LOPES COMERCIO DE PECAS LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	12/08/2026 14:09:45	Senhor Licitante, informo que o certame será encerrado, agradeço a participação

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **14:10:19 horas do dia 12 de Agosto de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

JOSÉ AUGUSTO DOS REIS
Pregoeiro(a) Oficial

JULIANA MODESTO DE MORAIS
Equipe de Apoio

MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES
Equipe de Apoio

MARIANE BEATRIZ FERNANDES
Equipe de Apoio

MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA
Equipe de Apoio

Autenticação: 5EA01F2727890D5FFD5EA02397DE5514

Publicado por:
Marcia Cecilia Gonçalves
Código Identificador:36C32999

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO EDITAL DO PREGÃO Nº 000036/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão** nº **000036/2026**, Processo Administrativo nº **000207/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preço para o FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA DESTINADA AOS SERVIDORES E COLABORADORES QUE ATUARÃO NO SUPORTE ÀS ATIVIDADES ELEITORAIS DO CARTÓRIO ELEITORAL DE JOÃO MONLEVADE, DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS E DO
MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, durante a realização das Eleições de 2026, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: PADARIA MAYRINK LTDA - **CPF/CNPJ:** 13.625.592/0001-89

Lote 1	**Data/Hora da Adjudicação - 12/08/2026 10:36:54**			
Lote 1				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
PÃO DE SAL - TIPO FRANCÊS - fresco, com casca dourada e crocante, miolo macio e cor branco-creme, com aproximadamente 50 g, com 01 fatia de presunto e 01 fatia de muçarela, embalagem individual.	398,00	UNIDADE	5,32	2.117,36
PÃO DOCE COM MANTEIGA - tipo massa macia, fabricado com farinha de trigo. Aproximadamente 50 g.	208,00	UNIDADE	2,53	526,24
PÃO DE QUEIJO - peso unitário mínimo de 20g, fabricado com ingredientes de primeira qualidade, sendo essencial a presença de polvilho, queijo (tipo muçarela e/ou minas/parmesão), ovos e gordura.	600,00	UNIDADE	1,08	648,00
BOLO - SABOR MESCLADO - Fatiado 1kg a 1,5kg (fatia em média de 80g a 120g).	2,00	UNIDADE	24,12	48,24
BOLO - SABOR LARANJA - Fatiado 1kg a 1,5kg (fatia em média de 80g a 120g).	2,00	UNIDADE	21,45	42,90
SALGADOS VARIADOS - peso unitário mínimo de 30 g: 50 quibes, 100 coxinhas, 50 empadas, 50 risoles de queijo e milho, 50 pasteis comuns de queijo (Os salgados devem apresentar aspecto visual atrativo, sem queimaduras e com recheio padronizado).	600,00	UNIDADE	1,20	720,00
CACHORRO QUENTE - pão de cachorro quente, salsicha picada com molho de tomate e batata palha. - para montar na hora.	780,00	UNIDADE	6,92	5.397,60
CAFÉ SEM AÇÚCAR - QUENTE - CAFÉ SEM AÇÚCAR - QUENTE	18,00	litro	13,89	250,02
CAFÉ COM AÇÚCAR - QUENTE - CAFÉ COM AÇÚCAR - QUENTE	39,00	litro	13,70	534,30
LEITE INTEGRAL (EM CAIXA) - LEITE INTEGRAL (EM CAIXA)	14,00	litro	6,53	91,42
SUCO (EM CAIXA) - Gelado, sabor: uva e pêssego.	12,00	litro	10,46	125,52
SUCO - CAIXINHA INDIVIDUAL - aprox. 200ml com canudo, gelado, sabor variado uva e pêssego.	426,00	UNIDADE	3,21	1.367,46
REFRIGERANTE 2L – COCA-COLA - REFRIGERANTE 2L – COCA-COLA	65,00	UNIDADE	12,33	801,45
REFRIGERANTE 2L – GUARANÁ - REFRIGERANTE 2L – GUARANÁ.	59,00	UNIDADE	12,65	746,35
COPO DE ÁGUA MINERAL GELADA - acondicionado em isopor com gelo ou congelador - retirada após no fim do dia, 200 ml cada.	300,00	UNIDADE	1,57	471,00
Lote 2	**Data/Hora da Adjudicação - 12/08/2026 10:36:54**			
Lote 2				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
MARMITEX TAMANHO GRANDE - contendo (Arroz branco, feijão tropeiro, bife de porco) Salada de alface com tomates em rodela separada em um (potinho).	236,00	UNIDADE	22,79	5.378,44

João Monlevade, 12 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:7F6F8764

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 000036/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão nº 000036/2026, Processo Administrativo nº 000207/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preço para o FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA DESTINADA AOS SERVIDORES E COLABORADORES QUE ATUARÃO NO SUPORTE ÀS ATIVIDADES ELEITORAIS DO CARTÓRIO ELEITORAL DE JOÃO MONLEVADE, DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS E DO
MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, durante a realização das Eleições de 2026, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO na condição de Autoridade Competente Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: PADARIA MAYRINK LTDA - CPF/CNPJ: 13.625.592/0001-89				
Lote 1	Data/Hora da Homologação - 12/08/2026 10:37:02			
Lote 1				
Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
PÃO DE SAL - TIPO FRANCÊS - fresco, com casca dourada e crocante, miolo macio e cor branco-creme, com aproximadamente 50 g, com 01 fatia de presunto e 01 fatia de muçarela, embalagem individual.	398,00	UNIDADE	5,32	2.117,36
PÃO DOCE COM MANTEIGA - tipo massa macia, fabricado com farinha de trigo. Aproximadamente 50 g.	208,00	UNIDADE	2,53	526,24
PÃO DE QUEIJO - peso unitário mínimo de 20g, fabricado com ingredientes de primeira qualidade, sendo essencial a presença de polvilho, queijo (tipo muçarela e/ou minas/parmesão), ovos e gordura.	600,00	UNIDADE	1,08	648,00
BOLO - SABOR MESCLADO - Fatiado 1kg a 1,5kg (fatia em média de 80g a 120g).	2,00	UNIDADE	24,12	48,24
BOLO - SABOR LARANJA - Fatiado 1kg a 1,5kg (fatia em média de 80g a 120g).	2,00	UNIDADE	21,45	42,90
SALGADOS VARIADOS - peso unitário mínimo de 30 g: 50 quibes, 100 coxinhas, 50 empadas, 50 risoles de queijo e milho, 50 pasteis comuns de queijo (Os salgados devem apresentar aspecto visual atrativo, sem queimaduras e com recheio padronizado).	600,00	UNIDADE	1,20	720,00
CACHORRO QUENTE - pão de cachorro quente, salsicha picada com molho de tomate e batata palha. - para montar na hora.	780,00	UNIDADE	6,92	5.397,60
CAFÉ SEM AÇÚCAR - QUENTE - CAFÉ SEM AÇÚCAR - QUENTE	18,00	litro	13,89	250,02
CAFÉ COM AÇÚCAR - QUENTE - CAFÉ COM AÇÚCAR - QUENTE	39,00	litro	13,70	534,30
LEITE INTEGRAL (EM CAIXA) - LEITE INTEGRAL (EM CAIXA)	14,00	litro	6,53	91,42
SUCO (EM CAIXA) - Gelado, sabor: uva e pêssego.	12,00	litro	10,46	125,52
SUCO - CAIXINHA INDIVIDUAL - aprox. 200ml com canudo, gelado, sabor variado uva e pêssego.	426,00	UNIDADE	3,21	1.367,46
REFRIGERANTE 2L – COCA-COLA - REFRIGERANTE 2L – COCA-COLA	65,00	UNIDADE	12,33	801,45
REFRIGERANTE 2L – GUARANÁ - REFRIGERANTE 2L – GUARANÁ.	59,00	UNIDADE	12,65	746,35
COPO DE ÁGUA MINERAL GELADA - acondicionado em isopor com gelo ou congelador - retirada após no fim do dia, 200 ml cada.	300,00	UNIDADE	1,57	471,00
Lote 2	Data/Hora da Homologação - 12/08/2026 10:37:02			
Lote 2				
Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
MARMITEX TAMANHO GRANDE - contendo (Arroz branco, feijão tropeiro, bife de porco) Salada de alface com tomates em rodela separada em um (potinho).	236,00	UNIDADE	22,79	5.378,44

João Monlevade, 12 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:CA58C278

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
X ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLCA 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2026 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO X
O Prefeito do município de João Pinheiro/MG, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração os critérios e objetivos definidos no edital de Chamada Pública nº 004/2026 – que objetiva a credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de lavagem, sanitização e lubrificação de veículos automotores e máquinas pertencentes à frota oficial do Município de João Pinheiro/MG, compreendendo veículos leves, médios e pesados, bem como máquinas e equipamentos, visando à manutenção das condições adequadas de higiene, conforme especificações constantes no anexo I deste edital, neste ato, com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei 14.133/21 resolve adjudicar e homologar para as empresas: **RONIVELTON SOUSA MELO, inscrita no CNPJ nº. 14.971.781/0001-76**, com o seguinte item valor unitário:

RONIVELTON SOUSA MELO, inscrito no CNPJ nº. 14.971.781/0001-76		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**
1	**LAVAGEM GERAL EM VEÍCULOS LEVES**: limpeza geral da parte externa e interna, aspirar parte interna, limpeza de painéis, lavagem do assoalho, lavagem do motor, cera, secar, passar pretinho nos pneus e outras partes internas do veículo de forma detalhada.	R$ 120,00
2	**LAVAGEM SIMPLES EM VEÍCULOS LEVES:** limpeza simples da parte externa e interna, aspirar parte interna, limpeza de painéis e outras partes internas do veículo de	R$ 70,00

	forma detalhada.	
3	**LAVAGEM EM VEÍCULOS LEVES PARA VEÍCULOS COM REMOÇÃO DE ADESIVOS:** limpeza que inclui lavar a superfície e retirar resíduos de cola e adesivos, como etiquetas, envelopamentos, fitas, insulfilm, logos e faixas, utilizando produtos e ferramentas adequadas para não danificar nem manchar.	R$ 140,00
5	**LAVAGEM GERAL EM VEÍCULOS MÉDIOS:** limpeza geral da parte externa e interna, aspirar parte interna, limpeza de painéis, lavagem do assoalho, lavagem do motor, cera, secar, passar pretinho nos pneus e outras partes internas do veículo de forma detalhada.	R$ 135,00
6	**LAVAGEM SIMPLES EM VEÍCULOS MÉDIOS:** limpeza simples da parte externa e interna, aspirar parte interna, limpeza de painéis e outras partes internas do veículo de forma detalhada.	R$ 85,00
7	**LAVAGEM EM VEÍCULOS MÉDIOS PARA VEÍCULOS COM REMOÇÃO DE ADESIVOS:** limpeza que inclui lavar a superfície e retirar resíduos de cola e adesivos, como etiquetas, envelopamentos, fitas, insulfilm, logos e faixas, utilizando produtos e ferramentas adequadas para não danificar nem manchar.	R$ 170,00
9	**LAVAGEM GERAL EMERGENCIAL EM VEÍCULOS LEVES:** limpeza geral da parte interna e externa, aspirar parte interna, limpeza de painéis e outras partes internas de forma detalhada, secar, passar pretinho nos pneus.	R$ 130,00
10	**LAVAGEM SIMPLES EMERGENCIAL EM VEÍCULOS LEVES:** limpeza simples na parte externa e interna, aspirar parte interna, limpeza de painéis e outras partes internas do veículo de forma detalhada.	R$ 120,00
11	**LAVAGEM GERAL EMERGENCIAL EM VEÍCULOS MÉDIOS:** limpeza geral da parte interna e externa, aspirar parte interna, limpeza de painéis e outras partes internas de forma detalhada, secar, passar pretinho nos pneus.	R$ 145,00
12	**LAVAGEM SIMPLES EMERGENCIAL EM VEÍCULOS MÉDIOS:** limpeza simples na parte externa e interna, aspirar parte interna, limpeza de painéis e outras partes internas do veículo de forma detalhada.	R$ 130,00
13	**LAVAGEM GERAL EM MOTOCICLETA**	R$ 35,00

João Pinheiro/MG, 11 de agosto 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juarez Moura da Silva
Código Identificador:FFE0E5C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - 1° TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 090/2026

O Município de Lagoa Santa/MG, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 124, da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, faz retificação ao Contrato de Prestação de Serviços nº 090/2026, firmado com a empresa **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCARIO – CISREC**, em 25/05/2026, em virtude de erro material/digitação constante na Cláusula Primeira referente ao Objeto do Contrato e no Termo de Referência, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do referido instrumento:

ONDE SE LÊ:

"...

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A finalidade da presente contratação é a **CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PROGRAMA COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CALCÁRIA DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

..."

LEIA-SE:

"...

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A finalidade da presente contratação é a **CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PROGRAMA COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CALCÁRIA – CISREC, PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

..."

ONDE SE LÊ:

"...

TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITANTES:

	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

	SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA

PARÂMETROS:

Forma de Realização	Eletrônico	Não eletrônico
SRP	Sim	Não

DEFINIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a celebração de contrato de programa com o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Políticas de Desenvolvimento da Região Calcária – CISREC para fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva para prestação de serviços contínuos em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.
O prazo de vigência da contratação será de 12 meses.
O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Com o crescimento da densidade populacional, o Poder Executivo tem aplicado recursos em seus equipamentos, unidades de saúde e escolas, aumentando, consequentemente, o volume de serviços, ampliação de estruturas físicas e a necessidade de contratação de profissionais para atender às crescentes demandas. Ao longo do tempo, para evitar o crescimento desmesurado da máquina administrativa e, também, em razão da busca por maior eficiência e especialização nas suas atividades finalísticas, a Administração Pública, em diversas esferas, têm regulamentado e instituído as hipóteses de terceirização nos termos da lei.
Atualmente, em razão da indisponibilidade de mão de obra técnica qualificada, as atividades de manutenção predial preventiva e corretiva nas Unidades de Atenção Básica à Saúde, nas Unidades Escolares e nos demais prédios públicos encontram-se paralisadas ou vêm sendo executadas de forma lenta e insuficiente. Em muitos casos, tais serviços têm sido realizados por profissionais deslocados de outras áreas, sem a devida capacitação técnica.
Essa situação tem ocasionado desgaste progressivo das instalações, aumento do risco de falhas estruturais, comprometimento de sistemas elétricos e hidráulicos, além de condições inadequadas de segurança e funcionalidade para servidores e usuários. A ausência de intervenções regulares também eleva a probabilidade de interrupções no funcionamento das unidades e amplia o passivo técnico de reparos.
Ademais, verifica-se a necessidade de construção de novas sepulturas e de restauração das existentes, tratando-se de atividade essencial à população, cuja execução é, por natureza, morosa e que, diante da insuficiência de mão de obra, compromete o adequado funcionamento do serviço funerário.
Constata-se, ainda, a insuficiência de mão de obra operacional para a execução de atividades de apoio nas unidades meio e finalísticas, especialmente no que se refere à movimentação, organização e distribuição de insumos. Tal fragilidade tem ocasionado atrasos, riscos de desabastecimento pontual e impactos diretos na regularidade dos serviços prestados à população.
No mesmo sentido, a execução dos serviços de sepultamento enfrenta riscos decorrentes da escassez de profissionais qualificados, podendo gerar atrasos, falhas procedimentais e danos às estruturas, comprometendo a continuidade do serviço e a dignidade no atendimento às famílias.
É importante ressaltar que esses serviços são essenciais e de execução contínua, pois sua paralisação, se ocorrer, resultará em prejuízos incalculáveis para o bom andamento das atividades desta Administração, comprometendo a continuidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e o funcionamento dos postos de trabalho, especialmente nas áreas de apoio às atividades finalísticas, devido à ausência de quadro efetivo de pessoal próprio, cujas atividades estão associadas ao Código Brasileiro de Operações correspondente, nas áreas e atividades:
Ajudante de Caminhão: Tem como objetivo o preparo, a separação e o carregamento de mercadorias no Almoxarifado Central, bem como a distribuição e o descarregamento das mercadorias nas diversas Unidades da Prefeitura, além da organização dos produtos no galpão de armazenamento. Também atende às demandas do Departamento de Patrimônio, realizando o recolhimento de mobiliários e equipamentos servíveis e inservíveis para transferência entre os setores/secretarias, realização de mudanças, recolhimento de bens para o estoque de inservíveis e organização do respectivo espaço.
Pequenos Reparos em Escolas da Rede Municipal, Unidades de Saúde e demais edificações: Será necessária a alocação de uma equipe para realização de serviços hidráulicos, elétricos, construção/obras e pintura.
Serviços Funerários: Realizam a construção, preparação, limpeza, abertura e fechamento de sepulturas, bem como a execução de sepultamentos, exumações, traslados de corpos e despojos, além da conservação de cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho.
Nesse contexto, este Termo de Referência tem como objetivo definir requisitos de execução contratual e de contratação.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação, por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário – CISREC, para o fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, destinada à prestação de serviços contínuos em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, mostra-se como a solução mais adequada para a consecução dos serviços pretendidos.
Tal adequação decorre da garantia de execução com qualidade, em razão da qualificação técnica dos profissionais disponibilizados, bem como da oferta em quantitativo suficiente para atender às necessidades do Município. Ademais, o CISREC dispõe de ampla carteira de prestadores e fornecedores, contemplando diversos perfis de serviços, o que assegura a capacidade de suprir, de forma eficiente e integrada, as demandas objeto da presente contratação.
Requisitos Gerais
Trata-se de regime de Contratação Indireta, na qual a Administração transfere a execução do objeto à terceira pessoa (CISREC), cabendo à Contratante a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo ao contratado a responsabilidade dos encargos civis, trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento.
A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
Para a execução dos serviços, deverão ser disponibilizados profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.
Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa.
Por se tratarem de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o prestador de serviço deverá se responsabilizar por todas as despesas com mão de obra, equipamentos de proteção individual e correlatos, encargos trabalhistas, previdenciários, salário, auxílio-alimentação

e/ou refeição, vale-transporte e quaisquer outras vantagens e benefícios fixados para a categoria através de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei.
Os salários e benefícios oferecidos aos postos de trabalho devem estar em conformidade com as convenções coletivas de trabalho das respectivas categorias profissionais.
Os postos de trabalho deverão observar os preceitos estabelecidos na Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), cabendo à empresa prestadora de serviços a responsabilidade de orientar seus colaboradores quanto ao cumprimento das disposições previstas na referida norma, quando couber.
Adicionalmente, os postos de trabalho deverão, obrigatoriamente, realizar o registro de ponto, seja em formato eletrônico ou físico, com o objetivo de atestar a fidedignidade dos horários de trabalho cumpridos pelos colaboradores.

Preposto

É obrigatória a disponibilização de um preposto, que quando convocado, deverá comparecer ao órgão no prazo máximo de 04 horas, para cumprimento da prestação de serviços, bem como em razão das peculiaridades específicas das atribuições envolvidas e com o objetivo a garantir a eficiência e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.
O preposto não precisará ficar de forma contínua no órgão para cumprimento de suas atribuições, deverá apenas comparecer quando convocado, dentro do prazo estipulado e permanecer no local o tempo necessário para realizar todas as tratativas que forem necessárias.
O preposto da empresa deverá ser designado antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Caso a empresa não possua sede ou escritório em Lagoa Santa, é necessário um canal de comunicação direto com o preposto da empresa e que ele esteja disponível para dirimir quaisquer problemas quando necessário e em tempo hábil.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
Treinamentos
A contratada se responsabilizará pela realização de treinamento, qualificação e reciclagem dos profissionais alocados, sem onerar o preço contratado, como forma de garantir o aprimoramento e a manutenção do nível de execução da prestação de serviços, inclusive para aqueles que farão as substituições.

A contratante, a seu critério, poderá exigir da contratada a comprovação da realização de treinamento de qualificação dos profissionais alocados.
Dos postos de trabalho

As atividades detalhadas e requisitos requeridos de cada posto de trabalho encontram-se pormenorizadas no Anexo A e B deste termo de referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Do referenciamento legal, regulamentar e normativo:

Na execução do objeto deste termo de referência, assegurar-se-á a adoção de boas práticas, em conformidade com as disposições legais, normativas e regulamentações aplicáveis. Deverá ser garantida a qualidade do serviço e da mão de obra empregada, assegurando-se a excelência e o atendimento aos padrões estabelecidos.
Em especial observando:
A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
Lei Federal n.° 605 de 05 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.
Lei Federal n.° 4.749 de 12 de agosto de 1965 1965, que dispõe sobre o Pagamento da Gratificação Prevista na Lei n º 4.090, de 13 de julho de 1962.
Lei Federal n.° 4.090 de 13 de julho de 1962, que institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores.
Lei Federal n.° 4.266 DE 3 DE OUTUBRO DE 1963, que institui o salário-família do trabalhador.
Norma Regulamentadoras - NR.
Demais leis, instruções normativas, acordos, convenções e dissídios coletivos de cada categoria.
Normas relacionadas à limpeza e desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos, instituídas por órgãos de controle e pela Administração Pública Municipal.
E demais legislações da Administração Pública Municipal, correlatas ao objeto e aos serviços a serem prestados.
Do critério de seleção técnica e da documentação técnica exigida para habilitação:

4.2.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) em papel que identifique a contratante e o contratado, assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo, que comprove a aptidão do licitante na gestão de mão de obra com dedicação exclusiva.

4.2.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito aos serviços executados observados os seguintes critérios:
4.2.1.2. Comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na prestação do serviço de gestão de mão de obra, podendo ser aceito o somatório de atestados, em períodos sucessivos ou não.
4.2.1.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
4.2.1.4. Para fins de análise, serão considerados serviços similares aqueles cuja ocupação, segundo o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), possua o mesmo código ou códigos com atribuições semelhantes.
4.2.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, entre outros documentos.
4.2.2. Declaração de Disponibilidade, conforme Anexo C, assinada pelo representante legal do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário - CISREC, atestando que disporá de equipe técnica qualificada em número suficiente para o cumprimento tempestivo do objeto desta licitação nos termos previstos neste Termo de Referência.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Dinâmica de execução do objeto:
Da execução:
Os serviços serão executados ininterruptamente nos locais e horários previstos em Anexo, neste Termo de Referência.
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.
A Contratada deverá manter disponibilidade de efetivo para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições/reposições, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão de obra que cometa falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida na prestação de serviços para a Contratante.
A Contratada deve garantir o quantitativo de pessoal contratado para os postos de trabalho nos casos de atraso, falta, folga e licença ou férias de qualquer empregado.
As ocorrências de eventuais afastamentos dos empregados da execução dos serviços por quaisquer motivos e por período que compreenda a jornada diária ensejará providências imediata e ativa da contratada para que ele seja substituído temporariamente, admitida a tolerância máxima de 03 (três) horas para a efetivação da substituição por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos neste Termo de Referência.
As ausências dos profissionais nos postos de trabalho não supridas serão descontadas do faturamento mensal no valor correspondente ao número de dias ou horas em que se verificar a ausência do profissional no posto de trabalho, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato.

Do prazo de execução:
A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da ordem de serviço, o qual poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela contratante.
Os postos requeridos deverão ser disponibilizados sob demanda. A comprovação de que o profissional indicado pertence ao quadro permanente da empresa será realizada por meio de um dos documentos listados a seguir, que deverá ser apresentado à contratante em até 10(dez) dias úteis após assinatura do contrato. A contratada deverá apresentar as comprovações de aptidão dos postos, conforme especificado no Anexo B.
Ficha de registro de trabalho;
Contrato de trabalho;
CTPS (carteira de trabalho e previdência social); e
Contrato de prestação de serviços autônomos em plena vigência.
A ocorrência de potencial atraso/alteração no prazo de execução deverá ser imediatamente comunicada ao contratante, que analisará a situação e poderá conceder uma extensão do prazo, se julgar pertinente. Para isso, devem ser informadas: a natureza do problema, o impacto esperado sobre o cronograma de execução e as medidas que estão sendo tomadas para mitigar o atraso.
A aceitação do objeto não eximirá a contratada de sua responsabilidade pela pontualidade e conformidade da execução do serviço.
Em caso de atraso na prestação do serviço, sem justificativa aceitável pelo contratante, aplicar-se-ão as penalidades previstas nos instrumentos contratuais e na Lei.
Do prazo de substituição de serviços realizados em desconformidade:
Não serão aceitos serviços em desconformidade ao especificado no Termo e Referência, devendo ser corrigidos de forma imediata.

MODELO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Dos atores:

A gestão do contrato será conferida ao servidor Luca Giulliano Silva e Oliveira, sendo substituído quando necessário pela servidora Míriam Oliveira de Souza Ribeiro.
A fiscalização técnica será conferida:

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

A fiscalização técnica será conferida aos servidores Ariston Geraldo Mota sendo substituído quando necessário pelo servidor Rafael Almeida Paraguai Primo.

Secretaria de Planejamento e Gestão
A fiscalização técnica será conferida à Denilson Souza da Matta, sendo substituído quando necessário pela servidora Carla Martins Fernandes.

A indicação acima **configura designação formal** da autoridade superior, o qual considerará competência técnica, oportunidade e conveniência.

Da comunicação:
6.2.1. No início da vigência dos instrumentos firmados, a empresa contratada deverá designar um representante autorizado para o recebimento de pedidos, esclarecimento de dúvidas e atendimento de demandas.
A comunicação ocorrerá preferencialmente via e-mail, podendo ser substituída por contato telefônico ou correspondência quando necessário.
Da fiscalização técnica:
6.3.1. A fiscalização técnica consistirá na inspeção detalhada e uma avaliação criteriosa do objeto contratado. Este processo incluirá verificações que deverão estar alinhadas com as especificações e exigências delineadas no edital e termo de referência, em especial:
Conformidade dos serviços prestados;
A comprovação mensal de quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
O cumprimento da legislação aplicável aos serviços prestados.
A correta aplicação dos métodos de execução;
O cumprimento estrito dos prazos estabelecidos.
Da fiscalização Administrativa:
6.4.1. A fiscalização administrativa consistirá na verificação contínua das condições de habilitação do contratado, bem como o acompanhamento do recolhimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, além do controle administrativo em relação a reajustes, repactuações e providências em caso de inadimplemento.
Das sanções administrativas:
O não cumprimento do estabelecido no termo de referência, instrumentos contratuais e legislações aplicáveis sujeitarão às penalidades:

6.5.1.1. 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.1.2. 0,5% (meio por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

6.5.1.3. 0,5% (meio por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

6.5.1.4. 0,5% (meio por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

6.5.1.5. 0,5% (meio por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.

6.5.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
6.5.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1 – GRAU E CORRESPONDÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE MULTAS

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,5% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato
02	0,8% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato
03	1% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato
04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato
05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato

TABELA 2 – RELAÇÃO ENTRE INFRAÇÃO E GRAU

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
5	Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia.	03
6	Permitir a presença de empregado sem identificação, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, e/ou sem os equipamentos de segurança necessários, por empregado e por dia.	03
	Para os itens a seguir, deixar de:	
7	Efetuar o pagamento de salários, vale transporte, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	05
8	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
10	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
12	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	03
13	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada.	01
14	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia.	04

6.5.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 4.809/2023.

6.5.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

6.5.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

6.5.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Da medição:
A medição do objeto se dará pela verificação de conformidade do quantitativo entregue, seguido pela verificação da conformidade dos serviços prestados, a comprovação mensal de quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, a correta aplicação dos métodos de execução e o cumprimento estrito dos prazos estabelecidos.
Do pagamento:
O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos e será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota fiscal.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:
Estiver inadimplente com as obrigações previdenciárias e trabalhistas;
Estiver em atraso no pagamento de salários aos seus contratados e de outros benefícios, como vale-transporte e/ou alimentação;
A Contratada deverá entregar ao fiscal do contrato mensalmente, juntamente com os documentos fiscais, os seguintes documentos:
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
Comprovante de depósito do FGTS;
Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
Comprovantes de adimplemento dos salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
Cópias dos recibos de entrega de vale-transportes, vale-alimentação, e de outros benefícios previstos no Contrato ou na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria.
Constituem dotações para o cumprimento das obrigações:

FICHA	DOTAÇÃO
51	02.002.001.04.122.0005.2015.3.3.90.39.00
68	02.002.002.04.122.0005.2016.3.3.90.39.00
75	02.002.002.04.244.0005.2021.3.3.90.39.00
611	02.006.001.10.305.0020.2247.3.3.90.39.00
558	02.006.001.10.301.0017.2223.3.3.90.39.00
559	02.006.001.10.301.0017.2223.4.4.90.39.00
682	02.007.001.12.361.0010.2167.3.3.90.39.00
700	02.007.001.12.365.0010.2171.3.3.90.39.00
718	02.007.001.12.365.0010.2175.3.3.90.39.00

Da Repactuação:
Os preços contratados serão reajustados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de um ano, mediante solicitação do contratado.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeiro reajuste será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a composição de custo está vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
Nos repactuações subsequentes à primeira, o intervalo mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última reajuste correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
Entende-se como última pactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada
O reajuste ou repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4°, da Lei n.o 14.133/2021).
Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5°, da Lei n.o 14.133/2021).
É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na composição de custo inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
Na repactuação, o contratante não se vincula às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratam de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1° e 2°, da Lei n.° 14.133/2021).
Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
Quando o reajuste solicitado pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula:
R = V (I – Io) / Io, onde:
R = Valor do reajustamento procurado;
V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo
Independentemente do requerimento de reajuste dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada ano, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações/reajuste poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
Os efeitos financeiros da repactuação/reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
O pedido de repactuação/reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
A extinção do contrato não configura óbice para o deferimento da repactuação/reajuste solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório
O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação/reajuste de preços em até 01 (um) mês, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6°).
O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
As repactuações/reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei no 14.133, de 2021.
O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a seu efetivo reajuste sobre os preços contratados.
O reajuste/repactuação deverá seguir ao disposto na resolução 54/2025 ou outro instrumento que venha substituir.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Parâmetros do objeto e de seleção e julgamento do fornecedor:

Critério de Julgamento	Menor Preço	Maior Desconto		Melhor Técnica e Preço
	Melhor Técnica	Maior Retorno Econômico		Maior Lance
	Não se aplica			
Parcelamento do objeto	Por Item	Por Lote		Global
Natureza do Objeto	Materiais	Serviços	Alienação	Concessão
	Obras e serviços de engenharia		Materiais para obras e serviços de engenharia	
Continuidade	Continuada	Não continuada		Não se aplica
Complexidade do objeto	Comum	Especial		Não se aplica
Mão de obra com dedicação exclusiva	Predominante	Não Predominante		Não se aplica

Em consonância com os dispositivos legais da Lei nº 14.133/2021, que preconizam a busca pela eficiência, economicidade e segurança nos processos licitatórios, e tendo em vista que se trata de serviço contínuo, a ser realizado por um único prestador de serviços, a contratação será realizada em lote único.

Inicialmente, destaca-se que a terceirização de mão de obra envolve atividades contínuas, interdependentes e integradas, exigindo gestão centralizada, padronização de procedimentos e uniformidade na execução dos serviços. A divisão do objeto em múltiplos lotes poderia comprometer essa integração, dificultando a coordenação das equipes, o controle contratual e a responsabilização dos prestadores.

Assim, a contratação será por meio de lote, agrupando-se itens de mesma natureza ou itens integrados — como é o caso dos serviços de pedreiro, ajudante de obras, pintor, soldador, encanador e ajudante de caminhão que atuarão nas diversas demandas realizando todos os consertos, reparos e distribuição de matérias nas diversas unidades públicas. Também temos o coveiro, pedreiro, ajudante de obras e jardineiro destinados ao cemitério municipal na construção e manutenção das sepulturas, realização de sepultamentos e manutenção e conservação das áreas verdes e jardim—, todos os itens são itens operacionalmente integrados, cuja realização ocorre de forma complementar e interdependente no contexto das demandas, o que favorece a padronização, a eficiência na gestão contratual e a otimização dos recursos empregados. Dessa forma, o agrupamento contribui para maior economicidade, melhor coordenação das atividades e ganhos de escala na execução dos serviços.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado da presente contratação é de R$ 2.442.588,36 (dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos), para 12 (doze) meses.
A constituição do valor conforme quadro abaixo, se dá com base no produto do quantitativo pelo preço médio do item requerido, com base nos valores unitários nos termos da Resolução Nº 054, de 04 de agosto de 2025, cuja formação de preços compreende os valores constantes no Quadro Analítico da Folha de Pagamentos e Encargos, acrescido da alíquota de 3% (três porcento) referente a Taxa de Administração conforme Resolução Nº 021, de 22 de dezembro de 2021, justificada conforme parecer jurídico enviado pelo CISREC.

LOTE	POSTO	QUANT. DE POSTOS POR MÊS	QUANT. DE POSTOS POR ANO	PREÇO UNITÁRIO CONFORME QUADRO ANALÍTICO	PREÇO UNITÁRIO COM INCIDENCIA DE TAXA ADMINISTRATIVA (3%)	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
1	Encanador	03	36	R$ 6.091,57	R$ 6.274,32	R$ 18.822,96	R$ 225.875, 52
	Ajudante de Obras	11	132	R$ 4.781,89	R$ 4.925,35	R$ 54.178,85	R$ 650.146,20
	Pedreiro	05	60	R$ 6.383,39	R$ 6.574,89	R$ 32.874,45	R$ 394.493,40
	Pintor	04	48	R$ 5.845,40	R$ 6.020,76	R$ 24.083,04	R$ 288.996,48
	Eletricista	01	12	R$ 7.217,98	R$ 7.434,52	R$ 7.434,52	R$ 89.214,24
	Soldador	01	12	R$ 6.138,56	R$ 6.322,72	R$ 6.322,72	R$ 75.872,64
	Ajudante de Caminhão	05	60	R$ 5.366,55	R$ 5.527,55	R$ 27.637,75	R$ 331.653,00
	Coveiro	04	48	R$ 6.294,60	R$ 6.483,44	R$ 25.933,76	R$ 311.205,12
	Jardineiro	01	12	R$ 6.078,62	R$ 6.260,98	R$ 6.260,98	R$ 75.131,76
					TOTAL	R$ 203.549,03	R$ 2.442.588,36

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do município:
Acompanhar a execução do Contrato, nos termos deste instrumento, exercendo ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto contratado;

Responsabilizar-se pelos pagamentos devidos, nos prazos e condições pactuados neste Contrato;

Permitir, desde que necessário, o livre acesso dos empregados disponibilizados pela CONTRATADA ou entidade por ela designada como responsável pela execução material do serviço, em suas dependências, para fins de cumprimento dos objetos ora contratados;

Atestar as faturas correspondentes e supervisionar a prestação dos serviços por intermédio do preposto designado;

Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação dos serviços em desacordo com o previsto neste Contrato;

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;

Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:
Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CISREC:

Fornecer mão de obra capacitada, com idade não inferior a 18 anos, para exercer as funções referentes ao objeto deste Contrato, não permitindo a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
Prestar os serviços mesmo em caso de greve da categoria, por meio de esquema de emergência;
Submeter ao CONTRATANTE, antes do início dos serviços, a relação dos empregados a ele disponibilizados, acompanhada de sua distribuição nos postos de trabalho;
Fiscalizar a formalização do vínculo empregatício formal e expresso dos empregados, o pagamento de salários, vale transporte, e todos os demais benefícios, recolhimentos dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, incidentes sobre o objeto contratado;
Fica ressalvado que a eventual inadimplência para com os encargos referidos no item 11.1.4. desta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto a ser contratado;
Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto deste Contrato, qualquer relação de emprego entre o CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA ou entidade por ela designada como responsável pela execução material do serviço, disponibilizar para a cumprimento do objeto delineado no bojo deste Contrato;
Iniciar a prestação dos serviços após recebida a Ordem de Serviço do CONTATANTE, em até 30 (trinta) dias corridos, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ao início de sua execução;
Havendo necessidades de novas contratações, após o recebimento da solicitação pela CONTRATADA e a formalização de termo aditivo para inclusão dos novos cargos solicitados, o prazo para admissão será de 08 a 10 dias corridos;
Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados, nos termos da legislação vigente, e efetuá-los de acordo com as especificações constantes neste Contrato, em estrita conformidade com todas as condições e prazos aqui estabelecidos, bem como a qualquer exigência legal aplicável a presente contratação.
Designar o setor de referência para responder pela execução do Contrato;
Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios que eventualmente sejam disponibilizados à execução dos serviços, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
Acompanhar, rigorosamente, a seleção e preparação dos empregados que irão prestar os serviços, conforme determinação e exigências especificadas quando da contratação dos mesmos;
Alocar, para a execução dos serviços, o número de empregados conforme solicitação da CONTRATANTE;
Apresentar ao Preposto, no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar da assinatura do Contrato, o Programa de Gerenciamento de Risco – PGR e o Programa de Controle Médicos e Saúde Ocupacional (PCMSO), podendo referido prazo ser prorrogado, mediante justificativa;
Manter os funcionários bem trajados para que estejam sempre caracterizados, portanto ainda crachá e equipamentos de proteção individual – EPI's, sem repassar quaisquer custos aos funcionários, bem como substituí-los sempre que apresentarem defeitos, desgastes e extravios, independente de prazo mínimo, em até 48 horas.
Acompanhar a assiduidade e a pontualidade dos empregados, por meio do registro eletrônico de frequência dos mesmos, bem como as ocorrências havidas, garantindo a reposição de mão-de-obra, nos prazos estipulados neste Contrato;
Disponibilizar os substitutos dos funcionários em férias, atestados médicos ou licença e providenciar, em no máximo de 03 (três) horas, funcionários para cobrir eventuais faltas, visando garantir a continuidade dos serviços, contados a partir da comunicação do ocorrido pelo CONTRATANTE, quando o caso;
Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios, tais como a racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes e de consumo de energia elétrica e água;
Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, com no mínimo 03 (três) meses de antecedência, contados da data limite da vigência deste Contrato, o desejo de não o prorrogar, se for o caso;
A Consórcio poderá executar a prestação dos serviços delineada no objeto deste instrumento, por meio de empresa/entidade contratada, via licitação;
Disponibilizar número de telefone móvel e e-mail que permita contato imediato entre os Gestores e Fiscais da contratante e o Preposto da contratada de forma permanente, incluindo em dias não úteis ;
Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio do seu Preposto;

Observar, por meio do seu Preposto a adequação na utilização dos materiais e dos serviços prestados, objetivando sua correta execução, a observância das normas de sustentabilidade ambiental e a racionalização de recursos;
Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da contratante, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados, respondendo prontamente às reclamações formuladas e também as solicitações diversas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação do Fiscal ou Gestor;
Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causarem ao patrimônio da contratante, ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

Obrigações trabalhistas

Fornecer aos seus funcionários, até o último dia útil do mês que antecede ao mês de sua competência, os vales referentes a transporte e alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.
O atraso no fornecimento de vale transporte e/ou alimentação, incorrerá em falta por parte da empresa, passível de glosa no pagamento da fatura e demais penalidades legalmente previstas.
Efetivar, dentro do prazo legalmente previsto, os pagamentos e os ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste contrato, tendo em vista que os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com a contratante.
Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e preventivo exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente ou sempre que solicitado pela contratante.
Pagar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, via depósito bancário na conta dos empregados, permitindo a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE.
O atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Consórcio de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.
Quando da rescisão do contrato, a empresa deverá apresentar em até 15 dias corridos após o último dia da prestação dos serviços:
Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

Obrigações civis e fiscais

Arcar com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação trabalhista e previdenciária vigente, obrigando-se a quitá-los nos termos da legislação aplicável, uma vez que seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com o contratante.
Atender a todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que aconteça em dependência da contratante.
Arcar com todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
Assumir todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
Fornecer, mensalmente à contratante, e sempre que solicitado, todos os comprovantes de pagamento dos empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
Estar ciente que, a partir da assinatura do contrato, a contratante fica autorizada a realizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores quando houver falha no cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.
Oferecer todos os meios necessários para que seus empregados obtenham prontamente os extratos de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.
Fornecer, mensalmente, acompanhando a (s) Nota (s) Fiscal (is), a folha de pagamento específica e cópia autêntica da respectiva Guia da Previdência Social (GPS) e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social (FGTS), vencidas até a data da apresentação.
Fornecer, até o 3° (terceiro) dia útil de cada mês, cópia da folha de pagamento referente aos serviços prestados no mês anterior, individualizada por funcionário, assim como a previsão dos valores a serem provisionados para o pagamento das férias, 13° salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada.
Apresentar a cada mês, quando da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, cópia, acompanhada do original, dos seguintes documentos:
Cópia do Registro de Assiduidade, em que constem as horas trabalhadas do mesmo mês da fatura;
Atestados e justificativas para ausências ao trabalho, do mesmo mês da fatura;
Folha de pagamento de salários, referente ao mesmo mês da fatura;
Recibo de aviso de férias (trinta dias antes do respectivo gozo), do mesmo mês da fatura;
Recibo de pagamento, atestando o recebimento de salários mensais e adicionais de férias, abono pecuniário e, se for o caso, salário família, assinado pelo funcionário conforme artigo 464 da CLT, acompanhado de depósito bancário na conta do trabalhador, referente ao mês da fatura; Recibo de vale-transporte, do mês posterior ao da fatura;
Recibo de vale-alimentação, do mês posterior ao da fatura;
Cópia da GFIP-SEFIP emitida especificamente para o Contrato, salvo em caso de qualquer impedimento legal ou pelo programa/manual da Caixa Econômica Federal, sendo que deverá ser comprovado perante a contratante já no primeiro mês de Contrato;
Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos Conectividade Social (GFIP);
Cópia da Guia de Recolhimento de FGTS (GRF) do mês de competência anterior ao faturamento, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
Cópia da "Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP" vinculados ao Contrato firmado, com cópia das últimas folhas da referida relação onde consta o "Resumo das Informações à Previdência Social constante do arquivo SEFIP" e "Resumo de Fechamento – Empresa", com os totalizadores a recolher;
Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) do mês de competência anterior ao faturamento, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
Comprovante de pagamento das férias e do correspondente ao adicional de 1/3 de férias, na forma da lei, referente ao mês anterior ao da fatura;
Comprovante de pagamento dos salários dos funcionários via depósito bancário na conta do trabalhador.

Lagoa Santa, data da assinatura eletrônica.

Equipe de Planejamento:

LUCA GIULLIANO SILVA E OLIVEIRA
Gestor de Contrato

MIRIAM OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO
Representante Técnico/Demandantes/Suplente de Gestor de Contrato

ARISTON GERALDO MOTA
Fiscal de Contrato
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

RAFAEL ALMEIDA PARAGUAI PRIMO
Suplente Fiscal de Contrato
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

DENILSON SOUZA DA MATTA
Fiscal de Contrato
Secretaria de Planejamento e Gestão

CARLA MARTINS FERNANDES
Suplente de Fiscal de Contrato
Secretaria de Planejamento e Gestão

ANEXO A - REQUISITOS BÁSICOS DOS POSTOS DE TRABALHO

Requisitos de Escolaridade/Experiência/Treinamento:
Para atender à demanda dos serviços de que trata esta categoria, deverão ser alocados profissionais nos postos de trabalho com, no mínimo, os seguintes requisitos:
Posto de Trabalho de Ajudante de Caminhão - Preparam cargas e descargas de mercadorias, movimentação de mercadorias em veículos leves e caminhões, entregam e coletam encomendas, manuseiam cargas especiais, reparam embalagens danificadas e controlam a qualidade dos serviços prestados, operam equipamentos de carga e descarga, estabelecem comunicação, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de mercadorias, auxilia o motorista de veículo de transporte de carga, carregando, descarregando, entregando encomendas e executando outras atividades de apoio. (CBO 7832-15, CBO 7832-10 e CBO 07832-25)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;
Experiência profissional: sem exigência;
Outras habilidades: boa capacidade de expressão verbal, facilidade para manter concentração em ambientes de trabalho coletivo, facilidade para atuar em equipes de trabalho, boa comunicação interpessoal, boa organização pessoal, capacidade de manter equilíbrio emocional diante de pressões e situação de estresse e capacidade de cumprir prazos.
Cursos de especialização: sem exigência.
Posto de trabalho de Encanador - Responsável por reparos na rede pluvial, água fria e esgotamento sanitário em geral.Trocas de sifão, torneiras, lavatórios, válvulas de descarga, kit reparo caixa acoplada, válvulas de retenção, engate flexível, ducha higiênica, filtros separadores, registros, conexões e tubulações de rede. Redimensionamento das redes hidráulicas e de esgoto dentro de prédios públicos. Criação de novas redes de abastecimento de água e captação da rede de esgoto. Instalação de caixas de gordura, caixas de passagem, tubos de ligação e alimentação de rede. Instalação de pontos provisórios de água e rede de esgoto para eventos públicos realizados pela Prefeitura. Instalação e desinstalação de infraestrutura extra em prédios alugados (retirada de tubos para alimentação extra). Limpeza e caixa d'água e reservatório de água. Realizar testes de pressão e estanqueidade. Identificar e reparar vazamentos. Instalação de válvulas para gás encanado. (CBO 7241-10)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;
Experiência profissional: no mínimo 06 (seis) meses;
Cursos de especialização: preferencialmente curso profissionalizante na área de atuação.
Posto de Trabalho de Ajudante de Obra - Misturar concreto, argamassa e outros materiais utilizados no serviço. Realizar escavações para fundações, valas e outras estruturas. Limpar, remover entulhos e preparar o local para as próximas etapas do serviço. Auxiliar pedreiros, carpinteiros e outros profissionais na execução do serviço. Auxiliar na demolição de estruturas de alvenaria e outras construções, sob supervisão. Preparar canteiros de obras, remover revestimentos, limpar máquinas e ferramentas, entre outras tarefas. (CBO 7170-20)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;
Experiência profissional: no mínimo 06 (seis) meses;
Cursos de especialização: sem exigência.
Posto de Trabalho de Pedreiro - Responsável por reparos em estrutura, alvenaria, acabamento e cobertura em geral. Realizar confecção de pisos em concreto ou revestimento cerâmico, confecção de paredes, muretas, rampas e escadas nos diversos prédios públicos. Substituição de pisos ou revestimentos ocos ou quebrados. Realização de serviços de acabamento em geral. Realização de chapisco, emboço, reboco e contrapiso em espaços existentes. Execução de novos cômodos, anexos e ampliações de construções já existentes. Reparo em telhado diversos (colonial, amianto, galvanizado e PVC), desde troca de telhas a reparo no engradamento. Montagem de novas coberturas (telhados). Confecção e desinstalação de infraestrutura provisória em imóveis alugados (muretas, rampas de acessibilidade, casinha de gás ou compressor e coberturas diversas). Montagem de rampas de acessibilidade provisórias para eventos públicos realizados pela Prefeitura. (CBO 7152-10)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;
Experiência profissional: no mínimo 12(doze) meses;
Cursos de especialização: sem exigência.
Posto de Trabalho de Pintor - Preparar superfícies para pintura ou revestimento. Aplicar tintas, vernizes e outros revestimentos em superfícies metálicas, de alvenaria e de madeira, em obras novas e em manutenção predial. Organizar ferramentas e equipamentos de acabamento. Corrigir superfícies para garantir um acabamento de qualidade. (CBO 7166-10)
Escolaridade: ensino fundamental completo, comprovado por certificado de conclusão devidamente registrado no MEC

Experiência profissional: no mínimo 12(doze) meses;
Cursos de especialização: preferencialmente curso profissionalizante na área de atuação.
Posto de Trabalho de Eletricista - Responsável por reparos na rede elétrica em geral. Trocas de disjuntores, tomadas, interruptores, lâmpadas e luminárias de embutir e sobrepor. Redistribuição de cargas dentro de prédios públicos. Criação de novos circuitos elétricos. Instalação de portão eletrônico, campainha, interfone e sinal sonoro. Instalação de pontos provisórios de energia em espaços públicos. Instalação e desinstalação de infraestrutura de rede e elétrica (caixas de passagem, eletrocalhas, canaletas, eletrodutos, cabos de energia e rede, quadros de energia, racks, suítes e patch panel's). (CBO 9511-05)
Escolaridade: ensino médio completo, comprovado por certificado de conclusão devidamente registrado no MEC
Experiência profissional: no mínimo 12(doze) meses;
Cursos de especialização: curso profissionalizante na área de atuação.
Posto de trabalho de Coveiro/Sepultador - Realiza sepultamento em cemitério, identificando e preparando o local com escavação de terreno, abertura e limpeza de sepultura e outros procedimentos, transportando caixão, colocando caixão em sepultura, gaveta, jazigo ou cova simples, fechando o local, e retirando excessos de terra e de materiais de sepultamento. Executa processo de exumação. Mantém limpeza e organização do cemitério. Conserva ferramentas e instrumentos de trabalho e faz manutenção básica em máquinas e equipamentos. (CBO 5166-10)
Escolaridade: ensino fundamental completo, comprovado por certificado de conclusão devidamente registrado no MEC
Experiência profissional: no mínimo 06(seis) meses;
Cursos de especialização: sem exigência.
Posto de trabalho de Jardineiro – Realiza o manejo do solo e plantas, atua na manutenção realizando podas de plantas, roçando grama, arrancando ervas daninhas e cuidando dos canteiros. Planeja e executa o plantio de mudas e flores ornamentais para embelezamento. Remove folhas secas, flores murchas e detritos nos jardins e gramados utilizando sopradores ou rastelos. (CBO 6220-10)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;

Experiência profissional: no mínimo 06(seis) meses;

Cursos de especialização: sem exigência

Posto de trabalho de Soldador - responsável por unir e cortar peças de ligas metálicas utilizando processos como MIG, MAG, TIG e eletrodo revestido. Ele prepara equipamentos, peças e materiais, realiza acabamentos e garante a qualidade da soldagem, sempre seguindo rigorosas normas de segurança e saúde ocupacional. (CBO 7243-15)

Escolaridade: Ensino Médio Completo comprovado por certificado de conclusão devidamente registrado no MEC.

Experiência profissional: no mínimo 12(doze) meses;

Cursos de especialização: em processos de solda

ANEXO B - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS POR POSTO DE TRABALHO

Ajudante de Caminhão:

Carregar e descarregar mercadorias em caminhões e veículos;
Preparar cargas e descargas de mercadorias para embarque;
Fixar cargas;
Manusear cargas especiais;
Operar equipamentos de carga e descarga;
Conectar tubulações às instalações de embarque e descarga;
Movimentar e fixar mercadorias;
Entregar e coletar encomendas;
Transportar e acondicionar cargas e materiais em geral em local apropriado;
Receber, conferir, transportar, remover, movimentar e remanejar móveis, equipamentos e materiais em geral;
Trabalhar com segurança;
Seguir procedimentos de movimentação de produtos perigosos, como explosivos e produtos químicos;
Monitorar os produtos perigosos, para evitar vazamentos;
Proteger cargas das intempéries climáticas;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Coveiro / Sepultador:

Identifica o local de cada sepultamento previsto.
Escava terreno para abertura de cova.
Abre sepultura já existente, removendo tampão ou laje e limpando o espaço interior, para o próximo sepultamento.
Examina a compatibilidade da medida fornecida do caixão com o tamanho da sepultura ou jazigo, fazendo os ajustes necessários.
Transporta o caixão ao local de sepultamento e aguarda cerimônias de despedida.
Coloca o caixão no jazigo subterrâneo, cobrindo-o com terra e gramado e colocando a placa de identificação.
Em cova simples, coloca o caixão manipulando cordas de sustentação, faz a cobertura com terra, e fixa a lápide ou a placa de identificação.
Realiza exumação de corpos, em casos autorizados, após decorrido tempo determinado, ou em atendimento a exigências judiciais, a qualquer tempo.
Avalia se há condições de exumação, comunicando possível empecilho;
Prepara a retirada do caixão, desfazendo fechos de gavetas, retirando lajes pré-moldadas, quebrando lacre ou tomando outra providência similar.
Executa o translado de corpo, retirando o caixão do local de sepultamento e acondicionando o corpo em outro caixão, que é levado a local predeterminado.
Executa o translado de ossos, acondicionando-os, fazendo seu transporte a local predeterminado, e fechando o ossário.
Faz a conservação dos cemitérios, limpando sepulturas, pintando áreas gerais, remarcando as identificações das sepulturas.
Realiza poda de árvores e corta grama.

Recolhe lixo não produzido pelo cemitério, separando materiais para reaproveitamento e fazendo descarte dos demais resíduos, conforme normas ambientais.
Conserva ferramentas e instrumentos de trabalho limpos, organizados, acondicionados e em plenas condições de uso e funcionamento.
Executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Encanador:

Responsável por reparos na rede pluvial, água fria e esgotamento sanitário em geral.
Responsável por Trocas de sifão, torneiras, lavatórios, válvulas de descarga, kit reparo caixa acoplada, válvulas de retenção, engate flexível, ducha higiênica, filtros separadores, registros, conexões e tubulações de rede.
Responsável por redimensionamento das redes hidráulicas e de esgoto dentro de prédios públicos.
Responsável pela criação de novas redes de abastecimento de água e captação da rede de esgoto.
Responsável pela instalação de caixas de gordura, caixas de passagem, tubos de ligação e alimentação de rede.
Responsável pela instalação de pontos provisórios de água e rede de esgoto para eventos públicos realizados pela Prefeitura.
Responsável pela instalação e desinstalação de infraestrutura extra em prédios alugados (retirada de tubos para alimentação extra).
Responsável pela limpeza de caixa d'água e reservatório de água.
Realizar testes de pressão e estanqueidade.
Identificar e reparar vazamentos.
Instalar válvulas para gás encanado.

Ajudante de Obra:

Misturar concreto, argamassa e outros materiais utilizados no serviço.
Realizar escavações para fundações, valas e outras estruturas.
Limpar, remover entulhos e preparar o local para as próximas etapas do serviço.
Auxiliar pedreiros, carpinteiros e outros profissionais na execução do serviço.
Auxiliar na demolição de estruturas de alvenaria e outras construções, sob supervisão.
Preparar canteiros de obras.
Remover revestimentos.
Limpar máquinas e ferramentas.

Pedreiro:

Responsável por reparos em estrutura, alvenaria, acabamento e cobertura em geral.
Realizar confecção de pisos em concreto ou revestimento cerâmico, confecção de paredes, muretas, rampas e escadas nos diversos prédios públicos.
Realizar substituição de pisos ou revestimentos ocos ou quebrados.
Realizar chapisco, emboço, reboco e contrapiso em espaços existentes.
Responsável pela execução de novos cômodos, anexos e ampliações de construções já existentes.
Realizar reparo em telhado diversos (colonial, amianto, galvanizado e PVC), desde troca de telhas à reparos no engradamento.
Responsável pela montagem de novas coberturas (telhados).
Responsável pela confecção e desinstalação de infraestrutura provisória em imóveis alugados (muretas, rampas de acessibilidade, casinha de gás ou compressor e coberturas diversas).
Realizar montagem de rampas de acessibilidade provisórias para eventos públicos realizados pela Prefeitura.

Pintor:

Preparar superfícies para pintura ou revestimento.
Aplicar tintas, vernizes e outros revestimentos em superfícies metálicas, de alvenaria e de madeira, em obras novas e em manutenção predial.
Organizar ferramentas e equipamentos de acabamento.
Corrigir superfícies para garantir um acabamento de qualidade.

Eletricista:

Responsável por reparos na rede elétrica em geral.
Trocar disjuntores, tomadas, interruptores, lâmpadas e luminárias de embutir e sobrepor.
Responsável pela redistribuição de cargas dentro de prédios públicos.
Responsável pela criação de novos circuitos elétricos.
Instalar portões eletrônicos, campainha, interfone e sinal sonoro.
Instalar pontos provisórios de energia em espaços públicos.
Responsável pela instalação e desinstalação de infraestrutura de rede e elétrica (caixas de passagem, eletrocalhas, canaletas, eletrodutos, cabos de energia e rede, quadros de energia, racks, suítes e patch panel's).

Soldador:

Soldagem e corte para unificar e recuperar peças de ligas metálicas, aço carbono, inox, alumínio , entre outros.
Opera equipamento de TIG, MIG, MAG, Eletrodo Revestido, Oxigás, Plasma, entre outros.
Realiza acabamento como finalizar soldas, lixar, polir, eliminar respingos e verificar a qualidade visual da peça
Realiza soldagem de manutenção e recuperação em estruturas ou equipamentos industriais.

Jardineiro:

Realiza o plantio de sementes e plantas.
Atua no preparo e conservação do solo, utilizando adubos, limpando as áreas , removendo ervas daninhas e aplicando substratos.
Planeja a execução da rega, garantindo a quantidade de água adequada para cada espécie
Remove folhas secas, flores murchas e detritos nos jardim e gramados, utilizando equipamentos como sopradores e rastelos.

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº_____,sediada a Rua: _____nº_____, Bairro:_____, CEP:_____na cidade de_____, estado de _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____e do CPF:_____DECLARA que está habilitada deste certame, disporá de:

De profissionais suficientes para executar os serviços dentro dos prazos estipulados;
De infraestrutura, equipamentos, materiais e, ou, veículos necessários para a prestação dos serviços.
Local e data.

_____
Responsável pela empresa:
Nome completo/RG/CPF

Orientações:
Utilizar papel timbrado.
Utilizar carimbo da empresa

..."

LEIA-SE:

"...
TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITANTES:

	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA

PARÂMETROS:

Forma de Realização	Eletrônico	Não eletrônico
SRP	Sim	Não

DEFINIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a celebração de contrato de programa com o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Políticas de Desenvolvimento da Região Calcária – CISREC para fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva para prestação de serviços contínuos em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.
O prazo de vigência da contratação será de 12 meses.
O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Com o crescimento da densidade populacional, o Poder Executivo tem aplicado recursos em seus equipamentos, unidades de saúde e escolas, aumentando, consequentemente, o volume de serviços, ampliação de estruturas físicas e a necessidade de contratação de profissionais para atender às crescentes demandas. Ao longo do tempo, para evitar o crescimento desmesurado da máquina administrativa e, também, em razão da busca por maior eficiência e especialização nas suas atividades finalísticas, a Administração Pública, em diversas esferas, têm regulamentado e instituído as hipóteses de terceirização nos termos da lei.
Atualmente, em razão da indisponibilidade de mão de obra técnica qualificada, as atividades de manutenção predial preventiva e corretiva nas Unidades de Atenção Básica à Saúde, nas Unidades Escolares e nos demais prédios públicos encontram-se paralisadas ou vêm sendo executadas de forma lenta e insuficiente. Em muitos casos, tais serviços têm sido realizados por profissionais deslocados de outras áreas, sem a devida capacitação técnica.
Essa situação tem ocasionado desgaste progressivo das instalações, aumento do risco de falhas estruturais, comprometimento de sistemas elétricos e hidráulicos, além de condições inadequadas de segurança e funcionalidade para servidores e usuários. A ausência de intervenções regulares também eleva a probabilidade de interrupções no funcionamento das unidades e amplia o passivo técnico de reparos.
Ademais, verifica-se a necessidade de construção de novas sepulturas e de restauração das existentes, tratando-se de atividade essencial à população, cuja execução é, por natureza, morosa e que, diante da insuficiência de mão de obra, compromete o adequado funcionamento do serviço funerário.
Constata-se, ainda, a insuficiência de mão de obra operacional para a execução de atividades de apoio nas unidades meio e finalísticas, especialmente no que se refere à movimentação, organização e distribuição de insumos. Tal fragilidade tem ocasionado atrasos, riscos de desabastecimento pontual e impactos diretos na regularidade dos serviços prestados à população.
No mesmo sentido, a execução dos serviços de sepultamento enfrenta riscos decorrentes da escassez de profissionais qualificados, podendo gerar atrasos, falhas procedimentais e danos às estruturas, comprometendo a continuidade do serviço e a dignidade no atendimento às famílias.
É importante ressaltar que esses serviços são essenciais e de execução contínua, pois sua paralisação, se ocorrer, resultará em prejuízos incalculáveis para o bom andamento das atividades desta Administração, comprometendo a continuidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e o funcionamento dos postos de trabalho, especialmente nas áreas de apoio às atividades finalísticas, devido à ausência de quadro efetivo de pessoal próprio, cujas atividades estão associadas ao Código Brasileiro de Operações correspondente, nas áreas e atividades:

Ajudante de Caminhão: Tem como objetivo o preparo, a separação e o carregamento de mercadorias no Almoxarifado Central, bem como a distribuição e o descarregamento das mercadorias nas diversas Unidades da Prefeitura, além da organização dos produtos no galpão de armazenamento. Também atende às demandas do Departamento de Patrimônio, realizando o recolhimento de mobiliários e equipamentos servíveis e inservíveis para transferência entre os setores/secretarias, realização de mudanças, recolhimento de bens para o estoque de inservíveis e organização do respectivo espaço.
Pequenos Reparos em Escolas da Rede Municipal, Unidades de Saúde e demais edificações: Será necessária a alocação de uma equipe para realização de serviços hidráulicos, elétricos, construção/obras e pintura.
Serviços Funerários: Realizam a construção, preparação, limpeza, abertura e fechamento de sepulturas, bem como a execução de sepultamentos, exumações, traslados de corpos e despojos, além da conservação de cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho.
Nesse contexto, este Termo de Referência tem como objetivo definir requisitos de execução contratual e de contratação.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação, por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário – CISREC, para o fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, destinada à prestação de serviços contínuos em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, mostra-se como a solução mais adequada para a consecução dos serviços pretendidos.
Tal adequação decorre da garantia de execução com qualidade, em razão da qualificação técnica dos profissionais disponibilizados, bem como da oferta em quantitativo suficiente para atender às necessidades do Município. Ademais, o CISREC dispõe de ampla carteira de prestadores e fornecedores, contemplando diversos perfis de serviços, o que assegura a capacidade de suprir, de forma eficiente e integrada, as demandas objeto da presente contratação.
Requisitos Gerais
Trata-se de regime de Contratação Indireta, na qual a Administração transfere a execução do objeto à terceira pessoa (CISREC), cabendo à Contratante a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo ao contratado a responsabilidade dos encargos civis, trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento.
A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
Para a execução dos serviços, deverão ser disponibilizados profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.
Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa.
Por se tratarem de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o prestador de serviço deverá se responsabilizar por todas as despesas com mão de obra, equipamentos de proteção individual e correlatos, encargos trabalhistas, previdenciários, salário, auxílio-alimentação e/ou refeição, vale-transporte e quaisquer outras vantagens e benefícios fixados para a categoria através de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei.
Os salários e benefícios oferecidos aos postos de trabalho devem estar em conformidade com as convenções coletivas de trabalho das respectivas categorias profissionais.
Os postos de trabalho deverão observar os preceitos estabelecidos na Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), cabendo à empresa prestadora de serviços a responsabilidade de orientar seus colaboradores quanto ao cumprimento das disposições previstas na referida norma, quando couber.
Adicionalmente, os postos de trabalho deverão, obrigatoriamente, realizar o registro de ponto, seja em formato eletrônico ou físico, com o objetivo de atestar a fidedignidade dos horários de trabalho cumpridos pelos colaboradores.

Preposto

É obrigatória a disponibilização de um preposto, que quando convocado, deverá comparecer ao órgão no prazo máximo de 04 horas, para cumprimento da prestação de serviços, bem como em razão das peculiaridades específicas das atribuições envolvidas e com o objetivo a garantir a eficiência e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.
O preposto não precisará ficar de forma contínua no órgão para cumprimento de suas atribuições, deverá apenas comparecer quando convocado, dentro do prazo estipulado e permanecer no local o tempo necessário para realizar todas as tratativas que forem necessárias.
O preposto da empresa deverá ser designado antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Caso a empresa não possua sede ou escritório em Lagoa Santa, é necessário um canal de comunicação direto com o preposto da empresa e que ele esteja disponível para dirimir quaisquer problemas quando necessário e em tempo hábil.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
Treinamentos
A contratada se responsabilizará pela realização de treinamento, qualificação e reciclagem dos profissionais alocados, sem onerar o preço contratado, como forma de garantir o aprimoramento e a manutenção do nível de execução da prestação de serviços, inclusive para aqueles que farão as substituições.

A contratante, a seu critério, poderá exigir da contratada a comprovação da realização de treinamento de qualificação dos profissionais alocados.
Dos postos de trabalho

As atividades detalhadas e requisitos requeridos de cada posto de trabalho encontram-se pormenorizadas no Anexo A e B deste termo de referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Do referenciamento legal, regulamentar e normativo:

Na execução do objeto deste termo de referência, assegurar-se-á a adoção de boas práticas, em conformidade com as disposições legais, normativas e regulamentações aplicáveis. Deverá ser garantida a qualidade do serviço e da mão de obra empregada, assegurando-se a excelência e o atendimento aos padrões estabelecidos.

Em especial observando:
A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
Lei Federal n.° 605 de 05 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.
Lei Federal n.° 4.749 de 12 de agosto de 1965 1965, que dispõe sobre o Pagamento da Gratificação Prevista na Lei n º 4.090, de 13 de julho de 1962.
Lei Federal n.° 4.090 de 13 de julho de 1962, que institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores.
Lei Federal n.° 4.266 DE 3 DE OUTUBRO DE 1963, que institui o salário-família do trabalhador.
Norma Regulamentadoras - NR.
Demais leis, instruções normativas, acordos, convenções e dissídios coletivos de cada categoria.
Normas relacionadas à limpeza e desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos, instituídas por órgãos de controle e pela Administração Pública Municipal.
E demais legislações da Administração Pública Municipal, correlatas ao objeto e aos serviços a serem prestados.
Do critério de seleção técnica e da documentação técnica exigida para habilitação:

4.2.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) em papel que identifique a contratante e o contratado, assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo, que comprove a aptidão do licitante na gestão de mão de obra com dedicação exclusiva.

4.2.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito aos serviços executados observados os seguintes critérios:
4.2.1.2. Comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na prestação do serviço de gestão de mão de obra, podendo ser aceito o somatório de atestados, em períodos sucessivos ou não.
4.2.1.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
4.2.1.4. Para fins de análise, serão considerados serviços similares aqueles cuja ocupação, segundo o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), possua o mesmo código ou códigos com atribuições semelhantes.
4.2.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, entre outros documentos.
4.2.2. Declaração de Disponibilidade, conforme Anexo C, assinada pelo representante legal do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário - CISREC, atestando que disporá de equipe técnica qualificada em número suficiente para o cumprimento tempestivo do objeto desta licitação nos termos previstos neste Termo de Referência.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Dinâmica de execução do objeto:
Da execução:
Os serviços serão executados ininterruptamente nos locais e horários previstos em Anexo, neste Termo de Referência.
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.
A Contratada deverá manter disponibilidade de efetivo para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições/reposições, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão de obra que cometa falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida na prestação de serviços para a Contratante.
A Contratada deve garantir o quantitativo de pessoal contratado para os postos de trabalho nos casos de atraso, falta, folga e licença ou férias de qualquer empregado.
As ocorrências de eventuais afastamentos dos empregados da execução dos serviços por quaisquer motivos e por período que compreenda a jornada diária ensejará providências imediata e ativa da contratada para que ele seja substituído temporariamente, admitida a tolerância máxima de 03 (três) horas para a efetivação da substituição por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos neste Termo de Referência.
As ausências dos profissionais nos postos de trabalho não supridas serão descontadas do faturamento mensal no valor correspondente ao número de dias ou horas em que se verificar a ausência do profissional no posto de trabalho, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato.
Do prazo de execução:
A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da ordem de serviço, o qual poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela contratante.
Os postos requeridos deverão ser disponibilizados sob demanda. A comprovação de que o profissional indicado pertence ao quadro permanente da empresa será realizada por meio de um dos documentos listados a seguir, que deverá ser apresentado à contratante em até 10(dez) dias úteis após assinatura do contrato. A contratada deverá apresentar as comprovações de aptidão dos postos, conforme especificado no Anexo B.
Ficha de registro de trabalho;
Contrato de trabalho;
CTPS (carteira de trabalho e previdência social); e
Contrato de prestação de serviços autônomos em plena vigência.
A ocorrência de potencial atraso/alteração no prazo de execução deverá ser imediatamente comunicada ao contratante, que analisará a situação e poderá conceder uma extensão do prazo, se julgar pertinente. Para isso, devem ser informadas: a natureza do problema, o impacto esperado sobre o cronograma de execução e as medidas que estão sendo tomadas para mitigar o atraso.
A aceitação do objeto não eximirá a contratada de sua responsabilidade pela pontualidade e conformidade da execução do serviço.
Em caso de atraso na prestação do serviço, sem justificativa aceitável pelo contratante, aplicar-se-ão as penalidades previstas nos instrumentos contratuais e na Lei.
Do prazo de substituição de serviços realizados em desconformidade:
Não serão aceitos serviços em desconformidade ao especificado no Termo e Referência, devendo ser corrigidos de forma imediata.

MODELO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Dos atores:

A gestão do contrato será conferida ao servidor Luca Giulliano Silva e Oliveira, sendo substituído quando necessário pela servidora Míriam Oliveira de Souza Ribeiro.

A fiscalização técnica será conferida:

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

A fiscalização técnica será conferida aos servidores Ariston Geraldo Mota sendo substituído quando necessário pelo servidor Rafael Almeida Paraguai Primo.

Secretaria de Planejamento e Gestão
A fiscalização técnica será conferida à Denilson Souza da Matta, sendo substituído quando necessário pela servidora Carla Martins Fernandes.

A indicação acima **configura designação formal** da autoridade superior, o qual considerará competência técnica, oportunidade e conveniência.

Da comunicação:
6.2.1. No início da vigência dos instrumentos firmados, a empresa contratada deverá designar um representante autorizado para o recebimento de pedidos, esclarecimento de dúvidas e atendimento de demandas.
A comunicação ocorrerá preferencialmente via e-mail, podendo ser substituída por contato telefônico ou correspondência quando necessário.
Da fiscalização técnica:
6.3.1. A fiscalização técnica consistirá na inspeção detalhada e uma avaliação criteriosa do objeto contratado. Este processo incluirá verificações que deverão estar alinhadas com as especificações e exigências delineadas no edital e termo de referência, em especial:
Conformidade dos serviços prestados;
A comprovação mensal de quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
O cumprimento da legislação aplicável aos serviços prestados.
A correta aplicação dos métodos de execução;
O cumprimento estrito dos prazos estabelecidos.
Da fiscalização Administrativa:
6.4.1. A fiscalização administrativa consistirá na verificação contínua das condições de habilitação do contratado, bem como o acompanhamento do recolhimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, além do controle administrativo em relação a reajustes, repactuações e providências em caso de inadimplemento.
Das sanções administrativas:
O não cumprimento do estabelecido no termo de referência, instrumentos contratuais e legislações aplicáveis sujeitarão às penalidades:

6.5.1.1. 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.1.2. 0,5% (meio por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

6.5.1.3. 0,5% (meio por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

6.5.1.4. 0,5% (meio por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

6.5.1.5. 0,5% (meio por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.

6.5.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
6.5.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1 – GRAU E CORRESPONDÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE MULTAS

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,5% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato
02	0,8% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato
03	1% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato
04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato
05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do item do contrato

TABELA 2 – RELAÇÃO ENTRE INFRAÇÃO E GRAU

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
5	Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia.	03
6	Permitir a presença de empregado sem identificação, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, e/ou sem os equipamentos de segurança necessários, por empregado e por dia.	03
	Para os itens a seguir, deixar de:	
7	Efetuar o pagamento de salários, vale transporte, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	05
8	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
10	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03

12	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	03
13	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada.	01
14	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia.	04

6.5.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 4.809/2023.

6.5.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

6.5.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

6.5.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Da medição:
A medição do objeto se dará pela verificação de conformidade do quantitativo entregue, seguido pela verificação da conformidade dos serviços prestados, a comprovação mensal de quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, a correta aplicação dos métodos de execução e o cumprimento estrito dos prazos estabelecidos.
Do pagamento:
O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos e será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota fiscal.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:
Estiver inadimplente com as obrigações previdenciárias e trabalhistas;
Estiver em atraso no pagamento de salários aos seus contratados e de outros benefícios, como vale-transporte e/ou alimentação;
A Contratada deverá entregar ao fiscal do contrato mensalmente, juntamente com os documentos fiscais, os seguintes documentos:
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
Comprovante de depósito do FGTS;
Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
Comprovantes de adimplemento dos salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
Cópias dos recibos de entrega de vale-transportes, vale-alimentação, e de outros benefícios previstos no Contrato ou na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria.
Constituem dotações para o cumprimento das obrigações:

FICHA	DOTAÇÃO
51	02.002.001.04.122.0005.2015.3.3.90.39.00
68	02.002.002.04.122.0005.2016.3.3.90.39.00
75	02.002.002.04.244.0005.2021.3.3.90.39.00
611	02.006.001.10.305.0020.2247.3.3.90.39.00
558	02.006.001.10.301.0017.2223.3.3.90.39.00
559	02.006.001.10.301.0017.2223.4.4.90.39.00
682	02.007.001.12.361.0010.2167.3.3.90.39.00
700	02.007.001.12.365.0010.2171.3.3.90.39.00
718	02.007.001.12.365.0010.2175.3.3.90.39.00

Da Repactuação:
Os preços contratados serão reajustados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de um ano, mediante solicitação do contratado.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeiro reajuste será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a composição de custo está vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
Nos repactuações subsequentes à primeira, o intervalo mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última reajuste correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
Entende-se como última pactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada
O reajuste ou repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4°, da Lei n.o 14.133/2021).
Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5°, da Lei n.o 14.133/2021).

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na composição de custo inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
Na repactuação, o contratante não se vincula às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratam de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1° e 2°, da Lei n.° 14.133/2021).
Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
Quando o reajuste solicitado pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula:
R = V (I – Io) / Io, onde:
R = Valor do reajustamento procurado;
V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo
Independentemente do requerimento de reajuste dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada ano, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações/reajuste poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
Os efeitos financeiros da repactuação/reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
O pedido de repactuação/reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
A extinção do contrato não configura óbice para o deferimento da repactuação/reajuste solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório
O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação/reajuste de preços em até 01 (um) mês, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6°).
O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
As repactuações/reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei no 14.133, de 2021.
O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a seu efetivo reajuste sobre os preços contratados.
O reajuste/repactuação deverá seguir ao disposto na resolução 54/2025 ou outro instrumento que venha substituir.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Parâmetros do objeto e de seleção e julgamento do fornecedor:

Critério de Julgamento	Menor Preço		Maior Desconto		Melhor Técnica e Preço
	Melhor Técnica		Maior Retorno Econômico		Maior Lance
	Não se aplica				
Parcelamento do objeto	Por Item	Por Lote			Global
Natureza do Objeto	Materiais	Serviços	Alienação		Concessão
	Obras e serviços de engenharia			Materiais para obras e serviços de engenharia	
Continuidade	Continuada		Não continuada		Não se aplica
Complexidade do objeto	Comum		Especial		Não se aplica
Mão de obra com dedicação exclusiva	Predominante		Não Predominante		Não se aplica

Em consonância com os dispositivos legais da Lei nº 14.133/2021, que preconizam a busca pela eficiência, economicidade e segurança nos processos licitatórios, e tendo em vista que se trata de serviço contínuo, a ser realizado por um único prestador de serviços, a contratação será realizada em lote único.

Inicialmente, destaca-se que a terceirização de mão de obra envolve atividades contínuas, interdependentes e integradas, exigindo gestão centralizada, padronização de procedimentos e uniformidade na execução dos serviços. A divisão do objeto em múltiplos lotes poderia comprometer essa integração, dificultando a coordenação das equipes, o controle contratual e a responsabilização dos prestadores.

Assim, a contratação será por meio de lote, agrupando-se itens de mesma natureza ou itens integrados — como é o caso dos serviços de pedreiro, ajudante de obras, pintor, soldador, encanador e ajudante de caminhão que atuarão nas diversas demandas realizando todos os consertos, reparos e distribuição de matérias nas diversas unidades públicas. Também temos o coveiro, pedreiro, ajudante de obras e jardineiro destinados ao cemitério municipal na construção e manutenção das sepulturas, realização de sepultamentos e manutenção e conservação das áreas verdes e jardim—, todos os itens são itens operacionalmente integrados, cuja realização ocorre de forma complementar e interdependente no contexto das demandas, o que favorece a padronização, a eficiência na gestão contratual e a otimização dos recursos empregados. Dessa forma, o agrupamento contribui para maior economicidade, melhor coordenação das atividades e ganhos de escala na execução dos serviços.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado da presente contratação é de R$ 2.442.588,36 (dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos), para 12 (doze) meses.
A constituição do valor conforme quadro abaixo, se dá com base no produto do quantitativo pelo preço médio do item requerido, com base nos valores unitários nos termos da Resolução Nº 054, de 04 de agosto de 2025, cuja formação de preços compreende os valores constantes no Quadro Analítico da Folha de Pagamentos e Encargos, acrescido da alíquota de 3% (três porcento) referente a Taxa de Administração conforme Resolução Nº 021, de 22 de dezembro de 2021, justificada conforme parecer jurídico enviado pelo CISREC.

LOTE	POSTO	QUANT. DE POSTOS POR MÊS	QUANT. DE POSTOS POR ANO	PREÇO UNITÁRIO CONFORME QUADRO ANALÍTICO	PREÇO UNITÁRIO COM INCIDENCIA DE TAXA ADMINISTRATIVA (3%)	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
1	Encanador	03	36	R$ 6.091,57	R$ 6.274,32	R$ 18.822,96	R$ 225.875, 52
	Ajudante de Obras	11	132	R$ 4.781,89	R$ 4.925,35	R$ 54.178,85	R$ 650.146,20
	Pedreiro	05	60	R$ 6.383,39	R$ 6.574,89	R$ 32.874,45	R$ 394.493,40
	Pintor	04	48	R$ 5.845,40	R$ 6.020,76	R$ 24.083,04	R$ 288.996,48
	Eletricista	01	12	R$ 7.217,98	R$ 7.434,52	R$ 7.434,52	R$ 89.214,24
	Soldador	01	12	R$ 6.138,56	R$ 6.322,72	R$ 6.322,72	R$ 75.872,64
	Ajudante de Caminhão	05	60	R$ 5.366,55	R$ 5.527,55	R$ 27.637,75	R$ 331.653,00
	Coveiro	04	48	R$ 6.294,60	R$ 6.483,44	R$ 25.933,76	R$ 311.205,12
	Jardineiro	01	12	R$ 6.078,62	R$ 6.260,98	R$ 6.260,98	R$ 75.131,76
					TOTAL	R$ 203.549,03	R$ 2.442.588,36

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do município:
Acompanhar a execução do Contrato, nos termos deste instrumento, exercendo ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto contratado;

Responsabilizar-se pelos pagamentos devidos, nos prazos e condições pactuados neste Contrato;

Permitir, desde que necessário, o livre acesso dos empregados disponibilizados pela CONTRATADA ou entidade por ela designada como responsável pela execução material do serviço, em suas dependências, para fins de cumprimento dos objetos ora contratados;

Atestar as faturas correspondentes e supervisionar a prestação dos serviços por intermédio do preposto designado;

Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação dos serviços em desacordo com o previsto neste Contrato;

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;

Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:
Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CISREC:

Fornecer mão de obra capacitada, com idade não inferior a 18 anos, para exercer as funções referentes ao objeto deste Contrato, não permitindo a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
Prestar os serviços mesmo em caso de greve da categoria, por meio de esquema de emergência;

Submeter ao CONTRATANTE, antes do início dos serviços, a relação dos empregados a ele disponibilizados, acompanhada de sua distribuição nos postos de trabalho;
Fiscalizar a formalização do vínculo empregatício formal e expresso dos empregados, o pagamento de salários, vale transporte, e todos os demais benefícios, recolhimentos dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, incidentes sobre o objeto contratado;
Fica ressalvado que a eventual inadimplência para com os encargos referidos no item 11.1.4. desta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto a ser contratado;
Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto deste Contrato, qualquer relação de emprego entre o CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA ou entidade por ela designada como responsável pela execução material do serviço, disponibilizar para a cumprimento do objeto delineado no bojo deste Contrato;
Iniciar a prestação dos serviços após recebida a Ordem de Serviço do CONTATANTE, em até 30 (trinta) dias corridos, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ao início de sua execução;
Havendo necessidades de novas contratações, após o recebimento da solicitação pela CONTRATADA e a formalização de termo aditivo para inclusão dos novos cargos solicitados, o prazo para admissão será de 08 a 10 dias corridos;
Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados, nos termos da legislação vigente, e efetuá-los de acordo com as especificações constantes neste Contrato, em estrita conformidade com todas as condições e prazos aqui estabelecidos, bem como a qualquer exigência legal aplicável a presente contratação.
Designar o setor de referência para responder pela execução do Contrato;
Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios que eventualmente sejam disponibilizados à execução dos serviços, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
Acompanhar, rigorosamente, a seleção e preparação dos empregados que irão prestar os serviços, conforme determinação e exigências especificadas quando da contratação dos mesmos;
Alocar, para a execução dos serviços, o número de empregados conforme solicitação da CONTRATANTE;
Apresentar ao Preposto, no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar da assinatura do Contrato, o Programa de Gerenciamento de Risco – PGR e o Programa de Controle Médicos e Saúde Ocupacional (PCMSO), podendo referido prazo ser prorrogado, mediante justificativa;
Manter os funcionários bem trajados para que estejam sempre caracterizados, portanto ainda crachá e equipamentos de proteção individual – EPI's, sem repassar quaisquer custos aos funcionários, bem como substituí-los sempre que apresentarem defeitos, desgastes e extravios, independente de prazo mínimo, em até 48 horas.
Acompanhar a assiduidade e a pontualidade dos empregados, por meio do registro eletrônico de frequência dos mesmos, bem como as ocorrências havidas, garantindo a reposição de mão-de-obra, nos prazos estipulados neste Contrato;
Disponibilizar os substitutos dos funcionários em férias, atestados médicos ou licença e providenciar, em no máximo de 03 (três) horas, funcionários para cobrir eventuais faltas, visando garantir a continuidade dos serviços, contados a partir da comunicação do ocorrido pelo CONTRATANTE, quando o caso;
Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios, tais como a racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes e de consumo de energia elétrica e água;
Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, com no mínimo 03 (três) meses de antecedência, contados da data limite da vigência deste Contrato, o desejo de não o prorrogar, se for o caso;
A Consórcio poderá executar a prestação dos serviços delineada no objeto deste instrumento, por meio de empresa/entidade contratada, via licitação;
Disponibilizar número de telefone móvel e e-mail que permita contato imediato entre os Gestores e Fiscais da contratante e o Preposto da contratada de forma permanente, incluindo em dias não úteis ;
Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio do seu Preposto;
Observar, por meio do seu Preposto a adequação na utilização dos materiais e dos serviços prestados, objetivando sua correta execução, a observância das normas de sustentabilidade ambiental e a racionalização de recursos;
Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da contratante, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados, respondendo prontamente às reclamações formuladas e também as solicitações diversas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação do Fiscal ou Gestor;
Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causarem ao patrimônio da contratante, ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

Obrigações trabalhistas

Fornecer aos seus funcionários, até o último dia útil do mês que antecede ao mês de sua competência, os vales referentes a transporte e alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.
O atraso no fornecimento de vale transporte e/ou alimentação, incorrerá em falta por parte da empresa, passível de glosa no pagamento da fatura e demais penalidades legalmente previstas.
Efetivar, dentro do prazo legalmente previsto, os pagamentos e os ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste contrato, tendo em vista que os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com a contratante.
Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e preventivo exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente ou sempre que solicitado pela contratante.
Pagar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, via depósito bancário na conta dos empregados, permitindo a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE.
O atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Consórcio de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.
Quando da rescisão do contrato, a empresa deverá apresentar em até 15 dias corridos após o último dia da prestação dos serviços:
Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

Obrigações civis e fiscais

Arcar com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação trabalhista e previdenciária vigente, obrigando-se a quitá-los nos termos da legislação aplicável, uma vez que seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com o contratante.

Atender a todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que aconteça em dependência da contratante.
Arcar com todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
Assumir todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
Fornecer, mensalmente à contratante, e sempre que solicitado, todos os comprovantes de pagamento dos empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
Estar ciente que, a partir da assinatura do contrato, a contratante fica autorizada a realizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores quando houver falha no cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.
Oferecer todos os meios necessários para que seus empregados obtenham prontamente os extratos de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.
Fornecer, mensalmente, acompanhando a (s) Nota (s) Fiscal (is), a folha de pagamento específica e cópia autêntica da respectiva Guia da Previdência Social (GPS) e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social (FGTS), vencidas até a data da apresentação.
Fornecer, até o 3° (terceiro) dia útil de cada mês, cópia da folha de pagamento referente aos serviços prestados no mês anterior, individualizada por funcionário, assim como a previsão dos valores a serem provisionados para o pagamento das férias, 13° salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada.
Apresentar a cada mês, quando da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, cópia, acompanhada do original, dos seguintes documentos:
Cópia do Registro de Assiduidade, em que constem as horas trabalhadas do mesmo mês da fatura;
Atestados e justificativas para ausências ao trabalho, do mesmo mês da fatura;
Folha de pagamento de salários, referente ao mesmo mês da fatura;
Recibo de aviso de férias (trinta dias antes do respectivo gozo), do mesmo mês da fatura;
Recibo de pagamento, atestando o recebimento de salários mensais e adicionais de férias, abono pecuniário e, se for o caso, salário família, assinado pelo funcionário conforme artigo 464 da CLT, acompanhado de depósito bancário na conta do trabalhador, referente ao mês da fatura; Recibo de vale-transporte, do mês posterior ao da fatura;
Recibo de vale-alimentação, do mês posterior ao da fatura;
Cópia da GFIP-SEFIP emitida especificamente para o Contrato, salvo em caso de qualquer impedimento legal ou pelo programa/manual da Caixa Econômica Federal, sendo que deverá ser comprovado perante a contratante já no primeiro mês de Contrato;
Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos Conectividade Social (GFIP);
Cópia da Guia de Recolhimento de FGTS (GRF) do mês de competência anterior ao faturamento, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
Cópia da "Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP" vinculados ao Contrato firmado, com cópia das últimas folhas da referida relação onde consta o "Resumo das Informações à Previdência Social constante do arquivo SEFIP" e "Resumo de Fechamento – Empresa", com os totalizadores a recolher;
Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) do mês de competência anterior ao faturamento, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
Comprovante de pagamento das férias e do correspondente ao adicional de 1/3 de férias, na forma da lei, referente ao mês anterior ao da fatura;
Comprovante de pagamento dos salários dos funcionários via depósito bancário na conta do trabalhador.
Lagoa Santa, data da assinatura eletrônica.
Equipe de Planejamento:

LUCA GIULLIANO SILVA E OLIVEIRA
Gestor de Contrato

MIRIAM OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO
Representante Técnico/Demandantes/Suplente de Gestor de Contrato

ARISTON GERALDO MOTA
Fiscal de Contrato
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

RAFAEL ALMEIDA PARAGUAI PRIMO
Suplente Fiscal de Contrato
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

DENILSON SOUZA DA MATTA
Fiscal de Contrato
Secretaria de Planejamento e Gestão

CARLA MARTINS FERNANDES
Suplente de Fiscal de Contrato
Secretaria de Planejamento e Gestão

ANEXO A - REQUISITOS BÁSICOS DOS POSTOS DE TRABALHO

Requisitos de Escolaridade/Experiência/Treinamento:
Para atender à demanda dos serviços de que trata esta categoria, deverão ser alocados profissionais nos postos de trabalho com, no mínimo, os seguintes requisitos:
Posto de Trabalho de Ajudante de Caminhão - Preparam cargas e descargas de mercadorias, movimentação de mercadorias em veículos leves e caminhões, entregam e coletam encomendas, manuseiam cargas especiais, reparam embalagens danificadas e controlam a qualidade dos serviços prestados, operam equipamentos de carga e descarga, estabelecem comunicação, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e

solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de mercadorias, auxilia o motorista de veículo de transporte de carga, carregando, descarregando, entregando encomendas e executando outras atividades de apoio. (CBO 7832-15, CBO 7832-10 e CBO 07832-25)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;
Experiência profissional: sem exigência;
Outras habilidades: boa capacidade de expressão verbal, facilidade para manter concentração em ambientes de trabalho coletivo, facilidade para atuar em equipes de trabalho, boa comunicação interpessoal, boa organização pessoal, capacidade de manter equilíbrio emocional diante de pressões e situação de estresse e capacidade de cumprir prazos.
Cursos de especialização: sem exigência.
Posto de trabalho de Encanador - Responsável por reparos na rede pluvial, água fria e esgotamento sanitário em geral.Trocas de sifão, torneiras, lavatórios, válvulas de descarga, kit reparo caixa acoplada, válvulas de retenção, engate flexível, ducha higiênica, filtros separadores, registros, conexões e tubulações de rede. Redimensionamento das redes hidráulicas e de esgoto dentro de prédios públicos. Criação de novas redes de abastecimento de água e captação da rede de esgoto. Instalação de caixas de gordura, caixas de passagem, tubos de ligação e alimentação de rede. Instalação de pontos provisórios de água e rede de esgoto para eventos públicos realizados pela Prefeitura. Instalação e desinstalação de infraestrutura extra em prédios alugados (retirada de tubos para alimentação extra). Limpeza e caixa d'água e reservatório de água. Realizar testes de pressão e estanqueidade. Identificar e reparar vazamentos. Instalação de válvulas para gás encanado. (CBO 7241-10)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;
Experiência profissional: no mínimo 06 (seis) meses;
Cursos de especialização: preferencialmente curso profissionalizante na área de atuação.
Posto de Trabalho de Ajudante de Obra - Misturar concreto, argamassa e outros materiais utilizados no serviço. Realizar escavações para fundações, valas e outras estruturas. Limpar, remover entulhos e preparar o local para as próximas etapas do serviço. Auxiliar pedreiros, carpinteiros e outros profissionais na execução do serviço. Auxiliar na demolição de estruturas de alvenaria e outras construções, sob supervisão. Preparar canteiros de obras, remover revestimentos, limpar máquinas e ferramentas, entre outras tarefas. (CBO 7170-20)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;
Experiência profissional: no mínimo 06 (seis) meses;
Cursos de especialização: sem exigência.
Posto de Trabalho de Pedreiro - Responsável por reparos em estrutura, alvenaria, acabamento e cobertura em geral. Realizar confecção de pisos em concreto ou revestimento cerâmico, confecção de paredes, muretas, rampas e escadas nos diversos prédios públicos. Substituição de pisos ou revestimentos ocos ou quebrados. Realização de serviços de acabamento em geral. Realização de chapisco, emboço, reboco e contrapiso em espaços existentes. Execução de novos cômodos, anexos e ampliações de construções já existentes. Reparo em telhado diversos (colonial, amianto, galvanizado e PVC), desde troca de telhas a reparo no engradamento. Montagem de novas coberturas (telhados). Confecção e desinstalação de infraestrutura provisória em imóveis alugados (muretas, rampas de acessibilidade, casinha de gás ou compressor e coberturas diversas). Montagem de rampas de acessibilidade provisórias para eventos públicos realizados pela Prefeitura. (CBO 7152-10)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;
Experiência profissional: no mínimo 12(doze) meses;
Cursos de especialização: sem exigência.
Posto de Trabalho de Pintor - Preparar superfícies para pintura ou revestimento. Aplicar tintas, vernizes e outros revestimentos em superfícies metálicas, de alvenaria e de madeira, em obras novas e em manutenção predial. Organizar ferramentas e equipamentos de acabamento. Corrigir superfícies para garantir um acabamento de qualidade. (CBO 7166-10)
Escolaridade: ensino fundamental completo, comprovado por certificado de conclusão devidamente registrado no MEC
Experiência profissional: no mínimo 12(doze) meses;
Cursos de especialização: preferencialmente curso profissionalizante na área de atuação.
Posto de Trabalho de Eletricista - Responsável por reparos na rede elétrica em geral. Trocas de disjuntores, tomadas, interruptores, lâmpadas e luminárias de embutir e sobrepor. Redistribuição de cargas dentro de prédios públicos. Criação de novos circuitos elétricos. Instalação de portão eletrônico, campainha, interfone e sinal sonoro. Instalação de pontos provisórios de energia em espaços públicos. Instalação e desinstalação de infraestrutura de rede e elétrica (caixas de passagem, eletrocalhas, canaletas, eletrodutos, cabos de energia e rede, quadros de energia, racks, suítes e patch panel's). (CBO 9511-05)
Escolaridade: ensino médio completo, comprovado por certificado de conclusão devidamente registrado no MEC
Experiência profissional: no mínimo 12(doze) meses;
Cursos de especialização: curso profissionalizante na área de atuação.
Posto de trabalho de Coveiro/Sepultador - Realiza sepultamento em cemitério, identificando e preparando o local com escavação de terreno, abertura e limpeza de sepultura e outros procedimentos, transportando caixão, colocando caixão em sepultura, gaveta, jazigo ou cova simples, fechando o local, e retirando excessos de terra e de materiais de sepultamento. Executa processo de exumação. Mantém limpeza e organização do cemitério. Conserva ferramentas e instrumentos de trabalho e faz manutenção básica em máquinas e equipamentos. (CBO 5166-10)
Escolaridade: ensino fundamental completo, comprovado por certificado de conclusão devidamente registrado no MEC
Experiência profissional: no mínimo 06(seis) meses;
Cursos de especialização: sem exigência.
Posto de trabalho de Jardineiro – Realiza o manejo do solo e plantas, atua na manutenção realizando podas de plantas, roçando grama, arrancando ervas daninhas e cuidando dos canteiros. Planeja e executa o plantio de mudas e flores ornamentais para embelezamento. Remove folhas secas, flores murchas e detritos nos jardins e gramados utilizando sopradores ou rastelos. (CBO 6220-10)
Escolaridade: ensino fundamental incompleto, comprovado por meio idôneo;

Experiência profissional: no mínimo 06(seis) meses;

Cursos de especialização: sem exigência

Posto de trabalho de Soldador - responsável por unir e cortar peças de ligas metálicas utilizando processos como MIG, MAG, TIG e eletrodo revestido. Ele prepara equipamentos, peças e materiais, realiza acabamentos e garante a qualidade da soldagem, sempre seguindo rigorosas normas de segurança e saúde ocupacional. (CBO 7243-15)

Escolaridade: Ensino Médio Completo comprovado por certificado de conclusão devidamente registrado no MEC.

Experiência profissional: no mínimo 12(doze) meses;

Cursos de especialização: em processos de solda

ANEXO B - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS POR POSTO DE TRABALHO

Ajudante de Caminhão:

Carregar e descarregar mercadorias em caminhões e veículos;
Preparar cargas e descargas de mercadorias para embarque;
Fixar cargas;
Manusear cargas especiais;
Operar equipamentos de carga e descarga;
Conectar tubulações às instalações de embarque e descarga;
Movimentar e fixar mercadorias;
Entregar e coletar encomendas;
Transportar e acondicionar cargas e materiais em geral em local apropriado;
Receber, conferir, transportar, remover, movimentar e remanejar móveis, equipamentos e materiais em geral;
Trabalhar com segurança;
Seguir procedimentos de movimentação de produtos perigosos, como explosivos e produtos químicos;
Monitorar os produtos perigosos, para evitar vazamentos;
Proteger cargas das intempéries climáticas;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Coveiro / Sepultador:

Identifica o local de cada sepultamento previsto.
Escava terreno para abertura de cova.
Abre sepultura já existente, removendo tampão ou laje e limpando o espaço interior, para o próximo sepultamento.
Examina a compatibilidade da medida fornecida do caixão com o tamanho da sepultura ou jazigo, fazendo os ajustes necessários.
Transporta o caixão ao local de sepultamento e aguarda cerimônias de despedida.
Coloca o caixão no jazigo subterrâneo, cobrindo-o com terra e gramado e colocando a placa de identificação.
Em cova simples, coloca o caixão manipulando cordas de sustentação, faz a cobertura com terra, e fixa a lápide ou a placa de identificação.
Realiza exumação de corpos, em casos autorizados, após decorrido tempo determinado, ou em atendimento a exigências judiciais, a qualquer tempo.
Avalia se há condições de exumação, comunicando possível empecilho;
Prepara a retirada do caixão, desfazendo fechos de gavetas, retirando lajes pré-moldadas, quebrando lacre ou tomando outra providência similar.
Executa o translado de corpo, retirando o caixão do local de sepultamento e acondicionando o corpo em outro caixão, que é levado a local predeterminado.
Executa o translado de ossos, acondicionando-os, fazendo seu transporte a local predeterminado, e fechando o ossário.
Faz a conservação dos cemitérios, limpando sepulturas, pintando áreas gerais, remarcando as identificações das sepulturas.
Realiza poda de árvores e corta grama.
Recolhe lixo não produzido pelo cemitério, separando materiais para reaproveitamento e fazendo descarte dos demais resíduos, conforme normas ambientais.
Conserva ferramentas e instrumentos de trabalho limpos, organizados, acondicionados e em plenas condições de uso e funcionamento.
Executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Encanador:

Responsável por reparos na rede pluvial, água fria e esgotamento sanitário em geral.
Responsável por Trocas de sifão, torneiras, lavatórios, válvulas de descarga, kit reparo caixa acoplada, válvulas de retenção, engate flexível, ducha higiênica, filtros separadores, registros, conexões e tubulações de rede.
Responsável por redimensionamento das redes hidráulicas e de esgoto dentro de prédios públicos.
Responsável pela criação de novas redes de abastecimento de água e captação da rede de esgoto.
Responsável pela instalação de caixas de gordura, caixas de passagem, tubos de ligação e alimentação de rede.
Responsável pela instalação de pontos provisórios de água e rede de esgoto para eventos públicos realizados pela Prefeitura.
Responsável pela instalação e desinstalação de infraestrutura extra em prédios alugados (retirada de tubos para alimentação extra).
Responsável pela limpeza de caixa d'água e reservatório de água.
Realizar testes de pressão e estanqueidade.
Identificar e reparar vazamentos.
Instalar válvulas para gás encanado.

Ajudante de Obra:

Misturar concreto, argamassa e outros materiais utilizados no serviço.
Realizar escavações para fundações, valas e outras estruturas.
Limpar, remover entulhos e preparar o local para as próximas etapas do serviço.
Auxiliar pedreiros, carpinteiros e outros profissionais na execução do serviço.
Auxiliar na demolição de estruturas de alvenaria e outras construções, sob supervisão.
Preparar canteiros de obras.
Remover revestimentos.
Limpar máquinas e ferramentas.

Pedreiro:

Responsável por reparos em estrutura, alvenaria, acabamento e cobertura em geral.
Realizar confecção de pisos em concreto ou revestimento cerâmico, confecção de paredes, muretas, rampas e escadas nos diversos prédios públicos.
Realizar substituição de pisos ou revestimentos ocos ou quebrados.
Realizar chapisco, emboço, reboco e contrapiso em espaços existentes.
Responsável pela execução de novos cômodos, anexos e ampliações de construções já existentes.

Realizar reparo em telhado diversos (colonial, amianto, galvanizado e PVC), desde troca de telhas à reparos no engradamento.
Responsável pela montagem de novas coberturas (telhados).
Responsável pela confecção e desinstalação de infraestrutura provisória em imóveis alugados (muretas, rampas de acessibilidade, casinha de gás ou compressor e coberturas diversas).
Realizar montagem de rampas de acessibilidade provisórias para eventos públicos realizados pela Prefeitura.

Pintor:

Preparar superfícies para pintura ou revestimento.
Aplicar tintas, vernizes e outros revestimentos em superfícies metálicas, de alvenaria e de madeira, em obras novas e em manutenção predial.
Organizar ferramentas e equipamentos de acabamento.
Corrigir superfícies para garantir um acabamento de qualidade.

Eletricista:

Responsável por reparos na rede elétrica em geral.
Trocar disjuntores, tomadas, interruptores, lâmpadas e luminárias de embutir e sobrepor.
Responsável pela redistribuição de cargas dentro de prédios públicos.
Responsável pela criação de novos circuitos elétricos.
Instalar portões eletrônicos, campainha, interfone e sinal sonoro.
Instalar pontos provisórios de energia em espaços públicos.
Responsável pela instalação e desinstalação de infraestrutura de rede e elétrica (caixas de passagem, eletrocalhas, canaletas, eletrodutos, cabos de energia e rede, quadros de energia, racks, suítes e patch panel's).

Soldador:

Soldagem e corte para unificar e recuperar peças de ligas metálicas, aço carbono, inox, alumínio , entre outros.
Opera equipamento de TIG, MIG, MAG, Eletrodo Revestido, Oxigás, Plasma, entre outros.
Realiza acabamento como finalizar soldas, lixar, polir, eliminar respingos e verificar a qualidade visual da peça
Realiza soldagem de manutenção e recuperação em estruturas ou equipamentos industriais.

Jardineiro:

Realiza o plantio de sementes e plantas.
Atua no preparo e conservação do solo, utilizando adubos, limpando as áreas , removendo ervas daninhas e aplicando substratos.
Planeja a execução da rega, garantindo a quantidade de água adequada para cada espécie
Remove folhas secas, flores murchas e detritos nos jardim e gramados, utilizando equipamentos como sopradores e rastelo

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº_____,sediada a Rua: _____nº_____, Bairro:_____, CEP:_____na cidade de_____, estado de _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____e do CPF:_____DECLARA que está habilitada deste certame, disporá de:

De profissionais suficientes para executar os serviços dentro dos prazos estipulados;
De infraestrutura, equipamentos, materiais e, ou, veículos necessários para a prestação dos serviços.
Local e data.

_____

Responsável pela empresa:
Nome completo/RG/CPF

Orientações:
Utilizar papel timbrado.
Utilizar carimbo da empresa

..."

Permanecem inalteradas as demais disposições.

Lagoa Santa, 2026.

Município de Lagoa Santa
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão
FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE

Município de Lagoa Santa
Secretária Municipal de Saúde
KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO

Município de Lagoa Santa
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente
ALESSANDRO JORGE SALVINO

Município de Lagoa Santa
Secretário Municipal de Educação
GABRIEL LEITE MENDES

Permanecem inalteradas as demais disposições.

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:F96B4D2B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS N° 005/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA PRIMEIRA ETAPA

Técnico de Nível Superior – Assistente Social

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
BRUNA BRUM DE TOLEDO	6,0
ROBERTA COELHO SANT'ANNA	6,0
CARLOS HENRIQUE FERNANDES DOS SANTOS	6,0
PATRÍCIA GARCIA SOUZA	6,0
MARIELLY MARTINS COSTA	6,0
LAYS LADEIRA DA SILVA	5,0
ROSIANE SILVA	4,0
DAYANE LARA DE MENDONÇA SIMÕES	4,0
JULIANA DE OLIVEIRA SILVA BAGANHA	3,0
GLACY SILVA LEITE	3,0
BEATRIZ CERQUEIRA DE SOUZA	3,0
ROGÉRIO SANTOS DA ROCHA	3,0
PALLOMA DE CÁSSIA BADARÓ AGOSTINHO	1,0
GABRIELA GONÇALVES DE SIQUEIRA COSTA	0,0
BRUNA SANTOS E GAVIOLLI	0,0
MARIANA FERREIRA MARTINS	0,0
TATIANA DE OLIVEIRA ALVES GONÇALVES	DESCLASSIFICADO (A)
SANDRA MONTEIRO SOARES SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
ANA MARIA MOREIRA DE FARIA	DESCLASSIFICADO (A)
PATRICIA DE OLIVEIRA COSTA	DESCLASSIFICADO (A)
KATIELE VENTURA DA SILVA SOARES	DESCLASSIFICADO (A)
VANESSA APARECIDA SILVA SILVÉRIO	DESCLASSIFICADO (A)
PAULO ROBERTO LOPES DA SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
BRUNO GIOVANI BALDANZA	DESCLASSIFICADO (A)
JAQUELINY DO SANTOS SILVA EIXEIRA BARCELOS	DESCLASSIFICADO (A)
MATHEUS DE SOUZA LOPES	DESCLASSIFICADO (A)
IZADORA CAROLINE LADEIRA DE OLIVEIRA BENTO	DESCLASSIFICADO (A)
WELDERSA APARECIDA DOS SANTOS PEIXOTO	DESCLASSIFICADO (A)

Técnico de Nível Superior – Psicólogo

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
JÉSSICA APARECIDA DE ALMEIDA VIANA	6,0
ARLINDA DANIELE FIOROTTI PEIXOTO	6,0
MATHEUS ANTONIETO MORAES	6,0
LARISSA RIBEIRO DE CARVALHO	6,0
LUANA MACIEL DE AGUIAR	4,0
LUCIANA REBOREDO DOS SANTOS LOBO	1,0
BEATRIZ BIGOGNO COSTA CRUZ	0,0
DAIANY MOREIRA ARAÚJO MARTINS FONSECA	0,0
CAMILLA SOUZA MONTEIRO	0,0
SHAYSA HELENA DOS SANTOS PAIVA	0,0
CAMILA FIRMINO COSTA	0,0
MARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA	0,0
GABRIELA SANGLARD MALOSTO DE FÚCIO	DESCLASSIFICADO (A)
FABIULA DOS REIS BATISTA FREITAS	DESCLASSIFICADO (A)
LETÍCIA DA COSTA SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
JAQUELINE DOS SANTOS CARDOSO	DESCLASSIFICADO (A)
KAYLANE PINHEIRO OLIVEIRA	DESCLASSIFICADO (A)
LÍGIA CHRISTINE PEREIRA MARTINS	DESCLASSIFICADO (A)
MATHEUS COSTA XISTO	DESCLASSIFICADO (A)

DANIELA DE SOUZA FELISBERTO	DESCLASSIFICADO (A)
JULIA PINHEIRO CERQUEIRA	DESCLASSIFICADO (A)
DEBORA MARLEN BARBOSA MOREIRA	DESCLASSIFICADO (A)

Leopoldina, 11 de agosto de 2026.

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:B2344EC1

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS N° 006/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA PRIMEIRA ETAPA

Oficial de Serviço de Acolhimento Institucional – Cuidador Social

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
ROBERTA DE SOUZA JERONIMO	8,0
MÁRCIA IOLANDA DA SILVA GUEDES	8,0
VALDINEIFERREIRA DOS REIS	8,0
POLIANA REIS FERREIRA	8,0
DULEIMA CRESPO DE AZEVEDO ANDRÉ	8,0
NILZA XISTO FERREIRA	8,0
GISELE APARECIDA CESÁRIO GONÇALVES	8,0
ANDERSON VALENTIM TEIXEIRA	8,0
GLEICE DA PAZ DIANA MONTAM	8,0
NATANAEL DA SILVA DOMINGUES	8,0
ROGÉRIO THOME DE SOUZA	8,0
ODILENE APAREIDA CALIXTO DIAS	6,0
ELIZANI ZANGIROLAMI BEDIM	6,0
CARINA COSTA LOURENÇO	6,0
WINDERSON SOARES PEREIRA	6,0
GABRIELLE LAMOIA DA SILVA	5,0
NAIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	5,0
ADDAM EMANUEL HOTTUM LEONCIO	4,0
MARA DOS SANTOS ALMEIDA	4,0
RAIANNY SOUZA FERNANDES	4,0
LUCIANA TERRA CLIMA	4,0
LARA LOPES SILVA	4,0
ATHALISSON PAULINELYDA SILVA	4,0
SIMONE CORDEIRO DE OLIVEIRA	4,0
BRUNA DA COSTA DE SOUZA MENDONÇA	4,0
RONALD RUBIM RODRIGUES	4,0
MARIA EDUARDA BRANQUES CORREA	4,0
JOANA APARECIDA SANTOS HORACIO	4,0
ALEXANDRE SAMPAIO DE ASSIS	4,0
MARINA FONTANELLA	4,0
KARINE DA SILVA MARTINS	4,0
MÁRCIA HELENA CANDIDO CALIXTO MORAIS	2,0
ELIZANGELA REZENDE FERREIRA BRITO FRANCA	2,0
ANA BEATRIZ DA SILVA GOMES	2,0
DAYMON DIOGO VENANCIO CAMPOS	2,0
WANESSA DE OLIVEIRA VIEIRA LIMA	2,0
EURISDANY BRITO DE AMORIM	2,0
LAYLLA CAMPOS FERREIRA	2,0
JESSICA ALVES DE OLIVEIRA ALMEIDA	0,0
LAYDIANA AUGUSTA MOTTA	0,0
PEDRO HENRIQUE CARVALHO LAURINO	0,0
DÉBORA VITÓRIA TEIXEIRA DE ARAÚJO BASÍLIO	0,0
VALÉRIA RODRIGUES BADARÓ ALVES	0,0
KAROLAYNE MÁRCIA NORBERTO	0,0
SOLANGE BEDIN BONIN	0,0
MICHELE DE OLIVEIRA DA SILVA	0,0
ROZILENE CARVALHO OLIVEIRA SILVA	0,0
JEFERSON MACHADO CORRÊA	0,0
ANA LUISA RODRIGUES DE OLIVEIRA	0,0
ANGELA MAIA ROCHA SILVA DOS SANTOS	0,0
LEONARDO JUNIO SILVA GONÇALVES	0,0
DENYSE APARECIDA SILVA MARTINS	0,0
CAROLINA COELHO GARBINO ESTEVES	0,0
LARISSA BARBOSA ROBERTO	DESCLASSIFICADO (A)
NILTON CÉSAR BENTO	DESCLASSIFICADO (A)
BRUNO MORAES	DESCLASSIFICADO (A)
DILANE DAS GAÇAS OLIVEIRA LAMOIA	DESCLASSIFICADO (A)
JOCIENE RODRIGUES DOS SANTOS	DESCLASSIFICADO (A)
ANA CAROLINA DE SOUZA MACHADO	DESCLASSIFICADO (A)
MARLIANE CLAUDIANE RODRIGUES FRANCISCO	DESCLASSIFICADO (A)
GILSON TELES SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
VANESSA DE OLIVEIRA	DESCLASSIFICADO (A)
MARIA DAS GRAÇAS SILVA DE CASTRO	DESCLASSIFICADO (A)
NATÁLIA PAULINO SOUZA FREITAS	DESCLASSIFICADO (A)
MIRIAN SILVA TOMAZETO	DESCLASSIFICADO (A)
MÁRCIA HELAINE DE OLVEIRA	DESCLASSIFICADO (A)
RAIANE VENÂNCIO	DESCLASSIFICADO (A)
PAULINO COSTA LIMA DE SOUZA	DESCLASSIFICADO (A)

BRUNO GIOVANI BALDANZA	DESCLASSIFICADO (A)
DAGMAR MARIA MENDES	DESCLASSIFICADO (A)
BRUNO CÉSAR MIRANDA DA SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
SAULO FURTADO NUNES	DESCLASSIFICADO (A)
PRISCILIANE PEIXOTO AUGUSTO	DESCLASSIFICADO (A)
MAGNA MARIA	DESCLASSIFICADO (A)
JULIANY ELIAS TELES	DESCLASSIFICADO (A)
SABINI AGHATA PEREIRA EMÍLIO	DESCLASSIFICADO (A)
JÉSSICA COSTA RODRIGUES	DESCLASSIFICADO (A)

Leopoldina, 11 de agosto de 2026.

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:3C099683

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N.º 34/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA/MG E A SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E SAÚDE HUMANA - SUPASH

Objeto e origem do recurso: Promover ações integradas de assistência veterinária, controle populacional de cães e gatos e prevenção de zoonoses, ampliando o acesso gratuito aos serviços veterinários para a população de Leopoldina e fortalecendo as ações de Saúde Única. Recurso financeiro proveniente da Lei Municipal nº 4.960, de 08 de junho de 2026.

Vigência: 13/08/2026 até 31/07/2027

Valor: R$109.935,12 (cento e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e doze centavos)

Dotação Orçamentária:

Órgão	Unidade	Subunidade	Função	Subfunção	Programa	Ação	Natureza da Despesa	Ficha
02	19	00	18	542	0032	2826	339039	1305

Data da assinatura: 11/08/2026

Signatários: PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ - Prefeito de Leopoldina, LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI - Gestor da Parceria e MARIA ANGÉLICA XAVIER CALDERANO -Presidente da SOCIEDADE UBAENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E SAÚDE HUMANA - SUPASH.

Publicado por:
Higor Andrade Corrêa da Silva
Código Identificador:6DCA3C4D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL Nº 09 DE 12 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Edital de Processo Seletivo Público Simplificado para Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público para as funções de Fonoaudiólogo e Psicopedagogo.

O **MUNICÍPIO DE MURIAÉ**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público o Processo Seletivo Simplificado para cadastro de reserva – CR destinado à futura e eventual contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para a função de Fonoaudiólogo e Psicopedagogo, conforme abaixo especificado, nos termos do Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e demais instrumentos legais, mormente a Lei Municipal n.º 5.940/2019, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

As funções, nível de escolaridade, número de vagas, remuneração e jornada são as apresentadas abaixo:

N.º DA FUNÇÃO	FUNÇÃO PÚBLICA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDO	NÚMERO DE VAGAS	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA	JORNADA SEMANAL
01	Fonoaudiólogo	Curso Completo Superior com habilitação na área e registro no órgão competente.	1 + CR*	R$ 3.002,72	20h
02	Psicopedagogo	Curso Completo Superior com habilitação na área.	CR*	R$ 3.117,00	30h

* Cadastro de Reserva

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O período de inscrições será de 13 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2026.

1.2. O prazo de inscrições poderá ser prorrogado por ato do Presidente da Comissão de Seleção ou do Secretário Municipal de Saúde.

1.3. As inscrições serão realizadas presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada no Centro Administrativo Municipal Tancredo Neves, sito à Av. Maestro Sansão, n. 236, 1º andar, Centro, Muriaé/MG no horário de 13:00 às 17:00h.

1.4. Não será admitido o encaminhamento de documentação via fax, Correios, E-mail ou por outra via não especificada neste edital.

1.5. Toda a documentação deverá ser encaminhada uma única vez, não se admitindo complementação, inclusão e/ou substituição de documentos, sob pena de eliminação do processo seletivo.

1.6. Havendo mais de um envelope de inscrição do mesmo candidato, prevalecerá o primeiro encaminhado, ou seja, o de número de protocolo mais antigo.

1.7. Os candidatos que deixarem de encaminhar qualquer documentação exigida ou que a referida documentação estiver ilegível, serão eliminados do certame.

1.8. Será admitida apenas uma inscrição por candidato para cada função.

1.9. A inscrição do candidato ao processo seletivo poderá ser realizada por meio de procurador, desde que apresente procuração do candidato concedendo poderes específicos para inscrição no processo seletivo Edital n.º 09/2026 da Secretaria Municipal de Educação, constando assinatura do candidato com firma reconhecida pelo Cartório de Notas ou por meio de assinatura digital pelo sistema Gov.br.

1.10. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

2. DOS CANDIDATOS PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

2.1. Das vagas que surgirem durante a validade do presente processo seletivo, 5% (cinco por cento) serão reservadas aos candidatos com deficiência.

2.2. O candidato que se julgar amparado pelo Decreto Federal n.º 5.296/04, de 02 de dezembro de 2004, deverá, **no ato da inscrição** e conforme o disposto na alínea "h" do subitem 1.6 deste Edital, declarar sua condição, de forma a concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, condicionado seu ingresso como voluntário à comprovação mediante realização de Perícia Médica Oficial.

2.3. O candidato com deficiência participará do processo seletivo regido por este Edital em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos, critérios de seleção e demais condições exigidas para todos os demais candidatos.

3. DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

3.1. O processo seletivo simplificado constará de etapa única de seleção denominada Análise Curricular: Formação e Experiência.

3.2. Toda a documentação a ser apresentada deverá ser encaminhada em envelope liso, lacrado com cola e rubricado no fecho principal, de forma a garantir a inviolabilidade do envelope, devendo ser identificado pelo candidato com caneta preta ou azul, conforme o modelo a seguir:

Processo Seletivo Simplificado Público – Edital n.º 09, de 12 de agosto de 2026

Nome Completo do/a candidato/a: Recebido por:

Data/hora:

RUBRICA DO CANDIDATO:

3.3 Os candidatos às funções públicas deverão enviar, por ocasião da inscrição, os documentos relacionados a seguir:

a) currículo padronizado, conforme modelo apresentado no Anexo I deste Edital;

b) cópia da carteira de identidade ou da carteira de identificação profissional;

c) cópia do CPF, quando não constar do documento de identidade, ou do Comprovante de Inscrição no CPF, emitido a partir do endereço eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou pela entidade conveniada;

d) cópia dos documentos que comprovem a escolaridade mínima exigida para a função pretendida;

e) caso não seja apresentada cópia da carteira de identificação profissional, o candidato deverá apresentar declaração que se encontra regularmente registrado perante o órgão competente para as funções que possuam regulamentação específica emitida nos últimos 90 (noventa) dias.

f) Cópia do comprovante de residência atualizado (últimos noventa dias) em nome do candidato. Caso o comprovante de residência conste nome de terceiro é necessário apresentar documento hábil que comprove o vínculo de parentesco ou declaração de residência de terceiro, atestando que o candidato reside no endereço apresentado;

g) Cópia do diploma do curso de graduação e/ou pós-graduação conforme a área de conhecimento a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso, devidamente expedido por instituição oficial de ensino, reconhecida pelo MEC, somente sendo aceitas certidões ou declarações nas quais conste nome da instituição de ensino, do curso, a data de conclusão, carga horária, acompanhado de histórico, carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento, à sua perfeita avaliação;

h) Caso o candidato solicite concorrer às vagas destinadas a PCD é obrigatória a apresentação de cópia de laudo médico atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações, constando o CID e CRM do médico de forma legível.

3.4 A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal n.º 83.936, de 06 de setembro de 1979.

3.5 A ausência de quaisquer documentos listados nas alíneas "a" a "h" do item anterior implicará na eliminação do candidato.

3.6 A documentação encaminhada deve estar em qualidade satisfatória para a correta identificação e visualização pela comissão de seleção, sob pena de não ser considerada no momento da avaliação.

3.7 Será emitido recibo atestando exclusivamente a entrega do envelope pelo servidor municipal que o receber, não sendo realizada, em hipótese alguma, qualquer conferência relacionada ao seu conteúdo.

3.8 O conteúdo do envelope é de responsabilidade integral e exclusiva do candidato.

3.9 No recibo constarão nome, número de inscrição, data e horário de entrega e o nome da função pleiteada.

3.10 Os candidatos que, mesmo tendo preenchido o Formulário de Inscrição, deixarem de entregar a documentação exigida, estarão eliminados do certame.

4. DA ETAPA DE ANÁLISE CURRICULAR: FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

4.1. Para a realização da Etapa Única de Análise Curricular: Formação e Experiência, realizada em caráter classificatório, a Comissão de Seleção analisará a documentação disposta no Anexo II deste Edital.

4.2. Não serão considerados os documentos rasurados, ilegíveis, danificados, sem assinatura da autoridade responsável pelo órgão emissor ou que apresentem outro defeito que o invalide ou impeça a análise precisa.

4.3. Quando o nome do candidato for diferente do constante dos documentos apresentados, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

4.4. A comprovação da qualificação técnica somente será computada como válida mediante a apresentação de cópias frente e verso de todos os documentos referentes à qualificação, desde que estejam em conformidade com os critérios a seguir:

a) Apresentação mediante cópia legível, sendo que somente serão computados como válidos os títulos e documentos pertinentes à função para a qual concorre e realizados durante ou após a conclusão do curso exigido como requisito para o Processo Seletivo Simplificado.

b) O comprovante de conclusão de curso deverá ser expedido por instituição oficial de ensino, devidamente reconhecida pelo MEC, somente sendo aceitas certidões ou declarações nas quais conste nome da instituição de ensino, do curso, a data de conclusão, carga horária, acompanhado de histórico, carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento, à sua perfeita avaliação.

c) O curso deverá estar integralmente concluído para ser pontuado.

d) Quaisquer documentos provenientes do exterior somente serão considerados quando traduzidos para o português, por tradutor juramentado, e, no caso de formação, se o respectivo comprovante de conclusão do curso houver sido revalidado por instituição nacional competente para tanto.

e) Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* deverão ser apresentados por meio de Certificados acompanhados do correspondente histórico e com carga horária especificada.

f) Para os cursos de mestrado e doutorado concluídos até 2007, exigir-se-á o certificado no qual conste a comprovação da defesa e aprovação da dissertação/tese.

g) Declarações de conclusão ou atas de mestrado e doutorado somente serão aceitas se o curso for concluído a partir de 2007, desde que constem no referido documento a comprovação da defesa e aprovação e/ou da monografia/dissertação/tese, com a respectiva aprovação.

h) Não serão computados pontos para os cursos exigidos como pré-requisito na função pleiteada, técnicos, bacharelados/habilitações ou cursos de formação de grau inferior ao apresentado como pré-requisito ao exercício da função pleiteada.

i) O Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização, que não apresentar a carga horária mínima de 360h/aula não será pontuado.

4.5. Os títulos e certificados acadêmicos devem estar devidamente registrados.

4.6. A comprovação da experiência profissional somente será computada como válida mediante a apresentação de cópias frente e verso dos seguintes documentos, caso o candidato possua a experiência naquela área:

a) Para experiência no exercício de atividade em **empresa/instituição privada**, será necessária a entrega, **cumulativamente**, de três documentos:

1 – Diploma do curso de graduação e/ou pós-graduação, conforme a área de conhecimento a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso.

2 – Cópia simples da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS), contendo as páginas de identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período trabalhado (início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação (por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa).

3 – Declaração assinada pelo representante do empregador (de sua área de departamento de pessoal ou recursos humanos), que indique o período trabalhado (início e fim, se for o caso) e ateste a escolaridade do cargo/emprego/função (comprovando que foi exercida na condição de profissional – após a conclusão do curso e obtenção do registro junto ao Conselho Profissional) e a espécie do serviço de nível superior realizado, bem como descreva as atividades desenvolvidas pelo candidato.

b) Para exercício de **atividade/instituição pública (inclusive emprego público)**, será necessária a entrega, **cumulativamente**, de dois documentos:

1 – Diploma do curso de graduação e/ou pós-graduação, conforme a área de conhecimento a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso.

2 – Declaração/certidão de tempo de serviço emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que indique o período trabalhado (início e fim, se for o caso) e ateste a escolaridade do cargo/emprego/função (comprovando que foi exercida na condição de profissional – após a conclusão do curso e obtenção do registro junto ao Conselho Profissional) e a espécie do serviço de nível superior realizado, bem como descreva as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c) Para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessária, cumulativamente, a entrega de três documentos:

1 – Diploma de graduação e/ou pós-graduação, conforme a área de conhecimento a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso.

2 – Contrato de prestação de serviço/atividade assinado entre as partes, ou seja, o candidato e o contratante.

3 – Declaração do contratante que informe o período trabalhado (início e fim, se for o caso) e ateste a escolaridade do cargo/emprego/função (comprovando que foi exercida na condição de profissional – após a conclusão do curso e obtenção do registro junto ao Conselho Profissional) e a espécie do serviço de nível superior realizado, bem como descreva as atividades desenvolvidas pelo candidato.

d) Para exercício de atividade/serviço prestado como autônomo, será necessária, cumulativamente, a entrega de três documentos:

1 – Diploma do curso de graduação e/ou pós-graduação conforme a área de conhecimento a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso.

2 – Recibos de pagamento autônomo (RPA), devendo ser apresentados, pelo menos, o primeiro e o último recibos no período trabalhado como autônomo;

3 – Declaração do contratante/beneficiário que informe período trabalhado (início e fim, se for o caso) e ateste a escolaridade do cargo/emprego/função (comprovando que foi exercida na condição de profissional – após a conclusão do curso e obtenção do registro junto ao Conselho Profissional) e a espécie do serviço de nível superior realizado, bem como descreva as atividades desenvolvidas pelo candidato.

4.7. O candidato será responsável pela veracidade dos documentos apresentados, assim como por todas as informações prestadas no preenchimento do currículo, sujeitando-se, no caso de inveracidade das informações ali constantes, às devidas sanções legais, inclusive à rescisão do Contrato Administrativo no caso de eventual aprovação e contratação.

4.8. Cada título de formação e experiência será considerado uma única vez.

4.9. Em caso de diligência, fica reservado à Comissão de Seleção, a qualquer tempo, o direito de exigir a apresentação dos documentos originais para conferência.

4.10. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, a respectiva pontuação do candidato será anulada.

4.11. Em nenhuma hipótese serão devolvidas ou disponibilizadas cópias dos documentos entregues referentes aos títulos/experiência.

4.12. Serão recusados pela Comissão, liminarmente, os títulos/comprovantes de experiência que não atenderem às exigências deste Edital.

4.13. Na hipótese de igualdade de pontos entre 02 (dois) ou mais candidatos serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) o mais idoso (entre 18 e 60 anos de idade);

b) sorteio público.

4.14. Para efeito de pontuação referente à experiência profissional, será considerado o período mínimo de 06 (seis) meses trabalhados, sendo liminarmente desconsiderada pela Comissão de Seleção a documentação referente a períodos inferiores a esse lapso temporal, e não será considerada fração de dias nem sobreposição de tempo.

4.16. Para efeito de pontuação de experiência profissional, somente será considerado o período trabalhado após a conclusão da escolaridade estabelecida como pré-requisito à função pública pretendida, sendo liminarmente desconsiderada pela Comissão de Seleção a documentação referente a períodos trabalhados anteriormente à conclusão da graduação e obtenção do registro junto ao Conselho Profissional.

4.17. Não serão considerados como experiência profissional estágios, monitorias e/ou trabalhos voluntários.

4.18. Se a certidão ou a cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e do Cartão da Previdência Social – CPS estiverem rasuradas, ilegíveis, danificadas, sem assinatura da autoridade responsável pelo órgão emissor, ou apresentarem outro defeito que a invalidem ou impeça a análise precisa, não será a documentação considerada no cômputo dos pontos.

5. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E DOS RECURSOS

5.1. O resultado do processo seletivo será divulgado no sítio eletrônico https://digiescola.com.br/equipemulti e no Diário Oficial dos Municípios http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/, sendo de inteira responsabilidade dos candidatos tomarem ciência dos atos publicados, não cabendo à Secretaria Municipal de Educação qualquer comunicação por outros meios (via e-mail, fax, telegrama, etc.).

5.2. O prazo para interposição de recurso será de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação dos resultados no Diário Oficial dos Municípios, a ser protocolado **no site** https://digiescola.com.br/equipemulti.

6. DA CONTRATAÇÃO:

6.1. O candidato aprovado no Processo Seletivo Público Simplificado de que trata este Edital, quando convocado, será contratado se atendidas às seguintes exigências:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) ter completado 18 (dezoito) anos de idade;

c) estar em gozo dos seus direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares;

e) gozar de boa saúde física e mental e não ser pessoa com deficiência incompatível com o exercício da função;

f) possuir habilitação/escolaridade exigida para o exercício da função;

g) ter sido aprovado no processo seletivo para o exercício da função, nos termos deste Edital;

h) não ser aposentado por invalidez;

i) não estar em acumulação de cargos, empregos ou função pública vedada pelo Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

j) firmar Contrato Administrativo, nos termos da Lei Municipal n.º 5.940/2019;

k) ser aprovado em perícia médica oficial;

l) apresentar os seguintes documentos, à época da contratação:

i - original e fotocópia de documento de identificação oficial, com fotografia;

ii - original e fotocópia do CPF ou do Comprovante de Inscrição, impresso a partir do endereço eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil

iii - 2 (duas) fotografias coloridas 3x4 recentes;

iv - original e fotocópia do título de eleitor, com comprovante de votação na última eleição, dos dois turnos, ou comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico www.tse.gov.br;

v - original e fotocópia do certificado de reservista ou documento equivalente, para candidatos do sexo masculino;

vi - original e fotocópia de certidão de casamento ou escritura pública de união estável, se for o caso;

vii - original e fotocópia do PIS ou PASEP, ou documento equivalente, caso seja cadastrado;

viii - original e fotocópia do comprovante de residência atualizado (emitido dentro dos últimos 90 dias);

ix - original e fotocópia da identidade profissional (inscrição no órgão competente);

x - aprovação em perícia médica admissional;

xi - certidão Negativa de Débitos junto a Prefeitura Municipal de Muriaé;

xii - comprovante de abertura de conta individual junto ao Bradesco, conforme formulário próprio a ser apresentado pelo Município no ato da contratação;

xiii - declaração de Bens e Valores, conforme formulário próprio apresentado pelo Município no ato da contratação.

6.2. O candidato devidamente convocado deverá comparecer ao local indicado no Ato de Convocação para contratação, publicado no Diário Oficial dos Municípios, para obtenção de orientações e procedimentos previstos no subitem 6.1.

6.3. Para ser contratado, o candidato convocado deverá apresentar a documentação descrita no item anterior, bem como realizar todos os demais procedimentos exigidos, a fim de viabilizar a realização de perícia médica oficial e a sua contratação.

6.4. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item 6 deste Edital e seus subitens, assim como a reprovação na perícia médica oficial, impedirá a contratação do candidato.

6.5. O candidato contratado nos termos deste Edital será segurado do Regime Geral de Previdência Social, conforme o disposto no §13 do Art. 40 da Constituição Federal.

7. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO:

7.1. O processo seletivo regido por este Edital terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Secretária Municipal de Educação.

7.2. Os candidatos aprovados e integrantes do cadastro de reserva serão convocados, à medida que forem surgindo vagas, dentro do prazo de validade do processo seletivo, até o exaurimento de seu prazo de validade.

7.3. O candidato aprovado que não cumprir o disposto no Edital, bem como apresentar irregularidade na documentação apresentada ou qualquer outra restrição não justificada, será eliminado do processo seletivo, hipótese em que poderá ser convocado o candidato subsequente a ele na classificação, se houver.

8. DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

8.1. Os candidatos contratados para o exercício da função pública regida por este Edital firmarão Contratos Administrativos com o Município de Muriaé por 03 (três) meses, prorrogáveis por meio de Termo Aditivo específico, observado o limite temporal constante do Art. 4º da Lei Complementar n.º 5.940/2019, estando a prorrogação a critério exclusivo do CONTRATANTE.

8.2 O contrato firmado em razão do Processo Seletivo Simplificado regido por este Edital extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) pelo término do prazo contratual;

b) por iniciativa do contratado;

c) pela extinção da causa transitória justificadora da contratação;

d) pelo cometimento de infração por parte do contratado, apurada em regular processo administrativo;

e) se o contratado faltar ao trabalho por 05 (cinco) dias consecutivos ou 15 (quinze) intercalados em um período de 90 (noventa) dias, mesmo com justificativa, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença;

f) por conveniência motivada da Administração Pública contratante;

g) afastamento por motivo de doença do contratado por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos;

h) por motivo de convocação para o serviço militar;

i) assumir mandato eletivo que implique afastamento do serviço.

8.3 A extinção do contrato, na hipótese da alínea b, deverá ser comunicada formalmente pelo contratado, com antecedência mínima de 30 dias, para contratos com vigência igual ou superior a 06 meses.

8.4 O prazo de comunicação disposto fica reduzido para 15 dias, em contratos com vigência inferior a 06 meses.

8.5 O contratado que estiver em gozo de auxílio-doença concedido pelo Regime Geral de Previdência Social, terá seu contrato mantido e o término prorrogado, caso ultrapasse sua vigência, pelo estrito prazo de duração do benefício previdenciário.
No caso de afastamento da contratada em razão de licença maternidade, aplica-se o disposto no subitem anterior.

9. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO:

9.1. Caberá à Comissão de Seleção o recebimento das inscrições, a análise documental e dos eventuais recursos interpostos, bem como a adoção das medidas necessárias à publicação dos resultados e demais atos pertinentes no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

9.2. A Comissão de Seleção será composta pelos seguintes membros:

I – Ana Paula Silva Andrade Jorge – Presidente da Comissão;

II – Sonia Regina Charles da Silva Braga – Membro;

III – Anne Kelly Lima Vieira - Membro e

IV – Rejane Cristina Paradela de Carvalho Sevenini - Membro.

9.3. A Comissão de Avaliação, quando necessário, poderá convocar outros agentes para executar ou prestar apoio na realização deste Processo Seletivo Simplificado.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. A Secretaria Municipal de Educação, a seu critério e por ato justificado da autoridade competente, poderá revogar no todo ou em parte esta seleção, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, sem que disso resulte direito a ressarcimento ou indenização para qualquer interessado.

10.2. Este procedimento de seleção não implica direito à contratação dos participantes classificados, importando, entretanto, na irrestrita e irretratável aceitação pelo candidato dos termos e condições deste Edital e a obrigação de cumprir com os termos estabelecidos em eventual contratação.

10.3. Os candidatos selecionados serão contratados por tempo determinado pelo Município de Muriaé, sob regime especial previsto na Lei Complementar n.º 5.940/2019.

10.4. Os candidatos aprovados neste processo seletivo serão lotados pela Secretaria Municipal de Educação.

10.5. Eventual vínculo estabelecido com os profissionais selecionados não importa em continuidade de serviços por tempo indeterminado e, em nenhuma hipótese, gera estabilidade contratual com os órgãos administrativos da esfera municipal.

10.6. Os candidatos classificados comporão o cadastro reservado para contratação temporária e serão convocados de acordo com a necessidade da Administração Pública Municipal.

10.7. As publicações dos resultados do processo seletivo deverão ser acompanhadas no sítio oficial https://digiescola.com.br/equipemulti e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/.

10.8. O acompanhamento das publicações dos resultados, avisos e comunicados relacionados ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato, não obrigando o Município de Muriaé a realizar qualquer comunicação por outros meios (via e-mail, fax, telegrama, telefone, etc).

10.9. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão de Seleção, com anuência da Secretária Municipal de Educação.

11. DOS ANEXOS

11.1. Este Edital acompanha os seguintes anexos, partes integrantes deste para todos os fins:

a) ANEXO I: CURRICULO PADRONIZADO

b) ANEXO II - DA ANÁLISE CURRICULAR

c) ANEXO III: ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

d) ANEXO IV:CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Muriaé/MG, 12 de agosto de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CURRÍCULO PADRONIZADO

Eu,_, candidato(a) à função pública de (Função n.º_), apresento e declaro ser de minha exclusiva responsabilidade o preenchimento das informações e que os títulos, declarações e documentos a seguir relacionados são verdadeiros e válidos na forma da Lei, sendo comprovados mediante cópias encaminhadas no Envelope de Inscrição, numeradas e ordenadas, num total de folhas, que compõem este Currículo Padronizado, para fins de atribuição de pontos e cumprimento da escolaridade exigida através da análise curricular pela banca examinadora.

a) Formação Acadêmica – Títulos Complementares (Doutorado; Mestrado; Residência; Especialização) correlatos com respectivos certificados em anexo:

b) Experiência Profissional

Assinatura do Candidato

ANEXO II ANÁLISE CURRICULAR

FUNÇÕES DE FONOAUDIÓLOGO

ANÁLISE CURRICULAR: FORMAÇÃO					
ITEM	**TÍTULOS**	**PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA POR CADA TÍTULO NO ITEM**	**NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS ACEITOS NO ITEM**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA A SER OBTIDA NO ITEM**	**DOCUMENTO COMPROBATÓRIO**
01	Diploma ou Certificado de Conclusão de Nível Superior com habilitação na área e registro no órgão competente.	**CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO (REQUISITO OBRIGATÓRIO - formação mínima exigida para exercício da função)**			
02	Pós-Graduação Lato Sensu com carga horária mínima de 360 horas, e o respectivo histórico escolar, na área específica a que concorre.	01 pontos por título	01	01	Diploma ou Certificado de Conclusão emitido por instituição reconhecida pelo MEC
03	Pós graduação Stricto Sensu, em nível de Mestrado, na área específica a que concorre	04 pontos por título	01	01	Diploma ou Certificado de Conclusão emitido por instituição reconhecida pelo MEC
04	Pós graduação Stricto Sensu, em nível de Doutorado, na área específica a que concorre	05 pontos por título	01	01	Diploma ou Certificado de Conclusão emitido por instituição reconhecida pelo

					MEC
TOTAL MÁXIMO A SER OBTIDO POR FORMAÇÃO: 10 PONTOS					

ANÁLISE CURRICULAR: EXPERIÊNCIA				
ITEM	**TIPO DE EXPERIÊNCIA**	**PONTUAÇÃO POR PERÍODO DE 01 MÊS**	**NÚMERO MÁXIMO DE PONTOS**	**DOCUMENTO COMPROBATÓRIO**
05	Tempo de experiência profissional na área de atuação a que concorre no Serviço Público, comprovada através de Certidão/Declaração de Órgão Público (Somente um título – não cumulativo).	03	24	Vide 4.6 deste Edital
06	Tempo de experiência profissional na área de atuação a que concorre no âmbito privado, comprovada através de anotação em CTPS (Serão pontuados no máximo 12 meses)	01	12	
07	Tempo de experiência profissional em atendimento e acompanhamento de famílias atípicas e pessoas com deficiência. (Ex.: Trabalhos em CREI, CAEE, CRAED, CAPS, etc) (Serão pontuados no máximo 12 meses)	01	12	

TOTAL MÁXIMO A SER OBTIDO POR EXPERIÊNCIA: 48 PONTOS

ANEXO II ANÁLISE CURRICULAR
FUNÇÕES DE PSICOPEDAGOGO

ANÁLISE CURRICULAR: FORMAÇÃO					
ITEM	**TÍTULOS**	**PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA POR CADA TÍTULO NO ITEM**	**NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS ACEITOS NO ITEM**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA A SER OBTIDA NO ITEM**	**DOCUMENTO COMPROBATÓRIO**
01	Diploma ou Certificado de Conclusão de Nível Superior em Psicopedagogia ou Pedagogia com especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, emitido por instituição reconhecida pelo MEC	**CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO (REQUISITO OBRIGATÓRIO - formação mínima exigida para exercício da função)**			
02	Pós-Graduação Lato Sensu com carga horária mínima de 360 horas, e o respectivo histórico escolar, em área afins a que concorre.	01 pontos por título	01	01	Diploma ou Certificado de Conclusão emitido por instituição reconhecida pelo ME
03	Pós graduação Stricto Sensu, em nível de Mestrado, na área específica a que concorre	04 pontos por título	01	04	Diploma ou Certificado de Conclusão emitido por instituição reconhecida pelo MEC
04	Pós graduação Stricto Sensu, em nível de Doutorado, na área específica a que concorre	05 pontos por título	01	05	Diploma ou Certificado de Conclusão emitido por instituição reconhecida pelo MEC
TOTAL MÁXIMO A SER OBTIDO POR FORMAÇÃO: 10 PONTOS					

ANÁLISE CURRICULAR: EXPERIÊNCIA				
ITEM	**TIPO DE EXPERIÊNCIA**	**PONTUAÇÃO POR PERÍODO DE 01 MÊS**	**NÚMERO MÁXIMO DE PONTOS**	**DOCUMENTO COMPROBATÓRIO**
05	Tempo de experiência profissional na área de atuação a que concorre no Serviço Público, comprovada através de Certidão/Declaração de Órgão Público (Somente um título – não cumulativo).	03	24	Vide 4.6 deste Edital
06	Tempo de experiência profissional na área de atuação a que concorre no âmbito privado, comprovada através de anotação em CTPS (Serão pontuados no máximo 12 meses)	01	12	
07	Tempo de experiência profissional em atendimento e acompanhamento de famílias atípicas e pessoas com deficiência. (Ex.: Trabalhos em CREI, CAEE, CRAED, CAPS, Ambulatórios etc) (Serão pontuados no máximo 12 meses)	01	12	
08	Tempo de experiência profissional em atendimento no âmbito educacional. (Serão pontuados no máximo 12 meses)	01	12	
TOTAL MÁXIMO A SER OBTIDO POR EXPERIÊNCIA: 60 PONTOS				

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

FONOAUDIÓLOGO

- Executar reuniões e/ou palestras com professores e equipe técnica;
- Promover oficinas com alunos com deficiência ou que apresentem necessidades específicas para o atendimento;
- Organizar quadro de atendimento das oficinas;
- Trabalhar em conjunto com outros profissionais do CAEE, como psicólogos, terapeutas, educadores físicos e assistentes sociais, para integrar abordagens pedagógicas e terapêuticas no processo de aprendizagem dos alunos.
- Participar das reuniões de equipe e dos estudos de casos dos usuários.
- Realizar avaliações para identificar o nível de desenvolvimento da linguagem receptiva e expressiva de cada aluno, considerando suas necessidades específicas.
- Realizar atividades para melhorar a comunicação oral dos alunos, o desenvolvimento da linguagem escrita, auxiliando os alunos na compreensão e produção de textos, ortografia, gramática e organização textual.
- Oferecer orientações e sugestões de atividades para os familiares dos alunos, auxiliando no desenvolvimento da linguagem em casa e na continuidade das práticas pedagógicas.
- Adaptar materiais didáticos e recursos pedagógicos para atender às necessidades de cada aluno, tornando a aprendizagem mais acessível e significativa.
- Colaborar com outros profissionais do CAEE para integrar as abordagens pedagógicas e terapêuticas no desenvolvimento dos alunos.
- Desenvolver ações de formação e capacitação para os professores e demais profissionais da escola.
- Realizar a evolução dos alunos no Drive e confeccionar os relatórios necessários.

PSICOPEDAGOGO

- Realizar atendimentos individuais com os alunos, oferecendo suporte e acompanhamento personalizado para superar as dificuldades de aprendizagem e promover o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem eficazes.
- Desenvolver atividades que visam fortalecer a autonomia, a autoestima e a confiança dos alunos em suas habilidades de aprendizagem, incentivando a superação de desafios e a conquista de metas acadêmicas.
- Oferecer orientações aos professores sobre práticas pedagógicas inclusivas, estratégias de ensino diferenciadas e formas de atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

- Trabalhar em conjunto com outros profissionais do CAEE, como psicólogos, terapeutas, educadores físicos e assistentes sociais, para integrar abordagens pedagógicas e terapêuticas no processo de aprendizagem dos alunos.
- Atuar como mediador entre a escola, a família e o aluno, facilitando o diálogo e promovendo uma parceria colaborativa para o sucesso educacional e emocional do aluno.
- Realizar a avaliação multidisciplinar/ psicopedagógica dos alunos.
- Organizar quadro de atendimento das oficinas;
Participar das reuniões de equipe e dos estudos de casos dos usuários.

ANEXO IV

CRONOGRAMA

ITEM	ATIVIDADE	DATA
01	Período das Inscrições	13/08/2026 a 28/08/2026
02	Resultado Preliminar	11/09/2026
03	Prazo recursal contra o resultado preliminar	14/09/2026 e 15/09/2026
04	Resultado dos recursos contra o resultado preliminar	18/09/2026
05	Divulgação do resultado definitivo	19/09/2026
06	Homologação do resultado definitivo	19/09/2026

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:4744ADDD

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO - ADESÃO Nº 009/2026 - CISAB/ZM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Para os fins legais, considerando o processo licitatório 007/2026, modalidade de licitação Pregão Eletrônico 005/2026, que originou a Ata de Registro de Preços nº 060/2026 do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB/ZM, ao qual o DEMSUR figurou como órgão participante;
Considerando que o Setor de Licitações realizou os atos administrativos necessários para a formalização interna do procedimento de compra compartilhada;
Considerando a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo contador da autarquia;
Considerando que a aquisição de Reagentes e Vidrarias é demanda contínua e importante da autarquia, conforme solicitação do Bioquímico do Setor de Controle de Qualidade da Água;
Considerando que a empresa vencedora da Ata de Registro de Preços nº 060/2026 enviou toda a documentação exigida em item 09 do Edital do Pregão Eletrônico 005/2026, devidamente conferida pela Agente de Contratação.
Eu, Patrici de Paula Coelho Pedrosa, Diretora Geral do DEMSUR, RESOLVO AUTORIZAR a formalização do instrumento contratual para execução dos serviços objeto do procedimento licitatório.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PELOS ENTES PÚBLICOS ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E DEMAIS ANEXOS, QUE INTEGRARÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATADA: PHL DISTRIBUIDORA LABORATORIAL LTDA, CNPJ: 35.865.938/0000-59, com sede na Rua Helena Paludeto Iori, nº 388, bairro Jardim Alto do Silvares, Birigui/SP, com valor total de R$ 10.226,80 (dez mil, duzentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

Lote 26 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
CALDO LACTOSE com as seguintes características: Caldo Lactose para identificação de coliformes totais pela em água; Frasco 500 gramas;	1	**1**	**R$ 320,00**	**R$ 320,00**

Lote 91 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
SOLUÇÃO DE CLORETO DE POTÁSSIO 3 M com as seguintes características: Com certificado de análise; Frasco com 250 mL; Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	74	**6**	**R$ 22,00**	**R$ 132,00**

Lote 96 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
SOLUÇÃO INDICADORA AZUL DE BROMOTIMOL 0,1% com as seguintes características: Solução utilizada como indicador visual para determinação aproximada de pH de uma solução; Frasco de 100 mL. Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega	50	**50**	**R$ 32,00**	**R$ 1.600,00**

Lote 119 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
BALÃO VOLUMÉTRICO 1000 mL com as seguintes características: Classe A; Fabricado em vidro borossilicato transparente de alta resistência química; Tolerância de volume: ± 0,30 mL; Formato do fundo: Chato (base plana); Rolha/tampa de polietileno de alta densidade (PEAD), perfeitamente ajustável e de fácil vedação; Linha de aferição gravada, nítida, permanente e resistente a agentes químicos.	26	**3**	**R$ 51,90**	**R$ 155,70**

Lote 123 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
BÉQUER EM POLIPROPILENO 1000 mL com as seguintes características: Autoclavável a 121°C; Forma baixa; Com bico de vazamento cônico; Com graduação em silkscreen; Subdivisão 50/50mL	71	**10**	**R$ 10,67**	**R$ 106,70**

Lote 124 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**

BÉQUER EM POLIPROPILENO 150 mL com as seguintes características: Autoclavável a 121°C; Forma baixa; Com bico de vazamento cônico; Com Graduação em silkscreen; Subdivisão 10/10mL.	90	**10**	**R$ 3,92**	**R$ 39,20**

Lote 125 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
BÉQUER EM POLIPROPILENO 400 mL com as seguintes características: Autoclavável a 121°C; Forma baixa; Com bico de vazamento cônico; Com Graduação em silk-screen; Subdivisão 50/50mL.	41	**10**	**R$ 7,77**	**R$ 77,70**

Lote 126 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
BÉQUER EM VIDRO 100 mL com as seguintes características: Fabricado em vidro borossilicato transparente; Forma baixa; Com bico vertedor; Intervalo de graduação: 10 mL; Cor da graduação branca, nítida e permanente.	57	**2**	**R$ 4,48**	**R$ 89,60**

Lote 144 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
CUBETA REDONDA DE VIDRO 24,5 mm com as seguintes características: Tampa rosqueável; 24,5 mm diâmetro; Altura total de 60 mm; Compatível com medidores Digimed; Caixa com 3 unidades.	34	**5**	**R$ 1.370,00**	**R$ 6.850,00**

Lote 186 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
PIPETADOR TIPO PI-PUMP 02 mL com as seguintes características: Fabricado em polipropileno (PP) resistente; Adaptador de silicone compatível com pipetas de vidro ou plástico; Contém roldana móvel para aspiração e válvula de pressão para a dispensa total ou parcial de volume; Cor azul; Capacidade até 2 mL.	51	**6**	**R$ 21,00**	**R$ 126,00**

Lote 187 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
PIPETADOR TIPO PI-PUMP 10 mL com as seguintes características: Fabricado em polipropileno (PP) resistente; Adaptador de silicone compatível com pipetas de vidro ou plástico; Contém roldana móvel para aspiração e válvula de pressão para a dispensa total ou parcial de volume; Cor verde; Capacidade até 10 mL.	70	**6**	**R$ 21,00**	**R$ 126,00**

Lote 192 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
PROVETA DE POLIPROPILENO 10 mL com as seguintes características: Graduada em silkscreen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 0,2 mL.	26	**10**	**R$ 3,99**	**R$ 39,90**

Lote 194 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
PROVETA DE POLIPROPILENO 1000 mL com as seguintes características: Graduada em silkscreen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 10 mL.	29	**10**	**R$ 39,00**	**R$ 390,00**

Lote 197 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
PROVETA DE POLIPROPILENO 500 mL com as seguintes características: Graduada em silk-screen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 10 mL.	21	**10**	**R$ 17,40**	**R$ 174,00**

Sem mais para o momento,

Muriaé (MG), 11 de agosto de 2026

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral do DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:E883D6FC

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO - ADESÃO Nº 010/2026 - CISAB/ZM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Para os fins legais, considerando o processo licitatório 007/2026, modalidade de licitação Pregão Eletrônico 005/2026, que originou a Ata de Registro de Preços nº 061/2026 do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB/ZM, ao qual o DEMSUR figurou como órgão participante;
Considerando que o Setor de Licitações realizou os atos administrativos necessários para a formalização interna do procedimento de compra compartilhada;
Considerando a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo contador da autarquia;
Considerando que a aquisição de Reagentes e Vidrarias é demanda contínua e importante da autarquia, conforme solicitação do Bioquímico do Setor de Controle de Qualidade da Água;
Considerando que a empresa vencedora da Ata de Registro de Preços nº 061/2026 enviou toda a documentação exigida em item 09 do Edital do Pregão Eletrônico 005/2026, devidamente conferida pela Agente de Contratação.
Eu, Patrici de Paula Coelho Pedrosa, Diretora Geral do DEMSUR, RESOLVO AUTORIZAR a formalização do instrumento contratual para execução dos serviços objeto do procedimento licitatório.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PELOS ENTES PÚBLICOS ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E DEMAIS ANEXOS, QUE INTEGRARÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATADA: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI, CNPJ: 27.263.741/0001-11, com sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.268 – Sala 92, bairro Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, com valor total de R$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais).

Lote 72 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
REAGENTE DPD EM PÓ PARA ANÁLISE DE CLORO RESIDUAL LIVRE EM AMOSTRAS DE ÁGUA com as seguintes características: Faixa de análise de 0,02 a 2,00 mg/L; Reagente embalado em sachês individuais e vedados com quantidade suficiente para 10 mL de amostra; Reagente de rápida Dissolução rápida; Não gera turbidez; Kit com 100 sachês; Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	224	**60**	**R$ 39,00**	**R$ 2.340,00**

Lote 149 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
CUBETA REDONDA EM VIDRO 24,5 mm com as seguintes características: Tampa rosqueável; Diâmetro 24,5 mm; compatível com turbidímetro AP2000, marca PoliControl. Embalagem com 1 unidade.	39	**3**	**R$ 50,00**	**R$ 150,00**

Sem mais para o momento,

Muriaé (MG), 10 de agosto de 2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Para os fins legais, considerando o processo licitatório 007/2026, modalidade de licitação Pregão Eletrônico 005/2026, que originou a Ata de Registro de Preços nº 061/2026 do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB/ZM, ao qual o DEMSUR figurou como órgão participante;
Considerando que o Setor de Licitações realizou os atos administrativos necessários para a formalização interna do procedimento de compra compartilhada;
Considerando a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo contador da autarquia;
Considerando que a aquisição de Reagentes e Vidrarias é demanda contínua e importante da autarquia, conforme solicitação do Bioquímico do Setor de Controle de Qualidade da Água;
Considerando que a empresa vencedora da Ata de Registro de Preços nº 061/2026 enviou toda a documentação exigida em item 09 do Edital do Pregão Eletrônico 005/2026, devidamente conferida pela Agente de Contratação.
Eu, Patrici de Paula Coelho Pedrosa, Diretora Geral do DEMSUR, RESOLVO AUTORIZAR a formalização do instrumento contratual para execução dos serviços objeto do procedimento licitatório.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PELOS ENTES PÚBLICOS ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E DEMAIS ANEXOS, QUE INTEGRARÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATADA: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI, CNPJ: 27.263.741/0001-11, com sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.268 – Sala 92, bairro Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, com valor total de R$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais).

Lote 72 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
REAGENTE DPD EM PÓ PARA ANÁLISE DE CLORO RESIDUAL LIVRE EM AMOSTRAS DE ÁGUA com as seguintes características: Faixa de análise de 0,02 a 2,00 mg/L; Reagente embalado em sachês individuais e vedados com quantidade suficiente para 10 mL de amostra; Reagente de rápida Dissolução rápida; Não gera turbidez; Kit com 100 sachês; Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	224	**60**	**R$ 39,00**	**R$ 2.340,00**

Lote 149 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
CUBETA REDONDA EM VIDRO 24,5 mm com as seguintes características: Tampa rosqueável; Diâmetro 24,5 mm; compatível com turbidímetro AP2000, marca PoliControl. Embalagem com 1 unidade.	39	**3**	**R$ 50,00**	**R$ 150,00**

Sem mais para o momento,

Muriaé (MG), 10 de agosto de 2026

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral do DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:5D78DCDA

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
A responsável desta entidade, Sra. Patrici de Paula Coelho Pedrosa no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 71, CAPUT e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico conclusivo exarado, resolve:
- HOMOLOGAR E ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

Nr. Processo:	50/2026
Nr. Licitação:	35/2026
Modalidade:	Pregão Eletrônico

Tipo Concorrência:	Registro de Preço
Data da homologação:	12/08/2026
Objeto da Licitação:	Registro de Preços para futura e eventual contratação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou empresa equiparada, especializada no fornecimento parcelado de pó de café, destinado ao atendimento das necessidades dos diversos setores desta Autarquia, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

02 - VENCEDOR

BW COFEE LTDA – CNPJ 51.180.559/0001-81- RUA LAUREANO MARTINS DE FREITAS - 620 - PEDREIRA, Ervália – MG.

Item	Cód.	Unid.	Quant.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	124005	PCT	2.000	CAFÉ TORRADO E MOÍDO COM ASPECTO HOMOGÊNEO, EMBALADO À VÁCUO, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 20% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco), pacote de 500g, com todas as informações pertinentes ao produto, previsto na legislação vigente, constatando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. O produto deverá possuir selo de pureza e qualidade emitido pela ABIC e/ou apresentação laudo emitido por laboratório credenciado pela ANVISA/REBLAS ou acreditados pelo MAPA.	RICO SABOR Ã VÃ CUO 100% ARÃ BICA	R$ 16,49	R$ 32.980,00

Muriaé, 12 de agosto de 2026.

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral Do DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:90AC09FF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL 12 NIP NIC

Edital Penalidade
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT
EDITAL - 12/2026 DE NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR NIC

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações a baixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA REMESSA POSTAL (de preferência mediante aviso de recebimento) na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, á Rua Dionísio Machado, 96 - Bairro Centro, POUSO ALEGRE/MG, CEP. 37553-406. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 9.503/97).
*** A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3112-3828.**

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
IGV8C48	N800017147	06/04/2026	5002-0	260,32
RVJ7G78	N800017149	06/04/2026	5002-0	260,32
PUA5325	N800017150	06/04/2026	5002-0	260,32
SYY3H03	N800017152	06/04/2026	5002-0	260,32
ATW9J33	N800017154	06/04/2026	5002-0	260,32
RAN0B52	N800017157	06/04/2026	5002-0	260,32
TKS9B55	N800017158	06/04/2026	5002-0	260,32
SVG9G98	N800017166	06/04/2026	5002-0	260,32
ERN3J84	N800017168	14/04/2026	5002-0	260,32
ATW9J33	N800017169	14/04/2026	5002-0	260,32
TEE2G72	N800017170	14/04/2026	5002-0	260,32
OWM4C71	N800017171	14/04/2026	5002-0	260,32
RNX6D90	N800017172	14/04/2026	5002-0	260,32
QXT7B25	N800017173	14/04/2026	5002-0	390,46
CBC4A76	N800017174	14/04/2026	5002-0	260,32
SUP8D40	N800017175	14/04/2026	5002-0	260,32
HLL0837	N800017176	14/04/2026	5002-0	260,32
RMI0H26	N800017177	14/04/2026	5002-0	586,94
RFY3F60	N800017178	14/04/2026	5002-0	586,94
FLB9B61	N800017181	14/04/2026	5002-0	390,46
SHP5A35	N800017182	14/04/2026	5002-0	586,94
TLG9B66	N800017183	14/04/2026	5002-0	260,32
QQJ6A84	N800017184	14/04/2026	5002-0	260,32
OKY8A94	N800017185	14/04/2026	5002-0	260,32
TIT0E79	N800017186	14/04/2026	5002-0	260,32
TZA2F83	N800017187	14/04/2026	5002-0	260,32
GHU1J67	N800017188	14/04/2026	5002-0	260,32
FYK0I06	N800017189	14/04/2026	5002-0	260,32

RFF2F23	N800017190	14/04/2026	5002-0	390,46
SSO3J33	N800017191	14/04/2026	5002-0	260,32
TCR6I71	N800017192	14/04/2026	5002-0	260,32
HJT0657	N800017193	14/04/2026	5002-0	260,32
EXC1A54	N800017194	14/04/2026	5002-0	260,32
FRD5C14	N800017195	14/04/2026	5002-0	260,32
SYF7F63	N800017196	14/04/2026	5002-0	260,32
TWZ0E99	N800017197	14/04/2026	5002-0	260,32
OPM9270	N800017198	14/04/2026	5002-0	260,32
PLJ0574	N800017199	14/04/2026	5002-0	586,94
RFK1B12	N800017200	14/04/2026	5002-0	260,32
SIU4E98	N800017201	14/04/2026	5002-0	260,32
SIU4E98	N800017202	14/04/2026	5002-0	260,32
GHU1J67	N800017203	14/04/2026	5002-0	260,32
GIJ0J02	N800017204	14/04/2026	5002-0	586,94
SVX0C09	N800017205	14/04/2026	5002-0	260,32
SIU4E98	N800017206	14/04/2026	5002-0	260,32
RTT8J50	N800017207	14/04/2026	5002-0	260,32
QWT5D84	N800017208	14/04/2026	5002-0	586,94
EXC1A54	N800017209	14/04/2026	5002-0	390,46
SJD3A44	N800017210	14/04/2026	5002-0	260,32
TEP4E65	N800017212	14/04/2026	5002-0	260,32
GHE6B21	N800017214	14/04/2026	5002-0	390,46
OMH2015	N800017215	14/04/2026	5002-0	586,94
TJC6J80	N800017216	14/04/2026	5002-0	260,32
OQO3079	N800017217	14/04/2026	5002-0	390,46
TEQ2B98	N800017218	14/04/2026	5002-0	586,94
LQL6612	N800017219	14/04/2026	5002-0	390,46
QNI1761	N800017220	14/04/2026	5002-0	390,46
TKA7D71	N800017222	14/04/2026	5002-0	260,32
TCQ5A66	N800017223	14/04/2026	5002-0	260,32
GHZ5G67	N800017225	14/04/2026	5002-0	260,32
RNB8A27	N800017226	14/04/2026	5002-0	260,32
PVE9A71	N800017227	14/04/2026	5002-0	586,94
RNR5D85	N800017228	14/04/2026	5002-0	390,46
GXF4477	N800017229	14/04/2026	5002-0	390,46
EVB6903	N800017230	14/04/2026	5002-0	390,46
RXP5J48	N800017231	14/04/2026	5002-0	390,46
FHK8J97	N800017232	14/04/2026	5002-0	390,46
RFA2D12	N800017234	14/04/2026	5002-0	390,46
TDJ9B34	N800017235	14/04/2026	5002-0	260,32
TCP3A48	N800017236	14/04/2026	5002-0	260,32
SYF7F63	N800017237	14/04/2026	5002-0	260,32
SSO3J33	N800017238	14/04/2026	5002-0	260,32
EXA2081	N800017239	14/04/2026	5002-0	390,46
RMF3G25	N800017240	14/04/2026	5002-0	390,46
RTZ2H04	N800017241	14/04/2026	5002-0	390,46
HIM2885	N800017242	14/04/2026	5002-0	390,46
OQZ8H95	N800017243	14/04/2026	5002-0	390,46
OKY8A94	N800017245	14/04/2026	5002-0	1760,82
DIF9B35	N800017246	14/04/2026	5002-0	260,32
ATW9J33	N800017247	14/04/2026	5002-0	260,32
SFD1B46	N800017248	14/04/2026	5002-0	260,32
TAT4F91	N800017249	14/04/2026	5002-0	390,46
SYI9I73	N800017250	14/04/2026	5002-0	260,32
SVE9B75	N800017251	14/04/2026	5002-0	260,32
TAP5I76	N800017252	14/04/2026	5002-0	1760,82
HJT2812	N800017253	14/04/2026	5002-0	260,32
PZH0F88	N800017255	14/04/2026	5002-0	260,32
SSO3J33	N800017256	14/04/2026	5002-0	390,46
TCB5H34	N800017257	14/04/2026	5002-0	260,32
RDA1B72	N800017258	14/04/2026	5002-0	260,32
PUN6D72	N800017259	14/04/2026	5002-0	260,32
RUD1E19	N800017260	14/04/2026	5002-0	260,32
TDW4H75	N800017261	14/04/2026	5002-0	260,32
SYY3H03	N800017262	14/04/2026	5002-0	260,32
FCH6G94	N800017263	14/04/2026	5002-0	390,46
OLT9168	N800017264	14/04/2026	5002-0	390,46
FEI4D44	N800017265	14/04/2026	5002-0	586,94
PXI4A55	N800017266	14/04/2026	5002-0	260,32
TCS9H22	N800017267	14/04/2026	5002-0	390,46
BUD4H09	N800017268	14/04/2026	5002-0	390,46
SYA3D36	N800017269	14/04/2026	5002-0	390,46
GBB8F11	N800017270	14/04/2026	5002-0	586,94
TDJ1G88	N800017271	14/04/2026	5002-0	390,46
TDM4G75	N800017272	14/04/2026	5002-0	260,32
JDE1H09	N800017273	14/04/2026	5002-0	260,32
GGT2C90	N800017274	14/04/2026	5002-0	260,32
BPY2B29	N800017275	14/04/2026	5002-0	390,46
TDE3F87	N800017276	14/04/2026	5002-0	390,46
TDM4G75	N800017277	14/04/2026	5002-0	260,32
HJI0E29	N800017278	14/04/2026	5002-0	390,46
TDZ7C39	N800017279	14/04/2026	5002-0	260,32
TEB2B71	N800017280	14/04/2026	5002-0	586,94
HDW0021	N800017281	14/04/2026	5002-0	586,94
TBQ5C77	N800017282	14/04/2026	5002-0	390,46
TCD8G69	N800017283	14/04/2026	5002-0	260,32
JKE1H12	N800017285	14/04/2026	5002-0	390,46
FCK0A31	N800017286	14/04/2026	5002-0	260,32

HNH9E46	N800017287	14/04/2026	5002-0	390,46
FTE8J74	N800017288	14/04/2026	5002-0	390,46

Tipo de documento: NIC - Data da geração: 10 de agosto de 2026 - Total de registros: 119

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade De Transito

Publicado por:
Leonardo Oliveira da Silva
Código Identificador:9D2A70C8

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL 34 2026 PENALIDADE DE MULTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT
EDITAL - 34/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA RELATIVA A INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações a baixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA REMESSA POSTAL (de preferência mediante aviso de recebimento) na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, á Rua Dionísio Machado, 96 - Bairro Centro, POUSO ALEGRE/MG, CEP. 37553-406. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 9.503/97).

*** A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3112-3828.**

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
TED5A25	AG08768288	08/09/2025	6122-0	293,47
HFZ7G10	P300090481	21/09/2025	7455-0	130,16
GRK4517	AG08769567	23/09/2025	5541-2	195,23
OWR3F28	AG08770019	25/09/2025	5967-0	1467,35
SIM6B23	AG08768176	26/09/2025	6050-1	293,47
EID0660	AG08768103	27/09/2025	7633-2	293,47
GZR7H63	AG08770092	28/09/2025	6050-1	293,47
TED5A25	P300091605	29/09/2025	7455-0	130,16
HHW7I52	AG08768720	30/09/2025	7633-1	293,47
FEO1592	AG08770436	30/09/2025	5452-1	195,23
HEV9329	AG08770437	30/09/2025	5452-1	195,23
DYC1802	AG08780525	12/02/2026	5550-0	130,16
JPJ0I19	P300111768	28/03/2026	7455-0	130,16
OQN9641	P300111769	28/03/2026	7455-0	130,16
OQR6F65	P300111770	28/03/2026	7455-0	130,16
QUC9I09	P300111771	28/03/2026	7455-0	130,16
EHR4E54	P300111772	28/03/2026	7455-0	130,16
DEB6689	P300111887	28/03/2026	7463-0	195,23
HDF0E62	P300111773	28/03/2026	7455-0	130,16
DKO3327	P300111774	28/03/2026	7455-0	130,16
RFF0I13	P300111775	28/03/2026	7455-0	130,16
BPL8B53	P300111777	28/03/2026	7455-0	130,16
EGG6F56	P300111778	28/03/2026	7455-0	130,16
LLQ5E22	P300111779	28/03/2026	7455-0	130,16
DRO7G02	P300111780	28/03/2026	7455-0	130,16
HAX3231	P300111781	28/03/2026	7455-0	130,16
PVL0683	P300111782	28/03/2026	7455-0	130,16
HAX3231	P300111783	28/03/2026	7455-0	130,16
SYP1E47	P300111784	28/03/2026	7455-0	130,16
CSX6D61	P300111785	28/03/2026	7455-0	130,16
RMW5E98	P300111786	28/03/2026	7455-0	130,16
EBP7I31	P300111787	28/03/2026	7455-0	130,16
NYC2I93	P300111788	28/03/2026	7455-0	130,16
FPB2224	P300111789	28/03/2026	7455-0	130,16
PVL0683	P300111888	28/03/2026	7463-0	195,23
QWK5G98	P300111790	28/03/2026	7455-0	130,16
TCJ7B46	P300111791	28/03/2026	7455-0	130,16
QPK3I60	P300111792	28/03/2026	7455-0	130,16
FUH6F48	P300111889	28/03/2026	7463-0	195,23
LTL4B43	P300111890	28/03/2026	7471-0	880,41
LTL4B43	P300111891	28/03/2026	7471-0	880,41
PXK6B29	P300111793	28/03/2026	7455-0	130,16
TXC3B35	P300111892	28/03/2026	7463-0	195,23
OOW1923	P300111794	28/03/2026	7455-0	130,16
KXJ9A67	P300111795	28/03/2026	7455-0	130,16
HEW0H28	P300111796	28/03/2026	7455-0	130,16
TXO1B84	P300111893	28/03/2026	7463-0	195,23
QNX5182	P300111797	28/03/2026	7455-0	130,16
MGM3B96	P300111798	28/03/2026	7455-0	130,16
FOR1H86	P300111799	28/03/2026	7455-0	130,16
EQO0878	P300111800	28/03/2026	7455-0	130,16
HNS5014	P300111801	28/03/2026	7455-0	130,16
HLM6A68	P300111802	28/03/2026	7455-0	130,16

GHC6G05	P300111894	28/03/2026	7463-0	195,23
GYP5D58	P300111803	28/03/2026	7455-0	130,16
PUH9654	P300111804	28/03/2026	7455-0	130,16
HFJ4E31	P300111805	28/03/2026	7455-0	130,16
QUB8115	P300111895	28/03/2026	7463-0	195,23
OTU1C40	P300111806	28/03/2026	7455-0	130,16
GZI1831	P300111807	28/03/2026	7455-0	130,16
HKA3H54	P300111808	28/03/2026	7455-0	130,16
HKV8H39	P300111809	28/03/2026	7455-0	130,16
RML2G64	P300111810	28/03/2026	7455-0	130,16
LMK6B90	P300111896	28/03/2026	7463-0	195,23
MVI9C22	P300111812	28/03/2026	7455-0	130,16
FLA5269	P300111813	28/03/2026	7455-0	130,16
GVD5B84	P300111814	28/03/2026	7455-0	130,16
TDM8E65	P300111816	28/03/2026	7455-0	130,16
GQT7548	P300111817	28/03/2026	7455-0	130,16
RXR5I17	P300111818	28/03/2026	7455-0	130,16
QIK7529	P300111819	28/03/2026	7455-0	130,16
TDW4H63	P300111820	28/03/2026	7455-0	130,16
KWN7H06	P300111821	28/03/2026	7455-0	130,16
GUD6J61	P300111822	28/03/2026	7455-0	130,16
RVZ2D80	P300111897	28/03/2026	7463-0	195,23
RTB3B00	P300111823	28/03/2026	7455-0	130,16
OFY3866	P300111824	28/03/2026	7455-0	130,16
KVH7I05	P300111825	28/03/2026	7455-0	130,16
SYV5B11	P300111826	28/03/2026	7455-0	130,16
RKO3B22	P300111827	28/03/2026	7455-0	130,16
DSF0C49	P300111828	28/03/2026	7455-0	130,16
SHN4I55	P300111829	28/03/2026	7455-0	130,16
CSW7H76	P300111830	28/03/2026	7455-0	130,16
SUY4I15	P300111831	28/03/2026	7455-0	130,16
QQY3850	P300111832	28/03/2026	7455-0	130,16
KLT4765	P300111833	28/03/2026	7455-0	130,16
EYX8F11	P300111834	28/03/2026	7455-0	130,16
DIX8874	P300111835	28/03/2026	7455-0	130,16
HOB9611	P300111836	28/03/2026	7455-0	130,16
UBE3D34	P300111837	28/03/2026	7455-0	130,16
QPJ1017	P300111838	28/03/2026	7455-0	130,16
PTA4D98	P300111839	28/03/2026	7455-0	130,16
OWN3I11	P300111840	28/03/2026	7455-0	130,16
TXZ3B85	P300111841	28/03/2026	7455-0	130,16
GGS8D45	P300111842	28/03/2026	7455-0	130,16
BBX6D69	P300111843	28/03/2026	7455-0	130,16
RVW3G81	P300111844	28/03/2026	7455-0	130,16
QPX7B12	P300111845	28/03/2026	7455-0	130,16
DKO3327	P300111846	28/03/2026	7455-0	130,16
TEJ6J51	P300111847	28/03/2026	7455-0	130,16
OQE3C99	P300111848	28/03/2026	7455-0	130,16
EZJ7A75	P300111849	28/03/2026	7455-0	130,16
OPE9196	P300111850	28/03/2026	7455-0	130,16
DAZ8135	P300111852	28/03/2026	7455-0	130,16
FQU5B67	P300111853	28/03/2026	7455-0	130,16
OLU1535	P300111855	28/03/2026	7455-0	130,16
TDC9G07	P300111856	28/03/2026	7455-0	130,16
PVM4E99	P300111857	28/03/2026	7455-0	130,16
CQU6E62	P300111858	28/03/2026	7455-0	130,16
EAL3C39	P300111859	28/03/2026	7455-0	130,16
GMZ8623	P300111861	28/03/2026	7455-0	130,16
HIF9602	P300111898	28/03/2026	7463-0	195,23
PZI9H22	P300111862	28/03/2026	7455-0	130,16
TEA3D54	P300111899	28/03/2026	7463-0	195,23
BLH8A33	P300111864	28/03/2026	7455-0	130,16
PUC4B71	P300111865	28/03/2026	7455-0	130,16
OPG0349	P300111866	28/03/2026	7455-0	130,16
FNT6C95	P300111867	28/03/2026	7455-0	130,16
HLM6616	P300111868	28/03/2026	7455-0	130,16
ETW1620	P300111869	28/03/2026	7455-0	130,16
HHD9F00	P300111870	28/03/2026	7455-0	130,16
RNQ4E86	P300111884	28/03/2026	6050-3	293,47
PVZ7E78	P300111871	28/03/2026	7455-0	130,16
GFN9328	P300111872	28/03/2026	7455-0	130,16
QNI9F00	P300111873	28/03/2026	7455-0	130,16
HHK4611	P300111874	28/03/2026	7455-0	130,16
QPS5168	P300111885	28/03/2026	6050-3	293,47
PWE0113	P300111875	28/03/2026	7455-0	130,16
TDN5D87	P300111876	28/03/2026	7455-0	130,16
DAM2I71	P300111900	28/03/2026	7463-0	195,23
GAI7I68	P300111877	28/03/2026	7455-0	130,16
SHX4D11	P300111886	28/03/2026	6050-3	293,47
FSA2A17	P300111878	28/03/2026	7455-0	130,16
SHH6A48	P300111879	28/03/2026	7455-0	130,16
DKO3327	P300111880	28/03/2026	7455-0	130,16
QNG5J36	P300111881	28/03/2026	7455-0	130,16
SIJ3I55	P300111882	28/03/2026	7455-0	130,16
HLJ9F27	P300111901	29/03/2026	7455-0	130,16
OMD9722	P300111902	29/03/2026	7455-0	130,16
GCX8E01	P300112016	29/03/2026	7463-0	195,23
PUO5290	P300111903	29/03/2026	7455-0	130,16
ISW2G68	P300111904	29/03/2026	7455-0	130,16

TCI2B99	P300111905	29/03/2026	7455-0	130,16
UAI3H08	P300111906	29/03/2026	7455-0	130,16
DXS4D22	P300112017	29/03/2026	7463-0	195,23
ELM0G65	P300111907	29/03/2026	7455-0	130,16
HBQ9476	P300111908	29/03/2026	7455-0	130,16
DFM8F96	P300111909	29/03/2026	7455-0	130,16
DUL9E01	P300111910	29/03/2026	7455-0	130,16
EAW2718	P300111911	29/03/2026	7455-0	130,16
TXC6E38	P300112013	29/03/2026	7471-0	880,41
TPP5B96	P300111912	29/03/2026	7455-0	130,16
FXH4B25	P300111913	29/03/2026	7455-0	130,16
HEH0112	P300111914	29/03/2026	7455-0	130,16
PEV8F89	P300111916	29/03/2026	7455-0	130,16
QAG7592	P300111917	29/03/2026	7455-0	130,16
FEX7B16	P300111918	29/03/2026	7455-0	130,16
RFB2H32	P300111919	29/03/2026	7455-0	130,16
RFF5H48	P300111920	29/03/2026	7455-0	130,16
GSP1056	P300111921	29/03/2026	7455-0	130,16
HNO9816	P300111923	29/03/2026	7455-0	130,16
QXX0I41	P300111924	29/03/2026	7455-0	130,16
GEX2E68	P300111925	29/03/2026	7455-0	130,16
SSG9C74	P300111926	29/03/2026	7455-0	130,16
SHF7H67	P300111927	29/03/2026	7455-0	130,16
TKZ1F24	P300111928	29/03/2026	7455-0	130,16
HJF0396	P300111929	29/03/2026	7455-0	130,16
QNS7J89	P300111930	29/03/2026	7455-0	130,16
PZV6B18	P300112009	29/03/2026	6050-3	293,47
GFI4247	P300112010	29/03/2026	6050-3	293,47
QPJ9B39	P300112011	29/03/2026	6050-3	293,47
TXU7B70	P300111931	29/03/2026	7455-0	130,16
TXW6A85	P300111932	29/03/2026	7455-0	130,16
SJF0E29	P300111933	29/03/2026	7455-0	130,16
GAW6B78	P300111934	29/03/2026	7455-0	130,16
GIN6E66	P300111935	29/03/2026	7455-0	130,16
EYQ5A55	P300112018	29/03/2026	7463-0	195,23
PWJ4839	P300111936	29/03/2026	7455-0	130,16
TEO6A67	P300111937	29/03/2026	7455-0	130,16
DVU2794	P300111938	29/03/2026	7455-0	130,16
OWP1639	P300111939	29/03/2026	7455-0	130,16
BZQ1A31	P300111940	29/03/2026	7455-0	130,16
PZG1A02	P300111941	29/03/2026	7455-0	130,16
GCW0J86	P300111942	29/03/2026	7455-0	130,16
EAG6B40	P300111943	29/03/2026	7455-0	130,16
FVW7I85	P300111944	29/03/2026	7455-0	130,16
SWQ5A60	P300111945	29/03/2026	7455-0	130,16
BEL8A68	P300111946	29/03/2026	7455-0	130,16
LNA4137	P300111947	29/03/2026	7455-0	130,16
CJI0303	P300111948	29/03/2026	7455-0	130,16
GSP0A18	P300111950	29/03/2026	7455-0	130,16
GRR4D54	P300111951	29/03/2026	7455-0	130,16
OQN8188	P300111952	29/03/2026	7455-0	130,16
QPM5H78	P300111953	29/03/2026	7455-0	130,16
FKX7D79	P300111955	29/03/2026	7455-0	130,16
RFP3F94	P300111956	29/03/2026	7455-0	130,16
RFE5G78	P300112019	29/03/2026	7463-0	195,23
TDV8I81	P300111957	29/03/2026	7455-0	130,16
MRY3529	P300111959	29/03/2026	7455-0	130,16
TYN8C75	P300111960	29/03/2026	7455-0	130,16
QPQ3C99	P300111961	29/03/2026	7455-0	130,16
CXI8878	P300111962	29/03/2026	7455-0	130,16
BQU3B35	P300111963	29/03/2026	7455-0	130,16
CMN1399	P300112020	29/03/2026	7463-0	195,23
GCA0B25	P300111965	29/03/2026	7455-0	130,16
FXH4B25	P300111966	29/03/2026	7455-0	130,16
TLV5J07	P300111970	29/03/2026	7455-0	130,16
KON4123	P300111971	29/03/2026	7455-0	130,16
TYD6C52	P300111972	29/03/2026	7455-0	130,16
IVI5G72	P300112014	29/03/2026	7471-0	880,41
OJQ8D21	P300112021	29/03/2026	7463-0	195,23
KQP3989	P300111973	29/03/2026	7455-0	130,16
BUG2H59	P300112022	29/03/2026	7463-0	195,23
OPO4357	P300111975	29/03/2026	7455-0	130,16
FOH9A07	P300111976	29/03/2026	7455-0	130,16
QPV2436	P300112023	29/03/2026	7463-0	195,23
HMT0J13	P300111977	29/03/2026	7455-0	130,16
PVH9756	P300111978	29/03/2026	7455-0	130,16
CJT7H92	P300111979	29/03/2026	7455-0	130,16
SIF5H79	P300112024	29/03/2026	7463-0	195,23
GOZ1343	P300112025	29/03/2026	7463-0	195,23
SCE7E72	P300112026	29/03/2026	7463-0	195,23
GXF8G40	P300111980	29/03/2026	7455-0	130,16
GGO7J13	P300111981	29/03/2026	7455-0	130,16
GLO7H20	P300112027	29/03/2026	7463-0	195,23
HLW4E62	P300111983	29/03/2026	7455-0	130,16
HMF6D90	P300111984	29/03/2026	7455-0	130,16
QOC2524	P300111985	29/03/2026	7455-0	130,16
FYQ6D59	P300111986	29/03/2026	7455-0	130,16
EDM2270	P300111987	29/03/2026	7455-0	130,16
TDV8I81	P300111988	29/03/2026	7455-0	130,16

PYP7A25	P300111989	29/03/2026	7455-0	130,16
FGN7179	P300111990	29/03/2026	7455-0	130,16
GVG7829	P300111991	29/03/2026	7455-0	130,16
DDY5652	P300111992	29/03/2026	7455-0	130,16
FCS5A03	P300111993	29/03/2026	7455-0	130,16
HGY3722	P300111995	29/03/2026	7455-0	130,16
TXU7B70	P300112028	29/03/2026	7463-0	195,23
ONN2I16	P300111996	29/03/2026	7455-0	130,16
LHP5E28	P300112029	29/03/2026	7463-0	195,23
CVO8C63	P300111997	29/03/2026	7455-0	130,16
OPL7547	P300111998	29/03/2026	7455-0	130,16
FIN9171	P300111999	29/03/2026	7455-0	130,16
HGM4522	P300112000	29/03/2026	7455-0	130,16
TXU7B70	P300112001	29/03/2026	7455-0	130,16
SIO4E40	P300112030	29/03/2026	7463-0	195,23
QMW3B99	P300112002	29/03/2026	7455-0	130,16
HAM9928	P300112012	29/03/2026	6050-3	293,47
TXF7G97	P300112004	29/03/2026	7455-0	130,16
GXF5923	P300112031	29/03/2026	7463-0	195,23
OQU9C72	P300112005	29/03/2026	7455-0	130,16
PVD3H61	P300112006	29/03/2026	7455-0	130,16
FOZ8I05	P300112007	29/03/2026	7455-0	130,16
TXG2I49	P300112032	29/03/2026	7463-0	195,23
FPI0I83	P300112008	29/03/2026	7455-0	130,16
PYT3A51	P300112050	30/03/2026	7455-0	130,16
QQT7J68	P300112051	30/03/2026	7455-0	130,16
TYG1F59	P300112034	30/03/2026	7463-0	195,23
DZJ1A14	P300112052	30/03/2026	7455-0	130,16
TIO9E13	P300112053	30/03/2026	7455-0	130,16
PWP0E63	P300112054	30/03/2026	7455-0	130,16
TJW9B33	P300112056	30/03/2026	7455-0	130,16
GQT0007	P300112057	30/03/2026	7455-0	130,16
ENE5G43	P300112058	30/03/2026	7455-0	130,16
GQZ2792	P300112059	30/03/2026	7455-0	130,16
EPA4A02	P300112060	30/03/2026	7455-0	130,16
TYH7I18	P300112061	30/03/2026	7455-0	130,16
TEX9C44	P300112063	30/03/2026	7455-0	130,16
RMP9A58	P300112064	30/03/2026	7455-0	130,16
QOC3333	P300112065	30/03/2026	7455-0	130,16
HAX3231	P300112066	30/03/2026	7455-0	130,16
MLZ5H91	P300112067	30/03/2026	7455-0	130,16
HIP9525	P300112068	30/03/2026	7455-0	130,16
HLG9530	P300112069	30/03/2026	7455-0	130,16
DYF0765	P300112035	30/03/2026	7463-0	195,23
EYR2J25	P300112070	30/03/2026	7455-0	130,16
LSW6E15	P300112071	30/03/2026	7455-0	130,16
UBB7H69	P300112036	30/03/2026	7463-0	195,23
OPX9922	P300112072	30/03/2026	7455-0	130,16
FJY0065	P300112037	30/03/2026	7463-0	195,23
HKV8D10	P300112073	30/03/2026	7455-0	130,16
OPB7790	P300112074	30/03/2026	7455-0	130,16
TZA2B32	P300112075	30/03/2026	7455-0	130,16
GBS7G09	P300112077	30/03/2026	7455-0	130,16
TCJ7C57	P300112217	30/03/2026	6050-3	293,47
GHC6G05	P300112033	30/03/2026	7471-0	880,41
OGG6H68	P300112079	30/03/2026	7455-0	130,16
EKB0J34	P300112080	30/03/2026	7455-0	130,16
DUX9085	P300112038	30/03/2026	7463-0	195,23
FSO8G19	P300112081	30/03/2026	7455-0	130,16
TCD9I23	P300112082	30/03/2026	7455-0	130,16
OOX3681	P300112084	30/03/2026	7455-0	130,16
TEN8B23	P300112085	30/03/2026	7455-0	130,16
SYV9B36	P300112039	30/03/2026	7463-0	195,23
NCF9J69	P300112086	30/03/2026	7455-0	130,16
QPY8A79	P300112087	30/03/2026	7455-0	130,16
FZF9A79	P300112040	30/03/2026	7463-0	195,23
HNS7700	P300112088	30/03/2026	7455-0	130,16
GRA9904	P300112089	30/03/2026	7455-0	130,16
ECF7H58	P300112090	30/03/2026	7455-0	130,16
MKZ8E06	P300112041	30/03/2026	7463-0	195,23
TBJ5D99	P300112091	30/03/2026	7455-0	130,16
STA8F90	P300112092	30/03/2026	7455-0	130,16
CNW8691	P300112093	30/03/2026	7455-0	130,16
EQP7G86	P300112094	30/03/2026	7455-0	130,16
GZW2815	P300112095	30/03/2026	7455-0	130,16
BJM2606	P300112096	30/03/2026	7455-0	130,16
RUC5E17	P300112097	30/03/2026	7455-0	130,16
GAY9B80	P300112098	30/03/2026	7455-0	130,16
PPD0F99	P300112099	30/03/2026	7455-0	130,16
EGQ8B12	P300112100	30/03/2026	7455-0	130,16
CSW7H76	P300112101	30/03/2026	7455-0	130,16
OQH5J65	P300112102	30/03/2026	7455-0	130,16
FMR9F26	P300112103	30/03/2026	7455-0	130,16
FSW5B84	P300112042	30/03/2026	7463-0	195,23
EUK9739	P300112105	30/03/2026	7455-0	130,16
QMX5295	P300112107	30/03/2026	7455-0	130,16
OOX3681	P300112108	30/03/2026	7455-0	130,16
DPJ2J37	P300112109	30/03/2026	7455-0	130,16
TDP5A55	P300112110	30/03/2026	7455-0	130,16

FAT8I73	P300112111	30/03/2026	7455-0	130,16
PUP0857	P300112112	30/03/2026	7455-0	130,16
FMK5B97	P300112113	30/03/2026	7455-0	130,16
SHK5A41	P300112114	30/03/2026	7455-0	130,16
PWJ3G00	P300112115	30/03/2026	7455-0	130,16
EBU9E69	P300112116	30/03/2026	7455-0	130,16
QQT7J68	P300112117	30/03/2026	7455-0	130,16
EQH6D36	P300112119	30/03/2026	7455-0	130,16
NVV4663	P300112120	30/03/2026	7455-0	130,16
DCM9D72	P300112121	30/03/2026	7455-0	130,16
HEE0H18	P300112122	30/03/2026	7455-0	130,16
HHD9279	P300112123	30/03/2026	7455-0	130,16
EIR8F35	P300112124	30/03/2026	7455-0	130,16
QPD2A28	P300112125	30/03/2026	7455-0	130,16
RHZ2B95	P300112126	30/03/2026	7455-0	130,16
HJT3D34	P300112127	30/03/2026	7455-0	130,16
EKS4A26	P300112128	30/03/2026	7455-0	130,16
OQE8790	P300112129	30/03/2026	7455-0	130,16
QQT7J68	P300112130	30/03/2026	7455-0	130,16
TYG1F59	P300112131	30/03/2026	7455-0	130,16
GMZ9780	P300112132	30/03/2026	7455-0	130,16
OPA3I37	P300112133	30/03/2026	7455-0	130,16
ATW9J33	P300112134	30/03/2026	7455-0	130,16
CVE4J26	P300112135	30/03/2026	7455-0	130,16
CIX8181	P300112136	30/03/2026	7455-0	130,16
TYS2J47	P300112218	30/03/2026	6050-3	293,47
OQC3A69	P300112219	30/03/2026	6050-3	293,47
HHJ5F34	P300112220	30/03/2026	6050-3	293,47
FXC8820	P300112221	30/03/2026	6050-3	293,47
KVB9B41	P300112222	30/03/2026	6050-3	293,47
QWH6G69	P300112137	30/03/2026	7455-0	130,16
HMV7B60	P300112223	30/03/2026	6050-3	293,47
OXL0I66	P300112138	30/03/2026	7455-0	130,16
AYM6I51	P300112224	30/03/2026	6050-3	293,47
HAA5D60	P300112225	30/03/2026	6050-3	293,47
PVA5J25	P300112139	30/03/2026	7455-0	130,16
SHM6B99	P300112140	30/03/2026	7455-0	130,16
SIH8F03	P300112141	30/03/2026	7455-0	130,16
FOP2A60	P300112142	30/03/2026	7455-0	130,16
CHD6E30	P300112143	30/03/2026	7455-0	130,16
QOI1374	P300112144	30/03/2026	7455-0	130,16
BHA8H95	P300112145	30/03/2026	7455-0	130,16
PZG6485	P300112146	30/03/2026	7455-0	130,16
OQN2E99	P300112148	31/03/2026	7455-0	130,16
CXW3F77	P300112149	31/03/2026	7455-0	130,16
BYJ8C38	P300112150	31/03/2026	7455-0	130,16
EXW7F87	P300112151	31/03/2026	7455-0	130,16
GXI3J26	P300112152	31/03/2026	7455-0	130,16
FQI2220	P300112153	31/03/2026	7455-0	130,16
SFK6G16	P300112154	31/03/2026	7455-0	130,16
RMF5J11	P300112043	31/03/2026	7463-0	195,23
DFJ1E87	P300112155	31/03/2026	7455-0	130,16
HOB9B53	P300112156	31/03/2026	7455-0	130,16
HJB5B13	P300112157	31/03/2026	7455-0	130,16
OPQ0183	P300112158	31/03/2026	7455-0	130,16
GXY2918	P300112159	31/03/2026	7455-0	130,16
FTG7G83	P300112044	31/03/2026	7463-0	195,23
SBZ5H64	P300112160	31/03/2026	7455-0	130,16
BJM2606	P300112161	31/03/2026	7455-0	130,16
TYF6B06	P300112162	31/03/2026	7455-0	130,16
QDV7I27	P300112163	31/03/2026	7455-0	130,16
HFD7I01	P300112164	31/03/2026	7455-0	130,16
FBZ2C28	P300112165	31/03/2026	7455-0	130,16
TYE2I15	P300112166	31/03/2026	7455-0	130,16
OPX9922	P300112045	31/03/2026	7463-0	195,23
IVX2J32	P300112167	31/03/2026	7455-0	130,16
RES4F86	P300112168	31/03/2026	7455-0	130,16
QPY7497	P300112169	31/03/2026	7455-0	130,16
HCM5E49	P300112170	31/03/2026	7455-0	130,16
OUN0H87	P300112171	31/03/2026	7455-0	130,16
TXY5A94	P300112172	31/03/2026	7455-0	130,16
RTO1D35	P300112173	31/03/2026	7455-0	130,16
QXO7A22	P300112174	31/03/2026	7455-0	130,16
RFJ0I39	P300112046	31/03/2026	7463-0	195,23
TZA2B32	P300112176	31/03/2026	7455-0	130,16
QID2C19	P300112177	31/03/2026	7455-0	130,16
KWH8D95	P300112178	31/03/2026	7455-0	130,16
SHM9E37	P300112179	31/03/2026	7455-0	130,16
SVQ2C43	P300112226	31/03/2026	6050-3	293,47
TXD2E20	P300112227	31/03/2026	6050-3	293,47
GIZ9G37	P300112228	31/03/2026	6050-3	293,47
ESY5A14	P300112180	31/03/2026	7455-0	130,16
FQE5C32	P300112182	31/03/2026	7455-0	130,16
PUY6212	P300112184	31/03/2026	7455-0	130,16
HJT1758	P300112185	31/03/2026	7455-0	130,16
OXC3J07	P300112047	31/03/2026	7463-0	195,23
RIS9B95	P300112186	31/03/2026	7455-0	130,16
SRJ0F05	P300112187	31/03/2026	7455-0	130,16
DSC4328	P300112188	31/03/2026	7455-0	130,16

FXE6I75	P300112189	31/03/2026	7455-0	130,16
DLG8I44	P300112190	31/03/2026	7455-0	130,16
RFP3F94	P300112191	31/03/2026	7455-0	130,16
SIJ5H72	P300112192	31/03/2026	7455-0	130,16
CBP1I61	P300112193	31/03/2026	7455-0	130,16
CZD7528	P300112194	31/03/2026	7455-0	130,16
UIV8J10	P300112195	31/03/2026	7455-0	130,16
OXC3J07	P300112196	31/03/2026	7455-0	130,16
UFA8G31	P300112197	31/03/2026	7455-0	130,16
RUW1G98	P300112198	31/03/2026	7455-0	130,16
HOH6786	P300112199	31/03/2026	7455-0	130,16
QPS1B92	P300112201	31/03/2026	7455-0	130,16
PVN5407	P300112202	31/03/2026	7455-0	130,16
RMY6I26	P300112204	31/03/2026	7455-0	130,16
HLR8A73	P300112205	31/03/2026	7455-0	130,16
FNA8J19	P300112048	31/03/2026	7463-0	195,23
THR8G47	P300112206	31/03/2026	7455-0	130,16
TYR6C28	P300112207	31/03/2026	7455-0	130,16
TXO9G66	P300112208	31/03/2026	7455-0	130,16
SJH3F45	P300112209	31/03/2026	7455-0	130,16
TET1H68	P300112210	31/03/2026	7455-0	130,16
SYF9D13	P300112211	31/03/2026	7455-0	130,16
AOH1H89	P300112049	31/03/2026	7463-0	195,23
RUA1J95	P300112213	31/03/2026	7455-0	130,16
RUM8J10	P300112229	31/03/2026	6050-3	293,47
EZL8B95	P300112230	31/03/2026	6050-3	293,47
QOI3E04	P300112231	31/03/2026	6050-3	293,47
OFI7H77	P300112216	31/03/2026	7455-0	130,16
GUX6I74	P300112345	01/04/2026	6050-3	293,47
QPN0E50	P300112346	01/04/2026	6050-3	293,47
DUX9085	P300112232	01/04/2026	7455-0	130,16
SIF0B50	P300112233	01/04/2026	7455-0	130,16
TYE7F57	P300112234	01/04/2026	7455-0	130,16
GZE7113	P300112235	01/04/2026	7455-0	130,16
HKA3H54	P300112236	01/04/2026	7455-0	130,16
RUY7D04	P300112237	01/04/2026	7455-0	130,16
SUL4H81	P300112238	01/04/2026	7455-0	130,16
FJM4235	P300112239	01/04/2026	7455-0	130,16
DHZ2J53	P300112240	01/04/2026	7455-0	130,16
GRT6A30	P300112241	01/04/2026	7455-0	130,16
RTG1I94	P300112242	01/04/2026	7455-0	130,16
EUQ6J02	P300112243	01/04/2026	7455-0	130,16
OPV3D06	P300112244	01/04/2026	7455-0	130,16
GDB9F67	P300112245	01/04/2026	7455-0	130,16
HGY0799	P300112246	01/04/2026	7455-0	130,16
EPP5J75	P300112247	01/04/2026	7455-0	130,16
SEQ0D75	P300112248	01/04/2026	7455-0	130,16
HNL2H15	P300112335	01/04/2026	7463-0	195,23
FWL6E68	P300112249	01/04/2026	7455-0	130,16
RVP5B74	P300112250	01/04/2026	7455-0	130,16
TMC7C59	P300112251	01/04/2026	7455-0	130,16
PZK0471	P300112252	01/04/2026	7455-0	130,16
TOP8C14	P300112254	01/04/2026	7455-0	130,16
TXX5A68	P300112255	01/04/2026	7455-0	130,16
SIP6C00	P300112256	01/04/2026	7455-0	130,16
HGY2060	P300112257	01/04/2026	7455-0	130,16
HIP9D12	P300112258	01/04/2026	7455-0	130,16
HAM8C30	P300112259	01/04/2026	7455-0	130,16
QQF2419	P300112260	01/04/2026	7455-0	130,16
PXS3D25	P300112261	01/04/2026	7455-0	130,16
HHD6773	P300112262	01/04/2026	7455-0	130,16
NYC2I93	P300112263	01/04/2026	7455-0	130,16
RVV5F19	P300112264	01/04/2026	7455-0	130,16
MGM3B96	P300112265	01/04/2026	7455-0	130,16
FRM5A77	P300112336	01/04/2026	7463-0	195,23
RVZ2B22	P300112267	01/04/2026	7455-0	130,16
TEH2E22	P300112268	01/04/2026	7455-0	130,16
PVZ8B66	P300112269	01/04/2026	7455-0	130,16
QOT7I80	P300112270	01/04/2026	7455-0	130,16
EYX8F11	P300112337	01/04/2026	7463-0	195,23
PWZ3568	P300112271	01/04/2026	7455-0	130,16
RFG0G65	P300112272	01/04/2026	7455-0	130,16
TEA2D13	P300112273	01/04/2026	7455-0	130,16
HEU8I62	P300112274	01/04/2026	7455-0	130,16
CPB3J65	P300112275	01/04/2026	7455-0	130,16
OWN3I11	P300112277	01/04/2026	7455-0	130,16
SCY1J11	P300112278	01/04/2026	7455-0	130,16
TDJ7G61	P300112279	01/04/2026	7455-0	130,16
EGU8148	P300112280	01/04/2026	7455-0	130,16
GBH0J64	P300112281	01/04/2026	7455-0	130,16
PVZ7A45	P300112282	01/04/2026	7455-0	130,16
TKR9I28	P300112284	01/04/2026	7455-0	130,16
TXP1G44	P300112285	01/04/2026	7455-0	130,16
TEA3D54	P300112286	01/04/2026	7455-0	130,16
ORA9H76	P300112287	01/04/2026	7455-0	130,16
HJI0478	P300112288	01/04/2026	7455-0	130,16
RFF6B17	P300112338	01/04/2026	7463-0	195,23
KMR7244	P300112289	01/04/2026	7455-0	130,16
GRT6A30	P300112290	01/04/2026	7455-0	130,16

UFW3D48	P300112292	01/04/2026	7455-0	130,16
EJW6B92	P300112293	01/04/2026	7455-0	130,16
DFN7J78	P300112294	01/04/2026	7455-0	130,16
EMM9463	P300112295	01/04/2026	7455-0	130,16
TXQ0A33	P300112347	01/04/2026	6050-3	293,47
HLM6473	P300112339	01/04/2026	7463-0	195,23
EBM3180	P300112296	01/04/2026	7455-0	130,16
HKJ5H57	P300112348	01/04/2026	6050-3	293,47
FJK9A64	P300112340	01/04/2026	7463-0	195,23
RHE8J26	P300112349	01/04/2026	6050-3	293,47
DQM4I57	P300112298	01/04/2026	7455-0	130,16
HJT4659	P300112301	01/04/2026	7455-0	130,16
SYW5E61	P300112302	01/04/2026	7455-0	130,16
RKI1D21	P300112303	01/04/2026	7455-0	130,16
HME1F93	P300112304	01/04/2026	7455-0	130,16
TYR9G67	P300112305	01/04/2026	7455-0	130,16
TYS1D87	P300112341	01/04/2026	7463-0	195,23
EBI3A35	P300112306	01/04/2026	7455-0	130,16
HAM7815	P300112307	01/04/2026	7455-0	130,16
RFR8I74	P300112308	01/04/2026	7455-0	130,16
IZL6A94	P300112309	01/04/2026	7455-0	130,16
TDJ1E50	P300112310	01/04/2026	7455-0	130,16
GWU4B59	P300112311	01/04/2026	7455-0	130,16
FJZ6J13	P300112313	01/04/2026	7455-0	130,16
QQF8020	P300112342	01/04/2026	7463-0	195,23
DBF6E75	P300112343	01/04/2026	7463-0	195,23
TER6F11	P300112314	01/04/2026	7455-0	130,16
HJT2373	P300112344	01/04/2026	7463-0	195,23
TYT8A77	P300112315	01/04/2026	7455-0	130,16
QXG9291	P300112316	01/04/2026	7455-0	130,16
HOZ7274	P300112317	01/04/2026	7455-0	130,16
EOY0E86	P300112318	01/04/2026	7455-0	130,16
FZT0I10	P300112319	01/04/2026	7455-0	130,16
FVG5H57	P300112320	01/04/2026	7455-0	130,16
HIP9525	P300112321	01/04/2026	7455-0	130,16
PUY7H04	P300112322	01/04/2026	7455-0	130,16
QOF9758	P300112324	01/04/2026	7455-0	130,16
BQU8B36	P300112325	01/04/2026	7455-0	130,16
EZX5168	P300112326	01/04/2026	7455-0	130,16
SUL4J30	P300112327	01/04/2026	7455-0	130,16
TXA0F40	P300112328	01/04/2026	7455-0	130,16
EXW3A79	P300112329	01/04/2026	7455-0	130,16
SJI5H95	P300112330	01/04/2026	7455-0	130,16
FJI2G90	P300112331	01/04/2026	7455-0	130,16
RUH7G12	P300112332	01/04/2026	7455-0	130,16
GZN1D88	P300112333	01/04/2026	7455-0	130,16
GZM8647	P300112334	01/04/2026	7455-0	130,16
EIX4I37	P300112452	02/04/2026	7463-0	195,23
SIU8C70	P300112453	02/04/2026	7463-0	195,23
SHR3B08	P300112454	02/04/2026	7463-0	195,23
EPQ8G82	P300112350	02/04/2026	7455-0	130,16
DMF2B17	P300112351	02/04/2026	7455-0	130,16
FCH3G55	P300112352	02/04/2026	7455-0	130,16
OQC0B34	P300112353	02/04/2026	7455-0	130,16
PWS7378	P300112354	02/04/2026	7455-0	130,16
RFG0I21	P300112355	02/04/2026	7455-0	130,16
HNX1855	P300112356	02/04/2026	7455-0	130,16
OWJ7G91	P300112455	02/04/2026	7463-0	195,23
GFS8436	P300112357	02/04/2026	7455-0	130,16
EMJ7D16	P300112358	02/04/2026	7455-0	130,16
QPT4A52	P300112359	02/04/2026	7455-0	130,16
SHM2I82	P300112360	02/04/2026	7455-0	130,16
EKA7H15	P300112361	02/04/2026	7455-0	130,16
QPT4A52	P300112456	02/04/2026	7463-0	195,23
HDT7645	P300112362	02/04/2026	7455-0	130,16
PUO9D59	P300112457	02/04/2026	7463-0	195,23
ERS6J48	P300112363	02/04/2026	7455-0	130,16
EYX8F11	P300112364	02/04/2026	7455-0	130,16
OPR2599	P300112365	02/04/2026	7455-0	130,16
RVO1D09	P300112367	02/04/2026	7455-0	130,16
TJG0B90	P300112368	02/04/2026	7455-0	130,16
TJG0B90	P300112458	02/04/2026	7463-0	195,23
OPA1654	P300112369	02/04/2026	7455-0	130,16
EYM4H56	P300112370	02/04/2026	7455-0	130,16
OXC3J07	P300112372	02/04/2026	7455-0	130,16
OXG6817	P300112374	02/04/2026	7455-0	130,16
FBV6B64	P300112375	02/04/2026	7455-0	130,16
EIB7F48	P300112376	02/04/2026	7455-0	130,16
RTE5E00	P300112377	02/04/2026	7455-0	130,16
FCF8G80	P300112459	02/04/2026	7463-0	195,23
FJY3I77	P300112378	02/04/2026	7455-0	130,16
FNA8J19	P300112379	02/04/2026	7455-0	130,16
PZV0E13	P300112380	02/04/2026	7455-0	130,16
DRC3A60	P300112381	02/04/2026	7455-0	130,16
TYE8A77	P300112383	02/04/2026	7455-0	130,16
QPX6J06	P300112460	02/04/2026	7463-0	195,23
SIY5A79	P300112384	02/04/2026	7455-0	130,16
OWQ7E60	P300112385	02/04/2026	7455-0	130,16
PYR1G30	P300112386	02/04/2026	7455-0	130,16

RFW8J48	P300112387	02/04/2026	7455-0	130,16
TEQ9E43	P300112389	02/04/2026	7455-0	130,16
GRR5242	P300112390	02/04/2026	7455-0	130,16
QQT7J68	P300112391	02/04/2026	7455-0	130,16
EMZ4492	P300112393	02/04/2026	7455-0	130,16
EJW6B92	P300112394	02/04/2026	7455-0	130,16
RFJ0I39	P300112395	02/04/2026	7455-0	130,16
EZW4G38	P300112446	02/04/2026	6050-3	293,47
RNG5H07	P300112396	02/04/2026	7455-0	130,16
HHH7B02	P300112398	02/04/2026	7455-0	130,16
HGY5510	P300112447	02/04/2026	6050-3	293,47
BPA7A63	P300112448	02/04/2026	6050-3	293,47
HFL0G68	P300112449	02/04/2026	6050-3	293,47
FRO5A57	P300112400	02/04/2026	7455-0	130,16
TCT4C87	P300112461	02/04/2026	7463-0	195,23
ELV5568	P300112450	02/04/2026	6050-3	293,47
TEA7F76	P300112451	02/04/2026	6050-3	293,47
HEH0A98	P300112401	02/04/2026	7455-0	130,16
PUM2J11	P300112402	02/04/2026	7455-0	130,16
RMQ4H32	P300112403	02/04/2026	7455-0	130,16
DMI8766	P300112404	02/04/2026	7455-0	130,16
FHM9J29	P300112405	02/04/2026	7455-0	130,16
TCN3B29	P300112406	02/04/2026	7455-0	130,16
FJF9509	P300112407	02/04/2026	7455-0	130,16
SVA8F66	P300112408	02/04/2026	7455-0	130,16
LTF7977	P300112409	02/04/2026	7455-0	130,16
RTH8H74	P300112410	02/04/2026	7455-0	130,16
PWW8C01	P300112411	02/04/2026	7455-0	130,16
QQF0A88	P300112412	02/04/2026	7455-0	130,16
OPO4550	P300112413	02/04/2026	7455-0	130,16
TYO4C19	P300112414	02/04/2026	7455-0	130,16
DVG8B00	P300112415	02/04/2026	7455-0	130,16
TYO4C19	P300112417	02/04/2026	7455-0	130,16
HEF2336	P300112463	02/04/2026	7463-0	195,23
SHZ4G27	P300112418	02/04/2026	7455-0	130,16
QXF8B65	P300112464	02/04/2026	7471-0	880,41
UEF9E79	P300112419	02/04/2026	7455-0	130,16
GXF5972	P300112420	02/04/2026	7455-0	130,16
DNK8106	P300112421	02/04/2026	7455-0	130,16
TYF9B34	P300112422	02/04/2026	7455-0	130,16
SUX2B64	P300112423	02/04/2026	7455-0	130,16
SIG5J92	P300112424	02/04/2026	7455-0	130,16
OJV5C37	P300112425	02/04/2026	7455-0	130,16
GGJ8A19	P300112426	02/04/2026	7455-0	130,16
HNN5F97	P300112427	02/04/2026	7455-0	130,16
DBF6E75	P300112465	02/04/2026	7463-0	195,23
TCV0D57	P300112428	02/04/2026	7455-0	130,16
QPE5I90	P300112429	02/04/2026	7455-0	130,16
HTN6I31	P300112430	02/04/2026	7455-0	130,16
PZS1J37	P300112431	02/04/2026	7455-0	130,16
SIJ1G30	P300112432	02/04/2026	7455-0	130,16
GJS1F74	P300112433	02/04/2026	7455-0	130,16
TDZ3D30	P300112434	02/04/2026	7455-0	130,16
QQH9814	P300112435	02/04/2026	7455-0	130,16
QPB1604	P300112436	02/04/2026	7455-0	130,16
SHI2D30	P300112437	02/04/2026	7455-0	130,16
EMU8G83	P300112438	02/04/2026	7455-0	130,16
TEV7C41	P300112466	02/04/2026	7471-0	880,41
OXY5J08	P300112439	02/04/2026	7455-0	130,16
OWQ7511	P300112440	02/04/2026	7455-0	130,16
SYN4H05	P300112441	02/04/2026	7455-0	130,16
OPG4I50	P300112467	02/04/2026	7463-0	195,23
HOF8E05	P300112442	02/04/2026	7455-0	130,16
HNX1855	P300112443	02/04/2026	7455-0	130,16
SYL5B45	P300112444	02/04/2026	7455-0	130,16
HHF6649	P300112445	02/04/2026	6050-3	293,47
PZZ3270	AG08784921	05/04/2026	5460-0	130,16
EZA7C44	AG08785641	05/04/2026	5541-3	195,23
DBI1E11	AG08785646	05/04/2026	5550-0	130,16
EYX0E43	AG08785648	05/04/2026	5550-0	130,16
OLR7H08	AG08785650	05/04/2026	5541-7	195,23
HDW9D00	AG08785651	05/04/2026	5541-7	195,23
NUF1A10	AG08785654	05/04/2026	5541-7	195,23
PYL1I05	AG08783356	06/04/2026	5185-1	195,23
HHD6563	AG08785261	06/04/2026	5452-6	195,23
TEN6F69	AG08785264	06/04/2026	5541-4	195,23
OOW8A70	AG08785179	06/04/2026	5541-2	195,23
PYL8803	AG08784245	06/04/2026	5207-0	88,38
HKV2046	AG08785180	06/04/2026	5541-2	195,23
PVO0I09	AG08785282	06/04/2026	5541-2	195,23
PVO0I09	AG08785283	06/04/2026	5541-2	195,23
HJT0326	AG08785285	06/04/2026	5541-2	195,23
HMT3G80	AG08785288	06/04/2026	5541-2	195,23
ENF5180	AG08785289	06/04/2026	5541-2	195,23
DMC5178	AG08785291	06/04/2026	5541-2	195,23
FFD0B65	AG08785297	06/04/2026	5541-2	195,23
HEM1C59	AG08785299	06/04/2026	5541-2	195,23
DYF5D35	AG08785300	06/04/2026	5541-2	195,23
PXH0F73	AG08783712	06/04/2026	5550-0	130,16

PYW3191	AG08785702	06/04/2026	5541-2	195,23
DVB4G97	AG08785703	06/04/2026	5541-2	195,23
HEZ1J26	AG08783383	06/04/2026	5460-0	130,16
QPC8H04	AG08785707	06/04/2026	5541-2	195,23
PYO5D88	AG08785709	06/04/2026	5541-2	195,23
CPB2346	AG08785710	06/04/2026	5541-2	195,23
PZA6472	AG08785712	06/04/2026	5541-2	195,23
AXA5E57	AG08785715	06/04/2026	5541-2	195,23
QMY1J42	AG08785716	06/04/2026	5541-2	195,23
ETH0E23	AG08785717	06/04/2026	5541-2	195,23
TCE0G37	AG08783778	06/04/2026	7340-0	130,16
HJT4279	AG08783779	06/04/2026	5185-1	195,23
JRY5J18	AG08784686	06/04/2026	5452-1	195,23
TCI3E62	AG08784823	06/04/2026	7633-1	293,47
EAB7C46	AG08784641	06/04/2026	5541-2	195,23
PVM9688	AG08785214	06/04/2026	7633-2	293,47
SYT6B63	AG08785216	06/04/2026	6017-4	293,47
OPV1D09	AG08785218	06/04/2026	7633-2	293,47
FOU2H46	AG08784210	06/04/2026	5835-0	195,23
HEF2363	AG08785657	06/04/2026	5541-7	195,23
GIR0E76	AG08785660	06/04/2026	5541-7	195,23
GSF1J74	AG08785765	06/04/2026	5541-7	195,23
PVE3721	AG08785772	06/04/2026	5452-6	195,23
TEQ7G22	AG08785773	06/04/2026	5452-6	195,23
PVE3721	AG08785774	06/04/2026	5452-6	195,23
EMK9729	AG08785775	06/04/2026	5550-0	130,16
FDL1515	AG08785776	06/04/2026	5550-0	130,16
RND5C88	AG08785777	06/04/2026	5550-0	130,16
QPN5E29	AG08785778	06/04/2026	5550-0	130,16
HBU5H55	AG08785780	06/04/2026	5550-0	130,16
EQW5144	AG08785842	06/04/2026	5525-0	130,16
QDV7I27	AG08784042	06/04/2026	5541-4	195,23
HHD1C15	AG08785848	06/04/2026	5525-0	130,16
EEP4627	AG08785852	06/04/2026	5185-1	195,23
HJA7A55	AG08785853	06/04/2026	5185-1	195,23
HOB9761	AG08785854	06/04/2026	5185-1	195,23
GRR1143	AG08785855	06/04/2026	5185-1	195,23
FFI9G49	AG08785858	06/04/2026	5185-1	195,23
HCM5458	AG08785859	06/04/2026	5185-1	195,23
RFL2C04	AG08785947	06/04/2026	5452-1	195,23
GYJ1841	AG08785949	06/04/2026	7293-0	130,16
GZO8498	AG08785950	06/04/2026	5452-1	195,23
BYP8A93	AG08785954	06/04/2026	5525-0	130,16
QMY1J44	AG08785957	06/04/2026	5452-2	195,23
KRY7G25	AG08785960	06/04/2026	5452-2	195,23
PWL4092	AG08786001	06/04/2026	5568-0	195,23
ESB9J74	AG08786002	06/04/2026	7340-0	130,16
NXZ9978	AG08785719	07/04/2026	5541-2	195,23
PPX1985	AG08785720	07/04/2026	5541-2	195,23
GXY7013	AG08785721	07/04/2026	5541-2	195,23
TDH2I69	AG08785722	07/04/2026	5541-2	195,23
PVJ1043	AG08785725	07/04/2026	5541-2	195,23
EYJ9C95	AG08785731	07/04/2026	5541-2	195,23
HJD8981	AG08785732	07/04/2026	5541-2	195,23
SHY5E42	AG08784461	07/04/2026	7633-1	293,47
DZJ3776	AG08785736	07/04/2026	5541-2	195,23
ENF0238	AG08785737	07/04/2026	5541-2	195,23
PZI9G16	AG08785738	07/04/2026	5541-2	195,23
FVM6119	AG08785739	07/04/2026	5541-2	195,23
OOW1846	AG08785740	07/04/2026	5541-2	195,23
SHJ7B64	AG08785781	07/04/2026	5541-2	195,23
DQI0B16	AG08785782	07/04/2026	5541-2	195,23
HNB9856	AG08785784	07/04/2026	5541-2	195,23
FVB9E06	AG08785786	07/04/2026	5541-2	195,23
HDO6195	AG08783713	07/04/2026	5460-0	130,16
JRY5J18	AG08784687	07/04/2026	5568-0	195,23
OQT6824	AG08784689	07/04/2026	7030-1	293,47
EVD4837	AG08783575	07/04/2026	5010-0	880,41
CKQ4010	AG08785182	07/04/2026	5185-1	195,23
RUP6G84	AG08785183	07/04/2026	7340-0	130,16
DUA6352	AG08785219	07/04/2026	5541-2	195,23
HBU5605	AG08785220	07/04/2026	5541-2	195,23
SIF7I34	AG08785741	07/04/2026	5541-2	195,23
PWL9417	AG08785742	07/04/2026	5541-2	195,23
QUM6B04	AG08785746	07/04/2026	5541-2	195,23
RFJ5J24	AG08784356	07/04/2026	6599-2	293,47
RVN1C83	AG08783958	07/04/2026	7633-1	293,47
OMF0H46	AG08785748	07/04/2026	5541-2	195,23
PUU4188	AG08785185	07/04/2026	5185-1	195,23
ORC2D01	AG08785749	07/04/2026	5541-2	195,23
DWD6I38	AG08785752	07/04/2026	5541-2	195,23
RVD6G11	AG08785753	07/04/2026	5541-2	195,23
TDU0F75	AG08785754	07/04/2026	5541-2	195,23
GNK5877	AG08785757	07/04/2026	5541-2	195,23
QOJ2B73	AG08785758	07/04/2026	5541-2	195,23
EMI4785	AG08785760	07/04/2026	5541-2	195,23
FJB7J98	AG08785801	07/04/2026	5541-2	195,23
QAP3E83	AG08785802	07/04/2026	5541-2	195,23
HDF1450	AG08785807	07/04/2026	5541-2	195,23

OPV1D09	AG08785809	07/04/2026	5541-2	195,23
BMS7695	AG08785810	07/04/2026	5541-2	195,23
GFT4F27	AG08785811	07/04/2026	5541-2	195,23
TYQ9B80	AG08785813	07/04/2026	5541-2	195,23
QXQ3J57	AG08785815	07/04/2026	5541-2	195,23
EIL3B52	AG08785816	07/04/2026	5541-2	195,23
RNG5G90	AG08784947	07/04/2026	5452-6	195,23
PVF8600	AG08783558	07/04/2026	7633-2	293,47
RMZ1F66	AG08785135	07/04/2026	5967-0	1467,35
CJH9582	AG08784247	07/04/2026	5010-0	880,41
SUL0F15	AG08786007	07/04/2026	5541-7	195,23
HNO9574	AG08786008	07/04/2026	5541-7	195,23
HJD8511	AG08786009	07/04/2026	5541-7	195,23
GZO1271	AG08786010	07/04/2026	5541-7	195,23
FVI0604	AG08786012	07/04/2026	5541-7	195,23
OXA5613	AG08786015	07/04/2026	5550-0	130,16
FMS6C41	AG08786016	07/04/2026	5550-0	130,16
RFY8F75	AG08786017	07/04/2026	5550-0	130,16
OLN7D82	AG08786142	07/04/2026	5550-0	130,16
CIU8C90	AG08786146	07/04/2026	5452-6	195,23
AYK2H68	AG08786149	07/04/2026	5452-6	195,23
SRJ0F05	AG08786150	07/04/2026	5452-6	195,23
RMG8D23	AG08786159	07/04/2026	6122-0	293,47
DZX0J18	AG08786181	07/04/2026	5541-3	195,23
SIG1D13	AG08786182	07/04/2026	5843-3	195,23
HJT2547	AG08786183	07/04/2026	5843-3	195,23
HAC5D20	AG08786187	07/04/2026	7684-2	130,16
AMW2D93	AG08786190	07/04/2026	7684-2	130,16
RTI2F18	AG08786194	07/04/2026	5568-0	195,23
DUN2022	AG08786195	07/04/2026	5525-0	130,16
HHD1C15	AG08786198	07/04/2026	5525-0	130,16
QXH5923	AG08786203	07/04/2026	5541-7	195,23
LCX4132	AG08786207	07/04/2026	5185-1	195,23
OXH5154	AG08783714	08/04/2026	5452-6	195,23
DSM7A29	AG08784462	08/04/2026	5452-1	195,23
HMV9867	AG08785268	08/04/2026	5568-0	195,23
QUI6450	AG08785269	08/04/2026	5452-2	195,23
HNB8504	AG08785270	08/04/2026	5541-4	195,23
SUW1E66	AG08783716	08/04/2026	5550-0	130,16
OWT3B41	AG08783385	08/04/2026	5550-0	130,16
OPL9229	AG08783386	08/04/2026	5550-0	130,16
RUI2C60	AG08784464	08/04/2026	7633-1	293,47
EYO8800	AG08785787	08/04/2026	5541-2	195,23
HLZ8625	AG08784465	08/04/2026	5509-0	130,16
QOZ4C47	AG08785788	08/04/2026	5541-2	195,23
OWO7072	AG08785789	08/04/2026	5541-2	195,23
GXY7013	AG08785790	08/04/2026	5541-2	195,23
OPE1530	AG08785791	08/04/2026	5541-2	195,23
QDO2A18	AG08785792	08/04/2026	5541-2	195,23
DEJ3J26	AG08785794	08/04/2026	5541-2	195,23
PYV3503	AG08785795	08/04/2026	5541-2	195,23
QXY1E49	AG08785796	08/04/2026	5541-2	195,23
QPE9387	AG08785797	08/04/2026	5541-2	195,23
GSU9393	AG08785798	08/04/2026	5541-2	195,23
FBT0D69	AG08785799	08/04/2026	5541-2	195,23
TCR3I64	AG08781727	08/04/2026	5509-0	130,16
RNK4C49	AG08784671	08/04/2026	6637-1	195,23
GJW7J80	AG08785800	08/04/2026	5541-2	195,23
SYP0D89	AG08785861	08/04/2026	5541-2	195,23
OQJ5E33	AG08785862	08/04/2026	5541-2	195,23
RNK4C49	AG08784672	08/04/2026	5207-0	88,38
SHZ5D12	AG08785863	08/04/2026	5541-2	195,23
TXB7I35	AG08785864	08/04/2026	5541-2	195,23
EMA4C34	AG08785865	08/04/2026	5541-2	195,23
FBL7G86	AG08785187	08/04/2026	5185-1	195,23
PZH4528	AG08785866	08/04/2026	5541-2	195,23
GXF5744	AG08785867	08/04/2026	5541-2	195,23
HJD8102	AG08785868	08/04/2026	5541-2	195,23
GIE0C10	AG08783717	08/04/2026	7633-1	293,47
FAA2F13	AG08785870	08/04/2026	5541-2	195,23
PWJ1915	AG08785871	08/04/2026	5541-2	195,23
FQW1B43	AG08785271	08/04/2026	7625-1	293,47
RMR3B88	AG08785872	08/04/2026	5541-2	195,23
DQQ4952	AG08785873	08/04/2026	5541-2	195,23
RTI9D58	AG08785874	08/04/2026	5541-2	195,23
HJD8A18	AG08785188	08/04/2026	5185-1	195,23
HJT1824	AG08785875	08/04/2026	5541-2	195,23
HHF6091	AG08785876	08/04/2026	5541-2	195,23
OPZ8777	AG08785877	08/04/2026	5541-2	195,23
LSF2G31	AG08785878	08/04/2026	5541-2	195,23
OXG3557	AG08785879	08/04/2026	5541-2	195,23
TDY3J56	AG08784824	08/04/2026	5185-1	195,23
DBV8592	AG08785361	08/04/2026	5541-1	195,23
OXG6072	AG08784825	08/04/2026	7633-1	293,47
FFH4I99	AG08785273	08/04/2026	5550-0	130,16
FYN8E42	AG08779927	08/04/2026	5550-0	130,16
RVF5E55	AG08779928	08/04/2026	5550-0	130,16
RTI7D97	AG08784827	08/04/2026	7633-1	293,47
RNF6H95	AG08779929	08/04/2026	5550-0	130,16

PXF3A88	AG08779930	08/04/2026	7633-1	293,47
FQW1B43	AG08784646	08/04/2026	7625-1	293,47
JRE2I55	AG08779931	08/04/2026	7633-1	293,47
ANS5130	AG08785822	08/04/2026	7633-2	293,47
FZR1F53	AG08785824	08/04/2026	7633-1	293,47
PGG4G02	AG08785825	08/04/2026	7633-2	293,47
HNY5I74	AG08785826	08/04/2026	7633-1	293,47
OPF7193	AG08785827	08/04/2026	5967-0	1467,35
QNE7731	AG08785828	08/04/2026	7633-2	293,47
SIZ8J27	AG08784499	08/04/2026	7633-1	293,47
EQH3H05	AG08784924	08/04/2026	5452-6	195,23
SHY3F12	AG08784926	08/04/2026	6068-1	195,23
RMV0A24	AG08785131	08/04/2026	5452-6	195,23
PVL7134	AG08785133	08/04/2026	5967-0	1467,35
HHD7635	AG08785134	08/04/2026	5967-0	1467,35
GRK5440	AG08785137	08/04/2026	7625-2	293,47
CZH5G23	AG08784212	08/04/2026	6050-2	293,47
LLT1D83	AG08784213	08/04/2026	6637-1	195,23
TDO4D41	AG08784214	08/04/2026	6637-1	195,23
TDJ1H67	AG08785138	08/04/2026	5967-0	1467,35
QCP1409	AG08785140	08/04/2026	7366-2	130,16
QCP1409	AG08785981	08/04/2026	7684-2	130,16
FAA9552	AG08783959	08/04/2026	5541-2	195,23
GQB4B60	AG08783960	08/04/2026	5541-2	195,23
PYU7H83	AG08785081	08/04/2026	5541-2	195,23
GTO2561	AG08785082	08/04/2026	5541-2	195,23
FPU2A78	AG08785083	08/04/2026	5541-2	195,23
HHK6B86	AG08785084	08/04/2026	5541-2	195,23
FVM6119	AG08785085	08/04/2026	5541-2	195,23
ODH4I60	AG08784954	08/04/2026	5185-1	195,23
RME3A49	AG08786209	08/04/2026	5541-7	195,23
QXT2A24	AG08786210	08/04/2026	5541-7	195,23
OPD6010	AG08786211	08/04/2026	5541-7	195,23
EMI9I64	AG08786212	08/04/2026	5541-7	195,23
RUA2E60	AG08786213	08/04/2026	5541-7	195,23
SIF3J08	AG08786214	08/04/2026	5541-7	195,23
RTY1A07	AG08786215	08/04/2026	5541-7	195,23
ORA2379	AG08786216	08/04/2026	5452-6	195,23
RBY5F00	AG08786217	08/04/2026	5452-6	195,23
RUN9G51	AG08786218	08/04/2026	5452-6	195,23
PZJ9197	AG08786220	08/04/2026	5550-0	130,16
SJF9E55	AG08786341	08/04/2026	5550-0	130,16
EPU2H58	AG08786342	08/04/2026	5550-0	130,16
RTR9D49	AG08786343	08/04/2026	5550-0	130,16
DIY5172	AG08786344	08/04/2026	5550-0	130,16
SYJ9A67	AG08786345	08/04/2026	5550-0	130,16
PXT3000	AG08786346	08/04/2026	5550-0	130,16
PXR1400	AG08786347	08/04/2026	5550-0	130,16
FBZ2861	AG08786349	08/04/2026	5185-1	195,23
NYD6J05	AG08786350	08/04/2026	5185-1	195,23
GWH5983	AG08786352	08/04/2026	5185-1	195,23
GWK3G28	AG08786353	08/04/2026	5185-1	195,23
HLM9951	AG08786354	08/04/2026	5185-1	195,23
GFK6H01	AG08786355	08/04/2026	5185-1	195,23
FNG7580	AG08786357	08/04/2026	5185-2	195,23
HDO6I03	AG08786358	08/04/2026	5185-1	195,23
PXF3A88	AG08786359	08/04/2026	5185-1	195,23
SVQ2C43	AG08786360	08/04/2026	5185-1	195,23
CQW4919	AG08786361	08/04/2026	5185-1	195,23
EBL0I77	AG08786362	08/04/2026	5185-1	195,23
HGD2C33	AG08786363	08/04/2026	5185-1	195,23
HJT1B72	AG08786364	08/04/2026	7633-1	293,47
UAB6A26	AG08786365	08/04/2026	7633-1	293,47
QOM8B56	AG08786366	08/04/2026	7633-1	293,47
TCV2E07	AG08786367	08/04/2026	7340-0	130,16
TYL5B50	AG08786368	08/04/2026	7340-0	130,16
TDB1A10	AG08786369	08/04/2026	7340-0	130,16
PUT2D92	AG08786370	08/04/2026	7633-1	293,47
RBY5F00	AG08786371	08/04/2026	5452-2	195,23
GFG7D08	AG08786372	08/04/2026	7633-1	293,47
SRX2F35	AG08784757	09/04/2026	5959-1	1467,35
QWT5D84	AG08783389	09/04/2026	5568-0	195,23
QOK7329	AG08783718	09/04/2026	5568-0	195,23
GEB7G89	AG08783719	09/04/2026	5568-0	195,23
LPV2768	AG08783720	09/04/2026	5541-7	195,23
EGL6H81	AG08784466	09/04/2026	5185-1	195,23
CVT3H61	AG08784467	09/04/2026	5185-1	195,23
BKK8536	AG08784468	09/04/2026	5185-1	195,23
ECU1A99	AG08784469	09/04/2026	5185-1	195,23
FDL5G33	AG08783390	09/04/2026	5452-1	195,23
ERZ2895	AG08785880	09/04/2026	5541-2	195,23
GXY7013	AG08785901	09/04/2026	5541-2	195,23
PZY5046	AG08784470	09/04/2026	7633-1	293,47
TDA2H42	AG08785903	09/04/2026	5541-2	195,23
QOH6B71	AG08785904	09/04/2026	5541-2	195,23
OLR4C82	AG08785905	09/04/2026	5541-2	195,23
GDK6E08	AG08785906	09/04/2026	5541-2	195,23
HLO0A66	AG08785907	09/04/2026	5541-2	195,23
GRK4190	AG08785908	09/04/2026	5541-2	195,23

RNE3C00	AG08785909	09/04/2026	5541-2	195,23
TKW5I66	AG08785910	09/04/2026	5541-2	195,23
QZW4J56	AG08785911	09/04/2026	5541-2	195,23
EGA3032	AG08785912	09/04/2026	5541-2	195,23
TEN2F45	AG08785914	09/04/2026	5541-2	195,23
RMR5D55	AG08785915	09/04/2026	5541-2	195,23
PYU7H83	AG08785916	09/04/2026	5541-2	195,23
FZN0G93	AG08785917	09/04/2026	5541-2	195,23
ORA7900	AG08785918	09/04/2026	5541-2	195,23
HNY7B19	AG08785919	09/04/2026	5541-2	195,23
OPF8C68	AG08785920	09/04/2026	5541-2	195,23
OQY9966	AG08785982	09/04/2026	5452-6	195,23
OWK4559	AG08785189	09/04/2026	5185-1	195,23
GRR1370	AG08785190	09/04/2026	5185-1	195,23
GBZ0B96	AG08786041	09/04/2026	5541-2	195,23
RFC0E11	AG08785983	09/04/2026	5509-0	130,16
OQL6829	AG08785661	09/04/2026	5452-6	195,23
HJD1789	AG08785662	09/04/2026	5452-1	195,23
OWI8J51	AG08785663	09/04/2026	7633-1	293,47
TCR2G66	AG08786042	09/04/2026	5541-2	195,23
HNO3485	AG08786043	09/04/2026	5541-2	195,23
FRC1J41	AG08786045	09/04/2026	5541-2	195,23
HHE0812	AG08786046	09/04/2026	5541-2	195,23
DIL2251	AG08786047	09/04/2026	5541-2	195,23
PRR4B28	AG08786048	09/04/2026	5541-2	195,23
RVV6H73	AG08786049	09/04/2026	5541-2	195,23
SVB4I77	AG08786050	09/04/2026	5541-2	195,23
UAA1C55	AG08783391	09/04/2026	5452-5	195,23
SIV6F19	AG08783393	09/04/2026	5452-5	195,23
FSU9B19	AG08785664	09/04/2026	5452-5	195,23
QMV5E46	AG08786051	09/04/2026	5541-2	195,23
PVY6610	AG08786052	09/04/2026	5541-2	195,23
RFI9C08	AG08786053	09/04/2026	5541-2	195,23
GFA1628	AG08786054	09/04/2026	5541-2	195,23
PFF8H79	AG08785276	09/04/2026	7633-1	293,47
TCV2D78	AG08786055	09/04/2026	5541-2	195,23
GYQ1I69	AG08786056	09/04/2026	5541-2	195,23
ETD9C10	AG08785192	09/04/2026	5185-1	195,23
GPM9299	AG08784692	09/04/2026	7366-2	130,16
CYI9983	AG08779935	09/04/2026	5452-1	195,23
HJD8148	AG08785829	09/04/2026	7633-1	293,47
NNX8A00	AG08785830	09/04/2026	7633-2	293,47
QQL5474	AG08785831	09/04/2026	5738-0	293,47
PWP9A26	AG08785832	09/04/2026	5568-0	195,23
BLY8F66	AG08784647	09/04/2026	5568-0	195,23
HJT2848	AG08785086	09/04/2026	5568-0	195,23
GEL1256	AG08785087	09/04/2026	5568-0	195,23
FSM2G50	AG08784828	09/04/2026	5738-0	293,47
FPY3F45	AG08785833	09/04/2026	5541-1	195,23
HJY9952	AG08784359	09/04/2026	5010-0	880,41
HJY9952	AG08784360	09/04/2026	6599-2	293,47
TCN3B29	AG08784927	09/04/2026	5452-1	195,23
HGD4J49	AG08784948	09/04/2026	7633-1	293,47
HOB9490	AG08784500	09/04/2026	5622-5	88,38
NTF9810	AG08784801	09/04/2026	5185-1	195,23
HMD1915	AG08784802	09/04/2026	6041-2	195,23
CHP1581	AG08784803	09/04/2026	5185-1	195,23
GWH6A05	AG08784804	09/04/2026	6025-0	293,47
QPU6298	AG08785984	09/04/2026	5541-7	195,23
ORA4235	AG08785985	09/04/2026	5452-6	195,23
DWR8I79	AG08784520	09/04/2026	5045-0	293,47
TXS0A04	AG08784217	09/04/2026	5835-0	195,23
TXS0A04	AG08784218	09/04/2026	5258-3	2934,70
TXS0A04	AG08784219	09/04/2026	6149-0	293,47
TXS0A04	AG08784220	09/04/2026	6394-4	293,47
AMG7J91	AG08784964	09/04/2026	6599-2	293,47
SHM1E08	AG08786021	09/04/2026	5010-0	880,41
AMG7J91	AG08784965	09/04/2026	6599-2	293,47
SHM1E08	AG08786022	09/04/2026	6637-2	195,23
TYO5E22	AG08784966	09/04/2026	5010-0	880,41
CUI2C71	AG08785987	09/04/2026	6017-4	293,47
GZG5C27	AG08784952	09/04/2026	5800-0	195,23
DSR3G29	AG08786376	09/04/2026	5541-2	195,23
QPC9H48	AG08786377	09/04/2026	5541-2	195,23
RFC3D46	AG08786378	09/04/2026	5541-2	195,23
HJD8739	AG08786379	09/04/2026	5541-2	195,23
RML8A52	AG08786380	09/04/2026	5541-2	195,23
PYB3133	AG08786382	09/04/2026	5541-2	195,23
EPK1327	AG08786383	09/04/2026	5541-2	195,23
PYS4G94	AG08786384	09/04/2026	5541-2	195,23
GFS0H28	AG08786386	09/04/2026	5541-2	195,23
TJY6I90	AG08786387	09/04/2026	5541-2	195,23
RNA4G72	AG08786388	09/04/2026	5541-2	195,23
RUO9J10	AG08786389	09/04/2026	5541-2	195,23
HGZ5C57	AG08786390	09/04/2026	5541-2	195,23
FVM0A61	AG08786391	09/04/2026	5541-2	195,23
TLA3B95	AG08786392	09/04/2026	5541-2	195,23
OXG3557	AG08786393	09/04/2026	5541-2	195,23
FXG2D25	AG08786394	09/04/2026	5541-2	195,23

QQG0C01	AG08786395	09/04/2026	5541-2	195,23
QNV3956	AG08786396	09/04/2026	5541-2	195,23
EPL2J08	AG08786397	09/04/2026	5541-2	195,23
SIL1C12	AG08786398	09/04/2026	5541-2	195,23
OPR4700	AG08786399	09/04/2026	5541-2	195,23
LTM2A00	AG08786400	09/04/2026	5541-2	195,23
NHJ4J44	AG08786421	09/04/2026	5541-2	195,23
TEO8D37	AG08786422	09/04/2026	5541-2	195,23
GCS1G88	AG08786423	09/04/2026	5541-2	195,23
QLO0G43	AG08786424	09/04/2026	5541-2	195,23
PYL0H57	AG08786425	09/04/2026	5541-2	195,23
EJU7G48	AG08786426	09/04/2026	5541-2	195,23
PXA6G34	AG08786427	09/04/2026	5541-2	195,23
DMF0823	AG08786428	09/04/2026	5541-2	195,23
RVR9I69	AG08786429	09/04/2026	5541-2	195,23
TXG3F00	AG08786430	09/04/2026	5541-2	195,23
QMX1A63	AG08786431	09/04/2026	5541-2	195,23
TWY9D87	AG08786432	09/04/2026	5541-2	195,23
HDF1453	AG08786433	09/04/2026	5541-2	195,23
TCY2E12	AG08786434	09/04/2026	5541-2	195,23
QOR3270	AG08786435	09/04/2026	5541-2	195,23
RNJ9E65	AG08786436	09/04/2026	5541-2	195,23
DQE9248	AG08786437	09/04/2026	5541-2	195,23
HLR8269	AG08786438	09/04/2026	5541-2	195,23
HDV6B39	AG08786439	09/04/2026	5541-2	195,23
HJR6E46	AG08786440	09/04/2026	5541-2	195,23
FQI5D98	AG08786441	09/04/2026	5541-2	195,23
HJR3D66	AG08786442	09/04/2026	5541-2	195,23
HHW1802	AG08786443	09/04/2026	5541-2	195,23
QPN0D93	AG08786444	09/04/2026	5541-2	195,23
QNG3I39	AG08786446	09/04/2026	5541-2	195,23
FVM6119	AG08786447	09/04/2026	5541-2	195,23
HAM7740	AG08786448	09/04/2026	5541-2	195,23
CIH9891	AG08786449	09/04/2026	5541-2	195,23
TXH2B32	AG08785381	10/04/2026	5010-0	880,41
TXH2B32	AG08785382	10/04/2026	5118-0	880,41
TXH2B32	AG08785383	10/04/2026	6637-2	195,23
TXH2B32	AG08785384	10/04/2026	5010-0	880,41
FNQ2706	AG08785921	10/04/2026	5460-0	130,16
QQD3549	AG08785665	10/04/2026	5568-0	195,23
RNL0G34	AG08785986	10/04/2026	7684-2	130,16
FAN6E66	AG08785193	10/04/2026	5185-1	195,23
HNG6945	AG08784471	10/04/2026	7633-1	293,47
DOD7312	AG08784472	10/04/2026	5185-1	195,23
DNT2501	AG08784473	10/04/2026	5185-1	195,23
EDU2B84	AG08784474	10/04/2026	5185-1	195,23
HEU9413	AG08784475	10/04/2026	5185-1	195,23
SYQ1I60	AG08785988	10/04/2026	7684-2	130,16
RNY1E92	AG08785989	10/04/2026	7684-2	130,16
RTE2J19	AG08785990	10/04/2026	7684-2	130,16
CPO5447	AG08784476	10/04/2026	7633-1	293,47
QNG3I39	AG08786057	10/04/2026	5541-2	195,23
HDT0F65	AG08786059	10/04/2026	5541-2	195,23
DBY1853	AG08786060	10/04/2026	5541-2	195,23
QUA2547	AG08785991	10/04/2026	5185-1	195,23
KYN4H58	AG08786121	10/04/2026	5541-2	195,23
SHC9G02	AG08786122	10/04/2026	5541-2	195,23
PUF1344	AG08786123	10/04/2026	5541-2	195,23
SIL1C10	AG08786124	10/04/2026	5541-2	195,23
HLE0982	AG08786125	10/04/2026	5541-2	195,23
HLY9H39	AG08786126	10/04/2026	5541-2	195,23
FXM7838	AG08786127	10/04/2026	5541-2	195,23
TDW8A15	AG08786128	10/04/2026	5541-2	195,23
FSB5B96	AG08786130	10/04/2026	5541-2	195,23
SHM6C98	AG08786131	10/04/2026	5541-2	195,23
HJT1213	AG08786132	10/04/2026	5541-2	195,23
RFO8B45	AG08786133	10/04/2026	5541-2	195,23
SYM2G41	AG08786134	10/04/2026	6122-0	293,47
RNB5J24	AG08786135	10/04/2026	6122-0	293,47
GKH6A55	AG08785197	10/04/2026	7633-1	293,47
RML8A52	AG08786136	10/04/2026	5541-2	195,23
TXJ4D39	AG08786137	10/04/2026	5541-2	195,23
QXV2D59	AG08786138	10/04/2026	5541-2	195,23
RMJ2E24	AG08786140	10/04/2026	5541-2	195,23
HBA8H78	AG08786261	10/04/2026	5541-2	195,23
GGZ6G67	AG08786262	10/04/2026	5541-2	195,23
IWZ9H20	AG08786263	10/04/2026	5541-2	195,23
RMS3I40	AG08786264	10/04/2026	5541-2	195,23
TEG1I80	AG08786265	10/04/2026	5541-2	195,23
DRH3906	AG08786267	10/04/2026	5541-2	195,23
QPC8H04	AG08786268	10/04/2026	5541-2	195,23
OOX2543	AG08786269	10/04/2026	5541-2	195,23
GFT4F27	AG08786270	10/04/2026	5541-2	195,23
EBC1C80	AG08786271	10/04/2026	5541-2	195,23
FZN5I95	AG08784928	10/04/2026	7633-2	293,47
SIR7E19	AG08784929	10/04/2026	5568-0	195,23
TYH4I02	AG08784950	10/04/2026	6050-1	293,47
FSS9J94	AG08784951	10/04/2026	5541-7	195,23
PXQ4287	AG08784953	10/04/2026	7633-1	293,47

BFG2B62	AG08784648	10/04/2026	5541-2	195,23
GRI7109	AG08784955	10/04/2026	5185-1	195,23
TXK4C43	AG08784649	10/04/2026	5541-2	195,23
DPA6J72	AG08784650	10/04/2026	5541-2	195,23
TEQ9F47	AG08785962	10/04/2026	7633-2	293,47
SYJ5H79	AG08785963	10/04/2026	7633-1	293,47
TCB8A75	AG08784930	10/04/2026	7633-2	293,47
HIB2A07	AG08784805	10/04/2026	7633-2	293,47
RMH4H51	AG08784829	10/04/2026	7633-1	293,47
EEP1G69	AG08784830	10/04/2026	5185-1	195,23
UDU2F77	AG08784831	10/04/2026	5452-6	195,23
PLE3I07	AG08783576	10/04/2026	5479-0	130,16
HNQ5H75	AG08784832	10/04/2026	5452-6	195,23
TDJ2B44	AG08784956	10/04/2026	5720-0	195,23
FCK3D96	AG08785835	10/04/2026	7633-1	293,47
HHU5290	AG08785836	10/04/2026	7633-2	293,47
ASH5D36	AG08785997	10/04/2026	5185-2	195,23
HJN9446	AG08784049	10/04/2026	5541-4	195,23
RFZ8J81	AG08786450	10/04/2026	7633-1	293,47
SYP6B70	AG08786451	10/04/2026	7633-1	293,47
TYB2D54	AG08786452	10/04/2026	7633-1	293,47
HHP1B22	AG08786453	10/04/2026	7633-1	293,47
DGU0405	AG08786454	10/04/2026	5185-1	195,23
TYR3A44	AG08786455	10/04/2026	5185-1	195,23
RNQ3E27	AG08786456	10/04/2026	5185-1	195,23
FUY3J45	AG08786458	10/04/2026	5185-1	195,23
GSP1D52	AG08786459	10/04/2026	5185-1	195,23
FMA6B06	AG08786460	10/04/2026	5185-1	195,23
QOR6540	AG08786461	10/04/2026	5185-1	195,23
RFH0J50	AG08786462	10/04/2026	5185-1	195,23
FHL1I30	AG08786463	10/04/2026	5185-1	195,23
RMJ3I55	AG08786464	10/04/2026	5185-1	195,23
PUG0C35	AG08786465	10/04/2026	5185-1	195,23
OQN7913	AG08786466	10/04/2026	5185-1	195,23
GCS1F95	AG08786467	10/04/2026	5185-1	195,23
SYL3D44	AG08786468	10/04/2026	5541-7	195,23
GTN4E63	AG08786469	10/04/2026	5541-1	195,23
QXE2947	AG08786470	10/04/2026	5541-7	195,23
SYJ1C36	AG08786472	10/04/2026	7340-0	130,16
EWX5C95	AG08786474	10/04/2026	5185-1	195,23
FLJ4659	AG08786475	10/04/2026	5185-1	195,23
IXG6482	AG08786476	10/04/2026	5185-1	195,23
EYV7H01	AG08786477	10/04/2026	5185-1	195,23
HOB8D97	AG08786478	10/04/2026	5185-1	195,23
EAL8075	AG08786479	10/04/2026	5185-1	195,23
HOB9909	AG08786480	10/04/2026	5185-1	195,23
ENA2I28	AG08786481	10/04/2026	5185-1	195,23
ERT9E04	AG08786482	10/04/2026	5185-1	195,23
HAR3062	AG08786483	10/04/2026	5185-1	195,23
HMY1A39	AG08786484	10/04/2026	5185-1	195,23
OLO6351	AG08786485	10/04/2026	5185-1	195,23
SIS7B74	AG08786486	10/04/2026	5185-1	195,23
GXF3J35	AG08786487	10/04/2026	5185-1	195,23
ORA5B79	AG08786488	10/04/2026	5185-1	195,23
QNO1C10	AG08786489	10/04/2026	5185-1	195,23
DFN7F06	AG08786491	10/04/2026	5185-1	195,23
HHD9G50	AG08786492	10/04/2026	7340-0	130,16
FCD8E34	AG08785385	11/04/2026	6599-2	293,47
RTA7C97	AG08785386	11/04/2026	5010-0	880,41
TBZ4A76	AG08784673	11/04/2026	5967-0	1467,35
RVV9G36	AG08785923	11/04/2026	5622-1	88,38
FIG9I50	AG08785614	11/04/2026	5541-2	195,23
SJG1B34	AG08785615	11/04/2026	5541-2	195,23
HAM8B92	AG08785616	11/04/2026	5541-2	195,23
FDV3F38	AG08785617	11/04/2026	5541-2	195,23
HBN4531	AG08785618	11/04/2026	5541-2	195,23
FLE3248	AG08785619	11/04/2026	5541-2	195,23
ECI7G57	AG08785620	11/04/2026	5541-2	195,23
MRV6253	AG08785681	11/04/2026	5541-2	195,23
OQV4J08	AG08785683	11/04/2026	5541-2	195,23
TYA9J81	AG08785685	11/04/2026	5541-2	195,23
TDS5B91	AG08785686	11/04/2026	5541-2	195,23
HGB6252	AG08785687	11/04/2026	5541-2	195,23
PVQ7H63	AG08785688	11/04/2026	5541-2	195,23
RHD0F96	AG08785689	11/04/2026	5541-2	195,23
HBU5G39	AG08785690	11/04/2026	5541-2	195,23
OQW0H66	AG08785691	11/04/2026	5541-2	195,23
TYG9C60	AG08785692	11/04/2026	5541-2	195,23
PYO5D88	AG08785693	11/04/2026	5541-2	195,23
RET2J56	AG08785694	11/04/2026	5541-2	195,23
FZY1H08	AG08785696	11/04/2026	5541-2	195,23
EFB8D81	AG08785697	11/04/2026	5541-2	195,23
QWV6606	AG08785699	11/04/2026	5541-2	195,23
EUV2E00	AG08785700	11/04/2026	5541-2	195,23
OQJ6565	AG08786401	11/04/2026	5541-2	195,23
SIH3G29	AG08786402	11/04/2026	5541-2	195,23
RNB4E94	AG08786403	11/04/2026	5541-2	195,23
RUQ6H24	AG08785924	11/04/2026	7633-1	293,47
QWV6H91	AG08785925	11/04/2026	7625-1	293,47

RTC7E38	AG08785926	11/04/2026	7340-0	130,16
HFK6503	AG08785927	11/04/2026	5452-2	195,23
TJB3E55	AG08784968	11/04/2026	5169-2	2934,70
TJB3E55	AG08784969	11/04/2026	5010-0	880,41
MIF6C92	AG08786023	11/04/2026	7340-0	130,16
TJB3E55	AG08784970	11/04/2026	5274-1	2934,70
FNT2F76	AG08784675	11/04/2026	7633-2	293,47
DFZ9C32	AG08785928	11/04/2026	7633-1	293,47
PWV2552	AG08785929	11/04/2026	7633-1	293,47
PXH4D64	AG08785993	11/04/2026	6068-1	195,23
FQZ9J64	AG08785995	11/04/2026	5819-1	880,41
DEE8259	AG08785996	11/04/2026	5452-2	195,23
SHD5I70	AG08786000	11/04/2026	5967-0	1467,35
ERS9522	AG08786241	11/04/2026	5541-3	195,23
FEE2D78	AG08786272	11/04/2026	7625-2	293,47
TXZ6I96	AG08786243	11/04/2026	6050-3	293,47
TDU4B49	AG08786245	11/04/2026	7684-2	130,16
RNK4C49	AG08784676	12/04/2026	6637-1	195,23
HDG7F73	AG08784759	12/04/2026	7030-1	293,47
TXF1B21	AG08784760	12/04/2026	5010-0	880,41
FQW1H66	AG08785461	12/04/2026	5282-0	1467,35
EOK8459	AG08784971	12/04/2026	5010-0	880,41
RTF7C91	AG08786494	12/04/2026	5550-0	130,16
RVX1H17	AG08786497	12/04/2026	5452-6	195,23
RVX1H17	AG08786498	12/04/2026	7293-0	130,16
FZG3C07	AG08786499	12/04/2026	7293-0	130,16
FZG3C07	AG08786500	12/04/2026	5452-6	195,23
TDS1H70	AG08786521	12/04/2026	5550-0	130,16
QXN7900	AG08786522	12/04/2026	5452-2	195,23
PXD0705	AG08785930	13/04/2026	6017-5	293,47
FTT8A59	AG08785931	13/04/2026	5541-4	195,23
DIB1534	AG08785932	13/04/2026	5541-4	195,23
EWS3E38	AG08781728	13/04/2026	5185-1	195,23
HAB4188	AG08781729	13/04/2026	5185-1	195,23
NYA7919	AG08781730	13/04/2026	5185-1	195,23
DVA6708	AG08781731	13/04/2026	5185-1	195,23
FBC9C55	AG08781732	13/04/2026	5452-6	195,23
HNO7549	AG08781733	13/04/2026	5452-6	195,23
GXF8882	AG08781734	13/04/2026	5452-6	195,23
OLP8G63	AG08786273	13/04/2026	5541-2	195,23
PZY0777	AG08781735	13/04/2026	5185-1	195,23
PVH2018	AG08786274	13/04/2026	5541-2	195,23
GXY7013	AG08786275	13/04/2026	5541-2	195,23
HNV3027	AG08786276	13/04/2026	5541-2	195,23
OWW1C94	AG08786277	13/04/2026	5541-2	195,23
DOC8A23	AG08786278	13/04/2026	5541-2	195,23
QPR8J70	AG08786279	13/04/2026	5541-2	195,23
TYA8H25	AG08786280	13/04/2026	5541-2	195,23
PYX6183	AG08786281	13/04/2026	5541-2	195,23
EWM2A86	AG08786282	13/04/2026	5541-2	195,23
TEN2F45	AG08786283	13/04/2026	5541-2	195,23
DHX4298	AG08786284	13/04/2026	5541-2	195,23
DZV6465	AG08786285	13/04/2026	5541-2	195,23
HJI0089	AG08786286	13/04/2026	5541-2	195,23
UAA7E81	AG08786287	13/04/2026	5541-2	195,23
DST6815	AG08786288	13/04/2026	5541-2	195,23
QDO2A18	AG08786289	13/04/2026	5541-2	195,23
FXG2D25	AG08786290	13/04/2026	5541-2	195,23
SVB4I77	AG08786291	13/04/2026	5541-2	195,23
FVF8B07	AG08786292	13/04/2026	5541-2	195,23
FXO9A14	AG08785668	13/04/2026	5550-0	130,16
EUV2E00	AG08786293	13/04/2026	5541-2	195,23
OOW1846	AG08786294	13/04/2026	5541-2	195,23
PYI4D20	AG08786295	13/04/2026	5541-2	195,23
TES5D04	AG08785669	13/04/2026	5550-0	130,16
SIM0F43	AG08785670	13/04/2026	5550-0	130,16
HAV9353	AG08786296	13/04/2026	5541-2	195,23
OQR6330	AG08786298	13/04/2026	5541-2	195,23
RUD6C37	AG08786299	13/04/2026	5541-2	195,23
TLE7F82	AG08786300	13/04/2026	5541-2	195,23
FOP7H59	AG08786581	13/04/2026	5541-2	195,23
AJC6879	AG08786582	13/04/2026	5541-2	195,23
GZJ5I83	AG08786583	13/04/2026	5541-2	195,23
FDU1H84	AG08786584	13/04/2026	5541-2	195,23
QOF3306	AG08786585	13/04/2026	5541-2	195,23
AXA5E57	AG08786586	13/04/2026	5541-2	195,23
SEP2F94	AG08786587	13/04/2026	5541-2	195,23
QAI5D60	AG08786588	13/04/2026	5541-2	195,23
QAH6113	AG08786589	13/04/2026	5541-2	195,23
ERU9258	AG08784651	13/04/2026	5452-1	195,23
GRK8I29	AG08785837	13/04/2026	5541-2	195,23
OWY3J82	AG08785838	13/04/2026	5541-2	195,23
SHC9J14	AG08785839	13/04/2026	5541-2	195,23
QND9946	AG08785936	13/04/2026	5452-1	195,23
EQV4112	AG08784833	13/04/2026	7633-1	293,47
HJT1H45	AG08785089	13/04/2026	5185-2	195,23
SJA2C08	AG08784834	13/04/2026	7340-0	130,16
EOW3H61	AG08785090	13/04/2026	7684-2	130,16
OPN6C47	AG08786161	13/04/2026	5541-2	195,23

QXQ1E89	AG08786162	13/04/2026	5541-2	195,23
HCM4B78	AG08786163	13/04/2026	5541-2	195,23
FAJ0F17	AG08786164	13/04/2026	5541-2	195,23
TJQ3A05	AG08786165	13/04/2026	5541-2	195,23
TCZ8C39	AG08786166	13/04/2026	5541-2	195,23
OUM1A53	AG08786167	13/04/2026	5541-2	195,23
RFA8E95	AG08786168	13/04/2026	5541-2	195,23
AMK4J28	AG08786169	13/04/2026	5541-2	195,23
RML8A52	AG08786170	13/04/2026	5541-2	195,23
ORC2D01	AG08786171	13/04/2026	5541-2	195,23
KWL4853	AG08786172	13/04/2026	5541-2	195,23
FCO3J02	AG08786174	13/04/2026	5541-2	195,23
CWE9H76	AG08786175	13/04/2026	5541-2	195,23
EMJ0C39	AG08786177	13/04/2026	5541-2	195,23
TXJ9I19	AG08786178	13/04/2026	5541-2	195,23
RFJ0I51	AG08786179	13/04/2026	5541-2	195,23
SCQ0H14	AG08786180	13/04/2026	5541-2	195,23
TEY2J21	AG08786621	13/04/2026	5541-2	195,23
RVG4J11	AG08786622	13/04/2026	5541-2	195,23
QPV0G21	AG08786623	13/04/2026	5541-2	195,23
RTY0E37	AG08786624	13/04/2026	5541-2	195,23
PXF3603	AG08786625	13/04/2026	5541-2	195,23
QPH3D65	AG08786626	13/04/2026	5541-2	195,23
RMM8H43	AG08786627	13/04/2026	5541-2	195,23
RFS5I06	AG08786628	13/04/2026	5541-2	195,23
RNJ2E33	AG08786629	13/04/2026	5541-2	195,23
SYW8J24	AG08786630	13/04/2026	5541-2	195,23
RVJ0D36	AG08786632	13/04/2026	5541-2	195,23
SYL3D64	AG08786633	13/04/2026	5541-2	195,23
PVQ2G25	AG08786634	13/04/2026	5541-2	195,23
FFU5D50	AG08786635	13/04/2026	5541-2	195,23
HGZ5C57	AG08786636	13/04/2026	5541-2	195,23
SHY2H56	AG08786637	13/04/2026	5541-2	195,23
PYK9B09	AG08786638	13/04/2026	5541-2	195,23
RVW9F23	AG08784931	13/04/2026	5452-6	195,23
QNV4H90	AG08784957	13/04/2026	6637-2	195,23
SYN6A36	AG08784958	13/04/2026	5681-0	88,38
CTX4709	AG08786523	13/04/2026	5550-0	130,16
GOM4402	AG08786524	13/04/2026	5550-0	130,16
PZN2G30	AG08786525	13/04/2026	7625-1	293,47
PZN2G30	AG08786526	13/04/2026	7293-0	130,16
FXN5F21	AG08786527	13/04/2026	5541-7	195,23
OQB9G32	AG08786528	13/04/2026	5541-7	195,23
RTV5F16	AG08786529	13/04/2026	5541-7	195,23
EYL5C31	AG08786530	13/04/2026	5525-0	130,16
QMR2G88	AG08786531	13/04/2026	5541-7	195,23
RVG4J11	AG08786534	13/04/2026	6122-0	293,47
DEX8825	AG08785937	14/04/2026	5541-4	195,23
DIA8920	AG08785671	14/04/2026	5452-6	195,23
QQQ3J97	AG08785938	14/04/2026	5541-4	195,23
AXA3F88	AG08785672	14/04/2026	5568-0	195,23
QMZ8H98	AG08786590	14/04/2026	5541-2	195,23
SHY5E34	AG08786591	14/04/2026	5541-2	195,23
QXY1E49	AG08786592	14/04/2026	5541-2	195,23
GXU4546	AG08786593	14/04/2026	5541-2	195,23
OOW1846	AG08786594	14/04/2026	5541-2	195,23
QUM6B04	AG08786595	14/04/2026	5541-2	195,23
OMH2015	AG08786804	14/04/2026	5550-0	130,16
QQA3B91	AG08785095	14/04/2026	5541-2	195,23
QOB0432	AG08786661	14/04/2026	7633-1	293,47
QNS6034	AG08786662	14/04/2026	7633-1	293,47
RFY8F75	AG08786663	14/04/2026	7633-1	293,47
EZL7H26	AG08786664	14/04/2026	5452-1	195,23
QUJ5978	AG08786535	14/04/2026	5541-7	195,23
QUC5E61	AG08786536	14/04/2026	5541-7	195,23
EPZ5I98	AG08786537	14/04/2026	5185-1	195,23
QPG0I18	AG08786539	14/04/2026	5185-1	195,23
QPC2H99	AG08786540	14/04/2026	5185-1	195,23
TCP6F85	AG08786801	14/04/2026	5185-1	195,23
DLA9149	AG08786802	14/04/2026	5185-1	195,23
RND9C48	AG08786803	14/04/2026	5550-0	130,16
PZX8810	AG08785094	14/04/2026	5541-2	195,23
DVD9D40	AG08786806	14/04/2026	5550-0	130,16
HLR5360	AG08784051	14/04/2026	5568-0	195,23
OMA3947	AG08786807	14/04/2026	5550-0	130,16
SWI7B20	AG08786809	14/04/2026	7293-0	130,16
OQR6330	AG08786810	14/04/2026	5550-0	130,16
SWI7B20	AG08786811	14/04/2026	7293-0	130,16
BWY5A64	AG08786813	14/04/2026	5541-1	195,23
GHY1B62	AG08786814	14/04/2026	5568-0	195,23
GHY1B62	AG08786815	14/04/2026	5452-1	195,23
GHY1B62	AG08786816	14/04/2026	7293-0	130,16
PYJ8057	AG08786818	14/04/2026	5622-5	88,38
DRU3375	AG08786819	14/04/2026	5452-2	195,23
FLH3C69	AG08786640	14/04/2026	7633-1	293,47
IXK3373	AG08786597	14/04/2026	5541-2	195,23
DNU3A86	AG08786598	14/04/2026	5541-2	195,23
QND1212	AG08786600	14/04/2026	5541-2	195,23
RVH4B24	AG08786721	14/04/2026	5541-2	195,23

ETH0E23	AG08786722	14/04/2026	5541-2	195,23
TYF0H98	AG08786723	14/04/2026	5541-2	195,23
CXI3G95	AG08786724	14/04/2026	5541-2	195,23
FQF2I44	AG08784693	14/04/2026	5541-4	195,23
BQD9D08	AG08784694	14/04/2026	5568-0	195,23
LMS3J44	AG08784695	14/04/2026	5452-1	195,23
OQE7473	AG08784479	14/04/2026	5541-1	195,23
RUP4D60	AG08785939	14/04/2026	5541-1	195,23
QOL5655	AG08786639	14/04/2026	7633-2	293,47
SIO4E92	AG08786596	14/04/2026	5541-2	195,23
TEN4D60	AG08784836	14/04/2026	7633-1	293,47
RUM8E16	AG08784652	14/04/2026	5541-1	195,23
DBM7F33	AG08784806	14/04/2026	5185-1	195,23
GIU9C75	AG08784808	14/04/2026	5550-0	130,16
RMU0A34	AG08784810	14/04/2026	5550-0	130,16
HCM4611	AG08784811	14/04/2026	5568-0	195,23
QUN9H59	AG08784932	14/04/2026	5452-6	195,23
QQV4F11	AG08784248	14/04/2026	5274-2	2934,70
QQV4F11	AG08784249	14/04/2026	5215-1	293,47
QQV4F11	AG08784250	14/04/2026	5274-1	2934,70
CYX9348	AG08785198	14/04/2026	5525-0	130,16
OQC2H71	AG08786726	14/04/2026	5746-3	130,16

Tipo de documento: NIP - Data da geração: 10 de agosto de 2026 - Total de registros: 1410

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade De Transito

Publicado por:
Leonardo Oliveira da Silva
Código Identificador:63EBCC63

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO DE REEQUILIBRIO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2025

Processo: nº 121/2025
Pregão Eletrônico: n°046/2025
Ata de Registro de Preços: nº 077/2025

Contratada: MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 28.157.903/0001-08

Objeto: O presente Termo tem por objeto:
Reequilíbrio econômico financeiro sobre os preços unitários dos itens constantes na Ata de Registro de Preços em epígrafe, fica reajustado o seguinte item:

MEGADEC	CUSTO INICIAL	PREÇO DE VENDA ATUAL	GANHO EM R$	GANHO EM %	CUSTO ATUAL	PREÇO DE VENDA PLEITEADO	GANHO EM R$	GANHO EM %
Feijão Carioca 1kg	R$ 6,37	R$ 7,88	R$1,51	23,70%	R$7,87	R$9,73	R$ 1,87	23,63%

Santa Bárbara, 12 de agosto de 2026

SIMONE DO ROSÁIRO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:E2F12655

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 070/2026

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Alteração Contratual**. Pregão Eletrônico nº 002/2026, Processo nº 225/2026, Contrato Administrativo nº 070/2026. **Objeto do Processo**: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, COM VEÍCULO PRÓPRIO DEVIDAMENTE CARACTERIZADO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS CONFIGURADOS E APTOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR COM MOTORISTAS DEVIDAMENTE HABILITADOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO POR 60 (SESSENTA) MESES, COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI E ITENS DE LIVRE PARTICIPAÇÃO. **Alteração (reequilíbrio):** Nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", combinado com o artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, altera-se o valor do serviço por intermédio do mencionado contrato, firmados mediante o Pregão Eletrônico nº 002/2026, em razão do **Reequilíbrio Econômico-Financeiro**, ficando da seguinte forma:

Cód.	Quantidade Remanescente (KM)	Descrição Parcial	Valor Atual	Valor Unitário Reequilibrado	Percentual do Reequilíbrio	Valor Total do Reequilíbrio
34144	42.737	SERVIÇO DE TRANSP. ESCOLAR 6A	R$ 3,820	R$ 3,901	2,120%	R$ 3.461,70
Valor Total do Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Contrato nº 070/2026						**R$ 3.461,70**

O valor total do Reequilíbrio Econômico-Financeiro está estimado em R$ 3.461,70 (três mil quatrocentos e sessenta e um reais e setenta centavos), correspondente ao acréscimo incidente sobre o valor atualizado do Contrato nº 070/2026, produzindo seus efeitos a partir de **01 de Agosto de 2026**.

Em favor do Contratado **DAVID PINTO SOCIEDADE LTDA.**

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG.

LUCAS CÂNDIDO OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Gerenciador do Contrato.

São Sebastião do Paraíso-MG, 10 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Sabrina Alves Lovo
Código Identificador:62279C8B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

Ata de Registro de Preços nº 249/2025
Pregão Eletrônico n.º 69/2025 – Processo n.º 139/2025

Partes: Município de Três Pontas/MG e 47.563.357 LEONARDO BATISTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 47.563.357/0001-41.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 249/2025, referente à registro de preços para a aquisição de ferragens em geral destinadas à manutenção preventiva e corretiva, visando atender às demandas operacionais das Secretarias solicitantes.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 249/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 11 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula 4.2 da Ata de Registro de Preços nº 249/2025, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
3	150	BR	52673	BARRA CHATA 1 1/2" X 1/4" BARRA 06 METROS	ARCELOR MITTAL	R$95,99	R$ 100,44
4	150	BR	52674	BARRA CHATA 1 X 1/8" BARRA 06 METROS	ARCELOR MITTAL	R$30,98	R$ 32,42
5	315	BR	3599	CANTONEIRA 3/4 X 3/16 - 06 METROS	GERDAU	R$103,70	R$ 108,51
6	515	BR	3974	CANTONEIRA 1 1/2" X 3/16" BARRA 06 METROS	GERDAU	R$134,99	R$ 141,25
7	400	BR	52637	CANTONEIRA 1 1/4" X 1/8" BARRA 06 METROS	ARCELOR MITTAL	R$75,20	R$ 78,69
8	315	BR	52676	CANTONEIRA 1 X 3/16" BARRA 06 METROS	ARCELOR MITTAL	R$86,99	R$ 91,03
10	415	BR	50982	CANTONEIRA 3/16" X 1 1/4" BARRA 06 METROS	ARCELOR MITTAL	R$109,98	R$ 115,08
12	115	UN	30506	CHAPA 20 GALVANIZADA 2MX1.20M	ARCELOR MITTAL	R$289,50	R$ 302,94
14	215	UN	19567	CHAPA PRETA 2.00X1.00 NO 14	CSN	R$314,00	R$ 328,57
16	430	UN	50797	COLUNA POP 10MM - 9X14CM 3MT	ARCELOR MITTAL	R$77,94	R$ 81,56
17	425	UN	50798	COLUNA POP 10MM - 9X14CM 4MT	ARCELOR MITTAL	R$91,80	R$ 96,06
18	430	UN	50799	COLUNA POP 8MM - 9X14CM 3MT	ARCELOR MITTAL	R$51,53	R$ 53,92
19	425	UN	50800	COLUNA POP 8MM - 9X14CM 4MT	ARCELOR MITTAL	R$68,50	R$ 71,68
24	353	BR	11691	FERRO CHATO 1 1/2X3/16 BARRA 06 METROS	ARCELOR MITTAL	R$81,98	R$ 85,78
28	125	BR	2294	FERRO LISO 1" BARRA 06 METROS	GERDAU	R$204,95	R$ 214,46
30	130	BR	52678	FERRO QUADRADO 3/16 BARRA 06 METROS	GERDAU	R$300,00	R$ 313,92
31	117	BR	7353	FERRO QUADRADO 3/8 BARRA 06 METROS	ARCELOR MITTAL	R$50,56	R$ 52,91
32	225	MT	53068	FERRO REDONDO 1" 1/2	ARCELOR MITTAL	R$51,38	R$ 53,76
36	300	BR	3373	METALON 30 X 50 - CHAPA 18.BARRA 06 METROS	ARCELOR MITTAL	R$105,20	R$ 110,08
64	45	BR	75949	VIGA I - 20" DE ALTURA - 30 CM DE LARGURA - 2,5 MM ESPESSURA - 10 M DE COMPRIMENTO	GERDAU	R$798,00	R$ 835,04

Data: 11 de julho de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:2CD84942

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

Ata de Registro de Preços nº 250/2025
Pregão Eletrônico n.º 69/2025 – Processo n.º 139/2025

Partes: Município de Três Pontas/MG e Eremaster Distribuidora de Ferragens e Ferramentas Ltda.**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.278.673/0001-18.

Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, referente à registro de preços para a aquisição de ferragens em geral destinadas à manutenção preventiva e corretiva, visando atender às demandas operacionais das Secretarias solicitantes.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 250/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 11 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula 4.2 da referida ata, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
26	250	BR	19570	FERRO CHATO 1 1/4X3/16 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 79,96	R$ 83,67
27	575	UN	1427	FERRO CONSTRUCAO 3/16' BR 12MT	ARCELOR	R$ 13,95	R$ 14,60
39	225	BR	52635	TUBO DE FERRO 1 1/4X1/8 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 216,61	R$ 226,66
40	115	BR	52636	TUBO DE FERRO 3/4X1/8 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 150,64	R$ 157,63
42	250	BR	25603	TUBO EM METALON 20X20 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 43,59	R$ 45,61
45	475	BR	11700	TUBO FERRO 1/2 - CHAPA 16 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 112,05	R$ 117,25
46	110	BR	44001	TUBO FERRO2 1/2" -CHAPA 16 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 257,54	R$ 269,49
48	125	BR	52687	TUBO FERRO 3 1/5 6 METROS.	ARCELOR	R$ 232,39	R$ 243,18
50	230	BR	52679	TUBO FERRO 3" PAREDE 2,65MM. 6 METROS.	ARCELOR	R$ 441,79	R$ 462,29
52	130	BR	52680	TUBO FERRO 3/8" 6 METROS.	ARCELOR	R$ 100,44	R$ 105,10
54	225	BR	3455	TUBO FERRO PRETO 3/4 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$52,49	R$ 54,93
57	225	BR	748	TUBO GALVANIZADO 1.1/4"BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$265,67	R$ 278,00
58	228	BR	745	TUBO GALVANIZADO 1/2".BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$132,04	R$ 138,17
63	125	BR	52688	TUDO FERRO 3 1/2" 6 METROS.	ARCELOR	R$227,95	R$ 238,53

Data: 11 de julho de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:DA59EE3D

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

Ata de Registro de Preços nº 251/2025
Pregão Eletrônico n.º 69/2025 – Processo n.º 139/2025

Partes: Município de Três Pontas/MG e EVF Comercio E Serviços Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 59.058.235/0001-87.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, referente à registro de preços para a aquisição de ferragens em geral destinadas à manutenção preventiva e corretiva, visando atender às demandas operacionais das Secretarias solicitantes.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 251/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 11 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula 4.2 da referida ata, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
1	700	MT	12141	ALAMBRADO EM TELA FIO 12X2"	BELGO CERCAS	R$37,12	R$ 38,84
2	700	MT	11978	ALAMBRADO EM TELA FIO 14X2"	BELGO CERCAS	R$29,40	R$ 30,76

Data: 11 de julho de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:EB338F79

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

Ata de Registro de Preços nº 252/2025
Pregão Eletrônico n.º 69/2025 – Processo n.º 139/2025

Partes: Município de Três Pontas/MG e Telafer Comercio de Telas e Ferragens Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.498.141/0001-06.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, referente à registro de preços para a aquisição de ferragens em geral destinadas à manutenção preventiva e corretiva, visando atender às demandas operacionais das Secretarias solicitantes.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 252/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 11 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula 4.2 da referida ata, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
9	115	BR	23164	CANTONEIRA 2 X 3/16" BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 185,00	R$ 193,59
11	125	BR	53070	CANTONEIRA 4" 1/4 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 500,00	R$ 523,21
13	202	UN	52266	CHAPA GROSSA DE ACO 3/16" ESPES.: 4,75 MM - TAM.: 1200 X 3000 - APROXIM. 38 KG/M2	ARCELOR	R$ 870,00	R$ 910,38
15	120	UN	15072	CHAPA XADREZ 3/16X3X1.20	ARCELOR	R$ 1.300,00	R$ 1.360,33

20	325	BR	11692	FERRO 1" X 12 CONSTRUÇÃO - 12 METROS	SINOBRAS	R$ 300,00	R$ 313,92
21	550	BR	3927	FERRO 1/2 CONSTRUÇÃO - 12 METROS	SINOBRAS	R$ 65,00	R$ 68,02
22	525	UN	3281	FERRO 1/4 CONSTRUÇÃO - 12 METROS	SINOBRAS	R$ 18,00	R$ 18,84
23	555	BR	4334	FERRO 3/8 CONSTRUÇÃO - 12 METROS	SINOBRAS	R$ 40,00	R$ 41,86
25	255	BR	53071	FERRO CHATO 1 1/4X1/4 BARRA 06 METROS	ARCELOR	R$ 80,00	R$ 83,71
29	150	BR	15043	FERRO LISO 1/2 BR 6MT	ARCELOR	R$ 60,00	R$ 62,78
33	250	BR	2107	METALON 20 X 30 - 06 METROS	SOUFER	R$ 56,00	R$ 58,60
34	400	BR	11698	METALON20X20-CHAPA 18 BARRA 06 METROS	SOUFER	R$ 44,00	R$ 46,04
35	400	BR	11699	METALON20X30-CHAPA 18 BARRA 06 METROS	SOUFER	R$ 60,00	R$ 62,78
37	700	M²	3378	TELA FIO 12 MALHA 2,5" "2,76mm) MALHA 2,5 POLEGADAS"	FERTELA	R$ 18,00	R$ 18,84
38	700	M²	53043	TELA FIO 14 MALHA 2,5"(2,76mm) - MALHA 2,5 POLEGADAS	FERTELA	R$ 15,00	R$ 15,70
65	78	BR	52691	VIGA I 10CM X 10MM 6 METROS.	ARCELOR	R$ 800,00	R$ 837,13

Data: 11 de julho de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:766072A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
CENTRO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASA-LAR

O **MUNICÍPIO DE ABAETÉ**, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Praça Dr. Amador Álvares nº 167, Centro, Abaeté-MG, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, no exercício das atribuições que lhe conferem a legislação vigente; **TORNA PÚBLICA** a abertura de **Processo Seletivo Público para Contratação para o exercício de função pública no** âmbito do Centro de Acolhimento Institucional da Criança e do Adolescente Casa-Lar, para as funções públicas constantes da Lei Complementar Municipal nº 136/2026 e demais normas aplicáveis.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1-**Do Objeto.** O presente Edital disciplina o processo seletivo simplificado destinado à seleção de candidatos para o exercício das funções públicas contidas na Lei Complementar nº 136/2026, para atuação no âmbito do Centro de Acolhimento Institucional da Criança e do Adolescente Casa-Lar instalada e mantida pelo Município de Abaeté, conforme disposto em lei.

1.2-**Do Edital.** O presente processo de seleção pública é regido por est edital e por seus anexos, publicações, avisos e atos complementares e eventuais retificações, sendo promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com publicação através do sítio eletrônico oficial: https://abaete.mg.gov.br/painel-de-concursos/
1.3-**Dos Anexos do Edital. Do Referencial.** São os anexos deste Edital, ANEXO I – Cronograma de Atividades, ANEXO II – Formulário de Requerimento de Inscrição e o ANEXO III – Formulário de Interposição de Recurso.

II – DA VIGÊNCIA DE PROCESSO SELETIVO

2.1-**Da Vigência do Processo Seletivo.** O processo seletivo público tem vigência de 24 (Vinte e quatro) meses, contados a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período para manutenção dos serviços públicos essenciais.

III – DA INSCRIÇÃO AO PROCESSO SELETIVO

3.1-**Dos Requisitos de Inscrição.** A inscrição far-se-á exclusivamente on-line, observados os prazos e condições previstos neste edital, sendo a exatidão dos dados fornecidos no ato de inscrição e o acompanhamento das publicações de integral responsabilidade do (a) candidato (a).

3.2-**Das Inscrições.** As inscrições serão efetuadas do preenchimento de formulário eletrônico no endereço e juntada de documentos probatórios, https://abaete.mg.gov.br/painel-de-concursos/ observados os dias e horários indicados no cronograma de prazos constante deste edital.
3.3-**Do Período de Inscrições.** As inscrições poderão ser feitas no período compreendido entre 14/08/2026 e até às 23h59min do dia 31/08/2026 exclusivamente através do sítio eletrônico https://abaete.mg.gov.br/painel-de-concursos/

3.4-**Do Resultado do Processo Seletivo.** O Município, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, fará publicar resultado do processo seletivo na forma e prazo contidos neste edital, com aprovados, classificados e desclassificados.

3.5-**Da Documentação Exigida na Inscrição.** Para inscrição ao processo seletivo público simplificado o (a) candidato (a) deve apresentar, além de idade mínima de 18 (Dezoito) anos:

Documento de identidade com foto e inscrição no CPF.

Comprovante de residência emitido há menos de 60 dias.

Certificado de reservista para candidato do sexo masculino.

Comprovante de votação no último pleito eleitoral.

Comprovante extrato carteira de trabalho.

Diploma de formação mínima exigida com o histórico escolar.

Registro no conselho de classe, quando exigido para o cargo.

Certidão negativa de distribuição de feitos criminais emitida pela Justiça Pública estadual e federal.

IV – DOS REQUISITOS DE SELEÇÃO

4.1-Do Critério de Seleção. O processo de seleção para as funções públicas far-se-á pelo critério misto de exigência documental, formação e de experiência profissional para o exercício das atividades previstas na Lei Complementar Municipal nº 136/2026.

4.2-**Dos Títulos e Documentos.** Os títulos e documentos que comprovem a experiência profissional do candidato deverão ser entregues **nos mesmos moldes da inscrição conforme o item 3 do presente Edital.**

4.3-**Da Etapa Classificatória.** A etapa em que consiste a comprovação de títulos e experiência profissional por tempo de serviço é de caráter classificatório, onde os candidatos serão classificados em ordem crescente conforme a pontuação.

4.4-**Da Análise Documental.** A comprovação de títulos e experiência profissional por tempo de Serviço compreende análise dos documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para realizar a classificação dos candidatos em até 100 (Cem) pontos.

4.5-**Da Pontuação.** A pontuação para Comprovação de Títulos e Experiência Profissional Por Tempo de Serviço, deverá ser avaliada conforme as seguintes tabelas:

FUNÇÃO 01 - PONTUAÇÃO FUNÇÃO COORDENADOR (A)			
Cursos e Experiências Profissionais		**Pontuação Por Título**	**Pontuação Máxima**
Ensino Superior		20,00	20,00
Pós-Graduação nas modalidades de Especialização, Mestrado ou Doutorado na Área Educação, Assistência Social ou Psicologia.		5,00	20,00
PONTUAÇÃO TOTAL		-	**40,00**
Experiência Profissional	**Forma de Comprovação**	**Pontuação (por semestre)**	**Pontuação Máxima**
Experiência profissional (remunerada) comprovada na área de atuação correspondente a função pretendida.	Registro em CTPS, Contrato de Trabalho (com início e fim), com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período trabalhado.	5,00	60,00
PONTUAÇÃO TOTAL	-	-	**100,00**

FUNÇÃO 02 - PONTUAÇÃO FUNÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL			
Cursos e Experiências Profissionais		**Pontuação Por Título**	**Pontuação Máxima**
Ensino Superior em Serviço Social e Inscrição CRESS		20,00	20,00
Pós-Graduação nas modalidades de Especialização, Mestrado ou Doutorado na Área de Assistência Social		5,00	20,00
PONTUAÇÃO TOTAL		-	**40,00**
Experiência Profissional	**Forma de Comprovação**	**Pontuação (por semestre)**	**Pontuação Máxima**
Experiência profissional (remunerada) comprovada na área de atuação correspondente a função pretendida.	Registro em CTPS, Contrato de Trabalho (com início e fim), com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período trabalhado.	5,00	60,00
PONTUAÇÃO TOTAL	-	-	**100,00**

FUNÇÃO 03 - PONTUAÇÃO FUNÇÃO PSICOLÓGO			
Cursos e Experiências Profissionais		**Pontuação Por Título**	**Pontuação Máxima**
Ensino Superior e Inscrição Ativa CRP		20,00	20,00
Pós-Graduação nas modalidades de Especialização, Mestrado ou Doutorado em Psicologia		5,00	20,00
PONTUAÇÃO TOTAL		-	**40,00**
Experiência Profissional	**Forma de Comprovação**	**Pontuação (por semestre)**	**Pontuação Máxima**
Experiência profissional (remunerada) comprovada na área de atuação correspondente a função pretendida.	Registro em CTPS, Contrato de Trabalho (com início e fim), com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período trabalhado.	5,00	60,00
PONTUAÇÃO TOTAL	-	-	**100,00**

FUNÇÃO 04 - PONTUAÇÃO FUNÇÃO DE EDUCADOR (A) SOCIAL			
Cursos e Experiências Profissionais		**Pontuação Por Título**	**Pontuação Máxima**
Ensino Médio		10,00	10,00
Graduação ou Pós-Graduação nas modalidades de Especialização, Mestrado ou Doutorado.		10,00	30,00
PONTUAÇÃO TOTAL		-	**40,00**
Experiência Profissional	**Forma de Comprovação**	**Pontuação (por semestre)**	**Pontuação Máxima**
Experiência profissional (remunerada) comprovada na área de atuação correspondente a função pretendida.	Registro em CTPS, Contrato de Trabalho (com início e fim), com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período trabalhado.	5,00	60,00
PONTUAÇÃO TOTAL	-	-	**100,00**

FUNÇÃO 05 – PONTUAÇÃO FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO SOCIAL			
Cursos e Experiências Profissionais		**Pontuação Por Título**	**Pontuação Máxima**
Ensino Fundamental		10,00	10,00
Ensino Médio		10,00	10,00
Ensino Superior e Pós-Graduação		10,00	20,00
PONTUAÇÃO TOTAL		-	**40,00**
Experiência Profissional	**Forma de Comprovação**	**Pontuação (por semestre)**	**Pontuação Máxima**
Experiência profissional (remunerada) comprovada na área de atuação correspondente a função pretendida.	Registro em CTPS, Contrato de Trabalho (com início e fim), com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período trabalhado.	5,00	60,00
PONTUAÇÃO TOTAL	-	-	**100,00**

FUNÇÃO 06 - PONTUAÇÃO FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Cursos e Experiências Profissionais		**Pontuação Por Título**	**Pontuação Máxima**
Ensino Fundamental		10,00	10,00
Ensino Médio		10,00	10,00
PONTUAÇÃO TOTAL		-	**20,00**
Experiência Profissional	**Forma de Comprovação**	**Pontuação (por semestre)**	**Pontuação Máxima**
Experiência profissional (remunerada) comprovada na área de atuação correspondente a função pretendida.	Registro em CTPS, Contrato de Trabalho (com início e fim), com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período trabalhado.	5,00	80,00
PONTUAÇÃO TOTAL	-	-	**100,00**

V – DOS RECURSOS

5.1-**Dos Recursos Administrativos.** Os recursos ao resultado do processo seletivo devem ser apresentados de forma escrita observando-se o disposto neste edital.

5.1.1-Os recursos em relação ao processo seletivo público simplificado devem estar fundamentados e apresentados no formulário próprio deste Edital – ANEXO III e apresentados de forma on-line, utilizando-se o mesmo link da inscrição, observando-se o prazo estipulado para o recurso.

5.1.2-Os recursos apresentados por outras vias além daquela determinada no item 5.1.1 ou além do prazo recursal não serão analisados.

5.1.3-Os Recursos serão analisados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com resposta escrita sobre a análise do recurso administrativo.

VI – DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

6.1-**Da Publicidade.** A Secretaria Municipal de Assistência Social fará publicar o resultado final do processo seletivo público simplificado com a classificação geral do (a) candidato (a) classificado (a) e dos aprovados, tanto do diário oficial de municípios (AMM) quanto no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal https://abaete.mg.gov.br/painel-de-concursos/ .

6.2-**Do Prazo de Validade.** O prazo de validade do processo seletivo público simplificado passa a fluir a partir da publicação do resultado final para todos os fins de direito.

VII – DA DESCLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

7.1-**Dos Critérios de Desclassificação.** O (a) candidato (a) será desclassificado do processo seletivo, se:

Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata.

Não for localizado em decorrência de apresentar telefone desatualizado, ou errôneo, ou ainda, endereço eletrônico incompleto ou incorreto.

Igualmente será desclassificado o candidato que não retornar, em até 48 horas, o e-mail enviado como tentativa de contato, quando não se obtiver sucesso na tentativa de contato telefônico.

Não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares.

Quando, após sua convocação para admissão, não comparecer ao local no prazo designado.

VIII – DA CONTRATAÇÃO E DO VÍNCULO DE TRABALHO

8.1-**Da Contratação.** O resultado do processo seletivo não gera direito à celebração de contrato, mas, havendo convocação, far-se-á celebrar contrata administrativo temporário, não estável, com os direitos derivados do vínculo temporário, na forma prevista na Lei Complementar nº 136/2026.

8.2-**Do Vínculo Previdenciário.** Os contratados na forma disposta neste edital estarão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) durante o período de contratação.

8.3-**Da Ausência de Vínculo Permanente.** Os (as) candidatos (as) aprovados e contratados no âmbito do Processo Seletivo para atuar na Casa-Lar não integrarão o quadro de servidores permanente do Poder Executivo Municipal.

8.4-**Das Condições do Exercício da Função Pública.** Os (as) contatados (as) para o exercício da função pública estarão vinculados durante o período de contratação devem observar o disposto na Lei Complementar nº136/2026 e às regras de direito administrativo aplicáveis.

8.5-**Da Remuneração e da Jornada.** A remuneração e a jornada previstas para o exercício das funções públicas objeto deste edital constam da Lei Complementar Municipal nº 136/2026, assegurando-se a revisão geral e anual de que trata o inciso X do art. da Constituição Federal.

IX – DA CONVOCAÇÃO

9.1–**Da Convocação.** A convocação para prestação de serviço temporário far-se-á sob critério da Administração Pública Municipal, observados o interesse, a necessidade e a conveniência do serviço público, devendo ser observada, rigorosamente, a classificação final obtida pelos candidatos.

9.2-**Do Prazo de Convocação.** O (a) candidato convocado (a) deve apresentar-se à Secretaria Municipal de Assistência Social no prazo máximo de 02 (Dois) dias úteis, a contar da convocação, para apresentação de documentos exigidos e posterior celebração de contrato administrativo.

9.3-**Do Não Atendimento da Convocação.** O (a) candidato (a) que não se apresentar na data, horário e local estabelecidos será considerado como **desistente** da vaga e, por consequência, determinar-se-á a exclusão do candidato do Processo Seletivo Simplificado, sendo vedada a reinclusão do candidato na fila de espera do processo seletivo.

9.4-**Da Ausência de Estabilidade.** Os contratos administrativos para o exercício de função pública não geram estabilidade e podem ser rescindidos unilateralmente a exclusivo critério do Município.

X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1-**Da Inexatidão de Informação ou Irregularidades.** A inexatidão de informações e ou a existência de irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, podem acarretar a nulidade da inscrição e a desclassificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

10.2-**Dos Esclarecimentos Adicionais.** Eventuais esclarecimentos adicionais podem ser prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social através do endereço eletrônico açãosocial@abaete.mg.gov.br ou pessoalmente no endereço sede da Secretaria Municipal de Assistência Social na Avenida Barão do Indaiá nº 612, Centro, Abaeté-MG.

10.3-O ato da inscrição implicará no conhecimento das instruções e legislação pertinente, bem como na aceitação expressa das condições deste processo seletivo público.

10.4-Integram o presente Edital os Anexos de I a III para todos os efeitos legais.

Abaeté, 12 de Agosto de 2026.

REPUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

ELISÂNGELA MARIA DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO I

EDITAL Nº 002/2026

PROCESSO SELETIVO PÚBLLICO SIMPLIFICADO

QUADRO FUNCIONAL DA UNIDADE CASALAR

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO

Data	Especificação
13/08/2026	Publicação de Edital.
14/08/2026 A 31/08/2026	Realização das inscrições dos candidatos
03/09/2026	Divulgação Resultado Parcial
04/09/2026 A 08/09/2026	Prazo de Interposição de Recursos
11/09/2026	Publicação do Resultado Final e Homologação

ANEXO II
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2026
FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

01-**Da Inscrição para o Exercício de Função Pública:**
O (a) candidato (a) abaixo indicado requer sua inscrição ao Processo Seletivo Público Simplificado nº 002/2026, para concorrer ao exercício da função pública descrita no item abaixo indicado:

OPÇÃO	FUNÇÃO PÚBLICA
01	Coordenador (a)
02	Assistente Social
03	Psicólogo (a)
04	Educador (a) Social
05	Auxiliar de Educação Social
06	Auxiliar de Serviços Gerais

02-**Dos Dados da Inscrição:**

Nome Completo	
Identidade	
CPF	
Endereço	
Contato	
E-mail	
PCD	( ) NÃO ( ) SIM
Escolaridade	

Declaração: Declaro, sob as penas da lei, que me responsabilizo pela veracidade das informações aqui prestadas e que atendo às condições exigidas para minha inscrição. Submeto-me as condições estabelecidas, as quais afirmo conhecer plenamente.

DATA	
ASSINATURA	

ANEXO III
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 002/2026
FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Nome do (a) Candidato (a)	
CPF nº	
Cargo Inscrição	
FUNDAMENTOS DO RECURSO	

DATA	
ASSINATURA	

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:23EF3089

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
MINUTA DE EDITAL E ANEXOS

Prefeitura Municipal de Biquinhas
Estado de Minas Gerais

EDITAL DE LICITAÇÃO 0032/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00084 Dispensa Nº: 000053

O Município de Biquinhas-MG , com endereço à Rua GOIAS, nº 986 , CNPJ nº 18.296.640/0001-56 , isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 00084**, na modalidade **Dispensa** nº **000053** do tipo **Menor Preço**, regido pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, e pelas demais condições fixadas neste Documento**.**

1 - DO OBJETO

1.1 - A Dispensa eletrônica tem como objeto a contratação de empresa especializada em monitoramento e rastreamento de veículos pertencentes à frota municipal, via sistema com tecnologia GPS/GSM/GPRS ou superior**.**

2 – CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – A dispensa eletrônica para contratação de empresa especializada em monitoramento e rastreamento de veículos pertencentes à frota municipal, via sistema com tecnologia GPS/GSM/GPRS ou superior , será realizada em sessão pública, conduzida pela Agente de Contratação , a Sra. Alane Rúbia Medeiros da Silva, designada pela Portaria específica de nº. 0073/2025. A Dispensa será realizada por meio da Internet, mediante condições de segurança-criptografia e autenticação, em todas as suas fases que serão realizadas nos dias **12 de agosto ao dia 17 de agosto de 2026**, na plataforma do site www.licitardigital.com.br

3 – LOCAL REQUISITANTE

Secretaria de Obras, Serviços e Transportes

4 – DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da dispensa eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

4.1.2 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Biquinhas, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.1.3 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes à dispensa eletrônica.

4.1.4 - A participação na dispensa eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.1.5 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.1.6 - A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.6.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.1.7 – A concorrência será ampla caso não haja proposta (s) de Micro empresas e/ou Empresas e Pequeno Porte, ou ainda nas condições previstas no Art. 49, II da Lei Complementar nº. 123/2006, uma vez que a repetição do processo pelo não comparecimento de empresas poderia ferir ao princípio da economicidade trazendo danos ao erário público.

4.2 – DAS RESTRIÇÕES

4.2.1 – não poderá participar da presente licitação a empresa:

4.2.2 – declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art.
156 da Lei Federal nº 14.133/21 e que não tenha restabelecido sua inidoneidade;

4.2.3 – com irregularidade decretada junto ao órgãos Municipal e Estadual;

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DO SEU PREENCHIMENTO

5.1 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.1.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.1.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.1.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.1.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.1.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.1.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
5.6.1.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
5.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
5.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8 – Os valores constantes na proposta deverão compreender todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a entrega dos produtos, objeto desta Licitação.
5.9 - A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da mesma.
5.10- O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.
5.11 - A proposta de preço deverá conter especificações detalhadas dos produtos, devendo conter preço unitário e total, e também o valor total da proposta.
5.12 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta apresentada.
5.13 - O prazo para a entrega dos produtos, objeto desta licitação, deverá ser imediata, considerando-se imediata a entrega efetuada em até 05 (cinco) dias da data de referência (ordem de fornecimento/compras).

6 – JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - Será considerado primeiro classificado na Cotação Eletrônica de Preços, aquele que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM, durante o período da cotação/lances.
6.2 - O primeiro classificado que atender às condições exigidas para Habilitação, terá o resultado adjudicado.

7 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A licitante declarada vencedora deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação:

7.1 - PROPOSTA COMERCIAL;

7.1.1 - A proposta deverá ser elaborada com base no Edital e seus Anexos, contendo as seguintes informações:
7.1.2 - Descrição detalhada do item, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência;
7.1.3 - Preços unitário e total do item;

7.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e de ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3 - REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF, devidamente atualizado;
c) certidão Negativa de Débito Trabalhistas - CNDT relativa à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, devidamente atualizada;
d) prova da quitação com a Fazenda Federal (Dívida com a União e Receita Federal do Brasil), ou certidão positiva com efeitos de negativa, abrangendo a certidão de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) dentro do prazo de validade;
e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
f) prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do fornecedor,relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.1 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no máximo a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão pública.

7.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão do licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação;

7.5 – DECLARAÇÕES:

a) Declaração expressa de que não emprega mão de obra de menor, assinada pelo representante legal da licitante.
b) Declaração Anexo IV do Edital.

7.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
7.5.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
7.5.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
7.5.3 - se a licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
7.5.4 - serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
7.6 - A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal ou trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
7.7 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.8 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal ou trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Agente de Contratação. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
7.9 - Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
7.10 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da Dispensa, exceto atestados de capacidade técnica, se exigidos.
7.11 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pela Agente de Contratação ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 12 inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
7.12 - Os documentos mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.
7.13 - A Agente de Contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação das licitantes, inclusive por meio do Sicaf (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores).
7.14 - A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.
7.15 - Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, a Presidenta, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos.
7.15.1 - Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor Licitações, situado na Rua Goiás, nº 986, Centro, Biquinhas – MG – CEP 35.621-000, no prazo estipulado pela Agente.

7.16 - O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados.
7.17 - Preencher formulário de orçamento constante no anexo III deste Edital.

8 – DO PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

8.1 - O proponente classificado em primeiro lugar, na fase de resultado do sistema, terá o prazo máximo e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, iniciando-se a partir do primeiro minuto após o fim do prazo de divulgação e envio de propostas, fixado no sistema Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).
8.2 - O envio incompleto dos documentos apresentados, ou o envio de documentos em desacordo com as exigências contidas no item anterior, acarretarão na inabilitação da empresa, mesmo que classificada em primeiro lugar.
8.2.1 - o não envio dos documentos no prazo citado acima, acarretará na desclassificação imediata, desclassificação que fará com que a Agente convoque o segundo classificado e assim, sucessivamente.

9 – DO PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após recebimento integral dos produtos e apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, por meio de transferência bancária ou cheque nominal.

10- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta cotação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas, implicará em desclassificação imediata do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
10.2 - As formas de cotação entre os licitantes concorrentes será no formato **"COM DISPUTA"**, onde dentro do período pré-estabelecido no item 2, deste Edital, os licitantes interessados através do sistema de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), encaminharão suas propostas, que serão analisadas e conferidas pela Agente de Contratação responsável.
10.3 - As normas que disciplinam esta disputa eletrônica serão sempre interpretadas à favor da ampliação da disputa entre os ofertantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação, e os casos não previstos por este Edital, serão decididos pela Agente de Contratação, juntamente com os membros que compõem a comissão.
10.4 - A participação do proponente no procedimento implica em sua aceitação aos termos deste Edital, e Legislação informada no preâmbulo do mesmo, os quais regulamentam este procedimento.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas inerentes à execução do objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação Orçamentária consignada no Orçamento Municipal sob a rubrica:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.07.01.15.122.0021.2033.33903900	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras, Serviços e Transportes Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

12.1 - A indicação de lances vencedores, classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública, constarão na Ata disponível no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

Biquinhas - MG, 11 de agosto de 2026.

ALANE RÚBIA MEDEIROS DA SILVA
Agente de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00084 Dispensa Nº: 000053

1. OBJETO:
A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada em monitoramento e rastreamento de veículos pertencentes à frota municipal, via sistema com tecnologia GPS/GSM/GPRS ou superior.

2. JUSTIFICATIVA:
A contratação decorre da necessidade de aprimorar os mecanismos de gestão, controle e fiscalização da frota oficial do Município, composta por veículos utilizados pelas diversas Secretarias Municipais no desempenho de atividades administrativas, operacionais e na prestação de serviços essenciais à população. Atualmente, o acompanhamento da utilização dos veículos é realizado, em grande parte, por meio de controles manuais, o que dificulta a obtenção de informações precisas sobre deslocamentos, rotas percorridas, tempo de utilização, quilometragem, locais de parada e demais indicadores necessários à gestão eficiente da frota.

A implantação de um sistema de rastreamento possibilitará o monitoramento contínuo dos veículos, permitindo o acompanhamento em tempo real de sua localização, histórico de trajetos, velocidade, tempo de funcionamento, paradas e demais informações operacionais, proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Além de fortalecer o controle administrativo, o sistema contribuirá significativamente para a segurança patrimonial, reduzindo os riscos de furtos, roubos, desvios e utilização indevida dos veículos oficiais, possibilitando a rápida localização em situações de emergência e oferecendo maior proteção aos servidores e usuários transportados.

Sob o aspecto da eficiência administrativa, a solução permitirá a otimização das rotas, redução de deslocamentos desnecessários, melhor planejamento das atividades, diminuição do consumo de combustível, controle da quilometragem efetivamente percorrida, racionalização dos custos de manutenção e ampliação da vida útil da frota, gerando ganhos operacionais e economia para a Administração Pública.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para modernizar a gestão da frota municipal, promovendo maior controle, segurança, economicidade, transparência e eficiência na utilização dos veículos oficiais, em consonância com os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e com os objetivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento das contratações, à obtenção da proposta mais vantajosa e à busca da eficiência na gestão dos recursos públicos.

3. ESTIMATIVA DE PREÇOS:

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação, a EQUIPE DE PLANEJAMENTO realizou o levantamento de mercado.

Para todos os itens elencados, foram considerados preços praticados em contratações similares de outros órgãos, onde os valores foram calculados conforme preços praticados contratações análogas feitas no site Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), conforme detalhado no mapa de preços. Também foram considerados preços praticados por fornecedores locais e regionais, e inseridos no processo licitatório e considerados para a média de preços.

O custo foi verificado após a realização das cotações, onde a equipe concluiu que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, para melhor atender os importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a contratação.

4. DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo dos produtos, mediante a emissão da Nota Fiscal Eletrônica/Fatura, mediante cheque nominal à contratada ou por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

Como requisitos mínimos, a empresa contratada deverá:

I – Fornecer, instalar, configurar, ativar e manter em pleno funcionamento os equipamentos de rastreamento veicular, em regime de comodato, cessão de uso ou outra modalidade que não implique aquisição definitiva dos dispositivos pelo Município;

II – Disponibilizar plataforma de monitoramento acessível via internet, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), permitindo o gerenciamento da frota em tempo real;

III – Possibilitar a visualização da localização dos veículos em mapa digital, com atualização automática das informações de posicionamento;

IV – Disponibilizar histórico de deslocamentos, rotas percorridas, quilometragem, velocidade, tempo de parada, tempo de funcionamento do veículo e demais informações operacionais;

V – Permitir a emissão de relatórios gerenciais, operacionais e estatísticos, em formatos compatíveis para exportação (PDF, Excel ou equivalente);

VI – Disponibilizar ferramenta para criação de cercas eletrônicas (geofencing), definição de pontos de interesse e emissão de alertas de entrada e saída de áreas previamente delimitadas;

VII – Possibilitar o cadastro de usuários com diferentes níveis de acesso, garantindo a segurança das informações e a rastreabilidade das operações realizadas na plataforma;

VIII – Disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual, compreendendo atendimento remoto e, quando necessário, atendimento presencial para manutenção, substituição ou reparo dos equipamentos;

IX – Realizar, sem ônus adicional para a Administração, a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos, falhas ou mau funcionamento durante a execução contratual;

X – Garantir sigilo, integridade e confidencialidade dos dados coletados, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018);

XI – Disponibilizar treinamento inicial aos servidores indicados pela Administração para utilização da plataforma de monitoramento, bem como manual de operação em língua portuguesa;

XII – Manter equipe técnica qualificada para instalação, manutenção e suporte dos equipamentos durante toda a vigência do contrato.

XIII - Os equipamentos de rastreamento deverão possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) tecnologia de rastreamento por GPS/GNSS com transmissão de dados por rede GSM/GPRS/4G ou tecnologia superior;

b) alimentação compatível com o sistema elétrico dos veículos da frota;

c) transmissão automática das posições em intervalos configuráveis;

d) memória interna para armazenamento de dados quando houver ausência de sinal de comunicação, com sincronização automática após o restabelecimento da conexão;

e) resistência adequada às condições normais de operação automotiva.

XIV - A contratação deverá contemplar todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo equipamentos, instalação, configuração, licenças de uso da plataforma, comunicação de dados, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, atualizações de software, substituição de equipamentos defeituosos e demais despesas necessárias ao pleno funcionamento da solução, não sendo admitida cobrança adicional durante a vigência contratual, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

6. DA ENTREGA DOS SERVIÇOS:

O início do serviço será a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras, respeitando o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis com base na data de referência.

Na ocorrência de atrasos na entrega, a Prefeitura Municipal poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital.

O setor competente para autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será a Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
00039248	Serviço de Rastreamento e Monitoramento Veicular	Unidade	600,0000
00039249	Taxa de Adesão e Instalação do serviço de rastreamento e monitoramento veicular	Unidade	25,0000

ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL

NÚMERO : «Número do Contrato» / «Ano do Contrato»Processo Licitatório n°. / 2025 Dispensa / 2025

Contrato que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Biquinhas e a empresa «Nome do Fornecedor».

A Prefeitura Municipal de Biquinhas neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL em exercício o Sr. EUCLIDES PINTO COELHO e a empresa «Nome do Fornecedor», pessoa jurídica de direito privado estabelecida à «Logradouro», n°«Número» , «Complemento» Funcionários, «Cidade» de «Unidade Federativa (UF)» , inscrita no CNPJ sob o n° «Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)» pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado da Licitação Dispensa 000053 / 2026 do processo administrativo próprio n° 00084 / 2026 , firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da lei n° 14.133/21, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1 - DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato objeta a contratação de empresa especializada em monitoramento e rastreamento de veículos pertencentes à frota municipal, via sistema com tecnologia GPS/GSM/GPRS ou superior

Lote	Item	Descrição	Unidade Fornecimento	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
					«Valor Unitário»	«Valor Total»

1.2 - As despesas inerentes à execução do objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação Orçamentária consignada no Orçamento Municipal sob a rubrica:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.07.01.15.122.0021.2033.33903900	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras, Serviços e Transportes Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

2 - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O contrato tem o valor global de R$ «Valor» («Valor por Extenso»), a ser pago mediante a efetiva entrega o objeto.

2.2 - Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA no setor da Tesouraria da Prefeitura Municipal.

2.3 - A CONTRATANTE se reserva o direito de efetuar o pagamento das referidas notas fiscais no prazo de trinta dias após a emissão das mesmas.

2.4 - O Contratante se reserva o direito de exigir do Contratado, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas.

2.5 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.6 - Os preços referidos acima incluem todos os custos e benefícios decorrentes da execução ds serviço, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.

2.7 - O preço do objeto desta licitação será reajustado, após 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, nos termos do Art. 6º, LVIII da Lei Federal nº. 14.133/21, para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato, cujo índice de correção monetária será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

I= (TX/100)

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

3 - DA VIGÊNCIA

3.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

3.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério das partes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

4 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 - Constituem direitos e obrigações da CONTRATANTE:

a) designar servidor do seu quadro de pessoal para acompanhar, fiscalizar e receber o produto, o qual deverá atestar o seu perfeito estado e comunicar eventuais irregularidades, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento, bem como fiscalizar o saldo contratual;

b) efetuar o pagamento em conformidade com critérios definidos na cláusula segunda;

c) garantir as condições necessárias para instalação os equipamentos, sendo de segunda à sexta de 07h às 16h.

d) tomar ciência e executar as medidas recomendadas emanadas pelo CONTRATADO.

4.2 - Constituem direitos e obrigações do CONTRATADO:

I) Caberá à Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e no Termo de Referência - Anexo I:

II) Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto desta licitação;

III) Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços e/ou da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IV) Promover o fornecimento ds serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
V) As Ordens de Fornecimento serão emitidas e o início dos serviços será será a partir do recebimento desta, respeitando o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis com base na data de referência.
VI) O recebimento do serviço se dará no local descrito na Ordem de Fornecimento ou no corpo do e-mail, não se responsabilizando a Administração pelo recebimento em outro local, dias e horários;
VII) Prestar todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
VIII) Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
IX) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;
X) Assumir responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
XI) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos produtos ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
XII) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista cível ou penal, relacionados à execuçao dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
XIII) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;
XIV) Como requisitos mínimos, a empresa contratada deverá:
Fornecer, instalar, configurar, ativar e manter em pleno funcionamento os equipamentos de rastreamento veicular, em regime de comodato, cessão de uso ou outra modalidade que não implique aquisição definitiva dos dispositivos pelo Município;
Disponibilizar plataforma de monitoramento acessível via internet, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), permitindo o gerenciamento da frota em tempo real;
Possibilitar a visualização da localização dos veículos em mapa digital, com atualização automática das informações de posicionamento;
Disponibilizar histórico de deslocamentos, rotas percorridas, quilometragem, velocidade, tempo de parada, tempo de funcionamento do veículo e demais informações operacionais;
Permitir a emissão de relatórios gerenciais, operacionais e estatísticos, em formatos compatíveis para exportação (PDF, Excel ou equivalente);
Disponibilizar ferramenta para criação de cercas eletrônicas (geofencing), definição de pontos de interesse e emissão de alertas de entrada e saída de áreas previamente delimitadas;
Possibilitar o cadastro de usuários com diferentes níveis de acesso, garantindo a segurança das informações e a rastreabilidade das operações realizadas na plataforma;
Disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual, compreendendo atendimento remoto e, quando necessário, atendimento presencial para manutenção, substituição ou reparo dos equipamentos;
Realizar, sem ônus adicional para a Administração, a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos, falhas ou mau funcionamento durante a execução contratual;
Garantir sigilo, integridade e confidencialidade dos dados coletados, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018);
Disponibilizar treinamento inicial aos servidores indicados pela Administração para utilização da plataforma de monitoramento, bem como manual de operação em língua
portuguesa;
Manter equipe técnica qualificada para instalação, manutenção e suporte dos equipamentos durante toda a vigência do contrato.
Os equipamentos de rastreamento deverão possuir, no mínimo, as seguintes características:
a) tecnologia de rastreamento por GPS/GNSS com transmissão de dados por rede GSM/GPRS/4G ou tecnologia superior;
b) alimentação compatível com o sistema elétrico dos veículos da frota;
c) transmissão automática das posições em intervalos configuráveis;
d) memória interna para armazenamento de dados quando houver ausência de sinal de comunicação, com sincronização automática após o restabelecimento da conexão;
e) resistência adequada às condições normais de operação automotiva.
XIV - A contratação deverá contemplar todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo equipamentos, instalação, configuração, licenças de uso da plataforma, comunicação de dados, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, atualizações de software, substituição de equipamentos defeituosos e demais despesas necessárias ao pleno funcionamento da solução, não sendo admitida cobrança adicional durante a vigência contratual, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

5 - DA PUBLICAÇÃO
5.1 - Fica a cargo e responsabilidade da CONTRATANTE promover a publicação deste Contrato e quaisquer atos dele decorrentes nos termos da legislação vigente.

6 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
6.1 - O presente instrumento é regido pela Lei nº 14.133/21 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Processo Licitatório nº 00084, Dispensa nº 000053.
7 - DAS PENALIDADES:

7.1 - O descumprimento do prazo de entrega sujeitará ao prestador às seguintes sanções:
I - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso de entrega, até o limite do valor total da contratação, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a anulação unilateral da contratação;
II - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de anulação da contratação por culpa do CONTRATADO.
III - Suspensão do direito de licitar junto ao município de Biquinhas – MG pelo prazo que for fixado, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado a administração pública municipal no prazo de 02 (dois) anos.
IV - Declaração de inidoneidade para licitar na administração estadual, com publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
V - A entrega do produto fora do prazo estipulado será considerada como recusa formal ensejando as penalidades cabíveis.

8 – DA CESSÃO

8.1 - O CONTRATADO não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra pessoa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade.

9 - DA RESCISÃO

9.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

9.2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 138, inciso I, da Lei n. 14.133/21, ao Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 139, incisos I a IV, parágrafos 1º e 2°, da Lei citada.

10 - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização sobre o cumprimento do objeto da presente licitação será exercida pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes, pelo seu secretário Analdo Henrique de Carvalho.

10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, conforme prevê o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

10.3. O Contratante se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

11 - DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/21, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

12 – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

12.2 - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

12.3 - A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

12.4 - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.5 - A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.5.1 - A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

12.6 - A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

12.6.1 - À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.6.1.1 - A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

12.7 - A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

12.7.1 - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

12.7.2 - A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

12.8 - A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

12.9 - O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

12.10 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

13 - DO FORO

13.1 - As questões oriundas deste contrato e do procedimento licitatório que o precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Morada Nova de Minas
- MG.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que se produzam os devidos efeitos legais.

Biquinhas, «Data de Assinatura do Contrato (Extenso)».

EUCLIDES PINTO COELHO
Prefeito Municipal

_____
«Nome do Fornecedor»
CNPJ:

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00084 Dispensa Nº: 000053

RAZÃO SOCIAL	CNPJ			
ENDEREÇO COMPLETO	TELEFONE/FAX/E-MAIL			
Item	Descrição do Serviço Anexo I	Quantidade	V. Unitário	V. Total

Prazo de validade: não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, (a contar da data de sua apresentação);
Compromete-se a fornecer os produtos nos prazos estabelecidos no Edital e cujos preços estão incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.
Obs. 1. Havendo qualquer discordância entre a descrição da Plataforma da Dispensa Eletrônica e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.
Obs. 2. A proposta deverá ser anexada na plataforma *AMM LICITA*, deverá estar assinada, com todos os dados preenchidos conforme modelo, conter a marca e o modelo do produto a ser ofertado. Não será aceita a proposta escrita manual, com rasuras e ou contendo alternativas.
Esta empresa, por intermédio de seu representante legal ou credenciado Sr(a)._____.
Declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

_____
(Local e data)

_____
(Assinatura do Representante Legal)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº «Número do Processo» «Modalidade» Nº: «Aquisição»

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA ME E EPP E ATENDIMENTO DO §2º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133/21 (Nome da Empresa)_____ , CNPJ Nº_____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro_____, CEP_____ , município de _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a Prefeitura Municipal de Biquinhas, sob as penas da lei que: I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. II - Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021._____ , ____de ____de 2025._____[Nome e assinatura do responsável pela empresa

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:9C10703F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO Nº 133 , DE 11 DE AGOSTO DE 2026 - LEI N.3360

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$69.900,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 69.900,00					
02	**08**	**01**	**ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO**		
Ficha: 540			12.361.0008.3040.0000	AQUISICAO VEICULO E EQUIPAMENTO	**2.800,00**
			4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			0	Não se Aplica	
			019	FUNDEB 30%	
			000	FUNDEB 30%	

02	**08**	**02**	**ENSINO INFANTIL - CRECHES E PRE ESCOLA**		
Ficha: 563			12.365.0009.4030.0000	MANUT. ATIV. CENTRO EDUCACIONAIS INFANTIS - CRECH	**57.500,00**
			3.3.90.30.00	Material de Consumo	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			0	Não se Aplica	
			019	FUNDEB 30%	
			000	FUNDEB 30%	

02	**08**	**03**	**ENSINO FUNDAMENTAL**		
Ficha: 598			12.361.0008.4003.0000	MANUTENCAO ENSINO FUNDAMENTAL	**9.600,00**
			3.3.90.30.00	Material de Consumo	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			0	Não se Aplica	
			019	FUNDEB 30%	
			000	FUNDEB 30%	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

02	**08**	**03**	**ENSINO FUNDAMENTAL**		
Ficha: 601			12.361.0008.4003.0000	MANUTENCAO ENSINO FUNDAMENTAL	**-57.500,00**
			3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
			1	Recursos do Exercício Corrente	
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
			0	Não se Aplica	

	019	FUNDEB 30%	
	000	FUNDEB 30%	
Ficha: 601	12.361.0008.4003.0000	MANUTENCAO ENSINO FUNDAMENTAL	**-9.600,00**
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	0	Não se Aplica	
	019	FUNDEB 30%	
	000	FUNDEB 30%	
Ficha: 601	12.361.0008.4003.0000	MANUTENCAO ENSINO FUNDAMENTAL	**-2.800,00**
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	0	Não se Aplica	
	019	FUNDEB 30%	
	000	FUNDEB 30%	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:6EA94B87

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 131/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 87/2026

RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo nº: 131/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 87/2026
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES EM PÓ E DIETAS INDUSTRIALIZADAS PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS, CADASTRADOS NO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA NUTRICIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Fornecedor: 015296 - BATUTA DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
5	ALIMENTO PARA SUPLEMENTACAO ORAL OU ENTERAL. SABOR NEUTRO/BAUNILHA FORMULACAO POLIMERICA COM TCM TRIGLICERIDEOS DE CADEIA MEDIA E PROTEINA HIDROLISADA DE SORO DE LEITE INDICADO PARA DOENCA DE CHRON COM 1KCAL/ML. COTA EXCLUSIVA PARA ME MEI E EPP	UN	NESTLE	100	244,9900	24.499,00
6	ALIMENTO PARA SUPLEMENTACAO ORAL OU ENTERAL. SABOR NEUTRO/BAUNILHA FORMULACAO POLIMERICA COM TCM TRIGLICERIDEOS DE CADEIA MEDIA E PROTEINA HIDROLISADA DO SORO DO LEITE INDICADO PARA DOENCA DE CHRON COM 1 KCAL/ML. ISENTA DE LACTOSE. ISENTA DE GLUTEN. ISENTA DE SACAROSE. SEM FIBRAS	UN	NESTLE	300	244,9900	73.497,00

Valor dos itens R$ 97.996,00

Fornecedor: 018270 - HOSPCLEAN COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	ALIMENTO PARA SUPLEMENTACAO ORAL OU ENTERAL NORMOCALORICO INDICADO PARA CRIANCAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE SEM PROBLEMAS DE ABSORCAO.	UN	ISOSOURCE	1875	49,4400	92.700,00
4	ALIMENTO PARA SUPLEMENTACAO ORAL OU ENTERAL NORMOCALORICO INDICADO PARA CRIANCAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE SEM PROBLEMAS DE ABSORCAO. COTA DE 25 POR CENTO PARA ME MEI E EPP.	UN	ISOSOURCE	625	49,4400	30.900,00
8	COTA DE 25 POR CENTO PARA ME/MEI/EPP. ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPELTO PARA NUTRICAO ENTERAL OU ORAL DE PACIENTES ADULTOS SABOR BAUNILHA NORMOCALORICO ISENTO DE LACTOSE CONTENDO NO MINIMO 14G DE PROTEINA PARA CADA 100G DO PRODUTO. FORMA DE APRESENTACAO LATA DE 400G. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR ISOSOURCE 1.0 OU TROPHIC BASIC	LA	ISOSOURCE	1750	40,2000	70.350,00
9	COTA DE 25 POR CENTO PARA ME/MEI/EPP. DIETA INDUSTRIALIZADA PARA USO ENTERAL POLIMERICA DE DENSIDADE CALORICA 1.5 KCAL/ML HIPERCALORICA E NORMOPROTEICA CONTENDO NO MINIMO 5.5G DE PROTEINA POR 100ML DO PRODUTO NUTRICIONALMENTE COMPLETA SEM ADICAO DE SACAROSE. FORMA DE APRESENTACAO TETRA SQUARE 1 LITRO SISTEMA ABERTO. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR ISOSOURCE 1.5 OU NUTRISON ENERGY 1.5	UN	ISOSOURCE	4250	24,1900	102.807,50
11	DIETA INDUSTRIALIZADA PARA USO ENTERAL OU ORAL POLIMERICA DE DENSIDADE CALORICA 1.2 KCAL/ML HIPERPROTEICA NUTRICIONALMENTE COMPLETA.	UN	NOVASOURCE	4275	29,0000	123.975,00
12	DIETA INDUSTRIALIZADA PARA USO ENTERAL OU ORAL POLIMERICA DE DENSIDADE CALORICA 1.2 KCAL/ML HIPERPROTEICA NUTRICIONALMENTE COMPLETA. COTA DE 25 POR CENTO PARA ME MEI E EPP.	UN	NOVASOURCE	1575	29,0000	45.675,00
13	DIETA INDUSTRIALIZADA PARA USO ENTERAL POLIMERICA DE	UN	ISOSOURCE	12750	24,1900	308.422,50

	DENSIDADE CALORICA 1.5 KCAL/ML HIPERCALORICA E NORMOPROTEICA CONTENDO NO MINIMO 5.5G DE PROTEINA POR 100ML DO PRODUTO NUTRICIONALMENTE COMPLETA SEM ADICAO DE SACAROSE. FORMA DE APRESENTACAO TETRA SQUARE 1 LITRO SITEMA ABERTO. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR ISOSOURCE 1.5 OU NUTRISON ENERGY 1.5					
14	FIBRA ALIMENTAR SOLUVEL DE GOMA GUAR.	LA	RESOURCE F	200	79,0000	15.800,00
20	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE VIDA.	LA	NAN COMFOR	980	41,9900	41.150,20
Valor dos itens R$ 831.780,20						

Fornecedor: 022465 - INOVALAB DO BRASIL LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
23	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES E OU CRIANCAS DE 0 A 36 MESES DE IDADE A BASE DE PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DO ARROZ NUCLEOTIDEOS E TAURINA. COTA DE 25 POR CENTO PARA ME MEI E EPP.	UN	NOVAMIL RI	287	280,0000	80.360,00
24	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES E OU CRIANCAS DE 0 A 36 MESES DE IDADE A BASE PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DO ARROZ NUCLEOTIDEOS E TAURINA	UN	NOVAMIL RI	863	280,0000	241.640,00
Valor dos itens R$ 322.000,00						

Fornecedor: 022464 - JL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
7	COTA DE 25 POR CENTO PARA ME/MEI/EPP. ALIMENTO NUTRICIONAL COMPLETO PARA SUPLEMENTACAO ORAL OU ENTERAL HIPERCALORICO HIPERPROTEICO SEM SABOR INDICADO ESPECIFICAMENTE PARA AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PESSOAS ACIMA DE 50 ANOS CONTENDO NO MINIMO DE 25 GRAMAS DE PROTEINA/100 GRAMAS DO PRODUTO. APRESENTACAO EM LATA 370G. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR NUTREN SENIOR OU ENERGYZIP SENIOR.	LA	PRODIET	2200	39,0000	85.800,00
Valor dos itens R$ 85.800,00						

Fornecedor: 016476 - MEDIPLUS PRODUTOS HOSPITALARES E NUTRICIONAIS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
10	COTA DE 25 POR CENTO PARA ME/MEI/EPP. FORMULA INFANTIL ELEMENTAR PARA LACTANTES E CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA PARA NECESSIDADES DIETOTERAPICAS ESPECIFICAS NUTRICIONALMENTE COMPLETA E ISENTA DE PROTEINA LACTEA LACTOSE SACAROSE FRUTOSE GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL CONTENDO AMINOACIDOS DE LCPUFAS ARA E DHA E NUCLEOTIDEOS ATENDENDO TODAS AS LEGISLACOES PERTINENTES ISENTA DE OLEO DE SOJA NA COMPOSICAO. FORMULA PARA CRIANCAS COM ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DE VACA SOJA E MULTIPLOS ALIMENTOS. APRESENTACAO LATA 400G REFERENCIA IGUAL OU SUPERIOR NEOCATE LCP OU ALFAMINO	LA	DANONE	750	114,4200	85.815,00
18	FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES E CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERAPICAS ESPECIFICAS CONTENDO PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DO LEITE DA VACA PREBIOTICOS GOS/FOS DHA E ARA NUCLEOTIDEOS ISENTA DE SACAROSE FRUTOSE E GLUTEN. COTA DE 25 POR CENTO PARA ME MEI E EPP.	UN	DANONE	487	74,4800	36.271,76
21	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE SEGMENTO. COTA DE 25 POR CENTO PARA ME / MEI / EPP.	UN	DANONE	550	94,5400	51.997,00
Valor dos itens R$ 174.083,76						

Fornecedor: 017413 - PRODIET NUTRICAO CLINICA LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	ALIMENTO NUTRICIONAL COMPLETO PARA SUPLEMENTACAO ORAL OU ENTERAL HIPERCALORICO HIPERPROTEICO SEM SABOR INDICADO ESPECIFICAMENTE PARA AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PESSOAS ACIMA DE 50 ANOS CONTENDO NO MINIMO DE 25 GRAMAS DE PROTEINA/100 GRAMAS DO PRODUTO NA COMPOSICAO. APRESENTACAO EM LATA 370G. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR NUTREN SENIOR OU ENERGYZIP SENIOR	LA	ENERGYZIP	6600	38,0000	250.800,00
2	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRICAO ENTERAL OU ORAL DE PACIENTES ADULTOS SABOR BAUNILHA NORMOCALORICA ISENTO DE LACTOSE CONTENDO NO MINIMO 14G DE PROTEINAS PARA CADA 100G DO PRODUTO. FORMA DE APRESENTACAO LATA DE 400G. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR ISOSOURCE 1.0 OU TROPHIC BASIC.	LA	TROPHIC BA	3250	38,1000	123.825,00
Valor dos itens R$ 374.625,00						

Fornecedor: 018269 - TMG PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
19	FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E PARA CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERAPICAS ESPECIFICAS COM RESTRICAO DE LACTOSE CONTENDO DHA E ARA NUCLEOTIDEOS E TAURINA.	UN	NESTLE	700	53,0000	37.100,00
Valor dos itens R$ 37.100,00						

Fornecedor: 008299 - UBER MEDICA E HOSPITALAR LTDA ME						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
15	FORMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DE 6 MESES.	LA	DANONE	1500	37,9900	56.985,00
16	FORMULA INFANTIL ELEMENTAR PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA PARA NECESSIDADES DIETOTERAPICAS ESPECIFICAS NUTRICIONALMENTE COMPLETA E ISENTA DE PROTEINA LACTEA LACTOSE SACAROSE FRUTOSE GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL CONTENDO AMINOACIDOS LIVRES ADICIONADA DE LCPUFAS ARA E DHA E NUCLEOTIDEOS ATENDENDO TODAS AS LEGISLACOES PERTINENTES. FORMULA INFANTIL PARA CRIANCAS COM ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DE VACA SOJA E MULTIPLOS ALIMENTOS.	UN	DANONE	2250	85,9400	193.365,00
17	FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES E CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERAPICAS ESPECIFICAS CONTENDO PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DO LEITE DA VACA PREBIOTICOS GOS/FOS DHA E ARA NUCLEOTIDEOS ISENTA DE SACAROSE FRUTOSE E	UN	DANONE	1463	73,0700	106.901,41

	GLUTEN.					
22	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE SEGUIMENTO, PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA, COM PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA E COM RESTRIÇAO DE LACTOSE.	LA	DANONE	1650	85,9400	141.801,00
Valor dos itens R$ 499.052,41						

Patrocínio/MG, 12 de agosto de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA -
Pregoeira

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:C552A2DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 156/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 106/2026

RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 156/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 106/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE SERRALHERIA PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Fornecedor: 017539 - CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
49	ELETRODO DE SOLDAGEM INOX 308 MEDIDAS 325MM	KG	DOMAC	20	22,8800	457,60
71	PORCA DE ACO 1	UN	BELENUS	500	0,5000	250,00
Valor dos itens R$ 707,60						

Fornecedor: 015300 - MATEUS SHIMADA SOARES FERRAGISTA EIRELI						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	ARRUELA 1	UN	METALBO	500	0,8900	445,00
8	ARRUELA 7/8	UN	METALBO	500	0,9400	470,00
9	BARRA DE ACO ROSQUEADA 1	UN	METALBO	150	13,9900	2.098,50
11	BARRA DE ACO ROSQUEADA 1/4	UN	METALBO	150	2,7300	409,50
13	BARRA DE ACO ROSQUEADA 3/8	UN	METALBO	150	4,1900	628,50
14	BARRA DE ACO ROSQUEADA 5/16	UN	METALBO	150	3,7900	568,50
15	BARRA DE ACO ROSQUEADA 5/8	UN	METALBO	150	15,3900	2.308,50
16	BARRA DE ACO ROSQUEADA 7/8	UN	METALBO	150	33,3700	5.005,50
20	CADEADO - TIPO: COMUM, FECHAMENTO: SIMPLES, TRAVAMENTO: DUPLO, TAMANHO: 30MM, HASTE: CURTA, MATERIA PRIMA: ACO	UN	LAND	20	10,4900	209,80
21	CADEADO - TIPO: COMUM, FECHAMENTO: SIMPLES, TRAVAMENTO: DUPLO, TAMANHO: 45MM, HASTE: CURTA, MATERIA PRIMA: ACO	UN	LANDY	20	32,9900	659,80
22	CADEADO - TIPO: COMUM, FECHAMENTO: SIMPLES, TRAVAMENTO: SIMPLES, TAMANHO: 35MM, HASTE: LONGA, MATERIA PRIMA: FERRO ANTIMONIO	UN	LANDY	20	17,7900	355,80
24	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 50MM	UN	LANDY	20	21,7900	435,80
31	DISCO CORTE 1 7 X 1/8	UN	QUALITEX	200	4,7900	958,00
32	DISCO CORTE 1 7 X 16 FINO	UN	QUALITEX	100	3,3900	339,00
33	DISCO DE CORTE 2 12 X 1	UN	QUALITREX	200	19,8900	3.978,00
34	DISCO FLAP 4.5	UN	QUALITEX	200	4,8900	978,00
35	DISCO FLAP 7" GRAO 100 - ALCAR	UN	QUALITEX	200	8,7900	1.758,00
36	DOBRADICA 2	UN	SILVANA	250	1,1300	282,50
37	DOBRADICA 3 1/2 REFORCADA	UN	SILVANA	250	5,0900	1.272,50
43	ELETRODO DE SOLDAGEM 6013 - MEDIDAS: 3,25MM.	KG	SOLDABEM	20	18,9900	379,80
44	ELETRODO DE SOLDAGEM 6013 MEDIDAS 40MM	KG	SOLDABEM	20	19,9400	398,80
45	ELETRODO DE SOLDAGEM 7018 MEDIDAS 25MM	KG	SOLDABEM	50	24,9900	1.249,50
46	ELETRODO DE SOLDAGEM 7018 MEDIDAS 325MM	KG	SOLDABEM	20	24,9900	499,80
47	ELETRODO DE SOLDAGEM 7018 MEDIDAS 40MM	KG	SOLDABEM	20	22,3900	447,80
48	ELETRODO DE SOLDAGEM INOX 308 MEDIDAS 25MM	KG	SOLDABEM	20	80,1600	1.603,20
70	PORCA ACO 3/8	UN	METALBO	500	0,4400	220,00
72	PORCA DE ACO 1/2	UN	METALBO	500	0,4800	240,00
73	PORCA DE ACO 1/4	UN	METALBO	500	0,1600	80,00
74	PORCA DE ACO 3/4	UN	METALBO	500	0,4900	245,00
75	PORCA DE ACO 5/16	UN	METALBO	500	0,1600	80,00
76	PORCA DE ACO 5/8	UN	METALBO	500	1,1200	560,00
77	PORCA DE ACO 7/8	UN	METALBO	500	2,8900	1.445,00
78	REBITE DE REPUXO 310	UN	QUALIFIX	600	0,1100	66,00
79	REBITES DE REPUXO 312.	UN	QUALIFIX	600	0,1000	60,00
82	ROLAMENTO TRILHO DUPLO 1 1/2	UN	QUALIFIX	100	24,9500	2.495,00
83	ROLDANA 2 1/2	UN	STR	150	12,4900	1.873,50
84	ROLDANA FERRO 4	UN	STR	50	32,4900	1.624,50
87	TRINCO CHATO N 2	UN	SILVANA	100	7,4900	749,00
88	TRINCO CHATO N 3	UN	SILVANA	100	5,4900	549,00
Valor dos itens R$ 38.027,10						

Fornecedor: 000590 - PATROMETAL LTDA ME						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total

30	CORRIMAO SIMPLES EM TUBO GALVANIZADO COM COSTURA DIAMETRO 1.1/2 POLEGADAS ESP. 3MM FIXADO EM ALVENARIA INCLUSIVE SUPORTE PARA CORRIMAO EM BARRA CHATA 1 POLEG. X 1/2 POLEG. EXCLUSIVE PINTURA	MT	PATROMETAL	20	251,5400	5.030,80
92	TUBO INDUSTRIAL 4 14	UN	GERDAU	240	174,1700	41.800,80
Valor dos itens R$ 46.831,60						

Fornecedor: 017643 - TELAFER COMERCIO DE TELAS E FERRAGENS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
59	PERFIL ENRIJECIDO TIPO U MEDIDAS 75 X 40 X 17 EPESSURA 14 MM	BR	SOUFER	120	116,4000	13.968,00
Valor dos itens R$ 13.968,00						

Fornecedor: 022480 - VANTUTA FERRAGENS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
2	ARRUELA 1/2	UN	CISER	500	0,3500	175,00
3	ARRUELA 1/4	UN	CISER	500	0,1000	50,00
4	ARRUELA 3/4	UN	CISER	500	0,6900	345,00
5	ARRUELA 3/8	UN	CISER	500	0,1800	90,00
6	ARRUELA 5/16	UN	CISER	500	0,1300	65,00
7	ARRUELA 5/8	UN	CISER	500	0,6500	325,00
10	BARRA DE ACO ROSQUEADA 1/2	UN	CISER	150	7,5000	1.125,00
12	BARRA DE ACO ROSQUEADA 3/4	UN	CISER	150	10,00	1.500,00
17	BARRA DE FERRO CHATA 1 1/2 X 3/16	BR	GERDAU	180	47,4000	8.532,00
18	BARRA DE FERRO SECAO CHATA MEDIDAS 1 1/2 X 1/8	BR	GERDAU	180	38,9000	7.002,00
19	BARRA DE FERRO SECAO CHATA. MEDIDAS 1/2 X 1/8 POLEGADA.	BR	GERDAU	180	13,3500	2.403,00
23	CADEADO - TIPO: COMUM, FECHAMENTO: SIMPLES, TRAVAMENTO: SIMPLES, TAMANHO: 40MM, HASTE: CURTA, MATERIA PRIMA: ACO	UN	PADO	20	19,5000	390,00
25	CANTONEIRA 1 1/4 X 1/8 BARRA COM 6 METROS	BR	GERDAU	400	22,9000	9.160,00
26	CANTONEIRA 1 1/4 X 3/16 BARRA COM 6 METROS	BR	GERDAU	400	97,4000	38.960,00
27	CANTONEIRA 1 X 1/8 BARRA COM 6 METROS	BR	GERDAU	400	16,8000	6.720,00
28	CANTONEIRA 5/8 X 1/8 BARRA COM 6 METROS	BR	GERDAU	400	28,8000	11.520,00
29	CHAPA LISA 14	PÇ	GERDAU	150	29,9000	4.485,00
38	DOBRADICA PARA PORTEIRA N° 3	UN	BLUM	250	6,8000	1.700,00
39	ELETRODO DE SOLDAGEM 46 MEDIDAS 20MM	KG	VONDER	20	16,5000	330,00
40	ELETRODO DE SOLDAGEM 46 MEDIDAS 25MM	KG	VONDER	20	16,5000	330,00
41	ELETRODO DE SOLDAGEM 46 MEDIDAS 325MM	KG	VONDER	20	20,00	400,00
42	ELETRODO DE SOLDAGEM 46 MEDIDAS 40MM	KG	VONDER	20	21,00	420,00
50	LAMBRIL ONDULADA 20 2.0 X 0.80	CH	GERDAU	10	113,00	1.130,00
51	LAMBRIL ONDULADA 20 2.0 X 1.02	CH	GERDAU	150	120,00	18.000,00
52	LAMBRIL ONDULALADA 18 3.00 X 1.02	CH	GERDAU	100	211,00	21.100,00
53	METALON 20 X 20 14	BR	GERDAU	200	41,5000	8.300,00
54	METALON 30 X 20 16	BR	GERDAU	200	40,00	8.000,00
55	METALON 30MM X 20MM CHAPA 18	BR	GERDAU	200	42,8000	8.560,00
56	METALON 30MM X 30MM CHAPA 18	BR	GERDAU	200	51,5000	10.300,00
57	METALON 50MM X 30MM CHAPA 18	BR	GERDAU	200	61,5000	12.300,00
58	PERFIL ENRIJECIDO TIPO U MEDIDAS 100 X 50 X 17 ESPESSURA 14MM	BR	GERDAU	120	133,00	15.960,00
60	PERFIL ENRRIGECIDA 250 X 75 X 17 ESPESSURA 265MM	BR	GERDAU	120	195,4000	23.448,00
61	PERFIL ENRRIGECIDO 127 X 60 X 20 ESPESSURA 14MM	BR	GERDAU	120	169,00	20.280,00
62	PERFIL SIMPLES 92	BR	GERDAU	120	97,00	11.640,00
63	PERFIL SIMPLES TIPO U MEDIDAS 100 X 40 ESPESSURA 14MM	BR	GERDAU	120	119,00	14.280,00
64	PERFIL SIMPLES U 50	BR	GERDAU	120	65,00	7.800,00
65	PERFIL SIMPLES U 68	BR	GERDAU	120	76,4000	9.168,00
66	PERFIL SIMPLES U 75	BR	GERDAU	120	74,00	8.880,00
67	PERFIL T 1 X 1/8	BR	GERDAU	100	60,00	6.000,00
68	PERFIL T 3/4 X 1/8	BR	GERDAU	100	44,00	4.400,00
69	PERFIL T 7/8 X 1/8	BR	GERDAU	100	52,00	5.200,00
80	ROLAMENTO 6202 PARA TRILHO 37	UN	NSK	100	8,00	800,00
81	ROLAMENTO 6203 PARA TRILHO 42	UN	NSK	100	7,9800	798,00
85	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA CA60 Q283. DIAMETRO DO FIO 6MM LARGURA 2.45 X 6 M DE COMPRIMENTO. ESPACAMENTO DA MALHA 10X10 CM PECA.	UN	TELARTE	187	315,00	58.905,00
86	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA CA60 Q283. DIAMETRO DO FIO 6MM LARGURA 2.45 X 6 M DE COMPRIMENTO. ESPACAMENTO DA MALHA 10X10 CM PECA. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP.	UN	TELARTE	63	315,00	19.845,00
89	TUBO INDUSTRIAL 1 1/2 18	UN	GERDAU	240	36,00	8.640,00
90	TUBO INDUSTRIAL 3 14	UN	GERDAU	120	133,00	15.960,00
91	TUBO INDUSTRIAL 3/4 14	UN	GERDAU	120	39,00	4.680,00
Valor dos itens R$ 420.401,00						

Patrocínio/MG, 12 de agosto de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:E0E84B60

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 157/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 107/2026

RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 157/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 107/2026

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE MARCENARIA PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Fornecedor: 010815 - HIGOR SILVA CANEDO 12746516624						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
6	BROCA DE ACO DIMENSAO 4MM PARA MADEIRA	UN	VONDER	100	2,5900	259,00
7	BROCA DE ACO DIMENSAO 5MM PARA MADEIRA	UN	VONDER	100	3,1300	313,00
8	BROCA DE ACO DIMENSAO 8MM PARA MADEIRA	UN	VONDER	100	5,7700	577,00
17	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 300MM APLICACAO CONFECCAO DE MOVEIS	UN	JOMARCA	50	14,2000	710,00
19	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 400MM APLICACAO CONFECCAO DE MOVEIS	UN	JOMARCA	50	43,6800	2.184,00
21	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 500MM APLICACAO CONFECCAO DE MOVEIS	UN	JOMARCA	50	39,6400	1.982,00
33	PARAFUSO CHIPBOARD 4 X 16MM	UN	IPABRAC	2500	0,1900	475,00
Valor dos itens R$ 6.500,00						

Fornecedor: 018471 - IMPERIO MDF COMERCIO E SERVICOS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	BROCA COM ESCAREADOR 3MMX8MM PROFUNDIDADE DO FURO DO ESCAREADOR 14MM USO EM MADEIRA	1	VONDER	5	26,0000	130,00
5	BROCA DE ACO DIMENSAO 3MMM PARA MADEIRA	UN	NOVE54	100	1,6000	160,00
11	CANTONEIRA CADEIRINHA 2 FUROS 13 X 13 MACICA NIQUELADA	UN	TORO	50	21,5000	1.075,00
23	DOBRADICA PISTAO CURVA 35MM EM ACO PROFUNDIDADE DO CANECO 113MM RECOMENDAO PARA PORTA COM ESPESSURA DE 16 A 26MM PARA MOVEIS EM GERAL	UN	METALNOX	50	3,7500	187,50
24	FITA DE BORDA	UN	PROADEC	50	56,1800	2.809,00
34	PARAFUSO CHIPBOARD 4 X 40MM	UN	VONDER	2500	0,1700	425,00
35	PARAFUSO CHIPBOARD 4 X 45MM	UN	VONDER	2500	0,1300	325,00
36	PARAFUSO CHIPBOARD 4 X 50MM	UN	VONDER	2500	0,1500	375,00
47	PUXADOR TIPO ALCA	UN	RENNA	50	9,0600	453,00
48	PUXADOR TIPO ARCO	UN	RENNA	50	26,5000	1.325,00
49	PUXADOR TIPO BOLA	UN	RENNA	250	5,0600	1.265,00
51	SAPATA NIVELADORA METAL PE NIVELADOR	UN	TORO	100	8,9000	890,00
Valor dos itens R$ 9.419,50						

Fornecedor: 015300 - MATEUS SHIMADA SOARES FERRAGISTA EIRELI						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	BROCA ACO CHATA DIMENSAO 16MM	UN	STARFER	100	9,5000	950,00
2	BROCA ACO CHATA DIMENSAO 20MM	UN	STARFER	100	9,4500	945,00
4	BROCA DE ACO DIMENSAO 10MM PARA MADEIRA	UN	STARFER	100	5,3100	531,00
9	BROCA DE ACO DOIMENSAO 25MM	UN	STARFER	100	65,5000	6.550,00
13	COLA DE CONTATO - ASPECTO: LIQUIDO, APRESENTACAO: BISNAGA DE 30ML	UN	TECBOND	50	11,7800	589,00
14	COLA DE CONTATO - ASPECTO: PASTOSO, APRESENTACAO: GALAO DE 2.800 KG	UN	ALMAFLEX	50	109,7900	5.489,50
15	COLA TIPO INSTANTANEA FINALIDADE IDEAL PARA METAIS MADEIRAS PORCELANAS BORRACHAS E ETC EMBALAGEM 100 GR COM MEDIA VISCOSIDADE	UN	AJAX	50	18,5000	925,00
25	GRAMPO PARA MARCENARIA TIPO C MATERIA PRIMA FERRO FUNDIDO E PARAFUSOS PARA APERTO EM ACO CARBONO ZINCADO CAPACIDADE BITOLA 8 200MM	UN	STARFER	20	66,0000	1.320,00
26	GRAMPO PARA MARCENEIRO TIPO C MATERIAL PRIMA FERRO FUNDIDO E PARAFUSO PARA APERTO EM ACO CARBONO ZINCADO CAPACIDADE 10 POLEGADAS 250MM	UN	STARFER	20	85,0000	1.700,00
27	LAMINA DE SERRA MANUAL FLEXIBILIDADE FLEXIVEL MATERIAPRIMA ACO RAPIDO MEDIDAS 12 POLEGADAS DENTES POR POLEGADA 18 DPP	UN	STARFER	100	4,0000	400,00
28	LAMINA DE SERRA TICOTICO BIMENTAL 14DBC BU21420	UN	STARFER	200	11,7900	2.358,00
29	LAPIS PARA CARPINTEIRO/MARCENEIRO	UN	STAREFER	300	2,3700	711,00
53	SERRA COPO DE 19 A 35MM	UN	STARFER	50	40,8900	2.044,50
54	SERRA COPO DE 50 A 60MM	UN	STARFER	50	69,7900	3.489,50
Valor dos itens R$ 28.002,50						

Patrocínio/MG, 12 de agosto de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA **-**
Pregoeira

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:648D8F50

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS SEGUNDO COLOCADO PROCESSO Nº: 274/2025 MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 167/2025

RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇOS
SEGUNDO COLOCADO

Processo nº: 274/2025
Modalidade: Pregão
Edital nº: 167/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

EMPRESA – HIGOR SILVA CANEDO						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
89	GIRA-GIRA CARROCEL.	UN	LIG LIG	37	1.241,4900	45.935,13
Valor dos itens R$ 45.935,13						

EMPRESA – INDUSTRIA E COMERCIO COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
141	SOFA EM MATERIAL LAVAVEL DE 3 LUGARES	UN	ORTHOVIDA	5	999,90	4.999,50
Valor dos itens R$ 4.999,50						

EMPRESA – JWR MOVEIS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
62	ESTANTE DE ACO MULTIUSO DE CANTO COM 3 PRATELEIRAS	UN	RS MOVEIS/MINIFELX	20	203,0000	4.060,00
Valor dos itens R$ 4.060,00						

EMPRESA - M&R EQUIPAMENTOS E MOVEIS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
29	CADEIRA FIXA DE ESCRITORIO	UN	ASTEM/FIXA	331	110,0000	36.410,00
30	CADEIRA FIXA ESCRITORIO COTA DE 25 POR CENTO EXCLUSIVA PARA MEI/EPP/ME BASE FIXA PALITO 4 PES TUBULAR EM ACO REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO CORVIM PERFIL EM PVC LARGURA 42 CM ALTURA TOTAL 83 CM ALTURA DO CHAO ATE O ASSENTO 46 CM PROFUNDIDADE DE 50 CM PESO SUPORTAVEL ATE 110 KG DIRTRIBUIDOS UNIFORMIMENTE ASSENTO/ ENCOSTO COM ESPESSURA DE 4 CM ASSENTO 41 X 39 CM ENCOSTO 28 X 36 CM COR A DEFINIR	UN	ASTEM/FIXA	138	110,0000	15.180,00
Valor dos itens R$ 51.590,00						

EMPRESA – NEWCARE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
60	ESTANDE ESCRITORIO COTA DE 25 POR CENTO EXCLUSIVA PARA MEI/EPP/ME MATERIA PRIMA ACO MEDIDAS 200 X 092 X 030 CM PRATELEIRA 6 PRATELEIRAS CM REFORCOS CHAPA 20/26 CAPACIDADE 35 KG POR PRTAELEIRA ACABAMENTO DOS PES COM SAPATA DE PLASTICO	UN	NOBRE/AÇO	27	221,0000	5.967,00
Valor dos itens R$ 5.967,00						

EMPRESA – RODA VIVA DISTRIBUIDORA LTDA						
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
116	MESA PARA COZINHA. CONJUNTO COM 6 CADEIRAS	UN	YESCASA/ 6 CADEIRAS	8	1.228,00	9.824,00
Valor dos itens R$ 9.824,00						

Patrocínio-MG, 12 de agosto de 2026.

GABRIEL ANDRADE DA SILVA –
Supervisor de Setor

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:F3B8CFA3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Tendo em vista a pontuação alcançada pelo município para este ano de 2026 e a consequente estimativa de recebimento de recursos a título de ICMS Patrimônio Cultural de cerca de R$ 250.000,00(Duzentos e cinquenta mil reais), o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ponte Nova, no uso de suas atribuições, aprovou, em reunião realizada no dia 28 de abril o de 2026, o Programa de Aplicação dos Recursos do Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural para o período compreendido entre os meses de janeiro de 2026 a novembro de 2026, contemplando os seguintes bens culturais relacionados abaixo:

Nome do bem cultural	Atividade/intervenção	Data prevista da liberação do recurso	Data prevista para o início da intervenção	Data prevista para o término da intervenção	Investimento R$
1 – Festa da Goiabada e Rock do Hotel Glória	Eventos de difusão	Maio de 2026	Maio de 2026	Agosto de 2026	R$ 80.000,00
2- Educação Patrimonial e difusão	Edital do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural	Fevereiro de 2026	Agosto de 2026	Setembro de 2026	R$ 100.000,00
3 - Semana do Patrimônio Cultural	Realização de palestras, oficinas e eventos em geral para a educação patrimonial	Agosto de 2026	Agosto 2026	Agosto de 2026	R$ 20.000,00
4 - Apoio aos Grupos de Capoeira e ao Conselho de Promoção à Igualdade Racial	Apoio a salvaguarda da Capoeira e demais manifestações do patrimônio afrobrasileiro através da realização de eventos de educação patrimonial e difusão.	Agosto de 2026	Agosto 2026	Novembro de 2026	R$ 20.000,00
5 - Acervo Histórico do Arquivo Público Municipal	Apoio às ações de salvaguarda e difusão do acervo histórico tombado	Junho de 2026	Agosto 2026	Novembro de 2026	R$ 20.000,00
6 - Capacitações e formações externas	Apoio às ações de participação dos conselheiros em eventos, seminários	Maio de 2023	Agosto 2026	Novembro de 2026	R$ 10.000,00

Justificativa para a aprovação dos bens culturais listados:

1° Rock do HG e Festa da Goiabada: Eventos consolidados no calendário da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio que tem como objetivo a valorização e difusão do patrimônio material e imaterial do município.

2° Edital do Patrimônio Cultural - O edital tem o objetivo de descentralizar recursos e estimular a economia criativa, através de projetos para a educação patrimonial e difusão cultural.Estando de acordo com a Lei Municipal n°3.222/2008, que prevê a abertura de editais para o fomento às ações de preservação do patrimônio cultural local.

3° Semana do Patrimônio: A semana do patrimônio, instituída através de Lei Municipal, tem como objetivo a sensibilização, difusão e educação patrimonial para os públicos prioritários. A programação ainda vai ser definida, contudo, já separamos parte dos recursos do FUMPAC para a sua realização.

4° Apoio aos Grupos de Capoeira e ao Conselho de Promoção à Igualdade Racial: A Capoeira, enquanto patrimônio imaterial brasileiro, é um pilar importante para a salvaguarda e difusão desse legado em Ponte Nova, graças aos diversos grupos e seus mestres, contramestres e formados, que mantêm vivo o ofício. Além disso, o apoio ao Conselho de Promoção da Igualdade Racial visa fortalecer sua atuação e desenvolver atividades essenciais para a salvaguarda e valorização do patrimônio afro-brasileiro.

5° Acervo Histórico do Arquivo Público Municipal: O acervo histórico do arquivo público municipal, tombado pelo município, tem se beneficiado de diversas melhorias em infraestrutura e funcionamento nos últimos anos. Para garantir a continuidade e o desenvolvimento de novas ações de salvaguarda e difusão desse acervo em 2026, é imprescindível a reserva de valores para seu apoio ao longo do ano.

6° Capacitações e formações externas: Em consonância com o Art. 4º, inciso IV, da Lei Municipal nº 3.222/2008, que instituiu o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FUMPAC), que prevê o apoio a "treinamento e capacitação de membros dos órgãos vinculados à defesa do patrimônio cultural municipal", o conselho aloca uma parcela de recursos.
Este valor destina-se a subsidiar diárias para a participação em capacitações externas. É fundamental ressaltar que os conhecimentos adquiridos nessas formações serão posteriormente compartilhados com os demais conselheiros pelo membro que participou do evento.

Data: 29 de abril de 2025.

Assinatura dos Conselheiros:

Publicado por:
Camila Monteiro Tavares Sotero
Código Identificador:72A796E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o Prefeito Max Vinicius Aguiar Martins, ADJUDICOU E HOMOLOGOU o resultado do processo credenciando: empresa **IRENE CECILIA DE ALMEIDA LOPES 11731879601** inscrita no CNPJ sob o nº 46.972.370/0001-91, por terem atendido as condições do ato convocatório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
ITEM:

Item	Marcar com um X no item credenciado	Especificação	Unidade	Qtd. estimada	Valor unitário	Valor total
1		Show artístico de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	10	R$ 500,00	R$ 5.000,00
2		Show artístico de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	10	R$ 800,00	R$ 8.000,00
3		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	10	R$ 1.200,00	R$ 12.000,00
4		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	10	R$ 1.700,00	R$ 17.000,00
5		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	7	R$ 2.000,00	R$ 14.000,00
6		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 3.000,00	R$ 18.000,00
7		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 4.000,00	R$ 24.000,00
8		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 5.000,00	R$ 30.000,00
9	X	Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 6.000,00	R$ 36.000,00
10	X	Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 7.000,00	R$ 42.000,00

Serranópolis de Minas/MG, 12 de Agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:0C239912